

Nº

00451



**ESTADO DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

**DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:**

ASSOC. NACIONAL DE AJUDA  
AO INDIÍO

JORNAL: *Gazeta do Povo*

P. A. V. A. I.

Data 31/03/80 Estado PR

## Palestras marcam a Semana do Índio

Curitiba vai comemorar a semana do índio de 16 a 20 de abril, com uma série de palestras a serem ministradas pelo cineasta e antropólogo Márcio de Souza e a liderança de indígenas paranaenses tais como os Xetás, Kaingangs e Guaranis. Além de apresentar uma série de trabalhos sobre o assunto, falando dos índios desde o norte até o sul, a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) desenvolverá entre o convidado especial e outros interessados, uma mesa redonda, a partir das 20 horas do dia 17 de abril, no auditório do Colégio Estadual.

Para a realização de palestras, exibição de filmes e promoção de debates serão utilizados três locais: anfiteatro do primeiro andar do edifício D. Pedro I, na Rua General Carneiro; o auditório do Colégio Estadual na Avenida João Gualberto e a Cinemateca do Museu Guido Viaro, na Rua São Francisco. Com a Associação, a Cinemateca é também um dos promotores da Semana.

### CONVIDADO

Márcio de Souza, convidado para ministrar todas as conferências da Semana do Índio, é cineasta, antropólogo, historiador, romancista e teatrólogo. Segundo os que o conhecem trata-se de "uma das maiores expressões da intelectualidade brasileira". São alguns de seus livros: "Galvez, o Imperador do Avre" (história e decadência da borracha); "Operação Silêncio" ("análise dos 14 anos de ditadura nas artes"); "Zona Franca Meu Amor" e "Expressão Amazonense".

Entre as várias peças teatrais que escreveu e encenou, algumas estão incluídas no "Mambembão" e é o caso de "Tem Piranha no Pirarucu".

Atualmente ensaia "Arriba la Chunga" que fala sobre os bordéis de Manaus que serviam aos coronéis na época da borracha. Dirigiu estes filmes: "A Selva" (versão do romance histórico de Ferreira de Castro); "O Começo Antes do Começo" (índios do Rio Negro) e "Bárbaro e Nosso" (Oswald de Andrade).

### PROGRAMA

Na abertura da semana dia 16 de abril, às 15 horas (anfiteatro D. Pedro I), Márcio de Souza falará sobre "História Indígena do Amazonas". Serão mostrados filmes sobre os índios Xetás e a morte de Angelo Cretá, às 20 horas, no Museu Guido Viaro. No dia seguinte falará sobre "O Índio e a Literatura Amazônica", às 15 horas, no anfiteatro D. Pedro I. No CEP, às 20 horas, haverá a mesa redonda com Kaingangs,

Xetás e Guaranis.

Dia 18 analisará "O índio e a Dramaturgia Amazônia" no mesmo anfiteatro, seguindo-se os filmes "A Selva" e "Bárbaro e Nosso". Dia 19 será mostrado o filme "Ajuricaba" com direção de Oswaldo Caldeira, contando a história de um índio que fez confederação com outras tribos para impedir a invasão da Amazônia. Logo após será visto "Sangue e Suor". Sessões serão às 14 e 16 horas na Cinemateca.

As 20 horas Márcio de Souza falará sobre a "Questão Indígena na Amazônia" no auditório do CEP. No último dia, 20 de abril serão mostrados em sessões às 14, 16 e 20 horas os filmes "Ajuricaba" e "O Começo antes do Começo".

JORNAL Folha São Paulo

P. C1M1

Data 18/08/80 Estado: SP

## Caingangues tentam reaver terras no PR

Sem armas, mas com o apoio do Conselho Indigenista Missionário, cerca de 1.200 índios caingangues prepararam-se para retomar a área de 9 mil hectares, ocupada pela F. Slaviero Indústria e Comércio de Madeira, em Mangueirinha, Paraná. Segundo afirmou o cacique Jonesval Teles dos Santos, os índios ainda não sabem como poderão entrar na área "sem criar motivos para a intervenção da Polícia".

O movimento dos caingangues foi iniciado na última terça-feira, quando cerca de 20 índios decidiram reaver suas terras, vendidas em 1949 pelo governo do Paraná ao Grupo Slaviero. Sem a participação do cacique e da Funai, os indígenas iniciaram a retomada da área comandados por Ambrósio Luis Krakran. Com foices e enxadas, começaram a desmatar cerca de cinco hectares da área em litígio, onde pretendem plantar feijão e milho.

### NORDESTE

O advogado da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, Pedro Eurico de Barros e Silva, cobrou ontem do governo um posicionamento urgente para os conflitos de terra do Nordeste. Ele considera iminente o desencadeamento de um conflito generalizado na região.

JORNAL: Diário do Paraná  
f. Cimi  
02/11/80 PR



ão

O Estado do Vaticano distribuiu entre as 34 outras delegações que participam da Conferência para Segurança e Cooperação Européia um documento assinado pelo papa João Paulo II e datado de 1º de setembro, onde afirma a disposição da Santa Sé em participar da forma mais ativa possível na segunda e decisiva fase da Conferência que se iniciará em novembro.

A conferência fora convocada com a finalidade de discutir o cumprimento da Ata de Helsínqui e precisar conceitos que não ficaram claros naquele documento no que diz respeito aos Direitos Humanos e Liberdades Públicas. O Vaticano, como não poderia deixar de ser, centrará sua intervenção na delicada questão da liberdade religiosa.

a poss.  
minaç  
por pr  
No  
liberd  
glão a  
liberd  
minist  
ponsáv  
dade;  
institu  
ção re  
recebe  
fé e cu  
tizar  
liberd  
de co  
liberd  
em ge  
E  
do po  
Igrej  
Roma  
missã  
de ac

## Dom Tomás Balduino faz um alerta para governo

Se o governo brasileiro tem amor ao trono, é melhor mudar logo sua forma de atuação, porque já está provado que na América Latina o governo que investe contra a Igreja cai. A advertência foi feita, em Curitiba, pelo bispo dom Tomás Balduino, presidente do Conselho Missionário Indigenista (Cimi), que acusou o governo de provocar, deliberadamente, crises sucessivas no relacionamento com a Igreja, criando obstáculos à sua atuação no campo social.

O bispo, que proferiu uma palestra para estudantes de Direito sob o tema "A Igreja e os direitos humanos", garantiu que, mesmo diante das ameaças contra membros do clero e de medidas como a expulsão do padre Vito Miracapillo, a Igreja está tranquila, porque o gesto punitivo apenas faz com que ela se una ainda mais em torno de seus objetivos. O Governo, segundo ele, não está dando conta dos problemas sociais e políticos e, por isso, quer impedir a atuação da Igreja nesses setores.

Garantiu, porém, que os bispos brasileiros, de uma forma geral, estão apreensivos depois da criação do Estatuto dos Estrangeiros, uma lei que é o que há de pior já feito neste país contra a Igreja. Ele acusou o governo de promover um terrorismo social no país contra tudo aquilo que seja divergente da ideologia do sistema. Isso acontece porque o governo é vítima do radicalismo de direita, o mesmo que é responsável pelo terrorismo com bombas e incêndios.

Dom Tomás Balduino disse ser possível que o governo esteja pensando em promover a expulsão de outros missionários, com base no Estatuto dos Estrangeiros, por causa de sua atuação política no país, mas voltou a alertar: a Igreja hoje está na alma do povo. Ela tem uma tradição de luta, e martírio e de sangue e, portanto, qualquer tentativa de uma nova degola, contra ela, terá seu preço, muito alto, para o Governo.

A Igreja de Curitiba assume o pronunciamento da Presidência e da Comissão Episcopal da C.N.E.B. pede aos Srs. Vigários que leiam o comunicado seguinte por ocasião Missas no dia de domingo.

### NOTA OFICIAL

O dia 30 de outubro de 1980 na história da Igreja no Brasil

como um dia de bem-aventurança e de tristeza. De bem-aventurança porque "felizes são os que sofrem perseguição por amor à justiça" (Mt 5,10), e esse é o caso do padre Vito Miracapillo. De tristeza, porque sentimos incompreensão para com a missão da Igreja, reafirmada pelo Santo Padre em nossa Pátria, de pregar o Evangelho em sua dimensão social, e assim contribuir para o bem do povo brasileiro.

"Padre Vito não é subversivo, nem fez política. É um padre jovem, cheio de idealismo, que veio servir o Brasil. Ele se limitou a pregar o Evangelho com as devidas aplicações ao campo social, numa área de conflitos, isto é, a pregar o Evangelho de modo integral, encarnado na realidade de sua comunidade atualmente em condições infra-humanas.

Não aceitamos pregar o Evangelho de outra maneira, e reclamamos para todos os que têm missão de pregá-lo a liberdade de o fazer dentro das normas estabelecidas pela autoridade eclesial competente, sejam eles nascidos no Brasil ou não. O padre tem, na pregação do Evangelho, uma dimensão universal que não lhe pode ser retirada por nenhuma autoridade humana.

A Igreja não se intimida com esta expulsão, e continuará na paz de Deus, seu trabalho, eminentemente patriótico para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa no Brasil, para promover a conversão de todos, o trabalho que não é ódio nem de vingança, mas de amor e de perdão".

Esclarecemos também ao povo cristão que a verdade sobre a notícia divulgada por alguns Meios de Comunicação Sociais é a seguinte:

"Pe. Vito não celebrou missa no dia da Independência... a verdade é a seguinte: Pe Vito celebrou três (3) Missas na Matriz e rezou com a Comunidade pela pátria. Não rezou a Missa programada pelo Prefeito da cidade, em local e hora não consultados anteriormente.

- Pedimos aos senhores Vigários que convidem seus paroquianos para a celebração Comunitária de Conscientização sobre a missão da Igreja "Desagravo ao Pe. Vito", no dia 7 de novembro, às 20,00 horas, na Igreja Catedral. Assinam

- D. Pedro Fedalto
- D. Ladislau Biernaski
- D. Albano Cavalli.

3

Nas missas de hoje a expulsão do padre Vito

# BISPO ADVERTE: GOVERNO QUE DESAFIA IGREJA CAI

O presidente do Conselho Missionário Indigenista, bispo D. Tomás Balduino, ao proferir palestra para estudantes de Direito, em Curitiba acusou o Governo de provocar, deliberadamente, crises sucessivas no relacionamento com a Igreja, criando obstáculos à sua atuação no campo

social. Advertiu que "se o Governo brasileiro tem amor ao trono, é melhor mudar logo sua forma de atuação, porque já está provado que na América Latina o governo que investe contra a Igreja cai". Assevera D. Balduino que mesmo diante das ameaças contra

membros do clero e de medidas como a expulsão do padre Vito Miracapillo, a Igreja está tranqüila, porque o gesto punitivo apenas faz com que ela se una ainda mais em torno de seus objetivos. O Governo, segundo adiantou, não está dando conta dos problemas sociais e

políticos e, por isso, quer impedir a atuação da Igreja nesses setores. A arquidiocese de Curitiba, através de nota oficial assinada por D. Pedro Fedalto, Ladislau Biernaski e Albano Cavallin, afirma que a Igreja de Curitiba assume o pronunciamento da presidência da

Comissão Episcopal da CNBB e pede aos vigários que a leiam durante as missas de hoje, a propósito da expulsão do padre Vito. Afirma que "padre Vito não é subversivo, nem fez política. É um padre jovem, cheio de idealismo, que veio servir ao Brasil", 1ª/2ª.

## Dom Tomás Balduino faz um alerta para governo

AMANHÃ		HOJE	
07.00 - Color Bars	07.15 - TV Educativa	07.30 - Brasil Rural	07.30 - Terra dos Pinhais
08.30 - Color Bars	08.45 - TV Educativa	08.30 - Fogo no Chão	09.00 - Chateira na Brasa
09.00 - Big Valley	09.15 - O Despertar da Fé	09.00 - Sessão Amada	10.00 - Rio da Samba
09.30 - O Despertar da Fé	09.30 - O Despertar da Fé	10.00 - Sessão Amada	10.00 - Sessão Amada
10.00 - Big Valley	10.00 - O Despertar da Fé	10.30 - Rio da Samba	10.30 - Sessão Amada
10.30 - O Despertar da Fé	10.30 - O Despertar da Fé	10.30 - Sessão Amada	10.30 - Sessão Amada
11.00 - Big Valley	11.00 - O Despertar da Fé	11.00 - Sessão Amada	11.00 - Sessão Amada
11.30 - O Despertar da Fé	11.30 - O Despertar da Fé	11.30 - Sessão Amada	11.30 - Sessão Amada
12.00 - Big Valley	12.00 - O Despertar da Fé	12.00 - Sessão Amada	12.00 - Sessão Amada
12.30 - O Despertar da Fé	12.30 - O Despertar da Fé	12.30 - Sessão Amada	12.30 - Sessão Amada
13.00 - Big Valley	13.00 - O Despertar da Fé	13.00 - Sessão Amada	13.00 - Sessão Amada
13.30 - O Despertar da Fé	13.30 - O Despertar da Fé	13.30 - Sessão Amada	13.30 - Sessão Amada
14.00 - Big Valley	14.00 - O Despertar da Fé	14.00 - Sessão Amada	14.00 - Sessão Amada
14.30 - O Despertar da Fé	14.30 - O Despertar da Fé	14.30 - Sessão Amada	14.30 - Sessão Amada
15.00 - Big Valley	15.00 - O Despertar da Fé	15.00 - Sessão Amada	15.00 - Sessão Amada
15.30 - O Despertar da Fé	15.30 - O Despertar da Fé	15.30 - Sessão Amada	15.30 - Sessão Amada
16.00 - Big Valley	16.00 - O Despertar da Fé	16.00 - Sessão Amada	16.00 - Sessão Amada
16.30 - O Despertar da Fé	16.30 - O Despertar da Fé	16.30 - Sessão Amada	16.30 - Sessão Amada
17.00 - Big Valley	17.00 - O Despertar da Fé	17.00 - Sessão Amada	17.00 - Sessão Amada
17.30 - O Despertar da Fé	17.30 - O Despertar da Fé	17.30 - Sessão Amada	17.30 - Sessão Amada
18.00 - Big Valley	18.00 - O Despertar da Fé	18.00 - Sessão Amada	18.00 - Sessão Amada
18.30 - O Despertar da Fé	18.30 - O Despertar da Fé	18.30 - Sessão Amada	18.30 - Sessão Amada
19.00 - Big Valley	19.00 - O Despertar da Fé	19.00 - Sessão Amada	19.00 - Sessão Amada
19.30 - O Despertar da Fé	19.30 - O Despertar da Fé	19.30 - Sessão Amada	19.30 - Sessão Amada
20.00 - Big Valley	20.00 - O Despertar da Fé	20.00 - Sessão Amada	20.00 - Sessão Amada
20.30 - O Despertar da Fé	20.30 - O Despertar da Fé	20.30 - Sessão Amada	20.30 - Sessão Amada
21.00 - Big Valley	21.00 - O Despertar da Fé	21.00 - Sessão Amada	21.00 - Sessão Amada
21.30 - O Despertar da Fé	21.30 - O Despertar da Fé	21.30 - Sessão Amada	21.30 - Sessão Amada
22.00 - Big Valley	22.00 - O Despertar da Fé	22.00 - Sessão Amada	22.00 - Sessão Amada
22.30 - O Despertar da Fé	22.30 - O Despertar da Fé	22.30 - Sessão Amada	22.30 - Sessão Amada
23.00 - Big Valley	23.00 - O Despertar da Fé	23.00 - Sessão Amada	23.00 - Sessão Amada
23.30 - O Despertar da Fé	23.30 - O Despertar da Fé	23.30 - Sessão Amada	23.30 - Sessão Amada
24.00 - Big Valley	24.00 - O Despertar da Fé	24.00 - Sessão Amada	24.00 - Sessão Amada
24.30 - O Despertar da Fé	24.30 - O Despertar da Fé	24.30 - Sessão Amada	24.30 - Sessão Amada
25.00 - Big Valley	25.00 - O Despertar da Fé	25.00 - Sessão Amada	25.00 - Sessão Amada
25.30 - O Despertar da Fé	25.30 - O Despertar da Fé	25.30 - Sessão Amada	25.30 - Sessão Amada
26.00 - Big Valley	26.00 - O Despertar da Fé	26.00 - Sessão Amada	26.00 - Sessão Amada
26.30 - O Despertar da Fé	26.30 - O Despertar da Fé	26.30 - Sessão Amada	26.30 - Sessão Amada
27.00 - Big Valley	27.00 - O Despertar da Fé	27.00 - Sessão Amada	27.00 - Sessão Amada
27.30 - O Despertar da Fé	27.30 - O Despertar da Fé	27.30 - Sessão Amada	27.30 - Sessão Amada
28.00 - Big Valley	28.00 - O Despertar da Fé	28.00 - Sessão Amada	28.00 - Sessão Amada
28.30 - O Despertar da Fé	28.30 - O Despertar da Fé	28.30 - Sessão Amada	28.30 - Sessão Amada
29.00 - Big Valley	29.00 - O Despertar da Fé	29.00 - Sessão Amada	29.00 - Sessão Amada
29.30 - O Despertar da Fé	29.30 - O Despertar da Fé	29.30 - Sessão Amada	29.30 - Sessão Amada
30.00 - Big Valley	30.00 - O Despertar da Fé	30.00 - Sessão Amada	30.00 - Sessão Amada
30.30 - O Despertar da Fé	30.30 - O Despertar da Fé	30.30 - Sessão Amada	30.30 - Sessão Amada

**TERRA PARA OS SEUS LEGÍTIMOS DONOS.**

# ATO PÚBLICO

**23/11/79**

**19:30 horas**

**AUDITÓRIO DA IGREJA  
DE GUADALUPE - CURITIBA**

**ANGELO CRETÃ (KAINGANG)**

**DARCY RIBEIRO**

**D. PEDRO CASALDÁLIGA**

**CARMEM JUNQUEIRA**

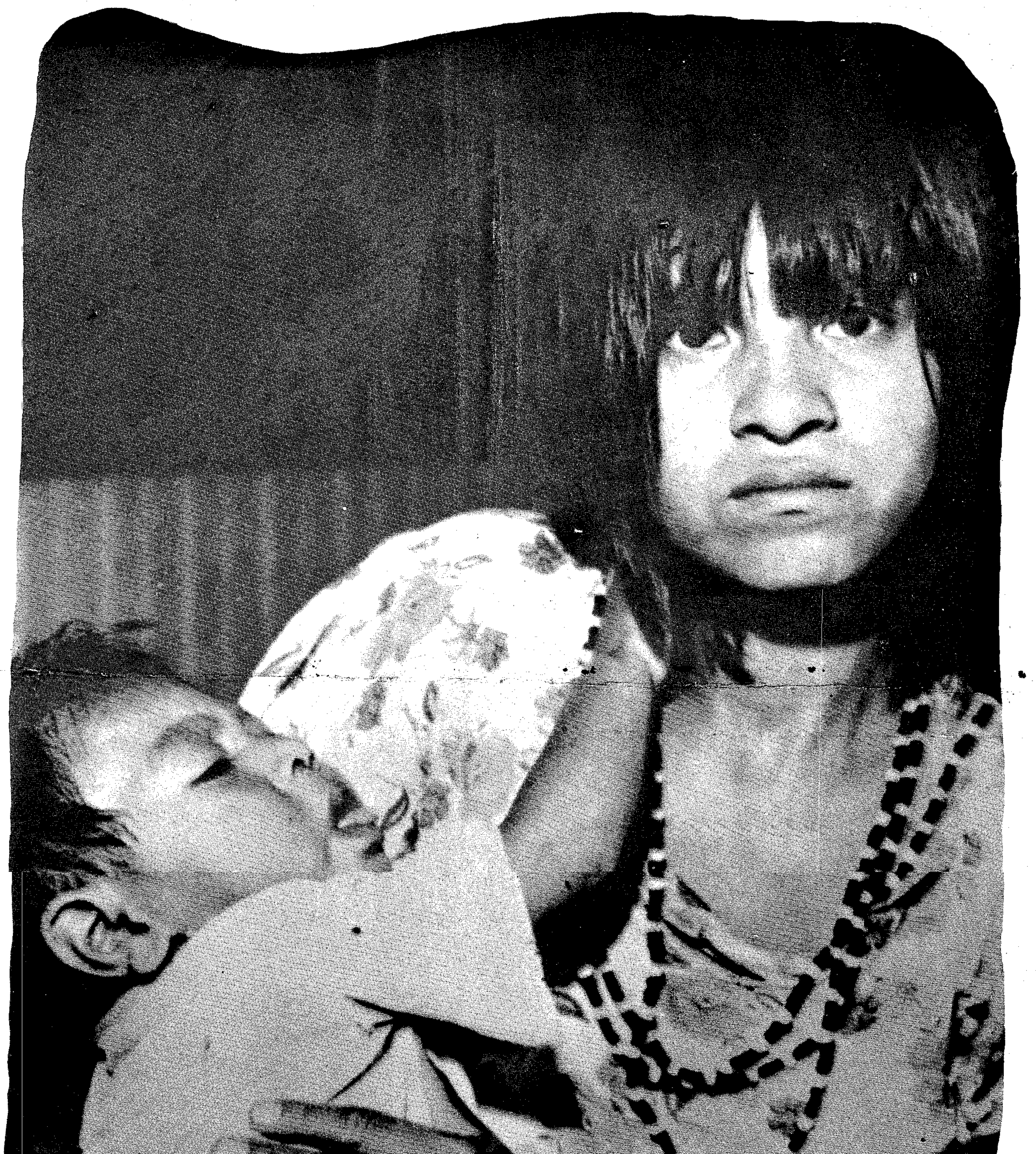
**DALMO DALARI**

**D. JOSÉ GOMES**

**OLÍPIO SERRA**

**WAGNER D'ANGELIS**

**RUI WASHOWICZ**



**AUDITÓRIO  
DE GUADALUPE - CURITIBA**

**ANGELO CRETÃ (KAINGANG)  
DARCY RIBEIRO  
D. PEDRO CASALDÁLIGA  
CARMEM JUNQUEIRA  
DALMO DALARI  
D. JOSÉ GOMES  
OLÍMPIO SERRA  
WAGNER D'ANGELIS  
RUI WASHOWICZ**

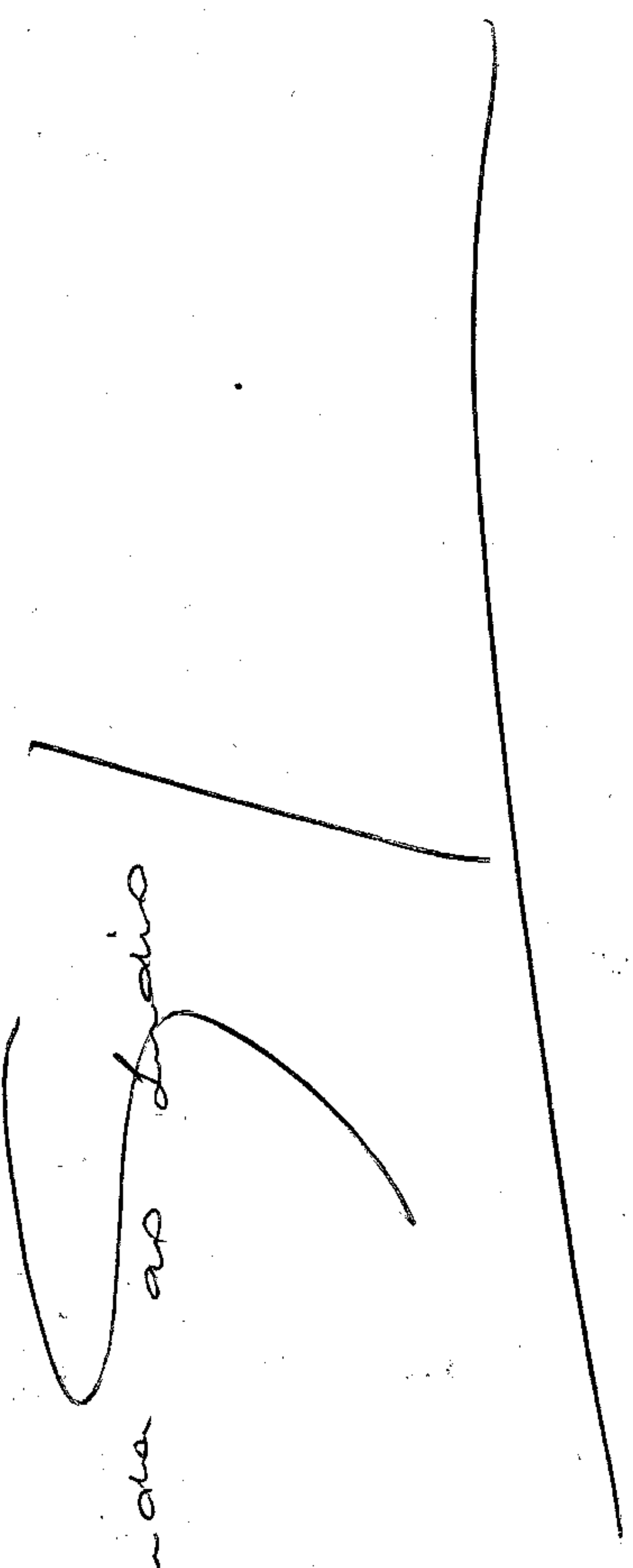
**ANAI - CIMI - SBPC - CJP - CPT -  
CDAMA - OAB - CBA - APP - CNBB S2 -  
DCE - SPS - DACISA - MOIP - DARP -  
DAAT - MOVEC - ABD - CNSM - DCJS -  
CAM - ARFC - PR -**



**“Nossa terra é nossa vida, razão para viver e  
causa suficiente para morrer”. (Andilla. Kaingang)**

# **PRÓ-MANGUEIRINHA INDÍGENA**

Associação Nacional de Aficionados ao Futebol





Nº

00564



**ESTADO DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

**DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:**

BRIGADA INDÍGENA INTER-  
NACIONAL

SECRETO

MINISTÉRIO DA GUERRA  
III EXÉRCITO 5.ª RM/DI  
ESTADO MAIOR

Curitiba; Pr. 3 MAR 66.

Do Cmt 5.ª RM/DI

2.ª Seção

Ao Secretário de Segurança  
do PARANÁ.

1. Assunto : BRIGADA INDÍGENA INTERNACIONAL
2. Origem : SNI/ARJ.
3. Classif :
4. Difusão : Sec Seg PR/SC.
5. Ref: PB nº 179-SNI/ARJ de 11 Fev 66.

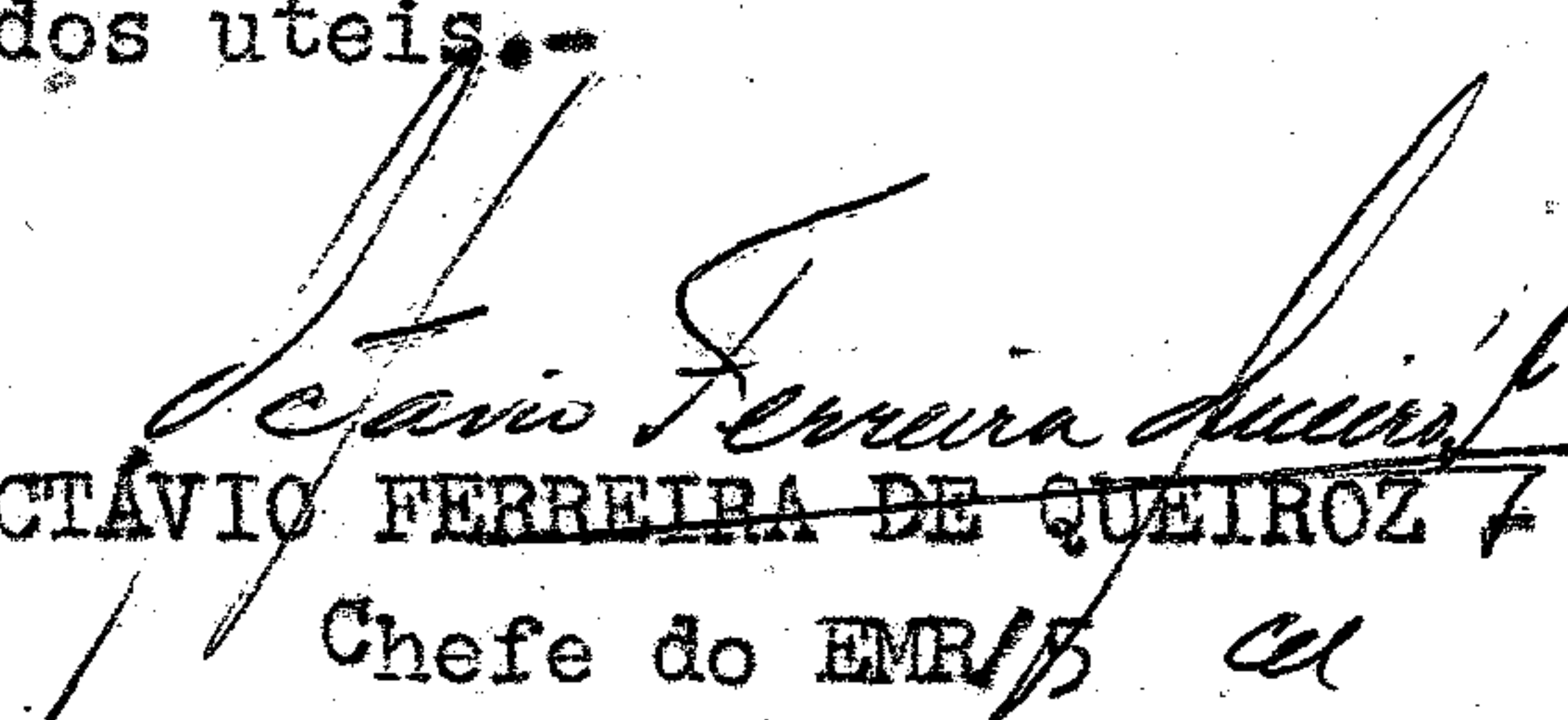
PEDIDO DE BUSCA Nº 41-E2/66.-

1-DADOS CONHECIDOS

- a- A Agência do SNI na Guanabara foi informada da existência de uma entidade internacional, denominada "Brigada Indígena Internacional" e organizada para atuar como "tropa de choque" nas "guerras de libertação", conta com o apoio dos governos de CUBA e CHINA-CoM, em armas e dinheiro. As armas são de procedência soviética, chinesa tchecoslovaca e outros países da Europa Oriental. O centro de propaganda da BII está se localizando, ultimamente, em Roma, sob a direção de JUAN CARLOS CASTAGHIO, vice-presidente da Sociedade de Amizade Sino-Argentina. Consta estar se deslocando, também para ROMA, centro de onde são feitas as remessas de numerárias para os diversos grupos comunistas na América do Sul.
- b- Um nome de grande projeção na BII é o do chefe dos guerrilheiros guatemaltecos MARCO ANTONIO YON SOSA, filho de um chinês e uma índia, que fez cursos na Escola Militar do U.S. Army, no PANAMÁ. Consta que MARCO ANTONIO possui, sob seu comando, cerca de 1000 homens armados e adestrados em guerrilhas. Mantém ele estreito contato com o dirigente colombiano PEDRO ANTONIO MARIN e o venezuelano DOUGLAS MORA.
- c- MARCO ANTONIO teria penetrado clandestinamente várias vezes no BRASIL, através da BOLÍVIA para MATO GROSSO. Naquêl país conta com o apoio dos partidários do ex-presidente PAZ ESTENSORO e seu "Movimento Nacionalista Revolucionário".
- d- Consta que MARCO ANTONIO já tenha participado de um congresso comunista em NITERÓI-RJ, no governo JANGO.
- e- A vinda de MARCO ANTONIO YON SOSA, ao BRASIL, teria por finalidade articular ações terroristas em nosso território.
- f- Segundo consta, ainda o próprio "CHE" GUEVARA fazia parte do alto comando da BII.

2-PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS

- a. Localização de MARCO ANTONIO no PARANÁ ou S.CATARINA.
- b. Caso seja localizado, efetuar sua prisão.
- c. Outros dados julgados úteis.-

  
OCTÁVIO FERREIRA DE QUEIROZ / Cel

Chefe do EMR/5 *cu*

SECRETO

SECRETO

PEDIDO DE BUSCA Nº 179SNI/RJ  
(SBI7-057/11 Fev 66)

SNI/ACT

69-5

16 2 66

**1. DADOS RECEBIDOS**

- a. Esta Agência foi informada da existência de uma entidade internacional, denominada "Briga Indígena Internacional", e organizada para atuar como "tropa de choque" nas "guerras de libertação", conta com o apoio dos governos de CUBA E CHINA-CON, em armas e dinheiro. As armas são de procedência soviética, chinesa tchecoslovaca e outros países da Europa Oriental. O centro de propaganda da BII está se localizando, ultimamente, em Roma, sob a direção de JUAN CARLOS CASTAGHIO, vice-presidente da Sociedade de Amizade Sino-Argentina. Consta estar se deslocando, também para ROMA, centro de onde são feitas as remessas de numerários para os diversos grupos comunistas na América do Sul.
- b. Um nome de grande projeção na BII é o do chefe dos guerrilheiros guatemaltecos MARCO ANTONIO YON SOSA, filho de um chinês e uma índia, que fez cursos na Escola Militar do U. S. ARMY, no PANAMA. Consta que MARCO ANTONIO possui, sob seu comando, cerca de 1000 homens armados e adestrados em guerrilhas. Mantém ele estreito contato com o dirigente colombiano PEDRO ANTONIO MARIN e o venezuelano DOUGLAS MORA.
- c. MARCO ANTONIO teria penetrado clandestinamente várias vezes no BRASIL, através da BOLÍVIA para MATO GROSSO. Naquêle país conta com o apoio dos partidários do ex-presidente PAZ BASTIDAS e seu "Movimento Nacionalista Revolucionário".
- d. Consta que MARCO ANTONIO já tenha participado de um congresso comunista em NITERÓI, RJ, no governo JANGO.
- e. A vinda de MARCO ANTONIO YON SOSA, ao BRASIL, teria por finalidade articular ações terroristas em nosso território.
- f. Segundo consta, ainda o próprio "CHE" GUEVARA fazia parte do alto comando da BII.

"continua"

S E C R E T O

**2. DADOS SOLICITADOS:-**

- a) Localização de MARCO ANTONIO em território nacional. Caso seja localizado, informar esta Agência e às autoridades que possam efetuar sua prisão.
- b) Relatar a esta Agência o que constar sobre a BII.

\*\*\*\*\*

Idêntico ao PB  
41-E2166

Nº

01658



**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

**DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES A:**

= FUNAI =

PT 1025 a. 122



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
FUNAI

~~Brasília~~ x ~~DF~~ x CURITIBA

Of. nº 549/78/4DR

Em

Do: Delegado Regional/4DR/FUNAI

Ao: Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública do Pr.

Assunto: Comunicação (Faz)

Senhor Secretário:

Cumprimentando-o levamos ao conhecimento de V.Exa., que em virtude do período pré-eleitoral e tendo em vista pronunciamiento os mais diversos, publicados na imprensa nacional a respeito da Emancipação do Índio, com protestos de várias Entidades, esta Delegacia Regional, atenta ao problema, está preocupada com focos de agitações, tumultos e perturbação da ordem que vem ocorrendo dentro das Comunidades Indígenas, localizadas no Estado do Paraná,

Elementos aproveitadores da situação, estão insuflando índios com pretexto de defender a causa indígena e poderão provocar conflitos de proporções imprevisíveis, utilizando o índio como vetor de tal situação.

Diante do exposto, com possibilidade de agravar-se a situação, recorreremos a V.Exa., solicitando sejam determinados aos setores competentes um acompanhamento da evolução dos fatos no sentido de evitar que tais elementos concretizem seus propósitos condenáveis, no seio das Comunidades Indígenas.

Informamos ainda, que todas as medidas preventivas ao alcance da FUNAI, estão sendo postas em prática, a fim de evitarmos maiores conseqüências.

Certos de que V.Exa. mais uma vez, atenderá a uma solicitação nossa reiteramos os protestos de nossa distinta consideração e elevado apreço.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

*Jose Carlos Alves*  
JOSE CARLOS ALVES  
(Delegado Regional - 4ª DR)  
Port. 10.000.0077

JCA/tbl.

PT 10250.122



ESTADO DO PARANÁ

CARIMBO

14524 01078

D. O. P. S.  
PROTOCOLO  
N.º 2153/78  
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

INTERESSADO

OF. 10178/78 549/78-

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO:

PROTUCOLO  
14524  
000011

ASSUNTO

COMUNICA FOMOS DE AGITAÇÃO.

ENCAMINHAMENTO

DATA	UNIDADE	RUBRICA	DATA	UNIDADE	RUBRICA
1 23-10-78	DSPC	14524	1		
2			2		
3			3		
4			4		
5			5		
6			6		
7			7		
8			8		
9			9		
10			10		
11			11		
12			12		
13			13		

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA

traíam a clara disposição de reduzir as escaramuças das últimas semanas a "pequenos desentendimentos" — segundo a expressão do afável dom Carmine.

"Conversamos sobre a situação dos índios, a possibilidade de melhorar suas condições. A Igreja quer continuar a dar apoio espiritual e social aos índios", afirmou o núncio à pequena multidão de repórteres que vigiava o elevador privativo do Ministério. "Isso vai nos ajudar muito. A conversa foi ótima. Estou convencido de que a causa é comum", acrescentou Rangel Reis. E, para consolidar essa predisposição de paz em ambos os campos, dom Carmine observou que mesmo a áspera polêmica entre integrantes da Funai e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) não passou de "uma briga em família".

Essas amistosas confabulações de Brasília fazem parte do roteiro de entendimento inaugurado com a recente audiência concedida ao núncio pelo presidente Ernesto Geisel, e deverão agora prosseguir com encontros de dom Carmine com o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, e com o presidente do Cimi, arcebispo dom Thomaz Balduino. E, ao menos por enquanto, parecem descartadas as previsões de um aberto confronto entre religiosos e setores do governo. De qualquer forma, ainda na semana passada a decisão de esfriar a polêmica quase foi comprometida pela solitária reaparição, em Brasília, do desconcertante capitão xavante Mário Juruna, novamente em excursão pelo país, à caça de benefícios para sua tribo.

**"Muito complicado"** — Armado de um gravador de pilha, Juruna plantou-se no palácio do Planalto das 8 às 16h30 de quarta-feira passada com o firme propósito de "conversar com o presidente". Finalmente recebido por Raul Mesquita, funcionário da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República (ARP), o chefe xavante se queixaria mais tarde de "ter perdido tempo". Em todo caso, gravou zelosamente o diálogo de 10 minutos com o assessor, e concordou em exhibir o teor da fita aos repórteres credenciados no palácio. Para espanto dos jornalistas, ao cabo dessa primeira gravação havia outra muito mais saborosa: um longo diálogo entre Juruna e o controvertido ex-diretor do Departamento Geral de Operações da Funai, Francelisio van Der Broocke, exonerado do cargo no início da semana.

"Você falou bobagem. Você disse que o ministro não entende de índio", diz Van Der Broocke a certa altura. "Mas ele não entende mesmo", retruca Juruna. "É ignorante. O ministro não tem capacidade para resolver isso. Ele tem que conhecer os costumes de índios." Depois de animadas réplicas e tréplicas,

### ÍNDIOS

## Em desaquecimento

Um mês depois da controvérsia desencadeada pelas acusações do ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, às missões religiosas que atuam nas reservas indígenas, a crise esboçada nas relações entre a Igreja e o governo brasileiro parece submetida a um esforço recíproco de desaquecimento. Assim, na quinta-feira da semana passada, depois de um encontro reservado de 80 minutos no 8.º andar da sede provisória do Ministério do Interior, em Brasília, tanto Rangel Reis como o núncio apostólico no Brasil, dom Carmine Rocco,

*Pasta FUNAI*

*Jeja no 439- 23  
02/02/77*

PT1025 a. 122



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

4

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Conflito de Nonoai pode se repetir em SC</b></p> <p style="text-align: right; font-size: small;"><i>Folha de São Paulo 11/05/75</i></p> <p>XANXERE, (Do Correspondente) — A revolta dos índios da reserva de Nonoai, no Rio Grande do Sul, pode se repetir na reserva indígena de Chapecó no município de Xanxene, no meio-oeste de Santa Catarina, caso as 102 famílias que moram na região não obedecerem o prazo do dia 30, dado pelos índios, para abandonar suas terras. A data limite foi estabelecida em conformidade com a Funai, e em virtude de sua proximidade, o prefeito do município, Rovilio Bertoluzzi, acompanhado do presidente do Sindicato Rural de Xanxere, Rosito Miglioranza, já pediu audiência com o governador do Estado, para tentar uma solução para os posseiros.</p> <p>O presidente do Sindicato Rural informou que as 23 famílias que já deixaram a reserva estão ao abandono, sem casa, terra, e sem dinheiro. E as que permaneceram, na sua maioria, possuem títulos de posse de terra.</p> <p>O Ministério do Interior, por sua vez, a exemplo do caso de Nonoai, ofereceu aos colonos de Xanxere a possibilidade de transferência para as terras cultiváveis do Mato Grosso. Oferta que eles recusam alegando que têm problemas de adaptação ao clima e aos costumes da nova terra.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posto FUNAI</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Piloto seria prisioneiro dos índios Caiapós</b></p> <p>GOIÂNIA (Do Correspondente) — Desaparecido há 153 dias, desde quando fez um pouso forçado nas proximidades da fazenda Rio Dourado, no município de Santana, Pará, o piloto Severino Pereira Neto estaria prisioneiro dos índios Caiapós. A notícia chegou a Goiânia vinda de Conceição do Araguaia, onde os familiares do piloto a obtiveram de dois "mateiros" (nome dado aos guias da região).</p> <p>De posse dessa informação, a Funai mobilizou seus funcionários visando, no caso dela ser confirmada, negociar com os Caiapós. Não há, entretanto, notícia do "mateiro" que estava acompanhando Severino Pereira Neto quando seu avião sofreu pane e ele conseguiu pousar numa clareira aberta na mata.</p>

PT 1025 a. 122

**OS INDIOS**

O piloto Severino Pereira Neto trabalhava transportando casiterita extraída dos vários garimpos existentes na região. Na versão predominante em Goiânia, sua recuperação das mãos dos Caiapós seria fácil. São índios "aculturados" e vivem em duas aldeias nas proximidades de Redenção, localidade do município de Santana.

Ocorre, entretanto — segundo pessoas que conhecem a região e os índios — que, embora não sendo arredios a contatos, os Caiapós estariam presentemente furiosos com a ameaça de invasão de suas terras, o que poderá obstar qualquer negociação.

NOME:  
FILIAÇÃO:  
RESIDÊNCIA:

# Governo inicia discussões que podem emancipar índio

DATA:

Brasília — O Ministro do Interior, Sr. Mauricio Rangel Reis, informou ontem que a minuta do projeto de lei que prevê a emancipação de certos grupos indígenas será discutida hoje com antropólogos da Funai (Fundação Nacional do Índio), antes de ser encaminhada ao Presidente Geisel. A minuta será entregue no próximo despacho do Sr. Rangel Reis com o Presidente da República, dentro de 15 dias.

O projeto obedece à orientação básica de não alterar ou dar abertura para mudanças no Estatuto do Índio que possam vir a prejudicar as comunidades indígenas; garantir terras aos emancipados e prevenir a dotação de recursos à Funai para que as comunidades emancipadas recebam apoio ao seu desenvolvimento. As exigências para a emancipação, e a complexidade do processo, impedirão, segundo os autores a emancipação indiscriminada e inoportuna, como temiam os indigenistas.

## Polêmica

Desde janeiro, quando a emancipação foi anunciada, criou-se polêmica nos meios indigenistas, que apontaram a intenção de retirar a garantia de terra dos índios para beneficiar interesses estranhos, a interferência em seu meio cultural, e contestaram a própria idéia de emancipação. A integração, entretanto, são previstas nos Arts. 9.º, 10.º e 11.º da Lei nº 6.001/73 — o Estatuto do Índio.

Para os defensores da idéia, trata-se de uma questão de sobrevivência das comunidades indígenas. Uma vez que não é possível isolá-las do contato com a sociedade envolvente, o que impediria a criação de necessidades até então desconhecidas, a solução é dar a estas comunidades a possibilidade de compreensão e convívio com a sociedade, em igualdade de condições.

As críticas feitas até agora ao projeto de emancipação devem-se, além da preocupação com a sobrevivência do índio, à falta de conhecimento de seu conteúdo. Excluídos de sua elaboração, e supondo que a Funai não acompanhou os trabalhos, os indigenistas classificaram a emancipação como um *pacote*, a priori prejudicial aos interesses indígenas.

A partir do interesse do Ministro Rangel Reis, a Funai elaborou uma proposta inicial, juntamente com o autor do Estatuto do Índio, o ex-Ministro Themistocles Cavalcanti, e um representante do Ministério do Interior. Esta proposta foi apreciada pelo Ministro e retornou à Funai, que elaborou uma segunda. A nova sugestão foi discutida no Ministério, com participação da Funai, e resultou numa terceira proposta — a atual — que depende do consenso dos participantes da próxima reunião, para ser encaminhada ao Presidente Geisel.

## Emancipação

A proposição que será discutida prevê a emancipação para o índio maior de 18 anos que preencha qualquer dos requisitos do Artigo 9º, I, do Código Civil. Esses requisitos são: concessão do pai, mãe ou tutor (no caso, a Funai); exercício de emprego público efetivo, colação de grau científico em curso superior, estabelecimento civil ou comercial com economia própria e casamento. De acordo com os autores de projeto, o preenchimento dessas condições, por si só, já prova que o índio está integrado à sociedade envolvente e tem condições de participação.

A emancipação do índio dependerá de sua condição de integrado, que ficará sujeito à comprovação do Artigo 9º do Estatuto do Índio, de homologação judicial, e poderá ser requerida pelo interessado ou pela Funai. O Artigo 9º prevê que o índio poderá requerer liberação da tutela se: tiver no mínimo 21 anos; conhecer a língua portuguesa; possuir habilitação para o exercício de atividade útil na comunhão nacional e apresentar razoável conhecimento dos usos e costumes da comunhão nacional. A comprovação deste Artigo dependerá de laudo da Funai, fornecido por psicólogos, antropólogos e sociólogos. Além disso, o juiz responsável pela homologação poderá entrar no hérito da questão, através de contato pessoal com o índio e com poder para requisitar especialistas.

No caso de emancipação de comunidades, o processo dependerá de decreto do Presidente da República, por requerimento da maioria (simples) da comunidade, ou por iniciativa da Funai.

Se a comunidade emancipada tiver pessoas ainda não preparadas para tal, haverá uma relação individualizada dos

índios que não atendam aos requisitos. Eles permanecerão sob a tutela da Funai. Em qualquer caso de comunidade emancipada, caberá a ela estabelecer o ordenamento de suas atividades, respeitadas suas estruturas sociais e políticas de sua organização.

## Terras

Quanto às terras, o projeto prevê a doação das da União que constituam o *habitat* natural da comunidade ou do índio emancipado, que passará a ser propriedade de uma ou de outra. O instrumento de doação conterá identificação da comunidade ou do índio, cláusula de inalienabilidade, e cláusula determinando que a área só poderá ser gravada por decisão da maioria da comunidade, exclusivamente para obter crédito junto a estabelecimentos financeiros oficiais.

O prazo de inalienabilidade está em estudo. Há tendência para fixá-lo entre 10 e 15 anos. Quanto à maioria, para gravar a terra, discute-se se será simples ou absoluta (2/3).

## Contestação

Na reunião de hoje, serão questionados alguns pontos do projeto. O primeiro deles é o da maioria simples para a emancipação. A Funai defende — como o fez na segunda proposta que encaminhou ao Ministério do Interior — a maioria absoluta. E especifica: 2/3 dos maiores de 21 anos, uma vez que considera quase impossível que a maioria simples de uma comunidade indígena tenha mais de 21 anos. É opinião geral, também, que, mesmo quando a iniciativa da emancipação for da Funai, o índio deverá ser ouvido.

Outro detalhe contestado é o da permanência dos índios sem condições de emancipação sob tutela da Funai. No entender dos indigenistas, embora a Funai possa continuar a prestar assistência aos não emancipados, caberá à própria comunidade a tutela dos demais para evitar ingerência externa na sociedade indígena, e garantir a autodeterminação.

Sobre o aspecto de terras, a posição da Funai sempre foi contrária à doação individual, por entender que isso despertará competição prejudicial aos índios e destruirá sua estrutura social de grupo. Assim, a contestação propõe que a terra seja doada como bem indivisível à comunidade, que será sua proprietária, e que ao índio emancipado individualmente calba apenas a posse da terra.

Há também a possibilidade de que o uso da terra para obtenção de financiamento seja contestado — para impedir que o índio corra o risco de perdê-la — e, em contrapartida, sugerida maior objetividade quanto aos recursos a serem destinados para o desenvolvimento das comunidades emancipadas. Há idéia de que se fixe um percentual sobre o orçamento da Funai para isto.

## Consequências

Os que são contrários à emancipação, em geral, defendem a autodeterminação indígena, e condenam a figura jurídica da tutela. Para os defensores da emancipação, a tutela se justifica na medida em que a completa autodeterminação implicaria na criação de nações indígenas soberanas, que não teriam condições de convívio com a sociedade envolvente. Nesta perspectiva, a tutela perde razão de ser quando as comunidades adquirem condições de igualdade com o resto da sociedade.

A emancipação, em termos práticos, resultará na autodeterminação indígena no mesmo plano em que existe autodeterminação para a sociedade em geral, já que só será concedida se verificada a condição indígena de convívio. As consequências serão a perda de várias proteções atualmente asseguradas, e a liberação de algumas restrições.

Depois de emancipado, caberá ao índio fazer as despesas necessárias para conservação e melhoramento de seus bens, pagar suas dívidas, propor ações em juízo ou defender-se dos pleitos movidos contra ele, o que até agora cabia à Funai, de acordo com o Código Civil. Com a emancipação, o índio não terá mais fiscalização permanente da Funai sobre as condições de trabalho que enfrentar. Perderá, também, a assistência automática da Fundação quando defender seus direitos em juízo, embora permaneça a possibilidade de que a Funai o represente, se houver solicitação.

Cessarà a atenuação de sentenças por infrações penais concedidas aos índios não emancipados de acordo com seu grau de integração.

PT 1025a-122  
Funai

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

6

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Emancipação dos índios vai ao Presidente</i> Paulo Folha de São Paulo 28/06/78</p> <p>BRASILIA (Sucursal) — A minuta do Projeto de emancipação de Comunidades Indígenas deverá ser entregue ao presidente Geisel nos próximos 15 dias, segundo afirmou ontem o ministro Rangel Reis, do Interior, que se reúne hoje com um grupo de antropólogos e o presidente da FUNAI, general Ismarth de Oliveira, para detalhar o texto final do documento.</p> <p>A informação foi dada durante a assinatura de convênio entre a Sudeco e o governo do Distrito Federal para a construção de duas barragens e um reservatório no valor de 6 milhões de cruzeiros dentro do Programa Especial de Desenvolvimento da Região Econômico de Brasília.</p> <p><i>Paulo FUNAI</i></p> <p><b>BRASCRAFT</b></p> <p>A respeito da adesão de 15 prefeitos do Vale do Parapanema ao projeto de instalação da fábrica da Brascraft, disse Rangel Reis que o Ministério está em fase de exame através da Secretaria Especial do Meio Ambiente. "A questão da classificação do rio ainda está em marcha e portanto é um processo que está sendo analisado detidamente".</p> <p>"Não estamos em condições de dizer se vamos ou não aprovar a instalação da fábrica relacionada com o problema do meio ambiente, porque o assunto não diz respeito somente à implantação de equipamentos de anti-poliuição da empresa. Precisamos saber, por exemplo, o que vai acontecer ao rio, em termos de oxigênio, após a instalação da fábrica".</p> <p>Afirmou ainda o ministro do Interior, que o estudo pretende se ampliar para a possibilidade de novas indústrias se instalarem na região. "Precisamos estar atentos para diversas questões como o abastecimento de água e outras implicações que não se limitam apenas aos aspectos ecológicos", acrescentou.</p> <p>De qualquer forma, Rangel Reis garantiu que as manifestações de apoio ao projeto não vão influenciar a decisão do Ministério. "A nossa decisão se baseia em um estudo técnico que está sendo realizado pela Sema, governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Obras e Meio Ambiente e particularmente a Cetesb. Dentro deste contexto é que vamos opinar procurando observar os interesses da população. Sei que alguns prefeitos manifestaram-se a favor do projeto. Não sei quais são, mas sei também que muitos são contra".</p>

PT 10250.122

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;">04/07/78</p> <p style="text-align: center;">O ESTADO DE S. PAULO</p> <h2 style="text-align: center;">Colonos expulsos de área indígena invadem fazenda</h2> <p><b>Da sucursal de PORTO ALEGRE</b></p> <p>Trinta famílias de colonos expulsos da reserva indígena de Nonoai, que se encontravam abandonadas nas margens das rodovias do município, começaram a invadir as terras da fazenda Sarandi, área de 12 mil hectares que atualmente é motivo de litígio judicial entre o governo gaúcho e os proprietários. A fazenda, situada no município do mesmo nome, a 351 quilômetros do mesmo nome, a 351 quilômetros de Porto Alegre, foi desapropriada no governo Leonel Brizola, para realização de uma reforma agrária, mas os proprietários entraram com contestação na Justiça que ainda não se manifestou.</p> <p>Diversas autoridades, principalmente políticos do MDB, já haviam indicado a fazenda Sarandi como o local ideal para a localização dos colonos expulsos pelos índios, mas o governador Sivaldo Guazzelli afastou essa hipótese. Segundo os deputados do MDB, 3.500 hectares estão legalmente desapropriados, arrendados pelo Estado para grandes produtores rurais, e 9 mil hectares estão em disputa judicial, embora os antigos proprietários, ao surgir o problema dos colonos, tivessem concordado em vender as terras para o governo instalá-los lá.</p> <p>A notícia da invasão das 30 famílias foi comunicada, ontem, ao deputado Aldo Pinto, da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembleia Legislativa, pelo prefeito de Nonoai, Gervásio Magri, que teve que se deslocar ao município catarinense de Xapacó para telefonar, pois de sua cidade não conseguiu ligação com Porto Alegre. O prefeito de Sarandi, Roberto Merten, confirmou a instalação de famílias na área da fazenda e disse que até agora não houve problemas porque tudo ocorreu pacificamente. Mas, temendo que algum problema ocorra com os colonos, o deputado Aldo Pinto pediu que membros da assessoria jurídica do MDB viajassem ontem mesmo para Sarandi, onde ele também pretende estar hoje.</p> <p><b>TRANSFERÊNCIA</b></p> <p>Os colonos gaúchos expulsos das reservas indígenas de Nonoai e Planalto, que ainda não aceitaram sua transferência para Mato Grosso, continuarão no parque de exposição de animais de Esteio — 168 famílias — e acampados nas margens das rodovias daqueles municípios — 650 famílias — até que o governador Sivaldo Guazzelli retorne de viagem aos Estados Unidos, o que deverá ocorrer dentro de uma semana. Essa notícia foi divulgada ontem pelo governo estadual, após reunião de duas horas entre o governador e quatro secretários, destinada a examinar a situação dos colonos. Foram analisadas várias hipóteses para a solução do problema, mas as autoridades se recusaram a divulgá-las "para evitar pressões e jogos de interesse políticos e econômicos".</p> <p>Está sendo preparada uma nova caravana para levar a Mato Grosso as cinco famílias que não puderam viajar sábado último por problemas de doenças e outros interessados que ainda poderão se inscrever. Por sua vez, o prefeito de Nonoai, Gervásio Magri, comentou que "entre erros, equívocos e enganos, as primeiras 400 pessoas partiram", embora "o Rio Grande do Sul seja amplo e tenha terras para eles".</p>

*Pastor FUNAI*

PT 10250.122

## Funai amplia prazo em Santa Catarina

Os 750 colonos que ocupam cerca de 15 mil hectares pertencentes aos índios nos municípios catarinenses de Xaxim, Xanxerê e Abelardo Luz receberam da Funai mais 30 dias de prazo para abandonar essas terras. Enquanto algumas famílias já começam a deixar a região, fixando-se nas áreas mais próximas, como Toldinbo, as que ficam continuam preocupadas: apesar do prazo prorrogado, a falta de ajuda dos órgãos responsáveis não oferece nenhuma perspectiva de solução até o fim do mês.

Os posseiros de Xaxim deixaram o município em caminhões cedidos pela própria Prefeitura e tiveram de vender seus animais e até ferramentas, pois as terras que conseguiram são muito pequenas para o mesmo tipo de atividade que vinham desenvolvendo. Isso terá consequências negativas também para a economia local, já que os retirantes eram responsáveis por 10 por cento da produção de

milho, arroz e feijão do município.

Em Xanxerê, onde fica a sede do Conselho Indígena Missionário — Cimi-Sul, foi distribuído ontem um comunicado, assinado também pela Comissão Pastoral da Terra, esclarecendo à população o envolvimento de religiosos na questão de índios e colonos. O documento atribui a interesses particulares e políticos as acusações levantadas contra os padres.

E lembra que, há alguns meses o padre Egon Heck, em companhia de vários posseiros, localizou uma área em Campo Erê, que havia sido colocada à disposição do Incra e poderia ser ocupada pelos colonos. Eles formalizaram um pedido ao órgão mas, até agora, não receberam nenhuma resposta.

"Diante da problemática — conclui o documento — o Incra se caracteriza por uma omissão total. Apenas apóia, contra a vontade dos colonos, a ida deles para Mato Grosso."

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>Quinta-feira, 6 de julho de 1978</p> <p><i>Folha de São Paulo</i>  <b>Antropólogos</b>  <b>criticam plano</b>  <b>de emancipação</b></p> <p>BRASILIA (Sucursal) — "A projetada emancipação dos indígenas significará, simplesmente, a destruição final da relação dos índios com seu território e a incorporação deles como mão-de-obra barata no sistema econômico nacional. É necessário advertir que esta emancipação é uma alternativa falsa e perigosa ao processo de expropriação territorial que eles vêm sofrendo."</p> <p>Essa foi a posição fixada pelos antropólogos que participaram do simpósio sobre "A pesquisa etnológica no Brasil", patrocinado pela Regional Rio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, realizado recentemente no Museu Nacional, sobre o projeto do Ministério do Interior, que visa emancipar as comunidades indígenas do país.</p> <p><b>VOZ INDIGENA</b></p> <p>Segundo o documento distribuído após o encerramento do simpósio — que usa sempre o termo emancipação entre aspas — é dever dos antropólogos brasileiros conhecer a palavra dos próprios índios como a única autorizada para decidir seu próprio destino. Ao mesmo tempo, acrescenta o documento, cabe aos antropólogos fornecer aos índios as informações que forem por eles solicitadas, para que esse processo de tomada de consciência étnica possa se realizar caberia ainda aos antropólogos, "buscar estratégias de viabilização das soluções propostas pelos índios".</p> <p>Os antropólogos desejam reivindicar maiores garantias para o exercício de suas atividades profissionais, e ressaltam querer assegurar aos índios o direito de opinarem sobre o trabalho da categoria.</p> <p>Durante o encontro, foi lembrada a posição já manifestada em documento anterior, segundo a qual a "ideologia desenvolvimentista" seria o grande inimigo da integridade das minorias étnicas do país. "O projeto desenvolvimentista — raciocinam os antropólogos —, que exprime brutalmente a atitude básica da civilização ocidental, nega a diversidade, não consegue tolerá-la. Na verdade não consegue entendê-la. Mas é essencial sublinhar a necessidade e a viabilidade de se pensar o Brasil como sociedade que tem espaço para a diversidade étnica e cultural".</p> <p><b>POSSEIROS SAIRÃO</b></p> <p>A respeito de novos conflitos no Rio Grande do Sul entre índios e posseiros de Nonoai e a recusa dos colonos de Xapacó, em Santa Catarina, de se retirarem da reserva, o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira garantiu ontem que até o final do governo Geisel não haverá nenhum intruso em área indígena.</p> <p>Disse Ismarth que embora pareça inflexível o processo de expulsão é a única solução para a saída dos posseiros que ainda permanecem nas áreas indígenas dos três estados do Sul.</p> <p>O presidente da Funai forneceu, também, o quadro de posseiros do Sul segundo o último levantamento feito pelo Incra: de um total de 422 posseiros 136 se recusam a ser transferidos para outro Estado: apenas no PI Guarita existem 80 famílias das quais 25 não querem a transferência. Em Barão de Antonina, no Paraná, dos 219 colonos, 73 não querem sair do Estado. Em Ligeiro, RS, 55 aceitam a transferência e 18 não aderiram ao projeto. Em Apucarana, no Paraná, das 24 famílias, dez não querem ir para Mato Grosso e em Nonoai não existem mais posseiros.</p>

*Funai*  
*FUNAI*

PT 1025a. 122

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA

DOMINGO — 16 DE JULHO DE 1978

*Cidade de São Luiz*

# Kaingangs ameaçam posseiros no Paraná

**GERMANO DE OLIVEIRA**  
Enviado Especial

Dos dois mil alqueires da reserva indígena Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra — a 100 quilômetros de Londrina —, mais de 600 alqueires estão ocupados por 216 famílias de colonos, contratados por dois posseiros. Enquanto a Funai se prepara para retirá-los da área, os colonos não aceitam a idéia, já que a maioria mantém contratos de arrendamento com os posseiros para a exploração das terras por mais dois anos. Os 320 por seu lado, não concordam com a permanência dos "portugueses" em suas terras e estão dispostos a "atacar" se for preciso, para defendê-las. Soldados da Polícia Militar estão no local para evitar o confronto e impedir a entrada de novos colonos na reserva e existe um esquema para intervir na área a qualquer momento.

O problema é antigo na reserva, mas agravou-se agora com a intenção do governo federal de retirar os intrusos de todas as reservas indígenas do País, como já aconteceu em Noioai, no Rio Grande do Sul. Recentemente a Funai realizou um levantamento na reserva de São Jerônimo da Serra e constatou "o esbulho que está sendo praticado contra o patrimônio do índio", conforme afirmou Alvaro Villas Boas, chefe da 12ª Delegacia Regional do órgão, em Bauru, e responsável pela área.

Dos dois mil alqueires da reserva, os índios ocupam fisicamente apenas 400 alqueires, com o plantio de arroz, milho, feijão e criação de gado. Dos 600 alqueires invadidos pelos colonos, 300 são dominados por Salvador Santaella e outros 300 por João Batista Bueno, que mantém suas posses "com capangas armados", segundo funcionários da Funai, índios e colonos.

## Prefeito e médico refutam denúncias

O prefeito de São Jerônimo da Serra, Edson Coppla, acusado de estar defendendo os interesses dos posseiros em detrimento dos índios, e o médico Salvador Santaella, de Londrina, acusado de ocupar ilegalmente 300 alqueires da reserva indígena, além de arrendar as terras a colonos, estranharam ontem as denúncias e prometeram acatar as decisões da Justiça sobre o problema.

Edson Coppla negou estar defendendo os interesses dos posseiros e disse que a Funai está interpretando "erroneamente" sua posição com relação à invasão das terras indígenas. "Nunca prometi aos colonos que eles teriam as terras que ocupam legalizadas. Mesmo porque a terra é da Funai e está registrada em cartório. O que eu prometi foi que iria lutar para resolver o problema".

No entanto, no dia 25 de agosto de 75, Edson Coppla, quando era o presidente da Câmara de Vereadores da cidade, enviou um memorial ao governador do Paraná "pedindo providências no sentido de se legalizar as terras dos índios aos lavradores e moradores que se encontram nelas". E a legalização das terras indígenas para os colonos foi um dos tópicos que utilizou para se eleger prefeito em 76, incluindo esse assunto no

panfleto publicitário que anunciava sua plataforma eleitoral.

O prefeito disse que não poderia defender os interesses dos posseiros porque sempre ajudou os índios e acha que eles devem ser protegidos. "Forneço material escolar para os filhos dos índios estudarem. As vezes forneço remédios. Tenho até um compadre índio. No último domingo uma índia morreu e eu é que comprei seu caixão".

Já Salvador Santaella disse ter comprado o direito de posse da área e que somente deixará as terras depois que a Justiça decida que ele não tem direito à posse.

Ele afirmou que as terras não pertencem aos índios e que as terras ocupadas são devolutas. "Comprei os direitos da posse há dois anos de Jorge Sales Batarsi, dando-lhe em troca uma área de terras que tinha em Guaraniacu. O Batarsi me passou um documento de posse expedido pelo Estado em 1870 e que desde essa época vem passando de posseiro para posseiro. Antes mesmo de inventarem a SPI e a FUNAI já existiam posseiros na região".

Por isso mesmo, quando o médico adquiriu a posse entrou na Justiça pedindo a legalização da área pelo usucapião. "O processo está tramitando no Tribunal Federal de Recursos, pois perdi a causa no Tribunal do Paraná".

PT 10256 122

*Lista FUNAI*

PT 4025a 122

ru, e responsável por...  
Dos dois mil alqueires da reserva, os índios ocupam fisicamente apenas 400 alqueires, com o plantio de arroz, milho, feijão e criação de gado. Dos 600 alqueires invadidos pelos colonos, 300 são dominados por Salvador Santaella e outros 300 por João Batista Bueno, que mantém suas posses "com capangas armados", segundo funcionários da Funai, índios e colonos.

No último dia 23 de maio, a Funai, já com planos de remover os colonos, solicitou ao batalhão de Polícia Militar em Jacarezinho — responsável pela segurança da região — alguns soldados para impedir a entrada na Reserva de novos intrusos e evitar conflitos entre índios e posseiros.

No entanto, os dois soldados de plantão no local vêm recebendo ameaças anônimas para que deixem a área. Eles comunicaram o fato ao comandante do batalhão, que enviou 25 soldados para desarmar os colonos e moradores das proximidades da reserva. Os soldados afirmaram que possuem determinação para intervir na área "quando isso for necessário".

Os índios são proibidos de entrar na área dominada pelos posseiros, por pessoas armadas, sobretudo nas terras de Salvador Santaella, conforme denuncia o capitão dos Kaingangs, Antonio Pedro Juvencio. Até três meses atrás, as posses eram protegidas por um "capataz" de Santaella conhecido por Zezão, que andava armado com dois revólveres e até fuzis, fato confirmado até mesmo pelos colonos. Mas, há 90 dias, os próprios colonos mataram o Zezão. Ele havia expulsado da posse os irmãos Jaime e Aécio Rodrigues por não terem pago a Santaella os 25% do arrendamento das terras. No entanto, Narciso Seste Filho, "braço direito" de Santaella já prometeu aos colonos e aos índios que "arrumará um outro capataz pior que o Zezão".

Além de invadirem as terras dos índios, os posseiros os exploram. Há quatro anos, o João Batista Bueno roubou 800 palanques de madeira nos índios, mas a Polícia Federal interviu e ele acabou sendo condenado a dois anos com "sursis". O capitão Antonio Pedro Juvencio disse que os índios trabalham como "boias frias" para os portugueses e só recebem 25 cruzeiros por dia, quando os outros trabalhadores ganham de 50 a 60 cruzeiros. "Quando o índio não pode pagar suas contas, o português toma as ferramentas como pagamento.

A maioria dos colonos, no entanto quando entraram na reserva desconheciam que as terras pertenciam aos índios. Leodon Ferreira Dias está ocupando 4,5 alqueires há 13 anos. "O dr. Salvador disse que era para vir, que as terras eram dele. Ele prometeu que fãmos ter até consultas de graça, mas nunca veio aqui. Quem recebe o arrendamento é o capataz dele, o Narciso. Antes era o Zezão que vivia armado e dando tiros".

contram nelas". E a legalização das terras indígenas para os colonos foi um dos tópicos que utilizou para se eleger prefeito em 76, incluindo esse assunto no

da área pelo usucapião. "O processo está tramitando no Tribunal Federal de Recursos, pois perdi a causa no Tribunal do Paraná".

Lacta FUNAI

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Funai faz levantamento em Aripuanã</b></p> <p>Para evitar reclamações de possíveis interessados quando de sua retirada, a 8ª Delegacia Regional da Funai decidiu fazer um levantamento completo sobre o número de colonos que ainda se encontram na área da reserva do Posto Sete de Setembro, no Parque Aripuanã, em Rondônia, onde habitam os índios suruí. A retirada desses colonos já deveria ter sido feita há alguns dias, mas como não foi autorizada cobertura policial para os funcionários da Funai entregarem as intimações, o assunto foi suspenso.</p> <p>Agora, o delegado regional da Funai, Delecio Vieira, diz que primeiro vai ser feito um trabalho de identificação dos colonos e só depois o órgão dirá quando vai sair da reserva e quando.</p> <p>com seu território, e a incorporação deles como mão-de-obra barata no sistema econômico nacional.</p> <p>"Enquanto antropólogos -- prosseguem -- nosso dever é reconhecer como ponto de partida, que a palavra final, a última autoridade, sobre o destino das populações indígenas, deve ser dada pelos próprios índios, em seu processo de consciência etnológica."</p> <p><i>Posto FUNAI</i></p>

PT 10252 122

PT 10252 122



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

82

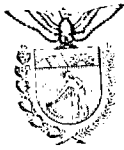
NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Funai acha que Gimi faz contestação</b></p> <p>Brasília, 28/02/78</p> <p>O presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, chamou ontem de "pura contestação" as críticas do Conselho Indigenista Missionário ao projeto de emancipação dos índios e reafirmou que o Ministro Rangel Reis está disposto a ouvir sugestões para aperfeiçoar a minuta do projeto antes de levá-la ao Presidente Geisel.</p> <p>O General informou que a partir da segunda quinzena de julho a Funai fará reuniões regionais de antropólogos para a discussão da minuta. Em seguida, haverá um encontro nacional de antropólogos, durante dois dias, em Brasília, do qual participarão profissionais escolhidos nos encontros regionais. Estes serão abertos à participação de qualquer antropólogo, e o texto da minuta será distribuído com antecedência.</p> <p><i>Poster FUNAI</i></p>

PT 1250.122



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

QUINTA FEIRA - 14 DE SETEMBRO DE 1978

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Estado de São Paulo*  
**Funai acusa os antropólogos de evitarem diálogo**

**Da sucursal e do serviço local**

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, lamentou, ontem, ao encerrar o encontro dos antropólogos brasileiros que discutiram, em Brasília, o projeto de emancipação de índios pretendida pelo ministro do Interior, que os pesquisadores brasileiros tenham fechado questão contra a elaboração do plano que, segundo ele, tem como objetivo estabelecer salvaguardas para evitar qualquer processo brusco de integração de índios na sociedade nacional.

"Os antropólogos brasileiros perderam uma grande oportunidade dada pelo governo para eles próprios orientarem a política a ser adotada no futuro ao inevitável processo de emancipação do índio."

Esta afirmação do general deixou os antropólogos preocupados. Eles temem que, mesmo como a posição unânime contra qualquer alteração no Estatuto do Índio, no presente momento, o governo leve adiante o projeto já elaborado e que apresenta sérias distorções, na opinião dos especialistas.

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou ontem por unanimidade moção de autoria de Flávio Bierrembach, de "total e irrestrito apoio aos antropólogos contrários ao projeto do Ministério do Interior, que pretende regulamentar a emancipação de grupos indígenas". Bierrembach acentuou que também é preciso "o apoio da classe política, dos professores, de todas as pessoas de bom senso, que se preocupam com esse problema dos indígenas no País".

*Handwritten notes:*  
Cópia de 17/09/78

**Cimi denuncia Aracruz**

**Do correspondente em VITÓRIA**

A invasão de terras pertencentes aos remanescentes dos tupiniquins no município capixaba de Aracruz, pela Aracruz Celulose (multinacional que ainda este ano dará início à operação de uma fábrica para produção de 400 mil toneladas anuais de celulose) foi a principal denúncia feita ontem, na Arquidiocese de Vitória, na abertura de uma série de reuniões promovidas pelo Cimi - Conselho Indigenista Missionário, para debater a situação dos grupos indígenas do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia.

Segundo a denúncia feita pelo diretor do Museu de Biologia Mello Leitão, Augusto Ruschi, a Aracruz Celulose, para plantar 40 milhões de pés de eucalipto, além de comprar terras devolutas do Estado, "apossou-se de 40 mil hectares de terras dos índios, pagando-lhes ridículas indenizações".

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

IGREJA

*Cobras de Notícias*  
*11/6/21/28*

# Deixem os índios em paz

**A situação dos índios do Sul do Brasil foi discutida semana passada em Palmas. Para os missionários, o índio tem problemas por causa dos "brancos"**

Os problemas dos indígenas do Sul do Brasil foram assunto de análise por parte da Coordenação do Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário. Cimi, nos dias 6 e 7 últimos, na cidade de Palmas. Na questão da terra, abordada em especial, foram discutidos os movimentos de Rio das Cobras e Nonoai, onde há pouco tempo, os indígenas expulsaram os colonos. As insinuações por parte de algumas autoridades de que os índios foram instigados e orientados por estranhos para tomar esta atitude, e também a afirmação por parte de altos funcionários da Funai, de que o índio só deve obedecer e não planejar, foram vistas pelos membros do Conselho como uma procura por parte do Inca e Funai de um "bode expiatório" para pagar "peça crônica omissão desses órgãos na solução da questão indígena e dos colonos sem terra".

Mangueirinha foi tema de debate em especial, já que até hoje não foi encontrada uma solução para o caso do 8.976 hectares de área indígena (mais da metade do total) que, em 1949 foram tirados dos índios Kai-gangs e Guarani, pelo então Governador Paranaense de Colonização, vendidos ao Grupo Forte Khury e, posteriormente, negociados à firma Slaviero & Filhos SA - Indústria e Comércio de Madeiras. O Cimi tem feito contínuas denúncias a respeito do caso

e, desde que este trabalho teve início, tem também recebido pressões que, segundo o padre Natalício Weschenfelder, um dos coordenadores na região Sul, se faz porque esta questão envolve muitos interesses.

Durante o encontro, os coordenadores denunciaram a ocorrência de atentados contra a vida do Padre Natalício e uma campanha junto a membros da Igreja para que haja a difamação das atividades do Cimi. Ao final, os missionários chegaram à conclusão que a solução ideal para Mangueirinha, depois de devovidas as terras aos índios, é que se crie um parque indígena naquela área, que possui 120 mil pinheiros e cerca de 150 mil imbuúas além de outros tipos de madeira de lei. Segundo os coordenadores presentes, está é a única solução para evitar uma depredação da reserva local por serrarias do DGPI, ou seja, Departamento Geral do Patrimônio Indígena da Funai, "que em nada difeririam das serrarias da Slaviero".

A vida dos índios que não integram as reservas e se espalham pelos Estados do Sul foi outro tema debatido e analisado no encontro. Para os missionários o "problema é grave", porque mesmo subsistindo durante em profissões de pouco rendimento, estes índios afirmam que preferem esta vida à das reservas, onde levam vida de escravos. Sobre isso, ficou decidido que um

maior contato com esses grupos será mantido, para melhor compreensão desta situação. A solução a ser conseguida, da forma que os grupos permaneçam unidos a seus povos.

Outro assunto colocado em pauta pelos missionários foi a "propalada emancipação do índio pelo Ministro Rangel Reis", encarada como "mais uma ameaça à sobrevivência desses povos". Para o Cimi, "não é mero acaso o fato de que estas medidas venham a ser tomadas no ano em que expira o prazo legal de demarcação de todas as áreas indígenas no Brasil e que estas alterações no Estatuto do Índio, anunciadas para julho, "e já programadas há muito tempo, aguardando o Ministério do Interior apenas o momento oportuno para realizá-las".

Segundo o padre Egon Heck, outro coordenador do Cimi, esta seria a oportunidade de lançar as medidas, já que agora os índios estão em pleno movimento para recuperação de suas terras, e que o "governo deverá garantir através de instrumentos legais, a propriedade coletiva e inalienável das terras aos grupos indígenas". "Garantir não só pequenas reservas expropriadas, mas também as terras que foram roubadas aos índios para que sejam aptas e suficientes ao desenvolvimento e crescimento do grupo e compatível com sua cultura tradicional", frisou.

*Est. Ind. FUNAI*

*Dr. ...*

NOME: .....  
 FILIAÇÃO: .....  
 RESIDÊNCIA: .....

## Senador emedebista pede extinção do Incra e Funai

DATA	PROCEI

BRASILIA (Sucursal) — A ação do Incra e da Funai foi duramente criticada ontem pelo senador opositorista Evandro Carreira, para quem o problema da distribuição equitativa da riqueza no país exige, antes de mais nada, a extinção desses dois órgãos, que ao lado do IBDF, da Sudepe e do Funrural, foram classificados pelo parlamentar de "valhacoutos, nepotistas e sinecuristas nesta Pátria".

O Incra, no entender do senador, já deveria ter sofrido uma transformação ou sido expungido do quadro administrativo brasileiro, porque até hoje "não resolveu o problema mais gritante da distribuição equitativa da terra no Brasil, um dos capítulos da questão social brasileira".

### CONFUSÃO

Segundo Carreira, esse instituto, ao instalar um projeto fundiário em Humaitá, para onde haviam-se deslocado colonos em massa, "criou a maior confusão e o maior pandemônio do mundo". Na "mixórdia" provocada pelo Incra, conforme assinalou, há mudança a todo instante de diretores, chefes de repartição e responsáveis pelos projetos e departamentos. "Cada um — frisou — traz um critério, dá uma licença de ocupação, faz uma discriminatória e cada um toma uma posição".

Na oportunidade, exibiu carta que lhe foi enviada pelo prefeito de Humaitá, denunciando que o Incra, que lá gasta mais de 10 milhões de cruzeiros por ano, para sustentar seus funcionários, até hoje não deu um só título de terra, a não ser às "celebérrimas licenças de ocupação", que, a exemplo, do que ocorre com o aval oferecido pelo próprio instituto, não são aceitas pelo Banco do Brasil e pelo Banco da Amazônia como garantias suficientes para investimentos.

### EXPULSÃO

Como se não bastasse a confusão feita pelo Incra na Amazônia, denunciada inclusive pela Comissão Pas-

fazer justiça social neste País com a presença do Incra e da Funai desarrumando o interior desta Pátria, provocando os maiores e mais perigosos atritos?", indagou Carreira.

Em sua entrevista, Carreira comentou também o que chamou de "escândalo da Jari Florestal", na Amazônia, problema de que, por sua vez, o IBDF não toma conhecimento nem analisa. Considerando o problema da maior gravidade, informou o parlamentar já ter pedido à Comissão de Assuntos Regionais do Senado para investigar e estudar "in loco" a situação.

### ISMARTH NO SNI

O presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, fez ontem ao diretor do SNI, general Carlos Medeiros de Aguiar, um relato "do panorama geral dos problemas na área indígena", no quarto andar do Palácio do Planalto, quando tratou da situação das terras, das bases do novo estatuto e dos atritos havidos nos últimos tempos entre colonos e índios.

Antes de subir ao gabinete do SNI, o presidente da Funai falou inclusive sobre o possível encontro entre o cacique Juruna e o general Figueiredo, iniciativa que ele considerou "válida" de acordo com a seguinte explicação:

"O Mário Juruna poderia apresentar ao candidato à Presidência um panorama, se bem que restrito mas do ponto de vista do índio, e competirá à Funai dar depois a visão do órgão".

Sobre a pretensão do presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio de Brito, de se criar um grupo de trabalho com todas as classes envolvidas no problema do índio para estudar a situação das terras indígenas, o general Ismarth afirmou que "ao delimitar as áreas reservadas, a Funai

apenas obedece a uma lei específica sobre o assunto".

"Não há terras de sobra para os índios — explicou o presidente da Funai — porque é preciso conhecer antes o estágio deles, os hábitos como a caça e também não acredito que tenham áreas imensas".

### DESAPROPRIAÇÃO

A presidência do Incra aprovou a desapropriação, por interesse social, de uma área de 20 mil hectares localizada nos municípios paranaenses da Santa Helena, Medianeira e São Miguel do Iguçu. Essas terras se localizam na faixa de fronteiras, na divisa do Brasil com o Paraguai, e, em consequência, foram incluídas na área prioritária para fins de reforma agrária.

Em determinadas áreas, como por exemplo a gleba São José, que corresponde a 40 por cento do imóvel expropriado, de um total de 217 famílias, apenas 14 são portadoras de títulos, o que contribui para aumentar ainda mais o clima de tensão social ali reinante.

## Bispo denuncia situação dos índios no RS

BRASILIA (Sucursal) — O bispo de Chapécó, no sul do país, dom José Gomes, divulgou através do Conselho Indigenista Missionário CIMI, um estudo sobre o problema de terras indígenas no sul do país e a interpretação de latifúndio que está sendo dada a essas reservas, além de alertar sobre o problema da localização dos colonos expulsos dessas áreas.

Segundo dom José Gomes, o espaço dividido pelas famílias indígenas, nos quatro estados do sul é, em média, de 75 hectares.

No caso específico de Nonoai, acrescenta, numa área de 14.910 hectares residem 238 famílias de índios e mais de 1000 famílias de colonos. "Isso significa, diz dom José que cada família não pode usar mais de 14 hectares sem contar, evidentemente, com a área ocupada pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena".

*Arquiteto FUNAI*

PT 1 025a-122

problema da localização dos colonos expulsos dessas áreas.

Segundo dom José Gomes, o espaço dividido pelas famílias indígenas, nos quatro estados do sul é, em média, de 75 hectares.

No caso específico de Nonoai, acrescenta, numa área de 14.910 hectares residem 238 famílias de índios e mais de 1000 famílias de colonos. "Isso significa, diz dom José que cada família não pode usar mais de 14 hectares sem contar, evidentemente, com a área ocupada pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena".

#### INOPERANCIA

O bispo de Chapecó afirma que à política, à inoperância, e omissão do ministério do Interior, a quem estão afetos os índios e do ministério da Agricultura, que deve garantir terras aos agricultores sem terra, é que cabe o peso dos problemas sociais que vem se deflagrando no sul do país e em outras regiões onde índios e colonos disputam a terra para sua sobrevivência.

Com relação à transferência dos colonos para Mato Grosso, dom José considerou questionável a decisão, na medida em que o secretário do Interior e da Justiça daquele estado afirmou que "não existem mais terras negociáveis na região".

Finalmente, o bispo lembrou que em Rondônia mais de 16 mil famílias rondam as estradas à procura de um palmo de terra. No Acre, mais de 40 mil seringueiros já foram expulsos de suas terras ocupadas há mais de 80 anos, e mais de 40 mil trabalhadores já passaram para a Bolívia. Enquanto isso, no Pará, mais de 100 mil trabalhadores estão sendo expulsos atualmente, e mandados para o Amazonas.

permissões, licenças de ocupação", que, a exemplo, do que ocorre com o aval oferecido pelo próprio instituto, não são aceitas pelo Banco do Brasil e pelo Banco da Amazônia como garantias suficientes para investimentos.

#### EXPULSAO

Como se não bastasse a confusão feita pelo Incra na Amazônia, denunciada inclusive pela Comissão Pastoral da Terra, conforme salientou, chega a Funai e decide que um trecho de terras ocupadas por colonos em Boca do Acre, com títulos definitivos, pertence aos Aripuanas, determinando a retirada dos moradores: "Expulsaram os colonos a bala, com ameaças terríveis".

"Cito o nome de um dos prejudicados sr. Mário Diogo, ex-deputado estadual, ex-prefeito de Boca do Acre, cujo avô chegara àquela terra há 100 anos — ele já é um homem com 65 anos de idade — mas a Funai decidiu que a terra é dos Aripuanas. Será que se pretende mesmo

### *Funai contesta Darci Ribeiro*

BRASILIA (Sucursal) — A Fundação Nacional do Índio distribuiu ontem a seguinte nota:

"A Funai esclarece que não tem fundamento as acusações formuladas em matéria assinada pelo sr. Ricardo Carvalho e publicada na "Folha de S. Paulo" de 15.07.78, em relação às terras dos índios Kadiweus, na serra da Bodoquena.

"Inicialmente, porque a reserva bodoquena não abriga a população indicada, de 15 mil índios, e sim 692 pessoas distribuídas em quatro aldeias.

"Para esses índios, as terras da reserva, num total de 374.024 Ha representavam, pela extensão, perigo iminente de invasão com o avanço das frentes pioneiras. Em face disso, o SPI arrendou os pastos a partir de 1966 a 97 arrendatários. Com isso, garantiu o futuro da propriedade do índio e, ao mesmo tempo, uma renda que é reinvestida em benefício dos próprios índios. Em 1977, a Funai reajustou os arrendamentos e com os resultados auferidos implanta na área projetos de desenvolvimento comunitário.

"A não existência de arrendatários, portanto, daria lugar a invasões talvez irreversíveis enquanto, atualmente, o Governo detém a posse pacífica de todo aquele patrimônio do índio."

N. da R. — As acusações a que se refere a nota da Funai foram feitas publicamente pelo antropólogo Darci Ribeiro, perante cerca de 1.500 pessoas, durante debate sobre "A Questão Indígena", realizado na tarde da sexta-feira, dia 14 do corrente, no campus da Universidade de São Paulo, no âmbito da 30.ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O repórter limitou-se a transcrever o que foi dito na ocasião.

PT 1 025a-122

# Sul oferece terras a ex-colonos de Nonoai

## Ismarth entrega relatório ao SNI

Da sucursal de PORTO ALEGRE e do correspondente

Assegurar ao índio a utilização integral das terras que sempre foram suas, mas, ao mesmo tempo, conceder áreas aos posseiros, que nada têm, seria, segundo o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, a única fórmula capaz de resolver o impasse entre eles. Ontem, ele entregou ao chefe do SNI, general Otávio Medeiros de Aguiar, um relatório a respeito do problema da disputa de terras entre posseiros e índios.

Embora informando que boa parte do relatório é dedicada ao incidente Nonoai, Ismarth de Oliveira recusou-se a dar pormenores sobre as sugestões e informações encaminhadas ao SNI. Ele apenas acrescentou que a pressa na solução do problema é justificada, também, pelos prejuízos causados à agricultura com a sua proteção.

Em Campo Grande, o cacique Mário Juruna disse que, num encontro a ser marcado com o general João Baptista Figueiredo, encaminhará um pedido de concessão de salário

mínimo aos caciques, a título de ajuda de custo para suas viagens e manutenção. Além disso, os caciques vão entregar uma relação de nomes de pessoas que eles gostariam de ver aproveitadas na Funai. Essa lista, porém, está sendo mantida em segredo pelos índios.

### POLITICAGEM

Os conflitos entre posseiros e índios que eclodiram no Sul do País, foram motivados por interesses eleitorais de políticos, ávidos dos votos dos colonos ocupantes de terras indígenas, que manobram os Ministérios do Interior e da Agricultura. A afirmação foi feita, em Brasília, pelo bispo de Chapecó, Santa Catarina, dom José Gomes, que considera a politicagem e inoperância desses dois Ministérios os maiores entraves à ação da Funai para retirar dali os colonos, cumprindo a lei que proíbe a ocupação de terras indígenas por terceiros.

O bispo disse que sobre estes fatos de injustiça tão clamorosa é que se deveria chorar, e não derramar "lágrimas de crocodilo" sobre os colonos que foram expulsos de Nonoai pelos índios.

Da sucursal de PORTO ALEGRE

Quase dois meses depois de determinar o alojamento em Esteio dos primeiros colonos gaúchos expulsos das reservas indígenas, o governador Sinval Guazzelli apresentou ontem uma opção para as 145 famílias de agricultores que não querem sair do Rio Grande do Sul: módulos de 15 a 20 hectares na propriedade da empresa agropecuária Coxilha Negra, no distrito de Hulha Negra, município de Bagé, a 370 quilômetros de Porto Alegre, ao preço de dez mil cruzeiros o hectare, pagáveis em 12 anos. Enquanto Guazzelli anunciava a nova opção à imprensa, ontem à tarde no Palácio Piratini, o secretário da Agricultura, Getúlio Marcantonio, explicava pormenores do reassentamento aos colonos, em Esteio, oferecendo o projeto para adesões.

A propriedade de 2.604 hectares está situada num núcleo de colonização eslava da fronteira gaúcha, onde se desenvolve um sistema de cooperativismo bem-sucedido, e, segundo o governador gaúcho, foi escolhida por se tratar de "terra preta, plenamente agricultável e de excelente qualidade". Depois de lembrar a carência de terras — "o Estado não tem glebas suficientes para o reassentamento dos colonos, pois depende de decisão judicial quanto à fazenda Sarandi, de 3.200 hectares (invadida parcialmente)" — Guazzelli enumerou as vantagens da opção apresentada ontem: "Crédito fundiário, preço acessível, prazo favorável e assistência técnica através da cooperativa local e da própria Secretaria da Agricultura do Estado".

O governador gaúcho enalteceu o sistema cooperativista como "o melhor para dar condições de assistência e recursos técnicos ao pequeno agricultor, incapacitado de adquirir sozinho um trator". Depois de ressaltar que as terras oferecidas são ótimas para o cultivo de soja, trigo, milho e arroz, recomendou aos colonos que associem a pecuária de leite à lavoura. Disse que numa propriedade de 15 a 20 hectares, o agricultor "pode ter duas a quatro vacas e assim disporá de até 40 litros diários de leite para sua família e o restante para vender à cooperativa". Acrescentou que os módulos obedecerão o número de filhos em cada família (até três filhos 15 hectares, de três a cinco filhos 18 hectares e mais de cinco filhos 20 hectares) e destacou tratar-se de uma experiência nova, na qual se associará crédito fundiário ao sistema cooperativista. Na verdade, o governo estadual participará dos custos da terra subsidiando o preço em Cr\$ 5 mil por hectare — o valor de compra é de Cr\$ 15 mil e o de oferta Cr\$ 10 mil — e, também, os juros, devendo toda a operação ser realizada pelo Banco do Brasil, por meio de sua carteira de crédito agrícola.

Guazzelli afirmou que essa opção é específica para as famílias que se encontram alojadas em Esteio, devendo ser estudada uma oportunidade semelhante para as famílias que invadiram a fazenda Sarandi e aquelas que estão desabrigadas nas estradas que dão acesso a Nonoai. Acrescentou que ainda há a possibilidade de transferência para Mato Grosso: "Há pouco, conversei com o ministro Rangel Reis e ele me informou que ainda existem terras por lá". O governador informou ainda que as primeiras famílias deverão ser deslocadas nos próximos dez dias. Os demais posseiros que estão em outros locais do Estado (Nonoai e fazenda Sarandi) terão que esperar por outra solução.

Boa Funai

PT 1025a.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

### Emancipação dos indígenas

*Rebun do Paraná - 26/07/78*

Ao falar ontem à imprensa, em Curitiba, sobre o projeto de emancipação dos índios brasileiros e que deverá nos próximos dias ser apresentado ao presidente da República, o ministro do Interior, Rangel Reis, disse que está averiguando as colocações feitas pelo antropólogo e educador Darci Ribeiro, durante a 30.ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para ver com que fundamentos foram feitas. "Ele poderá ser processado", acentuou o ministro, reconhecendo pouco depois que não tem nenhuma objeção quanto a sua participação nos debates que serão feitos para aperfeiçoamento do projeto, em Brasília.

Quando da realização de uma das conferências sobre a questão indígena, na Universidade de São Paulo, onde se deu a reunião da SBPC, Darci Ribeiro levantou algumas suspeitas no sentido de que o governo tinha interesses de aprovação no projeto de emancipação por motivos políticos subalternos ao Minter, conforme o noticiário da imprensa nacional. "Fiquei surpreendido com as declarações feitas por aquele antro-

pólogo", frisou ainda o ministro, referindo-se às suspeitas levantadas por Darci Ribeiro, ou seja, de que o Minter poderia estar beneficiando fazendeiros da reserva (ocupada por cerca de 400 índios) Kadiweu, na região de Boloquenha, no Estado do Mato Grosso do Sul.

#### PROJETO

Segundo o ministro do Interior, o projeto de emancipação dos índios brasileiros — atualmente em número aproximado de 180 mil — pretende a regulamentação de alguns capítulos do Estatuto do Índio, estando em estudos há quatro anos e que a "nossa intenção é a melhoria das comunidades indígenas". Assim, para Rangel Reis, o ideal é que os índios — gradativamente — se incorporem à civilização, sendo contrário à tese de que devem permanecer isolados do processo de desenvolvimento. Por outro lado, completou dizendo que as terras da reserva de Kadiweu foram doadas aos índios no tempo do império — perto de 450 mil hectares — e que a Funai admite arrendatários naquela e em outras regiões, mas

que, segundo ele, pagam o que é preciso, "revertendo os benefícios em prol da comunidade indígena". Rangel Reis lembrou, que no caso dos índios que desejarem ainda viver em suas terras, não sofrerão perdas das mesmas.

Conforme o ministro, o projeto de emancipação será "bastante rigoroso", levando-se em consideração aqueles que realmente têm vontade em se retirar de suas áreas para participar das diversas atividades nos grandes centros. "Conheço índios que são vereadores e engenheiros agrônomos e não vejo nenhum mal nisso", completou, frisando que, sobre a emancipação, deverão ser observados critérios quanto "conhecimento das coisas do Brasil e da língua portuguesa". Na sua opinião ainda, a questão do isolamento do índio "é um ponto filosófico", embora discutível. "Afinal ele não é nenhum ser diferente dos outros", concluiu Rangel Reis em suas observações, poderando que assim que retorne da sua visita à Colômbia (para assistir à posse do novo presidente daquele país), apresentará o projeto ao general Geisel.

*Costa FUNARI*



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

*O Est. de S. Paulo 1. 9. 78*

**Rangel pede ação contra antropólogo**

**Da sucursal de  
BRASÍLIA**

Enquanto o ministro Rangel Reis, do Interior, anunciava, ontem, em Brasília, ter encaminhado à Procuradoria Geral da República denúncia contra o antropólogo Darcy Ribeiro, acusado de calúnia pelo ministro por suas declarações durante a reunião da SPBC, em São Paulo, o Conselho Indigenista Missionário divulgava nota de apoio ao antropólogo, publicando, ao mesmo tempo, a lista dos 111 arrendatários que ocupam ilegalmente a área indígena Kadiweu, citados por Darcy Ribeiro.

"Já é de conhecimento público que o prazo dos arrendamentos de Bodoquena, onde vivem os kadiweus, foi prorrogado pelo Ministério do Interior, em desrespeito flagrante ao Estatuto do Índio, como também é pública a situação de miséria que enfrentam estes índios que não recebem o lucro obtido com os arren-

damentos. Por este motivo — acentua o Cimi — é que o ministro Rangel Reis precisa vir respaldado por multa-lama e corrupção para ousar ameaçar Darcy Ribeiro de processo, pelo fato de ele ter feito estas declarações".

"Esta é uma técnica — acentua o Cimi, por meio de seu secretário executivo Egydio Schawde — para enganar a opinião pública e camuflar a política necrófila e de "emancipação" que desde o início de seu governo Rangel Reis vem pregando e executando."

Egydio afirma que há exatamente dois anos o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, utilizou contra ele a mesma tática, quando o padre acusou o órgão de ter fornecido certidão negativa em terra dos índios kullinas, no Alto Envira, Acre, ao grupo Atlântica Boa Vista, Projeto de Desenvolvimento Novo Oeste. "Até hoje — afirma o padre — estou esperando aquele processo. Hoje

todo o mundo sabe que o Projeto de Desenvolvimento Novo Oeste, cujo diretor é o ex-presidente da Funai, general Bandeira de Mello, exibe até duas certidões negativas, ambas fornecidas pelo atual presidente da Funai".

**ÍNDIOS LIBERTADOS**

Foram libertados, no último domingo, três dos cinco índios da reserva indígena de Dourados, que estavam detidos na cadeia pública desta cidade por determinação do delegado

Jair de Oliveira, da 9ª Delegacia Regional da Funai, em Campo Grande. Os índios foram detidos na semana passada, sob a acusação de terem comandado uma rebelião contra o chefe do posto indígena do município, Valdelino Bravin. No depoimento, eles alegaram que Bravin estava protegendo outros índios e apolando uma série de irregularidades denunciadas dentro da reserva, que abriga em torno de 3 mil pessoas das tribos terena, guarani e caiuas.

*Partida  
Assinatura  
FUNAI*





Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO  
**Antropólogos contra emancipação indígena**

*Opereis de Notícias - 13/07/28*  
**Brasília** - Cerca de 50 antropólogos de vários estados brasileiros, reunidos ontem pela Funai, fecharam questão contra a emancipação indígena, recusando-se a apresentar sugestões para a minuta do projeto. O antropólogo Roberto Cardoso, autor da proposta alternativa do Ministério do Interior, aderiu a posição, e seu trabalho não chegou a ser lido em plenário.

O principal argumento dos antropólogos, apresentado em parecer escrito, consiste na inoportunidade de regulamentar a emancipação, uma vez que as funções da tutela ainda não foram cumpridas. Para eles, emancipar grupos indígenas agora equivale ao Estado eximir-se das responsabilidades de proteção e desenvolvimento de condições propícias a integração - que levaria, posteriormente, a emancipação.

Os antropólogos - tanto os vinculados a Funai quanto os estranhos a ela - afirmam que o momento atual é particularmente inoportuno para deixar os índios desprotegidos (livres da tutela), devido a forte expansão interna no Centro-Oeste e Norte do País, liderada por grandes grupos empresariais. A emancipação, assim, representaria entregar os índios a forças infinitamente mais poderosas que lhes arrebatarão, em maior ou menor prazo, as terras a vil preço, por grilagem ou por execu-

ção de dívidas, absorvendo-os como mão de obra barata.

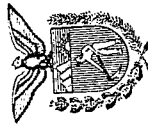
O parecer prossegue afirmando que a emancipação deve ser o desfecho de um processo que permita as comunidades indígenas construir instrumentos eficazes de defesa de seus interesses, o que ainda não foi alcançado. Os antropólogos destacam ainda a importância de respeitar a diversidade cultural dos índios, e concluem frisando que este não é o momento de regulamentar a emancipação, mas o de pensar nas responsabilidades da tutela, garantindo aos índios proteção física e cultural, educação, saúde e, prioritariamente, a demarcação de suas terras.

Um dos argumentos mais bem fundamentados contra a regulamentação da emancipação foi o do antropólogo Egon Schaden. Ele defendeu a impossibilidade de fixar normas gerais para a emancipação indígena.

*Pasta FUNAI*

29

Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL



Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

# Candidato debate emancipação do indio

Journal do Brasil - 17/09/78

Brasília — Na próxima terça-feira, a agenda do General Euler Bentes Monteiro em Brasília inclui a visita do sertanista Apoena Meirelles, para expor ao candidato do MDB a posição assumida por sertanistas e antropólogos na semana passada a respeito da emancipação indígena, que foi totalmente rejeitada, mesmo em termos de discussão da minuta do projeto.

O contato com o General Euler, possivelmente, faz parte de uma estratégia informal que visa a obter a maior repercussão e respaldo político à posição assumida, no sentido de evitar uma decisão unilateral de Governo que dê prosseguimento à regulamentação da emancipação indígena, à revelia dos antropólogos.

## Política

Contando com essa repercussão política — que num regime em abertura pode contornar os impulsos para os atos de força — e com o apoio internacional à sua posição, os antropólogos assumiram o risco de não discutir sequer a minuta do projeto. Também política foi a decisão dos antropólogos Roberto Cardoso de Oliveira e Roque Laraia, que retiraram sua proposi-

ta alternativa antes que fosse lida em plenário.

Oficialmente, a justificativa foi de que os autores do substitutivo à minuta do Ministério do Interior julgaram que a autonomia indígena não encontraria respaldo no estatuto do indio, cuja solução jurídica é a emancipação. A autonomia pretendida, ao contrário da emancipação, não retiraria os direitos atualmente garantidos aos índios pelo estatuto, mas reorientaria a atuação da Funai no sentido de promover negociações diretas com as lideranças indígenas, eliminando a filosofia dos projetos de desenvolvimento.

Sabe-se, entretanto, que outros fatores influíram na retirada do substitutivo, determinando a dimensão política da decisão. Os antropólogos reunidos pela Funai, embora não tenha havido um consenso, já chegaram a Brasília com sua posição tomada, o que se manifestou claramente nas primeiras horas do encontro. Assim, os autores do substitutivo sentiram, de imediato, que não teriam respaldo para sua proposta. O risco de assumirem sozinhos a responsabilidade por um anteprojeto no qual reconhecem falhas jurídicas, aliado à consciência de que mantê-lo poderia representar um fracomen-

to pernicioso à classe antropológica, consolidou a decisão.

Significado político teve também o consenso pela primeira vez obtido pela classe em torno de uma idéia, tanto no sentido de representar um amadurecimento da mesma como no de sugerir que se acredita no peso que esta classe — e sua posição — pode ter na tomada de decisões governamentais. O próprio apoio manifestado à Funai — um órgão de Governo — ganhou, praticamente, o conteúdo de uma contrapartida dos antropólogos à rejeição da emancipação.

Os sertanistas e antropólogos classificaram a própria decisão de "consciente". Tecnicamente, o argumento apresentado para a recusa da discussão sobre a regulamentação da emancipação, foi o de que o debate é inoportuno por dois motivos: existem outras prioridades a serem atendidas e a discussão só será pertinente no momento em que as próprias comunidades indígenas reivindicarem a emancipação. Outro ponto levantado foi o de que a emancipação ou a sua regulamentação — representaria abertura para que o Estado abandonasse suas responsabilidades quanto à proteção dos índios.

Os três foram abordados nos pareceres do jurista Dalmo Dallari, dos antropólogos do Departamento de Projetos Comunicitários da Funai, da Fundação Getúlio Vargas, da Escola de Medicina de São Paulo, do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira e também do parecer geral dos antropólogos de vários Estados, endossado na reunião. Apenas os sertanistas Orlando e Cláudio Villas Boas frisaram a necessidade de regulamentar a emancipação, mas ressaltaram que o prazo para isso deveria ficar a cargo de uma comissão especial com juristas, antropólogos e outras pessoas ligadas à problemática indígena.

As prioridades fixadas por todos foram: o reconhecimento, por parte do Estado, de uma nação pluralista que respeite a identidade étnica e cultural dos índios; a demarcação das terras indígenas, de modo a garantir aos grupos seu usufruto e inalienabilidade; o aperfeiçoamento da tutela exercida pela Funai, em todos os sentidos, com maiores recursos humanos e financeiros.

Segundo o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, houve uma distorção da discussão, uma vez que regulamentar a lei não significa aplicá-la.

Roberto CARDOSO DE OLIVEIRA

NOME  
FILIAÇÃO  
PROFISSÃO  
RESIDÊNCIA

PT 102502. 1021



Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Folha de São Paulo*  
**Emancipação  
do índio pode  
sair este ano**  
*13/10/78*

BRASILIA (Sucursal) — Fontes do Ministério do Interior deixaram transpirar ontem que o controvertido projeto de emancipação de grupos indígenas será aprovado ainda este ano e que todo o pessoal da Funai, inclusive seu presidente, general Ismarth de Oliveira, foi aconselhado a não fazer nenhum comentário a respeito, apresentando os fatos como matéria consumada.

A informação circulou pelo Ministério durante uma reunião convocada pelo ministro Rangel Reis e que contou com a participação do general Ismarth, do sertanista Apoena Meireles, além de representantes de todos os departamentos da Funai. Na ocasião, Ismarth voltou a dizer que todas as informações a respeito da emancipação já estavam em poder do Ministério do Interior e que até o momento nada de novo havia sobre o assunto.

Segundo essas mesmas fontes, o projeto será aprovado em curto prazo porque não se trata de um novo decreto-lei mas sim de regulamentação de algumas modificações introduzidas no atual Estatuto do Índio. Portanto, a matéria não será examinada pelo Congresso dependendo, apenas, da aprovação do presidente da República. Consta, ainda, que alguns grupos da Funai estão interessados diretamente na aprovação das emendas dos estatutos porque têm interesses econômicos em áreas indígenas. Esse aspecto já está sendo examinado pelos órgãos de segurança — segundo afirmação do general Ismarth que, após os incidentes no Sul do País entre índios e posseiros, passou a se interessar diretamente por denúncias de corrupção que existiria dentro do órgão indigenista.

*Pasta  
FUNAI*

*PT 110252. 122*

**DONATIVOS**

A embaixada da República Federal da Alemanha reafirmou ontem a afirmação do presidente da Funai de que donativos da embaixada entregues ao cacique xavante Mário Juruna "demonstram um paternalismo absoluto e prejudicial ao índio" afirmando que essa acusação é incompreensível para aquela missão diplomática.

Segundo a nota, a embaixada da RFA não fez nenhum donativo nem a Mário Juruna nem a qualquer outro índio, exceto uma bola de futebol, esclarecendo ainda que a coordenação de cooperação sempre foi feita através da Funai "e assim será também no futuro".

A observação do presidente da Funai foi feita na segunda-feira passada, logo que tomou conhecimento de que o cacique xavante teria procurado a embaixada alemã para conseguir donativos em dinheiro além de material para agricultura e caça, não sendo essa a primeira vez que Mário Juruna procura uma embaixada a fim de pedir donativos.

**DENUNCIA**

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou ontem documento de denúncia dos índios bolivianos Tupak Katari, pela passagem do Dia da Raça, comemorado hoje.



17/10/78

# Revisão do Estatuto do Índio será ampla

Da sucursal de  
**BRASÍLIA**

Contrariando a opinião firmada (oficialmente) pelos principais antropólogos brasileiros, o Estatuto do Índio será regulamentado, nas próximas semanas, não só o seu capítulo referente à emancipação de grupos indígenas, mas também passará, a curto prazo, por uma revisão geral, a ser feita por uma comissão integrada por técnicos do Ministério do Interior, da Funai e representantes do Conselho de Segurança Nacional. Embora esses trabalhos estejam sendo preparados sob sigilo, já é de conhecimento público que o projeto da emancipação manterá os dois pontos mais criticados pelos antropólo-

gos, pois são encarados como uma manobra para a liberação das terras indígenas.

Os dois dispositivos, condenados pelos antropólogos e indigenistas, tratam da destinação das terras, após a perda da tutela, e da iniciativa para se obter a emancipação. O projeto a ser encaminhado ao presidente Geisel estabelece que, após a emancipação, se os índios manifestarem o desejo de utilizar apenas parte das terras que lhes são garantidas por lei, o restante será anexado ao patrimônio do INCRA. O outro ponto estabelece que o processo da emancipação poderá ser pedido pelo índio, individualmente, pela comunidade ou, então, partir da própria Funai, desde que ouvi-

do o índio. Os antropólogos entendem que a iniciativa de pedir a emancipação só pode partir dos interessados, pois, caso contrário, numa administração mal-intencionada, poderá ser promovida a emancipação de grupos que estejam ocupando terras cobiçadas por empresários.

Já em relação à possível transferência para o INCRA das terras consideradas excedentes, após a emancipação, na opinião dos indigenistas ela apenas complementa o processo de espoliação do patrimônio indígena. A participação de integrantes do Conselho de Segurança Nacional na comissão especial que fará a revisão do Estatuto do Índio está sendo encarada, no meio indigenista, como uma ampliação do poder decisório nas questões indígenas.

## Segurança vai influir

Há pouco tempo, o Conselho de Segurança enviou à Funai uma série de recomendações sobre a sua atuação no Sul do País, fazendo críticas à superposição de trabalho dos diversos departamentos do órgão. Há ainda críticas ao fato de a Funai estar agora liberando as terras indígenas invadidas, muitas delas há várias gerações, trabalho que tem criado problemas sociais incômodos, já que o INCRA sempre alegou não dispor de recursos para assentar colonos que ocupavam áreas indígenas que "nunca foram protegidas e demarcadas pela Funai".

No Nordeste, por exemplo, há várias cidades encravadas em terras reconhecidas como "habitat" de índios: Rodelas, na Bahia, onde vivem os Tuxas, Porto Real do Colégio, em Alagoas terra do Xocós, Bahia da Traição, na Paraíba, ocupada pelos Potiguaras, e Pesqueira em Pernambuco, onde estão os Xucurus. Nessas localidades o órgão de proteção ao índio não pode nem cogitar de promover a retirada dos invasores.

A própria Funai não tem condições, atualmente, de precisar o número de invasores de terras indígenas. Ela está realizando um levantamento que, numa amostragem preliminar, indica que, de 52 postos dos 152 atendidos pela Funai, 44 estão com as suas terras ocupadas por cerca de 40.000 pessoas.

As terras indígenas localizadas na Amazônia legal, até há poucos anos as mais poupadas pelos invasores, estão sofrendo um tipo de ocupação que, segundo denuncia o Conselho Indigenista Missionário, é mais grave, pois em geral são os grandes grupos econômicos que ali estão se fixando, com todo o apoio governamental.

Um sigiloso inquérito, por exemplo, não comprovou, até agora, quem são os responsáveis pela venda ilegal de parte da reserva xavante de Pimentel Barboza, no Mato Grosso, a diversos fazendeiros.

Problema mais grave ocorreu no Vale do Guaporé e até agora não foi solucionado. Ali 15 empresas agropecuárias receberam certidões da Funai atestando que não havia índios na área, embora esta seja habitada por dezenas de tribos Nhamikwaras.

Leitor FUNAI

PT 1025a. 122

202

cos do Ministério do Interior, da Funai e representantes do Conselho de Segurança Nacional. Embora esses trabalhos estejam sendo preparados sob sigilo, já é de conhecimento público que o projeto da emancipação manterá os dois pontos mais criticados pelos antropólo-

são garantidas por lei, o restante será anexado ao patrimônio do INCRA. O outro ponto estabelece que o processo da emancipação poderá ser pedido pelo índio, individualmente, pela comunidade ou, então, partir da própria Funai, desde que ouvi-

dos indigenistas via complementa o processo de espoliação do patrimônio indígena. A participação de integrantes do Conselho de Segurança Nacional na comissão especial que fará a revisão do Estatuto do Índio está sendo encarada, no meio indigenista, como uma ampliação do poder decisório nas questões indígenas.

## Segurança vai influir

Há pouco tempo, o Conselho de Segurança enviou à Funai uma série de recomendações sobre a sua atuação no Sul do País, fazendo críticas à superposição de trabalho dos diversos departamentos do órgão. Há ainda críticas ao fato de a Funai estar agora liberando as terras indígenas invadidas, muitas delas há várias gerações, trabalho que tem criado problemas sociais incômodos, já que o INCRA sempre alegou não dispor de recursos para assentar colonos que ocupavam áreas indígenas que "nunca foram protegidas e demarcadas pela Funai".

No Nordeste, por exemplo, há várias cidades encravadas em terras reconhecidas como "habitat" de índios: Rodelas, na Bahia, onde vivem os Tuxas, Porto Real do Colégio, em Alagoas terra do Xucós, Bahia da Traição, na Paraíba, ocupada pelos Potiguaras, e Pesqueira em Pernambuco, onde estão os Xucurus. Nessas localidades o órgão de proteção ao índio não pode nem cogitar de promover a retirada dos invasores.

A própria Funai não tem condições, atualmente, de precisar o número de invasores de terras indígenas. Ela está realizando um levantamento que, numa amostragem preliminar, indica que, de 52 postos dos 152 atendidos pela Funai, 44 estão com as suas terras ocupadas por cerca de 40.000 pessoas.

As terras indígenas localizadas na Amazônia legal, até há poucos anos as mais poupadas pelos invasores, estão sofrendo um tipo de ocupação que, segundo denuncia o Conselho Indigenista Missionário, é mais grave, pois em geral são os grandes grupos econômicos que ali estão se fixando, com todo o apolo governamental.

Um sigiloso inquérito, por exemplo, não comprovou, até agora, quem são os responsáveis pela venda ilegal de parte da reserva xavante de Pimentel Barbosa, no Mato Grosso, a diversos fazendeiros.

Problema mais grave ocorreu no Vale do Guaporé e até agora não foi solucionado. Ali 15 empresas agropecuárias receberam certidões da Funai atestando que não havia índios na área, embora esta seja habitada por dezenas de tribos Nhamikwaras.

Na Ilha do Bananal, onde vivem os índios jarajás, javaés e tupirapes, o problema é grave. Segundo denúncia colhida pela CPI do Índio, "a ilha é amputada ao norte pelo IBDF, ocupada por 20.000 posseiros à leste, cortada ao sul por uma futura estrada, visitada a oeste por turistas de todas as espécies, e ocupada no centro pela FAB e pelo Hotel JK, doado recentemente à Goiastur.

O Estado do Acre e o território de Roraima têm quase todas as suas áreas indígenas inteiramente ocupadas, o mesmo acontecendo em Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

Vasta  
FUNAI

PT 1025a. 122



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*O Estado de São Paulo*

QUARTA-FEIRA — 18 DE OUTUBRO DE 1978

## Índios contestam inquérito da Funai e relatam tortura

Da sucursal de **BRASÍLIA**

A conclusão do inquérito realizado pela Funai para apurar a ocorrência de tortura de índios por policiais durante operação contra o tráfico de maconha feita na área indígena, foi contestada ontem, em Brasília, pelos próprios envolvidos, os índios Celestino e Roberto. Eles estiveram com o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, e confirmaram que foram torturados com choques elétricos e colocados no pau-de-arara durante os interrogatórios a que foram submetidos em agosto do ano passado.

A comissão de inquérito criada, por determinação do presidente da Funai, pelo Departamento Geral de Operações do órgão, depois de ouvir todos os implicados, inclusive o delegado-regional da Funai no Maranhão, Armando Perfect, acusado pelos índios de ter participado dos interrogatórios, não comprovou a denúncia. Além disso, foi punido o sertanista João Porfirio, que atuava na localidade de Barra do Corda com os índios Guajajaras, que tomou a iniciativa de apre-

sentar à Funai as acusações feitas pelas vítimas em fita gravada, na qual eram narrados os episódios das prisões e torturas.

### MEDO

Em Brasília, os índios, bastante assustados, afirmaram que continuam sofrendo perseguições e denunciaram ainda, ao presidente, que as suas terras continuam sendo invadidas. O índio Celestino, ao reafirmar as acusações contra os soldados da polícia estadual, afirmou que até hoje tem problemas de saúde em decorrência dos maus tratos que sofreu durante a prisão.

Celestino afirma que os guajajaras não vendem a maconha que plantam com autorização da Funai para consumo interno.

O uso da maconha é permitido pela Funai quando ela é utilizada em rituais, como ocorre especialmente entre os índios do Maranhão. Os técnicos do órgão, no entanto, afirmam que os índios estavam vendendo a erva, muitas vezes em troca de rádios ou gravadores, para os traficantes que atuam na região.

## Rangel Reis diz que emancipação não será imediata

Da sucursal de **BRASÍLIA**

"Não se pretende emancipar o índio a curto prazo com a aprovação do projeto que visa regulamentar os itens do Estatuto do Índio relativos à emancipação. A intenção é promover o desenvolvimento das comunidades indígenas e valorizar a Funai, que deverá receber, em 1979, um orçamento de 535 milhões de cruzeiros, o maior desde a sua criação."

A declaração foi feita ontem pelo ministro Rangel Reis, do Interior, após uma reunião de duas horas com a direção da Funai, os consultores jurídicos do ministério e da Funai e o sertanista Apoena Meirelles, para preparar o texto do projeto que será entregue ao presidente Geisel no dia 30, durante o despacho do ministro. Na próxima semana, haverá o último encontro deste grupo para concluir o documento, que será divulgado no dia 1º.

Continuando suas explicações sobre o projeto, Rangel Reis garantiu que o índio não será prejudicado com a aprovação deste documento: "Temos

consciência de que não existe nenhuma comunidade em condição de ser emancipada." Segundo ele, a expressão emancipação do índio sempre apareceu como se fosse o fundamento do projeto, "mas isso será uma consequência, porque com a promoção das comunidades indígenas, de acordo com as diretrizes traçadas pelo projeto, o índio passará a ter as mesmas oportunidades do povo brasileiro, além de ficar comprovado à sociedade que o índio já poderá participar desta vida".

"Ao contrário do que se têm afirmado — continuou Rangel Reis — ninguém quer tirar a terra do índio com a aprovação deste projeto. Inclusive, falou-se em doar as terras ao índio, mas este item ainda é passível de discussão". Comentando que não foi possível contar com a colaboração de grupos interessados no assunto, porque muitos deles consideraram o projeto "importuno", o ministro está convicto de que a aprovação deste documento só trará benefícios à vida indígena: "Não se pode admitir que estes seres vivam permanentemente na selva, isolados".

*Pasta FUNAI*



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Emancipação do índio  
 filha Laudemir - 19/10/78  
 será examinada hoje**

BRASILIA - O texto final do projeto que regulamenta a emancipação dos índios, prevista no Estatuto do Índio, que será examinado hoje em Brasília, por uma comissão especial presidida pelo ministro do interior, Rangel Reis, prevê que as terras indígenas continuarão pertencendo à União, mas faculta ao índio, após a perda da tutela, que ele explore, independentemente de sua comunidade, uma fração de terra fora da área indígena, desde que seja encaminhada proposição nesse sentido ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Segundo as informações, o projeto definitivo, que será submetido ao presidente Geisel no dia 30, deverá criar também uma comissão especial revisora do Estatuto do Índio, que contará com a participação de representantes do Ministério do Interior, do Ministério da Justiça, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Esta comissão terá o prazo de 90 dias para apresentar a conclusão de seus trabalhos, que deverão abranger os diversos capítulos do Estatuto do Índio.

Apesar de todas as críticas dos antropólogos, missionários e indigenistas, o capítulo referente ao pedido de emancipação prevê que a própria Funai poderá tomar a iniciativa de fazer o requerimento propondo a emancipação de índios, desde que eles sejam ouvidos. Embora o projeto ressalte que a perda da tutela não significará a anulação da identidade indígena, os opositores da ideia afirmam que só ao índio cabe decidir quando estará em condições de competir, em condições de igualdade, com a sociedade envolvente.

No caso da emancipação de uma comunidade, o decreto a ser assinado pelo Presidente estabelece que ela será concedida mediante requerimento da maioria dos membros do grupo e decretada por ato presidencial. Será exigida a aprovação de, no mínimo, dois terços dos membros do grupo local requerente, maiores de 21 anos e residentes no local. A emancipação dependerá de um inquérito procedido pelo órgão federal de assistência ao índio.

Ao estabelecer que as terras indígenas continuarão pertencendo à União, o projeto do Ministério do Interior fixa que a comunidade indígena decidirá sobre a forma de exploração das terras, se coletiva ou individualmente, cabendo à Funai e a outros órgãos estaduais competentes especializados em assistência técnica, às atividades agropecuárias prestar total apoio às comunidades mediante um plano integrado, promovido pelo Ministério do Interior. Além disso, está prevista a criação de uma comissão especial de apoio ao índio e às comunidades indígenas, que será composta pelo Ministério do Interior, com a participação da Funai, dos Ministérios da Educação e Cultura, da Agricultura, Trabalho, da Saúde e Previdência e Assistência Social e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Esta comissão terá o prazo de dez dias para desenvolver um plano integrado de apoio e desenvolvimento do índio que será desdobrado em várias etapas.

*Posta  
FUNAI*



25

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*O Estado São Paulo, 20/10/78*

## Nota de Ismarth contesta notícias sobre corrupção

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, distribuiu ontem nota à imprensa desmentindo os casos de corrupção que teriam sido praticados por funcionários da fundação, divulgados por alguns jornais. "Essas notícias além de sensacionalistas, embora publicadas de boa fé pela imprensa — diz a nota — carecem de fundamento que permita a sua apuração e conseqüente punição dos responsáveis, jamais fornecendo maiores esclarecimentos sobre fatos e pessoas supostamente envolvidas."

Segundo a nota, a Funai tem por norma, ao comprovar falha de funcionários em seus setores, adotar medidas imediatas para a dispensa do responsável, sem prejuízo de processo judicial, com base nas provas colhidas mediante inquéritos regulares. "Jamais a Funai se omitiu ou se omitirá em casos de corrupção que cheguem ao

seu conhecimento, seja qual for o cargo ocupado pelo funcionário comprovadamente responsável."

As acusações, de acordo com a nota, são levianas e inconsistentes, visando ao tumulto para proveito de informantes irresponsáveis, interessados em manchar a imagem da administração da Funai que não pode levar em consideração estas denúncias porque cuida com seriedade da coisa pública. "Por isso — continua — não poderá haver qualquer providência quando as denúncias são generalizadas, como vem ocorrendo, sem elementos que permitam a sua apuração. Desafiamos aqueles que desejam, concreta e sinceramente, livrar o índio da sanha de supostos corruptos a apontarem nomes e ilícitos praticados."

A Funai se coloca, também, à disposição dos interessados para prestar esclarecimentos sobre quaisquer fatos que proponham dúvidas. A nota diz, ainda, que a fundação aguarda as provas dos acusadores, para as providências que "certamente não interessam aqueles que, de última hora, à falta de méritos, promovem a desmoralização, escondidos no anonimato que a boa fé da imprensa lhes permite".

*Posto  
FUNAI*





96

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Índio emancipado,  
futuro boia-fria**

*Estado do Paraná - 23/10/78*

“O índio ainda perdeu totalmente sua identidade cultural, suas línguas, seus costumes; então por que transfirá-lo em cidadão brasileiro? Apenas para fazer dele mais um subempregado do sistema? Mais um boia-fria”? Essas são as questões levantadas pela professora Cecília Maria Vieira Helm, titular da Universidade Federal do Paraná e chefe do Departamento de Antropologia do Setor de Ciências Humanas, que se mostra contra a emancipação do índio brasileiro, a ser efetivada no final do mês com a assinatura de um decreto presidencial.

“Não vejo porque a imprensa — diz a professora — se o próprio presidente da Funai, general Ismart de Oliveira, já garantiu que o órgão não tem interesse em apressar a medida”. O grande problema — no seu entender — é que “não se está ouvindo o índio, que não está interessado em se tornar cidadão brasileiro”. Antes de mais nada — alerta a professora — “é preciso consultar os juristas sobre o assunto, pois a perda da tutela implica, também, na perda do usufruto e da terra, por parte do índio.

**DOCUMENTO**

A professora Cecília Maria Helm, que é especialista em incios Caingangues, da região Sul do País, já participou de três reuniões neste ano — no Rio, em São Paulo e em Brasília — juntamente com mais de 50 antropólogos brasileiros, todos contrários à emancipação do índio. Na última dessas reuniões, no mês de setembro, foi elaborado um documento, dirigido ao ministro Rangel Reis, do Interior, “deixando clara nossa posição: não achamos oportuno o projeto que transforma o índio em cidadão, e proprietário de terra, pois perderá a tutela e o usufruto da terra”.

A título de exemplo, a professora cita o caso de uma tribo nos Estados Unidos, que, recentemente, obteve a sua autonomia, tornando-se proprietária de terras. “Depois de uma experiência desastrosa, eles foram levados a vender suas terras, ficaram em situação de penúria e voltaram a pedir ao governo para que, novamente, fossem considerados índios”. Para Cecília Maria Helm a decisão do governo brasileiro, apesar dos múltiplos apelos dos antropólogos de todo o País, é, aparentemente, irreversível. Suas consequências, porém, são mais que imprevisíveis.

*Profa  
FUNAI*



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROF.  
RESID.

**Juruna vai a Brasília para rebater acusações da Funai**

*Jornal do Brasil*  
*26/10/78*

Brasília — "General não é mais que índio, tudo é a mesma carne; ele está falando mal de mim porque eu não quero esse negócio de emancipação — índio quer é sua terra e defesa contra os brancos que invadem suas reservas". O índio Mário Juruna, cacique xavante da aldeia de São Marcos, tem audiência hoje com o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, para tomar satisfações.

O índio Juruna chegou ao Distrito Federal furioso, e disse que vai "tirar a limpo" as acusações que o presidente da Funai lhe fez: o General disse, em declarações recentes, que o cacique "não é nem índio nem branco", e criticou os donativos obtidos por ele junto às Embaixadas da Alemanha Ocidental e do Canadá.

**Liderança**

Mário Juruna acredita que o objetivo do General Ismarth de Oliveira é abalar sua liderança na tribo, para facilitar o trabalho do Governo na tentativa de convencer os índios a aceitarem o projeto de emancipação. "Mas não vai adiantar nada porque a tribo está comigo e contra a emancipação", garantiu o cacique.

"O General fica dizendo que eu estou pedindo esmola, mas foi ele mesmo que assinou uma declaração, no dia 27 de janeiro de 1977, em nome da Funai, me autorizando a obter, junto ao comércio em geral, doações para a comunidade indígena aldeia Namuncura", conta Juruna, apresentando uma cópia do documento.

A declaração do presidente da Funai diz ainda: "Esclareço que se trata de pessoa responsável e respeitada em sua aldeia, estando, portanto, credenciado para tal fim".

Para fazer novas críticas ao "Gene-

ral" (ele só se refere ao presidente da Funai assim), Juruna desliga seu gravador, e diz não ter medo de nada. Ao gravador que o celebrou ele acrescenta hoje uma pasta -007, completando seu "equipamento de andar nas terras dos brancos".

Na pasta, os documentos de um chefe preocupado com sua tribo: declarações feitas em reuniões de líderes indígenas, recortes de jornais com reportagens sobre problemas dos xavantes, promessas escritas em papel oficial e muitas reivindicações. Do lado de fora, uma fita adesiva: "Índio Mário Juruna, cacique xavante de São Marcos".

**Funai responde**

Em Manaus, o presidente da Funai respondeu às críticas ao projeto de emancipação indígena. Disse que em nenhum ponto se prevê a emancipação à força de comunidades tribais, e lembrou que no momento as tribos brasileiras não estão em condições de tentar a emancipação que, "de qualquer modo, não obedeceria a um processo tão simples quanto o que imaginam os críticos do projeto".

O General Ismarth de Araújo ressaltou que a minuta do projeto, preparada com a colaboração do antropólogo Roberto Cardoso — "uma das maiores autoridades brasileiras em assuntos relacionados a índios" — foi entregue, há meses, para exame e apresentação de sugestões, a outros antropólogos, mas estes não quiseram dar contribuições.

O presidente da Funai explicou que o processo de emancipação obedeceria a certos passos, a começar pelo requerimento da própria comunidade que manifeste o desejo de alcançar a nova condição. Uma comissão integrada por especialistas iria examinar, então, se ela estaria preparada para a transformação.

*Rede FUNAI*



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Juruna diz que índio não quer ser emancipado**

*O Estado São Paulo 27/10/78*

**Da sucursal e do correspondente**

O cacique xavante Mário Juruna esteve, ontem, com o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, para protestar contra o projeto de emancipação que será assinado até o final do mês pelo presidente Geisel. Juruna afirmou que nos próximos duzentos anos nenhum governo que realmente queira o bem do índio poderá pensar na emancipação dessas comunidades.

"Já estou cansado das mentiras do ministro do Interior Rangel Reis, que prometeu visitas as nossas reservas e nunca foi e, além disso, quer emancipar o índio depressa. Nenhuma tribo — afirmou o índio — quer perder a assistência da Funai. Nós gostaríamos mais que o governo se preocupasse em fazer projetos que nos garantissem maiores cuidados no campo da saúde, da educação e agricultura. Projeto de emancipação não precisa agora e nós queremos dizer isso para o presidente Figueiredo".

Na audiência que manteve com o presidente da Funai, Juruna ouviu do general que está havendo muita deturpação das verdadeiras intenções do projeto. Segundo Ismarth, quando ele for anunciado, todos verão que apenas busca proteger o índio, garantindo suas terras e seus costumes. Juruna está também ma-

gado com o presidente da Funai, que recentemente apontou como negativas as constantes viagens do chefe xavante a Brasília, com o objetivo de pedir donativos a pessoas e entidades. O presidente da Funai acha que Juruna hoje não é índio nem branco vivendo um processo de marginalização dentro de sua comunidade e, muitas vezes, saudado como personagem folclórico pela imprensa.

**REPÚDIO**

O Grupo de Apoio ao Índio e o Conselho Indigenista Missionário promoverão domingo à noite, na Igreja de Nossa Senhora Aparecida, em Belém, um ato público de repúdio à emancipação do índio nos termos do decreto que deverá ser assinado no dia seguinte pelo presidente Geisel.

Num manifesto que começou a ser distribuído ontem, convidando a população para a manifestação, o grupo e o Cimi, dizem que por trás desse decreto "estão interesses particulares de políticos e grandes empresários que querem se aposar das terras dos índios".

De uma longa análise do projeto, mostram que ele não trará qualquer benefício aos próprios índios significando, ao contrário, "entregá-los desarmados a forças infinitamente mais poderosas, que lhes arrebatarão as terras, transformando-os em mão-de-obra barata".

*Resposta FUNAI*



Estado do Paraná

**DELE**

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

# Cimi lidera 11 entidades em manifesto de repúdio à emancipação dos índios

**SOCIAL**

Belém — Assinado pelo Conselho Indigenista Missionário e outras 10 entidades, será distribuído amanhã em todo o país um manifesto contra o já anunciado decreto do Governo que modificará os artigos do Estatuto do Índio relativos à emancipação, tutela, registro e áreas de reservas indígenas.

Segundo cópia distribuída ontem em Belém, o manifesto afirma que o decreto "tira o direito de decidir a sua própria emancipação, impõe um tipo de propriedade individual que contraria seu modo de vida coletivo e harmonioso, o que o enfraquecerá mais ainda ante o civilizado, e deixa a sua terra à mercê do processo de exploração dos grandes grupos empresariais".

## Cumprir a lei

"Existe uma lei para ser cumprida", prossegue o manifesto. "Através do Estatuto do Índio o Governo se comprometeu a garantir a proteção adequada às comunidades indígenas e sua cultura, até que cheguem à situação de se integrarem harmoniosamente à Nação. Por isso, as autoridades deveriam estar preocupadas em corrigir e punir o não cumprimento das leis vigentes sobre o índio e não em modificar essas leis, impondo decretos que vêm atender tão somente a interesses de grupos alienígenas".

Além do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), o manifesto é assinado pelo Grupo de Apoio ao Índio, Instituto de Economista do Pará, Associação Brasileira de Antropologia — seção Pará, Associação Regional dos Sociólogos, Associação dos Sociólogos do Brasil — vice-presidência da Região Norte, Associação de Orientadores Educacionais do Pará, Federação de Assistência Social, Diretório dos Estudantes do CESEP e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

## General Ismarth não convence índio Juruna

Brasília — O cacique xavante Mário Juruna não mudou de opinião após o encontro que manteve ontem com o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira: continua afirmando que "os xavantes não estão preparados para a emancipação e não querem saber desse projeto".

O presidente da Funai explicou ao cacique diversos pontos do projeto, assegurando-lhe que o índio será ouvido antes de ser emancipado, e que as terras estão garantidas. O General Ismarth de Oliveira atribui a posição de Mário Juruna "à desinformação e às notícias distorcidas sobre o assunto" e afirmou que, quando o Ministro do Interior, Rangel Reis, divulgar o projeto, não haverá razões para críticas.

## Reclamações

O cacique xavante reclamou ao presidente da Funai por ter este afirmado que Juruna "não era mais índio". O General Ismarth de Oliveira acha que a publicidade em torno de Juruna confundiu sua mente e lhe trouxe problemas, pois ele nem está integrado à sociedade indígena nem consegue permanecer muito tempo longe de sua comunidade.

O índio criticou o projeto de emancipação como um assunto que não deveria ser tocado, mas disse que projetos de agricultura, assistência e desenvolvimento seriam bem aceitos pelas comunidades indígenas.

*Passar FUNAI*

29



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*9 Estado São Paulo 28/10/78*

# Rangel: emancipação é mal compreendida

**Da sucursal de PORTO ALEGRE**

O ministro do Interior, Rangel Reis, atribuiu ontem as críticas ao seu projeto de emancipação dos índios a "pessoas que não conhecem o decreto". Segundo ele, a CNBB, o dizer que os índios ficarão à mercê de empresários rurais que terminarão por arrebatar suas terras, demonstra não ter visto o projeto de decreto que será encaminhado ao presidente Geisel. "Há uma incompreensão, observou o ministro, pois o problema ainda vai ser levado ao presidente e eu tenho absoluta certeza de que os índios serão extremamente favorecidos com o projeto".

Rangel Reis disse também que não aceitava o título de "inimigo número um dos índios" que a Associação Nacional de Proteção ao Índio lhe atribuiu. "Só não me considero o "amigo" número um do índio, porque acho que todos os brasileiros devem ser amigos dos índios. Eu não dou a menor importância àquela referência da Anai — enfatizou — porque o meu problema é com a minha consciência".

O ministro também não vê

contradição em promover a emancipação dos índios antes de totalmente demarcadas as reservas. "Em primeiro lugar nós não vamos apressar a emancipação, pois o decreto não visa isso; pelo contrário, o decreto visa proporcionar às comunidades indígenas condições delas se desenvolverem no tocante à parte econômica e social. Claro que, na medida em que isto acontecer, a integração e a emancipação virão como um processo natural e nós temos que seguir por este objetivo".

Depois de observar que "nunca se delimitou e demarcou tantas áreas indígenas como neste governo", o ministro não soube informar o número ou o percentual das reservas já demarcadas. Segundo ele, nunca a Funai teve um orçamento como o deste ano e em 1979, os resultados serão ainda maiores, por volta de Cr\$ 550 milhões.

**ANAI**

A regional do Paraná da Associação Nacional de Apoio ao Índio — ANAI divulgou ontem em Curitiba manifesto protestando contra o projeto de emancipação do índio que será enviado nos próximos dias ao presidente Geisel. A ANAI lamenta que justamente em 1978 — ano

limite que o próprio governo estipulou para demarcação das terras indígenas, "este mesmo governo venha impor o contrário: diminuição e uso arbitrário das terras dos índios brasileiros".

O projeto, segundo o manifesto, atenta contra a Constituição e o Estatuto do Índio, que em seu artigo 22 afirma: "As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, são inalienáveis da União". Lembra que o artigo 38 do mesmo estatuto observa que "as terras indígenas são inusucapáveis e sobre elas não poderá recair desapropriação, salvo o previsto no artigo 20".

O manifesto da ANAI lembra ainda o artigo 20 do Estatuto do Índio, dispondo sobre os casos em que é legal a desapropriação e mudança de tribos, para advertir que "nada mais resta concluir a não ser a evidência: o interesse pela usurpação e usufruto das terras indígenas, por grupos econômicos e, o que é mais lamentável, em nome de um desenfreado processo de desenvolvimento, sem o menor respeito às implicações humanas, sócio-culturais e históricas que tal procedimento venha acarretar".

*Rodolfo FUNARI*



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Antropólogos contestam a  
 Funai e negam aprovação  
 à emancipação do índio**  
*Journal do Brasil - 29/10/78*

Brasília. — Os antropólogos Roberto Cardoso de Oliveira e Roque Laraia contestaram, ontem, as declarações do presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, sobre sua contribuição ao projeto de emancipação indígena. Afirmaram que o que se pretende promulgar "não tem, em absoluto, nossa aprovação."

Salientaram que nada têm a acrescentar ao documento firmado pelos antropólogos, em setembro, rejeitando a discussão do projeto. Os dois participaram dos debates iniciais, em julho, sobre a emancipação, e elaboraram uma alternativa do então projeto apresentado ao Ministro do Interior. O substitutivo não foi debatido pela reunião dos antropólogos, que acharam inoportuna a ocasião.

**CONSELHO**

O professor Roque Laraia, membro do Conselho Indigenista da Funai, disse que o órgão até agora não conhece o novo projeto. O conselho deve reunir-se nos primeiros dias de novembro.

Em Porto Alegre, o Ministro do Interior, Rangel Reis, respondeu às críticas da Comissão Episcopal de

Pastoral da CNBB, acentuando que "sem a leitura do documento do Governo, do qual ninguém tomou conhecimento, não pode haver uma crítica final". Acentuou que "o projeto não é bem de emancipação e, sim, de promoção das comunidades indígenas, de melhoria das condições dos índios. Não vamos prejudicar ninguém."

*Pasta FUNAI*



Estad

NOA

FILIA

PROFI

RESID

CIAL

Os Xavantes em São Paulo: o início de uma feroz oposição ao estatuto de emancipação do índio.

## Aumentam críticas à emancipação do índio

RICARDO ÁRNT,  
da Sucursal do Rio

Com o apoio explícito da CNBB, que vê na urgência da aprovação do decreto até o dia 30, "um açodamento que subtrai o texto ao debate e gera a perplexidade sobre seu próprio conteúdo", engrossaram, consideravelmente, as críticas ao Projeto de Emancipação do Índio, ou "Decreto Rangel Reis". A posição da cúpula da Igreja é clara. Os bispos colocam-se junto aqueles que denunciam que "emancipar os índios, agora, é entregá-los desarmados à forças infinitamente mais poderosas que lhes arrebatarão, em maior ou menor prazo, as terras a vil preço, por grilagem ou por execução de dívidas, absorvendo-os como mão-de-obra".

Até agora, o ministro tem contra si, além da cúpula da Igreja, a oposição militante da Cimi, da Comissão Episcopal da Pastoral, a Associação Nacional de Cientistas Sociais, a Associação Brasileira de Antropologia, a Associação Nacional de Apoio ao Índio e as Comissões Pró-Índio (SP, RJ, PA, RGS, AM, etc.), a quase unanimidade dos Departamentos de Antropologia da USP, UFRJ (Museu Nacional), Unicamp, INB, UFPA, URGs e UFAM. Indigenistas como Olímpio Serra (diretor do Parque Nacional do Xingu) e Darci Ribeiro, os DCE das universidades federais do Amazonas e do Pará assim como outras entidades regionais que já se manifestam, como, no Pará, a Associação dos Orientadores Educacionais, a Federação de Assistência Social, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, o Instituto de Economistas, etc., nos próximos dias, a crítica deverá radicalizar-se. Uma ação de grande repercussão política e publicitária está em preparo.

Parte-se do princípio que o Estatuto do Índio assegura, no seu artigo 9, que, com um simples requerimento, qualquer índio pode emancipar-se se for maior de 21 anos, se falar um português inteligível e se for capaz de ganhar a vida. Mesmo não emancipado, ele tem uma vida "normal" no âmbito da sociedade civil, podendo ser eleitor, reservista, proprietário, etc., e então? a inovação do "Decreto Rangel Reis" é, basicamente, uma: emancipar a comunidade indígena, proscrevendo a tribo enquanto entidade jurídica tutelada pela Funai. Segundo o ministro, o decreto integra o índio à sociedade nacional na plenitude dos direitos civis do cidadão brasileiro, superada a "humilhante" condição da tutela.

### EXPANSÃO

Que tipo de cidadão brasileiro? Latifundiário, médio proprietário, "bóia-fria"? A minuta conhecida do decreto prevê que a emancipação pode ser solicitada "mediante requerimento da maioria dos membros do grupo ou por iniciativa da Funai". Fora a decisão majoritária da tribo, abre-se a possibilidade da emancipação ser decretada à revelia do índio, independentemente das boas intenções, ou não, dos eventuais administradores da Funai. As terras das reservas, após a emancipação, perdem a proteção do Estado, passam à condição de posse inscrita no registro civil, tanto as comunais como as privadas. O decreto prevê uma cláusula de inalienabilidade de venda das terras (provavelmente por 10 anos).

Essa é a parte conhecida da minuta. Como ela foi decidida entre os altos escalões do Ministério do Interior e da Funai, sem maiores consultas à Igreja, aos indianistas ou aos antropólogos (quanto aos índios nem se fala) à margem de especulações e paranóia a respeito do decreto é infinita. Corre, por exemplo, a informação de que os índios manifestassem o desejo de utilizar apenas parte das terras que lhes são garantidas por lei, o restante poderia ser comercializado (arrendamentos, formas contratuais) através do Incra, para particulares. Fala-se na criação de lotes de propriedades individuais,

Araújo, presidente da Funai, já reconheceu que as reservas não serão demarcadas. Faltam verbas.

Demarcar, tampouco assegura qualquer coisa. Nada parece deter a expansão do "progresso". A não ser, talvez, os próprios índios. É impossível precisar o número de invasores em terras indígenas, atualmente (um levantamento histórico é inimaginável). Um inventário preliminar da Funai indica que em 52 dos 152 postos atendidos, 44 estão com as suas terras ocupadas por cerca de 40.000 pessoas. Não há reservas indígenas no Brasil isenta de invasões e conflitos com as frentes de colonização, nem mesmo o aquário do Parque Nacional do Xingu. Em toda extensão do Estado do Amazonas e do Território de Roraima, regiões que abrigam o maior número de índios, nenhuma reserva foi demarcada pela Funai, denuncia o Cimi. As áreas indígenas do Acre, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, estão quase todas inteiramente ocupadas.

Frente a voracidade das frentes de colonização, o reconhecido idealismo do general Ismarth torna-se patético. A Funai, muitas vezes, concedeu certidões negativas da presença de índios em áreas nas quais notoriamente eles viviam para permitir a apropriação de suas terras. O exemplo clássico é o do Vale do Guaporé, onde 15 empresas agropecuárias receberam sinal verde para instalação, apesar da presença, óbvia, dos índios Nhambikwaras. Boa parte da reserva Xavante de Pimentel Barbosa foi vendida, legalmente, a diversos fazendeiros. A cobiçada reserva dos Cadiueus, a maior e mais valiosa do Brasil, foi arrendada, pela própria Funai, a partir de 1965, a mais de 90 fazendeiros. "Estes já organizaram uma associação em defesa dos seus "direitos" contratando advogados e atuando junto a toda sorte de autoridades estaduais e federais —, e seguramente, também junto ao ministro Rangel Reis, que era, sabidamente, candidato a governador do Estado do Mato Grosso do Sul — no sentido de garantir que o que hoje é arrendamento, se consolide de forma tal que amanhã seja propriedade plena, denuncia Darci Ribeiro numa das investidas que já lhe custaram uma ameaça de processo por parte do ministro.

### INVASÕES

Há um indicativo precioso. Depois da erupção dos conflitos entre índios e posseiros, colonizadores, ou empresas, várias reservas foram demarcadas. O Estado corre a cobrir os conflitos onde ele surge. Foi assim em janeiro de 1977 quando os txucarramae atacaram os fazendeiros que invadiam o Parque Nacional do Xingu; com os Bororô, de Merure, depois do assassinato do padre Rodolfo Lunkenbein e do índio Simão; e, em janeiro desse ano, com os Kainkangue e os Guaranis, que expulsaram 60 famílias de posseiros da reserva de Rio das Cobras, no Paraná, e 700 da de Nonoai, no Rio Grande do Sul (em 1913, Nonoai tinha 35 mil hectares; em 1978, 15 mil). Os Paresis decidiram eles mesmos iniciar a demarcação das suas terras e de quebra, incluindo alguns rios que a Funai excluiu dos limites originais.

As invasões em reservas demarcadas demonstram que a demarcação nada adianta. E o caso, especialmente, dos Apiaká, Kyabi e os Canoeiros. Imponente para demarcar as terras dos índios, impotente para defender aquelas que já se encontram demarcadas, os tutores dos índios falam, agora, de emancipação compulsória, prometendo para depois desta a concessão de lotes individuais ou territórios tribais.

Segundo o Cimi, é indispensável compreender que a sociedade capitalista necessita, para sua implantação e desenvolvimento, "estar cercada de formas de produção não-capitalistas, como mercado para consumo dos seus produtos e como reserva de mão-de-obra onde ela possa recrutar seus assalariados". Em que

PT 1025a-122

P. Costa  
F. C. W. M.

32

Ate agora, o ministro tem contra si além da cúpula da Igreja, a oposição militante da Cimi, da Comissão Episcopal da Pastoral, a Associação Nacional de Cientistas Sociais, a Associação Brasileira de Antropologia, a Associação Nacional de Apoio ao Índio e as Comissões Pró-Índio (SP, RJ, PA, RGS, AM, etc.), a quase unanimidade dos Departamentos de Antropologia da USP, UFRJ (Museu Nacional), Unicamp, INB, UFPA, URGs e UFAM. Indigenistas como Olimpio Serra (diretor do Parque Nacional do Xingu) e Darci Ribeiro, os DCE das universidades federais do Amazonas e do Pará assim como outras entidades regionais que já se manifestam, como, no Pará, a Associação dos Orientadores Educacionais, a Federação de Assistência Social, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, o Instituto de Economistas, etc., nos próximos dias, a crítica deverá radicalizar-se. Uma ação de grande repercussão política e publicitária está em preparo.

Parte-se do princípio que o Estatuto do Índio assegura, no seu artigo 9, que, com um simples requerimento, qualquer índio pode emancipar-se se for maior de 21 anos, se falar um português inteligível e se for capaz de ganhar a vida. Mesmo não emancipado, ele tem uma vida "normal" no âmbito da sociedade civil, podendo ser eleitor, reservista, proprietário, etc., e então? a inovação do "Decreto Rangel Reis" é, basicamente, uma: emancipar a comunidade indígena, proscrevendo a tribo enquanto entidade jurídica tutelada pela Funai. Segundo o ministro, o decreto integra o índio à sociedade nacional na plenitude dos direitos civis do cidadão brasileiro, superada a "humilhante" condição da tutela.

#### EXPANSÃO

Que tipo de cidadão brasileiro? Latifundiário, médio proprietário, "bóia-fria"? A minuta conhecida do decreto prevê que a emancipação pode ser solicitada "mediante requerimento da maioria dos membros do grupo ou por iniciativa da Funai". Fora a decisão majoritária da tribo, abre-se a possibilidade da emancipação ser decretada à revelia do índio, independentemente das boas intenções, ou não, dos eventuais administradores da Funai. As terras das reservas, após a emancipação, perdem a proteção do Estado, passam à condição de posse inscrita no registro civil, tanto as comunais como as privadas. O decreto prevê uma cláusula de inalienabilidade de venda das terras (provavelmente por "9 anos").

Essa é a parte conhecida da minuta. Como ela foi decidida entre os altos escalões do Ministério do Interior e da Funai, sem maiores consultas à Igreja, aos indianistas ou aos antropólogos (quanto aos índios nem se fala) à margem de especulações e paranóia a respeito do decreto é infinita. Corre, por exemplo, a informação de que os índios manifestassem o desejo de utilizar apenas parte das terras que lhes são garantidas por lei, o restante poderia ser comercializado (arrendamentos, formas contratuais) através do Incra, para particulares. Fala-se na criação de lotes de propriedades individuais, módulos de 100 hectares.

A inalienabilidade das terras para a venda não exclui, no decreto, as práticas contratuais dos arrendamentos. Além disso, pergunta-se: e depois dos dez anos? A propriedade individual quebra o regime comunal e acentua a mercantilização do índio nas operações da sociedade capitalista. A questão dos módulos, provoca arrepios no Cimi. Uma reserva como a dos Cadiueus, no sul do Mato Grosso, cercada pela agressividade da expansão do latifúndio, da grande empresa agro-exportadora, dos rebanhos bovinos e das companhias de mineração, teria seus 400 mil hectares divididos por cerca de 100 famílias Cadeus. Portanto, dez mil hectares de propriedade privada. E os 390 mil restantes? Por trás da emancipação configura-se uma macro-realidade: a expansão da fronteira agrária brasileira.

#### SEM DEMARCAÇÃO

A desconfiança de antropólogos, indigenistas e missionários começa na necessária consciência da inoperância e da incompetência da Funai, enquanto tutora e protetora da integridade das terras dos índios. A Funai não conseguiu, até hoje, demarcar nem a metade das reservas indígenas brasileiras, embora o artigo 65 da Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio estabelecesse: "O poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas." De acordo com a Lei, o prazo termina em dois meses. O general Ismarth de

nenhuma reserva foi demarcada. A Funai, denuncia o Cimi. As áreas indigeias do Acre, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, estão quase inteiramente ocupadas.

Frente a voracidade das frentes de colonização, o reconhecido idealismo do general Ismarth torna-se patético. A Funai, muitas vezes, concedeu certidões negativas da presença de índios em áreas nas quais notoriamente eles viviam para permitir a apropriação de suas terras. O exemplo clássico é o do Vale do Guaporé, onde 15 empresas agropecuárias receberam sinal verde para instalação, apesar da presença, óbvia, dos índios Nhambikwaras. Boa parte da reserva Xavante de Pimentel Barbosa foi vendida, legalmente, a diversos fazendeiros. A cobiçada reserva dos Cadiueus, a maior e mais valiosa do Brasil, foi arrendada, pela própria Funai, a partir de 1965, a mais de 90 fazendeiros. "Estes já organizaram uma associação em defesa dos seus "direitos" contratando advogados e atuando junto a toda sorte de autoridades estaduais e federais —, e seguramente, também junto ao ministro Rangel Reis, que era, sabidamente, candidato a governador do Estado do Mato Grosso do Sul — no sentido de garantir que o que hoje é arrendamento, se consolide de forma tal que amanhã seja propriedade plena, denuncia Darci Ribeiro numa das investidas que já lhe custaram uma ameaça de processo por parte do ministro.

#### INVASÕES

Há um indicativo precioso. Depois da erupção dos conflitos entre índios e posseiros, colonizadores, ou empresas, várias reservas foram demarcadas. O Estado corre a cobrir os conflitos onde ele surgem. Foi assim em janeiro de 1977 quando os txucarramae atacaram os fazendeiros que invadiam o Parque Nacional do Xingu; com os Bororó, de Merure, depois do assassinato do padre Rodolfo Lunkenbein e do índio Simão; e, em janeiro desse ano, com os Kainkangue e os Guarani, que expulsaram 60 famílias de posseiros da reserva de Rio das Cobras, no Paraná, e 700 da de Nonoi, no Rio Grande do Sul (em 1913, Nonoi tinha 35 mil hectares; em 1978, 15 mil). Os Paresis decidiram eles mesmos iniciar a demarcação das suas terras e de quebra, incluindo alguns rios que a Funai excluira dos limites originais.

As invasões em reservas demarcadas demonstram que a demarcação nada adianta. É o caso, especialmente, dos Apiaká, Kyabi e os Canoeiros. Imponente para demarcar as terras dos índios, impotente para defender aquelas que já se encontram demarcadas, os tutores dos índios falam, agora, de emancipação compulsória, prometendo para depois desta a concessão de lotes individuais ou territórios tribais.

Segundo o Cimi, é indispensável compreender que a sociedade capitalista necessita, para sua implantação e desenvolvimento, "estar cercada de formas de produção não-capitalistas, como mercado para consumo dos seus produtos e como reserva de mão-de-obra onde ela possa recrutar seus assalariados". Em que pese demonstração ao contrário, o avanço da sociedade nacional sobre as sociedades indígenas se concretiza em dois movimentos: despojar o índio das suas terras e convertê-lo em mão-de-obra. O saldo da expansão dessa fronteira agrária é a conversão de lavradores, posseiros, arrendatários, peões e índios em retirantes. Expulsos das terras, resta-lhes a condição de assalariados nas fazendas, onde a mecanização, ou o boi, se encarrega de conduzi-los ao desemprego e ao subemprego da periferia dos centros urbanos.

#### DEVASTAÇÃO

É possível que o ministro se sinta injustificado pelas críticas. E o general Ismarth incompreendido. Nada muda no verdadeiro processo designado, eufemisticamente, por "aculturação". É necessário, realmente, preocupar-se com a imagem externa brasileira, porque a emancipação dos índios vai dar o que falar. Nada parece contrariar a análise dos antropólogos americanos da ARC Anthropology Resource Center —, Shelton Davis e Roberto Mathes —, que compararam a expansão das fronteiras brasileiras ao processo de conquista do Alaska: em ambas promoveu-se uma expansão econômica dentro de um modelo "extrativo". "As consequências sociais, econômicas e ecológicas desse modelo de desenvolvimento são essencialmente as mesmas no Alaska e no Amazonas — para as tribos indígenas, devastadoras".





33

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Funai**

**culpa a imprensa**

*Estado do Paraná*  
*01/11/28*

BRASÍLIA (AE — O ESTADO) — Vários chefes Xavantes, entre eles Mário Juruna, estiveram ontem com o ministro do Interior, Rangel Reis, para conversar sobre o decreto da emancipação e sobre a existência de invasores em suas reservas em Mato Grosso. Assim como o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, que na semana passada garantiu ao cacique Juruna que a pressa de emancipar índios "existia somente na cabeça dos jornalistas", Rangel Reis também atribuiu a preocupação existente no meio indigenista sobre as consequências do projeto da emancipação, já nas mãos do presidente Geisel, à "deturpação da imprensa".

Ao sair da audiência de quase uma hora com Rangel Reis, Juruna, ao se encontrar com os jornalistas que o esperavam, disse sorrindo: "Acho que no fundo quem quer mesmo emancipar os índios são vocês, jornalistas. Se é que é verdade tudo o que ouvi nesses dias das autoridades aqui, em Brasília".

*Estado*  
*FUNAI*



34

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Cimi denuncia emancipação  
do índio como decreto de  
legalização do genocídio**

*Jornal do Brasil* Este decreto é a legalização do genocídio", denunciou o Cimi — Conselho Indigenista Missionário — em nota oficial, após a última reunião ordinária desse ano, em que foi debatido o decreto federal que estabelece a emancipação das comunidades indígenas.

Outro aspecto levantado foi a interferência do Conselho de Segurança Nacional na elaboração do decreto, mas o Cimi assinala que a "prática missionária nos tem convencido de que os povos indígenas deste país, que souberam encontrar meios para sobreviver à ferocidade dos caçadores de escravos e resistiram a séculos de dominação, ainda saberão encontrar a resposta a esta nova tentativa de seus inimigos."

**REPÚDIO**

A nota do Cimi afirma que "a unanimidade das associações, entidades científicas, religiosas, personalidades interessadas na questão indígena e os próprios índios já repudiaram com veemência os propósitos governamentais de emancipar comunidades indígenas ou indivíduos isolados que apresentem pretensamente os requisitos necessários".

"Por que emancipar o índio agora? Nem um argumento foi apresentado à nação, exceto as intenções do Ministro do Interior e do próprio Presidente da República de emancipar pelo menos um índio até o final deste Governo, convertendo a emancipação em "questão de honra" dos atuais governantes".

Para o Cimi, "emancipar os índios neste momento equivale a entregar suas terras graciosamente nas mãos dos latifundiários. Os índios não terão condições

de defender-se da grilagem ou da execução de dívidas, terminando por serem absorvidos como mão-de-obra barata nas grandes fazendas. A emancipação, tal como o Governo pretende decretar, significa submeter de forma premeditada os povos indígenas à condições de existência que acarretam forçosamente o seu extermínio, enquanto povos. Para nós, sem melas palavras, este decreto é a legalização do genocídio".

O documento pergunta "como puderam 190 mil índios desarmados, vivendo num país de 8 milhões de km<sup>2</sup>, cercados por 110 milhões de habitantes, se converter em ameaça à Segurança Nacional, a ponto de exigir a presença do Conselho de Segurança nas discussões sobre a questão indígena?" E acrescenta que "os Governos anteriores, mesmo pondo em prática uma política contrária aos interesses do índio, não erigiram a agressão às populações indígenas em código de Estado, tal como este".

*Postar F-UNMEI*

*PT 1025a.122*

**Cariris de arco e flecha  
tomam fazenda da Codevasf**

Maceió — Armados com arco e flecha e armas brancas, os índios cariri, da reserva de Porto Real do Colégio, a 160 km da Capital, invadiram a Fazenda Escola, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que vem desapropriando áreas de terras cultivadas ou não em Alagoas, Bahia e Sergipe.

A denúncia foi feita ontem pelo Tabelião Público de Colégio, Sr Edmundo Tojal Donato, que calculou em apenas 1 mil o número de índios e dependentes que vivem nos arredores da cidade e explicou que a tribo estava com fome, enquanto os açudes da Codevasf permanecem repletos de peixes e suas terras férteis sem produzir.

**DESEMPREGO**

A Codevasf, vinculada ao Ministério do Interior, vem executando uma reforma na terra atingida pelo rio

solveram tomar as terras da Fazenda Escola.

O Sr Edmundo Tojal informou que a polícia se omitiu porque a questão envolve índios que lutam pela posse de terras que são suas, e que a situação em Porto Real de Colégio é de tensão, apesar de o cacique Francisco Suira garantir que apenas a posse da terra lhe interessa, "porque a gente não vai morrer de fome".

Porto Real fica na divisa de Alagoas com Sergipe e é cortado pelo São Francisco, em cujas margens se cultiva arroz. Ali, há três anos a Codevasf executa projetos de irrigação e desapropria terras devolutas ou cultivadas, sob a alegação de que o rio vai subir 1,70 m de nível, depois que a usina hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia, começar a operar.

O Sr Edmundo Tojal, entretanto, acredita que o Go-

creto  
comunidades indígenas.

Outro aspecto levantado foi a interferência do Conselho de Segurança Nacional na elaboração do decreto, mas o Cimi assinala que a "prática missionária nos tem convencido de que os povos indígenas deste país, que souberam encontrar meios para sobreviver à ferocidade dos caçadores de escravos e resistiram a séculos de dominação, ainda saberão encontrar a resposta a esta nova tentativa de seus inimigos."

#### REPUDIIO

A nota do Cimi afirma que "a unanimidade das associações, entidades científicas, religiosas, personalidades interessadas na questão indígena e os próprios índios já repudiaram com veemência os propósitos governamentais de emancipar comunidades indígenas ou indivíduos isolados que apresentam pretensamente os requisitos necessários".

"Por que emancipar o índio agora? Nem um argumento foi apresentado à nação, exceto as intenções do Ministro do Interior e do próprio Presidente da República de emancipar pelo menos um índio até o final deste Governo, convertendo a emancipação em "questão de honra" dos atuais governantes".

Para o Cimi, "emancipar os índios neste momento equivale a entregar suas terras graciosamente nas mãos dos latifundiários. Os índios não terão condições

de defender-se da grilagem ou da execução de dívidas, terminando por serem absorvidos como mão-de-obra barata nas grandes fazendas. A emancipação, tal como o Governo pretende decretar, significa submeter de forma premeditada os povos indígenas a condições de existência que acarretam forçosamente o seu extermínio, enquanto povos. Para nós, sem meias palavras, este decreto é a legalização do genocídio".

O documento pergunta "como puderam 190 mil índios desarmados, vivendo num país de 8 milhões de km<sup>2</sup>, cercados por 110 milhões de habitantes, se converter em ameaça à Segurança Nacional, a ponto de exigir a presença do Conselho de Segurança nas discussões sobre a questão indígena?" E acrescenta que "os Governos anteriores, mesmo pondo em prática uma política contrária aos interesses do índio, não erigiram a agressão às populações indígenas em código de Estado, tal como este".

*Postar FUNRI*

PT 1025a.122

## Cariris de arco e flecha tomam fazenda da Codevasf

Maceió — Armados com arco e flecha e armas brancas, os índios cariri, da reserva de Porto Real do Colégio, a 160 km da Capital, invadiram a Fazenda Escola, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que vem desapropriando áreas de terras cultivadas ou não em Alagoas, Bahia e Sergipe.

A denúncia foi feita ontem pelo Tabelião Público de Colégio, Sr Edmundo Tojal Donato, que calculou em apenas 1 mil o número de índios e dependentes que vivem nos arredores da cidade e explicou que a tribo estava com fome, enquanto os açudes da Codevasf permanecem repletos de peixes e suas terras férteis sem produzir.

#### DESEMPREGO

A Codevasf, vinculada ao Ministério do Interior, vem executando uma reforma na terra atingida pelo rio São Francisco, tomando-as mesmo que estejam produzindo, sob indenizações que são consideradas irrisórias na região. Com a Funai, assinara acordo para utilização de mão-de-obra indígena, que não cumpriu. Desempregados, os índios re-

solveram tomar as terras da Fazenda Escola.

O Sr Edmundo Tojal informou que a polícia se omitiu porque a questão envolve índios que lutam pela posse de terras que são suas, e que a situação em Porto Real de Colégio é de tensão, apesar de o cacique Francisco Suira garantir que apenas a posse da terra lhe interessa, "porque a gente não vai morrer de fome".

Porto Real fica na divisa de Alagoas com Sergipe e é cortado pelo São Francisco, em cujas margens se cultiva arroz. Ali, há três anos a Codevasf executa projetos de irrigação e desapropria terras devolutas ou cultivadas, sob a alegação de que o rio vai subir 1,70 m de nível, depois que a usina hidrelétrica de So-bradinho, na Bahia começar a operar.

O Sr Edmundo Tojal, entretanto, acredita que o Governo vai devolver as terras aos cariris, principalmente porque os projetos da Codevasf não estão dando lucros, e considerou os índios muito pacientes, porque há muito tempo a situação da tribo é deplorável.



Estado do  
NOME:  
FILIAÇÃO:  
PROFIS  
RESIDÊNCIA:



Foto Luis Carlos Lopes

Um projeto da Funai evitará que o índio continue como bóia-fria

*O Estado São Paulo - 05/11/78*  
**Índios já são bóias-frias**

**LUIS CARLOS LOPES**  
Da regional de MARÍLIA

Transformados em "bóias-frias", por força da civilização que os conquistou, os índios remanescentes das tribos que habitavam o Oeste Paulista e que hoje sobrevivem em postos mantidos pela Funai, têm agora uma nova esperança de emancipação econômica: usando recursos a fundo perdido, a Fundação Nacional do Índio está executando projetos de desenvolvimento nas aldeias, com o que espera "promover melhores condições sócio-econômicas das comunidades, visando sua integração gradativa à sociedade nacional".

Dos três postos que a Delegacia Regional da Funai, em Bauru, mantém no Oeste Paulista, nos municípios de Avaí, Tupã e Braúna, apenas o último não foi incluído na primeira etapa do projeto, já que ali, segundo os representantes do órgão, "as condições do índio são melhores do que nos outros locais". Assim, apenas os postos de Araribá e Vanuine, estão sentindo os efeitos do programa, que, pela primeira vez, pretende dar às comunidades indígenas, condições de explorar a própria terra, mediante o ensinamento de técnicas agrícolas compatíveis com seus estágios de aculturação e que coincidam com a realidade da região. O posto de Icatu terá que esperar o próximo ano, quando, segundo a Funai, também figurará no Projeto de Desenvolvimento Comunitário.

PT

Uma das filosofias básicas do programa é o de conseguir a participação voluntária do índio ao sistema comunitário de produção e consumo. Em Tupã, onde as primeiras experiências foram desenvolvidas no ano passado, no Posto Índia Vanuine, os primeiros resultados estão surgindo, segundo seus responsáveis. A comunidade, formada de 100 pessoas, que se dedicava quase que exclusivamente ao trabalho de "bóia-fria", hoje, em sua maioria, está voltada para o aproveitamento de sua própria terra, onde, além das lavouras coletivas, existem algumas individuais, de propriedade daqueles que mais se destacaram nos primeiros cultivos e que, além da participação financeira no lucro obtido, tiveram como "prêmio" um pedaço de terra.

É, justamente, por sentir as dificuldades existentes que Carlos Roberto Grosse acredita que, por meio do Projeto de Desenvolvimento Comunitário, será possível superar o atual estágio daquelas aldeias. Mesmo porque, as reservas possuem áreas agricultáveis que estavam praticamente abandonadas e que agora, com a compra de máquinas agrícolas, será possível explorar. Segundo Grosse, de início serão formadas lavouras de milho, mamão, feijão, abacaxi e banana, mas, no futuro, planeja-se ocupar as terras com café e pastagens, atividades que melhor se adaptam às condições regionais.

**ARARIBÁ**

O Posto Indígena Araribá, em Avaí é o que mais recursos está recebendo neste projeto. Com uma área de 768 alqueires, a reserva é ocupada por 314 indígenas remanescentes das tribos Guarani e Terena, que, segundo Almir Ribeiro Carvalho, seu responsável viviam basicamente do trabalho como "bóias-frias", o que lhes rendia 60 cruzeiros por dia, em média. O Projeto de Desenvolvimento Comunitário prevê investimentos de 1,5 milhão de cruzeiros naquele local este ano, com o que, está sendo possível adquirir máquinas e implementos agrícolas, além de inseticidas e fertilizantes. Estão sendo formados 80 hectares de milho, 20 de feijão, 20 de mamão, abacaxi e mamona e além da assistência agrícola, foi montada uma cooperativa de consumo que se responsabiliza pelo abastecimento das famílias durante a fase de cultivo.

Almir acredita no êxito do programa, e lembra que esta é uma forma de a Funai eliminar, paulatinamente, o paternalismo que exerce, oferecendo, ao mesmo tempo, meios para o desenvolvimento social da comunidade. "Um dos principais resultados aguardados — ressaltava — é justamente o de oferecer ao índio meios próprios de sobrevivência, afastando-o do trabalho como "bóia-fria", que só aumenta sua marginalização".

**POSTO ICATU**

Nove anos sem registrar óbitos, a não ser o de uma recém-

nascida, este é o principal recorde do Posto Indígena Icatu, no município de Braúna, região noroeste. Mas, ao contrário do que afirma a Funai, que a considera em situação privilegiada em relação aos demais, aquela reserva mantém 64 caingang, terena e xavante que não conseguem explorar os 140 alqueires de terras que possuem e que, por isso, são obrigados a sobreviver do trabalho esporádico como bóias-frias.

"A situação não está boa", segundo a caingang Catarina Campos, para quem "a Funai voltou a se esquecer do Icatu", ao iniciar o Projeto de Desenvolvimento Comunitário. Na verdade, aquela índia, apontada como líder na aldeia, está revoltada: "Não temos meios de explorar as terras pois não possuímos máquinas e não podemos obter financiamentos para iniciar qualquer cultura; a única solução é trabalhar para fora, quando conseguimos vencer a concorrência dos 'bóias-frias' das cidades". Para ela, o novo programa da Funai, dificilmente será estendido à sua reserva por um motivo: "Eles não gostam do Icatu".

A prova da discriminação, segundo a índia, é o próprio abandono a que foi relegado o posto: "Os representantes da Funai em Bauru, não aparecem nem para fazer visitas e quando vêm só fazem promessas que nunca são cumpridas". Outro que não se conforma é Ademir Pedro, um jovem terena: "A Funai vendeu 25 cabeças de nosso gado prometendo repô-lo com animais melhores; mas isto aconteceu há mais de um ano e continuamos esperando". Ele também reclama do atendimento que os índios recebem: "O medicamento que nos mandam é insuficiente e a verba mensal para suprir as necessidades é de apenas cem cruzeiros.

"A Funai faz o que pode", justifica o seu representante, Nilo Paulo Morás. Mas admite que, geralmente, as verbas destinadas não são suficientes para a manutenção do posto. "Os remédios que recebemos este ano só foram suficientes para um mês".

*Posto FUNAI*

## LUIS CARLOS LOPES Da regional de MARÍLIA

Transformados em "bóias-frias", por força da civilização que os conquistou, os índios remanescentes das tribos que habitavam o Oeste Paulista e que hoje sobrevivem em postos mantidos pela Funai, têm agora uma nova esperança de emancipação econômica: usando recursos a fundo perdido, a Fundação Nacional do Índio está executando projetos de desenvolvimento nas aldeias, com o que espera "promover melhores condições sócio-econômicas das comunidades, visando sua integração gradativa à sociedade nacional".

Dos três postos que a Delegacia Regional da Funai, em Bauru, mantém no Oeste Paulista, nos municípios de Avaí, Tupã e Braúna, apenas o último não foi incluído na primeira etapa do projeto, já que ali, segundo os representantes do órgão, "as condições do índio são melhores do que nos outros locais". Assim, apenas os postos de Araribá e Vanuine, estão sentindo os efeitos do programa, que, pela primeira vez, pretende dar às comunidades indígenas, condições de explorar a própria terra, mediante o ensinamento de técnicas agrícolas compatíveis com seus estágios de aculturação e que coincidam com a realidade da região. O posto de Icatu terá que esperar o próximo ano, quando, segundo a Funai, também figurará no Projeto de Desenvolvimento Comunitário.

Uma das filosofias básicas do programa é o de conseguir a participação voluntária do índio ao sistema comunitário de produção e consumo. Em Tupã, onde as primeiras experiências foram desenvolvidas no ano passado, no Posto Índia Vanuine, os primeiros resultados estão surgindo, segundo seus responsáveis. A comunidade, formada de 190 pessoas, que se dedicava quase que exclusivamente ao trabalho de "bóia-fria", hoje, em sua maioria, está voltada para o aproveitamento de sua própria terra, onde, além das lavouras coletivas, existem algumas individuais, de propriedade daqueles que mais se destacaram nos primeiros cultivos e que, além da participação financeira no lucro obtido, tiveram como "prêmio" um pedaço de terra.

Orlando Villas Boas, delegado regional da Funai, com jurisdição sobre dez aldeias espalhadas por São Paulo e Paraná, onde vivem cerca de 2.500 índios, está otimista com a implantação do projeto e acredita que ele seja a solução para os problemas econômicos daquelas comunidades. E destaca que, no caso do Oeste Paulista, os resultados obtidos com as experiências feitas em Tupã no ano passado e que agora deverão ser repetidos também em Avaí, permitem acreditar numa paulatina recuperação sócio-econômica das tribos, garantindo-lhes maior independência em relação às verbas que lhes são destinadas pela Funai.

O entusiasmo não é menor para Carlos Roberto Grosse, chefe do setor administrativo da Funai em Bauru. Ele admite que os recursos financeiros destinados às aldeias são reduzidos e, geralmente, não são suficientes nem mesmo para arcar com as despesas de manutenção dos postos. E, como exemplo, aponta a quota de combustível que a delegacia recebe por semestre para a distribuição às comunidades e que, no total, é de apenas 3.100 litros, o que, geralmente representa cerca de 25 litros por mês para cada tribo. Ou, ainda, os recursos para a compra de medicamentos que ele prefere não divulgar "por serem informações sigilosas", mas que, segundo o terena Ademir Pedro, de Icatu, "é de cerca de cem cruzeiros por mês para atender 60 pessoas".

E, justamente, por sentir as dificuldades existentes que Carlos Roberto Grosse acredita que, por meio do Projeto de Desenvolvimento Comunitário, será possível superar o atual estágio daquelas aldeias. Mesmo porque, as reservas possuem áreas agricultáveis que estavam praticamente abandonadas e que agora, com a compra de máquinas agrícolas, será possível explorar. Segundo Grosse, de início serão formadas lavouras de milho, mamão, feijão, abacaxi e banana, mas, no futuro, planeja-se ocupar as terras com café e pastagens, atividades que melhor se adaptam às condições regionais.

### ARARIBÁ

O Posto Indígena Araribá, em Avaí é o que mais recursos está recebendo neste projeto. Com uma área de 768 alqueires, a reserva é ocupada por 314 indígenas remanescentes das tribos Guarani e Terena, que, segundo Almir Ribeiro Carvalho, seu responsável viviam basicamente do trabalho como "bóias-frias", o que lhes rendia 60 cruzeiros por dia, em média. O Projeto de Desenvolvimento Comunitário prevê investimentos de 1,5 milhão de cruzeiros naquele local este ano, com o que, está sendo possível adquirir máquinas e implementos agrícolas, além de inseticidas e fertilizantes. Estão sendo formados 80 hectares de milho, 20 de feijão, 20 de mamão, abacaxi e mamona e além da assistência agrícola, foi montada uma cooperativa de consumo que se responsabiliza pelo abastecimento das famílias durante a fase de cultivo.

Almir acredita no êxito do programa, e lembra que esta é uma forma de a Funai eliminar, paulatinamente, o paternalismo que exerce, oferecendo, ao mesmo tempo, meios para o desenvolvimento social da comunidade. "Um dos principais resultados aguardados — ressalta — é justamente o de oferecer ao índio meios próprios de sobrevivência, afastando-o do trabalho como "bóia-fria", que só aumenta sua marginalização".

### POSTO ICATU

Nove anos sem registrar óbitos, a não ser o de uma recém-

nascida, este é o principal recorde do Posto Indígena Icatu, no município de Braúna, região noroeste. Mas, ao contrário do que afirma a Funai, que a considera em situação privilegiada em relação aos demais, aquela reserva mantém 64 caingang, terena e xavante que não conseguem explorar os 140 alqueires de terras que possuem e que, por isso, são obrigados a sobreviver do trabalho esporádico como bóias-frias.

"A situação não está boa", segundo a caingang Catarina Campos, para quem "a Funai voltou a se esquecer do Icatu", ao iniciar o Projeto de Desenvolvimento Comunitário. Na verdade, aquela índia, apontada como líder na aldeia, está revoltada: "Não temos meios de explorar as terras pois não possuímos máquinas e não podemos obter financiamentos para iniciar qualquer cultura; a única solução é trabalhar para fora, quando conseguimos vencer a concorrência dos 'bóias-frias' das cidades". Para ela, o novo programa da Funai, dificilmente será estendido à sua reserva por um motivo: "Eles não gostam do Icatu".

A prova da discriminação, segundo a índia, é o próprio abandono a que foi relegado o posto: "Os representantes da Funai em Bauru, não aparecem nem para fazer visitas e quando vêm só fazem promessas que nunca são cumpridas". Outro que não se conforma é Ademir Pedro, um jovem terena: "A Funai vendeu 25 cabeças de nosso gado prometendo repô-lo com animais melhores; mas isto aconteceu há mais de um ano e continuamos esperando". Ele também reclama do atendimento que os índios recebem: "O medicamento que nos mandam é insuficiente e a verba mensal para suprir as necessidades é de apenas cem cruzeiros.

"A Funai faz o que pode", justifica o seu representante, Nilo Paulo Morás. Mas admite que, geralmente, as verbas destinadas não são suficientes para a manutenção do posto. "Os remédios que recebemos este ano só foram suficientes para um mês".

Posto FUNAI

PT 1025 a 122



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Escritório de Notícias - 05/11/78*  
**Governo  
abandona  
o índio**

Brasília — O senador Evandro Carneira (MDB-AM) disse ontem que em vez de estar abandonando o índio, forçando-o a um confronto com o branco, política na qual se insere o decreto de emancipação proposto pelo ministro do Interior, o governo devia se empenhar na preservação da cultura indígena, "cuja crescente destruição chega a ser um crime".

Para o senador, toda a filosofia do decreto está errada, mas acha que será difícil evitar sua assinatura porque "talvez ele tenha um objetivo único, que é a posse das terras indígenas, a sua ocupação por grandes empresas". As terras dos índios — diz ele — "têm de ser inalienáveis e impenhoráveis, para evitar que eles sejam enganados".

A emancipação dos indígenas, feita em fim de governo e de maneira açodada, ressalta o senador, que costuma visitar as tribos do Amazonas, "é mais do que uma surpresa: provoca até desconfiança". Recorda que o ministro do Interior, Rangel Reis, teria afirmado, segundo a imprensa, que se até o fim do governo não tiver emancipado uma tribo indígena se consideraria um frustrado. "Esse açodamento do ministro, que teria tantos outros motivos para se sentir frustrado, ou melhor, envergonhado, confirma nossa desconfiança", observa o senador.

Tão grave quanto o que poderá, o que deverá ocorrer com as terras indígenas e, no entender do senador por Amazonas, a inevitável destruição do que ainda resta da cultura indígena. "Essa emancipação, que mais nos parece uma usurpação das terras indígenas, será, na verdade, mais um golpe contra toda uma cultura, a destruição legal de um povo".

O senador Carneira aponta vários fatos que, a seu ver, demonstram a necessidade de estudo na cultura indígena. "Lembro-me — observa — que uma vez encontrei um garoto indígena de seis ou sete anos que havia tocado fogo na maloca. O menino estava arre-dio, andando sozinho e um dos índios me disse: "Nós não castigamos crianças, elas não sabem o que fazem. Ele apenas fica isolado, ninguém conversa com ele, até que ele peça desculpas e nos sintamos que ele já se conscientizou do erro que cometeu".

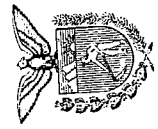
*Posto FUNAI*

PT 100502 122

36

AM

Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL



Estado do Paraná

SECCAO DE

NC  
FIL  
PRC  
RESI

# Sociólogos condenam emancipação do índio

São Paulo — A Associação dos Sociólogos do Brasil — reunida em Goiânia para debater a realização do 1.º Congresso Nacional de Sociólogos, previsto para abril do próximo ano — divulgou, ontem, nota oficial condenando a emancipação dos índios por considerá-la um meio de legalizar a invasão das terras dos índios, já consumada, e estimular novas invasões.

"O decreto de emancipação do índio é um ato anti-índigena e se assemelha às reformas pombalinas de 1775, que queriam transformar-los em brancos". A declaração é do antropólogo Mércio Pereira Gomes, que participará, juntamente com os Bispos Pedro Casaldaglia e Tomás Balduino, e de Darcy Ribeiro, do ato público contra a medida, a ser realizado quinta-feira, no Teatro Tuca.

## Ato público

O antropólogo Mércio Pereira Gomes, da Universidade de Campinas, explicou que a importância do ato público, de date de fazer com que o Pre-

sidente Geisel não assine o decreto de emancipação, o qual considera "um verdadeiro genocídio, pois a consequência dessa política será a exterminação dos indígenas".

Ele discute, também, a pressa na emancipação, no momento em que foi formada comissão interministerial para debater o problema: "A Comissão tem prazo de 90 dias para o seu relatório, mas, ainda antes disso, o Ministro do Interior quer decretar a emancipação, considerando-a uma questão de honra, mas que, a meu ver, é apenas uma manobra política".

Levantando as razões da emancipação, o antropólogo paulista denuncia a pressão dos grupos multinacionais, interessados nas terras dos índios, e os projetos desenvolvimentistas agrícolas anunciados pelo General Figueiredo para o seu Governo. "Até o presidente da Funai, General Ismarth de Araújo, está contra a emancipação, dizendo que nada pode fazer quinta-feira está na possibilidade de perder o emprego", disse.

*Journal do Brasil 05/11/78*

Ao analisar a política dos Governos brasileiros em relação aos índios, o antropólogo Mércio Pereira Gomes observa que, de 1910 em diante, as crises têm sempre explodido junto com os ciclos desenvolvimentistas do país: "A primeira crise foi com Getúlio Vargas, em 1930, enquanto a fase de ouro foi no período 1946/55; em 65, ocorreram os assassinios e em 70 foi a pior fase, com a época da exaltação à integração nacional."

"Agora" — continua o antropólogo — "querem emancipar o índio, e pergunto o significado disso, no final do Governo Geisel, como também acho que não há base na afirmação do Ministro Rangel Reis de que, com a emancipação, os índios poderão ser, coletivamente, donos das terras."

## Modelo econômico

A nota da Associação dos Sociólogos do Brasil explica que "tudo neste país está subordinado a um modelo econômico baseado num expansionismo

concentrador. As fronteiras, alargadas no sentido Centro-Oeste e Norte, têm causado, ultimamente, os mais graves e tensos litígios sociais, cuja solução encontrada é o modo repressivo de tratá-los, sempre em favor das grandes empresas — espécies de novos coronéis de terras que o modelo criou. A emancipação do índio, que, ao que tudo indica, será decretada até fins deste mês, não tem outro sentido senão o de oferecer novas terras — as mais férteis, possivelmente — aos investidores".

"E o projeto" — continua a nota — "segundo o que se conhece, viabiliza essa oferta. Nele está prevista a emancipação de comunidades inteiras, quando solicitada pela maioria de seus membros. Nesse caso, as terras ficarão alienadas e evidentemente já comprometidas com os tão conhecidos projetos agrícolas, retirando-se assim a condição básica para garantir a existência do índio como grupo social autônomo."

*Podar M. F.*

PT 10250.122



**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Funai rejeita acusação de  
corrupção a funcionários**

*Journal do Brasil - 06/11/78*  
Brasília — As denúncias de corrupção feitas pelo cacique Xavante Mário Juruna foram rejeitadas ontem pela Funai em nota oficial, que reafirma confiança no seu procurador jurídico, Getúlio Barreto, e na coordenadora do Departamento de Patrimônio Indígena, Laia Mattar Rodrigues, acusados de receber no valor de 30% das terras do Sr Arne Suksdorff no Parque do Xingu para liberá-las.

A certidão negativa de Arne Suksdorff — que teria sido obtida mediante suborno dos funcionários da Funai — foi expedida, entretanto, em 1970, antes que o decreto 68 909, de 1971, ampliasse o limite Sul do Parque do Xingu, incluindo as terras em questão. A certidão foi concedida a Karl Soen Bertil Carlen e outros, que transferiram as terras para Arne Suksdorff.

**Acusações**

O envolvimento dos funcionários da Funai, segundo o ex-secretário do Cimi — Conselho Indigenista Missionário — padre Antônio Iasi, teria se baseado em declarações de um advogado paulista, Armando Conceição, a Arne Suksdorff, ao lhe propor defender uma ação de indenização contra o Estado de Mato Grosso sobre as terras agora incluídas no Parque do Xingu.

Proibido de entrar em áreas indígenas desde 1975, o padre Iasi foi à Funai, no ano passado, informar à Sra Laia Mattar Rodrigues sobre os boatos que corriam em Cuiabá! Revelou que o advogado Armando Conceição, também proprietário de terras no Parque do Xingu, pretendia mover uma ação de indenização contra o Governo de Mato Grosso e tentou contatos com vários proprietários de terras. Um deles, Arne Suksdorff, estranhou o preço pedido pelo advogado e recebeu a justificativa de que, para liberar as terras, teria que "comprar os funcionários Laia Getúlio e Quirino (também do Departamento de Patrimônio Indígena).

A afirmação do advogado teria sido gravada por Arne Suksdorff e gerado a acusação atual. Informados pelo padre Iasi, os funcionários citados recorreram ao presidente da Funai, solicitando apuração dos fatos, e foi aberto inquérito na Polícia Federal, que nada constatou ainda contra os acusados. Fontes da Funai acreditam que o objetivo real das denúncias é criar um clima de desconfiança e motivar a opinião pública sobre o interesse escuso nas terras indígenas, tendo em vista a elaboração do projeto de emancipação indígena.

*Padre FUNAI*





NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

O CACIQUE JURUNA DIZ E GRAVA

Márcio Braga

QUEM PODE SER E QUE JÁ APRENDEU

**B**RASILIA — Com o gravador ligado, o cacique Xavante Mário Juruna retornou semana passada a Brasília, desta vez acompanhado de outros quatro líderes indígenas, para dizer ao presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, que a paciência do índio já se esgotou com as promessas do Ministro do Interior de demarcar as áreas de Pimentel Barbosa e Couto Magalhães. "Índio não tem paciência do branco. Paciência do branco é esperar muito tempo as promessas", desabafou.

No encontro que manteve com o presidente da Funai, de gravador ligado, Mário Juruna indagou sobre a emancipação, afirmando que o Governo não pode tomar essa atitude com relação ao índio, sem antes ouvi-lo a respeito. "O branco", disse, "pode ser emancipado por que sabe política dele, sabe costume dele, já viveu muitos tempos e aprendeu malandragem. Então o índio é que deve procurar sua emancipação, e não o Governo dizer: você vai ser emancipado".

O General Ismarth de Oliveira criticou, severamente, a conduta de Mário Juruna, por ter conseguido Cr\$ 60 mil na Embaixada do Canadá, para compra de equipamentos, afirmando que ela havia dito que estava "dando esmola ao índio". "A Funai", disse, "não é contra uma embaixada que dê cobertores, tratores, espingardas ao índio. Mas estão dando dinheiro para dizer que é esmola. Eu soube também que o Aniceto, uma vez, foi para porta de igreja aqui pedir dinheiro, esmola. Ele não precisa estar de pires na mão".

"Pera aí. Pera aí", interrompeu Juruna. "Eu não sou padre para pedir esmola. Quem pede isso dentro da igreja é o padre, que pede. Agora o senhor fala que embaixador não pode ajudar mais ninguém dentro da comunidade, mas não é a Funai que sustenta minha família. A Funai nunca deu um prato de comida para minha mulher". Mário Juruna informou que, com o dinheiro doado pela Embaixada do Canadá, comprou 12 máquinas de costura para a aldeia de Namuncurá.

Tentando explicar suas declarações anteriores, segundo as quais o cacique Juruna "não era mais nem índio nem branco", o General Ismarth de Oliveira preferiu atribuir a culpa aos jornais. "Mário, você está cansado de saber que os jornais nunca publicam o negócio certo. Eu disse duas coisas aos jornais, primeiro que tinha muita preocupação com o Mário e não queria que o Mário ficasse perdido no ar: que não fosse índio nem fosse civilizado. Os jornais publicaram o negócio ao contrário".

"Eu tenho uma preocupação que não é só com você, não, oh Mário, é com relação a todos os índios. Porque índio é índio. Vocês têm o exemplo de vários índios que estão espalhados aí pelo Brasil, que saíram de suas aldeias, passaram a viver na cidade, a viver miseravelmente, até como mendigos, sem nada. Eu sei que a intenção do Mário é boa. Estar indo para uma cidade, para outra, para conseguir coisas de ajuda ao índio. Mas o civilizado faz uma imagem muito diferente do índio".

"Quer dizer", acrescentou, "os jornais nunca publicam inteiramente aquilo que a gente diz. Então, a

preocupação é que o Mário não deixe de ser índio e, não sendo civilizado, fique completamente perdido no ar. A solução que eu digo e já disse antes para você: Mário, você tem de parar, tem de ir para a aldeia. Lá é que é a vida de vocês. A Funai está querendo ajudar. Não é muita coisa que a Funai está fazendo, a gente sabe disso. A gente tem de atender o índio de todo o Brasil e o recurso que a Funai recebe é pequeno. Mas se a gente der um pouquinho hoje, um pouquinho amanhã, as condições de vida de vocês vão melhorando aos pouquinhos, devagar".

"Outra coisa", disse o General, "é pedir dinheiro a Embaixada. Sabe o que as próprias Embaixadas estão dizendo? Que deram esmola a índio. Acho que é deprimente dizer isso. Quer dar ajuda? Que dê em equipamentos, que aí não é considerado esmola. A Funai tem obrigação de defender a imagem do índio, oh Mário. Acho que isso é deprimente para vocês. Agora, se a Embaixada quer dar cobertores, tratores, espingardas, munições, podem receber tranquilamente. Isto é útil para vocês. Agora, dar dinheiro e depois criticar aí fora, dizendo que está dando esmola a índio, a gente não pode concordar com isso. Esmola, oh Mário, é ruim até para o civilizado".

"Estão dizendo também", prosseguiu o General, "e você deve ter lido nos jornais, que o índio vai ser emancipado. Não é intenção do Governo emancipar ninguém, oh Mário. Se o índio não quiser, ninguém será emancipado. Quer dizer, precisa que vocês queiram, e aí tem de passar a mão, num pedaço de papel, fazer um requerimento ao Presidente da República, assinado por mais da metade da comunidade, pelos chefes de família, pedindo a emancipação. Se vocês não fizerem isso, ninguém vai poder emancipar ninguém, oh Mário".

"O que está havendo é muita onda. E aí vocês podem dizer: e o Mário? E eu digo: o Mário também não está em condições de se emancipar. Primeiro, porque ele não conhece toda a vida do civilizado. Você conhece? Não conhece. Você tem viajado mais do que os outros, e mesmo assim você não conhece. Segundo, você vive lá dentro da tribo. Como é que vamos emancipar o Mário que vive lá dentro da tribo? Vocês estão lendo no jornal: o Governo vai emancipar índio, não é? Não vai emancipar ninguém, não. Se vocês não pedirem, ninguém emancipa ninguém. Essa é a minha palavra. A palavra do presidente da Funai".

"Daqui a alguns anos, se vocês quiserem, e acharem que estão desenvolvidos, e que não precisam mais da Funai, que podem tocar o barco sozinhos, sem precisar da ajuda de ninguém, aí então vão pedir, não é? Mas isto ninguém pode dizer quando será. De modo que não tem nada, nada, nada. Se o projeto dissesse que o Governo poderia baixar um decreto emancipando, então vocês poderiam ficar preocupados. Olha, vou ler um pedaço do projeto, para não dizer que é invenção: "A emancipação de comunidades indígenas e de seus membros será declarada por decreto do Presidente da República, mediante requerimento da maioria dos membros do grupo". Ninguém está pensando fazer loucura ou coisa nenhuma, oh Mário. Agora, tudo é onda de jornal. não é? Se a gente for dar crédito a jornal, está perdido, oh Mário, tem



Juruna: "É obrigação da Funai ajudar o índio, e não ficar enroscado"

jornais honestos, tem jornais decentes, você sabe disso, não é? Mas tem jornais que deturpam tudo".

O cacique Juruna interrompeu o presidente da Funai para afirmar que tomou conhecimento, pelos jornais, de que ele era favorável à emancipação. "Então vamos falar perante Deus, sem esconder nada, sem mentir nada para mim. Agora quero perguntar para o senhor o que o senhor acha de mim. O senhor fala nos jornais que eu não sou mais índio nem branco. Eu sou índio? Eu sou branco? Eu sou pobre? Eu sou preto? Eu sou moreno? Eu sou nada? Continuo com cara de índio e continuo na liderança. Sai muito no jornal que eu estou abandonando pessoal em Namuncurá que eu estou pedindo esmola. Eu não estou pedindo esmola. O senhor que me deu autorização para poder conseguir ajuda junto com comércio, com fábrica. Agora, o senhor está provocando muito de mim. O senhor ou o jornal, não fiquei sabendo. Mas agora pode discutir a verdade aqui em cima da mesa".

"Agora", disse Juruna, "como Governo vai emancipar Mário sem querer. Se índio casa com branca, então ele pode sair da aldeia quando ele quer. Quando ele não quer, pode viver dentro da comunidade, mesmo

que ind quem qu o Presid tro da ticular. dar. Ten tendo pa que a ge querend quei sati Isma que você emancip está em e viver ( ro, aqui seu. Voc Jair dos aldeia. F dor, não co, não c um índio optou, já ra ele. O Cuiabá e deputado dou ouvi Os jorna não é? A o jornal jornal pu O ca terrompe abordar

PT 10250.122

39

# EMANCIPADO É BRANCO, MALANDRAGEM

*Jornal do Brasil 07/11/73*



mai ajudar  
ando"

o casa com branca. Então, er emancipar vai dizer para ante: eu não quero viver den aldeia, vou trabalhar par- tido a gente tem que estu- saído muito no jornal me nome de índio. Não é assim te tá querendo. A gente tá melhorar índio. Eu não fi- feito".

th: "Mário, eu já declarei não está em condições de se ir. O dia que você achar que condições de largar a tribo m São Paulo, Rio de Janei- em Brasília, o problema é deve ter conhecido o índio Perena. Ele não vive mais na e mora na cidade, é vereaa- é? Ele vive a vida do bran- ter saber de morar lá. Esse é diferente, oh Mário. Ele já escolheu uma nova vida pa- dia que você quiser ir para dizer: vou-me candidatar a o problema é seu. Eu não b a jornal, não, oh Mário". e querem é vender jornal, nulo que é bom, que é certo, são publica. Você já viu um blicar uma coisa boa?" dque Juruna voltou a in- o General Ismarth para o problema da demarcação

de terras, afirmando que para ele "aquilo era mais importante". "A Funai foi criada para poder ajudar índio, olhar índio, melhorar índio, e não ajudar a funcionário que existe aqui no Departamento. O Estatuto do índio foi criado em 1973, para poder demarcar área do índio em todo o Brasil, mas até agora não fez nada. Se a Funai não dá conta de tirar fazendeiro, tem que tirar dinheiro do Banco do Brasil e pagar fazendeiro. Índio tem terra em Pimentel Barbosa e Couto Magalhães, mas tem fazendeiro lá e a gente tá ficando revoltado com problema do Ministro. Ministro já prometeu mais de cinco vezes e não cumpriu palavra dele para demarcar a reserva do índio. O senhor pode dizer se vai sair, não vai sair, ou vai ficar por isso mesmo".

Ismarth: "O Estatuto do índio, efetivamente, deu um prazo de cinco anos, a partir de 73, para demarcar as áreas indígenas. Para cumprir esse programa, que está escrito na lei, a Funai precisaria de ter recursos. A Funai não recebe recursos, não pode, evidentemente, demarcar. Não vai cumprir o prazo de cinco anos. Não vai. Não adianta afirmar que vai. Muitas áreas vão ficar sem ser demarcadas. O orçamento da Funai tem uma verba específica para demarcação de terra, e a Funai só pode aplicar aquele recurso. O Governo deu Cr\$ 12 milhões para demarcar a terra, e então estamos demarcando no valor de Cr\$ 12 milhões. No próximo ano, vêm mais recursos, mas não vai dar para cumprir os cinco anos, não. Agora, Pimentel Barbosa já estava demarcada, Couto Magalhães também tinha decreto. O que está havendo é que o índio está pleiteando mais área. Acho que não examinaram direito a necessidade do índio naquela ocasião. Agora tem que alterar o decreto. Quem altera o decreto? Quem altera o decreto é o Presidente da República. Você falou com o Ministro para visitar as áreas, não foi? O Ministro ficou de visitar. A viagem já estava marcada para os dias 21 e 22, mas veio uma ordem do Presidente da República para o Ministro viajar com ele. Resultado, desmarcou a viagem, mas já disse que vai na primeira quinzena de novembro. O Ministro precisa ir lá para ver a terra que o índio tem. Tem muito areião que não dá nada. Tem que alterar o decreto. O decreto tem que ser encaminhado pelo Ministro ao Presidente da República. Se for o caso, o Governo joga dinheiro na Funai para pagar os fazendeiros. O Banco do Brasil não dá dinheiro de graça, não. Empréstia e para pagar com juros. O problema é o decreto, oh Mário. Alterar um decreto só com o Presidente da República. E nossa burocracia, viu, Mário."

Juruna: "O senhor podia falar com o Exército. Telefonar para ele para cumprir a palavra de expulsar todo fazendeiro. A gente pode expulsar porque está esperando muito tempo a promessa do Ministro. Ele não pode só olhar o interesse dele. Tem que olhar o interesse do índio."

Ismarth: "A Funai não está defendendo, não?"

Juruna: "Então por que não resolve agora?"

Ismarth: "Você conhece o decreto?"

Juruna: "Eu conheço o decreto e, conheço o mapa também. É obri-

gação da Funai ajudar índio, e não ficar enrolando. Não pode ficar com conversa fiada. A Funai não pode defender o ganzeiro. Quantos anos índio vive no Brasil?"

Ismarth: "Escuta aqui, você entende o que é decreto?"

Juruna: "Entendo, sim."

Ismarth: "Entende?"

Juruna: "Entendo."

Ismarth: "Tem um decreto que diz: a área do índio é essa. Bom, se eu tenho que aumentar essa área, tem que ser com decreto. E decreto é o Presidente da República que assina. Você disse que Xavantina era de vocês."

Juruna: "Era."

Ismarth: "Mas por que, no decreto de 1972, não pegaram aquela área?"

Juruna: "A Funai que tem de defender o índio."

Ismarth: "Foi proposta da Funai naquela ocasião. Em 72, o índio não reclamava aquela área. Agora, tem processo que a Funai está dando parecer favorável."

Juruna: "Esse processo vai ser aprovado?"

Ismarth: "O Ministro vai visitar a área para conhecer o problema."

Juruna: "O índio não paga imposto, é por isso que estão tomando terra dele? Índio tinha muita terra no descobrimento do Brasil."

Ismarth: "Você sabe o que representa a terra do índio no Brasil? São 30 milhões de hectares."

Juruna: "Do índio?"

Ismarth: "É."

Juruna: "Coitado do índio. O índio tá sem terra, ouviu General?"

Ismarth: "Como o índio está sem terra, explica aí, dá um exemplo, vamos lá. Estamos demarcando o Acre, o Amazonas."

Juruna: "Índio tá em briga expulsando posseiro. A Funai devia fazer muita briga. A terra é do índio há 500 anos. Quando portugueses chegou aqui, já foi invadindo."

Ismarth: "Naquele tempo, só tinha índio no Brasil. Vocês querem tomar o Brasil todo, de novo? A Funai interessa que não tenha fazenda dentro de áreas indígenas."

Juruna: "Tem fazenda do Ministro Cavalcanti, perto Cuiabá, dentro da área do índio."

Ismarth: "A Funai vai demarcar aquela área. Quando a Funai demarca uma área, não olha nome de ninguém, oh Mário. Para nós, não interessa saber se tem alguém lá dentro e de quem é. A gente só olha a área necessária para o índio. Nós só não demarcamos a área este ano porque estamos esperando dinheiro para demarcar. Lá não tem que pagar fazendeiro. Vai ter que sair. É terra de índio. Não é justo que Governo pague pela terra que era do índio."

Juruna: "Então, vamos resolver Pimentel e Couto Magalhães."

Ismarth: "Ali complica porque é decreto. Se não fosse isso já estava resolvido. Este ano não dá para fazer nada."

O General Ismarth encerrou o encontro com um conselho a Juruna: "Vamos cuidar da saúde e da educação do índio, oh Mário. Vocês têm que obrigar seus filhos a ir a escola, para se educarem e terem melhores condições de vida. Vocês têm que sentir que no futuro o índio tem que ser preparado para assumir até o cargo de presidente da Funai."



# Ministro nega intenção de emancipar índio

**Estado d** **NOM** **FILIA** **PROF** **RESIC**

Brasília — Ao esclarecer que "nenhuma comunidade indígena, no momento tem condições de ser emancipada", o Ministro do Interior, Rangel Reis, divulgou, ontem, a exposição de motivos do decreto que regulamenta o Estatuto do Índio. Já o texto do decreto não foi liberado, com a alegação de que está em mãos do Presidente da República.

"Não me considero o amigo número um dos índios, porque acho que todo brasileiro tem que respeitá-los igualmente", declarou, no ato, o Ministro Rangel Reis, que considera que "o documento tem sido incompreendido, ao ser mencionado como um projeto de emancipação do índio, quando, na realidade, o que se pretende é o desenvolvimento da comunidade e o aperfeiçoamento do processo de liberação de tutela".

O processo que deve culminar com a emancipação do índio, isolado ou tribalizado, e da comunidade, foi explicado pelo Sr Rangel Reis como um resultado "muito demorado, a ser conseguido a longo prazo". Segundo ele, a minuta do decreto especifica condições objetivas para a emancipação, implicando na instalação inicial de inquérito para apurar a verdadeira situação, tanto do índio quanto da comunidade, de acordo com o que é previsto pelo Estatuto do Índio. Para o indivíduo, aquele documento prevê a idade mínima de 21 anos, conhecimento da língua portuguesa, habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional, e razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional.

final cabe ao juiz, avaliando se há ou não condições para a emancipação".

Uma criação da minuta do decreto é a comissão interministerial, integrada por representantes dos Ministérios da Agricultura, Saúde, Previdência e Assistência Social e Planejamento, "que devem atuar de forma coordenada sob orientação da Funai, como órgão de apoio concreto ao desenvolvimento das comunidades indígenas".

O Ministro Rangel Reis chamou a atenção para o fato de que "o trabalho de tutela é de grande responsabilidade e a Funai, para ter mais eficácia, deve contar com o apoio de outros órgãos do Governo". O decreto dá um prazo de 10 dias, a contar da data de sua divulgação, para que seja constituída essa comissão interministerial.

Ele informou, ainda, que a minuta prevê a atualização dos registros dos índios eleitores, que prestaram serviço militar e com graduação em curso superior. "Isso deve funcionar como uma relação apenas, para controle da Funai", observou o Sr Rangel Reis.

A comissão de revisão do Estatuto do Índio, prevista pela minuta anterior, foi outra idéia abandonada pelo texto do documento agora encaminhado ao Presidente Geisel. "Por enquanto não é necessário", disse ele.

## AS CRÍTICAS

"Foram contra sem ler". Assim o Ministro do Interior considerou as críticas de vários setores da população, especialmente antropólogos que têm permanentemente manifestado sua opinião contrária ao projeto de regulamentação do Estatuto do Índio.

Para o Sr Rangel Reis "ficamos com a nossa opinião. Eles têm a deles. Aceitamos algumas sugestões que julgamos razoáveis, outras não". Ele disse que os antropólogos "não aceitaram participar da elaboração do documento partindo da idéia inicial de serem contrários à emancipação".

No caso da comunidade, a emancipação só poderá acontecer caso a maioria de dois terços de seus membros, em condições individuais de serem emancipados, a queiram. A partir da manifestação do grupo é formado um inquérito pela Funai, com prazo determinado, para a avaliação do requerimento. Nesta fase é ouvido o Conselho Indígenista da Funai, em seguida uma comissão especial, composta por estudiosos, ligados ou não à Fundação, que encaminha parecer conclusivo à presidência da Funai. Esta, por sua vez, elabora parecer conclusivo ao Ministério do Interior, que o leva ao Presidente da República, de quem depende a assinatura do decreto de emancipação.

Durante a formação do inquérito, segundo o Ministro do Interior, "é imprescindível que o índio individualmente, no caso de emancipação isolada, ou os membros da comunidade, sejam ouvidos pelo juiz encarregado, na comarca, sede do índio, da formação do processo".

Isso não exclui todavia que o índio possa vir a ser emancipado à sua revelia, porque, conforme esclareceu o Ministro do Interior, "são analisadas as condições objetivas para a emancipação, e a palavra

## Procurador da Funai quer inquérito divulgado para provar que não é corrupto

Brasília — O procurador da Funai, Getúlio de Barros Barreto, vai pedir ao Ministro do Interior para apressar a divulgação das conclusões do inquérito que apura corrupção de funcionários do órgão na demarcação da reserva indígena de Pimentel Barbosa, em Mato Grosso. Ele foi acusado pelo cacique Juruna, em entrevista no *Jornal de Brasília*, de receber propinas para alterar esses limites.

O inquérito, já em poder do Ministro do Interior, tem 12 volumes e trata da alteração dos limites Oeste (rodovia Xavantina-Cachimbo) e Norte (Fazenda Santa Vitória) da reserva. Segundo as denúncias de Juruna, o procurador Barros Barreto estaria indiciado no processo, por ter recebido suborno no valor de 30% das terras de Arne Suksdorff, localizadas no Parque Xingu, para conseguir a sua liberação.

## TRAÇADO ERRADO

Criada em setembro de 1972 durante a gestão do Ministro Cavalcanti, a reserva de Pimentel Barbosa provocou imediatos protestos de proprietários na região Isto porque a portaria de criação previa, como limite oeste da reserva, a rodovia Xavantina-Cachimbo, com base no traçado previsto no mapa cadastral de Barra do Garças (MT). Quando construída, entretanto, a estrada ficou afastada cerca de 20 a 25 km do traçado previsto, o que acarretou um erro na descrição dos limites da reserva. Com a nova localização do limite oeste da reserva (a estrada), foram incluídas em área indígena propriedades privadas e uma vila, localizadas na faixa entre o traçado inicial e o efetivo da rodovia.

Além disso, o proprietário da Fazenda Santa Vitória, ao Norte de Pimentel Barbosa, que teve parte de suas terras atingidas pela reserva, entrou com um interdito proibitório contra a Funai, dificultando os trabalhos de demarcação da área. Em vista dos reclamos, o então Ministro Costa Cavalcanti instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de reexaminar a matéria.

No documento final do grupo de trabalho, com base em relatório da antropóloga Delvaire Mellatti, do Departamento de Projetos Comunitários da Funai, optou-se pelo abandono da rodovia Xavantina-Cachimbo como limite Oeste, em troca do acompanhamento do limite natural constituído pelo divisor de águas Xingu-Araguaia.

Quanto ao limite Norte — a Fazenda Santa Vitória — o grupo de trabalho decidiu-se pelo contorno da propriedade. Tal opção foi justificada pelo fato de que a área a ser perdida pelos índios representava menos de 1% da reserva de Pimentel Barbosa, e seria compensada pelos proprietários da fazenda com construção de estrada, empréstimo de máquinas agrícolas e transporte aéreo de índios doentes. Com isso, os proprietários da Santa Vitória sus-

penderiam a ação de interdito proibitório contra a Funai, permitindo a finalização da demarcação da reserva.

Foi nesta época que o então funcionário da Funai, Sr. Waldenilo Lopes, hoje afastado do órgão, colocando-se como representante de proprietários que teriam cerca de 30% de suas terras ainda atingidas pelo limite Oeste da reserva fixado pelo grupo de trabalho, fez uma proposta à Funai. Sugeriu que o limite previsto para o divisor de águas Xingu — Araguaia fosse alterado para uma linha seca, que deixasse de fora as propriedades, pelo que seus donos doariam 100 cabeças de gado, uma camioneta Ford e outros bens aos índios.

O procurador Getúlio Barreto encaminhou a proposta ao presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, que declarou nada ter a opor, desde que os índios aceitassem tal acerto. Designado pelo presidente da Funai, o Sr Getúlio Barreto encarregou-se da consulta dos índios, em julho de 74, com a participação de vários índios, entre os quais os líderes Apoena, Surupredu e Parodi, que optaram pelo limite que excluía as propriedades, em troca da compensação oferecida. Na ocasião, os índios chegaram a firmar os mapas dos novos limites, com assinaturas ou impressões digitais.

No ofício e na exposição de motivos encaminhadas pela Funai ao Ministro Rangel Reis, também peças de instrução do atual inquérito, destaca-se a concordância dos índios com os novos limites, volta-se a frisar que os custos demarcatórios do limite Xingu-Araguaia dificultavam o trabalho de demarcação da reserva, bem como o fato de a Fazenda Santa Vitória estar *sub-judice*.

Se os limites iniciais da reserva tivessem sido mantidos, incluindo a Fazenda Santa Vitória e estendendo o limite oeste até o traçado efetivo da rodovia Xavantina-Cachimbo, Pimentel Barbosa teria 315 mil 189 ha. As alterações trouxeram uma redução de 31% que hoje é de 215 mil 689 ha para 264 índios xavantes.

## TERRAS

Quanto às dúvidas em relação à posse de terras dos índios, o Ministro adiantou que "não apenas as demarcadas mas também as delimitadas permanecerão sob o controle da União", o que representa uma alteração em relação ao texto anteriormente elaborado, que previa a doação das terras às comunidades. Agora, será acrescentada uma cláusula de inalienabilidade "ou qualquer outro uso jurídico das terras".

"Com isso, o uso da terra será garantido ao índio emancipado em comunidade, mas continuando como posse da União, enquanto o índio emancipado individualmente e que more fora da tribo poderá requerer, como qualquer cidadão, terras do INCRA, para seu uso pessoal, como colono, disse, se.

Lembrou que a intenção inicial era da demarcação de todas as terras dos índios até o final do ano, mas isto não foi possível. Assim, continuou, não colocamos no texto da minuta a discriminação das terras demarcadas, mas também aquelas delimitadas, isto é, habitadas por índios, como a permanecerem sob a posse da União".

## Villas Boas considera nocivo

São Paulo — "O projeto de emancipação do índio é altamente suspeito e nocivo à população indígena" afirmou, ontem, o titular da 12a. Delegacia Regional da Funai em Bauru, Sr Alvaro Villas Boas, acrescentando que "não há uma distinção nítida entre índio aculturado e índio não aculturado, o que seria necessário porque a população indígena foi dividida segundo esses conceitos".

O Sr Villas Boas acusou o Conselho Indigenista Missionário (CMI) de ser "uma ala da Igreja cujo único objetivo é desmoralizar a Funai". Disse, ainda, que tem ordem do General Ismarth de Oliveira de "impedir a entrada de padres do CMI em minha área, pois eles pregam tudo, menos reli-

gião, tendo preocupação exclusivamente política".

Além de Alvaro, também o seu irmão, o sertanista Orlando Villas Boas se manifestou contrário ao projeto, e, ainda, o jurista Dalmo Dallari e antropólogos do Departamento de Projetos Comunitários da Funai, da PUC, USP e Unicamp, todas de São Paulo, e das Universidades Federais do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Brasília, e da Comissão Pro-Índio de São Paulo.

A inoportunidade da regulamentação jurídica da emancipação constitui posição unânime dos antropólogos, nos diversos pareceres enviados à reunião geral, realizada em setembro passado, em Brasília, por convocação da Funai.

Entre os pontos prioritários, a serem definidos antes da emancipação, segundo os antropólogos, estão os seguintes: assegurar inalienabilidade e usufruto coletivo das terras; reconhecer o direito dos grupos indígenas de se organizarem para autogerir sua existência; condições para manterem sua identidade étnica e culturais tradicionais; e relacionamento simétrico com a sociedade nacional; reconhecimento da nação pluralista; e efetivação da autonomia indígena.

O presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Sr Gilberto Velho, divulgou, ontem, os textos de vários telegramas de personalidades e entidades internacionais, recebidos, ultimamente, em protesto contra a emancipação do índio brasileiro.

## Sertanista nega política de etnocídio

Embora considere "prematura" a emancipação do índio — seria necessário, antes, dar base econômica às comunidades tribais — o sertanista Apoena Meirelles não concorda que se queira institucionalizar o etnocídio.



Brasília

PT 10.25a Ad 2

das por muitos, como a permanecem sob a posse da União".

"são analisadas as condições objetivas para a emancipação, e a palavra

partindo da idéia inicial de serem contrários à emancipação".

grupo de trabalho com o objetivo de reexaminar a matéria.

No documento final do grupo de trabalho, com base em relatório da antropóloga Delvair Mellatti, do Departamento de Projetos Comunitários da Funai, optou-se pelo abandono da rodovia Xavantina-Cachimbo como limite Oeste, em troca do acompanhamento do limite natural constituído pelo divisor de águas Xingu-Araguaia.

Quanto ao limite Norte — a Fazenda Santa Vitória — o grupo de trabalho decidiu-se pelo contorno da propriedade. Tal opção foi justificada pelo fato de que a área a ser perdida pelos índios representava menos de 1% da reserva de Pimentel Barbosa, e seria compensada pelos proprietários da fazenda com construção de estrada, empréstimo de máquinas agrícolas e transporte aéreo de índios doentes. Com isso, os proprietários da Santa Vitória sus-

o limite que exclua as propriedades, em troca da compensação oferecida. Na ocasião, os índios chegaram a firmar os mapas dos novos limites, com assinaturas ou impressões digitais.

No ofício e na exposição de motivos encaminhadas pela Funai ao Ministro Rangel Reis, também peças de instrução do atual inquérito, destaca-se a concordância dos índios com os novos limites, volta-se a frisar que os custos demarcatórios do limite Xingu-Araguaia dificultavam o trabalho de demarcação da reserva, bem como o fato de a Fazenda Santa Vitória estar *sub-judice*.

Se os limites iniciais da reserva tivessem sido mantidos, incluindo a Fazenda Santa Vitória e estendendo o limite oeste até o traçado efetivo da rodovia Xavantina-Cachimbo, Pimentel Barbosa teria 315 mil 189 ha. As alterações trouxeram uma redução de 31% que hoje é de 215 mil 689 ha para 264 índios xavantes.

## Villas Boas considera nocivo

São Paulo — "O projeto de emancipação do índio é altamente suspeito e nocivo à população indígena" afirmou, ontem, o titular da 12a. Delegacia Regional da Funai em Bauru, Sr Alvaro Villas Boas, acrescentando que "não há uma distinção nítida entre índio aculturado e índio não aculturado, o que seria necessário porque a população indígena foi dividida segundo esses conceitos".

O Sr Villas Boas acusou o Conselho Indigenista Missionário (CMI) de ser "uma ala da Igreja cujo único objetivo é desmoralizar a Funai". Disse, ainda, que tem ordem do General Ismarth de Oliveira de "impedir a entrada de padres do CMI em minha área, pois eles pregam tudo, menos reli-

gião, tendo preocupação exclusivamente política".

Além de Alvaro, também o seu irmão, o sertanista Orlando Villas Boas se manifestou contrário ao projeto, e, ainda, o jurista Dalmo Dallari e antropólogos do Departamento de Projetos Comunitários da Funai, da PUC, USP e Unicamp, todas de São Paulo, e das Universidades Federais do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Brasília, e da Comissão Pro-Índio de São Paulo.

A inoportunidade da regulamentação jurídica da emancipação constitui posição unânime dos antropólogos, nos diversos pareceres enviados à reunião geral, realizada em setembro passado, em Brasília, por convocação da Funai.

Entre os pontos prioritários, a serem definidos antes da emancipação, segundo os antropólogos, estão os seguintes: assegurar inalienabilidade e usufruto coletivo das terras; reconhecer o direito dos grupos indígenas de se organizarem para autogerir sua existência; condições para manterem sua identidade étnica e culturais tradicionais; e relacionamento simétrico com a sociedade nacional; reconhecimento da nação pluralista; e efetivação da autonomia indígena.

O presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Sr Gilberto Velho, divulgou, ontem, os textos de vários telegramas de personalidades e entidades internacionais, recebidos, ultimamente, em protesto contra a emancipação do índio brasileiro.

## Sertanista nega política de etnocídio

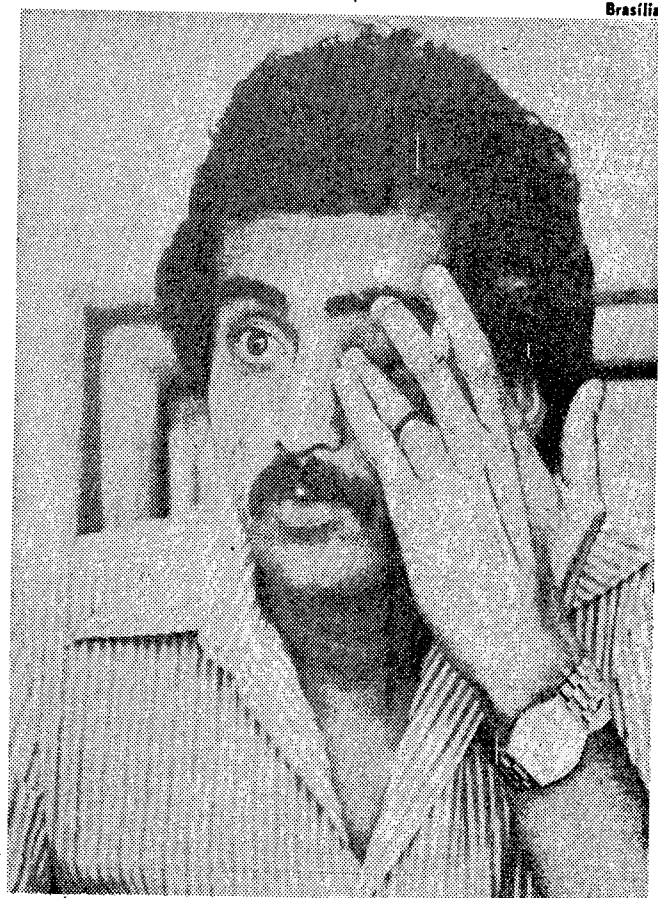
Embora considere "prematura" a emancipação do índio — seria necessário, antes, dar base econômica às comunidades tribais — o sertanista Apoena Meirelles não concorda que se queira institucionalizar o etnocídio, afirmando que "não existe, por parte do Governo, uma política deliberada no sentido de exterminar as populações indígenas".

Destacou, ainda, que, diante da disposição do Governo de promover essa regulamentação jurídica, "todos que estão ligados à questão indígena deveriam contribuir e apresentar propostas". Para ele, só a partir da emancipação econômica do índio é que surgirão condições para a sua autodeterminação, sendo o tema muito complexo, já que não existem estudos sobre o direito indígena.

### PLANO DIRETOR

Apoena Meirelles acha que o Governo deveria, antes de regulamentar juridicamente a emancipação, estabelecer um Plano Diretor, com metas e diretrizes da política indigenista, no sentido de permitir que as comunidades em adiantado estado de aculturação fossem gradativamente atingindo a emancipação econômica, com as comunidades se tornando capazes de gerir seu próprio patrimônio e administrar sua produção.

Para ele, o grande problema do índio não gira em



Apoena Meirelles não vê política de extermínio

torno de sua emancipação jurídica, mas é fruto do sistema econômico do país, pelo qual o poder econômico tem grande influência nas decisões de Governo, e produz pressões sobre as terras indígenas. Considerando a impossibilidade de alterar as bases do sistema econômico, o sertanista jul-

ga a emancipação econômica do índio como ponto prioritário da política indigenista, a fim de assegurar a sobrevivência indígena no convívio com a sociedade envolvente, uma vez que o próprio Estatuto do Índio não é suficiente para livrá-lo das pressões que sofre.

# Decreto permite emancipação do índio isolado ou em comunidade

**Brasília** — "A qualquer momento, um índio ou uma comunidade indígena pode requerer a sua emancipação à Funai". Este ponto é destacado pelo consultor jurídico do Ministério do Interior, Severino Mário de Araújo, no decreto encaminhado ao Presidente Geisel, o qual, segundo ele insistiu, "não é um decreto de emancipação, mas de regulamentação do Estatuto do Índio".

Ao analisar a minuta do documento, divulgada ontem, o Sr Severino de Araújo lembrou que "não se acrescenta nada às determinações do Estatuto do Índio, que foi elogiado por todos; agora, a sua simples regulamentação causa essa confusão". Afirmou, ainda, que "a emancipação do índio é uma situação transitória, já que a União tem que dotá-lo de meios para facilitar a sua integração".

## O DECRETO ANALISADO

**Art. 1º** — Com três parágrafos, o artigo disciplina a criação de uma Comissão Interministerial encarregada de elaborar e executar um plano integrado de ação de desenvolvimento das comunidades indígenas, determinando-se aqui a sua constituição 10 dias depois de publicado o decreto. De acordo com a exposição de motivos que acompanha a minuta, essa Comissão pretende suprir as deficiências de operação da Funai, "porque exigem meios de que a Fundação não dispõe".

**Art. 2º** — A tutela do índio permanece, conforme o que estabelece o Estatuto do Índio, como encargo da Funai, até que ele seja emancipado ou integrado.

**Art. 3º** — Além da obrigação da tutela, exercida pela Funai, a minuta detalha a incumbência da fundação, no sentido de, como responsável pelo índio, assegurar a posse permanente das terras que habitam, bem como o usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes. Essa colocação do documento encaminhado ao Presidente da República é um aperfeiçoamento de idéias contidas em esboços anteriores, que não previam o uso exclusivo da terra pe-

lo índio. Isso retira a possibilidade de que a comunidade, mesmo depois de emancipada e com as terras doadas a ela, possa fazer qualquer tipo de negócio para a exploração da terra, seja parceria, arrendamento ou venda.

**Art. 4º** — Determina a atualização de registros e relação de índios eleitores, ou que tenham concorrido a cargos eletivos, prestado serviço militar e concluído curso superior. Essa medida é uma preliminar do inquérito que deve culminar na emancipação do índio isolado.

**Art. 5º** — Ainda que seja regra determinada pelo Estatuto do Índio, como requisito essencial à sua emancipação à idade de 21 anos, a minuta abre a possibilidade de requerimento de índio desejoso de ser emancipado aos 18 anos, desde que ele atenda às outras exigências: conhecimento da língua portuguesa, habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional, e razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional.

**Art. 6º** — Para a emancipação do índio isolado ficam respeitadas as exigências do Estatuto, atendendo-se àquilo já especificado no caso anterior, apenas limitando-se em 21 anos a idade mínima requerida para o inquérito. Essa medida pode ser uma iniciativa do próprio índio ou da Funai.

**Art. 7º** — No caso da comunidade desejar se emancipar, a minuta estabelece que deve ser observado o mínimo de dois terços de seus membros em condições individuais de serem emancipados, como autores de requerimento pedindo esta providência. O Estatuto do Índio prevê que por maioria não qualificada, isso possa ocorrer e o regulamento introduz a maioria de dois terços.

**Art. 8º** — Para que a comunidade se emancipe é necessária a formação de inquérito, detalhado pela minuta, e que inclui a participação de pessoas especializadas em matéria indigenista "relacionadas de preferência com a comunidade requerente". Aqui, como forma de serem conhecidas as condições de fato

da comunidade, será elaborado um formulário próprio, a ser preenchido com as informações sobre a comunidade. A Comissão Especial encarregada de arrolamento dos dados encaminha então seu parecer ao presidente da Funai.

**Art. 9º** — O presidente da Funai é o encarregado de laborar o parecer conclusivo sobre a liberação ou não da tutela, e sua fundamentação é encaminhada ao Ministro do Interior.

**Art. 10º** — Se o parecer da Comissão especial for favorável à emancipação da comunidade, é necessária a elaboração de membros da comunidade interessada.

**Art. 11** — A Funai continua responsável pela assistência do índio, ainda que esteja emancipado.

**Art. 12** — Mesmo depois de emancipado, o índio não perde a sua identidade indígena, e isso com as prerrogativas do artigo anterior. Esse artigo é uma colaboração de antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira.

**Art. 13** — Depois de emancipada a comunidade, esta fica com a responsabilidade de cuidar dos membros menores existentes, que são emancipados dentro das determinações do Código Civil, comum a todos os brasileiros.

**Art. 14** — As terras das comunidades, demarcadas ou não, permanecem inalienáveis, e sua posse e usufruto são permanentes. Este artigo veda, inclusive, o uso da terra do índio por terceiros.

**Art. 15** — Uma vez emancipada, a comunidade pode receber as terras que ocupa, em doação da Funai. Mas, doadas as terras, são estabelecidas as cláusulas de inalienabilidade de arrendamento "ou de qualquer ato jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pelo donatário".

**Art. 16** — É encargo da comunidade a determinação da vocação de exploração da área que ocupa e, uma vez determinada a forma que a comunidade indígena deseja explorá-la, deve ser promovido um plano de integração elaborado pelo Ministério do Interior para apoiá-lo.

## Darcy Ribeiro se diz perplexo

**São Paulo** — O antropólogo Darcy Ribeiro durante o Ato Público Pró-Índio, realizado ontem, declarou-se "perplexo" com as razões alegadas pelo Ministro do Interior, Rangel Reis, ao divulgar a exposição de motivos do decreto que regulamenta o Estatuto do Índio, as quais, no seu entender, "indicam que a intenção do Estado é apenas se desobrigar de seus deveres de assistência ao índio".

"Existe uma inquietação nossa — e quando digo nossa, digo dos índios e dos pesquisadores que trabalham com eles — porque, quando foi noticiado o projeto, pensamos que seria uma alforria como a libertação dos escravos. Mas verificou-se logo que era o contrário", declarou o Sr Darcy Ribeiro, ao explicar a oposição dos antropólogos à medida do Governo.

## ADVINHAÇÃO

Analisando a exposição de motivos liberada pelo Ministro, o antropólogo considerou-a "uma coisa espantosa na história jurídica do país, porque não foi publicada junto com o decreto". Para ele, "advinhar, pela exposição de motivos, o teor de um decreto, é tarefa que exige de mais a imaginação".

## A VOZ DOS INDIOS

— A garantia de manutenção das terras, da cultura e de seu idioma é o desejo dos índios, segundo o párci Daniel, ao se referir à emancipação anunciada pelo Governo. "Antes de tudo", afirmou — "é preciso ver em que nível o índio vai ter esta emancipação, pois sabemos que, por trás disso estão os interesses econômicos".

Ele defendeu a igualdade com a sociedade dos brancos" como primeiro passo para a integração e, por isso, acha que não há condições de se aceitar a emancipação, sendo a economia indígena tão frágil em relação à economia de competição do homem branco. "O decreto é uma arma perigosa, pois pode acabar com nossas comunidades", finalizou.

Os kaikangues Adelino Lopes e João Pedro Eufrásio também estão contra a emancipação que consideram capaz de "acabar com o índio, e isso nós temos que dizer ao Ministro do Interior".

PT 1025a. 122

Pacote FUNAI



**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

FOLHA DE S. PAULO

09/11/78

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

## Ato público repudia emancipação indígena

“Se o presidente duvida que os índios estão reclamando dessa emancipação, a gente vai lá e enche o Palácio dele de índios para provar”, afirmou o cacique da aldeia de Nonoai, Nelson Jacinto Xangrê, pouco antes do início do ato público realizado ontem no Teatro da Universidade Católica de São Paulo contra o projeto de lei que emancipa as comunidades indígenas do Brasil e que contou com a presença de 1.500 pessoas.

Este projeto, que já está em mãos do presidente Geisel, tem recebido severas críticas de antropólogos e entidades ligadas ao índio, como o Conselho Indigenista Missionário — CIMI, cujo presidente, dom Tomas Balduino, bispo de Goiás Velho, esteve presente ao ato.

Participaram ainda da manifestação o ex-ministro e antropólogo Darci Ribeiro, o jurista Dalmo Dalari, o professor Braz José de Araújo, secretário geral da Associação Nacional de Cientistas Sociais que, ao lado da Comissão Pró-Índio, promoveram o ato. A mesa foi dirigida pela antropóloga Carmen Junqueira e além de sertanistas, antropólogos e estudantes, três tribos se fizeram representar: Pareci, às margens da estrada Cuiabá-Santarém, Kaingang, do Rio Grande do Sul (tribo de Nonoai) e Terena, do Mato Grosso do Sul.

Em entrevista coletiva concedida antes da manifestação, os representantes indígenas fizeram críticas contundentes ao projeto, “pois a quem interessa essa emancipação?”, como perguntou o representante Pareci, Daniel Matenho Onizokae. Para ele, “o que se deduz é que há, de fato, interesses por trás de tudo isso, já que os grandes grupos econômicos poderão agora, se aprovado o projeto, ter acesso mais fácil às terras dos índios”.

Diz que em sua reserva, “a especulação de terras é muito grande e já chegamos a expulsar gente e tratores de nossa área”. Ressaltando que esse decreto ainda é secreto, Onizokae entende que haveria “uma ruptura da tradição milenar ao se dividir as famílias indígenas, como tudo indica que vai acontecer”.

“Temos de repudiar este projeto — frisou — porque é muito grave o fato do índio, o principal atingido, não ter sido consultado a respeito”.

O Terena Maurício Pedro, que há 29 anos mora em Campinas, onde cursa o segundo ano de Direito, disse que ficou “estarcido ao saber pela imprensa desse projeto de emancipação”. Explica que é um índio emancipado e que por isso mesmo sabe que “a emancipação não vai trazer nenhum benefício para os índios, porque nós não estamos preparados para competir com os brancos”.

“Eu vivo estes dois mundos; tenho carteira de identidade, título de eleitor, e sinto, de tanto ver na televisão, que o que interessa nesta sociedade é o progresso material; aqui, você é o que você tem e não o que você é e é por isso que fica difícil pro índio competir”.

O presidente do CIMI, dom Tomas Balduino, acredita que o governo recuou em algumas das propostas do projeto original

secreto, salientando que vê, nessa atitude, uma questão muito grave:

“O governo pretende agora, através de meandros da lei, emancipar o índio individualmente, independente da sua vontade, já que estaria previsto a iniciativa do órgão nesse sentido, havendo apenas uma consulta pro-forma”.

A aprovação desse projeto, para dom Tomas, significa também “a degola das lideranças, porque essas lideranças serão as primeiras a ser emancipadas; isto é ainda impedir a autodeterminação da comunidade”. Dom Tomas entende que “há, no pessoal responsável pela Segurança Nacional, uma preocupação com os índios que de norte a sul do País estão se levantando contra a exploração de suas terras”.

“Ora — prossegue — quando os lavradores se rebelam vão para a prisão e o governo não pode reprimir os índios diante da própria legislação existente. Com o novo projeto, poderá”. O presidente do CIMI chama este projeto “pacote de Segurança Nacional com endereço dos Índios”.

Salientou também que “hoje, a corrida não é mais por pedras preciosas, pois o poder de amanhã no mundo virá da posse de terras, para alimentar a população mundial; não é à toa que as transacionais têm adquirido tanta terra e há, como já denunciou Darci Ribeiro, grandes interesses de grupos, e, talvez, já esteja tudo acertado”.

Citou como exemplos desses interesses, a ação do Bradesco e do grupo Jari, no Pará e da Codeara, em Mato Grosso e conclui afirmando que “o genocídio do índio começa exatamente com o etnocídio que é a destruição da cultura indígena, provocando sua marginalização e dizimação”.

### O QUE RESTA FAZER

Para o sertanista Orlando Villas-Boas, “o projeto será mesmo assinado, porque senão não seria feito com tanto sigilo” e acredita que restaria apenas “abrir uma ação popular que não teria muito sucesso, ou deixar que a história julgue estes homens por terem sido os responsáveis pela implantação desse rápido processo de emancipação”.

Villas Boas considera ainda muito prematura a emancipação “neste estágio em que os contatos ainda estão se processando”, afirmando que a terra, para os índios, não é somente sua subsistência, “mas a sua sobrevivência e eles estão conscientes disso”. Villas Boas salientou que a Funai é um órgão “muito carente e os próprios antropólogos que lá trabalham são contra este projeto”.

### DESCONFIANÇA

O ex-ministro Darci Ribeiro, por sua vez, entende que “devido aos precedentes, não dá para confiar no ministro Rangel Reis, quando ele pede um voto de confiança”. Para ele, a ameaça principal “é a de forçar a total assimilação dos índios, como se um decreto pudesse também fazer com os judeus deixassem de ser judeus”.

119

*Part  
FUNAI*



13

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Índios do MA**  
*Volta de São Luís*  
**fazem denúncia**  
**contra padres**

SÃO LUIS (Do correspondente) — Cinco índios da tribo Guajajara que estão em São Luis divulgaram ontem uma carta declarando que estão perdendo suas terras para os brancos, que são apoiados pelos frades capuchinhos. Na carta os índios também denunciam a ocorrência de torturas em dois de seus companheiros, presos pela Polícia Federal. Segundo os índios, o delegado da Funai no Maranhão, Armando Perfeti, teria assistido às torturas dos dois índios, ocorridas em maio do ano passado.

O conflito entre os índios e padres capuchinhos se deve a presença dos padres na área da aldeia indígena, e dos posseiros que eles abrigam. Os padres se defendem da acusação dos índios afirmando que são proprietários das terras que ocupam em Barra do Corda, que teriam sido compradas ao governo maranhense no século passado. O delegado da Funai, porém, o mesmo Perfeti acusado pelos índios de presenciar as torturas, afirma que no ano passado, com a demarcação das áreas indígenas do Estado pela União, as áreas de Barra do Corda considerada dos capuchinhos não foi separada do patrimônio indígena, sinal evidente, segundo ele, de que a Funai acha necessário que aquela área retorne ao poder dos índios.

Na versão dos capuchinhos, que acusam a Funai de não realizar nenhum trabalho educativo com os índios para "melhorá-los", mas apenas impede que eles saiam da área, são os índios que atacam os posseiros e "furtam sua lavoura e seu gado".

*Posta FUNAI*



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**HISTÓRICO**

**O ESTADO DO PARANÁ**

**Associação <sup>22/11/78</sup> contra a emancipação do índio**

A regional do Paraná da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai-PR) continua mobilizando a população no sentido de coletar assinaturas de protesto contra a emancipação dos indígenas, cujo decreto já foi encaminhado ao presidente Geisel para sanção. Os termos do abaixo-assinado assinam que "emancipar o índio quer dizer que ele não deve mais continuar índio. Temos o direito de exterminar etnias? Com a emancipação, o índio perderá o direito a sua terra, a qual lhe é garantida pela Constituição Federal em seus artigos 4.º, e 198, bem como pelo Estatuto do Índio, artigo 22, parágrafo único".

Depois de expor nove itens, o abaixo-assinado encerra destacando "num tempo em que percebemos a importância da preservação e proteção da ecologia, é inconcebível que se provoque a extinção daquele que nos dá provas milenares de sabedoria na convivência harmônica com a natureza". O documento será encaminhado ao ministro do Interior, Rangel Reis.

**A ANAI**

A Anai do Paraná foi fundada em março passado tendo como finalidades contribuir para a formação de uma nova consciência pública de respeito às minorias étnicas e sociais; apoiar os povos indígenas nas reivindicações para recuperar e garantir a inviolabilidade de suas terras, sua posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nela existentes (conforme o artigo 198 da Constituição Federal em vigor), aptas e suficientes.

Além disso, pretende que se reconheça, respeite e apoie a autonomia cultural e o direito à autodeterminação dos povos indígenas, assim como apoiar as lutas de sobrevivência do próprio índio.

**COMO FILIAR-SE**

A entidade civil, não tem fins lucrativos, é de caráter apartidário e de âmbito nacional. A filiação ao seu quadro é aberta às pessoas físicas, como associadas, e às jurídicas na condição de colaboradores. Os interessados deverão filiar-se à seção de unidade federativa ou município correspondente ao seu domicílio. No caso de não haver seção nesta unidade ou município, deverão fazê-lo na seção mais próxima.

A sede da Anai — Regional do Paraná situa-se à Rua Bom Jesus n.º 159, Alto do Cabral, em Curitiba. Suas reuniões são realizadas, neste local, todas as terças-feiras, às 19h30minutos, com acesso livre a todos os interessados. Podem filiar-se todos aqueles que acreditam ser os índios dignos de todo o nosso respeito e consideração, como seres humanos e culturais que são. Já a diretoria nacional da Anai tem sede no município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, à Rua dos Andradas n.º 943.

**DARCY RIBEIRO**

O antropólogo Darcy Ribeiro, um dos que se declarou contrariamente a emancipação, estará em Curitiba no dia 17, próxima sexta-feira. Ele fará uma palestra no Colégio Estadual, às 20 horas, abordando o tema: "O Estado e a Educação do Povo".

A sua vinda é uma promoção do Dascisa, Darpp, entre outras entidades estudantis, e Anai. A entrada será franca. Os acadêmicos de Direito da UFP querem aproveitar sua vinda para consultá-lo sobre o movimento pela autonomia da Faculdade de Direito e avaliação da Reforma Universitária. Isto porque Darcy Ribeiro, ex-ministro da Educação, primeiro reitor da Universidade de Brasília, é uma das pessoas mais credenciadas para uma visão sobre o assunto, assim como apontar soluções.

Pasta F UNPT





15

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

CURITIBA, DOMINGO, 12 DE NOVEMBRO DE 1978

# Emancipação dos últimos 140 mil índios brasileiros

Padre Natalício José Weschenfelder (CNBB, Regional Sul-2)

*O Estado do Paraná*

Hoje o tema da emancipação ocupa todos os jornais do País. As idéias do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e da ANAÍ são bem claras e precisas sobre o problema da emancipação do índio brasileiro. Explicam: "quando se fala em emancipar o índio, quer se dizer que ele não deve mais continuar índio, vivendo numa tribo, plantando em roças comunitárias, com sua língua e religião própria, etc. O índio emancipado pode se tornar igual a um não-índio, perder até o direito à sua terra, que em verdade era dele, muito antes do descobrimento do Brasil".

Esta emancipação do índio brasileiro traz diversas conseqüências. Hoje existem no Brasil 140 mil índios que podem ser emancipados pelo decreto governamental paulatinamente. São índios já em contato com os brancos, alguns já em estado "integrado" na sociedade do branco. Também existem no Brasil perto de 10 mil índios em estado primitivo com pouco ou sem nenhum contato com o homem civilizado.

No Sul do Brasil ainda restam 10.200 índios das tribos Caiguangues e Guarani.

As decorrências da falada emancipação podem ser assim resumidos:

— A Constituição em seu artigo 18, afirma que só a União (Estado) pode fazer leis sobre a emancipação dos índios, através do Congresso (Senado e Câmaras dos Deputados) aprovado pelo Presidente da República. Será inconstitucional o presidente fazer este decreto sozinho.

— O Estatuto do índio nos artigos 9, 10 e 11 prevê a emancipação do índio a partir dos 21 anos e a nova minuta em seu artigo 1.º coloca 18 anos.

— A minuta diz em seu artigo 12 que, quando o índio ou a tribo é emancipada as terras que eles vão receber não são as mesmas que ocupavam até ali.

— Pelo Estatuto do índio (Art. 17/23), suas terras são protegidas pela Constituição. Agora percebe-se que os índios perderão suas terras, que ocupavam antes da descoberta do Brasil, para entregá-las a curto ou médio prazo aos latifundiários nacionais ou estrangeiros.

— Ainda existem muitas restrições aos índios emancipados: não poderão vender ou arrendar a terra, plantar sozinhos.

Deverão ter a aprovação da Funai. Isto significa que nem o governo nem a Funai acreditam de fato que os índios devam ser emancipados.

— A minuta obriga os índios a "virar civilizados". Seria a mesma coisa que nós, os brancos, chamados "civilizados" a virar índio.

— Entre os índios é muito forte o espírito e a vida comunitária. A terra é de todos, assim como, a caça, a pesca e os frutos. Todos trabalham e todos tem o suficiente para viver. A terra é pátria dos índios. A minuta da emancipação diz que dará um pedaço de terra a cada um.

Neste ano de 1978, seria a data prevista pela Funai para a demarcação das terras indígenas. Mas parece que vai acontecer o contrário, tenta-se diminuir a terra dos índios, provocando fome, desorganização da vida tribal.

Desde o descobrimento ou colonização portuguesa no Brasil de 1500, já morreram 4 milhões e quinhentos mil índios, pois muito temos a aprender deles, especialmente a vida comunitária.

*Resta FUNAI*



Estado do Paraná

DELI

CIAL

# Funai prejudica indígenas, acusa dirigente do Cimi

*Folha de São Paulo 12/11/88*

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

—Enquanto as missões, a partir de 1968 mudaram seus métodos de atração dos índios, a Funai não só continuou seguindo os antigos hábitos do Serviço de Proteção aos Índios como conseguiu ainda piorá-los, já que todas as atrações da Funai iniciadas a partir dessa época foram feitas em função dos latifúndios ou em razão de uma estrada, empregando-se métodos bárbaros. Os resultados disso têm sido os piores possíveis e a despovoação indígena é consequência disso. Além do mais, os índios perderam a vontade de viver, se viram derrotados e ficaram traumatizados”.

A denúncia é do padre Egidio Schwade, secretário do Conselho Indigenista Missionário, revoltado com a atuação da Fundação Nacional do Índio, principalmente agora quando, se discute o projeto de emancipação do índio. Segundo o padre, os índios têm sido violentados de todas as formas, seus territórios sistematicamente invadidos por latifundiários que fazem deles peões em várias fazendas, a demarcação de suas terras não vem sendo feita e na atração feita pela Funai, “o órgão se utiliza de sertanistas respeitados, como os Irmãos Vilas Boas, para enganar a opinião pública.”

O padre denunciou a existência de 30 mil índios no País, vivendo em periferia de cidades, e acusou os generais Ismarth de Araújo (atual presidente da Funai) e Bandeira de Melo (ex-presidente), de entregar as terras dos índios Kulinas no Acre à Atlântica Boa Vista.

### DESASTRES POPULACIONAIS

Para reforçar suas denúncias, o secretário do SIMI dá vários exemplos: “Os Krenakares foram contatados em decorrência da estrada Cuiabá-Santarém. Os Avá-Canoieiros foram literalmente capturados e com foguetórios”.

“Os resultados então foram os piores possíveis: Os Avá-Canoieiros extinguiram-se nessa década.

O padre, em seguida, passou a relatar as péssimas consequências e trágicos resultados das atrações

## Em silêncio, a luta do padre

Ele não é de falar muito. Prefere a ação e nisso os especialistas o consideram um gênio. Acha que ele tem o dom de ressurgir nas regiões onde a cega luta entre índios e brancos atinge momentos mais dramáticos, embora corte esse país, de norte a sul, de ônibus com fé e força. Em busca do que acha essencial: “Fazer com que o índio brasileiro recupere a sua voz, suas terras, despertando-o diante da tragédia e frequente agressão da civilização”. Magro, sempre muito mal trajado, ele pode muito bem ser chamado de “o missionário da causa indígena no Brasil”.

E o padre Egidio Schwade, secretário do Conselho Indigenista Missionário, o Cimi — apóstolo da resistência indígena contra a política de integração do índio estabelecida pela Funai e contra a tomada das terras indígenas pelos latifundiários. Tentando promover maior conscientização étnica do índio brasileiro, o padre Egidio hoje é um homem carregado de amarguras, mas mantém a esperança de que o índio vai saber reagir.

os índios em peões. Veja que hoje existem até incentivos fiscais para que o latifúndio possa se firmar na terra dos índios. Na verdade, a ação da Funai é integrar o índio e entregar suas terras”.

O padre denunciou ainda o processo de demarcações das terras indígenas, alegando que a Funai nada tem feito de prático.

### EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA

Segundo o padre Egidio Schwade, o Cimi levantou a situação nacional dos índios e este levantamento “talvez seja o mais completo que já se fez no País em termos estatísticos”. Por ele, pode-se dizer que o Brasil tem 145 mil índios aldeados que se sabe onde estão, a que tribos pertencem e a que grupos linguísticos estão ligados. A isso poderia ser acrescentada a existência de mais uns 15 mil índios isolados, em regiões ainda não contatadas. E mais 30 mil índios destribalizados que vivem em fazendas e

PT 10259.122

*Lista FUNAI*

46

PT 10259.122

generais Ismarth de Araújo (atual presidente da Funai) e Bandeira de Melo (ex-presidente), de entregar as terras dos índios Kulinas no Acre à Atlântica Boa Vista.

### DESASTRES POPULACIONAIS

Para reforçar suas denúncias, o secretário do SIMI dá vários exemplos: "Os Krenakarores foram contatados em decorrência da estrada em decorrência da estrada Cuiabá-Santarém. Os Avá-Canoieiros foram literalmente capturados e com foguetórios".

"Os resultados então foram os piores possíveis: Os Avá-Canoieiros extinguiram-se nessa década.

O padre, em seguida, passou a relatar as péssimas consequências e trágicos resultados das atrações efetuadas: "Os Krenakarores passaram de 700 para 76 indígenas. Também foram transferidos de seu território para o Parque Nacional do Xingu em flagrante desrespeito ao Estatuto do Índio. Os Avá-Canoieiros foram extintos. Os Waimiri-Atroari, embora ainda resistam muito, sofreram uma despovoação terrível. Enquanto as estatísticas da Funai falam em três mil índios, eles não chegam a mais de mil indígenas. Os Surui, da Rondônia, que eram quatro mil no final da década de 60 não passam hoje de 300 indígenas. Se a opinião pública não se mobilizar dentro de menos de um ano vamos ter outro desastre: dos Arara, cujo território está sendo invadido pela Cotrijuf. E a Funai está ali, eu posso dizer isso, com um batalhão de gente capturando índios. Além disso, os Maibu e Miuruna sofreram enorme despovoação e dos pobres dos Beico-de-Pau sobraram só 44 indígenas".

### TERRAS ROUBADAS

Mais adiante, em suas denúncias, o padre Egidio Schwade afirma que muita gente vem, sistematicamente, se beneficiando dessas atrações de índios executadas pela Funai: "O Grupo Silvio Santos ficou com parte das terras dos Krenakarores, por exemplo. Outros latifundiários estão ficando com o território dos Waimiri. Da mesma forma os Parakanãs que sofreram, também, há poucos dias duas transferências em benefício da instalação da grande barragem do Tucuruí que está sendo construída mais por interesse das multinacionais do que por causa dos interesses nacionais. As terras dos índios Kulinas foram entregues à Atlântica Boa Vista, no Acre. A frente desse projeto está o ex-presidente da Funai, general Bandeira de Melo favorecido por certidões negativas, concedidas pelo general Ismarth de Araújo, atual presidente do órgão".

"Portanto — prossegue — ao contrário do que poder-se-ia imaginar ou esperar, a Funai obedece uma função própria de abrir caminho à invasão da Amazônia. Ela é, em síntese, uma maneira elegante de integrar o índio: passa as suas terras para as mãos de outros e transforma

integrar o índio e entregar suas terras".

O padre denunciou ainda o processo de demarcações das terras indígenas, alegando que a Funai nada tem feito de prático.

### EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA

Segundo o padre Egidio Schwade, o Cimi levantou a situação nacional dos índios e este levantamento "talvez seja o mais completo que já se fez no País em termos estatísticos". Por ele, pode-se dizer que o Brasil tem 145 mil índios aldeados que se sabe onde estão, a que tribos pertencem e a que grupos linguísticos estão ligados. A isso poderia ser acrescentada a existência de mais uns 15 mil índios isolados, em regiões ainda não contatadas. E mais 30 mil índios destribilizados que vivem em fazendas e arredores das cidades. "Para se ter uma idéia dessa população indígena desgarrada de suas tribos, vale assinalar que somente em Manaus existem 10 mil índios. O Cimi chegou à conclusão de que existem no Brasil, atualmente, em torno de 190 mil índios" — afirma o padre.

"Os indígenas da costa brasileira após séculos de opressão, massacres, epidemias estão nos últimos anos tendo um sensível aumento populacional, acima da média brasileira. Alguns até com fenômenos de expansão demográfica como o caso dos Kaingangues".

Conforme assegura o secretário do Cimi, a maior causa desse fenômeno, observado em algumas nações indígenas "é o aumento da consciência étnica do grupo". Ele explica: "Através dele vários grupos passaram a ter esperança de sobreviver como povo indígena. Pode-se dizer também que com essa consciência étnica cresce também a vontade de lutar por uma terra. E o caso dos índios guaranis do Paraná que, após os massacres sofridos nas reduções dos Jesuítas, nunca mais lutaram por uma terra. E, de repente, se encontra um grupo que tem a sua cultura já assumida, não pela luta, acordada e reconquistando seu chão".

### O TRABALHO DO CIMI

"Foi o Cimi quem acordou os religiosos das diversas missões do País a fim de que enxergassem o que ocorria no norte do Mato Grosso a partir do Concílio. Em 1973 surgiu o Secretariado do Cimi para dinamizar uma nova política indígena. Já em 1975 passamos para a formação de especialistas através de cursos de indigenismo. Evoluímos a um ponto tal que hoje, as reuniões missionárias têm também a participação de elementos indígenas que ajudam a planejar a ação pastoral".

"Quando Rangel Reis, ministro do Interior diz hoje que é necessário integrar o índio, ele está repetindo Pombal que dizia que os índios tinham o direito de terem contato com os civilizados. Na verdade, foram sempre formas capciosas de transferir terras indígenas: antes para garantir as terras para Portugal e, atualmente, em favor dos latifúndios."

REPRODUÇÃO

MONTEVIDEO

ATIVIDADE

MONTEVIDEO

MONTEVIDEO

MONTEVIDEO

Costa FUNAI



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

# Funai defende emancipação como salvaguarda para tribos

**Brasília** — Ao defender o decreto que regula a emancipação indígena, o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, argumentou que o ato dá maior proteção às comunidades tribais, com mais segurança em relação à liberação da tutela. Acrescentou que o documento cria salvaguardas jurídicas que não constavam do Estatuto do Índio.

Embora a iniciativa da emancipação tenha sido do Presidente Geisel — e não solicitação do Ministério do Interior ou da Funai — o General Ismarth de Oliveira admitiu o interesse da Fundação pelo decreto, que, segundo ele, "impedirá uma dimensão paternalista da política indigenista, ao sustar a tutela sobre índios já destribalizados".

## Comunidades

A política indigenista pela qual o Brasil optou, ao assinar a Convenção 107 de Genebra, está definida já no primeiro artigo do Estatuto do Índio (Lei 6 001), que regula a situação jurídica dos índios e comunidades indígenas, "com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional". Para o presidente da Funai, "se a política indigenista visa a preparar comunidades indígenas para a futura integração — e emancipação — é evidente que a fundação tem que se voltar para tal objetivo".

Em termos de atuação da Funai, significa prestação de assistência às comunidades em todos os níveis, inclusive em seu desenvolvimento socioeconômico, pois reconhece que, "para a comunidade indígena integrar-se à comunhão nacional, deve estar em níveis paralelos com a sociedade envolvente, pois não se pode integrar por baixo, com os índios em situação de inferioridade".

A essas críticas, o General Ismarth de Oliveira responde questionando qual a opção que haveria se o Governo brasileiro rejeitasse a política indigenista internacional (definida na Convenção 107 de Genebra) que prevê a integração. O isolacionismo dos índios é considerado inviável devido à impossibilidade de garantir que as comunidades, cada vez mais cercadas por interesses da sociedade envolvente, sejam imunes às pressões. "Sem prepará-las para o encontro de culturas diferentes", frisa o presidente da Funai, "a expectativa é de que submerjam sem condições de manter os próprios padrões culturais."

O presidente da Funai admite o caráter protecionista da política indigenista brasileira, nos termos da Convenção 107 de Genebra, "desde que não sirva para criar ou prolongar um estado de segregação, não permaneçam em vigor além do tempo que durar a necessidade e não importe em prejuízo para o gozo dos direitos de cidadania". Entretanto, combate a tendência de que tal política se torne paternalista, ao estender seus benefícios a índios já destribalizados e em gozo de seus direitos civis. Neste sentido se define o interesse da Funai pelo decreto, pois a Fundação não pretende continuar como responsável legal por índios praticamente integrados, como no caso dos sete que foram eleitos vereadores em 76. Esse paternalismo se tornaria injusto, ao estender a proteção legal da Funai a índios destribalizados, que cometem todo tipo de irregularidade contra a sociedade e contra as próprias comunidades indígenas, escudados na legislação especial de tutelados.

## Arbítrio

Outra crítica que vem sendo feita ao

IT 1025a.122

Pasta FUNAI

47

PT

integrar por baixo, com os índios em situação de inferioridade.

Nesse sentido, o projeto de regulamentação da emancipação está "perfeitamente integrado à política indigenista brasileira, pois seu principal esforço é o de dar condições à Funai para que realize plenamente suas funções de tutora, contando com maior participação de outros órgãos". A emancipação propriamente dita, para a qual não há prazo fixado, será uma segunda etapa que, segundo o presidente da Funai, só poderia realizar-se após as comunidades, beneficiadas por uma tutela eficiente, atingirem a autodeterminação.

Esta característica de segunda etapa está garantida no decreto, assegura o General Ismarth de Oliveira, por uma série de salvaguardas que não constavam no próprio Estatuto do índio, que, em seus Artigos 9.º, 10 e 11, prevê a emancipação sem determinar como será feita, o que deixa um flanco aberto para que seja concedida sem critério. O decreto, ao estabelecer maioria de dois terços dos membros de uma comunidade, ao limitar a emancipação comunitária ao pedido da comunidade, ao garantir a inalienabilidade das terras e ao determinar a participação de especialistas e comissões na análise dos requisitos de emancipação, "torna impossível que haja emancipação forçada, esbulho das populações indígenas ou qualquer tentativa de etnocídio".

### Integração

O presidente da Funai atribui as críticas que a regulamentação da emancipação vem recebendo, desde que o tema foi debatido pela primeira vez, ao desconhecimento do projeto. Entretanto, algumas opiniões extrapolam o decreto e condenam toda a política indigenista brasileira, como mal orientada desde suas bases, justamente por prever a integração.

Outra crítica que vem sendo feita ao projeto é sobre o seu grau de arbitrariedade, uma vez que houve uma posição unânime dos antropólogos contra a regulamentação. Sobre isso, o General Ismarth de Oliveira admite que houve uma decisão de arbitrio, ao prosseguir com a regulamentação, mas diz que "este arbitrio é natural ao Governo e próprio do Executivo, uma vez que uma de suas funções é exatamente a de baixar decretos".

Para o presidente da Funai não procede a acusação de que o Governo tentou apenas uma jogada demagógica, ao ouvir os antropólogos. Ele acredita que o fato de o Governo solicitar opiniões não implica obrigatoriedade de aceitá-las, uma vez analisados os argumentos. No caso, o argumento de inoportunidade da regulamentação foi rejeitado pelo Governo, com a concordância do Gen. Ismarth de Oliveira. Para ele, a inoportunidade só se caracterizaria se houvesse a possibilidade de emancipar índios agora e isso — garante ele — é completamente impossível, de acordo com o texto encaminhado ao Presidente Geisel.

O Presidente da Funai acredita que, se as críticas se mantiverem com o conhecimento do decreto, mais do que técnico-científicas terão cunho político, uma reação de classe ao repúdio de sua posição, não importando realmente se o decreto é bom ou ruim. Ele afirmou não ter sondado o Governo para sentir as repercussões da posição dos antropólogos, e não pretende afastar antropólogos dos quadros da Funai ou das decisões futuras a serem tomadas em políticas indigenista. Entretanto, condena o radicalismo desta posição e adverte não poder responder se futuras administrações da Funai não tentarão marginalizar os antropólogos como resposta à sua recusa em participar, quando foram chamados.

11/11/70

11/11/70



*O Estado São Paulo*

48

Estado de

# Para Villas Boas,

NOME **emancipação será**

FILIAÇÃO **um "desastre total"**

ÓES

PROFIS:

RESIDÊ:

"A emancipação do índio será um desastre total. O projeto está contra as posições mantidas pelo presidente da Funai, o general Smarth de Araújo Oliveira, e por todo o pessoal da fundação. O ministro do Interior, Rangel Reis, parece não compreender que a emancipação do índio acarretará, em muito pouco tempo, a desintegração e o desaparecimento total de nossos indígenas, diante desse início desordenado e predatório da expansão geográfica". A afirmação foi feita ontem pelo indigenista Cláudio Villas Boas, irritado com as freqüentes acusações que a Fundação Nacional do Índio tem sofrido. Cláudio Villas Boas reconhece que, em muitos casos, a Funai não tem a atuação que deveria ter, mas afirma que isso acontece exatamente por ser subordinada ao Ministério do Interior. Segundo ele, assim como o ministro demonstrou estar completamente alheio ao problema do índio ao querer emancipá-lo, Rangel Reis tem mostrado desconhecer também as necessidades da Funai:

— O orçamento da Funai para este ano foi de 140 milhões de cruzeiros, o que não representa nem um terço de suas reais necessidades. Para se ter uma idéia de nossas despesas, somente a demarcação do Parque Nacional do Xingu nos custou 40 milhões. Estamos precisando de médicos e enfermeiras para os postos e não temos condições de contratar ninguém. Mas, mesmo que os índios pesem no orçamento da Nação, por motivos de ordem moral não podemos desampará-los nesta fase. Eles se transformariam em presas muito fáceis de ganância, cada vez maior, dos pseudos dilata-dores das nossas fronteiras geoeconômicas.

Quanto à acusação de que até agora a Funai só demarcou um terço das terras ocupadas pelos índios, o que tem resultado numa ocupação, cada vez maior

de suas reservas, por parte de fazendeiros e posseiros e em "atestados negativos" de presença indígena, Cláudio esclarece:

— Não é verdade que a Funai tenha negligenciado na demarcação das reservas indígenas. Isso não se faz do dia para a noite e exige amplos recursos. Se as demarcações não foram concluídas dentro do prazo estabelecido é porque faltarão, recursos. Abrir picadas, fixar marcos, divisas, elaborar cartas, não é propriamente uma brincadeira como alguns antropólogos de gabinete julgam.

Isso demonstra o quanto Cláudio Villas Boas fica irritado com as críticas que a Funai recebe do Cimi, que ele afirma ser um inimigo ferrenho da Fundação. Segundo o indigenista, enquanto a Funai se preocupa em preservar a cultura do índio, no seu habitat natural e longe do contato nocivo com a sociedade branca, o Cimi trata os índios como animais, não respeitando nem mesmo sua condição de homens. E ele dá um conselho: "as pessoas que criticam a Funai deviam fazer uma visita a uma das missões mantidas pelo Cimi. O indigenista, que há muito tempo vem desenvolvendo o trabalho de assistência e preservação do índio, afirma que nem o SPI nem a Funai tiveram uma administração tão competente como a de Smarth de Oliveira, e ele espera que o general possa prosseguir no seu trabalho. "A integração do índio pode ser inevitável mas não precisa ser fatal a ele. Nós da Funai pretendemos fazer isso aos poucos, desenvolvendo um trabalho com unitário que permita ao índio participar ativamente de sua própria emancipação, sem com isso destruir sua cultura e seus costumes", concluiu.

*Posto FUNAI*



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

9/9

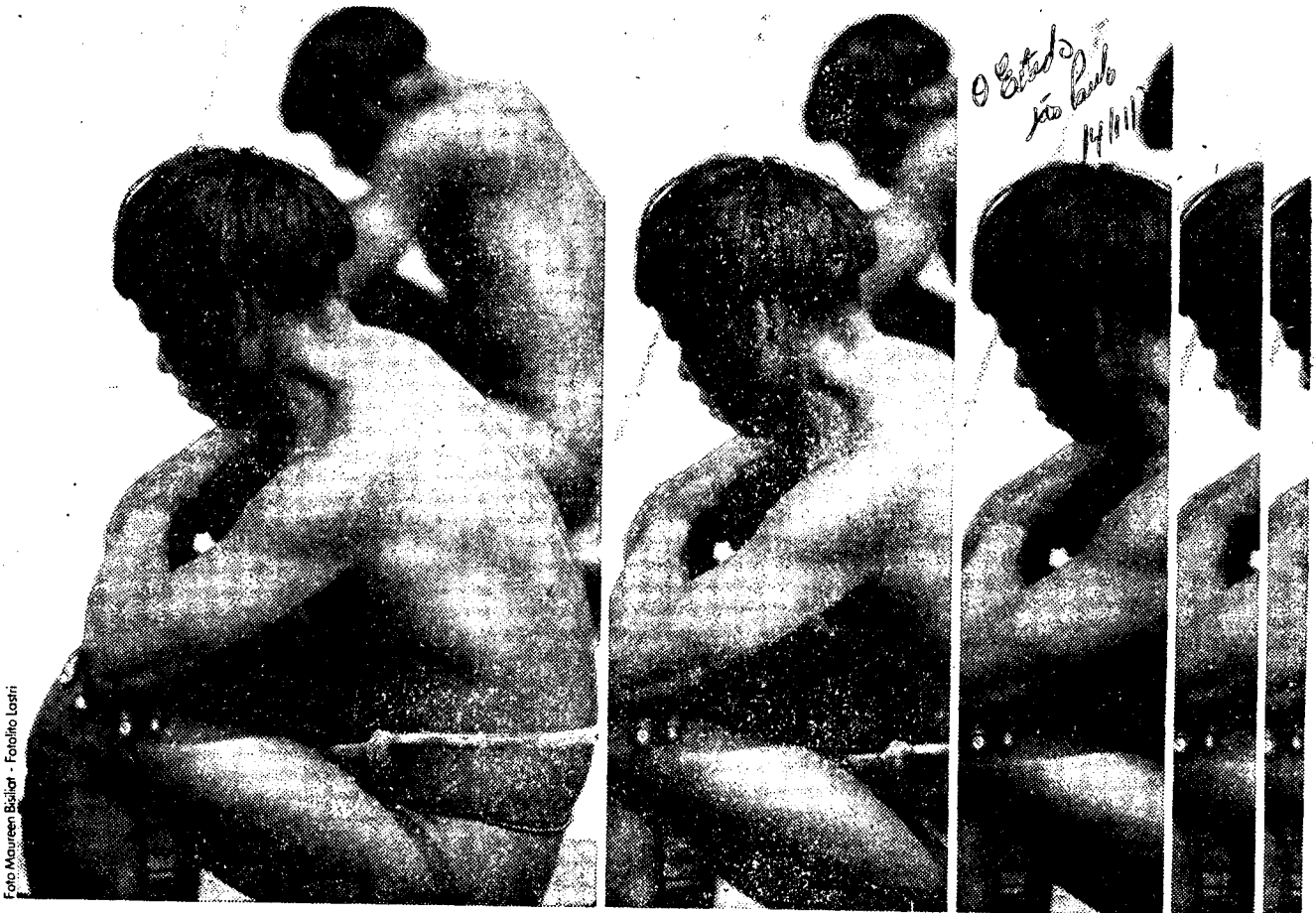


Foto Maureen Bichler - Fotofho Lastrri

Bureau

# S.O.S.

## (Salvemos os silvícolas)

NESTE MOMENTO, A OMISSÃO DE 110 MILHÕES DE BRASILEIROS PODERÁ SER RESPONSÁVEL, A CURTO PRAZO, PELA DESTRUIÇÃO DOS VALORES CULTURAIS E PELA DEGRADAÇÃO INAPELÁVEL DOS NOSSOS ÚLTIMOS ÍNDIOS. SE HOVER DESCASO E DESINTERESSE PELA PROBLEMÁTICA DO INDÍGENA BRASILEIRO, POR PARTE DE ORGANISMOS CULTURAIS, JURÍDICOS, CIENTÍFICOS, UNIVERSITÁRIOS E, PRINCIPALMENTE, PELO CIDADÃO COMUM, A PERSPECTIVA SERÁ SOMBRIA E DRAMÁTICA: A DE QUE NOSSOS FILHOS E NETOS SÓ VENHAM A CONHECER SEUS CONCIDADÃOS ÍNDIOS ATRAVÉS DE GRAVURAS EM LIVROS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA.

O QUE SERÁ TRISTE, MUITO TRISTE...

Colaboração do  
**CONSELHO NACIONAL DE PROPAGANDA**  
e deste veículo.

PT 1025 a. 122

Postar F.V.M.P.S.



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

50

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Índios prometem rasgar projeto de emancipação**

*questão do povo 12/11/48*

BRASÍLIA — (AE-GP) — O cacique Apoena, da reserva xavante de São Marcos, pediu ontem ao Ministro do Interior, Rangel Reis, depois de receber uma cópia do projeto que regulamenta a emancipação do índio para rasgar o documento naquele momento, colocando fim "a essa história de emancipação". O ministro ponderou que seria melhor o cacique levar o projeto para ser discutido em sua aldeia e marcou um novo encontro para discutir a questão da perda da tutela que levou a Brasília dez chefes xavantes das reservas de São Marcos e Sangradouro.

"O governo tem que pegar este documento — afirmou outro chefe xavante, Aniceto — rasgar e enterrar no cemitério para que ninguém

pense mais em emancipar o índio. Nós não queremos a emancipação, porque não pretendemos ter uma vida igual a do branco. A vida de vocês é muito complicada, é uma vida de palhaços. Os brancos só pensam em dinheiro e muitos índios ainda não sabem disso. Por isso não estão preparados para perder a Funai. O índio é liberdade, é dono de sua terra, é o brasileiro de verdade. Se acabarem com a cultura do índio, ele morrerá e o culpado será o governo".

Rangel Reis voltou a garantir aos índios que a regulamentação do Estatuto do Índio no seu capítulo referente à emancipação dessas comunidades e adiantou que, embora o projeto já esteja nas mãos do Presidente Geisel, ele não

será assinado por enquanto.

Os índios queriam saber ainda do ministro quem será o novo presidente da Funai e diretor do Departamento Geral de Operações do órgão. "Só não queremos que seja alguém como o general Bandeira de Mello — disse que o índio Alexandre — referindo-se ao antecessor do general Ismarth durante o governo Médici — e nem o dr. João Crisóstomo — atual diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena — e se isso acontecer nós vamos pegar a borduna e derrubar o prédio da Funai".

Todos os presentes foram unânimes em apontar o atual presidente da Funai para continuar na direção da Funai, ponderando que ele era "o menos pior".

*Posto FUNAI*

*PT 10250.122*





Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

*Falou de São Paulo* Sexta-feira, 17 de novembro de 1978

# Xavantes pedem a Rangel que rasgue emancipação

BRASÍLIA (Sucursal) — “Vimos aqui para conversar com o senhor e pedir para rasgar logo esse projeto de emancipação” — disse o cacique Aniceto, da aldeia de São Marcos (MT), ao ministro Rangel Reis, do Interior, que recebeu na manhã de ontem dez índios xavantes para um encontro de mais de duas horas.

A pedido dos índios — que representam cerca de cinco mil xavantes — Rangel Reis fez uma longa exposição do projeto, destacando os artigos que dispõem sobre a tutela, as terras e sobre o processo de emancipação. Ao final da reunião, Aniceto entregou ao ministro do Interior um abaixo-assinado das famílias de São Marcos, contra a aprovação do decreto.

Com 286 assinaturas, a lista traz os nomes de cada casal da aldeia de São Marcos e na apresentação diz que os xavantes repudiam o projeto de emancipação. Segundo Aniceto, “nós não podemos ser emancipados, não conhecemos profissão, não conhecemos vida do branco. A emancipação para nós vai ser horrível.”

Assim que entraram no gabinete, o líder dos xavantes de Pimentel Barbosa, o cacique Apoena, fez um breve discurso na sua língua, e que foi traduzido em seguida por Eduardo, o índio que o acompanhava. “Não vim por maldade. Vim para saber como estão fazendo a emancipação, para tirar dúvidas e preocupação. Nós queremos é ser índio mesmo. Sempre vivemos no mato. Não temos recursos para deixar para os filhos. Preocupo-me muito com meus filhos e netos.”

Depois do encontro, assessores do ministro Rangel Reis comentavam que “o ministro passou por uma boa prova”, porque foi obrigado a ler e explicar cada um dos artigos do projeto. “Vou tentar explicar, mas o importante é que vocês saibam que nós não vamos emancipar ninguém. Vocês é que poderão pedir para serem emancipados” — garantiu o ministro.

Em seguida, explicou a questão da emancipação individual, tomando por exemplo o caso do índio Terena Jair de Oliveira — que é inclusive vereador pela Arena em Aquidauana (MTS) — e da coletiva, explicando o conceito de maioria exigida pelo decreto. Falou, também, sobre o conceito de tutela.

“Vou precisar levar resultados do encontro para a comunidade. Vou levar o decreto e ler para eles. Mas o senhor precisa saber que não podemos ser emancipados agora, só daqui a duzentos anos. Queremos que o governo dê proteção para as terras, tratores, educação e médicos” — disse Aniceto ao final do encontro.

## CIMI PROTESTA

O Conselho Indigenista Missionário, Seção Nordeste, divulgou nota à imprensa, “juntando nossas vozes ao imenso coro de repúdio ao capcioso projeto que, sob pretexto de integrar os índios à comunidade nacional, vem acabar com o pouco de autonomia e dignidade que lhes restam.”

Durante uma semana, representantes de diversas dioceses do Nordeste estiveram reunidos na primeira assembleia daquela seção do Conselho, na cidade de Garanhuns (PE), para analisar a situação dos 13 grupos indígenas da região (um na Paraíba, cinco em Pernambuco, dois em Alagoas, um em Sergipe e quatro no norte da Bahia, num total de 16 mil indígenas).

“Esses grupos são remanescentes de povos numerosos, dizimados por séculos de opressão e hoje lutam em defesa de suas poucas terras invadidas de todos os lados. Apelamos para que todos aqueles que detêm uma parcela de responsabilidade pelo bem-estar comum do povo brasileiro estejam ao lado dos grupos indígenas do Nordeste, na sua luta para reaver suas terras que a constituição lhes garante”.

*Posto FUNAI*



NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

18 -- O ESTADO DE S. PAULO

PRO  
RESI



Apenas a terça parte das terras indígenas está delimitada e demarcada

## Denúncia de ocupação de terra leva índio à prisão

Da sucursal de  
**BRASÍLIA**

A Funai está investigando as causas da prisão ilegal de um índio Macuxi, em Boa Vista, Roraima, feita pelo delegado do órgão neste território, Dinarte Nobre de Madeira. O índio foi interrogado durante quatro horas na delegacia da Funai sobre a carta que seu pai, o tuxaua Filismino Raimundo Pereira, enviou aos dirigentes do Conselho Indigenista Missionário—Cimi denunciando a ocupação ilegal de suas terras por fazendeiros.

Nomeado para apurar o envolvimento do delegado na prisão do índio, o sertanista Apoema Meirelles afirmou, depois de ouvir os implicados, que a origem de todo o problema é de ordem estrutural, pois a Funai, até

agora, não providenciou a demarcação das terras indígenas de Roraima, embora exista uma comissão especialmente criada para este fim.

“Existem no território cerca de 20.000 índios — afirmou o sertanista — e as poucas terras ainda livres de invasores já estão ameaçadas.” Ele citou o caso particular da região habitada pelos índios Ianoama, na Serra do Surucucu, Macajai e Catrimani onde já estão atuando a CPRM e a Companhia Vale do Rio Doce na prospecção de minério. O sertanista acha que a autorização dada a estas companhias foi muito prematura, podendo trazer consequências desastrosas para as comunidades indígenas cujas terras não foram ainda sequer demarcadas.

## Decreto de emancipação recebe novas críticas

O presidente do Instituto Antropos do Brasil, padre José Vicente César, que é também uma das pessoas que trabalharam na elaboração do projeto do Estatuto do Índio, classificou ontem como “cínico” o projeto que regulamenta a emancipação do índio, “em tudo se percebe a teimosia do ministro Rangel Reis — disse o padre — em querer emancipar grupos indígenas, conforme era o seu propósito antes de tomar posse de sua pasta em março de 1974.

Com o atual decreto, o que o governo pretende é abrir uma brecha no Estatuto do Índio a fim de que os órgãos do governo possam se desfazer deste delicadíssimo problema a seu bel prazer”.

“Com a criação de uma comissão de apoio ao índio, prevista no projeto — prosseguiu — teríamos mais uma máquina de burocracia, inoperante para

desbaratar o dinheiro do índio brasileiro nos incontáveis departamentos de Brasília. A finalidade dessa comissão — de “assegurar ao índio o pleno exercício de seus direitos civis” — mostra-se inteiramente inútil, já que tais direitos se acham inteiramente assegurados e previstos no Estatuto do Índio.”

Para o presidente do Antropos, o governo deveria agora estar empenhado na demarcação das terras indígenas, pois o prazo de cinco anos estabelecido pelo estatuto está chegando ao final e apenas um terço delas está delimitado e demarcado.

O padre defende ainda a transferência da Funai para outro Ministério, sugerindo o da Educação e, num plano mais ambicioso, a criação do Ministério do Índio, “que projetaria o Brasil no Exterior, como um País que toma a sério o respeito para com as suas minorias étnicas.”

PT 10250. A22



NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

DOMINGO — 19 DE NOVEMBRO DE 1978

O ESTADO DE S. PAULO — 51

# Denunciada manobra contra índios

Da sucursal de  
CURITIBA

O professor e antropólogo Darci Ribeiro afirmou ontem, em Curitiba, que, diante dos protestos gerais da opinião pública contra o projeto de emancipação do índio, o ministro Rangel Reis, do Interior, "decidiu recolher a mão que ameaça as terras indígenas" e divulgou esta semana uma segunda versão do projeto de emancipação. Segundo ele, nesse projeto "permanece a ameaça de que a Funai, um órgão burocrático, e que vem exercendo muito mal a tutela dos índios brasileiros, poderá decretar a emancipação de um tribo inteira ou apenas de alguns de seus indivíduos, quando algum burocrata assim decidir".

Darci Ribeiro lembrou a necessidade de desmistificar a proposta de emancipação do ministro Rangel Reis, afirmando que "qualquer brasileiro seria favorável à emancipação que pode parecer à primeira vista liberdade e alforria, a libertação de tantas quantas iniquidades e opressões que pesam sobre as comunidades indígenas, patrocinadas por aqueles que cobriam e roubam suas terras".

Para o ex-ministro da

Educação, porém, não se trata disso. Não é esse o propósito do projeto Rangel Reis que, com a sua proposta de emancipação, ameaça conduzir os índios compulsoriamente à condição de completa orfanidade, porque o sentido dela é tirar do índio a proteção orfanológica que o Estado lhe deve e que, bem ou mal, vem sendo exercida pela Funai desde os tempos de Rondon".

Ao explicar o sentido da tutela que o Estado deve aos índios, Darci Ribeiro afirmou que ela "consiste em garantir, a cada comunidade indígena, um pouco de terra para que ela possa prover sua subsistência livre de interferência da civilização que a cerca, assegurando ainda o direito desta mesma comunidade viver segundo seus costumes ou mudar a seu próprio ritmo sem sofrer opressões e vexames".

O Código Civil — ainda segundo Darci Ribeiro — ao consignar a tutela do índio, equiparou-o à mulher casada, ao pródio e ao menor de idade, respondendo a uma questão meramente jurídica: "Ao invés de reconhecer a existência de uma parcela especial de indivíduos com características próprias e com direitos assegurados justamente por serem os ocupantes originais

de nosso território, os juristas equiparam o índio ao carente. Isso significa que a lei consignou ao índio uma incapacidade relativa para ampará-lo em suas carências, contra os interesses daqueles que cobriam suas terras, para melhor protegê-lo contra as doenças, o alcoolismo e a desmoralização".

Para Darci Ribeiro, o Código Civil, ao equiparar o índio ao carente "o fez para ampará-lo, para lhe proporcionar vantagens e jamais para humilhá-lo, para perseguir-lo, tanto assim que qualquer índio maior de 18 anos pode se tornar eleitor, com pendores empresariais pode manejar seus bens, pode prestar o serviço militar e até tirar passaporte. O que o índio não pode é ser obrigado a ser eleitor e nem autorizado a traficar com a terra que é bem coletivo de sua comunidade, nem ser obrigado a prestar o serviço militar".

Exemplificando, o ex-ministro afirmou que a tutela orfanológica é um artifício legal que foi inventado para dar ao índio uma proteção compensatória para as dificuldades que ele enfrenta: "É, portanto, uma medida de amparo da mesma natureza daquela que garante à mulher grávida uma licença após o parto,

assim como a que garante alguns benefícios ao menor que trabalha. É importante observar que ninguém pensaria em declarar que nenhuma mulher é grávida ou que todas as mulheres são grávidas, alegando que com essa providência estaria resguardando igualdade de tratamento".

## INTERESSES

Ao lembrar que o artigo 9º do Estatuto do Índio garante que, com um simples requerimento, qualquer índio pode ser declarado emancipado se é maior de 21 anos, se fala português e se é capaz de ganhar a vida, o antropólogo Darci Ribeiro mostra-se intrigado "com a insistência com que o ministro Rangel Reis vem propondo a decretação da emancipação compulsória das comunidades indígenas, enfrentando há meses a opinião de todos os antropólogos, indigenistas e missionários do país e a própria negativa dos índios".

Observando que a causa freqüente da hostilidade aos índios tem origem na concepção de que eles representam um obstáculo ao progresso. Darci Ribeiro lembra que a observação não resiste a qualquer análise "se levarmos em conta que os índios brasileiros são em número reduzido, frente a população: contamos

hoje com cerca de 150 mil índios e 120 milhões de habitantes. Eles não têm qualquer condição de afetar o destino do País. O máximo que poderão atingir é a honra nacional de acordo com o que fazamos contra eles".

Darci Ribeiro destaca o fato de que as reservas indígenas não podem ser consideradas terras improdutivas atrasando o progresso nacional "principalmente se lembrarmos que hoje o governo tem cedido glebas de até dois milhões de hectares a particulares e estrangeiros e que até o momento menos da metade dos grupos indígenas no País tem terras demarcadas". Demonstrando que nos Estados Unidos existem hoje dois milhões de índios, dos quais 700 mil vivem em reservas demarcadas, o antropólogo afirma que "se tivéssemos entregue aos índios brasileiros a mesma proporção de terras que o governo norte-americano destinou a seus silvícolas, nossos índios contaríamos com território maiores do que São Paulo".

O mais grave, no entanto, para Darci Ribeiro é o fato de que "menos da metade dos grupos indígenas do País tem terras demarcadas e duas terças partes das que estão demarcadas o foram antes da

existência da Funai, ainda nos tempos do Serviço de Proteção aos Índios. Mais de uma centena de grupos indígenas no País não tem garantia da posse das terras em que vivem".

A não demarcação das terras dos índios, segundo ele, imputa ao ministro Rangel Reis a acusação de tutor infiel, uma vez que ele é no País a autoridade do Estado que tem a seu cargo o amparo das comunidades indígenas e que tem destinado verbas consideradas insignificantes para esse trabalho. "Ele mesmo se obrigou a demarcar as terras indígenas até o final deste ano. Além de não cumprir com um dever instituído em lei, Rangel em vez disso, vem oferecendo ao índio esse ambíguo projeto de emancipação que eu acredito, devido à insistência com que o ministro tem acenado com ele, que existe algo escondido. Para mim a emancipação pode significar a disposição das poucas terras dos índios."

"Se, por exemplo, o ministro declarasse que a família do governador Jaime Carnet não mais existe, como pretende fazer com as comunidades indígenas, fica claro que seria mais fácil tomar conta de suas propriedades".



Arquivo

"Emancipação a cargo de burocratas"

Pasta FUNAI



54

Estado do Pará/1971

## Juruna e líderes xavantes sugerirão ao novo Governo outro presidente para Funai

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Brasília* — Sugerir um novo presidente para a Funai (Fundação Nacional do Índio); tentar a audiência prometida pelo então candidato João Baptista de Figueiredo; cobrar do Ministro Rangel Reis os Cr\$ 5 milhões do Projeto Xavante e procurar se informar sobre o projeto de emancipação indígena, são os objetivos do cacique Mário Juruna em Brasília.

Ele chegou acompanhado de vários líderes xavantes, que escolherão um nome a ser levado ao futuro Ministro do Interior, cujo anúncio acreditam que ocorrerá entre os dias 25 e 30. Ao General Figueiredo o cacique Juruna dirá que o futuro presidente da Funai deve ser "alguém que conheça os problemas e a vida dos índios, que é amigo dos índios, e não um general aposentado que não entende nada da gente".

### DESENTENDIMENTO

A afirmação do cacique expressa seu rompimento com o atual presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, a quem apoiava com vigor até maio de 77. O Sr Mário Juruna desentendeu-se com o General quando da criação da ajudância de Barra do Garça (MT), ao exigir uma "limpeza" na Funai, para acabar com os funcionários que estavam "comendo o dinheiro", e ao criticá-lo por só enviar papéis, e não recursos.

O rompimento ocorreu quando o General Ismarth de Oliveira disse que o cacique Juruna não era índio, nem branco. Houve discussão áspera e o cacique re-

comendou que ele brigasse com os funcionários da Funai, e não com os índios. Desde então, o cacique Juruna deixou de defender o presidente da Funai, mas agora se recusou a divulgar os nomes preferidos pelos caciques, para evitar ressentimento com o indicado pelo Ministro, caso não faça parte da lista.

O cacique Juruna também quer conhecer o projeto de emancipação, mas acha que "nem o índio, nem a Funai devem pedir a emancipação do índio", que não conhece a mentalidade do branco e não tem capacidade para se emancipar. Isto talvez ocorra em 10 ou 20 gerações, quando então esses índios deverão discutir o problema.

*Handwritten note:* Pede FUNAI

## General acha que novela não prejudica os índios

O presidente da Funai duvida que a telenovela *Aritana* possa prejudicar os índios e, pelo contrário, poderá sensibilizar o público para o problema do índio, além de mostrar seus padrões de cultura. Afirmou ainda que o sertanista Orlando Villas Boas não pediu o afastamento do antropólogo Olímpio Serra da direção do Parque do Xingu, e em incidente relaciona o com a gravação da abertura da novela.

O General Ismarth de Oliveira acha que a novela não poderá transformar o índio em objeto de turismo, pois a entrada em área indígena depende de autorização da Funai. Também acha positivo que a novela aborde um dos principais problemas do índio — a luta

sertanista Apoena Meirelles.

Quanto à novela da Rede Tupi de Televisão, o presidente da Funai explicou que leu todo o script para chegar a uma conclusão. Acha que a filosofia dela não prejudica os índios, mas se houver alguma modificação no texto que lhe apresentaram, pedirá interfeência do Departamento de Censura da Polícia Federal.

Apesar de sondado no início do mês pelo Sr Orlando Villas Boas sobre a possibilidade de assumir o Parque do Xingu, o Sr Apoena Meirelles foi surpreendido pela nomeação, pois desconhecia o problema da novela e o encaminhamento das decisões. Agora está preocupado com a possibilidade de

PT 1025A.122

PT 1023A.122

lando Villas Boas não pediu o afastamento do antropólogo Olímpio Serra da direção do Parque do Xingu, e em incidente relacionado com a gravação da abertura da novela.

O General Ismarth de Oliveira acha que a novela não poderá transformar o índio em objeto de turismo, pois a entrada em área indígena depende de autorização da Funai. Também acha positivo que a novela aborde um dos principais problemas do índio — a luta pela terra — e denuncie as restrições que encontra ao sair de sua aldeia. A produção da novela tem como assessores o sertanista Orlando Villas Boas e a professora Carmen Junqueira.

NOVELA

O antropólogo dirigia o Parque do Xingu há três anos e houve alguns desentendimentos entre os dois, com o antecessor, por causa de divergências quanto aos métodos de trabalho. Ao proibir a gravação da novela, o Sr Olímpio Serra passou um rádio para o Sr Orlando Villas Boas, que o considerou ofensivo, e outro para o presidente da Funai, em termos tão pesados e captado em todas as delegacias do órgão.

O General Ismarth de Oliveira considerava o trabalho do antropólogo muito bom, mas o afastou por dois motivos: pressões do Sr Orlando Villas Boas (assessor direto da presidência da Funai, possui o chamado **direito histórico** sobre o parque, por ter sido seu primeiro administrador) e a afronta dos termos do rádio dirigido a ele. Segunda-feira, portaria afastava o Sr Olímpio Serra e nomeava o

mas se houver alguma modificação no texto que lhe apresentaram, pedirá interferência do Departamento de Censura da Polícia Federal.

Apesar de sondado no início do mês pelo Sr Orlando Villas Boas sobre a possibilidade de assumir o Parque do Xingu, o Sr Apoená Meirelles foi surpreendido pela nomeação, pois desconhecia o problema da novela e o encaminhamento das decisões. Agora está preocupado com a perda de mobilidade, pois ficará fixo no Parque.

Também se preocupa com as injunções políticas do cargo, a começar pela grande influência do Sr Orlando Villas Boas sobre o Parque e todo o indigenismo brasileiro. Entretanto, está disposto a evitar cisão com o sertanista, recorrendo ao diálogo para impedir uma divisão que prejudicaria toda a política indigenista.

Sobre o problema também se manifestou o padre Antônio Iasi, ex-secretário-geral do Cimi (Conselho Indigenista Missionário). Disse esperar que o sertanista Apoená Meirelles só tenha aceito o cargo com a condição de o antropólogo Olímpio Serra ser designado para a chefia do Departamento de Projetos Comunitários, ou para a superintendência da Funai.

Assim, explicou o padre, ele teria chances de assumir a presidência da Funai no próximo Governo, "não obstante o quererismo que se ouve de São Paulo, defendendo a permanência do General Ismarth de Oliveira". O pior, observou, é que a Funai parece ter entrado numa fase de autofagia "muito perigosa".

**Igreja repara erro contra os indigenas**

Porto Alegre — "Estamos reparando um erro histórico, cometido pela Igreja: antes descaracterizávamos o índio, agora nossa atitude é de respeito e valorização dos seus costumes" — a afirmação é do vice-presidente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Padre Tomás Aquino Lisboa.

Segundo o missionário paulista, os critérios das missões Católicas agora buscam "uma promoção autêntica do índio brasileiro através do reconhecimento de suas estruturas sócio-culturais, ao contrário do que acontecia até pouco tempo". O Padre fará hoje a palestra A Função Social dos Missionários Católicos nas Comunidades Primitivas, no Congresso Missionário-Missionário.

O Padre, que há 10 anos se dedica à aculturação de

indigenas no Norte do Mato Grosso, explicou que não há mais "a mentalidade meramente evangelizadora que obrigava o indígena a assumir uma identidade que nada tinha de comum com seus conceitos sociais, míticos e econômicos." Afirmou que este processo dizimou milhares de pessoas "susceptíveis a doenças e sem preparo para viver num estágio cultural mais evoluído."

A partir da constatação da inoperancia e falta de fundamento de tal trabalho, os missionários reformularam sua ação: "Atualmente, exercemos uma presença basicamente voltada para as garantias do direito à terra, assistência de saúde e orientação na produção agrícola. É uma Igreja-Indígena, que aceita e defende a maneira de ser das tribos".



O Estado de São Paulo  
23/11/78

Estad

NO.

FILI.

PRC

RESI

# Para Ismarth, novela não prejudica o índio

## D. Pedro critica demissão

Do correspondente e da sucursal

Dom Pedro Casaldaliga, bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, criticou ontem em Goiânia a demissão do sertanista Olímpio Serra do cargo de diretor do Parque Indígena do Araguaia, afirmando ser "lamentável que, nesta hora em que o governo quer oficialmente acabar com os índios, por meio do decreto de emancipação, a Nação tenha que engolir, como sobremesa desse banquete fúnebre, uma novela sentimentalíde sobre o grave problema indígena".

Casaldaliga lamentou ainda que o general Ismarth, "tendo inteligência suficiente para ter sido outra coisa, se tenha prestado, como a sua inqualificável subserviência, a ser o anestesista deste genocídio oficial, legal do índio, que se consumaria com o decreto de emancipação".

Procedente de São Félix do Araguaia e a caminho do Rio Grande do Sul, onde participará do encerramento do "Ano dos Mártires da Causa Indígena", dom Pedro Casaldaliga comentou assim a demissão de Olímpio Serra: "Acho que Olímpio — a quem não conheço pessoalmente —, ao criticar a utilização dos índios do Xingu para a gravação de uma novela de TV, foi sumamente honesto, e eu só posso aplaudir seu gesto".

O bispo falou ainda sobre as críticas que o superintendente da Sema em Goiás, Leoldio di Ramos Caiado, fez recentemente aos índios karajás. (Caiado acusou os karajás, que vivem na Ilha do Bananal, de terem se transformado "em grandes predadores do meio ambiente, capturando o peixe para o comércio, e destruindo a fauna para ornamentar peças artesanais, a fim de vendê-las aos turistas").

Da sucursal de BRASÍLIA

O presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, disse ontem que a novela "Aritana", mostrando cenas com os índios que vivem no Parque Nacional do Xingu, "servirá de motivação para que a população entenda o problema do índio e possa recebê-lo na sociedade como um ser igual aos civilizados". Por sua vez, o sertanista Orlando Villas Boas, ao comentar o fato de a novela ter sido rodada no parque — o que tem sido criticado por numerosos antropólogos — afirmou que, em sua opinião, "muito mais grave do que filmar o parque como fundo de novela foi a apresentação do Ballet Stagium de São Paulo no Xingu, pois os índios não entenderam nada". Segundo o sertanista, "não há qualquer problema em usar o parque para filmagens construtivas, porque proibir o índio de sair de sua reserva, ser visitado, isto sim é transformar o parque em um jardim zoológico".

Para o general Ismarth de Oliveira, o roteiro da novela não apresenta nada que possa causar prejuízo ao índio e, por isso, ele autorizou a filmagem de suas cenas no Xingu. Em sua opinião, a mensagem da novela é atual e mostra padrões de cultura do índio desconhecidos pela maioria dos brancos, o problema da terra indígena e o amor dos índios por sua terra.

A respeito da demissão do antropólogo Olímpio Serra da chefia do parque, Ismarth quis desvincular o afastamento das gravações da novela, ressaltando que "o princípio de autoridade deve ser mantido" e que "é atribuição do presidente da Funai mudar os ocupantes dos cargos de confiança, sem dar satisfação a ninguém".

VILLAS BOAS

Ao se referir à demissão de Olímpio Serra, que criticou o presidente da Funai por autorizar a realização da novela no Xingu, Orlando Villas Boas disse que apóia o ato administrativo, mas elogiou o antropólogo, lembrando que ele próprio e seu irmão Cláudio o indicaram para a direção do Xingu quando os dois decidiram se aposentar.

"Mas acho nociva — acrescentou — a permanência de um dirigente por muito tempo no Xingu, pois pode dar origem a uma administração personalista, como ocorreu. Chegou a um ponto em que parecia que o parque era nosso e isso é negativo, pois chegaria inevitavelmente o momento em que nós não estaríamos mais lá. Agora, por um problema administrativo, Olímpio foi afastado, mas para o seu lugar vai Apoena Meirelles, que considero muito capaz de continuar o trabalho com os índios do Xingu".

"Quero ainda ressaltar — continuou — que não temos intenção de retornar ao parque, pois se assim fosse, não seria difícil. Acharmos apenas que a Funai deve sempre buscar administrações pouco personalistas para as suas áreas indígenas".

Ao apoiar a decisão do general Ismarth de afastar Olímpio Serra, o sertanista disse, ainda, que os protestos contra a medida são negativos, "pois a causa indígena atravessa uma época delicada, sendo de fundamental importância dar todo o apoio à administração Ismarth". "Acho — concluiu — que o general é a pessoa indicada para prosseguir à frente da Funai no próximo governo, pois o índio paga um alto tributo cada vez que assume um novo presidente na Funai. Com Ismarth, eles já pagaram este tributo, que decorre da inexperience dos dirigentes, e só agora começaram a colher os frutos dessa administração."

EMANCIPAÇÃO

"Emancipar agora qualquer comunidade indígena brasileira é entregá-la à tutela do latifúndio, da polícia e de grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais." Essa afirmação foi feita ontem, na Câmara, pelo deputado Israel Dias Novaes MDB-SP, que acusou o governo de estar tentando "violentar, com sua própria cultura e à custa de imposição legal por ele mesmo forjada, uma cultura submetida, mas nem por isso inferior sob qualquer aspecto". O deputado citou, ainda, o editorial do "Estado" que criticou a forma sigilosa com que o governo conduziu o projeto que regulamenta a emancipação.

Parar FUNAI



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

56

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: ..... Sexta-feira, 24 de novembro de 1978

RESIDÊNCIA: .....

*Volta de novo*  
**Rangel admite**  
**que emancipação**  
**fica para 79**

BRASILIA (Sucursal) — O ministro Rangel Reis, do Interior, disse ontem que não há pressa na regulamentação de alguns dispositivos do Estatuto do Índio, inclusive a certidão emancipação. "Temos recebido novas e importantes contribuições, concretas e objetivas, e estamos prontos a examinar qualquer colaboração válida" — disse o ministro.

*Volta FUNAI*

Enquanto isso, fontes do Ministério do Interior garantiram que o projeto de emancipação não será levado adiante, pelo menos neste governo, devido à repercussão negativa que recebeu por parte dos meios intelectuais do País. Segundo essas fontes, a presidência da República desaconselhou a aprovação do decreto que regulamentaria alguns artigos do Estatuto do Índio.

Disseram, ainda, as mesmas fontes, que um grande número de sugestões está chegando diariamente ao Ministério, contendo contribuições ao texto do projeto encaminhado no final do mês passado à presidência da República. Afirmaram que Rangel Reis pretende reunir e encaminhar essas novas sugestões, "que constituem subsídios altamente positivos".

A prioridade da política indigenista voltou a ser, portanto, a demarcação e a delimitação das terras indígenas, cujo prazo, de acordo com o Estatuto do Índio, termina este ano. Também será dada ênfase ao incremento dos projetos de desenvolvimento agropecuário em algumas comunidades, a começar pelos xavantes que vão receber na próxima semana uma verba extra-orçamentária de 5 milhões de cruzeiros.

O deputado federal Israel Dias Novaes (MDB-SP) criticou ontem o projeto do governo, de emancipar as comunidades indígenas. Na sua opinião, "emancipar agora é entregar as comunidades indígenas à tutela do latifúndio, da polícia e dos grandes grupos multinacionais".

O deputado afirmou também que "o governo está tentando violentar, com sua própria cultura, à custa da imposição legal por ele mesmo forjada, uma cultura submetida, mas nem por isso inferior sob qualquer aspecto".

O bispo dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), afirmou ontem em Goiânia, que "é lamentável, nesta hora em que o governo quer oficialmente acabar com os índios, por meio do decreto de emancipação, que a nação tenha que engolir, como sobremesa desse banquete fúnebre, uma novela sentimentalóide sobre o grave problema indígena". O bispo referia-se a novela Aritana, da rede Tupi de Televisão, que está sendo filmada, em parte, no Parque do Xingu.



Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

QUINTA-FEIRA — 30 DE NOVEMBRO DE 1978

*O Estado São Paulo*  
**Salvador também critica projeto de emancipação**

Da sucursal de SALVADOR

O Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia distribuiu nota oficial, ontem em Salvador, manifestando "às mais altas autoridades da República e à opinião pública sua inteira desaprovação" à emancipação do índio e ao problema da regulamentação do regime de terras indígenas. Diz ainda que a medida "só beneficiará os interesses econômicos dominantes e prejudicará os índios que desde tempos imemoriais povoam o território do País".

O Departamento de Antropologia da UFBA analisa em sete tópicos a situação do índio brasileiro, "que enfrenta toda sorte de pressões biológicas e sociais, que os ameaçam em sua integridade física, sócio-cultural e psicológica".

"Estas populações indíge-

nas — diz um dos itens da nota — apesar de capazes de falar o português, como língua única ou como veículo de comunicação com a etnia dominante; de terem razoável conhecimento da face regional da cultura nacional e de serem capazes de desenvolver atividades úteis no sistema econômico envolvente, são incapazes de defender seus interesses por via legal, a não ser quando assistidos por tutela que, por imposição constitucional, cumpre ao governo federal exercer".

Complementa a nota: "Liberar tais povos do amparo da tutela significa entregá-los aos interesses mais fortes da raça dominante, que tenderá a tirar suas terras, reduzindo-os a mão-de-obra não especializada e não empregada no mercado regional, onde a oferta é normalmente superior à procura e onde os indígenas são preteridos em razão de sua própria condição étnica."

*Posto FUNAI*

**Sertanista contata índios no MA**

Da sucursal de BRASÍLIA

O sertanista Sidney Possuelo entrou em contato, nos últimos dias, com o último grupo indígena ainda arredio do Maranhão. Os Guajás, hoje reduzidos a 60 remanescentes depois de vários ataques que sofreram de gateiros e fazendeiros. O sertanista manteve um contato amistoso com 11 pessoas, junto ao rio Turiaçu. E, nos próximos dias, iniciará expedição para conseguir a aproximação do grupo restante, que está ameaçado pela crescente ocupação de suas terras.

"Só no ano passado — afirmou Possuelo — quatro índios foram mortos e uma criança aprisionada, quando o grupo tentava conseguir comida numa fazenda. Assim como os

Ava-caneiros, do Norte de Goiás, quase desapareceram depois de acirrada perseguição dos fazendeiros, os Guajás, nos últimos anos, têm vivido de pequenos furtos.

O contato com os Guajás, segundo o sertanista, foi simples e conseguido depois de 35 dias de expedição, com a colaboração de dois índios intérpretes. Embora muito assustados, os 11 índios surpreendidos pelos sertanistas quando descansavam próximo ao seu "tapiri" — acampamento de caça —, cercaram a expedição de Possuelo, que tinha quatro acompanhantes, e as mulheres fugiram para a mata com a crianças. Logo em seguida, no entanto, com a entrega de presentes, os índios e o próprio sertanista foram-se acalmando, estabelecendo-se um contato sem hostilidade.

**Cimi denuncia abandono de posto**

Do correspondente em LONDRINA

O Cimi — Conselho Missionário Indigenista, órgão da Igreja — denunciou ontem, em Londrina, onde se realiza uma reunião anual com os membros do órgão que atuam no Norte do Paraná e São Paulo, que a Funai está abandonando o posto indígena de Pinhalzinho, em Tomazina, no Norte do Paraná, transferindo Guarani para outras regiões e queimando suas casas, "para depois alegar abandono espontâneo pelos índios e poder assim negociar tranquilamente os 280 alqueires que pertencem a eles".

Segundo Wilmar D'Angellis, missionário do Cimi, a situação dos postos Pinhalzinho e Barão de Antonina, em

São Jerônimo da Serra, que está totalmente tomado por intrusos, foi relatada à Comissão de Justiça e Paz do Paraná, para que tome providências. As maiores denúncias são feitas contra o ex-chefe do posto, Jurandir Brito, que recentemente foi autorizado a abandonar o cargo. O Cimi mostra que, nos três anos em que ele comandou o posto de Pinhalzinho, raramente visitava a reserva, "pois passava de segunda a sábado estudando na Escola de Agronomia, em Bandeirantes, apesar de receber 12 mil cruzeiros mensais da Funai".

Segundo o relato, Jurandir, seguindo instrução de Alvaro Villas Boas, passou a transferir, nos últimos tempos, os índios do posto de Pinhalzinho para outros postos em São Paulo e Paraná.

*PT 1025a. 122*





**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

58

Estado do Paraná

**SECÇÃO DE INFORMAÇÕES**

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

***Emancipação deixará índio  
sem terra, reitera o Cimi***  
*Folha de São Paulo - 30/11/78*

LONDRINA (Do Correspondente) — “Os povos indígenas e os amigos dos índios que acreditavam no Governo, já não acreditam na sua boa vontade em defender os indígenas. Em vez de cumprir a lei que manda demarcar as áreas indígenas, o Governo está tentando criar uma lei de emancipação, justamente para tirar a terra dos índios”.

da terra dentro do contexto cultural desses povos”, os religiosos e leigos participantes da reunião do CIMI afirmam que “nao foi o acaso que criou essa situação, pelo contrário, foi um processo histórico violento, no qual foram usados todos os tipos de meios e instrumentos e que teve sempre o fim declarado de destruir esses povos americanos”, recordando que o processo de extinção dos índios “foi acelerado nos últimos dez anos”.

Esta é a conclusão a que chegaram, em Londrina, os participantes de um encontro regional do Conselho Indigenista Missionário, reunidos para discutir os problemas dos índios localizados nas regiões Centro e Norte do Paraná e no Estado de São Paulo.

**FIM DA RESERVA**

A extinção paulatina do posto indígena de Pinhalzinho, localizado no município de Tomazina, Paraná, foi denunciada durante a reunião do CIMI. O posto, com 689 hectares, tem hoje apenas meia dúzia de índios guaranis, em consequência de uma desocupação forçada pela Funai, mas que teve início em 1955, quando o então Serviço de Proteção dos Índios arrendou metade das terras para a secção do Fomento Agrícola Federal, que a ocupou durante 12 anos.

“A situação das terras indígenas no Brasil, hoje, é a grande prova da má vontade do Governo e dos interesses que estão por trás disso, prontos para devorar as terras dos índios. Dos Kaigang de Inhacora, no Rio Grande do Sul, aos Ingariko no Pico da Roraima; dos potiguara na Paraíba aos Marubo e Maïuruna, do extremo oeste da Amazonia, a situação das terras indígenas é, no mínimo, dramática”, denunciam os membros do CIMI, juntamente com os representantes da Comissão Pastoral da Terra, órgão da CNBB e da Associação Nacional de Apoio ao Índio (regional Paraná), também presentes ao encontro de dois dias e que terminou ontem, em Londrina.

A partir de 1975, várias famílias de posseiros já viviam na área e a nomeação do funcionário Jurandir Brito, para chefiar a reserva, apenas acelerou a extinção do posto indígena. Segundo denúncia do CIMI, Jurandir transferiu várias famílias de índios para outras reservas sob a alegação de que a seca impossibilitava o plantio e a sobrevivência, mas que também mandou queimar vários ranchos tentando com isso impedir a volta dessas famílias.

Após uma análise da problemática da terra do índio, os participantes concluíram também que “não obstante demarcação, delimitação e interdição, todas as terras indígenas do país estão também tituladas em nome de terceiros, por omissão do órgão oficial (Funai). Além disso, o fato de uma área ser demarcada não representa, na administração da Funai, qualquer garantia e, em geral, essas áreas sofrem invasão”.

**INDIOS GUAJÁS**

O sertanista Sidney Possuelo, da Funai, manteve contato, nesta semana, com os índios Guajás, os últimos indígenas arredios no Maranhão, que habitam a Serra do Piracambu, próximo ao divisor das águas do rio Gurapi e Pindará. Trata-se de um grupo nômade, formado por cinco homens, quatro mulheres e duas crianças que vivem exclusivamente da caça e extração do babaçu.

Advertindo que essa situação ameaça a sobrevivência da cultura indígena brasileira e a própria presença física dos diversos povos indígenas, “pois se sabe da importância vital

*Pasta FUNAI*



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

59

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Decreto de  
emancipação visa  
acabar com o índio**

*Obstado do Paraná*

**Padre Natalício J. Weschenfelder, da Regional Sul-2 da  
CNBB**

Retirar a tutela do Estado sobre os índios é o caminho mais curto para um futuro etnocínio. O grupo tribal cai na marginalidade e sobre ele cai também os arbítrios da Lei de Segurança Nacional. Esta é uma posição firmada por antropólogos, cientistas sociais que protestaram contra a "falsa emancipação", um projeto elaborado sem a participação dos verdadeiros interessados pelas comunidades indígenas e que em nenhum momento considerou a opinião dos índios. No recente ato público realizado dia 8 de novembro último no Teatro da Universidade Católica de São Paulo, presidido pela antropóloga Carmen Junqueira, dom Tomás Balduino, presidente do Cimi, interessados e índios de vários pontos do Brasil. Os debates versaram em torno do Projeto da Emancipação do Índio Brasileiro.

De acordo com a nova lei, a política indigenista será subordinada à Lei de Segurança Nacional. Caberá ao Conselho de Segurança Nacional e ao Conselho Indigenista — também formado por elementos indicados pelo presidente da República — dispor sobre a sorte de toda a comunidade indígena composta hoje não mais de 140 mil índios. Dom Tomás Balduino, afirmou na ocasião que "não tem visto sinal de amor por parte do governo para com esses grupos marginalizados, para com essas minorias étnicas, para com os nossos irmãos índios". "Este governo se propõe agora a emancipar o índio, não tem autoridade moral para decretar esta emancipação, porque pressupõe crescimento, e a Funai — Fundação Nacional do Índio — sempre impediu o crescimento do índio. Sempre impediu a sua

autodeterminação. Houve intromissão do governo nos grupos tribais. Houve imposição de lideranças. Houve criação de política indígena". (O São Paulo, dia 11.11.78 - nº 1.183).

Dom Tomás ainda continuou afirmando que sempre obstáculos da Funai, aos que queiram auxiliar os índios: "houve repressão à conscientização destes índios por antropólogos e missionários, enquanto o caminho estava aberto a todo o tipo de prostituidor, a todo esse tipo de vendedor de cachaça e de regatão. Intervio no sentido de dissolver as assembléias indígenas, como a de Roraima. Não era este o caminho da emancipação? Os passos dados por eles mesmos para se definirem pacificamente diante da sociedade envolvente, procurando seus caminhos próprios de relacionamento com a sociedade. Não é isto caminhar para a emancipação? Então não tem autoridade moral para decretar essa emancipação quem castrou a emancipação nascida do próprio índio". (O São Paulo, nº 1.183).

No dia 19 de dezembro vai encerrar o prazo estabelecido pelo próprio governo de cinco anos para a demarcação de terras indígenas. A lei não foi cumprida. Os faltosos deveriam prestar contas do não cumprimento desta lei. Mas nada se fez neste ponto. Apenas um terço das terras dos índios foram demarcadas.

"Mas mesmo que o decreto venha, o índio vencerá" afirmou-se no recente encontro de São Paulo. Historicamente eles estão vivos. São um povo que vem sofrendo há séculos.

*Vozes  
FUNAI*

# Especialistas condenam projeto de emancipação indígena

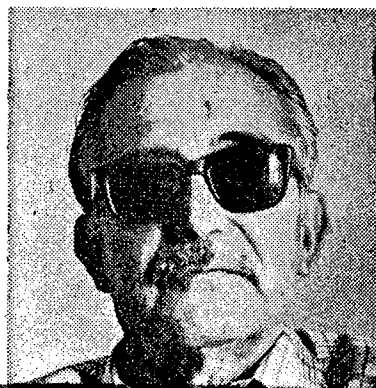
O projeto de emancipação indígena foi condenado por antropólogos, religiosos, juristas e indigenistas em Brasília, São Paulo e Porto Alegre, onde se pediu a mobilização do Exército para a demarcação das terras indígenas, dentro do mesmo espírito humanitário do Marechal Rondon, em substituição ao projeto que o Ministério do Interior encaminhou ao Presidente Geisel, antes de admitir a necessidade de sua revisão.

Inconstitucional, mal redigido, confuso, altamente racista, etnocida — significa o extermínio de uma cultura e o impedimento de que um povo continue a viver como povo —, autoritário, desastroso, inoportuno, e ponta-de-lança da invasão final das terras e sentença de morte para os 180 mil índios existentes no Brasil, são as críticas ao projeto.

## Domínio indébito

Em Porto Alegre, o advogado Caio Lustosa, da Associação Nacional de Apoio ao Índio, acusa o Governo e a Funai de defesa da "posição tecnocrática de dominar", de achar que "existe um direito sobre o índio"; para o antropólogo Carlos Alberto Ricardo, da Universidade de Campinas, São Paulo, o Projeto é "um lobo com pele de cordeiro"; para antropóloga Carmen Junqueira da PUC, São Paulo, "isso é uma desfaçatez; se há 15 anos se matava índio com dinamite e metralhadora, agora estão apenas refinando os métodos. Agora vamos matar os índios de fome, de penúria".

Para os irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas — indigenistas que se afastaram do Parque Nacional do Xingu, mas continuam como assessores do presidente da Funai — o projeto "é perigoso, porque expõe o índio a uma espoliação. Ele é uma válvula aberta para, amanhã, um presidente ou um ministro, por outros interesses, tirar a terra dos índios. A sorte do índio não pode ficar ao sabor de nossos administradores".



safia e Ciências Humanas da UNES- CO, disse que "embora pareça que a questão da terra passou a ser encarada pelo Governo de forma diversa daquela que prevalecia no texto da primeira minuta de regulamentação da lei, assegurando agora a sua inalienabilidade e impenhorabilidade, a questão da emancipação continua, contudo, a ser encaminhada de forma confusa e perigosa".

Em São Paulo, o jurista Dalmo Dallari, garantiu que a nova redação dada ao projeto, na questão da terra, não satisfaz porque "o Estatuto do índio já avançou além das possibilidades legais, quando estabeleceu que poderá haver a substituição da terra escolhida pelo índio por outra escolhida pelo Governo. E o projeto de emancipação agrava ainda mais essa irregularidade. Existe, ainda, uma contradição, quando se diz que a Funai pleiteará a doação das terras às comunidades indígenas emancipadas. Se já houve a emancipação, cai a base legal para que a comunidade indígena receba um tratamento especial, sobretudo quanto ao regime de terras".

Mas o presidente da Funai, General Ismarth de Araújo, considerou, em Brasília, que "a regulamentação de artigos do Estatuto do índio, referentes à emancipação e destino da terra, ao contrário do que vem sendo afirmado, não servirá para que o Governo emancipe qualquer comunidade que não esteja preparada para tal, nem para que a mesma perca qualquer parte de suas terras". E defendeu o esquema de emancipação traçado no projeto:

"A minuta do decreto cita os passos a serem dados. O mais importante é que a iniciativa caberá sempre às comunidades indígenas. Nem a Funai, nem qualquer outro órgão de Governo poderá impor ou forçar uma emancipação. E, ainda mais, o decreto dificulta esse pedido porquanto exige um número maior de índios requerentes do que a própria lei. Na lei é exigida a assinatura da maioria do grupo, 50% mais um, e no decreto, dois terços".

Ele não concorda com o presidente da Funai, antropólogo Carlos Alberto Ricardo, que considera que "outro ponto grave do projeto é o Artigo 7, que permite a emancipação da comunidade, através de requerimento da maioria dos membros do grupo, maioria essa definida como dois terços dos maiores de 21 anos, que tenham "conhecimento da língua portuguesa, habilitação para o exercício de alguma atividade útil na comunhão



Carlos Alberto Ricardo, Unicamp

ceber a emancipação da tutela". Cláudio Vilas Boas disse que a medida é "inoportuna e desacertada" e manifestou incredulidade: "Não pode ter partido da Funai. Essa idéia não parte da Funai, mas do Ministro". Em seguida, defendeu a ação da Funai:

"A Funai é um órgão do Ministério do Interior, que não fornece recursos para uma cobertura assistencial mais ampla, positiva, eficiente para os 194 postos indígenas. A Funai não tem recursos para contratar cerca de 60 enfermeiras e chefes para 48 postos. A culpa pela não demarcação (das terras) não é da Funai, mas da falta de recursos. A preocupação com a demarcação das reservas é muito grande sincera, mas não há recursos. Seu orçamento este ano foi de Cr\$ 160 milhões. Só o Parque do Xingu, cuja demarcação está sendo concluída, custou Cr\$ 38 milhões. Dizer que os índios estão pesando aos cofres públicos é um absurdo quando pensamos em Itaipu e usinas nucleares".

## Etnocídio

Em Porto Alegre, o advogado Caio Lustosa disse que "falta que os administradores e tutores tenham a mentalidade de entender que o índio é diferente, um estágio da humanidade que não vai se repetir e que não pretende se integrar. A integração é idéia do Ministro do Interior, da Funai, do Governo, mas esse não é o desejo dos índios, que nem sequer foram ouvidos. As leis devem ser a expressão da vontade daqueles sobre os quais se aplicam as leis".

guém é mendigo na tribo. Todos os que conhecem os projetos econômicos da Funai, pensam em grandes lucros, mas visitando qualquer aldeia se nota claramente que o lucro nunca volta à comunidade".

Para o advogado Julio Gaiger, "o usufruto exclusivo já é previsto no Estatuto do Índio. Mas o próprio Estatuto da Funai, ao colocar que parte da renda da Fundação provém das reservas, desobedece essa exclusividade". Para Vilmar Agnes, um dos objetivos do projeto é, através da emancipação, "permitir o enquadramento do índio na legislação comum, na Lei de Segurança Nacional, reprimindo qualquer possibilidade de movimento indígena na defesa de suas terras. Busca-se assim, impedir o surgimento de líderes e a reunião de assembleias indígenas. O índio, realmente, se tornou um problema de segurança nacional para o Governo, na medida em que questiona mudanças no



contrário à emancipação porque "existem assuntos mais urgentes para serem resolvidos: grande parte das terras indígenas estão ainda para serem demarcadas; grande parte dos postos indígenas estão sem encarregados de posto, professores, enfermeiros, etc., e ainda existem grupos que não têm assistência permanente. Tudo isso porque a Funai não dispõe de recursos financeiros suficientes. A emancipação não contribui em nada para a solução destes problemas. Como podemos transformar os índios em cidadãos, por decreto, quando existem muitos brasileiros que pretendem passar por índio em busca de assistência?"

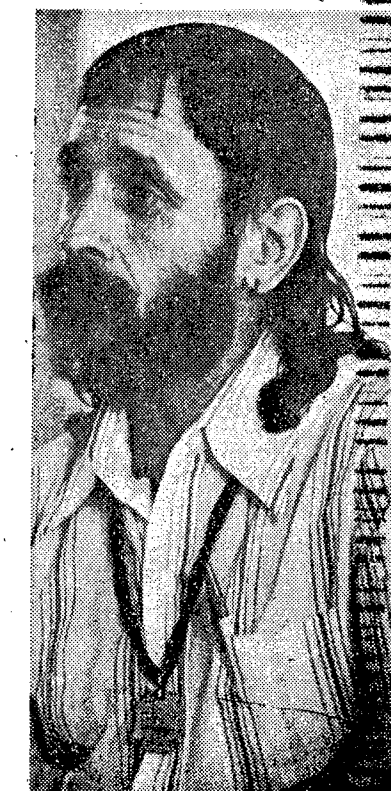
O antropólogo Julio Cezar Melati, também da Universidade de Brasília, considerou falho o sistema de solicitação de emancipação previsto no decreto: "O Artigo 7º parece reservar à comunidade o direito de solicitar sua emancipação, a requerimento da maioria de seus membros, mas seu parágrafo único está redigido de tal modo que permite considerar como maioria de uma comunidade uma proporção irrisória de seus membros. Se uma comunidade de 100, 200, 500 índios tiver apenas três pessoas com conhecimento da língua portuguesa, com razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional, com habilitação para o exercício de atividade útil na comunhão nacional e maiores de 21 anos, duas dessas três pessoas constituirão a maioria da comunidade".

## Erros de avaliação

O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira considera a questão encaminhada de forma confusa porque, por exemplo, "o Art. 4º da Lei 6001, no qual se definem as condições de "isolados", "em vias de integração" e "integrados", refere-se a características sócio-culturais de grupos indígenas em suas relações com a sociedade nacional. Esboça, portanto, uma tipologia bastante grosseira, ainda que válida na prática cotidiana da administração da Funai. E assim que, quando a regulamentação da lei, em seu Art. 6º reza que "a requerimento do interessado, ou ex-ofício pela Funai, ouvido o índio, será declarada a sua condição de integrado (...)", tal condição passa a ser definidora de índio emancipável. Ora, será que todos os índios "integrados", a saber, que já tenham 21 anos, conheçam a língua portuguesa, estejam "habilitados para o exercício de atividade útil na comunhão nacional", desejam efetivamente perderem o apoio de uma legislação especial consubstanciada no Estatuto do Índio?

tatuto deve assegurar ao índio de penetrar na sociedade nacional, não pode ser prejudicado com um ulterior descomprometimento do Estado com sua proteção. Como prêmio ao seu longo e sofrido aprendizado isso é quase paradoxal. Além do mais, esse índio emancipado, frente aos seus patrícios não emancipáveis, se constituiria numa cunha a dividir o grupo em índios de 1ª e de 2ª categoria, numa intervenção indébita no interior da comunidade indígena. Pois o fato de o índio estar "integrado" não significa que ele rompa seus laços com seus parentes, seus compatriotas, com seu grupo local; sua "emancipação" é que estaria concorrendo para esse rompimento.

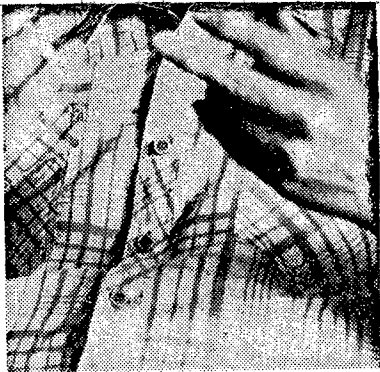
Acredito que o mais importante a ser assegurado a comunidades, cuja organização econômica e social revele um bom tranquejo no contato com segmentos regionais da sociedade nacional, seja lhes conferir maior autonomia do órgão protetor, da Funai. Simplesmente lhes assegurar independência econômica dos órgãos técnicos de planejamento que a Funai possui e que são responsáveis pela gestão do patrimônio indígena, conforme reza os artigos do Título da Lei 6001, a meu ver uma das soluções menos felizes que o estatuto do Índio comporta. Tornar assim a comunidade autônoma, seria libertá-la da patronagem do Estado, as-



Padre Tomás Lisboa, Conselho Indigenista Missionário

PT 10259 122

PT 10259 122



Cláudio Vilas Boas, Funai

O jurista Dalmo Dallari, professor de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito da USP, São Paulo, considerou o texto falho, irregular e inconstitucional, especialmente quando dispõe sobre a questão da terra — "o projeto agrava a irregularidade inicial contida no Estatuto do Índio" — uma vez que um decreto não tem força para passar por cima da Constituição, que, em seu Artigo 198, garante ao índio a posse da terra que estiver ocupando e o usufruto exclusivo das riquezas nela existentes.

De acordo com o Estatuto do Índio, até o dia 19 de dezembro a Funai deve terminar a demarcação de todas as terras indígenas. Reunidos em mesa-redonda pelo JORNAL DO BRASIL, em Porto Alegre, para analisar o projeto do Ministério do Interior — que pretende regulamentar a emancipação dos índios através de um decreto do Executivo — o advogado Caio Lustosa, o vice-presidente nacional do CIMI — Conselho Indigenista Missionário, Padre Tomás Lisboa, o presidente da regional-sul do CIMI (abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, padre Egon Heck, o advogado da ANAI, Sr Júlio Gaiger e o coordenador regional do CIMI em Santa Catarina, Sr Vilmar Agnes, concluíram que o projeto de emancipação é uma tentativa do Governo de desviar a atenção da opinião pública da obrigação de demarcar as terras dentro do prazo.

### Cinismo

Para o Padre Antônio Iasi, secretário geral do CIMI em Brasília, "o projeto de decreto é de um cinismo revoltante, pois, exatamente quando tenta tirar o pouco apoio de que gozam os índios, propõe a criação de uma "Comissão de Apoio ao Índio". O projeto do decreto de morte do índio, entregue, sugestivamente, nas vésperas do Dia de Finados, ao Presidente Geisel, é inconstitucional porque, sob a capa de regulamentação, altera essencialmente a Lei 6 001.

O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, professor da Universidade de Brasília e vice-presidente do Conselho Internacional de Filo-

dos usos e costumes da comunidade nacional".

E' preciso denunciar que esse plebiscito está sujeito a toda sorte de manipulação e de pressões — disse o antropólogo — "além do fato de que, em algumas tribos, um colégio eleitoral com essas características é reduzidíssimo e não expressa o nível de consciência e os verdadeiros anseios da comunidade. Em algumas tribos, o número de índios nessas condições é muito pequeno em relação ao total da comunidade".

O antropólogo acrescentou que "sobre essa premissa bastante capciosa — "maioria da comunidade" — o requerimento de emancipação passaria por um emaranhado de comissões e órgãos burocráticos, nos quais os especialistas e os próprios índios serão, na melhor das hipóteses, apenas ouvidos, sem poder de decisão final".

### Tutela indispensável

Ao condenar o projeto, o indigenista Orlando Vilas Boas, disse que "toda a questão da emancipação é a terra. Não há no Brasil nenhum grupo em condições de re-

Ele condenou o texto do projeto, na questão de terras, porque "é confuso, estabelece coisas que já estão estabelecidas e vem repleto de expressões redundantes e pleonásticas. Esse decreto, em relação às terras, não pode garantir nada. Quem garante é a constituição federal que já determina isso".

O Padre Tomás Lisboa considerou o projeto "um golpe mortal nos índios" e adverte que "o mais sério é que se está decidindo o futuro de um povo sem ouvi-lo. Podem-se fazer muitas considerações teóricas, jurídicas, mas os indígenas é que deveriam resolver". Considerou que a Comissão de Apoio ao Índio, prevista no decreto, "não passará de mais um cabide de empregos".

Depois de lembrar que a primeira violência parte da iniciativa do órgão tutelar (a Funai) de emancipar o índio, Caio Lustosa disse que "quem conhece um mínimo das culturas tribais sabe que o índio possui uma lavoura de subsistência. Ai chega alguém e diz que a economia do índio não serve, como não serve seu estilo comunitário de vida igualitária, democrática. No aspecto econômico, nin-



Carmén Junqueira, PUC de São Paulo

Governo. Mesmo com minoria única, o indígena, com seu problema específico de terras, conscientiza a população sem terra dos seus direitos".

Respondendo às críticas do Ministério do Interior e da Funai — que acusam o CIMI e os antropólogos de reação "emocional, uma tentativa romantizada de impedir a integração do índio com a sociedade brasileira" — o padre Egon Heck disse que "é uma maneira de escapar à culpa por todo um crime contra povos que estão sendo extintos. O projeto é um etnocídio, pois tenta impedir que um povo tenha as condições de continuar a viver como um povo".

O antropólogo Roque Laraia, professor da Universidade de Brasília e membro do Conselho Indigenista da Funai, disse que continua

Não sentem eles que mesmo "integrados", na forma da definição mencionada, não continuarão a sofrer os mesmos percalços e discriminações que seus patricios "em vias de integração", pois não continuarão aos olhos da sociedade regional, que os envolve, para todos os efeitos, índios? Uma carteira de emancipado não é suficiente para anular o preconceito étnico e uma experiência secular de dominação pela sociedade alienígena. Teremos então mais uma minoria desassistida, pois desamparada da lei, a viver o drama dos grupos minoritários. Esse é um dado sociológico que deveria ser considerado pelo legislador, e não, ao contrário, deva ser "regulamentado", controlado por decreto.

Em minha opinião, o que um decreto poderia fazer seria manter toda a população indígena ao abrigo do Estatuto do Índio, pois apesar dos inúmeros defeitos da Lei 6 001 ela ainda se constitui num instrumento jurídico indispensável à defesa dos interesses indígenas. Aos índios que lograram aprender o português, possuem uma profissão e conheçam os truques da sociedade nacional, que lhes contemplem com ajuda de vários tipos, mas nunca com uma equívoca emancipação. O direito que o es-

indígena, portanto mesmo sob tutela, a liberdade de ela própria gerir seu patrimônio, recebendo da Funai exclusivamente instrumentos de fomento na medida em que sejam por eles, índios, reclamados.

Concluindo, vemos que a discussão da emancipação, por ser uma questão bastante artificial sociologicamente falando, vem encobrindo problemas bem mais relevantes. É tempo de enfrentá-los se quisermos sinceramente melhorar a assistência ao índio brasileiro. Para tanto, não é indispensável mexer na legislação existente, bastando tomar decisões de caráter administrativo, guiadas, todavia, por uma concepção de política indigenista que se inspire nos anseios da população indígena e não na visão de mundo de seus tutores".

### Difícil retirada

Em Brasília, a abertura dada pelo Ministro do Interior, Sr Rangel Reis, a uma revisão da minuta de decreto de regulamentação da emancipação indígena, gerou divergência de opiniões sobre sua viabilidade. Há quem julgue que não há possibilidade de revisão. No Conselho Indigenista Missionário, comenta-se que adiar a regulamentação é inútil e, em outras áreas, insiste-se em manter a posição dos antropólogos, tomada em setembro: considerar a minuta inoportuna e recusar discuti-la.

Em São Paulo, Cláudio Vilas Boas lembrou que "o índio é pleno de vida, forte, alegre: Será que o ciúme dos índios que nos leva a trazê-los para este mundo confuso? O índio não necessita de nenhum bem de nossa civilização, mas de uma assistência que o proteja da ação destruidora do vilizado. Sua economia é auto-suficiente e ele necessita de proteção para combater os males que nós introduzimos".

Em Porto Alegre, o Sr Vilmar Agnes disse que "romântico é quem não vê que por trás do Sr Rangel Reis estão as multinacionais, na expansão das frentes de colonização, para as quais o índio é um "impedimento". O Sr Caio Lustosa observou que "numa economia de escala como a nossa, voltada para a produção de grandes excedentes de exportação, não podem conceber outro modelo de sociedade. O projeto é altamente racista porque pressupõe exterminar com culturas, com valores próprios. Integrar-se o índio, transformando-o em eleitor, consumidor da Kibon e da Coca-Cola, usuário de Ray-Ban e, por decreto e palavras, dizem que continua índio. É no mínimo, uma atitude cinica".

## Professor considera que emancipação é genocídio

A emancipação coletiva do indígena significa a extinção deliberada de uma etnia, o que está muito próximo do conceito de genocídio e o projeto governamental tem como uma de suas bases a distorção de um direito fundamental do índio — a posse da terra que ocupa, assegurada por todas as Constituições que o país já teve — apresentada como opinião de uma corrente indigenista.

Os comentários são do professor Carlos de Araújo Moreira Neto, da cadeira de História da Universidade Federal Fluminense, para quem a recente declaração do Ministro do Interior, Sr Rangel Reis, de rever o projeto, representa uma abertura, "desde que ouvidas as pessoas legitimamente envolvidas no processo e não os beneficiários de uma emancipação, o que geralmente acontece".

### Visão distorcida

Ex-assessor dos antropólogos Noel Nutels, no Serviço de Proteção ao Índio, e Darcy Ribeiro, no Museu do Índio, o professor Carlos

Moreira explica haver duas atitudes possíveis diante do problema do índio: ou se vê a população indígena em termos de seus direitos fundamentais e de suas necessidades ou se submete a questão aos interesses da sociedade nacional.

"Apesar de ser uma obrigação da sociedade brasileira indenizar a população indígena de todas as perdas e sacrifícios que já sofreu", enfatiza ele, "o espírito do projeto de lei é de que o indigenismo brasileiro deve subordinar-se ao rápido processo de ocupação dos últimos territórios virgens da Amazônia e do Centro-Oeste e que são também, naturalmente, as últimas áreas de refúgio indígena que vão sendo incorporadas à economia nacional".

Segundo o professor, o fato de o índio ser visto como elemento estranho à realidade nacional, como uma espécie de atraso histórico a ser superado, determina uma política governamental insensível, pragmática e imediatista, sem estimar seu custo no futuro e sem considerar os problemas de natureza humana de quem vive na área.

O professor Carlos Moreira aponta como ponto de fundamental importância a demarcação de terras indígenas, ainda não efetivada, como estabelece o Artigo 65 do Estatuto do Índio e cita pronunciamento do Ministro Rangel Reis afirmando haver "os que defendem a permanência dos índios no seu habitat natural, garantindo que o Governo a inviolabilidade de suas terras, a preservação de sua cultura e hábitos no pressuposto de que assim são mais felizes".

"Assim é que de uma forma quase que subliminar", diz o professor, o mais essencial dos direitos indígenas, que é o de ocupação permanente e coletiva das áreas tradicionalmente habitadas e utilizadas economicamente por grupos indígenas, é convertido numa mera posição doutrinária e teórica entre várias outras tendências que competem pelo apoio oficial".

Ressalta ser significativo o fato de que a decisão do Governo entre esta tendência e a que privilegia o rápido processo de integração resolveu ater-se ao preceito cons-

titucional, mas não ao que garante aos índios o direito permanente às suas terras, "convenientemente esquecido em favor de um gradual processo de integração das comunidades indígenas à comunidade nacional".

Ele vê como incrível o fato de o Governo, "detentor de todo o Poder que quer e que usa quando quer", não garantir ao índio a posse de sua terra nem mesmo nas áreas que lhe são reservadas. "No entanto", frisa, "a posse da terra é assegurada aos grandes proprietários se invadidas por agricultores".

Carlos Moreira critica a ênfase dada pelo Governo na urgência de emancipar a população indígena ao invés de respeitar sua autonomia em relação à sociedade nacional. Diz ele que o Governo compromete-se a pré-selecionar alguns grupos para a emancipação, dentre os quais estariam os Terena do Sul de Mato Grosso e as comunidades Kaingang de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, áreas extremamente valorizadas.

PT 1025a.122

PT 1025a.122

# Emancipação adiada "salva" os índios

PAMELA NUNES  
Da sucursal de Brasília

BRASILIA (Sucursal) — "Nossos índios estão salvos. Pelo menos por agora, no apagar das luzes do governo Geisel". A presidência da República, decidiu estrategicamente, "esquecer" por algum tempo, a aprovação do controvertido projeto de emancipação de grupos indígenas que, sem dúvida, iria marcar a atual administração, como esigma de grande responsável pelo etnocídio dos 200 mil índios que ainda tentam sobreviver no que sobrou de seu imenso território".

A comunicação, não oficial, foi feita através de sutis recados da Assessoria de Imprensa do Ministério do Interior que, no início desta semana, distribuiu nota na qual Rangel Reis declarou que não há nenhuma pressão por parte do governo em regulamentar alguns artigos da Lei 6001 — Estatuto do Índio — que tratam, exatamente, da emancipação e tutela dos índios brasileiros.

## RECUO

Muito menos pelos índios do que pela grande repercussão nacional e internacional que o projeto suscitou, a chefia da Casa Militar da Presidência da República — onde o documento estava sendo examinado — achou conveniente adiar a decisão que provocou a formação de uma consciência nacional de tal importância, que nem o conturbado momento político conseguiu abafar.

Durante pelo menos seis meses, desde que o projeto em si começou a ser elaborado, diversas entidades de apoio ao índio foram criadas, como por exemplo, o Comitê Pró-Índio, Seções de São Paulo e Rio de Janeiro. Instituições e profissionais engajados na causa indígena uniram suas vozes num verdadeiro protesto nacional, acabando por intimidar o governo, que recuou, ainda que reservadamente, quanto a levar a termo uma das principais metas do Ministério do Interior no atual mandato.

Gritaram os antropólogos, indigenistas, sertanistas, missionários e os próprios índios, principalmente os Xavantes que, em audiência com Rangel Reis, chegaram a afirmar: "Para que emancipar os índios? Para a gente ter que pagar luz e impostos? O que nós queremos é educação, médicos, roupas, armas e tratores para podermos cuidar da terra", segundo afirmou o cacique Aniceto, de São Marcos (MT).

## REPERCUSSÃO

Mas as coisas começaram a se complicar no momento em que a imprensa divulgou a minuta do projeto que acabou por comprovar que, no mínimo, a medida não tinha outro sentido do que o de deixar os índios à mercê da chamada civilização branca, sem nenhum mecanismo de defesa, pois minimizava a ação tutelar do governo — que embora contestada ainda é a única forma de protegê-los — e sequer lhes dava o direito à propriedade da terra, que permaneceria em nome da União.

Então, por que emancipá-los? Era a per-

Em última análise, disse na ocasião o professor Dalmo Dallari, antes de se pensar em emancipar os índios, temos que prepará-los para que não venham engrossar as fileiras dos bóias-frias.

Já o Conselho Indigenista Missionário foi taxativo: "O índio não pode ser visto como uma peça de museu que permanece alheio às decisões de seu interesse. O índio tem que ser ouvido e precisa ter condições de optar, porque este projeto vai, no mínimo, determinar o futuro desta nossa população que há quatrocentos anos vem sendo expoliada nos seus mínimos direitos à sobrevivência".

## BASTIDORES

Enquanto os segmentos engajados na causa indígena se manifestavam através da imprensa e atos públicos, na Funai a reação ao projeto girava a nível de conversa nos bastidores. Comentava-se, por exemplo, que o próprio presidente do órgão, general Ismarth de Oliveira, não via com bons olhos a medida e que seria capaz de pedir, até, exoneração do cargo, caso o projeto fosse aprovado.

Muito discreto, o sertanista Orlando Vilas Boas também era contra o projeto, embora estivesse participando da comissão responsável pela elaboração da minuta que foi encaminhada, no final deste mês, à Presidência da República. Atualmente, Orlando defende uma maior assistência à Funai através dos demais Ministérios, sugestão que encaminhou ao futuro presidente João Batista Figueiredo e que, segundo o sertanista, foi muito bem recebida.

Comentava-se ainda, a nível "corredor", que o projeto de emancipação nada mais era do que uma forma de favorecer as grandes empresas agropecuárias e aos grupos multinacionais, que cada vez mais ocupam a Amazônia a seu modo, passando por cima de toda e qualquer legislação brasileira que dispõe sobre a utilização de terras devolutas, hoje já quase totalmente ocupadas.

A preocupação não é leviana porque os índios — que em sua grande maioria desconhecem os complicados meandros de uma sociedade capitalista — não hesitariam em trocar alguns milhares de hectares de terras férteis por cinquenta cabeças de bois, como foi o caso dos xavantes, ou mesmo por óculos escuros ou um relógio, artigos da nossa sociedade de consumo que exercem um fascínio compreensível entre eles.

## SALDO POSITIVO

A idéia de emancipar os índios surgiu no discurso de posse do ministro Rangel Reis como a principal meta da sua política indigenista e terminou, ao final de sua administração, quando a sua assessoria de imprensa distribuiu um recado "discreto" aos jornalistas do setor.

Nesse recado, os assessores pediam que não fosse mencionado o nome do ministro do Interior como autor da declaração de que o governo não estava mais preocupado em emancipar os índios e, sim, em demarcar suas terras, naturalmente para não caracterizar o recuo governamental.

Mas a polémica deixou um saldo positivo. A população brasileira talvez, pelo pri-

# Cimi vê situação dramática

LONDRINA (do correspondente) — O Conselho Indigenista Missionário, órgão da CNBB, reunido nos dias 28 e 29 de novembro, em Londrina, para analisar a situação dos indígenas nos Estados de São Paulo e Paraná, chegou a conclusão de que a atual situação das terras indígenas no país é dramática e que a maioria das tribos se encontram em fase de extinção devido ao contato com o homem branco e ao cerco que os invasores estão fazendo.

Para o vice-presidente do CIMI, padre Thomaz Aquino Lisboa, a situação tende a piorar, no entanto, com a assinatura do decreto de emancipação do índio. Segundo disse, o decreto visa, entre outras medidas, a limitar a ação dos líderes indígenas capazes de se manifestarem e exporem à sociedade os problemas e reivindicações de seu povo.

A "liquidação de lideranças", como foi definida pelo religioso, poderia ser enquadrada até na Lei de Segurança Nacional, opinião que foi aceita por todos os membros do CIMI, que acen-tuaram, no entanto, que ela resultará negativa na sociedade indígena, já que poderá provocar ainda mais a disposição dos indígenas.

## VITIMAS DA OMISSÃO

Segundo o relato feito pelos participantes do encontro, divididos pela região na qual atuam, a atual situação dos indígenas brasileiros pode ser analisada segundo o atual estágio de suas terras.

Assim, segundo os participantes, o país foi dividido em terras demarcadas, demarcadas e redelimitadas, delimitadas, interditas, sem qualquer providência, e liberadas por transferências forçadas dos índios.

Os 11.336 índios da região sul estão sob o controle e fiscalização de 20 postos da Funai, estão distribuídos em uma área total de 151.740 hectares. Embora a maior área (70.722 hectares) e o maior número de postos (11) esteja no Paraná, ali vivem apenas 3.916 índios. Em Santa Catarina, o número é estimado em 2.190, distribuídos em 30.338 hectares e sob o controle de dois postos da Funai e, no Rio Grande do Sul há 5.230 índios, em 50.680 hectares e sete postos.

Xokleng, em Ibirama. Além da demarcação em prejuízo dos índios, o CIMI infogma que a área dos xokleng será reduzida com a inundação provocada por uma barragem que se constrói no rio Itajaí. Sem quaisquer providências, se encontram terras dos kaigang, em Chapecó, e de um possível grupo xokleng "arredio na serra do Tabuleiro".

No Rio Grande do Sul existem, segundo o CIMI, áreas Kaigang redemarcadas em Guaritá (onde há também índios mbyá-guarani), Ligeiro e Carreteiro; terras redemarcadas dos kaigangs em Inhacorá (parte entregue a colonos e parte nas mãos da Secretaria da Agricultura — ato do governo Leonel Brizola); terra dos kaigangs em

Nonoai (20 mil hectares de reserva grilada pelo Estado em 1949, quando foi transformada em parque floresta; terra dos Kaigangs em Votouro (entregue no governo de Leonel Brizola a colonos), dos guaranis em Votouro e dos Kaigangs em Caci que Dóbie.

No Estado de São Paulo estão demarcadas terras dos terena em Avaí e dos kaigangs em Braúna e Tupã. No entanto, segundo o CIMI, estas terras são consideradas insuficientes. Já foram demarcadas as terras dos guaranis em Peruíbe; delimitadas as áreas dos guaranis em Itariri e sem nenhuma providência as áreas dos guaranis em Itanhaém, Boracéia, Ubauba e Santo Amaro.

PT 10254.122

...a atuação tutelar do governo — que em-  
bora contestada ainda é a única forma de  
protegê-los — e sequer lhes dava o direito à  
propriedade da terra, que permaneceria em  
nome da União.

Então, por que emancipá-los? Era a per-  
gunta que se fazia. Para os antropólogos,  
não chegou ainda o momento da emanci-  
pação e sim de se cumprir o que estabelece  
o atual Estatuto do índio, que fixou para o  
final deste ano o prazo limite para a demar-  
cação das terras indígenas, prazo este que  
dificilmente será cumprido antes de um ano  
(até o momento apenas 60 por cento das  
reservas foram demarcadas).

Na opinião destes profissionais, o papel do  
Estado, como bom tutor, é, além de lhes  
garantir a terra, orientar os índios em  
novas técnicas produtivas, para melhor  
aproveitamento das suas áreas e introduzi-  
los nas técnicas de comercialização dos ex-  
cedentes agrícolas, para permitir-lhes a  
conquista de sua independência econômica.

...o governo não estava mais preocupado em  
emancipar os índios e sim, em demarcar  
suas terras, naturalmente para não carac-  
terizar o recuo governamental.

Mas a polêmica deixou um saldo positivo.  
A população brasileira, talvez pela pri-  
meira vez, tomou conhecimento de que os ín-  
dios estavam sendo ameaçados. As classes  
engajadas nesta causa uniram-se e  
derrubaram o projeto que já estava em  
âmbito de Presidência da República.

Além disso, ficou definido pelo futuro  
presidente que o índio vai merecer uma  
atenção especial no próximo governo —  
segundo garantiu o general Figueiredo ao  
sertanista Orlando Vilas Boas — e que o  
presidente da Funai, general Ismarth de  
Oliveira, permanecerá no cargo, mesmo  
sendo considerado um homem até certo  
ponto indeciso nos momentos de grandes  
definições, mas, que apesar disso, é uma  
pessoa bem intencionada e que, acima de  
tudo, escuta o índio.

...80.838 hectares e sob o con-  
trole de dois postos da Funai  
e, no Rio Grande do Sul há  
5.230 índios, em 50.680 hec-  
tares e sete postos.

No Estado de São Paulo  
existem atualmente 710 ín-  
dios; que vivem em uma área  
de 3.529 hectares e sob a  
vigilância de quatro postos.  
No entanto, outros 714 vivem  
fora das reservas. Entre as  
culturas remanescentes ín-  
digenas do sul e no Estado de  
São Paulo, predomina a Cain-  
gange.

A primeira parte do  
relatório, que será divulgada  
na próxima semana, analisa  
a situação das terras nos Es-  
tados do Paraná, Santa  
Catarina e Rio Grande do  
Sul, concluindo que em quase  
todas as áreas dos três Es-  
tados, apesar das já demar-  
cadas, um grave problema é  
o da invasão, "estimulada  
pela atitude omissa ou incen-  
tivadora da Funai".

Segundo os religiosos, a  
omissão ou incentivo da  
Funai em relação às terras  
indígenas foi o que gerou o  
surgimento de movimentos  
como os de Nonoai (maio)  
Rio das Cobras (janeiro) des-  
te ano. Nessas duas áreas, os  
índios livraram suas terras  
dos invasores e, "aproveitan-  
do-se do medo que se instalou  
na região, a Funai aproveitou  
para limpar algumas outras  
áreas do sul do País".

O relatório elaborado em  
Londrina informa também  
que no Paraná todas as áreas  
foram redemarcadas, em  
prejuízo dos índios, no gover-  
no de Moisés Lupion. Citam  
como exemplo as terras dos  
Kaingang em Londrina; São  
Jerônimo da Serra, Manoel  
Ribas Ortigueira, Cândido de  
Abreu, Guarapuava e Pal-  
mas; as terras dos Kaingang e  
Guaranis em Rio das Cobras  
e Mangueirinha e as terras  
dos xiripá (guaraní) em San-  
ta Amália.

Em Mangueirinha, no  
município de Palmas, segun-  
do denúncias do CIMI, mais  
da metade da área de 8.804  
hectares (população ín-  
digena estimada em 370 pes-  
soas), está nas mãos do  
grupo Slaviero e Filhos, de  
Curitiba; em São Jerônimo  
da Serra, sede do município,  
está dentro das terras doadas  
aos índios pelo Barão de An-  
tonina e a maior parte da  
área já foi ocupada pelos in-  
vasores; em Mangueirinha,  
além da invasão, a cons-  
trução de um barragem no  
rio Iguacu tomará outra par-  
te da área, o que já obrigou a  
mudança dos guaranis de sua  
antiga aldeia.

No Estado de Santa Ca-  
tarina, foram redemarcadas  
áreas dos kaingang em Xan-  
xerê e Abelardo Luz e dos

## Estrangeiro pode perder terra

RIO (Sucursal) — Funcionários do Incra  
confirmaram que as investigações reali-  
zadas pelo órgão constataram que em 19  
localidades brasileiras 25% da área mu-  
nicipal estão em mãos de estrangeiros, o  
que contraria lei de 1969, acrescentando que  
agora se está apurando os casos em que as  
vendas se processaram depois daquela  
data, hipotese em que simplesmente serão  
anuladas.

O levantamento do Serpro que identificou  
o "estouro" dos limites de propriedade de  
estrangeiros deixou evidente que o governo  
não tem controle efetivo sobre a venda de  
partes do território nacional a não bra-  
sileiros, pela ausência de iniciativa, ine-  
ficiência ou omissão por parte dos órgãos  
governamentais a quem caberia a tarefa.

A multiplicidade de responsabilidades,  
por parte de entidades do Governo, acaba  
impedindo a fiscalização do cumprimento  
da lei 5.709, onde se estabelece que as áreas  
rurais pertencentes a pessoas estrangeiras,  
físicas ou jurídicas, não poderão ultrapasar  
25% da superfície dos municípios onde  
se situem, para casos de nacionalidades  
diferentes, ou 10% para o caso de pessoas da  
mesma nacionalidade. A ultrapassagem  
desses limites, entretanto, é possível me-  
diante autorização expressa do presidente  
da República. Este ponto também será  
verificado pelo Incra, antes de anular as  
operações de venda.

A grande quantidade de órgãos públicos  
que intervêm no processo, muitas vezes  
sem obedecer determinações expressas da  
lei, impede o controle da ocupação do solo.  
Inicialmente, sabe-se que os titulares de  
cartórios de Registro de Imóveis, que de-  
veriam remeter trimestralmente às  
corregedorias estaduais a relação de áreas  
rurais compradas por estrangeiros, sob  
pena de perda do cargo, raramente mantêm  
em dia estas comunicações.

Outro órgão com responsabilidade sobre  
pelo menos parte do território nacional, o  
Serviço de Patrimônio da União, que tem  
jurisdição sobre toda a faixa de Marinha —  
33,5m contados a partir do preamar médio  
de 1031 — do litoral, dos rios, e sobre as  
terras públicas de todo o País — para este  
trabalho dispõe de pouco mais de 400 fun-  
cionários e dotações deficientes. O Senado  
Federal, que deve referendar todas as ven-  
das de terras públicas com área superior a 3  
mil hectares, também não tem qualquer  
controle acumulado, o que possibilita, por  
isto, a compra de áreas bem maiores, desde  
que em operações separadas, pois não é  
feita qualquer triagem ou levantamento  
prévio.

Atualmente, segundo o levantamento do  
Incra, 9,7 milhões de hectares do solo  
brasileiro estão sob domínio de aproxi-  
madamente 52 mil estrangeiros. Destes, 47  
mil são pessoas físicas — com significativa  
presença de alemães —, 3.365 estrangeiros  
associados a brasileiros e 1.858 pessoas  
jurídicas. Embora o Incra ainda não tenha  
revelado quais as empresas detentoras de  
maiores áreas de terra no País, sabe-se que  
a Jari, de propriedade do americano Daniel  
Ludwig, antigo empregador do major Heitor  
Aquino Ferreira, atual secretário parti-  
cular do presidente da República, pretende  
ter direitos de posse sobre parte consi-  
derável de toda a área brasileira que está  
dominada por estrangeiros.

Ao contrário das evidências de grandes  
concentrações de propriedades estran-  
geiras na Amazônia, o levantamento do Ser-  
pro indica que os Estados do Paraná e São  
Paulo são os que mais abrigam estran-  
geiros. Em São Paulo há 33.810 deles (21.090  
pessoas físicas, 1.628 associações com  
nacionais e 1.092 pessoas jurídicas) e no  
Paraná 11.558 (1.825 pessoas físicas, 671 as-  
sociações e 62 pessoas jurídicas).

Em São Paulo, a área ocupada por estran-  
geiros (1.383.140 ha) corresponde a 5,5% da  
superfície do Estado. No Paraná os estran-  
geiros ocupam 506.570 ha, cerca de 2,5% da  
área do Estado.

No Amapá, 7% do território está em mãos  
de estrangeiros, 57 pessoas físicas e seis  
jurídicas. Em Mato Grosso 2,8%; Rio de  
Janeiro, 2,1%.

Alguns dos dados do Incra, entretanto, es-  
tariam desatualizados, na opinião do pre-  
sidente da Associação Nacional de Reforma  
Agrária, José Gomes da Silva. Para ele,  
36,6% da superfície do Amapá, 10% da  
Bahia, 3,5% de Goiás estão dominadas por  
estrangeiros. Em Minas Gerais só uma  
multinacional ligada à comercialização da  
carne ocupa 5% do território.

Valendo-se do sistema de incentivos fis-  
cais estabelecido por Roberto Campos e  
Delfim Neto, os estrangeiros, especialmen-  
te as grandes empresas multinacionais,  
compram enormes áreas no Norte do País  
com as quantias deduzidas do pagamento  
do Imposto de Renda, promovendo ex-  
ploração predatória.

Levantamento com base em fotografias  
de satélites, realizado pelo Instituto de Pes-  
quisas Espaciais, de São José dos Campos,  
localizou, por exemplo, uma área de 700 mil  
hectares devastada por empresas multi-  
nacionais, entre os rios Araguaia, Xingu e  
das Mortes e a fronteira do Pará.

PT 1025a.122

Pasta FUNAI



62

# Aos 11 anos, Funai ainda está presa a contradições

O Estado São Paulo - 05/11/78

ELIANA LUCENA  
da sucursal de Brasília

"A Funai está realizando um ajustamento progressivo de suas funções, para evitar que o índio desapareça, passando de um trabalho puramente assistencial para ensaiar os primeiros passos desenvolvimentistas junto aos grupos mais aculturados, sem apagar a memória cultural." A declaração foi feita pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, a propósito dos 11 anos de existência do órgão, comemorados ontem.

"Nosso objetivo — friso — é evitar essa tragédia, antes que seja tarde, preservando os índios dos impactos irreversíveis e defendendo, acima de tudo, o direito de sobrevivência dos grupos e das culturas, mas sem marginalizá-los, sobretudo os que já convivem com a sociedade envolvente, das oportunidades antes desconhecidas e das quais, agora, muitos são senhores e as reclamam."

Para Ismarth, a Funai percorre atualmente o único caminho das opções imbuído pelo progresso, embora aos onze anos de existência ele reconheça que a Funai "está ainda longe de sua maioridade".

"Ao avanço das frentes pioneiras, com a abertura de novas frentes econômicas — afirmou o general — impunha-se uma providência: Substituir o empírico pelo técnico, o sonho pela realidade, visando à preservação de grupos tribais ameaçados. Esta foi a idéia da criação de um órgão que englobasse o antigo serviço de proteção ao índio e demais entidades, unificando a política indigenista. O velho SPI, indispensável quando criado por Rondon, com o passar do tempo já



Arquivo

## Entre preservar e integrar, poucas opções

não suportava o peso dos problemas que os anos multiplicaram. Por este motivo foi feita a opção por um trabalho voltado para salvar o índio do encontro inevitável de duas culturas."

### FUNAI

Desde que foi criada, em 1967, a Funai percorre um caminho difícil, procurando um ponto de equilíbrio em meio a um quadro que, de um lado agrega os partidários da rápida integração do índio na sociedade nacional, contando com adeptos especialmente nos setores desenvolvimentistas do governo, de outro reúne indigenistas, antropólogos e missionários que encaram com suspeitas qualquer ato do governo visando a acelerar a descaracterização das culturas tribais.

Especialmente a partir de 1970, a Funai passou a ser um alvo fácil de críticas, dos dois lados, quando intensificou o trabalho de integração de novas frentes econômicas. As estradas que cortaram a Amazônia não respeitaram, em seu traçado, parques e reservas indígenas. Índios, como os nhambikwaras, perderam suas terras e o próprio Parque Nacional do Xingu foi cortado em sua parte norte pela rodovia BR-080, apesar dos protestos dos irmãos Villas Boas e de toda a imprensa internacional. Outras áreas indígenas foram desrespeitadas, quer por estradas quer pelos grupos empresariais que, com in-

reservas, o atual presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, nos últimos cinco anos, teve de enfrentar o projeto de emancipação, sempre defendido pelo ministro do Interior, Rangel Reis.

Embora ele agora tenha sido arquivado, até segunda ordem, depois de uma pressão conjunta não só dos indigenistas mas dos próprios índios, o projeto de emancipação tem sido o ponto mais polêmico da política indigenista do governo Geisel.

Ao lado da emancipação persistiram os problemas de invasões de terras, embora o trabalho de sua demarcação tenha sido acelerado de dois anos para cá. Além disso, ao contrário do que ocorria anteriormente, a Funai também teve, nos últimos anos, que enfrentar a reação de índios já semi-integrados que decidiram lutar pela posse de suas terras. Isso ocorreu especialmente nos Estados do Sul do País, assustando o pró-

prio governo, que teve de intervir em algumas áreas, como Rio das Cobras, no Paraná, e Nonoai, no Rio Grande do Sul, para que esta reação não tomasse maiores proporções.

No início da sua criação, a Funai enfrentava mais problemas com os índios ainda arredios ou recém-atraídos, que promoviam massacres, enquanto os índios mais integrados viviam aparentemente acomodados, embora suas terras estivessem sendo invadidas.

Este novo quadro, de crescente consciência dessas comunidades, que cada vez mais estão aprendendo os caminhos até os gabinetes de Brasília, aparece agora como um desafio para esta e outras administrações da Funai, deixando claro que o índio, de agora em diante, quer participar do seu próprio destino.

Parte FUNAI

que Nacional do Xingu foi cortado em sua parte norte pela rodovia BR-080, apesar dos protestos dos irmãos Villas Boas e de toda a imprensa internacional. Outras áreas indígenas foram ~~estabelecidas~~, quer por estradas quer pelos grupos empresariais que, com incentivos do governo, se dirigiram para a Amazônia, estabelecendo-se em áreas indígenas, muitas vezes com a anuência do próprio órgão de proteção ao índio.

A "guerra" entre indigenistas e representantes das áreas técnicas do governo, especialmente do Ministério do Interior, apesar de altos e baixos, nunca deixou de existir, nos últimos anos. Ao mesmo tempo, no próprio meio indigenista, as divergências sempre existiram, envolvendo de forma especial missionários católicos e a Funai. Os missionários, especialmente aqueles que integram o Conselho Indigenista Missionário, criado em 1972, acham que a Funai, apesar das boas intenções anunciadas pelos seus dirigentes, está fazendo o jogo dos que defendem a rápida integração do índio na sociedade. Para tanto, ela estaria desenvolvendo os projetos econômicos nas áreas indígenas, acelerando o processo de assimilação dessas comunidades pela sociedade nacional.

Críticas mais sérias são feitas ainda contra o órgão por indigenistas, envolvendo o despreparo da maioria dos funcionários do órgão e mesmo a idoneidade de alguns deles, que estariam explorando, indevidamente, o patrimônio indígena.

Se durante a gestão do criticado general Bandeira de Mello, que esteve à frente da Funai durante o governo Médici, a questão básica em relação à atuação da Funai esteve ligada a sua cumplicidade com os empresários que ocuparam áreas indígenas e órgãos de governo que planejaram estradas nessas





63

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Missões  
divulgam  
documento*

A Associação Nacional de Apoio ao Índio e a Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário distribuíram ontem, em Porto Alegre, uma declaração de compromisso com o Índio, resultante do congresso missionário-missionário, recentemente realizado no Rio Grande do Sul, e que serviu para o encerramento do Ano dos Mártires.

"Comprometemo-nos — diz o documento — a nível nacional e continental com os povos indígenas, vítimas, nestes quatro séculos, de todo tipo de agressão, que resultou na espoliação de suas terras, destruição de suas culturas e extinção de um sem número de seus povos. Esta agressão não cessou, pelo contrário, tirando partido de métodos mais sofisticados, tem-se voltado cruelmente contra os remanescentes índios do Brasil, como, por exemplo, na recente tentativa de decreto de uma pretensa emancipação dos nossos selvícolas, ainda com o repúdio da mesma por todos os que, entre eles, tiveram oportunidade de sobre ela opinar."

Depois de manifestar solidariedade com "os antropólogos reprimidos, os sertanistas marginalizados, os homens públicos sob suspeita, os missionários perseguidos, os artistas censurados por causa do Índio", os participantes do congresso missionário acentuam: "O extraordinário momento histórico vivido atualmente pela nossa pátria em face da problemática indigenista, seja pela clara unanimidade de pensamento e de consciência, seja pela vibração uníssona dos mais profundos sentimentos humanos, nos aproxima de maneira nítida do memorável acontecimento da luta pela libertação dos escravos negros em nossa terra. Sentimo-nos, também, mais unidos à Igreja de hoje que, através da atitude corajosa e consagrada de seus missionários, tem-se voltado de modo especial para os índios como os verdadeiros prediletos do Senhor neste continente latino-americano."

*Revista  
FUNAI*

PT 1025 a 122



Telefoto Estado

Nem a interferência dos irmãos Villas Boas conseguiu convencer os índios a aceitarem Apoena

# Índios impedem posse de Apoena no Parque Xingu

## Accioly condena projeto

Da sucursal de CURITIBA

Relator de Estatuto do Índio no Congresso, em 1973, o senador Accioly Filho tem-se mostrado — nos contatos com jornalistas, em Curitiba — preocupado com o resultado do projeto de emancipação do Ministério do Interior. "O Estatuto do Índio prevê uma emancipação extremamente cautelosa, porque ela sempre importa na perda da posse da terra pelo emancipado. Se o índio continuar dependendo da terra para sobreviver, não está e nem deve ser emancipado" — comentou o senador.

Accioly mostrou ainda que o prazo de cinco anos conferido pelo estatuto, em seu artigo 65, para demarcação das terras que contêm reservas indígenas expira no próximo dia 19, sem que a medida tenha sido tomada. Disse ainda que, no trato com o problema do índio, a Nação dispõe de dois caminhos: ou procura aculturá-lo: lentamente, sem perigo em risco a soberania dos grupos, ou assegura a ele o total isolamento na área em que vive, sem qualquer pressão do branco.

A segunda solução parece a melhor ao senador.

PT 10252.122

ELIANA LUCENA  
Enviada especial

O novo diretor do Parque Nacional do Xingu, Apoena Melrelles, não teve condições, ontem, de assumir oficialmente as suas funções no parque, tendo sido ameaçado até de morte pelos dois mil índios que, reunidos nos postos Leonardo e Diauarum, protestaram contra a atitude da Funai, que afastou o ex-diretor Olímpio Serra, alegando insubordinação. Orlando e Cláudio Villas Boas, que durante 35 anos trabalharam com os índios xinguanos, por eles atraídos e pacificados, estiveram com Apoena no parque, mas só conseguiram dialogar com os índios mais idosos que, depois de alguma resistência, admitiram que o sertanista iniciasse o seu trabalho.

Os irmãos Villas Boas e Apoena retornaram ontem mesmo a São Paulo. Orlando e Cláudio afirmaram que estão decepcionados e chocados com o movimento de resistência feito pelos índios, que contou com a adesão das 18 tribos atendidas pelo parque. Os índios afirmaram, nas reuniões que mantiveram durante todo o dia de anteontem e na manhã de ontem com os sertanistas, que eles não foram consultados sobre a conveniência do afastamento de Olímpio Serra. "Olímpio estava sendo muito bom para a gente — afirmou Aritana, chefe Iaualapiti — e foram vocês mesmos, Orlando e Cláudio, que nos disseram que ele seria um bom diretor daqui, já que vocês já estavam se sentindo velhos e cansados." Canato, pai de Aritana, que vive numa aldeia próxima ao posto Leonardo, foi mais incisivo, chegando a gritar com os sertanistas e querendo saber a razão do afastamento do diretor.

Villas Boas explicou que Olímpio tinha enviado um radiograma considerado ofensivo ao presidente da Funai, colocando-se contra a filmagem da novela "Aritana", no parque. "Mas se Olímpio afirmou isso ao general — ponderou Aritana — era para nos defender porque nós não gostamos muito da novela. Eles, por exemplo, filmaram a festa do Jacuí e esse filme não pode ser passado na cidade, pois nenhuma mulher tem permissão para assistir a essa cerimônia". O chefe Iaualapiti somente se acalmou quando recebeu a promessa dos Villas Boas de que, hoje mesmo, ele seguiria de avião para São Paulo para

assistir à novela e verificar se foram projetadas as cenas proibidas.

Depois de manter contato com os índios do Leonardo, os Villas Boas e Apoena seguiram para outro posto, situado ao norte, onde uma prolongada reunião com os índios foi realizada sob clima de grande tensão. Especialmente os índios mais jovens, das tribos Kaiabi e Suiá, manifestaram-se frontalmente contra o novo diretor e um deles chegou a afirmar, que se o sertanista ficasse mais alguns dias na área, ele não responderia pela sua segurança.

O chefe Txucarramãe, Rauni, um dos mais respeitados do Xingu, de início ameaçou abandonar o parque e mudar-se com outros grupos Kaiapó no Sul do Pará, caso o sertanista permanecesse no Xingu. Depois de conversar reservadamente com Orlando, Rauni voltou atrás em sua decisão, prometendo aceitar o sertanista.

As discussões prosseguiram durante toda a noite no alojamento dos índios e, pela manhã, apesar da mudança da posição dos mais velhos, como Rauni e Prepori, chefe dos Kaiabi, a ala mais jovem continuou coesa contra a permanência de Apoena na área.

Os índios chegaram a sugerir que os Villas Boas retornassem ao parque, afirmando que todos eles reconheciam o trabalho por eles desenvolvido nos últimos 30 anos. "Nós só não compreendemos — disseram os índios — como vocês tiram um homem de cabeça grande como Olímpio sem consultar a gente. Nós é que sabemos quem é bom para nós, e não a Funai".

Orlando Villas Boas deixou o Parque do Xingu, ontem, afirmando que, se os índios continuarem irredutíveis em suas posições, ele não quer mais retornar ao Xingu. "Nós conseguimos fazer um trabalho difícil, promovendo a união dessas tribos que antes brigavam entre si. Hoje em dia, existe uma nação xinguanas e nós pensávamos que Olímpio Serra daria prosseguimento a este trabalho que agora exige uma nova fase. Feita a coesão dos grupos e garantida a integridade de suas terras e de sua saúde, tínhamos de partir para um trabalho de conscientização do índio, criando condições para que ele continuasse defendendo as suas terras e a sua cultura. Para isso, achamos que o trabalho da pessoa que iria nos substituir não poderia ser personalista, como

foi o nosso, e isso não aconteceu, daí a nossa grande decepção".

"Para nós — continuou — cumprir a missão de trazer Apoena para cá teve um preço muito caro. Não esperava encontrar o índio que deixamos há três anos tão revoltado e doutrinado contra nós".

A crise que se desenrola no Xingu tem como complemento uma grave epidemia de sarampo, que já fez a sua primeira vítima esta semana, uma índia Txucarramãe. Trinta e quatro índios estão internados num alojamento improvisado em Diauarum, enquanto a epidemia se alastra por todo o Norte do parque. Uma equipe médica será deslocada hoje de São Paulo para dar apoio aos dois médicos da Escola Paulista de Medicina que estão tentando isolar a doença apenas na parte Norte do parque, evitando que ela atinja grupos mais susceptíveis, como os krenhãcarore, que tem apenas cinco anos de contato com a civilização.

### ANTROPÓLOGOS

A Região de São Paulo da Associação Brasileira de Antropólogos — ABA — ao término de sua reunião, ontem, divulgou nota afirmando que os indígenas estão inquietos, "diante de mais um ato de autoritarismo que vem atingir as comunidades indígenas", referindo-se ao afastamento de Olímpio Serra.

"Após o anúncio de extrema gravidade do projeto de regulamentação da emancipação indígena, cuja ameaça está aparentemente superada — diz a nota — ocorre logo em seguida o afastamento de Olímpio Serra do Parque do Xingu. Tal medida se ligou ao seu justificado protesto diante da autorização para o envolvimento de uma comunidade indígena em um projeto de fins lucrativos, o que fere o Estatuto do Índio. Encontra-se ameaçada com este afastamento uma política de tutela, cujas linhas gerais nos parecem adequadas ao momento atual."

"Tal tutela — prosseguem — é entendida como a responsabilidade de facilitar às populações indígenas, além de assistência básica, uma expressão e organização mais autônoma, de suas condições reais. O índio do Parque do Xingu não deve, assim, ser apenas objeto de uma nova consciência nacional."



# Índios vão a Brasília defendendo

Da sucursal de  
BRASÍLIA

Três líderes xinguanos, liderados por Canato, chefe dos Iaualapiti, chegaram, ontem, a Brasília e deverão reunir-se amanhã com o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, para discutir a crise no Parque Nacional do Xingu desde a demissão de seu diretor, Olímpio Serra. Os índios afirmaram que, apesar da interferência dos irmãos Villas Boas, continuam revoltados com o afastamento do etnólogo e anunciaram que outros chefes poderão ir a Brasília, caso os entendimentos com o general, visando ao retorno de Olímpio Serra, não cheguem a bom termo.

Ainda em Brasília, o ex-diretor Olímpio Serra, ao tomar conhecimento das acusações feitas contra ele pelos Villas Boas, decidiu rebater as afirmações de Cláudio e Orlando. Olímpio disse que, embora até agora tivesse preferido não fazer declarações a respeito de seu afastamento, as acusações contra ele atingiram, agora, um ponto de exigir maiores explicações.

"Na verdade — afirmou — toda essa crise desencadeada com a filmagem da novela "Aritana", da qual discordo, representa apenas um ponto de saturação de uma situação vivida pelo grupos tribais do Xingu. Esta situação, durante certo tempo, lhes serviu de apoio fundamental para a sua sobrevivência, mas depois apenas propiciou a cristalização do índio xinguanos como índio símbolo para a consciência nacional, arquétipo posto a serviço de toda a sorte de amenidades indígenas".

"Acreditamos — prosseguiu — que nosso trabalho teve muitas deficiências. Nunca o personalismo. Acharmos natural que todos queiram explicações sobre o nosso afastamento. Os índios, sobretudo, na medida em que esse trabalho significou para eles alguma coisa. Fosse outros os motivos, fosse outra a forma, fossem outras as circunstâncias, pois quando a cri-

se começou estávamos a braços com eles numa luta contra o sarampo, e teríamos uma transição na direção do parque normal. Creemos que é fundamental esclarecer que fomos para o Parque do Xingu por determinação do presidente da Funai, que nem me perguntou, na ocasião, se eu aceitava ou não o encargo. Digo isso para deixar claro que trabalhar no Xingu nunca se constituiu uma ambição pessoal."

Olímpio disse, ainda, que o seu trabalho nesses três anos sempre esteve pautado no respeito à autonomia dos grupos tribais "apoando todas as formas de defesa e consciência de sua autodeterminação". "Demostro ênfase especial — acentuou — à área da saúde e defesa das terras indígenas. Quanto à saúde, dando continuidade ao programa ali desenvolvido pela Escola Paulista de Medicina e a Faculdade de Odontologia da USP. A eles se destina o alojamento que alegam estar sendo construído para os antropólogos. A bem da justiça, nenhum antropólogo jamais chegou ao Xingu para se instalar nos postos, mais sim nas aldeias".

"No que se refere às terras — prosseguiu — seria bastante afirmar que a demarcação do parque deverá estar concluída brevemente, respeitando o decreto que o delimitou. Isso ocorre depois de terem sido demarcados dois terços do parque entre 1973 e 1974, num acordo ilícito e direto entre a Funai e agropecuárias que per absurdum se comprometeram a demarcar as áreas confinantes."

"Nós ficamos chateados porque sabemos que Orlando e Cláudio saíram tristes lá do Xingu. Mas acontece que eles não quiseram compreender que a gente mudou. Os tempos agora são outros, mas isso não significa que vamos deixar de gostar deles."

## ANTROPÓLOGOS

Os antropólogos ligados à Regional de São Paulo da Associação Brasileira dos Antropólogos divulgaram nota a respeito das acusações feitas pelos irmãos Villas Boas à classe. Os antropólogos lamentam o fato de terem sido alvos de uma acu-

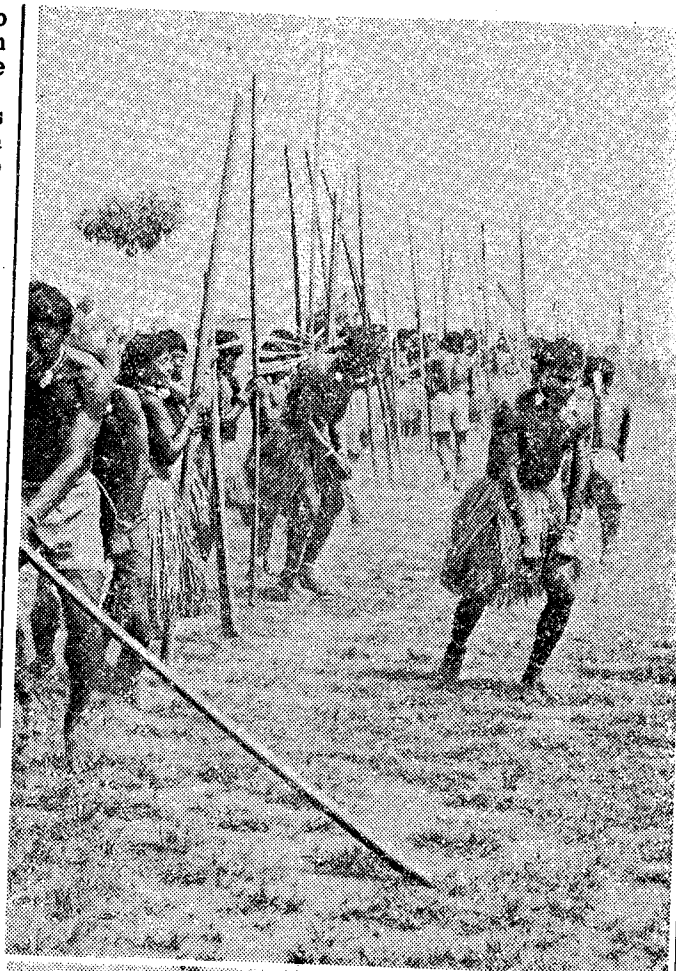
sação feita "em um nível tão baixo, especialmente por serem chamados de gang, que parece um termo inaceitável".

"Não aceitamos os termos das acusações — acentua a nota — e recusamos a discussão no nível em que ela está sendo conduzida. Acharmos um gesto de grave irresponsabilidade, num momento em que uma epidemia de sarampo grassa no parque, que se perca tempo com acusações personalistas. Parece-nos, ainda, estranho que a recusa unânime dos índios do parque do Xingu em aceitar a demissão de Olímpio Serra passe a ser computada, exatamente, à sua ineficiência administrativa."

## ÍNDIOS

Canato, Yaruavi e Yanuaelá, três representantes dos grupos xinguanos que vivem no Sul do parque, defenderam, em Brasília, o ex-diretor Olímpio Serra, afirmando que ele jamais instruiu os índios contra os Villas Boas e Apoena Meirelles. "Ocorre — afirmaram — que os tempos mudaram lá no Xingu. O índio está tomando consciência de seu problema e isso não ocorre somente na nossa área, mas no Brasil todo. Olímpio tem feito um trabalho de conscientização do índio, para que nós mesmos, no futuro, possamos defender o que é nosso. Hoje temos consciência de que, se um dia não existirem mais Cláudio, Orlando e mesmo Olímpio, somos nós mesmos que vamos ter que brigar para garantir o que é nosso".

"O que não dá mais — prosseguiram — é recebermos imposições como essa agora de um novo diretor nomeado, Apoena Meirelles. Nós não temos nada contra ele, mas não queremos ele lá. Quando Orlando e Cláudio saíram, Olímpio foi apresentado devagar para a gente. Nós aprendemos a gostar dele; mas agora, ele foi tirado sem um motivo claro, pois o fato dele ter criticado a novela só serviu para ajudar o índio. Se o presidente não aceitar a volta de Olímpio, todos os chefes do Xingu virão para Brasília, inclusive os mais velhos, como Takumam, Rauni dos Txucaramãe, e Cuiuci, chefe dos saia".



A imagem do índio cordial está desaparecendo

## Antropólogo é localizado

Do correspondente em  
RIO BRANCO

O antropólogo Terri Vale de Aquino, que havia desaparecido da região onde se encontrava no meio dos índios Kaxinauas, nos altos do rio Jordão, no município de Tarauaca, enquanto seringalistas e políticos da área acusavam de cultivar um plantio de maconha e de armar os índios contra os brancos, apareceu ontem na cidade de Cruzeiro do Sul, a muitos quilômetros do ponto em que se encontrava anteriormente.

Na manhã de ontem, Terri comunicou-se com sua mãe em Rio Branco, por telefone, dizendo que estava bem e tinha desido o rio Breu, para colher novos dados sobre os índios da região. A ligação, telefônica não estava boa e sua mãe só entendeu que ele pretendia chegar a Rio Branco na próxima segunda-feira, por avião (único meio de se atingir Cruzeiro do Sul, que está a 700 quilômetros da capital). Depois dessa ligação, a família e a Comissão Pró-Demarcção das Áreas indígenas constituíram um advogado para defendê-lo das acusações que vêm sendo feitas contra ele.

Hoje, a Comissão divulgará um relatório das atividades do

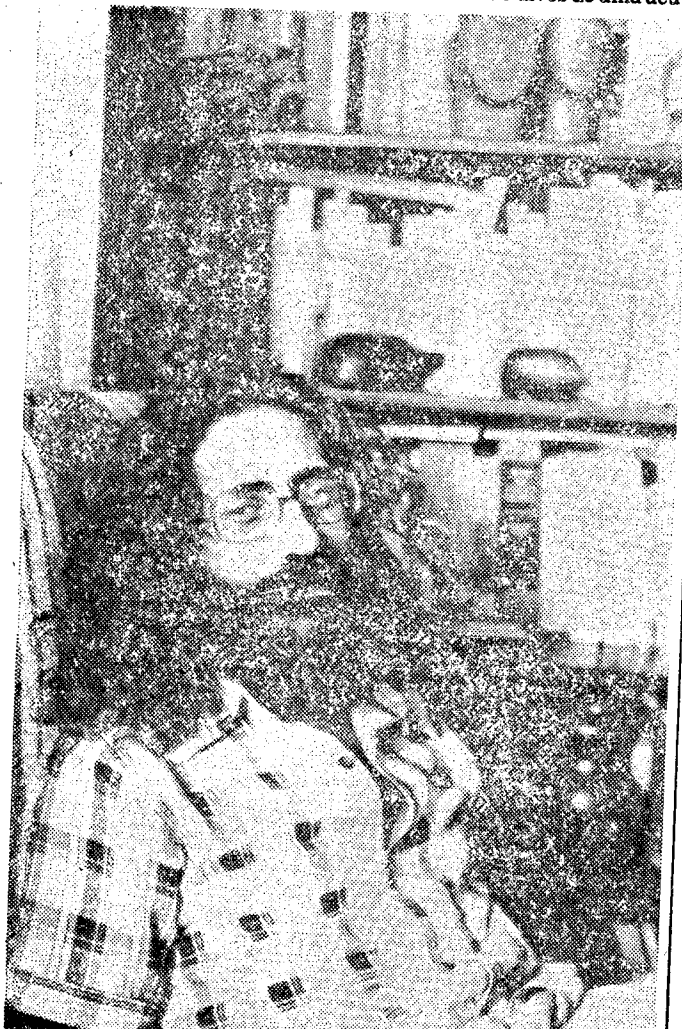


Foto Sérgio Borges - Telefoto Estado

Olímpio Serra rejeita acusação de personalismo

R. Costa  
UNAP

PT 10259 122

# ler o ex-diretor

## Muitas mudanças no Xingu

ELIANA LUCENA

A crise que envolveu esta semana o Parque Nacional do Xingu atingiu todo o meio indigenista num momento de esforço concentrado no sentido de manter unidos os antropólogos, índios, missionários e sertanistas para o combate ao projeto de emancipação, considerado por unanimidade nesse setores o caminho mais eficaz para o rápido desaparecimento das comunidades indígenas brasileiras.

Independente das posições divergentes defendidas pelos envolvidos na questão do Parque Nacional do Xingu, todas eles compartilham um clima de consternação geral e apreensão. Temem que esta cisão entre sertanistas e pesquisadores venha a favorecer, ainda mais, a posição dos que encaram o índio apenas como um entrave ao desenvolvimento dos projetos de expansão das fronteiras agrícolas do País.

Para os partidários dessa política, nada melhor do que a notícia da luta intestina envolvendo renomados indianistas que, há um mês, conseguiram, depois de semanas consecutivas de trabalho, levar o governo a arquivar, pelo menos por enquanto, o polêmico projeto de emancipação.

Por ironia, a crise atinge exatamente o Parque Nacional do Xingu, que sempre foi o alvo mais visado por todos os defensores da política favorável à rápida integração do índio na sociedade nacional, defendida por setores expressivos do governo, a partir de 1970. O parque, segundo seus críticos, é um imenso jardim zoológico, onde os

índios eram mantidos pintados "para o deleite de fotógrafos e antropólogos". Essas afirmações foram feitas sucessivamente pelo antigo ministro do Interior, Costa Cavalcanti, pelo ex-presidente da Funai, general Bandeira de Mello, e pelo atual ministro do Interior, Rangel Reis.

Foram esses índios que, esta semana, decidiram não aceitar o afastamento de seu diretor, Olímpio Serra, que há três anos foi introduzido no Xingu pelos próprios irmãos Villas Boas, apontado como o sucessor adequado para dar prosseguimento ao seu grande trabalho. A reação dos índios, até hoje lembrados por suas festas, sua integridade física e coesão tribal, chocou a todos.

Chocados ficaram os Villas Boas, os jornalistas que junto com eles percorreram o Xingu e o sertanista Apoena Meirelles, que talvez tenha enfrentado a mais espinhosa missão de sua carreira. O ambiente de constrangimento que reinou durante as 24 horas em que a comitiva esteve no parque foi ainda maior pelo confuso quadro psicológico apresentado pelos próprios índios. O grande amor pelos Villas Boas em momento algum deixou de aparecer nas diversas conversas com os índios.

Durante os diálogos mais duros, quando a situação parecia ter chegado a um impasse, pela intransigência dos índios em acei-

tar a imposição de um novo diretor, foi proposto, como alternativa, o retorno dos dois sertanistas ao Xingu. Foram momentos de muita emoção, em que os índios pareciam não querer magoar os seus "pais grandes", o que inevitavelmente aconteceu.

Os Villas-Boas disseram aos índios que não poderiam mais retornar ao parque, pois se sentiam velhos e cansados, enquanto os índios, por sua vez, afirmaram que não aceitariam Apoena por gostarem de Olímpio, embora muitos ainda estivesse indecisos.

Orlando e Cláudio acusam Olímpio Serra de ter transformado os índios xinguanos em pessoas revoltadas, já que eles haviam deixado como legado um grupo coeso e feliz. Já Olímpio afirma que não influenciou negativamente os índios; entende que o xinguano, assim como as outras nações indígenas brasileiras, estão sofrendo um processo normal de conscientização positivo para sua sobrevivência, já que nem ele nem os Villas-Boas serão eternos em defesa do índio. Os Villas-Boas dizem estar pagando um alto preço por terem escolhido Olímpio e este, por sua vez, garante que também pagou um alto tributo nesse processo de conscientização do índio.

De todo esse episódio, a única constatação clara que se pode fazer é de que realmente o índio do Xingu mudou muito.



Estado

NOM

FILIA

PRO

RESII

Kanato, cacique e pai de Aritana falou, na Casa do Ceará, que o hospeda

*Aruiavi do Ceará - 11/12/78*  
**Caciques do Xingu querem reunião com Gen. Ismarth para esclarecer demissão**

Brasília — O índio Kanato, cacique dos Wala-piti, pai do índio Aritana, pretende convidar hoje o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, para participar de uma reunião do conselho de caciques das 16 tribos do Parque Nacional do Xingu, a fim de explicar a demissão do antropólogo Olímpio Serra e a indicação de Apoena Meireles para a direção do parque.

Dizendo-se muito triste com a saída de Olímpio Serra, Kanato disse que os demais chefes indígenas acreditam que ele foi demitido porque "estava defendendo os índios". Acompanhado de outros dois índios xinguanos — Yanokulá, seu genro e Aruiavi — Kanato aguarda para hoje a chegada do filho Aritana, que se encontra em São Paulo, para participar da audiência com o presidente da Funai.

**IMPASSE**

O genro de Kanato explicou que não existe nada de pessoal contra Apoena Meireles, mas sim contra a forma pela qual as coisas foram colocadas. "Não houve apresentação antes de colocá-lo como diretor do parque, nem um aviso de que haveria a troca, e isso deixou todo mundo confuso, sem saber. Gostaríamos de trazer o restante dos chefes mas há a dificuldade de transporte. A solução será a ida do General ao Xingu".

Em sua opinião será difícil os demais chefes aceitarem a substituição imposta pela Funai, porque todos os caciques "ficaram muito tristes. Não sei qual o rumo que vai levar tudo isso. Alguém terá que ceder e acho que nesse caso terá que ser a Funai. Nós temos esperança em conseguir a volta do Olímpio, mas a de-

missão será tomada no Xingu, pelos chefes, na presença do General".

Os três xinguanos já estão em Brasília desde terça-feira mas não se encontraram nenhuma vez com Olímpio Serra, segundo eles, para não prejudicá-lo. "Se a gente lhe fizer uma visita vão dizer que ele está nos instruindo", disse Yanokulá. "Mas nós estamos fazendo isso com nossa própria cabeça".

Demonstrando muita mágoa do General Ismarth de Oliveira, "de quem eu gostava muito", o líder Kanato lembra quando foi apresentado a Olímpio Serra pelos irmãos Orlando e Cláudio Villas Boas. "Olímpio quando chegou com Orlando, Orlando disse: "esse é que vai cuidar de seus netos quando eu for embora". Orlando mostrou Olímpio para nós durante três anos, quando ele cuidava de nossos filhos".

*Posto FUNAI*



67

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

## Presidente da Funai vai se reunir com chefes indígenas

*Folha de Londrina  
12/11/88*

BRASÍLIA — O presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, manteve reunião ontem com os tres indios xinguanos que estão em Brasília, liderados pelo cacique Canato, da tribo do Iaualapiti, e prometeu visitar, ainda esta semana, o Parque Nacional do Xingu, onde se reunirá com todos os chefes indígenas da área. O general mostrou-se irreduzível quanto à possibilidade de uma revisão da punição imposta ao ex-diretor do Xingu, Olimpio Serra, que foi afastado do parque por discordar da filmagem da novela Aritana, no Xingu.

Ismarth garantiu aos indios que ele não compartilha da posição dos irmãos Claudio e Orlando Villas Boas, de que o ex-diretor Olimpio Serra teria insuflado os indios contra o novo diretor nomeado, Apoena Meirelles. O general disse que o etnólogo foi desligado do Xingu por ter lhe enviado um ra-

diograma desrespeitoso, fato que ele não poderia permitir "por ser o presidente da Funai".

Em seguida, Ismarth apontou as qualidades de Apoena Meirelles, garantindo aos indios que o sertanista na verdade "é mais índio do que civilizado", pelo fato de ter nascido numa aldeia Xavante e vivido, quase toda a sua vida, junto a estas comunidades acompanhando o seu pai, Francisco Meirelles".

Os indios saíram da reunião mais calmos, prometendo "pensar nas coisas ditas pelo general", atitude que também foi recomendada pelo filho de Canato, Aritana, que esteve com os Villas Boas em São Paulo. Em contato telefonico mantido com os indios xinguanos em Brasília, Aritana disse que assistiu à novela que tem o seu nome, constatando que a equipe que esteve filmando no Xingu

não focalizou as cenas da cerimonia do Jacui. Esta cerimonia não pode ser assistida por mulheres.

Os representantes xinguanos disseram ainda que os indios ficaram mais magoados com a saída de Olimpio Serra, porque não foram consultados sobre o assunto. Além do mais frisaram, que o etnólogo estava desenvolvendo um trabalho muito bom no parque iniciando, inclusive, a implantação de uma escola especial para os mais jovens. Esta escola, segundo explicaram os indios, teria o objetivo de ensinar aos indios hábitos e costumes do mundo civilizado, sem, no entanto abandonar o ensino da propria cultura indígena.

Quanto a este assunto, eles receberam a garantia de Ismarth de que o projeto da escola será desenvolvido normalmente, nos mesmo moldes pretendidos pelos indios.

*Roster FUNAI*

PT 1025A.122



# Ismarth mantém decisão e vai ao Xingu

## Rejeitada divisão da terra

Do correspondente em VITÓRIA

Ao abrir ontem em Vitória um seminário para a Emancipação do Índio, patrocinado pela Universidade Federal do Espírito Santo, o ex-secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário, padre Antonio Iasi Júnior, afirmou que o decreto governamental que pretende extinguir o regime de tutela em que vivem as comunidades indígenas do País prevê um sistema de distribuição de terras baseado em módulos familiares "totalmente contrário à cultura dos índios, porque a propriedade entre eles tem caráter coletivo inerente ao sistema tribal e o que o governo quer é instaurar a propriedade privada".

"Isto não quer dizer — ressaltou padre Iasi — que a Igreja seja contra a propriedade privada, mas que ela está atenta para outra violência que se planeja contra o índio, pois um contexto cultural diferente como o dele, em que o coletivismo é evidenciado pela propriedade comum da terra, tem de ser respeitado.

O decreto de emancipação do índio, para ele, parece não ter outro objetivo se não facilitar a posse de suas terras por grandes empresas interessadas em instalar-se na Amazônia. "Esta é a única explicação plausível — acrescentou — para a urgência com que o assunto foi tratado pelo ministro do Interior, Rangel Reis, embora o próprio presidente da Funai, em algumas ocasiões, tenha garantido não existir no País nenhum grupo indígena em condições de emancipar-se. Além disso, o decreto foi elaborado à revelia dos membros do Conselho Indigenista da Funai no qual existem pessoas conhecedoras da problemática do índio que poderiam dar sua contribuição.

"Pior do que isso: ele foi praticamente feito a portas fechadas, longe do febril campo do debate, por iniciativa exclusiva do Ministério do Interior, quando a questão competia à Funai, que é o órgão encarregado da execução da política indigenista do governo. Porém — observou — mais importante do que isso — é o aspecto político

### Da sucursal e dos correspondentes

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, assegurou ontem que não voltará atrás na punição imposta ao ex-diretor do Parque Nacional do Xingu, Olímpio Serra, afastado do cargo por ter-se rebelado contra a permissão dada à Funai para a filmagem de uma novela no parque. Depois de reunir-se com três índios xinguanos que estão em Brasília, onde foram defender o ex-diretor, Ismarth prometeu ir ao Xingu ainda esta semana, para avistar-se com todos os chefes indígenas da área.

Ismarth garantiu aos índios que não compartilha da opinião dos irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas, para os quais o ex-diretor Olímpio Serra teria insuflado os índios contra Apoena Meirelles. O general disse que o etnólogo foi desligado do Xingu por ter-lhe enviado um radiograma desrespeitoso, fato que ele não poderia permitir "por ser o presidente da Funai".

Em seguida, Ismarth apontou as qualidades de Apoena Meirelles, garantindo aos índios que o sertanista, na verdade, "é mais índio do que civilizado", pelo fato de ter nascido numa aldeia xavante e vivido quase toda a sua vida junto àquelas comunidades, acompanhando o seu pai, Francisco Meirelles".

Os índios saíram da reunião mais calmos, prometendo "pensar nas coisas ditas pelo general", atitude que também foi recomendada pelo filho de Canato, Aritana, que esteve junto com os Villas Boas em São Paulo. Em contato telefônico man-

tido com os índios xinguanos em Brasília, Aritana disse que assistiu à novela que tem o seu nome, constatando que a equipe que esteve filmando no Xingu, não focalizou cenas da cerimônia do Jacuí, proibida para mulheres.

Os representantes xinguanos disseram, ainda, que os índios ficaram mais magoados com a saída de Olímpio Serra, porque não foram consultados sobre o assunto. Além do mais, lembraram que o etnólogo estava desenvolvendo um trabalho muito bom no parque, iniciando a construção de uma escola especial para os mais jovens. Esta escola, segundo explicaram os índios, teria o objetivo de ensinar aos índios hábitos e costumes do mundo civilizado, sem, no entanto, abandonar o ensino da própria cultura indígena.

Quanto a este fato, eles receberam a garantia de Ismarth de que o projeto da escola será desenvolvido normalmente, nos mesmos moldes pretendidos pelos índios. Na Funai, acredita-se que a ida de Ismarth ao Xingu deverá resolver o impasse criado desde a semana passada, quando os índios decidiram não aceitar a imposição do novo diretor. Os próprios assessores do general concordam que a forma brusca como foi decidido o afastamento de Olímpio Serra, aliada à omissão do presidente da Funai, que não buscou qualquer contato direto com os índios para explicar os motivos que o levaram a adotar tal atitude, foram os fatores determinantes do movimento de resistência.

### D. Tomás apóia resistência

O presidente do Cimi — Conselho Indigenista Missionário —, dom Tomás Balduino, declarou ontem, em Goiânia, que considerou "altamente positiva" a atitude dos índios xinguanos que se insurgiram contra a substituição do diretor do parque. Embora ressaltando que considera Apoena "um grande batalhador da causa indígena", o bispo afirmou que "a atitude dos índios não significou, como alguns quiseram interpretar, um ato de subversão, mas simplesmente a exigência de respeito à sua cultura.

De acordo com dom Tomás, quem critica a auto-afirmação dos índios está agindo, por caminhos diferentes, como aque-

les que pretendem emancipá-lo à força: "Uns como os outros não acreditam nos índios; estes querem exterminá-los pela marginalização e abandono; os primeiros, embora pretendam estar lutando pela sobrevivência dos povos indígenas, negam-se a reconhecer-lhes o direito de definirem seus próprios caminhos."

Dom Tomás afirmou que "a resposta do índio, hoje, já não é mais o medo. O índio resiste. Basta lembrarmos Nonai ou ainda as lutas dos xavantes do Mato Grosso. Por isso, essa atitude de auto-afirmação dos índios xinguanos não é um fato isolado".

### Mais críticas aos Villas Boas

O padre José Vicente César,

quena gang, escrevem teses que ninguém lê".



Fotos Josenildo Tenório — Telefotos Estado

Os potiguaras estão resolvidos a acabar com as invasões de sua reserva

## Índios querem demarcar reserva por conta própria

RAIMUNDO NONATO  
Correspondente  
em João Pessoa

Cerca de 3 mil índios ameaçam demarcar, por conta própria, as terras da reserva Potiguará, caso a Funai não execute o trabalho até o próximo dia 19. Com isso, o clima de tensão já existente na área tende a se agravar ainda mais. A reserva está localizada no município de Baía da Traição, no litoral paraibano, a 80 quilômetros de João Pessoa. No século XVIII, o rei de Portugal doou as terras — como sesmaria — aos potiguaras, que ali se instalaram há várias gerações.

Os índios denunciam a invasão da área por grandes companhias, proprietários e até órgãos públicos, como o

mações das autoridades de Baía da Traição.

Uma comissão de representantes dos índios esteve na semana passada no I Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, para denunciar o clima de intranquilidade provocado pela invasão dos posseiros e pedir providências. Anteriormente, outro grupo foi a Brasília para exigir a demarcação diretamente à Funai.

O problema da ocupação ilegal de terras por posseiros e grandes companhias na reserva de Baía da Traição se arrasta há dezenas de anos. Em 1966 ocorreu um dos conflitos mais graves, envolvendo potiguaras e capangas armados de rifles, que estavam a serviço de um fazendeiro conhecido como major Faria. Este se apossou de uma

de Manoel Maximiano têm grande plantação de coqueiros frutíferos e nunca pagaram rendas das terras ocupadas pelo sítio. Grandes criadores e agricultores também se apossaram de áreas da reserva, pagando imposto territorial com declaração falsa de possuidores de terras. Algumas companhias que se instalaram na região passaram a fazer benfeitorias, iniciar extensas plantações de árvores frutíferas e engenhos de cana. A ameaça mais recente é de uma grande empresa que se fixou na área ilegalmente, montando uma destilaria de álcool perto do rio que atende as necessidades dos índios entre os municípios de Rio Tinto e Mataraca.

Os potiguaras vivem da terra, tendo como atividade principal a agricultura de

Funai, que é o órgão encarregado da execução da política indigenista do governo. Porém — observou — mais importante do que isso, é o aspecto político dessa iniciativa. Uma vez que atribui ao índio a plenitude dos direitos civis desfrutados pelo cidadão brasileiro, o decreto oferece ao governo a oportunidade de liquidar lideranças tribais — como a de Juruna (xavante), Daniel (pareci) e Xangré (Kaingang) — que eventualmente discordem da política indigenista oficial. Basta considerá-los subversivos e enquadrá-los na lei de segurança nacional". Ainda segundo o padre lasi, "a psicose desenvolvimentista que assolou o País na última década, atingiu os índios de uma maneira espantosa, principalmente na Amazônia".

PT 1025a-122

...a agindo, por caminhos diferentes, como aque-

### Mais críticas aos Villas Boas

O padre José Vicente César, ex-presidente do Cimi, criticou ontem, em Belo Horizonte, o sertanista Orlando Villas Boas, afirmando que ele conseguiu "uma boa aposentadoria e um cargo de assessor da Funai e passou a apoiar a política do órgão no sentido de apressar a integração do índio".

Como presidente do Instituto Antropos do Brasil, o padre José Vicente César disse apoiar integralmente a defesa dos antropólogos feita pela ABA — Associação Brasileiro de Antropologia e acrescentou ser "inaceitável" a afirmação de Orlando Villas Boas de que os antropólogos "formam uma pe-

quena gang, escrevem teses que ninguém lê".

"Talvez ele não leia o que escrevemos — disse o padre —, mas nossas teses estão nas bibliotecas, nas universidades, são lidas, estudadas, traduzidas e se hoje há no Brasil, um movimento em favor da população indígena, tudo se deve ao trabalho dos antropólogos."

Sobre o projeto de emancipação dos índios, o padre José Vicente César disse que só se pode fazer com ele uma coisa: seguir a sugestão do cacique Aniceto, que pediu simplesmente que o projeto fosse rasgado.

...tiguaras, que ali se instalaram há várias gerações.

Os índios denunciam a invasão da área por grandes companhias, proprietários e até órgãos públicos, como o Incra, e acusam a Funai de se omitir quanto a uma solução definitiva para o problema. A demarcação está prevista pela Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, fixando o prazo de cinco anos para a delimitação. E abril de 1976, o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, baixou edital anunciando a demarcação, mas esta vem sendo adiada sob a alegação de falta de recursos. Existem 29 aldeias na reserva, sendo a São Francisco a mais populosa, com cerca de 800 índios.

O próprio chefe do posto indígena potiguara, Hamilton Lima Soares, reconhece que a situação é insustentável e teme, inclusive, a ocorrência de sérios conflitos se não for providenciada a demarcação. No mês passado chegaram a ocorrer alguns incidentes, quando os índios reagiram à presença de topógrafos contratados por posseiros instalados na área, tendo tomado os equipamentos de trabalho dos técnicos, um dos quais ficou com os braços feridos — segundo infor-

...ria de álcool perto do rio que atende as necessidades dos índios entre os municípios de Rio Tinto e Mataraca.

Os potiguaras vivem da terra, tendo como atividade principal a agricultura de subsistência. Entretanto, com a crescente invasão da área, temem perder o direito de posse das terras e tornar-se assalariados dos proprietários que lá se instalam. Muitos dos invasores fixaram-se na região como arrendatários e com o tempo passaram a ameaçar os índios de despejo e expulsão.

A extensão das terras sob jurisdição do posto é muito ampla, mas os índios e funcionário não têm documentos a respeito dos limites, o que impede proteção mais rigorosa da área, cujas riquezas poderão permitir futuramente a independência econômica das famílias. Cerca de 20 proprietários estão instalados em Baía da Traição, exibindo escrituras falsas e títulos de posse forjados em cartórios ou outros órgãos públicos. Um relatório enviado pelo posto indígena à administração central da Funai revela que os índios não têm direito a cultivar nem dois terços das terras, embora sejam os legítimos herdeiros.

As maiores queixas são contra a Companhia de Tecidos Paulista — Fábrica Rio Tinto, que se diz possuidora do Engenho Camará, localizado na área indígena. Na propriedade Barra de Camaratuba, os herdeiros





Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Para antropóloga,  
 crise no Xingu  
 esconde omissão**

*O Estado de São Paulo  
 14/11/78*

**Da sucursal de  
 BRASÍLIA**

A antropóloga Denise Meirelles, mulher do novo diretor do Parque Nacional do Xingu, Apoena Meirelles, criticou ontem a forma como o problema do índio vem sendo discutido pelos estudiosos das questões indígenas. Ela afirmou que o índio "que nada mais é do que um dos temas da antropologia, dentro de um outro ainda maior que é o das minorias étnicas, tem sido objeto de análise em face da política oficial do governo".

"Cabe perguntar — acentuou a antropóloga — por que esses estudiosos se omitem ante problemas tão graves quanto o do índio, considerando-se que, a partir do momento em que o índio entra no processo de aculturação, a sua posição não pode ser vista divorciada de uma realidade macro-social, na qual ele virá se inserir".

Denise Meirelles não considera profissionalmente sério o movimento dos antropólogos em torno da novela gravada no Parque do Xingu, que motivou o afastamento do antigo diretor Olímpio Serra.

"A história e a nossa consciência registram fatos verda-

deiramente trágicos para o índio brasileiro — disse — perante os quais não houve movimentos de contestação de igual quilate ao que está ocorrendo por causa da novela, que culminou com a crise no Xingu. A intensidade dos protestos e a mobilização da opinião pública teriam sido menos desgastantes se dirigidos a favor de denúncias contra fatos que verdadeiramente afetaram a sobrevivência física dos índios, como o massacre dos cinta-larga e a transferência dos índios Nhambikwara, num ato de verdadeiro genocídio".

Todas estas denúncias redundaram em demissões ou punições de seus denunciadores, sem que entretanto a opinião pública fosse mobilizada com a veemência que a gravidade dos problemas pediam, e sem que houvesse tomada de posição por parte de antropólogos e interessados na causa indígena".

Para antropóloga, o próprio índio foi o mais prejudicado nesses últimos episódios: "Os problemas mais sérios dessas comunidades ficaram esquecidos para dar lugar a divergência pessoais de indivíduos em cujas folhas de serviços pela causa indígena não consta nem mesmo a criação de uma reserva".

**Denunciado extermínio de índios**

**Do correspondente em  
 VITÓRIA**

O ex-secretário executivo do Cimi, padre Antônio Iasi Júnior, denunciou ontem, em Vitória, durante o seminário sobre a emancipação do índio, a conivência da Funai com o extermínio dos nanbikwaras do vale do Guaporé, Mato Grosso, mediante o fornecimento de certidões negativas autorizando a implantação, em território indígena, de projetos agropecuários com incentivos fiscais.

"O caso mais doloroso — disse o padre Iasi — é o de uma aldeia que vive ou vegeta na total dependência da fazenda

Agropecuária Vale do Guaporé S/A., que, na impossibilidade de se livrar dos índios por meios diretos, optou pelo que se pode considerar um plano de genocídio. Desde 1975, seu administrador, Max Mosman, proibiu que uma bem equipada enfermaria da fazenda atenda aos índios. No começo de 76, duas índias — uma delas mãe de três crianças — morreram de gripe, por incrível que pareça, e quando denunciarmos o fato à opinião pública, para ver se a Funai tomava alguma providência, isso nos custou ameaça de morte e espancamento por parte de Max Mosman."

*Rodolfo F. J. V. R. S.*



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Índios goianos fazem crítica contra a Funai**

*gazeta do povo - 17/12/88*

*Posto FUNAI*

GOIANIA (AG/GP) - Uarodi, filho mais velho do falecido Cacique Apoena e seu irmão Xibupa, respectivamente capitão e capitão substituto dos Xavantes, uma das maiores tribos brasileiras, são contrários à emancipação dos índios e criticam a FUNAI por não haver demarcado ainda sua reserva em Mato Grosso do Norte.

Contam que a reserva está completamente invadida por posseiros e fazendeiros. Uarodi vê os campos de caça do seu povo tomados pelas enxadas e tratores dos brancos e recorda as recomendações deixadas pelo legendário Apoena pouco antes de morrer, no início deste ano: lutar contra a emancipação dos índios, não permitir casamentos com outras raças e conservar a terra que lhes pertence.

Na condição de primogênito do velho Cacique, Uarodi, com 50 anos aproximadamente, sucede-o no poder e hoje é o capitão do Posto Indígena Pimentel Barbosa, em Mato Grosso do Norte, de onde veio a Goiânia na semana passada e procurou a imprensa para dar sua opinião acerca de problemas como a questão das terras e a emancipação dos índios.

Uarodi fala muito mal o português, é calvo, gesticula muito e se vale do intérprete, o Xavante Anselmo, para expor suas idéias, as determinações do seu pai e os desejos do seu povo:

— Não estou gostando da emancipação, todos os

velhos da tribo não estão gostando. A tribo inteira é contra se vier a emancipação, pois qualquer coisa que índio fizer acabará preso. Os brancos pensam que índio é bobo, que não tem índio inteligente para ver que essa emancipação não é boa.

Ele reclama da aproximação índios e brancos:

— Os brancos casam-se com nossas índias e esses casamentos não são bons. Onde é que estão nossas avós que se casaram com brancos? Todas já desapareceram. Meu pai Apoena antes de morrer, chamou todos os filhos e disse que não era para deixar misturar sangue do índio com o do branco, nem deixar os brancos tomarem nossas terras, que era para o índio lutar contra isso tudo.

Sobre suas terras, ele falou:

— Está tudo invadido pelos posseiros. Tem tantos que eu nem sei contar quantos. Eles são muitos e estão derrubando as matas de Pimentel Barbosa, fazendo roças e acabando com as caças dos Xavantes. Índio tem que plantar com a mão, porque tem poucas máquinas e índio não sabe mexer com elas.

Finalmente, Uarodi afirmou sobre a demarcação de suas reservas:

— A FUNAI prometeu demarcar nossas terras, era pra eles terem ido lá no dia 15 de julho mas não foram. Estamos esperando até agora. A única coisa que FUNAI fez foi mandar uns homens ver a nossa terra.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

BITIBA, DOMINGO, 17 DE DEZEMBRO DE 1978

*9 Estado do Paraná*



**Estenda  
sua mão  
ao índio**

Ao comprar cartões de Natal, participe de uma luta muito nobre: ajude a Anai - Associação Nacional de Apoio ao Índio -, que está vendendo cartões para arrecadar fundos. O cartão não é luxuoso: é simples, mas belo e cheio de amor aos nossos "irmãos primeiros", os índios. Você pode ligar para o telefone: 24-1699.

*Pasta  
FUNAS*

## A DISPUTA SILENCIOSA PELA TERRA DO ÍNDIO...

**SÃO JERONIMO DA SERRA (FL)** — Afora a pressão dos jagunços sobre os posseiros na Fazenda São Jorge (ou Tibagi), encravada na reserva dos índios caingangues, ocorre uma disputa silenciosa entre o ex-detentor dos aproximadamente 300 alqueires, Jorge Salles Batarse, e o atual, Salvador Santaella Rezina.

Julgando-se com direitos de posse e baseando-se numa ação de usucapião impetrada na Justiça Federal, Batarse vendeu o imóvel a Santaella, porém deseja reavê-lo, sob o pretexto de não ter conseguido ocupar outro — também condicionado a solução judicial — recebido como parte do pagamento. Por sua vez, a Funai anunciou, em julho, a disposição de limpar a área vendida por Batarse, a fim de a reintegrar à reserva indígena. Segundo uma fonte da Funai, a ação de usucapião foi julgada improcedente; as terras pertencem aos índios e quem está nelas "não é posseiro e sim intruso".

### TRANSAÇÃO DE "DIREITOS" SEM TITULOS

A ação dos jagunços, sucessores de "Zezão" na Fazenda São Jorge (ou Tibagi) — conforme reportagem anterior da FOLHA —, é encarada por Batarse como um meio de impedi-lo de retomar a área (além de forçar os posseiros a pagar regularmente a porcentagem), segundo ele próprio declara.

O atual administrador da fazenda, Bráulio Costa, apontado como chefe dos jagunços, teria sido contratado, por Santaella, ao preço de 8 mil cruzeiros mensais e mais participação na porcentagem cobrada aos posseiros, é o que Batarse afirma ter ouvido em comentários.

Achando-se com direito sobre a área, afirma que não a não voltou a ocupá-la por causa dos jagunços.

Em outubro de 1975, mediante "escritura pública de cessão e transferência de direitos" lavrada no Cartório do 1º Ofício de Londrina (Livro 339, Fls. 94), Batarse vendeu a Santaella 270 alqueires paulistas — destacados de uma área de aproximadamente 300 — no município de São Jerônimo da Serra, que anteriormente pertenciam a Felisbino Borges Sampaio. Albino Casas de Oliveira e Paulino Borges Sampaio, "tudo conforme título definitivo expedido pelo então presidente da Província do Paraná, no ano de 1870, cuja posse, jamais contestada, mantiveram ininterruptamente".

No entanto, Santaella era cientificado — no documento — sobre a ação de usucapião impetrada na Justiça Federal (1ª Vara em Curitiba) contra a Fundação Nacional do Índio e União Federal, objetivando a regularização documental definitiva do imóvel.

○ "preço certo e previamente ajustado" foi de 650 mil cruzeiros, incluindo o pagamento de 25 por cento sobre a produção.



O algodão viceja nas terras de boa qualidade no vale do Rio Tibagi



A presença da polícia, para acabar com a tensão gerada pelos jagunços

Nota de Pesagem N.º 048

Data: 10 de 7 de 1978

Fazenda São Jorge da Serra

Qtd	Med	Med	Med	Med	Med
2	118			1327	Val
2	134	2	125	1251	462
2	130	2	136	2578	Cont.
2	128	2	127	41	2000,00
2	128	2	130	2537	
				25	
2	122	2	127	1267	
2	124	2	126	5044	
2	122	2	114	63425	
2	114	2	113	2534	
1	61	1	1251	634	Porcentagem
				4903	
				1327	

Bruto: 1903K

Neto: 1903K

Recebedor: \_\_\_\_\_

Os posseiros são forçados a pagar porcentagem sobre a produção



Batarse entregou a terra em São Jerônimo e não conseguiu entrar na

Em sentença exarada em 12 de novembro de 1975, o Juiz da Comarca de Guaraniáçu julgou improcedente a ação, por uma série de razões, incluindo a nulidade de um título oferecido pela parte que vendera as terras a Milton Schindzilors. Julgou "extinto o processo" com fundamento no disposto no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, condenando os autores ao pagamento das custas, despesas judiciais e honorários advocatícios.

Numa das cláusulas do instrumento particular firmado por Batarse e Santaella, consta que ambos só fariam a imissão de posse nos respectivos imóveis mediante o pagamento a Batarse, previsto para o dia 10 de outubro de 1975.

Apenas esse primeiro pagamento foi concretizado, afirma Batarse, argumentando com esse fato a seu favor, além da impossibilidade de ocupar as terras prometidas na Colônia Adelaide. Apenas Santaella beneficiou-se, segundo Batarse, por ter assumido uma área praticamente livre, onde os posseiros já pagavam porcentagem de 25 por cento, conforme o constante na cláusula quinta da "promessa de cessão de direitos". E essa porcentagem Santaella passou a receber dos "empregados, parceiros ou rendeiros" que recebeu junto com a Fazenda São Jorge (ou Tibagi), segundo afirma Batarse. Alegando ter recebido apenas uma parte do pagamento prometido em dinheiro e a impossibilidade de assumir o imóvel ofertado na transação, Batarse pretende reaver a fazenda, argumentando, ainda, que os 250 mil cruzeiros relativos à primeira parcela, por ele recebidos,

Roda Funai

PT 10259. 122

100 mil representados pela "cessão de direitos referentes à aquisição da metade — 250 hectares — de um imóvel rural medindo 500 hectares, aproximadamente, constituído pelo lote número 1, gleba 8, da colônia Adelaide, 2ª Parte", situado no município e comarca de Guaraniçu e 250 mil cruzeiros em dinheiro.

Entretanto, num outro documento firmado pelas partes, datado de 26 de setembro de 1975, em papel com o timbre de um advogado, consta o preço de 1 milhão e 100 mil cruzeiros para o imóvel de Batarse, que se compromete a transferi-lo a Santaella mediante o recebimento de 600 mil cruzeiros representados por 500 hectares na Colônia Adelaide e mais 500 mil cruzeiros em dinheiro: 6 mil no ato, 244 mil até o dia 10 de outubro de 1975 e 250 mil no dia 10 de outubro de 1976.

Efetivamente, foram observadas as condições do instrumento particular ("promessa de cessão de direitos"), segundo afirma Batarse. Tanto na escritura como na "promessa de cessão de direitos", as partes tomam conhecimento das ações impetradas na Justiça referentes aos imóveis propostos, ficando isentas de qualquer



A cruz assinala o lugar onde o índio Eurides Vieira perdeu a terra e a vida

responsabilidade quanto ao "desfecho ou julgamento". É mencionado que o imóvel na Colônia Adelaide está ocupado por posseiros, visados pelas medidas judiciais requeridas. Os termos deixam transparecer que Batarse e Santaella negociaram "direitos" que julgavam possuir sobre terras litigiosas, das quais não possuem títulos legítimos, segundo as contestações.

#### SÓ COM A METADE DO DINHEIRO E SEM TERRA

O direito que reclama sobre a Fazenda São Jorge (ou Tibagi), Batarse atribui ao fato de nunca ter conseguido entrar na posse dos 500 ou 250 hectares na Colônia Adelaide, "infestados de jagunços", e também por causa de decisão judicial desfavorável a si.

A ação visando o despejo de posseiros era movida por Milton Schindzilors e esposa, titulares do domínio sobre o imóvel em Colônia Adelaide, que negociara com Santaella mediante "cessão de direitos".

Santaella já recuperou com sobras, através da porcentagem cobrada dos posseiros, inclusive empregando jagunços.

Fato curioso, que dá margem à interpretação de que os ocupantes da Fazenda São Jorge (ou Tibagi) tinham em mente a possibilidade de a área vir a ser reivindicada pela Funai, representa uma certidão apresentada por Batarse, expedida pelo Registro de Imóveis de São Jerônimo da Serra, sobre a compra de 200 alqueires — que seriam parte dos 300 — adquiridos de Amazino Garber, em 7 de fevereiro de 1961.

Segundo esse documento, Batarse pagou a Garber 1 milhão e 800 mil cruzeiros pelos 200 alqueires. Como se justifica que, mais tarde Batarse viesse a vender 270 alqueires a Santaella por apenas 1 milhão e 100 mil cruzeiros — segundo o instrumento particular — ou por 650 mil cruzeiros (segundo a escritura)?

As terras em São Jerônimo da Serra não têm sido depreciadas. Muito pelo contrário, têm sido valorizadas constantemente, graças às suas qualidades para a agricultura. Seria a possibilidade de reintegração à reserva caingangue o motivo da aparente desvalorização, no negócio entre Batarse e Santaella, é o que transparece.

## ...que cedeu lugar à cidade e sofreu mais violências

A disputa de Batarse e Santaella parece estar limitada à decisão da Funai — Fundação Nacional do Índio — de reintegrar a área da Fazenda São Jorge (ou Tibagi) à reserva indígena Barão de Antonina, dos caingangues (a FOLHA publicou reportagem a respeito, na edição de 18/7/78).

Segundo Batarse, a ação de usucapião continua correndo na Justiça, preocupando Santaella, porque pode ser julgada procedente e ele está sujeito à devolução do imóvel, por não ter integralizado o pagamento. No entanto, uma fonte da Funai afirma que o recurso já foi julgado improcedente e o órgão deve limpar a área, no próximo ano, figurando entre seus objetivos o reassentamento dos pequenos posseiros — atualmente explorados por Santaella — em outro lugar, provavelmente em Mato Grosso.

#### DISTANTE 10 KM DA RESERVA

Em se tratando de reserva indígena "não existem posseiros e intrusos", afirma um funcionário da Funai, concluindo sobre improcedência da ação de usucapião.

Partindo da mesma premissa, provavelmente, Batarse quer provar à Justiça que a Fazenda São Jorge (ou Tibagi) não é abrangida pela reserva indígena, alegando conflito de divisas contestado, porém, pela peritagem mandada efetuar pela Funai.

A pedido de Batarse, o perito José Malheiros Pinto fez levantamento, entregue a 24 de outubro de 1969 ao Juiz da 1ª. Vara da Justiça Federal, em Curitiba. "Essa gleba pertenceu originariamente aos ex-colonos militares Felisbino Borges Sampaio, Paulino Borges Sampaio e Albino Casas de Oliveira, que ali foram estabelecidos pelos meados do ano de 1870, como portadores de títulos expedidos pelo presidente da Província do Paraná" — responde o perito a um dos quesitos, baseando-se em documentos "que instruem a inicial e con. a verificação in loco dos limites dos títulos, sendo que todos fazem divisas com o Rio Tibagi".

O quinto quesito (final) formulado pela Justiça indaga se pode "haver possibilidade de qualquer confusão desse imóvel, descrito na inicial, com outro maior ou menor, de propriedade de qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive do Serviço de Proteção aos Índios ou Fundação Nacional do Índio".

O perito responde que não existe possibilidade de qualquer confusão com outro imóvel, seja de quem for. "Quando é certo e muito claro — conclui —, que o imóvel doado ao Governo Imperial e hoje pertencente à Fundação Nacional do Índio, constante do documento número um, dista da gleba posseada pelo autor (Batarse) cerca de dez quilômetros".

#### TITULADAS PELO ESTADO AO SPI

Por outro lado, o engenheiro Ruy Altamir Cruz, indicado

pela Funai, requerida juntamente com a União Federal na ação de usucapião de autos sob n. 180 (1968), concluiu peritagem a 16 de novembro de 1971.

Alegam a Funai e a União Federal que as terras pretendidas por Batarse acham-se "encravadas na 2a. Gleba do Núcleo São Jerônimo da Serra, com área de 3.571.548,327 hectares, titulada pelo Estado do Paraná, juntamente com a 1a. Gleba, ao extinto Serviço de Proteção aos Índios" (cita documentos). Ambas as glebas são "remanescentes da primitiva fazenda São Jerônimo, com área aproximada de 14 mil alqueires, doada, em 21 de junho de 1859, ao Governo Imperial, para nelas serem aldeados os índios caingangues ou coroados".

Após minuciosa explanação sobre a conferência de limites representados por rios, riachos, linhas secas e acidentes geográficos, o perito observa ter encontrado índios no interior da gleba, "em terras disponíveis entre as ocupadas por civilizados, dedicando-se uns às próprias lavouras de subsistência e outros à prestação de serviços braçais àqueles civilizados".

Depoimentos de Batarse e das testemunhas Pedro Ferreira da Costa e Norberto Alves de Oliveira coincidem. A posse de Batarse "dataria de 1960, data em que, através de recibo registrado em Cartório em 1962, a teria adquirido de Amazino Garber, filho de Carlos Garber, mas, apesar de existirem benfeitorias cuja realização possa datar de 10 anos, não há elementos incontroversos que autorizem conclusão nesse sentido".

#### VIOLÊNCIA CONTRA O ÍNDIO

A posse de Amazino Garber "teria resultado da compra, a um índio, de roça de um alqueire", após o que alastrou "gradativamente a área". O índio não fora assistido pelo chefe do Posto Indígena, daí ser "subreptícia" a ampliação posterior da posse "adquirida de forma clandestina, à revelia" do extinto Serviço de proteção ao Índio.

A posse "não foi pacífica", mesmo sob domínio de Batarse, sofrendo "oposição dos índios e de sucessivos chefes do Posto Indígena, conforme relatórios arquivados na 4a. Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio, e de terceiros", como comprovam processos apensos em que Batarse questiona com Manoel Rocha Rodrigues. Segundo ainda o relatório do perito, chegou a seu conhecimento "que, em virtude das disputas sobre essa posse e as madeiras nela existentes", Waldemar e José Alvaro, filhos de Batarse, "assassinaram o índio Eurides Vieira e feriram gravemente Nelson Matias, em fins do ano passado, estando foragidos e respondendo a processo em São Jerônimo da Serra".

E conclui: "Aliás, os índios com quem o perito conversou na

2a. Gleba se mostram revoltados contra o requerente — Batarse — e numerosos outros intrusos, que lhes tomaram as terras e os exploram".

O perito menciona a regularização da cidade de São Jerônimo da Serra, que se desenvolveu dentro da área doada pelo Barão de Antonina — terras dos índios, portanto. A sede do município foi regularizada graças ao Decreto-Lei número 7.692, de 30 de junho de 1945 (D.O. União 3/7/45), autorizando "a cessão gratuita das terras ao Estado do Paraná, reservada área de cerca de 4.840 hectares, em uma ou mais glebas, para a subsistência do Posto Indígena Barão de Antonina, anteriormente Posto Indígena de São Jerônimo da Serra".

#### PERTENCE À RESERVA

Em troca da área para a sede de São Jerônimo da Serra, o Estado do Paraná tituló ao extinto Serviço de Proteção aos Índios, repartição do Ministério da Agricultura, as Glebas 1a. e 2a. do Núcleo São Jerônimo da Serra (cita transcrições).

A peritagem conclui que o imóvel pretendido por Batarse — 300 alqueires — "se confunde" com a 2a. Gleba ou Gleba das Pe Pedrinhas (1.476 alqueires), "na qual está encravado".

"Portanto, as terras pretendidas pelo requerente — Batarse — fazem parte da reserva indígena, isto é, da área do Posto Indígena Barão de Antonina, como aliás é notório na região, o que é confirmado pela informação do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná (fls. 50 e 51 dos autos) e pelo constante da inclusa certidão (documento n. 9)" — é o que conclui a peritagem.

#### O MUNICÍPIO QUE NÃO TINHA TERRAS

Na realidade, a invasão da reserva caingangue, em São Jerôni-

**CONHEÇA O MAIOR ESTOQUE DE PEÇAS  
PARA TRATORES, COLHEITADEIRAS  
E MÁQUINAS AGRÍCOLAS,  
COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CAMPO**



Londrina: Rua Guaporé, 1496 - Fone 23-0540  
Assaí: Av. Rio de Janeiro, 1550 - Fone 62-1291  
Astorga: Rua Souza Naves, 183 - Fone 34-1318  
Apucarana: Saida p/Maringá - Fone 22-2625  
Ivaiporã: Av. Brasil, 990 - Fone 72-2144



23

# Funai admite: demarcação falhou

19/12/78

Est  
NO  
FII  
PR  
RI

Das sucursais e do correspondente

Ao falar a respeito do prazo fixado pelo Estatuto do Índio para a regularização das terras indígenas, que termina hoje, o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, revelou ontem, em Brasília, que nem os recursos adicionais de 100 milhões de cruzeiros previstos para a demarcação das áreas no próximo ano serão suficientes para garantir a delimitação de todas as reservas, parques e postos indígenas existentes no País.

O general Ismarth disse ignorar qual o critério adotado pela comissão que elaborou o Estatuto do Índio ao estabelecer o período de cinco anos para a conclusão dos trabalhos. "Para fixar um prazo assim tão curto — concluiu — em primeiro lugar seria

importante que o governo tivesse destinado recursos que permitissem a realização de um trabalho dispendioso como a demarcação de todas as áreas indígenas. Exatamente por não termos contado com recursos suficientes é que traçamos um esquema de prioridades, demarcando primeiro aquelas áreas mais ameaçadas por invasores".

Hoje, 23 líderes indígenas irão ao meio-dia ao Palácio do Planalto para tentar entregar ao presidente Ernesto Geisel um documento em que exigem a demarcação de suas terras e criticam o projeto de emancipação dos índios. Em Belo Horizonte e Curitiba, o Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena e a Associação Nacional de Apoio ao Índio, respectivamente, divulgaram ontem notas de protesto contra a política indigenista do governo.

## Índios recorrem a Geisel

Os 23 líderes indígenas que irão hoje, ao Palácio do Planalto, representam 13 tribos de sete Estados e tomaram essa decisão após se reunir durante os dois últimos dias em assembléia na cidade de Goiás Velho, a 140 quilômetros de Goiânia. Na sede do Centro de Treinamento da Diocese, cedida pelo bispo d. Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), participaram dos debates, chefes das aldeias xavante de São Marcos e pareci de Rio Verde, em Mato Grosso; das tribos tapirapé, rikbaktsa e kalowá, também matogrossenses; dos grupos jama-madi, apurinã e dessana, do Amazonas; galibi, palikur e karibuna, do Amapá; guarani, do Espírito Santo; kaingang, do Rio Grande do Sul; e da tribo xanxerê, de Santa Catarina.

A imprensa não teve acesso ao salão da assembléia que, segundo d. Tomás, foi exclusivamente de índios: "Apenas dois não-índios assistiram às sessões para gravar e fazer anotações sobre os pronunciamentos indígenas". Segundo o bispo, o Cimi decidiu "estender a mão ao índio para que ele fizesse essa reunião, se quisesse e como quisesse", por três motivos básicos.

"Em primeiro lugar — explicou — porque nesse quinto aniversário do Estatuto do Índio, quando se constata que nem a terça parte da área dos índios foi demarcada, a presença desses caciques é importante para despertar a consciência

nacional dos governantes e legisladores.

O segundo motivo apontado pelo presidente do Cimi diz respeito à questão da emancipação: "A opinião pública se mobilizou contra esse decreto e houve mesmo a presença de índios em atos públicos, como o de São Paulo. Mas era necessário que houvesse essa reunião específica deles para que todos pudessem ouvir o seu ponto de vista sobre o projeto". Para justificar a assembléia, o bispo de Goiânia citou "o Ano dos Mártires Indígenas, que os missionários celebraram nas ruínas de São Miguel, no final de novembro".

"Quando o Cimi tomou a decisão de apoiar a realização dessa reunião — prosseguiu d. Tomás —, estávamos absolutamente tranquilos quanto a qualquer insinuação de manipulação porque a tradição do órgão está aí para tirar qualquer dúvida quando a uma possível atitude de tomar a dianteira do índio, fazer por ele ou fazer sem ele".

Por fim, o bispo assinalou ter percebido nesses dias "que o índio agradece esta colaboração para que ele se possa encontrar, índio com índio, sem a presença de branco, eles mesmos coordenando e decidindo sobre seus passos, elaborando sua mensagem absolutamente sozinhos".

### EMANCIPAÇÃO

Em Belo Horizonte, ao lem-

brar o final do prazo para a demarcação das áreas dos índios, o Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena criticou severamente em sua nota o projeto de emancipação que continua em estudos pelo governo federal. O documento também destaca que, "em vez da demarcação preconizada pelo Estatuto do Índio, o que se viu nesse período foi a constante espoliação das terras indígenas com invasões, perante as quais se omitia o órgão de proteção ao índio ou autorizava essas invasões, através de certidões negativas de arrendamento".

"Além disso — ressalta a nota — o lucro desses arrendamentos raramente reverte em benefício das comunidades indígenas". Após mencionar que "em toda a história da política indigenista oficial os índios sempre foram os menos favorecidos", o documento resume a situação de dez grupos indígenas que têm enfrentado problemas por não terem ainda garantida a propriedade de suas terras, referindo-se aos kaingangs, xoko-kariris, parakanãs, araras, xacriabras, tupiniquins, kadiweus, tapirapés, ava-canoeiros e os waimiri-atroaris. A nota termina com essas indagações: "Até quando não se vai respeitar a diversidade cultural em nosso território?" e "Até quando os órgãos encarregados da política indigenista brasileira vão continuar infringindo leis impunemente?"

Protesto FUNAI

## No Sul, área fica reduzida

Os 125.691 hectares das terras de cerca de 9 mil índios do Sul do País estão demarcadas, porém com um terço a menos da área original, segundo informou ontem, em Curitiba, a Delegacia Regional da Funai, responsável pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, até 1982 duas importantes áreas indígenas serão parcialmente inundadas, como a reserva de Mangueirinha, no

PT 10250

# Índios recorrem a Geisel

Posto FUNAI

Os 23 líderes indígenas que irão hoje, ao Palácio do Planalto, representam 13 tribos de sete Estados e tomaram essa decisão após se reunir durante os dois últimos dias em assembléia na cidade de Goiás Velho, a 140 quilômetros de Goiânia. Na sede do Centro de Treinamento da Diocese, cedida pelo bispo d. Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), participaram dos debates, chefes das aldeias xavante de São Marcos e pareci de Rio Verde, em Mato Grosso; das tribos tapirapé, rikbaktá e kalowá, também mato-grossenses; dos grupos jama-madi, apuriná e dessana, do Amazonas; galibi, pallkur e karibuna, do Amapá; guarani, do Espírito Santo; kaigang, do Rio Grande do Sul; e da tribo xanxerê, de Santa Catarina.

A imprensa não teve acesso ao salão da assembléia que, segundo d. Tomás, foi exclusivamente de índios: "Apenas dois não-índios assistiram às sessões para gravar e fazer anotações sobre os pronunciamentos indígenas". Segundo o bispo, o Cimi decidiu "estender a mão ao índio para que ele fizesse essa reunião, se quisesse e como quisesse", por três motivos básicos.

"Em primeiro lugar — explicou — porque nesse quinto aniversário do Estatuto do Índio, quando se constata que nem a terça parte da área dos índios foi demarcada, a presença desses caciques é importante para despertar a consciência

nacional dos governantes e legisladores.

O segundo motivo apontado pelo presidente do Cimi diz respeito à questão da emancipação: "A opinião pública se mobilizou contra esse decreto e houve mesmo a presença de índios em atos públicos, como o de São Paulo. Mas era necessário que houvesse essa reunião específica deles para que todos pudessem ouvir o seu ponto de vista sobre o projeto". Para justificar a assembléia, o bispo de Goiânia citou "o Ano dos Mártires Indígenas, que os missionários celebraram nas ruínas de São Miguel, no final de novembro".

"Quando o Cimi tomou a decisão de apoiar a realização dessa reunião — prosseguiu d. Tomás —, estávamos absolutamente tranquilos quanto a qualquer insinuação de manipulação porque a tradição do órgão está aí para tirar qualquer dúvida quando a uma possível atitude de tomar a dianteira do índio, fazer por ele ou fazer sem ele".

Por fim, o bispo assinalou ter percebido nesses dias "que o índio agradece esta colaboração para que ele se possa encontrar, índio com índio, sem a presença de branco, eles mesmos coordenando e decidindo sobre seus passos, elaborando sua mensagem absolutamente sozinhos".

## EMANCIPAÇÃO

Em Belo Horizonte, ao lem-

brar o final do prazo para a demarcação das áreas dos índios, o Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena criticou severamente em sua nota o projeto de emancipação que continua em estudos pelo governo federal. O documento também destaca que, "em vez da demarcação preconizada pelo Estatuto do Índio, o que se viu nesse período foi a constante espoliação das terras indígenas com invasões, perante as quais se omitia o órgão de proteção ao índio ou autorizava essas invasões, através de certidões negativas de arrendamento".

"Além disso — ressalta a nota — o lucro desses arrendamentos raramente reverte em benefício das comunidades indígenas". Após mencionar que "em toda a história da política indigenista oficial os índios sempre foram os menos favorecidos", o documento resume a situação de dez grupos indígenas que têm enfrentado problemas por não terem ainda garantida a propriedade de suas terras, referindo-se aos kaigangs, xoko-kariris, parakanãs, araras, xacriabras, tupiniquins, kadiweus, tapirapés, ava-canoeiros e os waimiri-atroaris. A nota termina com essas indagações: "Até quando não se vai respeitar a diversidade cultural em nosso território?" e "Até quando os órgãos encarregados da política indigenista brasileira vão continuar infringindo leis impunemente?"

## No Sul, área fica reduzida

Os 125.691 hectares das terras de cerca de 9 mil índios do Sul do País estão demarcadas, porém com um terço a menos da área original, segundo informou ontem, em Curitiba, a Delegação Regional da Funai, responsável pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, até 1982 duas importantes áreas indígenas serão parcialmente inundadas, como a reserva de Mangueirinha, no Paraná, e a de Ibirama, em Santa Catarina.

Para José Carlos Alves, delegado regional da Funai, o órgão não procedeu a nenhuma demarcação no Sul do País porque "a prioridade concentrou-se no Centro e Norte, uma vez que nessas regiões os índios não sabiam dos limites de suas terras, o que não ocorria no Sul.

O delegado da Funai, contudo, observou que as áreas indígenas necessitam de remarcação de limites, uma vez que o trabalho foi feito com pinheiros, a maioria dos quais já destruídos pelo tempo.

A reserva do Rio das Cobras, no Paraná, foi totalmente recuperada, segundo a Funai. E a de Nonoai, no Rio Grande do Sul, encontra-se ainda invadida por apenas um fazendeiro que possui cerca de mil hectares. Os índios de Nonoai, entretanto, anunciaram que em março irão invadir essa área, que pertence ao fazendeiro Dalastri, e posteriormente também recuperar cerca de 17 mil hectares de sua aldeia que se transformou no parque florestal.

Por sua vez, a Associação Nacional de Apoio ao Índio — ANAI — do Paraná, ao divulgar ontem nota oficial, também lembrou que hoje se esgota o prazo legal, previsto no Estatuto do Índio, para a demarcação de todas as terras indígenas, sem que a lei fosse cumprida.

Segundo o documento, "técnicos indigenistas acreditam que nem com o dobro do prazo dado poderão realizar completamente a delimitação e a demarcação previstas no estatuto". Lembrando também o prazo dado ao Poder Executivo, pela Lei 6.001, para a demarcação, os estudantes de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná entregaram hoje ao ministro do Interior um manifesto com cerca de onze mil assinaturas coletadas em Curitiba para protestar contra o

PT 1025a.122

# Indígenas levam críticas e reivindicações a Geisel

**Brasília** — Em documento dirigido ao Presidente Geisel e entregue ontem no Palácio do Planalto, 23 líderes indígenas criticam o projeto de emancipação e cobram o rigoroso cumprimento do Estatuto do Índio, em especial a demarcação de suas terras, cujo prazo expirou ontem. Advertem que "as comunidades indígenas acham-se em pleno direito de defender e desintrusar suas áreas".

O documento (Depoimentos e Exigências da Assembléia de Chefes Indígenas) foi preparado após três dias de reunião na cidade de Goiás Velho, encontro promovido pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário). O cacique xavante Aniceto disse que "foi uma falta de respeito ao índio" o Presidente não receber o grupo. Cópias foram entregues ao Ministro do Interior e à Funai.

## No palácio

Os índios viajaram de Goiás Velho num ônibus fretado e foram direto ao Palácio do Planalto, onde chegaram às 11h15m. Na portaria, um funcionário só permitiu a entrada de dois índios, mas pouco depois a segurança informava que apenas um poderia entrar. O grupo indicou o cacique Aniceto.

O cacique aguardou no saguão até às 11h45m, quando o adjunto de imprensa da Presidência, Marco Antônio Kraemer, foi ao seu encontro explicar que era necessário marcar audiência para ver o Presidente e que a agenda estava esgotada até o final da semana. O cacique respondeu que os costumes indígenas eram diferentes, entregou o documento e tentou marcar hora para receber uma resposta por escrito do Presidente, o que não conseguiu.

Segundo Aniceto, os índios discutiram o projeto de emancipação e concluíram que não estão preparados para ela: "Não sabe viver

com a cultura do branco, não tem profissão, não sabe falar português e não sabe se defender". No seu entender, a emancipação só será possível "daqui a uns 200 anos".

O índio está "apavorado e magoado e estranha um projeto que dá emancipação em lugar de dar a libertação das reservas", afirmou o cacique. "Estão fazendo judiação com o índio, e ele está perdido na terra." Falou ainda que no início do ano os índios levarão ao General João Baptista de Figueiredo um nome de seu agrado para a presidência da Funai.

O grupo chegou pouco antes do meio-dia ao Ministério do Interior, mas não passou da portaria. Entretanto, jornalistas viram o Sr Rangel Reis saindo por outra porta e avisaram aos índios, que o alcançaram já no carro. O Ministro pegou o documento (não o abriu) e prometeu ao cacique Aniceto que mais tarde falaria com o grupo sobre as reivindicações, esquivando-se da menção de que ontem terminava o prazo para a demarcação das terras.

Por fim, os índios estiveram com o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, que leu o documento; perguntou, então, se eles queriam resposta por escrito e prometeu dá-la. Os índios aproveitaram para denunciar a situação de terras em Boca do Acre (área dos apurina) e no Espírito Santo (guaranis), bem como as invasões na reserva xavante de São Marcos (MT). Também criticaram chefes de postos, por relapsos.

O cacique Aniceto pediu ao General para apurar a demarcação das terras indígenas, pois "o índio está vivendo como numa gaiola, perdendo seus costumes, suas caçadas, sua alegria e sua liberdade". Resposta: a demarcação não é um favor aos índios, mas obrigação da Funai, embora a falta de recursos dificulte o trabalho e leve à criação de prioridades.

## Documento dos Índios

"Ante a iminência de ver o novo projeto de decreto de emancipação que regularizará o Estatuto de Índio assinado por V. Excia viemos respeitosamente cientificar o Sr. Presidente dos problemas levantados, estudados e concluídos nesta assembléia.

Tendo sido encaminhado a V. Excia o projeto de decreto de emancipação, deixamos aqui o nosso parecer, o parecer do índio. O único indivíduo que não foi convidado a dar seu parecer a respeito da emancipação que o vai atingir.

Antes de tudo, queremos re-

(A Funai informou ontem que, de 161 áreas delimitadas, 69 foram demarcadas e uma — Xingu — está em fase de demarcação. Onze áreas são demarcadas em função de concorrência realizada em julho e outro tanto foi incluído na lista da próxima, dia 26.)

O sertanista Orlando Villas-Boas também leu o documento e sentenciou: "Juro de pé junto que não há um só índio brasileiro que use esta linguagem". Acha que os índios foram industriados para dizer que fizeram sozinhos o documento e criticou a politização dos índios: o importante seria dar a eles consciência de suas terras e seus valores, e não os lançar em discussões públicas sobre temas que desconhecem.

Ao saber de tal julgamento, o cacique Aniceto garantiu que o documento é de autoria exclusiva dos índios, até mesmo na redação, feita por ele, Daniel, Luiz e Álvaro, durante dois dias. Contou que Daniel o datilografou durante a noite de segunda-feira, numa máquina emprestada pelo Cimi. Todos os signatários do documento são alfabetizados e o cacique Aniceto cursou até o segundo ano primário.

Assinam o documento: Alvaro (karipuna), João (palilur), Felizardo (galibi), Luiz (dessana), Alfredo (apurinan), Daniel, Adilis e Valter (parecis), Albano (rikbaktsa), José Miguel, José Pio (taprapés), Aniceto, Ariosto, Tobias (xavantes), Alcides, Tônico (kaikwas), Salvador, José, Francisco (kalcangues de Santa Catarina), Adelino, Mário, Argemiro (kalcangues do Rio Grande do Sul), João dos Santos e Joanas (guaranis).

Enquanto o presidente da ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio), Assis Hoffmann, instalava ontem o núcleo em Brasília, a entidade, sediada em Porto Alegre, divulgava nota criticando o Governo pelo não-cumprimento da demarcação das terras indígenas.

nista, baseada nos princípios seguintes: — respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais".

Sr. Presidente, não estamos querendo ditar normas e leis, pois não somos nenhum catedrático, jurista ou teólogo, mas simplesmente queremos deixar claro as nossas exigências imediatas que nos assegura o Estatuto do Índio.

Não nos impressionam as declarações feitas pelo Sr. Ministro ou pelo presidente da Funai através da imprensa, defendendo a emancipação. Porque nós, as vítimas

## Cartas

### Emancipação — 1

Voltar ao assunto do lamentável Projeto de Emancipação do índio é extremamente penoso. Mas a carta de Lauro de Oliveira Lima hoje (19/12) publicada é tão deseducativa e equivocada que me sinto obrigado, como antropólogo, a denunciá-la como exemplo de manifestação de atitude preconceituosa, pseudo-ilustrada. Não me assusta que o professor desconheça antropólogos e Antropologia. Sua leitura de Lévi-Strauss é, quando muito, ligeira e incompleta. Suas acusações aos antropólogos são levianas e mal-informadas. Cabe, no entanto, como satisfação à opinião pública esclarecer que nenhum antropólogo levi-straussiano ou não, estruturalista ou rotulado como quiser o Prof. Lima, confunde a equivalência das culturas indígenas em termos da sofisticação de sua organização social, da complexidade de sua cosmologia, da riqueza de seus rituais com poder econômico e militar. Ai sim, a fraqueza do índio diante do branco talvez possa ser comparada à fragilidade de uma criança diante da agressão covarde de um adulto. Deve ficar claro que isto não torna os índios débeis mentais, mas deve ser entendido como resultado de um processo histórico que colocou em confronto sociedade e culturas que seguiram caminhos diferentes, que desenvolveram modos de vida e valores contrastantes e que uma delas, ocidental-industrial-capitalista, etc., através de seu poderio militar e econômico tornou-se hegemônica e dominadora, procurando impor de todas as formas a sua concepção de mundo, os seus critérios de avaliação, de que hoje o Sr. Lima se apresenta como anacrônico defensor, desde que advoga uma desigualdade básica intelectual entre civilizados e selvagens. Finalizando, chamo mais uma vez atenção de que a atitude de superioridade em relação aos índios tem como consequência imediata uma ameaça a todos os grupos e culturas que não se encaixem nos modelos de desenvolvimento intelectual e maturidade valorizados pelo Sr. Lima. A possibilidade de obrigar, através da força, alguma pessoa ou um grupo a fazer alguma coisa não o torna vitorioso mais inteligente ou melhor do que a vítima. Gilberto Velho — Rio de Janeiro.



### Emancipação — 4

Tratar de questões sérias com leviandade não seria coisa de esperar de um diário com as responsabilidades que renome e circulação deram ao JORNAL DO BRASIL. Mas é o que vejo acontecer, ao ler com atraso o editorial tristemente malfeito, ignorante quanto aos fatos e capcioso no interpretar, que se coroa como ação desastrada ao ter por título *Missão de Preparar* (JB, 11/11/78).

Preparar quem? E para quê? Quer o jornal sugerir que os índios, e para uma emancipação que, bem-vista, só serve aos interesses dos que da Descoberta até hoje os têm espoliado de suas terras, de seus costumes, de suas vidas. Sendo que a missão caberia, entre outros, aos antropólogos. Mas será missão deles preparar quem quer que seja?

me obrigam. Espécie é algo que se refere a diferenças biológicas, e essas não as há, entre nós e os índios. Nem eles estão inevitavelmente em extinção, pois onde a proteção devida lhes foi dada pelo Estado, eles puderam recuperar-se das perdas demográficas causadas pelo contato com a população civilizada. Essa proteção quer dizer garantia da inalienabilidade de suas terras que, longe de serem jardim zoológico reservado para gozo de antropólogos em busca de teses, são o meio de produção que lhes permite alimentar-se e às suas famílias. Quer dizer também assistência médica, que os defende das doenças desconhecidas — gripe, coqueluche, sarampo — para as quais não têm resistência e que ceifam uma tribo em poucas semanas. E quer ainda dizer todo um conjunto de medidas de caráter econômico, técnico, educacional e social que.

PT 102-9. 122



lembrar trecho da carta de Andri-la Inácio Kaigang que V Excia bem deve conhecer. Hoje, nesta assembleia tornamos a dizer as mesmas coisas, apenas tomamos alguns dos seus pensamentos como nossos.

Permita-nos dirigir este documento em nome dos índios que habitam o imenso território brasileiro.

Sr Presidente, não seria talvez por nosso povo falar e entender somente sua língua materna e não compreender estes gritos de paz, amor e compreensão. Não, Sr Presidente, temos certeza que o nosso povo entenderia essa mensagem, embora em outras línguas, como entendeu a de paciência até agora, gritada nos nossos ouvidos, paciência esta que chega agora aos limites, como chegará a de qualquer povo, fosse qual fosse o estágio de civilização.

Sr Presidente, V Excia há de convir que o sangue do nosso povo não mais pode ser contido nas veias, vindo que as terras restantes, comparadas com o imenso território brasileiro, que tínhamos no passado e pleno domínio de posse, estão sendo usurpadas pelos brancos.

O que mais nos deixa perplexos é que neste estado de coisas é que se lança o projeto de decreto de emancipação, quando sabemos que vários artigos da nossa lei, o Estatuto de Índio, não foram cumpridos.

O que mais chamou a atenção e que tem sido objeto de debates e denúncias no seio de várias entidades de âmbito nacional é o seguinte: "O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas ainda não demarcadas" (Art. 65).

Assim como a opinião pública condenou essa emancipação, também nós, em nome da comunidade indígena brasileira, repudiamos esta emancipação. Que ela seja afastada do vosso gabinete e que sejam levadas em consideração nossas exigências. Que seja cumprido este item da lei que parece um dos pontos vitais que a nova lei quer evitar. Que se reconheça o índio como herdeiro e dono legítimo de suas terras e que as reservas sejam reconhecidas como propriedade coletiva das comunidades indígenas. Qualquer omissão ou falta de interesse sobre este aspecto será atitude que nos levará a concluir que a emancipação pregada pelo Sr Ministro do Interior é nada mais nada menos uma atitude hostil e mal-intencionada contra as comunidades indígenas. Portanto condenável.

Outro artigo do Estatuto do Índio diz o seguinte: "As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelo silvícola" (Art. 18).

Sr Presidente, bem sabemos o grave problema que enfrentam as comunidades indígenas que têm

quando um ato de violência pesa sobre uma comunidade indígena que já não tem perspectiva de ver suas terras devolvidas, como ocorre com os kadiweu de Mato Grosso do Sul que tiveram suas terras arrebataadas com a permissão do órgão competente, a Funai, mediante arrendamentos. Estes mesmos invasores formam hoje a Associação dos Arrendatários da Reserva dos Kadiweu, com forte aparato político regional.

O Estatuto do Índio em seu Artigo 66 diz: "Órgão de proteção aos silvícolas fará divulgar e respeitar as normas da convenção 107". Essa convenção defende nossos mais elementares direitos e sendo o Brasil um dos signatários dessa convenção tem a obrigação de executá-la, especialmente no que se refere à nossa liberdade de comunicação e expressão. Isto vem ao caso porque hoje denunciamos a ação policial sobre as comunidades indígenas, proibindo os índios de participarem de encontros e reuniões. Ao que parece a Funai teme o que é dito nesses encontros onde nada mais fazemos que relatar nossas lutas e fracassos, os crimes praticados pelo branco nas comunidades nas quais cada um de nós está integrado. Um fato que marcou profundamente a nossa memória foi a dissolução da assembleia de Surumu, em Roraima, o que contraria a própria Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio, a qual diz em seu Artigo 19, item I, que compete à Funai "estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indige-

nessa política, somos os únicos a poder dar o parecer sincero sobre o que representa esta emancipação. Porque se as palavras bonitas resolvessem o nosso problema, hoje não estaríamos em situação tão diferente daquela que o Estatuto do Índio defende. Pois a emancipação desejada pelo Sr Ministro trará a destribalização das comunidades indígenas, consequentemente a destruição coletiva e individual de seus componentes. Porque o índio tem de viver em comunidades próprias, em plena liberdade de tradição cultural e liberdade de possuir a terra.

Sr Presidente, expirado o prazo da demarcação das áreas indígenas, queremos cientificar V Excia que as comunidades indígenas acham-se em pleno direito de defender e desintrusar suas áreas, caso o órgão competente, Funai, não conclua a demarcação das áreas indígenas. Concluindo que nesta data na qual expira o prazo de demarcação das áreas indígenas, exigimos que seja cumprido o que a lei manda e que seja rasgado o projeto de Lei de Emancipação, da autoria do Sr Ministro Rangel Reis.

São os pensamentos do índio brasileiro, através de seus representantes hoje aqui presentes: Kariupina, Palikur, Galibi, Dessana, Apurina, Jamanadi, Tapirapé, Xavante, Rikbaktsa, Pareci, Kaiwa, Kaigang e Guarani, no encontro realizado em Goiás, na data de 17 a 19 de dezembro pelos representantes indígenas de Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul."

Brasília - Foto de Jair Cardoso



O cacique Aniceto não gostou de ter que deixar o documento com o assessor Marco Antônio Kremer (D)

## Emancipação - 2

O primarismo da carta do Sr Lauro de Oliveira Lima publicada no JORNAL DO BRASIL de 19/12 é digna da idade mental que ele se dispusesse a um debate público com um indígena para demonstrar suas teses. Tenho certeza de que lhe estariam reservadas algumas surpresas.

Sou antropólogo e, como muitos, não me considero estruturalista. Os antropólogos estão unidos na defesa do índio apesar de suas diferenças teóricas, com as quais sabemos conviver muito bem.

A simples diferença entre a nossa sociedade e as dos indígenas, que o Sr Lauro de Oliveira Lima sugere ser só o que os antropólogos percebem, é, de fato, uma diferença crucial. Não baseada em idades mentais, mas, sobretudo, em um poder de destruição bastante distinto. Otávio Guilherme C. A. Velho - Rio de Janeiro.

## Emancipação - 3

Como pintora, iniciei fazendo retratos de crianças mestiças. Entre 1969 e 1972, lecionei civilização brasileira na França, fato que me levou a colecionar material sobre o índio brasileiro, em debate, no momento, através da polémica emancipação/demarcação de terras. Assisti a um debate, promovido pela TV-Tupi, sobre a validade da novela Aritana, que tem conteúdo de muito mais peso que todas as novelinhas da Globo reunidas.

Em meus contatos pessoais com índios Kanelas e Guajajaras que vivem em aldeias na periferia de Barra do Corda e Grajaú, Maranhão, verifiquei que muitos falavam português fluentemente, outros queriam ser alfabetizados, outros, ainda, queriam instruções sobre funcionamento de máquinas tais como filmadoras, câmeras fotográficas, etc.

Nossos antropólogos de gabinete são contra tudo isso. Eles deviam sair do conforto das salas de museus e bibliotecas da cidade e morar uns tempos com os Kanelas, por exemplo, em Barra do Corda. Lá eles verificariam que os Kanelas querem e vão evoluir sem abandonar a forte estrutura social de suas comunidades, se nós lhes deixarmos as condições favoráveis a isso, sem jogá-los na massa, infeliz, do nosso proletariado. O índio precisa mais Noéis Nutels e menos cientistas de gabinete. Ione de Andrade - Rio de Janeiro.

prejudicial — ou, pelo contrário, não será missão deles apontar o que está certo e o que está errado em matéria de política indigenista? Não será preciso grande esforço de imaginação — talvez difícil a quem escreveu — para atinar com a resposta. Nem, também, para ver que à imprensa cabe igualmente uma Missão de Preparar: a de preparar a opinião pública de forma objetiva e honesta, consciente de que de seu poder de penetração pode depender uma política correta, humanística e eticamente defensável — ou vingar uma política apoiada na visão estreita dos problemas, no pragmatismo de orientação econômica imediatista. Tendo o JORNAL DO BRASIL falhado nessa missão que seria a sua, procurarei ajudá-lo a corrigir-se — ajudando quem sabe a preparar, ao menos para o futuro, o autor do editorial.

Para começar, diz o articulista que qualquer discussão toma hoje entre nós conotações emocionais, políticas e ideológicas. E é verdade: mas isso quanto a qualquer discussão e onde quer que se realize — ou seria tão travada de forma estranha, porque fora do ambiente social que a gerou.

No caso específico da emancipação dos índios, é possível entretanto manter sob controle os componentes emocionais e ideológicos que estão presentes, e isso têm os antropólogos procurado fazer. O que não podem nem querem — o que não posso nem quero eu — é negar que se trata, essencialmente, de uma discussão política. Que outra coisa é o debate que põe em questão os modos de agir governamentais e seus objetivos, ao legislar em coisas que afetam uma parcela ínfima e vulnerável da população do país? É político e terá que o ser — embora não implique isto que sirva de pretexto para atingir outros fins, políticos também, senão aqueles a que confesadamente se dirige. E dentro disto se têm mantido os antropólogos, apoiados no melhor de seu conhecimento científico e sem procurar torcer a realidade dos fatos. Como a torce o autor do editorial — com a missão de preparar o caminho para quem?

É fácil acusar subrepticamente que a defesa dos índios é pretexto para objetivos outros: eles estariam sendo "apadrinhados pelos militantes dos movimentos politizados em defesa dos direitos humanos", etc. Quando não se tem razão ou não se sabe o que dizer, lançar a suspeita sobre forças ocultas é artifício tão batido que já espanta voltar a vê-lo. Não vale, portanto, analisá-lo, nem com isso participar da pobreza que o gerou.

Segundo o editorial, queríamos os que defendem o índio conservá-lo como espécie em extinção, "quase como se fossem flamingos". Tentarei ser didático, pois a tanto

como a experiência tem demonstrado, só são eficazes — embora parcial e precariamente — na medida em que a tutela exercida pelo Estado surge como um anteparo jurídico entre povos indígenas e os grandes interesses agrários da sociedade nacional. Esta, entretanto, tem o dever, constitucionalmente consagrado, de defender esses povos por intermédio do Estado que a representa, mas emancipar significa retirar a tutela de que tem dependido a sobrevivência deles, ou seja: emancipar significa entregar os índios, inermes, àqueles interesses, e significa também eximir-se o Estado, e com ele a sociedade de que emerge, de suas responsabilidades para com as populações indefesas cujos territórios vem ocupando há quase cinco séculos.

E contra essa fuga à responsabilidade que se levantam os antropólogos, e nisto há, aí sim, plena militância: a da consciência das responsabilidades sociais e políticas de cada um a cada momento de sua própria história: que é sua e é a do país a que pertence. E por consciência de sua missão de preparar que os antropólogos se colocaram contra a emancipação — porque para ela nada foi preparado, porque neste momento ela seria precipitada, porque nas condições atuais emancipar e destruir são sinônimos. Foi ainda por consciência dessa missão que, ao terminar em Brasília a reunião em que expuseram suas posições, ao se oporem à emancipação os antropólogos afirmaram, no documento final, estar dispostos a colaborar em tudo que pudessem aperfeiçoar o instituto da tutela e seu exercício. Escolheu-se, sintomaticamente, o mais simples e altaneiro método de não os querer ouvir, aos que pela experiência e pelo conhecimento científico mais preparados estavam para opinar.

E eles opinaram pela inopertunidade, não só de emancipar, mais de regulamentar juridicamente o processo que à emancipação conduz. Isto porque, num momento de crescentes pressões sociais e econômicas no campo, uma regulamentação desse processo pode, de um instante para o outro, tornar-se em poderoso e efetivo instrumento de manipulação dos indígenas pelos interesses dominantes. E foi este o perigo que a todos nos uniu, para além de possível divergência no pormenor, na oposição à minuta de decreto que nos foi submetida. Não importa a anunciada intenção ministerial (sobre a qual cabe toda sorte de dúvidas) de a ninguém emancipar em tempos previsíveis: havendo o instrumento legal, nada impede que em dias, meses ou anos tudo mude e seja usado o instrumento. Sem ter sido antes, preenchida a verdadeira missão de preparar que para o Estado é obrigatório cumprir... Pedro Agostinho — antropólogo — Universidade Federal da Bahia.



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

22 — O ESTADO DE S. PAULO

21/12/48

# Ludwig: governo não tem pressa de emancipar índio

Da sucursal de  
**BRASÍLIA**

A questão da emancipação ou não dos índios é um assunto que "está sendo tratado calmamente" na esfera do governo, segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, coronel Rubem Ludwig, que observou ontem: "Mas há quem pretenda transformá-lo em um problema emocional, como se houvesse a intenção de prejudicar o índio no Brasil".

"Que haja má intenção em relação ao índio — observou o coronel —, isso é uma tremenda injustiça. Pelo contrário, há até uma preocupação de conservá-lo, de preservá-lo, de ajudá-lo. Acho que poucos países do mundo, em sua história, têm posição tão positiva em relação ao índio quanto o Brasil. Chegamos a ter um camarada que, referindo-se aos índios, disse: morrer, se preciso for, matar nunca! Rondon disse isso quan-

do em outros países se matavam índios".

A política indigenista, no entender de Ludwig, implica às vezes opiniões divergentes. "Nem sempre há acordo sobre o que se deve ou não fazer. É o caso, por exemplo, da questão da emancipação. O Ministério do Interior elaborou um anteprojeto. É uma idéia, uma sugestão, que está franqueada ao debate público. Essa não era uma reivindicação de muita gente — que as questões, antes de decididas, fossem colocadas em debate?" E acrescentou: "Pois bem, quantos assuntos estão hoje em debate? Coincidência de mandatos, voto distrital, criação de novos partidos, a questão do índio..."

No caso da proposta de emancipação dos índios, não há nada decidido, reiterou o porta-voz. O governo examina o assunto sem pressa, está ouvindo especialistas, antropólogos, examinando-o em bases exclusivamente técnicas.

Quanto às freqüentes manifestações contra a medida, Ludwig disse que parece estar havendo o que já ocorreu com outras legislações. "Muita gente é contra, mas você vai perguntar se leram o texto do anteprojeto e respondem que não. Mas são contra. São contra devido às informações que receberam. Mas nem sempre essas informações resultaram de um estudo sereno".

Indagado se as opiniões que se expressam poderiam ser aproveitadas, o coronel respondeu que sim, pois "há tempo para isso, não há nenhum prazo fixado, o próprio ministro do Interior sugere que o assunto fique para o próximo governo".

Ludwig negou que o índio não tenha sido ouvido, alegou que o próprio ministro do Interior os recebeu, entregou-lhes cópia do anteprojeto e pediu-lhes a opinião: "E isso tudo foi mostrado a todo o País pela televisão".

Por fim, reafirmou ter o País um passado de preocupação permanente com o índio. "Que ocorra o fato — disse — de um outro homem lá do interior, um seringueiro ou fazendeiro, ter atrito com índios, isso escapa até à possibilidade de controle por parte do governo."

**RANGEL**

O ministro Rangel Reis, do Interior, divulgou ontem nota à imprensa, desmentindo as informações de que os estudos referentes regulamentação de alguns dispositivos do Estatuto do Índio, principalmente os relativos à demarcação de terras e emancipação, teriam sido efetuados diante de recomendação do Palácio do Planalto. Entretanto, as notícias publicadas afirmam que Rangel Reis teria pedido à Presidência da República o arquivamento do projeto, porque o assunto ficaria para o próximo governo. Sobre este aspecto, a nota nada esclareceu.

A nota desmente, ainda, que Rangel Reis tenha feito qualquer nova declaração à imprensa sobre a regulamentação destes dispositivos. Reitera, ainda, a informação já transmitida de que os estudos para a regulamentação visam exclusivamente a apoiar o desenvolvimento econômico e social das comunidades indígenas e "vêm sendo examinados, sem qualquer precipitação, acolhendo-se sugestões dos que se propõem, de maneira positiva, a oferecer críticas e subsídios aos objetivos pretendidos".

De acordo com as informações da nota, a oportunidade da aprovação final dessas proposições não é decisão da alçada do Ministério do Interior.

Pasta  
FUNAI

PT 1025 a. 122



Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

76

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

ÍNDIOS

# Quem quer prejudicá-los?

*O porta-voz da Presidência, Rubem Ludwig, disse que o problema da emancipação do índio foi lançado pelo governo para o debate popular, como foram outros assuntos*

*Correio do Velocista  
2/11/78*

Brasília — O porta-voz oficial do governo, coronel Rubem Ludwig, disse ontem que o projeto de emancipação do índio “é apenas um dos muitos assuntos que estão na área do debate público. E essa era a reivindicação de muita gente: que os assuntos, antes de serem decididos, fossem colocados em debate”.

Ele colocou a questão da emancipação, entre outros assuntos em debate, como coincidência de mandatos, voto distrital e criação de novos partidos”. A meu ver, há quem pretenda transformar a questão do índio em um problema emocional, como se houvesse a intenção do governo de prejudicar o índio do Brasil”.

Segundo o coronel Ludwig, os índios não foram recebidos pelo presidente Geisel, na terça-feira, quando 23 caciques estiveram no Palácio do Planalto, porque “ninguém pediu audiência”. E acrescentou: “O presidente não pode ficar à disposição de qualquer um que apareça aqui e queira ser ouvido, porque ele tem um programa a cumprir”.

“O assunto emancipação — disse — está em estudos e será considerado naturalmente. Os jornais de hoje já falam inclusive que o ministro do Interior sugeriu que este problema ficasse para o próximo governo. Além do mais, os índios já foram ouvidos pessoalmente pelo ministro Rangel Reis em uma entrevista que a televisão apresentou ao vivo. Acho que o que está havendo é um pouco de exagero”.

Lembrou ainda o coronel Ludwig que

o ministro do Interior entregou aos índios a minuta do projeto e pediu que eles estudassem”. “Esse é um assunto que está sendo tratado calmamente, mas há quem pretenda transformá-lo em problema emocional, como se houvesse a intenção do governo de prejudicar o índio no Brasil”. “Eu mesmo, durante o período que vivi no Exterior, me senti às vezes atacado, porque diziam que estávamos massacrando os índios no Brasil. Há uma série de problemas no setor, mas todos os setores da vida brasileira e de qualquer país tem problemas. Agora, que haja, em relação ao índio, má intenção, convenhamos que isso é uma tremenda injustiça”. Pelo contrário, há uma preocupação até em conservá-lo, em preservá-lo e ajudá-lo, mas isso tudo envolve uma série de opiniões que às vezes divergem”.

“Eu acho que talvez poucos países do mundo, na sua história — acrescentou — tem uma análise tão positiva como a nossa em relação ao índio. Nos chegamos a ter um homem que disse: “Morrer se preciso for, matar, nunca”. Há muitos anos o marechal Rondon disse isso, quando em outras partes do mundo se matavam índios. O Brasil tem um passado de preocupação com o índio. Agora, se um homem lá do Interior, um seringueiro ou fazendeiro tenha tido ou venha a ter atrito com eles, isso escapa até a possibilidade de controle do governo. O que está havendo é um emocionalismo e não se pode tratar assim, de forma emocional esse problema”.



RUBEM LUDWIG

*“O governo quer o bem do índio”.*

O coronel Ludwig disse ainda que pode estar havendo o que ocorre com outros dispositivos legais: “Muita gente é contra, mas você pergunta se eles leram e eles dizem que não, mas são contra. São contra pelas informações que recebem, mas nem sempre essas informações são as que ressaltariam de um estudo sereno”.

## Nota oficial para dirimir as dúvidas

Brasília — O ministro do Interior, Rangel Reis, desmentiu notícia divulga-

da ontem, pela imprensa afirmando que ele teria pedido o arquivamento do projeto de regulamentação do estatuto do índio transferindo-o para o governo do general Figueiredo.

O projeto, partiu do próprio Ministério do Interior e da Fundação Nacional do Índio — Funai — afirmaram assessores do ministro, desmentindo a afirmação veiculada pela imprensa de que o projeto “atendia a encomendas do Palácio do Planalto”.

A nota oficial, na íntegra diz o seguinte:

### NOTA OFICIAL

O ministro do Interior, Rangel Reis, desmente a notícia divulgada na imprensa de que os estudos referentes a regulamentação de alguns dispositivos do estatuto do índio teriam sido efetuados diante de recomendação do Palácio do Planalto. Isto partiu do próprio ministro e Funai. Isto é um processo normativo dentro da Funai:

Desmente, inclusive que tenha feito qualquer nova declaração à imprensa sobre o assunto. Reitera, na oportunidade, a informação já transmitida de que referidos estudos, que visam exclusivamente a apoiar o desenvolvimento econômico e social das comunidades indígenas, vem sendo reexaminados, sem qualquer precipitação, acolhendo-se sugestões dos que se propõem, de maneira positiva, a oferecer e criticar subsídios aos objetivos pretendidos.

A oportunidade da aprovação final dessas proposições não é decisão da alçada do Ministério do Interior.

*Nota FUNAI*

*PT 10750.122*

# Índios do Xingu aceitam Apoena como novo chefe

Folha de São Paulo - 22/11/78



Estado do R

NOME:

FILIAÇÃO

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA

PAMELA NUNES,  
Enviada Especial

ALTO XINGU, MT — Depois de muitas explicações, discussões e até mesmo puxões de orelha, o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, conseguiu que os índios do Alto e Médio Xingu, aceitassem o sertanista Apoena Meireles como o novo diretor do parque indígena, em substituição ao antropólogo Olímpio Serra, demitido recentemente do cargo por motivos "administrativos".

Mesmo assim, os índios impuseram algumas condições ao sertanista: Apoena deverá dar continuidade ao programa de educação e saúde implantado no Xingu por Olímpio; deverá proibir a entrada no parque de qualquer pessoa além de antropólogos e sertanistas da Funai e "trabalhar muito com a gente, ajudando expulsar os fazendeiros das nossas terras", segundo exigiu o líder txucarramãe, o cacique Raoni.

As duas reuniões mantidas entre o presidente da Funai e a liderança indígena do Alto e Médio Xingu podem ser encaradas como uma verdadeira missão de paz. Tanto é assim, que o general Ismarth e Apoena fizeram questão de levar suas mulheres à área, seguindo um costume dos índios que se fazem acompanhar dos filhos e companheiras quando querem manter contatos pacíficos.

A viagem de apresentação do novo diretor foi preparada com cuidado, pois desde que Olímpio deixou o parque, o clima entre a liderança dos dois pólos indígenas era de absoluta tensão. Antes, os irmãos Villas Boas já haviam tentado introduzir Apoena no meio indígena do Xingu, mas não obtiveram sucesso, muito ao contrário, foram praticamente escorraçados do parque, num encontro que deixou muita mágoa tanto para os índios como para os sertanistas, e aí se incluiu, também, Apoena, que foi bastante hostilizado.

O Xingu mudou muito desde a saída dos Villas Boas do parque, quando os índios ainda eram bastante alienados da sua condição de minoria racial e da luta que deveriam travar com os brancos em defesa de suas terras. Hoje a realidade é outra; os índios do Xingu não admitem mais que as decisões que afetam suas vidas sejam tomadas a sua revelia.

Olímpio Serra, nos quatro anos que ficou a frente do parque, fez um excelente trabalho junto àqueles índios. Atualmente, eles sabem que fazem parte de uma minoria racial, que têm terra e que isto vale muito para os brancos e que são eles mesmos que têm que tomar a frente na defesa de seus interesses. Olímpio praticamente não interferia na vida da comunidade e isso foi determinante para os indígenas, que agora exigem esse respeito de todos os que forem trabalhar no Xingu.

## OS DEBATES

A primeira reunião mantida entre Ismarth e os índios foi no posto Leonardo Villas Boas, onde justamente foi filmada a novela Aritana, o estopim do afastamento de Olímpio da direção do parque. O antropólogo não concordou com a realização da novela e transmitiu um rádio, considerado "muito pesado" ao presidente da Funai, acusando-o de irresponsável e de estar violando o Estatuto do Índio, e

por isso foi afastado por indisciplina administrativa. Naturalmente, no Leonardo, o clima estava ainda mais tenso do que no posto Diauarum, outra área visitada por Ismarth.

Nos dois postos indígenas, o general Ismarth foi obrigado a explicar diversas vezes o motivo da saída de Olímpio. O presidente da Funai traçou um paralelo entre a desobediência a um chefe na comunidade índia e a "civilizada":

"Olímpio cometeu uma indisciplina, e por isso foi afastado do parque. Eu, como chefe, assim como vocês fazem, não posso voltar atrás. Por isso, tive que arrumar um outro diretor, que vai ser o Apoena. Ele nasceu entre os índios, seu pai sempre trabalhou com os índios e peço que vocês o aceitem aqui, sem problemas."

"Já que o sr. explicou tudo, nós vamos ficar com ele, disse Kanato, o pai de Aritana. Ele tem que trabalhar e nos ajudar, senão a gente coloca ele para fora do parque."

Aritana também se manifestou: "Eu queria pedir para o senhor mandar tirar o meu nome da novela. Aquele índio não tem nada a ver comigo. Ainda sobre a novela, Kaluman, um índio Kamaiurá disse que "o pessoal da novela" está ganhando muito dinheiro às custas do índio e que a gravação contraria o Estatuto do Índio, que diz em um de seus artigos que a cultura indígena não pode ser explorada para fins turísticos nem comerciais."

Já no posto Diauarum, o clima inicial de tensão foi substituído, logo no início da reunião, por uma verdadeira festa de confraternização. Em dado momento, inclusive, o cacique Suaia, Kaomé, chegou a fingir que brigava com Ismarth, falando duro, em sua língua. Quando acabou o discurso, abraçou o general e disse: "Estamos muito contentes com o novo diretor".

## Fala de Ludwig é contestada por antropólogo

RIO (Sucursal) — "A ética indigenista no Brasil virou uma retórica. Encampa-se o "morrer se preciso for, matar nunca" de Rondon, mas nada é feito para deter a extinção das populações indígenas no Brasil. É a mesma coisa que dizer "no Brasil não há preconceito racial". Essa enorme diferença entre a teoria e a prática é própria do formalismo que permeia a vida brasileira. Como se idealmente todos os problemas fossem resolvidos, enquanto na prática eles continuam a existir e ninguém faz nada".

Para o antropólogo Roberto da Mata, as alegações do assessor de imprensa da presidência da República, coronel Rubem Ludwig, de que os antropólogos estariam tratando a questão da emancipação do índio de um ponto de vista "emocional" não é nada desabonadora. "É emocional, mesmo. É mais do que justificado, por que não? Seria negativo se tudo se tratasse de uma tempestade em copo d'água, mas os índios estão açando mesmo."

CIAL

Posto FUNAI



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

EMISSÃO: .....

# A emancipação do índio

JANUÁRIO FRANCISCO MEGALE

*Flora de Loureira*  
03/01/99

A emancipação do índio é atualmente tema tratado dentro e fora do Governo. O projeto de emancipação apresentado pelo Ministério do Interior foi transferido para discussão e aprovação no próximo governo, tantas foram as críticas que recebeu de antropólogos, de indigenistas, do Conselho Missionário Indígena da Igreja Católica e até dos próprios índios.

Perante a lei o índio é tutelado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio - criada em 1967 em substituição ao SPI - Serviço de Proteção do Índio, criado em 1910 sob inspiração do Marechal Rondon). As terras ocupadas pelos silvícolas, pertencem à União e são, pela Constituição Federal, de uso e usufruto dos próprios índios. Ora, o avanço para o oeste do país, a busca de terras para exploração de minérios e para a pecuária, a abertura de novas estradas e a criação de pequenos núcleos de posseiros, tudo isto trouxe uma ambição muito grande pelas terras indígenas. O Projeto da Emancipação do Índio procura igualar por lei, o índio a qualquer cidadão, tirando-o da tutela da FUNAI, privando-o de suas terras, podendo se empregar como agricultor, bóia-fria, capataz, boiadeiro, enfim, podendo se empregar onde melhor entender dentro de suas limitações. Uma vez emancipado, a União poderia dispor das terras ocupadas por índios para os grandes empresários nacionais e estrangeiros. Não há problema burocrático algum, pois os índios não mais dependem da FUNAI, do Estado. Isto é a emancipação do índio: tirar as terras dos índios. Esta é a versão mais real, verdadeira do problema.

Há é verdade, alguns índios, bem poucos mesmo, que poderiam ser emancipados. Dominam o idioma português, já conhecem suficientemente os padrões de comportamento da sociedade nacional, e com ela mantêm relações sociais como qualquer cidadão do meio rural. Há raros e pequenos grupos que podem e devem ser preparados para a emancipação a médio prazo. Perguntamos, porém: se tirarmos a terra onde vive uma aldeia, que tira do meio ambiente o seu sustento respeitando o equilíbrio ecológico, o que poderemos esperar desta aldeia, destes índios? Já temos a resposta: na cidade temos as favelas cheias de marginais, socialmente falando; no campo temos os indigentes, mendigos e os bóias-frias ou volantes que disputam entre si um dia de trabalho. A resposta é esta: do índio faremos um indigente.

O correto no problema da emancipação é deixar a iniciativa aos próprios índios que, quando em condições de competirem com sua força de trabalho no meio rural, aí sim, a seu exclusivo critério, serão emancipados, procurando meios de vida no mercado de trabalho onde passarão a viver.

Para as populações indígenas a terra é o fator primordial ou a base de sua propriedade coletiva, de sua vida tribal com seus valores e tradições que se perpetuam no tempo nestes povos ágrafos, selvagens, primitivos, como nós os chamamos, mas que têm uma sociedade muito mais harmonicamente dirigida que a nossa sociedade civilizada, seja capitalista, seja comunista.

A emancipação do índio deve ser uma garantia de adaptação deste à nossa sociedade, garantia baseada na qualificação do próprio índio e no seu desejo de ser emancipado; e não um engodo oficial para desalojar nossos primeiros habitantes do Brasil de suas terras ocupadas secularmente numa economia coletiva, numa harmonia social, numa cultura tribal que faz inveja a quantos tiveram conhecimento e experiência do contato com alguma tribo que mantém sua cultura tribal, seu idioma, seu trabalho baseado na propriedade comum da terra.

*Restar FUNAI*



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE C

SECCÃO

Funcionária da Funai nega suborno e ameaça processar advogado por sua acusação

Journal do Brasil - 04/10/79

NOME: \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

RESIDÊNCIA: \_\_\_\_\_

Brasília — A chefe do Departamento de Terras da Funai, Sra Laia Mattar Rodrigues, acusada de estar interessada na liberação de terras do Parque do Xingu e de precisar ser subornada para isso, informou ontem que espera apenas confirmação da veracidade da fita gravada pelo Sr Arn Suksdorff para processar criminalmente o advogado paulista Armando Conceição por calúnia e difamação.

Segundo transcrição da fita, o Sr Armando Conceição, proprietário de terras atingidas pelo decreto do Parque do Xingu, em conversa com o seu Arn Suksdorff, também proprietário no Xingu, afirmou que precisava de dinheiro para subornar os funcionários Getúlio Barreto, Laia Mattar Rodrigues e Ronaldo Quirino, todos da Funai, para conseguir a liberação das terras.

XINGU

Funcionária da Funai, então SPI, desde 1967, a Sra Laia Mattar Rodrigues informou que está insistindo junto ao presidente da Fundação, Ismarth de Oliveira, para que obtenha da Polícia Federal os resultados do inquérito. Se houver confirmação de que a voz da fita é a do advogado, ela entrará na Justiça com processo de calúnia e difamação.

Laia afirmou que o Sr Armando Conceição é titular de terras em Mato Grosso, próximo à reserva de Couto Magalhães, e dentro do próprio Parque do Xingu, onde possui 9 mil 999 ha, e que o naturalista Arn Suksdorff adquiriu suas terras de Karl Ventil.

Em sua defesa, a chefe do Departamento de Terras mostrou todos os processos que, desde 1967, pedem desapropriação no Parque do Xingu, e nos quais deu pareceres contrários, além de interdito proibitório impetrado pelo advogado paulista em 1973, cujo processo resultou na caracterização de sua área como incluída no habitat indígena (impedindo o direito de reavê-la ou receber indenização da Funai).

Comentou, ainda, a impossibilidade de liberar as terras do Xingu, uma vez que, para isso, ela teria também, de "comprar" os três irmãos Villas Boas, antropólogos e sertanistas. A área do Sr Armando Conceição está ao Norte do Parque, e a do Sr Arn ao Sul.

A chefe do Departamento de Terras da Funai foi envolvida, também, no caso de Pimentel Barbosa, cujo inquérito, no Ministério do Interior, já foi concluído em caráter sigiloso. Esta reserva, segundo as acusações, foi alterada de má-fé por funcionários da Funai, em prejuízo dos índios.

A Sra Laia Mattar informou que, quando assumiu o cargo que a torna responsável pelo Setor de Terras Indígenas na Funai, a reserva já estava em demarcação. Explicou, entretanto, que a celeuma gira, principalmente, em torno do limite Oeste.

A Funai previu que este limite fosse a BR-80, cujo traçado inicial consta em mapa do IBGE. Quando a empresa de demarcação chegou ao local, constatou que a estrada passava 20 km mais adiante, incluindo, um povoado e várias posses. Após a ida de grupo de trabalho designado pela Funai ao local, e com base em parecer da antropóloga Delvair Mellatti, decidiu-se manter os limites conforme os previstos inicialmente.

O limite então designado, um divisor de águas, tinha um grau de aproximação de 80% com o limite inicial. Como este limite cortava ao meio uma série de lotes, houve proposta de fazendeiros para que fosse reduzido para os limites das propriedades, em troca de gado e viaturas aos índios.

O presidente da Funai, decidiu que, se os índios concordassem, isto poderia ser feito, e eles concordaram.

Lista FUNAI

57



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

SEXTA-FEIRA — 5 DE JANEIRO DE 1979

*O Estado do Paraná*  
**Em Brasília, os índios prometem repetir ataques**

**Da sucursal de  
BRASÍLIA**

Os índios xavante que chegaram ontem a Brasília, chefiados pelo cacique Arondi, não conseguiram manter contato com nenhum representante da cúpula da Funai — que está praticamente acéfala, com os seus principais dirigentes em férias. Irritados, os índios afirmaram que cansaram de esperar que a Funai tirasse os fazendeiros que ocupam as suas terras e, por isso, os próprios xavantes pretendem, agora, promover a retirada desses colonos que têm títulos legais de ocupação.

O diretor do Parque Nacional do Xingu, Apoena Meirelles, apoiou ontem o movimento dos índios de Pimentel Barbosa, afirmando que o governo poderá facilmente contornar o problema criado na área, se desapropriar a faixa de terra pretendida pelos índios. Segundo Apoena, é ilegal o acordo feito há alguns anos entre os índios e a Funai, estabelecendo a diminuição da reserva xavante no trecho que seria cortado pela BR 080 entre Cachimbo e Xavantina. Posteriormente, constatou-se que a rodovia não cortaria a reserva, fato que motivou, inclusive, a abertura de um inquérito sigiloso, só agora concluído pelo Ministério do Interior.

Os xavantes que estão em Brasília afirmam que não aceitarão qualquer negociação com

a Funai. Eles querem a retirada imediata dos ocupantes dessas terras e prometem novos ataques. Caso não sejam atendidos, os xavantes ficarão em Brasília até segunda-feira, aguardando a chegada de um de seus diretores, Gérson Oliveira.

**TENSÃO**

O problema que agora se verifica em Pimentel Barbosa já vinha sendo esperado, há mais de um ano, quando os índios deram um prazo para que a Funai retirasse os fazendeiros e colonos ali instalados. A desapropriação dessa área, no entanto, segundo o próprio ministro do Interior, Rangel Reis, seria extremamente onerosa, pois várias fazendas foram instaladas na área desde que ela foi liberada. A estes fazendeiros foram concedidas certidões negativas de presença de índios na região, documento que torna legal qualquer transação realizada na área indígena.

Quando ficou definida a redução da reserva por causa da rodovia BR-080, a Funai fez um acordo com os índios canalizando recursos para a área. Os fazendeiros que ali se instalaram também tentaram desenvolver uma política de boa vizinhança com os índios, presenteando-os com várias cabeças de gado e até uma caminhoneta. Os índios, no entanto, não se conformaram com a redução de sua reserva e, meses depois, começaram a pleitear a reintegração das terras perdidas.

*Pasta FUNAI*

# Fazendeiros armam-se para repelir xavantes

LUIZ SALGADO RIBEIRO  
Enviado especial

Os xavantes prometem novos ataques. Fazendeiros se preparam para resistir a bala. Há um clima de guerra entre os xavantes da reserva de Pimentel Barbosa e dezenas de fazendeiros que ocupam mais de 50 mil hectares de terras, consideradas pelos índios parte integrante da reserva. Enquanto o chefe guerreiro Sivupá promete cumprir a ordem dada antes de morrer pelo velho cacique Apoena — expulsar os "cristãos" que vivem na área — fazendeiros se armam para esperar o ataque dos xavantes, que poderá vir nas próximas horas, nos próximos dias, ou não vir nunca, se o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, cumprir imediatamente a promessa feita aos índios de reintegrar às reservas as áreas ocupadas pelas fazendas.

O clima de guerra, latente há mais de 4 anos, agravou-se no último fim de semana quando um grupo de aproximadamente cem xavantes — armados de espingardas, revólveres e bordunas — atacou e saqueou quatro fazendas situadas a uns 30 quilômetros da aldeia; os empregados, sem oferecer qualquer resistência, fugiram apavorados não havendo, por isso, lutas e tiroteios. No momento, enquanto o cacique Uarondi e mais três líderes da aldeia estão em Brasília aguardando uma solução do presidente da Funai, pelo menos dez fazendeiros estão se armando e prometem resistir a tiros a qualquer tentativa de ataque dos xavantes.

A fazenda Recanto do Aor tem cerca de 50 homens armados com ordens para atirar no primeiro índio que aparecer. O mineiro Diogo Correia Nunes, dono da fazenda, afirma: "Se eles vierem aqui vão levar o troco; essa bagunça só vai acabar quando a gente matar uns dez xavantes". Entretanto, na maioria das outras fazendas, há ordem para que os empregados não oponham resistência aos índios e que aceitem a "ordem de despejo", caso se verifiquem novos ataques, que os funcionários da Funai julgam impossível evitar. O chefe da Ajudância da Funai em Barra do Garças, Odenir Pinto de Oliveira, teme que a demora de uma solução para o problema das terras possa levar os xavantes a uma guerra incontrolável e de consequências imprevisíveis.



Fotos Luiz Salgado Ribeiro - Telefotos Estado

Adelmo olha o que sobrou da fazenda Canoas; os índios esperam que seus líderes voltem de Brasília com uma solução ou ordem para novos ataques

## Corpo pintado e um só desejo: recuperar a reserva

Ainda pintados de vermelho e preto (urucum e carvão), como se ornamentaram para a guerra do dia 30, os xavantes da aldeia de Pimentel Barbosa aguardam a volta de seus chefes que foram a Brasília brincando como crianças, fazendo corridas com enormes toras de buriti sobre os ombros, ou jogando futebol.

Os índios estão tranquilos, como estiveram durante os ataques que fizeram às fazendas. E ninguém diria que se preparam para cumprir a ordem dada pelo cacique Apoena, antes de morrer, com mais de 80 anos de idade, em abril do ano passado:

expulsar os cristãos de suas terras. A ordem do velho cacique é lembrada por seu filho Sivupá, irmão do atual cacique Uarondi e o chefe do posto indígena, Ismael Leitão, confirma:

"Os Xavantes estão no firme propósito de atacar todos os fazendeiros na faixa situada entre os limites demarcados da reserva e a BR-158, que era o antigo limite estabelecido em um decreto do presidente Médici, de 1972".

Ismael Leitão, que tem mais de 30 anos de trabalho junto aos Xavantes, afirma que não há condições de impedir novos ataques. Eles já não me

ouvem. Eu falei para eles não atacarem as fazendas; eles concordaram comigo, mas saíram e fizeram tudo como queriam.

### A RESERVA

Pelo decreto do presidente Médici, a reserva de Pimentel Barbosa deveria se estender do rio das Mortes (limite Leste) à BR-158, (limite Oeste), com uma área de mais de 230 mil hectares. Entretanto, quando o decreto foi baixado, a margem direita da BR-158 já estava ocupada por dezenas de fazendeiros e o governo não tomou providências para retirá-los. Já no governo Geisel, o limite Oeste da reserva foi recuado para os

divisor de águas dos vales do Araguaia e do Xingu. Os líderes indígenas não concordaram com essa redução e a Funai repetidas vezes prometeu a eles que as fazendas seriam reincorporadas à reserva.

Entretanto, o caso vem sendo protelado porque a Funai alega não ter dinheiro para as desapropriações, que somariam bilhões de cruzeiros. Enquanto faz promessas aos índios, a Funai continua emitindo certidões de que a área em litígio não é terra indígena.

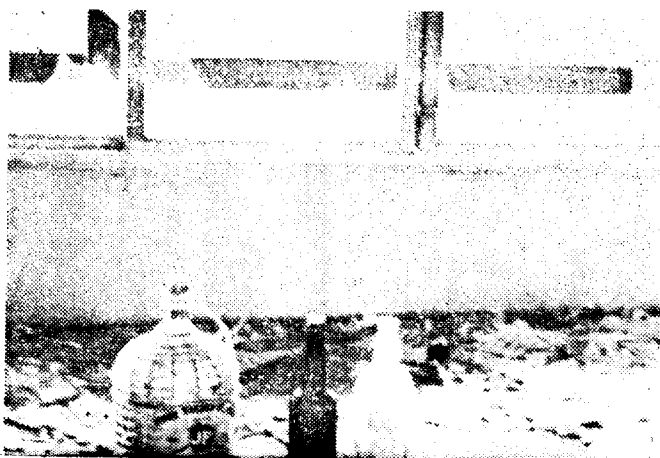
"Agora, os xavantes cansaram de esperar uma solução e resolveram fazer as coisas ao

modo deles" — afirma o chefe da Ajudância da Funai em Barra do Garças, Odenir Pinto de Oliveira.

Odenir não condena os ataques, que ele considera "um gesto de desespero de um povo que vem sendo expulso de suas terras há séculos", mas acredita que eles certamente serão explorados pelos fazendeiros para "mostrar os índios como bandidos e assaltantes". Isso poderá convencer boa parte da população de que os índios devem ser exterminados, porque não produzem como os brancos e atrapalham o trabalho dos fazendeiros que estão levando o progresso à região.

Esse ódio já está bastante difundido e é proclamado abertamente por Erenita Farias, mulher de Chico Roco, que vendeu uma fazenda de 120 alqueires no Paraná para comprar 18 mil hectares de terras na reserva de Pimentel Barbosa. O casal trabalhou quatro anos nessas terras, depois foi expulso pelos xavantes. Não conseguiu indenização da Funai e hoje tem um restaurante e um hotelzinho muito pobre no povoado de Matinha.

— "Eu ainda quero ter o gosto de matar um índio — diz Erenita. Onde tiver uma guerra com eles, podem me chamar que eu vou lutar até morrer."



## Funai não se decide, os índios começam a atacar

Há muito tempo os xavantes de Pimentel Barbosa estão impacientes com as protelações da Funai para a solução dos problemas de limites da reserva. Enquanto o general Ismarth de Araújo promete aos índios que as terras serão reincorporadas à reserva, a própria Funai fornece certidões negativas da

Queriam ficar até com a minha camionete."

Pedro afirma que além dos 40 mil cruzeiros, os xavantes levaram 150 mil cruzeiros de mantimentos (o que parece um exagero, devido ao pequeno tamanho do depósito), móveis, panelas, pratos e talheres. Por fim, Pedro conseguiu dos xavantes a seguinte promessa: "Se

Adelmo ainda conseguiu esconder o transmissor de rádio e saiu para o pátio para conversar com os índios.

Adelmo conta que os índios — aproximadamente 30 — estavam muito calmos e que eles permitiram que o administrador retirasse os pertences da casa, que começaram a ser colocados sobre uma camionete. Nesse





Na fazenda Real, as marcas da violência

## Diogo: matamos 10 e os outros fogem

Na fazenda Recanto do Amor, a cinco quilômetros do povoado de Matinha e a mais de 30 da aldeia de Pimentel Barbosa, o fazendeiro Diogo Correa Nunes não confirma nem desmente a informação de seu compadre João Nóbrega (o *João do Fumo*), segundo a qual ele tem 48 homens armados, de prontidão para atirar no primeiro índio que aparecer.

"Se eu disser para você que tenho 50 homens armados, o Exército vem aqui. Se eu falar que não tenho, quem vem são os xavantes" — diz o mineiro Diogo Nunes, dono de mais de 20 mil hectares de terras na área pretendida pelos índios. E acrescenta:

"O que eu digo para você é que eu estou preparadinho. Se aparecer índio por aqui vai tudo no trinta. Até agora, eles fizeram o pessoal correr só de ouvir falar em ataque. Mas aqui vai ser diferente. Eu não vou correr que nem o meu compadre Adão Crente (e o fazendeiro aponta, com um sorriso de superioridade, para o encabulado Adão). Na hora em que morrerem uns dez xavantes, acaba essa bagunça. Os índios são valentes enquanto ninguém os enfrenta. Se eles vierem num ataque e os primeiros caírem com tiros, o resto corre tudo. Você não viu isso nos filmes do Velho Oeste?"

Diogo: Nunes prossegue, com ares de herói: — "Eu não tenho medo de matar índio. Para consertar, tem de piorar. Essas terras que eu tenho, eu comprei e paguei. Tenho títulos, escrituras registradas e declarações da Funai de que aqui não é área indígena. Se eu não mandar dentro da minha casa, como é que fica? Eu tenho o direito de defender a minha casa de qualquer tipo de invasor, seja bandido ou seja índio. Se a lei permitir que índio invada fazenda, como é que nós vamos ficar? A lei equipará o índio a um menor de idade. Mas os menores não podem andar com armas de fogo. Por que a Funai não desar-

ma esses índios, em vez de ficar entregando carabinas para eles? A única solução é desarmar esses índios".

João Nóbrega tem a mesma opinião de Diogo e diz que está organizando uma *bandeira* para defender suas terras: "Se a gente for esperar desarmado, é fria". *João do Fumo* repete que tem certidões da Funai, declarando que sua fazenda não está em terras indígenas e diz que, como ele, há dezenas de outros fazendeiros, que já receberam financiamentos de "bilhões" de cruzeiros do Banco do Brasil:

"Eu botei naquelas terras tudo que eu tinha. Já gastei mais de 12 milhões do meu bolso e ainda devo 3 milhões ao Banco do Brasil. Eu não posso deixar aquilo lá. Estou me armando e vou para minha fazenda para ficar. Só saio de lá morto". João garante que sua *bandeira* já tem muitos integrantes, inclusive o fazendeiro Gervásio Azevedo, dono do Hotel Presidente, de Barra do Garças.

### PRONTIDÃO

Desde o dia 30 de dezembro, o piloto Filipe Valter Manzi dorme no bimotor Cessna 310 da fazenda Recanto do Amor, "com uma mão na chave de partida e outra num 38 bem lubrificado", como ele mesmo conta. Em caso de ataque, a missão de Filipe é evitar que o avião seja incendiado e decolar imediatamente com os meninos Nicácio e Dioguinho, que estão passando férias na fazenda e são os únicos que deverão deixá-la. "O resto do pessoal — afirma Filipe — vai ficar aqui enfrentando os índios".

Mas, enquanto os índios não vêm, a fazenda Recanto do Amor aparenta um clima de completa tranquilidade. Ninguém é visto portando armas e a tensão é dissimulada em jogos de dama e por uma dupla de violeiros, Zequinha e Antoninho, que cantam músicas típicas do sertão goiano, inclusive uma que fala de um irresistível amor por uma índia karajá.

que os fazendeiros possam obter financiamento do Banco do Brasil para abertura e ampliação das fazendas.

Os desmatamentos crescem nas proximidades da aldeia e as caças vão desaparecendo. Começam a ser plantadas as grandes lavouras de arroz e teme-se que os defensivos agrícolas acabem com os peixes dos rios. Por tudo isso os xavantes estão cada dia mais inquietos, prometendo expulsar os fazendeiros por iniciativa própria.

O chefe do posto indígena de Pimentel Barbosa, sertanista Ismael da Silva Leitão — que trabalha entre os xavantes desde 1947 — vem aconselhando os índios a manterem a calma, mas deixou de ser atendido no último fim de semana.

### PRIMEIROS ATAQUES

Na manhã de sexta-feira, dia 29, um grupo de xavantes, com suas mulheres e filhos e chefiados pelo cacique Uarondi, deixou a aldeia dizendo que ia caçar. Ismael ainda recomendou mais uma vez: "Não vão lá nas fazendas. Aguardem o começo do ano, que a Funai vai resolver o problema". Os índios ouviram Ismael respeitosamente e disseram que ele poderia ficar tranquilo. Entretanto, 24 horas depois, estavam atacando a fazenda Real, que já está instalada na região há mais de três anos.

Às sete horas da manhã de sábado, o gerente da fazenda, Pedro Scarabotto, e mais dez empregados estavam na lavoura. Na sede da fazenda, haviam ficado apenas a mulher do gerente, Maria Inês, e mais três tratoristas que estavam dormindo porque haviam passado toda a noite arando terras.

Maria Inês estava na cozinha, quando viu que a casa estava sendo cercada pelos Xavantes, que se aproximavam silenciosamente. Correu para a sala, para fechar a porta, e já encontrou índios no corredor. Eles foram diretamente à sala do rádio, onde cortaram a antena e tomaram o microfone. Maria Inês gritou por socorro e um dos tratoristas foi barrado por um grupo de índios, quando mal havia acordado e aberto a porta do quarto.

Chamado por um dos tratoristas, Pedro Scarabotto chegou à sede da fazenda uns 15 minutos depois. Ele conta como foi recebido:

"Os índios cercaram a minha camionete e um deles me disse: *Quehremo tudo. Que que você acha?* Eu fiquei quieto. Não ia ser louco de reagir porque eram mais de cem xavantes, armados até de Winchester 44. Pedi pra entrar na casa, de onde eu queria tirar 40 mil cruzeiros que já estavam envelopados para o pagamento dos empregados. Mas eles não deixaram.

com a camionete, um Volks e dois tratores com caretas. Conseguiu ainda um prazo até segunda-feira para retirar o gado, que ele deixou sob os cuidados dos vaqueiros, Luís e Eurico de Barros.

Luís e Eurico contam que, depois da saída do administrador, as mulheres xavantes que estavam escondidas no mato vieram até a casa para apertar os mantimentos e roupas, além de garrafas de vinho e cachaça. Um índio desenhou na parede da fazenda a caricatura de um xavante apontando uma flecha para o administrador e escreveram em cima: "Esta casa é dos índios".

### Na Canoas, tudo queimado

Adelmo Cecheiro, administrador da fazenda Canoas, chegou à fazenda Real quando os índios estavam acabando de retirar os pertences da sede. Assustou-se com o ataque e foi avisado pelo índio Antônio Xavante, que já havia trabalhado em sua fazenda e o chamava de pai: "Agora o pessoal vai atacar a sua fazenda. Corre lá se não você não vai conseguir tirar nada".

Adelmo voltou correndo em seu trator para a fazenda Canoas e foi direto para o rádio, onde, após mais de uma hora de tentativas, conseguiu passar um pedido de socorro para um comerciante de Barra do Garças. Mal havia acabado de passar a mensagem, pedindo que fosse comunicado o ataque à Funai e ao dono da fazenda no Rio Grande do Sul, os xavantes chegaram à sede da Canoas.



Virginia: medo de voltar

meio tempo, uns quinze índios pediram a Adelmo que os levassem de volta à fazenda Real. O administrador concordou em levá-los em uma outra carreta puxada por um trator, deixando na fazenda sua mulher Virgínia e seus filhos, Cícero, de 12 anos, e Cristiane, de um mês, em companhia de outros empregados.

Dona Virgínia conta que não teve medo de ficar: "Eu confiava muito no Antônio Xavante, que me chamava de mãe e sempre foi muito educado comigo durante todo o tempo em que trabalhou aqui na fazenda.

Mas Antônio não conseguiu impedir que seus companheiros destruíssem a casa de sua mãe. Uns minutos depois que Adelmo saiu, um xavante puxou Virgínia bruscamente pelo braço até o pátio, enquanto outros índios espalhavam óleo diesel pela casa. Depois atearam fogo à casa de madeira coberta de telhas de alumínio. Da casa, restaram apenas o fogão de ferro, uma panela quebrada e um bule retorcido.

Quando Adelmo voltou, levou os empregados e a família — só com a roupa do corpo — para o povoado de Matinha, na beira da BR-158. Na quinta-feira Adelmo e sua família voltaram para a fazenda Canoas, depois que os índios prometeram uma trégua até que seus chefes voltem de Brasília. Dona Virgínia embala a filhinha em uma rede ao relento e diz que não quer mais ficar na fazenda porque "índio não raciocina".

### Na Caçula, nem testemunha

Saulo Ribeiro, gerente da fazenda Caçula, não chegou a ver os índios, nem soube como foi incendiada sua casa — também de madeira e alumínio. Às 7 horas da noite de sábado, seu amigo Rodrigues lhe trouxe a notícia de que as fazendas Real e Canoas haviam sido atacadas.

"Eu nem quis saber como tinham sido os ataques — conta Saulo Juntel o que dava para juntar e lá pelas 9 da noite eu sai da fazenda com um jipe e um trator sem farol, levando 10 pessoas. Chegamos na Matinha por volta das 2 da manhã. No dia seguinte, eu voltei à fazenda, por volta das 10 da manhã, e já encontrei tudo queimado. Não sobraram nem as galinhas chocas e os pintinhos novos. Eu só vi as penas deles."

Depois da fazenda Caçula, foi a vez da pequena fazenda do João Carpinteiro, um colono que está começando a abrir um lote de 400 hectares comprados com financiamento do Banco do Brasil. De lá, não sobraram nem as sementes de arroz, nem o adubo, queimados com o depósito e a pequena casa.



88

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

## Mandado contra Funai

PORTO ALEGRE (AE/O ESTADO) — Em nome de um índio Caingangue, membro do conselho tribal do posto indígena de Ibirama, em Santa Catarina, o advogado Caio Lustosa, vice-presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio, entrou ontem com mandado de segurança contra a Fundação Nacional do Índio visando impedir a derrubada de 15 mil metros cúbicos de madeira naquela reserva conforme pretende a Funai. O mandado de segurança foi enviado, por telex, ao juiz federal diretor do Foro de Brasília, endereço da Funai e residência de seu presidente. Ismarth Araújo Oliveira, autor da portaria que autoriza a derrubada.

A O mandado de segurança baseia-se em dispositivos da constituição federal, do Código Civil Brasileiro, do Estatuto do Índio e do Código Florestal e é uma tentativa, segundo Caio Lustosa, de "colocar no devido lugar o instituto da tutela indígena, particularmente no que diz respeito à gestão do patrimônio indígena". Explicou que o índio, pelo

*O Estado do Paraná, 2/11/79*  
Código Civil e pelo Estatuto do Índio, "está submetido à tutela, mas a sua incapacidade para os negócios da vida civil é relativa e não absoluta". Sendo relativa, "ele pode praticar atos de comércio - como este - desde que assistido pela Funai, mas ocorre que a Funai, na prática, afasta a intervenção do índio nessas transações e se arvora em representante dele, quando o que deveria, na realidade, era assisti-lo".

"A madeira do posto Ibirama, em Santa Catarina, que será vendida, é parte da reserva florestal daquele posto indígena que será inundada até 1982 em virtude da construção pelo DNOCS, de uma represa para normalização da vazão do Rio Hercílio Luz". O esclarecimento foi feito, ontem, pela Funai, em nota à imprensa, na qual o órgão procura rebater as acusações que lhe vêm sendo feitas nos últimos dias, por organizações privadas de proteção ao meio ambiente e ao índio, de que estaria querendo vender a madeira do posto com o objetivo de auferir lucros.

*Posto FUNAI*



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

40 - ESTADO DE S. PAULO

14/01/79

# Índios contra a Funai na tese de extrair madeira

**Da sucursal de PORTO ALEGRE**

"É preferível que fique tudo embaixo d'água, pois não adianta só eles tirarem proveito, enquanto os índios ficam na mesma miséria que têm vivido até agora." Essa é a opinião do secretário do Conselho dos 800 xokleng e kaingang do posto indígena de Ibrama, em Santa Catarina, João Adão de Almeida, que ontem, em Porto Alegre, manifestou a decisão dos indígenas em não permitir a extração de 15 mil metros cúbicos de madeira nobre da reserva, pretendida pela Funai, sob a alegação de que parte da área será inundada, devido à construção da barragem do rio Hercílio Luz.

Segundo o líder indígena, os xokleng estão "ressabiados" porque nas duas últimas vezes em que houve extração de madeira da reserva eles não foram beneficiados com o mesmo valor da retirada. João Adão de Almeida contou que quando a firma Manoel Marquete retirou madeira "foi extraído muito mais do que dizia no contrato e até hoje não voltou o dinheiro do excesso". Na outra vez, há três anos — ainda segundo o xokleng —, "foram construídas 40 casas em troca das árvores, mas este valor nunca vai ser igual ao que foi tirado em madeira".

O vice-presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio, Caio Lustosa — que entrou com mandado de segurança contra a Funai —, chamou a atenção para os aspectos legais que envolvem a retirada de madeira nobre, lembrando que em caso de alagamento por construção de barragem, a Funai

precisa de autorização da Presidência da República, que se dá por meio de decreto, e a desapropriação da área atingida cria a necessidade de doação de outra área igual e com as mesmas características.

Sobre a participação dos indígenas na negociação da madeira, disse o advogado gaúcho: "Não é nenhum favor da Funai, pois está prevista no próprio Estatuto do Índio, que no parágrafo único o artigo 42 afirma que as gestões devem ter a participação e fiscalização dos sílvcolas, ainda mais neste caso em que a comunidade tem condições de gerir a retirada da madeira".

João Adão de Almeida também se queixou da falta de apoio da Funai que não fornece instrumentos de trabalho, obrigando a maioria dos índios a trabalharem como peões diaristas nas propriedades vizinhas em troca de 50 cruzeiros diários. Por tudo isto, os índios de Ibrama se reuniram há dois meses e escolheram 16 representantes que formaram um conselho, liderado por Olímpio Vetcha Priprá, mas tanto o chefe do posto, conhecido por Lombardi, como a própria Funai não querem reconhecer-lo.

Segundo o secretário do conselho, Olímpio Priprá viajou há uma semana para Brasília para se encontrar com o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, e tratar com ele todos esses assuntos. João Adão Almeida finalizou lembrando que se não houver condições de negociação que satisfaça os índios, a comunidade deverá embargar a retirada de madeira, deixando que "tudo fique embaixo d'água mesmo".

*Lustosa FUNAI*



**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

**SECÇÃO DE INFORMAÇÕES**

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**HISTÓRICO**

**Indio pareci**  
*Folha de imprensa*  
**vai a Puebla**  
12/01/74

O indio Daniel Matenho Cabixi, da tribo dos Pareci, de Mato Grosso, deverá representar as tribos brasileiras na III Conferência Geral do Episcopado Latinoamericano, que se inicia no final deste mes, em Puebla, no México. A convocação de Daniel foi feita pela CNBB, que encarregou o CIMI — Conselho Indigenista Missionário — de contactá-lo na aldeia de Rio Verde, no municipio de Diamantino, MT, á beira da estrada Cuiabá-Porto-Velho.

Daniel Matenho, 25 anos, casado, um filho — a esposa, Adilis, espera o segundo — já representou seus irmãos de raça no I Parlamento Indio Americano do Cone Sul, realizado em San Bernardino, Paraguai, em outubro de 1974. Participou também de diversas assembléias de chefes indigenas realizadas em aldeias e áreas indigenas, no Brasil. Recentemente, Daniel Matenho e outros tres lideres — o xavante Aniceto, o karipuna Alvaro e o dessana Luiz — elaboraram um documento que foi aprovado pela assembléia de chefes, realizada em Goiás Velho, e que os lideres levaram a Brasilia para entregar ás autoridades federais, no dia 19 de dezembro.

Sondado sobre sua possivel participação na reunião de Puebla, ainda em dezembro, Daniel havia se manifestado disposto á viagem, embora se dissesse preocupado em deixar a esposa, que deve dar á luz brevemente. O convite oficial foi feito ontem, pela CNBB, e a comunicação foi feita pelo CIMI por meio de missionários em Cuiabá que mantém contato regular com Daniel.

*Partido  
FUNAI*



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

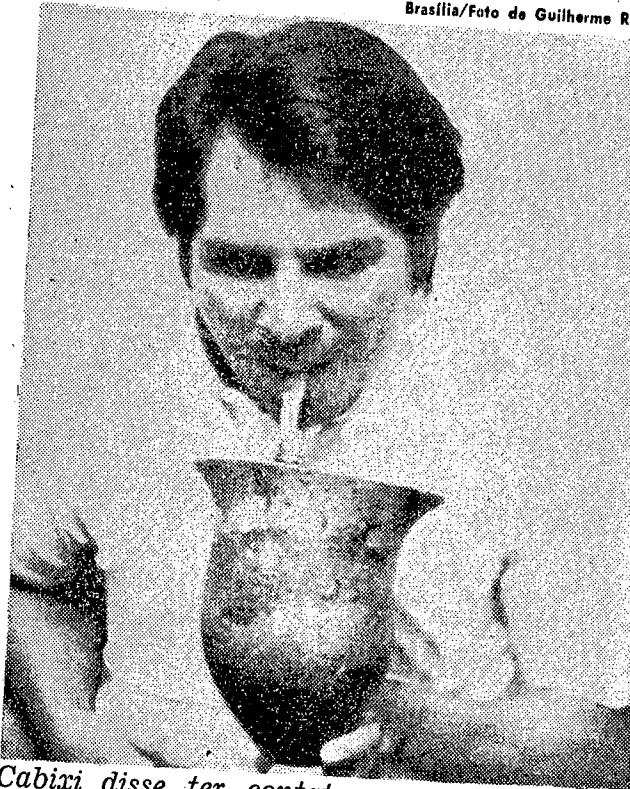
NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

Brasília/Foto de Guilherme Romão



*Cabixi disse ter contatos com organizações indígenas e talvez denuncie a proibição*

*Journal do Brasil 23/10/71*  
**Índio que Funai proibiu de ir a Puebla estranha mas a decisão não o surpreende**

Brasília — O índio Daniel Matenho Cabixi, proibido pela Funai de participar da III Conferência-Geral do Episcopado Latino-Americano, afirmou ontem que não ficou "chocado nem surpreso" com a decisão, e estranhou que "logo a Funai, que defende a integração do índio, achou de embargar minha ida a Puebla".

O argumento de que a permissão abriria precedentes para convites de reuniões de credos contrários à formação do índio foi considerado "um absoluto absurdo e uma desculpa sem fundamento", que "encobre a real intenção da Funai de impedir que os outros saibam da situação do índio brasileiro".

**CRÍTICA**

Falando fluentemente o português, Daniel ainda não sabe quanto tempo permanecerá em Brasília nem que contatos fará na tentativa de resolver seu problema. Ele evitou comentar qualquer assunto centralizando sua entrevista no episódio da proibição de sua viagem ao México.

Para ele, o argumento utilizado pela Funai demonstra que o órgão compara os índios a canções agitadas pelo vento, que inclinam suas idéias às de terceiros". Destacou, entretanto, que "o índio brasileiro está caminhando para a firmeza de suas idéias na

Ele classificou a política indigenista desenvolvida pela Funai como "ambígua e contrária às comunidades indígenas, explorando, espoliando e ajudando terceiros a espoliar o patrimônio indígena".

**DEPUTADO ACOMPANHA**

O Deputado Federal João Cunha (MDB-SP), ante a proibição imposta pela Funai ao índio Cabixi, de viajar para Puebla, se propôs ontem, em Ribeirão Preto, a acompanhá-lo até o México.

O Sr João Cunha disse que, como cidadão brasileiro, pai de família, tem "condição necessária para

*Posto FUNAI*

85

PT 10254.122

sua entrevista no episódio da proibição de sua viagem ao México.

Para ele, o argumento utilizado pela Funai demonstra que o órgão compara os índios a caníços agitados pelo vento, que inclinam suas idéias às de terceiros". Destacou, entretanto, que "o índio brasileiro está caminhando para a firmeza de suas idéias na defesa de seus direitos. Os últimos fatos (conflitos) mostram que o índio está descobrindo que foi explorado, espoliado e massacrado, até pelo órgão de Proteção".

O Deputado Federal João Cunha (MDB-SP), ante a proibição imposta pela Funai ao índio Cabixi, de viajar para Puebla, se propôs ontem, em Ribeirão Preto, a acompanhá-lo até o México.

O Sr João Cunha disse que, como cidadão brasileiro, pai de família, tem "condição necessária para tutular alguém" e está disposto não só a acompanhar o índio da aldeia de Rio Verde até a cidade de Puebla, como a pagar todas as despesas necessárias.

## Dom Hélder defende o espírito de Medellín

"Em Puebla, a delegação brasileira se baterá pelo espírito de Medellín. Todos queremos construir um mundo mais respirável, mudando as estruturas que oprimem, cada vez mais, dois terços da humanidade. Fazê-lo pelas armas é loucura, pois são os opressores que as fabricam. Medellín mostrou o caminho, criando as Comunidades Eclesiais de Base, onde os fracos se reúnem para evitar que seus direitos sejam espezinhados".

A afirmativa foi feita ontem por D Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, que está no Rio, com mais 36 bispos para participar da reunião preparatória à conferência de Puebla. A reunião, iniciada ontem no Cenáculo, em Laranjeiras, com uma apresentação de D Aloísio Lorscheider, presidente da CNBB e da Celam, será encerrada amanhã, quando os bispos começam a viajar para o México.

### REALIDADE LATINA

Durante toda a tarde no Cenáculo, os bispos começaram a chegar em grupos e alguns prelados ficaram retidos em São Paulo devido ao mau tempo. Somente às 17h, D Aloísio Lorscheider, acompanhado de D Ivo Lorscheider, dispôs-se a falar aos jornalistas, ainda assim rapidamente. ("Tenho um encontro importante e vocês podem assistir à reunião de hoje (ontem) à noite").

"As idéias mais fundamentais da reunião dos bispos são a respeito da realidade que vivemos na América Latina. Trata-se da defesa dos direitos fundamentais do homem diante da evolução da tecnologia que pode agravar a dominação do homem pelo homem", disse D Aloísio.

Para ele, Puebla dará

destaques aos problemas reais do povo, de extrema pobreza, sem saúde, sem casa, sem educação. "O Papa", afirmou, "terá o seu primeiro contato com a América Latina, terá oportunidade de estudar os problemas do continente, ainda que através de encontros rápidos com delegações. Ela não será um moderador, mas dará a sua orientação e opinião, pois foi ele que convocou a reunião".

### SEM VIOLÊNCIA

O Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que viajou ontem para o Rio, disse que "a participação da Igreja Católica em insurreições contra ditaduras está afastada; essa possibilidade foi repudiada pelo Papa Paulo VI, alegando que o Evangelho não aceita a violência; o Evangelho quer uma transformação a partir do coração e das estruturas".

"Acho que esse vai ser o nosso caminho, na Conferência de Puebla, pois os sacerdotes estão convencidos de que violência gera violência. Esperamos que as soluções sejam encontradas, através da paz do Evangelho", afirmou. Considerou que "é um privilégio da América Latina receber pela segunda vez a visita de um Papa, e que isso aumenta a responsabilidade dos bispos que vão discutir, em Puebla, as sugestões que a Igreja possa apresentar".

Um dos dois únicos religiosos protestantes brasileiros a participarem da assembléia de Puebla, o Pastor Bertholdo Weber considera que o encontro será um "passo importante na caminhada cristã latino-americana desde Medellín para o próximo decênio. "Espera que Puebla responda aos "profundos anseios e necessidades dos povos da América Latina", e que não haja "apenas uma reunião do alto clero".

PT 1025 A. 122



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

10 — O ESTADO DE S. PAULO

24/10/74

PROFISS: .....

RESIDÊ: .....

# Olimpio Serra é demitido da Funai

Da sucursal de  
**BRÁSILIA**

O etnólogo Olimpio Serra, afastado, no final do ano passado, da direção do Parque Nacional do Xingu por ter discordado da filmagem de uma novela para a televisão foi, ontem, demitido da Funai "por indisciplina" depois de ter concedido entrevistas à imprensa defendendo a política que vinha aplicando no Parque. Ao comentar a demissão, Olimpio afirmou que o ato administrativo assinado pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, "pelo menos é coerente com a sua administração, que se desfez de médicos, antropólogos e indigenistas de inegável dedicação e eficiência".

Olimpio cita, entre os indigenistas desligados da Funai, Irineu Castro, Ramilton Souto Lemos, Franklin Roosevelt, Gois da Silva, José Alfredo Guimarães, Carlos Moreira Neto, David Price, Kennety Taylor, Peter Silverwood Cope, Celina Braga, Iara Ferraz, Eni de Oliveira, Gilberto Azanha e Oswaldo Baltazar. "Já estava difícil permanecer fora da lista tão ilustre — ressaltou — e, o que é mais grave, em companhia de um torturador de índios." Embora não cite em sua nota, Olimpio Serra acusa diretamente o delegada da Funai em São Luís, no Maranhão, José Perfect, acusado de ter torturado um índio guajajara, fato que motivou a abertura de um inquérito na Funai.

"O meu afastamento — prosseguiu — é coerente, também, com a participação do general na crise do Parque Nacional do Xingu, quando se observou a já comentada inversão de papéis entre comandante e comandado, cabeça e membros inferiores, general e sargento. Inversão esta que o general

Ismarth consumou até as últimas conseqüências."

**FUNAI JUSTIFICA**

O presidente da Funai, por sua vez, ao justificar a demissão de Olimpio Serra, disse que o ex-diretor do Xingu foi reincidente cometendo uma falta disciplinar. "A primeira causou o seu afastamento do parque, quando ele enviou um radiograma injurioso à Funai protestando contra a filmagem da novela. Desta vez ele desobedeceu a uma ordem da Funai que proibiu, desde quarta-feira passada, que qualquer funcionário se pronunciasse sobre a política indigenista. Olimpio, no entanto, escreveu um artigo, assinado para um jornal de Brasília, desrespeitando a orientação." Os jornalistas



Arquivo

**Olimpio Serra**

perguntaram ao general se Olimpio não teria o direito de defender-se das sérias acusações que lhe foram feitas por meio da imprensa, pelos Villas Boas, Apoena Meirelles e por um jornalista carioca. O general disse que não, acrescentando que somente a ele cabe responder às críticas feitas a funcionários seus.

A propósito da demissão de Olimpio Serra, o

Conselho Indigenista Missionário distribuiu nota afirmando que a exclusão do antropólogo dos quadros da Funai constitui "uma arbitrariedade ditada por interesses escusos".

"A princípio — diz a nota — se falou em disciplina, justamente numa época em que Olimpio denunciava o projeto de emancipação como genocídio indolor" depois falou-se em incapacidade, desleixo, e incompetência. Olimpio respondeu serenamente, como poucos antropólogos e sertanistas brasileiros tiveram a glória de responder: pela boca do índio".

"Pela conduta digna e ativa dos índios do Xingu no episódio da imposição de Apoena Meirelles na direção do parque — prossegue —, está-se consumando mais uma arbitrariedade, mais uma iniquidade da política indigenista oficial. Não sabemos a quem cabe a vitória, se a Orlando Villas Boas, ao general Ismarth, ao projeto de emancipação de Rangel Reis, etc, contudo, sabemos perfeitamente a quem cabe a derrota: ao índio."

A Comissão Pro-Índio São Paulo e Brasília também se manifestaram, afirmando que a demissão está ligada às declarações que o etnólogo fez ao jornal de Brasília, "em resposta as acusações infundadas e mal-intencionadas referentes ao seu trabalho no Xingu, publicadas pela revista Isto é, de autoria do jornalista Edilson Martins. A comissão — diz a nota — expressa o seu repúdio a mais este ato de arbitrariedade, bem como ao fato de decisões que afetam diretamente as comunidades indígenas, serem tomadas à revelia dos índios, e sem uma avaliação bem fundamentada das situações específicas."

PT 1025a 122

86

em companhia de um torturador de índios." Embora não cite em sua nota, Olímpio Serra acusa diretamente o delegada da Funai em São Luís, no Maranhão, José Perfect, acusado de ter torturado um índio guajajara, fato que motivou a abertura de um inquérito na Funai.

"O meu afastamento — prosseguiu — é coerente, também, com a participação do general na crise do Parque Nacional do Xingu, quando se observou a já comentada inversão de papéis entre comandante e comandado, cabeça e membros inferiores, general e sargento. Inversão esta que o general



Arquivo

### Olímpio Serra

perguntaram ao general se Olímpio não teria o direito de defender-se das sérias acusações que lhe foram feitas por meio da imprensa, pelos Villas Boas, Apoena Meirelles e por um jornalista carioca. O general disse que não, acrescentando que somente a ele cabe responder às críticas feitas a funcionários seus.

A propósito da demissão de Olímpio Serra, o

mando que a demissão está ligada às declarações que o etnólogo fez ao jornal de Brasília, "em resposta as acusações infundadas e mal-intencionadas referentes ao seu trabalho no Xingu, publicadas pela revista Isto é, de autoria do jornalista Edilson Martins. A comissão — diz a nota — expressa o seu repúdio a mais este ato de arbitrariedade, bem como ao fato de decisões que afetam diretamente as comunidades indígenas, serem tomadas à revelia dos índios, e sem uma avaliação bem fundamentada das situações específicas."

## Exército evitará conflito entre índios e fazendeiros

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, anunciou, ontem, que soldados do Exército foram convocados pelo órgão para evitar qualquer confronto entre os índios e fazendeiros na reserva xavante de Pimental Barbosa. Disse também, por outro lado, que é impossível indenizar os fazendeiros pelas terras que estão na área da reserva, mas que eles poderão receber indenização pelas benfeitorias, assim que for concluído o levantamento aerofotogramétrico da região, e o exame das reivindicações, das duas partes, pelo ministro Rangel Reis, do Interior.

Os índios — que aguardam uma decisão da Funai para a retirada dos fazendeiros de uma parte de sua reserva, que foi ilegalmente vendida — estão mantendo a trégua prometida à Funai, segundo informou o general. Os soldados, no entanto,

garantem a segurança tanto dos índios como dos fazendeiros, estabelecendo-se na região limítrofe entre as terras ocupadas por ambos.

Durante mais de duas horas, os fazendeiros que ocupam parte da região estiveram reunidos com Rangel Reis, o presidente da Fu-

### Capuchinhos prometem que deixam terra

Do correspondente em  
SAO LUIS

Os frades capuchinhos da missão Alto Alegre, município maranhense, divulgaram ontem, o teor da carta enviada ao governador Nunes Freire, no final de dezembro. No documento, eles admitem abandonar a região e entregar as terras que ocupam aos índios guajaras. Isto, se o Incra ou o Estado, promover reassentamento dos seis mil colonos brancos que vivem como arrendatários da missão.

"Tanto os frades, como a Igreja — diz Frei Oswaldo Corinini, secretário da Associação Educadora São Francisco — querem colocar-se ao lado dos mais pobres. No caso, os 1.030 índios possuem 127,6 mil hectares de terras fora do Alto Alegre e os colonos não têm para onde ir". O frei desmente, ainda, a denúncia de que os capuchinhos estejam negando água aos índios, pois eles têm suas terras cortadas por dois rios, onde existem lagoas perenes, e água é o que não falta.

nal, o antropólogo Cláudio Romero (coordenador do Projeto Xavante), num encontro que o general Ismarth classificou de "preliminar" para o ministro conhecer a situação dos fazendeiros e dos índios com relação aos limites Oeste e Sul da reserva Pimental Barbosa. A decisão deverá ser tomada ainda neste governo, conforme garantiu o general Ismarth.

Depois da análise desses dados poderá ser alterado o decreto presidencial que criou a reserva indígena, que passaria de 218 mil hectares para 300 mil. Apesar da área onde estão as fazendas não constar do decreto, as terras fazem parte do "habitat em memorial do índio", de acordo com o artigo 198 da Constituição.

"O índio quando quer uma coisa, é porque tem necessidade dela e não por apenas querer aumentar a quantidade de terra", afirma Ismarth que diz não temer a volta de conflitos na área, como ocorreu em dezembro, porque tanto os índios como os fazendeiros "acalmaram os ânimos" depois que o assunto começou a ser estudado pelo ministro.

O Cacique Juruna e mais quatro xavantes não conseguiram participar da reunião, nem conversar com Rangel Reis, depois que os fazendeiros deixaram o gabinete do ministro. Bastante zangado, Juruna reclamou: "O ministro atende fazendeiro ladrão mas não atende índio. A educação é só para receber deputados e generais".





**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Funai dispensa antropólogo por "indisciplina"**

*Jornal de Brasília 24/10/79*  
Brasília — O ex-diretor do Parque do Xingu, antropólogo Olympio Serra, foi demitido ontem da Funai por "reincidência de indisciplina", devido ao fato de ter assinado uma reportagem no *Jornal de Brasília* sobre "os muitos desvios verificados no Parque Nacional do Xingu". Segundo o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, o antropólogo desobedeceu a ordem de não fazer declarações e ainda por cima atacou o presidente da Fundação.

O antropólogo divulgou uma nota à imprensa afirmando que a decisão de dispensá-lo "foi coerente com a administração do General Ismarth de Oliveira, pois, durante sua gestão, a Funai se desfez de médicos, antropólogos e indigenistas de inegável dedicação e eficiência". O Cimi distribuiu nota solidarizando-se com Olympio Serra e qualificando sua demissão como "mais uma arbitrariedade, mais uma iniquidade da política indigenista oficial".

*Para FUNAI*

**Premeditação**

Segundo o General Ismarth de Oliveira, o ex-diretor do Xingu — que foi afastado do Parque também por indisciplina — desobedeceu ordem expressa expedida uma semana antes pela Funai, e ainda cometeu o acinte de fazê-lo através de uma reportagem assinada, que ocupou duas páginas do jornal. Para o presidente da Funai, seria o caso de demissão por justa causa, devido à premeditação do ato, pois a reportagem foi publicada no domingo, e a proibição de declarações firmada na quarta-feira.

Já o antropólogo julga que agiu em defesa própria, pois vinha sendo criticado em vários artigos da imprensa, que culminaram com a reportagem do jornalista Edilson Martins na revista *Is-*

PT 1025 a. 122

87



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

*do índio do Brasil*  
**Índio Daniel  
ainda espera  
ir a Puebla**

*24/01/79*  
Brasília — O índio Daniel Matenho Cabixi, proibido pela Funai de participar da conferência de Puebla, está aguardando interferência da CNBB junto à Funai para liberar sua ida ao México. Ontem, ele informou que está pensando em ir à Funai, "não para pedir licença, mas para discutir essa decisão, e saber as justificativas deles".

O General Ismarth de Oliveira comentou que o pedido da CNBB foi feito à última hora e que, se realmente o convite foi do Papa, deveria ter se realizado a nível de Governo. Ele descartou a possibilidade de o Deputado João Cunha (MDB—SP) acompanhar Daniel como representante do tutor, afirmando que se tivesse de autorizar alguém autorizaria a Igreja.

*Posto  
FUNAI*

88



Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

A, QUARTA-FEIRA, 24 DE JANEIRO DE 1979

TRIBUNA DO PARANÁ

# Exército impedirá levante índio

BRASÍLIA — (AE) — O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira anunciou ontem, que soldados do Exército foram convocados pela Funai para evitar qualquer confronto entre índios e fazendeiros na reserva Xavante de Pimentel Barbosa.

Os índios, que aguardam uma decisão da Funai para a retirada dos fazendeiros de uma parte de sua reserva que foi ilegalmente vendida para fazendeiros, estão mantendo a trégua prometida à Funai. Segundo informou o general, os soldados, no entanto, garantem a segurança tanto dos índios como dos fazendeiros, estabelecendo-se na

região limítrofe entre terras ocupadas pelos índios e as fazendas.

**CONTATOS**

SÃO LUIS — (AJB) — Cerca de 80 índios do grupo Guaja - provavelmente os últimos índios selvagens do Maranhão - já foram contatados pela Funai (Fundação Nacional do Índio), segundo informou o delegado substituto do órgão no Maranhão, Antônio Ribeiro. Este grupo de índios ainda agreste vive perambulando pelas matas do município de Turiaçu, e a maioria deles até hoje ainda não teve um único contato com o homem branco. Foram vistos pela primeira vez em meados de 1973, ocasião em que a Funai organizou as pri-

meiras expedições. O primeiro sertanista a manter contato com os Guajas foi Fernando Moreira, que trabalhou dois anos na área e depois cedeu o lugar ao sertanista Sidney Consuelo, que é quem comanda atualmente a frente de atração dos Guajas.

Segundo o delegado substituto da Funai no Maranhão, o trabalho de contatar os Guajas é muito difícil, pois estes índios são nômades. Não se pode precisar ainda o número de índios Guajas. Até hoje, apesar dos boatos que correm na região de que estes índios são hostis aos brancos, não houve registro de nenhum caso de ataque ou violência.

*Posta  
FUNAI*

PT 10250. 122



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Funai proíbe ida  
de índio a Puebla**

*Solha de Loudeira*

*20/10/79*

Em ofício encaminhado ontem à CNBB, a Funai proibiu a viagem do índio Daniel Mantenho Cabixi à 3a. Conferencia Geral do Episcopado Latino-americano, considerando que sua participação abria "precedentes para convites de reuniões de credos contrários à sua formação".

O secretário Geral da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, considerou que a decisão "foi mais um absurdo bem grande de órgãos do Governo, mas temos certeza de que escalões superiores do Governo terão a sabedoria de anular esta lamentável negativa da Funai".

A mensagem da Funai esclarece:

"Em virtude da colaboração na assistência ao índio

brasileiro ser prestada por diversos credos, sem quebra das crenças de origem do índio; por levar em conta a Funai os padrões culturais dos diferentes grupos tribais, aos quais é dever do órgão resguardá-los, sem impor-lhes fé religiosa oposta às que milenarmente professam e, considerando afinal, que a presença de um índio em conferencia abre precedente para convite de reuniões de credos contrários à sua formação, é que, no exercício do poder tutelar, achamos por bem não permitir a viagem do referido índio. Esperamos que a cautela no resguardo de uma cultura tutelada seja compreendida por essa CNBB que temos na mais alta conta para os fins a que se propõe a Igreja Católica Apostólica Romana".

*Pasta FUNAI*

*PT 10250.122*

*90*



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Funai proíbe viagem de índio que representaria os indígenas em Puebla**

*Journal do Paraná*  
*20/01/84*  
**Brasília** — O índio pareci Daniel Matenho Caxixi, que a convite da CNBB representaria os indígenas brasileiros na III Celam, em Puebla, foi proibido de viajar pela Funai, para quem sua participação "abriria precedente para convites de reuniões de credos contrários a sua formação".

"Mais um absurdo bem grande de órgãos do Governo", foi como o secretário-geral da CNBB, Cardeal Ivo Lorscheiter, classificou a decisão da Funai. Mas ainda tem esperanças de levar Caxixi a Puebla: "Temos certeza que escalões superiores do Governo terão a sabedoria de anular a lamentável negativa".

**BASE JURÍDICA**

Embora a razão apresentada pela Funai para proibir a viagem do índio Daniel ao México seja a de que a autorização abriria um precedente que a obrigaria a proceder de igual modo em relação a outros credos, há entendimento jurídico de que a Fundação não poderia conceder a permissão sem um suprimento judicial.

Sendo tutelado da União, o índio está sujeito à tutela

de direito público, indestituível, e tem capacidade relativa. Para sair do país, ou seja, afastar-se da alçada da tutela, precisaria estar em pleno gozo de seus direitos civis. Nestas condições, poderia ser liberado da tutela, ou emancipado.

A autorização da Funai feriria o princípio da capacidade relativa do índio e conflitaria com o Estatuto do Índio, que proíbe a exibição do índio sob qualquer forma.

*Posto FUNAI*



Estado do Paraná

DE

# A FUNAI proíbe a viagem do índio Cabixi a Puebla

SOCIAL

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

BRASILIA (Sucursal) — A FUNAI, invocando seu poder de tutela sobre os silvícolas, proibiu a presença do índio Daniel Matenho Cabixi na 3.ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, a realizar-se brevemente em Puebla, México.

Em ofício encaminhado à CNBB, o presidente interino da FUNAI, João Crisóstomo da Silva, afirmou que a presença de um índio em conferência do gênero "abre precedente para convites de reuniões de credos contrários à sua formação", o que o órgão julga desaconselhável.

Lembra ainda o ofício que a colaboração na assistência ao índio brasileiro é prestada por diversos credos, sem quebra das crenças de origem do índio, por levar em conta a FUNAI os padrões culturais dos diferentes grupos tribais, aos quais é dever do órgão resguardá-los, sem impor-lhes fé religiosa oposta às que milenarmente professam".

## O OFÍCIO

O ofício da FUNAI, dirigido ao subsecretário geral da CNBB para assuntos de Pastoral, Pe. Raimundo José Soares, tem o seguinte teor:

## CNBB acha "um absurdo"

BRASILIA (Sucursal) — Ao saber da decisão da FUNAI de proibir a ida de Daniel Cabixi à Puebla, o secretário-geral da CNBB, D. Ivo Lorscheiter reagiu afirmando que "é mais um absurdo cometido por um órgão do Governo". Após conversar, por telefone, com o cardeal Aloisio Lorscheider, D. Ivo disse que espera que escalões superiores do Governo anulem a proibição.

A ida de Daniel a Puebla já era tida como certa e seu nome já constava da lista oficial da Comitiva Brasileira à Conferência dos Bispos da América Latina. Daniel, segundo informou o Conselho Indigenista Missionário, Seção Cuiabá, encontra-se a caminho de Cuiabá de onde deveria vir para Brasília para providenciar os documentos necessários à sua viagem.

Segundo D. Ivo, o Itamarati ou o Palácio do Planalto deveriam rever a decisão da FUNAI cujos argumentos não parecem muito convincentes. "Afinal, não tem sentido proibir a ida de Daniel que com a sua presença daria um testemunho vivo para todos da Igreja contribuindo para o

"Senhor subsecretário.

Cumprimentando V. Sa. acusamos o recebimento de expediente de sua lavratura de 12 de janeiro corrente, no qual declinado convite para a participação do índio Daniel Matenho Cabixi à 3.ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.

Em virtude da colaboração na assistência ao índio brasileiro ser prestada por diversos credos, sem quebra das crenças de origem do índio, por levar em conta a FUNAI os padrões culturais dos diferentes grupos tribais, aos quais é dever do órgão resguardá-los, sem impor-lhes fé religiosa oposta às que milenarmente professam e, considerando afinal, que a presença de um índio em conferência abre precedente para convites de reuniões de credos contrários à sua formação é que, no exercício do poder tutelar, achamos por bem não permitir a viagem do referido índio.

Esperamos que a cautela no resguardo de uma cultura tutelada seja compreendida por essa CNBB que temos na mais alta conta para os fins a que se propõe a Igreja Católica Apostólica.

enriquecimento da busca das diretrizes de seu trabalho de evangelização no continente".

O presidente interino da FUNAI, João Crisóstomo, não quis comentar a decisão do órgão, limitando-se a dizer que distribuiu aos jornais uma cópia do ofício encaminhado à CNBB que até o final da tarde não havia recebido ainda a comunicação.

Posto FUNAI



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

*Frei condena a*  
*ordem da FUNAI*  
*21/10/71*

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Frei Basílio Resende, do grupo de padres e pastores de defesa dos direitos humanos, ao comentar ontem a decisão da FUNAI de proibir a viagem ao México do índio Daniel Caxixi, onde representaria os indígenas brasileiros na terceira CELAM; afirmou que "a atitude além de absurda, demonstra que, para o órgão, o termo tutela tem outro significado: o de prisão".

"É estranho", acrescentou o frei, "que a FUNAI, que não levanta sua voz contra a emancipação venha, sob a alegação de que o índio não goza de direitos civis, proibir a participação do indígena brasileiro na reunião de Puebla".

*Posto FUNAI*

PT 10250. 122



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Metodistas criticam Funai  
por ter proibido indígena  
de comparecer à III Celam**

A proibição da Funai à viagem do índio pareci Daniel Caxixi a Puebla, como representante dos indígenas brasileiros na III Celam, tem causado reações. Sessenta igrejas metodistas paranaenses e catarinenses, reunidas em Londrina, decidiram telegrafar à Funai protestando contra sua decisão.

Em Salvador, o Cardeal Avelar Brandão disse não ver razão para a proibição e acha que a decisão foi influenciada por precipitação emocional da Funai por falta de melhores informações. Enquanto isso, o secretário-geral da CNBB, D Ivo Lorscheiter, afirma que a Funai reconsiderará a proibição e acabará por permitir a ida de Caxixi a Puebla.

**MA SITUAÇÃO**

O Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil lembrou ainda que indígenas de várias nacionalidades estarão presentes à III Celam, como convidados. Ele disse que, por isso, a delegação brasileira ficará em má situação se não levar o seu representante, Daniel Caxixi foi escolhido pela CNBB.

O Cimi (Conselho Indigenista Missionário) não quis falar sobre a proibição da Funai. Seus membros dizem que a tramitação da ida de Caxixi a Puebla foi feita pela CNBB e a ela cabe falar. Ademais, argumentam que seu presidente, Bispo Dom Tomás Balduino, está no interior de São Paulo e não manteve contato com o órgão.

*Protesto FUNAI*





Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Sertanista critica novo chefe da Funai**

*Sertanista do Paraná 27/11/29*

RIO (AE) - Uma sonora gargalhada: foi assim que o sertanista João Peret reagiu ontem, no Rio, ao ser informado que o diretor geral do DNER foi escolhido pelo futuro ministro do Interior para presidir a Funai. Outra gargalhada, dessa vez com menor intensidade, deu o sertanista, quando soube que uma das qualidades do engenheiro Adhemar Ribeiro da Silva, apontada por Andreazza, é seu "carinho pelos índios". - Para ser presidente da Funai não é necessário apenas gostar ou ter simpatia pelos índios. Mas estar a par de toda essa engrenagem dos interesses dos índios contra a ação das multinacionais ou dos maus brasileiros, que vêm no índio um empecilho às suas ambições de se apropriarem de suas terras e de seus patrimônios". Na opinião do sertanista, "tirar o Ismar de Araújo é um retrocesso total na política indigenista brasileira". - O Ismar estava se revelando um interessado pela causa indígena, que aprendeu com o próprio sofrimento. Considero mesmo o índio infeliz em perder o Ismar de sua liderança, embora sofrendo pressões, lutou com muita garra pela causa indígena.

Com uma ponta de ironia, o sertanista Peret disse não entender que um "abridor de estradas seja deslocado para a Funai". E comentou: - Acho que os índios, desde a época da colonização, sempre souberam abrir suas estradas e caminhos. Será que o futuro presidente da Funai vai querer abrir estradas para os índios? Eles vão até se perder com tanta estrada. Gostaria de perguntar ao atual diretor-geral do DNER se ele poderia nos dizer onde estão os índios que existiam na Tranzamazônica? Um amigo de Peret comentou que o engenheiro Adhemar Ribeiro da Silva estaria tão distante do problema que só deve conhecer índios do bloco carioca "Cacique de Ramos" - que desfila no Rio, nos carnavais, apenas com fantasias de índios". Peret arrematou: - Nem isso. O homem não é nem carioca. É mineiro de Juiz de Fora". O presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, José Candido de Melo Carvalho, estranhou a indicação do diretor-geral do DNER para a Funai: "Ele vai mesmo para a Funai? Fundação Nacional do Índio?..."

*Lista FUNAI*

95



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Sertanista será ouvido** *Folha São Paulo*  
**sobre política da Funai** *07/10/79*

RIO (Sucursal) — Depois do contato com o sertanista Orlando Vilas Boas, na próxima semana, em São Paulo, é que irá se definir a nova política indigenista da Funai, a ser submetida ainda este mês ao futuro ministro do Interior, coronel Mario Andreazza, informou Ademar Ribeiro da Silva, atual diretor do DNER e futuro presidente da Fundação Nacional do Índio.

Em entrevista à "Folha" o engenheiro disse que a demarcação das terras indígenas e a questão da emancipação do índio, criticada por antropólogos, etnólogos e indigenistas, são os principais assuntos que levará para discutir com o sertanista Villas Boas.

Ademar Ribeiro da Silva revelou a existência de um relatório com 82 páginas, com sugestões para o estabelecimento de uma nova política de atuação da Funai. Dele não quis revelar detalhes por "que no mínimo seria uma deselegância fazer com que o ministro tome conhecimento do plano através da imprensa". Mas alguns pontos que farão parte das diretrizes futuras do órgão já foram discutidos na última quinta-feira, em Brasília, num encontro reservado com o ministro do Interior do governo Figueiredo, de quem aliás, Ademar Ribeiro recebeu orientação, para se aproximar das correntes dissidentes

da política oficial, como meio de obter o apoio necessário.

**FATURAS E INDIOS**

O diretor do DNER já estabeleceu uma visão sobre a questão indígena. Acha, por exemplo, que "a melhor coisa que se pode fazer com o índio é respeitar sua maneira de viver, sem entrar em suas terras". E dentro desse espírito, "de real proteção ao índio", é que pretende cumprir sua missão à frente da Funai conforme declarou.

Depois de afirmar que aceitou a presidência da Funai "com a humildade de quem reconhece que tem ainda muito que aprender", Ademar Ribeiro ressaltou que se acha qualificado para a missão, e como exemplo, lembrou o "intenso contato que manteve com os índios, por ocasião da construção da Transamazônica, quando chefiou o 7.º Distrito Rodoviário".

"Nessa época, ele diz, aumentou minha admiração pelo índio. Vi que o índio, na verdade, é uma criança, um ser ingênuo, mas com uma cultura própria que precisa ser preservada a qualquer custo", concluindo, em seguida estar convencido de que "o problema não é o índio. O problema somos nós. A melhor política é deixá-los em paz". (A.C.)

*Boas  
FUNAI*

*PT 1025a. 122*

96



**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Cacique xavante entrega  
borduna da paz à Funai  
em prova de confiança**

*Journal do Brasil 06/02/79*  
Brasília — O cacique da reserva xavante de Pimentel Barbosa, Uarodi, entregou ontem ao presidente da Funai a borduna da paz, simbolizando o crédito de confiança que os xavantes darão ao General Ismarth de Oliveira, para evitar novos conflitos com os fazendeiros, até que o Ministério do Interior dê solução para suas reivindicações, o que pode ocorrer ainda este mês.

A reserva continua fechada a estranhos e os índios estão sendo aconselhados a não visitar a cidade de Barra do Garças, para evitar provocações. Os índios reivindicaram ao General Ismarth de Oliveira o desenvolvimento de projetos na área, o que será feito com base em créditos especiais que a Funai está pleiteando junto ao Governo.

**Espera**

Segundo o cacique, os xavantes de Pimentel Barbosa não realizarão novos ataques às fazendas situadas no limite Oeste da reserva, uma das áreas reivindicadas, e esperarão com tranquilidade a definição quanto ao limite Sul, onde alegam ter havido erro de demarcação devido à troca de nomenclatura dos rios.

Os índios estão dispostos a evitar conflitos e a obter uma solução pacífica para suas reivindicações. Entretanto, o crédito de confiança oficializado ontem com a entrega da borduna da paz terá efeito, no máximo, até meados de março, quando novo presidente assumirá na Funai.

O chefe da Coama — Coordenadoria da Amazônia — da Funai, General Demócrito de Oliveira, chegou ontem a Manaus para começar inspeção geral nas delegacias regionais e frentes de trabalho na Amazônia Ocidental. O roteiro inclui o Território de Roráima, onde, na região do Surumu, a tensão aumenta à medida que se aproxima o dia 12, quando termina o prazo dado pelos caciques para os brancos abandonarem a reserva.

Os índios ameaçam expulsar os invasores após aquela data, se a Funai não tomar providências para demarcar suas terras.

São Paulo — Uma circular do Ministério do Interior determina que "até a mudança de Governo e consequente substituição do presidente da Fundação Nacional do Índio, todos os funcionários da Funai estão proibidos de dar entrevistas a jornais, rádio e televisão".

*Lista FUNAI*

PT 1025a. 122

76



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*O Estado São Paulo - 15/02/71*  
**Funai proíbe as  
 notícias sobre  
 a emancipação**

Das sucursais

O índio, no momento, é um assunto proibido e na Funai ninguém está autorizado a falar sobre ele — principalmente concedendo entrevistas à imprensa. Esta atitude está sendo seguida pelos funcionários desde a semana passada, quando uma circular foi distribuída a todas as 12 inspetorias da Fundação Nacional do Índio espalhadas pelo Brasil. O motivo, segundo explicam algumas fontes ligadas à Funai, o governo está tentando impedir que a situação fique "mais tumultuada ainda", o que poderia acarretar até possíveis repercussões internacionais.

Na circular enviada às divisões da Funai, explicava-se que o sigilo era uma recomendação do Ministério do Interior e por isso não deveriam ocorrer entrevistas à imprensa sobre o tema — orientação válida para "os funcionários de todos os níveis". Por isso, ontem, funcionários da Funai não vieram nenhum atrativo em comentar o anunciado pedido da tribo kaingang, que requereu sua emancipação ao Ministério do Interior. "Se nem o ministro está falando..." — argumentavam.

Pedindo para não ser identificado, um indigenista disse não acreditar que os índios kaingang tenham condições para pedir sua emancipação. "É claro que existe alguém por detrás disso tudo. O nosso índio não tem esse grau de consciência e creio mesmo que não entendem sequer o que é a emancipação" — afirmou. Segundo esse indigenista, o que certamente deve estar ocorrendo é uma pressão de grupos poderosos, "econômicos e de outras naturezas", para que os índios

deixem suas terras, que, assim, estariam liberadas para qualquer atividade desejada. "Os índios devem estar recebendo promessas que jamais serão cumpridas; vantagens que nunca receberão".

**DENÚNCIA**

A anunciada emancipação da tribo Kaingang, que vive no posto indígena de Guarita, está sendo incentivada por lideranças políticas e por membros da comunidade luterana da cidade de Tenente Portela. A denúncia foi feita ontem, em Curitiba, pela Regional da Associação Nacional de Apoio ao Índio — Anai —, segundo a qual o cacique Alfaiate estaria sendo o **testa-de-ferro** desses grupos responsáveis pela ocupação de 8 mil alqueires da reserva.

Essas terras são cultivadas com soja e trigo, mediante financiamentos obtidos por essas lideranças políticas junto ao Banco do Brasil em nome do cacique Alfaiate, que vinha sendo autorizado pela chefia do posto a recebê-los.

No final do ano passado, o chefe do posto de Guarita recebeu instruções do delegado regional da Funai, José Carlos Alves, para não mais conceder autorização para o cacique Alfaiate receber financiamentos. A decisão foi acompanhada do início do processo de expulsão dos atuais ocupantes da reserva, que se comprometeram a deixá-la em maio.

Segundo a Anai, a medida em que se aproxima o prazo para que os intrusos deixem as terras, aumentaram as pressões junto ao cacique Alfaiate para que ele providenciasse o pedido de emancipação.

*Posto FUNAI*

# Ismarth é contra, mas acha emancipação viável

Da sucursal o do servi o local

O presidente da Funai, Ismarth de Araújo Oliveira, disse ontem, em Brasília, que não conhece nenhuma tribo brasileira em condições de emancipar-se, no momento, embora admita a possibilidade de isso vir a ocorrer com o grupo kaingang de Guarita. Entretanto, o pedido de emancipação dos índios do Sul continua sendo considerado ilegítimo por antropólogos e missionários, que desconfiam de uma manobra de indivíduos poderosamente econômico. Para o Conselho Indigenista Missionário — Cimi, porém, a própria Funai estaria instigando os índios a pedirem a emancipação, por intermédio dos seus chefes de postos.

O presidente da Funai admitiu que, se o pedido de emancipação dos índios Kaingang entregues ao ministro do Interior, Rangel Reis, realmente representar a posição de mais de 50 por cento da comunidade, esta tribo poderá vir a ser a primeira a perder a tutela governamental. Embora ressaltando que, na sua opinião, nenhum grupo indígena brasileiro está ainda em condições de emancipar-se, o general Ismarth disse que isto poderá ocorrer se a comissão de peritos exigida pelo Estatuto do Índio concluir pela viabilidade do término da tutela. Esta decisão precisará contar, ainda, com o endosso do presidente da República.

O general disse que a Funai não recebeu, ainda, o pedido formal de emancipação encaminhado pelos índios ao ministro do Interior. "Por este motivo — afirmou — considero precipitado falarmos em processo de emancipação, pois antes de mais nada é importante saber se este é realmente um desejo da comunidade. Acredito que, individualmente, já há índios kaingang em condições de perderem a tutela governamental. Mas resta saber se são casos isolados ou se também a comunidade, como um todo, já tem condições de competir, em condições de igualdade com o branco".

Estas condições incluem autonomia econômica e perfeito conhecimento dos hábitos e costumes da sociedade envolvente. "Queremos, ainda, comprovar — disse o general — se o pedido partiu de um cacique apenas ou de mais integrantes do grupo."

O general disse não acreditar nas denúncias de que o cacique kaingang Alfiate teria manipulado o grupo no sentido de obter a emancipação, pois ele, individualmente, arrenda terras indígenas e dispõe de um nível de vida muito superior ao dos demais membros da comunidade. "Acho muito difícil — frisou Ismarth — que um cacique tenha conseguido manipular mais da metade de um grupo indígena."

## O Cimi denuncia pressão da Funai

As pressões que vêm sofrendo os índios kaingangs desde janeiro, por parte dos chefes de postos da Funai no Sul do País, foram denunciadas, ontem, por meio de nota distribuída à imprensa pela Regional Sul do Conselho Missionário Indigenista (CIMI). De acordo com a nota, os fatos denunciados "deixam evidente uma mudança de tática do órgão oficial para obter a tão perseguida — pelo ministro do Interior — emancipação. Ao mesmo tempo em que se arquiva temporariamente o projeto de lei da emancipação, se levam as comunidades indígenas a solicitarem, elas mesmas, a tal emancipação".

A nota da Regional Sul do CIMI foi divulgada a propósito de notícia publicada pelo Estado, na terça-feira, sobre um pedido de emancipação encaminhado ao Ministério do Interior pelos kaingangs do Posto Indígena de Guarita, no Rio Grande do Sul.

"Os funcionários da Funai têm levado aos índios uma 'versão' muito bonita da emancipação — diz o documento, assinado pelos padres Natalício Weschneider e Wilmar D'Angelis —, que vai sendo aceita onde é impossível uma presença de organismos efetivamente comprometidos com os indígenas na luta por seus direitos."

Esse é o caso, por exemplo, do Posto Indígena de Guarita, no qual a Funai teria o total controle da comunidade, inclusive por meio de um cacique

que a nota da Regional Sul do CIMI chama de "biónico". A nota denuncia, também, o que considera "o silêncio culposo da missão da Igreja Evangélica" em Guarita.

"Os próprios kaingangs de outras reservas do Sul têm denunciado uma prática recente dos chefes de postos, que consiste em convocar reuniões com os indígenas nas quais lêem um documento sobre a emancipação e depois mandam que todos assinem, porque vai lhes trazer benefícios, chegando a tomar impressões digitais dos que não sabem assinar o nome. Alegam os mesmos funcionários que com isso os indígenas poderão obter documentos 'como qualquer cidadão'."

Se o objetivo da Funai "é respeitar realmente a autodeterminação dos grupos indígenas, deveria antes de tudo permitir aos kaingangs de Guarita, como aos kaingangs de diversos outros postos do Sul do Brasil — Votouru, no Rio Grande, e Xaçecó, em Santa Catarina, por exemplo — escolher livremente seus próprios caciques e livremente reunir-se com seus irmãos de outras áreas".

Assim, a Regional Sul do CIMI está convencida de que "o fato da Funai manter os kaingangs de Guarita sob permanente controle e repressão não permite que se considere esse 'pedido de emancipação' como manifestação autêntica, livre e soberana dos anseios daquela comunidade indígena".

## Antropólogo aponta "farsa" no julgamento

Do correspondente em SÃO LUÍS

O massacre de seis índios do grupo canela, no município maranhense de Barra do Corda, a 350 quilômetros de São Luís, continua impune até hoje porque o julgamento dos principais implicados, ocorrido em dezembro último, "não passou de uma farsa bizarra, contracenada pelos réus, o advogado de defesa, o promotor e o juiz", que não levaram em conta as evidências contidas no processo. A afirmação foi feita ontem, em São Luís, pelo antropólogo Márcio Pereira Gomes, da Universida-

de Estadual de Campinas, que trabalhou durante muito tempo na área dos canelas.

Segundo o antropólogo, os índios canelas estavam vivendo, na época, um movimento messiânico que prometia a breve chegada do herói mitológico Auke, e preconizava a reconstrução dos costumes e da cultura da tribo — descaracterizados pelo contato prolongado com o homem branco. O movimento se espalhou rapidamente pelas aldeias do Ponto e do Baixão Preto, e preocupou os fazendeiros de Barra do Corda, que temiam uma reação violenta à

progressiva ocupação das terras onde viviam os Canelas, um dos grupos indígenas mais miseráveis da pré-Amazônia maranhense. Por isso, organizaram um exército de quase 200 jagunços, armados de rifles, revólveres e espingardas, que atacaram as aldeias de surpresa. "A reação dos índios — conta o antropólogo da Unicamp —, revelou uma coragem só encontrada nas pessoas desesperadas: eles enfrentaram os agressores armados apenas de arcos, flexas e bodurnas. Apesar da resistência, os jagunços conseguiram matar seis índios.

"No julgamento, o promo-

tor começou sua fala pedindo desculpas por não ter tido tempo de ler o processo, disse o antropólogo. Depois, terminou por dizer que teria que se apressar, pois seria paranoico de uma turma de ginásianos em Bacabal. O advogado de defesa limitou-se a reiterar o pedido de absolvição. E o juiz, sob aplausos, encerrou a sessão desejando feliz Natal a todos." O antropólogo Márcio Pereira Gomes reafirma que o julgamento dos principais líderes da chacina — Manoel Veríssimo, seu irmão e sobrinho — "teve as irregularidades mais gritantes. Foi uma verdadeira farsa".



# Futuro presidente da Funai não quer emancipação

FILIAÇÃO

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA

O futuro presidente da Fundação Nacional do Índio, engenheiro Ademar Ribeiro da Silva, afirmou ontem que não há qualquer possibilidade do projeto de emancipação do índio ser acionado em sua gestão. Para ele, o índio não tem consciência da vida civilizada para poder optar.

A meta de sua gestão, disse, será a inviolabilidade do espaço territorial e da cultura indígena. O futuro presidente da Funai e atual diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem considera o índio brasileiro universal. "E toda a humanidade espera que nós o preservemos, como uma das únicas culturas primitivas sobreviventes no mundo".

## Demarcação

O engenheiro Ademar Ribeiro da Silva admite que não é um profundo conhecedor da cultura indígena, mas diz que vai procurar se assessorar com estudiosos do assunto, entre eles, os irmãos Villas Boas, considerados por ele autoridades de nível Internacional. Ele não sabe se manterá o sertanista Apoena Meirelles na direção do Parque Nacional do Xingu, mas vê em Apoena um grande homem, com as melhores credenciais.

A demarcação de terras das reservas indígenas recebe do Sr. Ademar Ribeiro da Silva tratamento prioritário. Contra as invasões ele espera apoio de todas as autoridades para repeli-las; "porque invadir terras indígenas é uma data de consciência, de respeito aos direitos do cidadão e de respeito à própria lei, que deve ser tratada como caso de polícia".

Para isso, o futuro presidente da Funai pretende agilizar a estrutura da Funai, dando-lhe mais capacidade de movimentação e intervenção: "precisaremos também de mais verba, porque a Funai é uma Fundação pobre, e para empreendermos os trabalhos de demarcação e darmos aos índios a proteção que eles necessitam precisaremos de mais recursos".

## Luta

O Sr. Ademar Ribeiro da Silva comprometeu-se a lutar em sua gestão por novas reservas indígenas, "para não só preservar os nossos 200 mil índios, mas fazê-los crescer em número". Para o seu trabalho ele pediu colaboração de todos que gostam dos índios; dos estudantes, dos missionários e das autoridades.

Ele afirmou que não conhece muito o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), mas revelou que respeita o trabalho

endireitar e aprender a respeitar o índio. Quanto à liberdade de reunião e manifestação, reclamada pelos índios, em reuniões promovidas pelo Cimi, o Sr. Ademar Ribeiro da Silva afirmou: "todos devem ter liberdade de reunião, manifestação e expressão, principalmente os índios, que já têm tantos problemas, devem ter liberdade para nos apontar esses problemas."

## Dádiva

O engenheiro Ademar Ribeiro da Silva, que dirigiu os trabalhos de abertura da Rodovia Transamazônica, afirma que já teve alguns contatos com tribos indígenas e suspendeu algumas vezes os trabalhos de abertura da estrada para proteger os silvícolas. "Eu sempre fui *vidrado* em índio, confia o atual diretor do DNER, pedindo para desligar o gravador.

Confessa que há 30 anos não vê filmes de índios, "porque sente repugnância da matança nessas exibições" e acrescenta que acha uma "dádiva de Deus" ter sido indicado para dirigir a Fundação Nacional do Índio, "onde acredito que tenha alguma coisa a contribuir".

Para ele o Ministro Mário Andreazza dará um grande apoio ao seu trabalho, "é um homem sensível, que também pensa em dar ao índio um período de tranquilidade". Sobre o fato do Ministro Andreazza ter sido responsável por alguns dos empreendimentos que atravessaram reservas indígenas, ele comentou:

"O Ministro Mário Andreazza sempre foi um homem preocupado em executar bem o seu trabalho e eu acho que ele vai procurar desempenhar bem o seu trabalho no Ministério do Interior. Se ele fez alguma coisa que prejudicou os índios não foi com essa intenção, não foi contra ninguém".

## Trabalho

Logo que assumir, o futuro presidente da Funai, Sr. Ademar Ribeiro da Silva, pretende entrar em contacto com todos os problemas dos índios visitando aldeias e conversando com eles. "O índio vive muito bem no seu habitat natural, é preciso mantê-lo nesse estado", defendeu.

Ele lembrou uma entrevista que assistiu, feita pelo jornalista Carlos Chagas com um missionário, Frei Bento, em que este afirmava: "Não há nada a ensinar aos índios, só a aprender. Até religiosamente eles são íntegros, desde que não

PT 1025a 122

P. L. da FUNAI

PT 1025a 122

### Luta

O Sr Ademar Ribeiro da Silva comprometeu-se a lutar em sua gestão por novas reservas indígenas, "para não só preservar os nossos 200 mil índios, mas fazê-los crescer em número". Para o seu trabalho ele pediu colaboração de todos que gostam dos índios; dos estudantes, dos missionários e das autoridades.

Ele afirmou que não conhece muito o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), mas revelou que respeita o trabalho dos missionários, "que fizeram muita coisa, e quem ainda não fez nada tem que respeitar o trabalho que já foi feito". Sobre o apoio da população à proteção aos índios pediu: "fiquem do lado dos índios, não do meu lado, me critiquem quando eu errar, mas fiquem ao lado dos índios".

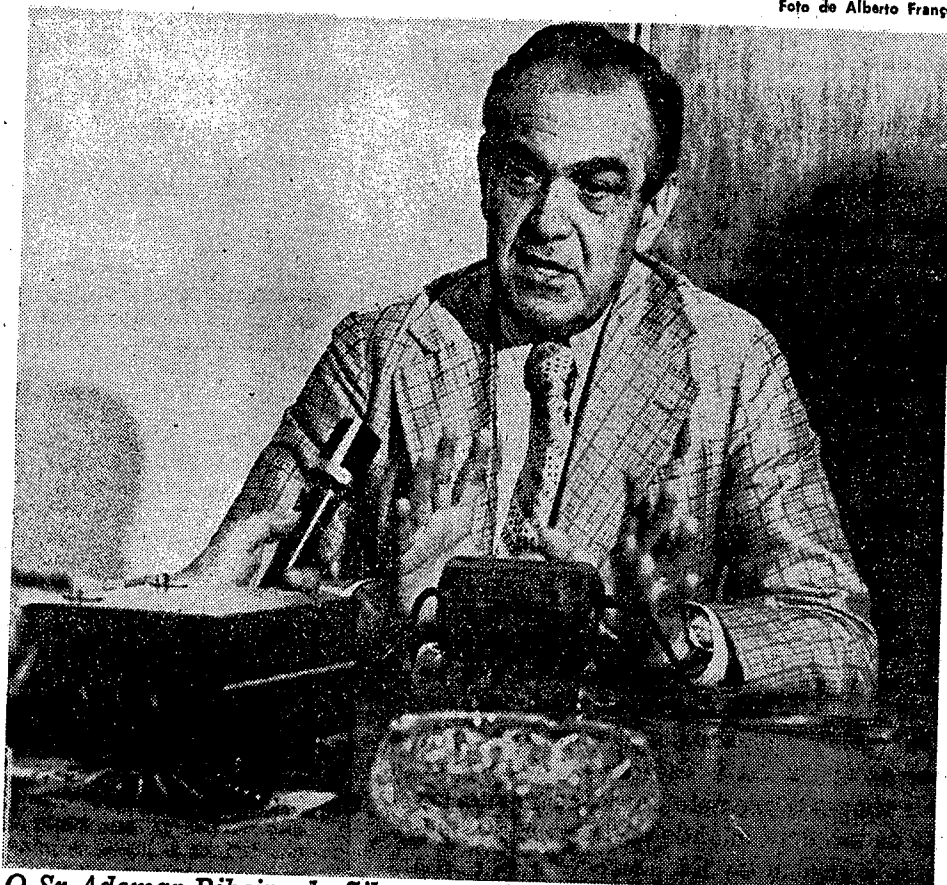
Para ele, lembrou, o problema dos índios não existe, o que existe é o problema do branco, este é que tem que se

Logo que assumir, o futuro presidente da Funai, Sr Ademar Ribeiro da Silva, pretende entrar em contacto com todos os problemas dos índios visitando aldeias e conversando com eles. "O índio vive muito bem no seu habitat natural, é preciso mantê-lo nesse estado", defendeu.

Ele lembrou uma entrevista que assistiu, feita pelo jornalista Carlos Chagas com um missionário, Frei Bento, em que este afirmava: "Não há nada a ensinar aos índios, só a aprender. Até religiosamente eles são integros, desde que não seja violentada sua cultura". Acho isso uma grande verdade, comentou.

Para o engenheiro Ademar Ribeiro da Silva, sua formação — com poucos conhecimentos de antropologia e da cultura indígena — não impedirá que ele desempenhe um bom trabalho no sentido de fazer cumprir a missão constitucional da Funai: "Preservar o índio e sua cultura, o que é exaustivamente repetido na Constituição".

Foto de Alberto França



O Sr Ademar Ribeiro da Silva reconhece que não sabe muito sobre os problemas dos índios, mas se diz "vidrado" neles e está muito feliz

REZIDA  
BROSA  
LITVA  
NOVI  
FRISCO



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

SÁBADO — 3 DE MARÇO DE 1979

*Estado de São Paulo*

**Iasi pede  
extinção  
da Funai**

Da sucursal de  
**BRASILIA**

O padre missionário Antônio Iasi pediu ontem a extinção da Funai, acusando a fundação de "ter cometido tantos crimes contra o patrimônio indígena que se transformou em tutor infiel". Iasi afirmou que a corrupção envolveu de tal modo os altos funcionários da Funai que o problema acabou sendo transferido para a esfera do Ministério do Interior. "O ministro Rangel Reis, por sua vez, não levou adiante a apuração das denúncias e os acusados não foram afastados de seus postos".

O missionário também criticou a escolha do atual diretor do DNER, Adhemar Ribeiro da Silva, para a presidência da Funai no governo Figueiredo, acrescentando que o próprio fato de ter sido escolhida uma pessoa estranha à Funai para dirigi-la vem confirmar que no órgão não havia uma só pessoa em condições morais para assumir a presidência. "Estranho, no entanto — disse — que o cargo seja dado exatamente a um elemento do DNER. Este departamento e o Inbra foram apontados pelo atual presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, durante um simpósio realizado em Brasília, em 1976, como os dois organismos governamentais que mais dificultavam a aplicação de uma política indigenista mais produtiva. Na minha opinião, entregar a Funai ao diretor do DNER é entregar o ouro aos bandidos".

O padre Iasi explicou que foi o futuro ministro do Interior, Mário Andreazza, que permitiu o corte do Parque do Xingu pela BR-080 "para citar um caso das muitas estradas que estão levando cachaça, doenças e prostituição aos índios".

*PAZ  
FUNAI*

PT 10250. 122

101





Estado do Pará

# Índios tentam ver Geisel e depois brigam na Funai

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

### Da sucursal de BRASÍLIA

Uma discussão nervosa com os agentes de segurança do Palácio do Planalto, quando até borduna deixou de ser peça de artesanato para transformar-se em objeto de ameaça, e uma reunião tumultuada com o general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da Funai, que chegou a ser chamado de mentirosos, foram dois incidentes enfrentados ontem pelos índios xavantes que se encontram em Brasília.

A discussão com os homens da segurança teve início quando os caciques Mário Juruna e Aniceto, liderando um grupo de 20 índios, foram impedidos de se encontrar com o presidente Geisel, a quem queriam entregar um cocar em reconhecimento pela demarcação das terras indígenas. Alegando calor e cansaço, e contrariando as recomendações, atravessaram a praça dos Três Poderes e foram postar-se à sombra, ao lado da porta principal do Palácio. Com o passar do tempo, os índios foram se irritando e um deles, de borduna na mão, chegou a ameaçar os fotógrafos que registravam o incidente.

Sem saber o que fazer, os homens da segurança viram o problema se agravar quando o cacique Juruna ameaçou e efetivamente entrou para esperar o presidente no saguão do Palácio, no que foi seguido por Aniceto. Ao mesmo tempo, um dos agentes era repreendido por um índio: "Não fale assim com o chefe, não. Fale com respeito..."

O clima se tornava cada vez mais tenso, até que todos viram a bandeira presidencial ser arriada: era sinal de que Geisel acabava de deixar o Palácio, embora num horário incomum. Eram pouco mais de 10 horas e o presidente normalmente sai ao meio-dia. No Planalto, ninguém informou porque Geisel saiu mais cedo.

### MENTIROSO

À tarde, e se mostrando tão exaltados que os funcionários da Funai ficaram preocupados, os líderes xavantes reuniram-se com o general Ismarth de Araújo Oliveira, com a finalidade de discutir a demissão do antropólogo Cláudio Romero da dire-

ção do Projeto Xavantes. Ao justificar a medida, sob a alegação de que Cláudio havia cometido irregularidades na prestação de contas, o general Ismarth foi chamado de mentiroso pelo cacique Mário Juruna, que aproveitou a oportunidade para acusar diversos funcionários da Funai de "traidores secretos, que trabalham não por gostar dos índios, mas para ganhar dinheiro".

O general Ismarth de Araújo Oliveira ameaçou acabar com a reunião e os índios então denunciaram diretamente os funcionários Getúlio Barreto, Laia Matta Rodrigues e J. Quirino de terem vendido ilegalmente terras indígenas para fazendeiros. Mesmo após o presidente da Funai ter explicado que corria um inquerito na Polícia Federal para apurar as acusações, o cacique Aniceto não se convenceu e leu uma carta pedindo o afastamento não só daqueles funcionários — envolvidos na demarcação irregular da reserva indígena Xavante de Pimentel Barbosa —, mas de outros sete, dos quais revelaram os nomes de três: do chefe do Departamento Geral de Administração, José de Aguiar; do superintendente João Crisóstomo; e do professor Hélio Rocha, do Departamento Geral de Planejamento Comunitário; os outros quatro são funcionários menos graduados. Por fim, acrescentou Aniceto: "E também não precisa ficar na Funai o general Demócrito de Oliveira, da Coordenação da Amazônia, pois ele não é bom para os índios e entrega as nossas terras para os fazendeiros".

O cacique Mário Juruna, por sua vez, também apresentou outra carta, esta dirigida ao futuro presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, denunciando irregularidades no órgão. "Se você é mesmo bom e honesto, você tem que ter coragem para varrer esta gente que não presta", diz trecho da carta, que conclui com uma ameaça: "se você não prestar, vou lutar contra você".

Ainda à tarde, os índios Xavantes estiveram no Congresso Nacional, onde foram recebidos pelo líder do MDB no Senado, Paulo Brossard, e pelo presidente do Senado, Luis Viana Filho.

*Posto FUNAI*



**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Índio provoca confusão**

BRASÍLIA (AE/O ESTADO) — Somente a saída do presidente Geisel mais cedo que de costume, do Palácio do Planalto, parece ter evitado ontem de manhã um problema a ser criado por um grupo de cerca de 20 índios, liderados pelos caciques Juruna e Aniceto. O grupo de índios chegou a pé na Praça dos Três Poderes e, como de hábito, foi contido do outro lado da rua pelo serviço de segurança do Palácio do Planalto. A segurança não permite que grupos de pessoas cheguem até a porta do Palácio.

Na Praça, durante algum tempo, agentes de segurança tentaram demover os índios da intenção de falar com o presidente da República. Eles queriam, disseram, simplesmente dar de presente a Geisel um cocar, em sinal de reconhecimento pela demarcação de terras indígenas. Há certa altura, os índios declararam-se cansados de ficar conversando ali, no sol, e, contrariando a segurança, atravessaram a rua se postaram à sombra, junto da porta principal do Palácio. Com o passar do tempo, os índios foram se irritando. Um deles, de borduna na mão, chegou até a ameaçar fotógrafos que procuravam colher aspectos da discussão.

Em dado momento, Mário Juruna disse que iria esperar no ságuão do Palácio até ser atendido - e

*O Estado do Paraná - 13/03/79*  
efetivamente entrou, à revelia da segurança, que ficava cada vez mais sem saber o que fazer. Pouco depois, Aniceto seguiu o exemplo de Juruna. Enquanto isso, um agente de segurança era repreendido severamente por um índio por se haver dirigido de forma considerada descortês para com um dos caciques. "Não fale assim com o chefe, não, fale com respeito". - exigiu o índio. No momento em que o problema estava se tornando mais agudo, com os índios ameaçando entrar de qualquer maneira para falar com o chefe do governo, viu-se que alguns soldados arriavam a bandeira presidencial - a bandeira que fica hasteada no mastro esquerdo do Palácio e que é o sinal de que ele está no Palácio. A retirada da bandeira indicava que o presidente da República estava acabando de deixar o Planalto - muito mais cedo que de costume. Normalmente, ele só sai às 12 horas. E eram pouco mais de 10 horas.

Informados da saída do presidente, os índios se acalmaram e resolveram ir embora, prometendo, porém, retornar na parte da tarde. O Palácio do Planalto não informou por que razão o presidente da República saiu mais cedo.

*Pasta  
FUNAI*

103



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Bot FUNAI*

38 — O ESTADO DE S. PAULO

*15/03/29*

# • Denúncias podem afastar general Ismarth da Funai

**ELIANA LUCENA**  
Da sucursal de BRASÍLIA

Os últimos dias de administração do presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, foram marcados não só pela rebelião dos índios xavantes que estiveram em Brasília, ameaçando expulsar alguns funcionários do órgão, mas também pelo depoimento que o general foi convidado a prestar junto aos dirigentes do Conselho de Segurança Nacional sobre as acusações de corrupção dentro da fundação. Embora tenha se negado a prestar qualquer esclarecimento sobre o encontro que manteve com os militares na terça-feira, o general deixou o prédio do Estado Maior das Forças Armadas transtornado, viajando, em seguida, para o Rio de Janeiro.

Esses últimos acontecimentos deixam, agora, bastante confuso o quadro de sucessão dentro da Funai. Até alguns dias atrás, tinha-se como certo que o general Ismarth continuaria na superintendência do órgão, função que já ocupou durante a administração do general Bandeira de Mello, durante o governo Médiçi. Desde a convocação do general pelos órgãos de segurança, no entanto, surgiram indicações de que o novo governo estaria disposto a apurar as graves denúncias de corrupção dentro da Funai, especialmente a que envolve o nome de vários funcionários na delimitação irregular da reserva indígena

xavante de Pimentel Barbosa.

Os resultados desse inquérito estão atualmente nas mãos do secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Moraes Rego, que, no início da semana, deu ganho de causa aos índios no caso de Pimentel Barbosa, devolvendo-lhes as terras ocupadas pelos fazendeiros. Os funcionários acusados não receberam qualquer punição, pois, segundo o ministro do Interior, Rangel Reis, "no atual momento, mais importante era devolver a terra aos índios".

Tudo indica, no entanto, que os órgãos de segurança ficaram extremamente irritados com esse episódio e outros, como a denúncia de que funcionários da Funai queriam vender terras dentro do Parque do Xingu. O decreto, assinado pelo presidente Geisel, embora tenha contentado os índios, prejudicará dezenas de fazendeiros, que não deverão ser indenizados, pois suas terras foram consideradas "habitat imemorial de grupo indígena".

A vinda de 30 líderes xavantes a Brasília, esta semana, deixou claro que, se os xavantes de Pimentel Barbosa ficaram momentaneamente satisfeitos, os líderes das demais reservas — São Marcos, Sangradouro, Areões e Couto Magalhães — estão dispostos a levar o caso adiante e propõem

uma verdadeira limpeza dentro da Funai, que eles mesmos ameaçaram patrocinar. Antes de chegar à Funai, os índios ameaçaram colocar uma longa lista de funcionários "a pontapés pela escada abaixo" e chegaram a ser hostis com os funcionários e com o próprio presidente da Funai.

Os índios cobraram do general Ismarth a punição de Laia Mattar Rodrigues, Getúlio Barreto e João Quirino, os funcionários acusados no caso de Pimentel Barbosa e receberam do general, que se irritou (um fato inédito nos últimos cinco anos) a resposta de que havia um inquérito para tratar do assunto na Polícia Federal, cujos resultados não haviam ainda sido divulgados.

Não se sabe ao certo até que ponto estes últimos episódios enfraqueceram o general Ismarth, comprometendo sua função de futuro superintendente da Funai. Como fruto deles, no entanto, novos nomes têm sido levantados para o cargo, entre eles o do atual diretor do Departamento Geral de Operações, Gérson Alves. Tudo dependerá, no entanto, da disposição do novo presidente, Adhemar Ribeiro da Silva, atual diretor do DNER, de manter a mesma estrutura na Funai. Ele enfrentará já nos primeiros dias de sua administração uma tumultuada política indigenista, com problemas dentro do órgão de proteção ao índio e nas próprias áreas indígenas.

PT 1025 a. 122

102



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Para missionário,  
a Funai prejudica  
até os sertanistas**

*O Estado São Paulo 16/03/79*

**Do correspondente em  
GOIÂNIA**

O padre Antônio Iasi Júnior, ex-secretário do Cimi, afirmou em Goiânia, que "existe uma trama na cúpula da Funai contra os sertanistas responsáveis pelo 'Projeto Xavante', que, durante os últimos anos, vem defendendo as terras dessa tribo da invasão dos fazendeiros". Segundo Iasi, que chegou anteontem de Barra do Garças, MT, onde existe uma ajudância da Funai e onde está a sede do 'Projeto Xavante', "a recente demissão do antropólogo Cláudio Romero, chefe do Projeto, foi o primeiro passo para afastar dos xavantes alguns dos raros amigos brancos que eles possuem naquela área."

O missionário disse que "o processo de autofagia da Funai começa pela base, devorando os sertanistas, aqueles que estão junto às comunidades indígenas lutando por sua sobrevivência"

Iasi disse que o diretor do DGA — Departamento Geral da Administração, da Funai, José Aguiar, está em Barra do Garças "colhendo informações contrárias aos sertanistas do Projeto Xavante, e isso junto aos piores elementos que exist-

tém lá, notórios inimigos dos índios, como o sr. Alipão e os pilotos de teco-teco, que, ultimamente, tem-se recusado a fazer vôos para os sertanistas".

**HOSTILIDADE**

Segundo o padre, "é dentro desse clima de hostilidade ao índio que se dará, dia 28, em Barra, o julgamento de alguns dos responsáveis pela chacina de Meruri". Iasi acusou também o gerente Hélio Sterno, da fazenda Xavantina (área reclamada pelos xavantes da reserva de Couto Magalhães), de haver fretado cinco aviões para transportar 25 soldados da PM de Mato Grosso para a sede da fazenda.

O missionário disse que "o agente da Polícia Federal José Pedro de Oliveira foi testemunha de como, em fevereiro, estes soldados, comandados pelo tenente Neto, de Barra do Garças, estavam na fazenda Xavantina, entrincheirados atrás de pilhas de sacos de arroz, prontos a atirar sobre o primeiro xavante que aparecesse". Segundo Iasi, "poderia ter havido uma chacina de índios, e a omissão da cúpula da Funai, que não coíbe a ousadia e desfaçatez dos fazendeiros, seria a única responsável".

*Padre  
FUNAI*

503



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**JORNAL DO BRASIL**

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito  
 Editor: Walter Fontoura

Rio de Janeiro, 17 de março de 1979  
 Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Diretor: Bernard da C  
 Diretor: Lywal Salles

**Transição Real**

Ao receber de seu antecessor o Ministério da Justiça, o Sr Petrônio Portella fez definições políticas que são o corolário da visão presidencial para a abertura do regime, para a passagem normal a uma democracia "formal mas também real". O mérito político do discurso do Ministro Portella reparte-se entre a restauração da tarefa política do seu Ministério e o ângulo crítico em que situou a fase preparatória da abertura.

Diz o novo Ministro da Justiça que estamos emergindo de um regime de excepcionalidade para as "turbulências fecundas" da democracia. O franco reconhecimento de que vivíamos na excepcionalidade é um passo à frente. Mais que

É ao Governo que compete, depois de um ato de arbitrio, cumprir a lei como o exemplo de mão estendida.

A fixação do papel do Presidente G na transição da excepcionalidade para a normalidade serviu também de roteiro para o Ministro da Justiça oferecer o depoimento de quem viveu "a intimidade do Poder" e testemunhou "as dificuldades". O ponto mais relevante do seu testemunho passa a ser a referência a que "foi difícil cumprir a promessa" de se empenhara o ex-Presidente". Se "as dificuldades ganharam vulto, sobretudo porque

*Porta  
FUNAR*

PT 1025a.122

106



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Xavantes esperam  
mudança na Funai**

*O Estado São Paulo - 23/03/59*

**Da sucursal e do correspondente**

Os líderes xavantes que ainda permanecem em Brasília estiveram reunidos, ontem, com o novo presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, no Ministério do Interior, e prometeram esperar, algum tempo, para que sejam feitas as mudanças prometidas pelo ministro Mário Andreazza nos quadros da fundação. Os índios voltaram a pedir o afastamento de vários funcionários do órgão, afirmando que a Funai precisa de "semente nova", para prosseguir no seu trabalho de dar assistência ao índio.

"Nós achamos que chegou a hora de limpar a Funai — disseram os índios — pois cada vez que ela deixa de trabalhar os nomes do presidente da República e do ministro do Interior ficam sujos".

Os índios, entre eles Mário Juruna, Aniceto e Cipriano, fizeram as mesmas denúncias que levaram a várias autoridades, desde que chegaram a Brasília, pouco antes da posse do presidente Figueiredo: a manipulação do ex-presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, por alguns de seus principais assessores, que estariam implicados na venda ilegal de terras indígenas e de outras irregularidades envolvendo não só índios xavantes, mas outras comunidades.

Ademar Ribeiro da Silva falou, pela primeira vez, com um grupo xavantes, emocionado, afirmando que, na sua opinião, será possível manter um bom entendimento com os índios, e pediu um prazo para estudar as reivindicações apresentadas pelo grupo.

Os índios reivindicaram, ainda, a volta do ex-diretor da Funai, Gerson Alves, e do antropólogo Cláudio Romero, afastado da direção do Proje-

to Xavante por problemas verificados nas suas prestações de contas. Amanhã, parte do grupo xavante que está em Brasília deverá retornar às aldeias, permanecendo na cidade um pequeno grupo que acompanhará os primeiros atos do novo presidente.

No período da tarde, o novo presidente da Funai esteve reunido no Ministério do Interior com o general Ismarth de Araújo Oliveira e alguns de seus novos assessores, entre eles Luiz Antônio Ribeiro, nomeado para dirigir o Departamento Geral do Patrimônio Indígena, e Galileu Bonifácio, que será o novo procurador jurídico da Funai.

Nesse encontro, foram discutidos os principais programas em execução, envolvendo a demarcação de terras, educação, saúde e a questão dos recursos financeiros da Funai, considerados insuficientes para a execução de projetos mais ambiciosos pela administração anterior. Ribeiro da Silva afirmou que, durante o governo Figueiredo, a Funai contará com um aumento substancial de recursos.

**Violência**

A polícia de Ji-Paraná está investigando a morte da menina Ana Cleide, assassinada a tiros de espingarda, e a agressão, a golpes de machado, praticada contra sua mãe e sua irmã, que estão internadas, em estado grave. O ataque, que tem como suspeitos três índios da tribo Zoró, aconteceu no povoado de Vila Nova, no último dia 15, mas somente ontem é que o fato foi comunicado ao delegado Sidney Rego Mayo, em Ji-Paraná.

O lavrador Manoel Vaque-ne Ribeiro, chefe da família atacada, disse que os índios freqüentavam a sua casa, e foi ele próprio, Manoel, quem lhes ensinou a atirar de espingarda.

*Poster FUNAI*

707



**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Pastor FUNAI*

HISTÓRICO

# *Funai proíbe a Igreja de entrar em áreas indígenas*

*folha São Paulo 26/02/79*

MANAUS (Correspondente) — Por “ordens de Brasília”, o delegado regional da Funai proibiu “terminantemente” a participação de índios em reuniões promovidas pela Igreja e o ingresso de qualquer missionário da Prelazia de Roraima e da Regional Norte 1 do Cimi, em áreas indígenas.

A decisão, se realmente cumprida, afetará a metade da população de Roraima composta de índios e desativará todo o serviço missionário com consequências de proporções semelhantes às da expulsão dos jesuítas da Amazônia em 1759.

O bispo prelado de Roraima, dom Aldo Mogiano, escreveu uma carta aberta ao presidente da Funai, lida em todas as paróquias durante o tempo da Quaresma, onde denuncia a medida como “extremamente injusta e arbitrária”, como um “desaforo mesquinho”, que só vem servir aos interesses dos latifundiários e dos fazendeiros que oprimem os índios.

**A PROIBIÇÃO**

Tudo começou com uma carta semi-sigilosa do delegado regional, Dinarte Nobre de Madeiro, datada de 6 de fevereiro último, dirigida ao bispo prelado de Roraima, onde ele comunica que “de ordem superior está terminantemente proibido o ingresso de qualquer missionário dessa prelazia e da Regional Norte-1 do Cimi em áreas indígenas de malocas neste território, bem como a participação de índios em reuniões programadas por ambas organizações”.

Dom Aldo Mogiano respondeu com outra carta, também confidencial onde ele solicita que seja transmitida na íntegra esta “ordem superior”, já que o ato acarreta consequências para a Igreja Católica no Brasil.

O delegado replicou, esclarecendo num segundo ofício que as instruções recebidas “foram emanadas de nossa administração geral em Brasília”. Acrescentou, de forma nada polida, que para “qualquer esclarecimento a respeito, poderá V. Revma. se dirigir àquela administração”.

**SEM RESPOSTA**

Diante da falta de cortesia e informação, o bispo d. Aldo, em carta-documento de 5 páginas e aproximadamente 2.200 palavras dirigida ao presidente da Funai em 20 de fevereiro, fez uma análise da situação dos índios da região, rechaçou a proibição, denunciou a Funai por colocar-se ao lado dos fazendeiros reprimindo os índios em lugar de defendê-los; como não obtivesse resposta, resolveu tornar público, e neste momento a carta está sendo lida com uma Pastoral, no tempo da Quaresma, em todas as igrejas de Roraima.

Depois de considerar a medida como “injusta, arbitrária e mesquinha, sem nenhuma base jurídica, pois nem aparece a assinatura do funcionário responsável de Brasília”, o bispo considera a atitude tomada pela Funai como completamente descabida, denunciando: “Prejudicados são unicamente os índios, vítimas mais uma vez de dominação que a sociedade exerce sobre eles”.

“Na maloca da Cachoeirinha, vi com os meus olhos um lote de bois fazer diariamente o seu pernoite junto às casas e de dia roer impiedosamente tudo o que pode aparecer, até as folhas dos três coqueiros da Bahia, que lutam para sobreviver às investidas do gado. Até as mulheres que se afadigam nos trabalhos de casa têm de estar constantemente de vara na mão para se defender do boi que tenta

comer até a farinha que tiraram do tipiti”, diz o bispo.

Segundo dom Aldo, a Funai, diante desta situação; em vez de defender os índios, se coloca ao lado do fazendeiro e ilude as populações indígenas divulgando nos jornais que demarcou terras, quando isto não acontece de fato.

Para dom Aldo, a própria demarcação das terras indígenas está sendo usada em Roraima para defender os interesses dos latifundiários. Ele dá um exemplo do que ocorre no norte de Roraima. “Alegando que a demarcação está próxima, foi proibido ao índio fazer qualquer benfeitoria fora da estrita área da maloca, mas ao mesmo tempo o fazendeiro plantou e ampliou os cercados, ocupou matas e lavrados, desde longa data considerados dos índios, e botecos têm surgido onde se vende cachaca”, diz o bispo.

O bispo descreve então a atuação dos missionários: “Os missionários desta prelazia não se contentam de afirmar que a situação é insupportável. Eles tomaram a decisão de dar aos índios a confiança em si próprio, de os convencer de que podem e devem defender os seus direitos e sua dignidade. Repetem a eles que lhes pertencem as terras, que para elas devem lutar contra uma sociedade que os observa fria e insensivelmente, onde infelizmente não podem contar com muitos e verdadeiros aliados, que seus problemas terão que ser resolvidos por eles próprios, que qualquer atitude paternalista de terceiros é contra-producente, se neles não estiver a determinação e a firme convicção de poder sair de sua situação, superando o medo, as ameaças, a força dos mais espertos e gananciosos que os rodeiam. Ensinam que eles devem assumir a sua responsabilidade”.



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

**Bispo lamenta o resultado do júri** **Índio desaparece e preocupa Funai**

Do correspondente em GOIÂNIA

A exemplo da Fundação Nacional do Índio — Funai —, dom Tomás Balduino, bispo de Goiás e presidente do Conselho Indigenista Missionário — Cimi —, também não concordou com o julgamento de Barra dos Garças, em que foram absolvidos os três acusados da chamada chacina de Merure.

O julgamento, para dom Balduino, representa um crime superposto a outro. "O primeiro foi a própria chacina, em julho de 1976, com a invasão da área indígena, o embargo do trabalho de demarcação da Funai e os assassinatos covardes. O outro crime é essa sentença vergonhosa que pretende inocentar os assassinos."

Dom Tomás participou ontem de uma reunião de representantes Regionais da Comissão Pastoral da Terra, em Goiânia, durante a qual manifestou preocupação com a segurança dos missionários que, em todos os pontos do País, "estão constantemente arriscando suas vidas em defesa das terras indígenas, como o padre Lunkenbein".

Segundo o presidente do Cimi, "a impunidade de João Mineiro não é um fato isolado. Onde está o soldado Ezy Ramalho Feitosa, que assassinou o padre João Bosco Penido Burnier em Ribeirão Bonito, três meses após a morte do padre Rodolfo?" O próprio bispo respondeu: "Foi preso, evadiu-se com cobertura policial e até hoje está solto e impune".

Associando ainda a morte dos dois missionários, dom Tomás afirmou que "a igreja vai continuar celebrando a memória desses dois mártires, Rodolfo e João Bosco, como sinais de uma contradição e de uma causa na qual somos desafiados não só por um criminoso comum como um João Mineiro e um Ezy Ramalho, mas sobretudo

do por um sistema iníquo". As duas mortes, disse o bispo, "ocorreram devido à existência de uma estrutura de iniquidade, em que o sistema privilegia a propriedade particular, o latifúndio. Ora, quando os latifundiários, ou seus prepostos, cometem essas atrocidades, o sistema se encarrega de acobertá-los e garantir sua impunidade".

Dom Tomás disse ainda que vê três consequências na absolvição de João Mineiro: "Primeiro, o fortalecimento dos inimigos dos índios. Nada mais vai deter a ganância e o ódio, estimulados por esse julgamento vergonhoso. E, naquela região, sobretudo em Pimentel Barbosa e Couto Magalhães, a situação é agora mais conflituosa", lembrou o bispo.

A segunda consequência, para dom Tomás, é "um retraimento da Funai e da própria missão em seus trabalhos naquela área. A atitude de ambas no julgamento me leva a esse temor".

"O crescimento da revolta dos índios, que, não tendo tido o amparo da lei e do Direito, passarão a fazer justiça com as próprias mãos", é a terceira consequência do julgamento prevista por dom Tomás, que afirmou que "os bororós e xavantes estavam descrentes de uma condenação e seu temor veio a confirmar-se no júri de Barra dos Garças".

O presidente do Cimi afirmou acreditar que "os índios, vendo-se agora sozinhos em quase todas as áreas de conflito, acabarão por convencer-se de que só lhes resta uma saída: assumir sua própria causa e lutar sem tréguas em defesa de suas terras e de sua sobrevivência com dignidade". Essa atitude, segundo dom Tomás, é "um aspecto positivo que podemos enxergar neste triste episódio da absolvição do assassino do padre Rodolfo e do índio Simão".

**Kaingangs reivindicam área**

Da sucursal de BRASÍLIA

Os índios kaingangs, do posto indígena de Mangueirinhas, no Paraná, chegaram ontem em Brasília para entregar ao presidente Figueiredo e ao presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, um abaixo-assinado em que reivindicam a devolução de 8.975.764 hectares na região onde vivem, e que foi comprada, na década passada, pela firma Slavieiro. Liderados pelo cacique Ângelo Kretan,

que é vereador do MDB eleito pelo município de Mangueirinhas, os índios prometeram expulsar os intrusos que ocupam esta área, caso o governo não atenda à reivindicação, já apresentada em 1976.

"Somos os legítimos donos dessa terra — garantem os índios —, mas ela acabou sendo tomada pelos 'tubarões', que expulsaram 31 famílias de kaingangs e sete de guaranis, que viviam no local ocupado pela Slavieiro."

**Nomeação recebe críticas**

A nomeação do engenheiro Ademar Ribeiro da Silva para a presidência da Funai foi lamentada pelo deputado Modesto da Silveira, do MDB do Rio de Janeiro. "O engenheiro foi diretor do DNER e, durante sua gestão abriu rodovias que cruzam reservas indígenas". Isso, para o deputado, teve um efeito sobre os grupos indígenas mais devastador do que "metralhamentos, envenenamentos e prostituição".

O deputado citou, também, casos de degeneração tribal em função da construção de rodovias, lembrando-se, especialmente, o que aconteceu com grupos de parakanãs, yamomamaís, tupiniquins, guaranis e xavantes. "As rodovias levaram a esses grupos epidemias de gripe, sarampo, doenças venéreas, prostituição e desagregação tribal".

Da sucursal de BRASÍLIA

O desaparecimento do índio xinguano Umeiti, da tribo dos txucarramaé, continua intrigando os indigenistas da Funai, pois, até agora, não se conseguiu qualquer pista de onde



Telefoto Estado

O índio Umeiti

possa estar. Seu parente, Megaron, que esteve em Brasília, não descarta a possibilidade de que o índio possa ter retornado sozinho para o Xingu. "Tivemos a informação — disse Megaron — de que Umeiti, quando estava hospedado na Casa do Índio, teve um desentendimento com um índio carajá, também em visita a Brasília, e este atrito talvez tenha motivado sua vontade de voltar para a aldeia do Kretire, onde vive.

A Funai, que abriu inquérito administrativo para apurar o desaparecimento de Umeiti, não tem, ainda, qualquer informação sobre o destino do índio, que tem aproximadamente 25 anos e estava com sua mulher em Brasília, pois seu filho, de um ano de idade, precisou ser internado no Hospital da Base de Brasília.

Os índios txucarramae — respeitados da região do Médio Xingu — estão preocupados, e enviaram para Brasília o cacique Raoni e outros membros da tribo para acompanhar as investigações da Funai.

Postar FUNAI





Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

210

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*O Estado de São Paulo - 03/10/79*  
**Para religiosos,  
 um conflito entre  
 índios é iminente**

**Do correspondente em  
 CAMPO GRANDE**

A possibilidade de um grave conflito entre as tribos indígenas terena, caiuí e guarani, da Reserva de Dourados, no Mato Grosso do Sul, levou o bispo d. Teodardo Leintz e o pastor Silas Franco a enviarem carta conjunta à presidência da Fundação Nacional do Índio denunciando não apenas o clima de hostilidade entre os indígenas aculturados mas, principalmente, a atuação de "estranhas forças" que se estariam aproveitando do desnível cultural das três tribos para fomentar esse conflito, aparentemente com o objetivo de retirá-los dos locais em que estão. Assim, os quase 4.000 hectares que constituem a reserva passariam para o controle de pessoas apenas interessadas na grilagem da imensa e valiosa área.

Na carta que enviaram à presidência da Funai, d. Teodardo Leintz e o pastor Silas Franco pedem a formação, em caráter de urgência, de uma comissão de indigenistas, sociólogos e religiosos para analisar profundamente a atual situação e recolocar as tribos em harmonia, afastando a possibilidade de conflito que fatalmente vai gerar dezenas de mortes.

O pastor e o bispo lembram que recentemente quase ocorreu uma tragédia, envolvendo a disputa da liderança global das tribos: um dos líderes conseguiu lotar dois caminhões com índios caiuí, que estavam dispostos a tomar a posição de líder do "capitão" Ramão Machado. O conselheiro caiuí tinha intenção até mesmo de matar Ramão, que é terena e que só não reagiu com a mesma violência, auxiliado por seus liderados, graças à intervenção dos religiosos que após muitos contatos conseguiram evitar o confronto.

Desse episódio nasceu a certeza de que pessoas com interesses excusos e que não fazem parte da reserva têm interesse no conflito, tendo em vista que os caiuí não têm condições de comprar nem de alugar caminhões, supondo-se que eles tenham sido emprestados por pessoas que compõem a "estranha força" denunciada na carta.) O fato não foi totalmente apurado.

**EQUILÍBRIO  
 CULTURAL**

O pastor Silas, que há sete anos convive entre os indige-

nas como orientador agrícola das três tribos terena (mais evoluída), guarani (mais retardada) e caiuí --, aponta que o desnível cultural favorece a atuação de pessoas estranhas, gerando um conflito. Por isso, ele também é a favor da formação de uma comissão especial, que possa estudar formas de apoio às três tribos, para que elas tenham vantagens materiais e espirituais que permitam o equilíbrio cultural, tornando mais difícil a atuação de elementos, possivelmente pagos por grileiros profissionais, interessados em gerar a desarmonia para auferir lucros.

Um dos problemas mais sérios do desentendimento entre os terenas, guaranis e caiúas foi sempre esse desnível cultural. Os terenas sempre foram líderes natos devido ao espírito guerreiro e empreendedor da tribo. São agricultores experientes e por isso mesmo empenhados na melhoria do nível de vida, aproximando-se da civilização dos brancos com mais rapidez e objetividade. Entre a tribo dos terena existem advogados, economistas, universitários e até um vereador (de Aquidauana, mas que comprova a maior evolução da tribo como um todo). Já os guaranis e os caiúas são mais tranquilos e acomodados, não têm grandes ambições e cultivam a terra apenas para prover o seu sustento, não dando maior importância ao aumento da produção com fins comerciais, vivendo, na maioria das vezes, em condições que são consideradas subumanas.

**IMOBILIDADE**

Os indigenistas sentiram que a natural imobilidade dos guaranis e caiúas fatalmente dificultariam sua integração ao mundo civilizado. Por isso, em 1912, os terenas foram levados para a região a fim de ensiná-los a cultivar a terra. Mas, os terenas não foram capazes de forçar as outras duas tribos a evoluírem mais rapidamente, apenas garantiram para si a supremacia em toda a reserva, comprando caminhões e tratores. Os guaranis e caiúas sentiram-se enclausurados e pessoas estranhas procuraram mostrar-lhes que estavam sendo usurpados, fazendo surgir um movimento de reação contra os terenas, que acabou gerando alguns conflitos de pequena repercussão, mas que podem evoluir até uma situação insustentável.

*Posto FUNAI*

*PT 1025 a. 122*

# Nova política para índio é de portas abertas

Brasília — Portas abertas aos índios será a orientação que o presidente da Funai, Sr Ademar Ribeiro da Silva, seguirá nos próximos seis anos. Como nova política indigenista, o Ministro Andreazza recomendou que a Funai vá aos índios, para evitar que eles venham a Brasília e criem problemas como os que aconteceram nos últimos dias da gestão anterior do órgão.

A nova administração da Funai se propõe a ser pacificadora. A atitude que tem demonstrado o Sr Ademar Ribeiro da Silva — comovida e voltada para atender as reivindicações dos indígenas com rapidez — criou-lhe excelente clima e desarmou seus críticos. Sua mão estendida aos índios, à Igreja e à imprensa foi muito bem aceita.

## NOVO ESTILO

O Sr Mário Andreazza, responsável pela estrada mais criticada pelos indigenistas, a Transamazônica, inaugurou um novo estilo no Ministério do Interior na condução do problema indigenista: pela primeira vez os índios foram recebidos por um Ministro. Após o encontro, a Funai recebeu orientação para fazer uma renovação total em seus quadros, atendendo à principal reivindicação de um grupo xavante, que desejava afastar inúmeros funcionários da Fundação. Paralelamente, entretanto, o Ministro admitiu que estava tomando conhecimento dos problemas, e que maiores definições dependeriam de maiores estudos.

A atitude do Ministro foi, sem dúvida, habilidosa, e rendeu frutos para o Sr Ademar Ribeiro da Silva, que recebeu votos de confiança dos xavantes e está esquecido nos documentos críticos do Conselho Indigenista Missionário. Premido por diretrizes setoriais de Governo, que pela primeira vez tocaram diretamente na questão indígena sugerindo prioridades para acalmar os índios, e confessadamente um admirador dos silvícolas, o novo presidente da Funai imprimirá um caráter pessoal à sua administração, não tanto no fazer as coisas, mas na maneira de apresentá-las.

para o superintendente do órgão cancelado, a nova Funai já começa a reavaliar a questão.

A dispensa de vários diretores começa a ser desvinculada da pressão xavante e atribuída a uma normalidade administrativa. Procura-se aproveitar parte do pessoal afastado em novas funções. O grupo indígena responsável pelas reivindicações começa, lentamente, a ser colocado em sua dimensão de apenas parte da comunidade xavante que, por sua vez, não é representativa dos 150 mil índios brasileiros.

A consciência de que os xavantes serão o principal problema da nova administração está nascendo, bem como a constatação de que será necessário um trabalho de reorientação do grupo, no sentido de que ele entenda que não deve imiscuir-se em problemas administrativos. E de que não será sob pressão agressiva que seus problemas serão resolvidos. O convite a Apoena Meirelles para coordenar o Projeto Xavante foi a primeira medida tomada em função desta consciência, pois o sertanista é considerado hábil em superar tensões indígenas. Outras ações consequentes destas constatações, entretanto, ainda não foram planejadas, mas sejam quais forem, serão apresentadas numa linguagem que frisar o lado bom e superior do índio, apelará ao seu discernimento e tentará, politicamente, evitar uma confrontação Funai-grupos indígenas.

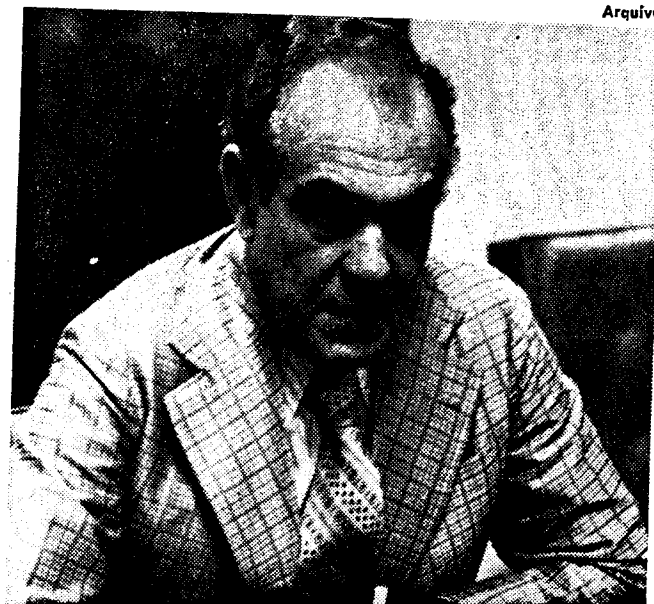
A sensibilidade e emotividade do Sr Ademar Ribeiro da Silva, ao que tudo indica, não deverão impedir uma certa linha de austeridade nas decisões da Funai. Ao contrário, poderão ser canalizadas para uma posição essencialmente política que, baseada no diálogo aberto mas restrito às aldeias, tentará o convencimento do índio. Haverá uma margem de negociações, e neste contexto podem ser entendidas algumas das concessões iniciais feitas pela nova administração.

RISCOS



Foto de Delfim Vieira

Andreazza: diálogo e franqueza com os índios



Arquivo

Posta FUNAI

111

PT 10259 122

problemas, e que maiores definições dependeriam de maiores estudos.

A atitude do Ministro foi, sem dúvida, habilidosa, e rendeu frutos para o Sr Ademar Ribeiro da Silva, que recebeu votos de confiança dos xavantes e está esquecido nos documentos críticos do Conselho Indigenista Missionário. Premido por diretrizes setoriais de Governo, que pela primeira vez tocaram diretamente na questão indígena sugerindo prioridades para acalmar os índios, e confessadamente um admirador dos silvícolas, o novo presidente da Funai imprimirá um caráter pessoal à sua administração, não tanto no fazer as coisas, mas na maneira de apresentá-las.

#### ALTERAÇÕES

O caminho interrompido de trabalho conjunto com a Igreja será retomado, com base no "profundo respeito" que o Sr Ademar Ribeiro da Silva diz sentir pelo trabalho missionário. Apesar do fracasso registrado na administração anterior, que também realizou reuniões com missionários e procurou somar esforços, o novo presidente não desanima: pretende encontrar-se com o presidente do Ciml, D Tomás Balduino, e contar com a assessoria do Conselho em seu plano de trabalho.

A Funai será fortalecida em seu trabalho junto as áreas indígenas, inclusive com equipes volantes de técnicos e acompanhamento direto dos diretores. Tal crescimento só será possível se o novo presidente do órgão concretizar seus objetivos de fortalecimento financeiro e político da Funai, o que em parte já foi garantido pelo Ministro Andreazza. Tanto quanto atender mais de perto às reivindicações indígenas, a interiorização da Funai pretende sustar a caravana de índios que se desloca para Brasília constantemente, com listas de pedidos, suscitando a atenção pública para um setor sensível.

Além dessas orientações, não haverá outras mudanças de peso na política indigenista, a não ser a nível administrativo. As informações existentes são de que os projetos em andamento não deverão sofrer solução de continuidade. A tônica na preservação cultural, incluindo manter os índios arredios livres de contato, deverá prosseguir. A preocupação integrativa será mantida, preservado, porém, seu caráter lento e afastado o fantasma da emancipação. A demarcação de terras será prioritária, e integra uma das diretrizes setoriais recebidas do General João Baptista de Figueiredo.

#### LINGUAGEM

A grande mudança a ser registrada será a nova linguagem, mais política, no trato com os índios. Apesar de as reivindicações xavantes terem sido atendidas e a solução final ter representado o sacrifício do General Ismarth de Oliveira, que teve o convite já feito

terminado e tentara, politicamente, evitar uma confrontação Funai-grupos indígenas.

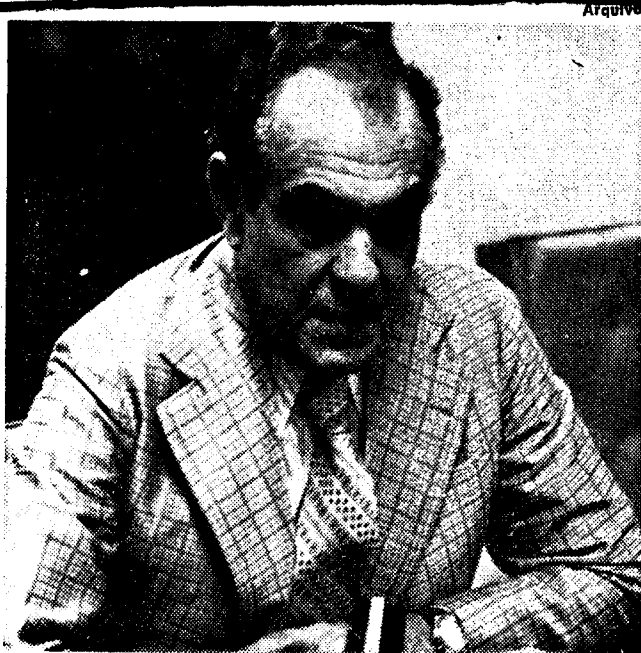
A sensibilidade e emotividade do Sr Ademar Ribeiro da Silva, ao que tudo indica, não deverão impedir uma certa linha de austeridade nas decisões da Funai. Ao contrário, poderão ser canalizadas para uma posição essencialmente política que, baseada no diálogo aberto mas restrito às aldeias, tentará o convencimento do índio. Haverá uma margem de negociações, e neste contexto podem ser entendidas algumas das concessões iniciais feitas pela nova administração.

#### RISCOS

Há o risco dessa nova linguagem ser mal-interpretada. Há o risco de os índios, animados pelo sucesso do grupo xavante e pela solução de Pimentel Barbosa, ainda na antiga administração, pensarem ter encontrado a chave mágica da pressão para ter seus desejos atendidos. Comenta-se que um grupo xerente de Goiás pensa vir a Brasília pressionar a Funai para obter dinheiro. Os índios de Mangueirinha, no Paraná, ameaçam incendiar os pinheiros de quase 7 mil ha caso a Funai não incorpore a área à reserva em 15 dias.

Como a nova Funai tratará episódios como estes e ainda uma incógnita. A equipe, em que pese dois elementos que já tiveram contato com o setor de indigenismo, é estreatante e não realizou nenhuma reunião de conjunto, pois os diretores ainda não assumiram. O convite a Apoena Meirelles para o Projeto Xavante aparentemente ignorou o contexto do Xingu. Há idéia de resolver pelo diálogo impasses como de Couto Magalhães, na divisa da Fazenda Xavantina, onde os índios ampliaram suas pretensões sobre a área de mata para todo o terreno, mobilizando o representante da fazenda para protestar junto à Funai. Também pelo diálogo pretende-se resolver o problema dos xokó, em Sergipe, que lutam pela reintegração da ilha de São Pedro, e dos próprios xavantes, cujas reivindicações são sempre mais numerosas. Não há definição, entretanto, sobre que caminho seguir se o diálogo falhar.

O início da administração do Sr Ademar Ribeiro da Silva ganhou um caráter pacificador em função da tensão que fora criada pelos xavantes. Questiona-se até onde poderia ter sido evitado o climax da tensão, uma vez que uma mediação do General Ismarth de Oliveira com os xavantes, logo após o roubo de um processo da Funai, foi dispensada formalmente no auge da crise. Com o eclodir da crise, a saída encontrada, política e habilidosa, parece ter tido com o objetivo exatamente o que alcançou: uma pacificação inicial que dará tempo à nova equipe para formular a estratégia que deverá visar aos mesmos fins, por meios semelhantes mas linguagem diferente.



Ribeiro da Silva: um estilo de ações diretas



DELEG

CIAL

Estado do Paraná

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

# Pe. Iasi aponta contradições na ação da Funai

BRASÍLIA (Sucursal) — As contradições de um órgão como a Funai, que de um lado se vê a serviço de um modelo desenvolvimentista e de um sistema de ocupação da Amazônia "abaixo de qualquer crítica" e, de outro, responsável pela assistência às populações indígenas, vítimas desses mesmos modelo e sistema, foram apontadas pelo missionário Antônio Iasi — ex-secretário geral do Conselho Indigenista Missionário — como o maior entrave para qualquer pessoa que, de repente, se vê à frente de tão importante cargo".

Segundo o missionário, a Funai vive uma situação de ambiguidade que até o momento só conseguiu criar antipatias, quando não aberta incompatibilidade, não só com os agropecuaristas da Amazônia e com todos os que estão de olho na terra do índio, mas até junto aos próprios indígenas, que passaram a ver o órgão como um inimigo camuflado, desconhecendo a Funai como tutora fiel que deveria ser do patrimônio deles.

## SITUAÇÃO DIFÍCIL

Ao fazer uma análise da herança recebida pelo atual presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, da administração passada, Iasi afirma que a incompatibilidade do órgão atingiu nesta última gestão até o relacionamento com o ministro do Interior "dados os dispautérios proferidos pelo sr. Rangel Reis no que se refere ao problema indígena". Em suma, a Funai não conseguiu ter um relacionamento harmonioso e de proveito para os índios não só com os demais órgãos do governo, especialmente com o INCRA e DNER, mas também entre os diversos departamentos que compõem a macrocefalia burocrática, que ocupa vários andares do antigo edifício do Ministério do Interior.

Iasi lembra, também, que como se não bastasse tudo isso, a Funai se encontra envolvida em tal onda de corrupção que só por um milagre conseguirá livrar-se de um inquérito de alto nível para apurar inclusive os inquéritos já realizados, mas inexplicavelmente arquivados, como, por exemplo, o relacionado com a área indígena de Pimentel Barbosa e outras mais. "A Funai constitui uma somatória de problemas de ordem interna e externa dificilmente encontrável num só órgão, a ponto de se poder dizer que ela constitui, na melhor das hipóteses, em um órgão em bancarrota".

## INDAGAÇÃO

Diante deste quadro, missionários, técnicos indigenistas, antropólogos, enfim, todos os que se preocupam com a causa indígena se perguntam: "Conseguirá o sr. Ademar Ribeiro da Silva, com a sua boa vontade, otimismo e capacidade administrativa salvar do naufrágio o órgão que lhe coube presidir?". Esta também é a pergunta que faz o ex-secretário-geral do Cimi, que vem mantendo contatos frequentes com o novo presidente da Funai, que declarou recentemente estarem as portas do seu Gabinete abertas à Igreja, sem distinções.

"Esta é uma interrogativa angustiante — diz Iasi — porque quem está perdendo é o índio. É mister um ato de confiança e de co-

*João de São Paulo*  
*14/04/77*

*Pe. Iasi - FUNAI*

*112*

*PT 1025 a. 122*

Pr 1025 a. 122

otimismo e capacidade administrativa salvar do naufrágio o órgão que lhe coube presidir?" Esta também é a pergunta que faz o ex-secretário-geral do Cimi, que vem mantendo contatos frequentes com o novo presidente da Funai, que declarou recentemente estarem as portas do seu Gabinete abertas à Igreja, sem distinções.

"Esta é uma interrogativa angustiante — diz Iasi — porque quem está perdendo é o índio. É mister um ato de confiança e de colaboração com o atual presidente da Funai até que seus atos não contradigam suas palavras. Mas de modo algum será possível lançar mão da esfarrapada desculpa do tipo "ele é uma boa pessoa, mas mal assessorada", como se dizia a respeito do general Ismarth de Araújo Oliveira."

#### MENTALIDADE EMPRESARIAL

Iasi apontou ainda, entre os problemas internos que levaram a Funai a uma situação difícil, "a um beco sem saída", a mentalidade empresarial do órgão, que o transformou numa autarquia assistida pelo índio. "A Funai, ao invés de ser a tutora fiel do patrimônio indígena, é a delapidadora desse patrimônio", denuncia o missionário.

E prossegue: "A Funai, que deveria reverter a renda indígena para as comunidades que a produziu, ao contrário, a utiliza para pagamento de funcionários, aluguel das lojas de arte indígena e para outras finalidades, que somente um inquérito sério poderá descobrir. São milhões de cruzeiros provenientes dos mais variados tipos de projetos — bovinocultura, venda de madeira, arrendamento de terras e pastagens, etc. — que não revertem para os índios mas têm contribuído para que muitos funcionários do órgão melhorem seu "status".

Entre os problemas de ordem interna, Iasi aponta, também, a complexa estrutura central, composta de inúmeros departamentos e assessorias, com dezenas de funções altamente remuneradas e desempenhadas por tecnocratas desconhecedores da problemática indígena, quando não visíveis inimigos dos índios. Em contrapartida, nunca a Funai contou com tão poucos homens no campo, não só nas chefias dos postos indígenas como na tarefa de professores, enfermeiros, médicos, sertanistas, técnicos agrícolas, entre outros profissionais realmente vitais para a sobrevivência dos grupos indígenas.

#### CAUSAS EXTERNAS

Entre os problemas de ordem externa, Iasi aponta os relacionamentos com as terras indígenas como fundamentais para o desgaste que atinge o órgão. "Pelo artigo 198 da Constituição as terras habitadas tradicionalmente pelos grupos indígenas pertencem ao domínio da União e são de posse e uso exclusivo dos índios. Mas há centenas de famílias em áreas indígenas, que ali entraram e permaneceram mediante contrato de arrendamento feito pela Funai.

Além disso, a própria Funai é a maior usufrutuária das terras indígenas através dos projetos nelas instalados. A falta de demarcação de inúmeras reservas constitui ponto de atrito que já resultaram na morte do missionário padre Rodolfo Lukeinbein e de índios.

Outro gravíssimo problema relacionado com as terras indígenas é o fornecimento de certidões negativas autorizando a implantação de projetos agropecuários nas áreas dos índios, levando as populações a um verdadeiro genocídio. Como foi o caso dos Nambiquaras, no vale do Guaporé, em Mato Grosso. O fornecimento de certidões negativas — lembra Iasi —, além de ser um crime contra o patrimônio da União, poderá levar os culpados a serem julgados por uma ação popular.



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

SÁBADO — 21 DE ABRIL DE 1979

*O Estado de São Paulo*  
**Governo pretende  
 agora retardar a  
 integração do índio**

Da sucursal de  
 BRASÍLIA

O presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, afirmou ontem que a decisão do governo de abandonar qualquer projeto de emancipação de comunidades indígenas brasileiras deixa claro que, no País, as tribos existentes não estão ainda em condições de perder a tutela exercida pelo governo, pois não têm preparo suficiente para competir, em condições de igualdade, com os demais segmentos da sociedade.

Ribeiro da Silva disse que, ao traçar como diretriz básica da política indigenista a eliminação de qualquer programa que vise a acelerar o processo de integração do índio na sociedade, o governo não pretende prosseguir os estudos iniciados pelo governo anterior para alterar o estatuto do índio "Na minha opinião — afirmou — a lei é bastante clara quando trata da questão da emancipação do índio apresentando uma série de exigências para que seja decretada a perda da tutela".

**INDIVIDUAL**

Embora descartando a possibilidade da emancipação de grupos tribalizados, o presidente da Funai acha que os casos de emancipação individual poderão ser decretados, desde que haja interesse do próprio índio e aprovação da Funai, que estudaria cada situação. "E o caso,

por exemplo — citou — de índios que vivem nas cidades e, hoje em dia, têm uma profissão. Talvez eles mesmos queiram liberar-se da tutela, o que poderá ser estudado pela Funai".

**MUDANÇAS**

O presidente da Funai recebeu, ontem, o cacique Mário Juruna, que veio a Brasília "cobrar" do presidente da Funai as promessas por ele feitas aos índios, de promover uma renovação nos quadros da Funai. Juruna acha que vários funcionários da Funai, que deveriam ser demitidos continuam trabalhando no órgão, enquanto outros, amigos dos índios, foram demitidos injustamente.

"Na minha opinião, esta ameaça constante de demissão dos funcionários da Funai — afirmou o presidente — tem trazido um clima de insegurança muito grande aqui. Por este motivo, não gostaria mais de voltar a falar no assunto. Não é nossa idéia, de forma alguma, promover uma demissão em massa dentro da Funai, pois temos excelentes funcionários. O que tem ocorrido, e ainda não terminamos de realizar, é um remanejamento nos vários departamentos".

Ribeiro da Silva pediu um pouco mais de tempo a Juruna, para poder organizar melhor a Funai. O cacique prometeu esperar, embora declarando estar "cansado de promessas".

*Pasta  
 FUNAI*

123



Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

Folha de Londrina - sábado - 21/4/79 - pág. 13

**Governo abandona projeto  
de emancipação do índio**

BRASILIA —O presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, afirmou ontem que a decisão do Governo de abandonar qualquer projeto de emancipação de comunidades indígenas brasileiras deixa claro que, no país, as tribos existentes não estão ainda em condições de perder a tutela exercida pelo Governo, pois não tem preparo suficiente para competir, em condições de igualdade, com os demais segmentos da sociedade.

Ribeiro da Silva disse que, ao traçar como diretriz básica da política indigenista a eliminação de qualquer programa que vise a acelerar o processo de integração do índio na sociedade, o Governo não pretende prosseguir os estudos iniciados pelo Governo anterior para alterar o Estatuto do Índio. "Na minha opinião —afirmou— a lei é bastante clara quando trata da questão da emancipação do índio, apresentando uma série de exigências para que seja decretada a perda da tutela."

Embora descartando a possibilidade da emancipação de grupos tribalizados, o presidente da Funai acha que os casos de emancipação individual poderão ser decretados, desde que haja interesse do próprio índio e aprovação da Funai, que estudaria cada situação.

"É o caso, por exemplo —citou— de índios que vivem nas cidades e hoje em dia tem uma profissão. Talvez eles mesmos queiram liberar-se da tutela, o que poderá ser estudado pela Funai."

*Poder  
FUNAI*

PT 1025 a. 122



55

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

**SECÇÃO DE INFORMAÇÕES**

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Alta São Paulo 03/05/79*

## Padre denuncia à Funai violências contra índios

*Padre FUNAI*

**BRASILIA (Sucursal)** — A tortura de índios por fazendeiros e a atuação ineficiente da Funai na área da Ajudância do Acre foram algumas das denúncias feitas ao presidente do órgão, Ademar Ribeiro da Silva, pelo padre Antônio Iasi, que retornou esta semana daquela região com um relatório sobre a situação tensa, principalmente nas áreas indígenas do município de Boca do Acre.

Segundo o relatório, as questões pendentes de demarcação em Boca do Acre datam de 1974, quando começaram as disputas entre fazendeiros seringalistas — quase sempre políticos ou autoridades do próprio município — e os índios Apurinã e Kaxinawa. O padre informa também que a Funai não tem mais a confiança dos índios.

**CAMICUA**

No caso do posto indígena de Camicua, os 250 Apurinãs estão discutindo há cinco anos os verdadeiros limites de sua reserva. Nesse intervalo, houve o afastamento de dois chefes de Ajudância, dos chefes do posto indígena e a presença, na reserva, do indigenista Antônio Couto Fonseca, que sempre se destacou pelas arbitrariedades cometidas em outras reservas, sempre em prejuízo do índio.

Tudo isso contribuiu, segundo Iasi, para que a Funai perdesse a credibilidade perante os índios e passasse a ser desrespeitada. Entre as pessoas que maltratam os índios, Iasi cita Adão Nunes, vulgo "Mineirinho", vereador e presidente da Câmara local, que obrigou o índio João Marreco a beber gasolina com areia sob a ameaça

de quimá-lo vivo. "Também foi esse fazendeiro que ordenou ao soldado Paulo, da Boca do Acre, que aplicasse violentos "telefonos" no índio Alberto, a ponto de sangrá-lo pelo nariz e ouvidos.

A situação dos índios Apurinãs é tão grave que o próprio delegado do município, Luis Gonzaga Filho, chegou a matar a tiros de revólver pelas costas o índio Raimundo. Segundo o relatório de Iasi, atualmente, o ex-prefeito Mário Diogo vem ameaçando de morte vários índios, como já foi denunciado pelo servidor da Funai, Dalei Cardoso da Silva.

**TARAUCA**

No posto indígena de Tarauca, os índios Kaxinawas vivem problemas semelhantes por questões de limites de áreas ainda não demarcadas e também pelas pressões que sofrem por parte de dois seringalistas: Raimundo Ramos e Altevi Leal (ex-prefeito e ex-senador) proprietários da área reclamada pelos índios que os chamam de "patrões".

Também os 150 Apurinãs da área de Seruini têm problemas com invasores em sua reserva, a Fazenda Maripua, de propriedade de José Cordeiro e a Manasa-Madereira Nacional S.A.

Quanto a outros aspectos dos problemas, Iasi observa no relatório que existem apenas duas bases para atender os índios, mas muito precariamente, pois são totalmente despreparadas, a começar pela rádio de comunicação que não funciona. A falta de pessoal e o abandono dos prédios e viaturas de Ajudância também foram alguns detalhes ressaltados pelo padre.





**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

## **Funai acusada em reunião de índios**

Dos correspondentes

15/05/77 Bloqueio

As tentativas de impedimento da autodeterminação das nações indígenas brasileiras, a convência das autoridades a "interesses outros", quanto à demarcação de terras dos índios, e a morosidade com que os processos são conduzidos pela Justiça, no caso de conflitos de terra, foram denunciadas pelos participantes da 2ª Assembléia Indigenista do Cimi-NE, que se reuniram em Propriá, Sergipe, e encerraram, domingo à noite, seu encontro.

As denúncias, e também manifestações de apoio ao movimento de algumas comunidades indígenas no sentido de recuperarem suas terras, foram reunidas em documento distribuído ao final da Assembléia. Nele, consta a exigência de a Funai se colocar "urgentemente, ante a questão das terras indígenas usurpadas", citando-se, como exemplo, os casos dos xocós, em Porto da Folha, e dos xukuru-kariri, em Palmeira dos Índios, que reclamam, em juízo, suas terras ocupadas por fazendeiros e o próprio Estado.

Na mesma nota, a Funai é também acusada de não demarcar áreas dos índios potiguara (em Baía da Traição, na Paraíba) e yanomani (no Amazonas e Roraima), favorecendo, assim, sua invasão por usineiros, fazendeiros, Incra, agropecuárias e pela Mineração Cia. Vale do Rio Doce. No caso dos índios yanomani, é denunciado, ainda, o problema da rodovia Perimetral Norte, que corta suas áreas e tem provocado, além de conflitos, epidemias e mortes. Segundo os signatários do documento, a situação dos yanomani é "calamitosa" para todos os seus 8.400 integrantes.

Se os índios caiwás, terenas e guaranis persistirem em impedir o tráfego da estrada Dourados-Itaporã, haverá conflito armado com a polícia. Essa, a previsão feita ontem por vários índios que se revelaram informados com a falta de atenção da Funai e do Departamento de Estradas de Rodagem do Mato Grosso. As toras que eles haviam colocado na pista, no trecho da estrada que corta a reserva onde vivem, de Dourados, foram tiradas pela polícia, domingo, mas ontem mesmo, pela manhã, foram recolocadas. A ordem do juiz foi dada após acidente com um carro, que se chocou com o obstáculo, ferindo seu motorista. Ao impedir outra vez o tráfego, os índios se queixaram: "Ninguém se preocupou quando nossos companheiros morreram por causa dos carros". Em seis meses, cinco deles morreram atropelados. Ao fazerem a barreira, no dia 19 de abril, usando pesadas toras, os caiwás, terenas e guaranis quiseram chamar a atenção da Funai e do DER.

### **Funai processa**

O chefe da 12ª Delegacia Regional da Funai, em Bauré, Álvaro Vilas Boas, informou ontem que vai acionar na Justiça o médico de Londrina, Salvador Santaella, "por estar ocupando ilegalmente terras dos índios na reserva Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, manter vários jagunços na mesma reserva e ameaçar os índios de morte, além de cobrar uma indenização pelos quatro anos que explorou indevidamente as terras indígenas".

*Posto FUNAI*



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL: *O Estado de São Paulo*  
Pasta: *FUNAI*  
Data: *26/09/79* Estado *SP*

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

# A Funai pede intervenção militar em área indígena

**Do correspondente em LONDRINA**

O superintendente da Funai, Pedro Paulo Fatorelli Carneiro, pediu ontem ao secretário de Segurança do Paraná que a Polícia Militar intervenha na reserva indígena Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra - a 120 quilômetros de Londrina - para "evitar derramamento de sangue na área entre os índios Kalgangues e centenas de posseiros que invadem as terras indígenas, pois os 300 índios ameaçam reagir ao espancamento de Antonio Pedro, um silvícola com 74 anos, por parte do posseiro Valdemar Batarsi, ocorrido segunda-feira". A informação foi prestada ontem por Alvaro Vilas Boas, chefe da 12ª Delegacia Regional da Funai, em Bauru. Antonio Pedro

foi espancado quando procurava impedir que o posseiro Valdemar Batarsi ocupasse uma das poucas faixas de terra que os índios ainda dominam na reserva - dos 2 mil alqueires demarcados pela Funai, os índios ocupam apenas 20 alqueires.

O agressor é filho de Jorge Batarsi, um fazendeiro que há cinco anos vendeu 500 alqueires das terras indígenas ao médico Salvador Santaella. Batarsi havia decidido abandonar a área indígena transferindo-a a outros fazendeiros - depois que foi condenado a dois anos de prisão pela Justiça Federal por ter vendido madeira da reserva. Ele é acusado de ter assassinado vários índios. No entanto, há alguns dias, ele resolveu novamente ocupar a reserva e enviou seu filho com tratores para

plantar milho na área dos kalgangues.

A Funai não pensa em registrar queixa na Polícia Civil de São Jerônimo da Serra contra o agressor, "porque essa polícia só defende os interesses dos grupos que dominam econômica e financeiramente a cidade, entre eles os invasores da reserva" afirmou Alvaro Vilas Boas, para ele, somente a intervenção militar na reserva pode solucionar o problema e evitar mortes.

O clima de tensão na reserva já é antigo, com os "intrusos" ocupando gradativamente as terras indígenas. No entanto, a situação vem-se agravando nos últimos tempos, principalmente depois que os índios resolveram recuperar suas terras.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL *Estado São Paulo*  
Data *2/10/79* Estado *SP*  
*Carta FUNAI*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

# *Funai demite chefe de posto*

## Da sucursal de CURITIBA

Depois de expulsar 45 índios kaigangs da reserva de Palmas, no Sudoeste do Paraná, o chefe do posto da Funai, João Rosso Menezes, há quatro anos no cargo, fez desmatamentos ilegais na região, vendeu madeira irregularmente e desviou verbas — e

ontem foi demitido pela 4ª Delegacia da Funai e proibido de circular pela área.

“Toda a cidade sabia do comportamento irregular de João Rosso Menezes — observou o padre Natalício José Weschenfelder, coordenador do Cimi no Paraná —, mas ele amedrontava a todos dizendo-se agente do Dops e do SNI.” O padre afirma ainda que “em quatro anos que chefiou o posto nunca permitiu que nenhum índio participasse de reuniões do Cimi e acusava nossos padres de subversivos”.

Segundo padre Natalício, que divulgou ontem, em Curitiba, o afastamento do chefe do posto, João Rosso Menezes amedrontava os próprios índios: “Além de banir os 45 kaigangs que se manifestaram contrários à sua atitude, ele mandava prender os que se recusavam a aceitar o corte ilegal de madeira”.

Por determinação do presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, em maio passado, durante uma visita ao Sul, as madeiras das reservas não seriam mais utilizadas; poderiam ser comercializadas somente as madeiras desvitalizadas ou caídas nas matas. Mas o chefe do posto mandou derrubar dois mil metros cúbicos de imbuia, a pretexto de fazer lavouras para a reserva. Alguns índios denunciaram o fato à Funai e ao Cimi, pois havia outros lugares apropriados para a agricultura, sem necessidade de abater o pouco que resta de floresta na área. Em um ano, o chefe do posto acabou afastando cinco caciques que se rebelaram contra o corte das matas. A reserva tinha, antes, 15 mil pinheiros e hoje não tem mais do que 500, além de dois mil metros de madeira de lei, que os índios querem preservar.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL: *Vegetariano de Paraná*  
Data: *02/10/79* Estado *PR*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Ex-chefe agita índios**

Mesmo depois de demitido e com sua transferência já efetivada para o posto de Carreteiro, no Rio Grande do Sul, o ex-chefe do posto da Funai em Palmas, João Rosso Menezes, tentou ontem reunir alguns índios para uma revolta, a fim de permanecer no cargo que ocupava há quatro anos. O movimento foi contornado por Sadi Biabati, chefe do posto em Rio das Cobras e que está respondendo interinamente em Palmas, e pelo padre Natalício José Weschenfelder, coordenador do Cimi no Paraná. Mas os caigangues do posto ainda se mostravam amedrontados, pois Menezes deveria pernoitar na cidade.

A Funai demitiu Menezes do posto depois deste ter expulsado para Xanxerê e Guarapuava 45 dos 350 índios do posto, que se opunham aos seus desmandos. Menezes, durante o seu período de chefia no posto da Funai em Palmas, fez desmatamentos ilegais, vendeu madeira irregularmente e desviou verbas. A reserva possuía cerca de 15 mil pinheiros, reduzidos atualmente a pouco mais de duzentos, além de dois mil metros de madeira de lei que os índios querem preservar. Cinco caciques que se rebelaram contra o corte da mata também foram afastados pelo ex-chefe do posto.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL *Estado do Sul*

*Funai*

Data *20/10/79* Estado *SP*

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

*20*

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

## Indígenas preparam invasão no Paraná

O cacique Angelo Cretã, do posto indígena de Mangueirinha, disse ontem em Curitiba que os índios vão invadir os 3.707 alqueires que perderam judicialmente, em primeira instância. E, para mostrar que estava falando sério, aproximou-se de diversas lideranças indígenas de outros postos do Sul, advertindo: "Já conversamos aqui com nossos colegas, que se comprometeram a nos ajudar".

Hoje em Mangueirinha, Angelo Cretã reúne-se com os índios da reserva, uma das maiores do Sul, para redigir um documento que será enviado ao presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva. "Vamos mandar, por rádio, uma mensagem para ele dando conta de nossa intenção. Mas antes da invasão vamos aguardar uma resposta dele, pois ninguém acha que a causa esteja perdida", observou Cretã.

O cacique já enviou, esta semana, uma mensagem ao presidente da Funai: "Foi um lembrete que fiz a ele. Em sua visita recente ao posto do Rio das Cobras, ele nos prometeu que não perderíamos a causa. E na época voltamos a avisar que, se fosse necessário, iríamos invadir a área". Cretã chegou a dizer que a tribo já está preparando "umas flechas boas com veneno de cascavel", ressaltando que

todos estão revoltados: "Vamos botar as mãos nas armas".

O índio Alberto Eufrásio, do posto indígena de Nonoai, garantiu ao lado de Cretã que os kaingangs e guaranis de Mangueirinha serão apoiados em sua luta. "Nós daremos toda força para eles", afirmou com simplicidade e muita convicção. Há poucos dias, os kaingangs de Mangueirinha invadiram 72 alqueires dentro da área guarani, no mesmo posto, ocupados por seis famílias de brancos desde 1966.

"Fomos entrando lá sem pedir licença, fizemos uma roça, destocamos e construímos três casas. Os brancos fugiram sem precisar expulsar", disse Cretã.

Os guaranis e kaingangs da reserva pretendem transformar os 120 mil pinheiros e 80 mil imbulas da área em um parque florestal. "Será um parque para nossos filhos, não precisamos derrubar nossa madeira, plantaremos milho". Angelo Cretã não quer auxílio de ninguém na luta. "Somos católicos, mas o Cimi não tem que se envolver." Ele acredita, contudo, que a luta só será vitoriosa se Ademar Ribeiro da Silva permanecer na presidência da Funai. "Depois que nós tivemos uma reunião séria com ele, e até aplaudimos suas palavras, não é justo esta traição com os índios. Ele não pode pedir demissão."

121

# Novo presidente da Funai é um militar

Da Sucursal e do Serviço Local

O coronel da reserva João Carlos Nobre da Veiga, assumiu, ontem, em Brasília, a presidência da Fundação Nacional do Índio, em substituição a Ademar Ribeiro da Silva. João Carlos foi o coordenador do Projeto Mauá, quando Mário Andreazza ocupou a pasta dos Transportes e, atualmente, era chefe da segurança da Companhia Rio Doce Geologia e Mineração, subsidiária da Vale do Rio Doce.

Com os estatutos da Funai numa das mãos e prometendo prosseguir a política indigenista de seu antecessor, o coronel João Carlos assumiu a direção da entidade revelando: "Experiência de índio eu não tenho, mas tenho o conhecimento de quando estudamos História do Brasil. Há pouco tempo, fiz uma conferência no Rio sobre o índio Sepé-Tiaraju, porque, em 1954, quando se comemorava o bicentenário de sua morte, sugeri ao governo gaúcho que criasse um busto em praça pública para Sepé-Tiaraju".

O novo presidente da Funai enfatizou que seguirá as diretrizes contidas nos estatutos da entidade e que problemas como a emancipação e integração dos índios à comunidade já têm posição definida no Governo.

Após salientar que o convite do ministro Mário Andreazza o surpreendeu, João Carlos afirmou que não ligará para as pressões do governador de Roraima — contrário à delimitação do Parque Indígena Yanomani — "uma vez que a política governamental deve ser uma só." "Acredito que não haverá pressões, afirmou, pois espero contar com o apoio que o Ade-



José Carlos da Veiga (esq.) visita o demissionário Ademar Ribeiro da Silva.

mar recebeu. No entanto, sei que o cargo é muito polêmico".

João Carlos Nobre não sabe quando será a posse oficial e já adiantou que não fará nenhuma mudança na Funai: "Não se mexe numa casa arrumada". E ao finalizar, acrescentou: "Acredito que existam problemas quanto à delimitação das terras indígenas mas não acredito em problemas com governadores, pois eles serão obrigados a se subordinarem à política oficial".

Quanto a Ademar Ribeiro da Silva, o ministro Mário Andreazza anunciou que o colocará como assessor do Banco Nacional de Habitação, dando-lhe um cargo de confiança em "agradecimento pelos serviços prestados".

A controvertida demissão de Ademar Ribeiro teve como causas principais as pressões do governador e de parlamentares de Roraima, assim como pressões internas dentro da própria Funai, admitidas pelo ex-presidente da entidade, nos momentos mais agudos da crise.

Ademar, no entanto, sai da

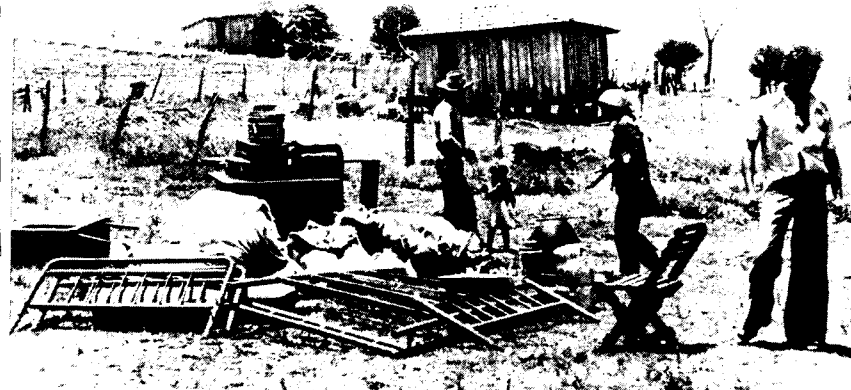
Funai com uma conquista jamais atingida por seus antecessores: o apoio unânime de todas as entidades ligadas aos índios, tais como CIMI, ANAI, e Associação dos Antropólogos.

Nascido no Paraná em 1921, o novo presidente da Funai, além dos cursos realizados na Escola Militar do Realengo, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Curso de Classificação de Pessoal, em Indiana, nos EUA, possui ainda curso Complementar de Engenharia, realizado no Colégio Estadual do Paraná, curso de Ciências Administrativas e curso de Liderologia e Metodologia Executiva do Instituto Brasileiro de Relações Humanas.

## PROTESTO

A Comissão Pró-Índio, de São Paulo, distribuiu nota ontem, lamentando o pedido de demissão do presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, decorrente de pressões que teriam tornado impossível a continuidade de sua atuação à frente daquele órgão.

801



A maior parte das famílias estão sem casa, sem terra e sem ter para onde ir



Os próprios índios se encarregam de pôr as mudanças sobre os caminhões

## Funai "limpa" a reserva caingangue e São Jerônimo tem problema social

Uma operação da Funai (Fundação Nacional do Índio), apoiada pela Polícia Militar, já havia despejado 10 famílias de posseiros e arrendatários de dentro da reserva indígena em São Jerônimo da Serra, com o fim de reintegrar efetivamente, numa primeira etapa, cerca de 600 alqueires atingidos principalmente pela "indústria da posse", incluindo aqueles 270 disputados por Jorge Batarse e o médico Salvador Santaella, que utilizava jagunços na cobrança de porcentagens sobre a produção agrícola de lavradores sem terra estabelecidos na área.

O alvo são os "grandes intrusos", dominando entre 100 e 300 alqueires, casos de Jango Pires —já despejado— Francisco Zacharias e o próprio Salvador Santaella —conforme a explanação de Eustáquio Machado, coordenador da operação, que deslocou-se do posto da Funai em Manoel Ribas.

No entanto, o problema social é inerente, eis que aproximadamente 15 famílias que pagavam porcentagem a Santaella e a outros, ou que inadvertidamente compraram "posses" dentro da reserva, perdem todo o algodão e o arroz semeados, além de áreas com mamona. E o que é pior: a maioria não tem para onde ir, muito menos dinheiro que permita comprar um pedaço de terra.

### SEM RESISTENCIA AOS INDIOS

A operação teve início na terça-feira, às 17 horas, a cargo de 8

funcionários da Funai apoiados por um contingente de 10 policiais militares comandados pelo tenente Daniel. Mas os despejos em si são promovidos pelos próprios índios: repentinamente —conduzidos numa camioneta e num caminhão— eles chegam às casas e retiram móveis e utensílios. Os primeiros despejos parecem ter alertado a maior parte das famílias, pois, à chegada dos índios, geralmente os móveis e utensílios já estavam sendo postos nos quintais. Uma vez desocupada a casa, imediatamente é tomada por uma família indígena.

Na sede da "Fazenda São Jorge", o jagunço Chico foi posto para fora da casa que ocupava há algum tempo, e um barraco de um outro despejado foi incendiado.

O máximo que os arrendatários ou posseiros pedem é que lhes seja permitido ficar até a próxima colheita, para poderem "fazer algum dinheiro", argumentando que investiram tudo o que possuíam na compra de sementes, havendo alguns "pendurados" no banco. A fim de permanecer mais um pouco, propõem-se, ainda, a pagar porcentagem aos índios.

No entanto, os índios e os funcionários da Funai são inflexíveis: todos têm que sair imediatamente, podendo ter as mudanças transportadas para onde o desejarem. Mas a maioria dos despejados não tem para onde ir.

Segundo Eustáquio Machado, o máximo que a Funai pode permitir aos despejados, por ora, é a ida deles para o "Cedro", uma área de aproximadamente 800 alqueires também integrante da

reserva indígena. Porém —ressalva— o Cedro será alvo, no futuro, de idêntica operação de despejo, e lá estão, desde agora, grande número de famílias nas mesmas condições das que já são despejadas.

Após concretizar-se a "limpeza" nos 600 alqueires, os limites serão demarcados com cerca de arame, e duas passagens de veículos motorizados serão suprimidas, não se permitindo mais a entrada de ninguém, a não ser índios —conforme ainda as informações de Eustáquio.

### A POSIÇÃO DO PREFEITO

Para o prefeito Edison Coppla, a solução do problema social causado pelos despejos não está ao alcance do município, que não tem terras para distribuir. No entanto, estava procurando entrar em contato com autoridades estaduais, ontem, no sentido de propor que buscassem um entendimento com a Funai, de modo a permitir que as famílias passassem, no mínimo, colher o que plantaram, e isso exigiria a permanência delas por mais seis meses, ao menos.

Preocupado com o fato de grande parte dos despejados não ter para onde ir, Edison se dispunha a alojá-los em prédios públicos na sede municipal, provavelmente em algum estabelecimento escolar, nem que fosse preciso suspender temporariamente as aulas.

JORNAL Folha de São Paulo  
P. FUNAI  
Data 15/11/71 Estado PR

PT 110250-122



Villas Boas  
1951



O apoio policial à operação da Funai foi retirado ontem à tarde



Também os despejos haviam cessado, pelo menos temporariamente

SÃO JERÔNIMO:

# Delegado da Funai teme conflito pela suspensão do policiamento

"A ausência de policiamento e o incitamento das famílias despejadas, para que retornem à área, podem gerar um conflito" na reserva indígena Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, e se resultar "em morte a culpa será do Governo do Paraná" — afirma Alvaro Villas Boas, delegado da Funai em Bauru.

Ele se manifestou ontem à tarde, ao tomar conhecimento da retirada de 10 policiais-militares até então apoiando o "desintrusamento" em 600 alqueires do total de 2 mil que compõem a reserva, refutando argumentos de que os despejos estejam constituindo problema social, por haver na área abrangida pela operação um reduzido número de famílias, possuidoras, na maior parte, de financiamentos em banco. Na Água Branca — assim se denomina a faixa dos 600 alqueires — a ocupação é ínfima, se comparada com a do Cedro, área entre 800 e 1.200 alqueires onde se encontram aproximadamente 200 famílias, mas cuja efetiva retomada a Funai não cogita, a não ser com a participação do INCRA, que deverá providenciar o reassentamento dos posseiros lá existentes —confor-

me ainda o argumento de Alvaro. Ontem à tarde, os despejos haviam sido suspensos.

## O GOVERNO DESCONHECE A LEI?

Alvaro atribui a suspensão do policiamento —determinada pela Secretaria de Segurança Pública —à interferência dos invasores Salvador Santaella, Jango Pires e Jaime Pinheiro de Mello, e do prefeito Edison Coppla, qualificando a atitude como sumamente grave, eis que impede o cumprimento da lei 6001, parágrafo 34, permitindo à Funai medidas administrativas no sentido de preservar o patrimônio indígena.

No entanto, na quinta-feira, o chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Agricultura em Cornélio Procópio, Carlos Kaminagakura informava que o pedido de suspensão do policiamento fora formalizado pela Secretaria, e já naquele dia aguardava-se uma definição por parte do Secretário de Segurança Pública. Segundo Kaminagakura, o pedido foi feito após a solicitação à própria Delegacia da Funai, no sentido de que permitisse às famílias despejadas permanecerem até

a época da colheita, a fim de não perderem o produto das lavouras.

No entanto, a Delegacia da Funai determinou o prosseguimento dos despejos, gerando um problema social —segundo ainda Kaminagakura.

Para Alvaro Villas Boas, o Governo do Paraná "ou está mal informado ou desconhece a lei", para determinar a suspensão do policiamento de apoio à operação desencadeada por funcionários da Funai na reserva de São Jerônimo.

## QUEM PODE COLHER

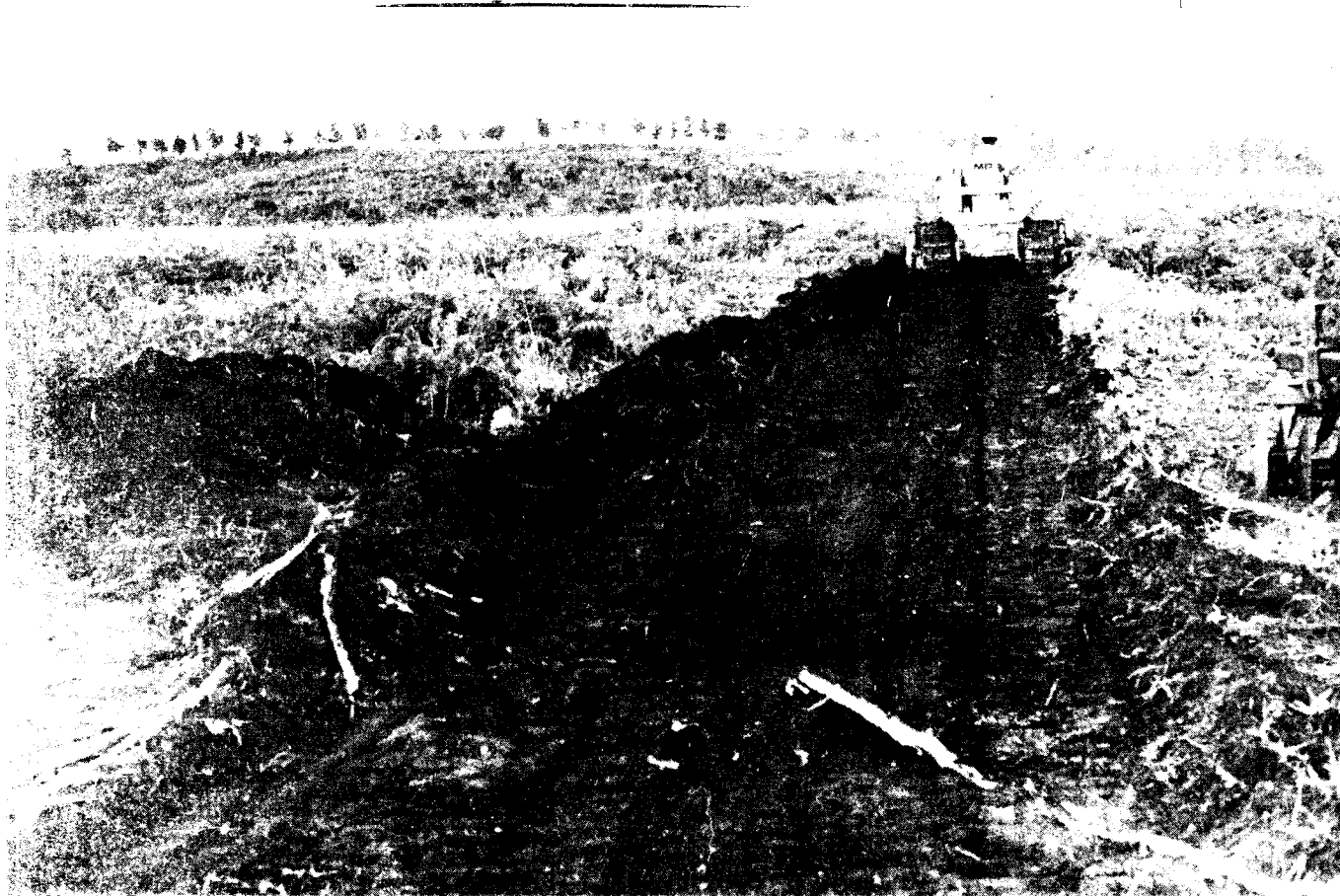
Quanto à próxima colheita dentro da reserva, a Funai permitirá àquelas famílias dependentes exclusivamente das lavouras lá plantadas (ver matéria na última página do segundo caderno), mas não as possuidoras de terras, veículos automotores e financiamentos bancários, como ocorre com a maioria.

A decisão foi comunicada pelo próprio Alvaro, prevendo ainda que as famílias carentes poderão contar com assistência do ambulatório-médico a ser instalado no posto da Funai.



P. Funai  
22/11/79

129



Esta será a única estrada de acesso à área central da reserva, e será controlada pelo posto da Funai



Dezenas de mourões já haviam sido colocados. O único problema era a escassez de madeira na área

**São Jerônimo:**

# Funai isola área dos despejos e adia discussão em Curitiba

Índios e funcionários da Funai já estão isolando, com a construção de uma cerca de arame farpado e a obstrução dos acessos rodoviários, a área central (600 alqueires) da reserva indígena de São Jerônimo da Serra, de onde foram despejados mais de 50 intrusos, entre posseiros, arrendatários e grileiros, na semana passada.

Paralelamente, o presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre, suspendeu, por tempo indeterminado, a sua ida a Curitiba, inicialmente prevista para hoje, a fim de discutir com o Governador Ney Braga a reintegração da reserva, em face dos problemas sociais decorrentes, principalmente se uma operação despejo atingir a gleba do Cedro — de 800 a 1.000 alqueires —, a outra parte integrante dos 2.000 alqueires reservados aos índios e na qual se encontram 200 famílias aproximadamente.

O coronel João Carlos Nobre informou por telefone o cancelamento de sua viagem a Curitiba,

além de adiá-la por tempo indeterminado — segundo comunicou à Assessoria de Imprensa da Secretaria de Agricultura. Diante do fato, o presidente do ITC (Instituto de Terras e Cartografia), Joaquim Severino, que ontem esteve em São Jerônimo, seguiu a Bauru, a fim de dialogar com o delegado da Funai, Alvaro Villas Boas. Por sua vez, Alvaro já anunciou que a reintegração da gleba do Cedro só ocorrerá com a participação do INCRA e do próprio Governo Estadual, para que as famílias sejam reassentadas em outras regiões.

## UMA QUESTÃO DE POPULAÇÃO

A decisão da Funai, de reintegrar efetivamente a reserva, deve-se especialmente ao aumento da população indígena em São Jerônimo — a exemplo do que ocorre em outras aldeias —, fazendo prever a necessidade de maior espaço futuramente.

Segundo funcionários da Funai, esse fato sobrepõe-se a qualquer argumento citando o índio não como um agricultor capaz de produzir em escala e sim apenas para a subsistência. Pela sua natureza, o índio requer espaço amplo e recursos naturais renováveis, embora possa, excepcionalmente, produzir alimentos além da própria necessidade, destacando-se um projeto de 16 alqueires (dentro da própria reserva de São Jerônimo), que rendeu 400 sacas de feijão, sendo o espaço agora ocupado pelo milho.

Paralelamente à construção da cerca de arame farpado, um trator começou a abrir uma nova estrada, a ser utilizada como o único acesso à reserva, a partir do Posto da Funai. Os antigos acessos rodoviários serão obstruídos, para evitar novas invasões. O outro limite da gleba Água Branca é o Rio Tibagi, fazendo divisa com o distrito de Terra Nova e, em parte, com o Cedro.

Jornal Diário da Paranaí  
P. FUNAI  
Data 08/12/79 Estado PR

123

## Pastor revela entrega de armas: índios

PORTO ALEGRE, — Os índios Kaingang da reserva indígena de Guarita (a 489 quilômetros de Porto Alegre) estão recebendo armas - Winchester e revólveres - de pessoas estranhas à comunidade indígena e se preparando para atacar colonos que invadem suas terras, segundo denúncia encaminhada ontem pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil ao presidente da República, presidente da Funai e ao ministro do Interior. Em carta assinada pelo presidente da IECLB, Augusto Kenert, a Igreja relata os incidentes que vem ocorrendo entre índios e colonos porque estes últimos querem se apossar de terras da reserva, pede reforço do pessoal da Funai, abertura de inquérito e identificação das pessoas que estão entregando armas aos indígenas.

A Reserva da Guarita compreende 23 mil hectares em cinco municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul - Redentora, Erval Seco, Miraguaí, Tenente Portela e Pinhalzinho - e já está demarcada pela Funai, mas alguns colonos, conforme a denúncia, estão mudando os marcos divisórios para se apossarem de terras hoje ocupadas por 1.800 famílias indígenas. O problema ainda é consequência do sistema de parceria índio-colono para plantação de soja, milho e trigo em terras indígenas, que é desaconselhado pelos técnicos e autoridades, mas ainda não foi possível erradicar porque os colonos corrompem os índios, oferecendo-lhes grandes somas em dinheiro e até automóveis para que aceitem os contratos. Os missionários evangélicos que atuam na reserva dão assistência rural e antropológica, procurando levar os índios a viver de seu próprio trabalho, em comunidade, sem parceria com os brancos, mas o poder corruptor e financeiro dos colonos é muito maior, segundo o pastor, Augusto Kunert. Apenas 84 famílias adotam o sistema dos missionários.

## Polícia Federal da Bahia investiga luta por terras que levou cacique à morte

Salvador — A Superintendência de Polícia Federal instaurou inquérito, ontem, para apurar o conflito pela posse da terra entre fazendeiros e os índios da tribo Pankarare, no Município de Nova Glória, sertão do médio São Francisco, que causou o assassinio do cacique Angelo Pereira Xavier, a tiros de espingarda, quarta-feira numa emboscada.

Além de ouvir as áreas ligadas ao problema indígena na Bahia — Departamento de Antropologia da UFBA, Funai e Instituto de Terras — o inquérito vai apurar a responsabilidade criminal pela morte do cacique Pankarare. O superintendente Hélio Romão declarou que a questão de terras na Bahia "é de muita gravidade" e confirmou a existência de tensão em outra área indígena.

### OS KARIRI

Segundo o Superintendente da Polícia Federal, a demarcação da área destinada aos índios kariri, no Distrito de Mirandela, Município de Ribeira do Pombal, distante de Salvador 256 quilômetros, gera uma disputa com os fazendeiros da região, que afirmam estar a reserva reclamada pelos indígenas ocupam há gerações.

Segundo um relatório do Cimi-Nordeste III, os índios kariri, em setembro, resolveram realizar a demarcação de sua reserva, mas foram ameaçados por fazendeiros armados. A Funai, em razão da iminência de um conflito armado, resolveu suspender a demarcação. Os índios, embora em processo avançado de aculturação, voltaram a dançar o tore, como elemento cultural de unidade da tribo.

Os antropólogos Pedro Agostinho e Carlos Alberto Soares, da UFBA, foram convidados pela Funai para acompanharem o inquérito da Polícia Federal. O segundo esteve ontem na Superintendência, relatou os antecedentes do crime e responsabilizou a Funai, pois há dois meses fora informada das ameaças de morte ao cacique, que chegou a pedir porte de arma à Secretaria de Segurança Pública.

As 7h de ontem, no cemitério indígena de Brejo do Burgo, local da aldeia Pankarare, distante de Paulo Afonso 56 quilômetros, o cacique Angelo Pereira Xavier foi enterrado pelos quase 2 mil membros da tribo. A mulher do chefe, D. Laura Pereira Xavier, permaneceu em casa em estado de choque.

A maioria dos índios afirma que o assassinio do cacique Pankarare se deveu ao problema de posse da terra. Segundo eles, há cinco anos que não recebem visitas de funcionários da Funai, que na última vez que foram à tribo asseguraram a demarcação da área.

Os Pankarare acham que houve participação dos Figueiredo, poderosa família da re-

gião, no incitamento ao assassinio do cacique. Afirmam que os Figueiredo os perseguem, derubando cerca ou ampliando suas terras para dentro da área indígena, e podem ter levado o posseiro Antônio de Lino a matar Angelo Pereira Xavier.

### VERSÃO POLICIAL

Desde anteontem, quando o chefe indígena foi assassinado, 10 homens da polícia de Paulo Afonso procuram o assassino, que fugiu para o Raso da Catarina, "região inóspita e de difícil penetração", conforme explicou o delegado.

Segundo o delegado de Paulo Afonso, Antônio Martins, "há um ano, desde o Natal de 1978, o cacique Angelo Xavier e Antônio de Lino estavam intrigados. Isso porque Antônio de Lino tinha ido jogar cartas na casa do cacique, bebeu demais e começou a dizer palavrões, e o chefe indígena o expulsou, à força, de sua casa".

"Antônio de Lino ameaçou o cacique de morte, já naquela ocasião, e passou todo o ano seguinte dizendo publicamente que um dia mataria o Angelo Xavier, de modo que não há vinculações entre o crime e a questão de terras".

Para a coordenadora do convênio Funai — Universidade Federal da Bahia, antropóloga Maria do Rosário Gonçalves de Carvalho, esta versão é manobra para evitar caracterizar o assassinio do cacique Angelo Pereira Xavier como resultante de problemas de terras. Garantiu estar havendo confusão de nomes, "pois existe na tribo um índio chamado Pedro de Lino, enquanto Antônio de Lino não é absolutamente um índio".

A antropóloga acrescentou que o cacique "era um dos mais combativos chefes de grupos indígenas na Bahia e uma pessoa que tinha condições de pacificar os ânimos. Agora, não sabemos quem poderá controlar o resto da tribo, pois era o cacique Angelo que queria resolver as questões em paz, sem pegar em armas".

## O Raso da Catarina assusta até polícia

Salvador — Ao fugir para o Raso da Catarina, após ter matado de tocaia o cacique Pankarare, o posseiro Antônio de Lino seguiu a trilha dos perseguidos pela polícia desde o tempo de Lampião e seus cabras, que sempre encontraram naquele deserto baiano, Reserva Ecológica desde 1975, um refúgio seguro e inacessível a não ser para os poucos que conhecem os seus segredos.

Vizinho da área onde vivem os cerca de mil Pankarare, o Raso é uma das regiões mais inóspitas da América Latina. Já foi chamada de "Saara com Árvores", pois tem plantas e uma fauna abundante, embora sem água, temperatura diurna de até 40 graus e que baixa 10° à noite.

### DIFÍCIL PERSEGUIÇÃO

Para perseguir o matador do cacique, uma das maiores dificuldades da polícia de Paulo Afonso será encontrar um guia que conheça ao menos uma parte do Raso. A dificuldade foi

a mesma em caçadas criminosas. O Raso é cercado pelos Municípios de Nova Glória, Jeremoabo, Santa Brígida e Paulo Afonso.

A mística de inferno do mato, terra do cão, entre outras denominações que correm na região, ainda atemoriza até mesmo a polícia e são poucos os moradores que se orgulham de saber palmitar o Raso.

Apesar da falta de água, a flora e a fauna do Raso da Catarina são das mais ricas. Podem ser encontrados, aos milhares, pombos de arribação, juriti, zabele (ave que deu nome a um dos cabras de Lampião), veados, raposas e até a temível onça sussuarana, além dos mais variados tipos de cobras venenosas. A água é conseguida na raiz do coroatá ou do umbuzeiro.

A reserva da tribo Pankarare é uma espécie de oásis nas proximidades do Raso da Catarina, daí a cobiça que ao longo dos anos tem despertado nos donos de terras da região.

PT 1025a.122

## Família do assassino de cacique ajuda na captura para o livrar de vingança

Belo Horizonte — O grupo de estudos sobre a questão indígena e o setor Leste do CMI Conselho Missionário Nacional divulgaram ontem nesta capital manifestando solidariedade aos índios Pankarares pelo assassinato do cacique Angelo Pereira Xavier, quarta-feira última, em Nova Glória, Bahia, e denunciando a Funai por "omissão e conivência com interesses outros que não os dos indígenas".

As duas entidades consideram que o crime foi premeditado e acreditam que tenha sido cometido "a mando de políticos e fazendeiros da região, que estão interessados em ocupar a área de posse imemorial dos índios". Assinalam que a morte do cacique "poderá ser simplesmente mais uma entre tantas que já ocorreram e provavelmente ocorrerão, caso a Funai persista em sua política contrária aos povos indígenas".

O CMI e o grupo de estudos afirmam que os conflitos na região começaram há 40 anos, mas se aguçaram nos últimos quatro, quando o cacique Angelo Xavier passou a exigir da Funai a demarcação de suas terras e a conseqüente retirada dos invasores, sem que até agora tenham sido atendidos.

Salvador — O delegado regional de Paulo Afonso, Antônio Martins Gonçalves, que apura o assassinio do cacique pankarare Angelo Pereira Xavier, morto numa emboscada por Antônio de Lino, assegurou ontem que até a família do criminoso está empenhada na sua captura, temerosa de uma represália por parte dos parentes da vítima.

A dificuldade de penetração no Raso da Catarina, região inóspita, tem sido o grande empecilho da polícia; o assassino fugiu para lá ao ser perseguido por um filho do cacique. Além do delegado de Paulo Afonso, se ocupam da captura o delegado de Nova Glória (Município onde ocorreu o crime), um delegado especial e ainda um reforço da PM chegado ontem à região, totalizando quase 40 homens.

### Desavença

Enquanto antropólogos e entidades ligadas à defesa dos índios insistem em afirmar que o crime teve como motivo a questão de terras, pois o cacique lutava pela demarcação da reserva há vários anos e estava ameaçado de morte, a polícia garante que nada sustenta a versão e que se trata de uma questão pessoal.

O delegado de Paulo Afonso repetiu ontem que existia uma desavença entre o cacique Angelo Pereira Xavier e Antônio de Lino, que jurou que no dia em que encontrasse o chefe dos Pankarare o mataria. Lembrado de que por várias vezes vítima e criminoso tinham se cruzado, o delegado alegou: "Esses encontros sempre foram presenciados por muita gente, mas eles nunca se bateram frente a frente, como no dia do crime".

Segundo o delegado Antônio Martins Gonçalves, a polícia conta com a ajuda da família do criminoso e com dois soldados que são exímios caçadores e conhecedores do Raso da Catarina. Com o auxílio desses soldados, alguns pontos estratégicos do Raso já foram percorridos.

### Bispo concorda

Assim como a polícia, também o Bispo Diocesano de Paulo Afonso, Jackson Berenguer, acredita que o crime "foi um problema pessoal, de acordo com o depoimento que tive de um filho do cacique e que confirma a versão de que a vítima expulsou o criminoso de sua casa, nascendo daí a intriga".

Para o Bispo, porém, o caso "alerta para o problema dos índios Pankarare e a questão de terras. Há um área que os índios afirmam ser proprietários, onde ocorre invasão por parte de brancos e isso tem gerado litígios".

## Cimi diz que Funai tem culpa no crime

Brasília — "Mais uma vez a Funai, que devia defender e demarcar as terras indígenas, se mostra como tutor infiel, entregando os seus tutelados às mãos da Polícia Federal e dos políticos locais", afirma nota do Conselho Indigenista Missionário, endossada pela CNBB, sobre o assassinio do cacique dos pankarare, em Brejo do Burgo (BA).

"Como a Funai não tomou providência nenhuma diante dos fatos apresentados antes do assassinato do cacique Angelo, agora está querendo minimizar a sua morte, tratando um caso de 'rixas'..."

# Cimi diz que Funai tem culpa no crime

Brasília — "Mais uma vez a Funai, que devia defender e demarcar as terras indígenas, se mostra como tutor infiel, entregando os seus tutelados às mãos da Polícia Federal e dos políticos locais", afirma nota do Conselho Indigenista Missionário, endossada pela CNBB, sobre o assassinio do cacique dos pankarare, em Brejo do Burgo (BA).

"Como a Funai não tomou providência nenhuma diante dos fatos apresentados antes do assassinato do cacique Angelo, agora está querendo minimizar a sua morte construindo um caso de "rixas particulares", onde na realidade se trata de uma violência provocada pelos invasores de terras indígenas e de uma guerra de extinção dos povos indígenas."

## Íntegra

"No dia 26 deste, o cacique pankarare, Ângelo Pereira Xavier, de Brejo do Burgo, Município Nova Glória (BA), caminhando com seu filho Hermes à sua roça, foi assassinado, deixando sete filhos órfãos. Como a Funai não presta nenhum serviço àquela comunidade indígena de 1 mil 200 índios pankarare, recorreu ao seu substituto mais próximo, a Delegacia de Polícia de Paulo Afonso (BA) para colher informações e espalhou depois a versão de que o assassinato premeditado e arquitetado pelos interessados na terra dos índios teria sido uma simples rixa de parentes, o que permitiu ao presidente da Funai entregar o caso às mãos da Polícia Federal.

Indigenistas que atuam na área, porém, como o antropólogo Carlos Alberto Soares e o próprio regional da Cimi, declararam a tese da Funai absurda e inadmissível, pelo fato de que o assassino, Antônio Vieira da Silva, é um pistoleiro mercenário, conhecido na região, comprado pelos latifundiários acobertados pelos políticos locais.

Mais uma vez, a Funai, que devia defender e demarcar as terras indígenas, se mostra como tutor infiel, entregando os seus "tutelados" às mãos da Polícia Federal e dos políticos locais. Embora não atuando na área através de um serviço de assistência aos índios, a Funai, através dos seus serviços de segurança, ao qual o seu atual presidente já estava ligado antes de assumir a chefia do órgão, estava bem informado sobre o conflito que a invasão daquela área indígena e sua ilegal titulação, através de órgãos do Estado da Bahia (Interba) tinha criado.

Como a Funai não tomou providência nenhuma diante dos fatos apresentados em relatórios antes do assassinato do Cacique Angelo, agora está querendo minimizar a sua morte construindo um caso de "rixas particulares", onde na realidade se trata de uma violência provocada pelos invasores das terras indígenas e de uma guerra de extinção dos povos indígenas.

O Conselho Indigenista Missionário, através do seu secretário-executivo, padre Paulo Suess, quer saber "mandado de quem Antônio Vieira da Silva matou o cacique do povo Pankarare? Por que o presidente da Funai, Cel Nobre da Veiga, não se deslocou à área para se informar sobre os verdadeiros motivos do assassinato? Por que até agora não expressou a sua solidariedade com o povo Pankarare, que perdeu seu chefe? Por que nenhum sinal de compaixão para com o povo Pankarare, do qual a Funai se diz tutor? Quantas mortes ainda serão necessárias para demarcar as terras dos povos indígenas do Brasil?"

PT 1025a.122

801

## Funai contesta Cimi e defende delegado

Da sucursal de  
BRASÍLIA

A Fundação Nacional do Índio — Funai — divulgou ontem nota oficial na qual garante não haver “qualquer comprometimento do delegado regional do órgão em Curitiba, José Carlos Alves, na retirada ilegal de madeira, principalmente nas localidades de Palmas e Mangueirinha, no interior do Paraná”.

A denúncia sobre o envolvimento do delegado regional José Carlos Alves na venda ilegal de madeira de áreas indígenas do Estado foi feita pelo Conselho Indigenista Missionário — Cimi —, com base em conclusões de investigações feitas por uma equipe da Funai que visitou a região. A nota contesta as informações do Conselho dizendo que “nada ficou apurado contra a conduta de José Carlos Alves, mesmo porque a exploração de serrarias no Sul do País está afeta a um órgão do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, já desativado, não sendo, portanto, subordinado ao delegado da Funai em Curitiba”.

É a seguinte a íntegra da nota:

“A Fundação Nacional do Índio esclarece que não existe qualquer comprometimento do

delegado regional do órgão em Curitiba, José Carlos Alves, na retirada ilegal de madeira, principalmente nas localidades de Palmas e Mangueirinha, no interior do Paraná. Daí não ter fundamento as informações dadas pela Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário, segundo as quais a equipe de investigação enviada pela Funai a 13 áreas indígenas teria concluído pelo envolvimento daquele servidor.

“Nada ficou apurado contra a conduta do sr. José Carlos Alves, mesmo porque a exploração de serrarias no Sul do País está afeta a um órgão do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, já desativado, não sendo, portanto, subordinado ao delegado da Funai em Curitiba.

“A exemplo de Tucuruí e outras áreas indígenas, as serrarias do Sul serão igualmente desativadas. Com isso, os índios que desenvolvem atividades naqueles setores serão aproveitados em outras tarefas como na agricultura e pecuária.

“As serrarias que se encontram no momento em atividade estão produzindo madeira única e exclusivamente para ser utilizada na construção de casas para os indígenas.”

## Na Justiça, ação para garantir posse de terra

Do correspondente em  
PORTO VELHO

Na próxima segunda-feira, a Funai vai propor na Comarca de Labrea, no Sudoeste do Amazonas, uma ação de manutenção de posse contra os seringalistas José Falcão Filho e Joaquim Farias Neto, que vêm invadindo uma área onde residem cerca de 200 famílias dos índios palmari e apurinã.

A ação será encaminhada pelo delegado da 8ª Delegacia da Funai em Porto Velho, Apoená Meirelles, que segue amanhã para Labrea em companhia do

procurador jurídico da 8ª Delegacia, Abílio Nascimento.

A área questionada é identificada por José Falcão Filho e Joaquim Neto, como Seringal São Clemente e fica à margem direita do Rio Purus, algumas horas abaixo de Labrea. Falcão, que é prefeito do município, acionou na comarca de Labrea a linguística inglesa Shirley Ann Muriel Chapnan, pesquisadora do Summer Institute of Linguistic, acusando-a de invadir área de sua propriedade — que agora a Funai diz pertencer à União — e também ensinar inglês aos índios.



# Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *O Estado de São Paulo*  
 Pasta: *FUNAI*  
 Data: *26/01/80* Estado *SP*

1281

## SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

DATA, ..... / ..... / .....

- 1 ASSUNTO .....
- 2 ORIGEM .....
- 3 CLASSIFICAÇÃO .....
- 4 DIFUSÃO .....
- 5 REFERÊNCIA .....

INFORME ..... N.º

# Brigadeiro defende índio integrado na civilização

Do correspondente em **BELEM**

"A Amazônia só será nossa quando ela for povoada por brasileiros convictos e não por índios, que não têm nacionalidade", disse ontem, em Belém, o brigadeiro Protasio Lopes de Oliveira, comandante do 1º Comando Aéreo Regional (Comar), ao defender o programa conjunto da Aeronáutica, Funai e Universidade Federal do Pará, de integração do índio à comunidade nacional.

O brigadeiro convocou a imprensa para uma entrevista coletiva a fim de prestar esclarecimentos sobre o programa e negar que pretenda extinguir as

reservas indígenas, mas reafirmou que a intenção é tornar o índio "cada vez menos índio". Disse, ainda, que as Forças Armadas, embora não sejam um órgão educacional ou social, são responsáveis pela segurança nacional do País, e argumentou que, "não queremos que a Amazônia seja um aglomeramento de países como a África".

O comandante do 1º Comar esclareceu que o trabalho das Forças Armadas na região é defesa e por isso são fiéis ao princípio militar de que não se deve olhar as intenções do inimigo mas as suas possibilidades. Por isso — acrescentou — "quanto mais quisermos que os índios

sejam índios, cada vez mais difícil será a integração da Amazônia, pois aparecerão quistos populacionais dificultando a integração". O brigadeiro Protasio lembrou seu próprio caso, dizendo que seu bisavô era uma índia que se integrou, "mas se ela não tivesse agido assim, certamente não teria um bisneto brigadeiro, teria, no máximo, um tuxaua".

Dentro do programa conjunto, encontram-se em Belém 30 índios aculturados, que se estão preparando para realizar, a partir de hoje, exame vestibular especial a fim de cursarem licenciatura curta em Estudos Sociais e Língua Portuguesa.

JORNAL: Folha de São Paulo
P. FUNAI
Data 09/03/80 Estado SP

130

## Indigenistas denunciam à Funai ação de políticos

**BRASÍLIA (Sucursal)** — A campanha que vem sendo desenvolvida pelos líderes políticos de Barra do Garça, que têm apoio dos fazendeiros, foi denunciada através de um documento entregue ao presidente da Funai pelos indigenistas que trabalham junto às comunidades xavantes do município. Documento assinado por 12 funcionários da Funai, que trabalham na ajudância de Barra do Garça, afirma que “a violenta campanha que vem sendo desferida por líderes da comunidade, mobilizando a opinião pública contra a Fundação Nacional do Índio, vem gerando uma imagem cada vez mais negativa do trabalho que tem sido desenvolvido, afetando principalmente os índios”.

Dizem os indigenistas que os líderes políticos, entre eles o prefeito de Barra do Garça, Vilmar Peres (PMDB), partem de “atitudes preconceituosas contra o índio, o que tentamos evitar com uma política de valorização da cultura xavante”. Entre as manifestações contra os Xavantes — diz o documento dos indigenistas — “os comunitários consideram o índio preguiçoso, delinquente e marginal. Alegando que não produzem e não têm condições de produzir, afirmam inclusive que os índios reivindicam grande extensão de terra, instigados por funcionários da Funai na região, apenas para transformá-las em reservas improdutivas”.

A denúncia dos funcionários da Funai foi reforçada pelos protestos dos líderes Abraão Rumari, do Kuluene, e Aniceto Tsudzawere, de São Marcos, que, em Brasília, estão ten-

tando manter contacto com o presidente da Funai para denunciarem as recentes invasões contra a reserva do Kuluene, que agora se chama Parabuburê, juntamente com Couto Magalhães e São Marcos. Abraão — informou que as invasões continuam mesmo depois do decreto presidencial criando a reserva do Parabuburê, enquanto Aniceto está preocupado com a audiência dos fazendeiros de Mato Grosso e o presidente Figueiredo, dia 15, uma vez que o motivo da audiência são as terras indígenas do Estado.

Esses fazendeiros enviaram ao presidente da República um memorial solicitando a diminuição das terras indígenas pois, dizem os fazendeiros, “a Funai quer transformar Mato Grosso em um feudo”. O memorial, assinado por mais de 100 fazendeiros foi encaminhado à Presidência da República em princípios de outubro, determinando a saída do ex-presidente do órgão, Ademar Ribeiro da Silva, que prometera solucionar todos os problemas de terras indígenas, principalmente em Mato Grosso, onde maiores são os conflitos.

Os líderes indígenas xavantes estão decepcionados, informou Aniceto, a tomarem uma atitude mais enérgica uma vez que em conversas mantidas com o coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, os decepcionaram com as propostas feitas e não estão satisfeitos com algumas ameaças, entre as quais a de que a Funai tiraria um trator da aldeia de Couto Magalhães, caso os índios continuassem tentando expulsar os fazendeiros.

PT 1025 a. 122



151

# Cacique Cariri é deposto pela tribo

Do correspondente em MACEIÓ

Os índios da tribo Cariri-Xocós da cidade alagoana de Porto Real do Colégio, a 180 quilômetros de Maceió, estão sob regime de intervenção. Depois de sérios desentendimentos entre os chefes dos 1.000 índios da tribo, em reunião extraordinária no Limpo — local onde eles se reúnem para tomar decisões importantes — o cacique Queiroz Juira foi deposto assumin-

do em seu lugar o filho, Júlio Queiroz Juira.

O cargo de pajé dos Cariri-Xocós está vago após a saída de Paulo Santiago. Por isso, nova reunião será marcada para a escolha do novo pajé da tribo nos próximos dias. Segundo o vereador índio Antonio Toré, do PDS, a Funai já tomou conhecimento da reviravolta entre os membros do grupo e enviou ontem um de seus representantes a Porto Real do Colégio para conversar com os indígenas.

# Funai anuncia prisões

Da sucursal de BRASÍLIA

O presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, anunciou, em Brasília, a prisão do capitão Mateus da Polícia Militar do Maranhão e dos dois fazendeiros implicados no assassinio de dois índios Guaajaras, no último dia 26, na fazenda Xopé em Barra do Corda. Nobre da Veiga disse que o episódio deve ser encarado "como um fato isolado", não podendo comprometer a imagem da Polícia Militar. O coronel confirmou a informação de que os índios foram levados pelo policial à presença dos dois fazendeiros que assassinaram Mateus e Moacir atirando seus corpos no rio que corta a fazenda.

A notícia foi divulgada depois da entrevista concedida pelo presidente da Funai, que anunciou a programação deste ano para a Semana do Índio, comemorada no próximo mês. "Os problemas de violência que ocorrem em várias áreas indígenas — disse — estão ligados à imagem desvirtuada do índio em nossa sociedade. Enquanto alguns defendem a tese que o índio deve ser mantido dentro de uma redoma, outros pregam a sua rápida integração na sociedade nacional ou mesmo desejam que ele seja morto."

## Caiovás armados

Os índios Caiovás que estão em Brasília anunciaram ontem que já estão fabricando armas

para expulsar de suas terras os proprietários da fazenda Paraguaçu. Esses índios, há várias gerações vivendo em harmonia com os brancos, decidiram "partir para a guerra", como anunciou o cacique Argemiro, depois de terem falhado todas as tentativas, junto à Funai, de solução para o problema que se arrasta há vários meses.

"Já estamos desesperados" — disse Argemiro, que também esteve com o presidente da Funai. "Os Caiovás sempre foram mansos, mas agora ficaram bravos. Vamos brigar e, se for preciso, morrer na nossa terra junto com o fazendeiro."

A Funai já enviou para a área duas comissões, mas nada ficou decidido.

JORNAL: O Estado de São Paulo

D. FUNAI

Data 12/03/80 Estado S.P.

PT 1025A.122

JORNAL: do Brasil
P. FUNAI
Data 21/03/80 Estado RJ

132

## Funai quer evitar qualquer cunho político nas festas durante a semana do índio

Brasília — Com a distribuição de um documento oficial, encadernado em 30 páginas, com o título *Semana do Índio — 1980*, a Funai comemora a partir do próximo dia 13 de abril a data consagrada à minoria étnica, mas pede que o acontecimento não envolva conotações políticas.

Para o presidente da Fundação Nacional do Índio, Coronel Nobre da Veiga, o evento não deve ser motivo para festividades — como as que ocorreram no ano passado, com shows de dança xavante no Teatro Municipal, no Rio — mas precisa servir para reflexão das novas gerações sobre o problema: “A questão é do Estado, não só daqui, da Funai” — afirmou o Coronel Nobre da Veiga, esperando que a data seja comemorada em todos os Estados.

Por trás das palavras do Coronel Nobre da Veiga, confirma-se a filosofia que orienta a reestruturação administrativa da Funai — já em mãos do Presidente João Figueiredo — que transferirá para os Estados (foi firmado convênio com o Rio Grande do Sul) plenos poderes para solucionar questões indígenas em conflito permanente com posseiros e empresários dedicados a projetos agro-pecuários no interior do país.

Na opinião do Coronel, é necessário que os cursos de 1º Grau esclareçam os alunos sobre a problemática do índio brasileiro, “para acabar com a desinformação existente sobre integração, emancipação, autodeterminação, etc”.

# Terras e índios, segundo D. Tomás

Para 600 pessoas que, na noite de anteontem, o aplaudiram de pé após a palestra, no auditório do Colégio Estadual do Paraná, D. Tomás Balduino, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário provou o fim da paz entre os índios desde que começou a história brasileira. Nem mesmo os missionários ele poupou. Sua exposição, seguida de debate, foi a que apresentou as maiores denúncias, até a data, dentro do ciclo de palestras sobre a questão terra, organizado pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná, Comissão Pastoral da Terra e Regional Sul II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

As terras foram, primeiro, necessárias. Pouco depois, indispensáveis ao plantio de cana, no litoral. Ou o índio se submetia à redução dos missionários, ou era massacrado. Massacre contra os homens, os guerreiros sobretudo. Tanto que, até hoje, existe gente que se diz descendente de índio, mas pela avó ou bisavô. Nunca pelo avô, pelo bisavô, que estes foram mortos.

Além da cana-de-açúcar entra no país, em 1832, o café. Em poucos anos, suplantava a cana em termos de rendimento. Era plantado no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em parte de São Paulo. As terras, então ocupadas por índios, foram submetidas a ataques sangrentos. Três nações desapareceram.

Em 1912, começou o ciclo do café no Noroeste de São Paulo, no Paraná e até em Santa Catarina. Era preciso plantar café, e o índio foi destruído porque atrapalhava a entrada das frentes pioneiras. A questão não era racista. Não era o tipo físico, a cor do índio que incomodavam, mas seu domínio sobre as terras. E as terras dos índios foram sendo ocupadas em nome do "desenvolvimento", para "melhorar a economia".

É preciso entender este "melhorar a economia" em termos porque, já a época da cana, o açúcar era refinado em Amsterdam. Hoje há soja por aqui, arroz em Goiás, pecuária desenvolvida. Mas toda a produção serve, como servia a da cana outrora, a controles econômicos dos quais dependemos, por estarmos em um capitalismo associado e acumulador, concentrador.

No setor de mineração, há o episódio dos Botucudos do Espírito Santo. Em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, grupos indígenas foram destruídos para dar passagem às companhias mineradoras. No Espírito Santo os Botucudos foram conservados, por garanti-

rem a inviolabilidade do território, não permitindo a entrada de aventureiros. Até que chegou D. João VI, que, vindo como benfeitor do país, simplesmente decretou guerra regular contra os Botucudos. A história que se ensina, a oficial, é profundamente mentirosa, precisa ser revista, reescrita com os fatos verdadeiros.

Outro setor foi o extrativo, referente primeiro à borracha, mas também, por exemplo, ao guaraná. A extração da borracha foi motivo de destruição de inúmeros grupos indígenas. De acordo com Darcy Ribeiro, "de 1900 a 1957 foram 59 as nações indígenas massacradas pelas frentes de extração da borracha". Perdeu-se o caráter da mais simples humanidade.

## História mais recente

Até 1964, havia monopólio estatal sobre exploração de minérios. Mas o monopólio foi anulado. Daí em diante, uma companhia mineradora pôde passar a registrar 50 mil hectares de terra em seu nome, e mais 30 mil no nome de sua subsidiária, com outra razão social. Em 1966, havia mais de mil investidores na área da Belém-Brasília.

Exatamente em 1966, a Sudene criou incentivos fiscais à pecuária e à agroindústria. Com o governo Médici temos não unicamente a Transamazônica, segundo o presidente "estrada que levaria homens sem terra para a terra sem homens" mas, sobretudo, o "milagre brasileiro" de Delfim Netto, hoje no Ministério do Planejamento. Do "milagre", lembro dos 11 anos em que morei no Araguaia e me impressionei com o desaparecimento dos cristais de rocha. Vi cristais límpidos, de até 30 quilos de peso, sendo retirados das montanhas. Nos Estados Unidos ou na Alemanha deve haver, hoje, o correspondente, em montanha, do buraco feito no Araguaia. Observei, à época, jangadas de quilômetros de comprimento do Rio Araguaia, com motor de popa só para empurrar a frota nas curvas do rio. Transportavam madeira, mogno brasileiro.

Num único trimestre, uma companhia norte-americana derrubou 10 mil mognos, árvores que levam 300 anos para se tornar adultas, e têm normalmente dois metros de diâmetro. Tudo para os grupos multinacionais.

"A atuação dos grupos multinacionais aqui é de roubo, é uma contínua transferência da nossa economia para longe do povo. O maior inimigo do índio é o capitalismo, e é a ele que o nosso governo serve", afirmou o bispo.

## Líder Xavante adverte invasores de terras

CARLOS ALBERTO LUPPI

"O governo brasileiro não vai nos exterminar como pretende através da Funai. Eu venho a São Paulo, como chefe dos Xavantes da reserva de São Marcos no Mato Grosso, para denunciar que os fazendeiros da região estão realizando intrigas e invasões de nossas terras, matando nossos animais para tomar outra vez nossa reserva. Eles querem briga, nós queremos a paz. Mas não vamos deixar que nos matem. Nós vamos reagir, se for preciso."

Incisivo, claro em suas palavras, o chefe dos Xavantes da reserva de São Marcos, próximo a Barra do Garças — Aniceto Tsuohaweré — veio solicitar ajuda "das pessoas de bem" para que pressionem o governo e a Funai no sentido de que tanto os fazendeiros da região quanto as autoridades de Barra do Garças "parem de molestar e ameaçar os índios e nossa cultura".

Na reserva de São Marcos residem atualmente quase dois mil índios xavantes em quatro aldeamentos. Segundo Aniceto Tsuohaweré, "os fazendeiros, auxiliados pelo prefeito Wilmar e o delegado de polícia Sebastião, ameaçam índios e fazem provocações pessoais, através de jornais e pelo rádio, tentando indispor a população branca contra os índios". Aniceto acusou diretamente os seguintes fazendeiros: Alípio Tontinho, Zeca Tontinho, Adauto Ribeiro, Antônio Ribeiro, Néilson Torres Araújo, Gabriel Davi, Genésio Davi de Campos e o cabo Lucas, este último "manobrado pelos fazendeiros para permitir a invasão das terras dos xavantes já demarcadas".

"Para nós, índios, não existe lei. Por isso esta gente continua tentando nos maltratar. A lei existe somente para favorecer os privilegiados que querem o nosso fim. Mas eu estou em São Paulo para denunciar esta arbitrariedade e dizer que nós xavantes não vamos permitir novos massacres de índios". Aniceto recordou que de 1957 — quando foi feito o contato do homem branco com os índios xavantes — até hoje, mais de 30 mil índios morreram por causa de brigas, de doenças, "tudo por culpa do homem branco que, além de mentiroso, só quer saber de seus próprios negócios e prejudicar nossos povos. Nós não vamos permitir isto".

Acompanhado de quatro índios xavantes de sua reserva, Aniceto falou em seguida das reservas xavantes de Couto Magalhães e Pimentel Barbosa, "nas quais o decreto para sua demarcação já está assinado, mas até agora nada foi feito pela Funai. Por causa disso, os índios sofrem agressões e já estão perden-

do a paciência. Nós achamos que o atual presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, não tem força alguma para defender os índios brasileiros. Ele atua contra os índios e foi posto no cargo para trabalhar contra o índio e em favor dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terras. Ele deveria, como presidente de um órgão destinado a cuidar dos problemas índios, ter por obrigação tomar providências nos locais em que o índio está sofrendo, está sendo humilhado e menosprezado, onde o índio está morrendo por matanças. No entanto, ele está mesmo é a favor dos fazendeiros e do Incra que também trabalha contra nossos povos".

Segundo Aniceto, "os índios querem a paz e querem produzir. Mas nós não encontramos apoio na Funai que, ao contrário, quer impedir nossas manifestações de auto-defesa e auto-preservação". Disse ainda que "a Funai não fornece mais máquinas, nem óleo diesel, nem combustíveis, adubos, e sementes. Existe um projeto na reserva desde 1976, para produção agrícola, mas até agora nada foi feito, por causa da Funai que não nos ajuda. No ano passado, os índios da Reserva passaram fome quase o ano inteiro porque estão tirando nossa caça e matando nossos animais, e, além disso, nos impedem de produzir mais. Até hoje não nos atenderam em necessidades básicas. Não temos sequer condução para transportar para Barra do Garças — a 130 quilômetros da Reserva — os nossos doentes de sarampo, gripe e febre. E agora tentam criar um clima de hostilidade para justificar as invasões e as ameaças de morte feitas aos índios".

"Quero deixar claro ao governo. Se isso não acabar, se esse desrespeito não acabar, nós não vamos ficar calados nem sofrer em silêncio. Temos memória e cabeça pra usar".

JORNAL: *Tribuna do Paraná*  
P. FUNAI  
Data 17/04/80 Estado PR

135

## TRIBUNINHAS

### A situação dos índios

"De um ano para cá (ano da abertura), não foi constatada nenhuma melhoria à situação indígena no Brasil, de imediato. Mas abre-se agora perspectiva nova, que é a união da luta dos trabalhadores com a luta dos índios". A opinião é de Márcio Souza, escritor, ligado ao problema indígena, principalmente no Norte do País, e que está desde ontem em Curitiba participando da programação da Semana do Índio. A luta indígena brasileira tem como principal causa a questão da terra, e em consequência o massacre da cultura desse povo, de acordo com Márcio Souza.

Quanto à atuação da Funai, ele diz que o órgão sofreu um grande retrocesso com a nomeação de Nobre da Veiga para seu presidente. "Ele foi chefe de segurança de um grande

grupo econômico. Está lotando a Funai de agentes do SNI, e corrompendo os novos líderes indígenas, ainda não amadurecidos, através da corrupção por dinheiro ou cooptação". Para Márcio, o que o presidente do órgão está fazendo é "por em prática uma estratégia militar, contra o Cimi principalmente. Ele está jogando os índios contra o trabalho dos grupos defensores da causa indígena".

O escritor denunciou ainda a criação de uma comissão, formada por políticos do governo, tecnocratas e empresários, que "atua nos momentos de crise, junto ao Congresso, imprensa e outras instituições, combatendo e difamando os índios. É o caso da nação dos Apurinãs, na boca do Acre, que essa comissão não considera de índios, mas de caboclos, sem direito algum".

# Funai envia agentes da Polícia Federal para desarmar índios

BRASÍLIA (Sucursal) — A presidência da Funai deslocou ontem para a reserva de Pimentel Barbosa, em Mato Grosso, seis agentes da Polícia Federal com a finalidade de desarmar os índios xavantes, que estão demarcando suas terras sem a presença da Funai. A informação foi prestada ontem pela assessoria de imprensa do órgão, que desmentiu ainda as informações prestadas anteontem pelo superintendente da Funai em Brasília, Otávio Pereira Lima, segundo as quais pelo menos quatro índios saíram feridos dos choques com os fazendeiros.

“Até ontem não houve qualquer confronto entre índios e fazendeiros na reserva de Pimentel Barbosa, em Mato Grosso. Como não houve nenhuma luta, consequentemente não há feridos”, diz a nota da assessoria de imprensa da Funai.

A assessoria desmentiu ainda o corte de comunicações entre Brasília e a reserva, localizada no município de Barra do Garças. O corte das comunicações foi anunciado anteontem por Otávio Pereira Lima, sendo con-

firmado por funcionários da Funai em Cuiabá.

Embora não tenha havido troca de tiros ou ataque à fazenda Uta, a Funai reconhece o clima de tensão existente em Pimentel Barbosa pois os índios já se refugiaram nas matas e “alguns deles levaram suas mulheres da aldeia”.

De acordo com informações de funcionários da Funai, o chefe da ajudância de Barra do Garças, Odenir Pinto de Oliveira pode ser preso nas próximas horas e “é praticamente certo que seja demitido da Funai”. Odenir vem sendo acusado de incitar os índios ao conflito. Ele se encontra na área desde o dia 24 último, quando os xavantes iniciaram o processo de demarcação da reserva.

## INJUSTIÇA

Para o bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, que esteve ontem em Brasília discutindo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) os problemas de sua prelazia, o desarmamento dos índios se transformou em solução única que a Funai en-

controu para evitar os conflitos. Observa ele que “este desarmamento é injusto, uma vez que os fazendeiros não são desarmados, pelo contrário, eles formam milícias de jagunços para se defenderem”. O município de Barra do Garças faz parte da jurisdição eclesiástica do bispo de São Félix do Araguaia.

A opinião de dom Pedro foi compartilhada pelo antropólogo Olímpio Serra, que vê no desarmamento uma quebra de autonomia dos índios. Ele observou também que há uma contradição “entre a defesa que o secretário de Justiça de Mato Grosso faz pelos fazendeiros de Barra do Garças e a defesa desarmada que os índios estão fazendo”. Olímpio Serra acredita que os acontecimentos de Barra do Garças se constituem em “agressão contra os Xavantes que sempre respeitaram a nação brasileira procurando o caminho da conciliação. Mesmo agora, quando o clima é de guerra, uma comissão de xavantes está em Brasília procurando uma solução pacífica para este problema”.

## Nobre da Veiga divide as responsabilidades

BRASÍLIA (Sucursal) — Com o Estatuto do Índio na mão e reafirmando seu desejo de cumprir a lei, o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, depôs ontem na CPI da Agropecuária na Câmara Federal, quando observou que a responsabilidade da defesa dos índios cabe não só ao órgão que dirige, “mas também à comunidade nacional”. “A promoção do bem-estar social é função irrecusável de toda sociedade organizada, não apenas no sentido de atender necessidades básicas dos indivíduos mas, principalmente, de criar condições para que esses indivíduos e respectivos grupos possam se desenvolver”, afirmou o coronel.

Além do presidente da Funai, a CPI ouviu também os depoimentos do vice-governador de Mato Grosso, Villanova Torres, e do secretário de Justiça do Estado, Domingos Sávio Brandão, que acusou a Funai de transformar Mato Grosso “em terra de ninguém, num feudo”.

## DEPOIMENTOS

O vice-governador de Mato Grosso, que também é presidente da Comissão Fundiária do Estado, classificou de “demagogo, barato e subversivo” o trabalho que, segundo ele, vem sendo feito por alguns segmentos da sociedade, que “colocam na cabeça do lavrador a idéia de que o governo não tem condições de resolver o problema fundiário do País”. Villanova Torres não foi inquirido pelos deputados presentes, que preferiram dirigir todas as perguntas ao presidente da Funai.

O secretário de Justiça de Mato Grosso começou seu depoimento desmentindo as notícias veiculadas pela imprensa, segundo as quais, teria chamado os índios de “preguiçosos e imbecis”. Brandão ressaltou que o índio não é preguiçoso, apenas “por índole e tradição é guerreiro e não vê no trabalho uma de suas aptidões”. Ele não considera como trabalho as atividades de caça, pesca e coleta de alimentos.

O depoimento de Domingos Brandão mostra a disparidade entre as terras indígenas que ocupam 10 milhões e 900 mil hectares e o trabalho “subversivo” de alguns funcionários da Funai. Segundo ele, estes funcionários, “antropólogos, sociólogos, etnólogos, sexólogos, e comunicólogos” arquitetam a dispersão dos índios, pesando sobre o Estado de Mato Grosso “a ameaça contra nosso progresso, atravancando qualquer desejo de desenvolvimento”. Domingos Brandão afirmou ainda que, apesar de todas estas ameaças, “Barra do Garças vai lutar e vai vencer” (referindo-se à tentativa dos xavantes de demarcar as terras da reserva de Pimentel Barbosa).

Seu depoimento foi apoiado pelos deputados Cardoso de Almeida (PDS-SP), Bento Lobo (PP-MT), Hélio Campos (PDS-PR) e Feu Rosa (PDS-ES). O deputado Cardoso de Almeida afirmou que é preciso fazer futurologia e imaginar um país de um bilhão de habitantes dentro de 500 anos. Para ele, um país com aquela população “não pode se dar ao luxo de conservar reservas indígenas de 250 mil hectares”. Ele considerou ainda “um crime contra os direitos humanos” o fato de que os índios tenham o hábito de “furar o queixo de pobres crianças indefesas”, sugerindo uma “integração” com os brancos para que os índios acabem com esta prática.

## ATAQUES

Israel Dias Novaes (PMDB-SP) e Valber Guimarães (PP-PR) criticaram o depoimento do secretário matogrossense. Novaes acusou o desaparecimento dos índios (comparando a população existente na época do descobrimento do Brasil e hoje) como resultado de mentalidades como a do secretário. “O senhor quer fixar o índio na terra, sem lhe dar direito à perambulação, como se fixam borboletas alfinetadas nas paredes”, disse o deputado.

PT  
10250.122

# Exército poderá intervir contra ação dos xavantes

**BARRA DO GARÇA** (Do enviado especial) — A possibilidade de intervenção de tropas do 2.º Exército para tentar solucionar o conflito entre índios e fazendeiros da reserva indígena de Pimentel Barbosa, no Mato Grosso foi admitida ontem em Barra do Garça por um alto funcionário da Funai, que pediu que seu nome não fosse mencionado.

Anteontem à tarde, 13 agentes da Polícia Federal, comandados pelo delegado Souza Leão, que estava acompanhado do coronel José Augusto de Souza, comandante do 58.º Batalhão de Infantaria Motorizada, sediado em Aragarças, e do capitão Angelo, sub-comandante da mesma unidade, suspenderam os trabalhos de demarcação das terras que os xavantes vinham realizando há cinco dias sem a presença da Funai. Os indígenas exigem que a presidência do órgão reconheça a anexação de mais 80 mil hectares à reserva de Pimentel Barbosa.

No entanto, os agentes policiais não conseguiram desarmar os indígenas, pois foram impedidos de fazê-lo pelos caciques xavantes, que argumentaram que os fazendeiros continuam armados. Na quarta-feira passada, a assessoria de imprensa da Funai, em Brasília, informou que agentes da Polícia Federal estavam sendo deslocados para a reserva com a finalidade de desarmar os indígenas.

## ASSEMBLÉIA

Reunidos em assembléia durante toda a noite de anteontem os caciques xavantes decidiram exigir a presença hoje, do coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, em Pimentel Barbosa, para que ele diga qual é a posição do órgão em relação à demarcação da reserva.

Os caciques decidiram ainda apoiar o chefe da ajudância da Funai em Barra do Garça, Odenir Pinto de Oliveira, ameaçando romper com o órgão tutor caso Odenir seja preso pela Polícia Federal, que já tentou por duas vezes prendê-lo sob a acusação de estar incitando os indígenas.

Por sua vez, Odenir acusou ontem o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, pela situação de insegurança e tensão reinante em Pimentel Barbosa e responsabilizou-o "por um possível derramamento de sangue na região". Ao assumir a sua aberta dissidência com a direção do órgão, Odenir afirmou que o coronel "tentou comprar a amizade dos caciques xavantes", revelando que o presidente da Funai "deu 12 mil cruzeiros para a filha do cacique Aniceto comprar seu vestido de noiva; 4 mil para o mesmo cacique comprar guardanapo para uma festa

25 mil para Mário Juruna viajar a Campo Grande; 85 mil para o chefe da reserva do koluene e 60 mil para o cacique Celestino, de parabubure".

Outro ponto de divergência entre o chefe da ajudância de Barra do Garça e o presidente da Funai é o "Projeto Xavante", denunciando que por omissão da Funai cerca de 50 por cento da colheita dos xavantes está praticamente perdida "por falta de transporte entre as aldeias".

## TUTELA

Os caciques xavantes decidiram também "aceitar momentaneamente" a presença de agentes da Polícia Federal e, se for o caso, até de militares, mas sob uma condição: "se até segunda-feira próxima a Funai não tiver atendido a suas reivindicações, os trabalhos de demarcação serão reiniciados".

Os chefes indígenas debateram ainda uma questão extremamente importante para o futuro da nação xavante: se continuam ou não a aceitar a tutela da Funai, caso o órgão não atenda às suas exigências. Com relação a este ponto, os indígenas voltarão a discuti-lo somente na terça-feira próxima, depois de receberem a resposta da Funai.

## SEM CONFRONTO

Apesar de não ter havido até o momento nenhum confronto direto entre índios e fazendeiros, a situação em Pimentel Barbosa continua tensa. Os caciques xavantes não aceitaram o desarmamento de seus guerreiros pela Polícia Federal, sabendo que os fazendeiros continuam se armando para rechaçá-los num eventual ataque. Enquanto mulheres e crianças estão sendo retiradas das aldeias, os homens disfarçam sua tensão jogando bola, embora afirmem que estão preparados "para uma guerra a qualquer momento".

Instruídos pela Polícia Federal e por oficiais do Exército, os fazendeiros, por outro lado, fizeram ontem uma retirada estratégica. Foram instruídos para não impedirem a movimentação dos indígenas, tentando-se com isso evitar conflitos e esvaziar o movimento xavante.

Em Barra do Garça, onde a presença de oficiais do Exército e de agentes da Polícia Federal está aguçando a curiosidade da população local, apesar de toda a discrição dos militares e dos agentes, anteontem à tarde circulou uma informação de que um caminhão com munição teria se dirigido para a localidade de Matinha, a poucos quilômetros da aldeia. Segundo as mesmas informações, em Matinha, onde vivem cerca de 500 pessoas, a ordem é para atirar no primeiro índio que aparecer na localidade.

JORNAL: Folha São Paulo  
 P- FUNAI  
 Data: 25.05.80 Estado SP

138

RECEBUE DO SUPERINTENDENTE DA FUNAI

COMUNICADO Nº 11/80

CIRCULAR Nº 001/80

BRASÍLIA, 25 de maio de 1980.

SECRETARIA DE INTERIORES  
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 SECRETARIA DE AGRICULTURA  
 SECRETARIA DE SAÚDE  
 SECRETARIA DE JUSTIÇA

## Morto no MA mais um líder indígena

BRASÍLIA (Sucursal) — Depois de cinco dias desaparecido, foi encontrado na tarde de segunda-feira passada o corpo do índio Mateus, da tribo dos Guajajaras de Barra do Corda, Maranhão. A informação foi dada ontem pelo superintendente da Funai, Pedro Paulo Carneiro. De acordo com suas informações, o índio Mateus desaparecera desde o dia 26 quando três brancos e dois índios se desentenderam, provocando a morte de um branco.

Esta é a terceira morte de um líder indígena ocorrida nos últimos três meses: em 26 de dezembro do ano passado foi morto Angelo Xavier, cacique dos pankarares da Bahia; em 29 de janeiro deste ano, Angelo Gretá, dos Kaingang do Paraná e, dia 26 de fevereiro último, Mateus, um dos líderes da tribo Guajajara, do Maranhão.

Segundo o Superintendente, a rixa entre este índio e os brancos "já é muito antiga". Disse ele ainda que Moacir, o outro índio, continua desaparecido e a Funai, já enviou advogado para a área com a finalidade de apurar todos os acontecimentos.

Lamentando o incidente, Pedro Paulo Carneiro afirmou que "infelizmente quando tudo está correndo bem, a terra demarcada e os recursos para o reassentamento de posseiros já estão sendo liberados, acontece uma briga e o índio morre. Vão todos pensar que a culpa é da Funai quando na verdade a Funai está atuando de forma intensiva na área". Em Canabrava, onde morava Mateus, explicou o superintendente, "já estávamos com um projeto de desenvolvimento comunitário e tudo ia bem".

### SINDICANCIA

Informou o superintendente da Funai, que as providências no sentido de investigar a morte de Mateus já foram tomadas. Disse ainda que a sindicância para apurar o assassinato de Angelo Gretá foi encerrada e agora será aberto inquérito.



Folha São Paulo  
P. FUNAI  
06 05 80 SP

139

# Índios surpreendem Funai

## Xavantes vão a Brasília e tentam resolver crise na reserva

Da Sucursal e  
do Enviado Especial

Dois camburões, duas patrulhinhas, um caminhão com tropa de choque e uma perua cercaram o bloco A do setor de autarquias Sul, em Brasília, prédio onde funciona a Funai, enquanto o presidente Nobre da Veiga e 31 líderes xavantes discutiam as possibilidades para um desfecho não-sangrento da crise na reserva de Pimentel Barbosa, no Mato Grosso. Esse desfecho poderá vir hoje, quando os xavantes vão se avistar com o ministro Mario Andreazza.

A conversa na Funai durou quase três horas e dela participaram também quatro deputados do PMDB: Modesto da Silveira (RJ), Jorge Uequed, (RS), Gilson de Barros e Carlos Bezerra (MT). Segundo Modesto da Silveira, o presidente da Funai só aceitou a presença dos deputados depois de muita discussão.

A retirada dos policiais só foi possível graças à intervenção do cacique Aniceto, líder da reserva de São Marcos, que na conversa com o coronel Nobre da Veiga lembrou que a presença das tropas policiais iria "esparramar sangue dos xavantes e dos policiais". Imediatamente foi dada a ordem de retirada, mas os 12 membros da Polícia Federal convocados pela Funai para acompanhar os acontecimentos, permaneceram no interior do edifício, circulando entre os jornalistas. A Funai, entretanto, em nota oficial, disse que coube ao presidente do órgão a retirada da polícia, por considerá-la "desnecessária".

De concreto, informou o deputado Modesto da Silveira à saída do encontro, o presidente da Funai se comprometeu a assumir a reivindicação dos índios junto ao ministro do Interior e conservar o chefe da Ajudância de Barra do Garças, Odenir Pinto de Oliveira, que confirmou frente ao presidente da Funai as ameaças de prisão que vem sofrendo desde o dia primeiro de maio. Odenir, que nasceu na aldeia xavante de Kuluene, está sendo acusado de inflamar os índios.

### POLÍCIA LUDIBRIADA

A decisão de vir a Brasília foi tomada em Barra dos Garças, durante o fim de semana, pelos caciques xavantes, ludibriando os 16 agentes do SNI e os 13 da Polícia Federal espalhados pela cidade. Os indígenas embarcaram na noite de domingo em um ônibus da Viação Araguaína, acompanhados por três deputados do PMDB preocupados por sua segurança e vários jornalistas.

Os xavantes tomaram a resolução de ir a Brasília de surpresa depois que o coronel Nobre da Veiga não foi até Pimentel Barbosa definir a questão da demarcação. Além de exigirem a ampliação de cerca de 20 mil hectares na reserva, os xavantes também não aceitam o afastamento do chefe da Ajudância local, pedem o fim do boicote da direção da Funai ao "Projeto Xavante" — para que possam colher este ano 120 mil sacas de arroz — e demandam o afastamento do presidente da Funai e dos coronéis Correia, Pagano, Neimar, Godin, Sérgio Moscasso, Nestor, Nei, Zanone, Ximenes e o capitão Jurandir. Os xavantes chegaram à Funai às 10 horas da manhã de ontem, armados de bordunas, arcos e flechas. Em princípio, eles deveriam se pintar como se fossem para a guerra, mas o chefe Warodi, filho do cacique Apoena e



Armados, os caciques iniciam diálogo com o coronel Nobre da Veiga.

que se recusa a falar português, decidiu não mais se pintar.

Ao tomar conhecimento da presença dos 31 líderes o presidente da Funai concordou em receber "apenas os chefes". Todos são chefes, foi a resposta dada pelos índios, que subiram a pé sete andares para chegar à sala da presidência.

Na sala do coronel Nobre da Veiga, eles ocuparam os pontos estratégicos: as duas portas de saída, a porta do banheiro e a própria mesa do presidente. Dois fotógrafos puderam entrar e em seguida proibiu-se a presença da imprensa na sala do presidente. Meia hora depois de iniciada a conversa, quatro líderes foram ao corredor da Funai e convocaram os 30 jornalistas que lá se encontravam. Por dez minutos os jornalistas foram empurrados pelos índios, que insistiam na permanência da imprensa e pelos assessores da presidência que expulsavam repórteres e fotógrafos. Até mesmo o superintendente do órgão, Otávio Lima, chegou a puxar jornalistas pelo braço. "Na frente da im-

prensa eu não vou falar. A conversa é entre Funai e índios". O cacique Aniceto ponderava: "Imprensa tem que ouvir, jornalista pode ficar aqui". Depois da saída dos repórteres, fotógrafos e cinegrafistas, a conversa se estendeu por mais duas horas e meia.

A chegada da polícia, os xavantes se revezavam na janela do sétimo andar. Alguns comparavam suas bordunas com os cassetetes. Celestino, um dos líderes de Couto Magalhães, levantou sua borduna e depois, numa mistura de xavante e português declarou: "Não gostamos de presidente. Ele não presta. Xinga igual se fosse criança. Ele é mentiroso." Sobre a conversa dentro do gabinete, os índios disseram que foi "dura, muito dura".

O presidente da Funai, embora tenha prometido uma entrevista coletiva depois da conversa com os xavantes, não conversou com os jornalistas. À tarde, ele deixou o prédio da Funai escoltado por três coronéis de sua assessoria direta.

PT 10250.122

## ***Missionários denunciam nova política da Funai***

As novas táticas da política indigenista oficial brasileira foram denunciadas pelos missionários indigenistas do Regional Sul, do CIMI, que estiveram reunidos em Assembléia nos dias 1.º a 4 do corrente, em São José dos Pinhais.

Segundo as conclusões daquele encontro, hoje se verificam, na prática, ações concretas da Funai no sentido de passar aos governos estaduais a sua responsabilidade pela tutela e assistência dos povos indígenas. Os missionários denunciaram que essas ações são parte de um plano mais antigo que visa a extinção dos povos indígenas em nosso país. "Como ontem se falava da

emancipação, hoje se fala da regionalização da política de proteção aos índios" - disseram, ao mesmo tempo que ressaltaram que "ontem, como hoje, esses planos nada mais são do que um decreto de morte dos povos indígenas, sob a capa do cumprimento da lei". No documento aprovado eles manifestam ainda suas dúvidas em relação ao governo do Estado, na questão de demarcação de terras dos índios, e reafirmaram irrestrito apoio às lutas dos povos indígenas do Sul do Brasil, na "sua caminhada pela reconquista dos seus direitos, das suas terras e pela construção do seu futuro como povos livres".

161

## Estadualização é perigosa aos índios

# Missionários Indigenistas acusam Funai de planejar a extinção do índio brasileiro

“O que os povos indígenas poderiam esperar de governos como o do Estado do Paraná, que lhes roubou mais de 150 mil hectares de suas terras, demarcadas por estes mesmos governos?” - Essa pergunta é uma das indagações que os missionários indigenistas da regional Sul do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que se reuniram, discretamente, em São José dos Pinhais no final da semana passada, fazem uma posição assumida em sua VI Assembléia, contra “novas táticas da política indigenista oficial”.

Eles lembram que se verifica atualmente o desencadeamento de ações concretas da Fundação Nacional do Índio, no sentido de passar aos governos estaduais a sua responsabilidade pela tutela e assistência dos povos indígenas.

“Denunciamos que essas ações são parte de um plano mais antigo que visa a extinção dos povos indígenas em nosso País. Como ontem se falava da ‘emancipação’, hoje se fala da ‘regionalização’ da política de proteção aos índios” - falam os missionários em sua posição oficial.



CRETAN ESTÁ MORTO

“O que os Caingangues e os Guaranis podem esperar mais?”

### Morte aos índios

“Ontem, como hoje, esses planos nada mais são do que um decreto de morte dos povos indígenas, sob a capa do cumprimento da lei. Com esses planos, novamente o que se quer é a espoliação do que resta das terras e das riquezas dos povos indígenas,

atendendo aos mais mesquinhos interesses regionais e de seus aliados nos governos estaduais”.

Os missionários indagam: “O que os Caingangue e os Guaranis do Paraná podem esperar do governo que lhes tirou mais da metade da área indígena de Mangueirinha, em favor de grupos econômi-

co-políticos como os Forte Khoury e os Slaviero?”

“O que os Caingangues e Guaranis do Rio Grande do Sul podem esperar do governo que lhes reduziu drasticamente suas terras, além de extinguir totalmente as reservas de Ventania e Serrinha?”

“Enfim, o que os povos indígenas do Brasil podem esperar de governos estaduais subservientes ao governo federal e totalmente comprometidos com os latifundiários e o capital estrangeiro?”

Em função desses argumentos, eles renovam o seu repúdio à política indigenista oficial, e a manobra da estadualização. “Por outra parte - dizem - reafirmamos nosso irrestrito apoio às lutas dos povos indigenistas do Sul do Brasil, na sua caminhada pela reconquista dos seus direitos, das suas terras, e pela construção do seu futuro, como povos livres”.

“No mesmo sentido, manifestamos nosso integral apoio à luta dos Xavantes de Pimental Barbosa, Mato Grosso, pela recuperação de suas terras tomadas por fazendeiros”. Os missionários concluem a nota, com um chamado “Pelo respeito aos direitos das minorias étnicas”.

Comissão de Notários  
R. FUNAI  
0605/80 Estado PR

PT10250.122

# Funai apurou em sigilo a corrupção de funcionários

## Lavradores de Andradina denunciam ação de Abdalla

Do correspondente em ANDRADINA

Onze agricultores de Andradina entregaram ontem à Secretaria de Segurança Pública, em São Paulo, um relatório sobre o clima de violência que poderá terminar em morte na fazenda Primavera, naquele município, principalmente "se os homens de José João Abdalla continuarem armando-se de metralhadoras e revólveres para intimidar o povo e fazer com que este desista da luta pela posse da terra".

Os lavradores — representando as 290 famílias que vivem na fazenda — alegam que a polícia do município não conseguiu identificar os jagunços e retirá-los da Primavera porque eles se apresentaram como cortadores de capim. Manoel Batista, um dos lavradores, disse que agentes da Secretaria de Segurança garantiram que providências serão tomadas imediatamente. Mas, se isso não acontecer, os posseiros entendem que "o jeito será laçar os jagunços, com arma e tudo, e levá-los para o delegado".

Outro problema que os agricultores levaram à Secretaria da Segurança — e também ao Inca e à Assembléia Legislativa — é o da invasão do gado de Abdalla em suas lavouras. Existem denúncias de que os empregados da fazenda cortam as cercas durante a noite. Depois dos prejuízos, o administrador da

Primavera apresenta-se disposto a fazer um acordo, mas nunca aceita a proposta da vítima, aconselhando-a a pedir ajuda à Justiça.

Os advogados do Sindicato Rural e membros da Comissão de Justiça e Paz (que prestam assistência aos posseiros) desistiram de recorrer ao Fórum. Isto porque, da última vez, os prejuízos em uma das lavouras não chegavam a Cr\$ 20 mil, mas a perícia pediu Cr\$ 10 mil só para avaliar a situação e fazer o relatório. Este ano, as invasões de gado estão-se generalizando.

Mariano Feitosa Lima, um dos prejudicados, contesta as declarações que qualificam os próprios agricultores como responsáveis pela destruição das lavouras: "Como nós haveríamos de cortar as cercas de arame para o gado acabar com a roça, se temos certeza de que, há três anos, nem mesmo a Justiça conseguiu fazer com que Abdalla indenizasse os danos? Existem muitas intrigas contra a gente, mas podem estar certos: nós não gostamos de passar fome".

No dia 18 de maio, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de todo o Estado estarão participando da missa de solidariedade aos agricultores da fazenda Primavera, que será celebrada na igreja de Nossa Senhora das Graças, em Andradina, às 14 horas, com a presença de d. Pedro Paulo Koop, bispo diocesano de Lins.

### Das sucursais

Assessores diretos do presidente da Funai disseram ontem que o coronel João Carlos Nobre da Veiga não pretende divulgar os nomes dos funcionários que afirmou serem corruptos durante um encontro que manteve com índios xavantes, em Brasília. No entanto, ao declarar que herdara um "órgão esfacelado e cheio de corruptos que alteram até nomes de rios para diminuir reservas indígenas", o presidente da Funai, segundo esses assessores, praticamente divulgou o resultado de um inquérito sigiloso instaurado no governo anterior e posteriormente encaminhado ao Conselho de Segurança Nacional.

Neste inquérito são citados vários funcionários da Funai que estariam envolvidos na alteração dos limites da reserva de Pimentel Barbosa, fato que deu origem à crise entre os xavantes e a direção da Funai que vem desenrolando-se há anos. O próprio general Ismarth de Araújo, que à época presidia a Funai e de quem partiu a iniciativa de apurar as irregularidades, acabou sendo apontado como réu, embora se tenha justificado com a alegação de que endossou o projeto sobre os limites da reserva sem saber das alterações que haviam sido feitas. Além do general Ismarth de Araújo, foram incluídos Valdeino Lopes, cartógrafo da Funai, a advogada Laia Mattar Rodrigues, assessora do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, e o assessor jurídico do órgão, Getúlio Barros Barreto. Até agora, o resultado final do inquérito não foi oficialmente divulgado; e dos funcionários citados apenas Laia Mattar continua como funcionária da Funai, embora exercendo função secundária.

Ainda ontem, o coronel Augusto César de Sá da Rocha Maia, que está respondendo interinamente pelo Ministério do Interior, recusou-se a comentar as declarações do coronel João Carlos Nobre da Veiga sobre corrupção na Funai, alegando que "o assunto deve ser tratado com o próprio Nobre da Veiga". Isso, apesar de a Fundação Nacional do Índio ser vinculada e receber orientação diretamente do Ministério do Interior. Em seguida, Rocha Maia, que é se-

cretário-geral do Ministério, informou que a Funai encaminharia nota à imprensa esclarecendo que as "declarações atribuídas ao coronel Nobre da Veiga não foram divulgadas corretamente". (Isso a despeito de tais declarações terem sido feitas pessoalmente pelo presidente da Funai perante uma rede de televisão, que filmou, gravou e divulgou a denúncia no mesmo dia — quarta-feira.) A Funai, entretanto, acabou distribuindo uma nota, mas sem fazer referências às declarações de Nobre da Veiga a respeito de casos de corrupção no órgão.

Ao contrário, porém, da atitude do secretário-geral, a assessoria do ministro Mário Andreazza, que ontem se encontrava em Porto Alegre, admitiu que há quatro diferentes correntes de pensamento sobre o episódio que envolve a denúncia de corrupção pelo coronel Nobre da Veiga. Há quem não considere possível qualquer espanto em relação à existência de corrupção em um órgão como a Funai; há quem não se surpreenda com a posição do coronel Nobre da Veiga, de admitir a corrupção, "porque há mesmo e todo mundo sabe"; há ainda quem não acredite nas "boas intenções" do presidente do órgão, pois as declarações dele visariam apenas a diminuir a tensão e levar os índios a retornarem à reserva, em Mato Grosso. E, por fim, há quem afirme — e são pessoas mais bem-informadas a respeito — que "depois das tropas de choque presentes na Funai e no Ministério do Interior e da insistência dos índios, o Conselho de Segurança Nacional autorizou o coronel Nobre da Veiga a fazer as declarações que fez, e o apoiou para moralizar o órgão".

Enquanto o assunto provocava diferentes repercussões em Brasília, o ministro Mário Andreazza negava, em Porto Alegre, o afastamento do presidente da Funai, conforme solicitara um grupo de xavantes. Andreazza considerou "absurda" a hipótese e assegurou que Nobre da Veiga será mantido, pois "estou contente com o seu trabalho". Segundo o ministro, o que existe são pessoas "interessadas em que não se resolva o problema do índio, pois se o resolvermos esta gente toda vai perder o assunto". Para ele, isso explica "esta reação toda".

07/31

Pr. José de...

# Nova sigla para a Funai

Barbosa Lima Sobrinho

**S**EMPRE tive a impressão de que a conquista, pelos europeus e seus descendentes, do território brasileiro, bem poderia incluir-se no texto do vocabulário Genocídio. Os índios eram os donos da terra. Como estabelecer novos dominadores sem a extinção dos antigos? Não havia boa vontade, nem possibilidade de êxito para os que, a exemplo dos Jesuítas, procurassem salvar as tribos ameaçadas, e já até divididas entre os Perós e os Maires de que nos falava Capistrano de Abreu. Pretextos e mais pretextos para a justificação dos morticínios. E um nunca acabar de prêmios para os que soubessem aproveitar-se de armas de fogo para liquidar pobres diabos confiantes nos tacapes e nos arcos de que estavam munidos.

Frei Martinho de Nantes, um capuchinho francês, contava o desenlace de uma luta travada na região do Rio S. Francisco e que foi terminar no âmago de sertões que talvez estivessem localizados no atual território do Piauí. Relatava ele que os índios haviam perdido grande parte de seus arcos, na travessia, a nado, do Rio S. Francisco, nas alturas a jusante da cachoeira de Sobradinho. Entrando depois pelo interior das terras, foram afinal encontrados junto a "um pequeno lago ou brejo". Desarmados e famintos, renderam-se todos, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, na expedição que Francisco Dias de Ávila comandava, depois que receberam as poucas armas que eles ainda possuíam, os amarraram e, dois dias depois, mataram a sangue-frio todos os homens de armas, "em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres. Por minha felicidade, (conta o capuchinho) não assisti a essa carnificina; não a teria suportado, por injusta e cruel, depois de se haver dado a palavra de que lhes seria poupada a vida". Uma cena de horror que talvez enchesse de alegria os Esquadrões da Morte de nossos dias. Nada além de um episódio para a Baixada Fluminense.

Cousas do passado, diriam os otimistas inveterados, os numerosos Pangloss que hoje se divertem fabricando estatísticas. E dariam como argumento a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios, remate de um trabalho heróico e prolongado de um grande Bororo que servia ao Exército sob o nome de Cândido Rondon. Já possuía uma longa experiência no trato com os índios, quando se incumbia de estabelecer linhas telegráficas que unissem o país com os laços da comunicação. Soubera inspirar confiança a tribos que se conservavam afastadas e hostis. Ignorara os riscos que correra e os perigos que afrontara,

numa verdadeira epopéia que Ferreira de Castro soube descrever num livro imortal.

Nessa época, a população índia era avaliada em um milhão de pessoas. Trinta e cinco anos depois, baixava a população para 500 mil homens. Num admirável trabalho que Paulo Carneiro, fiel à tradição positivista, publicava na *Révue des Travaux de l'Académie des Sciences Morales et Politiques*, os 500 mil homens haviam baixado para não mais de 100 mil. Nos cálculos recentes, já figuram como 80 mil. E ainda apresentam esse algarismo como uma população "estimada". Deveria dizer "desestimada", para ser verdadeira.



Como o nome antigo do Serviço já estivesse desmoralizado, não obstante o trabalho heróico de tantos sertanistas que o dignificaram, como os irmãos Vilasboas, Meireles e tantos outros abnegados e idealistas, resolveu-se adotar a iniciativa tão brasileira da mudança do nome, trocando também a organização de Serviço para Fundação, tudo por obra e graça da chamada revolução de 1964, e já no ano de 1971.

Teria mudado, com o nome, a eficácia da proteção aos índios? De certo que não, a julgar pelos protestos e reclamações apontadas nos nove anos de existência da Fundação. Haja vista o que se está registrando no caso dos xavantes, com o S.O.S. que foram levar a Brasília, na esperança de superar a surdez das autoridades. O que eles dizem é que as terras que lhes foram reservadas estão cheias de fazendas de adventícios, entre os quais os próprios demarcadores indicados pela Funai. Uma denúncia que nunca poderia deixar de ser apurada, pois que incide em numerosos artigos do Código Penal. Mas apuradas por meio de pessoas idóneas, que não fossem para lá com a ideia preconcebida de desmentirem as acusações dos xavantes, num ambiente em que sobram restrições ao trabalho e à cooperação do genótipo. Não seria caso para uma Comissão Parlamentar de Inquérito que fosse ver, de perto, a repetição de abusos que

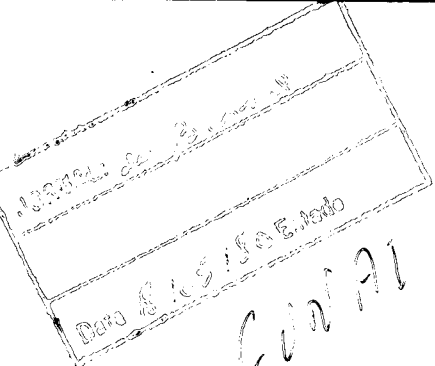
bastam para explicar a dizimação das tribos, por força de uma espoliação sorrateira e criminosa?

Os Estados Unidos, cansados de matar índios nos seus fabulosos *westerns*, tomaram a iniciativa de criar reservas, com que garantir a sobrevivência dos restantes aborígenes. Creio que contam atualmente mais de 250 reservas e lá existem também alguns, não muitos, americanos com o idealismo de nossos grandes indigenistas. Compreenderam, como os mestres brasileiros, que se precisa, antes de tudo, abandonar a ideia de incorporá-los a uma "civilização" que se contrapõe aos seus costumes e às suas tendências naturais. Destinam-se essas reservas a manter viva uma parcela da sua população, com que se constituiu a própria nacionalidade. Pois também não é essa inspiração que leva a formar os Parques Nacionais, para a proteção da flora de suas diversas regiões? Será que criaturas humanas merecem menos que os espécimes vegetais?

Com o Marechal Rondon e seus admiráveis colaboradores, e com todos os que se filiaram a essa campanha, já havíamos aprendido a lição que Paulo Carneiro nos ensinou magistralmente, quando escreveu que "não é verdade que o índio seja incapaz de se civilizar, nem que seja necessário recorrer à força para dominá-lo, e ainda menos que o seu desaparecimento seja uma fatalidade inexorável. A verdade é que, sem renegar sua própria civilização, nem seus fetiches ou seus totens, sente-se vivamente atraído pela nossa civilização. Desde que confiante, associa-se com devotamento ao nosso trabalho e guarda tudo o que lhe ensinam, imitando-o com perfeição".

O essencial é, por isso mesmo, a confiança, e deixar que o tempo se incumba dessa função de aculturação, evidentemente demorada, quando se deve evitar, ou impedir, tudo que pareça opressão ou imposição. O tempo vale muito mais que os governos e consegue milagres, sem se valer da impostura e da manipulação dos algarismos. Mas partindo sempre da confiança que, por sua vez, exige correção e honestidade, abnegação, na fidelidade à palavra empenhada e aos compromissos existentes. Como inspirar confiança com a presença de invasores das terras dos índios? Como admitir demarcadores que se transformem em donos de fazendas, fixadas em terras alheias?

Se é assim, e se a Funai concorda com realidades dessa natureza, há, pelo menos, que lhe mudar a sigla. Por que não Funexi, para indicar a presença da Fundação Nacional da Extinção dos Índios?



Funai

110230.122

93000 Paulo  
F- 62965  
03.06.70

1341

## Funcionários da Funai demitem-se

Da sucursal de Brasília

Sete funcionários da Funai entre antropólogos, indigenistas e um médico demitiram-se ontem da Fundação alegando distorções na aplicação da política indigenista. Eles acusam a atual direção da Funai de não seguir os princípios ditados pelo marechal Cândido Rondon de respeito e apoio às comunidades índias e de perseguir os funcionários empenhados na defesa dessas comunidades.

O descontentamento dos funcionários aumentou este fim de semana, com a demissão dos técnicos indigenistas José Carlos Meirelles e Antonio Leite Batista, que traba-

lham com os Apurinãs, no Acre. Ontem, vários índios do Acre procuraram o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, para protestar contra as demissões e pela demora na solução da questão da reserva dos Apurinãs.

A presença dos índios no gabinete do presidente da Funai acabou causando tumulto entre o coronel e a imprensa. Os índios convidaram os jornalistas para participar da conversa com Nobre da Veiga. Irritado, Nobre da Veiga expulsou os repórteres afirmando que os índios "mandavam apenas em suas aldeias".

À noite, mais calmo, o coronel explicou que seu trabalho com os

índios vem sendo constantemente distorcido. "Acusam-me de ser inimigo do índio — disse ele —, mas temos tentado resolver os problemas na medida do possível."

Quanto à situação dos Apurinãs, explicou que o indigenista José Carlos Meirelles foi demitido por ter-se indisposto com todos os órgãos do governo da região, onde atua.

"Assim não dá — disse o coronel — o funcionário da Funai, antes de mais nada, deve agir como um juiz entre as duas culturas: a do branco e a do índio. Quando ele passa a defender um dos lados mais do que o outro está sendo parcial e, por isso mesmo, indesejável."

PT 10250-172

Funai do Brasil  
O. F. 1/195  
13 06 '80

145

## Funai disposta a rever demissão de servidores

BRASILIA — Apesar do caráter irrevogável das demissões ocorridas na semana passada na Fundação Nacional do Índio, o presidente João Carlos Nobre da Veiga, disse que o órgão está disposto a rever as demissões dos sertanistas Antonio Carlos Meireles e Antonio Luis Macedo e a dialogar com os demissionários - até o momento, 10 profissionais. "A Funai, disse, está disposta a dialogar com os demissionários mas não com os indisciplinados". O coronel Nobre da Veiga confirmou ainda a demissão do indigenista Agnaldo Barroso, do Pi-Cuata-Paque, em três meses de atividade no posto fez débitos em nome do órgão tutelar em mais de cinco empresas, entre bancos e casas comerciais.

Os dois sertanistas, Macedo e Meireles, foram demitidos, segundo explicou o coronel, por incompatibilidade e indisciplina funcional: "Eles não tinham ainda, um bom relacionamento com nenhuma autoridade no Acre", afirmou. O presidente está analisando o parecer da consultoria do órgão para a demissão de mais um chefe de Ajudancia, desta vez o de Marabá, José Porfírio de Carvalho, que na semana passada enviou um telegrama protestando contra a demissão dos sertanistas Macedo e Meireles. No telegrama, Porfírio afirmava que as demissões tinham caráter arbitrário, já que não foi dado o direito de defesa pessoal aos demitidos e pedia, em nome da Sociedade Brasileira de Indigenistas, a reintegração dos seus companheiros. A mensagem de Porfírio foi considerada "malcriada".

O coronel Nobre da Veiga afirmou

que o chefe da Ajudancia de Marabá, por seu procedimento, foi enquadrado no artigo 482 da CLT, podendo ser demitido por justa causa. "Foi um ato de indisciplina, insubordinação e mau procedimento" afirmou.

Para Nobre da Veiga há possibilidade de diálogo com os dez demissionários porque a causa dos pedidos de exoneração foi a mudança na política indigenista, a qual, segundo o coronel "não mudou em nada. O que mudou, assegurou, foram os métodos".

O presidente da Funai revelou ainda que o órgão vem mantendo contatos com o Ministério da Aeronáutica e com as Universidades, para formar um centro de atendimento de interesse dos índios, na Ilha do Bananal. A exploração do Hotel John Kennedy, também na Ilha, "não é aconselhável no momento", segundo o coronel, mas a Funai está mantendo contatos com a Goiastur, para assegurar o imóvel.

A taxa para arrendamento das terras do Parque Indígena da Ilha, onde há 150 mil reses, foi elevada de Cr\$ 37,00 para Cr\$ 40,00 por ano por cabeça, segundo o coronel, a renda vem sendo aplicada na própria comunidade.

A Funai está em contato, ainda, com o Ministério dos Transportes, para acertar a construção da BR-262, que ligará São Felix a Gurupi. A Funai pretende que o traçado seja modificado em seus limites atuais. De qualquer forma, a estrada cortará a ilha horizontalmente, e o coronel pretende que a estrada tenha como limites o Parque Indígena e o Parque Estadual.

PT 10.000.000

Arquivo de Caranã  
F. J. N. 43  
17.06.70 JK

9/16

## Índios invadem a Funai levando reivindicações

BRASÍLIA — (AE) — A Fundação Nacional do Índio foi invadida ontem pela manhã por 40 índios, representantes de 12 nações que exigiram as demissões dos coronéis João Carlos Nobre da Veiga, presidente, Ivan Zanoni (DGPC), Nestor da Silva e José Rodrigues Godinho, ambos do DGO, e a permanência dos índios estudantes em Brasília. Após uma reunião de quatro horas com o presidente do órgão tutelar e representantes indígenas que se revezavam na sua sala, o coronel Nobre da Veiga afirmou que os índios "estão sendo manipulados por pessoas que não estão tendo suas reivindicações atendidas pela Funai". Os índios, no entanto, afirmaram que estão cansados de "esperar por promessas que nunca cumprem" e asseguraram que pode haver derramamento de sangue se suas reivindicações não forem atendidas. "Podemos morrer nesta sala ou ir preso. Nada importa. Podemos derramar sangue na frente da Funai e vai ser uma vergonha para o nosso País".

Pela manhã os índios retiraram os coronéis de seus gabinetes à força. O coronel Zanoni afirmou, ante as declarações dos líderes de que "os antropólogos tiveram peito para pedir demissão, vocês também têm que pedir", que não acredita em uma mudança na política do órgão com a sua exoneração. Mas reconheceu, como queriam os índios, a liderança do índio Mário Juruna que esteve presente durante toda a reunião como portavoz de todos os índios do País.

O coronel Nobre da Veiga afirmou, após a reunião, que "existem pessoas interessadas em tumultuar a Funai. A prova é que os fundamentos dos índios para as suas reivindicações não são tão lógicos. Eles entram violentos e saem sorrindo". Mas os líderes não pareciam tão satisfeitos como assegurava Nobre da Veiga. Ao contrário, diziam que "se quem manda na Funai é o governo federal, nem eles sabem do trabalho que é feito aqui".

PT 109.500.222



JORNAL O Dia São Paulo  
 P - FUNAI  
 Data 17/06/80 Estado SP

147

# Funai forma frente de atração no Pará

Do correspondente em BELEM

A Funai vai formar uma frente de atração para tentar estabelecer contato com um novo grupo de índios paracanã que surgiu há alguns dias no Vale do médio Xingu, no Pará. Eles apareceram subitamente em uma propriedade particular situada no Igarapé São José, ao norte do município de São Félix do Xingu, numa área que somente agora está sendo penetrada por colonos. O pequeno grupo indígena aproximou-se da casa de um fazendeiro e apenas levou alguns objetos que encontrou, desaparecendo novamente na mata.

Desta vez os paracanã agiram pacificamente, mas há três anos membros dessa tribo atacaram outros índios. Os sertanistas acreditam que o grupo atual seja mais numeroso do que o anterior, mas ainda há poucas informações sobre ele, o que levou a Fundação a iniciar a preparação de uma frente de atração, a ser comandada pelo sertanista João Carvalho.

O surgimento do grupo paracanã — índios de língua tupi — surpreendeu a Funai, embora o sertanista João Carvalho, ao voar sobre a região, já tivesse identificado há algum tempo a existência de uma aldeia desconhecida. Três grupos paracanã já foram contactados desde que a Transamazônica cortou suas terras. E o órgão planeja delimitar uma área única para nela instalar todos os grupos dessa tribo, mesmo que haja inimizade entre eles. Isto porque parte de suas terras será inundada pela barragem da hidrelétrica de Tucuruí.

ARARA

A frente de atração dos arara, que atua na Transamazônica, com base em Altamira, deverá iniciar no próximo mês uma nova etapa de trabalho, depois de ter tentado nos últimos meses estabelecer contato com um grupo reduzido de índios que se havia instalado ao Norte da rodovia. A frente vai partir em direção ao Sul, onde se encontram entre 100 e 120 indígenas, arredios a qualquer aproximação e que já fizeram seis ataques contra os que invadiram suas terras.

Ao assumir o comando dessa frente, no final do ano passado, o sertanista Sidney Possuelo decidiu avançar mais para o norte e tentar estabelecer vínculos estáveis com duas ou três famílias de araras, que se haviam separado do grupo principal quando a Transamazônica as desalojou de sua antiga aldeia. Mesmo reduzido, porém, esse grupo não aceitou a aproximação com a frente da Funai, recusando os presentes que lhes foram deixados e colocando avisos para que os sertanistas não avançassem em suas terras. Diante disso, Possuelo resolveu voltar ao sul, em busca do restante do grupo.

O sertanista já pediu à Fundação a interdição de uma área de 350 mil hectares ao sul da Transamazônica, onde além dos araras há índios tupi só recentemente identificados. Entretanto essa área compreende quase 80% dos 400 mil hectares que o Incra havia destinado à Cotrijuf, uma cooperativa gaúcha, para a execução de um projeto de colonização que agora a Funai considera impossível de ser realizado.

## Índios invadem Funai e exigem três demissões

Das sucursais

A Sede da Fundação Nacional do Índio em Brasília foi invadida ontem de manhã por 40 índios, representantes de 12 tribos e exigiram as demissões dos coronéis João Carlos Nobre da Veiga, presidente do órgão, Ivan Zanoni, do DGPC, Nestor da Silva e José Rodrigues Godinho, ambos do DGO, e a permanência dos estudantes indígenas em Brasília. Após uma reunião de quatro horas com os índios que se revejavam na sua sala, Nobre da Veiga afirmou que eles "estão sendo manipulados por pessoas que não estão tendo suas reivindicações atendidas pela Funai". Os indígenas no entanto, afirmaram que estão cansados de "esperar por promessas que nunca cumprem" e asseguraram que poderá haver derramamento de sangue se suas reivindicações não forem atendidas: "Podemos morrer nesta sala ou ir pra rua. Nada importa. Podemos derramar sangue na frente da Funai e vai ser uma vergonha para o nosso país". De manhã os índios retiraram à força os coronéis de seus gabinetes.

O coronel Zanoni afirmou que não acredita em uma mudança na política do órgão com a sua exoneração. Já o coronel Nobre da Veiga disse que "existem pessoas interessadas em tumultuar a Funai. A prova é que os fundamentos dos índios para as suas reivindicações não são tão lógicas. Eles entram violentos e saem sorrindo".

Ele explicou que não poderia demitir ninguém e que "não cabe ao índio opinar sobre os dirigentes da Funai. Mas, como qualquer brasileiro, podem declarar as anomalias que porventura tomem conhecimento". O cacique Mário Juruna, com a aprovação dos demais repre-

sentantes afirmou que "é preciso devolver a Funai para quem entende de índio. Se o governo federal não tomar conhecimento do processo nós podemos expulsar todo mundo no tapa".

Na ocasião, os índios ficaram cientes, que a Fundação não reconhece a legalidade da União Nacional dos Índios — Unind. "O governo federal — disse Nobre da Veiga — não admite a formação de nenhuma entidade de caráter nacional. A lei não permite". Os problemas indígenas, segundo esclareceu, devem ser tratados comunidade por comunidade e não de uma maneira global, como pretende a Unind.

"Não quero 'fazer demagogia — declarou ainda o coronel — mas nunca a Funai atendeu tanto os índios". Quanto aos estudantes indígenas afirmou que os que tiveram bom aproveitamento e frequência serão mantidos nas escolas, como querem os seus chefes. Ao contrário dos índios que prometem uma guerra, concluiu o presidente da Funai se suas reivindicações não forem atendidas não há "condições humanas de fazer previsões".

ANDREAZZA

O ministro do Interior, Mário Andreazza, anunciou no Rio que os recursos para tratar da demarcação das terras indígenas aumentaram cerca de 500% em relação ao ano passado, e garantiu que o problema "constitui ação prioritária". Em palestra na Escola Superior de Guerra, Andreazza minimizou os efeitos do desmatamento na Amazônia, nordestinas vítimas das secas, defendeu a reforma tributária e prometeu construir, este ano, cerca de 450 mil unidades habitacionais.

PT 1025a.122

JORNAL: *Século Paulo*  
P. FUNAI  
10 de 180

148

1978

ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

## Presidente da Funai nega acusações dos demitidos

BRASILIA (Sucursal) — O presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, afirmou ontem que os 21 funcionários demitidos daquele órgão semanas atrás "deveriam ter dirigido suas ponderações, em primeira mão, à própria Fundação Nacional do Índio", ao invés de encaminhá-las ao ministro do Interior, Mário Andreazza, através dos presidentes da Câmara e do Senado. "Como não o fizeram, ficou caracterizada a indisciplina, justificando-se, portanto, as demissões", esclareceu.

O coronel apresentou documento com respostas às 19 acusações formuladas pelos indigenistas. Para ele, "o abaixo-assinado é mal elaborado, se refere a coisas que não existem no Estatuto do Índio e mostra até a ignorância dos funcionários em relação a essa lei, embora muitos deles tivessem mais de dez anos de casa."

Nobre da Veiga disse que não aceitava o argumento de que as críticas tinham sido enviadas ao ministro porque este recentemente declarara que as acusações deveriam ser encaminhadas ao seu gabinete. Andreazza não poderia ter dito isso, pois significaria tomar para si a responsabilidade direta dos dezoito órgãos vinculados ao seu Ministério, argumentou.

O presidente da Sociedade Brasileira de Indigenistas, Porfírio Carvalho um dos

funcionários recentemente demitidos da Funai, acusou por sua vez os dirigentes daquele órgão de se omitirem da assistência aos índios Waiapi, no Território do Amapá, em sérias dificuldades de sobrevivência física.

Segundo o indigenista, o grupo Waiapi, é composto de 74 indivíduos, que habitam as margens do rio Nipuki, onde funciona desde 1978 a Mineração Monte Negro, de João Batista de Oliveira Costa. Em 11 de novembro de 1979, assinalou, um dos índios morreu por intoxicação hepática causada por produto químico não identificado, empregado na lavagem e separação dos minérios de tantalita e columbita, explorados por 150 garimpeiros e exportado para os EUA.

Porfírio Carvalho afirmou que, apesar de já ter sido comunicado a respeito, o diretor de Planejamento Comunitário da Funai, coronel Zanoni Hausen, ao invés de determinar o atendimento sanitário imediato e o embargo dos trabalhos de mineração, mandou para a área o sertanista João Carvalho, com a finalidade de pacificar os índios.

Esse mesmo sertanista, segundo Porfírio, é responsável pela transmissão de blenorragia aos índios Parakanã, que causou a morte de 32 indivíduos e a ce-

gueira parcial de outros 16, na época da abertura da rodovia Transamazônica.

Atacados e dizimados pelas doenças da civilização, os índios brasileiros desapareceram em escala crescente. Hoje eles são obrigados a viver fugindo, sem que tenham chance de estabelecer uma moradia fixa, sem poder cuidar para sobreviver. "Eles são os seres humanos mais infelizes deste mundo" — diz o antropólogo Darcy Ribeiro, que dias atrás esteve em Londrina dando uma palestra sobre as minorias indígenas do Brasil. E são infelizes, segundo Ribeiro, porque a cada dia que passa ficam mais encurralados dentro do seu próprio território. Mas este processo de extermínio não é coisa recente: remonta há décadas de uma perseguição sistemática de colonizadores, cujo caráter escravagista é uma herança cultural. Para Darcy Ribeiro, é daí que se originaram as perseguições mais cruéis — culpa do brasileiro, que só muito depois do índio ocupou essa terra de Santa Cruz.

# "Somos um povo das pestes e dos senhores de escravos"

A presença da civilização para algumas tribos de índios do Pará — com quem convivi — era representada fundamentalmente por epidemias. Isso nos quase nunca percebemos, mas somos um povo das pestes.

"Uma das tribos de que falo — a dos Kaapó, em cuja aldeia estava — logo depois do primeiro contato com os homens brancos teve uma epidemia de gripe, que matou quase a metade deles: eram 1.500, restaram 800.

"Ficaram tão apavorados que acreditaram — e isso era verossímil — que os brancos tinham essa 'arma' e a haviam colocado lá propositalmente para matar. Um grupo da tribo Orobo, que fui, conhecer depois, matou os pacificadores — 7 pessoas do então. Serviço de Proteção ao Índio — que haviam feito o contato. Os índios entenderam que foi uma agressão, a doença que matou muitos deles. Não foi, nós sabemos, uma agressão premeditada. Mas foi uma agressão.

**"QUEIMANDO SE DE FEBRE, MORENDO DE FOME E SEDE"**

"Eu mesmo vi, quando cheguei lá, muitos deles atacados de sarampo. Eram 600, ficaram 160 pessoas. Uma hecatombe. A cada aldeia que chegava, estava vazia — os índios escondiam-se pelo medo, queimando-se de febre, ao descobri-lo, morrendo de sede e de fome, porque não havia ninguém que pudesse fazer um nada, a comida que fosse.

"Eles fugiam da aldeia, acreditando que ela

comprometidas com a produção de alimentos. E mais: divididas em classes sociais. A própria cultura começa a se dividir: há uma cultura erudita, dos letrados; e uma vulgar, popular, folclórica, da gente comum.

**"CICATRIZ FEIA, QUE COMEU CARNES, DEIXOU BURACO..."**

"O que eu vi, sentado naquela rede, era a comunidade humana original. Intocada. Que não tinha passado pela mão mais terrível da história humana, que é a da escravidão. Que não só indignifica ao escravo, transformado em coisa, vendido como objeto, que pode ser expandido e morto — segundo a vontade do senhor; mas que também apodrece o senhor — que fica marcado.

**"O IMPERADOR TINHA VERGONHA DE SER IMPERADOR DE MILITARES"**

Afinal, vem a Abolição. Ela se dá em 1888 — e a República em 1890. Aquela República, mas que a propaganda oficial deformou... Por aí, ainda agora, essa ditadura andou buscando os ossinhos dos Impérios para passar por aí... Quer dizer, a Independência do Brasil é comemorada com os ossinhos do opressor. Todo um país assim é muito tarado.

"O Império, aparentemente nobre, com aquele imperador aparentemente poeta, bom sujeito, não era nada disso. Aquela um imperador cheio de vergonha de ser um imperador de mulatos, de um país de escravos. Pois bem, a marca fundamental da sociedade brasileira é a de sermos um país de senhores de escravos.

"Eu me pergunto: por que a educação primária do Brasil é pior do que a do Paraguai, a do Peru? Nesses dois países o povo em massa fala outra língua, que não é a nossa, nada na escola. E apesar disso, a educação é melhor. O que é que explica que os chilenos



Darcy Ribeiro. "Os traços mais feios do caráter brasileiro — e são muitos — são herança do tempo da escravidão"

que a educação primária do Brasil é pior do que a do Paraguai, a do Peru? Nesses dois países o povo em massa fala outra língua, que não é a nossa, nada na escola. E apesar disso, a educação é melhor. O que é que explica que os chilenos

**"ESSA LONDRIÑA É UMA EXCEÇÃO TOTAL"**

"Mas nunca se quis destruir qualquer pobreza — que é tratado como se tratava escravo, bicho.

"Não há país no mundo, talvez, em que a distância seja tão grande entre ricos e pobres. Vocês podem lembrar os parias da Índia. Mas não é tanto: os parias representam uma situação de "modus vivendi", tem o seu círculo e vive nele. Ninguém espreia ou faz de conta que não exista. O círculo da cidade, toda co-

de, cuja finalidade é viver. Eles existem apenas para produzir e reproduzir suas próprias condições de existência.

"Em 10 anos, andei por muitas aldeias, convivi com muitos índios. Toda vez que andava pelo mato, tentava o mais rápido possível alcançar uma aldeia, porque lá havia fartura, saúde, alegria. Quanto mais civilizada uma comunidade brasileira, mais famélica ela é. A gente não existe para comer e para viver, mas para que alguém lucre com isso.

# "A finalidade dos índios é viver"

(Enquanto nós vivemos para que alguém lucre com isso)

**"DOUÇOR, EU NÃO VOLTarei MAIS LÁ: NÃO VOLTarei"**

"Um grupo desses que eu falo, nunca teve contato com o homem branco. São os índios Arara, do sul do Pará. Um diretor da FUNAI deu uma certidão negando a presença e da posse deles sobre uma área em que sempre viviam. E, desde então, a FUNAI destaca grupo para tirá-los de lá. Vocês sabem o que significa uma comunidade indígena fugindo? Não podendo fazer uma roça — porque tem que fugir permanentemente, de gente que quer fazer o bem para eles? De gente que quer chamá-los a civilização?

"Pois bem, quando eu falava com o meu amigo João Carneiro, que trabalhava uns anos comigo, como intérprete, ele se mostrou revoltado contra a FUNAI — e era justificadamente — que o obrigava a perseguir índios. Um dia eu encontrei o João, num hospital, com a barriga furada por um flecha. E ele dizia:

"Doutor, eu não volto mais lá, não volto.

"E me contava a barbaridade que era perseguir os índios que, ao pressentir o perigo, flechavam ele e outros caboclos. Vocês imaginem a situação desses índios, jogando de um órgão protetor, gente sem mais cultura, a gente mais infeliz do mundo. Essa gente, este pedacinho de humanidade, jogando de outra que quer lhe impor uma cultura — mas que o índio não quer aceitar.

**"SEM REMÉDIOS, ELER APDRECIAM NOS OLHOS"**

"Um outro grupo, próximo dos Arara, entrou em contato com a civilização, aceitava alguns remédios. Mas, em seguida, o que ocorre? O homem que os paci-ficou — um deles — contaminou uma mulher índia com blenorréia, que logo foi passada a outros índios. Sem remédios, remédio, eles apodreceram nos olhos e no sexo. Morreram muitos indivíduos com essa contaminação da civilização.

"E se vocês olharem um indiozinho, o venham como um maltrapilho. Quando também se parecia com ele. Um grande filósofo, de uma intensa espiritualidade, um homem que fazia a independência do seu povo, um homem amado por 400 mil índios de índianos. E que no entanto, tinha aquele aspecto: esquelético, maltrapilho — que são países de enorme riqueza — e migram para a beira do mar. Vocês se encontram na costa marítima, perto de Santos, concentrados em grupinhos, que não são os originários. Estes índios estão em busca de uma terra sem mares. Eles creem que se alcançarem uma grande espiritualidade, podem entrar no mundo de Deus.

"Pois seus países estão ditando a eles que isso é possível. Então, "paquis", como Maracá — que canta e dança uma noite inteira — mostram que o ideal para eles é, olhando o mar, alcançar uma espiritualidade tal que eles veem, de tão leves. E possuem assim entrar no mundo de Deus, entrar na terra sem mares.

"E isso pode ter ocorrido debaixo dos olhos de vocês. Quando passaram por aquele índio grande, maltrapilho, miserável, barriguda, feição, cabocleiro — vocês sequer poderiam imaginar que por trás daquele homem existe uma espiritualidade desse tamanho.

**"MORRER, SE PRECISO FOR, MATAR, NUNCA"**

"Outro exemplo vem dos Xavante. Como a vocês um episódio que presencié há muitos anos. Estes índios — logo depois do primeiro contato com o branco — ocuparam um território do tamanho do Paraná. Ou seja, tudo que vai a oeste do Rio das Mortes até ao Rio Araguaia. Ninguém podia penetrar naquela área, porque os Xavante estavam alertas. Em certa ocasião mataram uns 10 caboclos, entre eles o indigenista Primentel Barbosa — que trabalhava junto com o marechal Cândido Rondon.

"Nesse episódio mostra que essa FUNAI de hoje é muito ruim. Não que eu seja a favor de milico, não; mas no tempo de Rondon haviam militares de outro estilo. Naquele tempo, Primentel Barbosa e sua equipe tentaram a pacificação dos Xavante, ousoando chegar até muito perto de sua aldeia — e os índios mataram todos eles.

"Agora já se sabe, com certeza, que Primentel Barbosa teve sua cabeça rompida, mas não tirou o revêver do colchete, por obediência a um princípio de Rondon: "Morrer, se preciso for; matar, nunca". Um princípio corretíssimo, porque, como invasores que somos, não podemos cometer violências.

**"A DIGNIDADE DE SUA NUDEZ ERA GRANDE"**

"O primeiro encontro oficial com os Xavante foi feito por um brigadeiro, que gostava muito de fumar. Era o diretor da Aeronáutica Civil, um bom homem. Foi possível conseguir que os índios passassem um terreno, para os aviões pousarem ali. Vieram três aparelhos — num deles, o brigadeiro, que desceu, vestido de jarida branca e almanes. E junto dele, Apoena, que era o chefe Xavante. Nós, mas a dignidade de sua nudez era tão grande, que eu vi, de repente, que o brigadeiro estava era jantando.

agressão premeditada. Mas foi uma agressão.

"QUEIMANDO SE DE FERRE, MORRENDO DE FOME E SEDE"

"Eu mesmo vi, quando cheguei lá, muitos deles atacados de sarampo. Dram 600, ficaram 160 pessoas. Uma hecatombe. A cada aldeia que chegava, estava vazia — os índios escondiam-se pelo medo, queimando-se de febre, ao descobrimento de sede e de fome, porque não havia ninguém que pudesse fazer um nada, a comida que fosse."

"ELES FUGIAM DA ALDEIA, ACREDITANDO QUE ELA ESTAVA ALACADA DE SARAMPÃO, E SEM ATENTARMOS QUE ESTAVAM CONDUZINDO DENTRO DE SI A DOENÇA. O AMBIENTE QUE VÍ E ALGUMA COISA DE ATROZ COM AQUELES ÍNDIOS. ELLES SÓ CONHECIAM DA CIVILIZAÇÃO AS PESTES QUE JÁ HAVIAM CHEGADO ATE ELLES. E QUE PRESERVAVAM O BEM MAIOR DA HUMANIDADE, QUE NOS, DE ALGUMA FORMA PERDEMOS. E EU NÃO PODIA DEIXAR DE MEDITAR O QUE, EM ESSÊNÇA, ELLES REPRESENTAM."

"PASSOU A SFER NEGÓCIO ESCRAVIZAR O CAPTURADO?" "São vejamos: há 6 mil anos, em algum lugar do mundo, ocorreu o fenômeno mais importante da história da espécie. Surgiu a primeira sociedade estratificada em classes. Uma sociedade tão avançada, tão progressista que foi capaz de fazer com que um homem produzisse muito mais do que consumia. Então, passou a ser negócio, em lugar de comer, escravizar o guerreiro capturado. Essa sociedade se biparte em um componente rural e um componente Urbano — numa camada de senhores e de escravos. Nas cidades estavam as pessoas des-

feridas em "rossa" ainda, que ainda está aí. E uma cicatriz feia, que comen- carnes, nos somos um povo de senhores de escravos e sofrimos até hoje essa desgraça.

"A LEI DO SEXAGENÁRIO UMA GRANDE SACANAGEM?"

"Se xagaram com a Lei do Sexagenário. Quer dizer: o velho, que tinha trabalhando a vida inteira e por acaso tinha sobrevivido (a vida média do escravo nas roças era de 70 anos), porque tinha uma energia formidável, uma capacidade de adaptação tremenda, de sair debaixo do chicote do capataz... Esse, que conseguiu chegar aos 60 anos, na hora de descansar, velho, a Lei do Sexagenário o liberta para ganhar a comida dele onde quisesse. Isso é de uma sacanagem in-narrável!"

"...NO FUNDO, O POVO NUNCA VALEU NADA..."

"Por que no Brasil nunca se fez isso? E que aqui, no fundo, o povo nunca valeu nada, era escravo ou mulato — pelos quais a classe dominante sempre teve o maior desprezo. Essa atitude da classe dominante é que explica por que não há

"ESSA LONDRINA E UMA EXCEÇÃO TOTAL"

"Mas nunca se quis constatar que esse país é ruim, porque a classe dominante é ruim. O país não são os homens, os educados, os ricos. Estes são os pobres. Você não pode lembrar de outras cidades, de outras paradas da Índia. Mas não é tanto: os peritos representam uma situação de 'modus vivendi', tem o seu círculo e vive nele. Ninguém estupra ou faz de conta que seja igual. O pária vive outra modalidade."

"DIZIAM QUE O BRASIL ERA POR CAUSA DA RAÇA"

"A tortura, a violência de brasileiro contra brasileiro, isso tudo vem do que? Vem dessa cicatriz de povo escravizador, de povo de senhor de escravos. Povo em que, quem não presta, é a classe dominante, porque ela é oprimida dessa herança hedionda."

"DETERORANTE..."

"Isso se deve a quê? Foi projeto do governo brasileiro ou de uma companhia de colonização inglesa? Vejamos: há no Brasil alguma coisa de deteriorante e terrível — e precisamos nos acostumar com essa ideia. Isso não está nas causas alegadas pelo atraso do país. Quando o seu Del-pim Neto diz que o importante é exportar, é plantar soja (e subúdia a soja e não o feijão), ele continua locando na mesma roda: o povo não importa; não importa que o povo coma; importa que as empresas lucrem. Assim somos nós."

"SEM REMEDIOS, ELLES APDRECIAM NOS OLHOS..."

"Um outro grupo, próximo dos Avará, entrou em contato com a civilização, acabou alguns escravos. Mas, em seguida, o que ocorre? O homem que os pacificou — um deles — contratou uma mulher índia com blefarquia, que logo foi passada a outros índios. Sem nenhum remédio, eles apodreciam nos olhos e no sexo. Morreram muitos filhos com essa contaminação da civilização."

"DESESPERADOS TENTAM CONVERTER OS MITOS..."

"Esses índios guarani — e os Tupi — vivem perseguidos e num desespero tão grande, que eles tentam a converter os mitos da criação em mitos da hecatombe. Segundo os mitos da criação, quando a deusa Mytra fez o grande mundo, em certo momento mandou um grande tigre azul, que cobre todo o céu. Em uma luta entre Deus pai e Deus filho, este mata o grande tigre azul e prega a sua pele no coitado do céu — mas manchas são as estrelas: os olhos do grande tigre azul, que o sol e a luz. Hoje os índios dizem que o grande tigre azul voltou e está olhando a terra. E que a terra é o muntado dizem ao tigre: — O Pai, me dá um descanso. Pai. Estou cansado. Pai, cansado de comer cadáver. Pai."

"OS GUARANI BUSCAM UMA TERRA SEM MARES..."

"Os guarani, há séculos, saem daqui do Paraná, do Mato Grosso, com os seus

"A DIGNIDADE DE SUA NUDEZ ERA GRANDE..."

"O primeiro encontro oficial com os Xavante foi feito por um brigadeiro, que gostava muito de juda. Era o diretor da Aeronáutica Civil, um bom homem. Foi possível conseguir que os índios passassem um terreno para os avôes polares. Vieram três aparelhos — num deles, o brigadeiro, que desceu, vestido de farda branca e alampares. E junto dele, Apoena, que era o chefe Xavante. Não mas a dignidade de sua nuidez era tão grande, que eu vi, de repente, que o brigadeiro estava em jantíssimo."

"CONTINUOU COMENDO GAFANHOTOS, TRAQUILHO..."

"Apoena trazia apenas uma pequena bandeirinha de folha de papreira, cobrindo o sexo. Mas a dignidade daquele corpo enfechado, murcha, tinha a postura de um chefe falado para outro chefe. Ocorre, então, um episódio incrível, que era um retrato da incompreensão cultural."

"CONTINUOU COMENDO GAFANHOTOS, TRAQUILHO..."

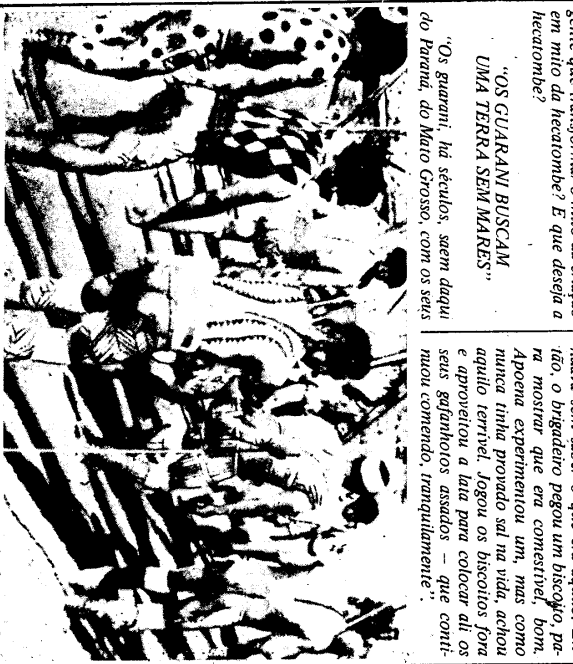
"Apoena tinha um ramo de juruti, convertido num cesto que trazia debaixo do braço, cheio de gafanhotos torrados, que ele ia comendo. Quando o brigadeiro viu que Apoena comia gafanhotos, ficou tão horrorizado que mandou um sargento buscar uma lata de biscoitos selados no avião. E deu a lata a Apoena."

"O CHEFE XAVANTE ABRIU A TAMPA, MAS HAVIA UMA OUTRA PROTEÇÃO DE ALMIDÃO..."

O brigadeiro, vendo a dificuldade do índio, pegou a lata com jeito de homem sábio, meteu o dedo na boca a parte de almidão e mostrou para Apoena, que continuava sem saber o que era aquilo. Então, o brigadeiro pegou um biscoito, para mostrar que era comestível, bom. Apoena experimentou um, mas como nunca tinha provado sal na vida, achou aquilo terrível. Jogou os biscoitos fora e aproveitou a lata para colocar ali os seus gafanhotos assados — que continuou comendo, tranquilamente."



"Eles preservaram o bem maior da humanidade, que nós, de alguma forma, já perdemos..."



"O que eu via, sentado naquela rede, era a comunidade humana original, que não conheceu a mão mais terrível da história humana..."

## Pedida intervenção na gleba Aripuanã

O deputado David Cheriegatte (PDS-Oeste) durante pronunciamento realizado ontem na Assembléia, requereu a intervenção imediata, por parte das autoridades federais, no caso da gleba de Aripuanã, no Mato Grosso. Reclamou o parlamentar a omissão do Governo federal na questão, solicitando à Assembléia Legislativa um pronunciamento a respeito, junto ao Governo do Mato Grosso, ao ministro da Agricultura, ao Incra, ao Banco do Brasil e até à Presidência da República.

Falando a respeito do projeto de colonização da Cotriguaçu, o parlamentar disse que "não é aceitável que um processo de registro da Cotriguaçu colonizadora do Aripuanã S/A. esteja há um ano e meio tramitando nos labirintos burocráticos do Incra, sem qualquer despacho".

### MAIS ENTRAVES

Também não se compreende — continuou David — que o Governo do Estado do Mato Grosso, através da Codemat — Companhia de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso — primitiva proprietária da Gleba Aripuanã — insista em declarar nulos os atos jurídicos da compra daquele imóvel por

parte da Cotriguaçu, por meio de ação ingressada no juízo de Cuiabá, medida cautelar que até agora gerou sérios embaraços ao projeto colonizador.

Segundo o parlamentar, enquanto todos estes entraves são colocados grupos imobiliários, levado por exclusivo interesse especulativo, atiram-se ávidos em adquirir a cobiçada gleba. "De início foi a Sharp quem se empenhara na compra de Aripuanã, o que suscitou verdadeira polémica em toda a imprensa do Brasil. Agora é a Companhia Melhoramentos Norte do Brasil quem se propõe à aquisição", destacou.

Ambas as empresas, segundo David, afirmam sua disposição em liberar a Cotriguaçu dos encargos financeiros que não ultrapassam a 1,5 bilhão de cruzeiros, quando a área efetivamente vale quase vinte vezes mais.

Finalizando, destacou o parlamentar, a disposição da Cotriguaçu, através de seus milhares de associados, para levar adiante o projeto de colonização já iniciado e fazer, de Aripuanã, um exemplo vitorioso do esforço cooperativista que somente as multinacionais não desejam que aconteça em nosso país.

# Funai tem novo presidente: coronel Paulo Leal

## Nobre da Veiga explica as razões do seu afastamento

BRASILIA (O GLOBO) — O ministro do Interior, Mário Andreazza, aceitou ontem o pedido de exoneração do presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, e indicou para substituí-lo o coronel-aviador Paulo Moreira Leal, que exerce o cargo de assessor da presidência daquele órgão.

O nome do coronel Moreira Leal foi enviado ainda ontem ao presidente em exercício, Aureliano Chaves, para nomeação. O Ministério do Interior pretendia divulgar a troca de presidente da Funai somente após a assinatura do decreto, mas as declarações do coronel Nobre da Veiga na tarde de ontem precipitaram o processo.

O coronel Nobre da Veiga pediu exoneração em audiência com o ministro Andreazza no início da tarde, quando ressaltou que saía por razões pessoais já que sua família nunca se acostumou com Brasília e continua residindo no Rio de Janeiro.

O ex-presidente da Funai foi indicado ontem mesmo representante do Ministério do Interior no Rio e ocupará o cargo de secretário especial da Região Sudeste.

Fontes do Ministério do Interior negaram que a saída de Nobre da Veiga tenha algo a ver com as críticas que o coronel vinha recebendo de antropólogos, da Igreja e de outros setores ligados ao indigenismo.

### PERFIL

O novo presidente da Funai, coronel-aviador Paulo Moreira Leal, é pernambucano e há vários anos vinha sendo o responsável pelos assuntos indígenas no Conselho de Segurança Nacional. Há menos de um mês foi indicado assessor da presidência do órgão de proteção aos índios e nas últimas três semanas fez várias viagens, percorrendo Rondônia, Amazonas e Pará.

O coronel Leal, durante sua gestão no CSN, foi um dos responsáveis pela devolução da área do Rio das Cobras, no Paraná, aos índios caingangues e guaranis. Em dezembro de 1979, defendeu a desapropriação de dezenas de fazendas no município de Barra do Garças

(MT) para a criação da Reserva de Parabubaré de Pimentel Barbosa, onde vivem os índios xavantes.

### VILLAS-BOAS

Em Bauru, o sertanista Alvaro Villas-Boas disse que o "substituto do coronel Nobre da Veiga deve continuar a política até agora promovida na Fundação, que tem como pontos principais a demarcação das terras indígenas e a realização de projetos agrícolas".

Villas-Boas informou que colocará seu cargo de titular da 12ª Delegacia da Funai à disposição e acrescentou que "os dois anos de trabalho prestados à entidade pelo coronel Nobre da Veiga foram de muito trabalho e desenvolvimento do órgão".

Para o sertanista, a pessoa "ideal" para substituir Nobre da Veiga seria "o superintendente da Fundação, Otávio Ferreira Lima".

### PROBLEMAS

Durante os dois anos de sua gestão, o coronel João Carlos Nobre da Veiga enfrentou vários problemas. Já ao assumir a presidência da Funai, em 1979, foi severamente criticado pelas entidades ligadas à causa indígena porque em sua primeira entrevista coletiva disse que não entendia "nada de índio" e o que sabia, havia aprendido na escola.

Foi criticado também quando demitiu, no ano passado, 39 funcionários — entre antropólogos, sociólogos e outros — e contratou 19 militares para os cargos de chefia.

Com os índios, os problemas não foram poucos e, em maio de 1980, um grupo de xavantes, pintados para a guerra e armados com bordunas, invadiram a sede da Funai em Brasília, ameaçando matar alguns dirigentes.

Em agosto do mesmo ano, os Txucarramães do Parque Nacional do Xingu mataram 11 peões que faziam o desmatamento de uma área na margem direita do Rio Xingu, reivindicada por eles. A primeira de setembro, os índios gorotirê, do Pará, mataram 20 pessoas na Fazenda Espadilha, ao sul de suas terras, reivindicando a criação e demarcação da área.

O coronel João Carlos Nobre da Veiga confirmou ontem que está demissionário e que, para deixar a presidência da Funai, aguarda apenas a nomeação de seu sucessor. Nobre da Veiga disse que, ao aceitar o convite para presidir a Fundação, em outubro de 1979, informou ao ministro do Interior, Mário Andreazza, que ficaria "apenas dois anos".

— Vim para organizar a Funai e já organizei — disse o coronel. Em 1979, explicou ao ministro Andreazza que ficaria somente dois anos por achar o trabalho muito cansativo e desgastante, principalmente para mim, já que minha família permaneceu no Rio de Janeiro.

— Antes de entrar em férias — prosseguiu — comuniquei novamente ao Ministro que meu prazo já estava chegando ao fim. Não quero mais permanecer na presidência da Funai e pretendo retornar ao Rio de Janeiro.

Com relação às denúncias formuladas pelos deputados Antonio Carlos (PT-MT) e Moisés da Silveira (PMDB-RJ) sobre a compra, sem licitação, de um prédio para a sede da Funai e a aquisição por Nobre da Veiga de um apartamento de Cr\$ 29 milhões à vista no Rio de Janeiro, o ex-presidente da Funai afirmou:

— Eu realmente estou passando a escritura de compra e venda de um apartamento, mas o pagamento não será a



Coronel Nobre da Veiga

vista. A casa onde moro no Rio de Janeiro está avaliada em Cr\$ 60 milhões e eu tenho uma casa em Petrópolis, avaliada em Cr\$ 20 milhões. Não posso me desfazer de um deles e comprar um apartamento só porque estou presidindo a Funai? Não há qualquer prova nas denúncias que são feitas por aí — ressaltou.

### ESPIRITO DE EQUIPE

Segundo o coronel Nobre da Veiga, um dos pontos mais importantes de sua gestão foi "a criação do espírito de equipe".

— Promovemos encontros de delegados e advogados, nivelando os trabalhos da Fundação — disse. Descentralizamos a administração e, hoje, as delegacias regionais trabalham com inteira liberdade, pois estabelecemos que o órgão cen-

tral tem apenas funções normativas, de fiscalização e repasse de recursos. Interferimos nas delegacias somente quando são esgotados todos os meios legais dos delegados.

Nobre da Veiga acentuou que em sua gestão foi possível estabelecer o que é área indígena:

— Em 72 anos de existência do órgão responsável pela tutela dos índios, somente este ano conseguimos iniciar o registro, em cartório, das áreas indígenas existentes no País. Já homologamos três áreas em Rondônia, mas ainda faltam 23.

O ex-presidente da Funai ressaltou também a importância do trabalho de conscientização, desenvolvido nas áreas indígenas, para a valorização pelos índios da produção da terra:

— O índio mais aculturado deve estar preparado para conviver com a sociedade envolvente. O índio é saudável, dotado de grande senso de oportunidade. É inteligente e profundamente sério — ressaltou. Apesar das várias críticas que recebi, acredito que tenha feito o melhor em benefício dos índios. Quando proibi que saíssem de suas aldeias sem necessidade, muitos não entenderam. Mas hoje podemos constatar que isto visou defender os cofres públicos. Só pagamos passagem e hospedagem aos que saem das aldeias a trabalho e não aos que querem trabalhar às custas da Funai.

## mataram no Pará 20 pessoas

**Conceição do Araguaia** — Depois de constatar que o número de mortes na fazenda Espadilha foi de 20 pessoas e não 17, como supunha a Polícia Federal, o Major Marco Antônio Luchini, do Conselho de Segurança Nacional, encarregado pelo Presidente Figueiredo de dar uma solução para a guerra entre índios calapós e fazendeiros do Baixo Araguaia, se mostrava preocupado com o que pode ocorrer nos próximos dias.

Ele permaneceu na aldeia Goritire junto aos calapós, e agentes da Polícia Federal estão nas fazendas vizinhas para conter os fazendeiros. A preocupação do Major Luchini é ainda maior porque os índios xicrins, aparentados com os calapós, estão dispostos a expulsar os fazendeiros de sua área, partindo da aldeia Cafeté, onde as invasões são reconhecidas pelo representante do Conselho de Segurança Nacional.

## Funai diz que não amplia área indígena

**Brasília** — O presidente da Funai, Coronel João Carlos Nobre da Veiga, foi categórico ao afirmar que "o Governo já decidiu que não vai haver mais ampliação" das áreas que serão demarcadas para os índios, de acordo com os compromissos assumidos. "Vamos agora é terminar o trabalho de demarcação nas áreas onde assumimos compromissos", assegurou.

Para ele, uma das causas do incidente ocorrido na Fazenda Espadilha, onde morreram 20 pessoas, foi o grupo de trabalho da Funai, que opera na região, ter admitido ampliar os limites determinados pelo memorial descritivo. "A comissão não poderia jamais alterar os limites anteriormente fixados. Isso originou o massacre". O responsável pela comissão é o antropólogo Alceu Cotia.

## Decisão descabida

O Coronel Nobre da Veiga estava muito irritado com o grupo de trabalho da Funai que admitiu a possibilidade de aumentar os limites da reserva. "Essa é uma decisão que não lhe cabia", ressaltou.

"A reserva tem uma área de 3 milhões 300 mil 600 hectares. Porque elevar o limite em mais 50 quilômetros?" O presidente da Funai informou, então, que irá examinar a culpa do grupo de trabalho no episódio da morte de brancos na Fazenda Espadilha.

Mostrando-se insatisfeito com o trabalho dos seus antecessores na presidência da Funai, o Coronel criticou a demarcação da área dos índios calapós. "Os limites foram maltraçados, pois deviam seguir o curso dos rios em vez de fazer uma linha imaginária em área seca", argumentou. "Final, quem são esses indigenistas que me antecederam aqui?"

Disse que os ataques ocorridos não têm justificativa e que tanto a Funai como o Ministério do Interior foram surpreendidos. "Não daremos guarida a esse tipo de violência, seja de um lado ou de outro. Vamos é aumentar a presença da Funai nas áreas mais sensíveis, de modo a evitar que sejamos novamente surpreendidos", concluiu.

O secretário-geral da Comissão Indigenista Missionária, Paulo Suess, advertiu que o asfaltamento da estrada que liga Cuiabá e Porto Velho (BR-364), cortando a reserva dos nambiquaras, poderá provocar a morte de quase toda essa nação indígena. Segundo ele, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem abriu, sexta-feira, a licitação para o asfaltamento.

Para o presidente da Funai, "o asfaltamento da BR-364 é um fato consumado, por decisão do Governo". De acordo com as informações da Cimi, os nambiquaras reduziram-se de uma população de 10 mil no início do século para apenas 750 atualmente.

PT 10255. A22



Fazenda Macedônia, Pará/Foto de Guilherme Romão  
D Delfina (E) com dois dos filhos sobreviventes contou que o massacre "foi um inferno"

## Mulher de 44 anos e 4 filhos sobrevivem

**Belém** — Delfina Ferreira da Silva, 44 anos, e quatro filhos menores sobreviveram ao massacre na fazenda Espadilha, Município de Conceição do Araguaia, onde 20 pessoas foram mortas a golpes de borduna. Traumatizada com o que viu, ela quase não consegue dizer: "Foi horrível, mataram todos". Ela e os filhos foram poupados, segundo disse, para avisar aos outros fazendeiros da região que o mesmo acontecerá com eles caso não abandonem as terras dos índios. Eles andaram mais de 30 quilômetros dentro do mato até encontrar a fazenda Macedônia, onde relataram o massacre. "Nunca vi coisa tão horrível na vida. Foi um inferno".

Segundo versão que circulou em Redenção, a 150 quilômetros do local do massacre, cerca de 80 índios chegaram à fazenda Espadilha e pediram mantimentos. O gerente João Nunes recusou-se a atendê-lo e empurrou o chefe Kanhonko e os chamou de vagabundos. Foi, então, agarrado e obrigado a sentar no meio do terreiro, onde o índio Mekuila começou a cortar seu cabelo com uma faca. Foi aí que uma filha de João, Carmen Lúcia, investiu com um facão, golpeando a cabeça de Mekuila e ferindo a barriga de outro índio, Ireo. A reação dos calapós foi fulminante.

Carmen Lúcia foi a primeira a morrer, com a cabeça despedaçada a golpes de borduna. A matança, então, prosseguiu com João Nunes, sua mulher, as crianças e os peões, num total de 20 pessoas. Nem os patos e galinhas escaparam.

Os cadáveres foram encontrados espalhados em diversos lugares da fazenda, até mesmo dentro da casa. Na sala estavam os corpos de uma mulher grávida, despida da cintura para baixo, com evidentes sinais de violência sexual. No sofá, duas crianças, de aproximadamente quatro e seis anos. Próximo da geladeira, o cadáver de um homem.

Num dos quartos, debaixo da cama, o corpo de um rapaz de aproximadamente 16 anos. Um homem tentou fugir com os dois filhos, um de quatro anos e outro de cerca de 12. Eles porém foram alcançados na estrada de terra e massacrados. Os outros corpos estavam espalhados nas proximidades, até o de uma mulher em adiantado estado de gravidez e o filho de cerca de um ano. Um homem maduro, forte, deve ter oferecido resistência, pois foi o mais massacrado e teve o corpo praticamente todo mutilado.

Secretaria do Paraná  
P. FUNAI  
09.09.80 RK

20

## Reservas de índios sem intruso branco

Dentro de um ano, as reservas indígenas do Paraná estarão livres de intrusos brancos, terão suas áreas definitivamente estabelecidas e seus habitantes vão contar com a estrutura do governo do Estado nas áreas de saúde, educação e assistência técnica agrícola, principalmente. É isto que prevê, ao menos, um convênio que será assinado entre o Instituto Nacional de Terras e Cartografia - ITC e a Funai - Fundação Nacional de Apoio ao Índio, dentro de um mês, aproximadamente.

Os termos do convênio estão sendo preparados, informou ontem o diretor-presidente do ITC, Joaquim Severino. Pela primeira vez, disse Severino, o governo do Estado toma uma posição oficial de apoio ao índio, com este convênio. "Todos os convênios assinados anteriormente eram só para reduzir as terras dos índios", afirmou.

O Paraná tem onze reservas indígenas. Como acontece em todas as reservas do País, as do Paraná também enfrentam situações de litígio, pela falta de uma demarcação precisa. É isto que o ITC vai fazer. As áreas

indígenas serão demarcadas e, posteriormente, uma fiscalização mais severa impedirá a entrada de intrusos.

Em duas reservas - São Jerônimo da Serra e Itamarana - existem brancos que invadiram as áreas dos índios. Cerca de cem famílias de brancos vivem em São Jerônimo e outras 26 famílias em Itamarana (município de Apucarana). O ITC vai discutir com estes posseiros qual a sua pretensão, se pretendem continuar como agricultores ou receber uma indenização pelas benfeitorias. Em qualquer dos casos, sairão das terras no prazo máximo de um ano. Isto já foi acertado, inclusive, com os próprios índios, segundo Severino.

O ITC pretende, ainda, implantar viveiros florestais, com espécies nativas, dentro das reservas permitindo que assim que o índio possa repor "as áreas devastadas pelos brancos" e fazer cultivo para ter uma nova fonte de renda. Uma possível crítica, Joaquim Severino rebate antes que surja: "Não se está pretendendo estadualizar o índio, mas levar os benefícios do Estado até ele".



## Em Pernambuco, cinco mil policiais contra índios

BRASILIA — Caso a comunidade indígena Trucá não se retire, hoje da Ilha de Assunção, próxima à cidade de Cabrobó, no Pernambuco, cinco mil homens da Polícia Militar de Petrolina darão início a um processo de expulsão. A ameaça é do delegado Adauto, da PM de Cabrobó, em nome de Expedito José de Andrade, do Departamento de Produção Vegetal de Pernambuco.

Os índios Trucá ocupam a ilha há mais de dois séculos, mas como todos os índios do Nordeste, estão descaracterizados. O cacique Antonio Cirilo possui até hoje copia de um telegrama enviado no dia 29 de agosto de 1954, pelo marechal Candido Rondon, no qual promete titular a Ilha de Assunção, em nome dos índios. A FUNAI, em Brasília, respondeu que o problema deve ser tratado pelo Governo do Estado e a 3ª Delegacia do Órgão em Pernambuco.

No último dia 13, segundo relato do padre Antonio Iasi, do Conselho Indigenista Missionário, e que retornou ontem da área, um grupo de policiais desembarcou na ilha, e, dando

tiros para o alto, mandaram os índios interromperem o trabalho na roça e comparecerem ao quartel da PM em Cabrobó, onde o delegado Adauto repetiu a ameaça.

Os índios já se sentiam intranquilos desde que, no dia 29 de fevereiro, dois tratores do Departamento de Produção Vegetal, sob as ordens de Expedito, destruíram uma roça de milho e feijão, em poucas horas, acabando com um trabalho de 209 dias, feito por 38 índios. Consta que, na ocasião, um soldado conhecido como Nascimento, e também valente agrediu a socos e pontapés a índia Maria Julia de Jesus.

Mas quatro dias antes do delegado ter repetido a ameaça, o representante da FUNAI em Pernambuco, Francisco Eudes de Lima, esteve na ilha e prometeu aos índios que a titulação definitiva sairia logo. Os Trucá pleiteiam uma área de apenas 1.200 hectares.

“Isto — na opinião do padre Iasi — demonstra com toda clareza o estado em que chegou a FUNAI: é um órgão totalmente desrespeitado até por outros órgãos menores do Governo”.

JORNAL *Opinão do Leão*  
 P. FUNAI  
 Data 04/11/80 Estado PE

89

## Juruna pretende

### ir até Amsterdã

O cacique xavante, Mário Juruna, declarou ontem em Curitiba que irá a Brasília ainda esta semana, provavelmente amanhã, resolver junto a Funai o impasse criado, a propósito do convite a ele enviado para participar do júri do Tribunal Bertrand Russell, de 24 a 30 deste mês em Amsterdã, abordando os direitos dos índios. De acordo com Juruna, o presidente da Funai, cel. Nobre da Veiga, o havia permitido viajar à Holanda numa primeira vez, mas quando "eu fui pedir o passaporte, ele negou minha ida, cujas declarações feitas por Nobre da Veiga, na oportunidade, eu as tenho gravadas" disse apontando para o seu gravador.

Juruna esteve participando ontem do Projeto Parceiras Inéditas, da Fundação Cultural de Curitiba, ao lado do cineasta Zélio Vianna. Manifestou-se ainda indeciso, em entrevista concedida ontem na Casa do Jornalista, quanto a decisão de um elemento ligado a Funai em passar um abaixo-assinado entre os líderes das comunidades Xavantes, declarando-o sem representatividade em responder pelas questões daqueles índios, "e tentando enfraquecer minha liderança junto àquelas comunidades". Os índios assinaram - considerou Juruna - mas ainda não sabem o significado verdadeiro do documento.

"Eu lutei por todas as comunidades do norte-matogrossense para conseguir a reserva (Reserva de São Marcos) às comunidades dos Xavantes, e o conseguir", assegurou o cacique da comunidade Namacurá, lembrando que agora a Funai vem tentar tirar a minha liderança junto aos Xavantes. Disse ainda que enfrentou muitos riscos ao reivindicar a demarcação da reserva, tendo enfrentado as hostilidades de posseiros, fazendeiros e outros elementos que ocupavam aquelas terras.

#### NOTA A IMPRENSA

Ainda com relação ao veto à participação de Juruna como jurado do 4.º Tribunal Bertrand Russell, pela Funai, o cacique afirma que se seu contato com o cel. Nobre da Veiga não der resultados, irá falar até com o presidente da República.

Por outro lado, a Funai expediu nota à imprensa, no último dia, tecendo considerações sobre a proibição de sua ida à Holanda no final deste mês. Esta é a íntegra do documento:

O Conselho Indigenista, órgão de aconselhamento cultural ao presidente da FUNAI, dentro de sua atribuição de zelar pela proteção e assistência ao índio e, considerando:

I - Que os processos em pauta no Quarto Tribunal Russell dizem respeito a grupos Aruak, do Alto do Rio Negro, e Nhambiquara, bem como a Tribo Yanomami,

II - Que o convidado Mário Juruna é Xavante e, portanto, linguísticamente da família Jê,

III - Que não é parte da cultura indígena tradicional o hábito de o índio pronunciar-se ou falar em nome de outros indígenas.

IV - Que, assim, a participação do Xavante Mário Juruna não representaria o genuíno testemunho da problemática em pauta.

Apreciou, em sua última reunião, a solicitação do índio Xavante Mário Juruna para participar como jurado, das sessões do 4.º Tribunal Bertrand Russell, a serem realizadas em Rotterdam, Holanda, no próximo mês de novembro, decidindo, por unanimidade, desaconselhar a autorização solicitada.

Além disso, acresce o fato de o Brasil não reconhecer ao Tribunal Bertrand Russell jurisdição e competência para os julgamentos a que se propõe. A nação brasileira dispõe de um Poder Judiciário, constitucionalmente organizado e capaz de apreciar qualquer lesão aos direitos individuais, sendo os silvícolas, conforme prevê o art. 37, da Lei 6001 de 1973, partes legítimas para pleitearem, independentemente de assistência ou autorização da FUNAI, a defesa de seus direitos, em quaisquer instâncias judiciais.

Juruna de Parauari  
P. FUNAI  
04/11/80 PR

23

## Juruna diz que Funai não tem competência

Se não é considerado parte da cultura indígena tradicional o hábito de o índio pronunciar-se ou falar em nome dos indígenas, a quem compete ser porta-voz da comunidade indígena? Apesar de perplexo com a pressão de que está sendo vítima por parte do presidente da Funai, general João Nobre da Veiga, para que não participe do Tribunal Bertrand Russel, na Holanda, o cacique xavante Mário Juruna não desiste. Está agora levando seu apelo a senadores e deputados, para que interfiram na questão e ele finalmente possa receber o passaportes para a viagem. Juruna acredita que a Funai está com medo de que a situação dos índios brasileiros seja posta às claras no Exterior, e da representação negativa que isto teria sobre o órgão. E responde: "A Funai não tem competência para julgar o problema do índio".

O presidente da Funai, segundo disse, teria lhe feito certas advertências, caso fosse à Holanda. Advertências estas que soaram como ameaças frontais a Juruna — e tudo ficou gravado, porque o cacique, sempre que vai falar com alguém da Funai, leva seu gravador. O general Nobre da Veiga, para dar a autorização, exigiu que Juruna não falasse mal do Brasil e foi firme: "Se você quiser, depois, pode sair daqui e ir para a Bolívia, por exemplo". O cacique, por seu lado, disse que só vai se o presidente da Funai quiser mandá-lo "na ponta da botina".

Mário Juruna esteve ontem em Curitiba com o cineasta Zelito Viana (autor do filme "Terra dos Índios"). Ambos deram entrevista coletiva à imprensa, na Casa do Jornalista. À noite, participaram do espetáculo "Parcerias" no Teatro do Paiol.



O cacique Juruna luta pelo passaporte.

PT 10255.122

Curitiba — Carlos Sdroyewski



Ao lado do cacique Juruna, o cineasta Zelito Viana procurou defendê-lo

## Juruna apela a Figueiredo mas Andreazza veta viagem

Brasília e Curitiba — Enquanto, em Curitiba, o cacique xavante Mário Juruna se declarava disposto a apelar ao Presidente João Figueiredo para conseguir passaporte e participar, dia 25, do Tribunal Bertrand Russell, em Roterdã, Holanda, o Ministro Mário Andreazza afirmava categoricamente em Brasília que "Juruna não irá ao Tribunal".

Não só o Governo não reconhece a existência e a competência daquele Tribunal para julgar políticas brasileiras, como não vê razão para "um tutelado se fazer representar, de maneira que não daremos a licença ao cacique", disse o Ministro.

### ARGUMENTAÇÃO

A Funai negara o visto ao cacique Juruna — após prometer que o concederia — argumentando não reconhecer o tribunal e julgar o índio incompetente para falar sobre a problemática nambiquara e aruak, temas do encontro.

O cineasta Zelito Viana, que participará com o cacique de um debate público promovido

pela Fundação Cultural de Curitiba — Parcerias Impossíveis — definiu como "atentado terrorista ao Governo" a negativa do passaporte ao índio, a expulsão do Padre Vito Miracópilo e o pedido de depoimento do ex-secretário do PC Luís Carlos Prestes:

— Querem derrubar o "homem", e é assim que a imagem do país vai para o beieléu.

O cacique, que disse ter recebido ameaças irônicas do presidente da Funai, General Nobre da Veiga, caso "falasse mal do Brasil lá fora" (seria mandado para a Bolívia), acusou o órgão de estar "matando os índios".

### INVEJA

Sem seu habitual gravador — "está com pilha fraca" — que agora só utiliza em conversas com o presidente da Funai, o cacique afirmou que esta gestão do General João Nobre da Veiga "está sendo pior que tudo".

— Ele colocou 18 coronéis na Funai recebendo Cr\$ 200 mil cada um, e nenhum deles sabe nada de índio.

O cacique é categórico:

— Tudo o que parte do índio a Funai corta, por inveja. Ela está acabando com as lideranças indígenas nas tribos e já fez até campanha contra mim. Agora está querendo me abraçar.

Zelito Viana apóia o cacique em suas acusações:

— Qualquer luta por melhoria que parta do índio eles cortam, em defesa da manutenção desta cultura, que na realidade estão exterminando.

Considerados amigos dos índios, 27 antropólogos foram demitidos da Funai e substituídos por militares — "até sargentos, uma coisa estúpida". Para Zelito, que dirigiu e montou Terra dos Índios (documentário sobre os índios brasileiros que será exibido no Tribunal Bertrand Russell) "os índios não têm mais para onde fugir. A subversão está partindo da própria Funai, porque a partir do momento em que afastam dos índios as pessoas em que confiam ela passa a gerar entre eles a desconfiança". Segundo o cineasta, "estão para estourar revoltas indígenas em dezenas de lugares, porque eles não têm outro meio de se defender".

JORNAL Folha de Paulo  
P. FUNAI  
12.11.80 SP

5

## Itamarati nega passaporte ao cacique Juruna

**BRASÍLIA (Sucursal)** — O Itamarati não vai fornecer passaporte ao cacique Mário Juruna, e a questão de sua viagem à Holanda para participar do Tribunal Russel deve permanecer no âmbito do Ministério da Justiça, informaram ontem fontes do Itamarati.

O porta-voz da chancelaria, Bernardo Pericás, considerou "válida" a presunção do presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, segundo a qual o julgamento da questão indígena pelo Tribunal Russel deve ser considerado como ingerência em assuntos internos brasileiros. Mas Pericás recusou-se a fornecer a palavra oficial, dizendo que não ouviu "nenhum comentário do ministro a respeito do tema" e também porque não conhece a sistemática a ser seguida pelo Tribunal neste caso.

O porta-voz lembrou que o Itamarati concede apenas passaportes de serviço e passaportes diplomáticos a pessoas em missão do governo. O passaporte comum é expedido pelo Ministério da Justiça, onde se verifica também, a situação do índio perante a legislação brasileira.

Pericás acrescentou que não acredita numa repercussão internacional negativa caso seja mantido o veto à viagem de Juruna à Holanda. Isto porque "trata-se de um caso de cumprimento da legislação brasileira".

### HOLANDESES APELAM

Por outro lado, seis partidos políticos holandeses telegrafaram ontem aos ministros do Interior e da Justiça e ao presidente da Funai solicitando a revogação da decisão do governo brasileiro que proíbe o cacique xavante Mário Juruna de viajar à Holanda, para julgar simbolicamente denúncias de genocídio contra os povos indígenas nas Américas. Ao mesmo tempo, o Tribunal informou que convidará o presidente Figueiredo, os ministros e o presidente da Funai a apresentarem defesa contra as acusações feitas ao governo brasileiro sobre crimes praticados contra indígenas no País.

Nos telegramas que enviaram às autoridades brasileiras, os partidos holandeses ressaltam que "Juruna não falará em nome de outra nação indígena, sendo jurado independente como todos os membros do júri internacional multiétnico. Juruna é de valor inestimável para o Tribunal".

Manifestaram-se a favor de Juruna o Partido Parlamentar Holandês, Partido Democrata Holandês, Partido do Trabalho, Partido Socialista Pacifista, Partido Político Radical (ecológico) e Apelo Cristão Democrata, da situação.

PT 10253.122

## Villas Boas vê na viagem de Juruna o desejo de promoção à custa do índio

São Paulo — O sertanista Orlando Villas Boas disse que a preocupação em levar o cacique Juruna ao Tribunal Bertrand Russel "é de pessoas que querem promover-se à custa do índio. No Brasil há verdadeira avalanche de salvadores de índios, mas ninguém quer ir à mata salvá-los. Querem salvar o índio em bate-papos, em sombrios botecos, no fim de tarde".

Para o sertanista, a proibição da viagem é da alçada do presidente da Funai e do Ministro do Interior: "Não cabe a nós dar palpite. Sob o meu ponto-de-vista, ele poderia até viajar. O que não dou importância é ao Tribunal, uma entidade puramente particular, da qual o Brasil não participa. É uma entidade que interpreta o pensamento dos europeus bonzinhos que não têm mais nada por que lutar e se dão ao luxo de julgar as coisas do mundo."

### ÁFRICA

— Mas se esquecem do que fizeram com a África, quando a Europa imperialista esfaqueou e entregou a África aos africanos depois da autodeterminação. Por que não se redimem da culpa de um século de atraso da África? — disse Orlando Villas Boas, acrescentando que "essa avalanche salvadora está levando o índio a sofrer muito mais. Essas pequenas e grandes entidades deveriam voltar os olhos para as favelas. O índio, apesar de tudo, tem uma assistência melhor que o favelado".

### AUTORIZAÇÃO

Brasília — O Presidente João Figueiredo, antes de viajar para Serra Pelada, autorizou a ida de uma delegação de representantes da Funai, índios e antropólogos ao VIII Congresso Indigenista Interamericano, que se realizará no México de 17 a 21 de novembro. O chefe da dele-

gação será o presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga.

Os demais membros são Orlando Villas Boas, indigenista; Carlos de Araújo Moreira Neto e Hildegart Rick, antropólogos; Mariano Justino Marcos, membro da tribo terena; o cacique Artana, da tribo Ywalapiti; e o ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil no México, Antônio Amaral de Sampaio.

No Congresso, o Deputado Gilson de Barros (PMDB-MT) denunciou que "a extrema direita brasileira quer matar mais um brasileiro, o bravo cacique Mário Juruna". O Deputado afirmou que Juruna pediu-lhe uma arma para se proteger, pois notou que pessoas estranhas estão rodando o prédio onde está hospedado.

Enquanto isso, o processo em que Juruna solicita liberação do passaporte para viajar à Holanda, a fim de participar do Tribunal Bertrand Russel, tramita no Tribunal Federal de Recursos.

## TFR pede informações para julgar mandado

Brasília — O Tribunal Federal de Recursos — TFR — requereu ontem ao Ministro do Interior, Sr Mário Andreazza, informações para instruir o mandado de segurança impetrado pelo cacique Mário Juruna, que pretende anular o ato que o impediu de viajar para a Holanda, a fim de participar como jurado do Tribunal Bertrand Russel.

O ministro relator do mandado, Sr Adhemar Raimundo, ain-

da não se decidiu pela concessão ou negação da medida liminar, com a qual o cacique viajaria independentemente do julgamento da ação. O mandado de segurança, assinado pelo advogado Caio Lustosa, veio de Porto Alegre, via telex.

O argumento da petição é o de que o ato do Ministro Mário Andreazza é ilegal e arbitrário, ferindo não apenas os direitos constitucionais de Juruna, como o próprio Estatuto do Índio.

## Antropóloga denuncia dificuldade no Xingu

A antropóloga Eunice Durham, presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em reunião com o presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, denunciou as dificuldades encontradas pelos pesquisadores indígenas no Parque do Xingu e confirmou o apoio da Associação ao cacique Juruna, para viajar a Roterdã, na Holanda.

"A ABA manifestou oposição à decisão do Ministro do Interior, Sr Mário Andreazza, de negar a viagem a Mário Juruna, como também apoiou a pretensão dele de sair do país", declarou a presidente da Associação.

### CONTRA TUTELA

O argumento da ABA para a manifestação de apoio foi por considerar a tutela para com o índio simplesmente uma "proteção num confronto desigual com a sociedade envolvente", e que nunca poderá ser usada como instrumento para cercar a liberdade e a autonomia indígena. Segundo Eunice Durham,

os índios têm o mesmo direito dos demais cidadãos, inclusive a liberdade de expressão e locomoção.

A ABA propôs ao Coronel Nobre da Veiga o condicionamento dos projetos ligados aos índios à efetiva participação do próprio índio no projeto, e à possibilidade dos pesquisadores acompanharem a execução do projeto, para evitar que as recomendações feitas por eles sejam manipuladas, distorcidas ou simplesmente ignoradas.

Idéias semelhantes foram propostas ao término do 1º Encontro do Parque Indígena do Xingu pelos grupos de Saúde, Desenvolvimento Comunitário, Sócio-Cultural, Administrativo e de Educação.

Dois desses grupos pediram a criação de um conselho diretor para o Parque, formado por um antropólogo, um linguista, um ecólogo e um médico, que trabalhariam na proteção da integridade do Parque, assessorando a Funai.

PT 10255.122

27

JORNAL O *Est. do Paraná*  
P. FUNAI  
Data 15/11/80 Estado PR

## Habeas Corpus a índio Juruna

BRASÍLIA (AE - O ESTADO) - O advogado Jorge de Oliveira Beja, do Rio de Janeiro, entrou com pedido de "habeas-corpus", no Tribunal Federal de Recursos, em favor do cacique xavante Mario Juruna, solicitando autorização para que ele possa representar o Brasil no Tribunal Bertrand Russel, em Roterdã, na Holanda, de 23 a 30 de novembro, no julgamento de assuntos indígenas. No início da semana, o advogado Caio Lustosa, de Porto Alegre, já havia impetrado mandado de segurança contra ato do ministro do Interior que impede Juruna de viajar para a Holanda.

No pedido, Jorge de Oliveira Beja alega que a proibição do ministro do Interior "fere direito constitucional assegurado aos cidadãos, cerceando sua liberdade de locomoção". Esclareceu ainda o advogado que a autoridade coatora, no caso, não é o presidente da Funai, mas sim o ministro do Interior, ao qual a autarquia é subordinada. Esse esclarecimento, segundo juristas ligados ao TFR, visa deixar firmado que a competência para o julgamento é do Tribunal, já que o ato é de autoria de um ministro de Estado.

Segundo o advogado, o ato de cerceamento contra o

cacique fere a Declaração Universal dos Direitos do Homem que diz em seu artigo 6º que "todo homem tem direito de ser em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei" e no artigo 13º: "Todo homem tem o direito à liberdade, locomoção e residência, dentro das fronteiras de cada Estado e de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar".

Disse ainda o advogado que o ato do ministro do Interior impõe ao cacique "quase que a condição de alienado e, consequentemente, um interdito, transformando o instituto da tutela em curatela, indevida e ilegalmente, pois o indígena, como ser humano, é capaz de exercer sua liberdade de locomoção, de pensamento, de opinião, de crença e de defesa perante a humanidade e está protegido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, e pela Constituição Federal e, ainda, pelo Estatuto dos Índios".

O mandado de segurança impetrado do TFR visando o mesmo objetivo, está em tramitação, aguardando no momento as informações solicitadas ao ministro do Interior (autoridade apontada como coatora), pelo ministro Adhemar Raimundo, relator do processo.

PT 1025 b.122

JORNAL: Folha São Paulo  
P. FUNAI  
Data: 22/11/80 Estado SP

8

## Planta tóxica preocupa Funai

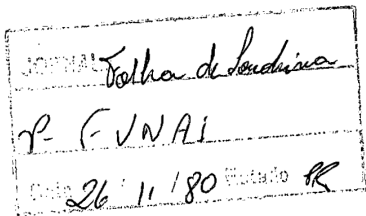
MANAUS (Do correspondente). — O professor Ivan Zanoni Hausen, diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário da Funai, disse, ontem, nesta Capital, que o órgão está preocupado com o problema dos índios Maku, do Alto Solimões, sobre a plantação do epadu, planta que tem o mesmo efeito da cocaína. "Gente gananciosa está tentando convencer os índios a vender a planta", disse Zanoni, acentuando que o "governo terá de agir imediatamente para sustar o tráfico e a comercialização do epadu, caso contrário poderá ocorrer um genocídio".

Os makus se utilizam do epadu para fins rituais.

De outro lado, Zanoni ressaltou que "os problemas dos índios têm que ser resolvidos pela sociedade brasileira, pela própria sociedade envolvente" e que esta é a nova visão da Funai.

Sobre o papel das missões estrangeiras junto às comunidades indígenas, disse que o órgão cuida de que eles não violem a cultura indígena através da catequese, e elogiou o trabalho das missões pelo serviço que prestam aos indígenas nas campos da saúde, higiene e educação.





## Hélio Duque responsabiliza Ministério e Funai pela morte do cacique Cretã

Exibindo documentos, o deputado Hélio Duque, do PMDB, acusou ontem, na Câmara Federal, a Funai de saber com dez dias de antecedência que o cacique Angelo Cretã, de Mangueirinha, Paraná, seria assassinado e responsabilizou o Ministério do Interior e a Funai de "co-autores por omissão e até conivência", pela morte do líder indígena paranaense.

"Impede-se o chavante Mário Juruna, agora presidente do Tribunal Russel, de viajar à Holanda, para que o mundo não tenha o testemunho vivo do genocídio que se faz contra os povos primitivos em nosso país, com omissão e até conivência dos órgãos oficiais. No Paraná dia 29 de janeiro, de 1980, era assassinado o cacique Angelo Cretã, da reserva de Mangueirinha. O seu sucessor, meses depois, sofria outro "acidente" e está em Curitiba como vegetal, esperando a morte" — disse Hélio Duque, inicialmente, apresentando em seguida os documentos comprobatórios de que a Funai sabia — e pedira providências à Secretaria da Segurança Pública do Paraná — que o cacique estava ameaçado de morte.

### DENÚNCIA

"Com documentos irrefutáveis — prosseguiu Hélio Duque — estamos neste instante denunciando ao Brasil que dez dias antes do assassinato de Angelo Cretã, a Funai sabia que o crime ocorreria. Em data de 18 de janeiro, a 4a. Delegacia Regional do órgão, através de seu titular, José Carlos Alves, enviava o ofício confidencial 068/80 — 4DR, que está em meu

poder, ao Secretário da Segurança Pública do Paraná, encarecendo a necessidade de deslocamento imediato de seis elementos da PM, com finalidade de ação preventiva. Dia 12 de janeiro, o sr. Isaac Baveresco, chefe do Posto Indígena de Mangueirinha, encaminhava documentado relatório à 4a. Delegacia Regional, onde alertava sobre movimentação de pessoas estranhas em estradas com acesso a área em litígio. Em Brasília, na tarde do dia 18 de janeiro, a Funai, pela sua Assessoria de Segurança e Informação, recebia o radiograma 362, confidencial urgente, onde a 4a. DR dizia: Recebemos nesta data informações telefônicas do cacique Angelo, de Mangueirinha, dando conta de graves ameaças de morte recebidas e quase executadas contra o mesmo. Foi registrada queixa na Delegacia de Polícia de Chopinzinho. São acusados os indivíduos Osvaldo Camargo e Daci Camargo. Também encontram-se envolvidos Atilio Pereira e Osvaldo Burgue, morador próximo da área guarani. Solicitamos apoio da Secretaria de Segurança, pois os referidos indivíduos, apesar da queixa registrada, prosseguem tentando a consecução do crime. A situação tende a agravar-se caso não ocorram providências policiais urgentes".

Hélio Duque afirmou, ontem, na tribuna da Câmara, que na origem do conflito em Mangueirinha está a grilagem de uma área indígena de 8.975 hectares, "por poderosos interesses econômicos", de uma área total de 16.375 hectares, que deveria constituir a reserva indígena de Mangueirinha, que foi demarcada pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio. Nessa

reserva viveriam os povos guarani e caingangue.

Além do valor da terra, informou o deputado que as reservas florestais ali existentes teriam, entre outros vegetais de grande valor comercial, 120 mil pinheiros e 80 mil imbuías. "Fica fácil, portanto — afirmou — saber quem matou o cacique Cretã. É o retrato repetido do verdadeiro saque que se faz às riquezas indígenas e o Governo brasileiro, um tutor infiel, pratica o paternalismo étnogênica contra as nações indígenas. Infelizmente, vozes como a do Marechal Cândido Rondon não existem hoje mais junto à Funai".

### RESPONSABILIDADE

Continuando, Hélio Duque afirmou que impedir a viagem do chavante Mário Juruna à Holanda "foi motivo de intervenção do Ministério do Interior" e questionou: "E agora, ministro Mario Andreazza, por que não manda reabrir o processo do assassinato do cacique Cretã? Será por temor de que algumas falsas vestais suportes do Estado autoritário ficarão despidas?".

Finalmente, salientou o deputado: "Por tudo isso estamos responsabilizando o Ministério do Interior e a Funai como co-autores por omissão e até conivência, do assassinato do cacique Angelo Cretã, na medida em que não defendam a imediata reabertura do inquérito policial forjado que concluiu por morte acidental".

JORNAL: O Estado do Paraná  
 FUNAI  
 Data: 28/11/80 Estado PR

# Demarcação de terras para tribos indígenas

O ministro Maria Andreazza, do Interior, e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), coronel Nobre da Veiga, estarão hoje em Curitiba; assinando dois convênios com o Instituto de Terras e Cartografia (ITC), no Palácio Iguazu, às 10 horas, para que seja feita a demarcação de onze reservas indígenas existentes no Estado. O trabalho deve ser desenvolvido no prazo de um ano e custará nove milhões de cruzeiros na sua primeira etapa, abrangendo uma área total de 64.980 hectares.

O presidente do ITC, Joaquim Severino, explicou ontem que o primeiro convênio é específico para a demarcação topográfica, aviventação de divisas e monumentação de cada reserva, fazendo um levantamento documental completo. Usando do recurso proporcionado pela demarcação geodésica, "daqui a 500 anos o marco estabelecido pelo estudo atual deve estar exatamente num determinado ponto, com a precisão de um segundo", garantiu Joaquim Severino, acrescentando que, dessa maneira faz-se um esforço para dar ao nosso índio um tratamento melhor. O Paraná será o primeiro Estado brasileiro a ter marcadas ou com propositura de demarcação as suas reservas.

## ÁREA EM LITÍGIO

Das onze reservas paranaenses, apenas quatro estão sob a jurisdição da Delegacia Regional da Funai no Paraná. As demais ficam sob a alçada da Delegacia da Funai em Bauru (SP), onde o delegado é o indigenista Álvaro Villas-Boas. A passagem dessas sete reservas para o Paraná significaria uma simplificação na tomada de decisões, melhorando o atendimento dado ao índio. No entanto, esta resolução fica pendente a uma portaria do presidente da Funai, e até o momento nada foi feito neste sentido. Para o trabalho demarcatório, a Funai estabelecerá quais as prioridades para viabilizar o plano de operação, avaliando as necessidades de cada reserva.

Existem três reservas paranaenses com conflitos de terras. A primeira

delas é a de Mangueirinha, onde há um conflito de domínio entre os índios (caingangues e guaranis) de um lado, e uma empresa, de outro. Esta área está sub-júdice e, apesar dos levantamentos do ITC, somente o Supremo Tribunal Federal poderá decidir a quem cabe a posse da terra. A reserva de Mangueirinha possui 3,3 mil hectares.

A segunda zona de conflito fica na reserva de São Jerônimo da Serra e possui duas glebas, com um total de 4,9 mil hectares. Nessa reserva os índios se espalham em três áreas distintas: Patrimônio, Cedro e Água Branca. Nas duas primeiras já foi feito o desintrusamento de 146 famílias, restando outras 100 famílias em Água Branca. A terceira reserva conflitada é de Tamarana, com cerca de 200 hectares e onde 26 famílias contratadas pela Funai para a prestação de serviços, acabaram se fixando na região.

## RIO DAS COBRAS

Há uma área que também se depara com problemas, desta vez com relação às suas fronteiras, na reserva de Rio das Cobras, com 3,8 mil hectares e para a qual se visa atingir 12,6 mil hectares. A própria Funai reconheceu certa vez que a fronteira de Rio das Cobras é bem maior que as da reserva. Joaquim Severino disse que uma coisa é a divisa de respeito existente nas reservas, mas que o que necessariamente precisa ser feito é uma divisa técnica.

O segundo convênio ainda não conta com uma previsão de recursos, mas sua atuação se atém ao campo social e será desenvolvida em colaboração com as secretarias da Agricultura, Educação e Saúde. Ao ITC, além do assessoramento técnico e da recuperação dos recursos naturais das áreas, ficaria a tarefa de garantir a efetivação de medidas no campo social.

A maior parte das reservas, lembra o presidente do ITC, não dispõe de escolas ou postos de saúde e a sua agricultura é a mais pobre possível. A intenção dos convênios, portanto, é levar ao índio, benefícios concedidos a outras comunidades, pois a situação em que vivem é miserável.

## TFR autoriza Juruna a ir para Roterdã

BRASÍLIA (Sucursal) — No mais longo julgamento de sua história, (6 horas e 5 minutos), o Tribunal Federal de Recursos concedeu ontem, por 15 votos a 9, habeas corpus ao cacique xavante Mário Juruna para que ele possa deixar livremente o Brasil e viajar a Roterdã, na Holanda, onde assumirá a presidência da parte final dos trabalhos do 4.º Tribunal Bertrand Russell que examina denúncias de violências praticadas contra os indígenas nas Américas.

Ontem mesmo, à noite, o presidente do TFR, ministro José Nery da Silveira, fez, por telex, a comunicação oficial do julgamento ao ministro do Interior, ao presidente da Funai e ao diretor-geral da Polícia Federal, coronéis Mário Andreazza, Nobre da Veiga e Moacir Coelho. Hoje de manhã ele deverá expedir ofício para que Juruna consiga seu passaporte junto à Delegacia de Polícia Marítima, Aérea e das Fronteiras do Distrito Federal. Na semana passada, o TFR havia negado uma liminar para que Juruna viajasse imediatamente para Roterdã.

O deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ), advogado de Juruna, está providenciando a viagem do cacique para hoje.

### LEI NÃO PROÍBE

O relator do processo julgado ontem pelo TFR, ministro Ademar Raimundo, sustentou em seu voto vencedor que a incapacidade relativa do índio o impede de praticar certos atos expressos em lei, para os quais necessita de autorização da Funai, que exerce tutela sobre ele. Esses atos são tão-somente os que a lei enumera, constituindo-se, portanto, em exceção. O Estatuto do Índio (Lei n.º 6.001/73) não o proíbe de viajar ao Exterior. Dessa forma, e ainda segundo a garantia constitucional de que somente a lei pode obrigar alguém a fazer determinada coisa, não tem a Funai poderes para vedar a viagem do cacique ao Exterior.

O voto de Ademar Raimundo foi acompanhado pelos ministros Armando Rollemberg, Peçanha Martins, Jarbas Nobre, Aldir Passarinho, José Dantas, Carlos Madeira, Washington Bolívar de Brito (proferiu o voto mais longo), Carlos Mário Veloso, Justino Ribeiro, Oto Rocha, Romildo Bueno de Sousa, Sebastião Reis, Miguel Ferrante e Américo Luz.

Argumentando que compete à Funai dizer se é conveniente ou não a viagem do índio ao Exterior, não podendo esse ato administrativo ser suprido por via judicial, votaram negando a ordem de habeas corpus os ministros Lauro Leitão, Gueiros Leite, Torreão Braz, Wilson Gonçalves, William Patterson, Hermillo Galant, José Cândido, Pedro Acioli e Antônio de Pádua Ribeiro.

Paletó xadrez, calça preta, sapatão rústico, camisa verde e gravata marron, Mário Juruna chegou cedo ao TFR e às 13h50 quando se iniciou o julgamento, estava sentado na primeira fila, junto a seus advogados, deputados José Costa (PMDB-AL) e Modesto da Silveira, e do índio Tacuruna, da tribo Tereno. Juruna levou gravador e seis fitas, pois pretendia gravar todo o julgamento para depois mostrá-lo à sua tribo, mas as fitas foram insuficientes e ele lamentou ter podido gravar apenas 17 dos 24 votos.



JORNAL Diário do Paraná  
R. FUNAI  
22 05 81

23

## Funai explica posição na reserva de Ibirama

A propósito dos incidentes verificados na reserva indígena de Ibirama, em Santa Catarina, a Funai distribuiu ontem à imprensa o seguinte comunicado:

**"MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO  
ÍNDIO - FUNAI -  
4ª DELEGACIA REGIONAL  
COMUNICADO À IMPRENSA**

A Fundação Nacional do Índio - Funai, tendo em vista movimentos indígenas no Posto Indígena de Ibirama - SC, de revolta contra as diretrizes emanadas da Administração Central, opondo-se, sobretudo, à política conservacionista e de cautela quanto ao corte de madeiras que estava prejudicando seriamente aquela reserva indígena, vem a público, para esclarecer o seguinte:

1 - A comunidade indígena de Ibirama, seriamente comprometida com o corte indiscriminado e ilegal de madeiras, acostumada já de longa data a esse estado de coisas, e, vendo nesse comércio ilegal e desigual com pessoas irresponsáveis, tem sistematicamente oferecido

resistência e recusa a todas as tentativas feitas pela Funai, quer por sua 4ª Delegacia Regional, quer diretamente pela Direção Central.

2 - Junto à recusa de todos os projetos e soluções oferecidas para os problemas daquela reserva, os indígenas, mestiços e cafusos daquele Posto fazem juntar, seguidamente, ameaças de retaliação à Funai e/ou seus servidores, exigindo sempre a sua "Emancipação".

3 - Como a chamada "Emancipação" de uma comunidade indígena é ato dos mais sérios e solenes que talvez nem os próprios postulantes, no caso, entendam perfeitamente, textuada, inclusive em Lei específica, cumpre à Funai o dever humanístico, social e patriótico de estudar cada caso em particular e com cuidados especiais para concedê-la.

4 - É importante que seja frisado o empenho quase sacerdotal que todos os servidores desta Fundação têm dedicado à causa indígena e aos problemas dos índios de Ibirama em particular, e esta Fundação acha desaconselhável qualquer atitude

precipitada de emancipação de um pequeno grupo o que, se concedido não encontra respaldo na legislação, beneficiaria imediatamente aos interessados na dilapidação do patrimônio florestal daquela Reserva.

Assim, tendo basicamente como finalidade o esclarecimento da opinião pública a respeito do problema que vem afligindo todas as administrações deste Órgão, informamos que a partir desta data, esta Fundação, atendendo imposições drásticas dos líderes comunitários indígenas e em demonstração incontestada de seu apego às soluções pacíficas, não vê, de momento, qualquer solução que não a de aceitar a exigência de retirar imediatamente todos os servidores e seus familiares da Reserva de Ibirama. Adotamos esta exigência até que aquela comunidade revise suas posições.

4ª Delegacia Regional da Funai  
Curitiba, 21 de maio de 1981.  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
a) Harry Luiz Ávila Teles  
Delegado Regional 4ª DR - Portaria  
046 P de 28.01.81"

PT 10255.122

JORNAL: <i>do Brasil</i> 3
<i>P. FUNAI</i>
Data <i>22 05 81</i> Estado <i>RJ</i>

24

## Índios de Ibirama obrigam Funai a abandonar reserva

Curitiba — Os índios xoclogue da reserva de Ibirama, a 300 quilômetros de Florianópolis, mantiveram como refém o chefe do posto da Funai por mais de 10 horas, até receberem, ontem à tarde, a visita do delegado regional da Fundação. Querem a emancipação para negociar a madeira dos quase 15 mil hectares da reserva. Por imposição deles, o delegado da Funai, Harri Ávila Teles, decidiu retirar da reserva todos os funcionários do órgão e suas famílias.

Em nota oficial o delegado da Funai disse entender como "desaconselhável qualquer atitude precipitada de emancipação de um pequeno grupo, o que, se concedido, não encontra respaldo na legislação e beneficiaria imediatamente os interessados na dilapidação do patrimônio florestal daquela reserva". Os funcionários da Funai não acreditam que o pedido de emancipação seja iniciativa dos índios, mas dos madeireiros interessados em explorar a reserva.

### Serrarias lacradas

Na quarta-feira, um grupo de índios liderados pelo cacique Antônio Caxias Popo deteve cinco funcionários do posto da Funai na reserva, a 68 quilômetros de Ibirama. Em contato pelo rádio com a Delegacia Regional da Fundação, em Curitiba, os índios concordaram em manter preso apenas o chefe do posto, Dival José de Souza. Ele foi libertado ontem de manhã, pouco antes da chegada do delegado Harri Teles. Os índios queriam discutir sua emancipação e solucionar um problema que se arrasta há cinco anos.

Na reserva de Ibirama estão 350 índios xoclogue, mas a população formada por guaranis, mestiços e cafusos chega a 850 pessoas. Pelo menos 70% dos 14 mil 528 hectares da reserva, segundo levantamento do IBDF, são formados por uma floresta de canelas, perobas e cedros. A Funai, o IBDF e a Polícia Federal têm feito um trabalho conjunto tentando evitar a extração da madeira, que os índios negociam a preços bem abaixo dos do mercado. Há um mês o IBDF lacrou oito

serrarias e apreendeu toneladas de madeira retirada da reserva.

### Os insufladores

Em Brasília a Funai distribuiu outra nota oficial afirmando que a retirada dos funcionários da reserva de Ibirama "decorre do fato de que os índios, insuflados por mestiços da região, que abatiam árvores na área indígena para comercialização", exigiram aquela medida. Segundo a Funai, os índios são insuflados "há bastante tempo" devido à apreensão, pelo IBDF e Polícia Federal, da madeira cortada indiscriminadamente.

"Esses mestiços" — diz a nota — "chegaram mesmo a fazer com que os índios solicitassem à Funai sua emancipação, com o que o órgão tutelar não concordou em face do despreparo do grupo."

Na última segunda-feira, agentes do IBDF e da Polícia Federal, informados de que grande quantidade de madeira estava armazenada na reserva, estiveram ali e a apreenderam. Na ocasião, os índios não aceitaram a ingerência da Funai, chegando a ameaçar os servidores e suas famílias e pedindo sua retirada dali.

"Em vista disto, atendendo solicitação dos líderes da comunidade indígena, a Funai não viu outra solução se não a de aceitar a exigência dos índios e retirar todos os servidores e seus familiares do Posto Indígena Ibirama, num total de 15 pessoas", diz a nota.

Informa ainda que a madeira apreendida na reserva de Ibirama será vendida pelo IBDF e o produto financeiro aplicado em projetos de desenvolvimento daquela comunidade.

A Fundação Nacional do Índio informou também que toda pessoa ou entidade que retirar índios das aldeias para participar de reuniões, encontros, congressos e quaisquer outras atividades, inclusive passeios, sem autorização do órgão tutelar, ficará responsabilizada por toda despesa decorrente da movimentação de qualquer acidente que possa ocorrer, responderá criminalmente por danos causados.

JORNAL *Diário de Paranaíba*  
 P. FUNAI  
 Data 16.06.82

5

# Índios fazem denúncias da Funai

"A Funai não atende aos anseios do Índio. Inúmeras mortes são registradas, as terras são exploradas e cortadas e nada tem sido feito. Nós queremos que as áreas sejam demarcadas e que sejam levadas até as aldeias a saúde e a educação. Queremos que os costumes sejam conservados e que as tradições, bem como a origem sejam respeitadas. Por enquanto temos somente promessa das autoridades". A declaração é do cacique Kaingangue de Manguelirinha, Francisco dos Santos, um dos 200 caciques e líderes indígenas que participaram do Encontro para criação e formação da União das Nações Indígenas, realizado na semana passada, em Brasília.

A principal reivindicação feita pelos índios é a demarcação das terras. Este órgão a ser criado deverá funcionar junto com a Funai no Distrito Federal. Toda e qualquer decisão, segundo o cacique Francisco dos Santos deverá ser tomada em conjunto. Pensando nisso, será colocado, além da diretoria, um índio líder, representante de cada Estado. Enquanto isso, ele comentou que, o atual presidente da Fundação, coronel Paulo Moreira, tem demonstrado grande interesse para a preservação dos indígenas brasileiros. Entretanto, "se continuasse o ex-presidente João da Veiga, os índios teriam sido exterminados", comentou.

**DESABAFO**  
 Atualmente, no Brasil existem uma média de 200 mil índios. Ele acredita que com a união, todos os problemas relacionados com terras e o menosprezo serão solucionados. Num desabafo, o cacique disse ainda que "a Funai atua como tutor dos índios. Mas, é como o pai que explora o filho, fazendo com que este filho trabalhe. Todo o dinheiro arrecadado, o pai leva para a cidade, onde é gasto, sem que o filho tenha participação".

O estatuto do Índio prevê também que a floresta e os minérios existentes na aldeia pertencem ao indígena. Segundo ele, a Fundação não per-



Cacique Kaingangue Francisco dos Santos e a Índia Enayê.

mite a exploração alegando que todos são seres incapacitados e inferiores. Ao mesmo tempo, impedem que os índios viajem sozinhos, não permitindo que eles adquiram novas experiências de vida. Atualmente, "não existe mais a caça, frutas, e quando sentirmos vontade de comer carne temos que criar o gado e sulno. As frutas são colhidas das árvores que plantamos. Os brancos exploraram tudo o que podiam das terras, acabando com a nossa tradição de caçadores", disse o cacique Francisco dos Santos.

**ENSINAMENTOS**  
 Em função destes impedimentos e bloqueios apresentados o cacique comentou que não se tem onde aplicar os ensinamentos recebidos pelos seus antepassados. A Funai derrubou as florestas. Enquanto em outros pontos do Estado, muitas áreas se encontram em litígio, mas com a criação da União das Nações Indígenas todos os problemas deverão ser solucionados, sem que sejam

tes em Mato Grosso. "Um índio sempre defenderá outro índio", definiu.

**ÍNDIA**  
 Enayê Marla da Silva é uma índia da tribo dos Guarani. Ela está em Curitiba há 9 anos e conta seu drama enfrentado nos primeiros tempos em que viveu na Capital paranaense. Aos 7 anos de idade, veio pela primeira vez a Curitiba, acompanhada de missionários. Passado um tempo, infeliz pelas acusações feitas pelo povo por ser uma indígena, resolveu retornar à aldeia. Seu pai que era pajé faleceu de desgosto em função da luta em que travou para defender a terra onde morava. Chegou a fazer greve de fome e, resistiu para que seus filhos não o levassem ao médico. Quando consentiu já era tarde demais.

Posteriormente, aos 10 anos de idade, ela retornou a Curitiba. Na escola, Enayê enfrentou outras dificuldades, porque os índios eram tidos como bichos e não como seres humanos. Entretanto, não desistiu e ingressou no curso para cabeleleira, em Paranaval, tendo concluído em São Paulo. Agora, com 30 anos de idade, ele está trabalhando como esteticista e as atividades são desenvolvidas somente com produtos naturais. Mas, até conseguir um local sempre foi tida como empregada doméstica.

**MODELO**  
 Com uma filha, ela conta que casou-se com um "estrangeiro" aos 13 anos de idade e, aos 17 estava viúva. Como necessitava sobreviver, e não encontrava uma colocação como esteticista, Enayê conta que trabalhou durante muito tempo como modelo. Sempre desfilava com uma peruca negra e, para dar maior coloração no corpo usava tintura preparada a base de ervas. Agora, ela diz que está se sentindo melhor, não dando atenção aos comentários feitos por pessoas que passam nas ruas. Ela diz que conseguiu superar as dificuldades enfrentadas há anos, embora a população não aceite a presença dos indígenas nas principais vias da cidade.

prejudicados. O cacique denunciou ainda que "o coronel Zanoni e coronel Nael que trabalham na Funai, em Brasília, são os principais responsáveis pelos prejuízos causados aos índios". Um dos exemplos citados foi o de que eles enviaram uma comissão a Manguelirinha para coletar sangue dos índios, já que no conceito deles não existia mais nenhum índio e, para obter a confirmação teria que coletar o sangue e examiná-lo. Por isso, todos os projetos deverão ser aprovados pela diretoria da União, bem como os representantes de cada Estado brasileiro. Caso contrário, continuarão insatisfeitos.

Por outro lado, Francisco dos Santos demonstrou grande satisfação ao falar sobre a candidatura do cacique Mário Juruna. Para ele, não importa em que partido político esteja filiado. O importante é lembrar que ele é um cacique que trabalhou muito pelos índios na demarcação das terras dos Xavan-

PT 1025 b. 122

**N:**

**01659**



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL**  
**DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES**

**DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES A:**

*FUNAI = Fundação Nacional do Índio*

*Pasta 2*

PT 10255.5.122



JORNAL: *Opuscula de Leão*  
P. FUNAI  
Data: *20* 07/80 Estado *PR*

**LIBERTAR-SE  
DA FUNAI, É O  
DESEJO DO ÍNDIO**

A política a ser desenvolvida pela União das Nações Indígenas, entidade que procura congrega representantes de todas as tribos do país, será no sentido de aproveitar as experiências dos grupos mais desenvolvidos, como os gaviões, do Maranhão, difundir essas experiências e, no futuro, dar condições a todas as tribos para que possam se libertar do jugo da Fundação Nacional do Índio, cujo destino é a extinção. Essa é a opinião do índio terena Domingos Verisso, de Campo Grande-MS, presidente provisório da referida União.

JORNAL: *de Brasil*

P- FUNAS

Data: *09/08/80* Estado *RJ*

# Presidente da Funai dá nomes de assassinos de indígenas

Arquivo — 11/10/79

Brasília — Depois de mencionar que há cerca de 30 líderes indígenas mortos desde o ano passado, sem que os responsáveis tenham sido presos, o Coronel João Carlos Nobre da Veiga, presidente da Funai, disse ontem que entre estes figuram o capitão Mateus e policial José Moreira Barros, da Polícia Militar do Maranhão, implicados na morte de dois índios guajajaras, ocorrida há dois meses.

Essa afirmação foi feita a propósito do reconhecimento do próprio presidente da Funai, anteontem, de que esses fatos já haviam sido denunciados por entidades de defesa da causa indígena, mas que até o momento a Funai não pôde indiciar os culpados porque "não tem poder de polícia".

A questão foi levantada em entrevista coletiva quando se indagou sobre o inquérito reaberto para apurar os responsáveis pela morte do líder kaingang, Ângelo Creta, da Reserva de Mangueirinha, no Paraná, ocorrida no início do ano, segundo indigenistas, por uma disputa pela posse dessa área — amaior reserva de pinheiros da América Latina — pleiteada pela empresa Slavieiro S/A desde o tempo do Governador Mbisés Lupion.

Este é apenas um dos casos que o presidente da Funai tornou público, após ter-se manifestado disposto a elucidar cada um dos crimes, entre os 30 mencionados ontem por ele em entrevista coletiva.



João Carlos da Veiga

## "Slogan" pede respeito pelo índio

A primeira consequência prática do apelo lançado anteontem pelo presidente da Fundação Nacional do Índio para que a comunidade envolvente em suas reservas os respeitem e evitem atritos que geralmente culminam em assassinatos foi o slogan lançado ontem pela assessoria de imprensa do órgão, a ser divulgado pelo Ministério do Interior: "Respeite o índio, ele é tão brasileiro quanto você".

O coronel João Carlos Nobre da Veiga afirma que não basta a demarcação das reservas indígenas se a população envolvente não for conscientizada da necessidade de sua integridade. A proposta de uma convivência harmoniosa entre índio, colono e posseiros surgiu a propósito do assassinato de índios ocorrido nos últimos meses, sendo que o mais recente — ainda em fase de investigação — foi de um kaioiwá, no Mato Grosso do Sul.

### Contradições

Enquanto o Conselho Indigenista Missionário distribuiu nota culpando o órgão pela morte do índio kaioiwá, ocorrida há 20 dias, na Fazenda Paraguaçu, baseado nos antecedentes de ameaças contra estes índios, a Funai também distribuiu nota informando sobre o andamento das investigações, mas colocando em dúvida se realmente ocorreu o crime.

Diz a nota do Cimi que, em julho de 1976, "o Sr. Geraldo Coimbra, dono da Fazenda Larajjal, e mais três jagunços

armados, obrigaram as 24 famílias kaioiwá que estariam dentro dos pretensos limites da fazenda a desocuparem imediatamente suas casas. Todas as casas e as roças dos índios foram queimadas logo em seguida. Os kaioiwá procuraram amparo na fazenda vizinha, na Paraguassú, município Caarapó/MS, onde na época foram empregados como mão-de-obra barata".

Informa ainda a nota do Cimi que, em 1979, o então presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, prometeu instalar uma comissão de inquérito, o que não ocorreu. O Cimi denuncia que, no dia 8 de fevereiro deste ano o fazendeiro Argemiro, proprietário da fazenda Paraguassú, ofereceu Cr\$ 500 mil ao então superintendente da Funai, Pedro Paulo Fatorelli, para adiantar a retirada dos índios.

No dia 11 de fevereiro — prossegue a nota do Cimi — o presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, recusou-se a assinar portaria que reconhecesse a área habitada pelos kaioiwá como área indígena, declarando-os nômades, que "ora estão no Brasil, ora estão no Paraguai".

A notícia da morte do índio kaioiwá foi divulgada na última segunda-feira pela Funai, segundo a qual ele teria sido assassinado com quatro tiros nas costas por jagunços da Fazenda Paraguassú. Em nota oficial, ontem, no entanto, o órgão informa que agentes da Polícia Federal não conseguiram apurar nada, mas que na próxima segunda-feira ouvirão o capataz da fazenda, Mário Pereira de Souza.

PT 1025 5/122

## Índio atribui matança à Funai e a fazendeiros

BRASILIA (Sucursal) — A Funai e os fazendeiros da região do Xingu foram responsabilizados, ontem, pelo índio Megaron (txucarramãe), pelo massacre ocorrido na semana passada em São José do Bang-Bang, em Mato Grosso, e que vitimou 11 peões que trabalhavam no desmatamento daquela área. Megaron, o cacique Raoni e mais três representantes de nações indígenas estiveram reunidos mais de duas horas com o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, e ao final da reunião garantiram que “não determinaram a morte de ninguém, pois só queríamos meter medo e susto nos fazendeiros”.

Segundo o presidente da Funai, o “acidente”, que resultou na morte de 11 peões, só ocorreu porque “os brancos estavam dentro da reserva indígena” e não a 15 quilômetros do rio, conforme as primeiras informações. O cacique Raoni (txucarramãe) afirmou que os brancos estavam a 5 quilômetros do rio e por essa razão mandou que seu povo desse um susto neles. Hoje, o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, estará na região do Xingu para analisar de perto a situação dos fazendeiros situados nas proximidades da reserva indígena.

“Já demos um passo em direção da tranquilidade da região”, afirmou o presidente da Funai, após a reunião que manteve com o cacique Raoni e demais líderes das nações indígenas. Segundo Nobre da Veiga, o acordo acertado ontem com os índios prevê o desvio da BR-80 para o norte do rio Pejeari. Por outro lado, como parte dos entendimentos, “os índios terão de aguardar a entrega das fazendas da região do Pexim, quando a Funai as receber após as desapropriações”, e será formada uma faixa de terra a leste do rio Xingu, com características de parque, “para evitar que fatos desagradáveis possam novamente acontecer”.

### DESAGRADO

Para os índios que se reuniram ontem na Funai, os acordos propostos pelo órgão não satisfazem a seus anseios. Segundo o índio Megaron, sobrinho do cacique Raoni, “não adianta a gente vir aqui em Brasília fazer esses acordos. Eles devem ir na nossa aldeia para ouvir o que nosso povo tem a dizer sobre estas propostas”. Na rápida entrevista coletiva que concedeu à imprensa após a reunião, o presidente da Funai disse que os problemas surgiram em 1971 com a criação da BR-80. Segundo Nobre da Veiga, os alertas de que haveria possibilidades de conflitos na região “sempre foram recebidos com satisfação pela Funai, de modo a poder evitá-los”. Entretanto, afirmou, “sempre que o branco invade a reserva indígena, existe a chance do conflito”. Ele lembrou que foi feito um acordo com os índios, em 29 de abril deste ano, e que foi solicitado a eles que “mantivessem a calma. Só que a calma não foi mantida.”

14.08.80  
 M. F. 12191  
 J. B. da Silva

# Funai: "Assacre foi "acidental"

Da sucursal de BRASÍLIA

A morte dos onze peões no rio Xingu ocorrida na sexta-feira passada, segundo o presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, não passou de "um simples acidente".

Em um momento algum o líder Txucarranme Raoni determinou aos índios o massacre dos trabalhadores que desmatavam uma área reivindicada pelos índios na margem direita do rio. Raoni, que durante o ato estava no posto indígena na Dianarum, disse que apenas "encomendou aos txucarranme que dessem um susto no pessoal".

receberam vários abraços e o coronel recebeu uma borduna de presente, simbolizando o acordo firmado. Segundo o coronel, ficou definido no encontro três pontos: 1 — a rodovia BR-080 será realmente desviada, dependendo obedecer uma rota que não mais cortará a área indígena; 2 — os índios aguardarão pacificamente até que a Funai receba as terras que serão desapropriadas da antiga fazenda Agropexin, que também foi atacada pelos txucarranme em fevereiro de 1977; 3 — a área onde ocorreu o massacre dos peões e onde existem atualmente seis fazendas será transformada em parque florestal para evitar, como disse o coronel, "fatos desagradáveis como o de sexta-feira".

Ele reconheceu, no entanto, que o órgão viera acompanhando a situação na área e a 29 de abril firmou um acordo com os índios que previam a abertura por tempo indeterminado até que fosse resolvido "Ocorre que os índios não tiveram a calma necessária", admitiu o coronel.

Os índios que participaram da entrevista, realizada após um longo encontro reservado com a direção da Funai, pareciam bastante vestidos, embora o cacique Raoni tenha abraçado o presidente e simulado um golpe de borduna no ar, sorrindo. Os funcionários da Funai tentaram evitar um contato mais demonstrado dos índios com os jornalistas levando-os rapidamente para a Kombi que os esperava, alegando que Raoni não queria dar entrevistas. Apenas o índio Megaron conversou um pouco mais e mostrou-se bastante preocupado com o resultado do encontro: "Os fazendeiros e a Funai são os responsáveis pelo que aconteceu, pois já vimos várias vezes a Brasília pedir uma solução para o Xingu". Para ele, a comissão mantida com o presidente da Funai representa apenas "mais uma promessa que só terá sentido se for cumprida".

"Nessa história quem sempre sai perdendo é o índio", disse Megaron, acrescentando ainda que quer que o acordo com a Funai só seja validado se for feito no Parque do Xingu, na presença de todos os chefes indígenas.

## Cacique quer atendimento

Da sucursal de PORTO ALEGRE

O cacique Fagunze que, Mário Farias (nome cristão), da tribo dos Caimangues da reserva indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, pediu assistência médica e licença para vender três mil metros cúbicos de madeira de lei que foram cortados pelos colonos brancos, quando estes ocupavam a área e que estão apodereados na reserva.

Fagunze disse que sua gente está preocupada com o atraso no início do plantio da soja, milho, feijão, batata inglesa e mandioca para esta safra. Embora tenham tratores e todo o equipamento necessário para o cultivo de suas lavouras, falta-lhes dinheiro para comprar combustível. Com a venda da madeira, com a qual obteriam C\$ 2 milhões, teriam recursos suficientes não só para isto, mas também para comprar um carro que os levasse à cidade de Nonoai (a nove quilômetros da reserva) em caso de emergência.

Outro problema debatido na audiência com o delegado da Funai foi a presença de um branco, conhecido apenas como Dalasta, que ocupa há 20 anos 2.400 dos 14 mil hectares da reserva, recusando-se a sair. Ele é o único remanescente dos colonos que deixaram a área em 1978, obrigados pelos índios.



Foto Adão Nascimento - Telefoc Estado  
 Raoni deu a borduna de presente ao coronel Nobre da Veiga

PT 10255.122

# Retirada de invasores

**BELÉM — (AE — O ESTADO)** — A Funai vai iniciar na próxima semana, com o apoio do IBDF, do Incra e da Polícia Federal, a retirada de todos os invasores da reserva indígena do Cateté, na região sudoeste do Pará. A invasão, que se vem ampliando há vários meses, irritou os 240 índios Xikrin, que ocupam 439 mil hectares ao sul da Serra dos Carajás e da Serra Pelada e ao norte da rodovia Xinguara-São Felix do Xingu, em construção. Três fazendas, várias serrarias e numerosos "peões" penetraram na parte sul da reserva, principalmente para extrair

mogno e formar pastagens, abrir e brinco muitas clareiras na mata.

Duas vezes este ano os guerreiros Xikrin aprisionaram invasores. Em uma ocasião prenderam o proprietário de duas fazendas instaladas na área, que havia descido na aldeia com o seu avião, mantendo-o amarrado durante várias horas. Por acaso, o delegado da Funai também chegou à aldeia e libertou o fazendeiro Gilberto Antônio Teles. Há 10 dias os índios prenderam oito "peões" que faziam derrubada a poucos quilômetros da aldeia. Amarra-

ram-nos, cortaram seus cabelos e os pintaram. Novamente o delegado da Funai conseguiu libertar os invasores, quando os índios já se preparavam para espancá-los.

Em Brasília, os ocupantes das terras dos índios tentaram estabelecer um acordo com a Funai para se manterem na área, mas os técnicos do órgão consideraram extremamente perigoso abrir um precedente capaz de consolidar uma invasão. Por isso, a Funai decidiu retirar os invasores, principalmente porque os índios já estão tomando a iniciativa de patrulhar a área e prender todos

os "brancos" que encontrarem dentro da reserva e são capazes até de matá-los, como ocorreu na semana passada no Parque Nacional do Xingu. A invasão da reserva indígena do Cateté começou entre 1976 e 1977, quando o Estado patrocinava a abertura de uma estrada ligando Xinguara, no vale do Araguaia, a São Felix do Xingu, uma região ainda isolada. Através de "picadas" abertas no mato, começou a invasão. Hoje há uma fazenda com 30 mil hectares inteiramente dentro da reserva e mais duas com pequena parte encravada na terra dos índios.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Falha da missão 5-1-77</i></p> <h3>Padre critica os métodos da Funai no trabalho junto aos índios</h3> <p>O padre Hego Dionísio, chefe de uma equipe de missionários que atuam no posto indígena de Chapecó, criticou as recentes declarações do ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, restringindo o trabalho dos religiosos junto aos índios. Para ele, "seria muito mais útil que a Fundação Nacional do Índio, ao invés de se preocupar com a proibição de missionários, sociólogos ou antropólogos junto aos indígenas, passasse a reformular, ou mesmo modificar sua estrutura, transformada em empreguismo, que gasta verbas vultosas em pagamento de funcionários que nem sabem o que é o índio ou o conhecem apenas por cartão-postal".</p> <p>O religioso falava sobre o relacionamento entre os padres que atuam na área indígena de Xanxerê e a Funai. Ele disse que este relacionamento sofre, vez por outra, alguma deterioração, principalmente quando são colocados a público determinados problemas ou falhas cometidas pelo órgão governamental junto aos índios:</p> <p>— Quando são divulgadas falhas na Funai, então aí o relacionamento torna-se tenso. Padre Hego, que pertence à paróquia da cidade de Xanxerê, atuando no posto indígena de Chapecó, teve seu primeiro contato com os índios em Rondônia. Há um ano, segundo ele, a tribo Paka</p> <p>Nova encontra-se praticamente em processo de extinção. Criticando alguns aspectos do trabalho desenvolvido pela Funai, padre Hego fala que o órgão adota uma política que foi bem esclarecida pelo ministro do Interior:</p> <p>— Só é aceito o trabalho dos religiosos quando for um trabalho colaboracionista, não se admitindo críticas diante de qualquer problema ou exploração de que o índio seja vítima.</p> <h4>REPRESALIAS</h4> <p>O padre contou que no ano passado um grupo de índios esteve em Brasília, à revelia da própria Funai, com passagem custeada pelos religiosos, para solicitar a presidência do</p> <p>órgão a retirada de posseiros e intrusos da área da reserva:</p> <p>— Entretanto, embora em Brasília a reivindicação tenha sido bem aceita, na volta ocorreram represálias como, por exemplo, a ameaça de expulsão dos índios e dos religiosos, proibidos de qualquer trabalho ou ação na reserva, a não ser rezar missa.</p> <p>Apesar disso, disse padre Hego, "continuamos trabalhando na área indígena". Para ele, "o índio ainda é explorado com seu trabalho para sustentar a máquina burocrática da Funai". E acrescenta: "mesmo que a Funai proibisse oficialmente o trabalho dos missionários através do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), isso certamente não traria maiores dificuldades para nossa atuação, uma vez que o critério para nossa presença junto à reserva é a aceitação e aprovação de nosso trabalho pelo próprio índio".</p> <p><i>Posta FUNAI</i></p>

PT 10255.122

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p align="center"><i>Falt - de Maranhã</i></p> <p align="right"><i>6 T FR</i></p> <h2 align="center">Bispo critica em Chapecó as declarações de Rangel Reis sobre os índios</h2> <p>Dizendo que "o ministro do Interior, Rangel Reis, passa, a Igreja continuará e o índio sobreviverá com sua dignidade de homem", o bispo diocesano de Chapecó, Dom José Gomes, voltou a referir-se ao recente pronunciamento feito pelo ministro, que classificou a posição da Igreja junto às missões indígenas de "sonhadora, feudal e atrasada".</p> <p>O novo pronunciamento de Dom José Gomes foi para reiterar que o fato de os missionários terem sido ameaçados de expulsão pelo ministro do Interior, e os bispos tachados de "subversivos", por defenderem interesses dos índios, não irá afetar os postos indígenas que existem nos três Estados sulinos, "pois ainda não há missionários atuando e vivendo ali".</p> <p>São 26 postos — revela Dom José — com mais de 11 mil índios situados no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Para o bispo, a afirmação de Rangel Reis de que o órgão controlador dos postos indígenas organizados pela Igreja, o Conselho Indigenista Missionário, é "inoperante" também não procede. Pergunta Dom José: "E o Ministério do Interior, o que faz em favor do índio? Prote-</p> <p>lar indefinidamente soluções que se impõem? Ou esperar que o DGPI, um dos órgãos da Funai, acabe por devastar as riquezas e reservas dos índios e que os brancos acabem com os índios? O poder de decisão bem como a tomada de providências estão nas mãos do ministro, e não dos missionários".</p> <p>Além disso, afirmou Dom José Gomes que, "se por esquerdista e subversivo é chamado aquele que defende os índios contra a ganância dos Davis, dos Ludwig, das multinacionais, que podem se apossar de milhares e milhões de hectares de terras, expulsando, matando e encumbrando índios e posseiros e os seus habitantes, o bispo também se preocupa com muito mais do que os índios. Muitos bispos são realmente subversivos", concluiu.</p> <p align="center"><b>FUNAI DISCORDA DA POSIÇÃO DO MINISTRO RANGEL REIS</b></p> <p>Apesar de ter afirmado que no futuro se evitará a participação de missões religiosas junto aos índios, o presidente da Fundação Nacional do Índio, general Ismarth de Oliveira, declarou que no momento não se cogita no afastamento de qualquer missão. Além disso, disse que não será eliminado o ensino bilingüe no trabalho de aculturação do índio, contrariando afirmações do próprio ministro do Interior, Rangel Reis. "O que não poderá continuar é a monopolização do ensino bilingüe pelo Summer Institute, que deverá transmitir seu know-how a brasileiros", afirmou o presidente da FUNAI, após uma reunião tensa e prolongada com o ministro Rangel Reis.</p> <p>Desmentindo boatos de que teria colocado seu cargo à disposição no Ministério do Interior, por divergências em relação ao trabalho executado pela FUNAI, Ismarth Oliveira informou que dentro de 90 dias os grupos de trabalho da Fundação apresentarão um relatório minucioso de suas atividades, e a longo prazo, haverá uma reestruturação no órgão. Disse que é favorável à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar os problemas dos índios, a atuação da FUNAI e das missões religiosas, "desde que não seja uma CPI contra a FUNAI".</p> <p>Divergindo do ponto de vista expressado pelo ministro Rangel Reis, Ismarth de Oliveira afirmou que "não se pode fixar prazo para a emancipação dos índios brasileiros. Este prazo só pode ser determinado pelas próprias comunidades indígenas." Disse também que "é preciso diminuir o paternalismo da FUNAI em relação aos índios. Municípios próximos às aldeias também devem assumir responsabilidades", na sua opinião.</p> <p>Concluindo suas declarações, o general Ismarth esclareceu que o antropólogo Apoena Meirelles não sofreu nem sofrerá punições por ter manifestado opiniões contrárias às expressadas pelo ministro Rangel Reis, para quem mandou carta explicando suas posições, e que no futuro vai se evitar a participação de missões religiosas que visem exclusivamente a salvação espiritual dos índios.</p>

*Posto FUNAI*

PT 1025C. 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><i>Folha de São Paulo</i></p> <p style="text-align: right;">Sexta-feira, 2 de Junho de 1977</p> <h3 style="text-align: center;">CNBB satisfeita com decisões sobre Funai</h3> <p><b>RIO (Sucursal)</b> — O resultado da reunião de anteontem, do ministro Rangel Reis, do Interior, com dirigentes da Funai, a julgar pelo que dele transpirou oficialmente, foi bem recebido nos meios eclesiásticos do Rio, embora a Cúria Metropolitana e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não se proponham a comentar o fato.</p> <p>De um modo geral, o que ficou decidido no encontro, segundo as informações veiculadas ontem pela imprensa, poderia — para a Igreja — indicar o esvaziamento das recentes ameaças e restrições ao trabalho missionário, católico e protestante, junto aos indígenas, externadas em maior intensidade pelo general Ismarth de Oliveira.</p> <p>A CNBB consideraria significativa a distância entre o fato de se haver instalado grupo de trabalho que apontará missões que trabalham alheias ao que determina o Estatuto do Índio e as declarações de Ismarth, segundo as quais seriam afastados todos os missionários que não manifestassem, em termos práticos, afinidade com a política indigenista.</p> <p>Comentava-se, ontem, que o grupo de trabalho representaria não mais que a instituição de órgão com a finalidade de verificar o cumprimento da lei, já que o próprio Estatuto do Índio regulamentava e condiciona o trabalho missionário. Essa verificação, por outro lado, seria redundante, porque concidiria com o que é feito rotineiramente pela própria Funai, em razão mesmo de seus objetivos. Daí não se considerar venha, pelo menos a Igreja Católica, a ser atingida. Lembrava-se ainda que, quando o Estatuto entrou em vigor, ao tempo do governo Médici, nenhuma restrição se fez sentir.</p> <p>Também extra-oficialmente, informava-se que o assunto será melhor analisado por dom Ivo Lorscheiter, que chega hoje ao Rio. O secretário-geral da CNBB não vai, todavia, emitir qualquer pronunciamento sobre a questão, mesmo porque isso poderia agravar uma crise que — é possível — talvez se esteja esmaecendo e que decorre de divergências já tidas como crônicas na oportunidade em que o presidente Garrastazu Médici sancionou a lei desde então designada Estatuto do Índio.</p> <p>De outra parte, há a tendência a se considerar que os responsáveis pela política indigenista oficial convergem a uma opinião que seria a seguinte: a de que o trabalho missionário não se confundiria com a diversidade de teses e concepções sobre o problema, e não é suficiente para afastar a Igreja — segundo se dizia nos meios eclesiásticos — de um trabalho em que se considera pioneira.</p>

*Pasta FUNAI*

PT 1025C.122



FOLHA DA MANHÃ 27-V-77

# Funai não dá liberdade. Índio quer liberdade. Funai não entende índio

Um dia a Funai (Fundação Nacional do Índio) órgão criado pelo governo federal para, teoricamente, proteger o índio poderá até desaparecer. Antes disso, porém todos os índios deverão estar integrados. Estar integrado significa ser cidadão, votar, ter direitos e deveres, obedecer a uma Constituição. E isso não vai prejudicar a sua cultura. Não existe desrespeito ao índio, seus próprios territórios são respeitados. O ideal é que os índios não dependam da Funai, que dirijam seus próprios tratores. Mas o índio dificulta tudo. É arredoio, é um calvário para os funcionários da Funai se aproximarem deles. E isso que os funcionários usam todas as táticas clássicas de aproximação. Mas os índios não entendem. Um índio não pode viver segundo seus próprios modos, sua sobrevivência seria impossível sem a Funai. É bastante lógico que os índios só possam sair das reservas com autorização da Funai. Por que quereriam se reunir com outros índios?, com que finalidade?, a título de quê? Precisamos saber se uma reunião dessas seria válida. E não têm validade nenhuma essas reuniões. Um índio do Mato Grosso tem mais a conversar com um homem da Funai do que com um índio de outra tribo.

Esses são alguns dos pontos de vista do superintendente da Funai em Brasília, João Batista Cavalcanti de Melo, convidado para participar do Seminário Sobre o Índio, patrocinado pelo Instituto Cultural Brasileiro-Alemão, em andamento na Assembléia Legislativa.

Para o superintendente da Funai, todos os órgãos criados pelo Governo para trabalhar sobre o índio são indispensáveis. "O índio tem a possibilidade de sobreviver e a integração é iminente". Os órgãos burocráticos são o DGPI, ou Departamento Geral do Patrimônio Indígena, DGPC, Departamento Geral de Planejamento Comunitário, todos controlados pela Funai, segundo João Batista Cavalcanti de Melo só trazem benefícios aos índios. E quem comanda esses órgãos é a Funai porque "não se pode esperar que um índio possa desenvolver um projeto com todos os detalhes".

## Invasões, roubos, «repasses»...

No entanto, esses órgãos benfeitores encontram dificuldades. "Os índios", lamenta-se Melo, "são totalmente arredios. Antes não aceitavam diálogo, agora aceitam com muita dificuldade. Eles não conhecem o homem branco, que chega com todas as táticas clássicas de aproximação. Se surgem caçadores, por exemplo, o índio já confunde tudo e se vinga nos funcionários da Funai".

Melo considera que a "integração" do índio não só é inevitável, como também necessária. E o índio precisa então "ser preparado" pelas benfeitorias da Funai. O superintendente garante também que todos os raciocínios da Fundação Nacional do Índio "partem da hipótese de que as terras dos índios são rigorosamente respeitadas".

Sobre esse ponto, porém, o próprio assessor jurídico da Funai na Região Sul, Kiyossi Kanayama, tem alguns dados curiosos. Em 1969, por exemplo, 600 famílias invadiram as tão seguras propriedades indígenas. Dessas famílias, o Governo só conseguiu retirar 400, tendo as demais sido transformadas em arrendatárias. (Kanayama considera a possibilidade de que essas famílias tenham até se sentido no

direito de invadir as terras, face às promessas de políticos que "fazem campanha em cima da partilha das terras dos índios").

Mas não são só famílias que tomam terras. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul também já fez isso, afirma Kiyossi Kanayama. "Há cerca de 15 anos loteou áreas indígenas, e diminuíram de 13 para seis as suas reservas. Nessa época foram perdidas pelos índios, por exemplo, terras como a de Serrinha, Ventos, Barros, Liso, Lagoão".

A situação não é melhoradora. Do Rio Grande do Sul até São Paulo, segundo ele, há 2.200 famílias ocupando as terras dos índios — entre invasores e arrendatários. E os índios que sobrevivem no Rio Grande do Sul são os privilegiados nesta hospedagem. 974 famílias brancas ocupam as terras de Nonoai, e com as das demais reservas do Estado são 1.512 famílias.

A Funai, o Inbra (Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária, outro órgão atuante da esfera federal) e os Governos dos Estados formaram três comissões para "estudar o problema". Inbra e Governos alegaram não ter terras para colocar essas famílias se saíssem das terras dos índios. E a solução encontrada é a seguinte: fazer um "repasso" das famílias "ou seja, mandá-las para Rondônia, Mato Grosso e Transamazônica. Coisa que na verdade ainda deverá tardar, pois, segundo o assessor jurídico da Funai, "há 180 mil feitos esperando julgamento na Justiça Federal, e esses processos sempre demoram mais de um ano — seguidamente dois anos".

## Proibições, queixas, «poesia»...

Um índio de uma tribo se reunir com índio de outra tribo, para o superintendente da Funai em Brasília, não tem razão de ser. "Um índio tem mais a conversar com as pessoas da Funai que estão na reserva do que com um índio de outro Estado, por exemplo". E essa é uma das razões porque, diz ele, os índios só podem sair das reservas com permissão da Funai. "Por que um índio quereria sair?", pergunta João Batista Cavalcanti de Melo. "Por que não fala com o delegado da Funai? Reuniões de índios

não têm autenticidade. Por que não procuramos canais da Funai para participar, um elemento da Funai participaria com todo o prazer, fazendo anotações. Por que eles querem se reunir? Seus anseios são diferentes de região para região. Querem se reunir com que finalidade? Por quê?, a título de quê?, por que um índio do Mato Grosso quereria falar com um índio do Rio Grande do Sul?". Tudo isso, obviamente, se inclui também nos cristalinos objetivos da Funai de "tornar os índios independentes do órgão".

Contudo, os índios têm conseguido reunir-se, escapando da alçada de controle da Funai. Pelo menos o superintendente da Funai não sabia até ontem, por exemplo, que 26 caciques representando as tribos Xavante, Bororó, Pareci, Aplaka, Caingangue, Guarani, Kalabi, Terena e Kaivea se reuniram nas ruínas de São Miguel, no município de Santo Angelo, no último dia 19, dia do Índio — fato aliás, amplamente noticiado a nível nacional.

Nessa reunião os caciques elaboraram uma carta, falando de sua própria situação. E na carta manifestaram conceitos bastante opostos aos orgulhosos e inclementemente espalhados pela Funai.

## Indígenas massacres, «gente alta»...

Sobre sua posição de sair dos toldos, por exemplo, disseram que "qualquer ato de imposição ou proibição vai contra nossos anseios mais elementares". Falaram do fim da sociedade indígena pelo contato com o branco, das doenças "nunca antes conhecidas" trazidas pelos seus apreçados benfeitores, dos massacres, da exploração das terras. Falaram que a Funai existe há dez anos e que os problemas não foram resolvidos.

Afirmaram não poder aceitar "que outro povo decida os caminhos que devemos trilhar". Emancipação e integração, para os índios, é coisa da "gente alta da Funai e de Brasília", porque não representam nada para um índio. "Acaso estamos pedindo integração na sociedade dos brancos?", perguntam os caciques, lembrando seus "irmãos que se mantêm isolados ainda, e portanto inocentes dos malefícios que a civilização ocidental pode acarretar".

Por certo o superintendente da Funai não conhece a carta, mas entre os seus inúmeros conceitos que vão contra o que pensam os índios há outro. Os índios, nostalgicamente reunidos nas ruínas de São Miguel, sentados em círculos na grama (descrição "pôética" para João Batista Cavalcanti Melo), disseram querer "mostrar a todos os que nos oprimem que somos dotados de capacidade de raciocínio" — fato descoberto já pelo papa Paulo III, no século XVI. Para o superintendente da Funai, contudo, os índios "são muito bons, muito puros, mas uns desmiolados".

O Seminário Sobre o Índio, que se estenderá até o dia primeiro de maio, prossegue hoje com uma palestra do bispo de Goiás Velho, Dom Thomás Balduino, às 20h30min na Assembléia Legislativa. Ingressos a Cr\$ 20,00.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p data-bbox="627 917 1313 1102"><i>O Estado da Para... 14</i> <b>Censura proibiu</b> <b>filme sobre</b> [REDACTED]</p> <p data-bbox="593 1102 923 1685">PORTO ALEGRE (AE — O ESTADO) — O Departamento de Censura Federal em Brasília, vetou integralmente o documentário "Índios, o Fim de uma Raça", produzido em abril último pela TV Gaúcha de Porto Alegre, conforme comunicação encaminhada ontem aos funcionários da emissora, que informaram ter o veto causado em prejuízo mínimo de Crs 60 a Crs 80 mil, além de frustrar milhares de telespectadores gaúchos, interessados pela causa indígena ou simplesmente atraídos pelas chamadas da televisão. O programa, cuja gravação tinha sido apreendida pela Censura gaúcha no início deste mês, de duração de uma hora em seus quatro blocos aborda o processo de aculturação e marginalização dos Caingangues remanescentes no Rio Grande do Sul.</p> <p data-bbox="593 1685 923 1806">O primeiro bloco, segundo produtores do programa, dá uma visão histórica dos indígenas até a colonização, abrangendo desde a</p> <p data-bbox="923 1102 1260 1806">[REDACTED] em que se tem notícia da existência de indígenas no Estado até 1.700 e, também, o trabalho realizado pelos jesuítas nas reduções indígenas, numa comparação entre os silvícolas do Sul e do Norte do País. A segunda parte é totalmente dedicada ao que resta da tradição dos Carajs que vivem num posto missionário adventista da Ilha do Bananal. Os terceiro e quarto blocos do documentário retratam o cotidiano atualmente vivido pelos Caingangues gaúchos, com todos os seus problemas — invasão de terras, conflitos com os invasores brancos, falta de assistência real pela Funai — manifestados através dos depoimentos de antropólogos, missionários, índios, autoridades indígenas. [REDACTED] do "Índios, o [REDACTED] lembra, também ocorridos nos últimos [REDACTED] por questões de terras e deixa antever que os índios estão descobrindo seu próprio caminho.</p> <p data-bbox="770 1830 951 1974"><i>Pasta FUNAI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

6

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="833 725 1506 1921" style="border: 1px solid black; padding: 10px;"><h3 style="text-align: center;">Manifesto condena política indigenista</h3><p><b>PORTO ALEGRE (AEB) —</b> A recém-fundada Associação Nacional de Apoio ao Índio, resultante de um seminário recentemente realizado em Porto Alegre, distribuiu manifesto, ontem, no qual justifica os motivos de sua criação e expõe as suas finalidades. O documento inicia lembrando que o território brasileiro contava, em 1.500, com aproximadamente cinco milhões de índios distribuídos em 240 nações, mas "a escalada de colonização branca chegou aos nossos dias com a alarmante redução para apenas 120 mil, tendo sido extintas 87 tribos, o que representa, além de genocídio, um atentado cultural irreversível".</p><p>Depois de enfatizar que grande parte dos índios sobreviventes estão descaracterizados culturalmente e marginalizados a lembrar que somente após 400 anos da chegada do branco e que foi tomada no Brasil, a primeira atitude governamental de proteção ao índio, o manifesto lamenta que "toda a política adotada fundamentou-se em postulados errôneos como o da "aculturação" e da "integração" resultando numa dominação cultural. Atualmente — acrescenta — não através de projetos de colonização, abertura de estrada ou de pretensa integração econômica, tem estimulado particulares a violação do patrimônio indígena; terras de tradicional e constitucionalmente pertenciam aos índios, lhe são arrebatadas a pretexto de solução para problemas de outros segmentos de personalidade".</p><p>A ANAI ainda adverte que em poucos anos não teremos quaisquer vestígios dessas civilizações e acentua que "as culturas ditas primitivas são o resultado de secular integração do homem com ambientes naturais dos mais variados. Estes povos desenvolveram — prossegue — sistema sociais e econômicos puros, livres da exploração do homem pelo homem. O bem estar das comunidades indígenas, ao contrário da submissão ao poder econômico, está consubstanciado em valores estabelecidos por fatores mitológicos, históricos e humanos".</p><p>Após concluir que "esta cultura merecem ser preservadas, ao menos como uma alternativa de vida e de organização social para a humanidade", a ANAI finaliza enumerando os princípios do trabalho que pretende desenvolver:</p><ol style="list-style-type: none"><li>1) contribuir para uma nova consciência pública de respeito às minorias étnica e sociais;</li><li>2) apoiar os povos indígenas nas reivindicações para recuperar e garantir a inviolabilidade de suas terras, a sua posse permanente, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes (conforme o artigo 198 da Constituição em vigor);</li><li>3) reconhecer, respeitar e apoiar as tradições culturais e seu desenvolvimento;</li><li>4) apoiar os povos indígenas sobreviventes do próprio meio.</li></ol></div> <p style="text-align: right; margin-top: 20px;"><i>Pacto FUNAI</i></p>

PT 11025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....  
FILIAÇÃO: Partido: FUNAI  
RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><u>JORNAL DO BRASIL</u> <u>26-05-77</u> - 17</p> <h3>Indigenista propõe em CPI integração da Funai na Presidência</h3> <p>Brasília — Depondo ontem na CPI do índio, o indigenista Orlando Villas-Boas qualificou de "louvável" a política que ultimamente o Ministério do Interior vem praticando com relação à Funai, mas afirmou que, "apesar disto, seria melhor, até pelos reflexos externos da medida, se a Funai fosse desvinculada do Ministério e passasse a estar diretamente ligada à Presidência da República, pois assim teríamos um Presidente cuidando de dois povos, um maior e outro menor".</p> <p>Ao elogiar a política do Ministério do Interior, disse Orlando Villas-Boas, atualmente conselheiro da Funai, que, "hoje, já não se fala em integração rápida do índio à sociedade, o que mostra uma evolução positiva do pensamento ministerial". Para o indigenista, a integração deve ser feita com bastante lentidão, "porque não são os índios, mas sim os civilizados que precisam ser preparados para ela".</p> <p><b>UNIDADE TRIBAL</b></p> <p>"A integração rápida significa o desaparecimento do índio como povo e o esfacelamento da cultura e da organização tribal que são a base da sobrevivência das comunidades indígenas como tal, pois só podem ser negativas as consequências de uma integração com uma sociedade mais forte e despreparada para respeitar o índio", disse o indigenista. Afirmou, ainda, ser favorável à participação efetiva dos grupos indígenas nas economias regionais, "desde que coletiva e não individualmente, de modo a reforçar e não a esfacelar a unidade tribal".</p> <p>Embora admitindo como válidas as críticas feitas aos erros e omissões da Funai, "pois muitas delas são procedentes", Villas-Boas defendeu a atuação da entidade, reconhecidas as suas limitações. Referindo-se diretamente, ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), disse que "somente criticar de nada vale, pois é preciso, também, ajudar a construir".</p> <p>responsabilizar a Funai por todo o mal, como faz o Cimi".</p> <p>Sobre as reuniões de lideranças indígenas promovidas recentemente pelo Cimi à revelia da Funai, afirmou Orlando Villas-Boas que "o índio deve ter plena liberdade de se reunir, mas sempre com o assentimento da Funai". Acrescentou que, na sua opinião, a Funai não permitiu as reuniões promovidas pelo Cimi, mas o Cimi também errou não convidando a Funai.</p> <p>"O Estatuto do índio é uma lei, e uma lei não pode ser discutida ou contrariada. Pelo Estatuto, a Funai tem a tutela sobre o índio, e, portanto, toda a competência para orientar, assistir e fiscalizar qualquer tipo de ação junto ao índio. Ninguém pode falar ou se reunir com o tutelado sem antes falar com o tutor. Por isso, o Cimi agiu de modo condenável ao simplesmente ignorar a Funai", afirmou Villas-Boas.</p> <p>Indagado pelo Deputado Airton Soares se a presença da Funai numa reunião de chefes indígenas não traria uma inibição natural para os índios, respondeu Villas-Boas que, há alguns meses, a Funai promoveu uma reunião de 24 caciques no Parque do Xingu, com a participação do próprio Presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, e a reunião teve o maior êxito, pois os caciques não se inibiram ao tomar a decisão política de unir suas forças para defender, em comum, suas terras.</p>

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

8

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Indigenista quer indio vinculado à Presidência</i></p> <p>O indigenista Orlando Villas-Boas defendeu ontem, na CPI do indio, que a Funai seja desvinculada do Ministério do Interior, apesar do trabalho "louvável" que este vem praticando, e integrada na Presidência da República, "pois assim teríamos um Presidente cuidando de dois povos, um maior e outro menor".</p> <p>Classificou o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) como "um órgão especializado em críticas", defendendo para o Cimi "uma ação executiva".</p> <p>"Afinal, é só a Funai que erra? E os erros cometidos ontem e hoje pelas missões religiosas? E o triste destino que tiveram 5 mil bororós no Norte de Mato Grosso sob a orientação de uma dessas missões?" (Página 17)</p> <p><i>Jornal do BRASIL - 26-05-66</i></p> <p><i>Posta FUNAI</i></p>

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA

FOLHA DE S. PAULO

PASTA FUNDA

Sexta-feira, 24 de junho de 1977

### “Índio também é vítima do racismo”, diz padre

**FERNANDO FOCH**  
Enviado Especial

MANAUS — O padre peruano Joaquim Garcia Sanchez, que está participando do I Encontro de Pastoral Indígena Panamazônico, afirmou ontem que o índio brasileiro é vítima de racismo provavelmente introduzido no País pelas imigrações européias, e afirmou que o mesmo processo vai acontecer em breve na Bolívia.

A 48 horas do encerramento, o encontro promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e pelo Conselho Episcopal Latino-Americano já permite concluir que os missionários peruanos são os que mais se aproximam da linha indigenista dos setores mais liberais da Igreja que, ao que tudo indica, será adotada como recomendação de uma ação pastoral comum.

“A Igreja no Peru” — explicou o padre Joaquim Garcia Sanchez, coordenador geral da Pastoral naquele país — “tenta levar o índio a redescobrir sua dignidade humana e cultural e a descobrir a contradição do sistema político com sua própria situação. Mas isso através de uma Igreja autóctone.”

#### IGREJA LIBERTADORA

Segundo ele, “a Igreja peruana assume uma linha pastoral encarnacionista liberadora, tomando-se a palavra pastoral como significado de viver a realidade do nativo, aprender sua língua e encarnar sua cultura.” Explicou ainda que, dentro dessa preocupação de resgatar valores indígenas, é promovida a formação de médicos autóctones, “que exercem uma função social”, professores bilingues também autóctones e federações nativas.

Depois de dizer à imprensa aquilo que, no encontro, deixa a impressão de que os peruanos são os mais organizados em pastoral indígena (há, por exemplo, sistemático trabalho de pesquisa antropológica), o sacerdote informou que a Amazônia peruana tem 67 grupos indígenas, com um total de 240 índios que se dividem em dois grupos linguísticos.

Sobre as pesquisas antropológicas, que informam toda a pastoral, e que são realizadas pelo Centro Amazônico de Antropologia Aplicada, padre Joaquim Sanchez, citou a mais recente: “O estudo da dominação da Amazônia desde 1542, com a viagem de Orellana, até hoje, in-

melhorar a qualidade humana, o que é essencialmente nazista.”

“De qualquer forma, o modelo desenvolvimentista capitalista implica em extinção do índio, mas uma extinção por omissão” disse o peruano que, confessando-se “impressionado com o que acontece aqui ao nativo amazônico”, acrescentou acreditar que esse processo se desenvolve no Brasil.

#### MEDO DO BRASIL

Padre Sanchez comentou, e repudiou por considerá-la “uma grande utopia”, a idéia que, entre intelectuais europeus, começa a ganhar corpo: a formação de um estado indígena latino-americano. A propósito, disse que, entre os inconvenientes, está o de que “uma das maiores causas do etnocídio do nativo são as fronteiras. O nativo não tem fronteiras, mas já foi até envolvido em conflitos dessa ordem e com quais nada tem a ver.”

Mas apesar da inviabilidade do projeto, o padre ainda fez considerações sobre ele e comentou que “falar dessa idéia é até perigoso diante da atual ideologia da segurança nacional e da política desenvolvimentista.” E essa política, a seu ver, é responsável pelo fato de que “nos países amazônicos há prevenção contra o Brasil.”

“O Brasil é visto como expansionista e imperialista. Os países fronteiriços, notadamente Bolívia e Paraguai, que não é amazônico, têm grande temor do expansionismo não-violento brasileiro. Há uma Comissão Mista Brasil-Peru tratando da integração fronteiriça. A parte brasileira propõe uma maior integração econômica. Mas os peruanos resistem e o fazem por esse motivo. É bem verdade que em muito disso há algo de mitologia, o temor do monstro, o medo do grande.”

O encontro prosseguiu ontem com o exame, agora por grupos internacionais (na primeira fase as comissões obedeciam à nacionalidade dos 40 participantes) das “respostas da Igreja ao desafio apresentado pela Pastoral junto aos nossos indígenas da América Latina.” Segundo dom Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, estudam-se “as realidades, as falhas e as interpelações”.

Ontem foi abordado apenas o primeiro ponto, “a resposta da Igreja aos anseios de liberação do índio, como de quaisquer

ígena, a evangelização paternalista, a expulsão dos jesuítas, a exploração da borracha ("quando foram exterminados com requintes de sadismo cerca de 10 mil índios"), a feudal-paternalista, e a de integração à vida nacional, além da fase atual.

Disse ainda o sacerdote que, ao exercer a Pastoral Indígena, a Igreja não encontra problemas com o governo, "embora possam existir alguns momentos difíceis". Em contrapartida, não há afinidade maior para que sejam capazes de estabelecer vínculos jurídicos para essas relações. "Há alguns convênios de educação bilíngue e na área de saúde".

Na primeira fase da revolução peruana, sob o governo Alvarado, foi criado um organismo, hoje já menos articulado e ativo. Trata-se do Sinamos, destinado "à mobilização e organização poular. Mas na Amazônia, ele sempre atuou pouco e sem informação, de modo que nunca nos causou problemas."

### FUNAI E RACISMO

Aliás, o padre Sanchez diz que a Funai exerce um controle muito acentuado, que tolhe a liberdade da Igreja. "Estou vivamente impressionado com essa situação." além disso, a filosofia e a praxe da fundação seriam contrárias à preservação cultural do índio.

Padre Sanchez defende a tese que, segundo observadores, seria a mesma dos setores mais liberais da igreja no Brasil. De que qualquer colocação de valores dos civilizados na cultura nativa (a palavra "índio" é pejorativa em seu país) é uma forma de etnocídio. Isso ocorre no Peru onde, inclusive, o indígena é submetido aos tribunais civis comuns, o que critica. Como exemplo, citou o assassinato recente de um feiticeiro, ocorrido sob a roupagem ritual.

O religioso, que "não sabia o que se passava aqui", acredita que "se o Peru adotasse uma política de desenvolvimento a qualquer preço, certamente isso significaria extermínio de índios." E o que estaria, em sua opinião, acontecendo no Brasil. "Mas lá não creio que seria tanto porque aqui, além do desenvolvimento, há uma questão racial de fundo, talvez em razão de o país ter recebido muitos imigrantes europeus." Já o Peru — disse — "é um país mestiço e não tem esse problema que, deve-se dizer, vai surgir em breve na Bolívia, por que há um projeto de se instalar em Santa Cruz um contingente de 150 mil brancos sul-africanos, num projeto financiado pelos governos da África do Sul e da Alemanha Ocidental. O governo boliviano já desenvolve uma campanha em que afirma que é preciso

tionamentos das convívias com o neocolonialismo".

Explica o prelado de Goiás Velho que a Igreja "quer integrar-se aos interesses políticos globais dessas minorias". Nesse ponto ele referenda as palavras do pastor protestante angolano José Chipenda, vice-chefe do Departamento de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas, que assiste ao encontro: "A Igreja não começa nada, a Igreja responde à conscientização dessas minorias."

Informou-se que há divergências entre os participantes, que assumem vasta gama de posições — do mais arraigado conservadorismo às correntes mais renovadoras. Observa-se que os venezuelanos são particularmente refratários a posições como as do Peru, Brasil e Equador. Mas também se percebe, como comentou dom Balduino, recusando-se a identificar as opiniões e seus detentores, que "os conservadores tem forte insegurança".

"Nessas missões já começa a haver um questionamento não-doutrinário, mas ditado pela voz dos fatos. É um processo de evolução, lógico".

Os participantes, que constataram que o único país onde o governo controla não só a política indigenista mas todo o indigenismo é o Brasil, denunciavam ainda mais uma divergência. Não é pacificamente aceita a tese esposada por dom Roger Aubry, presidente do Departamento de Missões do Celam, ou pelo reverendo José Chipenda, de que a defesa da integridade cultural do índio é, em síntese, a defesa da ecologia. Não se discorda de que o índio, como qualquer homem, pertence a um ecossistema. Mas a posição do prelado e do pastor é considerada um romantismo por muitos dos presentes. "Não se pode negar a dimensão política" — resume dom Balduino.

O convite que a Assembléia Legislativa do Amazonas aprovou, deverá ser entregue hoje a dom Milton Corrêa, arcebispo coadjutor de Manaus, dom Tomás Balduino, dom Pedro Casaldáliga e dom Moacir Grecchi, bispo prelado do Acre, membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB e presidente da Comissão Pastoral da Terra, chamados a falar ao plenário "sobre a situação do índio no Brasil e demais países amazônicos".

Já na Câmara dos vereadores de Manaus, que um dia antes aprovou o mesmo convite aos mesmos prelados, acalmados os ânimos, tudo está pronto para a sessão marcada para as 15 horas de hoje.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

10

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Bispos pedem mais pelo índio</b></p> <p><b>Manaus</b> — O Arcebispo Coadjutor de Manaus, D Milton Correa, defendeu, ontem, na Câmara Municipal, uma melhor atuação do Governo na política de integração do índio brasileiro. O Bispo de São Félix do Araguaia, D Pedro Casaldáliga, pediu respeito à terra dos índios e disse que é brasileiro.</p> <p>Devido à falta de tempo dos Participantes do 1º Encontro de Pastoral Indígena Panamazônico, apenas D Milton e D Pedro compareceram à sessão solene da Câmara. Não houve debates. Nenhum representante da Assembléia Legislativa esteve presente.</p> <p><b>CRITICA</b></p> <p>D Milton declarou que a Igreja socorre os cerca de 120 mil índios da Amazônia. Afirmou que, apesar da existência de um órgão oficial para atendimento, "nem sempre o programa é executado como deveria ser". Segundo ele, a população indígena — 5 milhões na época do descobrimento — desapareceu, às vezes por massacres, às vezes por epidemias, às vezes por transferência.</p> <p>Advertiu que muitos índios estão saindo do Brasil. Muitos vão para a Bolívia e Paraguai. "A Igreja" — disse — quer conservar os índios para encaminhá-los para a integração à civilização, na vida nacional".</p> <p>Analisando o trabalho dos missionários, assegurou que as circunstâncias se modificaram desde o descobrimento do Brasil, quando eles ainda estavam livremente em todas as partes. "Hoje, a Funai não permite mais que os missionários abram novas frentes de serviço religioso, o que aliena o missionário do convívio oficial".</p> <p>"As vezes" — acrescentou — "parece até uma ironia</p>

*Arquivo do Brasil 25-6-77*

*Pasta FUNAI*

PT 1025C.122



tegração do índio na civilização, quando deveria ser o contrário: os índios deveriam dar lições de civilização”.

## RESPEITO

“O que estamos percebendo nesse encontro de Pastoral Indigenista” — declarou D Pedro Casaldáliga — “é que o problema premente do índio é a terra. Peço que as reservas, onde os índios têm legítimo e soberano direito, sejam de fato respeitadas, rigorosamente respeitadas”.

Pediu o reconhecimento da originalidade e da identidade da cultura do índio, pois, no seu entender, eles são tratados como os que precisam de alguma coisa, como os coitados, os pobres, os incapazes. “Quando reconhecemos a originalidade soberana, a identidade e o pleno direito de cada cultura, de cada povo, estamos, de fato, reconhecendo os direitos humanos dos povos indígenas”.

D Pedro Casaldáliga explicou que a Igreja atua em três linhas de visão na Amazônia: a tradicional catequizadora, a assistencialista ou paternalista e a da encarnação da realidade e libertação, que é defendida pelos “melhores missionários em termos de consciência crítica e de compromisso global, sem se considerar que todos têm a melhor boa vontade”.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;">O ESTADO DE S. PAULO - 17 -</p> <p style="text-align: center;">29/06/77</p> <h2 style="text-align: center;">Denúncia de índios movimentada federais</h2> <p><b>Do correspondente e da sucursal</b></p> <p>A delegacia da Polícia Federal em Florianópolis enviou ontem cedo uma equipe de agentes para a região de Ibirama, com a missão de apurar a denúncia de que os índios xokleng estão tendo suas terras invadidas por uma indústria madeireira. Uma delegação desses índios, que foi a Florianópolis para relatar a situação à Polícia Federal, informou que a indústria está retirando madeira de sua reserva, o que só teria sido descoberto pela tribo no dia 11 deste mês.</p> <p>Na ocasião, segundo a denúncia, os índios foram até o local do desmatamento, distante 30 quilômetros do núcleo principal da aldeia, e verificaram que os madeireiros haviam derrubado uma grande quantidade de árvores e aberto uma estrada de sete quilômetros dentro da mata virgem. O cacique Voia Paté, seu imediato Aristides Kriri e mais sete membros da comunidade prenderam os seis empregados da madeireira Tost, de Ibirama, e não permitiram que eles retirassem o trator, o caminhão e as duas serras até que esclarecessem de quem haviam obtido ordem para a derrubada das árvores. Vários episódios se seguiram, até que os índios resolveram denunciar à Polícia Federal e ao governo do Estado o que estava ocorrendo. Eles retiveram o trator e guardaram a chave, prometendo não devolvê-la até que surja uma solução, que deverá incluir indenização pelas árvores derrubadas.</p> <p>Dias depois, o chefe do posto da Funai na área, Ari Martins, foi a Curitiba, comunicar a seu superior o que tinha acontecido. Os índios acusam Ari de cumplicidade com os invasores.</p> <p>Uma reunião discutiu os fatos a acontecer com alguns membros da sua comunidade, e todos chegaram a uma decisão: querem a emancipação da condição de índios. Segundo a legislação vigente, o índio é considerado incapaz juridicamente. Por isso, alegam que têm título de eleitor, carteira de identidade e sabem ler e escrever, portanto "queremos ser livres". Além disso, os índios querem que suas terras sejam divididas em lotes e distribuídas entre os moradores da reserva. Assim, acreditam, deixarão de ser espoliados pela própria Funai. "Não temos condições de fazer as nossas próprias roças e vender o que for produzido", reclama Edi Pripra, 24 anos.</p> <p>Anteontem, em Brasília, o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, declarou que a decisão da tribo xokleng, de pedir emancipação, resultaria de pressões exercidas sobre eles por madeireiros. Ismarth disse que a exploração da madeira na área dos índios passou a ser feita pela Funai e que, com isso, os madeireiros, que antes costumavam ludibriá-los, sentiram-se prejudicados. Agora, segundo o presidente da Funai, querem que o grupo obtenha a emancipação, pois, sem a tutela da Funai, os índios "podem ser mais facilmente explorados".</p> <p style="text-align: right;">Pasta FUNAI</p>

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

87

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Funai deixa tribo incendiar cabanas de grupo invasor</b> <i>O Estado de São Paulo - 29/06/77</i></p> <p>Com autorização da Funai, índios da tribo Tembê queimaram 15 choupanas de colonos, construídas perto de sua aldeia e no interior da reserva que ocupam, na região nordeste do Pará, quase na divisa com o Maranhão. A informação foi fornecida por técnicos da Funai em Belém, após a chegada de alguns dos integrantes de uma equipe que foi à área para afastar os invasores das proximidades da aldeia.</p> <p>A delegação da Funai, integrada também por soldados da Polícia Militar e agentes da Polícia Federal, permitiu a queima dos "tapiris" — como são chamadas as precárias choupanas construídas por colonos para se abrigarem enquanto trabalham nas roças — como uma "advertência" aos invasores. Os casebres estavam vazios, pois são utilizados somente na época de colheita. Os invasores já no ano passado haviam sido advertidos para colherem sua safra e retirarem-se da área, que pertence aos 230 índios tembés. Mas eles persistiram e então a Funai enviou uma equipe, que apoiou os índios na retirada das palhoças situadas ao redor da aldeia. Os funcionários da Funai dizem que há outros "tapiris" e muito mais invasores, "porém por enquanto nós estávamos interessados apenas em garantir uma área mínima para a vida normal dos índios".</p> <p>Ainda esta semana, a delegação regional da Funai vai enviar a Brasília um relatório sobre o caso, sugerindo a constituição de uma outra equipe mais numerosa para pelo menos garantir a sobrevivência dos índios. Segundo os funcionários da Funai, a tribo está inquieta e revoltada com os constantes conflitos com os brancos que invadem sua reserva.</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta FUNAI</i></p>

PT 1025C. 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Denúncia é contra Funai</b></p> <p>BELÉM - (AE — O ESTADO) - O governador Aloysio Chaves, do Pará, denunciou em nota distribuída por sua assessoria de imprensa, a ação da Delegacia Regional da Funai, no caso da reserva dos índios Tembê, autorizando que os índios queimassem 15 barracos de colonos, construídos próximos a reserva localizada a Nordeste de Belém. Segundo Chaves, essa medida teria criado "conflitos sociais que devem ser eliminados". O governador paraense afirma ainda que existem apenas de 50 a 60 índios, "em extinção", na reserva, e não 230, como afirmou a Funai.</p> <p>Junto com a nota, a assessoria do governo do Pará distribuiu a cópia de um telex enviado por Aloysio Chaves ao ministro Rangel Reis, do Interior, onde denuncia a ocorrência de "novos incidentes" na reserva dos Tembê, onde a operação organizada pela Funai, com o apoio da Polícia Federal e elementos da Polícia Militar do Estado, procurou retirar da área os colônios ali estabelecidos.</p> <p>"Segundo informações do delegado regional da Funai - acrescentou o governador - os índios teriam incendiado algumas instalações precárias dos colonos, que perderam o fruto de seu trabalho. Tais fatos permitem-me insistir mais uma vez na conveniente revisão da reserva indígena". A reserva dos Tembê está quase completamente invadida por colonos e até por fazendeiros e a Funai tem procurado afastar os invasores. Com revisão pedida pelo governador Aloysio Chaves, a reserva poderia ser diminuída ainda mais. Atualmente ocupada uma área de 2.030 quilômetros quadrados, doada em 1945 pelo então governador Magalhães Barata. Este é o quinto conflito entre índios e brancos na região.</p> <p style="text-align: right;"><i>O Estado do Paraense 1-7-74</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Carta FUNAI</i></p>

PT 1025C 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

12

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>FUNAI AUTORIZA DESTRUIÇÃO DE BARRACOS</b></p> <p><i>Folha da memoria 1-7-74</i></p> <p>Os 15 barracos de colonos construídos próximo a uma reserva indígena dos Tembé e nordeste de Belém, foram queimados pelos índios com autorização da Funai, segundo afirmou o governador Altonio Chaves, do Pará. Em nota oficial, Chaves pôs toda a culpa dos conflitos sociais existentes na área na delegacia regional da Funai.</p> <p>Mesmo com a reserva já completamente invadida por fazendeiros e colonos, o governador do Pará ainda quer que a área dos índios seja reduzida. Em sua opinião, existem apenas 50 a 60 índios, "em extinção", embora a Funai informe que há 230 também na reserva.</p> <p>Em uma nota oficial distribuída ontem, Chaves insiste na "convencente revisão da reserva indígena". Com a nota, distribuiu a cópia de um telex enviado ao ministro do Interior, Paulo Reis, onde revela a existência de novos incidentes, onde a operação foi feita pela Funai, com o apoio da Polícia Federal e elementos da Polícia Militar do Estado, procurou retirar da área os colonos ali estabelecidos". Esse é o quinto conflito entre brancos e índios na região.</p>

*Nota FUNAI*

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

16

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>DIÁRIO DO PARANÁ 6-7-44</p> <p><b>Índios defendem as árvores no Vale do Guaporé</b></p> <p>BRASILIA - Os índios Wasusu, que habitam terras no Vale do Guaporé, na região fronteira Brasil-Bolívia, no Mato Grosso, tomaram a defesa das árvores da região contra empregados da Fazenda Garibaldi, que promoviam o desmatamento de área de sua propriedade. O fato foi comunicado à FUNAI pelo responsável do Projeto Nambikwara, destinado a demarcar a reserva daqueles grupos tribais em área já em parte interdita.</p> <p>Ao tomar conhecimento dos incidentes, o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, dirigiu ofício ao presidente do IBDF, Paulo Azevedo Berutti, solicitando providências no sentido de que as autorizações para derrubada de árvores no Vale do Guaporé fiquem condicionadas à emissão de certidão negativa pela FUNAI.</p> <p><b>DERRUBADA</b></p> <p>Acredita-se que o proprietário da fazenda, prevendo a próxima demarcação da área, teria obtido autorização para a derrubada de árvores localizadas dentro de sua propriedade, na qual porém habitam os Wasusu, que rejeitam a pretensão.</p> <p>Em resposta ao ofício da FUNAI, o presidente do IBDF comunicou que acolheu o pedido e deu a delegacia regional do IBDF em Cuiabá, instruções para proceder de acordo com a solicitação.</p> <p><i>Paeta FUNAI</i></p>

PT 1025 c. 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

89

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Descobre 12 aldeias indígenas</b></p> <p>Nos últimos dias a equipe da Funai que estava explorando o Território Indígena, para obter um levantamento de todas as aldeias ocupadas pelos índios da região, para delimitar uma reserva na região, já descobriu 12 novas aldeias.</p> <p>Além disso, a equipe descobriu a existência de uma zona de garimpo na região de Sarubai, o que demonstra que os yanomama tem o mesmo de serem catalogados. A Funai, já enfrenta o problema da concorrência de homens brancos no lugar onde vivem.</p>

FOLHA DE SÃO PAULO 8-V-77

Pasta FUNAI

# Anta chega ao índio

NOME: \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_

RESIDÊNCIA: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

*P. Foster  
F. U. INPA*

O sonho de Aripuanã, Mato Grosso, é o desafio de desenvolver uma comunidade amazônica que, orientada por grupos de cientistas das mais diversas especialidades, busca formas de produção em harmonia com a natureza — encontrou um de seus obstáculos na crise que atingiu a economia mundial a partir do final de 1973, em consequência da alta dos preços do petróleo. Com uma frase que poderia resumir um capítulo da história de Aripuanã — “De como o petróleo atingiu o índio” —, o diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Warwick Estêvão Kerr, definiu assim a situação do projeto, ontem, em entrevista exclusiva a O Estado, após sua participação no simpósio sobre o tema, na 29ª reunião da SBPC. O diretor do INPA, órgão subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas Tecnológicas (CNPq), e responsável pela execução do projeto, apontou o declínio das verbas destinadas a Aripuanã — de 24 milhões de cruzeiros em 1975 para 12,6 em 1976 e 10 milhões este ano — como um reflexo da austeridade imposta à economia brasileira pela crise internacional.

Kerr, que prevê para outubro o esgotamento do atual orçamento do projeto — mas confia numa suplementação —, foi o único orador do simpósio “Aripuanã”, constante da Seção E.1. (Ciências do meio ambiente/Ecologia) da programação de ontem da SBPC. Das 9 horas ao meio-dia, sozinho, ele fez sua exposição e respondeu a perguntas de um auditório de cerca de 50 pessoas, na sala 56 do prédio novo da PUC. É que não compareceu nenhum dos demais estudiosos cuja participação era prevista: Pedro de Andrade e M. Benincasa, ambos da Universidade Estadual Paulista, José G. Tundisi, da Universidade Federal de São Carlos, M. A. Z. Hahuz, do Instituto de Pesquisa Tecnológica, e o convidado especial José Dion de Mello Teles, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O projeto Aripuanã é um dos três campos de pesquisa do INPA — os outros dois são os de Manaus e o de Belém. E, como Kerr concilia a direção geral do Instituto com a do campo de Manaus, isso o levou a dar, em sua exposição, uma visão não exclusivamente de Aripuanã, mas também da realidade global da Amazônia.

### MELHORIA

Para Aripuanã, a melhoria de perspectivas diante da recente divisão territorial de Mato Grosso, em cujas terras (do Estado que surgiu ao norte) se localiza o projeto, nos limites

posição de se tornar um Estado que pode viver cientificamente”, declarou no simpósio. Mas mencionou como possível obstáculo o perigo de se querer “copiar São Paulo, copiar a megalópolis”. Com isso, criticou “alguns, que queriam ver logo uma superpopulação em Aripuanã”, quando o importante “é ter pouca gente, mas feliz”.

Se for incentivada “uma invasão” — a concentração de população excessiva —, ele teme que Aripuanã repita a situação atual do Sul da Amazônia, onde “tudo está sendo reduzido a pasto”. E raciocina: “Se os estímulos fiscais são dados a paulistas, mineiros ou gaúchos que chegam ali, destroem a floresta, criam o gado e depois o vendem para o estrangeiro, o que sobra para nós? Eu costumo dizer que sobra só o berro”.

O diretor do INPA repetiu, a propósito, uma frase comum na boca do caboclo amazense: “Onde entra o boi, o homem sai”. E afirmou que a chegada das grandes empresas pecuárias força a retirada do trabalhador rural, correspondendo a um sintomático aumento das zonas de favelas em Cuiabá, Manaus e Belém.

### AVENTURAS

Aos pesquisadores de Aripuanã, são justamente certas dificuldades à realização do trabalho que costumam conferir um tipo de emoção sem o qual muitos não teriam o mesmo entusiasmo. “Somos o último grupo de cientistas aventureiros do mundo”, proclama Warwick Kerr. E não tem faltado experiências capazes de saciar esse anseio, como revelou o diretor do INPA. Recentemente, uma expedição viu-se cercada por um bando de índios, que se mostrou amistoso porque havia mulheres entre os brancos — um convincente sinal de paz.



porém, das moças do grupo não se despiu, pois queriam ver até que ponto ela era “diferente”. Uma curiosidade que começava no fato de a jovem ser loira, o que justificara incomum interesse, enquanto outra cientista — uma nissei e, portanto, de características físicas não tão diferenciadas dos traços indígenas — passou quase despercebida. Constatado pelo bando que a jovem era “normal”, a vítima da curiosidade, dias depois, passou a ser seu noivo. Os índios não entendiam por que o casal andava de mãos dadas e se abstinha da prática sexual ostensiva. Por isso, queriam, de todo jeito, que o noivo se desnudasse, para desfazerem uma dúvida que se impunha a sua lógica: devia haver algo errado com ele.

### RESULTADOS

Kerr considera inteiramente satisfatórios os resultados científicos até agora obtidos por Aripuanã. A situação hoje, segundo ele, é bem diferente da de 1975, quando o projeto viveu uma crise, “porque um dos administradores era péssimo”. Criado há cinco anos pela Universidade Federal de Mato Grosso, o Aripuanã depois de várias dificuldades, foi entregue ao INPA em abril de 1975.

Warwick Kerr cita como exemplo de resultados das pesquisas o desenvolvimento de uma variedade de cubio — planta da mesma família do tomate — que, em três gerações, teve um aumento de volume de 400 por cento. A maior conquista porém, foi no campo da educação, depois que um agrônomo — o próprio Kerr —, a psicóloga Geraldina Porto Witter e o biólogo Osório Fonseca elaboraram a Cartilha da Amazônia.

Adaptada à realidade local e com a preocupação de não incluir nenhuma “frase oca” — em vez de “O mesmo comer atrás da bola”, observa Kerr, a Cartilha da Amazônia diz que “o pato tem óleo nas penas e, se a gente passar sabão, ele afunda na água” —, a obra tem oferecido resultados animadores, em comparações feitas com oito congêneres. Num teste que envolveu mais de 12 mil crianças, a nova cartilha revelou um índice de evasão escolar de apenas 3 por cento, contra 11 por cento da segunda colocada; e um teor de informações científicas 4 mil vezes superior ao da segunda. O professor que ficou no primeiro lugar, o professor [nome não legível], da Unicamp, de [nome não legível] está elaborando, a pedido do INPA, uma cartilha de matemática adaptada à Amazônia.



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

67

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>O Estado de S. Paulo 8-7-77</p> <div data-bbox="789 645 1486 939"><h3>Funai executará programa para salvar parakanãs</h3></div> <p><b>Da sucursal de BRÁSILIA</b></p> <p>A Funai deverá designar o antropólogo Antônio Carlos Magalhães para a realização de um amplo programa junto à comunidade indígena parakanã, do Pará, ameaçada pela proximidade da rodovia Transamazônica e pela inundação de parte de sua reserva pela barragem de Tucuruí.</p> <p>O antropólogo verificará a possibilidade de demarcação de nova reserva para o grupo, mais ao Norte da área a ser inundada, com as mesmas características do habitat natural, segundo entendimentos mantidos ontem com o presidente da Funai.</p> <p>Em recente trabalho, o antropólogo da USP, que já realizou uma ampla pesquisa junto a esta comunidade, denunciou a omissão da Funai na área, da qual resultaram sérios problemas para os índios, como a descaracterização da cultura tribal e a ocorrência de epidemias devido ao contato indiscriminado com o branco.</p> <p><b>DENÚNCIA</b></p> <p>O antropólogo da Funai, da delegacia da Funai, com sede em Belém, por ter sido mitido a transferência de toda uma aldeia, ainda em contato recente com a civilização — os índios foram atraídos pelos sertanistas</p> <p>pela primeira vez em 1970 —, para junto do posto indígena.</p> <p>Esta mudança, segundo Magalhães, ocasionou sérias modificações nos costumes tribais, pois o chefe do posto proibiu a realização de uma série de rituais. Para o antropólogo, caso a Funai não mude os métodos de seu trabalho na área, os índios parakanã muito em breve se transformarão em mendigos, a exemplo de outros indígenas, pois já frequentam a rodovia Transamazônica.</p> <p><b>NOVOS GRUPOS</b></p> <p>Doze aldeias de índios Ianomani, que não constavam até hoje de nenhum mapa, foram localizadas pelas equipes da Funai encarregadas de fazer um levantamento de toda a área ocupada por estes índios, calculados em 6 mil, que vivem em Roraima.</p> <p>Durante a próxima semana, os técnicos da Funai continuarão sobrevoando a área Ianomani, a fim de completar o reconhecimento do terreno e passar à etapa seguinte, que será a delimitação e posterior demarcação das terras.</p> <p>Os ianomani, um dos maiores grupamentos indígenas brasileiros, pertencem ao grupo linguístico xikina, com vários subgrupos, dos quais alguns recentemente contactados pelos sertanistas da Funai.</p> <p style="text-align: right;">Pastor FUNAI</p>

PT 10255.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

20

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL</p> <p style="text-align: center;"><i>Localizadas aldeias dos yanoamas</i></p> <p>BRASILIA (Sucursal) — As equipes da Funai que procedem o levantamento in- dígena de Roraima localiz- zaram, nos últimos dias, 12 aldeias de Yanoamas, que até o momento permaneciam desconhecidas. A informação foi prestada pelo gabinete do presidente do órgão que or- denou a imediata demar- cação da área.</p> <p>Os yanoamas habitam terras que vão desde a fron- teira com a Venezuela a nor- te de Roraima, até a zona de influência da Rodovia Petrópolis Norte, entre os municípios de Ajarani, local e as áreas protegidas pelas fronteiras pioneiras da região.</p> <p>A população indígena indios soma cerca de 10 mil pessoas de tronca linguística xirianá.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posto FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

21

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Funai tem verba extra</b></p> <p>BRASILIA (Secur) - A Funai conseguiu 40 milhões de cruzeiros em recursos extra-orçamentários para continuar o trabalho de demarcação de terras e executar os projetos de subsistência de comunidades indígenas. A verba foi obtida através do Ministério do Interior, após o encontro entre o general Ismarth de Oliveira e o ministro Rangel Reis.</p> <p>Segundo Ismarth, as terras a serem demarcadas constituem cerca de dois milhões de hectares, que deverão ser delimitados até o próximo ano.</p> <p><b>XOKLEN</b></p> <p>Ao deixar o gabinete do ministro, Ismarth declarou-se contra a emancipação dos índios xoklen, do Paraná. Na sua opinião, aqueles índios não têm autonomia econômica e o local onde vivem, Ibirama, é uma área muito cobiçada por empresas madeireiras.</p> <p>Acrescentou que a Funai irá mandar um antropólogo à região para determinar as verdadeiras razões do pedido de emancipação.</p> <p><b>SUSPEITA</b></p> <p>As pontas de flecha de osso de macaco encontradas no cadáver do colono Pedro Brito Furtado são, até agora, as únicas provas da Funai para as suspeitas dos índios araras, como autores de sua morte. No entanto, após a morte do colono, presume-se que os índios tenham se internado no mato. Uma equipe chefiada pelo sertanista Afonso Alves já saiu a procura dos arara. A missão pretende colocar os índios sob a supervisão da Funai. Desde que os arara perderam suas terras, que eles vêm perambulando, informam os membros da equipe.</p>

FOLHA DE SÃO PAULO 9-7-77

Pastor FUNAI

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

92

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

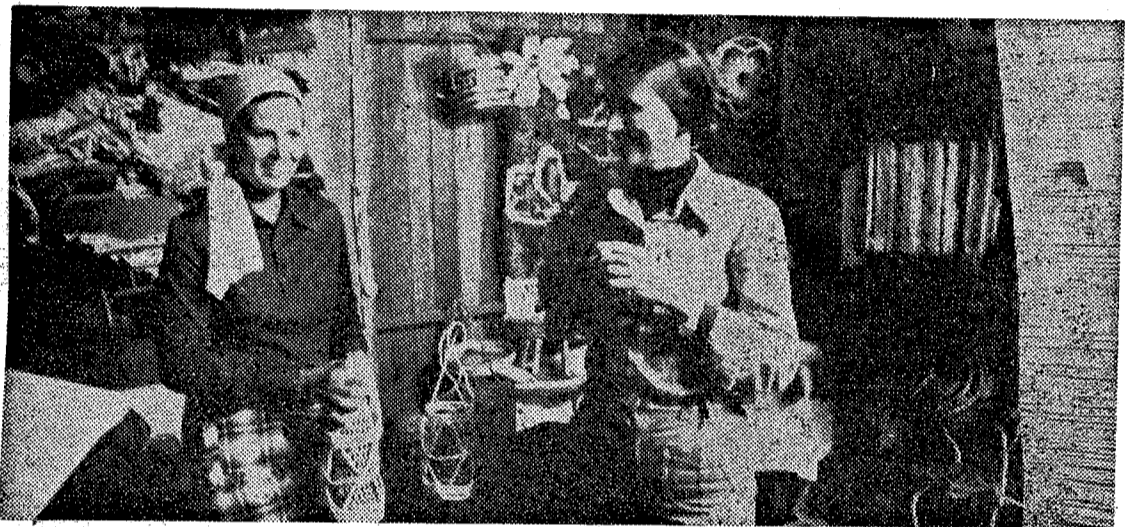
RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p data-bbox="921 982 1466 1023">JORNAL DO BRASIL <input type="checkbox"/> C. ...., 14/7/77</p> <p data-bbox="859 1175 1420 1216"><b>Funai inclui 19 mil índios no PNS</b></p> <p data-bbox="809 1228 1123 1625"><i>Brasília</i> — A pedido da Funai, o Programa de Nutrição e Saúde incluiu entre seus beneficiários cerca de 19 mil índios — gestantes, amas de leite e menores de seis anos — que a partir de agosto começam a receber cinco tipos de alimentos: arroz, açúcar, feijão, leite e óleo. O PNS atende às necessidades de baixa renda e tem uma clientela de 1 milhão 898 mil 158 pessoas em todo o país.</p> <p data-bbox="1148 1228 1462 1625">Para possibilitar o atendimento dos índios foi assinado convênio entre o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e a Funai, no valor de Cr\$ 5 milhões anuais. Uma das cláusulas obriga os silvicultores a desenvolverem roças de subsistência em "contrapartida" para a inclusão no PNS de um milhão de indígenas em todo o país.</p> <p data-bbox="1082 1697 1280 1842"><i>Pasta FUNAI</i></p>

PT 10255.122



Fazer cestos, a única opção que sobrou aos guaranis para sobreviver, sem terras.



Pouco auxílio e bons lucros com os índios, para o Centro Artesanal de Osório



Carai e a filha, limitados a viver em um galeão

# Índios fazem cestos. Mas é uma secretaria que lucra

Por Inácio B. Luiz Soares

Há dois meses uma tribo de 20 índios guaranis está vivendo numa das cocheiras do Parque do Rodeio, a dois quilômetros de Osório. O parque é da Prefeitura, e eles foram levados para ali por uma funcionária do Centro Artesanal da Secretaria de Turismo do município. A funcionária, Ivonete Godinho, prometeu ao chefe da tribo, Carai, que conseguiria um pedaço de terra para que ele e sua gente pudessem plantar. E, de maneira muito hábil, pediu a Carai que não falasse com o prefeito ou qualquer outra autoridade sobre o assunto. Isto, o próprio Carai contou. Ao mesmo tempo, Ivonete propôs um negócio: a tribo produziria cestos de bambu e venderia todos ao Centro Artesanal. Seria uma forma de obter renda para comprar alimentos, e Carai aceitou. Fazem 60 dias que Carai produz cestos para o Centro. Fazem 60 dias que Carai espera uma resposta sobre as terras. Há dois meses o Centro vende a turistas os cestos que Carai faz, por preços que são o dobro do que Carai recebe. Ontem, o presidente da ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio), Assis Hoffmann, definiu assim a situação: "É uma safadeza".

A tribo de Carai, como todas de seu povo, é nômade. Aqui começa a história (triste) de Carai. Em 1974 ele e os outros adultos da tribo colheram o milho, o feijão, o amendoim, a melancia e a batata doce que tinham plantado no ano anterior e saíram de Soberbo rumo ao Brasil. Soberbo é uma localidade da província argentina de Misiones, junto ao rio Pepiri Guazu (ou Peperiguassu) — um afluente do Uruguai que divide Santa Catarina da província. Carai saiu do Mato trazendo sementes de cada um dos produtos que havia colhido e a esperança de conseguir novas terras para plantá-las.

## TUDO É NOSSO

Não foi em Santa Catarina que Carai conseguiu terras. Então, começou a tentar mais para o sul. Mas também o sul não tinha terras para Carai. Carai diz: "Nóis somos dono das terras. Qualquer lugar que o Governo tem terra, tudo é nosso". Depois de aprender espanhol, Carai teve também que aprender português. E aprendeu com a gente simples do interior, com os mendingos debaixo das pontes, com os operários das vilas pobres de algumas cidades. Por isto Carai fala atravessado.

Prescindindo as terras que são suas e de seu povo, Carai acabou embaixo da ponte do rio Capivari, no município

de Osório. Ele, nove outros adultos e dez crianças com menos de dez anos. "Sofremo de frio, de miséria. Sofri muito lá", diz ele. "Nóis dormia nos capim, não tinha roupa. Entonce as águas começaro a subi". De maio ao fim de julho, quando vieram as enchentes, Carai e sua gente passaram fome e frio embaixo da ponte.

Foi neste ponto que começaram as relações de Carai como Centro Artesanal de Osório. Ivonete Godinho conta (a narração em forma de história inque "caminhava pela praça, certo dia fantil é textual), e vi os índios sentados num dos bancos. Estavam vendendo balaios. Conversei com eles e solicitei à Secretaria de Turismo que os apoiasse. Ai, começamos a trabalhar "juntos".

O secretário de Turismo do município, Eduardo Renda, conta que, a pedido de Ivonete, a Prefeitura enviou um caminhão à ponte do Capivari para transferir a tribo para o Parque do Rodeio. E, por incrível que pareça, declarou que uma professora do Centro passou a orientar os índios na confecção de cestos, quando o mais lógico e racional seria exatamente o contrário.

## DE 80 PARA 200

Mas Ronete Magrizzo, coordenadora do Centro Artesanal, explica, a seu modo, esta inversão de valores. Segundo

ela, "às vezes, eles fazem uma coisa que não estão vendendo". Então, ela ou Ivonete vão ao Parque Rodeio e ensinam à tribo qual é o tipo de cesto mais comercializável. Ronete dá até exemplos: os cestos coloridos de vermelho ou outras cores — que a tribo fazia há séculos, talvez — não tinham aceitação dos compradores. Então, elas disseram a Carai que ele deveria fazer os cestos com decoração em preto. "É a influência de Manaus", diz Ronete. "Lá, os índios só fazem assim". E Carai, hoje, está fazendo cestos exatamente iguais aos dos índios de Manaus.

O preço de cada cesto varia de acordo com seu tamanho ou tipo. Por um cesto médio, Carai diz que recebe do Centro Cr\$ 80,00. No Centro, um cesto idêntico, mostrado por Ronete, está custando "de Cr\$ 180,00 a Cr\$ 200,00". Com o que o lucro do Centro é muito superior a 100 por cento.

Ronete chegou a afirmar que a margem de lucro era de até 30 por cento, no máximo. Com esta informação, aliada à anterior (de que um cesto médio é revendido no Centro por Cr\$ 200,00), chega-se a conclusão de que Carai deveria receber Cr\$ 160,00 — o dobro do que recebe. Mas, para confirmar a veracidade da declaração de Carai, Ivonete, desprevenidamente, informou que o máximo que os índios recebem é Cr\$ 120,00. Isto, certamente, é o que é pago a eles pelos maiores cestos, que o Centro revende por Cr\$ 250,00 ou 300,00.

## "POUQUINHO DE COMIDA"

Ronete explica onde é empregado o dinheiro obtido com a revenda das peças do Centro Artesanal: nas despesas operacionais e na construção da nova sede. E diz que dentro de seis meses, talvez, o lucro seja repartido com os artesãos que produzem as peças. Se isto acontecer, os artesãos, vão ter muito bons lucros dentro de seis meses.

Enquanto isto não acontece, Carai diz que o dinheiro dos cestos "dá pra

comprar um pouquinho de comida". E se queixa: "Não posso vivê aqui, assim, num garpão. É uma pena que fiquemos aqui." Sobre as terras prometidas quando a tribo ainda estava embaixo da ponte, Carai diz: "Era mentira só pra lográ pobre. A Prefeitura tem bastante terra. Pra mim, pra pobre, tem terra". Ele quis falar diretamente com o prefeito nomeado de Osório (que é área de segurança), Jorge Dariva: "Eu queria falá, mas não me deixaro chegá".

Segundo ele, quem o aconselhou a esperar por uma solução mais algum tempo foi Inovete Godinho. Há dois meses Carai está esperando. E certamente vai esperar muito mais. O secretário de Turismo, Eduardo Renda, disse que vai consultar a Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul sobre a possibilidade de alugar a tribo num dos terrenos da faixa de Marinha no município.

Renda tem uma explicação patética para toda a demora de ação. Segundo ele, nestes dois meses a Secretaria esteve "tomando pé" da situação dos índios, e até agora não sabia bem o que eles queriam realmente. O secretário demonstra, com isto, desconhecer o fato de que Carai fala português. Pode não falar muito bem, sem toda a adjetivação que certos administradores gostam tanto de ouvir, mas fala. E em 15 minutos ou menos explica tudo o que quer. Carai mesmo disse: "Eles já sabe tudo como é que tá índio".

O presidente da ANAI, Assis Hoffmann, disse o que pensa da situação dos guaranis de Osório: "Acho que estão usando os índios como atrativo. Eu acho isso uma safadeza". Para ele, o lucro que o Centro Artesanal de Osório vem tendo com a venda dos cestos "é deplorável. Explorar índio é demais, não é?" Hoffmann disse que amanhã às 20 horas, quando a diretoria da ANAI vai realizar sua reunião semanal, exporá a situação de Carai e sua tribo. Pode ser que surja uma solução até o final da semana.

Secretaria de Segurança Pública

11-8-77  
JORNAL DO BRASIL

Política e Social

29

NOME: .....  
FILIAÇÃO: .....  
RESIDÊNCIA: .....

Pront. N.º .....

**Anai revela ilegalidade na Furo**

PANT. FUNAI

DATA	PROC	HISTÓRICO
		<p><b>Porto Alegre</b> — A Associação Nacional de Proteção ao Índio (Anai), oficiou, ontem, ao presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, solicitando a intervenção no posto indígena de Nonoai, onde se registram inúmeras irregularidades, entre as quais a conivência do chefe do Posto com empresas madeireiras, que furavam pinheiros, inserindo sal nos buracos para matar e, posteriormente, cortar as árvores.</p> <p>As irregularidades foram constatadas por dois membros da Anai, segundo informou o presidente da Associação, Sr Assis Hoffmann, em visita ao Posto. O chefe do toldo, Lídio Dalalba é acusado, também, de continuar permitindo a invasão de grileiros e de estar envolvido no áfustamento do Delegado da Funai em Curitiba, há duas semanas.</p> <p><b>AUTUAÇÕES</b></p> <p>Há 15 dias, fiscais do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal autuaram diversas madeireiras que atuam na reserva, ilegalmente, e que comercializavam a madeira sem autorização do IBDF, ainda mais tratando-se de uma reserva indígena. Entre os documentos que a Anai obteve está uma autorização do General Ismarth de Oliveira, permitindo o chefe do Posto, Lídio Dalalba, a derrubada de pinheiros mortos. Para isso, as madeireiras, com a conivência do chefe do Posto de Nonoai, furavam os pinheiros, colocando nos orifícios sal, para desvitalizá-los e poder derrubá-los.</p> <p>A Anai também denuncia em sua carta, a compra ilegal de terras indígenas por empresas particulares, com documentos de venda de área que, por estarem em Nonoai, não poderiam ser negociadas. A invasão, por parte dos grileiros, continua na região, e a reserva de Nonoai, com pouco mais de 14 mil hectares, possui o dobro de área: uma comissão de inquérito da Assembléia Legislativa, em 1967, comprovou que o Governo gaúcho, em 1949, se apropriou de 14 mil hectares da reserva indígena, transformando-os em reserva florestal.</p>

PT 1025c.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

5  
g

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>PASTA: FUNAI</b></p> <p style="text-align: center;">JORNAL DO BRASIL <input type="checkbox"/> Quinta-feira, 11/8/77 <input type="checkbox"/></p> <p><b>Funai dá razões para aculturar índio</b></p> <p>Belém — O delegado regional da Polícia, Coronel Antônio Nogueira, afirmou ontem que o índio, em seu estado primitivo, só tem interesse para os antropólogos. Ao mesmo tempo, sua aculturação é a medida de futura segurança da Nação. A porta da Funai disse, é introduzir o índio na sociedade, "como um cidadão, como um brasileiro que é".</p> <p>"O Governo quer evitar conflitos dentro da Nação — acrescentou — daí a intenção de introduzir o índio na sociedade, como pretensões de equacionar antecipadamente problemas como os verificamos na África, onde as comunidades diversificaram a nação e hoje cada qual procura sua independência".</p>

PT 1025c.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

26

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Na CPI do Índio, folha de Leo Kuper antropólogo faz críticas à Funai</b> 11/08/77</p> <p>BRASILIA (Sucursal) — Na opinião do antropólogo Julio César Melati, da Universidade de Brasília, "o trabalho de aculturação das tribos indígenas, desenvolvido pelos organismos governamentais, é uma política de conquista, porque, ao invés da integração, o que se consuma no final é a dominação." O professor fez esta afirmação ao prestar depoimento, ontem, na CPI do Índio.</p> <p>Ele explicou melhor o que entendia pelo trabalho de integração do índio à sociedade nacional, dizendo que a conquista nem sempre é intencional, que ela ocorre de fato, no englobamento do grupo menor pelo maior, ao fim do que, afirmou, "o índio fica sem a terra, sem seus valores culturais e pode chegar a desaparecer enquanto grupo distinto."</p> <p>Mais adiante, ele declarou acreditar que as atividades da Funai são desenvolvidas "para atender interesses maiores que não o dos grupos indígenas". E acrescentou: "Inúmeras tribos foram contactadas ou atraídas para a aculturação porque sua existência estava prejudicando a política de desenvolvimento, principalmente na região Amazônica, especialmente no que diz respeito à construção de rodovias e implantação de grandes empresas agropecuárias."</p> <p><b>LE MONDE</b></p> <p>A terceira crônica da série "As revoluções da Igreja brasileira" é publicada hoje, pelo jornal francês "Le Monde", sob o título "Para os índios, o direito à autodeterminação".</p> <p>O artigo cita declarações do sacerdote José de Mota, obtidas em Diamantino (MT), sobre o problema e afirma: "Os missionários — não menos uma parte deles — pensa que o índio deve ser tratado como ser responsável. E precisa ser tratado e incitá-lo para que tome conta de si mesmo."</p>

Posta  
FUNAI



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

29

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
	<p><i>Pasta FUNAI</i></p>	<p><i>Diário do PR.</i> <b>Funai sem condições de ajudar índio</b></p> <p>BRASÍLIA — A falta de recursos financeiros e de pessoal especializado vem impedindo a Funai — segundo a professora Neusa Maria dos Santos — de obedecer as recomendações mínimas da convenção 107, de Genebra, sobre a proteção e a integração das populações indígenas, promulgada pelo decreto 58.824/66, no governo Castelo Branco.</p> <p>Aos participantes do II Forum Nacional de Debates sobre Ciências Jurídicas e Sociais ela disse que o fator mais importante que se apresenta no momento, na questão indígena é este: "Sem dinheiro é impossível desenvolver projetos e sem recursos humanos não é possível, por exemplo, a realização de estudos de trabalhos de campo, num maior contato sócio-cultural com os índios".</p> <p>Suas sugestões foram duas: criação de uma cadeira sobre direitos dos índios nos cursos jurídicos e um "forum especial" no Distrito Federal, a semelhança do juizado de menores, para dirimir questões indígenas. Funcionando em Brasília, esse "forum" evitaria influências políticas regionais na condução dos problemas com os índios.</p> <p>A professora Neusa Maria dos Santos disse que o índio não pode continuar como um cidadão de segunda classe "o que, é uma falta de civismo por parte de diversos brasileiros".</p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

28

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;">12 8 74</p> <h3>Funai com verba para o Estado do Paraná</h3> <p>BRASÍLIA - (AJB — O ESTADO) - A falta de recursos financeiros e de pessoal especializado vem impedindo a Funai - segundo a professora Neusa Maria dos Santos - de obedecer as recomendações mínimas da convenção 107, de Genebra, sobre a proteção e a integração das populações indígenas, promulgada pelo Decreto 58.826/64, do governo Castelo Branco. Aos participantes do II Forum Nacional de Debates sobre Ciências Jurídicas e Sociais ela disse que o fator mais importante que se apresenta no momento a questão indígena é este: "é impossível desenvolver trabalhos de estudos de trabalho de "num maior contato sócio-cultural com os índios".</p> <p>Suas sugestões foram duas: criações de uma cadeira sobre direitos dos índios nos cursos jurídicos e um "forum especial" no Distrito Federal, à semelhança do Juizado de Menores, para dirimir questões indígenas. Funcionando em Brasília, esse "forum" evitaria influências políticas regionais na condução dos problemas com os índios. A professora Neusa Maria dos Santos disse que o índio não pode continuar como um cidadão de segunda classe - "o que, data venia, é uma falta de civismo por parte de diversos brasileiros".</p> <p>Na sua opinião, a emancipação dos grupos indígenas deve ser precedida de muitos cuidados para não se repita o que ocorreu com os escravos quando da abolição. A falta de educação dos índios, a resistência, combinada com a ideologia que dava preferência ao trabalho dos imigrantes europeus, levou os ex-escravos à marginalização."</p> <p style="text-align: center;">Boa FUNAI</p>

Catiti Catiti  
Imara Notia  
Notia Imara  
Ipeju.

(Lua Nova, Lua Nova,  
assopra em alguem  
lembranças de mim.)

# LEITURA

## LEITOR:

No alto da página está um poema nheengatu, que aparece no Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, em 1928.

O poeta de hoje é o mineiro João Batista Jorge Neto. Ele é mais um dos que aparecem aqui confirmando que a poesia brasileira continua viva e se desenvolvendo. Aqui vão alguns esclarecimentos dele para compreensão de seu poema Canto Aos Índios Chacinados Às Margens Do Indaiá:

Inaiá, inajá, najá, perinã, ini'ya — esses cinco

substantivos tem o mesmo significado de indaiá que antes de tudo, é uma palmeira, porém eu faço uso deles como nome de um rio não muito distante da minha cidade, São Gotardo.

Piá é coração em tupi, mas também, como é costume entre os índios, é usado como pronome de tratamento para crianças, carinhosamente.

Piracicabas são as cachoeiras intransponíveis que cercam os peixes que sobem para a desova.

Uiraunas são pássaros-pretos como também arumará.

Nhambu é o pássaro que nhambula, vaga: nhambulador seria o que está sempre andando-sem-saber-pra-que.

Panema é triste.

Juçana-juripiara, uma armadilha que chamamos laço e que surpreende a presa pelo pescoço.

Embeaxió é uma flauta indígena.

Jucá é matar, dito como grito de ordem.

Piranga, ao mesmo tempo que significa vermelho, também significa pobre, roto.

ONº 2



amar de medo  
e  
amar de noite  
e  
amar de vileza  
e  
amar de fraqueza  
e  
amar de covardia  
e  
amar negramente  
e  
amar porcamente

e amar e amar e amar

e  
amar o amor reles  
e  
amar o amor sujo  
e  
amar o amor nojo

e  
amar o amor podre  
dos punhais  
dos olhos obtusos

e  
amar de odio

e  
amar aos gritos de desordem

e  
amar os catilhões das vidas  
suicidas

e amar e amar e amar

e  
amar nossos cadáveres  
e amar nossos corações sangrentos  
arrebataos pelas presas do cão  
hidrófobo  
vadio  
e

amar e amar e amar

e  
amar sem ter mais forças  
e  
amar o amor dos cabisbaixos  
e  
amar o amor dos mutilados  
e  
amar o amor dos desvalidos  
e  
amar o amor dos desgraçados  
e  
amar o amor dos desolados  
e  
amar o amor dos imorais  
e  
amar o amor dos anormais  
e  
amar os fetos abortados  
mais que a filhos

e  
amar as baizezas profanas  
das palavras mundanas  
que habitam bordéis  
como se fossem bocas

e  
amar essas bocas



## Canto Aos Índios Chacinados Às Margens Do Indaiá

inaiá  
inajá  
najá  
perinã

ini'ya:

12  
12  
24  
12x  
14400

nhambulador panema  
como quem tem asas e penas  
na juçana-juripiara

"aru aru mará"  
em meu coração de pia  
respira a embeaxió

Indaiá

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

30

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA

*Procurador FUNAI*

### FUNAI Índio não tem lugar em nossa sociedade, afirma Villas Boas

BRASILIA, (Sucursal) — “Não há lugar para o índio em nossa sociedade. Nós não temos condições de levar nossa cultura aos índios porque eles são uma sociedade estável, equilibrada, que se dá ao luxo de viver sem chefes”. Com isso, o sertanista Orlando Villas Boas, em depoimento prestado na CPI do Sistema Fundiário, respondeu à crítica do deputado Siqueira Campos, à manutenção de índios em suas reservas.

O deputado Siqueira Campos, da Arena goiana, criticou violentamente a política adotada para o Parque Indígena do Xingu, dizendo: “sou contra aqueles que pretendem manter o índio isolado em sua miséria, ridiculamente vestido de tangas e com madeira nos lábios, para expô-lo a estudos de etnólogos suecos e dinamarqueses ou explorá-los turisticamente”.

Segundo o parlamentar, existem etnólogos e sertanistas “fazendo média em cima da Funai”. Siqueira Campos acrescentou que, como representante de eleitores da área indígena, sabe muito bem que a aspiração do índio é evoluir, melhorar de condições de vida.

O parlamentar continuou dizendo que era favorável a incorporação do índio à força produtiva, pela constituição de cooperativas tribais. Em resposta, Villas Boas disse também concordar com a idéia, desde que, para ela ser executada, não houvesse esfacelamento tribal.

Orlando Villas Boas declarou à CPI não ter conhecimento de qualquer invasão de terras pertencentes ao Parque Nacional do Xingu, assinalando que a área não foi invadida porque é “paupérrima” em minérios, borracha e castanha.

#### INCIDENTE

Outro incidente, como tem sido a praxe das últimas reuniões, marcou o depoimento do sertanista ontem. O advogado Armando Conceição, que representa interesses de grupos econômicos de São Paulo e está em litígio judicial com a Funai e com os irmãos Villas Boas, por terem incluído terras que afirma serem de sua propriedade na área do Parque, tentou fazer com que deputados oposicionistas interpelassem o depoente com perguntas por ele elaboradas.

Um dos deputados por ele abordado foi Rui Brito, de São Paulo, que, na reunião, disse ter recebido as perguntas e, por não se mostrar disposto a usá-las na interpeção, ouviu grosserias do advogado contrariado em seus interesses. Pouco antes, tendo o sertanista notado a presença do advogado e a sua proximidade ao deputado que o interpelava, indagou do presidente se o advogado era membro da Comissão. As duas reclamações foram o presidente da CPI, General Siqueira, a solidificar a posição do advogado, por permissão do depoente.

FOLHA DE SAO PAULO

Paulo 24-8-72

PT 1025C. 122

NOME: .....  
FILIAÇÃO: .....  
RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCE

PASTA FUNAI



General Ismarth de Oliveira, presidente da Funai.

### *Para a Funai, empresas não ameaçam índios*

**JOSÉ ROBERTO FECURY**  
Da Sucursal de Brasília

“Ao contrário do que a maioria das pessoas pensa, a grande ameaça às áreas indígenas não é representada pelas grandes empresas agropecuárias, beneficiadas por incentivos fiscais da Sudam, mas pelos posseiros que se instalam dentro dos limites das reservas”. A afirmação foi feita à “Folha” pelo presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, ao falar sobre os principais problemas do índio e das medidas que o órgão indigenista oficial está tomando para solucioná-los.

Disse que “se houver sinceridade de propósitos, onde o objetivo principal seja o índio, e sem uma atuação que tem se caracterizado, até agora, pela crítica pura e simples, não só contra a atuação da Funai, mas a ministros de Estado, a Funai estará disposta a dialogar com o Conselho Indigenista Missionário”, principal defensor da tese de que as agropecuárias da Amazônia estão invadindo as terras indígenas sem que seja tomada nenhuma iniciativa para conter esse avanço.

Para o general, a atuação do CIMI é “destrutiva”. Ele argumenta que “construir é reunir as dioceses com os índios e a Funai, para encontrar soluções”, anunciando, assim, um encontro que terá entre os dias 1.º e 7 de setembro com os bispos de Miranda, Campo Grande e Corumbá, que têm como prelado d. Ladislaw, presidente dos trabalhos.

Ao comentar críticas formuladas à Funai durante uma reunião de índios e antropólogos de todos os países das Américas, que não contou com a participação de índios nem funcionários brasileiros, o presidente da Funai revelou que não tomou conhecimento da iniciativa, assinalando que “se chegasse um convite iríamos ver qual seria o objetivo da reunião”. Explicou que o Brasil é diferente dos outros países pela diversidade de grupos indígenas: “Seria difícil mandar um índio que pudesse apresentar todos os outros”.

Depois de assinalar que não procedem as reclamações à tutela da legislação impõe ao índio, o general disse que “não impede muita coisa. No Brasil, há índios eleitores” (só em Taunay eles chegam a 700). Há os que fizeram serviço militar, e essas coisas não impedem. Aqui, o índio se locomove para onde quer, e ninguém impede”.

Evitando uma crítica direta aos irmãos Villas-Boas, que pregam a manutenção do “status quo” indígena em reservas, em perfeita contradição com o estatuto, Ismarth acentuou que “preservação e integração são compatíveis. O Parque do Xingú foi um trabalho exclusivamente para preservação, porque naquele tempo havia possibilidade de dar-se a esse luxo. Hoje em dia, o contato com a civilização é inevitável, e o trabalho da Funai é fazer com que a aproximação seja lenta. Daqui a 20 anos o parque do Xingú estará cercado de fazendas”.

“Enquanto não houver necessidade, os grupos desconhecidos continuarão desta maneira, pois só é preciso a aproximação quando os problemas começam a surgir, pois o índio sobrevive sem intervenção. Acho que não há incompatibilidade entre preservação e integração porque a aculturação é a troca de costumes. Quando houver a integração do índio à comunidade nacional, muitos costumes serão preservados simplesmente pela permuta. A nossa missão é preparar o índio para este encontro”.

“Não houve encolhimento nas reservas indígenas, o que houve foi diminuição, como na reserva de Itapiuna, onde não existiam mais índios. O grande problema é a definição de reservas, que estamos tentando fazer na Amazônia antes que as frentes de ocupação cheguem. Há, porém, invasões de posseiros nas reservas de Xerente e Apinagê, em Goiás. Nos dois casos estamos com ação na Justiça contra os invasores”.

O argumento do general de que as fazendas não entram em terras indígenas se baseia no convênio firmado entre a Funai, a Sudam, e os bancos da Amazônia e do Brasil, segundo o qual nenhum financiamento agropecuário é concedido sem certidão negativa fornecida pela Fu-

PT 1025c.12

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

38

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

FOLHA DE SÃO  
DALDO 31-8-77  
NACIONAL - 7

DATA	PROCEDÊN
	<p><b>Presidente da Funai na reunião do Cimi</b></p> <p>BRASILIA (Sucursal) — Acompanhado de toda a diretoria do órgão, o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, viaja hoje de manhã para Mato Grosso, com a finalidade de participar do II Encontro Pastoral Indigenista Missionário, que se realizará em Dourados. O programa da viagem prevê, entre hoje e o dia 7, inspeção à sede da 9.ª Delegacia Regional da Funai, com todos os seus postos, e contatos com várias autoridades, entre elas, o comandante da 9.ª Região Militar, general Marcondes Filho, o superintendente regional da Polícia Federal, o chefe da Agência local do Serviço Nacional de Informações e o comandante da 4.ª Divisão de Cavalaria, em Campo Grande.</p> <p>Além dos três diretores da Funai e do chefe do gabinete, está incluído na comitiva o padre José Vicente Cezar, ex-presidente do Conselho Indigenista Missionário, que tem um bom relacionamento com a Funai. O sertanista Orlando Villas Boas, assessor do presidente, que havia sido convidado para a viagem, desistiu de acompanhar o general Ismarth ainda ontem, depois de uma reunião do Conselho Indigenista, do qual é membro.</p> <p>A iniciativa da promoção da reunião entre a Funai e os índios da região é atribuída aos bispos de Campo Grande, Corumbá e Miranda, além de outros religiosos da área. Os trabalhos serão presididos pelo bispo de Corumbá, D. Ladislau. O bispo de Dourados, D. Teobardo Leite, participará dos trabalhos apenas como observador.</p> <p><b>Índios com câncer</b></p> <p>BRASILIA (Sucursal) — O presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, admitiu ontem, no ministério do Interior, a existência do câncer entre as diversas tribos indígenas do país. Segundo afirmou, o contato com os brancos "e também um pouco de falta de higiene" são os principais fatores responsáveis pelo aparecimento da doença entre os índios.</p> <p>O comentário do presidente da Funai foi feito em razão de notícias de que 5 índias da tribo Bororó, no norte de Mato Grosso, haviam sido diagnosticadas com câncer no colo do útero. A doença, segundo médicos da região, foi provocada pelo processo de aculturação.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posto FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

33

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><i>Padre defende a "união dos índios"</i></p> <p style="text-align: center;"><small>Dos enviados especiais</small></p> <p>DOURADOS — O antropólogo, missionário, membro fundador do Cimi e professor da Universidade Federal do Amazonas, padre Casemiro Beksp, proclamou todos os índios do Brasil a se unirem para lutar por seus direitos, apontando essa coesão como condição fundamental para a manutenção das várias nações indígenas que se encontram, no momento, em processo de extinção. O apelo foi feito na abertura dos trabalhos do Encontro Indígena de Dourados, do qual participam além dos representantes Terena, Guarani e Caiwá, o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, os bispos de Campo Grande, Corumbá e o de Dourados, Teodardo Lutz, anfitrião do encontro.</p> <p>O índio Celso Guapó de um grupo considerado extinto informou que 60 patricios seus estão trabalhando em fazendas localizadas na área que já foi propriedade do grupo, mas que "se acabou com as invasões". A denúncia foi ouvida pelo general Ismarth de Oliveira e o índio prometeu reunir os outros Guapó que restam para pedir a Funai uma reserva e a volta da tutela governamental que esses índios perderam, segundo seu representante, há 30 anos.</p> <p>Outro índio que aproveitou a tribuna foi o Terena Ireno do Posto Indígena de La Lima. Ele se queixou de pescadores que invadiram a área de seu povo, com o apoio da Capitania dos Portos, que está processando o chefe do posto porque prendeu os pescadores e tomou o material para uso dos índios. O chefe do PI La Lima acrescentou que os invasores continuam a fazer pesca predatória e industrial no rio, no limite da reserva.</p> <p>Em um dos intervalos do encontro, que será de três dias, o bispo Dom Teodardo Lutz lamentou comentários veiculados na imprensa de que ele "participaria dos debates apenas como observador, uma vez que, após ter problemas com a Funai e o DPF por causa de denúncias contra um chefe de posto, havia se tornado neutro nessas questões". Ele declarou à Folha que não tem mais idade para ser "progressista", mas nem por isso vai deixar de agir "contra violações, no âmbito de sua diocese, aos Direitos Humanos".</p> <p style="text-align: right;"><i>FOLHA DE S. PALLLO = 29-77</i></p> <p style="text-align: right;"><i>Posto FUNAI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

34

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>FOLHA DE S. PAULO 6-9-77</i></p> <p><b>Funai pede a índios: salvem o que restou</b></p> <p>COCA RORA — O presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, fez o mesmo apelo em cada uma das quatro aldeias que visitou neste fim de semana, no sul do Mato Grosso. "Por favor, disse ele aos índios terena, kaiuá, e guarani, tentem conservar o que resta de suas culturas e, se possível façam alguns dos costumes que a aproximação do branco e os tempos fizeram desaparecer".</p> <p>Depois deste pedido patético aos índios, o general ouvia as reivindicações dos chefes e falava do projeto da Funai, de tornar as áreas das reservas "economicamente viáveis, em benefício dos índios que as habitam".</p> <p>Em uma das aldeias onde passou, esta semana, o general encontrou um único caso de índio que não foi levado à aldeia campesita. Os 111 habitantes que compunham o grupo, em 1930, estão atualmente apenas 100. Segundo seu líder.</p> <p><i>Pasta FUNAI</i></p>

PT 10250.122



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

35

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	
		<p><b>Padre acusa Igreja de negligência com os indígenas de MT</b></p> <p>Do enviado especial</p> <p><b>CAMPO GRANDE</b> — “Tenha cuidado na hora de transcrever o que eu disse. Avise para o seu pasquim que só aceito publicação ipsis literis e que se vocês deturparem as minhas palavras, como costumam fazer, eu chamo os concorrentes no dia seguinte e desminto tudo”</p> <p>A advertência foi feita pelo padre José Vicente César, depois de acusar a CNBB de negligência no trato do problema indígena na região sul de Mato Grosso.</p> <p>Ele criticou a assistência da Igreja Católica aos índios afirmando que “infelizmente, tive que averiguar que as numerosas comunidades indígenas do sul de Mato Grosso se encontram praticamente abandonadas pela Igreja Católica.”</p> <p>“Esse aspecto é tanto mais lamentável quando se recorda que estes povos nos séculos passados foram intensamente catequizados pelos missionários, principalmente os jesuítas”.</p> <p>“Agora, sem a presença da Igreja, passaram a receber assistência e pregação de missões protestantes, o que só tem abalado e desmantelado os últimos elementos que esteiam qualquer cultura, a saber, a língua e a religião”. Ele referiu-se, nesse particular à religião católica como doutrina inerente às culturas, que, aliás, já existiam antes da colonização européia chegar ao Brasil.</p> <p>O padre José Vicente César rompeu com o Cimi após o posicionamento político adotado por dom Tomás Balduino. Apesar de sua ligação com a Funai, sofre restrições do órgão oficial que o considera “em cima do muro”. Ele afirmou que “não há contradição entre a manutenção das culturas e a evangelização”, considerando que a doutrinação cristã entre os índios, ao contrário de destruir o aspecto cultural da religião, “aperfeiçoa a cultura espiritual, impregnando-a do que há de bom no cristianismo”.</p> <p>“Como fundador, ex-secretário e ex-presidente do Cimi, envidei esforços para que a entidade permanecesse apenas como órgão oficioso da CNBB, o que lhe emprestava maior mobilidade, dinamismo e versatilidade. Como, porém, nos últimos dois anos (depois de minha desvinculação) o Cimi enveredou por caminhos temerosos, que conduziram ao rompimento com a Funai e todos os órgãos do governo, propus à Assembléia da CNBB, em Itaipi, que tornasse o Cimi um dos departamentos daquela representação eclesial, o que, de fato, ocorreu.”</p> <p>“Agora, portanto, a coordenação e orientação de toda a pastoral indígena se acha oficialmente vinculada à CNBB”. Esclareceu que as posições do Cimi vão mudar, pois será elaborado um estatuto disciplinador.</p> <p>O missionário católico, que indicou seu nome a dois cargos de chefia da Funai, recusou o cargo do órgão — não fez nenhuma declaração oficial para elogiar os projetos de integração econômica que o general Ismarth de Oliveira está implantando no sul de Mato Grosso.</p> <p>09/10/74</p> <p>FOLHA DE SÃO PAULO</p>

Funai FUNAI

PT 1025 C. 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

36

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">PASTA - FUNAI 10-9-74</p> <p style="text-align: center;">DE S. PAULO, FOLHA</p> <p style="text-align: center;"><b>Funai irá a encontro indigenista</b></p> <p>BRASILIA (Sucursal) — O Brasil poderá enviar um representante ao VIII Congresso Indigenista Interamericano, que será realizado entre os dias 24 e 29 de outubro, na Venezuela. A informação é do general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, que aguarda, além do convite oficial do Instituto Indigenista Interamericano, o pronunciamento do Itamarati e da Presidência da República sobre a conveniência de sua ida a Caracas no próximo mês.</p> <p>Os temas a serem debatidos são "A política e mecanismo institucionais para a execução de programas em áreas indígenas; a auto-gestão dos indígenas nos processos de desenvolvimento; a política e a estratégia da integração do índio na comunidade nacional; o indígena e a sua terra; e sistema de educação em todos os níveis".</p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

38

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	TÓRICO
<p>JORNAL DO BRASIL <input type="checkbox"/> Quarta-feira, 14/9/77 <input type="checkbox"/> 15</p> <h3>Secretário-geral do Cimi diz em CPI que Funai é o esquadrão da morte do índio</h3> <p>Brasília — Ao depor, ontem, na CPI do índio, o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Padre Antônio Iasi, comparou a Funai ao esquadrão da morte, destacando entre as duas organizações apenas uma diferença: "Enquanto o esquadrão tira os presos das cadeias para matá-los ao longo das estradas, a Funai atrai os índios arreios e deixa-os morrer junto das estradas, cuja construção ela mesma possibilitou".</p> <p>Em sua crítica à política indigenista — "hoje praticamente nas mãos dos militares, que, em toda a história da assistência ao índio, os maiores dos administradores" — o missionário jesuíta acusou a FAB de estar utilizando as terras de sua base no Parque do Xingu, "para implantar uma fazenda, onde se cria gado". Disse que os militares vêm criando no local inúmeros incidentes com os indígenas, e a Funai está diante de um dilema: "ou disciplina a FAB, para o bem dos índios, ou a FAB disciplinará a Funai, levando-a a aceitar o status quo".</p> <h4>SANTUÁRIO VIOLADO</h4> <p>Lamentou que o Parque do Xingu, "área indígena conhecida e respeitada internacionalmente", fosse, para desaponto dos irmãos Villas-Boas, cortado propositalmente por uma estrada, com a ameaça de um novo corte, ao Sul". Para ele, a Funai tem favorecido a construção dessas estradas e com isso possibilita cada vez mais a entrada de fazendeiros em terras das quais "são expulsos não só os índios como os pequenos posseiros".</p> <p>A iniciativa governamental de transformar o Xingu em pólo de atração turística foi apontada pelo Padre Antônio Iasi como outra grave falha da Funai: segundo ele, o turista é um elemento prejudicial ao índio, pois, quando não assume atitudes paternalistas, explora, deseduca e atrapalha a evolução mental do índio, no processo de integração com o nosso mundo".</p> <p>Reclamou, com maior veemência, dos turistas oficiais: "O Governador e seus amigos; o filho do Ministro e seus amiguinhos, que entram com facilidade nas áreas indígenas, enquanto os verdadeiros estudiosos e pesquisadores têm dificuldades em entrar no Parque do Xingu, "uma área indígena não é um zoológico, que deva ser franqueado aos curiosos, enfatiados e ávidos de exotismo".</p> <h4>OS MILITARES</h4> <p>"A Funai, como muita outra coisa neste país, vem sofrendo as consequências de uma distorção ótica daqueles que, tendo sido levados pelo povo a destituir um Governo, que já não oferecia suficientes garantias democráticas, uma vez donos da situação, consideram-se os únicos capazes de dirigir os negócios públicos", disse.</p> <p>A fim de demonstrar a incapacidade dos militares para administrar os órgãos indigenistas, citou, entre outros, o Tenente-Coronel Moacir Coelho, o Major Luiz Vinhaes Neves e o General Bandeira de Mello, ex-presidente da Funai. Es-</p>	<p>vidos pela FAB, no Xingu e ainda em outras áreas indígenas, mas ressaltou que os serviços prestados pela Força Aérea aos índios do Xingu "são pagos a preços muito elevados": "Um índio foi baleado numa dessas caçadas praticadas pelos oficiais, e as operações militares simuladas levam para a área indígena algumas centenas de soldados e por onde passa o soldado, passa a fertilidade".</p> <p>Ao ser inquirido pelo Deputado Airton Soares (MDB-SP) sobre as possibilidades de uma efetiva ajuda do Exército no trabalho de proteção aos índios, o Padre Iasi admitiu que "apesar de todas as coisas negativas que o Exército tem feito até agora, como a abertura das estradas, sem dúvida ele poderia colaborar a favor dos silvícolas, talvez demarcando as suas terras".</p> <h4>MASSACRES</h4> <p>Na opinião do missionário, embora a Funai não disponha de recursos para atender a "itens primários e não onerosos dentro do programa assistencial aos indígenas, dispõe, entretanto, de milhões para promover um carnaval de índios para o Presidente da República ver, no Sul de Mato Grosso", numa referência à visita presidencial à reserva dos índios terenas, no início desse ano.</p> <p>Para ele, essa preocupação em agradar o mundo oficial do país, vem fazendo com que a Funai se descuide da proteção às comunidades indígenas. Relatou "uma série de massacres e violências" contra várias tribos: "sessenta e oito mortos por falta de médicos, enquanto a Funai possui, em Brasília, ao que consta, quatro médicos; os índios do Xingú, que com a abertura da BR-880 estão cercados de invasores e fazendeiros; os tapirapes, que há anos tentam ver suas terras, ocupadas por grandes fazendas como a Tapiaguala e a Codeara, delimitadas pela Funai".</p> <p>"E ainda — prosseguiu o secretário-geral do Cimi — "os nambikwaras, dizimados e expulsos de suas terras pela própria Funai, que teria concedido certidões negativas, provocando</p>

Parque  
FUNAI

PT

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

38

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

### *Funai considera 'infelizes' críticas feitas pelo Cimi*

*Estado de São Paulo 16/09/77*

#### Da sucursal de BRASÍLIA

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, afirmou ontem em Brasília, que as denúncias feitas pelo padre Antônio Iasi na CPI do Índio foram infelizes, quase sempre caindo em acusações de erros cometidos no passado. O general mostrou-se particularmente irritado com as críticas dirigidas à FAB que na sua opinião, tem apoiado bastante o trabalho da Funai, especialmente nas áreas de difícil acesso na Amazônia. "O padre, ao generalizar as suas acusações, cometeu injustiças imperdoáveis".

Para Ismarth, o agressivo depoimento prestado pelo secretário do Cimi na CPI do Índio demonstra claramente a impossibilidade de diálogo com o Conselho Indigenista Missionário, que "continua adotando a có-

moda posição de criticar a política indigenista oficial, ao invés de arregaçar as mangas e trabalhar junto conosco".

O presidente da Funai, que retornou ontem de uma viagem de inspeção à área indígena baroró, em Mato Grosso, disse que o órgão está conseguindo uma colaboração crescente por parte das missões religiosas, conforme ele próprio pôde sentir nas áreas do rio Negro, no Amazonas e em Mato Grosso. Ismarth acha que o Cimi, na realidade, não representa hoje em dia o pensamento da maioria das missões religiosas católicas que atuam no Brasil.

"Sua influência é apenas relativa. Estamos constatando que as missões, em geral, embora com uma certa desconfiança inicial, estão querendo trabalhar com a Funai, pois sentem que o órgão não pretende substituí-las na tarefa que desempenham de assistência aos índios."

Ismarth adiantou que não vai responder, por enquanto, a todas as denúncias feitas pelo padre Antônio Iasi, mas deverá fazê-lo quando for depor na CPI do Índio.

#### MERURE

Sobre a viagem que realizou à colônia indígena de Merure, assistida por padres salesianos, que no ano passado foi palco de vários conflitos envolvendo índios e posseiros, o general disse que a situação é de tranquilidade na área.

Na reunião que manteve com os representantes da missão, ficou definida a execução de um projeto de desenvolvimento comunitário para o atendimento aos índios bororo e xavante. Durante a reunião, os líderes indígenas apresentaram ao presidente da Funai as suas reivindicações.

### *Gaviões preferem a tutela*

#### Do correspondente em BELÉM

O chefe da tribo gavião, uma das comunidades indígenas mais solidamente aculturadas, irá na próxima semana a Brasília para dizer ao presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, que os índios não pretendem obter emancipação da tutela do órgão federal. Kohokrenhum quer explicar pessoalmente ao general porque eles pediram o afastamento do chefe do posto Mãe Maria, Saulo Petean, e sugerir que o novo encarregado seja jovem e que jamais

tenha atuado em áreas indígenas do Pará".

No mês passado, os índios afastaram Saulo por considerarem que ele estava interferindo muito na comunidade e solicitaram à Funai um prazo de dois ou três meses para escolher o novo chefe do posto. Os índios, porém, ficaram preocupados com a possibilidade da Funai interpretar isso como um desejo de emancipação.

Os índios do grupo gavião conseguiram uma certa autonomia da Funai no que se refere a comercialização da castanha, principal atividade econômica

da tribo, que agora é feita por eles com bons resultados. "A exceção da castanha, tudo o mais continua igual", explica o chefe.

Além de acertar a vinda de um novo chefe para o posto Mãe Maria, Kohokrenhum pretende obter informações sobre a linha de transmissão de energia da Hidrelétrica de Tucuri e sobre a ferrovia Carajás-Itaqui, que atravessarão a reserva indígena, localizada nas proximidades de Marabá, na região centro-sul do Pará, exigindo a derrubada de árvores de castanha e madeira de lei pertencentes aos índios.

*Posto FUNAI*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

59

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><u>FOLHA DA MANHÃ 21-9-27</u></p> <p style="text-align: center;"><b>Delegado da Funai surpreendido com a morte de três índios</b></p> <p>A Quarta Delegacia da Fundação Nacional do Índio, localizada em Curitiba, guarda hoje um relatório do posto indígena de Guanapeté, SC, sobre a morte de três índios guaranis, durante o contato com um grupo de ciganos, na cidade catarinense de Jaraguá do Sul. Tais fatos, ocorridas na semana passada e denunciadas pelo bispo José Gomes, surpreendeu o novo delegado da Funai para a região indígenista José Carlos Alves, que afirmou desconhecer a existência de índios guaranis naquela região.</p> <p>Há um mês no cargo, em substituição a Francisco de Assis, brasileiro afastado por omissão pela Funai, José Carlos afirmou ontem que durante a gestão do seu antecessor foram gastos cerca de R\$ 1 bilhão na execução de projetos que não levaram em consideração a tradição agrícola dos grupos indígenas e por isso falharam. Quanto à conclusão do inquérito instaurado para apurar responsabilidades pela venda ilegal de madeira de lei da reserva indígena de Ibirama, SC, afirmou que ainda não foi concluído pela Polícia Federal.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posto FUNAI</i></p>

PT 10256.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

90

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>FOLHA DO Fundação comenta acusações</p> <p>Brasília — O presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, negou-se a comentar declarações do etnólogo suíço Rene Fuerst, de que o Brasil, ao lado dos Estados Unidos, praticaria "genocídio contra as populações indígenas". Disse que "ele tem interesse em divulgar esse tipo de coisas" apenas porque dirige uma revista sobre Antropologia.</p> <p>Segundo ainda o General Ismarth de Oliveira, o etnólogo — que fez as acusações durante a Conferência sobre Discriminação dos Povos Aborígenes, que se realiza em Genebra — é uma espécie de <i>persona non grata</i> no Brasil. Ele esteve aqui e não recebeu permissão para voltar devido ao "caráter tendencioso" de suas teses sobre o índio na sociedade brasileira".</p> <p><i>Ismarth FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

91

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>A Funai beneficiou empresário</b></p> <p><i>Correio de Notícias - 20/09/77</i> Brasília - O ex-Presidente da Funai, José Queiroz Campos, disse ontem na CPI a Câmara que investiga a situação do índio que, durante a sua gestão, o órgão realmente liberou certidões negativas de presença de índios para empresários no Vale do Guaporé, Mato Grosso, e só posteriormente constatou que ali viviam índios do grupo Nhambikwara. Queiroz Campos disse que a Funai havia se baseado no livro de Gama Malcher para liberar a área para empresários e nele não era registrada a presença de índios na região. O caso Nhambikwara é um dos mais polêmicos na Funai, pois foram beneficiados, entre outros, um filho do Ministro Costa Cavalcanti, que na ocasião respondia pela Pasta do Interior.</p> <p>O ex-dirigente defendeu a criação de um Ministério dos Negócios Indígenas, a exemplo do que ocorre em outros países, ressaltando, no entanto, que não concorda com a sua vinculação à Presidência da República. Para Queiroz Campos, a campanha que se alastrou no exterior denunciando a existência de genocídio no Brasil contra as populações indígenas, hoje em dia, já perdeu o sentido, pois ficou comprovado que o governo não dirige diretamente uma campanha de extermínio do índio. Os problemas que surgiram nos últimos anos são especialmente na Amazônia legal.</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º ..... 49

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Villas-Boas: Na Funai há carência de pessoal apto</b></p> <p>SÃO LUIS (AE) — O sertanista Orlando Villas-Boas apontou ontem a carência de pessoal qualificado como o maior problema da Funai, apesar dos altos salários que esta paga, e informou que seu irmão Cláudio ainda não decidiu se aceitará o convite para chefiar a frente de atração dos índios Arara, do Pará, protagonistas de frequentes incidentes violentos com colonos brancos. Orlando garantiu que os Arara não são particularmente valentes, mas que se tornam agressivos porque se sentem acuados pelo avanço dos civilizados.</p> <p>Orlando e Claudio Villas-Boas, que chegaram a São Luis, de automóvel, procedentes de Belém e viajaram ontem para Teresina, manifestaram-se alarmados com a derrubada de florestas e as queimadas que presenciaram as margens da Belém-Brasília e de outras rodovias da Amazônia Legal, "que sujeitam as terras à erosão e podem transformar a selva num deserto". Orlando disse que os grandes fazendeiros que chegam do sul do País são os mais predatórios, "pois não têm nenhum interesse em se fixar na região e visam somente o lucro fácil", através da especulação. "Na conquista da terra — acrescentou — parece não haver lugar para o sertanejo e muito menos para o índio", vítimas de um processo desordenado de ocupação do Interior. No Maranhão, onde a Funai está demarcando quase 1,5 milhão de hectares de terras indígenas, a situação dos índios pode ser descrita como muito boa, em comparação com o que se verifica em outras regiões — afirmou Orlando.</p>

FOLHA DE LONDIM e  
1-10-77

PT 10250.122



OS VILLAS BOAS (1)

# “Para os indígenas brasileiros nunca existiu qualquer direito, muito menos os chamados direitos humanos”

Durante 36 anos os irmãos Claudio e Orlando Villas Boas trabalharam junto aos índios. E, por conhecer a realidade, mostram-se céticos quanto ao futuro:

“O índio dentro de poucos anos deixará de existir como povo. Ele será engolido pela sociedade branca, que não aceita e muito menos compreende o seu modo de vida”.

Se a sociedade branca mostra-se incompreensiva ante os problemas dos índios brasileiros, o Governo parece não ver com bons olhos o trabalho desenvolvido pelos Villas Boas. No dia 27 de junho Orlando deveria estar nos Estados Unidos, onde receberia uma comenda que lhe foi outorgada pelo Lions Internacional e considerada o “passaporte” para o Nobel da Paz. Apesar do empenho da Fundação Nacional do Índio em tentar liberar Orlando do depósito compulsório de 16 mil cruzeiros, para que ele pudesse viajar até os EUA e receber a honraria, isso não aconteceu.

Mesmo assim o indianista estava disposto a viajar, mas o “aconchilhamento” o “acanharam” a não ir. Ele seguiu o “conselho” e enviou um telegrama ao Lions Internacional, comunicando que “por razões de saúde e por questões de ordem particular não poderia estar presente à solenidade”.

Para Orlando, o “conselho” recebido foi o meio encontrado pelas autoridades para impedir que ele estivesse, presente à solenidade de entrega da comenda. “Como nos Estados Unidos, hoje, o assunto em voga são os Direitos Humanos, eu teria que abordar o tema, uma vez que para os indígenas brasileiros nunca existiu qualquer direito, muito menos os humanos” — desabafou.

Indicados para o Nobel da Paz, os irmãos Villas Boas parecem não dar muita importância ao fato. “Não nos achamos merecedores do Nobel. Embora nosso trabalho tenha sido sempre em favor dos outros, não sei se uma atividade como a nossa, tão limitada, merece o prêmio. Nobel da Paz” — diz Claudio Villas Boas.

EM “FAVOR”

Brasil, o Índio “começou a sofrer as consequências funestas de conviver com uma sociedade — já naquela época — podre e corrompida”. Ele cita o exemplo dos bandeirantes, que nas suas expedições, tinham como passatempo preferido caçar índios.

D. João VI, num ato oficial, decretou guerra de extermínio aos índios do Vale do Rio Doce simplesmente porque eles se recusavam a abandonar suas terras e resistiam às investidas dos brancos. Tempos depois a clararia guerra aos índios calangues também porque se recusavam a deixar que os brancos invadissem suas terras para explorarem a madeira ali existente.

No final do século passado tribos inteiras foram massacradas, em nome do progresso e do desenvolvimento: era a época da extração da borracha. “Nesse tempo — conta Orlando — o Governo criou o Serviço Nacional de Proteção dos Trabalhadores da Amazônia contra o Índio. Essa entidade tinha homens armados que invadiam as terras indígenas, expulsando-os dali para que os seringueiros pudessem extrair a borracha dos seus seringaais”.

## COM RONDON, UMA TRÉGUA

Em 1910, com a criação do SIP — Serviço de Proteção ao Índio — o Marechal Rondon — graças ao seu prestígio de general — conseguiu impedir (até 1930) a violência e os abusos da sociedade branca em relação aos indígenas. Foram 20 anos de verdadeiro respeito ao índio — afirma Orlando.

Mas nem Rondon conseguiu impedir que a partir de 1930, quando o Brasil iniciou sua expansão para o interior — não na Amazônia mas no sul — uma nova onda de violência contra os índios. Nessa época, aconteceram sérias aflições no Paraná e São Paulo. As terras dos índios estavam localizadas em grandes reservas madeireiras o que despertou a cobiça dos poderosos da época. “Nesse tempo — conta Orlando — fazendeiros contratavam pistoleiros que ganhavam por cabeça de

Entrevista de Joel Santos



Villas Boas



Com os índios de Xingu. O branco, no entanto, tem procurado mais eliminar do que

metade da aldeia no espaço de um ano”.

Ele lembra que havia cerca de 350 pessoas dessa tribo na época do contato.

## OS KRANHAKARORE

Denominados pela imprensa como “os índios gigantes”, os “Kranhakarore” foram atraídos pelos irmãos Villas Boas em 1974. “Na verdade, nós tentamos o primeiro contato em 1966, quando eles apareceram na Serra do Caximbo, mas suspendemos os trabalhos por falta de condições materiais e mesmo porque eles tinham grande mobilidade, o que dificultou o trabalho. Nós passamos ali duas estações de água e não conseguimos nenhum contato. Voltamos a fazê-lo em 1974, quando da abertura da Cuiabá-Santarém” — lembra Orlando.

Ele conta que os “Kranhakarore” ficaram conhecidos como “os índios gigantes da Amazônia”, quando em 1956 os irmãos fizeram a atração dos Txukarrimã e encontraram na aldeia um índio prisioneiro. Este era exageradamente alto: tinha 2,05 m. Os sertanistas comunicaram a descoberta à guarda da expedição e a imprensa divulgou que eles tinham encontrado os índios gigantes da Amazônia.

O engraçado — continua Orlando — foi que 18 anos depois quando concluímos a atração dos “Kranhakarore” constatamos que apenas uns 4 ou 5 índios tinham estatura superior a 2 metros. Os demais possuíam a estatura normal dos índios brasileiros, que é na média de 1,65 m.

Sobre a origem dos “Kranhakarore” Orlando diz que a única explicação encontrada é a de que eles são descendentes dos tupis, que possuíam estatura relativamente baixa em relação aos demais indígenas do País. E, num cruzamento com todos os índios brasileiros são os que possuem maior estatura — surgiram indivíduos altos no primeiro grupo. Na fusão entre os índios de Grupo Gê e os índios tupis, predominou a estatura dos tupis e na cultura material e traço Gê. Orlando conta que na aldeia

aumentavam a quantidade das folhas, que serviam então como escaldouros de água. Eles faziam isso, pois se dessem uma inclinação, a abertura da casa ficaria muito pequena, devido ao teto baixo.

De artesanato, os Villas Boas, nada encontraram. Portanto, em termos de cultura material, “os Kranhakarore” agiam como os índios do grupo Gê.

## GRUPOS LINGÜÍSTICOS

Orlando conta que os antropólogos classificam os índios brasileiros através da língua. Segundo essa classificação, temos no Brasil 4 grandes grupos lingüísticos: Gê, Caribe, Tupi e o Aruaque. As línguas que não participam dessa classificação são denominadas de “línguas afíliadas ou isoladas”.

As línguas isoladas são muitas e cada uma delas caracteriza um grupo independente. Não é o caso, por exemplo, do tronco Tupi, encontrado em todo o Brasil. O tronco Aruaque domina toda a área da Amazônia e no próprio Caribe são encontradas ramificações do Aruaque.

Os índios que falam idiomas denominados isolados são encontrados em diversos pontos do País. No Brasil Central existem 6 tribos classificadas como de línguas isoladas e no resto do País esse número é bem menor. “Para se ter uma idéia, basta dizer que no Brasil, de 1900 a 1967 desapareceram 95 nações indígenas, que falavam 35 idiomas diferentes. Quer dizer, línguas isoladas que desapareceram” — prossegue Orlando.

## PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

Hoje, segundo Villas Boas, os antropólogos defendem o índio brasileiro como sendo um patrimônio cultural da própria humanidade. E a cada grupo que desaparece, para eles (antropólogos), desaparece uma língua, uma tradição, enfim eles acham que desaparece um patrimônio da própria humanidade.

Ele conta como conseguiram (ele e Claudio) evitar o desaparecimento de uma tribo de língua isolada: “No Xingu, existem os Indi-

Indígenas. Foram 20 anos de sofrimento, de luta, de luta... Mas nem Rondon conseguiu impedir que o Brasil iniciasse sua expansão para o interior — não na Amazônia mas no sul — uma nova onda de violência contra os índios. Nessa época, aconteceram sérios atos no Paraná e São Paulo. As terras dos índios estavam localizadas em grandes reservas maderleiras e que despertou a cobiça dos poderosos da época. Nesse tempo — conta Orlando — fazendeiros contratavam pistoleiros, que ganhavam por cabeça de índio morto. Esses pistoleiros foram denominados de bu-greiros. Eles saíam por aí matando tribos inteiras para que as terras pudessem ser ocupadas.

**EM "FAVOR" DOS INDIOS**  
 Devemos proporcionar o cruzamento dos nossos índios com os pretos e mulatos". A frase é de José Bonifácio (em 1824), e foi considerada como o primeiro pronunciamento de uma autoridade brasileira em favor do índio. Orlando Villas Boas diz porém, que o dito de José Bonifácio "caracteriza muito bem a maneira discriminatória como nossos índios foram e continuam sendo vistos pelos governantes".  
 "Na época — conta Villas Boas — o pronunciamento do Bonifácio foi considerado um avanço. Avanço do quê? Para mim, Bonifácio apenas oficializou o discriminação racial". Orlando afirma que desde que o homem branco chegou ao

**"POR UM LADO OS INDIOS, ARMADOS DE ARCOS E FLECHAS, QUE DESDE O ESCONDERIO DE SEUS BOSQUES VEEM O BRASILEIRO QUE HOJE AVANÇA SOBRE SUAS TERRAS, TAL COMO O TUPINAMBA DO SÉCULO XVI VIA AS LEVAS DE EUROPEUS QUE SE ESPALHavam DAS NAVES PORTUGUESAS..." (DARCI RIBEIRO)**  
 "Nos tempos atuais — conta Orlando — a violência contra os índios é feita de uma maneira diferente. A matança e o desrespeito ao índio acontecem

com a abertura de novas estradas, sem o conhecimento da Funai. É o que podemos denominar do ciclo da Transamazônica. Nestes últimos anos nós tivemos como consequência da Transamazônica, um combate sistemático aos índios que surgiram na rota do desenvolvimento. Ainda agora estamos assistindo a isso.  
 Na Amazônia, o índio que participava da natureza está desaparecendo junto com ele — tudo isso em nome do desenvolvimento, que até agora não apresentou qualquer resultado prático".  
 "A Transamazônica — acusa Orlando — causou males a inúmeras tribos que habitavam as terras por onde a estrada passou. Tribos inteiras foram dizimadas, pois contraíram doenças transmitidas pelos brancos".  
**Todos esses problemas, segundo Orlando, poderiam ser evitados se o traçado da estrada fosse comunicado previamente e com bastante antecedência à FUNAI, que poderia então realizar um trabalho de infra-estrutura junto aos índios, o que viria a proteger-lo dos maus "efeitos" dos civilizados. Porém isso nunca aconteceu. A FUNAI só é chamada a intervir quando o conflito já foi estabelecido.**  
**"POR OUTRO, BRASILEIROS ALISTADOS NAS FRENTES DE EXPANSÃO DA SOCIEDADE NACIONAL QUE AVANÇAM POR UMA TERRA QUE CONSIDERAM SUA E VEEM NO INDIANO UMA AMEAÇA E UM OBSTÁCULO"**



Orlando: "O índio dentro de poucos anos deixará de existir como povo. Ele será engolido pela sociedade branca".

Quase um mês após a derrubada do presidente João Goulart, em 1964, um homem gordo, camisa xadrez fora das calças, por cima da enorme barriga, óculos de lentes grossas e esverdeadas de quem já teve problemas com catarata, aproximadamente do general Luiz Viana, na Casa Civil do Palácio Alvorada em Brasília:  
 — Boa tarde. Fiquei sabendo, outro dia que os senhores fizeram aí uma revolução. Vim saber a quem é que eu entrego meu cargo.  
 O general, antes de responder, mirou de cima a baixo a estranha figura de matuto que se apresentava daquela maneira abusada, tentando imaginar quem poderia ser. Desistiu:  
 — Que cargo?  
 — Eu tomo conta dos índios lá no Xingu. É cargo subordinado à Presidência da República. Não vim antes porque não sabia que tinham trocado o presidente...  
 — Mês passado, no calorito boteco de dona Adeláide, na margem paraguaiá do rio Paraná, onde se toma a balisa para refo-

Villas Boas



**Com os índios de Xingu. O branco, no entanto, tem procurado mais eliminar do que defender o legítimo dono da terra**

Para Villas Boas, "tanto na Transamazônica como em outras partes do País o problema índio, para os homens do Governo, figurou sempre em última instância. O índio sempre tivemos como consequência da Transamazônica, um combate sistemático aos índios que surgiram na rota do desenvolvimento. Ainda agora estamos assistindo a isso.  
 Na Amazônia, o índio que participava da natureza está desaparecendo junto com ele — tudo isso em nome do desenvolvimento, que até agora não apresentou qualquer resultado prático".  
 "A Transamazônica — acusa Orlando — causou males a inúmeras tribos que habitavam as terras por onde a estrada passou. Tribos inteiras foram dizimadas, pois contraíram doenças transmitidas pelos brancos".  
**Todos esses problemas, segundo Orlando, poderiam ser evitados se o traçado da estrada fosse comunicado previamente e com bastante antecedência à FUNAI, que poderia então realizar um trabalho de infra-estrutura junto aos índios, o que viria a protegê-lo dos maus "efeitos" dos civilizados. Porém isso nunca aconteceu. A FUNAI só é chamada a intervir quando o conflito já foi estabelecido.**  
**"POR OUTRO, BRASILEIROS ALISTADOS NAS FRENTES DE EXPANSÃO DA SOCIEDADE NACIONAL QUE AVANÇAM POR UMA TERRA QUE CONSIDERAM SUA E VEEM NO INDIANO UMA AMEAÇA E UM OBSTÁCULO"**

Para Villas Boas, "tanto na Transamazônica como em outras partes do País o problema índio, para os homens do Governo, figurou sempre em última instância. O índio sempre tivemos como consequência da Transamazônica, um combate sistemático aos índios que surgiram na rota do desenvolvimento. Ainda agora estamos assistindo a isso.  
 Na Amazônia, o índio que participava da natureza está desaparecendo junto com ele — tudo isso em nome do desenvolvimento, que até agora não apresentou qualquer resultado prático".  
 "A Transamazônica — acusa Orlando — causou males a inúmeras tribos que habitavam as terras por onde a estrada passou. Tribos inteiras foram dizimadas, pois contraíram doenças transmitidas pelos brancos".  
**Todos esses problemas, segundo Orlando, poderiam ser evitados se o traçado da estrada fosse comunicado previamente e com bastante antecedência à FUNAI, que poderia então realizar um trabalho de infra-estrutura junto aos índios, o que viria a protegê-lo dos maus "efeitos" dos civilizados. Porém isso nunca aconteceu. A FUNAI só é chamada a intervir quando o conflito já foi estabelecido.**  
**"POR OUTRO, BRASILEIROS ALISTADOS NAS FRENTES DE EXPANSÃO DA SOCIEDADE NACIONAL QUE AVANÇAM POR UMA TERRA QUE CONSIDERAM SUA E VEEM NO INDIANO UMA AMEAÇA E UM OBSTÁCULO"**



Com seu amigo Ibrahim Abud Netto, em Francisco Alves

**TAL COMO UM ÍNDIO**

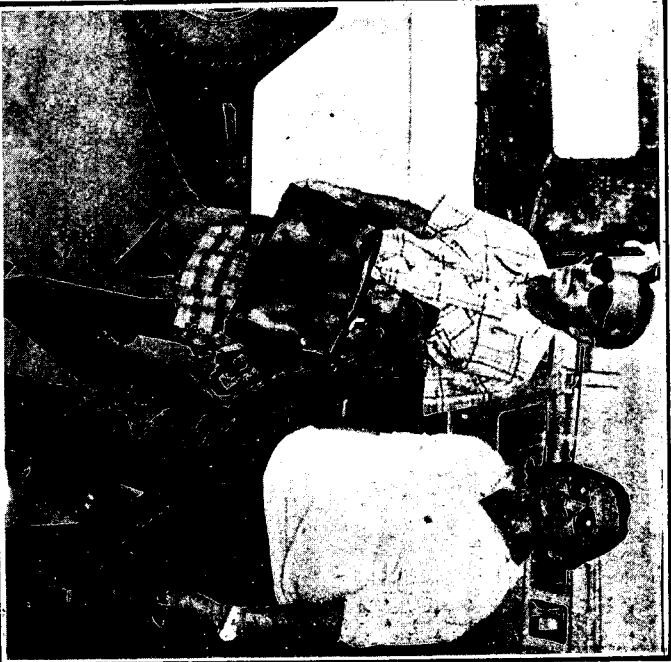
nar a Guaira, o mesmo homem gordo de eterna camisa fora das calcas atravessa tranquilamente o balcão e começa a ajudar a proprietária a servir "café", ou cerveja aos sedentos turistas e rudes colonos que lotam o bar.  
 Da mesma forma como o general os suareiros fregueses do boteco de dona Adeláide nem imaginavam que o imprensado gordo era um homem condecorado pela Rainha da Inglaterra e sério candidato ao Premio Nobel da Paz; no passeio que de vez em quando faz pela região de Guaira, quando vai passar algumas dias na fazenda de seu amigo Ibrahim Abud Netto, o indianista Orlando Villas Boas em nenhum momento faz questão de servir identificados. E se toma iniciativas como a de ajudar a servir bebidas no bar ou orientar os motoristas que se atropelam na hora de embarcar seus carros na balisa que cruza o rio Paraná, não é com qualquer intuito de "aparecer" ou firmar uma imagem. Ele apenas, com a maior naturalidade, faz aquilo que sempre faz, que é ajudar o próximo. Que para ele tanto pode ser a dona Adeláide do boteco como os índios aos quais dedicou 36 anos dos 60 que já viveu.

A humildade parece ser o traço principal de personalidade de Orlando Villas Boas. Humildade que ele parece ter conseguido na longa convivência com o sofrido índio brasileiro e que a intimidade com todos os homens que compundiram os destinos deste país, desde Getúlio Vargas, não conseguiu prejudicar. Do índio ele parece ter adquirido também o espírito brincalhão, irreverente. Mais da metade de sua vida dentro de uma sociedade primitiva — na qual ninguém é autoridade ou melhor que o outro — deixou suas marcas, profundas, no espírito desse homem.

Qualquer formalidade, para dentro do gabinete do presidente Castello Branco:  
 — "Expliquei o problema ao Castelinho, ele disse que não tinha problema nenhum, que eu podia continuar no meu trabalho, que ele respeitava muito, ninguém lá me tirou de lá".  
 Na saída, abraçado com Jurcy Magalhães, Orlando passou diante da mesa do chefe da Casa Civil e nem se dignou a olhar em sua direção. Hoje, relembrando o episódio, Orlando explode numa sonora gargalhada, alegre como um índio, que acabou de fazer alguma brincadeira:  
 — "O homem ficou P... da vida!"  
 A irreverência do velho indianista se manifestou na forma de sonoras palavrões antecedendo o nome de toda autoridade da qual ele não guarda boas lembranças. Tal como o índio, esta ele distorce seus sentimentos. De alegria, rinha ou tristeza, ele tenta distorcer, mas não consegue, sempre que começa falar dos "seus" índios. Aqueles a quem dedicou 36 anos de sua vida e sabe que vão desaparecer, eliminados pela "civilização".

**PARÍTIOMO DA HUMANIDADE**

Hoje, segundo Villas Boas, os antropólogos defendem o índio brasileiro como sendo um patrimônio cultural da própria humanidade. E a cada grupo que desaparece, para eles (antropólogos), desaparece uma língua, uma tradição, enfim eles acham que desaparece um patrimônio da própria humanidade.  
 "No Xingu existem os Trumais, cujo idioma é classificado de isolado. São poucas as pessoas que falam esse idioma. A tendência era o desaparecimento da língua, devido a força do português entre os índios pois quando há casamento entre tribos diferentes, os filhos aprendem a língua do pai. E como a maioria dos sobreviventes da tribo Trumai eram mulheres, a tendência era o desaparecimento da tribo".  
 Para impedir isso, Orlando e Claudio foram aos poucos conseguindo que os índios que casavam com as mulheres trumais permitissem que os filhos aprendessem a língua materna. "O trabalho deu resultado e hoje, depois de 27 anos, temos 34 índios falando o Trumai", — concluiu.



Claudio e Orlando Villas Boas, 36 anos protegendo e assistindo os índios do Xingu

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

94

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p data-bbox="925 830 1321 1047"><b>"Funai não serviu a empresas"</b></p> <p data-bbox="925 1047 1338 1071"><i>Correio de Notícias - 05/10/77</i></p> <p data-bbox="925 1071 1338 1432"><b>Brasília</b> - O ex-presidente da Funai, general Bandeira de Mello, revelou ontem, ao depor na CPI do Índio, na Câmara, que a alteração do traçado inicial da rodovia BR-080, a Brasília-Manaus que cortou o Parque Nacional do Xingu, foi feita pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-Sudeco, com autorização do ex-ministro Costa Cavalcanti. A Funai - afirmou - assim como uma esposa traída foi a última a saber da decisão de mudar a rota traçada inicialmente, que passava fora dos limites da reserva indígena, depois da Cachoeira Von Martins, no Rio Xingu".</p> <p data-bbox="925 1432 1338 1914">Acusado por antropólogos, padres e indigenistas de ter colocado em prática uma política indigenista voltada mais para impedir que as comunidades tribais se transformassem em entrave para a expansão dos programas de ocupação da Amazônia, o general depôs durante quatro horas. A exemplo de outros depoentes já ouvidos, o general defendeu a transferência da Funai do Ministério do Interior para outro, menos comprometido com programas de desenvolvimento regional. Esta função, voltada especialmente para obtenção de lucros, seguindo ele é incompatível com uma real proteção do índio. Para Bandeira de Mello, o índio seria melhor assistido se a Funai fosse ligada ao Ministério da Previdência Social.</p> <p data-bbox="925 1914 1338 2131">Bandeira de Mello voltou a criticar a política adotada pelos irmãos Villas Boas no Parque Nacional do Xingu, de preservação das culturas primitivas. "Na minha opinião - afirmou - o índio deve ter acesso a todas aberturas proporcionadas pela nossa sociedade e não ser conservado eternamente em seu estágio primitivo".</p>

*Lista FUNAI*

PT 1025c.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

45

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Estado do Paraná 6-10-71</i></p> <h3>Para delegado, índio está mais satisfeito</h3> <p>“Os chefes dos postos indígenas estão mais animados e eu também”, afirmou ontem o delegado regional da Fundação Nacional do Índio, José Carlos Silva, após algumas visitas aos postos localizados no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que estão sob sua jurisdição. Segundo ele as comunidades foram ouvidas e todos os projetos foram reformulados, no tocante à parte operacional para o preparo do solo e na cultura majoritária que não cabia no local. Exemplificando, o delegado da Funai disse que vários projetos haviam sido preparados de forma incorreta, fazendo com que certas comunidades cultivassem em larga escala o milho, quando o necessário era o feijão. O vício acentuado da bebida alcoólica foi um dos pontos negativos constatado por José Carlos entre os índios do Sul.</p> <p>Preocupando-se com a posição do indígena, para que ele não passe a ser mais um bóia-fria, o delegado afirmou que está sendo dada continuidade à aplicação de dois tipos de lavoura nas comunidades ou seja, a coletiva e a familiar. A primeira delas, consiste em se utilizar o trabalho de um técnico e tratorista da Funai para cuidar da terra, caso o índio não saiba trabalhar. Por dois anos, seriam ensinados ao índio as técnicas agrícolas, para depois ele se ocupar do seu plantio. É fornecido o implemento agrícola ao índio, prevendo retorno de uma parcela do lucro. Já na lavoura familiar, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (que capta as áreas que geram recursos para o patrimônio indígena) fornece sementes, defensivos, implementos, procurando que o índio participe e não fique dependente de outros para obter sua própria alimentação. Foram criadas ainda, nos postos indígenas as cantinas reembolsáveis, onde o índio reembolsa no ato da compra, se tiver capital ou então, na colheita.</p> <p>Através do Prodec, um percentual chamado dízimo é destinado às comunidades que não geram recursos, sendo enviado o restante, de volta à comunidade geradora de recursos, por meio dos projetos. Desta forma, os índios receberão todo o direito a que têm direito.</p> <p>Em setembro último, disse José Carlos, foi liberada a verba de Cr\$ 1.484.252,00, sendo que Cr\$ 546.753,00 era a quantia contida na sede, que foi utilizada nos projetos reformulados; Cr\$ 763.897,00, foi liberado por Brasília, em complementação; Cr\$ 139 mil, para o posto de Nonori (RS) em emergência, por não dispor de recursos e Cr\$ 33.602,00, ao pessoal tratorista e técnicos agrícolas.</p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

46

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

O ESTADO DO PARANÁ

6 = 10 = 77

PÁGINA 5

# Villas Boas e o Nobel

OSLO. (AP - O ESTADO) - Os irmãos brasileiros Orlando e Cláudio Villas Boas, conhecidos por seu trabalho de ajuda às minorias indígenas de seu país, figuram entre os candidatos deste ano ao Prêmio Nobel da Paz.

Também foi proposto o nome do comediante norte-americano Jerry Lewis, postulado pelo parlamentar Les Aspin por sua humanitária obra de arrecadação de fundos destinada à cura da distrofia muscular. O comitê do Parlamento norueguês examina em sua etapa final às 54 postulações apresentadas ao Prêmio Nobel da Paz este ano, número muito maior do que o usual.

Espera-se que o comitê anuncie sua decisão no dia 10 de outubro. No ano passado o prêmio foi considerado vago e a quantia de 681 mil coroas suecas - cerca de 2 milhões 190 mil cruzeiros - ficou reservada. Os candidatos eram 50.

Em teoria, o comitê poderia este ano conferir o prêmio de 76 e 0 de 77, que está dotado em 700 mil coroas, mas se este ano não for escolhido o ganhador de 76, o prêmio correspondente a esse ano aumentará automaticamente o fundo dos prêmios Nobel.

Se o prêmio também for declarado vago este ano, a quantidade em dinheiro correspondente será reservada para o próximo ano.

Entretanto, em vista de que o prêmio não foi concedido no ano passado, a maioria dos observadores antecipa que este ano haverá um ganhador. Mas como sempre, o comitê mantém um total hermetismo e nunca anuncia o nome de qualquer candidato.

As especulações em torno de possíveis ganhadores se baseiam em seus postulantes, nomes foram divulgados por seus postulantes. Entre alguns candidatos fortes este ano, figura a Organização Anistia Internacional, postulada pelo parlamento de Luxemburgo, por seu trabalho em favor dos presos políticos em todo o mundo.

Informações que a "Madre Tereza", humanista originária da Albânia, que durante trinta anos tem trabalhado em favor dos pobres de Calcutá, está na lista dos candidatos. Alguns observadores acham que Betty Williams e Mirjad Corrigan, fundadoras do Movimento Feminino pela paz, em Ulster, também são fortes candidatos ao Prêmio da Paz, este ano. Não foram incluídas entre os candidatos do ano passado, pois sua inscrição ultrapassou o prazo exigido - 10 de fevereiro. Em troca, receberam o prêmio da paz do povo norueguês de 800 mil coroas norueguesas, arrecadadas expressamente para este fim.

PT 1025C. 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

42

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Deputado reclama a Geisel contra posição da Funai</b></p> <p>BRASILIA (Sucursal) — A Funai vem defendendo o afastamento de missões adventistas da Reserva Indígena da Ilha do Bananal. Ontem, o deputado adventista Igo Iwant Losso (Arena-PR) esteve com o presidente Geisel a fim de entregar-lhe um álbum de fotografias das suas visitas a duas colônias Witwarsan, no Paraná, e aproveitou para reclamar.</p> <p>Segundo ele, o presidente disse que estudará o problema e mostrou-se favorável a integração do índio, contra a idéia de alguns indigenistas que procuram preservá-lo do contato com estas missões. Para o deputado é necessário civilizar os índios. Mas, perguntado sobre o que aconteceu com os que espalhavam-se pelo território do seu Estado, reconheceu: "no sul eles até fazem indústria de índios".</p> <p><b>ISMARTH EXPLICA</b></p> <p>O genral Ismarth de Oliveira disse ontem que a Funai não recebeu nenhum comunicado da Presidência da República sobre a cassação da Missão Adventista do Sétimo Dia, que atuava no Posto Indígena Fontoura. A explicação que deveria ser solicitada, decorre de queixa formulada pelo deputado adventista Igo Iwant Losso (Arena-PR) ao presidente Geisel.</p> <p>O presidente da Funai esclareceu que responderá ao pedido de informação — caso ele seja feito.</p> <p>Ele afirmou que "o que não podemos admitir é que os missionários tentem implantar no índio o proselitismo religioso que pregam, e nem consentir que eles proibissem a tribo de comer alimentos de sua cultura, como a tartaruga e o peixe de couro ou ainda impedissem o trabalho aos sábados, como foi constatado".</p> <p>"Se a Funai expulsou a missão foi porque, como se vê, os motivos foram muito graves", acrescentou. O problema, segundo ele, "é que não podemos fiscalizar todas as missões, pois não temos recursos para olhar por todos os índios".</p> <p>"Isso faz com que a Funai seja muito tolerante nas áreas em que ainda não atua, mas não significa que nos lugares onde o órgão está presente, consentiremos que os compromissos assumidos com vista à preservação cultural dos índios sejam desobedecidos pelas missões".</p> <p>Folha de São Paulo 6-10-67 PASTA: FUNAI</p>

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

48

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>11 — O ESTADO DE S. P.</p> <h3>Para Villas-Boas, a Funai enfrenta falta de recursos</h3> <p><b>Da sucursal do RECIFE</b></p> <p>O sertanista Orlando Villas-Boas, que ontem pronunciou uma conferência na Universidade Católica de Pernambuco, afirmou estar entusiasmado com a prioridade que a Funai vem concedendo à questão da demarcação de terras nas áreas das comunidades indígenas, mas lamentou que os recursos financeiros postos à disposição do órgão sejam insuficientes. Além disso, declarou que as Delegacias Regionais se ressentem da falta de pessoal qualificado para o trabalho de campo.</p> <p>Villas-Boas disse ser responsável levar em conta o problema maior da terra, por que, no processo desenvolvimentista de hoje, o índio está ameaçado".</p> <p>Classificando o problema da terra como uma "questão crucial", o sertanista ressaltou que, apesar das medidas adotadas nesse setor, a política indigenista brasileira continua voltada para a integração do índio na sociedade nacional, embora não haja lugar para os silvícolas "nessa sociedade".</p> <p>Orlando Villas-Boas, falando depois sobre os métodos de assistência espiritual utilizados junto aos índios, reconheceu a existência de problemas na atuação das missões religiosas, pois "nem todas atuam como deveriam atuar". Explicou que durante um grande espaço de tempo os índios brasileiros vivem...</p> <p>...que se responsável levar em conta o problema maior da terra, por que, no processo desenvolvimentista de hoje, o índio está ameaçado".</p> <p>...os recomendados a não se ser prioritária.</p> <p><i>Pasta FUNAI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

9/9

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;">JORNAL DO BRASIL <input type="checkbox"/> Sábado, 8/10/47 <input type="checkbox"/> 1º Cade</p> <h3 style="text-align: center;">Cláudio rejeita convite da Funai</h3> <p><i>Brasília</i> — O sertanista Cláudio Villas Boas, que com seu irmão Orlando, foi oficialmente indicado para o Prêmio Nobel da Paz, a ser concedido, depois de amanhã, em Estocolmo, enviou ontem telegrama ao presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, declinando do convite feito há duas semanas para ambos chefear a frente de atração dos índios Araras, no Pará. Ele alegou estar "em meio a sério tratamento de saúde".</p> <p>Os dois sertanistas, responsáveis pela criação e manutenção do Parque Indígena do Xingu, se encontram em Recife, realizando conferências. O General Ismarth de Oliveira obteve de Cláudio Villas Boas a promessa de participar da contatação dos Araras, "tão logo melhorarem minhas condições físicas". Os Araras serão interinamente contatados pelo sertanista Afonso Alves, já designado pela Funai.</p> <p><b>O NOBEL</b></p> <p>Os irmãos Villas Boas já foram cinco vezes consecutivas cogitados para o Nobel da Paz, devido a seus trabalhos internacionalmente conhecidos na defesa das minorias indígenas. Segundo o presidente da Funai, "o currículo de Cláudio e de Orlando dos dois indígenas conseguiram pacificar a congregação de 17 grupos indígenas diferentes, e antes em constantes atritos, no Parque do Xingu, é mais que suficiente para torná-los merecedores de um prêmio internacional de paz".</p> <p>Para o General Ismarth de Oliveira, "os hoje precocemente envelhecidos sertanistas, com mais de 40 má-lárias contraídas em suas incursões pela selva, estão acima de todas as implicações políticas que porventura definam os nove laureados pelo Nobel". Em sua opinião, a concessão do Prêmio aos irmãos Villas Boas, não deve ser vista como "mais uma vitória internacional do Brasil, mas, principalmente, como um ato de justiça para com aqueles que lutam pelos direitos humanos das minorias raciais".</p> <p>Disse, ainda, o presidente da Funai, "que só a disposição demonstrada pelos sertanistas Villas Boas, em continuar na sua luta — basta dizer que tentarão pacificar os araras, após a recuperação de Cláudio — é merecedora do respeito e da gratidão de todos aqueles que tencionam fazer do mundo uma comunidade mais pacífica e solidária".</p> <p>Os índios araras, segundo o General Ismarth de Oliveira, vêm criando problemas e atritos com os agricultores assentados nos projetos de colonização da Cooperativa Triticola de Ijuí — empresa gaúcha há um ano instalada na Transamazônica. Os sertanistas para que não agravem no local, a Funai, decidiu acelerar o processo de atração do grupo indígena.</p>

*Lista FUNAI*



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

9

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
	<p><i>Pasta FUNAI</i></p>	<p><b>Villas Boas defende a cultura do nosso índio</b></p> <p>O trabalho da Funai serve apenas para amenizar o choque cultural entre indígenas e civilizados, ou o retardamento da extinção desses povos. Essa é a visão do indigenista brasileiro Orlando Villas Boas, que disse, ontem, na Universidade Católica de Pernambuco, que "não há salvação para o índio brasileiro fora de sua cultura".</p> <p>Na presença de mais de 200 universitários, explicou que a corrida desenvolvimentista nas áreas do Brasil Central e da Amazônia tem criado dificuldades às nações indígenas — 180 mil — que ocupam 2.500 quilômetros quadrados de terras vazias, já na mira dos grandes projetos agropecuários.</p> <p>Para Villas Boas, o desmatamento de mais de 1 milhão e 200 mil árvores é uma verdadeira violentação da natureza: "Com a busca de riquezas mais rápidas, o índio sofre e tende a desaparecer, já que seu habitat está sendo destruído e seu único bem comum, a terra, está sendo invadido".</p> <p>A falta de gente habilitada para o trato com o índio e a escassez de recursos — verba anual de Cr\$ 150 milhões — são os grandes problemas da Funai. Sobre as missões católicas, disse que são as que mais ajudam, em termos missionários, a salvação física do índio brasileiro, para a sobrevivência física dele", explicou o indigenista.</p> <p><i>8-10-47</i></p> <p><i>FOLHA DA MANHÃ</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

51

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Funai cuida da terra dos índios</b></p> <p><i>O Estado de Parana - 09/10/77</i></p> <p>RECIFE, (AE - O ESTADO) - O sertanista Orlando Vilas Boas confessa-se entusiasmado com a prioridade que a Fundação Nacional do Índio vem concedendo à questão da demarcação de terras nas áreas das comunidades indígenas, mas lamentou o fato de que os recursos financeiros postos à disposição do órgão continuam abaixo das necessidades reais.</p> <p>Vilas Boas - que, de passagem pelo Recife, pronunciou conferência na Universidade Católica de Pernambuco - assinalou que "a Funai hoje está altamente empenhada no problema da terra, uma questão crucial. Se a terra for tirada, que se pode oferecer aos índios? Ressaltou, no entanto, que "a política indigenista brasileira continua voltada para a integração do índio na sociedade nacional. Ocorre que não há lugar para o índio nesta sociedade. Os índios só sobrevivem nas comunidades sob as quais estão. Hoje, contudo, a Funai instrui para que este processo seja cuidadoso e cauteloso através do respeito às comunidades puras".</p> <p>Ao responder a uma pergunta sobre as razões que levaram a Funai a transformar a questão das terras em problema principal da política indigenista, Vilas Boas assegurou não foi a Funai que concordou conosco na adoção deste problema, como se fossemos donos da verdade. A preocupação com o problema das terras nasceu de um movimento natural dentro do próprio órgão. É indispensável levar em conta o problema maior da terra, porque, no processo desenvolvimentista hoje, o índio está ameaçado. A partir daí, surgiu uma nova política da Funai diante desta questão. A Funai disse - Vilas Boas - está voltada para a medição de terras, mas os recursos financeiros disponíveis são pequenos. Além disso, as delegacias regionais sentem a falta de pessoal qualificado para o trabalho de campo. É preciso motivação e urgência para esse trabalho. Se antes, o antigo serviço de proteção ao índio maltrava, no Araguaia, um posto com apenas um agente hoje é impossível que isto aconteça, diante da necessidade de assistentes, técnicos, enfermeiros".</p> <p>O sertanista reconheceu a existência de problemas na atuação das missões religiosas nas comunidades indígenas.</p> <p>"Durante um grande espaço de tempo, os índios brasileiros viveram o processo de catequese religiosa. Hoje, a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) recomenda que a catequese religiosa não deve interessar. O importante é a salvação física do índio. A ação de catequese deve servir para o futuro, quando o índio puder lutar por suas religiões. Os índios devem nos interessar por tudo que represente como patrimônio da humanidade".</p> <p>Depois de lembrar que 22 missões católicas e 32 não católicas trabalham junto às comunidades indígenas brasileiras, Vilas Boas afirmou que "nem todas as missões atuam como deveriam atuar. As missões católicas são as que mais seguem o processo ideal de contato com o Índio. As não católicas são as que apresentam maiores dificuldades de controle". Vilas Boas citou o ensino aos índios de línguas estrangeiras como um dos problemas da atuação das missões religiosas e lembrou que "em Rondonia, por exemplo, é possível encontrar índio que fala inglês".</p>

*Do Pastor FUNAI*

PT 1025C.122

"Então, o que está acontecendo ali?" Essa questão foi levantada durante a reunião da ANAI, realizada na quinta-feira. E a resposta, trazendo um outro documento que chegou a ser debatido pelos associados: "Há um monstruoso jogo de interesses dentro da Fundação, que poderia ser localizado assim: Departamento Geral dos Postos Indígenas versus direção da Funai (presidência, delegacias regionais, chefias dos postos) ou ainda a empresa da Funai denominada DGPI versus Funai do Estatuto do Índio".

São inúmeras algumas críticas que se acumulam às dezenas de outras que foram feitas à Fundação Nacional do Índio, cuja política indigenista nem sempre consegue levar as melhores condições aos nativos. E isso pode ser devidamente delimitado a partir da intenção primeira do Estado, a de civilizar o índio, como se a civilização brasileira fosse a ideal. É por isso, aliás, que hoje discordam da entidade os missionários religiosos.

**IRREGULARIDADES (1)**

Analisando o ofício enviado a... 1. no Toldo Indígena de Nonoai constatou-se ocorrendo violenta devastação dos recursos florestais, com violação do artigo 24 e parágrafos da Constituição; artigos 24 e segundo do Estatuto do Índio; e artigo primeiro, letra G e parágrafo segundo, do Código Florestal". Curioso, porém, é o fato de a própria Funai ter expedido portaria permitindo a alienação da madeira — desde que desvalorizada, porém. Mas a diretoria da ANAI acusa que essa desvalorização vem sendo provocada pelos interessados.

"2. É certo que a administração do aludido Toldo teria estribado na portaria 269/E, de 16.07.76, assinada por Vossa Excelência, instituindo Comissão Permanente de Alienação de Madeira desvalorizada. Todavia, como é do conhecimento desta entidade, a extração da madeira, com total desrespeito às normas mínimas do diploma florestal (artigo segundo), vem se operando através da desvalorização provocada criminosamente, pelos interessados em locupletar com o patrimônio indígena".

"3. Semelhante estado de coisas vem conduzindo os índios ali radicados à mais completa marginalização, eis que despojados de seu habitat natural, privados da floresta, da caça, da pesca e até da água para sua sobrevivência. O Toldo, assim degradado, além de não permitir as lavouras de subsistência, tem conduzido a população a um total estado de miséria material e moral, com a degradação de sua cultura, seguida de alcoolismo, prostituição, doença e morte".

**IRREGULARIDADES (2)**

"4. Os 14 mil hectares — teoricamente suficientes para manter em condições satisfatórias os 1.200 kaingang — estão totalmente intrusados por cerca de mil agricultores sem terra, que ocupam as glebas mais férteis, cortadas por vias de acesso e que lhes proporcionam a rapina dos recursos naturais da Reserva. Tal intru-

**Investigações feitas pela Associação Nacional de Apoio ao Índio no Toldo Indígena de Nonoai constataram a existência de diversas irregularidades. E isso motivou uma denúncia da ANAI ao general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da Fundação Nacional do Índio, pedindo inclusive a intervenção desse órgão junto à chefia do Posto. Conforme ofício enviado ontem à Funai, a Associação esclarece que está ocorrendo em Nonoai uma «violenta devastação», com o conseqüente «desrespeito às mínimas normas do diploma florestal». Além disso, registra-se naquele local a intromissão de mil colonos brancos que se utilizam das «glebas mais férteis» e dos recursos indígenas. Há ainda o caso de dezenas de serrarias clandestinas na área. A ANAI critica também as «soluções inócuas» que vêm sendo tomadas.**



Colonos brancos desrespeitam os índios. Começaram a devastar o Toldo de Nonoai

**Exploração dos índios e desmatamentos na reserva de Nonoai**

samento, datando de mais de uma década, conta com a omissão e/ou conivência da administração do Posto. Cumpre ressaltar que essa massa de intrusos acha-se imersa, igualmente, na mais sórdida miséria. O único sinal de prosperi-

dade encontra-se nas lavouras circundantes da sede do Posto, diretamente exploradas por seu administrador, dentro dos mais modernos ditames da técnica agrícola".

"5. Paralelamente, as transações de madeira de lei e pi-

nheiro, provenientes do Posto, conduzem à prosperidade das serrarias existentes na região, muitas delas clandestinas e, por isso, já autuados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Os contratos de venda de madeira, firmados pela

administração local da Funai com os donos das serrarias sem a devida chancela do órgão federal competente (IBDF), propiciam toda sorte de abusos, a culminar com total perda do patrimônio indígena. Segue-se-lhe a desagregação completa, inclusive da sociedade envolvente".

"6. A espoliação mencionada área indígena, resistindo a uma série de tentativas de soluções inócuas, entre as quais, pelo menos, a instauração de três comissões parlamentares, todas elas concluindo pelo impostergável restabelecimento dos direitos dos índios ao seu patrimônio".

"Face a toda essa gravíssima conjuntura, sofrida pelos índios de Nonoai/RS, a ANAI vem, respeitosamente, pleitear a Vossa Excelência que se digne encaminhar à autoridade competente, com fundamento no artigo 20, parágrafo primeiro, letras C e E do Estatuto do Índio, decreto nº... no Posto Indígena de Nonoai/RS".

**IRREGULARIDADES (3)**

No outro ofício que está de posse... são citados exemplos de "jogo de interesses" que revela que a terra dos chefes de posto... por diversas vezes... ser escondida. "Será... Guarita, onde... chefe do posto morava... enquanto o chefe... que no caso deveria... um funcionário, está... sustensivamente instalado num belo palacete ao lado. Há não muito tempo o chefe do Posto de Chapecó, Franklin Mader, e o encarregado do DGPI do Sul, doutor Milton, ofereceram um espetáculo aos índios, quando chegaram às vias de fato, batendo-se a socos".

A solução seria "evidente: proscição total do DGPI, que é o câncer do patrimônio e da renda indígenas e que já foi qualificado por um alto funcionário da Funai, em 1976, de "monstro". E há ainda o caso da visita do padre Egon Heck ao Posto de Picurui, no Norte. Conta ele que foi bem recebido, de início. "Mas depois, fui tratado como um elemento perigoso. Me afirmaram, lá, que a Fundação estava com sua verba estourada. Para esse ano. Disseram que dois terços da verba da Funai é gasta com funcionários. E por isso justificavam ao projeto do DGPI, que estava instalando ali uma serraria".

No documento argumenta-se que as áreas indígenas do Sul estavam cobertas por exuberantes florestas. Mas, a partir da valorização da madeira, já no início deste século, as extensões dessas áreas foram reduzidas em mais da metade. "Na década de 50 a 60 o próprio Serviço de Proteção ao Índio (hoje extinto), promoveu a instalação de madeireiras nas reservas indígenas de Guaruva, Ibirama, Chapecó, Caci-que Doble, Nonoai".

"Como, porém, a depredação pareceu muito lenta ao órgão, o SPI fez licitações públicas atraindo a cobiça de todos os madeireiros da região". Hoje, a situação está assim: caíram 150 mil pinheiros no posto de Caci-que Doble; 50 mil no de Chapecó e 200 mil no de Guaruva. E a população de índios, que era de cinco milhões em 1500, quatro séculos depois está em apenas 120 mil indivíduos, no Brasil.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

53

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Relatório sobre índios ataca política da Funai</b></p> <p>BRASÍLIA (AE/O ESTADO) — A ação da Funai junto aos 18 mil índios que vivem no Sul de Mato Grosso caracteriza-se hoje eminentemente pela repressão, procurando atingir todas as forças vivas, internas e externas que, de uma forma ou de outra, batalham ainda a favor do índio. Segundo relatório divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário, a Funai mantém na área uma guarda rural indígena que impõe um quadro de submissão forçada e os índios mais lúcidos, como já aconteceu na região de Dourados, são constantemente transferidos de posto, especialmente aqueles que percebem as distorções da política oficial e apontam os caminhos que as populações indígenas devem trilhar.</p> <p>Segundo o Cimi, os chefes de posto, em sua quase totalidade, desaprovam a atual política da Funai, quando não a criticam duramente. "Mas afirmam os padres - aliados com um salário que excede o de muitos professores de universidade, ou seja, em torno de Crs 10 mil e alimentados, anos a fio, com promessas que nunca são cumpridas, eles se prestam contra a sua própria consciência, a serem os executores da política nefasta do órgão".</p> <p>Estes chefes de posto, segundo a constatação feita pelo Cimi, são levados estruturalmente a confiar apenas em índio submisso ou tímido. Aquele que cria eventualmente um ambiente de desconfiança é marginalizado e transferido. Por este motivo, vivem constantemente aliciados pela Funai, pelos madeireiros e fazendeiros interessados nas últimas possibilidades econômicas da região.</p> <p>"O órgão oficial desconhece simplesmente a existência de centenas de índios do Sul de Mato Grosso - continua o relatório - dispersos pelas fazendas e cidades onde trabalham em regime de semi-escravidão. Ao contrário, indiretamente, fomenta este estado de coisas quando, em flagrante desrespeito ao estatuto do índio, facilita a sua contratação para as fazendas".</p> <p style="text-align: right;"><i>Caeta FUNAI</i></p>

DESTA DO DA RANA 23-10-72

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

54

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

Folha de S. Paulo  
**Ismarth critica  
atuação do Cimi**

25  
10  
74

DATA	PROCEDÊNCIA

BRASILIA (Sucursal) — Considero-as denúncias positivas na medida em que sirvam de subsídios para investigações de irregularidades ocorridas em áreas indígenas. Mas, o que eu condeno no trabalho desenvolvido pelo Conselho Indigenista Missionário é que eles nunca me mandaram um relatório sobre o que apuraram nas diversas áreas. Distribuem à imprensa e se esquecem do órgão interessado. Não posso mandar apurar denúncias em cima de dados vagos”.

Esse comentário é do presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, a respeito de denúncias feitas pelo Cimi sobre a situação das populações indígenas do Sul de Mato Grosso em relatório enviado à imprensa. Segundo o documento, a ação da Funai entre os 18 mil índios que vivem no Sul de Mato Grosso caracteriza-se pela expressão a todas as forças internas e externas que tentam lutar em favor dos índios.

### PELA IMPRENSA

“Me baseio muito no noticiário da imprensa sobre problemas que ocorrem em diversas áreas indígenas sobre os quais muitas vezes não tenho, realmente conhecimento”, disse o presidente do órgão indigenista. “Mas, pelo que li sobre o relatório do Sul de Mato Grosso não existe nesse trabalho nenhum dado concreto que eu possa mandar apurar”, disse, Ismarth.

O presidente da FUNAI citou, como exemplo, as críticas do Cimi sobre a existência de Guarda Indígena na maioria dos postos. “Isso não tem fundamento, pelo menos quanto à ocorrência de tal polícia incentivada pela Funai”, explicou. “Estive na área a menos de um mês e, realmente constatei a existência desse tipo de policiamento mas criado por iniciativa dos próprios índios”.

Segundo o general Ismarth, os índios do Sul de Mato Grosso não estão abandonados, estão amparados no setor de saúde — mesmo nos postos onde existem apenas atendentes — a educação está sendo incrementada e, inclusive, “por missionários como é o caso da diocese de Corumbá, que atua na área dos Kadiweu e na missão de Mundo Novo, que vem desenvolvendo um excelente trabalho conjunto com a Funai”.

Quanto ao impedimento do trabalho de três freiras missionárias na região de

delegados pela Funai — segundo denúncia do Cimi — disse o presidente do órgão que “índios precisam de assistência concreta e não de catequese. A Igreja está evoluindo e o objetivo principal deve ser o bem estar do indivíduo, no caso, o índio. Não se deve desprezar os aspectos religiosos mas só a religião não vai resolver os problemas das comunidades indígenas”.

“Em todo caso” — disse Ismarth, “solicitei ao Departamento Geral de Operações que investiguem possíveis irregularidades no Estado de Mato Grosso do Sul”.

### ULTIMO ANO

O presidente da Funai que depõe no próximo dia 8 na CPI que investiga a situação das populações indígenas no Brasil revelou, referindo-se a sua possível saída da Funai no próximo governo que, “a minha preocupação é trabalhar neste último ano no sentido de entregar a Funai ao meu possível sucessor como um órgão irreversível”.

“Quando assumi a Funai”, disse Ismarth, “encontrei quatro projetos de desenvolvimento comunitário, atualmente temos 39 em execução e em fase de implantação. A nossa meta prioritária continua sendo a demarcação das terras indígenas que esse ano já foram paralizadas — com exceção do Xingu e de oito áreas no Maranhão — por falta de recursos, visto que a verba para a demarcação que este ano foi de 12 milhões de cruzeiros, já se esgotou. Para o Parque do Xingu, adiantou, Ismarth, foi preciso solicitar junto ao Ministério do Interior uma verba extra de 16 milhões de cruzeiros — mais do que a verba total de demarcação — pela extensão do Parque que tem 1350 quilômetros de perímetro”.

Além disso, o presidente da Funai também considera prioritário, a delegação de poderes aos índios — ainda sem tocar na questão da emancipação — no sentido de que algumas comunidades indígenas assumam a gerência de seus próprios negócios — como o caso dos Gaviões do Pará que exercem eles próprios, seus cargos administrativos. Também de chefia regional e até de delegações regionais da Funai, como em Campo Grande, onde o índio Terena Joel Ferreira foi nomeado delegado.

*Nota FUNAI*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

5

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><i>25-10-72</i></p> <h3 style="text-align: center;">Funai desmente o início de combatos com índios araras</h3> <p><i>O Estado de S. Paulo</i></p> <p><b>Surtais</b></p> <p>Não há qualquer intenção, por parte da Funai, de promover o rápido extermínio do grupo indígena que vive isolado, com o objetivo de transferi-lo para o Parque Indígena do Xingu — onde seria instalado junto a outros grupos que falam a mesma língua — desmentindo a informação divulgada em Brasília, o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, anunciou que o órgão pretende demarcar uma reserva para o grupo, ainda nômade, em seu próprio habitat.</p> <p>Em entrevista coletiva, Ismarth abordou os diversos programas que vêm sendo executados pela Funai nas áreas indígenas, afirmando que o órgão, nos postos onde os índios estão atingindo um grau de aculturação</p> <p>mais avançado, a manutenção e mesmo a própria gerência de projetos econômicos estão sendo transferidas para o controle dessas comunidades.</p> <p>Segundo o general a Funai está agora estudando, junto com a antropóloga da USP Lux Vidal, um projeto de coleta da castanha para os índios xicrin, do Pará, a exemplo do que já ocorreu com os gaviões, no mesmo estado. Esta comunidade, com o apoio da antropóloga Iara Ferraz, passou a controlar toda a comercialização do produto, retendo o lucro obtido que, anteriormente, era destinado à 2ª Delegacia da Funai em Belém. No sul, a experiência piloto de nomear um índio para chefiar o posto indígena de Ibirama, em Santa Catarina, está apresentando bons resultados. Estes índios, no primeiro semes-</p> <p>tre se revoltaram com a venda indiscriminada de madeira em sua reserva e passaram a reivindicar a emancipação do grupo e consequente retirada da Funai da área.</p> <p><b>D. Vice admite que há dificuldades</b></p> <p>O cardeal Scherer admitiu ontem em Porto Alegre, que existem dificuldades ao trabalho dos missionários na medida em que defendem os grupos indígenas contra determinados abusos e explorações. A afirmação foi feita durante seu programa semanal "A Voz do Pastor", no qual o prelado gaúcho abordou a questão missionária a propósito do "Dia Mundial das Missões", comemorado domingo último.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posto FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

60

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Jornal do Brasil*  
*26-10-74*

º Caderno

DATA	PROCEDÊNCIA
	<div data-bbox="673 517 1315 1071" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="670 1066 1315 1107" data-label="Caption"> <p>O Gen. Augusto Rondon quer índio militarizado</p> </div> <div data-bbox="667 1134 1315 1329" data-label="Section-Header"> <h3>General sugere vinculação da Funai ao Exército e a militarização dos indígenas</h3> </div> <div data-bbox="670 1341 1315 1454" data-label="Text"> <p>Brasília — Em depoimento na CPI do Índio, ontem, o General da reserva Augusto Frederico Rondon defendeu a vinculação da Funai ao Ministério do Exército. "de onde nunca deveria ter sido</p> </div> <div data-bbox="462 1408 609 1577" data-label="Text"> <p><i>Partido FUNAI</i></p> </div>

PT 1025 C 122

# Secretaria de Segurança Pública


## Delegacia de Ordem Política e Social

57

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Presidente da Funai fala sobre</b></p> <p style="text-align: center;"><b>“O Índio e a Ação da Funai”</b></p> <p>A atuação do Conselho Indigenista Missionário junto aos Índios é marcada pela incoerência, pois seus atuais dirigentes limitam-se apenas a tecer críticas a atuação da Funai, sem no entanto apontar qualquer solução para as deficiências que afirmam existir no órgão.</p> <p>A declaração é do presidente da Funai - Fundação Nacional do Índio, general Ismarth Araujo de Oliveira, em entrevista concedida à FOLHA. O dirigente da Funai veio ao Paraná para participar do seminário sobre "O Índio e a Ação da Funai", promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p>Para o presidente da Funai, o Cimi que diz pretender defender os Índios, "na realidade nada tem feito em benefício de nossos silvícolas a não ser inflá-los contra as autoridades".</p> <p>Para ele as críticas que seus membros têm feito à Funai são vagas e sem nenhum dado concreto. Como exemplo, ele citou uma assembléia de Índios promovida pelo Cimi, "há cerca de 3 meses, em Itapiranga (Goiás)".</p> <p>Naquela assembléia - segundo afirmou - o Cimi orientou os Índios que vivem sob a proteção das missões religiosas para "criticarem a política da Funai e a seus dirigentes". Acontece, explica o general, que Índios de uma tribo Xavante sobre a qual o Cimi não exercia qualquer influência, rebateram as críticas que os demais silvícolas haviam formulado e defenderam a atuação da Funai. Como o argumento dos Xavantes eram inconteste, os demais Índios passaram a apoiá-los.</p> <p>Segundo o general, daquela vez a tática usada pelo Cimi, voltou-se contra aquele órgão. Os elementos do Cimi costumam aproveitar-se da facilidade com que os Índios deixam-se influenciar, para usá-los e atirá-los até contra os dirigentes do País". O general diz ainda que "ao contrário das assembléias onde os Índios criticam a Funai, desta vez os jornais não deram nenhuma notícia daquela Assembléia, talvez porque o Cimi não tivesse interesse na divulgação da notícia".</p> <p>Recentemente, segundo o general, o Cimi divulgou um manifesto onde acusa a Funai de manter policiais dentro de uma determinada área indígena, e que vêm cometendo uma série de arbitrariedades contra os Índios daquela reserva. Acontece, que o Cimi, simplesmente como sempre faz - omitiu a região onde estes fatos estariam acontecendo. "Quer dizer, se isso realmente aconteceu, a direção da Funai não pode tomar pro-</p> </div> <div style="width: 45%;">  <p style="text-align: center;">O general Ismarth fala à FOLHA</p> <p>vidências por falta de dados e informações mais concretas". Ele conta que só veio a tomar conhecimento da denúncia quando um jornalista foi questioná-lo a respeito: "Como não sabia do manifesto do Cimi, o jornalista acabou me arrumando uma cópia. Segundo o presidente da Funai, isso acontece sempre: "O Cimi faz as denúncias a todo mundo, mas nada comunica à Funai. Seria muito mais interessante que apontasse as nossas falhas, mas com dados concretos, pois assim teríamos condições de tomar as providências cabíveis aos casos".</p> <p style="text-align: center;"><b>MUDANÇA</b></p> <p>O presidente da Funai disse ainda que enquanto D. Vicente Cezar foi presidente do Cimi existiu um bom relacionamento entre aquele órgão e a Funai. "Inclusive, naquela época foram realizados vários trabalhos conjuntos em favor dos indígenas". As coisas mudaram acrescentou - a partir da posse de D. Tomaz Balduino. "De lá para cá, o CIMI radicalizou suas posições e com isso vem criando apenas dificuldades à FUNAI, mas nada de prático tem realizado em favor dos nossos silvícolas".</p> <p>O Cimi, afirma o general, que foi criado com grandes finalidades missionárias para atuar junto à comunidade indígena radicalizou sua linha de ação, desviando-se inclusive de seus objetivos".</p> <p>Concluiu.</p> <p>Hoje, o presidente da Funai preside a noite a participação do seminário sobre "O Índio e a Ação da Funai", promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas. Ele contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas.</p> <p>Hoje ele visita a reserva indígena de Itapiranga e à noite participa novamente do seminário.</p> </div> </div>

*Leitor FUNAI*

FOLHA DE LONDRIANA 28-10-77

PT 10250.122



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

58

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Até junho, a Funai terá nova estrutura</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Correspondente em LONDRINA</b></p> <p>O presidente da Funai, general Ismarth, Oliveira anunciou que visitará a reserva de Tamarana, distrito de Londrina, onde esteve visitando a reserva dos índios... que até junho do próximo ano o órgão sofrerá várias mudanças em sua estrutura, "com o objetivo de ser uma entidade menos burocrática para dar melhor assistência ao índio".</p> <p>Segundo Ismarth, serão extintas as administrações regionais e as superintendências estaduais e, com a consequente racionalização de recursos, haverá maiores verbas para melhoria dos postos instalados nas reservas. Outra mudança tem como objetivo o aumento do número de postos sanitários, que hoje são poucos para dar assistência a mais de 100 mil índios em todo o País. "Além disso, afirmou, iremos concentrar esforços na Amazônia, para nos antecipar à grande ocupação prevista para a área pelos colonizadores".</p> <p>Na reserva de Tamarana, que abriga 63 famílias indígenas que ocupam uma área de 4.915 hectares, o presidente da Funai ouviu as reivindicações dos moradores e constatou o estado de abandono da área, onde os índios morrem de gripe, são atacados por verminose e trabalham como "bóias-frias" nas fazendas vizinhas.</p> <p style="text-align: right;"><i>28/10/77</i> <i>Estado de S. Paulo</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Pasta FUNAI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

59

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p data-bbox="682 830 771 1529" style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">GAZETA DO POVO 31-10-77</p> <p data-bbox="828 830 1453 1023"><b>Governo vai melhorar melhor os serviços</b></p> <p data-bbox="787 1047 1469 1444">O presidente da Funai, Ismarth de Oliveira, anunciou em Tamarana, distrito de Londrina, onde esteve visitando uma reserva de índios Jaigangs, que até junho do ano que vem o órgão sofra várias modificações em sua estrutura "deixando de ser uma entidade altamente burocrática para dar maior assistência ao índio". Segundo ele, as administrações regionais e as superintendências estaduais serão extintas para que "com a racionalização de recursos, os indígenas possam ter maior assistência, como a melhoria em postos instalados nas reservas" mostrou que atualmente existe 87 atendentes sanitários para atender mais de 200 mil índios em todo o país e isso deverá ser alterado. "Além disso, iremos concentrar esforços na Amazonia, para nos antecipar à grande ocupação prevista para a área por colonizadores."</p> <p data-bbox="787 1456 1469 1553">Nesta semana, o presidente da Funai, Ismarth de Oliveira, esteve em uma turma da Faculdade de Filosofia de Arapuá para conhecer a realidade do índio brasileiro.</p> <p data-bbox="1055 1649 1242 1793">Ismarth FUNAI</p>

PT 10255.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

60

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	
		<p style="text-align: right;"><i>Folha de S. Pau</i></p> <p>Terça-feira, 1.º de novembro de 1977</p> <h3 style="text-align: center;"><i>Funai nega que exista tesouro da tribo Niawa</i></h3> <p>BRASILIA (Sucursal) — A existência de um tesouro indígena, em ouro e diamantes, encontrado por uma expedição científica junto aos índios da tribo Niawa foi colocada em dúvida, ontem, pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, que classificou a história de "fantasiosa" afirmando desconhecer, inclusive, tal grupo indígena, "pelo menos em território brasileiro."</p> <p>A informação foi veiculada por uma agência de notícias com base em entrevista concedida por um dos membros da expedição, o médico francês Louis Vanleer, que disse ter localizado, após 15 anos, uma tribo primitiva de índios, que sacrifica suas mulheres virgens e possui "uma verdadeira cidade do tesouro".</p> <h4 style="text-align: center;">SORO DA VERDADE</h4> <p>Segundo o médico francês, a localização do tesouro dos índios Niawa foi obtida mediante injeção do soro da verdade em um dos caciques do grupo, que inclusive levou a expedição até o local onde se encontravam o ouro e as pedras preciosas. A respeito, disse o general Ismarth que desde a presença da expedição naquela área — onde a Funai mantém uma base avançada de atalaia do norte — até a utilização do soro para obter informações dos índios, a ação da expedição "em tudo é clandestina e ilegal".</p> <p>Isto porque, segundo o presidente da Funai, qualquer expedição de caráter científico, para atuar no território brasileiro, deveria solicitar, através da Embaixada do seu país, autorização ao Conselho Nacional de Pesquisa que, por sua vez, por tratar de estudos em área indígena, deveria comunicar à Funai, para que um técnico indigenista fosse enviado ao grupo.</p> <p>O presidente do Conselho indigenista assegurou que a história é verdadeira, mas que será apurado pelo órgão com implicações, inclusive, junto ao Conselho de Segurança Nacional, por ser a região área estratégica e, portanto, de segurança nacional.</p> <p style="text-align: right;"><i>P. Santos FUNAI</i></p>

PT 1025C 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

61

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>FOLHA DE LONDRI NA 1-11-77</b></p> <p style="text-align: center;"><b>FUNAI DESCONHECE PRESENÇA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>DE EXPEDIÇÃO NA FRONTEIRA</b></p> <p>O presidente da FUNAI, general Ismarth de Oliveira, disse ontem em Brasília que desconhece a presença de uma expedição científica na fronteira do Brasil com o Peru. Segundo agências internacionais, a expedição teria encontrado o tesouro dos Nigüa, uma tribo primitiva que vive na Amazônia. O presidente da FUNAI, Ismarth, nunca ter ouvido falar na tribo Nigüa. Disse o general ao apurar esses fatos, "pois o que está sendo publicado nos jornais é de uma gravidade considerável — primeiro por tratar-se de ingresso de expedição científica no Brasil, inclusive em área de segurança nacional, sem a devida autorização, e depois pelos métodos aplicados por esta suposta expedição, que nada tem de científica, pelo que está sendo divulgado".</p> <p>Indagado sobre como agiria a FUNAI na apuração desses fatos, o general Ismarth de Oliveira informou que isto será feito através do Itamaraty, inclusive sobre a veracidade da existência dessa expedição em território brasileiro.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posta FUNAI</i></p>

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

69

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	CPI de CO Comiss. para índios
		<p>Brasília — O presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, considerou "benvinda e oportuna para a causa indigenista" a criação de uma comissão permanente na Câmara, voltada aos problemas do índio, proposta pelos membros da CPI que trata do assunto.</p> <p>Segundo o presidente da Funai aquele órgão desenvolve um trabalho praticamente isolado, na missão de assistir às comunidades tribais, e aceitará de bom grado toda ajuda que obtiver, "como parece ser o caso dessa iniciativa do Legislativo".</p> <p>A sugestão de criação da comissão permanente deverá constar das recomendações finais da CPI no encerramento de suas atividades, previsto para o dia 15 deste mês. O General Ismarth de Oliveira, que prestará seu depoimento à Comissão quarta-feira próxima, continua defendendo a vinculação daquela Fundação ao Ministério do Interior, que, na sua opinião, tem dado bom apoio em forma de recursos materiais ao órgão que dirige.</p> <p>Declarou que responderá a todas as críticas feitas pelos depoentes anteriores contra a Funai e que pretende esclarecer dois tópicos principais — a aplicação do estatuto do índio, inclusive com as limitações que o regulamento impõe ao trabalho da Funai, e às atribuições do Departamento Geral do Patrimônio Indígena.</p> <p>BRASIL 11/77</p> <p>Pasta FUNAI</p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

63

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	
		<p>O ESTADO DE SÃO PAULO</p> <p><b>Funai não se opõe à comissão</b></p> <p><u>Da sucursal e do correspondente</u></p> <p>O presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, concordou ontem com a sugestão apresentada por vários parlamentares, para a criação de uma comissão permanente que trataria dos problemas ligados ao índio. Apesar de aprovar a idéia, entretanto, o general mantém seu ponto de vista de que a Funai deve permanecer vinculada ao Ministério do Interior.</p> <p>Para Ismarth de Oliveira, não vem ao caso a alegada incompatibilidade entre as funções do Ministério, voltadas para o desenvolvimento, e a atribuição da Funai de proteger as comunidades indígenas e promover sua integração lenta na sociedade. "Desde que a Funai tenha recursos materiais e financeiros, poderá ser vinculada a qualquer órgão, porque isso não afetará a execução de suas atividades", disse.</p> <p>O general Ismarth estranhou as informações de que ele teria sondado a presidência da CPI do índio sobre a conveniência de sua participação na viagem de investigação que os parlamentares farão dia 11 ao Parque do Xingu. Segundo ele, um avião da Funai levará a comitiva até a reserva indígena apenas por solicitação da presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito.</p> <p>Na próxima quarta-feira, dia 9, o general Ismarth de Oliveira deporá na CPI do índio. Em seu depoimento, vai procurar responder as críticas feitas à Funai pelos parlamentares e outros deputados, alegando, principalmente, a aplicação efetiva do Estatuto do Índio e refutando as acusações feitas contra o Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGI), o mais criticado durante os trabalhos da comissão.</p> <p><i>Pront. FUNAI</i></p>

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>O Estado de São Paulo</p> <p>8 DE NOVEMBRO DE 1977 — TERÇA-FEIRA</p> <h3>Sertanista pede criação de nova reserva indígena</h3> <p>O sertanista Apoena Meireles sugeriu ontem ao presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, a urgente interdição de uma área em Rondônia para o grupo de índios zoros, cujas terras já estão sendo invadidas por empresas agropecuárias. O sertanista entrou em contato, nas últimas semanas, com duas aldeias ainda isoladas e o levantamento que fez na área comprovou a existência de mais de 500 índios.</p> <p>O contato com os zoros, segundo o sertanista, foi conseguido com relativa facilidade, pois esses índios já estavam, espontaneamente, procurando um relacionamento com os empregados das fazendas que estão se instalando na região. A proximidade de civilizados determinou o envio da expedição e agora a Funai deverá iniciar um amplo programa de vacinação dos índios já contatados para evitar o alastramento de qualquer tipo de epidemia, o que poderia ser fatal para o grupo.</p> <p>O presidente da Funai aceitou a idéia de reservar uma área especial para os zoros, mas não deverá optar pela interdição. Segundo o general, o processo de interdição exige um decreto presidencial e ele prefere encaminhar o assunto de uma forma mais simples, baseando-se, segundo afirmou, no Estatuto do Índio, que garante a terra aos índios, seu artigo 25.</p> <p>Para Apoena, o contato com os zoros teve a vantagem de promover a pacificação entre eles e os índios suruí, seus inimigos tradicionais. Na expedição, o sertanista levou alguns índios suruí que se confraternizaram com os zoros. O general Ismarth acha que agora, vencida a fase de atritos constantes, os suruí, poderão expandir-se melhor dentro de sua reserva. Os índios, segundo revelou, não queriam sair do posto indígena Sete de Setembro, pois temiam qualquer encontro imprevisto com os zoros. Neste posto, os índios têm enfrentado atritos com colonos que invadiram a área indígena. O presidente da Funai espera que, no interior da reserva, os índios estejam mais protegidos.</p> <h4>Repressão a seringueiros</h4> <p>“A repressão policial contra os garimpeiros na área de Ariquemes está agora atingindo também os colonos e seringueiros” — denunciou ontem, na Câmara Municipal de Porto Velho, o líder do MDB, vereador Itamar Moreira Dantas. Segundo ele, estão ocorrendo problemas para o abastecimento dos seringais e outros setores agrícolas na área em que integrantes da Polícia Militar e da Federal procederam recentemente à retirada de dezenas de garimpeiros que estavam mineirando.</p> <p>Segundo o vereador, no seringal “Castrinho”, pertencente ao seringalista João de Castro, as famílias correm o risco de ficar sem mantimentos” porque os policiais proibem os transportadores de levar mercadorias para lá sob a alegação de que irão vendê-las aos garimpeiros que ainda restam na área”. O seringal fica no quilômetro 142 da rodovia BR-364, na área em que está instalada a Mineração Oriente Novo.</p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

65

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Indio não é problema, diz Costa Cavalcanti</b></p> <p><i>FOLHA DE S. Paulo 9-11-77</i></p> <p>BRASÍLIA (Sucursal) — O ex-ministro do Interior e atual presidente da Itaipu Binacional, Costa Cavalcanti, disse ontem à CPI do Índio que “os índios brasileiros não constituem problemas para o país à exemplo do que ocorre em países onde essa minoria racial já se organizou e tem uma participação atuante quase sempre coordenados por pessoas inescrupulosas”.</p> <p>Em seu depoimento, Costa Cavalcanti, disse ser totalmente contra a idéia dos índios se manifestarem diretamente à presidência da Funai ou ao Congresso Nacional levando, eles próprios, seus problemas ao conhecimento público. Para o ex-ministro, “a opinião do índio deve chegar à Brasília através dos chefes de postos que ouvem os capitães das tribos”. Manifestou-se contra a realização de conselhos de caciques ao mesmo tempo que disse ser necessário incrementar reuniões entre a cúpula da Funai e as delegacias regionais e as missões.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posto FUNAI</i></p>

PT 10250.122



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

66

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Funai diz que terras dos índios foram demarcadas</b></p> <p><i>Estado do Paraná 10/11/77</i></p> <p>BRASÍLIA - Depondo ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara que investiga a política indigenista do País, o general Ismarth Araújo de Oliveira, presidente da Fundação Nacional do Índio, afirmou que mais de 7.5 milhões de hectares já foram demarcados pela Funai em áreas onde existem disputas entre índios e posseiros.</p> <p>As terras demarcadas, segundo o general, tem um perímetro de mais de oito mil quilômetros quadrados abrangendo 37 áreas. Esse trabalho garantirá que não haja mais registros de problemas graves nas glebas indígenas, especialmente porque a Funai vem desenvolvendo atividades fiscalizadas pelas forças públicas".</p> <p>O presidente da Funai fez ênfase ao problema da saúde dos índios afirmando que atualmente com 177 postos médicos, disponíveis, um médico, um dentista e uma enfermeira, além de assistência aos indígenas em suas próprias aldeias. Além disso, foram celebrados convênios com o Ministério da Saúde, Departamento Nacional de Tuberculose, Escola de Medicina, Superintendência das Campanhas de Saúde, Central de Vacinas e Funrural, todos eles destinados ao desenvolvimento de programas específicos de assistência.</p> <p>A Funai também afirmou o general Ismarth Araújo, 190 salas de aula em funcionamento, fazendo parte de escolas construídas para atender às necessidades dos índios não apenas a educação fundamental, mas também a profissional.</p> <p>Fez ainda o presidente da Funai uma crítica à política indigenista desenvolvida pelo governo aos índios, afirmando não terem fundamento as reivindicações e suas terras lançadas, especialmente com o setor de terras, assistência ao índio e ao patrimônio indígena.</p> <p><i>Rosta FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

### ÍNDIOS

# Xingu garantido

Correio de Notícias  
10/11/77

**O ministro do Interior garantiu, ontem, a integridade do Parque Nacional do Xingu, enquanto que o Presidente da Funai negou que o órgão possa ser comparado ao Esquadrão da Morte.**

Brasília - Não cederemos nem um metro quadrado de terra do Parque Nacional do Xingu. Disse ontem o Ministro do Interior, Rangel Reis, ao assinar um convênio com a Fundação Nacional do Índio - Funai, no valor de Cr\$ 12 milhões, para financiar a demarcação de toda a área do Parque do Xingu, localizada entre os municípios de Barra do Garça e Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, onde vivem índios de dezesseis grupos tribais.



RANGEL REIS

#### Terras continuarão dos índios

Por outro lado, respondendo ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara que investiga a política indigenista do País, o general Ismarth Araújo de Oliveira, presidente da Funai, afirmou que mais de 7,5 milhões de hectares já foram demarcados pelo órgão em áreas onde existem disputas entre índios e posseiros. Afirmou, também, que não só as atividades da Funai devem ser investigadas, mas sim a de todos os órgãos que trabalham com o índio, especialmente as missões religiosas, que cometem muitas irregularidades. Ismarth respondeu as acusações feitas especialmente pelo padre missionário Iasi, do Conselho Indigenista Missionário - Cimi -, repelindo a afirmação feita pelo missionário na CPI, de que a Funai poderia ser comparada ao Es-

quadrão da Morte. Esta afirmação, segundo ele, só serviu para denegrir a imagem no País e no exterior do Governo Brasileiro, do qual a Funai é integrante.

"Se o objetivo da CPI é apurar a espoliação do índio, seria justo que se apurasse irregularidades cometidas pelas missões, sem qualquer indenização aos grupos indígenas por essa utilização", afirmou ainda - continuou -, defendendo a exploração do índio, apurando onde a mesma existe, por que não verificar o preço que determinadas missões pagam ao índio pelo seu arte-

zanato e o preço que o mesmo é vendido aos civilizados? Por que não apurar por quanto é comprada pela missão a produção do índio e por quanto é vendida ao mesmo as utilidades de que ele necessita? Por que encarár só a Funai?"

Durante a cerimônia de assinatura do convênio da Funai e o Ministério do Interior, o presidente daquele órgão afirmou que o Parque Nacional do Xingu deverá estar totalmente demarcado até o final de 1978, o que na opinião do general Ismarth de Oliveira significa maior segurança para os índios. Os trabalhos de demarcação da área estão estimados em Cr\$ 16 milhões e, além dos recursos garantidos pelo Ministério do Interior, a Funai deverá receber mais Cr\$ 4 milhões, também desse Ministério. O contrato com a firma vencedora na concorrência para demarcação das terras indígenas - Plantel - será assinado assim que os Cr\$ 12 milhões sejam liberados. Atualmente, o Parque do Xingu possui mais de 3 milhões de hectares, num total de quase 1,4 mil quilômetros para serem demarcados.

Dois mil índios de vários grupos tribais habitam a área que está totalmente loteada e com alguns títulos de propriedade sendo apreciados pela Justiça.

Rangel  
FUNAI

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

68

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
	<p><i>Relator FUNAI</i></p>	<p>JORNAL DO BRASIL <input type="checkbox"/> Sábado, 12/11/77 <input type="checkbox"/> 1º Caderno</p> <h3>Bispo culpa a Funai pelo abandono, alcoolismo e doenças na nação Maxacalis</h3> <p><i>Belo Horizonte</i> — O Bispo de Teófilo Otoni, Dom Quirino Adolfo Schmitz, que é também membro do Cimi — Conselho Indigenista Missionário — acusou ontem a Funai de ser responsável pela situação dos índios maxacalis, entregues a um abandono total, vítimas do alcoolismo e de muitas doenças, entre as quais a esquistossomose, endêmica na região.</p> <p>O bispo afirmou serem "humilhantes as imposições da Funai ao trabalho da Igreja junto a grupos indígenas" e revelou que em sua Diocese, onde estão as aldeias dos maxacalis, está proibido todo e qualquer trabalho de religiosos junto aos índios. Disse que a última vez que pôde manter contato com as tribos foi em maio passado, quando um funcionário da Funai o expulsou da aldeia de Água Boa, a 300 quilômetros de Teófilo Otoni.</p> <p><b>LIBERDADE E CONSTITUIÇÃO</b></p> <p>Dom Quirino disse estranhar que "enquanto a Constituição afirma nossa liberdade religiosa, a Funai, através de funcionários sem formação alguma, impede a ação dos missionários junto aos índios". Revelou também a existência de um grupo de missionários, constituído por três franciscanas, impedindo até de entrar na aldeia de Água Boa: "Elas vieram para a região especialmente para cuidar dos índios e estão obrigadas a residir num município próximo à aldeia, sem direito ao seu trabalho".</p> <p>Segundo ele, "o trabalho da Igreja junto a grupos indígenas não tem mais o antigo sentido de catequisar, impondo elementos de uma cultura européia aos índios. Trata-se de um trabalho que respeita as características da cultura autóctone e visa, apenas, a promover o índio dentro de seu habitat".</p> <p>"No caso dos maxacalis" — frisou — "vale lembrar que estão completamente abandonados. A Funai nada está fazendo por eles e, como se não bastasse, não permite que outros grupos, como a Igreja façam qualquer coisa por eles".</p> <p><b>DOENÇAS E ALCOOLISMO</b></p> <p>Embora tenha ressaltado que o alcoolismo — que quase dizimou os maxacalis, hoje em número de 500 — vem diminuindo, Dom Quirino fez questão de afirmar que "eles estão passando por muitas dificuldades". Além da fome — os rios poluídos não favorecem a pesca, enquanto que a caça já não existe — os maxacalis estão sendo atacados por muitas doenças. As verminoses, com destaque especial para a esquistossomose, são as principais moléstias que os índios contraem.</p> <p>Dom Quirino Schmitz lembrou que "na época do SPI — Serviço de Proteção ao Índio — a situação dos maxacalis esteve melhor. Eles começaram, inclusive, a experimentar um certo crescimento em suas tribos". Mas destacou que atualmente, com a Funai, a situação tem sido completamente inversa.</p>

PT 1025 C. 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

69

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>O GLOBO <span style="float: right;">O PAÍS • 11</span> Sexta-feira, 18/11/77</p> <h3 style="text-align: center;">Índios de Rondônia que sofrem ameaças preocupam a Funai</h3> <p>PORTO VELHO (O GLOBO) — A situação dos índios Uru-eu-wau-wau, que vivem nas cabeceiras do rio Caltário e foram ameaçados de extermínio pelos seringueiros da região em represália à tortura e morte de uma mulher e uma criança por membros da tribo, está se agravando e preocupando a Funai.</p> <p>Apesar de haver evacuado a área dos conflitos, há cerca de um mês, a Funai recebeu a denúncia do missionário Royal Taylor, da Missão Novas Tribos do Brasil, que afirmou ter visto duas canoas com homens fortemente armados subindo o rio Caltário, em direção à área onde se presume que os índios Uru-eu-wau-wau viviam. O missionário disse que identificou dois dos homens que subiam o rio como sendo o filho do seringueiro Manoel Lucindo — que há 16 anos foi condenado a vários anos de prisão por haver exterminado tribos inteiras na fronteira do Brasil com a Bolívia — e o marido da mulher que foi morta pelos índios e teve seu filho de três anos flexado e torturado até a morte.</p> <p>Há cerca de um mês, na ocasião dessas mortes ocorridas nos seringais de São Tomé e São Luiz, uma promessa foi feita pelos seringueiros da região: "Tomar uma providência" em relação à tribo dos Uru-eu-wau-wau, que está saqueando os seringais há algum tempo, caso o Funai não resolva o problema até dezembro. A produção de borracha caiu bastante devido à paralisação dos seringais. No seringal São Luiz, por exemplo, de propriedade de Manuel Lucindo, um dos suspeitos de chefiar a expedição que está subindo o rio Caltário, 250 seringueiros estão parados há vários meses.</p> <p>Em Porto Velho, as primeiras providências já foram tomadas através da 8ª delegacia, que enviou relatório a Brasília, comunicando os fatos ao presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira.</p> <h4><u>Aldeias localizadas</u></h4> <p>BRASÍLIA (O GLOBO) — Grupos de trabalho da Funai localizaram 13 aldeias de índios Ingarikó nas nascentes do rio Cotingo e no Monte Roraima, todas no Território Federal de Roraima, segundo informou ontem o presidente do órgão, General Ismarth de Oliveira.</p> <p>De acordo com as informações dos grupos de trabalho encarregados do levantamento das áreas indígenas do Território de Roraima, três das 13 aldeias localizadas mantiveram na ocasião o seu primeiro contato com brancos. Esses grupos já concluíram os levantamentos das áreas indígenas nas localidades de Bonfim, Amajari, Serra do Sol e Raposa, e deverão encerrar seus trabalhos até o final do ano com uma proposta para a demarcação de todas as terras indígenas do Território.</p> <p>A demarcação, segundo garantiu o presidente da Funai, será realizada no próximo ano, e beneficiará todos os grupos indígenas do Território de Roraima: Makuxi, Taulipang, Wapixana, Ingarikó, Yanoamã, Wai-wai e parte do grupo Waimiri-atroari, com população total estimada atualmente em 16 mil índios.</p>

*Boa  
FUNAI*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

20

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Breve história de longas injustiças</b></p> <p><i>O Estado do Paraná 09/12/77</i></p> <p>A Fundação Nacional do Índio perdeu em primeira instância a ação que está movendo para reaver as terras da reserva indígena de Mangueirinha. Até 1949 a área da reserva era de 16.375 hectares, com 150 mil pinheiros e 80 mil árvores de real valor. Nesta época, através de um acordo feito entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, ao qual era vinculado o Serviço Nacional de Proteção ao Índio, grande parte destas terras passou para a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. A reserva de Mangueirinha ficou dividida, uma parte, às margens do Iguaçu e a extremidade oposta à tribo Kaingang, e a parte Central, com toda riqueza de pinheiros, foi entregue à firma Forte Khoury que, por sua vez, negociou com outra firma de Curitiba. Os indígenas paranaenses perderam, na época, dois terços da sua área, envolvendo Mangueirinha, Apucarana, Queimadas, Ivaí, Faxinal e Rio das Cobras. A transação, conforme documento da Funai, foi completamente ilegal. A transferência das terras da União para o Estado não contou com autorização prévia do Senado ou da Assembléia Legislativa do Estado. O acordo considerava as terras subtraídas do patrimônio indígena como excedentes e que deveriam servir para a colonização sendo distribuídas entre famílias imigrantes, o que não foi feito. Por outro lado, o governo do Estado se responsabilizava em regularizar as reservas, construir casas, escolas e enfermarias nas áreas, o que efetivamente não aconteceu.</p> <p>Os problemas se avolumam em todas as áreas. Dos 71 mil hectares de terras indígenas existentes hoje, cerca de 25 mil e 600 estão nas mãos de intrusos. Acarretando com isso atritos sérios entre índios e brancos. No caso de Mangueirinha, existe um projeto em tramitação no Senado para que a área passe a constituir um parque nacional indígena.</p> <p style="text-align: center;"><b>POPULAÇÃO</b></p> <p>A população indígena do Paraná está por volta de três mil e seiscentos habitantes, distribuídos em onze postos. Em Pinhalzinho, próximo ao Município de Jacarezinho, existe uma família composta de seis pessoas pertencentes ao grupo Kaingang. O Posto indígena de Laranjinha, em Santa Amélia, possui 87 pessoas, sendo 70 Guarani e 17 Kaingang. O Posto indígena de Apucarana, em Tamarana, Distrito de Londrina, 295 Kaingang. Queimadas, 186 Kaingang; Faxinal, Município de Manuel Ribas, 208 Kaingang; Ivaí, no Município de Cândido de Abreu, 380 Kaingang. Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, 998, cerca de 300 guaranis e os demais, Kaingagn. Palmas com 294 pessoas da tribo Kaingagn e Mangueirinha com 680 índios Kaingag e 98 Guaranis. Além destes existem muitos que não estão nos postos, mas trabalham como bóias-frias pelas fazendas, dentre eles cinco Xetas da tribo de mais de 300 descoberta por José Loureiro na Serra dos Dourados, em 1956. Dois deles estão em Palmas, um em Mangueirinha, um em Guarapuava e um em queimadas. Apenas uma mulher integra o grupo, mas não pode se casar, por serem os homens seus parentes próximos. Os índios Xetas serão fatalmente extintos.</p> <p style="text-align: center;"><b>PASTORAL</b></p> <p>A defesa das populações indígenas tem apoio importante por parte da Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário - Cimi. A Pastoral indígena desenvolvida visa o respeito ao índio, o desenvolvimento comunitário, qualidade que lhe é inata.</p> <p>Segundo os representantes da Pastoral indígena de Palmas, "a simplicidade e autenticidade da vida do índio está muito próxima da vida do evangelho e tem de ser valorizada". Para a manutenção dos valores comunitários, a Pastoral indígena considera indispensável a preservação da cultura indígena no que ainda puder ser conservado e recuperado. Em contato com a cultura branca, o índio foi perdendo o que lhe era próprio, se despersonalizando, se desagregando. Histórias, lendas, danças e ritos vão sendo revividos pelos Kaingang na busca da identidade perdida. Incentiva-se ainda o respeito a própria língua, com a manutenção nos postos de professores bilingues, isto é, português Kaingang. Na vivência do espírito comunitário são incentivados, roças comunitárias, reuniões entre os índios, reuniões nas outras áreas. Explicando-lhes o que se passa na problemática indígena em outras regiões do Brasil e da América.</p> <p>"Torna-se imperioso que os índios, principalmente do Sul, retomem consciência de povo e preparem-se lentamente para sua integração na realidade nacional. Essa é a única maneira de evitar que sejam absorvidos como mão-de-obra barata, explorados pelos brancos, engrossando a fileira de marginalizados", diz a Pastoral.</p>

*Pasta FUNAI*

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>O Estado do Paraná 09/12/77</i></p> <h3>Guaranis trazem queixas à Funai</h3> <p>Três índios guaranis do Posto de Rio das Cobras, município de Laranjeiras do Sul, estão em Curitiba para falar com o delegado regional da Fundação Nacional do Índio, José Carlos Alves, sobre a invasão crescente de suas terras. Os guaranis acusam o chefe do Posto, Leonardo Machado, de facilitar a entrada dos grileiros em terras indígenas. Um dos casos se refere ao grileiro Deolindo Piacentino, que hipotecou num banco terras que pertencem aos índios e que estariam sendo demarcadas com a ajuda do chefe do posto, englobando inclusive nove casas dos guaranis; outro, o da Madeireira Marochi, que explora madeira na área.</p> <p>Os índios só falarão com o delegado hoje às 10 horas, visto que ontem foi feriado para a Funai que tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição, que teve seu dia ontem. Eles esperam providências no sentido de impedir a demarcação hipotecária da área para que eles possam trabalhar em paz.</p> <p><b>O POSTO</b></p> <p>O posto de Rio das Cobras, designado em 1953, como área indígena, possui 16.800 hectares de terra que não foram demarcadas, das quais 60 por cento estão em mãos de intrusos. Ainda quando estavam sob jurisdição do Serviço de Proteção ao Índio-SPI, as terras foram arrendadas a brancos com a alegação de conseguir rendas para os índios; esses brancos foram subcolocando as terras. Em 1973, os arrendamentos foram proibidos, mas os que já existiam, permaneceram. Estão na área, hoje, 984 índios Kaingang e Guarani e 1687 brancos; dos quais 110 possuem títulos de terras, que não são válidos uma vez que elas não poderiam ser vendidas por pertencerem à União. Os guaranis afirmam que desde 1930 possuem chefes de posto que "pouco interesse mostram pela sorte deles".</p> <p>Antes eles consideram que era melhor, pois podiam dispor de suas terras como lhes conviesse. Dizem que existe muita doença no Posto, gripe, dor de cabeça, disenteria e febre. Um posto de saúde foi construído pela Funai há um ano, mas até agora não tem medicamento nem enfermeira. Conforme informação da Funai, existem no Posto de Rio das Cobras 181 hectares de terras agricultáveis, e que os intrusos ocupam 18.020 hectares, isto é, mais que a área do Posto.</p>

*Posto Funai*

PT 1025C.122

# Índios denunciam invasão de terras

Fotografia do Paraná  
10/12/77



José Carlos Alves: demarcação pode ser a solução.

Considerada como uma comunidade indígena calma, que exigia pouco e aceitava tudo, em comparação às demais populações silvícolas, os índios guaranis agora estão se manifestando contra a invasão de brancos em suas terras, localizadas no Posto de Rio das Cobras, município de Laranjeiras do Sul. Um exemplo, aconteceu recentemente, quando três índios guaranis daquela localidade, vieram a Curitiba para falar com o delegado regional da Fundação Nacional do Índio — Funai — José Carlos Alves, sobre a crescente invasão de posseiros em suas áreas. Denunciando também, a atitude do chefe do posto, Leonardo Machado, que está facilitando a entrada de grileiros em terras indígenas.

O delegado regional da Funai, José Carlos Alves, diz que "esta situação, provavelmente, poderá ser resolvida após a demarcação das terras do local e o reassentamento das famílias brancas que moram no Rio das Cobras, que será realizado no ano que vem, pelo Inca". Continua o delegado: "Agora, poderel somente trocar o chefe do posto, que para mim, está enfrentando ameaças dos grileiros, inclusive de morte". Segundo ele, em curto prazo não poderá ser resolvida a questão dos índios guaranis e principalmente pela falta de funcionários capazes de atuar nesta área, que está enfrentando situações difíceis".

Fotos Mário Nunes

## QUEIXA

Os três guaranis, Waldomiro Pires de Lima, seu filho, Arcino e José Alves, chegaram na cidade, anteontem e estão hospedados na casa da família de um missionário da diocese de Chapecó, Santa Catarina. Os guaranis apresentaram as queixas ao delegado da Funai e segundo eles, um dos casos de demarcação dos grileiros, é o posseiro Deolindo Placentino, este está há algum tempo tirando as terras dos índios. Alguns já estão saindo voluntariamente, de Mangueirinha e Guarapuava.

Quanto ao fato de facilitação da entrada de grileiros nas terras guaranis, feita pelo chefe do posto, Leonardo Machado eles dizem que "certamente, está recebendo por isso". Por outro lado, o delegado regional José Carlos Alves, diz que "Leonardo Machado deve ter sido pressionado pelos posseiros e está com medo, por isso está fazendo tal coisa. Ele é casado e provavelmente não quer colocar em perigo sua vida, da mulher e dos filhos. Esses silvícolas tem como base de seu sustento os trabalhos de artesanato e a agricultura. Eles plantam milho, arroz, feijão e mandioca e segundooos três índios, a



Os índios disseram que a entrada dos grileiros é facilitada.

comunidade não tem melhores condições, seus produtos. Segundo eles, existe muita doença no Posto, gripe, dor de cabeça, diarreia e febre, sendo que só existe um posto de saúde instalado pela Funai, mas não há profissionais trabalhando no núcleo médico. O delegado José Carlos Alves diz que não há profissionais médicos porque não existe um quadro de funcionários da Funai, que querem ir para o local, por estar havendo atritos entre os posseiros e indígenas e entre os próprios grileiros.

## INTRUSOS

Segundo estatísticas da Funai, os posseiros que estão na região indígena são dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina em maior escala, enquanto que o Paraná está entre os Estados de menor índice de invasão. A área do posto do Rio das Cobras é de 19 mil hectares sendo que, 5.316 hectares estão em poder de posseiros, porém, esses dados são de 1975, quando foi feito levantamento pela Funai.

No mesmo ano, constatou-se que 259 famílias brancas estão morando no local, com títulos legalizados pelo Governo Federal, segundo consta, do tempo do Governo Moisés Lupion. Outro dado levantado foi o número de arrendatários, que naquele tempo não existiam.

Semelhante trabalho vai ser realizado no ano que vem, pois por falta de recursos, humanos e financeiros, não foi possível fazê-lo no ano passado. Na área do Rio das Cobras, estão 984 índios Kaingang e Guarani e 1887 brancos. Segundo o delegado a situação dos posseiros e dos indígenas poderá ser solucionado após o levantamento do ano que vem, pois para os índios, os chefes de posto não se interessam pelas condições de vida da população indígena.

Cerca de 3600 índios formam a população silvícola do Paraná, e estão distribuídos em onze postos, sendo que o posto que mais atrito sofre é o do Rio das Cobras.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º ..... 23

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA

# Índios pedem proteção contra os grileiros

O Estado do Paraná - 10/12/77

O cacique guarani Valdomiro Pires de Lima, do Posto indígena de Rio das Cobras, acompanhado dos índios Alcindo e José, depois de entregar um relatório do que vem ocorrendo no Posto, falaram com o Delegado Regional da Fundação Nacional do Índio, José Carlos Alves, pedindo providências quanto a intrusão de sua área o que vem causando a evasão das famílias Kaingang para outras, principalmente Mangueirinha e Guarapuava com medo dos pistoleiros pagos pelos grileiros para amedrontá-los e obrigá-los a sair. Das 308 famílias guaranis que existiam no começo, só restam 40, sendo que a situação tem se agravado nos últimos cinco meses. Acusam também o chefe do Posto, Leonardo Machado, de ajudar os grileiros a entrar nas terras, vender pinheiros e proteger a policia indígena do posto. A Funai comunicou-lhes que já instaurou sindicância para apurar as denúncias e que o chefe do Posto será punido.

Os problemas de intrusos é geral nas áreas indígenas aqui no sul do Brasil, visto que todas estão em litigio porém, a área de Rio das Cobras é das mais graves: Os dados fornecidos pela Funai de um levantamento realizado pelo órgão em 1973 indica que a área indígena é de 22 mil hectares com 1203 índios e mais de mil famílias brancas. Até o povoado de Laranjeirinha do Sul que fica a mais de seis quilômetros do centro da aldeia se encontra dentro da área indígena.

### RELATÓRIO

O relatório apresentado pelos índios ao Delegado (foi escrito por um missionário da Diocese de Chapecó (SC) que está estudando o grupo Guarani e que os acompanhou até a Capital), confirma as denúncias feitas verbalmente pelos índios. Os indígenas estão cercados por intrusos que, ajudados pelo chefe do posto, vão tirando os pequenos da terra através de pagamentos de dois a oito mil cruzeiros. Existe exploração de 400 alqueires pela madeireira



O Delegado da Funai promete providências.

Marochi, que tira vários caminhões de madeira, e que na semana passada veio com o chefe do posto falar com o Cacique para vender 50 pinheiros, alguns que estavam caídos e outros tantos que seriam derrubados para completar a carga. Em pagamento, os índios receberiam sete casas e uma capela. Afirma o relatório que, com 50 pinheiros se constrói uma aldeia toda pois equivalem no mínimo a 200 metros quadrados de madeira. Essa firma, a Marochi, mantém na área quatro pistoleiros procurados pela policia, que transitam livremente por lá, ameaçando as famílias sempre em defesa dos patrões. E ainda denuncia Idolino Piassentino que há quase vinte anos intrusa a área e que hipotecou a um banco de Cascavel "sua terra" e para inteirar a área pedida pelo banco, comparecerá na próxima terça-feira com o Chefe do Posto e o gerente do banco a área para demarcar uma parte da aldeia onde estão construídas nove casas dos Guaranis.

Finalizando o relato, pedem providências da Funai no sentido de apurar as denúncias.

### SINDICÂNCIA

A Funai comunicou aos

Guaranis que já havia instaurado sindicância para apurar denúncias feitas por um índio, Pedro Lourenço, em Brasília, de que o chefe do Posto, Leonardo Machado, estaria vendendo pinheiros. Na sindicância, apurou-se que o tal Pedro Lourenço é quem havia vendido cavalos da Funai e para se livrar então quis acusar o chefe do Posto. Depois que voltou de Brasília, ninguém mais soube dele. Quanto às terras que estão sendo hipotecadas pelo banco, a Funai diz que os índios podem ficar sossegados porque ninguém vai conseguir titular terras da União. Quanto à firma Marochi, diz a delegacia não ter conhecimento e que é a primeira vez que ouve falar em tal caso. A delegacia apurou algumas coisas como: "O chefe do posto sabia de alguns intrusos, que em algumas vezes tomou providências, noutras não por medo dos pistoleiros que também o ameaçam.

Também que o Chefe levantou dinheiro no Banco do Brasil para a feitura de roças entre os índios, com autorização do ex-delegado Francisco Brasileiro e que aplicou esse dinheiro em roça dele, do Cacique Kaingang Argemiro Fernandes e alguns mais. Esse dinheiro terá que ser pago pela Funai ao Banco.

### RECURSOS

Quanto às várias áreas que estão em litigio no Estado, o delegado da Funai informou que o órgão entrou com pedido de despejo para as áreas de Mangueirinha, Rio das Cobras, e Guarapuava. A área de Mangueirinha, que está em questão com uma firma de Curitiba, foi para segunda instância e por ser área de Fronteira, quem vai opinar é o Conselho de Segurança Nacional. Nesta área tem ocorrido atritos frequentes, com roubos de pinheiros e até mortes. Há poucos dias, a Polícia Federal e a Polícia do Exército tiveram que interferir na área, prendendo dois tratores, quatro caminhões e onze jagunços.

Pasta FUNAI



NOME: ...  
 FILIAÇÃO  
 RESIDÊNCIA

DATA



De surpresa, o general Ismarth de Oliveira esteve em Xapecó para visitar a reserva

# A Funai não sabe o que fazer para resolver os problemas dos indígenas

Durante uma visita (de surpresa) à reserva indígena de Xapecó, em Santa Catarina, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), general Ismarth de Oliveira voltou a afirmar que o maior problema enfrentado pela política de proteção aos índios é a presença de posseiros nas reservas. O general disse que há cerca de 10 mil posseiros habitando terras dos índios e no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E o problema se agrava porque são pessoas muito pobres, que vivem nas reservas há 30 ou 40 anos, em sua maioria. O presidente da Funai não sabe o que fazer, mas acredita que é preciso encontrar uma fórmula humana, que devolva as terras aos índios e não prejudique os posseiros.

O general Ismarth chegou a Xapecó na noite de terça-feira e disse que "a questão dos posseiros é o maior ntrave para que se leve a bom termo a política indigenista nacional. O presidente da Funai lembrou que "existem áreas críticas, como a reserva de Nonoai, no Rio Grande do Sul onde, dos 14 mil hectares que compõem a reserva, apenas cinco mil estão nas mãos de índios".

Além de inspecionar a reserva de Xapecó, o general teve um encontro com o bispo Dom José Gomes, executor do projeto Lavou'as Comunitárias, que tem a colaboração da Funai. Essas lavou'as serão implantadas, inicialmente, na reserva de Xapecó, onde vivem 1.230 índios kaingang e 145 guaranis. O objetivo do programa é tirar os índios da condição de sub-empregados e fazê-los agir como legítimos donos da terra e da produção. O

presidente da Funai afirmou que as relações entre a Igreja e o órgão que dirige "são muito boas", mas ressaltou que não existem em área alguma, dois órgãos ou entidades que trabalhem em perfeita harmonia, sem alguns desencontros.

## INTEGRAÇÃO

A respeito do índio do sul do Brasil, o general Ismarth disse que a Funai já enfrenta um novo problema. Os indígenas já adquiriram os padrões das sociedades envolventes, restando pouco de seus próprios padrões. "Isso faz com que a Funai fique, também, com a tarefa de dar condições a essas comunidades que os envolvem", disse o presidente da Funai.

Um dos planos que a entidade de defesa do índio está executando, com o objetivo de integrar o

índio em sua comunidade, é entregar a chefia dos postos aos próprios indígenas. Segundo o general, na reserva indígenas de Ibirama já está sendo feita uma experiência com índio na chefia do posto. O general contou, também, que já existe um índio ocupando o cargo de delegado regional da Funai, mas não revelou o local onde ele trabalha. O general Ismarth acredita que essa política pode fazer o índio autovalorizar-se, elevar seu padrão de vida e adquirir condições de "se defender melhor".

A extinção ou transformação da Funai — que teria sido cogitada durante a realização da CPI do índio — foi negada pelo general Ismarth de Oliveira. Segundo ele, só foi discutido a que órgão a Funai deveria ser vinculada. "Mas extinguir a Funai agora seria prematuro, pois o índio ficaria numa situação de abandono", disse o general para concluir afirmando que "o índio já esteve até mesmo sob cuidados dos governos estaduais e nunca deu certo. Pode-se dizer até que o índio já foi bastante espoliado". Depois da visita a Xapecó, o presidente da Funai viajou para o Paraná, acompanhado de alguns assessores. Hoje, o general Ismarth de Oliveira volta para a sede da Funai, em Brasília.

*Partes  
 Folha da  
 Funai  
 Maubói  
 15/12/77*

26

*Folha de Jornalistas*  
*19/12/77*

# Índios reiteram denúncias contra o posto da Funai em Laranjeiras

CURITIBA (Da sucursal) — Quatro índios do posto da Funai em Rio das Cobras, município de Laranjeiras do Sul, voltaram ontem a Curitiba para falar com o delegado regional do órgão, denunciando os arbitrariedades que estão sendo praticadas pelo chefe do posto, Leonardo Machado. Os índios — o cacique guarani, Valdomiro, dois genros e um filho — já tinham estado na Capital no final da semana passada, solicitando providências da Delegacia para impedir que mais uma área das terras da reserva fosse grilada. Segundo eles, o madeireiro Deolindo Piacentino teria hipotecado um pedaço das terras dos índios — das quais ele também tem títulos — embora ilegais — para um financiamento bancário.

No começo da semana passada algumas pessoas — que os índios não sabem dizer de onde eram — começaram a demarcar as terras que passavam, inclusive, por casas de 12 famílias guaranis. Preocupados com a movimentação dos topógrafos, Valdomiro procurou a chefe do posto — distante cerca de 9 quilômetros — para saber do que se tratava. Não satisfeito com as respostas de Leonardo Machado, o cacique e seus familiares decidiram vir a Curitiba, falar diretamente com o delegado da Funai. Avisaram o chefe do posto de que viriam, mas não tinham qualquer autorização especial.

Depois da conversa que teve com os índios na sexta-feira, o delegado regional da Funai, José Carlos Alves, chegou a afirmar à imprensa que substituiria o chefe do posto, pois além da acusação de conivência com posseiros, ele já vinha sendo acusado de roubar os pinheiros da reserva. Com algumas esperanças, Valdomiro e os outros voltaram a Rio das Cobras no sábado.

**ELEIÇÕES**

No terça-feira desta semana, dia 13, um dos genros de Valdomiro ficou sabendo, casualmente, que o chefe do posto havia convocado uma reunião com os índios. Apressadamente ele reuniu al-

guns companheiros — inclusive o cacique Valdomiro, que não tinha sido avisado — e foram para a chefe. Lá já se processava a reunião que deveria eleger um novo cacique para os índios guaranis da reserva.

Foram apontados três chefes do posto, três candidatos, e Valdomiro, cacique há 13 anos, perdeu de 18 a 27 votos para Marcelino, um índio que — segundo os que estavam ontem em Curitiba — é muito amigo de Leonardo Machado. "Eu fiquei muito nervoso, com muito dó da minha gente, dos índios. Eu perdi, mas se eles tivessem avisado todos os índios eu teria ganhado" — diz o chefe na porta da delegacia da Funai o ex-cacique Valdomiro. Segundo ele, no dia da eleição Leonardo teria dito que estava mudando o cacique porque a delegacia, em Curitiba, tinha mandado prender Valdomiro e seus familiares, que tinham vindo a Curitiba sem permissão. Eles deveriam ficar presos três dias na cadeia do posto e depois durante mais dois dias trabalhando de graça "como castigo". O ex-cacique disse que pagaria por seu erro, mas que tinha uma queimada recém-feita e que deveria ser plantada no outro dia. Deixaram então que ele fosse para casa, com o compromisso de voltar dois dias depois para ficar preso. Aproveitando este espaço para ver se era verdade a determinação das eleições e para reiterar as acusações que fez ao chefe do posto, Leonardo Machado.

**PINHEIROS**

Há cerca de seis meses — conta um dos genros de Valdomiro — Leonardo tirou da reserva seis cargas de pinheiros, afirmando que estava mandando para beneficiamento e depois iria usar as tábuas para construir casas para os índios e uma igreja no lugar onde

moram os guaranis. Há um mês atrás ele voltou querendo tirar mais 50 pinheiros — alegando a necessidade de construir as casas novas. Valdomiro conta que não permitiu a derrubada: "Disse para ele que só poderia tirar outros pinheiros quando nos trouxesse pelo menos 100 dúzias de tábuas — para construir os nossos casas, pois a madeira que ele levou daquela vez dava para muita coisa". Coincidência ou não, pouco tempo depois da retirada dos pinheiros, Leonardo abandonou o posto e foi morar em Laranjeiras do Sul, numa casa nova — de madeira, com todo o conforto. Sua mudança, além de prejudicar os trabalhos normais, pois agora ele só aparece de vez em quando no posto, provocou ainda um outro problema para os índios: a mulher de Leonardo era a enfermeira do posto e agora só atende às segundas-feiras, deixando os índios sem socorro em alguma emergência.

Além disso, os guaranis lembraram ontem que Leonardo já tirou também 80 pinheiros das terras dos Kaingang, que vivem na mesma reserva. "Mais do que saber destes pinheiros, a gente quer é que o delegado dê autorização para usarmos a madeira que está caída" — disse Valdomiro. Segundo eles, cerca de 400 pinheiros estão caídos no meio do mato, com a madeira apodrecendo e a gente vivendo em casas ruins, quando poderia construir novas com o beneficiamento destas árvores". Até agora os 40 famílias guaranis que vivem na reserva de Rio das Cobras não conseguiram permissão de Leonardo para usar os pinheiros caídos, sob alegação de que "Brasília precisa dar ordem".

Ontem os quatro guaranis esperaram durante o dia todo na porta da delegacia regional da Funai a chegada do delegado José Carlos Alves, que estava percorrendo os postos do interior em viagem de inspeção. Até o final da tarde Alves não tinha chegado e os índios estavam dispostos a esperar até conseguirem falar com ele, pois ir embora sem nenhuma garantia significava um risco de prisão e represálias maiores.

NOME: ...  
 FILIAÇÃO  
 RESIDÊNCIA

DATA

*Lista FUNAI*

# Para Funai e o Summer Institute of Linguistics (SIL) — deve ser encarado como um grande desafio para o governo brasileiro. Não nos cabe discutir se temos ou não técnicos suficientemente preparados para assumir o ensino bilíngue junto à população indígena mas a realidade é que temos pessoal capacitado para isso e o nosso dever é dotá-los desse know-how", disse ontem o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, durante o I Encontro de Técnicos em Linguística, Antropologia e Educação, sobre educação indígena.

Da Sucursal de Brasília

Polha São Paulo, 20/12/77

O encontro reúne técnicos de linguistas e antropólogos de diversas universidades brasileiras e tem por principal objetivo estabelecer a forma de preparar pessoal suficiente para assumir a responsabilidade do ensino bilíngue à população indígena que até o momento era tarefa exclusiva do SIL. Segundo o presidente da Funai, uma das soluções seria a transferência do programa de educação para os índios à esfera governamental.

## SEGURANÇA NACIONAL

O encontro foi aberto pelo ministro Rangel Reis, do Interior, que, reformulando o conceito sobre ensino bilíngue aos índios — no final do ano passado o ministro manifestou-se contra provocando protestos dos meios antropológicos — disse que "não sou um especialista no assunto mas me parece que a alfabetização dos índios na língua materna pode possibilitar maior facilidade no aprendizado da língua portuguesa". Quanto ao cancelamento do convênio com o SIL, disse Rangel Reis, "esse assunto já está encerrado".

Segundo o general, o ideal seria que a questão da educação fosse ampliada para o âmbito federal, hipótese bem recebida pelo secretário-geral do Ministério da Educação e Cultura, Euro Brandão que aventou, inclusive, a possibilidade de futuros convênios entre o or-

gão indigenista e o Ministério com a finalidade de construir salas de aula, dotar os postos indígenas de material escolar e, até mesmo, oficializar o ensino aos índios que até então não é reconhecido. Em relação a essa possibilidade, disse o secretário-geral que projeto nesse sentido deverá ser examinado, em breve, pelo Conselho Federal de Educação.

Mesmo com a versão diversas vezes divulgadas tanto pelo ministro Rangel Reis e pelo General Ismarth de Oliveira sobre os motivos que levaram o governo brasileiro a não renovar o convênio com o SIL — deficiência no ensino e imposição de conceitos religiosos aos grupos indígenas — a grande maioria dos antropólogos presentes ao encontro é da opinião que existem problemas de segurança nacional que determinaram a decisão governamental.

## LINGUA FATOR FUNDAMENTAL

O primeiro conferencista de ontem foi o professor Arion D. Rodrigues, da Unicamp, que falou sobre "Linguística e Modelos". Na sua palestra, o antropólogo ressaltou a importância da conservação da Língua Indígena como condição indispensável para a sobrevivência de cada grupo.

Segundo o antropólogo, o ensino bilíngue, que possibilita ao índio o domínio de sua própria língua através da palavra escrita é uma das únicas formas de permitir ao índio brasileiro a captação dos valores do mundo civilizado. Alertou, porém, que qualquer ação de educação dos povos indígenas constituiu interferência — e interferência de grandes consequências — nas sociedades indígenas e em suas culturas. "Não fará sentido discutir modelos e programas educacionais se não tivermos convencidos de que é lícita e benéfica aos índios a intervenção em suas sociedades e culturas".

Durante todo o dia de ontem, foram realizadas outras palestras seguidas de debates sobre a temática da educação indígena. O professor Jaime de Mattos, chefe da Divisão de Educação do Departamento Geral de Planejamento Comunitário da Funai abordou o tema: "Educação Indígena: Histórico e Atualidade. O professor Pedro de Agostinho Silva, da Universidade Federal da Bahia abordou o tema "Antropologia na Pesquisa Linguística, Antropológica e Educacional e o papel da Universidade".

Finalmente, as professoras Araci Copes da Silva, da Universidade de São Paulo e Zoraide Goulart Santos, da USP, abordaram o tema "Aspectos operacionais da Educação Indígena". Hoje, os participantes do encontro dedicarão o dia aos debates em plenário e trabalhos de grupo, com apresentação das conclusões finais.

Do correspondente em Cuiabá

Vários grupos indígenas, às margens do rio Purus, sudoeste do Amazonas, parecem não ter recebido com agrado a notícia do afastamento dos missionários do Summer Institute of Linguistics. Estão sendo previstas manifestações de apoio aos missionários e antropólogos do SIL, tanto em Mato Grosso como em Rondônia e no Amazonas.

Segundo Arne Victor Abrahamson, diretor da instituição em Porto Velho, Rondônia, os "mamainde" na divisa Mato Grosso-Rondônia protestam em forma de carta, inconformados e dizendo que a situação da tribo "ficará muita amarga". No Território e no Sul do Amazonas, os "surui", "cinta-larga", "paumari" e "jamamadi" também estariam entristecidos com o anunciado fim do trabalho do SIL. Todos esses grupos indígenas estariam descrentes quanto à possibilidade de substitutos brasileiros à altura da

também com um Cessna e várias embarcações fluviais. Podemos substituir muito do que o SIL tem feito pelos índios e deveremos, no mínimo, equiparar daqui por diante a assistência médica ou proporcioná-la até de uma forma melhor. Só assim não deixaríamos esses índios tristes, no momento em que eles sabem de uma decisão séria do governo".

Favorável à substituição dos membros do SIL por brasileiros, o delegado da Funai afirma que "tão logo eles deixem as áreas onde se encontram atualmente, o órgão poderá entrar em seguida com sua infra-estrutura". Em Rondônia, segundo Délcio Vieira, o SIL sempre manteve bom relacionamento com a Funai. Quanto às acusações que pesam sobre o órgão estrangeiro, o delegado diz: "Propalou-se a procura de minerais em áreas indígenas. Pelo menos por aqui, desconheço-a. Se ela existisse, o missionário responsável já teria ido embora, mediante expulsão".



Neste acampamento "Jamamadi", no alto do rio Purus, junto à fronteira de Mato Grosso



...com Rondônia, os indígenas já se acostumaram com a presença dos linguistas norte-americanos.



A assistência aos índios pode terminar.



Arne Abrahamson: "injustiças".

# Índios temem futuro sem o SIL

porém, algumas ressalvas: "Eles têm o direito de parar com o convênio, mas se isso for feito de uma vez, se a assistência sofrer uma brusca paralisação, só haverá prejuízo para os índios". Ele acha também que no campo da linguística, poucos brasileiros estão especializados. E acrescenta: "Poderiam nos dar uns cinco anos para treinarmos novas pessoas, isso, aceitaríamos sem qualquer problema".

Outro aspecto em torno do qual Kingston defende a instituição a que pertence é o do problema dos minérios. "Dentro ou fora do país, nunca tiramos minérios para fins lucrativos como andam propagando por aí. Aliás, admitimos a pesquisa de solo com o objetivo de sabermos qual a cultura adequada para determinadas áreas. Nunca, porém, para extrair um minério". Em nome do SIL, Peter Kingston disse que convida a quem estiver interessado para fazer uma visita às áreas onde o órgão atua. "Todos poderão procurar os tais equipamentos científicos que dizem que possui-

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

### *Funai não dispõe de estrutura para*

### *substituir Summer*

Da sucursal de  
BRASILIA

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, levará nos próximos dias ao ministro do Interior, Rangel Reis, as recomendações aprovadas pelos linguistas e antropólogos que participaram, em Brasília, do encontro que debateu as consequências do afastamento do Summer Institute of Linguistic das áreas indígenas. Os pesquisadores acham que só com uma assessoria especial do próprio Summer é que a Funai e as universidades brasileiras poderão, a médio prazo, formar linguistas que substituam os especialistas norte-americanos. No entanto, a decisão do governo é de interromper todas as atividades da entidade norte-americana até o final do mês, um fato que, segundo linguistas brasileiros, poderá causar sérios prejuízos às comunidades indígenas brasileiras.

As conclusões da reunião, convocada pela Funai, contam com o apoio de quase todos os pesquisadores presentes, que reconheceram, inclusive, a falta de infra-estrutura na Funai para que o seu Departamento de Educação assumira o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo Summer junto a 42 grupos tribais. Os especialistas que estiveram em Brasília, esta semana, entre eles o professor Aron Rodrigues, da Universidade de Campinas, defenderam o trabalho de educação bilingue feito pelo Summer, afirmando que qualquer programa de educação elementar, que ignore a língua materna das crianças ou adultos, "acaba resultando numa ação grosseira, desgastante, frustradora, de perniciosas consequências para os indivíduos e a comunidade".

#### *A situação brasileira*

Durante o encontro de Brasília, ficou constatada a quase absoluta carencia de linguistas brasileiros disponíveis para realizar o trabalho básico de documentação, análise e descrição das línguas indígenas ainda não estudadas, e ainda para assumir o trabalho já iniciado por linguistas estrangeiros. Também

há carência quase absoluta de técnicos em educação bilingue.

Segundo os dados apresentados no encontro, os únicos programas educacionais bilingues até agora desenvolvidos sob o patrocínio da Funai, elaborados segundo modelos tecnicamente válidos, são os que foram organizados em cooperação com o Sil. "Além das 42 línguas estudadas pelo Sil — informa um dos documentos da reunião — e das 10 estudadas por linguistas brasileiros, existem, ainda, perto de 50 outras línguas indígenas para serem pesquisadas no Brasil. Em consequência, a menos que haja razões extremamente fortes para sustar o trabalho científico e técnico do Summer, não será nada razoável suspendê-lo".

O presidente da Funai, ao convocar esta reunião, segundo comentaram técnicos da fundação, tinha consciência da delicadeza do problema. A decisão de afastar o Summer, embora nenhuma autoridade confirme oficialmente, partiu dos órgãos de segurança, que não querem mais missões estrangeiras atuando em áreas de fronteira. Houve insinuações de envolvimento do Summer com a exploração ilegal de minérios na Amazônia, mas nada foi confirmado.

Por outro lado, não se acredita que o afastamento do Summer tenha sido determinado pelas mesmas razões que levaram o governo a afastar alguns antropólogos estrangeiros de áreas indígenas na Amazônia, entre eles Kennety Taylor e David Prica. Estes cientistas atuavam respectivamente nas áreas dos índios Ianomai, em Roraima, e Nhambikwara, no norte do Mato Grosso, e em seus relatórios denunciaram, por diversas vezes, a situação precária enfrentada por estes índios, ameaçados pelas frentes pioneiras.

O Summer é conhecido por sua omissão no trato da política indigenista brasileira, ao contrário de outras missões religiosas que sempre se manifestaram abertamente sobre a política da Funai.

Com as conclusões do encontro de Brasília, espera-se que se manifestem o Ministério do Interior e o próprio Summer, que continua com situação indefinida no país diante da ameaça de paralisação em suas atividades.

DATA

PROCE

*Posto FUNAI*

PT 10250122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

28

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Funai pode contratar linguistas do Summer</b></p> <p style="text-align: center;"><i>O Estado de São Paulo - 04/01/78</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Da sucursal de BRASÍLIA</b></p> <p>O Ministério do Interior deverá autorizar a Fundação Nacional do Índio a contratar, a nível de assistentes, os pesquisadores do Summer Institute of Linguistics que tiveram de deixar as áreas indígenas em que atuavam no País devido à denúncia do convênio que o Summer há oito anos mantinha com a entidade. A informação, liberada ontem pela fundação Nacional do Índio, não esclarece, no entanto, se todos os 84 linguistas do Summer autorizados a trabalhar no Brasil serão contratados ou se apenas uma parte deles aqui permanecerá.</p> <p>A Funai espera receber ainda hoje o expediente do ministro Rangel Reis comunicando a decisão. No mesmo documento, o Ministério do Interior deverá autorizá-la a participar do curso de Linguística que será promovido pelo Summer a partir do dia 9, que já conta com um total de 15 inscrições. Atualmente, os técnicos brasileiros ligados à Funai e ao Museu Nacional do Índio trabalham com aproximadamente 14 línguas (os 84 técnicos do Summer trabalhavam com 44 línguas) e não chegam a totalizar vinte pesquisadores.</p> <p>O Ministério do Interior também já encaminhou uma extensa solicitação de recursos financeiros à Coordenadoria do Programa de Pólos Agropecuários e Agromineiros da Amazônia, o Polamazônia, para serem distribuídos em vários projetos sob o encargo da Fundação Nacional do Índio, inclusive para a formação e treinamento de linguistas. Entretanto somente no dia 10 próximo, a coordenadoria do Polamazônia se reunirá, para definir o volume de recursos que será empregado este ano na execução do programa. A Funai deverá firmar convênios, também com algumas universidades brasileiras para a formação de novos linguistas.</p> <p>A Fundação não acredita que a retirada dos técnicos do Summer das áreas indígenas possa provocar a ocorrência de "grandes problemas de continuidade" no trabalho de pesquisa das línguas. "Era preciso começar a fazer um trabalho dentro de nossas próprias fronteiras — disse um técnico — e é isso que nós estamos começando a fazer. Evidentemente teremos alguns problemas, mas eles certamente não serão insuperáveis".</p> <p>Com a decisão do Ministério do Interior de permitir que pesquisadores do Summer continuem assessorando a Funai, embora sob seu estrito controle, é provável também que nenhum dos 84 linguistas do instituto seja forçado a deixar o País. Os que não forem aproveitados pela Funai, o Summer espera empregar em possíveis convênios com universidades.</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta FUNAI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

27

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>14 DE JANEIRO DE 1978 — SÁBADO <i>9. Estado de São Paulo</i></p> <h3>Funai consegue o 1º contato com os índios araras</h3> <p><b>Do correspondente e da sucursal</b></p> <p>A frente de atração da Funai, chefiada pelo sertanista Afonso Alves, conseguiu fazer esta semana os primeiros contatos com os índios araras, que se aproximaram várias vezes do acampamento e conversaram, por alguns minutos, com os índios intérpretes. A frente está acampada numa área ao sul da rodovia Transamazônica, no Pará, onde deverão ser instalados milhares de colonos da Cooperativa de Ijuí, do Rio Grande do Sul.</p> <p>A tribo dos araras é uma das poucas do Pará com que a Funai ainda não manteve contatos amistosos, apesar das várias tentativas já realizadas, todas fracassadas, e que resultaram, inclusive, na morte de dois técnicos da CPRM que faziam pesquisa mineral na região. A Funai está apressando o contato para evitar conflitos entre os índios e os colonos gaúchos que serão transferidos para a área.</p> <p>A frente iniciou seus trabalhos em fins de novembro, mas só no final de dezembro é que os oito intérpretes — quatro índios txicao, três caibis e um juruna — chegaram ao acampamento.</p> <h3>Cimi avalia política indigenista</h3> <p>O Conselho Indigenista Missionário instalou ontem à noite, em Manaus, um curso aos missionários da Região Amazônica, para uma avaliação da política indigenista oficial e do papel histórico desempenhado pela Igreja com relação às frentes pioneiras. Os missionários pretendem também um amplo levantamento da "situação atual das populações indígenas da região".</p> <p>Além dos missionários, participam os antropólogos Darcy Ribeiro e Carmem Junqueira; o presidente do CIMI, Dom Tomás Balduino, Bispo de Goiás Velho, e o presidente do Centro de Estudos Teológicos da Amazônia Peruana, padre Joaquim Garcia.</p> <p>A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, à qual o CIMI pertence, poderá extrair, do documento final do curso, as linhas para a posição que a entidade deverá apresentar na futura Conferência do Episcopado Latino-Americano, a realizar-se em outubro, no México.</p> <p><i>Roster FUNAI</i></p>

PT 1025C. 122

Técnicos criticam

a distribuição de verbas da Funai

de São Paulo - 17/01/78

N.º

80

aos 10 milhões destacados no orçamento. Para completar os 60 milhões necessários para demarcação dos 4 milhões de hectares programados para 1978, E para o desenvolvimento das comunidades indígenas à FUNAI restaram 27 milhões do orçamento da Caixa que, somados aos 8 milhões do orçamento e 42 milhões do PIN, totalizariam 77 milhões de cruzados — o maior até agora destinado a esse setor.

Contudo, a obtenção desses recursos tem-se revelado problemática: o pedido de empréstimo feito à Caixa Econômica, por exemplo, se arrasta há três meses. E, além dos entraves burocráticos, a Funai ainda espera que a Secretaria de Planejamento da Presidência da República disponha-se a ressarcir o empréstimo junto à CEF, que o órgão não terá as mínimas condições de pagar. Enquanto isso, a utilização dos recursos do PIN deveriam ter sido decididos em uma reunião marcada para quinta-feira, no Ministério do Interior, mas ela foi adiada por tempo indeterminado.

Advertem os técnicos que pelo menos dois projetos de desenvolvimento de comunidades indígenas — poderão ser afetados se as fontes alternativas procuradas pela Funai para a obtenção de recursos não oferecerem uma definição favorável logo nas próximas semanas. O primeiro deles, o Nordeste, onde a Funai pretende aplicar 42 milhões em novos projetos agrícolas e pesqueiros entre os índios Pataxó, na Bahia, e Funilo, em Pernambuco. A situação mais difícil de ser contornada, no entanto, seria a do projeto da Grande Dourados, que o órgão pretende desenvolver entre os Kaiwa e Ietena que habitam ao Sul de Mato Grosso: o projeto depende inteiramente dos 27 milhões que serão retirados do empréstimo da CEF.

Existem outros projetos na dependência da obtenção desses recursos. E um dos mais importantes, é o da manutenção das frentes de atração instaladas na Amazônia. E que a Funai distribuiu os recursos para as frentes da atração de duas formais: 2 milhões de cruzados, para os grupos localizados no Pará (Indios Parakama e Arara), Acre (Machineri), Rondônia (Caripuna e Boro) e Roraima (que procura contato com os yanomamis), de 13 milhões ainda não confirmados do PIN para a atração dos waimiri-atroari, marubo, tikuna, maiuruna, suruis e yanomamis.

“Temos tudo para desenvolver um bom trabalho em 1978” — afirma um técnico da Funai. “Mas é certo que estamos na inteira dependência do dinheiro pedido ao PIN e à Caixa. Se ele não for concedido” — admite o técnico — “não sei como conseguiremos superar. A curto ou médio prazo, os problemas que surgirão”.

A programação financeira da Fundação Nacional do Índio para 1978 poderá comprometer seriamente a execução de alguns dos seus principais projetos previstos para este ano, notadamente os de desenvolvimento de comunidades indígenas e de demarcação de 4 milhões de hectares de áreas situadas no Pará, Mato Grosso, Amazonas e Bahia. Essa impressão é recolhida entre antropólogos e técnicos ligados à Fundação Funai, temerosos de que a liberação de 132 milhões de cruzados esperados pelo órgão sofrerá algum atraso ou, até mesmo, não ocorrerá.

E que a Funai destinou 173 milhões dos 224,5 milhões de cruzados de seu orçamento, para o setor de administração, reservando somente 8 milhões para o desenvolvimento das comunidades indígenas e 10 milhões para a demarcação dos 4 milhões de hectares — dois projetos considerados prioritários. Isso, na expectativa de que um empréstimo no valor de 67 milhões solicitado à Caixa Econômica Federal e recursos do PIN (Programa de Integração Nacional), estimados em 65 milhões, sejam aprovados. A Funai, no entanto, defende-se afirmando que essa foi a melhor maneira encontrada para distribuir os “parcos recursos” que serão repassados pelo Ministério do Interior neste exercício.

Segundo a Funai, crítica-se que mais de dois terços do orçamento tenha sido destinados ao setor de administração. Porém, diz o órgão, “o fato tem uma explicação: não são apenas as despesas de pessoal e custeio da sede, em Brasília, que são computadas em administração, Mas todas as despesas referentes aos 169 postos indígenas, três parques, 12 delegacias e seis agências espalhadas por todo o País.

Além disso, despesas como o deslocamento e operação das equipes volantes de saúde que percorrem os postos e parques indígenas, que em tese deveriam ser registradas no item de assistência, por exemplo, na prática têm de constar em administrações, de acordo com as normas de discriminação orçamentária recomendadas pelo governo.

Deduzidas as despesas de custeio, pessoal (essas dentro do incremento determinado pelo governo federal), restaram pouco mais de 57 milhões de cruzados, do pequeno orçamento aprovado pelo Ministério do Interior, para serem distribuídos pelas demais atividades. Mas certa de poder contar com os recursos do PIN e da Caixa Econômica, a FUNAI estabeleceu um mínimo possível para as atividades de demarcação e desenvolvimento das comunidades indígenas. A intenção é retirar 40 milhões do empréstimo da Caixa Econômica e 10 milhões dos recursos pedidos ao PIN e somá-los.

PT 40255C.122

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

PR	DATA
----	------

Da sucursal de BRASILIA

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

Laranjeiras do Sul questão de terras coloca

*Seibuna do Paraná - 19/01/78*

# 200 ÍNDIOS EM PÉ DE GUERRA

"A qualquer momento poderá haver uma luta armada no Posto Indígena Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, caso suas terras griladas não lhes sejam restituídas imediatamente, pois os índios estão cansados de promessas, e conscientes de seus direitos". Este alerta foi feito ontem pelo Coordenador do Conselho Indigenista Missionário Cimi, e assessor regional Sul II da CNBB, padre Natalício José Weschenfelder.

Segundo ele, os mil e 200 índios Caingangues e Guaranis que residem no local, na última terça-feira lutaram contra posseiros e os funcionários da Madeireira Marochi. Existe mais de dois mil brancos na área, fazendo lavouras, granjas e derrubando imensos pinheirais que pertencem aos índios. Se durante 25 anos eles foram banidos de suas terras, perderam as riquezas também minerais que nelas existiam, hoje o índio está consciente de seus direitos, sabe que suas terras são patrimônio nacional, e não permitirá que os continuem enganando".

A Funai, ainda na terça-feira, enviou uma equipe de funcionários com o intuito de acalmar os índios. Para ele a solução "está em devolver aos índios a metade de suas terras, que foram tomadas nestes últimos 25 anos, pois ele não esperará mais por outras soluções". Segundo o padre Natalício, também a Polícia Federal foi mobilizada, e está no momento naquela região.

### MANGUEIRINHA

Declarou também que não é apenas no Posto de Rio das Cobras que os problemas existem, "pois na região de Mangueirinha, onde vivem cerca de 600 índios Caingangues e

Guaranis, uma madeireira não se retirou do local, mesmo diante dos protestos".

Assinalou ainda que caso o Supremo Tribunal Federal dê causa ganha à madeireira, "o Conselho Indigenista Missionário moverá uma ação popular contra a indústria, contando com o apoio de sete países (Estados Unidos, França, Bélgica, Suíça, Áustria e Alemanha) que se mostraram favoráveis a esta causa, depois que a Organização das Nações Unidas as defendeu".

Os motivos que levaram esses países a se interessarem com o fato de que as terras sejam restituídas aos índios, bem como suas riquezas naturais sejam repostas, estaria no fato de que essas nações estão "preocupadas com a ecologia mundial, e sabem que as usinas de Salto Osório, Santiago, Foz do Areia, Itaipu, e Santo Segredo, que está sendo construída, destruirão a ecologia daquela região, caso não sejam preservados os pinheiros que formam a maior reserva de araucárias do mundo".

A questão com a firma, segundo o padre Natalício, nasceu em 12 de maio de 1949, "quando o então governador Moisés Lupion, utilizando-se do Estado, tomou conta da metade das terras indígenas daquela região. Na época, a área era de 16.375 hectares e hoje está reduzida a 8.804. Esta área foi vendida então à firma Forte e Curi, que posteriormente vendeu à madeireira, de posse até hoje. Com a área foram vendidos cerca de 120 mil pinheiros e mais 70 mil árvores brancas que pertenciam aos índios".

*Posto FUNAI*



82

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

Pront. N.º

NOME:

# ÍNDIOS EM PE DE GUERRA

INVASÃO DE POSSEIROS

Causo de Matricias - 20/01/98

*A reserva dos índios Caingangues e Guarani em*

*Laranjeiras do Sul está sendo invadida por posseiros. E os índios*

*só tem uma solução: a luta armada para defender a vida*

"Os índios estão pintados para a guerra, com armas novas e até deixaram de ouvir os funcionários da Funai, passando a agir por conta própria". Dessa forma, um assessor da Prefeitura de Laranjeiras do Sul definiu o clima no Posto Indígena Rio das Cobras, no Sudoeste paranaense. Os índios estão revoltados com a invasão de posseiros nas suas terras. Segundo fontes da Prefeitura de Laranjeiras, cerca de mil famílias estão instaladas na reserva dos Caingangues e Guarani, que juntos formam uma população de cerca de 1.200 índios.

Anteontem, o padre Natalício José Weschenfelder denunciou esta situação através do jornal "O Estado do Paraná". Ontem, embora funcionários da Delegacia Regional da Funai em Curitiba informassem apenas que o delegado José Carlos Alves havia viajado, soube-se que ele dirigiu-se às pressas durante a madrugada para a reserva do Rio das Cobras.

Informações prestadas pela imprensa dando conta da presença de policiais federais na região não foram confirmadas. O 20.º Grupo de Artilharia do Exército, com sede em Guara-

puava, não havia recebido, até às 18h30min, nenhum pedido de reforço para garantir a ordem evitar uma luta armada entre índios e posseiros, que, nas condições atuais, parece iminente. O 6.º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Cascavel e comandado pelo Coronel Anadir de Castro, também não recebeu nenhum comunicado da região, mas o Coronel Anadir fez uma apreciação do caso, baseado na sua experiência de mais de dez anos na região, com ligações diretas com os índios.

"Não estou acompanhando o caso, mas posso garantir que existe atobação de muita gente que quer aparecer em jornais pois isso trará resultados num ano como o que estamos vivendo. O que existe naquela região, além do desrespeito à reserva dos índios, delimitada pelo Governo Federal, é um desvirtuamento da naturalidade dos índios. Hoje, mesmo dentro da reserva, eles tomam cachaca, fumam, vêem suas mulheres serem desrespeitadas pelos brancos e já conhecem até doenças venéreas".

"Não sei a situação do caso atual,

mas deve ser o mesmo problema que se arrasta há muitos anos: a tentativa de exploração das terras dos índios. Isso posso garantir não acontecerá, pois existe uma legislação clara e precisa em defesa dos direitos dos índios, que são constitucionais. A lei será respeitada. Os índios estão deixando de ter a vida natural que mantinham até pouco tempo passando para uma vida comercial e de vícios. Hoje eles vendem seu artesanato na beira de estrada. É um problema social muito grave".

"Existem órgãos de defesa dos índios e que têm condições de controlar qualquer situação pois têm a confiança dos índios. E o caso do Instituto dos Índios, formado por verdadeiros malabaristas, sempre em defesa dos indígenas que são homens que nascem sob a tutela do Estado, sem certidão de nascimento ou qualquer documento. E esses homens não podem ser submetidos à malandragem política e interesses comerciais".

O assessor de imprensa da Prefeitura de Laranjeiras do Sul, jornalista Janovi Correia, passou a tarde de ontem na reserva, ou próximo dela, e informou que os índios estão prepara-

dos para a "guerra". "Estão com pinturas características e armados e, desta forma, qualquer incidente pode ocasionar um problema de graves proporções". Janovi disse que parte das informações prestadas pelo padre Natalício José Weschenfelder são inverídicas. "A madeireira Marochi nada tem a ver com o problema, pois está estabelecida em terras legais e nunca ultrapassou os limites da reserva. O problema é com cerca de mil famílias que há mais de vinte anos se estabelecem impunemente na região dos índios", frisou.

No entanto, segundo acusações do religioso, a madeireira está instalada em terras que antigamente pertenciam à reserva e que foram negociadas ilegalmente no Governo de Moisés Lupion, em 1949. Segundo o padre Natalício, hoje o índio conhece seus direitos e está consciente que não pode fazer as mesmas concessões que vem fazendo há muitos anos. A situação chegou a tal ponto que o "perigo branco" não pode mais aproximar-se das férteis terras índias. E os índios parecem realmente ter consciência disso e vêm como única solução para o caso, a força.

*R. Castro  
F. V. M. H. P.*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

23

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;"><i>O Estado de São Paulo - 20/01/78</i></p> <h3 style="text-align: center;">Índios ameaçam expulsar posseiros</h3> <p style="text-align: center;"><b>Da sucursal de CURITIBA</b></p> <p>Os índios Kaigangs e Guaranis do Posto do Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras, a 400 quilômetros de Curitiba, estão dispostos a expulsar, a qualquer custo, as duas mil famílias de posseiros que invadiram a reserva nos últimos anos. A informação foi transmitida ontem, no final da tarde, por funcionários da Prefeitura de Laranjeiras do Sul, município a que pertence o distrito de Nova Laranjeiras. Depois de terem visitado a reserva e constatado que cerca de 300 índios, que já dispõem de algumas armas de fogo, facões e foices, estão preparando centenas de arcos e flechas, "para enfrentar o inimigo branco que roubou as nossas terras".</p> <p>Enquanto o delegado regional da Funai viajava de Curitiba para o posto, onde ocorreu um incidente na terça-feira com troca de tiros entre índios e posseiros, o padre Francisco, pároco de Nova Laranjeiras, que já foi ameaçado diversas vezes por posseiros, e atacado por um grupo de "jagunços" desconhecidos, por defender os índios, confirmava o clima de tensão na reserva e observava, numa ligação telefônica para Curitiba, que "a situação só não está pior devido à presença de quatro soldados do Exército, do batalhão de Guarapuava, que estiveram na reserva logo após o atrito de terça-feira".</p> <p>Os funcionários da prefeitura de Laranjeiras do Sul negaram a informação de que a empresa Marochi, uma madeireira da região, estaria envolvida no conflito, confirmando a versão do delegado da Funai, de que o incidente da terça-feira foi apenas entre índios e posseiros. Para o padre Francisco, o fato de um dos posseiros haver ateado fogo, domingo à noite, numa casa indígena "foi apenas a gota d'água que fez o copo transbordar", porque "depois de expulsarem à força 30 a 40 famílias intrusas, os índios estão realmente muito irritados e dispostos a fazer uma limpeza completa da reserva".</p> <p>"Só o Exército mesmo para evitar o pior", insistia ontem o padre, ao mesmo tempo em que previa que tudo pode acontecer na próxima semana, se as famílias de posseiros retornarem à reserva.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posto: FUNAI</i></p>

PT 1025C.122

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

84

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

Contornado o problema na reserva indígena de Laranjeiras do Sul

CURITIBA (AE) — A situação está voltando ao normal na reserva indígena do Rio das Cobras, ao lado de Laranjeiras do Sul, no oeste do Estado. As coisas das 50 famílias de posseiros que foram expulsas pelos índios esta semana foram ocupadas pelos guaranis e kaingangas, que permaneceram decididos a impedir a volta dos "intrusos brancos" a qualquer preço, mantendo rigorosa vigilância, dia e noite, em toda a reserva. As informações são do delegado regional da

Funai, que ao retornar ontem à tarde do posto indígena do Rio das Cobras, deu entrevista em Curitiba assegurando que "o problema já foi contornado e já existe calma entre os "índios". Na terça-feira, logo após terem sido atacados por um grupo de "brancos bem armados" os índios reagiram e começaram a expulsar da reserva as famílias de posseiros que entraram em suas terras a partir de 1975. De terça até ontem eles conseguiram afastar cerca de 50 famílias, perma-

necendo ainda 40 delas, ficando acertado que, por estas, eles aguardarão uma "decisão urgente do Funai". As 90 famílias, contudo, não representam o único problema da reserva: estas saíram ou vão ter que sair imediatamente, simplesmente porque não dispõem de títulos possessórios e nem cadastro no INCRA. Além delas, existem, ocupando terras indígenas, 250 famílias que, por possuírem documentação da terra, conseguem permanecer

na área até o reassentamento ou despejo, que já estão sendo providenciados pela Funai em acordo com o INCRA. Além dos posseiros individuais, o firma Marochi, madeireira da região, e a família Piacentini, detentores de títulos estaduais emitidos por Moyses Lupion, disputam com a Funai mais de 300 alqueires dentro da reserva. A área foi sequestrada, enquanto o acdo corre pela justiça federal. A Funai perdeu em primeiro instância e aguarda-se agora a decisão do Supremo.

Folha de Anúncio - 21/04/78

Pasta FUNAI

DATA	PROCEDÊNCIA	

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Folha da Manhã 25/10/78</i></p> <h3>Inquerito vai apurar conflito com índios</h3> <p>O Departamento de Polícia Federal abriu inquérito para apurar as responsabilidades pelos conflitos ocorridos, na semana passada, entre os índios Guaraci e Raingangue e posseiros que habitam a região dos rios das Cobras no Paraná. A informação chegou de Brasília e foi prestada pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira. Segundo ele, o conflito verificado na área "parece motivado por questões de madeira".</p> <p>O presidente da Fundação Nacional do Índio preferiu não se aprofundar sobre o assunto, por estar voltando de férias e ainda não haver se inteirado suficientemente sobre a situação na região do rio das Cobras. Acrescentou, porém, que mandou demitir o chefe do posto indígena local "que, parece, andou fazendo algumas malandragens por lá", disse Ismarth. O general garantiu que os problemas já foram contornados e que a situação atual é de calma.</p> <p><i>Posto FUNAI</i></p>

PT 1025 C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;">86</p> <h3>Índios estão calmos e aguardam uma solução</h3> <p><i>O Estado do Paraná - 26/11/78</i></p> <p>A situação no Posto Indígena do Rio das Cobras, próximo a Laranjeiras do Sul está calma agora segundo informou ontem o delegado regional da Fundação Nacional do Índio, José Carlos Alves, depois do tiroteio ocorrido naquela localidade há três dias, quando, índios Caingangues e Guaranis pintaram-se de vermelho e marron, cores utilizadas para o combate, guardando os limites de suas terras para impedir a entrada de jagunços.</p> <p>Segundo José Carlos, "o tiroteio foi provocado por posseiros que se reuniram no último domingo à noite no Paiol do posseiro João Vilani e deram tiros a esmo para amedrontar os Guaranis. Mas não houve resposta do índio ao ataque. Os Caingangues apoiaram, eles se prepararam, mas não chegou a haver um choque". O delegado da Funai disse ainda que "tem um posseiro ferido em Cascavel, mas não se sabe se o responsável foi um índio ou um dos posseiros, que estão se desentendendo entre si".</p> <p>Foram enviados mais três funcionários da Funai para o Posto, além dos quatro que já se encontram lá, para "não deixar o índio revidar o ataque, porque eles são em número bem inferior (aproximadamente 400) e estão mal armados. Além disso, não é interessante causar um atrito, que pode provocar um massacre", acrescentou José Carlos, alegando que a intenção é somente esta e não a de evitar a prevenção dos índios contra os posseiros. "Afim, eles têm razão".</p> <h4>BOTOCUDOS</h4> <p>Sobre o fato de que os índios Guaranis teriam recebido apoio de grande número de índios Botocudos, provenientes da Reserva de Ibirama, Santa Catarina, e ainda, de índios do Rio Grande do Sul que lá permaneceriam até que o problema da invasão de terras fosse solucionado, o delegado afirmou não ser verdade, uma vez que permanece em constante contato com os postos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e nada foi divulgado por eles a este respeito. "existe um índio Botocudo naquela região, acrescentou, mas ele é funcionário".</p> <p>Consta ainda que a Polícia Federal, que havia se retirado do local depois de ter acompanhado a questão durante uma semana retornou anteontem ao Posto Indígena do Rio das Cobras, para uma ação preventiva.</p> <p>Para impedir a entrada de novos posseiros em terras indígenas, segundo o delegado da Funai, o ideal seria que fosse baixado um decreto presidencial desapropriando a área uma vez que processos em Juízo são demorados e é necessário considerar que há posseiros instalados na região há vários anos, alguns ultrapassando a 30. Conforme o cadastramento efetuado pela Funai em convênio com o Incra, em 1975, encontravam-se instaladas 338 famílias intrusas, incluindo 20, que possuíam título de terra. Alguns posseiros revenderam a sua propriedade, outros continuam lá, mas o número de intrusos vem aumentando gradativamente, disse ainda José Carlos. "Pelo menos, deveriam impedir que novos entrassem".</p> <p>Da área inicial destinada aos índios, de 19.106,90 hectares, resta apenas a metade, estando ainda grande parte ocupada por posseiros.</p> <p style="text-align: center;"><i>Posto Funai</i></p>

PT 1025 C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

82

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;"><i>Folha da Manhã 3/10/78</i></p> <h3>Missionários denunciam invasão do território índio</h3> <p>Em documento final distribuído ontem, à imprensa, religiosos e leigos que participaram no período de 13 a 28 deste mês, em Manaus, do segundo curso de indigenismo para missionários da Amazônia, promovido pelo Cimi, dizem esperar "que a anunciada abertura política seja benéfica a defesa dos direitos dos índios, que são os que mais sofrem quando dominam a força e o arbítrio" e "que o povo brasileiro, encontre um meio de garantir a sobrevivência dos povos indígenas representando na população do País, menos de 0,2 por cento".</p> <p>No documento é feita uma série de denúncias. A primeira delas quando os missionários afirmam ser um dever "chamar a atenção da opinião pública nacional para casos especialmente chocantes, como o massacre dos Waimiri-Ototoari que resistiram e resistem a invasão de seu território, mesmo quando varridos a bala para dar passagem a BR-174, depois de rejeitarem uma pacificação caprichosa que contra o próprio Estatuto do Índio vinha desalojá-los de seu habitat natural. E até hoje a Funai continua dando cobertura a esta invasão de bárbaros".</p> <p>Criticam a não demarcação das reservas pela Funai acrescentando que a demarcação feita por Rondon em 1917 foi em 1973 reduzida e alterada deixando a maioria dos grupos fora dos limites atuais que estão ocupados pelos fazendeiros mais poderosos da região. Outras denúncias feitas no documento: perto de Altamira os pacíficos arara estão cercados por latifúndios e colonizações do Incra e Cotrijuí, privados de seus terrenos de caça e de cultivo.</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta FUNAI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;"><i>88</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Religiosos criticam</b> <i>gazeta do povo 10/02/78</i> <b>atuação da Funai</b></p> <p>MANAUS — (AE-GP) — Em documento distribuído ontem em Manaus, onde estiveram reunidos para analisar o comportamento da Igreja junto as comunidades indígenas da Amazônia, os missionários de 14 preazias e dioceses da região criticaram a política da FUNAI, e concluíram que é dever que a opinião pública nacional seja alertada contra os fatos chocantes cometidos contra os indígenas "como o massacre dos Waimiri-Atroari que resistiram e resistem a invasão de seu território, mesmo quando varridos a bala para dar passagem a BR-174, depois de rejeitarem uma pacificação capciosa contra o próprio Estatuto do Índio "por isso, os missionários pedem que "a anunciada abertura política seja benéfica à defesa dos direitos dos índios, que são os que mais sofrem quando dominam a força e o arbítrio", porque "até hoje a FUNAI continua dando cobertura a esta invasão de bárbaros".</p> <p>O documento, que é uma síntese das discussões e teses aprovadas durante o curso de indigenismo realizado em Manaus mostra que a Igreja reconhece a sua missão e responsabilidade no processo de desagregação das culturas e comunidades indígenas na Amazônia. O documento sustenta que em toda a extensão do Estado do Amazonas e do território de Roraima, regiões que abrigam maior número de índios, nenhuma reserva foi demarcada pela FUNAI. A demarcação feita por Rondon em 1917 foi, em 73, reduzida e alterada deixando a maioria dos grupos indígenas fora dos limites atuais que estão sendo ocupados pelos fazendeiros mais poderosos da região.</p> <p>"Perto de Alimira — continua o documento — os pacíficos Araras estão cercados por latifúndios e colonizadores — INCRA e COTRIJUI —, privados de seus terrenos, de caça e de cultivo. No Acre, os índios Kulina e Kaxinawa que escaparam do extermínio para além dos limites da castanha e da borracha, não conseguem uma reserva em terras ainda desocupadas, mas já na mira dos ambiciosos. Há neste Estado o escândalo do empreendimento do Grupo Bradesco/Atlântica-Boa Vista, que recebeu em 1974 e 1977 certidões negativas sobre territórios habitados pelos Kulina, e onde o diretor responsável é o próprio executor da política indígena do governo Médici".</p> <p>O documento se atém mais à situação dos índios no Amazonas. "No Rio Negro — acrescentam os missionários — até hoje nada garante o território dos índios, ameaçados pelo projeto da Perimetral Norte, pela descoberta de minérios. Da mesma forma não há meios de fazer demarcar uma reserva para os Yanomani, pois os projetos encaminhados desde 1969 pelos missionários ao órgão responsável (FUNAI) desapareceram sucessivamente.</p> <p>"Há problema de terras dos Tikuna, cerca de 12 mil no Alto Solimões, esbulhados por patrões ribeirinhos. Seu território até hoje não foi demarcado, e é crítica a situação dos Kanamary, Narubo e Mayuruba do Vale do Javari, que se dispersaram e entram em rápida decadência devido a um bloqueio indiscriminado que a FUNAI lhes impôs de qualquer relação com a sociedade envolvente", informa o documento. Na opinião dos missionários, somente um movimento amplo — pela imprensa e instituições culturais, sociais e religiosas — de opinião pública poderia modificar a situação.</p> <p style="text-align: center;"><i>Basta FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

89

NOME: .....  
FILIAÇÃO: .....  
RESIDÊNCIA: .....

*Curso de História*  
*27/08/77*  
**Igreja debate o índio**

DATA	PROCEDÊNCIA	
		<p><b>São Paulo, Belém, Brasília</b> - A ordenação de um direito especial para o índio, com a revisão de conceitos existentes na Legislação em vigor, principalmente o de tutela, no Estatuto do Índio, é a base principal do estudo que começou a ser elaborado por juristas paulistas, segundo informou o presidente do CIMI (Conselho Indígena Missionário), Dom Tomas Balduino.</p> <p>Já o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), General Ismarth Araújo de Oliveira, juntamente com sete diretores de diversos departamentos da Funai e o índio Jurina, encerrou ontem uma visita de seis dias às dez aldeias das tribos Galibi, Caripune e Palikury, que habitam a Região do Oiapoque, fronteira com a Guiné Francesa.</p> <p>Em Rondônia, posseiros armados conseguiram paralisar, mais uma vez, o trabalho de demarcação da área indígena Surui, no Posto Indígena Sete de Setembro, que vinha sendo demarcado pela firma Plantel. Segundo as informações chegadas da Região, mesmo com o início da demarcação, as terras dos índios continuam sendo invadidas pelos posseiros e os encarregados da Funai na área temem a eclosão "a qualquer momento, de novos conflitos entre índios e posseiros, à exemplo do que ocorreu no ano passado, quando morreram dois colonos e um índio.</p> <p>O Presidente do Cimi, Dom Balduino, afirmou que a reunião preliminar sobre a ordenação de um direito especial para o índio durou dois dias e contou com a participação do bispo de Bauru, Dom Cândido Padim, Secretário-Executivo do Cimi.</p> <p>A coordenação do estudo sobre um novo direito para o índio foi entregue ao professor Dalmo de Abreu Dallari, da Faculdade de Direito da USP e presidente da Comissão de Justiça e Paz. Segundo Dom Tomas Balduino, "o Cimi sente-se no dever de acionar a consciência nacional a respeito do problema do índio. A começar pela própria Igreja". Paralelamente a situação jurídica dos indígenas brasileiros, a reunião também discutiu o direito das missões.</p> <p>Dom Tomas Balduino ressaltou que "o índio sempre foi o grande mudo e o maior ausente para Legislação, prevalecendo, na maioria das vezes, os interesses econômicos e desenvolvimentistas". Lembrou, porém, que está nascendo uma consciência nova não só na sociedade, como também entre o próprio índio".</p> <p>Para o padre Antonio Checín, que participou do encontro, a realização de "assembléias indígenas está se transformando em instrumento de afirmação dos seus direitos". Disse que "o nosso índio nunca teve voz. Por isso vamos ouvi-lo, intensificando as assembléias para revelar seus direitos, que, depois, vão ser protegidos por lei, ao lado da sociedade envolvente". Na sua opinião, a tutela prevista no estatuto é "bastante ambígua na prática".</p> <p>O jurista Caio Lustosa salientou que o Direito do Índio tem sido feito por brancos, o que prejudica as minorias raciais. "Os povos indígenas são, hoje, os mais manipulados". Esclareceu que o bispo de Bauru, Dom Cândido Padim, disse na reunião que tornou-se relevante a elaboração de um direito especial para o índio pois a tutela só a cerceia e o impede de reivindicar e emitir opinião.</p> <p>"A filosofia do Estatuto do Índio - disse Caio Lustosa - de que o índio tem de se adaptar as normas da sociedade envolvente já é a maior negação do direito da nação indígena.</p>

*Padre FUNAI*

PT 1025 C. 122



NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>02 DE FEVEREIRO DE 1978 — DOMINGO</p> <p><i>O Estado de São Paulo</i></p>  <p>Arquivo</p> <p><b>Rangel Reis: "emancipar pelo menos um índio"</b></p> <h2>Emancipação dos índios preocupa os antropólogos</h2> <p><b>Da sucursal de BRASÍLIA</b></p> <p>Embora a idéia de emancipar o índio brasileiro tenha sido apresentada como uma das grandes metas do ministro Rangel Reis, do Interior — "até o final do governo Geisel, pelo menos 100 índios perderão a tutela. É uma questão de honra" —, antropólogos, missionários e os próprios índios manifestam a sua desconfiança das intenções do ministro. O grande perigo, segundo eles está no fato de que grandes áreas indígenas poderiam ser gradativamente liberadas para investimentos, a partir do ponto em que a Funai e o Minter demarcarem pequenos lotes para famílias indígenas.</p> <p>"Uma administração mal intencionada — afirma um missionário — poderá, inclusive, acelerar o processo de emancipação de algumas comunidades que ocupam terras cobiçadas por empresários. E hoje em dia — acentuou — quase todas as áreas indígenas têm alimentado os sonhos expansionistas dos fazendeiros que chegam à Amazônia".</p> <p>Rangel Reis considera que toda política indigenista aplicada durante a sua administração "terá fracassado, se a Funai não emancipar pelo menos um índio". Esta preocupação do ministro vem ao encontro do temor das pessoas ligadas ao problema indígena pois, o texto do decreto, segundo ele próprio anunciou, será encaminhado a Geisel até o final do mês, apesar de várias questões sobre perda de tutela continuarem sem definição.</p> <p>Terra é o ponto fundamental dessa controvertida questão. Os opositores da "febre de emancipação" apontam, exatamente, o interesse do governo pelas terras indígenas como a "causa de toda a pressa de Rangel Reis em começar o processo de liberação da tutela do índio".</p> <p>O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, que nos últimos anos vinha procurando sempre amenizar as declarações do ministro do Interior, afirmando que os índios seriam emancipados, conforme determina o estatuto, mas "não havia pressa", parece, finalmente, ter absorvido as opiniões de Rangel Reis, ao dizer que muitos índios "só querem brigar pelos seus direitos, desconhecendo os seus deveres".</p> <p>Segundo o presidente da Funai, o índio já aculturado precisa ser emancipado tornando-se cidadão brasileiro pois o governo não quer criar "quistos étnicos".</p> <p><b>DIVERGÊNCIAS</b></p> <p>A emancipação de índios, prevista na lei 6001, aprovada pelo Congresso Nacional, em 1973, é o caminho natural para todas as comunidades. Nesse ponto todos concordam. As divergências têm surgido a partir da aceleração desse processo, defendido abertamente pela área técnica do Ministério do Interior.</p> <p>Os indigenistas admitem que há casos isolados de índios, como o vereador Jair de Oliveira, de Aquidauana, que já estão naturalmente emancipados e precisariam de liberação formal da tutela. Para esses destribalizados a emancipação significaria muito pouco. O índio terena Jair tem toda a documentação de um cidadão comum. Vota e pode ser votado. Para ele, perder o apoio da Funai, hoje em dia, teria um significado quase nulo.</p> <p>A preocupação maior é exatamente com os índios que ainda vivem em comunidades, desenvolvendo em suas reservas uma agricultura comunitária. Rangel apontou como alvo de seu projeto o cacique Mário Juruna, que recebeu a notícia perplexo: "Eu nem sei direito o que é isso — afirmou o cacique num português bastante precário — Não quero ficar sem Funai, para depois viver no abandono, como os caboclos que conheço".</p> <p>Os indigenistas dizem que se Juruna for emancipado, vai se criar um verdadeiro caos entre os Xavantes da Reserva São Marcos. Eles estão despreparados para viver autonomamente na comunidade nacional. Mesmo o bem falante Juruna, só agora começa a compreender melhor o mundo civilizado.</p> <p>Enquanto o assunto continua sendo estudado reservadamente pelo Ministério, a preocupação maior é que o decreto abra caminho para a "punição" de índios como Juruna, cujo comportamento é considerado "impertinente" pelos técnicos do setor.</p>

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

9

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="657 821 1346 1632" data-label="Complex-Block"><p><b>Religiosos criticam</b> <i>O Estado de São Paulo</i> 19/02/78 <b>a política da Funai</b></p><p><b>Do correspondente em MANAUS</b></p><p>Em documento distribuído ontem em Manaus, onde estiveram reunidos para analisar o comportamento da Igreja junto às comunidades indígenas da Amazônia, os missionários de 14 prelazias e dioceses da região criticaram a política da Funai, e concluíram que a opinião pública nacional deve ser alertada contra fatos chocantes que estão acontecendo, "como o massacre dos Waimiri-Atroaris que resistiram e resistem a invasão de seu território, mesmo quando varridos à bala para dar passagem à BR-174, depois de rejeitarem uma pacificação capciosa contra seu próprio estatuto". Os missionários pedem que "a anunciada abertura política seja benéfica à defesa dos direitos dos índios, os que mais sofrem quando são dominados arbitrariamente", porque "até hoje a Funai continua dando cobertura a esta invasão de bárbaros".</p><p>O documento, que é uma síntese das discussões e teses aprovadas durante o curso de indigenismo realizado em Manaus, mostra que a Igreja reconhece a sua omissão e responsabilidade no processo de desagregação das culturas e comunidades indígenas, no Amazonas e Roraima onde nenhuma visita foi demarcada pela Funai.</p><p><i>Lista FUNAI</i></p></div>

PT1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

38

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<h3 style="text-align: center;">Reunião de missionário critica a ação da Funai</h3> <p style="text-align: center;"><i>O Estado do Pará - Missionários se reúnem em Manaus a fim de analisar a situação das comunidades indígenas.</i> 10/02/78</p> <p>MANAUS - (AE — O ESTADO) - Em documento elaborado em Manaus, onde estiveram reunidos para analisar o comportamento da igreja junto às comunidades indígenas da Amazônia, os missionários de 14 prelaças e dioceses da região criticaram a política da Funai, e concluíram que é dever que a opinião pública nacional seja alertada contra os fatos chocantes cometidos contra os indígenas, "como o massacre dos Waimiri-Atroari que resistiram e resistem à invasão de seu território, mesmo quando varridos a bala para dar passagem à BR-174, depois de rejeitarem uma pacificação capciosa contra o próprio Estatuto do Índio. "Por isso, os missionários pedem que "a anunciada abertura política seja benéfica à defesa dos direitos dos índios, que são os que mais sofrem quando dominam a força e o arbitrio", porque "até hoje a Funai continua dando cobertura a esta invasão de bárbaros".</p> <p>O documento, que é uma síntese das discussões e teses aprovadas durante o curso de indigenismo realizado em Manaus, mostra que a igreja reconhece a sua omissão e responsabilidade no processo de desgregação das culturas e comunidades indígenas na Amazônia. O documento sustenta que em toda a extensão do Estado do Amazonas e do Território de Roraima, regiões que abrigam maior número de índios, nenhuma reserva foi demarcada pela Funai. A demarcação feita por Rondon em 1917 foi, em 73, reduzida e alterada deixando a maioria dos grupos indígenas fora dos limites atuais que estão sendo ocupados pelos fazendeiros mais poderosos da região. "Perto de Altamira - continua o documento - os pacíficos Araras estão cercados por latifúndios e colonizações - Inca e Cotrijui - , privados de seus terrenos, de caça e de cultivo. No Acre, os índios Kulina e Kaxinawa que escaparam do extermínio para além dos limites da castanha e da borracha, não conseguem uma reserva em terras ainda desocupadas, mas já na mira dos ambiciosos. Há neste Estado o escândalo do empreendimento do grupo Bradesco/ Atlântica - Boa Vista, que recebeu em 1974 e 1977 certidões negativas sobre territórios habitados pelos Kulina, e onde o diretor responsável é o próprio executor da política indígena do governo Medici".</p> <p style="text-align: center;"><b>MUITOS PROBLEMAS</b> O documento se atem mais à situação dos índios</p> <p style="text-align: right;">Pastor FUNAI</p>

PT 1025C.122

# Dom Tomás Balduino fala do paternalismo e da opressão da política indigenistas

Depois de afirmar que "toda a causa do índio é profundamente política, de defesa de um povo oprimido e condenado à morte", o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduino (que na próxima terça-feira participará da abertura do "Ano dos Mártires", em São Gabriel) afirmou que "a volta ao estado de direito no País não será uma medida que virá lá do Olimpo, mas o resultado de uma pressão que está vindo de baixo, de uma resistência que está se alastrando a todos os setores da sociedade". Em Porto Alegre, Dom Tomás falou da repressão da Funai sobre o Cimi, do paternalismo em relação ao indígena, da perseguição de bispos e do que os índios precisam para sobreviver.

"Nós não podemos ter medo, porque estamos em nossa pátria. Nossos antepassados nasceram aqui e viveram aqui. Estas são as nossas terras". Se essas palavras do índio Tupá-Y, um dos sobreviventes da tribo Guarani, não significam nada para os invasores das suas terras e destruidores de sua cultura, o presidente do Conselho Indigenista Missionário afirma que "a consciência do índio brasileiro em defesa de seus direitos está crescendo".

Atualmente, há apenas 200 mil índios, dos cinco milhões que viviam no Brasil na época do descobrimento. Para Dom Tomás "os crimes cometidos contra os índios — subjugando dessa forma um povo de grande tradição cultural — são fruto de uma situação global". Daí a sua possibilidade de sobrevivência é que possam garantir um mínimo de autodeterminação, para recuperar os direitos que lhes foram tirados.

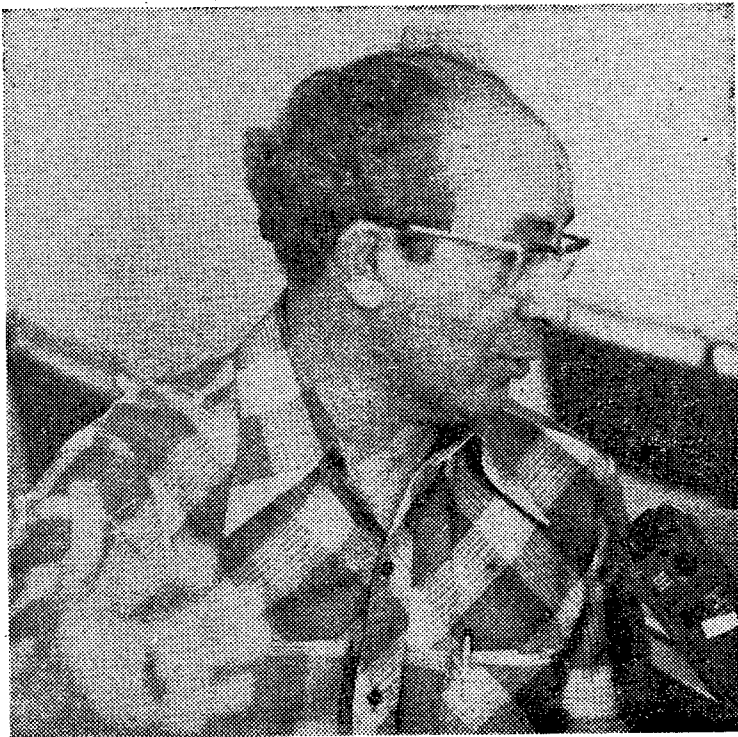
Dom Tomás afirma que entre os índios existem modelos de vivência cristã muito mais próximos aos pregados por Cristo do que os existentes entre os católi-

cos. Entre os valores indígenas, que deveriam ser conhecidos por todos, destaca-se o da solidariedade, segundo Dom Tomás uma grande virtude, rara entre os civilizados.

O bispo de Goiás Velho chegou ontem a Porto Alegre para a solenidade de abertura do Ano dos Mártires, que será realizada na próxima terça-feira no Caiboaté em São Gabriel, local do martírio de São Sepé e seus 1.500 companheiros. O chefe missionário Sepé Tiarajú foi morto em combate contra os espanhóis e portugueses, em 7 de fevereiro de 1756, na defesa das Missões e do próprio povo indígena, ameaçado pelo Tratado de Madri. Depois de três dias eram chacinados os seus 1.500 companheiros.

## "ESPELHO"

Outros mártires também serão relembrados este ano. São os padres Roque Gonzales, Afonso Rodrigues e João Castilhos, assassinados pelos índios revoltados contra o colonialismo dos invasores europeus. Roque Gonzales e Afonso Rodrigues foram mor-



Dom Tomás: as mudanças serão resultado de pressões

tos no dia 15 de novembro de 1628, no Caaró, e João de Castilhos, no dia 17 de novembro do mesmo ano, no Pirapó.

O povo indígena vem sendo submetido a martírios nestes 478 anos, e este será um dos principais assuntos da Semana do Índio, que será aberta em 15 de abril nas Ruínas de São Miguel. Este ano também é o ano-limite da demarcação das reservas indígenas, de acordo com o artigo 65 do estatuto dos índios.

Dom Tomás Balduino afirmou que "a situação do índio é um espelho da situação geral. Quando ela se fecha, se torna repres-

siva, de censura, os índios são isolados e ninguém pode falar por eles. A abertura política poderá trazer um tipo de autodeterminação aos índios, mais importante do que o fato de se tornar eleitor, no sentido de serem integrados a nacionalidade".

O bispo declarou que a posição do CIMI não é paternalista em relação ao índio mas reconhece que a Igreja Católica já agiu desta maneira. Agora os missionários procuram colocar-se ao lado dos índios, escutando-os respeitosamente apoiando-os nas suas reivindicações, respeitando seu direito de autodeterminação e de viver segundo sua própria

cultura. Dom Tomás disse que muitos grupos indígenas, pelas circunstâncias de sofrimentos, recuperaram a esquecida bravura guerreira. E outros, considerados tímidos, mostram atitudes surpreendentes.

Legalmente o índio é considerado menor de idade. De acordo com Dom Tomás Balduino, esta situação de tutelato é certa para uma criatura. Para um povo de alta tradição cultural, é uma imposição brutal, chegando a parecer bélica. Ele também criticou a atitude do Governo, que até agora não criou um programa "válido" de reforma agrária. Dom Tomás citou o caso das dez milhões de famílias que não têm terras, e cuja causa será assumida pela Igreja Católica, com base na sua Comissão de Pastoral da Terra.

Sobre os índios, ele citou os 15 mil que estão em Roraima: "Classifico como um escândalo o que aconteceu naquela área. Apesar dos índios constituírem-se uma boa parcela da população, eles não possuem terras. Os cercados das fazendas passam no terreno da aldeia".

## REPRESSÃO

Dom Tomás afirma que o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) tem sido reprimido pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) devido aos pronunciamentos críticos feitos por missionários a respeito de arbitrariedades cometidas contra os índios. A FUNAI chegou a pressionar com atitudes policiais, ordenando a prisão de missionários do CIMI em seus postos. Os padres Antônio Iasi, Egídio Schwade, e Egon Heck, missionários do CIMI, e Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, foram os mais perseguidos pela FUNAI.

Apesar de terem sido considerados como "pessoas perigosas e indesejáveis", não foi feita nenhuma prisão e nenhum deles responde a processo. As relações entre FUNAI e CIMI, se ainda não são boas, pelo menos estão bem melhores, segundo Dom Tomás, desde novembro de 1977, quando o CIMI foi integrado à CNBB (Confederação Nacional de Bispos Brasileiros).

"Para assumirem o lugar que lhe foi tirado", diz o bispo, os índios necessitam de terras que sejam demarcadas não apenas em função do número de pessoas mas englobando os pontos com que as culturas se identificam. Devolução da responsabilidade, recuperação da memória cultural, recuperação da organização tribal, liberdade de iniciativa para realizar vendas e trocas, são outras necessidades essenciais, ao índio, segundo Dom Tomás.

## "Cortam as árvores e vendem a terra dos índios"

A derrubada de milhares de árvores das terras que por direito pertencem aos índios, a venda ilegal de terras por funcionários da Funai, a invasão de terras, a ameaça de loteamento pela Funai das terras do Xokleng, em Santa Catarina, são algumas das denúncias contidas no "Documento de Manaus", resultado de uma reunião do Conselho Indigenista Missionário nos dias 29 e 30 de janeiro passado. Este é o documento do Cimi:

Reunidos em Manaus, em sessão ordinária, nos dias 29 e 30 de janeiro, nós os membros da Diretoria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) tomamos conhecimento de fatos graves que vêm acontecendo nas áreas indígenas do Estado do Paraná:

Em Manguaerinha a firma Slaviero extraiu 120 mil pinheiros e 80 mil árvores brancas dos índios que hoje reclamam de volta esta inestimável riqueza florestal que pertencia a eles por lei.

Em Palmas um chefe de posto da FUNAI foi além. Vendeu ilegalmente grande parte das terras indígenas em 1948 e que hoje estão nas mãos da madeireira Pigato. Os índios, conscientes deste esbulo, estão à espera de uma solução.

No posto indígena Rio das Cóbras continua a invasão das terras dos índios. Estes são 1.200 e os brancos, ocupando a área são 2.000. Além disso, a madeireira Marochi lá está retirando os pinheiros de maneira fraudulenta. A situação é tensa. No dia 16 deste, houve um início de luta armada entre brancos e índios. O Pe. Francisco Sózi, ao defender os índios, foi ameaçado de morte pelos moradores, inclusive por prepostos da empresa Marochi.

Estes não são casos isolados no quadro dos Estados do Sul. Os Xokleng de Santa Catarina estão na iminência de verem suas terras loteadas pela FUNAI. Os Guarani de Itanhaem e Itaririgue, em São Paulo, continuam tristemente sem nenhuma garantia de suas terras.

Estes fatos de terras indígenas ainda sem solução, e que não são os únicos no território nacional, estão acontecendo exatamente no ano-limite da demarcação

das reservas indígenas. Eis como reza o artigo 65 do Estatuto dos Índios: "O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas". (Lei 6001 de 1973).

Ao reclamarem suas terras os índios não pedem esmolas ou favores. Pelo contrário, estão cobrando a execução de um serviço determinado por lei em vista de um bem essencial à sua sobrevivência física, social e cultural.

Este ano-limite de demarcação territorial é também o ano da celebração dos sete povos indígenas martirizados, há dois séculos, por causa de suas terras. Vai ser uma resposta das Igrejas e Instituições ao apelo dos próprios índios.

Por isso nesta reunião de Manaus o CIMI unido aos índios, mártires de ontem e de hoje, quer testemunhar-lhes sua irrestrita solidariedade, especialmente a estes índios do Paraná e comprometer-se a lutar, sem desfalecimento, para que todos eles obtenham o reconhecimento e a concretização do humano direito de suas terras.

Manaus, 30 de janeiro de 1978.  
Dom Tomás Balduino  
Presidente do CIMI

**URBS**  
O MELHOR SUPLETIVO  
URBS, um grande curso com preços que você pode pagar.  
JERÔNIMO COELHO, 384  
ESQUINA DUQUE

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

59

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Journal do Brasil*  
**Funai luta  
por terras  
na Justiça**

DATA	PROCEDÊNCIA	
		<p>Brasília — Em 1975 a Fundação Nacional do Índio entrou com uma ação que resultou na desapropriação de 190 mil 956 ha — 20% da área total da reserva xavante de São Marcos (MT) — mas até hoje correm na justiça recursos contra o valor das desapropriações e ainda há ocupantes irregulares em cerca de 140 mil ha, de proprietários "incertos e não sabidos".</p> <p>Apesar de a Funai ter ingressado com mais de 100 ações de despejo, reintegração de posse, desapropriação, demarcação e nulidade de títulos em todo o país, excluída a de São Marcos, apenas 14 foram definitivamente encerradas e os ocupantes despejados. No Rio Grande do Sul, 40% das áreas indígenas estão ocupadas, no Paraná, 31% e em Santa Catarina 8%. Novas ações de despejo darão entrada em março para desalojar 90 posseiros da área xerente (GO).</p> <p>Das 173 áreas indígenas brasileiras, 68 ainda não foram demarcadas, principalmente por falta de recursos. A falta de demarcação facilita, indiretamente, a penetração ilegal e o jogo jurídico para impedir ou retardar a saída dos ocupantes. Atualmente, a Funai é ré ou autora de ações relativas a problemas de terras nos Estados do Amazonas, Pernambuco, Mato Grosso, Maranhão, Paraná e Rio Grande do Sul, e nos Territórios de Rondônia e Roraima.</p> <p>O Parque do Xingu, totalmente loteado, embora sem ocupantes, deverá ter uma solução jurídica ainda este ano. Também haverá solução para a reserva nambikwara e de Pimentel Barbosa, ambas em Mato Grosso. Na Funai já é sentida a preocupação quanto ao Acre, onde os trabalhos para fixação de reservas estão começando e deverão gerar conflitos.</p> <p>Paralelamente às soluções judiciais, a Funai está suspendendo a renovação dos contratos de arrendamento em áreas indígenas. Apenas na reserva de Serra da Bodoquena (MT), serão mantidos os 100 arrendatários até 1982. A Funai justifica a manutenção dos contratos pela impossibilidade de os 300 índios kadiweu ocuparem efetivamente a área de 400 mil ha da reserva, e pela possibilidade de aumentar os recursos aplicáveis na região através do arrendamento.</p> <p>Segundo estudos da fundação, os invasores de reservas indígenas costumam ocupar de 60% a 80% das áreas, e quando não o fazem, localizam-se sempre nas terras mais produtivas. Um dos motivos que explicam as invasões, segundo o próprio presidente da Funai, Gen Ismarth de Oliveira, é o conceito de que os índios possuem terras em excesso. Tal conceito peca por ignorar os hábitos mais ou menos nômades das populações indígenas, suas atividades de caça e pesca e mesmo a existência de vários grupos independentes em cada reserva, o que exige espaço para que se isolem entre si.</p>

*Lista Funai*

PT 1025 C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<h3 style="text-align: center;">Terras indígenas preocupam Funai</h3> <p>Carreio de Notícias 05/02/79</p> <p>Brasília — Em 1975 a Fundação Nacional do Índio entrou com uma ação que resultou na desapropriação de 190 mil 956 ha; — 20 por cento da área total da Reserva Xavantes de São Marcos (MT) — mas até hoje correm na justiça recursos contra o valor das desapropriações e ainda há ocupantes irregulares em cerca de 140 mil ha, referentes a proprietário" incertos e não sabidos".</p> <p>Apesar de a Funai ter ingressado com mais de cem ações de despejo, reintegração de posse, desapropriação, demarcação e nulidade de títulos em todo o país, excluída a de São Marcos, apenas quatorze foram definitivamente encerradas e os ocupantes despejados.</p> <p>No Rio Grande do Sul, 40 por cento das áreas indígenas estão ocupadas; no Paraná, 31 por cento, e em Santa Catarina, 8 por cento.</p> <p>Novas ações de despejo darão entrada em março para desalojar 90 posseiros da área Xerente (GO).</p> <p>Das 173 áreas indígenas brasileiras, 68 ainda não foram demarcadas, principalmente por falta de recursos. A falta de demarcação facilita, indiretamente, a penetração ilegal e o jogo jurídico para impedir ou retardar a saída dos ocupantes.</p> <p>Atualmente, a Funai é ré ou autora de ações relativas a problemas de terras nos estados do Amazonas, Pernambuco, Mato Grosso, Maranhão, Paraná e Rio Grande do Sul e nos territórios de Rondônia e Roraima.</p> <p>O Parque do Xingu, totalmente loteado, embora sem ocupantes, deverá ter uma solução jurídica ainda este ano; também haverá solução para a reserva Nambirwara e de Pimentel Barbosa, ambas em Mato Grosso.</p> <p>Na Funai já é sentida a preocupação quanto ao Acre, onde os trabalhos para fixação de reservas estão começando e deverão gerar conflitos.</p> <p>Paralelamente às soluções judiciais, a Funai está suspendendo a renovação dos contratos de arrendamento em áreas indígenas. Apenas na reserva de serra da Bodoquena (MT), serão mantidos os 100 arrendatários até 1982.</p> <p>A Funai justifica a manutenção dos contratos pela impossibilidade dos 300 índios Kadiweu ocuparem efetivamente a área de 400 mil ha da reserva, e pela possibilidade de aumentar os recursos aplicáveis na região através do arrendamento.</p> <p>Segundo estudos da Fundação, os invasores de reservas indígenas costumam ocupar de 60 a 80 por cento das áreas e, quando não fazem, localizam-se sempre nas terras mais produtivas.</p> <p>Um dos motivos que explicam as invasões, segundo o próprio presidente da Funai, gal. Ismarth de Oliveira, é o conceito de que os índios possuem terras em excesso.</p> <p>Tal conceito peca por ignorar os hábitos mais ou menos nomades das populações indígenas, suas atividades de caça e pesca e mesmo a existência de vários grupos independentes em cada reserva, o que exige espaço para que se isolem entre si.</p> <p>Além disso, cada reserva fixada deve levar em conta o crescimento da população, cuja taxa está em 3 por cento ao ano.</p> <p>Os pontos críticos na ocupação de áreas indígenas, atualmente, são Rio Grande do Sul e Paraná. Para ambas as regiões existem projetos para reassentamento dos ocupantes, mas a execução depende da solução judicial para as ações que visam a desocupação das terras e de recursos para implantar os programas.</p> <p>No Rio Grande do Sul, existem sete toldos indígenas, que somam uma área de 51 mil 264 ha. Apenas no posto de Vontouro (2 mil 450 ha) não existem ocupantes. Nos seis restantes, há 1 mil 512 famílias não índias, o que resulta em 8 mil 426 ocupantes contra 4 mil 183 índios. A área ocupada pelos invasores e arrendatários é de 17 mil 276 ha.</p> <p>No Paraná, os invasores — incluindo arrendatários, titulados ilegalmente e intrusos — ocupam 31 por cento do total de área dos 11 toldos indígenas (73 mil 29 ha).</p> <p style="text-align: right;"><i>Boa FUNAI</i></p>

**Secretaria de  
Delegacia de Or**

**Rangel enviará à  
Funai projeto que  
emancipa os índios**

96

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	

BRASILIA (Sucursal) — O ministro Rangel Reis, do Interior, deverá encaminhar à Fundação Nacional do Índio até a próxima segunda-feira, a exposição de motivos do projeto de decreto da emancipação dos índios e que deverá ser assinado pelo presidente Geisel ainda este mês, antes da sua viagem à Alemanha, segundo informou ontem o presidente do órgão indigenista, general Ismarth de Oliveira.

“O assunto não é novidade, disse o general, estudos nesse sentido vêm sendo desenvolvidos há muito tempo. A emancipação é prevista em lei e só nos resta cumpri-la”. O grande problema entretanto na opinião de Ismarth será definir a questão da terra pois a medida não terá caráter geral ou seja, será examinado cada caso individualmente.

**LEI INTERNACIONAL**

O presidente da Funai lembrou que o Brasil é signatário da convenção 107 de Genebra que estabelece a emancipação de grupos indígenas e que portanto o anúncio do decreto não deve ser encarado como uma novidade. A idéia, adiantou o general Ismarth, não é emancipar todos os índios. Teremos que levar em conta o grau de aculturação de cada indivíduo ou de cada grupo indígena.

“A intenção do governo, disse Ismarth, é não propiciar a formação de um quisto racial no Brasil. O índio antes de tudo é brasileiro e deve ter os mesmos direitos de qualquer cidadão desde que esteja apto para desenvolver qualquer atividade civil. A responsabilidade de determinar quem ou qual grupo indígena estará em condições de receber a emancipação vai recair sobre a Funai que pretende realizar um amplo trabalho de levantamento antropológico dos grupos brasileiros.”

“Mesmo com relação à terra, prosseguiu o general, terão que ser observadas as implicações antropológicas. Por exemplo, alguns grupos já vivem em lotes isolados e chegam até mesmo a arrendar esses lotes. Nesses casos como deveremos proceder? Ou no caso dos tupiniquins — grupo considerado extinto e que recentemente foram descobertos remanescentes — esses índios se dizem caboclos, não vivem em sistema tribal e seu problema é a terra. O que fazer nesse caso? Dar a terra que eles necessitam e colocá-los sob a tutela da Funai? Essa atitude não representa um retrocesso no processo de aculturação desses índios?”

“Há interesses em que os índios permaneçam tutelados” garante Ismarth. Mas a lei existe para ser cumprida. Os casos têm de ser examinados isoladamente.

No caso específico do cacique Mário Juruna, recentemente citado pelo ministro Rangel Reis como um dos índios emancipáveis, disse Ismarth: “Mário é fruto de uma notoriedade que lhe deram e para a qual ele ainda não estava preparado. Juruna não podia ter essa notoriedade, não era a hora. Tudo é fruto de uma disputa de liderança em São Marcos — Mato Grosso — e na minha opinião ele não estaria preparado para receber a emancipação por enquanto”.

Posto  
FUNAI



Foto: Cristina Villares

Juruna: "Tenho que pensar sobre isso".

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Iazi diz que presidente da Funai mentiu</b> <i>Folha de São Paulo.</i></p> <p>Da Sucursal e do <sup>11/02/78</sup> Correspondente</p> <p>“O presidente da Funai mentiu para muita gente quando afirmou há cerca de um ano em São Paulo, que não haveria nenhuma alteração no Estatuto do Índio”, declarou ontem o missionário Antonio Iazi, ex-integrante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ao comentar a notícia de que será assinado ainda este mês, pelo presidente Geisel, o decreto que prevê a emancipação dos índios. Segundo o missionário, o</p> <p>... Dom Heider Câmara, divulgou uma mensagem relativa ao início da Campanha da Fraternidade. No documento, declara: “Deus a todos nos faz um convite à conversão. Mas, não só a conversão individual: juntos, como irmãos, temos que chegar a resolver, de modo pacífico, mas corajoso e válido, as estruturas injustas, que impedem que haja trabalho e justiça para todos, pois se chocam com todos os direitos fundamentais do homem”.</p> <p>Mais adiante, esclarece: “A nossa 2.ª Assembléia Arquidiocesana de Pastoral, realizada a 11 de dezembro do ano passado, depois de sondagens cuidadosas em todos os setores e faixas da Arquidiocese, firmou quatro prioridades, que se entrosam, admiravelmente, com a Campanha da Fraternidade”.</p> <p>Senhores Aci SOCIEDAD</p> <p>... Estes de- ... prestados por ... daquela pis- ... poderão ... também, nos meios ... Kubota Gongora. ... Santos, David</p> <p><i>Posta FUNAI</i></p>



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

87

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="949 842 1412 1793" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><h3 style="text-align: center;">No Oeste, índios em revolta</h3><p><i>Correio de Notícias 14/02/78</i> Cascavel — Armados de arcos, flechas, espingardas, taquaris e lanças, os índios guaranis, da reserva de Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, deram por terminado, ontem o prazo para desocupação de suas terras. Há trinta dias o cacique Valdomiro de Lima determinou este período para a evacuação dos seus 8 mil alqueires, depois que posseiros incendiaram a cabana de um índio e proibiram o trânsito livre dos guaranis e kainganges. Apesar da tranqüilidade aparente na reserva, os índios aguardavam ontem providências da Funai e do Incra para retirada total dos posseiros. No posto da Funai, os responsáveis temem que uma revolta armada se inicie a qualquer momento, já que alguns posseiros insistem em ficar, e um exército de mais de dois mil índios já foi recrutado em Santa Catarina e no Xingú.</p></div> <p style="text-align: right;"><i>Pasta FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

57

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	Curitiba, quarta-feira, 15 de fevereiro de 1978
		<p style="text-align: center;"><i>Diário do Paraná</i></p> <h2 style="text-align: center;">Sobrevivência: luta dos índios</h2> <p><b>E</b>M CONSEQUÊNCIA dos distúrbios entre índios e posseiros do posto do Rio das Cobras, Novas Laranjeiras, agravados com o seqüestro e espancamento do indígena Jerônimo, o delegado regional da Funai, José Carlos Alves, seu substituto e uma equipe de enviados especiais encontram-se ainda naqueles redutos. José Carlos Alves deverá retornar hoje à tarde a Curitiba e somente amanhã irá à sede do órgão. Até agora, oitenta posseiros foram desarmados e a Funai solicitou da Polícia Federal, um inquérito que apure os responsáveis pelo espancamento do índio.</p> <p>A situação teria sido pior se Jerônimo viesse a morrer devido aos ferimentos recebidos, pois os índios ameaçavam matar várias famílias em represália. Ontem, porém, a situação já era de mais calma, mas há equipes da Funai em toda a região.</p> <p>"A Funai nunca demarcou as terras das reservas indígenas do Paraná. Ela teria que tomar esta providência, cercando as áreas e policiando-as para evitar o risco da invasão por posseiros", afirmou ontem o coordenador regional do Incra no Paraná, Aroldo Moletta, ao referir-se ao problema da demarcação das reservas no Estado. A base de suas afirmações foi o levantamento realizado em 75 através de um termo de ajuste que criou um grupo de trabalho composto de elementos do INCRA, Funai e Governo do Estado quando então foi constatada a presença de cerca de 715 famílias de civilizados que residiam na área das então 13 reservas indígenas subordinadas à 14ª Delegacia da Fundação Nacional do Índio. O levantamento realizado através de convênio foi executado em todo o Brasil visando apresentar ocupar as terras. A população de Laranjeiras do Sul não conhece os limites da demarcação ao certo, segundo fontes da administração municipal, permanecendo em vigor aquela realizada pelo Incra, que teria que ser ratificada através de uma efetuada pelo órgão responsável ou Funai.</p> <p>Os índios no início de 78 ameaçaram os posseiros, chegando mesmo a efetuar assaltos às residências destes, sem contudo provocar mortes. A luta é desigual porque a população branca usa armas de fogo, enquanto a índia usa as mesmas armas deixadas por seus ancestrais, arco e flecha com preferência pela faca. Apesar dos conflitos generalizados pela posse das terras, nenhuma morte foi registrada, havendo a manifestação maior dos posseiros ocorrido na semana passada. Segundo José Carlos Alves, diretor em exercício da Funai, 14ª Delegacia que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desde o princípio da invasão, que teve um termo em 77 após as denúncias efetuadas pelos indígenas, houve corte indiscriminado da madeira da região e destruição dos recursos naturais da área.</p> <p style="text-align: center;"><b>RESOLUÇÃO</b></p> <p>Uma ação de despejo movida já há vários anos pela Funai tem por objetivo retirar todos os posseiros da área. Outro processo também ainda não julgado, prevê a devolução da gleba B em Mangueirinha, com 13.707 alqueires ocupados pela firma Slaviero. A ação de despejo, prevê após a sua decretação a saída de todos os invasores, a maioria sem direito a indenização e uma pequena parte que será ressarcida em outras áreas. Atualmente no Paraná as reservas nos quatro postos subordinados a Funai, Guarapuava, Rio das Cobras, Mangueirinha e Palmas ocupam uma área de 40.086 hectares que se o processo movido pela Funai tiver parecer favorável a Fundação Nacional do Índio aumentará para 54.800 hectares. O posto de Mangueirinha, antigo Cacique Capanema tinha uma área total de 16.375 hectares habitada por índios calangue e guarani. Se isto acontecer nova situação será criada porque as 80 famílias residentes terão que ser retiradas da área. De toda a área reservada às comunidades indígenas, o levantamento de 75 apontou como sendo na ordem de 1/3 a ocupação por civilizados e dos restantes 2/3 uma só parte aproveitada pelo elemento índio. A ocupação de um terço das terras pelo elemento branco, diz o relatório, fere frontalmente o artigo 198 da Carta Magna e o problema terá que ser resolvido única e exclusivamente pela Funai.</p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

100

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊI		
		<p style="text-align: center;"><b>Funai teme revolta</b> <i>do Estado de São Paulo</i> <b>de índios no Paraná</b> <i>16/02/48</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Da sucursal de CURITIBA</b></p> <p>A Funai teme que cerca de três mil índios das reservas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se reúnam ainda esta semana no Posto do Rio das Cobras, no Oeste paranaense, desencadeando uma verdadeira guerra contra os posseiros da região, depois que na tarde de ontem três deles tentaram assassinar o índio Masserino, filho do cacique da tribo Guarani.</p> <p>A esperança de que os índios não entre em luta, segundo o delegado regional da Funai, José Carlos Alves, é a de que a Polícia Federal prenda os responsáveis pelo sequestro do índio Jerônimo, ocorrida antes do carnaval, pois são os mesmos que tentaram matar o filho do cacique Waldomiro. O delegado da Funai em Curitiba vai se reunir na tarde de hoje com os agentes federais, seguindo orientação de Brasília para pedir urgência nas investigações, embora a polícia de Laranjeiras do Sul já tenha apontado em um relatório que os culpados pelo sequestro são o posseiro Adair Borba e o jagunço Sebastião "Bagua", comandados pelo engenheiro agrônomo Hilmar Adans.</p> <p>Ao informar o general Ismarth de Araújo, presidente da Funai, que a situação do Posto do Rio das Cobras é "gravíssima", o delegado José Carlos acrescentou que, na época do carnaval, quando o índio Jerônimo ainda se encontrava nas mãos dos sequestradores, os caciques de cinco reservas dos três Estados do Sul (Nonoai, Mangueirinha, Guarapuava, Chapecó e Palmas) "formaram uma espécie de confederação indígena para atacar os posseiros. Estou com medo de que a confederação volte a se formar, mas desta vez com o apoio de mais três mil índios", confessou o delegado ao retornar ontem do posto — onde "o clima é de guerra".</p> <p>Nos últimos três dias, o delegado e uma equipe da Funai percorreram diversos postos indígenas do Sul, tentando "apaziguar os ânimos dos caciques". A tentativa, porém, revelou-se inútil, já que os posseiros voltaram a atacar. Na tarde de ontem, Sebastião "Bagua", Adair Borba e mais um homem, que os índios não souberam identificar, armados, foram à casa de Masserino, filho do cacique Waldomiro, para matá-lo. Masserino conseguiu escapar escondendo-se no mato. Há poucos dias, os mesmos posseiros tentaram também matar o índio Estanislau, que conseguiu escapar.</p> <p>Segundo funcionários da Funai que estão de prontidão no Posto do Rio das Cobras, não apenas os índios correm perigo, mas qualquer pessoa que se aproxime do reduto dos posseiros, na localidade de Rio Caçador. Também é perigoso se aproximar da reserva, onde cerca de 1.400 índios guarani e kaingang estão armados com flechas envenenadas e equipamentos de lavoura, improvisados em armamento rudimentar. Segundo funcionários do Posto de Rio das Cobras, até mesmo o delegado regional da Funai esteve ameaçado de morte, pois jagunços armaram tocaia na estrada à sua espera. Avisado, o delegado e sua equipe dormiram em Laranjeiras do Sul e seguindo viagem pela manhã.</p> <p>A delegacia Regional da Funai está mantendo oito funcionários na reserva, entre eles diversos chefes de postos, numa tentativa de conter os índios. "Mas — observou o delegado José Carlos — está muito difícil de contê-los e acredito que dentro de alguns dias, se os culpados pelas provocações não forem presos, os guaranis atacarão, pois corremos o risco de os índios não acreditarem mais na Funai e nem na própria Polícia Federal".</p>	

Posto FUNAI

PT 1025C.122.

109

NOME: .....  
FILIAÇÃO: .....  
RESIDÊNCIA

DATA

TÓRICO

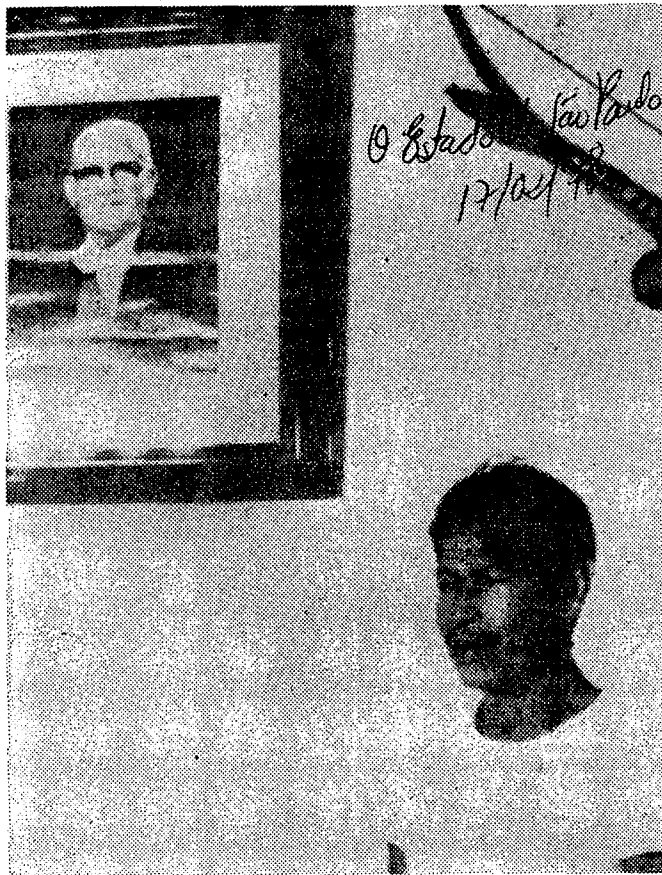


Foto Jorge Graff

O índio Jerônimo, razão da luta dos índios

## Funai garante saída de posseiros do PR

### Das sucursais

O presidente da Funai, general Ismarth Araujo Oliveira, depois de classificar a situação no Posto do Rio das Cobras, no Paraná, de "gravíssima", garantiu ontem, em Brasília, que no máximo até o final deste mês todos os posseiros que estão naquela área serão retirados definitivamente.

Segundo Ismarth Oliveira, estão sendo feitos contatos entre o Inbra e o governo do Paraná para a retirada dos posseiros. Se eles não chegarem a nenhuma solução definitiva, a Funai vai agir e retirar todos os posseiros que estão na reserva indígena, pois, diz o presidente do órgão, "não podemos admitir que conflitos continuados causem, inclusive, mortes".

Em Curitiba, o delegado regional da Funai do Paraná, José Carlos Alves, informou que mais 20 funcionários do órgão em outros Estados foram requisitados para reforçar a segurança do Posto do rio das Cobras, onde os índios estão preparados para entrar em luta com os invasores de suas terras. Por medida de segurança, o delegado tirou do posto o índio Jerônimo, sequestrado antes do carnaval, e trouxe-o para a Capital, onde depôs na Polícia Federal.

Apesar de a presença de quatro homens armados de revólveres diante da Delegacia da Funai no Paraná — o delegado acredita que eram pistoleiros contratados pelos posseiros para impedir que o índio identificasse seus sequestradores —, Jerônimo de-

pôs e identificou, por intermédio de fotos, Sebastião "Baguá" e Adair Borba como os responsáveis pelo seu sequestro e sevícias.

Segundo José Carlos Alves, o clima de tensão na área está bastante grande e vários chefes de postos indígenas, que estiveram no Rio das Cobras durante o carnaval para dar proteção aos índios, estão sendo seguidos e ameaçados de morte. O próprio delegado da Funai está sofrendo ameaças.

O presidente da Funai explicou ontem que o problema do rio das Cobras está repercutindo em outras áreas indígenas do Sul que têm problemas semelhantes, como Nomoai, no Rio Grande do Sul, e Chapecó, em Santa Catarina. Os dez postos indígenas do Paraná têm invasores em suas terras, mas o do rio das Cobras é o que está em pior situação.

Na opinião da Funai, existem três alternativas para a retirada dos posseiros das reservas do Sul e reassentamento dos posseiros nos projetos de colonização do Inbra — solução considerada quase impossível pelos técnicos do órgão, uma vez que isso exigiria cerca de 400 milhões de cruzeiros que o Inbra não dispõe; reassentar os posseiros em terras devolutas do Estado; expulsar os posseiros sem maiores preocupações, o que vem sendo evitado pela Funai há mais de quatro anos, pois o general Ismarth considera a medida "desumana". Tudo indica, porém, que será essa a alternativa adotada agora.

Posto FUNAI

**ÍNDIOS AINDA EM PÉ DE GUERRA CONTRA BRANCOS**  
*Folha de Leitura 17/02/78*

202

NOME: .....  
 FILIAÇÃO: .....  
 RESIDÊNCIA: .....

Todas as comunicações através de rádio entre a Delegacia da Funai com seus postos estão sendo interceptadas, provavelmente por madeireiros -- segundo informações do delegado regional da Funai, José Carlos Alves. Ele retornou da reserva de Rio das Cobras ontem, onde os índios prometem um levante contra posseiros. Informou que ameaças de vida estão sendo feitas diariamente a funcionários da Funai, índios e a ele próprio, por jagunços e posseiros que são evacuados da região pelos índios.

**Publica**

cial

Cont. N.º .....

DATA	

Para garantir as duas tribos (Kaingang e Guarani), a Funai instalará nos próximos dias mais três postos com 15 funcionários, dentro da reserva. Também o Dentel foi informado da interferência de rádios clandestinas. O conflito de Rio das Cobras, apesar de antigo, foi agravado em 1975 quando a Funai instaurou inquérito para apurar a derrubada de pinheiros da reserva de 16.800 hectares.

ICO

Somente nos últimos três meses de 1977 foram cortados, clandestinamente, 340 mil pinheiros, avaliados em Cr\$ 25 milhões.

Encontra-se em Curitiba (escondido) o índio Jerônimo da Silva, sequestrado de Rio das Cobras quinta-feira da semana passada, por jagunços. Ele reapareceu somente na segunda-feira, depois de ter sido sequestrado, e deixado na cidade de Cascavel, de onde seguiu a pé para sua reserva. O sequestro motivou as ameaças de levante armado das duas tribos, que receberam o apoio de todas as do sul do País, além dos Xavantes do Xingu. Um exército de cerca de 3 mil índios estava pronto para qualquer chamada.

*Posto FUNAI*

Já foram identificados os sequestradores do índio guarani, que -- segundo o delegado José Carlos Alves -- estão ligados aos fortes madeireiros do oeste do Estado. Nesta semana, houve tentativa de morte do filho do cacique guarani, Marcelino de Lima, que conseguiu fugir dos dois homens que o perseguiram armados, refugiando-se em sua casa.

**FUNAI GARANTE RETIRADA DOS POSSEIROS DO RIO DAS COBRAS**

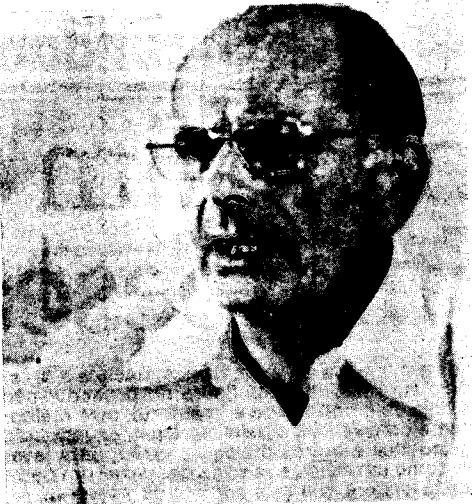
O presidente da Funai, Ismarth Araújo Oliveira, garantiu ontem em Brasília que no máximo até o final deste mês, "serão retirados definitivamente todos os posseiros que estão na área do posto de Rio das Cobras, porque a situação daquela região é gravíssima".

Segundo Ismarth Oliveira, estão sendo mantidos contatos entre o INCRA e o Governo do Paraná para a retirada dos posseiros, mas caso não se chegue a nenhuma solução definitiva, a Funai "vai agir e retirar todos os posseiros da área porque não podemos admitir conflitos continuados que causem, inclusive, mortes". Para ele, a presença de batalhões das polícias Federal, Militar e do Exército na área é uma solução paliativa que evitará apenas atritos mais sérios.

Outra preocupação da Funai -- segundo Ismarth -- é o fato de o problema do posto de Rio das Cobras estar repercutindo em outras áreas do sul do País que têm também, os mesmos problemas, como Nonoai, no Rio Grande do Sul e Chapecó, em Santa Catarina. Dos dez postos indígenas do Paraná -- informou Ismarth -- todos têm invasores, sendo o de Rio das Cobras o mais invadido..

# Bispos criticam política rural

Diário da Tarde 08/02/78



Ives Poullguer.

**A** elaboração de um "Comunicado do Episcopado do Paraná sobre os problemas da Terra", existentes no Estado e a criação da Comissão de Justiça e Paz do Regional Sul II do CNBB foram os principais resultados obtidos durante a 25ª Assembléia Regional dos Bispos, encerrada ontem na Casa de Retiros do Mossunguê. O encontro que reuniu bispos de todas as dioceses paranaenses apresentou ainda sugestões de questões a serem debatidas na III Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Puebla-México, todas elas fundamentais na continuidade das atividades iniciadas na Conferência anterior, de Medellín, principalmente no que se refere à aproximação ao povo e seguimento da evangeli-

zação libertadora do homem latino-americano.

A Comunicação do Episcopado do Paraná sobre os Problemas da Terra, texto concluído na madrugada de ontem pelos participantes da Assembléia do Mossunguê denuncia "a sutil penetração de grandes empresas, muitas delas alheias às atividades agrícolas, no campo, desestimulando o pequeno agricultor e promovendo a concentração de terras em mãos de poucos. Ao mesmo tempo, alerta sobre o "inchamento" nos centros urbanos, com consequência na marginalização do homem. O aumento do lucro na mão de poucos, em detrimento da dimensão humana do pequeno agricultor, em função da modernização agrícola, aumento do número de bóias frias e ocorrência de despejos arbitrários de posseiros, desrespeito à flora à fauna e aos índios fazem parte desse documento que apela às autoridades para que façam uma revisão da atual estrutura fundiária, de forma a corrigir as distorções e encaminhar uma efetiva reforma agrária.

## MUITAS PERGUNTAS

O documento dos bispos defende a atividade dos sindicatos livres e lamenta ao mesmo tempo a inoperância reivindicativa a que foram reduzidos os sindicatos rurais na atual conjuntura. Após apresentar as constatações a que se chegou do exame da situação paranaense, o documento reúne uma série de indagações, questionando a atual política agrária se orienta para a grande empresa, extinguindo progressivamente a pequena propriedade e favorecendo a concentração das terras em monopólios latifundiários.

Após abordar a debilidade das decisões políticas em prol de uma efetiva reforma agrária desde que já há o Estatuto da Terra, o documento pergunta: "Qual a coerência e qual a preocupação humanitária da política que orienta e incentiva a agricultura de exportação, que lesa os interesses nacionais, desestimulando a produção de gêneros de primeira necessidade e obriga consequentemente a sair da terra o pequeno agricultor, principal artífice da variedade dos produtos agrícolas?" E continua, "como explicar a orientação para a expansão do volume físico das exportações se especialistas no assunto constatarem que há desproporção entre o crescimento - 20,03%, em 74 - e o aumento do valor da exportação - apenas de 5,6%?"

Entre outras perguntas, o documento manifesta sua preocupação com o fato de num país de 70 milhões de hectares de terras aproveitáveis e não exploradas, como o Brasil, observe-se emigração ao Paraguai de aproximadamente 300 mil brasileiros em busca de terras, e procura saber porque não se oferece, através de incentivos fiscais, facilidades de crédito ao pequeno agricultor evitando que seja sacrificado em função da orientação de exportação para o equilíbrio da dívida externa. "Por fim, nos perguntamos por que a política agrária que opta pelo aumento da produção agrícola e estimula a modernização da agricultura com pesados custos sociais consequentes, não se preocupa em alterar a estrutura fundiária, proporcionando um quinhão de terra a tantos que, para sobreviver, dela dependem?"

## APOIO AOS SINDICATOS

Através da "Comunicação do Episcopado do Paraná sobre os Problemas da

Terra" os bispos reunidos até ontem em Mossunguê anunciaram a decisão de mobilizar agentes de pastoral em torno de um trabalho evangelizador de conscientização do agricultor para que evite de toda a forma a venda ou a hipoteca de suas terras, esclarecendo-os sobre outras formas de financiamento para que possam fixar-se, com coragem, em sua propriedade.

Para reafirmar o apoio aos sindicatos livres e atuantes na área rural, citaram frase do documento sobre a Campanha da Fraternidade desse ano: "O homem é naturalmente um ser social que tem direito, até o dever de se associar em grupos legítimos para o mútuo apoio, a defesa comum e maior contribuição para a inteira sociedade. Por isso, a Igreja sempre apoiará os sindicatos autênticos, autônomos e livres, com força para reivindicar os direitos dos associados e que não se reduzem a organizações assistencialistas, mas servem à verdadeira promoção da classe trabalhadora.

Além do documento divulgado pelos bispos, o encontro do Mossunguê apresentou sugestões para a catequese que serão utilizadas para a preparação do plano pastoral do biênio 78/79. Quanto à conferência de Puebla, foram indicados os nomes de dom Pedro Fedalto, d. Jaime Coelho, de Maringá, e de d. Albanc Cavallin, bispo auxiliar de Curitiba para participar. Entre as sugestões, a necessidade de se abordar questões específicas no Brasil, país com características histórico-político-religiosas diferentes dos restantes países latino-americanos.

O comunicado dos bispos foi feito pelo secretário do Regional Sul II, padre Ives Poullguer.

# Índios: Funai vai expulsar invasores

O presidente da FUNAI - general Ismarth de Oliveira estará depois de amanhã em Curitiba, para planejar em reunião com os órgãos da segurança, a ação que determine solução aos problemas da Reserva Indígena de Rio das Cobras.

Disse ontem, que os índios, principalmente guaranis, já foram pacificados mediante promessa de solução dos problemas.

Em Curitiba, serão feitos contatos, também com o governo do Estado e com o INCRA, para assentar os posseiros em terras devolutas a eles cedidas pelo próprio governo. Se não houver entendimento, a Funai optará pela simples expulsão dos invasores.

"Os índios já cederam demais no passado e não podem ceder eternamente", observou Ismarth de Oliveira. "Não adiantam soluções paliativas que permitam o retorno à situação anterior". Observa ainda que existem 30 famílias de posseiros e 19 de titulados ocupando a maior parte dos 16 mil e 800 hectares da reserva e que os problemas são gerados principalmente pelas famílias que estão na área dos guaranis. Na área dos caingangues há mais calma.

A Polícia Federal não divulgou os resultados da reunião realizada ontem à tarde, naquele órgão, entre seu superintendente Reginaldo Felipe Vilaça, o secretário da Segurança Alcindo Perelra Gonçalves e o delegado regional da Funai - José Carlos Alves - para tratar do conflito gerado em Rio das Cobras entre posseiros e índios caingangues e guaranis. Durante a reunião seriam tratadas questões sobre a atuação policial na área e sobre os aspectos legais da posse da terra, assunto da alçada da Polícia Federal. Sabe-se apenas que a PF solicitou o apoio da Polícia Militar do Estado, nesse sentido.

Ontem à tarde, após a reunião, o superintendente da Polícia Federal esclareceu que aquele órgão atuará a partir do momento em que se observar a quebra da ordem estabelecida na região, abrindo-se inquérito quanto à situação. Outros detalhes da reunião não foram divulgados. Por outro lado, fontes seguras afirmaram que por enquanto, embora informações contrárias, o Exército não interveio na região, tendo mandado apenas observadores à área, os quais disseram não ser necessária, por enquanto, a presença de tropas em Rio das Cobras.

O padre Natalício Weschenfelder, um dos coordenadores do CIMI, no Paraná, missionário da região de Rio das Cobras, de passagem, ontem, em Curitiba, rumo a São Paulo e depois à Brasília onde se encontrará com o presidente da FUNAI, disse que voltou a ser ameaçado por brancos por sua interferência em defesa dos índios da região. Duas vezes isso ocorreu, fato que integrará a pauta de assuntos a serem apresentados a Ismarth de Oliveira, além de escrituras das terras dos índios, para a comprovação da ilegalidade da ocupação por posseiros de parte da reserva indígena.

Mesmo sendo alvo e processo por empresas que atuam naquela região e que não quis revelar os nomes, padre Natalício voltou a denunciar o fato de que, em Manguelrinha, a "Slaviera", embora não se apossou de terras, está tirando pinheiros da Reserva Indígena. Lembrou que de vinte anos para cá, os índios já perderam metade das terras a que têm direito e que por isso o conflito estaria se encaminhando para um choque mais violento. Adiantou, ainda, que os índios do Mato Grosso estão se mostrando dispostos a cooperar com aqueles que estão em Rio das Cobras.



O pacífico caingangue pretende lutar pelas suas terras.

102

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

INDIOS X POSSEIROS

Curso de Notícias

18/02/78

# O índio quer justiça. Só

O padre Natalício vai pedir em Brasília uma

solução para o problema de Rio das Cobras. E explicar

que o índio quer sua terra e vai lutar por ela.



PADRE NATALÍCIO

"A paciência do índio está esgotando"

Há 14 anos em contato com os índios na região de Palmas, principalmente os cai-gangues, seguiu ontem para Brasília a fim de manter contato com o presidente da Fundação Nacional de Auxílio ao Índio - FUNAI, general Ismarth de Araújo, o responsável pelo Conselho Indigenista Missionário, padre Natalício Artur Weschenfelder. Ao general foi entregue uma carta na qual o padre expõe a situação dos índios de Rio das Cobras, Mangueirinha, Palmas, Xanxerê e Noncai.

"Por causa da situação sempre protelada as terras dos índios estão sendo invadidas há cerca de 30 anos) a paciência dos índios se está esgotando e parece que conflitos armados vão começar". Sempre desde há 15 anos tenho unicamente defendido os índios do sul, por causa disto estou ameaçado de morte e de prisão por grupos econômicos e interessados nas áreas indígenas. Padre Natalício não citou na carta quais seriam as fontes das ameaças e assim preferiu para que estas não retirem o que estão fazendo antes da Funai tomar providências.

Há oito dias este órgão decidiu tomar toda a defesa dos índios, "já que há muito vinha tratando do caso com panos quere-

usam para subsistência, terão que sair devolvendo tudo o que não lhes pertence, mesmo porque o padre Natalício possui a única escritura legal daquelas terras que prova que elas pertencem unicamente aos índios, conseguida após sete anos de tentativas.

Este documento, além do processo que corre contra os invasores foi levado por ele ao general Ismarth, quando explicará a existência de uma conscientização por parte dos indígenas de que a defesa deve ser feita, como se aquela terra fosse sua pátria.

O mais importante na opinião de Padre Natalício é de que agora "há a possibilidade de união de todos os índios do Sul e os do Paraná já receberem aviso de que os índios do Mato Grosso estão dispostos a virarem em auxílio aos seus irmãos do Sul".

Padre Natalício seguiu para a capital brasileira levando consigo mais um documento, a Pastoral indígena em projeto, que teria que ser apresentada no Mossunguá mas que ele achou por bem não fazê-lo, para que o assunto não seja alvo de muita aten-

ção e acabe por ser prejudicado. Nesta pastoral a apresentação explica que "um simples exame da situação atual do índio no Sul do Brasil nos dá uma idéia do problema a ser resolvido".

"O Paraná é ainda um dos Estados de maior população indígena (4.100 índios em 11 postos)...qualquer visita a um posto indígena apresenta hoje um quadro diferente"... pois antes donos legítimos dos planaltos paranaenses, vivem agora engaiolados, "sofrem o contato inevitável com o branco e sua civilização - e recuam".

O interesse e objetivo desta Pastoral é, do ponto de vista humano, dar aos índios todos os meios para que possam chegar ao maior estágio de seus valores físicos, psicológicos, morais, intelectuais e afetivos e no setor de libertação de índio garantir que lhes sejam asseguradas as terras; preservação da sua cultura e valorizada e que o espírito comunitário seja incentivado pelas diversas formas possíveis e que são: convivência dentro de um conjunto maior, ou seja, mais terras do Posto indígena; roças comunitárias; jogos e festas tradicionais.

D

Padre FUNAI

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

505

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

<p>RECEITAS Operacional ..... Financeira .....</p> <p>OS E PERDAS</p> <p>TOTAL DO PASSIVO</p> <p>Valores Custodiados</p>	<p>recuperação a execução das obras de recuperação da Praia Mansa, considera que a fase de controle sobre a erosão é uma realidade que tende a consolidar-se, na medida em que as obras se ampliarem.</p> <p><b>ENQUETE</b></p> <p>Uma enquete realizada com proprietários de residências próximas ao mar e moradores locais, evidenciou que a tranquilidade substituiu o clima de insegurança existente no início dos trabalhos. Uma das proprietárias, Miriam Caartens, cuja casa ficou aproximadamente 4 metros do mar, devido ao desmoronamento de parte da rua em frente, declarou-se confiante nas obras de defesa à praia: "Está indo bem. Depois que foram iniciados os trabalhos, o perigo foi afastado. Eles trabalham desde cedo. Quando o esporão estiver concluído, a segurança será completa".</p> <p>Para muitos outros proprietários, como Luiza Gomm, e Clara Bergerson o perigo já foi superado, pois a arrebentação diminuiu de violência, desde o início das obras e a faixa de areia começou a "aumentar". Clara Bergerson, declarou também acreditar numa solução completa para os problemas da Praia Mansa.</p>	<p>Engenho, Toda Noz, Serra Castigada, O Cangaceiro, Osso Amor e Papagalos, Noite Vazia, Assalto ao Trem Pagador, O Homem e o Limite, Absolutamente Certo, Vidas Secas, Porto das Caixas, Tocala no Asfalto, Copacabana me Engana, Os Fuzis, a Hora e a Vez de Augusto Matraga, Bonequinha de Seda, Macunaíma, São Paulo S.A., O Ébrio, O Bandido da Luz Vermelha, Aiô Aiô Carnaval, e Casinha Pequena.</p> <p>A promoção visa comemorar os 80 anos de cinema brasileiro. Segundo o cartaz-propaganda distribuído pela Embrafilme, o primeiro filme brasileiro de enredo contava a história de um caipira que chega do interior e se espalha no Rio, até que sua mulher chega e acaba a festa. Chama-se "Nhô Anastácio Chegou de Viagem", com duração de 15 minutos, e foi rodado em 1908.</p> <p>"Apaga-se a luz elétrica, fica a sala em trevas e na tela dos fundos aparece a projeção luminosa". Assim o Jornal do Comércio anunciava, em 9 de julho de 1897, a instalação da primeira casa de exibições do Brasil, que aconteceu em 31 de julho daquele ano, e ficava na Rua do Ouvidor. Chamava-se "Salão Paris no Rio", e era o animatographo, cinegrapho, vidamotographo, biographo, vitascopio ou cinematographo chegando no Brasil.</p>	
<p>RECEITAS Operacional ..... Financeira .....</p> <p>OS E PERDAS</p> <p>TOTAL DO PASSIVO</p> <p>Valores Custodiados</p>	<p><b>Prefeitura faz a revisão do imposto</b></p> <p>A partir do dia 1º de março, a Divisão do Imposto sobre Serviços da Prefeitura, iniciará trabalho de revisão referente ao exercício de 1977 e todos os anos que não foram</p>	<p><b>Mais água e ligações para o Bairro Alto</b></p> <p>Os pedidos de ligações domiciliares dos moradores do Bairro Alto, já estão sendo aceitos pela Divisão Comercial, do Sistema de Curitiba, da Sanepar. Nesse local foi insta-</p>	<p><i>Posta FUNAI</i></p>

PT 1025CA22



# Secretaria de Segurança Pública

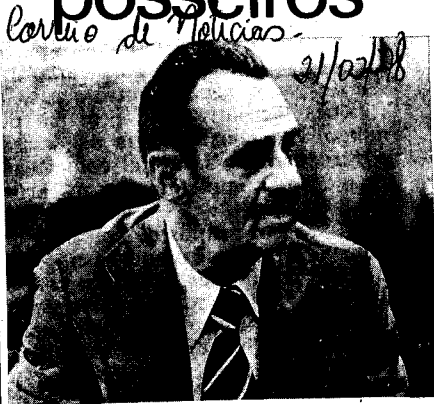
## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: .....  
FILIAÇÃO: .....  
RESIDÊNCIA: .....

Cont. N.º .....  
.....  
.....

DATA	PROCEDÊNCIA

### Guaranis livres dos posseiros



ALCINDO PEREIRA GONÇALVES  
"A situação está sob controle".

Apoiados em destacamentos de 120 homens da Polícia Militar, funcionários da Funai iniciaram na madrugada de hoje a retirada de aproximadamente 50 famílias de posseiros que ainda ocupam a reserva indígena de Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul. A operação - que deverá estender-se por mais 90 dias inclui também uma redefinição da área, o que será controlado pela Polícia Federal, para impedir a volta dos posseiros.

A medida, anunciada em Rio das Cobras ontem pelo próprio general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, vem atender a reivindicação de 84 famílias guaranis que nos últimos dois meses têm lutado contra a presença dos intrusos. E coloca ponto final no caso de Rio das Cobras, que nas últimas semanas tem colocado índios e

O desarmamento está sendo feito em todas as áreas próximas à Reserva do Rio das Cobras. Na Reserva, enquanto isso, os policiais impedem a entrada de posseiros. "Enquanto os posseiros não saírem, a situação permanece a mesma", diz o secretário. Conforme reunião mantida entre a Secretaria de Segurança e a Funai, "a providência para eliminar o problema é levar o caso ao Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) para que arranjem terras para os posseiros".

Mas Alcindo Pereira Gonçalves é incisivo: "a Secretaria de Segurança não tem nada com esse assunto. Isso é de competência exclusiva da Funai". A Funai solicitou o auxílio da Secretaria no sentido de que o policiamento fosse intensificado. "Nós não podemos agir por nossa conta, só por solicitação, porque as reservas são protegidas pelo Estado e constam de legislação separada".

O secretário garante que nestes últimos dias não ocorreu um aumento no índice de violência na área. Classificou os últimos acontecimentos policiais como "arruaças". O desarmamento levado a efeito compreende apenas os brancos, pois, segundo o general, "o índio não está armado. Esta história de que eles usam arco e flecha é invenção, daqui a pouco vão dizer que eles fazem sinal de fumaça".

Ainda segundo o general Alcindo Pereira Gonçalves, a ação da Polícia Militar se limita ao atendimento da Delegacia da Funai, cabendo à Polícia Federal a abertura de inquéritos no caso de mortes de índios. A Polícia Militar prometeu para hoje, por outro lado, um relatório das ocorrências registradas pelo policiamento de Rio das Cobras.

Porta  
FUNAI

PT 1025C.122

202

NOME: \_\_\_\_\_ Pront. N.º \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_

RESIDÊNCIA: \_\_\_\_\_

*Colômbia da Jordânia*

**POLICIA**

# RIO DAS COBRAS: Soldados afastam os brancos para evitar ataque dos índios

**LARANJEIRAS DO SUL** (Edson Vicente, enviado da FOLHA) — Soldados do 6º Batalhão da Polícia Militar de Cascavel começaram esta madrugada a retirar as famílias brancas que ainda se encontram na área indígena de Rio das Cobras, neste município, onde os Guarani ameaçavam iniciar uma revolta armada caso os colonos insistissem em permanecer na reserva. Segundo o coronel Anadir de Castro, comandante do 6º BPM, a desocupação da área de 19 mil e 105 hectares será efetuada sem violência e dentro de 90 dias o local estará livre dos posseiros e totalmente demarcado.

Calcula-se que pouco mais de 50 famílias brancas ainda permanecem na reserva — nos últimos dias mais de 150 famílias deixaram o local, assustadas com as ameaças de um ataque guarani ou com a presença de militares armados de fuzis e metralhadoras. Aproximadamente 200 soldados apreenderam, de sexta-feira a domingo último, grande quantidade de armas brancas, revólveres, espingardas e garruchas em poder dos posseiros e de qualquer pessoa que ingressasse na área indígena.

**POSSEIROS**

Enquanto os mais de 1.400 índios Guarani e Coiangangues estão satisfeitos com a ação militar, os posseiros brancos alegam também direitos sobre as terras que ocupam, respon-

sabilizando antigos grileiros que lhes venderam as terras, como propriedade legítima, e o ex-chefe do posto da Funai, Leonardo Machado, que autorizou-os a ocupar a área, muitas vezes recebendo comissão de acordo com o valor das negociações e garantindo que essas não encontravam-se dentro da reserva.

Aguardando uma decisão do Inera a respeito da questão — num cadastramento realizado em 75, eles receberam promessas de terras em outras regiões caso tivessem que evacuar a reserva — os posseiros que já deixaram a área não têm para onde ir e reclamam pelos direitos sobre as sarras de soja e milho, produtos em vésperas de colheita, que os índios, como pagamento pela exploração ilegal da terra durante anos.

Muitos, como Darci Lemos Cavaleiro que ainda ocupa 19 alqueires dentro da área, perguntam porque os posseiros devem pagar por erros, negociações ou violências praticadas contra os índios por parte do ex-chefe do posto e grandes empresários, ou, ainda, do ex-governador Moisés Lupion, que expediu vários títulos de propriedade no interior da reserva. A maioria adquiriu a terra no ano passado ludibriada por Leonardo Machado e por grileiros que, vendo a disposição dos índios em lutar pelos seus direitos, venderam a área que ocupavam e abandonaram o local. O baixo preço pelo qual eram vendidas as terras da área indígena fez com que mais de

200 famílias se estabelecessem lá durante o ano passado. Por isso, calcula-se que há dois meses, quando os índios começaram a se revoltar, mais de quinhentas famílias ocupassem ilegalmente suas terras, usufruindo de, pelo menos, 6 mil dos 19.105 alqueires.

**EX-CHEFE PROCESSADO**

O ex-chefe do posto da Funai em Rio das Cobras, Leonardo Machado, será processado por corrupção nos próximos dias. A sindicância efetuada pela Funai que confirmou sua responsabilidade numa série de negociações envolvendo a área indígena já se encontra em poder da Polícia Federal que deverá agora instaurar um processo criminal contra Leonardo.

Ele é acusado de ter retirado ilegalmente 280 pinheiros da reserva e ter autorizado mais de 100 famílias a ocupar terras indígenas além de interferir na política da tribo Guarani, conseguido induzir os índios a desatar do cargo o atual cacique e eleger outro que lhe facilitaria a retirada de mais pinheiros. Para que os guaranis permitissem o corte das árvores, Leonardo garantiu-lhes que a madeira seria utilizada para construir casas para os índios, muitos dos quais habitam cabanas de sapé ou pequenos ranchos de madeira velha. Segundo os próprios índios ele foi o principal responsável pelo atrito com os posseiros.

*Pasta FUNAI*

PT 10255.122

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

802

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

Polícia

paper do Voto Curitiba, Terça-Feira, 21 de Fevereiro de 1978

# Presidente da FUNAI assegura a propriedade da terra aos índios

LARANJEIRAS DO SUL, PARANÁ Apoiados em desistamentos de 120 homens da Polícia Militar, funcionários da FUNAI iniciaram na madrugada de hoje a retirada dos pertences de aproximadamente 50 famílias de posseiros que ocupavam a Reserva indígena de Rio das Cobras, neste Município. A operação - que deverá estender-se por mais 90 dias - inclui também uma redemarcação da área, o que será controlado pela Polícia Federal, para impedir a volta dos posseiros.

A medida, anunciada em Rio das Cobras ontem, pelo próprio General Ismarth de Oliveira, Presidente da FUNAI, vem atender a reivindicação de 34 famílias Guarani que nos últimos dois meses tem lutado contra a presença dos intrusos. E coloca ponto final no caso de Rio das Cobras, que nas últimas semanas tem colocado índios e posseiros num estado de guerra latente.

O General Ismarth de Oliveira chegou ontem às 14h aqui mas não conseguiu, por causa da forte chuva e das péssimas condições das estradas, chegar até a Reserva do Índios Guarani, a cerca de 20 quilômetros da sede do Posto. Ele visitará os Guarani hoje, no início da tarde, seguindo depois para Curitiba e em seguida para Brasília.

### TEMOR

A presença da Polícia Militar, que ocupou a Reserva na madrugada de sábado passado, ainda que tenha sido basicamente preventiva, ateorizou a maior parte dos posseiros que insistia em ficar na Reserva. Ou em, por exemplo, debandaram várias famílias e, hoje segundo o General Ismarth de Oliveira, "sobram poucas remanescentes das 500

famílias que, nos últimos 30 anos, chegaram a tomar conta de até 80 por cento das 16 mil 800 hectares da Reserva, confirmando os índios Guarani a uma porção, por eles considerada ínfima, de 50 alqueires.

Essas 50 famílias restantes, segundo o Presidente da FUNAI, serão retiradas imediatamente, "até mesmo as que apresentam títulos de propriedade dentro da Reserva concedidos na época do governo Moisés Lupion".

"Após a retirada", disse ele, "a FUNAI entrará com pedido de anulação destes títulos que não são legais e quem se julgar prejudicado com isso que venha discutir na Justiça".

O presidente da FUNAI também não está preocupado com a sorte dos posseiros que serão expulsados fora da Reserva. "Este é um problema do IN-CRA", acrescentou.

DATA	PROCEDÊN

Pasta FUNAI

PT 1025.C. 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
<i>PERÇA-FEIRA — 21 DE FEVEREIRO DE 1978 — Estado São Paulo</i>		
<h1><i>PM retira invasores de reserva indígena</i></h1>		
	<p><b>ELIANA LUCENA</b> <i>Enviada especial</i></p> <p>As famílias e invasores que ainda permanecem na área indígena do Rio das Cobras, no Paraná, começaram a ser retirados às 4 horas da madrugada de ontem por um destacamento da PM e agentes da Polícia Federal numa "operação limpeza" que deverá se estender por 90 dias. Calcula-se que cerca de 50 famílias ainda permanecem na reserva ocupada desde sábado por tropas policiais, ostensivamente armadas com metralhadoras, que impediram o ingresso de qualquer pessoa na área indígena.</p> <p>Várias famílias estão abandonando rapidamente a área, assustadas com a presença dos militares, instalando-se precariamente nas fazendas vizinhas. Os posseiros, que não estão tendo apoio do governo para o seu reassentamento em outros lotes, começaram a transportar, em viaturas improvisadas, algumas cabeças de gado, porcos e galinhas. Eles estão revoltados com a expulsão, afirmando que "também são brasileiros como os índios".</p>	<p>Ontem, o coronel Anadir de Castro, chefe da "Operação Laranja" — como ela é chamada pelos militares —, e o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, acertaram os últimos detalhes para a remoção das famílias que ainda permanecem na área. Ismarth afirmou que muitas pessoas por certo condenarão a retirada dos intrusos, afirmando que isso dará origem ao grave problema social. "Ocorre — disse o general — que não podemos mais trazer para o índio soluções paliativas. Se as terras não forem desocupadas, novos incidentes ocorrerão cada vez mais graves".</p> <p>Os índios, que nas últimas semanas vinham prometendo lutar com os intrusos, ontem apenas assistiam à movimentação do 6º Batalhão da PM de Cascavel em sua reserva. Todas as armas dos kaingang e guarani foram recolhidas pelos soldados — revólveres e flexas envenenadas — e eles agora apenas aguardam, retraídos, o desfecho da operação.</p> <p style="text-align: center;"><b>EMANCIPAÇÃO</b></p> <p>O presidente do Conselho In-</p> <p>digenista Missionário, dom Tomás Balduino, em nota oficial distribuída ontem, declarou que a emancipação dos índios, "nos moldes como está sendo proposta, significa claramente, por um lado, emancipar as terras indígenas e colocá-las à disposição do latifúndio e, por outro lado, escravizar o índio, convertendo-o em mão-de-obra sub-assalariada a serviço do mesmo latifúndio".</p> <p>Diz a nota: "Qualquer aprendiz em antropologia reconhece que toda a cultura dos povos indígenas repousa sobre a estrutura comunitária de sua vida social. Sendo esta vida comunitária, portanto, elemento essencial de manutenção da coesão tribal, dos usos, costumes e tradições de cada povo. Toda a divisa das terras dos índios contraria a este princípio grupal — como aquela programada pela Funai no Posto Ibirama, SC, na área dos povos xokleng e guarani —, é uma agressão à cultura indígena e um flagrante desrespeito à lei, pois torna letra morta todas as palavras de defesa da cultura destes povos, inscritas no estatuto".</p>
		<i>Carta FUNAI</i>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: .....

Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

### Direitos da ONU medidas que ponham fim à campanha anti-semita dos soviéticos

DATA

#### Israel vê anti-semitismo na Rússia

GENEBRA — Israel apelou ontem à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para que adote medidas que ponham fim ao que descreveu como uma "campanha anti-semita de inspiração governamental" desenvolvida na União Soviética.

"Se nada for feito para fazer frente a esta situação", adiantou, a promoção dos direitos humanos seria "uma burla". Joel Barromi, representante permanente de Israel nessa comissão de 32 nações, afirmou numa reunião do organismo que as autoridades soviéticas estão "criando deliberadamente obstáculos para os que pretendem emigrar" desse país.

Barromi disse que vinha sendo observado um "alarmante aumento" do anti-semitismo na União Soviética, acrescentando que este fenômeno se manifestava através de livros, revistas, jornais e emissoras de rádio e televisão. Denunciou também o que descreveu como "os venenosos textos e dissertações contra os judeus", que chegam a incluir "ataques contra destacados não-judeus, entre eles o presidente Carter, acusados de cumplicidade nas maquinações judaicas".

#### Discurso de Pinochet irrita os argentinos

BUENOS AIRES — Fontes governantes e militares da Argentina admitiram ontem que o discurso que o presidente chileno Augusto Pinochet pronunciou ontem em Puerto Montt, após a assinatura da ata, desagradou as autoridades argentinas.

Ontem, Pinochet pronunciou um discurso que não estava previsto no protocolo, defendendo as posições mais rígidas mantidas pelo Chile na atual divergência limítrofe com a Argentina.

Pouco depois do regresso da delegação argentina a Buenos Aires, um porta-voz da presidente reconheceu que o discurso foi "mal recebido" por Videla, acrescentando que o episódio "dificultará as negociações".

Videla se reuniu com os outros integrantes da Junta Militar de governo, almirante Emílio Massera e brigadeiro Orlando Agosti, para lhes informar sobre os resultados da reunião de Puerto Montt.

Versões jornalísticas informaram que Videla pretendia abordar a questão em mensagem a todo o país, mas a notícia foi desmentida pela Secretaria da Imprensa da Presidência.

#### Japão na abertura

TÓQUIO — Investimentos destinados a financiar o projeto de desenvolvimento agrícola, em segunda-feira, ontem a Direção Internacional

A empresa pan-brasil, o primeiro empreendimento corporativo em atividades empresariais no Brasil nas Companhias Agrícolas e de Participação

O acordo obtido em 1974, pelo ministro Tanaka fez

A empresa com 8 milhões de dólares, 137 milhões de dólares de Cooperativa, a metade será investida em bancos, indústrias e companhias

#### URSS pede reunião mundial ao desarmamento

GENEBRA, Suíça — A União Soviética declarou perante a conferência de desarmamento, que só uma reunião mundial poderá conseguir progressos rápidos e efetivos para tal fim.

A sessão especial de desarmamento da Assembleia Geral das Nações Unidas, que começa a 23 de maio, poderia ser importante para um "amplo debate sobre questões de princípios", disse o delegado soviético Viktor Likhatchev.

O Kremlin, apoiado pelos países socialistas e alguns em desenvolvimento que consideram demasiadamente restritas as conversações de Genebra, vem sugerindo há anos uma conferência mundial de desarmamento, e Likhatchev reiterou ontem a posição soviética ao apresentar um amplo programa de negociações. Mas, adiantou que as presentes conversações e

#### Governo de transição na Rodésia

SALISBURY, Rodésia — As negociações do primeiro ministro Ian Smith para chegar a um acordo que permita a transição de um governo minoritário branco a outro majoritário negro foram esvaziadas pela resistência a sua proposição no sentido que o governo interino seja metade branco, metade negro, com ele mesmo na chefia.

Os dirigentes nacionalistas negros moderados que negociam com Smith lhe informaram segunda-feira que não poderiam convencer aos 6,7 milhões de habitantes negros do país que aceitassem tal coisa, e também a opinião pública internacional rejeitaria tal acerto.

Fontes usualmente bem informadas disseram que Smith havia proposto um governo de transição de dois níveis: em nível superior estaria o Conselho de Estado, liderado por ele mesmo, composto

#### Ara sua do

ABU DABI — A supremacia das indústrias e o futuro de Egipto, contratos de canas, inglês sentido.

A reunião das Forças Árabes Unidas em Dabi, com representantes sauditas e Guerra do Golfo, por não pnião e foi também do

Os potenciais construídos

Factor  
FUNAI

NOME.....

Pront. N.º.....

# Em Mangueirinha o índio quer terras

*Diário do Paraná*  
*23/02/78*

**A** solução conseguida pela Funai para o conflito entre posseiros e os índios da reserva de Rio das Cobras, no município de Laranjeiras do Sul, sensibilizou outra população guarani, localizada na reserva de Mangueirinha, onde o cacique Angelo Kreta anunciou que os 600 membros de sua reserva, semelhante ao que se verificou em Rio das Cobras, estão se organizando para retomar 9 mil dos 18 mil hectares de sua área que estão em poder do Grupo Econômico Slavero.

O presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, que retornou a Brasília após ter conseguido expulsar as 50 últimas famílias de posseiros das quase 500 que invadiram a reserva de Rio das Cobras, garantiu que acompanhará no Supremo Tribunal Federal a disputa de posse da área agora em Mangueirinha, reserva esta situada cerca de 200 quilômetros ao Sul de Rio das Cobras.

No STF em Brasília, o grupo econômico, acusado de se apossar das terras dos Guaranis da reserva onde o cacique Kreta faz as denúncias, continua movendo o processo. Pleiteia aquelas terras sob a afirmação de que foram adquiridas de Anibal Curti que, por sua vez, as

comprou de Oswaldo Porto, que as recebeu do Estado, durante gestões passadas.

## OPERAÇÃO LARANJEIRAS

Por outro lado, durante ainda a "Operação Laranjeiras" os soldados da Polícia Militar estão tendo dificuldades para retirar algumas famílias que vieram a Curitiba, onde estão tentando evitar a expulsão. Em contrapartida o posseiro Aldair Borba, apontado como um dos chefes dos jagunços que queimaram cabanas indígenas e sequestraram o guarani Jerônimo da Silva, foi preso durante a mesma operação, nas proximidades de Cascavel.

Conforme o comandante da operação, coronel Anadir de Castro, Aldair deverá ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, devendo responder a todas as acusações dos guaranis. Como o posseiro denunciado outros queixam-se, agora, de sua situação. As várias famílias retiradas pelos pelotões da PM continuam perambulando pelas estradas, esperando alguma solução para o caso. Já os índios de Rio das Cobras começam a se integrar na sua vida rotineira de anos atrás, aguardando, atualmente, apenas a redemarcação de sua área.

## Os direitos segundo Karaí-Tupan



se passaram em Rio das Cobras. É um depoimento prestado ao jornalista Gilberto Larsen, com seu linguajar peculiar e truncado.

- As terras aqui são suas?
- Aqui é nosso, tem índio aí prá trás.
- Que dia aconteceu o incidente do fogo?
- Foi aí pelo dia 12 de janeiro.
- Os senhores chegaram a se pintar para fazer guerra ao intruso?

senhor já viu, que nós estamos cercados de intrusos então dessa parte, nós não podemos sair do outro lado, quando nós sai daqui, duzentos, trezentos metros, já tem intruso ali se mudar de lado a mesma coisa, então nós temos um pedacinho aqui.

- Como é que os índios mais antigos contam que era a terra aqui?

- O sogro do cacique atual que era cacique, primeiro cacique que teve, nesta área, um tal de capitão Veríssimo

- E eles pagam o que realmente vale?

- Não, nós somos analfabetos que não conhecemos, vendemos por um prechinco que dê para comprar outra coisa.

- Prá solucionar isso, o que você acha que deveria ser feito?

- Que alguém, o chefe do posto oriente o índio a vender e a melhor preço.

- Como era o nome do antigo chefe do posto?

- O Leonardo Machado



muitos aos le  
O trabalho pe

<p>Seminário Metro Apex de Administração</p>	<p>nis ro de ologia</p>
<p>Enquanto isso, a Prefeitura providencia nova iluminação para o trecho, cuja conclusão está prevista para fins de março.</p>	<p>serviços de edias visam nto de Avia- s, diretor-ge- re-origuero</p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

212

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Após a expulsão, posseiros do PR são abandonados</b></p> <p style="text-align: center;"><i>O Estado de São Paulo - 23/02/78</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Da sucursal de CURITIBA</b></p> <p>O coordenador regional do Incra no Paraná, Aroldo José Moletta, informou ontem, em Curitiba, que ainda não recebeu qualquer comunicado sobre as medidas que os governos federal e estadual pretendem tomar com relação às famílias de posseiros despejadas da reserva indígena do Rio das Cobras. Segundo ele, "não tomamos conhecimento de qualquer entendimento entre o Incra e o Ministério do Interior ou a Funai no sentido de reassentar esses posseiros".</p> <p>Enquanto isso a prefeitura de Laranjeiras do Sul tem recebido caravanas de posseiros, à procura de auxílio. "A situação deles está feia. Não é ainda de pavor, mas gerou um grande problema social. Muitas crianças já estão com fome, pois suas famílias não puderam retirar nem mesmo suas criações das terras. Os posseiros estão passando fome e frio, perambulando pelas estradas sem ter para onde ir, e a prefeitura não tem recursos para atendê-los", relatou o chefe de gabinete da prefeitura de Laranjeiras, Divaldo Alves Correia. Mas, para Aroldo Moletta, o problema dos posseiros não é do Incra "pois não somos uma entidade de assistência social". E o governador Jayme Canet Júnior não se manifestou a respeito.</p> <p>Segundo o coordenador do Incra, o próprio general Ismarth Araújo de Oliveira, presidente da Funai, teria solicitado ao go-</p> <p>vernador o atendimento "dessa emergência, mas não sei desses entendimentos. Na medida em que exista um acerto de cúpula do qual resulte a participação do Incra no processo, então a Coordenadoria, como órgão iminentemente executivo, poderá atuar. Caso contrário, somos meros espectadores". Segundo um advogado, contudo, dificilmente o Incra será chamado a intervir: "já temos que resolver a situação de sete mil famílias da região de Itaipu, e não deverão nos incomodar o problema de 200 famílias".</p> <p>Em um cadastramento realizado pelo Incra em 1975, constatou-se a existência de 268 famílias de intrusos, entre 19 proprietários, posseiros e arrendatários. "Seria possível fazer a desapropriação, mas não podemos interferir, pois é um problema exclusivo da Funai. A única coisa em que o Incra colaborou foi nesse levantamento, mas não houve qualquer entendimento, na época, no sentido de o órgão auxiliar na retirada dessas famílias, número que cresceu até 1978", afirmou Moletta, para quem o Incra poderia solicitar a anulação dos 19 títulos de propriedade, concedidos ilegalmente no governo de Moisés Lupion, "mas aí seria uma intromissão indevida, pois a Funai também tem essa competência".</p> <p>A Delegacia Regional da Funai, em Curitiba, entretanto, não tem qualquer informação da situação legal das terras invadidas.</p>

*Pastor  
FUNAI*

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

## Índios: apenas silêncio na Funai

*Diário do Paraná. 24/02/78*

Nenhuma informação será prestada à imprensa sobre índios por tempo indeterminado. Estranho que possa parecer, é com essa afirmação que os funcionários da Delegacia Regional da Funai têm recebido os repórteres que procuram pelo órgão para saber o que se passa nas reservas indígenas do Estado, especialmente em Rio das Cobras, onde centenas de famílias de posseiros foram expulsos da reserva pelo órgão, com apoio da Polícia Militar.

Desde o final da última semana, quando o presidente da Funai e o delegado regional do órgão, general Ismarth de Oliveira e José Carlos Alves, respectivamente, se dirigiram para Rio das Cobras, no momento em que a situação do conflito entre índios e posseiros se agravou, nenhuma informação era prestada na sede do órgão.

No grande portão de ferro daquela sede o guardião explicava que lá dentro ninguém informava nada "por ordens superiores", alegando que a única pessoa autorizada a prestar informações era o delegado José Carlos Alves. Quando da chegada do titular a Curitiba, anteontem, o mesmo guardião, mantendo o portão sempre fechado, pedia desculpas e falava que o delegado não apareceria no local, pois devia estar cansado.

Ontem, durante a permanência da "única pessoa autorizada a falar" naquela delegacia, representantes da imprensa foram barrados. Um dos funcionários dizia que "o delegado não pôde receber nem falar com repórteres por ordens superiores, vindas de Brasília". Mas se a própria Funai não informa o que se passa com

os índios brasileiros, quem poderia fazê-lo? — indagava um repórter. "Não sabemos de nada, não podemos falar nada; o silêncio foi pedido pela superintendência do órgão".

ampos territórios de caça e a possibilidade de coletar os frutos dos pinheiros, pois são exímios no corte de árvores. As suas roças são muitas vezes invadidas pelos suínos dos fazendeiros, normalmente soltos para engorda proposital em área alheia.

### LOCALIZAÇÃO

Reserva por reserva são as seguintes ainda existentes no Estado: Laranjinha, município de Bandeirantes, com 64 alqueires e uma população de 55 guaranis e 2 caingangues Barão de Antonina, município de São Jerônimo da Serra, com 2 mil alqueires conta com uma população de 185 caingangues 7 guaranis, 2 xetás e 6 xoklengs; Apucarana, município de Londrina, com 2.400 alqueires conta com uma população de 200 caingangues, 6 xoklengs e 1 pataxó; Quelimadas, município de Ortigueira, com 1.499 alqueires conta com uma população de 178 caingangues, Ivaí, município de Ivaiporã, com 7.200 hectares conta com uma população de 338 caingangues.

E mais: Rio das Cobras, município de Laranjeiras do Sul, com uma população de 400 caingangues e 230 guaranis; Fioravante Esperança, município de Palmas, com uma população de 160 caingangues; Manguelrinha, município de Manguelrinha, com uma população de 289 caingangues e 174 guaranis; José Maria de Paula, município de Guarapuava, com uma população de 297 caingangues, 3 xetás e 1 caiúá; Doutor Carlos Cavalcanti, município de Cândido de Abreu, com 800 alqueires conta com 55 caingangues.

A população acima estimada refere-se ao ano de 1971, devendo ele estar minorizada atualmente. Embora a Funai não acredite no desaparecimento dos índios no Brasil, é notório o recuo da população em termos de crescimento vegetativo.

## Um povo que luta para sobreviver

Sempre surpreendidos pelas consequências advindas do contato com o branco; principalmente em função dos atritos surgidos pela ocupação de terras, exploração das riquezas das áreas indígenas e a utilização gratuita da mão de obra, são 10 as reservas indígenas no Paraná, onde a população é formada em sua maioria por caingangues e guaranis.

Conforme informações sociográficas desses povos, levantadas pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, a situação dos índios é basicamente, agora, de subsistência. Para garantir sua sobrevivência esse povo organiza seu trabalho na base da agricultura, complementando a renda doméstica ao prestar trabalhos temporários aos fazendeiros da vizinhança.

Essa jornada é paga por uma remuneração mínima, muitas vezes a troco de alimentos. Sem este recurso os índios dificilmente sobreviveriam na atualidade, porque já perderam seus

*Luta FUNAI*

PT 10256.122



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

### Lavrador na Justiça *Diário do Paraná - 25/02/78* quer terra do índio

A Funai, que vinha recebendo reclamações das famílias guaranis e caingangues da reserva do município de Laranjeiras do Sul - que acusavam cerca de 500 famílias de posseiros de estarem dominando quase todo o território indígena - foi impetrada por um mandado de segurança pelo agricultor Hilmar Adams, na 2ª Vara da Justiça Federal de Curitiba.

Segundo os termos do mandado, os índios invadiram sua propriedade, impedindo a família do agricultor de colher sua safra. Consta que o sr. Hilmar Adams, também técnico agrícola, adquiriu do conhecido madeireiro sr. Idulino Placentini, acusado de devastar terras indígenas em Rio das Cobras, as terras hoje reclamadas, numa área de 2.371 hectares. Por sua vez, o madeireiro teria adquirido terras da sra. Izaltina Castilho, em abril de 1975, que havia adquirido do Estado, em 1963, as terras em questão.

Muitas outras das 500 famílias retiradas da área indígena pela Funai, ao contar com o apoio de vários soldados da Polícia Militar do Estado, no iní-

cio desta semana, já fizeram reclamações semelhantes, as quais dão por conclusão que durante o governo estadual de 1963, algumas áreas destinadas à reserva de Rio das Cobras, foram adquiridas pelos posseiros.

A maioria das outras famílias retiradas da área indígena continua perambulando por fazendas do Sudoeste do Estado, à procura de abrigo e trabalho. Enquanto isso, continuam sendo realizadas as demarcações da área da população indígena de Rio das Cobras, que, como outrora, deverá ser de 16.800 hectares.

Por outro lado, novos conflitos entre posseiros e índios poderão surgir na reserva de Mangueirinha, onde o cacique Angelo Kreta, teria anunciado que os 600 membros de sua reserva, semelhante ao que se verificou em Rio das Cobras, estão se organizando para retomar 9 mil dos 18 mil hectares que estão em poder do Grupo Econômico Slaviero. A disputa dessa posse está se desencadeando no Supremo Tribunal Federal em Brasília.

*Laoto FUNAI*

PT 1025 C. 122

NOME  
FILIAÇÃO  
RESIDÊNCIA

DA

# Muitos pedidos

## Os prefeitos da microrregião do Vale do Ivaí com o governador Jayme Canet Júnior e reivindicam para dinamizar as obras

Um balanço desta etapa de interiorização do Governo Jayme Canet Júnior revela que se não foi a mais intensa, pelo menos foi a que resultou no maior número de reivindicações, em quase todos os setores. A presença do governador Canet Júnior em Apucarana provocou uma verdadeira avalanche de prefeitos e lideranças político-comunitárias buscando aproveitar a instalação próxima do Governo para resolver, pelo menos em parte, alguns dos problemas municipais.

O setor da Saúde e do Bem-Estar Social foi o mais requisitado, principalmente no que diz respeito à construção de novas unidades sanitárias e ampliação das já existentes, com a dinamização dos serviços e aumento do número de médicos e pessoal para-médico. A equipe de assessoramento do Secretário da Saúde esteve presente e já prometeu ampliar o Centro de Saúde de Apucarana e também doar um laboratório de saúde para Marilândia do Sul.

### RECURSOS

Também durante esta etapa do programa de interiorização do Governo Jayme Canet Júnior a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, representada por 16 prefeitos, esteve com o Secretário Belmiro Valverde Jobim Castor, do Planejamento, para requisitar recursos federais para as obras que estão sendo realizadas nos respectivos municípios.

Os prefeitos da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí entrevistaram-se também com Pedro Sampaio, presidente da Famepar (Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná) com quem discutiram aspectos técnicos e jurídicos dos seus respectivos municípios. A Famepar por seu lado distribuiu aos prefeitos diversas publicações orientadoras das diretrizes que visam facilitar a condução dos negócios municipais.

Uma das publicações - "Calendários das Obrigações Municipais e Informações Úteis" - relaciona, mês a mês as obrigações fiscais das de outras espécies a que estão sujeitos os municípios, principalmente aquelas oriundas de atos emanados de órgãos competentes. Uma publicação, que segundo os prefeitos tem até cunho de atividade política - "O Prefeito e o Município" - também foi distribuída com o intuito de integrar melhor o chefe-do-executivo municipal nas atividades da sociedade que dirige.

### ESCOLAS

O Secretário da Educação, Borsari Neto,



JAYME CANET JÚNIOR

### Instalando o governo em Apucarana

durante os serviços de interiorização governamental prometeu que 16 municípios da microrregião terão mais vinte mil vagas nas escolas, o que deverá ser obtido com a conclusão de mais 66 obras num total de 207 salas de aula. A Fundepar, por seu lado, comunicou também através de representantes que mais de 37 mil cruzeiros estão sendo investidos no momento na microrregião de Apucarana, o que representa uma área de obras em conclusão de mais de 38 mil metros quadrados.

Um dos problemas, que a equipe governamental procurou solucionar desde logo, foi a delimitação exata do número de municípios que integram a microrregião nº 8 (Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Grandes Rios, Ivaiporã, Faxinal, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Marumbi, Marilândia do Sul, Rio Bom, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí) quinze ao todo, que receberão os benefícios reivindicados na área da Educação.

Segundo informou também o Secretário Borsari Neto, são as seguintes as obras já concluídas na microrregião nº 8: escola Rorsário, em Grandes Rios, com 12 salas de aula, a Unidade Escolar Barão do Cerro Azul, em Ivaiporã, com 15 salas de aula, a Unidade Escolar de São João do Ivaí, com

13 salas de aula, a Pedro do Ivaí, com

A equipe do setor concluiu ainda as obras em andamento com o número de vagas que o Grupo Escolar Bom Sucesso, o Grupo em Borrazópolis, Bressolin, em Califórnia, Doutor Rebouças Costa e Silva, que contará com um total

Outra reivindicação do Governador Jayme Canet Júnior nesta etapa de interiorização da microrregião de Apucarana é de maior número de sete prefeitos em o Secretário Noel Lacerda a possibilidade de atividade da Secretaria da Cohapar, em seu

Ficou acertado que a microrregião do Vale do Ivaí terá de 1.357 casas por outro lado, inauguradas cem casas populares para a construção de residências. Em Apucarana a Secretaria do Interior está construindo de cercas, sendo que em projetos semelhantes

### TELEPAR

A Telepar também recebeu pedidos durante a visita do Governador Canet Júnior. 2.470 terminais telefônicos foram instalados total em operação implantando também cidades e o DDD de Lobo Guimarães, esta microrregião nº 8, do Vale do Ivaí. Os pedidos de obras de saneamento são de cerca de 131 milhões em obras ainda

### OS PEDIDOS

Em Apucarana o Conselho Regional da Arena a nível político nacional e re-

F. Borsari  
FUNAI

Oposição contorna

Deputados

NOME: .....  
 FILIAÇÃO: .....  
 RESIDÊNCIA

DATA

*Folha de Sertão*



Os índios estavam mesmo preparados para a guerra



Os posseiros abandonam as terras dos índios

O DRAMA DA TERRA CONTINUA:

# Tranquilidade para os índios; desabrigo para os posseiros

*Robt*  
 FUNAI

CASCABEL (Da sucursal) — "Agora está tudo como eu quero" — disse ontem, ao presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, o cacique guarani Waldomiro de Lima após constatar que somente 10, das quase 600 famílias que ocupavam terras da reserva indígena de Rio das Cobras, até o final do ano passado, ainda permaneceram no local, mas que também deverão sair ainda hoje, retirados pela Funai, com cobertura da Polícia Militar.

A ameaça de uma revolta indígena, envolvendo 1.600 caingangues e guaranis, já foi afastada, depois de 2 meses de tensão, quando qualquer abuso, por parte de posseiros, poderia dar início à luta armada, entre as 2 partes. O cacique guarani está satisfeito com a ação policial que, além da retirada dos posseiros que se encontravam na área indígena, procedeu a prisão ontem de Aldair Borba, um dos 3 pistoleiros que sequestraram e torturaram, durante 4 dias, o índio Jerônimo Alves, no início deste mês.

Com a desocupação da área, por parte dos brancos, os caciques Argemiro Fernandes, dos caingangues e Waldomiro de Lima, solicitaram ao general projetos agrícolas para a reserva, 2 traçadores e maquinário para as lavouras de ambas as tribos. O presidente da Funai, prometeu o envio do maquinário, e já determinou a elaboração do projeto agrícola, inclusive constando reflorestamento com pinheiros. Assim, repórter os que foram desviados da área pelo ex-chefe do Posto do Funai, Leonardo do Machado, de Rio das Cobras, Leonardo retirou, ilegalmente, durante o ano passado, 282 pinheiros e, informações oficiais dão conta de que, nos últimos 20 anos, os índios de Rio das Cobras foram lesados em nada menos que 4 mil pinheiros.

Pela primeira vez, nos últimos meses, houve tranquilidade por parte dos índios. Eles conversaram longamente com o general Ismarth, que deixou a área, logo depois do almoço, seguindo para Curitiba. O general declarou em entrevista à imprensa, que já tomou medidas definitivas para assegurar a paz em Rio das Cobras, ordenando a retirada dos posseiros resquematizando a construção de torres de vigia nos 4 extremos da área. Elas servirão, inclusive, para delimitação da área.

Segundo o presidente da Funai a partir de agora as 2 tribos passarão a ser orientadas por um corpo da Polícia Florestal, que será enviado ao local, sobre os limites de suas terras e a maneira de proceder, quando tiverem problemas de invasão.



Soldados da Polícia Militar revistam os carros que se aproximam da reserva

Em frente ao posto da Funai, os caciques Argemiro e Waldomiro falaram da vontade do índio de desenvolver melhor sua lavoura: "esse negócio de trabalhar com enxada era para os antigos".

O general, por sua vez, após garantir que os pedidos dos caciques serão atendidos em breve, expôs a necessidade de preservar a cultura própria dos guaranis e caingangues, reprovando a imposição de costumes e religiões dos brancos a eles. Uma boa produção agrícola, agora que têm realmente, o domínio da terra e a tranquilidade necessária para trabalhar, sabendo que não serão pilhados.

Os índios pediram, também, que os únicos brancos a habitarem aquela área, sejam os funcionários da Funai.

PASSANDO FOME

Praticamente resolvida a questão dos índios surge um novo problema em Laranjeiras do Sul e cidades vizinhas: grande parte dos posseiros não sabem, com exatidão, se suas terras encontram-se ou não no interior da área indígena e, quando receberam aviso da Funai para desocuparem a área já havia pelo menos 200 homens, da PM de Cascavel, armados de metralhadoras, fuzis e revólveres e que os obrigaram a deixar suas casas, levando apenas, coisas de primeira necessidade e sem saberem para onde ir.

Eles não discordam da medida tomada pela Funai, que os obrigou a deixarem a terra dos índios, mas afirmam que a proibição de retirar suas safra de produtos, em vésperas de colheita, lhes tirará toda e qualquer condição de sustento, deixando famílias inteiras passando fome e esparramadas pela região, sem ter onde morar.

Enquanto o general que "como a Funai não tem condições de resolver os 2 problemas, é claro que atenderá aos índios, pois a responsabilidade do grão é exclusivamente com eles", os posseiros garantem que vão pressionar o INCRA, no sentido de conseguir uma indenização, ao menos pelos produtos perdidos, além da doação de terrenos para morarem, em outras regiões do País.

Segundo grande número deles, que deixaram a terra ontem e anteontem, os posseiros foram enganados por "grileiros" e pelo ex-chefe do Posto da Funai e, "por isso, não podemos levar toda a culpa, como se fôssemos invasores, bandoleiros, por causa de uma minoria que explorava e maltratava os índios".

Enquanto isso, os irmãos Marochi, proprietários de uma madeireira da região estão sendo acusados de desvio de madeira de lei. Além de outras transações ilegais envolvendo propriedades dos índios, como a venda de terras da reserva.

Segundo Waldomiro de Lima, eles estavam incitando a volta de colonos para o interior da reserva, inclusive enviando 4 funcionários seus, que tinham lavouras, na área indígena, de volta para suas casas. A volta de qualquer posseiro para a reserva, no entanto, está sendo impedida pela PM, que continuará na área, por tempo indeterminado, até que o problema esteja definitivamente resolvido.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

857

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

# Indeferido mandado contra a Funai

*repetir de 1960 - 28/02/78*

O juiz Milton Luiz Pereira indeferiu o mandado de segurança impetrado por Hilmar Adams contra Sadi Olvíio Biavati, chefe do Posto da Funai em Rio das Cobras. Em seu despacho, o titular da 1.ª Vara da Justiça Federal considerou que a questão não pode ser resolvida através do mandado. Na sua opinião, o impetrante deve procurar outro caminho processual, em ação comum, porque as acusações que integram o processo são fatos não comprovados. O pedido fora encaminhado pelos advogados Edson Sá e Jorge Sato, de Cascavel, que agora prometem tratar com ação de perdas e danos contra o Governo do Estado. Dizem que os prejuízos de Hilmar superam a faixa dos três milhões de cruzeiros. Foi na quinta-feira da semana passada que a 1.ª Vara da Justiça

Federal recebeu o pedido em nome de Hilmar Adams. No mesmo dia, Edson Sá, um dos advogados, correu jornais para explicar que o objetivo era, através da liminar a ser aprovada, permitir a Hilmar Adams a colheita de sua lavoura de soja, principalmente, além da retirada de equipamentos e veículos supostamente roubados pelos índios. No processo, dizia que Hilmar possuía certidões vintenárias, desde 1961, e DE, que seriam pagos com o valor da colheita da atual safra. Hilmar, aliás, era acusado de estar envolvido no sequestro do índio Jerônimo, 50 anos de idade, estópim da crise que estourou na reserva.

Hoje, depois da retirada dos possesores, aproximadamente 50 famílias, por decisão da Funai, e permanência de 19 homens da Polícia Militar na área, nada foi decidido em relação ao assentamento dos possesores.

O INCRA não sabe o que fazer e nem o Governo do Estado, apesar do apelo feito pelo general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, para que a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social atendessem as famílias que foram obrigadas a abandonar a reserva indígena em Brasília, temia-se que fatos semelhantes ocorressem nas reservas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, também com problemas com terras.

*Posto FUNAI*

DATA	PROCEDÊNCIA

PT 10255.122

28/02/78

# Funai decide investigar o conflito entre duas tribos

Do correspondente em  
BELEM

A Funai constituiu uma comissão com três membros, chefiados pelo procurador regional, Raimundo Nonato, para esclarecer o incidente ocorrido entre índios parakanans e xikrins, no qual, supõe-se, morreram 16 índios parakanans. Na opinião de sertanistas experimentados, a pacificação de grupos parakanans remanescentes é necessária para evitar novos conflitos, pois os dois grupos fogem às tentativas de contato com a Funai há mais de seis anos. Mas a paz entre xikrins e parakanans, tradicionais inimigos, só virá se a Funai puder fazer a mediação entre os dois grupos. O choque em que teriam sido mortos os 16 parakanans ocorreu no final do ano passado, mas só agora tornou-se conhecido. É provável que o último e mais grave conflito entre as duas tribos tenha surgido de uma tentativa de vingança por parte dos parakanans — que em 1969 perderam quatro guerreiros e duas mulheres num ataque dos xikrins —, em encontro casual com os inimigos.

A Funai confirma a existência dos conflitos, mas nada garante sobre a existência de mortes e o seu número.

O incidente teria acontecido por acaso: um grupo de 13 ou 16 índios parakanans, que tinham participado de um ataque contra os índios arauetés, um mês antes, encontrou-se com dois ou três índios xikrins que estavam caçando perto da aldeia de Bacajá, cerca de 150 quilômetros a Sudeste de Altamira. Várias flechas foram atiradas pelos parakanans, que, no entanto, apenas feriram um xikrin. À noite, os xikrins reuniram-se, cerca de 40, e decidiram organizar uma expedição para atacar os agressores, conseguindo cercá-los e, segundo uma versão não oficial, mataram todo o grupo. As fontes da Funai não confirmam esses detalhes, mas também não os desmentem. Achar o acontecimento possível, mas apenas dentro de 10 ou 12 dias é que divulgará relatório com a versão oficial do ocorrido.

O certo, porém, é que os xikrins trouxeram consigo nove crianças e uma mulher parakanan, que foram mantidos na aldeia como reféns e maltratados até que a Funai conseguisse removê-los para Altamira e, depois, para uma aldeia de índios parakanans, já contactados. Agora, asseguram as fontes, a situação é tranquila.

O choque entre índios é considerado normal pelos sertanistas que já atuaram na área. A hostilidade é mantida como uma tradição e as histórias de guerras vão sendo contadas às novas gerações pelos mais velhos, o que

vai mantendo a rivalidade. Essas hostilidades existem até dentro de subgrupos homogêneos. É o caso dos parakanans: três dos quatro grupos são inimigos entre si, assim como há cisão entre os xikrins e entre os kayapós.

Os parakanans tornaram-se fonte de problemas para a Funai desde 1970, quando a Transamazônica começou a ser aberta e o órgão teve de organizar às pressas o contato com esses índios, temidos na região. Nesse mesmo ano, a Funai conseguiu manter contato com os parakanans do rio Lontra e, em seguida, com os do rio Anapu, hoje aldeados, mas dois outros grupos — o do rio Cajazeiras e o do Ipixuna — continuaram fugindo à aproximação das frentes de atração.

Sertanistas da Funai crêem na existência de mais de 200 desses índios, bravos guerreiros, exímios atiradores de flechas e nômades por excelência, que ficam, às vezes quatro ou cinco meses sem estabelecer moradia permanente, armando e levantando acampamentos rústicos. Embora só ataquem os brancos para obter mantimentos e ferramentas (deixam sempre frutos como pagamento) eles são temidos pelos demais grupos indígenas, dos quais são inimigos.

Além dos parakanans, os maiores inimigos desses índios são os xikrins e os arauetés. Em 1976 os parakanans expulsaram os arauetés do rio Ipixuna, tomando sua aldeia, o que possibilitou à Funai manter contato com os arauetés. Quando os parakanans, em setembro do ano passado, atacaram novamente os arauetés recuaram, quando perceberam que entre os atacados havia um sertanista da Funai, João Carvalho, que tentou contactá-los, mas eles fugiram.

Por isso é que o sertanista acredita ter sido esse o grupo que se encontrou com os caçadores xikrins e os atacou, após ter percorrido — em pouco mais de uma mês, os 70 quilômetros que separam o rio Ipixuna do rio Bacajá. Isso explicaria a presença da mulher e das crianças, pois se os xikrins as capturaram "acredita-se na morte dos guerreiros, do contrário eles voltariam imediatamente para reavé-las", explica o sertanista.

Ele acha que os ataques se repetirão enquanto os parakanans não estiverem contactados. Do contrário, "sempre será possível que ocorram esses encontros e, se houve, eles entrarão em choque". Ou "então cada um dos lados continuará planejando emboscadas contra o inimigo".

Por isso a Funai tenta contactar com os dois grupos parakanans remanescentes, "para colocá-los em reservas e tentar a pacificação", diz ele.



Arquivo

A Funai investigará por que a reserva está menor

## Inquérito apurará redução de reserva

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O ministro do Interior, Rangel Reis, assinou portaria aprovando a realização de um inquérito, à nível ministerial, para apurar a denúncia de que a reserva dos xavantes, de Pimentel Barbosa, em Mato Grosso, foi reduzida em 40 mil quilômetros por uma comissão mista Funai-Minter que, em 1972, estudou a delimitação da reserva, criada no mesmo ano por decreto presidencial. O presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, afirmou que a Funai não quis levar adiante o inquérito porque ele se considera corresponsável pela redução da reserva. "Quando assumi, em 74" — disse — "encaminhei a delimitação definitiva ao ministro Rangel Reis e só agora soube que o índio foi espoliado".

Há vários meses, diversas denúncias começaram a ser levantadas, inicialmente pelo Conselho Indigenista Missionário e, posteriormente, por encarregado da Funai na área. Segundo as informações, um dos fazendeiros que se estabeleceu na área indígena, considerada pela comissão como fora dos limites estabelecidos pelo decreto presidencial, é ex-funcionário da Funai e participou do grupo misto, na ocasião, como representante do órgão.

Ao comentar a portaria, publicada no Diário Oficial, o pre-

sidente da Funai, disse que tão logo as denúncias a respeito da diminuição da área indígena chegaram ao seu conhecimento, foi instaurada uma sindicância na Funai para apurar as responsabilidades. "Dada a gravidade do assunto — afirmou — e também ao fato de que eu na ocasião não percebi fraude na delimitação da reserva, acho que um inquérito a nível ministerial poderá investigar melhor o caso".

Segundo Ismarth, pelo que se apurou até agora, um dos motivos apresentados pela comissão mista em 1972 para justificar algumas alterações nos limites da reserva seria que a BR-080, a Brasília-Manaus, passaria dentro da reserva. Posteriormente, comprovou-se que a estrada não iria cortar a área indígena e que o argumento foi usado de má fé. Para que os índios não ficassem irritados com a delimitação, há informações de que eles receberam várias cabeças de gado de presente dos fazendeiros e até uma camioneta.

Ainda sobre o caso, Ismarth disse que a sindicância feita pela Funai comprovou que a redução da área xavante foi uma das maiores espoliações sofridas pelos índios durante a sua administração. "Por esse motivo — disse — não gostaria de deixar a Funai antes de ter concluído um inquérito minucioso para que os responsáveis pelo ato sejam punidos e as terras devolvidas aos xavantes."

PT 1025C. 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Funai impedirá volta de invasores à reserva</b></p> <p><i>Journal do Brasil - 1º/03/78</i> Brasília — A Funai vai iniciar ação judicial de interdito proibitório para impedir que os posseiros expulsos retornem à reserva indígena de Rio das Cobras, no Sudoeste do Paraná. Paralelamente, a Fundação pretende encaminhar ações de anulação e cancelamento dos 19 títulos concedidos ilegais e estudará um acordo com posseiros para que eles recebam metade da colheita a ser realizada pela Funai em suas plantações.</p> <p>Após a intervenção conhecida como <i>Operação Laranjeiras</i>, que resultou na expulsão de mais de 250 posseiros da reserva indígena, o argumento utilizado por eles na tentativa de retornar às terras é o prejuízo representado pela perda das colheitas. No intuito de evitar o reavivamento das tensões, a Funai tentará o acordo, pelo qual os posseiros receberão metade da colheita, embora não a realizem. Isso ficará a cargo do órgão indigenista, que dará a outra metade aos índios. O acordo depende também da concordância destes e deverá ser homologado pelo Judiciário.</p> <p style="text-align: center;"><b>OUTRAS ÁREAS</b></p> <p>Preocupada com a possibilidade de que os atritos de Rio das Cobras se repitam em outras áreas que têm problemas de posseiros — especialmente em Guarita e Nonoai, no Rio Grande do Sul — a Funai pretende aumentar o número de ações de despejo impetradas em ambas. Além disso, abandonará a estratégia de resolver o problema dos posseiros com um tordo (reser-</p> <p>va), e estudará soluções isoladas de remanejamento para novas áreas.</p> <p>Em Nonoai, há 5 mil 274 invasores ocupando 64,6% da área de 14 mil 910 ha destinada a 1 mil 260 índios. No tordo de Guarita, os 1 mil 571 invasores ocupam 20,3% dos 23 mil 183ha reservados a 1 mil 608 índios. Havia projetos globais de reassentamento, feitos em conjunto com o INCRA, mas, assim como aconteceu em Rio das Cobras, foram paralisados por falta de recursos.</p> <p style="text-align: center;"><b>MANDADO NEGADO</b></p> <p>O Juiz Milton Luiz Perreira, da 1ª Vara de Justiça Federal do Paraná, negou ontem o mandado de segurança requerido por Hilmar Adams para recuperar 2 mil 371 hectares na reserva de Rio das Cobras. Segundo o Juiz, os fatos alegados por Hilmar — ameaça dos índios de invadirem suas plantações e fazerem a colheita — não justificam o mandado, pois carecem de comprovação.</p> <p>Para o magistrado, a questão deverá ser decidida por outro caminho processual. As terras de Hilmar na reserva indígena — que tem 16 mil hectares — foram tituladas há mais de 20 anos; no Governo Moisés Lupion, quando ocorreram inúmeros casos de dupla titulação de terras que geraram conflitos na região. Os advogados de Hilmar, por esse motivo, pretendem acionar o Governo do Estado. Ele é acusado de sequestro de um índio, no mês passado.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posto FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

120

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Rangel Reis fala de índios, seleção e anistia no 11.º aniversário da Zona Franca</b></p> <p><i>Journal do Brasil - 12/03/78</i> Manaus — Na entrevista que seria sobre o 11.º aniversário da Zona Franca, o Ministro do Interior, Sr Rangel Reis, acabou falando também de índios, escalou a Seleção Brasileira de Futebol de sua predileção e revelou ser, em matéria de anistia, favorável à revisão de vários casos de punição e contrário à anistia ampla.</p> <p>Após considerar que anistia é uma questão aberta, razão pela qual não via inconveniente em opinar sobre o assunto, o Ministro Rangel Reis acentuou que a revisão de determinados casos é, no momento, inclusive um anseio do povo brasileiro. Sobre sucessão presidencial, disse acreditar que o Senador Magalhães Pinto obtenha alguns votos, mas não tem dúvidas de que o vitorioso será o General João Baptista de Figueiredo.</p> <p><b>EMANCIPAÇÃO DE ÍNDIOS</b></p> <p>Na entrevista, na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus, o Sr Rangel Reis informou que, em abril, o Presidente Geisel deverá receber um projeto de decreto contendo a regulamentação de alguns artigos do Estatuto do Índio, que tratará da sua emancipação e integração, sobretudo no que se refere aos problemas da terra por ele habitada.</p> <p><i>Ponte FUMAI</i></p>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ord

102

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

# Funai silencia sobre os posseiros

*partida do 1000 - 02/03/78*

A Delegacia Regional da Funai está silenciosa em relação aos problemas ocorridos em Rio das Cobras e o delegado regional não recebe jornalistas. Sua recepcionista está encarregada de evitar contatos seus com repórteres e orientar para a obtenção de informações em Brasília: "já nós temos assessoria de imprensa e vocês poderão conseguir todas as notícias que quiserem. Aqui, ninguém pode falar. Estamos proibidos". Assim, nada se pôde conseguir ontem em relação ao encaminhamento das famílias de posseiros que foram obrigadas a abandonar terras que ocupavam na reserva de Rio das Cobras, deixando pertences, casas e lavouras.

Sabe-se porém, que em Brasília há preocupação em relação a acontecimentos semelhantes nas reservas indígenas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, onde também existem pro-

blemas em relação a posseiros e à venda ilegal de terras dos índios. Ao visitar a região, em Laranjeiras do Sul, e adotar medidas para expulsar os posseiros da área, o general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, pediu ao Governo do Estado para dar assistência às 50 famílias que foram obrigadas a deixar tudo que possuíam e hoje estão espalhadas por Cascavel, Laranjeiras e municípios das adjacências.

Também nada se sabe em relação ao aproveitamento que será dado para a lavoura dos posseiros. Falou-se que a Funai iria distribuir a metade do que for colhido na área entre as famílias que saíam, ficando com o restante. No começo da semana, um mandato de segurança impetrado por Hilmar Adams, um dos cinco titulares, tentou, através de decisão liminar, obter garan-

tias para colher a lavoura de soja, principalmente, e assim evitar prejuízos de aproximadamente três milhões de cruzeiros. Mas, o juiz Milton Luis Pereira, da 1.ª Vara da Justiça Federal, indeferiu o pedido alegando falta de provas para as acusações feitas por Hilmar Adams e por considerar que a situação exigiria outro tipo de ação.

A situação em Rio das Cobras, que se tornou crítica depois do seqüestro do índio Jerônimo da Silva, motivou a intervenção direta do presidente da Funai, para retirar da área os posseiros e assim evitar possível rebelião armada dos índios. Agora, o órgão teme que se repita o mesmo, em Mandirituba, em Chapecó, Santa Catarina, e no Rio Grande do Sul, pois todas as reservas indígenas estão com problemas idênticos.

*Partida FUNAI*

DATA	PROCEDÊNCIA

PT 1025C.122



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

122

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

**Condenada a** .....  
**emancipação** .....  
**dos índios** .....  
Dt. N.º .....

Do Estado de São Paulo 2/10/31

Da sucursal de  
**BRASILIA**

DATA	PROCEDÊNCIA	

Assinado por 160 antropólogos, linguistas e médicos ligados a atividades junto a grupos tribais, foi divulgado ontem, manifesto de repúdio à tentativa do ministro do Interior, Rangel Reis, de alterar, por decreto, o Estatuto do Índio, a fim de permitir que, por decisão unilateral do Estado, sejam emancipadas comunidades indígenas ou algum de seus membros. Defendem os signatários do documento que não pode caber a Funai indicar quais as comunidades indígenas aptas a serem emancipadas, argumentando que não existem critérios válidos para a suspensão da tutela que não partam da iniciativa dessas próprias comunidades.

“Na realidade — afirma o documento — com esta tentativa de alteração do estatuto, o Estado está querendo abrir — após mais de 400 anos de espolição — canais legais para se isentar da responsabilidade da tutela das comunidades indígenas. E ao contrário, o momento para o Estado reconhecer e garantir às populações indígenas a propriedade de seu território, registrando-o devidamente e em forma de propriedade coletiva, contínua, inalienável e suficientemente extensa para permitir o incremento da população”.

Os indigentes acham mais urgente uma ação do governo no sentido de completar o processo de demarcação das terras indígenas, anunciado pela Funai para este ano. “Sem a demarcação das terras, sem assistência educacional, sanitária e aos projetos de desenvolvimento comunitários, a emancipação redundará, fatalmente, no desaparecimento de vários grupos tribais. Assim, se não pode caber à Funai a iniciativa de apontar os grupos a serem emancipados, cabe-lhe, ao contrário, a responsabilidade de zelar para que esta emancipação venha a concretizar-se em condições propícias.”

O documento faz uma crítica direta à afirmação feita por Rangel Reis de que “é um absurdo não se ter encontrado, até hoje, uma forma de dar melhores oportunidades ao índio que está na miséria, agregado à terra e sem novas chances de trabalho”. “Ora, essa miséria — assinalam os indigenistas — que é característica dos grupos indígenas em contato mais estreito com a sociedade nacional, é fruto justamente de uma experiência histórica na qual, até por omissão, o Estado executou uma política antiíndigena.”

Problema FUNAI

Assinam o documento, entre outros; a antropóloga Lux Vidal, da USP; Expedito Arnaud, diretor do Museu Gooldi, de Belém; Roberto Baruzzi, da Escola Paulista de Medicina; Aryon Dall'Igna Rodrigues, da Unicamp; Carmem Junqueira, da PUC-SP; Venusia Cardoso Neiva, da

PT 10255.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

123

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Terra de índio é Diário do Paraná - 02/03/78 aval de posseiro</b></p> <p>As famílias de posseiros expulsas da reserva indígena de Rio das Cobras, possuindo títulos de aquisição de terras naquela área, obtiveram empréstimos em várias agências do Banco do Brasil do interior do Estado, deixando como garantia a "propriedade" de onde foram retiradas pela intervenção da vários pelotões da Polícia Militar.</p> <p>Nas agências bancárias de Laranjeiras do Sul, Cascavel e Guarapuava, são vários os agricultores que buscam os empréstimos. Um dos titulares, Hilmar Adms, obteve um financiamento de 400 mil cruzeiros ao ser apoiado pelo advogado Edson Sá, que afirmou para alguns jornais que a retirada dos colonos titulados "constitui um verdadeiro saque, pois muitos perderam seus pertences, suas criações, tratores e implementos".</p> <p>Ontem em Curitiba circulavam informações de que o advogado enviado pela Funai já estaria pela cidade, possivelmente mantendo contatos com o delegado regional do órgão, José Carlos Alves. O fato não pode ser confirmado já que naquela delegacia todas as informações sobre os índios ainda continuam sigilosas. Os funcionários do local declaram que, por ordem do órgão em Brasília, a imprensa não poderá manter qualquer tipo de diálogo com o delegado.</p> <p>O advogado da Funai estaria em Curitiba para iniciar as ações de anulação e cancelamento dos 19 títulos concedidos ilegalmente na região dos índios. Teria o mesmo advogado vindo para estudar a possibilidade de um acordo com os posseiros no sentido de que possam colher metade de suas plantações.</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta FUNAI</i></p>

PT 10255122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

### Advogados explicam o acerto com a Funai para a colheita

gestão do 2000

05/03/28

Os advogados de Curitiba, Gerardo da Rocha Reichmann e Wladimir de Oliveira Franco, representantes das famílias dos posseiros e titulares no litígio que está envolvendo a reserva de Rio das Cobras já conseguiram resolver o problema mais urgente dos colonos: a colheita. Procurando os posseiros para tentar acertar a situação, sem que a Funai conseguisse as procurações necessárias para a colheita e com a vinda de Brasília do Procurador da Funai, foi possível chegar-se a um acordo das roças que existem dentro da reserva. Ficou decidido que a Funai procederá a uma fiscalização por alguém do próprio pessoal indicada pelos advogados. A produção de milho, mandioca e soja (o arroz foi indicado pela seca) será dividida em 50 por cento para os posseiros e 50 por cento para os proprietários. Gerardo da Rocha Reichmann e Wladimir de Oliveira Franco, pretendem ainda encaminhar a parte de alguma cooperativa, que possa comprar o milho, evitando-se dessa maneira que eles e sofram maiores prejuízos.

As famílias, compostas de seis a sete pessoas, cada uma, e aproximadamente quatro mil alqueires plantados, que precisam ser colhidos devido ao problema da deterioração. Aí a urgência em se resolver "a priori" esta parte. Agora, conforme informaram os dois advogados, o acordo vai ser homologado na Justiça Federal amanhã, segunda-feira, e distribuído imediatamente para uma das Varas. Por outro lado, na quarta-feira os advogados responsáveis pelo litígio estarão novamente na reserva de Rio das Cobras e pedem para que o pessoal que ainda não entrou em contato com eles, o faça até o próximo domingo, pois faltam ainda algumas procurações, que entrariam no processo, depois de assinadas, por adesão.

Além do problema da colheita, já resolvido, existem ainda outros que no entanto serão resolvidos posteriormente. Entre eles está o das pessoas que possuem títulos sobre a terra recebidos entre os anos de 1950 e 1960. A reserva de Rio das Cobras foi criada, no entanto, em 1962, com 16 mil hectares. Mas depois de efetuada a medição correta, chegou-se a conclusão que na realidade eram 19 mil hectares. Assim, pelo menos cerca de 20 titulares estão dentro da reserva indígena. Existe também o problema social para ser resolvido. No local não existem mais famílias que acabaram sendo espalhadas pelas imediações e que perderam tudo o que possuíam. Os advogados pretendem que essas famílias de posseiros e titulares possam ficar pelo menos, com as benfeitorias que fizeram no local e que possam retirar seus pertences de lá.

NOME: \_\_\_\_\_  
 FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_  
 RESIDÊNCIA: \_\_\_\_\_

DATA	PT



ACERTO PARA COLHEITA

Advogado Gerardo da Rocha Reichmann dos posseiros retratados da reserva de Rio das Cobras explica o acerto com a Funai.

*Carta FUNAI*

25/03/78

NOME:  
FILIAÇÃO:  
RESIDÊNCIA:

# Acuada pela colonização, grupo arara vive em fuga

DA

**LÚCIO FLÁVIO PINTO**  
Enviado especial

Em 1970 os arara possuíam uma grande aldeia no rio Jauracú, com roças de batatas, banana, mandioca, milho, algodão. Nesse ano as frentes de construção da Transamazônica iriam passar em cima da aldeia e os arara, atemorizados com o barulho e a movimentação das pesadas máquinas que vinham de Altamira em direção a Itaituba, no Pará, fugiram. Os funcionários da Funai enviados para o contato mal tiveram tempo de ver os índios desaparecerem do mato adentro, deixando na aldeia abandonada sacos de farinha, frutos e legumes que haviam tentado recolher para levar antes que as árvores fossem derrubadas para a estrada passar.

Hoje os 200 índios arara vivem acuada, sem aldeia, sem roças, fugindo dos sertanistas que a Funai enviou para contactá-los. Eles perambulam por uma área de 160 mil hectares entre a Transamazônica e o rio Iriri, já muito ocupada e onde a Cotrijui (Cooperativa Tritícola de Ijuí) pretende assentar duas mil famílias de colonos. Desde o último incidente, quando atacaram a frente da Funai e feriram um de seus funcionários, os arara evitam dormir em acampamentos para não serem surpreendidos. Agora andam a noite inteira.

O drama vivido pelos arara é apenas um entre os muitos problemas que vários grupos indígenas estão enfrentando na região da Transamazônica. Com a abertura da estrada, o Incra assentou, apenas no projeto Altamira, quatro mil famílias de colonos (cerca de 20 mil pessoas), porém, muitos mais ocuparam terras ao longo da rodovia, criando intensa movimentação numa área, até então quase deserta. Como a Transamazônica foi construída quase sem planejamento, a Funai também não teve tempo para fazer um levantamento dos grupos indígenas existentes. Ela apenas acompanha a ocupação na retaguarda da topografia das construtoras.

Assim, só quando os topógrafos começam a encontrar sinais da presença de índios é que os sertanistas descobrem que a estrada passaria em cima da aldeia dos arara, um grupo aguerrido e razoavelmente nu-

meroso. A pressa na conclusão da Transamazônica impediu qualquer tentativa de entendimento com os índios, que abandonaram a aldeia e fugiram.

A partir daí, no entanto, os Arara seriam permanentemente incomodados: aos caçadores, "gateiros", e garimpeiros juntaram-se os colonos, que ocupavam progressivamente as terras indígenas, matavam sua caça, destruíam suas roças e os atacavam. Cada vez mais irritados, eles acabaram reagindo: ao perceberem que uma "picada" que estava sendo aberta, em 1976, pela CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), passaria novamente em cima do acampamento onde estavam instalados, atacaram e mataram três funcionários. Antes, haviam deixado advertências (pimenta espalhada pela chão, pedaços de flechas ou tacapes), mas os técnicos não entenderam ou não deram importância e prosseguiram.

A desatenção, no entanto, não-exclusiva dos funcionários da CPRM, mas também do próprio órgão encarregado dos problemas indígenas. De 1972 a 1974, a FUNAI praticamente desativou todas as suas frentes de contato na Transamazônica, talvez na suposição de que colonos e índios chegariam a uma acomodação natural sobre uma

tetra que pertencia exclusivamente aos índios. Alguns deles imediatamente reagiram, mas a maioria foi recuando até que não havia mais para onde ir, como no caso dos Arara, que de um lado tem a Transamazônica e de outro o rio Iriri.

A rigor, a Funai só interveio quando os índios serviam de entrave à expansão da frente econômica ou quando algum atrito mais sério ocorria. Mas nem sempre a solução encontrada beneficiou os índios. Os Parakanan, contactados no rio Lontra, entre 1970 e 1971, foram "pacificados" porque estavam atacando brancos nas proximidades da Transamazônica. Na época, os índios eram 110 ou 115. Hoje, embora aldeados, foram reduzidos a 80 ou 82, principalmente por causa das doenças que contraíram.

Mesmo com a penetração de colonos e de toda a infraestrutura criada pela estrada, os índios ainda mantêm alguns de seus hábitos tradicionais — e um deles é a guerra contra outros índios. Só na semana passada ficou sendo conhecido o maior desses conflitos, que envolveu os parakanan e xikrin, mas outros também ocorreram nessa área sem chegar ao conhecimento da imprensa. Alguns sertanistas acham que as possibilidades desses choques au-

mentam na medida em que grupos nômades são obrigados a deslocar-se muito mais do que o normal para fugirem dos "civilizados".

Foi o que aconteceu com os xikrin e parakanan em novembro do ano passado. Um grupo de guerreiros parakanan havia desistido de atacar seus inimigos araueté, porque entre eles havia um sertanista, e acabou encontrando-se com três xikrin que estavam caçando. O atrito que se seguiu teria resultado 16 parakanan mortos e perspectiva de que um novo conflito virá a ocorrer para virar a morte desses índios.

No ano passado, dois "capitães" kayapó do Posto Gorotire se desentenderam e, após uma briga corporal na qual se envolveram a maioria dos guerreiros, uma ala resolveu sair e fundar uma nova aldeia, sob a liderança do "capitão" Pombo.

De 1970 a 1976 esses índios ficaram praticamente abandonados à sua própria sorte, mas bastou que a presença deles interferisse na execução de um importante projeto de colonização particular, o da Cotrijui (que pretende ocupar 400 mil hectares, arara), para que as frentes de penetração fossem aceleradas. Segundo alguns antropólogos, foi um erro mandar sertanistas em perseguição dos índios: "a frente deveria instalar-se num local, deixar brindes, 'namorar' os índios e permitir que eles decidissem se queriam mesmo fazer o contato".

Como não houve um trabalho de antecipação a abertura da estrada e, depois, um levantamento de todas as presenças indígenas a fim de delimitá-las e evitar um contato indiscriminado com as frentes pioneiras nacionais, será muito mais difícil corrigir os erros depois, diz um antigo técnico indigenista. "Para os índios, todos os civilizados são parentes. Se um deles lhes faz mal, acham que todos os demais são maus também. Por isso é muito importante o primeiro contato".

O indigenista lembra que os arara, que vivem em vilas e povoados, não estão sendo até agora afetados. Ele fala de um grupo de índios que os habitantes locais respondem por serem os responsáveis da Funai e ocasionalmente cruzam com eles na floresta.

## Cimi apóia expulsão de posseiros no PR

Dados de PORTO ALEGRE

O Conselho Missionário divulgou em Porto Alegre, nota de apoio aos índios guarani e kaingang. O Conselho Missionário de Porto Alegre, nota de apoio aos índios guarani e kaingang, no Posto do Rio das Cobras, não hesita em expulsar de suas terras centenas de posseiros. Diz a nota: "Esperamos que a atitude dos índios seja um marco importante na história destes povos, uma nova luz e estímulo a todos os que lutam pela justiça e pelos seus direitos".

"Conscientes de que o problema fundamental continua a crescer — pois a população indígena que margina as terras das famílias brasileiras — e o exemplo dos índios das Cobras venha iluminar os caminhos, para

que a Igreja, fiel ao Evangelho, continue sempre mais ao lado dos oprimidos".

O documento observa que 80% das invasões se registraram depois de 1968, ano de criação da Funai, e denuncia "o envolvimento de importantes funcionários deste órgão, o que ficou claro nos registros no início de 1975, quando um sertanista escalado pelo posto tentou, junto com os posseiros, impedir invasões e cortejo de madeira que estava sendo feita pela empresa Marochi e não demitido".

Ele ainda afirma que o envolvimento dos funcionários da Funai levou a paralisar em 1975 o trabalho de cessação da desobediência dos índios de obedecer a ordem da chefia do posto e promover a expulsão dos invasores.

Posto FUNAI

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

126

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Colheita da reserva indígena será dividida</b></p> <p>advogado Tiberio Cordeiro Tavares, enviado pela procuradoria da Funai de Brasília, para a assinatura do acordo, entre índios e posseiros. A colheita de soja, milho, arroz e mandioca cultivados na reserva deverá ser feita por funcionários da própria Funai e dividida, igualmente, entre índios e colonos, conforme prevê o acerto firmado entre ambas as partes, por meio de seus procuradores.</p> <p>Os advogados Geraldo da Rocha Reichman e Vladimir de Oliveira Franco, contratados pelos posseiros, pretendem obter a divisão da colheita entre cerca de 250 famílias, que cultivavam uma área calculada em torno de 3 mil hectares, embora, em alguns casos, conforme reconhecem, a identificação da área pela Funai para a entrega da colheita — seja difícil. Ontem, o cumprimento desta determinação impediu, por exemplo, que o acordo fosse homologado na Justiça Federal de Curitiba, como estava previsto. Procuradores da Funai afirmam que o acordo não será homologado, pois os colonos ocidentais não foram devidamente informados das condições da reserva, mas afirmam que muitos dos interessados não constavam da relação.</p>

Pasta FUNAI

07/03/78

O ESTADO DE S. PAULO — 21

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

127

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="941 890 1291 1962" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p style="text-align: center;"><b>Índios</b> ESPANHA O Estado de Mato Grosso <b>ATENÇÃO</b> Do correspondente em <b>CUIABÁ</b></p><p>Mais de cem índios xavantes da aldeia de Namunã, a quase 500 quilômetros de Cuiabá, estão com gripe, que já matou uma criança. Muitos índios também contraíram cachumba e até agora a Funai não enviou para lá qualquer medicamento. Essas informações foram divulgadas pelo "capitão" Mário Juruna, que ontem chegou a Cuiabá para tentar conseguir medicamentos junto ao governo do Estado, "pois na Funai eu já não acredito mais".</p><p>Mário Juruna falou ontem mesmo, rapidamente, com o governador Garcia Neto, no saguão do aeroporto de Cuiabá: "Esta é a terceira vez que eu cobro isso do senhor", disse Mário Juruna a Garcia Neto — um trator com equipamentos agrícola que o então secretário da Agricultura, Henrique Faques, prometeu enviar para a aldeia. Juruna não conseguiu o trator, mas conseguiu a promessa de que amanhã entrará no gabinete.</p></div> <p style="text-align: right; margin-top: 20px;"><i>Posta F. URNAI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

128

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Os caciques dos Caingangues e guaranis do posto do Rio das Cobras dizem que os posseiros entraram em suas terras com autorização de funcionários da Funai e que não vão dividir as colheitas.

Diário da Manhã 3/78

# Índios afirmam que não vão dividir a colheita

A Funai deverá encontrar um problema bastante sério para cumprir o acordo formalizado com os posseiros retirados da reserva indígena de Rio das Cobras: é que as próprias famílias Guarani e Caingangue daquela área estão afirmando que não dividirão a colheita da lavoura plantada pelos posseiros na reserva.

A decisão está sendo feita aos repórteres que têm acompanhado o caso diretamente no município de Laranjeiras do Sul. Algumas notícias, de outro lado, começam a vir com enfoque de graves denúncias à Funai de acusação de que aquele órgão de defesa ao índio, não o verdadeiro culpado do apossamento das quase 100 famílias de agricultores.

Segundo documentos de autoridades de Laranjeiras do Sul, também por afirmações dos caciques indígenas representantes da Funai que atuaram diretamente no Rio das Cobras permitiram que muitas famílias de agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina apossassem da reserva dos Índios.

Entre os "posseiros" e "exploradores" estariam grandes fazendeiros, acusados pela população indígena de terem centenas de pinheiros da área alheia, plantando no lugar as lavoura da qual, hoje, exigem 50 por cento da colheita.

Por cerca de dois anos e meio representantes dos índios do Rio das Cobras já haviam denunciado em Brasília a atuação dos fiscais da Funai na área. Eles são indicados Leozidio Fermal, que logo foi substituído por Leonardo Machado, que também atualmente, encontra-se afastado do cargo.

### ADVOGADOS ALHEIOS

Enquanto isso, advogados como os advogados, Geraldo Reichmann e Valdir de Oliveira, que entrarão com as propostas para a homologação do acordo entre Funai e posseiros na Justiça Federal, afirmam desconhecer denúncias desse gênero. Afirmam até mesmo não sabem se os índios se recusam a entender o acordo de divisão da colheita.

"Independentemente de qualquer processo, estamos primeiramente preocupados em homologar o acordo entre a Funai e posseiros", declara o procurador Franco. "Se existem acusações dirigidas a Funai, é ela quem deve responder pelo problema completamente."

Na Delegacia Regional da Funai as informações continuam restritas sob a única informação de que a imprensa tem interesse em saber dos índios deve manter contatos diretos com o órgão em Brasília. Até mesmo o delegado José Carlos Alves, titular do órgão no Paraná, está se recusando a receber repórteres em sua sala.

Boatar FUNAI

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

129

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Presidente da Funai vai a Bethlem mas não pede tropa para combates no Paraná</b></p> <p><i>para de Brasília</i></p> <p>Brasília — Ao deixar o Gabinete do General Fernando Bethlem, ontem, no final da tarde, o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira negou que tivesse solicitado interferência do Exército entre índios e posseiros na região do Rio das Cobras, no Paraná.</p> <p>Repetindo a mesma frase pronunciada por todas as autoridades que deixam o gabinete do Ministro do Exército, o General Ismarth disse que o encontro, de aproximadamente 30 minutos, foi "de cortesia" e que a questão do Paraná será resolvida na área estadual.</p> <p><b>BRIGA DE COLHEITA</b></p> <p>Em breve conversa com jornalistas, no hall do QG do Exército, o presidente da Funai reafirmou que, apesar da situação de crise entre posseiros e índios, a Polícia Militar deverá resolver o impasse, que se prolongará, possivelmente, até o mês de maio, época da colheita na região.</p> <p>O produto da colheita, segundo o General, será dividido entre as duas partes conflitantes, por intermédio de uma operação local onde a Funai e a Justiça se encarregarão da supervisão da partilha. Na próxima terça-feira, um grupo da Funai viaja até Rio das Cobras, para começar os trabalhos de planejamento da colheita.</p> <p>Sobre a Amazonia, um dos temas da conversa entre os Generais Bethlem e Ismarth, disse o presidente da Funai que os índios da região estão tranquilos e sem qualquer problema de contato com o branco. Acrescentou: "Espero que continue assim para que a Funai tenha tempo de dar terras ao índio antes que o branco ali se instale".</p> <p><i>Pastor FUNAI</i></p>

PT 1025C.122



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

130

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO	
		Curitiba, terça-feira, 14 de março de 1978	
	<b>Aviões</b>	<b>Cu</b>	
	<p>São os seguintes os vôos estaduais e interestaduais que partem do Aeroporto Afonso Pena.</p> <p><b>SÃO PAULO</b>                      VARIG - Boeing 737, todo dia, às 8h15, 9h35 e 16h.                      TRANSBRASIL - Boeing 727, todo dia, às 9h15, 17h15.                      Jatão todo dia, às 12 horas.                      VASP - Boeing 737, todo dia, às 10h45, e às segundas, quartas, sextas e domingos às 17h20.                      CRUZEIRO - Boeing 737, todo dia às 18h.                      Preço da passagem simples, para todas as empresas: Cr\$ 654,00.</p> <p><b>RIO DE JANEIRO</b>                      VARIG - Boeing 737, todo dia, às 8h15, 9h35 e 16h, via São Paulo. Todo dia, às 19 horas, direto.                      TRANSBRASIL - Boeing 737, todo dia, às 12 e às 18h15.                      VASP - Boeing 737, todo dia, às 17h15.                      CRUZEIRO - Boeing 737, todo dia, às 10h e às 18h.                      Preço da passagem: Cr\$ 1.127.</p> <p><b>PORTO ALEGRE</b>                      VARIG - Boeing 737, todo dia, às 16h40; terças-feiras, às 9h40; sextas às 16h10.                      TRANSBRASIL - Boeing 727, todo dia, às 10h25 e 14h35.                      VASP - Boeing 737, todo dia, às 10h55.                      Preço da passagem: Cr\$ 1.023.</p> <p><b>BRASILIA</b>                      VARIG - Boeing 737, terças às 12h35; e sextas às</p>	<p><b>MARINGÁ</b>                      RIO-SUL - Bandeirante, todo dia, exceto aos domingos, às 8 horas, e às 16 horas, todo dia, exceto aos sábados.                      Preço da passagem: Cr\$ 540.</p> <p><b>FOZ DO IGUAÇU</b>                      VARIG - Boeing 737, todo dia, às 13h40 e às 18h10.                      VASP - Boeing 737, segundas, quartas, sextas e domingos, às 14h50.                      Preço da passagem: Cr\$ 921.</p> <p><b>CASCADEL</b>                      RIO-SUL - Bandeirante, todo dia, às 10h, exceto aos domingos. Preço da passagem: Cr\$ 1.093.</p> <p><b>GUAIARA</b>                      RIO-SUL - Bandeirante, todo dia, às 10h, exceto aos domingos.                      Preço da passagem: Cr\$ 1.093.</p> <p><b>PATO BRANCO</b>                      RIO-SUL - Bandeirante, todos os dias, às 10h.                      Preço da passagem: Cr\$ 776.</p> <p><b>CHAPECO-SC</b>                      RIO-SUL - Bandeirante, todo dia, às 10h.                      Preço da passagem: Cr\$ 905.</p> <p><b>CONCORDIA-SC</b>                      RIO-SUL - Bandeirantes, todo dia, às 10h.                      Preço da passagem: Cr\$ 771.</p> <p><b>JOINVILLE</b>                      RIO-SUL - Bandeirante,</p>	<p>Promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Banco de Desenvolvimento do Paraná - Badep, será realizado no período de 3 a 14 de abril, o XII Curso sobre Distribuição de Vapor, no qual serão abordados os seguintes temas: Vapor, Redes de Distribuição, Válvulas, Purgadores, Problemas de Drenagem, Recuperação e Aproveitamento de Condensado e Vapor e Linhas de Aquecimento.</p> <p>O curso se destina a pessoal de nível superior ou técnico e será ministrado pelos professores Luiz Pedro Blazoto e Mauro Miranda P. Mello. Os interessados poderão obter maiores informações ou efetuar suas inscrições nos seguintes endereços: Instituto Brasileiro de Petróleo, av. Rio Branco, 156, 10º andar, Rio de Janeiro; domingos Honorato Mormille, representante do IBP, rua Barão de Itapetininga, 151, 12º andar, Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., rua Vicente Machado, 445, Curitiba.</p> <p style="text-align: center;">☆☆☆</p> <p>A partir do dia 15 de março até dia 30, sob a orientação do professor Walter Anton Smetak, será desenvolvido o Curso de Criatividade Musical, numa co-produção da Fundação Cultural e Escola de Música e Belas Artes do Paraná. As inscrições poderão ser efetuadas,</p>

*Padre FUNARI*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

131

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>EIRA — 14 DE MARÇO DE 1978</p> <p><i>O Estado de São Paulo</i></p> <h3>Funai explica atrasos</h3> <p><u>Das sucursais</u></p> <p>O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, declarou ontem, em Brasília, que não teve condições de cumprir o dispositivo do Estatuto do Índio, aprovado em 1972, que estabeleceu o prazo de cinco anos para a demarcação de todas as áreas indígenas. Entretanto, afirmou que pretende demarcar, até o final do governo Geisel, 40 áreas indígenas, com a aplicação de 90 milhões de cruzeiros, oriundos da Polamazônia e do Fundo de Assistência Social da Caixa Econômica.</p> <p>Justificando o atraso no trabalho de demarcação das terras, o presidente da Funai afirmou que, além, da entidade não ter podido lançar mão de recursos orçamentários mais substanciais, houve casos inesperados, como o da reserva Xavante do Culuene, em Mato Grosso. Nessa reserva, a Funai foi obrigada a demarcar as terras, que não estavam mais caracterizadas como áreas indígenas, porque os índios decidiram voltar ao seu local de origem, do qual haviam sido retirados há vários anos.</p> <p>Segundo o general Ismarth de Oliveira, a Funai já elaborou um programa de demarcação de 40 áreas selecionadas, dando prioridade às que tem sofrido podem vir a sofrer a curto prazo, ameaças de invasões. Entre essas áreas, destaca-se a reserva dos índios Tapirapé, em Mato Grosso, que lidera a lista.</p> <h4>CACIQUE JURUNA</h4> <p>"O índio quer o que deve procurar a emancipação. Não é o governo que deve decidir sobre isso, quanto o próprio índio quiser e não sabe o que é emancipação." Essa opinião foi dada pelo Mário Juruna, chefe da Comissão em Curitiba, durante a Assembleia Constituinte do Vice-governo do Estado, Otávio Cesário, para obter um trator para a tribo Xavante.</p>

*Pasta FUNAI*

PT 10250.122

### Apropriação irregular de terras na Amazônia

A Subprocuradoria Geral da República apresentou ontem novos documentos ao Tribunal Federal de Recursos para apurar a responsabilidade criminal da apropriação irregular de ter-

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

132

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Resquícios do caso do Rio das Cobras</b></p> <p style="text-align: right;">10/03/78</p> <p>Laranjeiras do Sul aparentemente está desligada dos problemas ocorridos entre índios e posseiros há pouco mais de um mês. Mas, sempre que o assunto é tocado, nota-se grande descontentamento contra o "padre que falou na televisão, chamado Natalício" e em relação ao abandono a que estão relegados os posseiros, e familiares, expulsos das áreas indígenas. Há dias, quando grupo de índios tentou vender lote de milho, foi impedido por alguns colonos e houve até agressão física, alegando seus autores que "os índios não têm direito de vender o que não foi plantado por eles".</p> <p>Na verdade, a opinião geral critica a expulsão pura e simples dos colonos, sem a adoção de medidas que evitem o problema social vivido por mais de 50 famílias.</p> <p>Os moradores de Laranjeiras do Sul, e mesmo na Prefeitura Municipal, dizem que a maioria dos colonos expulsos não "tem culpa de se instalar numa área que o próprio Governo do Estado dividiu e depois revendeu". Admitem, também, que houve interesses econômicos de alguns empresários da região, valendo-se da "ingenuidade dos colonos". Na Prefeitura, oficialmente, não há posição, alegando os assessores do prefeito que para ele não é bom tomar partido, seja do lado dos índios, seja do lado dos colonos. Sabe-se, porém, que também o prefeito critica muito a ação do padre Natalício Weschenfelder, para ele o acirrador dos ânimos na região.</p> <p>Após expulsar os colonos das terras que ocupavam na reserva de Rio das Cobras, o General Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, pediu ao Governo do Estado, oficialmente, através do secretário Alcindo Pereira Gonçalves, a adoção de medidas que pudessem amenizar o problema social vivido pelas 50 famílias. Esta ação seria temporária, até que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária reassentasse os colonos em projetos já existentes ou em novos. Até agora, porém, nada aconteceu, estando os colonos espalhados por municípios próximos a Laranjeiras do Sul, e mesmo em Laranjeiras, na casa de parentes ou em barracos montados ao longo de estradas.</p> <p><b>PADRE NATALÍCIO</b></p> <p>Em Laranjeiras do Sul, o padre Natalício Weschenfelder não é simpático aos empresários, agricultores e autoridades municipais. Lá, é tido como principal responsável por tudo que aconteceu, insuflando os índios contra os colonos. Há quem o defenda, porém, elogiando-o por tomar a iniciativa de defender os índios e suas terras, invadidas por posseiros e divididas desde o tempo de Lupion.</p> <p style="text-align: right;">Pasta F-UNRAI</p>

PT 1025C.122

# Falta pouco para a emancipação dos índios

Embora o ministro Rangel Reis, tenha declarado em fins de fevereiro que a emancipação do índio não é meta prioritária do seu Ministério, fontes de Brasília informaram na semana passada que a minuta do decreto de emancipação já está sendo elaborada por técnicos do Ministério.

A justificativa oficial para essa tentativa é a de que o "índio está na miséria, agregado à terra, sem novas chances de trabalho". Os antropólogos e indigenistas brasileiros, no entanto, não concordam com a explicação. Criticam duramente o plano mi-

nistério e dizem que o governo está tentando executar uma política contrária aos interesses do povo indígena.

Para os antropólogos, ao invés de integrar o índio, a Funai deveria regularizar os parques e reservas, garantindo às populações indígenas extensões de terras adequadas ao seu modo de vida e às suas tradições milenares. Um exemplo de lugar com essas condições, segundo os antropólogos, é o Parque Nacional do Xingu, uma vasta área no Norte de Mato Grosso, onde 15 tribos ainda conservam tradições e hábitos primitivos.

## Antropólogos repudiam a idéia

Três antropólogos paulistas discutiam e repudiavam a anunciada emancipação do índio, na semana passada, num apartamento de Higienópolis. Em dado momento, o professor Carlos Alberto Ricardo, do Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, perguntou, perplexo: "Mas, afinal, quem são os antropólogos que, segundo o ministro Rangel Reis, sugeriram que o índio seja emancipado? Gostaríamos de saber, porque não conhecemos nenhum colega favorável a idéia".

A princípio, a pergunta poderia ser considerada improcedente, mas não é, pois parece não existir entre os indigenistas do País uma única voz de apoio ao Ministério do Interior. A oposição ao projeto é unânime, de Natal a Porto Alegre; de Rio Branco a Salvador.

Essa desaprovção não exclui o pessoal especializado da Funai. Com exceção de algumas áreas técnicas, especialmente as ligadas à Sudam e Sudeco, cujos planos de ocupação geralmente esbarram nos índios, ninguém mais compartilha da ansiedade do ministro Rangel Reis em promover as primeiras emancipações de índios no Brasil.

Até o general Ismarth de Oliveira, que não pode colocar-se oficialmente contra a pressa do ministro que o nomeou presidente da Funai, já deixou claro que não considera a emancipação meta prioritária da sua administração. Para ele, é mais importante regularizar e demarcar as terras das populações indígenas.

Os antropólogos ligados à Funai tratam o assunto com muita cautela para não sofrer represálias, mas não escondem sua preocupação com a política "integracionista" que se pretende deflagrar, e chegam mesmo a fazer declarações públicas. Olímpio Trindade Serra, diretor do Parque Nacional do Xingu, por exemplo, afirma que "o órgão deve respeitar a condição das populações indígenas, procurando não interferir nos seus há-

bitos e tradições milenares".

Carlos Alberto Ricardo, da Unicamp, afirma: "A gente deve desconfiar desta preocupação com o índio". E o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, diz que "por trás dessa euforia emancipatória, está exatamente o interesse de se poder negociar diretamente com o índio as poucas terras que lhe restam".

Mais rigoroso, o padre Antônio Iasi Júnior, ex-secretário geral do Cimi, pergunta: "Por que esse aparente interesse pelo índio e uma quase insensibilidade para com os milhões de outros brasileiros que estão marginalizados?" A resposta ele mesmo dá: "É porque o índio ainda tem a posse de alguma terra, enquanto os demais pertencem a dez milhões de famílias que, de acordo com o Incra, não possuem mais terra".

Esta preocupação aumenta quando os indigenistas lembram que Rangel Reis deixou claro, em várias declarações, que na sua opinião os índios ocupam muito mais terra do que realmente necessitam. No ano passado, ele sugeriu a fixação de lotes limitados para cada família, nos moldes dos programas feitos pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca no Nordeste. O resto das terras passaria do índio para a União.

Essa é uma hipótese que os antropólogos nem querem discutir. "A Funai sabe muito bem o que fazer", dizem. "O que é importante é garantir a sobrevivência dos grupos indígenas, e não que os grupos sejam extintos". Muitas vezes, dizem, os índios precisam de terras muito mais amplas do que se fossem exclusivamente agricultores ou criadores de gado".

Em geral, supõe-se que os antropólogos são a favor de se manter os índios "mais conservados, preservados nas suas tradições e meio ambiente".

preciso ter um mínimo de percepção da estrutura social e econômica indígena. Mas não é preciso ser sociólogo para compreender que há uma incompatibilidade entre o comunismo primitivo dos índios e o capitalismo decadente dos brancos. Os valores são diferentes. A propriedade dos meios de produção, no caso dos índios, é coletiva, e o sentido de propriedade privada não é tão arraigado como no caso dos brancos".

"Embora a Funai procure controlar — acrescenta a antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraiso —, quando há interesses de outros ministérios ou grandes projetos em jogo, os índios são simplesmente postos para fora. Assim, vinda a emancipação, e sem a tutela da Funai, a situação do índio vai tornar-se idêntica, ou mais grave, à dos pequenos proprietários rurais, hoje submetidos, em várias regiões do País, a toda sorte de grilagem".

Entre os colegas de Maria Hilda, lembram com suas palavras, dizem que para evitar a extinção para o indígena brasileiro, só existe uma alternativa: manter ao índio extensões de terras que sejam adequadas ao seu modo de vida, às suas características tecnológicas e às suas tradições milenares.

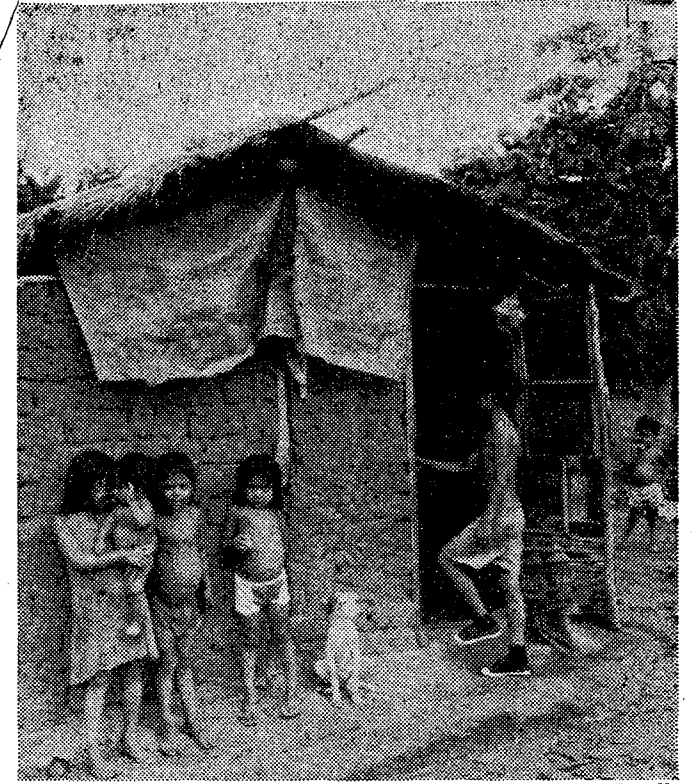
A antropóloga Manoela Carmem Junqueira, da Unicamp, diz que a ocupação de terras pelos índios é muito importante para a sobrevivência dos grupos indígenas, e não que os grupos sejam extintos. Muitas vezes, dizem, os índios precisam de terras muito mais amplas do que se fossem exclusivamente agricultores ou criadores de gado".

Em geral, supõe-se que os antropólogos são a favor de se manter os índios "mais conservados, preservados nas suas tradições e meio ambiente".

Carmem Junqueira, da Unicamp, vai além: "Seria preciso



Mais aculturados, os índios terena colhem até arroz (antes viviam só de mandioca). Mas a miséria da tribo agora é maior



Fotos Sidnei Corrallo



Nas roupas, nos hábitos, a velha cultura sumiu

## 'Fora da aldeia, só resta marginalidade'

Quando o Ministério do Interior prepara a minuta do decreto de emancipação entre quatro paredes e sem o pretendido debate, as previsões em torno do futuro do índio, se isso acontecer, são bem pessimistas.

Já o padre Antônio Iasi acha que "a emancipação é o tiro de misericórdia ou o último assalto de uma sociedade opressora e opressora sobre os povos minoritários e injustiçados".

O advogado Calo Lustoza, por sua vez, teme que "esse

## Terena, exemplo discutível

Sempre que fala de emancipação, o ministro Rangel Reis tenta provar sua tese de que o índio pode se integrar à sociedade nacional citando Jair de Oliveira, da tribo terena. Vereador há 12 anos, pela Arena em Aquidauana, e provável candidato à Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul nas próximas eleições, Jair é o perfeito representante xumono (elite indígena) dos terena. Mas enquanto ele leva seu filho de automóvel para o colégio todas as manhãs, os índios que vivem na aldeia do Bananal, de onde ele é oriundo, vivem da changa e aceitam qualquer emprego, servindo como mão-de-obra barata e desqualificada, para poderem sobreviver.

Embora morando numa aldeia e tutelados pela Funai, os terena do Bananal conservam muito pouco da sua cultura original. Eles se vestem como os brancos; muitos são eleitores; alguns têm casa de alvenaria e até estabelecimentos comerciais já foram criados. A língua terena é mantida, com certo orgulho, e a estrutura social, com um chefe (que agora é chamado de capitão), também, mas o aniversário de fundação da aldeia este ano foi comemorado com um festival de futebol. E quem procurasse neste dia uma fantasia para "bate-pau" (dança típica terena) não encontraria.

A mais nova influência dos "civilizados" sobre os terena no-

ta-se na agricultura: depois de anos seguidos cultivando roças de subsistência como abóbora, mandioca e milho, os índios iniciaram em fins de fevereiro sua primeira colheita de arroz. Mas sem ter um esquema definido de beneficiamento e venda do produto, o "capitão" Tibúrcio não acredita que a plantação de arroz possa melhorar as condições de vida do seu povo.

Apesar de viverem praticamente integrados à sociedade nacional, os terenas não têm grandes oportunidades de melhorar de vida. A escola primária que existe na aldeia não é reconhecida oficialmente e seu nível é muito baixo, tanto que alguns professores não passaram da maturidade ginásial. Para se fazer além do primário é preciso estudar numa escola que, além de ser particular, fica a oito quilômetros da aldeia, no distrito de Taunay, onde o ônibus só passa duas vezes por dia.

Sem condições de competir no mercado de trabalho, a maior parte dos índios é obrigada a changear pelas fazendas vizinhas ganhando 1.800 cruzeiros por três meses de serviço. É isso que acontece, por exemplo, com o terena Argeu Manoel. Ele ganhou 1.800 cruzeiros pelo seu trabalho de setembro a novembro. Comprou roupas para ele e

a mulher; fósforos; gordura e seis latas de leite para filha de um ano. Depois disso não conseguiu nenhum emprego definitivo. As vezes vai à cidade vender milho ou abóbora, mas só a passagem de ônibus custa quase cinquenta cruzeiros, o que o impede de ter lucros. Argeu ainda tem esperança de este ano aparecer uma "boa changa". Se isto acontecer, além de leite para a criança ele pretende comprar um colchão velho para não dormir mais no chão de terra. Os índios terenas vivem mendigando em Aquidauana e sempre ganham alguma calça ou camisa velha.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

134

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Ex-delegado pode dirigir a Funai</b></p> <p><b>Da sucursal de BRASÍLIA</b></p> <p>O ex-delegado regional da Funai, em Manaus, coronel Antonio de Menezes Coutinho, é o nome que está sendo apontado com maior insistência para substituir o general Ismarth de Araújo Oliveira, na presidência daquela fundação. O coronel que serviu na Delegacia Regional de Manaus, durante a gestão do general Bandeira de Mello, não goza de bom conceito como indigenista e foi afastado do cargo pelo atual presidente.</p> <p>O coronel Coutinho é amigo particular do futuro presidente da República e, segundo as informações, nunca escondeu seu desejo de retornar à Funai.</p> <p>A sucessão na Funai é vista com grande cautela pelos indigenistas, de forma especial depois que Rangel Reis anunciou que, ainda durante sua gestão, encaminhará ao presidente da República uma minuta de decreto que possibilitará as primeiras emancipações de grupos indígenas. Ismarth já deixou claro que não vê qualquer comunidade indígena ainda em condições de ser emancipada, embora o ministro tenha manifestado a intenção de liberar da tutela, até março próximo, os primeiros índios, considerados aptos a ter os mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos brasileiros. Estes indigenistas temem que o novo decreto, nas mãos de um dirigente inescrupuloso, possa servir de instrumento para um processo de emancipação abrangente de índios, especialmente daqueles que ocupam terras cobçadas pelos empresários da Amazônia. O decreto, ao que tudo indica, poderá reduzir as áreas reservadas após a perda da tutela.</p>

Pront  
FUNAI

PT 1025 E 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

135

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Índio gaúcho fica 21 dias numa prisão</b></p> <p>Porto Alegre — O índio Kaikangue Waiwa Poran Shi, mais conhecido como <b>Faca Ligeira</b>, passou 21 dias preso, porque quis obrigar o motorista Nardi da Silva, no dia 8, a levá-lo para a reserva indígena de Nonoai (416 km desta Capital), usando um rifle descarregado. Com sinais de luz, no seu Chevette, Nardi pediu ajuda a polícia, que prendeu <b>Faca Ligeira</b>.</p> <p>A decisão de soltá-lo foi tomada pelo Juiz da 10a. Vara Criminal, Sr Nilo Wolf, mas a liberdade será vigiada e sob tutela do chefe do Posto, Lúcio Della Betta, atendendo ao pedido do advogado <b>Caio Lustosa</b>, vice-presidente da Associação Nacional de Proteção ao Índio.</p>

Posto FUNAI

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

136

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="743 758 1428 1071"><h3>Cooperativa pode comercializar milho de reserva indígena</h3><p><i>O Est. do Rio das Cobras 10/04/78</i></p></div> <div data-bbox="801 1095 1032 1143"><p><b>Das sucursais e dos correspondentes</b></p></div> <div data-bbox="751 1155 1082 1517"><p>A Funai encontrou uma forma de comercializar a produção de 70 mil sacas de milho colhidas por índios e posseiros da reserva indígena de Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, no sudoeste do Paraná. Nos próximos dez dias o órgão pretende divulgar um edital de concorrência para alienação de bens públicos, para comercializar entre empresas particulares e cooperativas da região o milho colhido.</p></div> <div data-bbox="751 1517 1082 1697"><p>Mesmo antes dessa providência, o chefe do posto indígena, Marinho, já tem uma proposta da Cooperativa de Cascavel que está interessada em adquirir todo o lote de milho e repassá-lo a seus associados, quase todos</p></div> <div data-bbox="1098 1083 1428 1216"><p>criadores de porcos que estão tendo problemas para encontrar milho na região, em consequência da seca que reduziu a safra em pelo menos 70%.</p></div> <div data-bbox="1098 1216 1428 1505"><p>O dinheiro obtido com a venda do milho será dividido pela Funai entre os índios e os posseiros, o que deverá aliviar a situação destes últimos que estão instalados provisoriamente em fazendas nas imediações da reserva e não têm como se deslocar com suas famílias para outras propriedades que lhes garantam emprego.</p></div> <div data-bbox="1098 1492 1428 1697"><p>Na reserva do Rio das Cobras, que tem atualmente 270 alqueires, vivem 1200 índios kaisangs e guaranis que, há menos de um mês, ameaçavam entrar em conflito armado com os posseiros e agricultores que exploravam terras dentro da reserva.</p></div> <div data-bbox="826 1697 1371 1757"><h3>Bahia vai apurar grilagem</h3></div> <div data-bbox="751 1769 1082 2179"><p>O presidente da Funai, general Ismarth Oliveira, e a advogada Lucia Lyra, viúva do advogado Eugenio Lyra — assassinado em setembro do ano passado por questões de terra na região baiana de Ilhéus, São Francisco — estão convocados para prestar depoimentos na Assembléia Legislativa da Bahia, perante a CPI que apura o problema de grilagem de terra no Estado e realiza um levantamento da situação dos indígenas nas regiões de Camacan, Itaju do Colonia e Pau Brasil.</p></div> <div data-bbox="1098 1769 1428 2179"><p>Os depoimentos, principalmente o de Lucia Lyra, vêm sendo aguardados com grande expectativa. Lucia, que na ocasião do depoimento de Eugenio estava em São Paulo, substituiu o marido no depoimento que ele prestou em Brasília. O depoimento foi assinado por Maria da Vitória, onde Lyra atuava advogada para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, posseiros e pequenos proprietários, menos de uma semana antes do dia marcado para o depoimento que faria na Assembléia Legislativa.</p></div>

*Carta FUNAI*

PT 1025 C. 122

132



Ismarth não confirma as denúncias

Arquivo

# Relatório mostra que o Summer buscava minério

*O Estado de São Paulo*  
09/04/78

Da sucursal de BRASÍLIA

Embora a Funai reitere que não confirmou a exploração ilegal de minérios em áreas indígenas pelo "Summer Institute of Linguistic", um relatório da agrônoma Rita Kloss, ex-funcionária da Funai, denuncia a existência de vários buracos com 50 metros de profundidade para a prospecção de minério no Posto Andirá, Estado do Amazonas. As irregularidades apontadas pela agrônoma foram confirmadas pela comissão mista Funai-Projeto Radam, mas o presidente do órgão, general Ismarth de Araújo Oliveira, reafirmou, ontem, em Brasília, que não tem conhecimento das denúncias.

Todas as bases do "Summer" foram desativadas no final do ano passado, por determinação de escalões superiores do governo. Foram apontadas falhas na sua atuação, com o desvirtuamento de seu trabalho principal, que deveria estar voltado ao estudo de linguística. Seus técnicos, no entanto, segundo acusações da Funai, estavam mais preocupados na catequese dos índios. Entretanto, a acusação principal, de exploração de minérios, embora tenha sido comentada oficiosamente, em Brasília, não foi confirmada pelo governo.

O relatório da agrônoma, concluído em setembro de 1976 e endossado pela comissão Funai-Radam, apresenta o depoimento do cacique da tribo Sataré-Maué, que vive no Posto Andirá, onde atuavam os linguistas do "Summer". Ele disse à agrônoma que os índios "idolatravam os americanos", mas, por serem ignorantes, estavam sendo explorados por eles. Segundo o "tuxaua", os americanos contruíram uma casa longe do local onde havia a casa de pouso. Ali abriram vários buracos com 50 metros de profundidade, de onde foram retiradas, com aparelhos especiais, amostras do solo. Essas perfurações foram, posteriormente, tapadas com cimento. Pouco tempo

depois, um avião estranho aos índios pousou na sede do Posto e dele desceram vários homens armados que embarcaram o material recolhido, impedindo que qualquer pessoa se aproximasse do aparelho.

A agrônoma decidiu averiguar as denúncias dos índios e confirmou a existência das diversas escavações. Depois, a comissão Funai-Radam, encarregada de estudar a delimitação de áreas indígenas na Amazônia, confirmou as denúncias da agrônoma, encaminhando um relatório à presidência da Funai e outro ao Departamento do Patrimônio Indígena.

Ao realizar a investigação na área, Rita Kloss estranhou, ainda, que o subsolo da casa dos encarregados do "Summer" fosse trancado com um cadeado. Além disso, o campo de pouso estava sendo aumentado de 400 para 800 metros, para facilitar o pouso de aviões de maior porte.

Ao tomar conhecimento da divulgação do relatório de Rita Kloss, o general Ismarth garantiu que não recebeu, reafirmando que, até agora, a Funai não dispunha de provas para acusar o "Summer".

"A determinação do afastamento de seus pesquisadores das áreas indígenas não partiu da Funai — disse — embora já tivéssemos iniciado um trabalho visando à gradativa substituição dos elementos do "Summer" por linguistas brasileiros".

### INSTRUÇÃO

Fontes do Ministério da Justiça revelaram, ontem, que o ministro Armando Falcão encaminhou um expediente ao ministro Rangel Reis, do Interior, solicitando instruções de como agir, caso novos integrantes do "Summer Institute" desejem vir trabalhar no Brasil. O ministro deseja esclarecimentos a respeito, já que a entidade norte-americana ainda mantém convênios com a Universidade de Brasília e o Museu Nacional. Segundo as fontes, o governo pretende, em futuro próximo, dispensar totalmente os serviços do "Summer Institute".

*Posto FUNAI*



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

138

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Diário da Folha - 2/10/68</i></p> <p><b>COLÔNIA PENAL INDÍOS</b></p> <p>BRASÍLIA - O general Ismarth de Oliveira, presidente do Conselho, tomou "energéticas providências" para apurar denúncias sobre a existência de uma colônia penal agrícola para Índios da base de apoio da Funai no quilômetro 211 da perimetral Norte, em Roraima.</p> <p>A colônia está localizada num acampamento abandonado da Construtora Camargo Correa, empreiteira responsável pela perimetral Norte que está paralisada no quilômetro 225, próximo ao Rio Demini e o Pico Rondon. Os índios que lá estão são macuxis. Alguns foram detidos por "aprontações de bebedeira", conforme os funcionários da Funai, e outros chegaram espontaneamente ao acampamento, como os Yonoama, de Roraima, procurando comida em troca de trabalho escravo.</p> <p>O Projeto da Coama - Coordenação da Amazônia, um importante departamento da Funai, responsável pela situação da base de apoio do quilômetro 211, tem como objetivo proporcionar auto-suficiência às comunidades indígenas através da introdução de técnicas agrícolas. Mas segundo o general Ismarth de Oliveira, a denúncia de trabalho não remunerado que lá existe contraria o próprio Estatuto do Índio.</p> <p><i>Pasta FUNAI</i></p>

PT 1025 C. 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

139

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p data-bbox="921 1288 1296 1897"><b>Bahia quer sobre terras</b> Salvador — O presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, foi convidado a prestar esclarecimentos a uma comissão especial criada pela Assembleia Legislativa do Estado, sobre a situação dos índios pataxó, que vivem no Sul da Bahia e cujas terras foram tomadas por fazendeiros de capital estrangeiro. O órgão seguiu, em 1961, para Brasília.</p> <p data-bbox="1098 1890 1329 2058"><i>Lista FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

148

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>DOMINGO — 2 DE ABRIL DE 1978</p> <p><i>10º Estado de São Paulo</i></p> <h3>Advogados da Funai abandonam tribunal</h3> <p><b>Da sucursal de BRASÍLIA</b></p> <p>A atuação considerada suspeita do juiz Amando de Lima e a falta de isenção do corpo de jurados que participariam do julgamento dos réus envolvidos nas mortes do padre Rodolfo Lunkenbein e do índio bororó Simo, ocorridas em junho de 1976, em Merure, Mato Grosso, foram os motivos que levaram o promotor João Filgueiras e os advogados da Funai a interromper a sessão, abandonando o tribunal de Barra do Garças esta semana. Segundo o advogado Saffe Carneiro, "toda a cidade já sabia, mesmo antes do início do julgamento, que os dois réus seriam absolvidos por unanimidade". Ele afirma que foi ameaçado de morte, assim como outros advogados da Funai.</p> <p>Mesmo empenhada em um novo julgamento "mais decente", a Funai reconhece que os dois réus, Manoel Borges e Bento Bispo, são bodes expiatórios nesse processo, pois dezenas de pessoas deveriam estar no banco dos réus para responder pela invasão da área indígena e a morte de duas pessoas por causa de problemas de terra. Na ocasião, a Funai havia iniciado a demarcação da reserva bororó, fato que irritou fazendeiros e posseiros. Liderados pelo fazendeiro João Mineiro — que respondera a um processo paralelo em Cuiabá — 62 pessoas, no dia 6 de junho, foram até a sede da missão salesiana e depois de discussões atraram nos índios e no padre Rodolfo, que dirigia a missão.</p> <p>Onze envolvidos na invasão fugiram, outros não foram indicados e, finalmente, sobraram apenas dois posseiros, que serão julgados. João Mineiro, depois de passar vários meses foragido, acabou se apresentando à polícia em Cuiabá, onde aguarda, em liberdade, o seu julgamento.</p> <p>Oliveira, que pretende não só acompanhar e atuar no julgamento de Barra do Garças mas, principalmente, no de João Mineiro, em Cuiabá.</p> <p>O massacre dos cinto larga ocorreu em Rondônia, em 1968. Toda a tribo foi morta e uma índia, dependurada de cabeça para baixo e cortada ao meio com um facão. Esse crime acabou sendo divulgado pela imprensa internacional e acirrou, na ocasião, as campanhas contra o genocídio no Brasil.</p> <p>Os advogados contratados pela Funai para atuar em Barra do Garças disseram, em Brasília, que o juiz queria abrir a sessão do julgamento sem esperar pelas testemunhas de acusação que a Funai traria de Merure. O próprio promotor João Filgueiras pediu o prazo de 30 minutos para que as testemunhas chegassem, mas não foi aceito pelo juiz.</p> <p>Uma tumultuada sessão foi interrompida pelo protesto dos advogados da Funai e do promotor, que acabaram se retirando, interrompendo as discussões.</p> <p><i>Posta FUNAI</i></p>

PT 10255.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

191

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Conselho de índios expulsa "Faca Ligeira" por assalto</b></p> <p>Posto Alegre, 21/07/38</p> <p>A situação de <b>Faca Ligeira</b> ou Jorge Oliveira, será agora decidida pelo Juiz Nilo Wolf, da 10a. Vara Criminal, que o colocou sob liberdade vigiada, e agora estuda a possibilidade de revogar a medida, por ele não ser índio, segundo acusa o conselho tribal. O advogado e vice-presidente da Anai, Sr Caio Lustosa, disse que, revogada a liberdade do índio, ingressará com pedido de investigação de caráter antropológico, para elucidar seu tipo étnico-cultural.</p> <p><b>É OU NÃO É</b> cretara para <b>Faca Ligeira</b> (este apelido também não existiria, segundo o conselho tribal).</p> <p>Numa reunião do conselho tribal, reunindo o chefe do posto Lidio Delapeta, caciques Nelson Jacinto Nascimento, e o cacique Angelo Vergueiro, foi decidida a expulsão de Waiwai por tentar que, segundo acusação, voltaria índio, apesar de estar com a caincangü Eufrásia, que é filha do chefe tribal e está gravida por mente.</p> <p>O Juiz Nilo Wolf deu-se surpreendido com a decisão dos índios, e a investigação, sob tutela confirmada, deverá revogar que lhes retirou todo poder a liberdade vigiada que de- de voz e ação".</p>

Pasta  
F. J. N. R. T.

# Funai Confidencial

## Summer explorava minério dos índios

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊN

BRASILIA (Sucursal) — A prospecção de minério em área dos índios Sataré-Mawé, por americanos que se diziam do "Summer Institut of Linguistic", foi comprovada pelo relatório da agrônoma da Funai, Gertrud Rita Kloss, durante viagem científica realizada em 1975, ao posto indígena Rio Andirá, no norte do Amazonas. Segundo o relatório, no local conhecido por Vila Nova, americanos do Sil, utilizando aparelhos especiais, cavavam buracos de até 50 metros de profundidade que eram tapados, posteriormente, com cimento.

A informação foi prestada a pesquisadora pelos próprios índios, que estranhavam as atividades dos missionários. No relatório, Rita Kloss conta que com a desculpa de distribuir sementes e ferramentas, teve acesso ao local da denúncia, onde constatou a existência dos tais buracos descritos pelo Mawé. Na ocasião, a agrônoma sugeriu à Funai que investigasse com mais atenção os trabalhos do Summer na região, o que foi feito, cerca de dois meses após, por uma equipe formada por técnicos do Radam.

Em 21 de outubro de 1975, Gertrud Rita Kloss iniciou uma viagem de cunho cien

tífico ao posto indígena do rio Andirá, região habitada pelos índios Sataré-Mawé. Conta a agrônoma que o tuxauá de Vila Nova — no relatório não consta o nome do índio — acompanhou-a durante toda a viagem "e disse tuxauá idolatrava os americanos, assim como o tuxauá de Barreirinha, que andava, inclusive, com um crucifixo pendurado no pescoço".

Durante a viagem, Rita ouviu uma série de depoimentos dos próprios índios que, na ocasião, lhe causou curiosidade, principalmente com relação à atividade dos missionários americanos do "Summer Institut of Longuistic" naquela área. Um índio Mawé, que viajou em um avião do Sil, de Belém a Vila Nova, fez o seguinte relato.

### EXPLORADOS

"Durante a viagem, os americanos falavam coisas sobre os índios. Diziam que a ignorância estava sendo explorada pelos "civilizados", que suas terras — dos Sataré Mawé — estavam repletas de riquezas que não são aproveitadas nem por eles — os índios — nem por eles, os americanos. Que o americano — o missionário da área — iria construir sua casa bem em cima da mina. Esse missionário, realmente, mudou-se para uma casa nova, no alto de uma colina, longe do poço d'água, ao lado da pista de pouso."

"Realmente —, conta Rita em seu relatório — os americanos fizeram buracos no solo, de até 50 metros de profundidade, com aparelhagem especial, e tiraram muita terra que eram depositadas ao pé das bananeiras, e depois taparam os buracos com cimento. Não era o caso de procurarem água — esclarece a agrônoma — porque o poço fica no vale, em local bastante acessível", diz ela.

### HOMENS ARMADOS

Segundo um outro índio, em certa ocasião, chegou a Vila Nova um avião trazendo homens armados que não deixaram ninguém se aproximar da pista de pouso. Diante dessas denúncias, Rita Kloss foi ao local com a desculpa de distribuir ferramentas e sementes para os índios e conseguiu chegar ao tal americano cujo nome também não consta no relatório — onde constatou a existência dos buracos, como havia descrito o índio.

Pasta  
FUNAI

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

193

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	
		<p><i>Folha de São Paulo</i> <b>Funai apura denúncias de prisões</b> 07/104/88</p> <p>Brasília (Sucursal) — O presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, classificou ontem de “extremamente graves” as denúncias de um repórter do Jornal de Brasília, sobre a existência de uma prisão agrícola para índios, no quilômetro 112 da rodovia Perimetral Norte, em Roraima. A área está sob a responsabilidade do sertanista Sebastião Amâncio, que já sugeriu, há três anos atrás, a utilização de dinamite para a pacificação dos índios Waimiri-Atroari, até hoje arreliados ao contato com a civilização branca.</p> <p>Ismarth disse que espera que os implicados na denúncia expliquem, com urgência, a situação da base de apoio criada pela Coordenação da Amazônia — órgão da Funai — para estabelecer contato com os índios Yanoamis que habitam aquela região. Adiantou também que já estava tomando providências para a abertura de um inquérito administrativo contra o sertanista e demais funcionários da Funai envolvidos no caso.</p> <p><b>REGIME DE ESCRAVATURA</b></p> <p>A denúncia sobre a prisão agrícola da Primetral Norte afirma que os índios, na sua maioria Macuxis, pra lá são conduzidos e obrigados a trabalhar em regime de escravatura, quando provocam arruaças, segundo informou “inocentemente” — conforme a denúncia — um funcionário da Funai. A prisão estaria instalada em um antigo acampamento da construtora Camargo Correa — responsável pela construção da estrada onde seria criado um grande número de índios, com promessa de alimentação abundante.</p> <p>“O que mais me preocupa em toda essa história”, afirmou Ismarth, é a questão da mão-de-obra escrava.</p> <p><i>Ismarth FUNAI</i></p>

PT 10250122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

1971

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Indigenista pede a extinção do Exército</b> Jornal do Brasil - 03/10/71 Porto Alegre — O Exército, "que abre estradas em áreas indígenas, causando grandes problemas às populações que nelas vivem", podia ajudar a Funai na demarcação dessas áreas, "já que a Funai diz não ter recursos suficientes para fazer o trabalho este ano", como exige o Estatuto do Índio (Lei Federal nº 6001/73).</p> <p>A sugestão foi apresentada ontem na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa gaúcha pelo Padre Antônio Iasi Junior; ex-secretário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que voltou a denunciar a realização pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena da Funai de "empreendimentos comerciais em áreas indígenas".</p> <p>"Não basta reformar a Funai, mas sim todo o modelo político e também o modelo de ocupação da Amazônia, pois a Funai é apenas um vagão dentro da composição do sistema", disse o Padre Iasi. Para ele, a Funai "é uma empresa em concordata, que depois das denúncias feitas contra ela é opinião pública, não pode mais continuar auferindo lucros de uma maneira tão descarada".</p> <p>Disse que o ex-presidente da Funai General Jerônimo Oscar Bandeira de Melo está hoje à frente de um grupo latifundiário, a Colonizadora Novo Oeste, ocupando área indígena e "com certidão negativa fornecida pela própria Funai. A certidão atesta que a área ocupada não é indígena".</p> <p>Destacou que "as pessoas que mais prejudicaram a vida do índio no Governo Medici, como o ex-Ministro Costa Cavalcanti e Mário Andreazza, estão caminhando para o Planalto".</p>

Pasta FUNAI

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

143

NOME:

Sábado, 15 de abril de 1978

Folha de São Paulo

FILIAÇÃO

RESIDÊNCIA

DATA

### Índios vêm participar do debate sobre seus problemas

O cacique Mário Juruna está de volta. E desta vez, traz 27 de seus índios e o chefe Zé... divide com ele a chefia das últimas tribos Xavante, que vivem no Mato Grosso. Dois são os motivos da visita: Participar da "Semana do Índio", que começa amanhã, às 20h, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, e apresentar um espetáculo de dança indígena, quarta-feira, no Teatro Municipal.

A tribo Xavante é, talvez, um dos grupos indígenas mais conhecidos pelos leitores de jornais e revistas. Sua história tem sido noticiada amplamente ao longo dos últimos quarenta anos. Uma história de guerreiros que procuraram sua paz refugiando-se cada vez mais no interior do Brasil Central, à medida que iam avançando as frentes de colonização. E que defenderam seu território na Serra do Roncador contra a penetração de intrusos até fins da década de 40, início da de 50. Defesa que lhes custou inúmeras vidas, sacrificadas por epidemias e massacres. Por isso Mário Juruna resolveu sair do interior de Mato Grosso e, pessoalmente, tentar resolver os problemas com as autoridades.

Foi através do contato do cacique Juruna com os ministros, governadores e secretários que surgiu a possibilidade de os índios Xavante participarem da Semana que discute seus problemas. E, do contato de Juruna com o secretário da Cultura, Sábato Magaldi, a idéia de mostrar suas danças aos paulistas.

O primeiro tema em debate neste domingo é: "Estatuto do Índio — Tutela e Emancipação". Sobre ele, comenta o xavante Simão, irmão de Juruna:

"O Ministério do Interior está desprezando o índio, está querendo tomar a terra dele. Quer misturar índio com branco" (Nesta declaração, Simão referia-se à notícia que recebera logo ao chegar em São Paulo, de que alguns ministros eram favoráveis à emancipação do índio. Para Simão, isto equivale à mistura com o branco)

Os Xavante não estão sozinhos nessa posição. Antropólogos e representantes da FUNAI — Fundação Nacional do Índio — também são contrários à "emancipação". Entre eles, a antropóloga Carmen Junqueira e o general Ismarth de Oliveira (presidente da Funai) que participam do debate. Para Carmen, "a FUNAI sabe muito bem que as populações indígenas são grupos com tradições coletivas, não só na distribuição do poder como do ponto de vista econômico. De maneira que qualquer coisa que vá ser introduzida na comunidade indígena tem que ser filtrada por uma perspectiva coletiva".

Não tão enfático, o General Ismarth considera mais importante que a "emancipação", a "regularização e demarcação das terras das populações indígenas".

Participam também desse debate o antropólogo Egon Schaden, Orlando Villas Boas, Darmino Dallari (do Direito), e Rafael Meneses Bastos (da FUNAI).

Outro tema em questão é "Educação — Vários Projetos Desenvolvidos Nesta Área", que será discutido pela antropóloga Aracy Lopes da Silva, pelos representantes da FUNAI — Antonio de



Simão, irmão de Juruna: "Autoridades desprezam o índio..."

Carvalho e Jaime de Matos — e o professor da UNICAMP Aryon Dall'ignia Rodrigues. Tema que para os Xavantes tem sido, também uma grande preocupação:

"Nosso filho precisa aprender. Mas uma educação séria, sem cachaça, pinga. Queremos que seja ensinado o português para nossos filhos. Precisamos de escolas e professores, mas professores nossos, índios que saibam ler e escrever para ensinar à tribo."

A "Semana do Índio" será realizada amanhã, segunda e terça-feira, às 20h, e quarta-feira, às 19h. A tarde, 15h, serão exibidos os filmes: "Contato com uma tribo", "Reinado da Floresta", "A Tribo Que se Escondeu do Homem", "Guarani" e "Uirá", Um Índio em busca de Deus". Todas abertas ao público, com entrada grátis.

Queixando-se da "falta de máquinas, canoas, anzóis, panelas, caldeirões, e, principalmente de cobertores por causa do frio que está fazendo em Mato Grosso" os Xavantes estão "cada vez mais conscientes da necessidade de recuperação e defesa de seu território".

Mas não param aí os problemas: "os mesmos órgãos que tentam incentivar o uso do dinheiro, para a compra de panetes, sabões, objetos para suas casas e pessoal, não lhes distribuem essas quantias", dizem eles, "o Ministério do Interior quer a verba. Queremos saber onde está ela". "Estamos cansados de pedir dinheiro a todas as pessoas que ficamos conhecendo. Por que o governo não ajuda?"

Pasta FUNAI



146

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA

38 — O ESTADO DE S. PAULO

16/04/79

# Emancipação do índio vai ser progressiva

Da sucursal de BRASÍLIA

O ministro Rangel Reis, do Interior, disse, ontem, que não é intenção do governo liberar rapidamente o índio da tutela oficial para tomar posse de suas terras. Embora ainda persistam desconfianças nesse sentido, observou o ministro que há índios nos mais diversos estágios de aculturação que merecem tratamentos diferentes. Os do Parque Nacional do Xingu, por exemplo, continuarão primitivos por mais 50 anos, pelo menos. Nós respeitamos esses grupos e vamos assisti-los, não como bichos, mas como seres humanos".

Esse mesmo quadro, no entanto, segundo o ministro, ocorre em outras regiões onde índios já estão sendo emancipados. "Estes índios", afirmou Rangel Reis — não podem mais ser vistos como incapazes e tutela-

dos pela Funai, nesse ponto, acho que conto com o apoio dos antropólogos. Estes homens precisam ser encarados como cidadãos brasileiros índios, assim como temos brasileiros negros, amarelos, etc".

Em relação aos grupos já em estágio adiantado de aculturação, mas que permanecem vivendo em suas terras, o ministro disse que está sendo estudada uma forma de transferir para o nome dos índios as áreas ocupadas, quando eles foram emancipados. Atualmente elas estão sob o domínio da União e o Estatuto do Índio não prevê a sua transferência para estas comunidades após a sua emancipação.

"Todos os estudos em andamento no Ministério do Interior — prosseguiu — visando à regulamentação da emancipação do índio não estão sendo conduzidos sigilosamente. No próximo dia 12, por exemplo, estaremos reunidos com antropólogos para discutir o trabalho. O que não queremos mais é verificar situações como a de Rondônia. Ali, enquanto os colonos do INCRA desenvolvem projetos agrícolas, os grupos indígenas permanecem fechados em guetos, sem produzir nada, com as suas espingardinhas para se defender dos colonos. Nós queremos que o índio progrida nesse País, pois essa concepção do índio isolado não entra na minha cabeça."

### PROBLEMA FUNDIÁRIO

Rangel Reis fez várias sugestões ao próximo governo, na sua opinião importante para a consolidação do programa de migração para a Amazônia. Destacamos, entre elas, os seguintes: a necessidade do prosseguimento das obras das estradas projetadas para a região; o aceleração do trabalho do INCRA no que se refere à discriminação e titulação de terras; maior estímulo para que empresas idôneas se empenhem no desenvol-

vimento de projetos de colonização privados e maior atenção para a questão dos posseiros legítimos.

Quanto ao problema dos posseiros, Rangel Reis frisou que é errônea a afirmação de que o governo não tem defendido estes ocupantes de pequenas faixas de terras sem titulação legal. "Os verdadeiros posseiros têm tido todo o apoio do governo para a regularização de suas terras, mas não podemos ter o mesmo comportamento no caso dos invasores".

O ministro acentuou, ainda, como meta fundamental para o próximo governo, a questão da migração para a região amazônica. Rangel Reis considera que a colonização oficial patrocinada pelo governo não falhou, afirmando que, hoje, a Amazônia está praticamente integrada ao resto do País.

"Nunca achei que os projetos de Rurópolis e Agrópolis fossem resolver o problema de colonização da Amazônia. Na verdade eles foram projetos válidos, dado o seu caráter pioneiro e experimental. Na minha opinião, no entanto, a colonização oficial é algo muito complicado, por isso considero mais produtivo que o governo se volte a orientar a colonização que tem ocorrido de forma espontânea, através das correntes migratórias".

O ministro ressaltou a sua preocupação com essa migração, que não descreceu nos últimos anos em toda a região, informando que em 1977, 18 famílias foram deslocadas para Rondônia. "O governo não tem tido sucesso em evitar o assentamento de pessoas em famílias, fato que acaba causando conflitos de terras" — afirmou.

*Posta FUNAI*

# Funai tenta de novo julgar réus de Merure em Cuiabá

## O caso Merure

1918/1920 — O Governador de Mato Grosso, Francisco Aquino Corrêa, doa aos índios bororos de Merure dois lotes não contíguos de 25 mil ha cada.

1930 — A colônia do Sagrado Coração de Jesus dos Tachos (Missão Salesiana) se instala em Merure, num dos lotes doados por Aquino Corrêa.

1958 — Um dos lotes é destinado provisoriamente aos xavantes.

1960 — O diretor da Missão, Padre Bruno Mariano garante aos índios a área intermediária entre os dois lotes doados por Aquino Corrêa.

1964 — Padre Bruno Mariano vende um lote limitrofe à Missão, considerado "terra destinada aos índios" para Leônidas Pereira Lima.

1972 — Os bororos de Merure pedem formalmente à Funai o restabelecimento da reserva.

1972/1974 — Os fazendeiros da região começam a revender seus títulos e novos posseiros e fazendeiros se instalam. Começam as tentativas.

1974 — A Funai começa a trabalhar da legalização da reserva e pede levantamento de moradores da área à Missão. Os fazendeiros reagem, a Câmara de General Carneiro aprova pronunciamento contrário à reserva. O Deputado Gas-

tao Muller obtém garantia de indenização para os fazendeiros. Morre em conflito com índios o índio Manoelito Rodrigues e o bolcheiro Gonzaguinha é preso (libertado no dia seguinte) pelos bororos.

1975 — A Funai define oficialmente os limites da reserva — 79 mil ha.

Abril de 76 — A Polícia Federal de Cuiabá fecha os bolcheiros dentro da reserva. Em data ignorada, acusa o Senador Saldanha Derzi em Brasília.

6 de julho 76 — O Chefe de Gabinete do Ministério do Interior responde a carta enviada por Nonato Rocha ao Senador Saldanha Derzi, esclarecendo que as famílias na área da reserva não serão prejudicadas.

13 julho 76 — Iniciam-se os trabalhos de medição da reserva.

14 de julho 76 — Nonato Rocha escreve bilhete convocando Miguez, Almor e Lázaro para embargar a medição no dia seguinte.

15 julho 76 — Sob a liderança de João Mineiro, 62 pessoas (segundo o processo), algumas armadas, embargam a medição, recolhem os instrumentos, vão à Reserva Merure, interpelem os Padres Gonçalves Ochoa e Rudolf Lunkenbein, discutem e entram em conflito que

resulta na morte do Padre Rudolf, do índio Simão, do menor Aloisio Bispo e em ferimentos nos índios Lourenço Rondon, José Rodrigues, Gabriel dos Santos e Tereza Rondon.

29 julho 76 — A denúncia é encaminhada ao Juiz Flávio Bertin, de Barra do Garças, contra 27 pessoas.

2 fevereiro 76 — Na sentença, pronunciam-se apenas Manuel Borges da Silva e Bento Bispo.

25 de fevereiro 76 — Funai recorre da impronúncia de 25 denunciados.

18 março 76 — Tribunal de Cuiabá nega recurso da Funai.

13 setembro 76 — O Juiz de Barra do Garças determina a formação de autos em apenso para os denunciados foragidos, entre eles João Mineiro.

Maio de 77 — Funai pede desforramento do processo e recebe negativa.

Dezembro 77 — O Juiz Flávio Bertin é substituído pelo Sr Amanildo de Lima.

28 de março 78 — A primeira sessão do júri do processo é suspenso porque o promotor e o advogado da Funai se ausentam da sala, mediante a recusa do juiz em conceder a prorrogação da sessão para aguardar a testemuragem de acusação.

# Merure em Cuiabá

Estado do próprio promotor João Filgueiras Neto, que evita discutir detalhes do progresso em seu gabinete, no Fórum de Barra do Garças, alegando que "as partes têm ouvidos". Na véspera da sessão suspensa, ele optou por andar armado, mesmo dentro da cidade, porque "nunca se sabe de denúncias sobre as tensões vinham sendo feitas pelo Cimi pelo menos desde 1974.

Nos autos do processo consta cópia de escritura de compra e venda de uma área de 1 mil 200 ha, limitada com terras da Missão Salesiana, ou seja, terreno reservado aos índios". O vendedor foi o já falecido Padre Bruno Mariano, da Missão Salesiana, que recebeu Cr\$ 504 mil do fazendeiro Leônidas Pereira Lima, um dos denunciados e não pronunciados. A venda foi realizada em novembro de 64.

Seja por não pretender maior repercussão para a venda ilegal, seja por ser vítima de uma "ambiguidade de pastoral", como denunciavam membros ligados à Igreja, o fato é que a Missão Salesiana não assumiu posições públicas de efeitos concretos. De outro lado, sabe-se que em dezembro de 76 o Padre Amanildo Lasi, então membro do Cimi, foi proibido de entrar em missões salesianas no Mato Grosso, e em áreas indígenas pela Funai desde 1975. Sabe-se também que o Padre Salesiano Gonçalves Ochoa, testemunha ocular dos conflitos, foi afastado para outra área, embora fosse o único que falasse a língua dos bororos de Merure e o Cimi tivesse se pronunciado contra seu afastamento. Os índios não puderam escolher o novo diretor pela Inspeção Salesiana de Mato Grosso, Padre Mariano, que saiu do Cuiabá, e pediu o novo diretor.

Comenta-se, em Barra do Garças, o interesse econômico que há, na absolvição de Manuel Borges da Silva e Bento Bispo. Com ela, imagina-se que também João Marques de Oliveira (João Mineiro) seja absolvido, o que descaracterizaria o crime e caracterizaria o esbulho dos fazendeiros por parte da Funai. Neste quadro, está sendo planejada uma vultosa ação de indenização a ser impetrada pelos réus e seus companheiros não pronunciados, contra a Funai.

Por outro lado, o Senador Eurico Rezende destacou a conveniência de, se desforramento não for obtido, transferir-se o julgamento para um ano não eleitoral, "quando a eficácia dos pedidos diminuir". O Líder da Maioria no Senado atuou no júri do Massacre do Paralelo II, garantindo a condenação do acusado pelo massacre dos índios cingalês-larga (1963). Em busca de novo êxito, e visando a reforçar politicamente sua atuação, a Funai voltou a convidar o Senador capixaba para fazer o júri de Merure. O Sr Eurico Rezende recebeu o pedido, pensou e recusou, "em virtude de muitos compromissos políticos acontecendo e por isso não poderia assumir a função". Em Brasília, em seguida, negou a participação no júri de Merure.

O JUIZ

A atitude do Juiz Amanildo de Lima, contrariando o Código de Processo Penal (a imprescindibilidade impede a realização do júri sem as testemunhas), assim como sua negativa em verificar a atuação do promotor e o motivo de sua saída da sala do júri, surpreenderam os advogados da Funai e reacenderam a desconfiança sobre pressões externas que "a gente sente, a gente vê, mas não consegue identificar quem as faz e como as faz", segundo denúncia do criminalista Joaquim Salfe Carneiro, conhecido por sua atuação no caso Ana Lidia e contratado pela Funai para fazer a defesa.

Fatos

Como responsável pelo caso, o juiz pediu a concessão de uma licença para ir a Brasília, onde se encontra o General Carneiro. O juiz pediu a concessão de uma licença para ir a Brasília, onde se encontra o General Carneiro. O juiz pediu a concessão de uma licença para ir a Brasília, onde se encontra o General Carneiro.

*Fatos FUNAI*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

148

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Juruna diverge porque o Ministro não é índio</b></p> <p style="text-align: center;"><i>Journal do Brasil - 16/04/78</i></p> <p>São Paulo. Os xavantes, de viver Mário Juruna, Bandeirantes. Têm de ser da chegada de 27 índios xavantes, das nossas tra- um sexta-feira e outro, dia. Chefiados por Juruna, do Pacaembu. Seu desem- barque chamou muito a atenção em Congonhas, principalmente pelos brincos que usam e pelo fato de estarem descalços. Assustados, os índios entraram logo no ônibus e pediram que o veículo partisse sem demora. Hoje, às 8h, visitarão o zoológico.</p> <p>Além da exibição, os índios aproveitarão a permanência em São Paulo para debater alguns problemas, tais como demarcação de terras em reservas e falta de equipamentos agrícolas. Mário Juruna, além de ressaltar essas duas necessidades do seu povo, comentou que "os índios não estão preparados e nem entendem o que é a sua emancipação. Isso vai tirar a tradição e a identidade do índio. Não podemos acabar com o m..."</p> <p>Diante dos assustados xavantes — a maioria da Reserva de São Marcos, da aldeia Namuncurá, de Barra do Garça, Mato Grosso — Mário Juruna deu entrevista, apesar de sua visível irritação "em voltar novamente à civilização". "Os xavantes estão vivendo bem, sim. Precisamos de ajuda para a agricultura, pois executamos os trabalhos com braços e machados. Se também fossemos traidores, se também fossemos... disse ele."</p> <p>Conduzindo... pretendem vender... estão alojados no Estádio</p> <p>SEMANA</p> <p>A Semana do Índio começa, hoje, às 20h, na Biblioteca Pública de São Paulo, com debates públicos, e será encerrada quarta-feira.</p> <p>Estarão presentes, nos debates, além dos xavantes, o Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga; o presidente do Conselho Indigenista Missionário, Dom... Balduino; o Comissão de São Paulo, ... Ballari; o ... do Villas... Seeger, do Museu Nacional, e Eduardo Viveiros de Castro, ambos do Rio.</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta FUNDAT</i></p>

PT 10250.122

541

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: \_\_\_\_\_ Pront. N.º \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_

SEXTA-FEIRA — 19 DE MAIO DE 1978

*O Estado de São Paulo*

# Funai prevê novos ataques no Sul

Das sycu...

A possibilidade de novos ataques entre índios e posseiros no Sul do País foi admitida pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, que retornou ontem da área de Nonoai, onde a situação, segundo ele, "está melhorada de momento". Ismarth disse que teme novos conflitos, especialmente nos postos de Garças, Guarita, No Rio Grande do Sul; Chapicó, em Santa Catarina, e Barão de Antonina, no Paraná, onde os índios também já começaram a reagir contra a invasão de suas terras.

Um documento especial sobre a situação fundiária das áreas indígenas do Brasil, especialmente do Sul, onde ocorrem graves conflitos entre índios e posseiros, será elaborado nos próximos dias pelos ministros do Interior, Rangel Pais, e da Agricultura, Alysson Paulinelli, e pelos presidentes do Inera, Lourenço Vieira da Silva, e da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, para ser encaminhado ao ministro Golbery do Ce... conflitos foram... as... esp... do no... índi... manifestado qualquer tipo de

resistência à invasão de suas reservas.

Segundo o presidente da Funai, ontem mesmo o Inera e a Funai iniciaram o levantamento das famílias de posseiros e arrendatários que têm direito ao reassentamento. Ele poderá ser feito de acordo com as alternativas que estão surgindo no projeto fundiário do Inera, Caranhamá, situado no município de Barra do Garças, em Mato Grosso.

O presidente do Conselho Indigenista Missionário, dom Thomás Balduino, disse ontem que esta reação em cadeia dos índios do Sul do País já era esperada, embora tenha surpreendido pe-

la rapidez com que o processo está se desencadeando. O bispo de Goiás Velho acha que esses conflitos poderiam ter sido evitados, caso o governo tivesse cumprido o prazo de cinco anos estabelecido pelo Estatuto do Índio para que todas as áreas indígenas fossem demarcadas.

### INFILTRAÇÃO

O secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, coronel Rubem Moura Jardim, afirmou ontem em Porto Alegre que tem informações concretas de que as revoltas dos Kaingang das reservas de Nonoai e Cacique Doble se devem a "infiltração de terceiros". O secretário

acha que os índios foram infiltrados para se rebelarem contra os posseiros. Ainda ontem pela manhã, foram mandados para Nonoai 20 ônibus que trarão os colonos hoje para o parque de exposições de Esteio, a 21 quilômetros de Porto Alegre, onde eles ficarão alojados até a solução do problema.

O governador Sinval Guazzelli mostrou-se muito irritado com as afirmações da imprensa de que a colocação dos colonos no parque de exposições de Esteio seja uma solução provisória para evitar a guerra com os índios: "A providência visa apenas alijar os posseiros enquanto

é buscada uma solução definitiva. Não posso nem admitir tranqüilo sabendo que milhares de pessoas estão ali, confinadas na estrada, sem poder dormir e sem poder comer".

### AO

Colonos de José do Ouro, no Rio Grande do Sul, armados de espingarda, setetes e fuzis ameaçam atacar os índios nas proximidades das reservas, ficando com os produtos. Segundo alguns kaingangs, essa medida é cautelar, uma garantia até que se decida a retirada de todos os posseiros, a exemplo do que ocorreu em Mononai, e então o que foi colhido seria devolvido.

*Posto FUNAI*

150

\* FONE: 33-8511

2.4.6.8.10 hs

apres

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA

# Explode nas telas o humor e a da mais famosa dupla do



*Pasta FUMAT*

# CHUMBO QUENTE

Com Durvalino de Souza - Marcia Fraga - Cavnagoli Neto -  
tos - A. Paschoalin - Eva Paiva - Alair Norton .

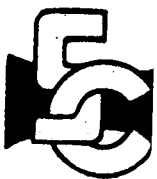
Direção: Clery Cunha

**LÉO CANHOTO e ROBERTINHO**

cantam: "A Gaiota" "Chumbo Quente" - "O Andarilho" - "O  
cre" - e "Apartamento 37"

Prestigie  
o cinema  
NACIONAL

CENSURA  
LIVRE  
COLORIDO





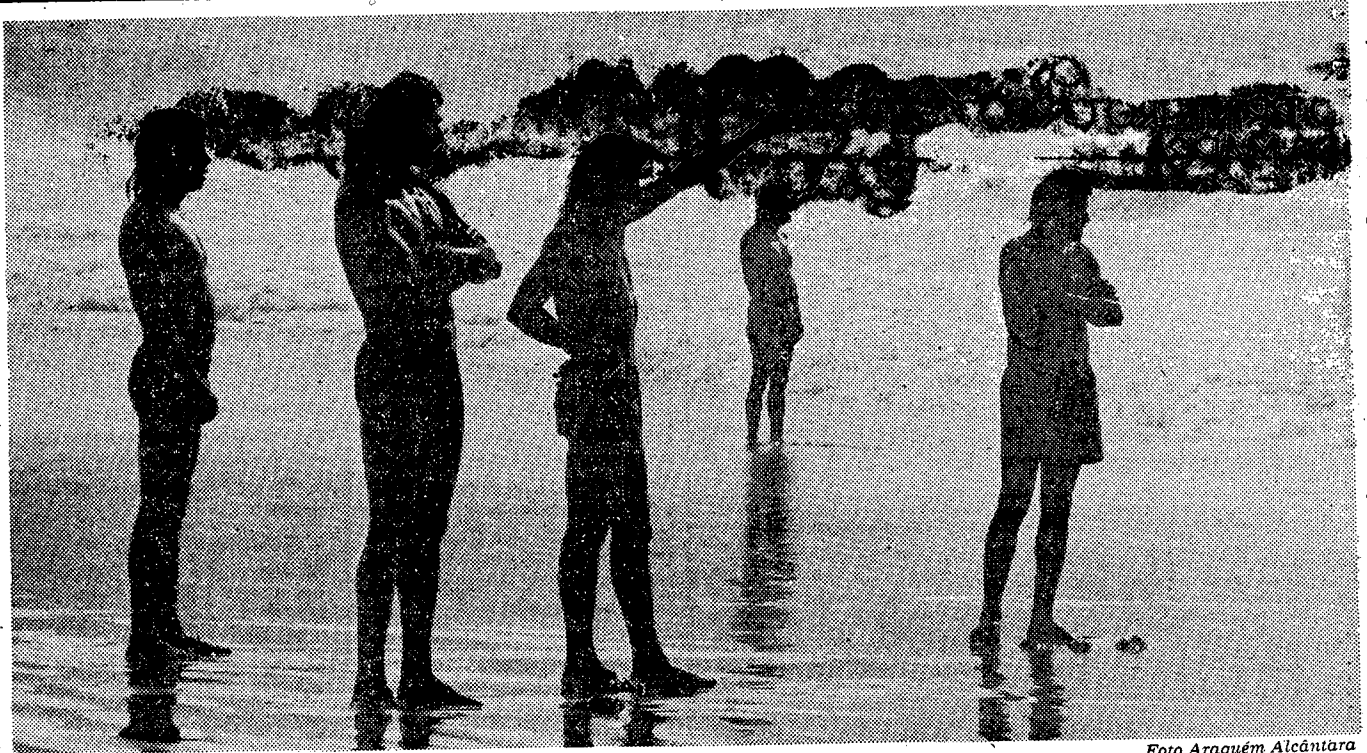


Foto Araquém Alcântara

A alegria dos índios durou duas horas e acabou por força da lei criada para afastar os "farofeiros"

# Os xavantes, expulsos do Guarujá no Dia do Índio

O Estado de São Paulo  
20/04/72

## Da sucursal e dos correspondentes

Duas horas depois de terem chegado à praia de Pernambuco, no Guarujá, onde pretendiam passar toda a manhã de Dia Nacional do Índio, os índios foram acompanhados por Mário Juruna e o diretor da Sociedade do Bairro, sob a alegação de que nenhum ônibus poderia ficar estacionado na praia.

Para todos, e se vocês quiserem sair já, eu vou ser obrigado a chamar a polícia e o delegado. O diretor da Sociedade do Bairro, dirigindo-se a um jornalista da Secretaria Municipal de São Paulo, explicou que os índios xavantes não são índios, que visa a preservação da ciência na cidade e os "farofeiros" não são índios, mas sim pessoas que se aproveitam do Dia do Índio para venderem produtos que existem em outras partes da cidade.

São Paulo. Na descida pela via Anchieta conheceram, de longe, as indústrias da ABC, onde Juruna disse ter visto muitos carros e tratores "enferrujando", o que o levou a observar que "o branco só deveria fabricar o necessário, para não estragar."

Às 8 horas da manhã, os índios chegaram à praia de Pernambuco, que estava deserta àquela hora. Sorridentes, mas ainda silenciosos, trocaram de roupa e se espalharam pela areia, organizando lutas, corridas, catando conchas. Aos poucos, foram entrando na água, dando gritos de alegria a cada onda mais forte.

Saiam do mar e faziam perguntas aos jornalistas: por que "a água se movimentava", se foi ali que "os primeiros homens brancos desembarcaram", "de onde vem o sal da água do mar e a terra dos ingleses". O diretor da Sociedade do Bairro explicou que os índios não são índios, mas sim pessoas que se aproveitam do Dia do Índio para venderem produtos que existem em outras partes da cidade.

Mas antes que fossem expulsos, o delegado explicou que os índios não são índios, mas sim pessoas que se aproveitam do Dia do Índio para venderem produtos que existem em outras partes da cidade.

rem como o pessoal da cidade pensa, o que eles fazem. Não vim só para mostrar nossa tradição, mas para mostrar aos outros xavantes como é a tradição do homem branco". Mário Juruna acha que "as autoridades têm obrigação de ajudar o índio. Não é favor não, é direito que nós temos."

Na reserva de São Marcos, onde vivem cerca de mil xavantes, Juruna diz que os índios vêm plantando arroz, milho, feijão, soja, mas que não têm conseguido bons resultados porque "falta trator". Esse trator, segundo explica, ele está tentando conseguir há mais de quatro anos. A última promessa lhe foi feita em Mato Grosso, no início deste ano, quando as autoridades do Estado prometeram também adubo para a reserva. Outras promessas que Juruna ouviu: a doação de 106 cabeças de gado, a construção de uma escola e a abertura de uma estrada. Para Mário Juruna, o que a cidade tem de pior é a burocracia: "Tem que pedir para muita gente até conseguir coisas que o índio precisa".

MANAUS  
- índios e índias -  
bem vestidos, bem dispostos e muito curiosos com os presentes que vêm recebendo,

cinco guerreiros da tribo Waimiri-atroari estão participando dos festejos da "Semana do Índio", em Manaus, numa tentativa da Funai de demonstrar que os indígenas do Vale do Alajá-Abonari — até há pouco tempo temidos pelos brancos — estão aceitando pacificamente os contatos com a civilização. Os cinco índios passaram todo o dia de ontem visitando alguns pontos turísticos da cidade, e algumas lojas da Zona Franca, de baixo de chuva, em companhia de um sertanista. E não perdiam uma só oportunidade de posar e tirar fotografias.

A Funai está dando muita importância à visita dos atroaris, pois ela mostra, segundo o delegado regional, Kasuto Kawamoto, que a política de atração desses índios "agora está correta". Essa política, explicou, consiste em não procurar o índio em sua maloca, em não perseguir-lo na floresta, mas esperar que ele venha até o posto de atração, onde é bem recebido e onde pode gastar o tempo que desejar. Estão em Manaus os índios Bernaldo, Chico, Viana, e outros. Durante a visita que fizeram à Funai, posaram para fotografias ao lado do delegado Kawamoto.

Leitura  
F. UNAI

PT 1  
DE: 122

152

153

CIÊNCIA

HISTÓRICO

# Morte de xavante inicia disputa do poder em reserva

*Estado de São Paulo  
03/05/78*

Da sucursal de BRASÍLIA

Com a morte do velho cacique Apoena, o líder da tribo xavante mais respeitado, ocorrida no sábado último, deverão aumentar as disputas entre a liderança do grupo, constituída por índios mais velhos e a ala mais jovem, mas a Funai não quer interferir na questão, segundo afirmou, ontem o presidente do órgão, general Ismarth de Araújo Oliveira. Arodi, filho do cacique Apoena, deveria ser o seu substituto e foi preparado para chefiar os índios xavantes da reserva de Pimentel Barbosa, em Mato Grosso, mas, o grupo mais jovem, liderado pelo índio Surupredi, também está disputando o poder, fato que poderá provocar uma cisão.

O general Ismarth classifica o grupo que apóia Arodi como "moderado". Estes índios sempre consultam os mais velhos antes de tomarem decisões e são mais tranquilos, ao contrário do grupo de Surupredi, que é mais impulsivo. "Achamos que, se os mais jovens forem vitoriosos na luta pela liderança da tribo, as hostilizações contra os fazendeiros que invadiram as terras dos xavantes poderão se agravar. No entanto, existe a possibilidade de que a tribo se divida e uma nova aldeia seja construída para os adeptos de Surupredi".

Enquanto aguarda o problema-sucesório entre os índios xavantes, a Funai garante que não pretende interferir nesse processo, como já ocorreu especialmente no tempo do antigo Serviço de Proteção ao Índio. Nessa época os próprios chefes de posto indígena nomeavam os caciques, escolhendo entre aqueles índios de sua confiança

o líder tribal. "Era comum — disse Ismarth — encontrarmos índios com títulos de "capitão da polícia", "sargento" e outros cargos criados pelo SPI, ato que desestruturava a coesão tribal".

Ismarth explicou, ainda, que o problema de liderança na tribo xavante de Pimentel Barbosa já ocorria antes da morte de Apoena, que ultimamente era considerado mais um líder espiritual do grupo. Em decorrência de sua avançada idade, calculada em torno de 100 anos.

### ETNOCIDA

O diretor do Parque Nacional do Xingu, Olímpio Serra, afirmou, ontem, em Brasília, que o último programa do deputado Amaral Neto, na televisão, a propósito da Semana do Índio, contém propostas etnocidas visando o extermínio dessas populações, com a sua emancipação e tomada de suas terras. Segundo o etnólogo o programa, foi, sem dúvida, encomendado por empresas agropecuárias cujos planos de expansão têm sido prejudicados pela presença das áreas indígenas que estão sendo demarcadas pela Funai, como por exemplo o Parque Nacional do Xingu.

O Tribunal Federal de Recursos decidiu, ontem, que o julgamento de ações propostas pela Funai, relativas a processos de despejos contra particulares ocupantes de terras situadas em áreas indígenas, é de competência da justiça estadual e não da federal.

A decisão foi proferida no julgamento de ação movida pela Funai contra Silas Menezes, ocupante de 52 hectares no município de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, numa área situada dentro da faixa indígena, controlada pela Funai.

*Exato FUNAI*



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

154

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Dial. ...</i> <b>Índio será mesmo emancipado</b> 05/05/51 BRASÍLIA — O ministro do Interior, Rangel Reis, admitiu que, provavelmente em julho, fará a apresentação do projeto sobre a emancipação do índio, em fase de conclusão por juristas do Ministério. O projeto, informa o ministro, deverá trazer alterações no Estatuto do Índio, abrindo possibilidades de criação de parques ecológicos em áreas indígenas, o que, a seu ver, dá proteção à natureza e à terra do índio. O ministro repeliu inclusive, posições precipitadas sobre o documento que, por enquanto, pouco se sabe como será. Condenou ainda, as pessoas que não conhecem o projeto e criticam a emancipação, colocando o governo como quem quer tirar a terra do índio.</p> <p><i>Posto FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

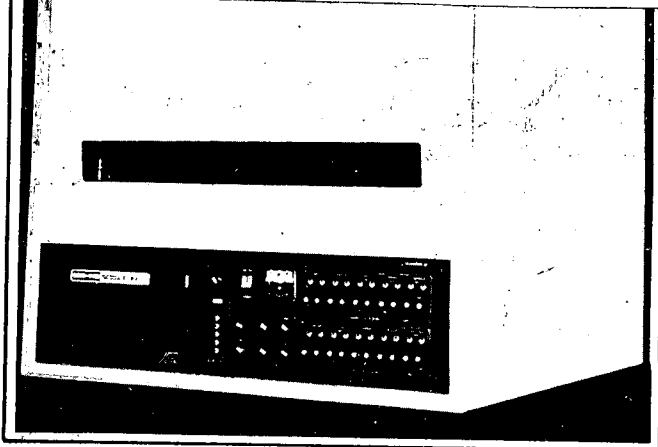
## Delegacia de Ordem Política e Social

155

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="768 758 1428 1204"></div> <p data-bbox="916 1216 1445 1312"><b>FRON SM - 500</b></p> <div data-bbox="751 1432 1428 2070"><p>apoiar a atividade de co- dentro e lá fora, pelas multi e o IBC. Da pena, e nós já assistimos várias liquidações de comer- ciantes nos bancos. O tratamento? Aguilhoa- dos, eles se entregam co- mo se fossem marginais, desenxavidos, desembol- sam o lucro pelos juros, por mínimo que seja. Para muitos, todo o capital que têm, está investido nas constru- ções e maquinarias do estabelecimento para beneficiar o café, não têm outra alternativa</p><p>apoiar a atividade de co- mercantilização no inte- rior: uma grande coope- rativa de crédito para os maquinistas de café. Tudo dentro de garan- tias reais. (warrants, co- nhecimentos todo-fer- rovários etc), nas quais se enquadrariam tam- bém as cooperativas de produtores. Sem crédito, o merca- do se deteriora, como está acontecendo atual- mente. A gritaria é geral, com marchas e contra- marchas.</p></div>

PT 10250.122

*Postar  
FV 10/11/71*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

156

Pront. N.º

PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
	<p><i>Arquivo FUNAI</i> <i>20/04/57</i> <i>Arquivo FUNAI</i> <i>20/04/57</i> <b>vitória do</b> <b>xavante Arodi</b></p> <p>Brasília — A sucessão Xavante em Pimentel Barbosa já está decidida, segundo garantem os antropólogos da Funai na área, com a homologação do filho mais velho do Cacique Apoena, Arodi, para a chefia do grupo. O concorrente, Surupredi, aceitou formalmente a liderança do irmão mais velho e será seu primeiro colaborador, embora continue a liderar a oposição.</p> <p>Uma fita gravada por Arodi antes da morte do pai mostra que o novo líder não tem as disposições pacíficas esperadas. Arodi, que praticamente só fala xavante, diz na gravação que quando assumisse a chefia expulsaria os fazendeiros da região e reduziria a influência da Funai no posto. Acredita-se que Surupredi, por falar fluentemente português, será uma espécie de ministro de relações exteriores do grupo, tratando dos contatos com os brancos.</p> <p><i>Arquivo FUNAI</i></p> <p><b>Sociedade de clãs</b></p> <p>abrangem desde o preparo da roça, os horários, as caçadas, até ataques, contatos com brancos e reivindicações. As reuniões do Conselho não foram suspensas durante o luto pela morte de Apoena — cujo prazo é livre para cada membro da tribo — e a nova liderança foi debatida como mais um assunto do cotidiano do grupo, não tendo havido uma reunião especial e previamente marcada para a discussão.</p> <p>Não existem votos no Conselho dos Homens. O critério para a tomada de decisões é a lei do consenso, a partir de longos debates em que cada facção expõe verbalmente seus argumentos. Ao longo da discussão, espera-se que um dos grupos vá convencendo os demais e o consenso se caracteriza quando os opositores desistem de debater por terem aderido à posição de uma das facções.</p> <p>No caso da disputa entre Arodi e Surupredi, ambos do clã de chefia, os debates consistiram na exposição das qualidades de cada um para ser líder. Toda a vida passada dos candidatos foi lembrada, incluindo reminiscências da infância de cada um, as façanhas realizadas e o sucesso de cada um em beneficiar a comunidade.</p>

PT 10

# Secretaria de Segurança Pública

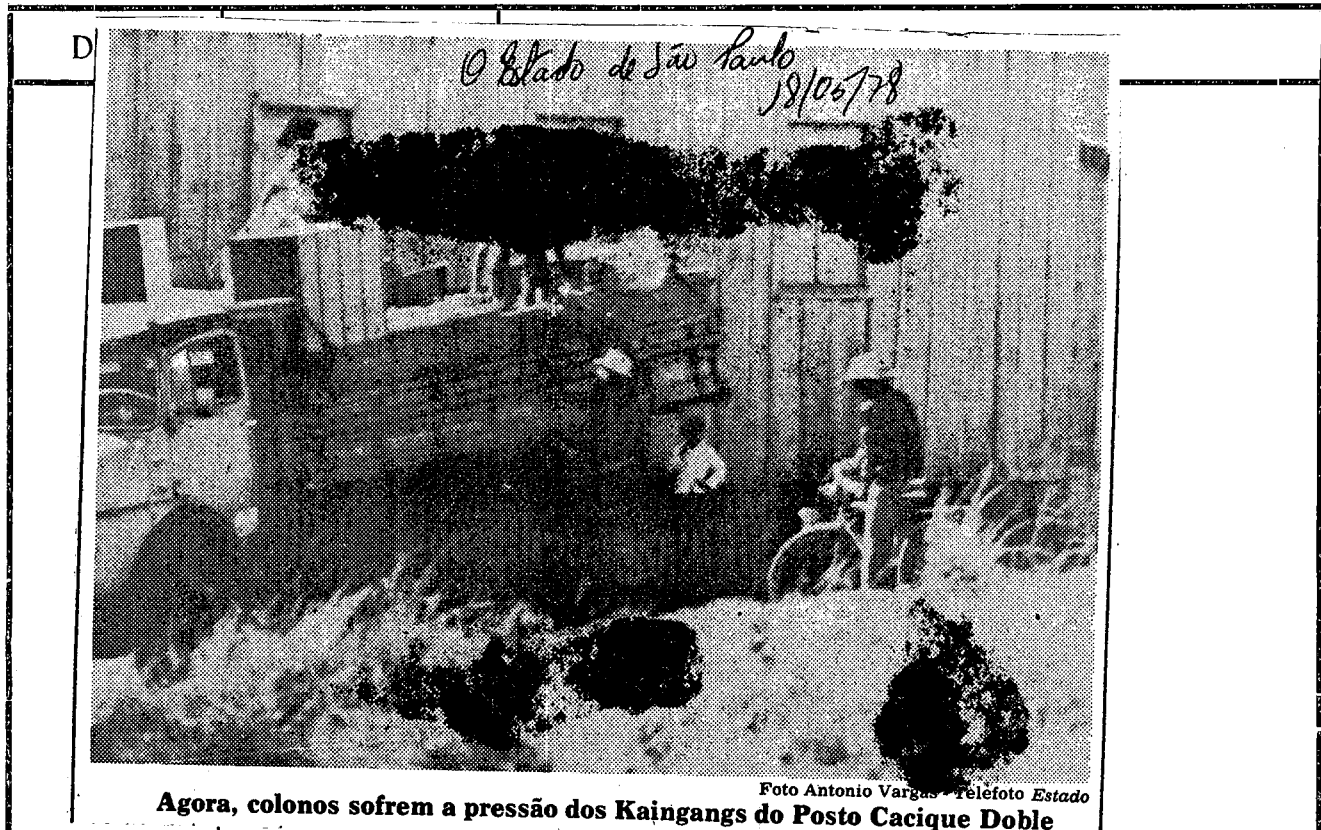
## Delegacia de Ordem Política e Social

157

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....



Agora, colonos sofrem a pressão dos Kaingangs do Posto Cacique Doble

### Amplia-se rebelião dos índios

DA RESERVA DE  
POR VALMORE

Alegando serem os verdadeiros "donos da terra" os Kaingangs do Posto Indígena de Cacique Doble, a exemplo dos de Nonoal, estão colhendo para si e ameaçando queimar todo o milho plantado pelas 130 famílias de posseiros brancos que ocupam metade dos 4.500 hectares que restaram para os índios. Liderados pelo cacique José Caradini, grupos de índios invadiram as lavouras dos posseiros e já colheram mais de 200 sacos do produto.

A disposição de ficar com a produção obtida na reserva foi formalmente comunicada, ontem, pelo cacique dos 350 Kaingangs, em reunião com os líderes políticos e comandantes das guarnições de Cacique Doble e do município vizinho de São José do Ouro. José Caradini disse, inclusive, que a própria permanência das autoridades no interior da área dependia da concordância dos indígenas.

No entanto, o chefe indígena do posto de Cacique Doble se dispôs a guardar o milho colhido até que se resolva o problema dos posseiros. Estes não chegaram a ser expulsos, mas 20 das famílias, vendo ameaçadas suas plantações, já saíram da área da reserva.

PT 10250.122

851

NOME  
FILIAÇÃO  
RESIDÊNCIA

D.



Os colonos continuam acomodados a céu aberto em Taquaruçuzinho.



Soldados vigiam a entrada da reserva e os posseiros continuam se mudando.

## Funai autoriza colonos a colherem safra em Nonoai

LUIZ PADOVANI  
Enviado Especial

...tancar-lhes proteção de soldados até que colham o que deixaram, pois segundo informações dos próprios colonos, cerca de 70% da safra de milho já foi colhida.

O prefeito de Nonoai, Gervásio Magri — que ontem estava em Porto Alegre para cobrar do governador os mantimentos e agasalhos prometidos desde a última sexta-feira e que ainda não chegaram —, já dissera anteriormente que a permissão da colheita apenas ajudaria a amenizar a situação. “Muita gente, depois de colher, vai abandonar os acampamentos e se arranjar em algum canto por aí” — afirmou.

Sérios problemas de saúde continuam a abalar o ânimo dos contingentes da Brigada Militar gaúcha — 260 homens deslocados de outros municípios há uma semana — que fazem o patrulhamento da região e guarnecem, fortemente armados, as barreiras colocadas em todas as entradas da reserva.

### INDIO SEM VOZ

A Associação Nacional de Apoio ao Índio — (ANAI) — divulgou ontem em Porto Alegre uma nota em que critica a Funai por impedir que os indígenas de Nonoai se manifestem sobre os acontecimentos ao mesmo tempo em que toma decisões sem consultá-los.

A reserva de Nonoai, de fato, está vedada totalmente aos jornalistas e o cacique Nelson Jacinto (Xangré) não sai da área, embora tenha manifestado o desejo, há alguns dias, de fazer declarações públicas.

*Costa FUNAI*

55

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA

*Porto Alegre FUNAI*

32 - O ESTADO DE S. PAULO 21/05/78

# Os colonos acusam a Funai pela expulsão



Fotos Maurecy Santos — Telefotos Estado

Os colonos ficarão no Parque de Exposições

## No abrigo, ainda surpresas

Confusos nas suas respostas, os colonos deixam clara sua surpresa com a revolta armada dos índios. Num ponto todos parecem concordar: que os kaingangs foram incitados a expulsá-los. Afonso Toledo Camargo lembra que tem o contrato com a Funai: "Nós procuramos o governo para pedir uma solução e dissemos para os índios que não queríamos tirar a terra deles; queríamos apenas um lugar para morar. Mas nada adiantou. Eles nos empurravam e diziam que estavam sendo mandados".

Em Esteio, os posseiros ficarão alojados em três pavilhões, divididos em quartos com quatro beliches. Quando esses pavilhões estiverem repletos, os seguintes a chegar serão instalados em um pavilhão maior (80 por 90 metros), sem as mesmas divisões em quartos, mas adaptados para servirem de alojamento. As 16 e 30 da manhã de ontem eles foram chamados para a primeira refeição que fize-

Segundo a coordenadora dos trabalhos, Irma Vieira Brasil, "a tarefa inicial é alojá-los e alimentá-los, compensando os três, quatro ou mais dias em que ficaram ao relento. Até o início da próxima semana esperamos ter idéia exata das condições de saúde de todos, bem como do índice de escolaridade das crianças. A nossa intenção é introduzir professoras da Secretaria de Educação do Estado para continuar dando, aos alunos das diversas séries, as aulas que eles tinham antes de surgir este problema".

A previsão é de que os colonos fiquem de 40 a 60 dias no Parque, mas já é possível notar que eles não parecem dispostos a levar uma vida sem trabalho, da qual estão agora totalmente afastados: "Nós queremos trabalhar, estamos muito contentes com o que passamos a receber porque do jeito que a coisa estava lá em Nonoai não dava para aguentar. Agora só espero

Da sucursal de PORTO ALEGRE

Ainda surpresos com a revolta dos índios e a violência com que eles os obrigaram a abandonar suas casas na Reserva Indígena de Nonoai, começaram a chegar, ontem, em Esteio os colonos que ficarão alojados no Parque de Exposições daquela cidade, a 21 quilômetros de Porto Alegre. Assustados, nervosos e confusos, os colonos justificavam a surpresa pela revolta armada dos índios, lembrando que até poucas horas antes muitos deles mantinham bom relacionamento e só conseguem explicá-la atribuindo à interferência externas: "Os índios foram incitados a nos expulsar da reserva. Foi a Funai que os empurrou prá cima de nós".

O primeiro dos sete ônibus que saíram às 21 e 30 de Nonoai, chegou a Esteio às 8 e 30, e no final da manhã de ontem 250 pessoas já estavam alojadas no Parque. Outros sete ônibus ainda estavam vindo de Nonoai, o que deve completar as 690 pessoas de 127 famílias que ficarão instaladas no Parque de Exposições nesta primeira etapa da operação desencadeada pelo governo do Estado gaúcho.

Os colonos chegaram apenas com a roupa do corpo e pertences de pouco volume, mas suas versões eram contraditórias no que se refere aos bens. Enquanto havia pessoas desesperadas pela perda total de todas as suas coisas, como Isaldina Santos, que procurava insistentemente as assistentes sociais para pedir "mais um casaco para os meus filhos que estão só de camisa", (a temperatura era de 12 graus), outros diziam, mais tranquilos, que haviam conseguido vender suas colheitas. Esse era o caso, por exemplo, do colono Edvaldo Mendes, de 25 anos, que morava há 12 anos na Reserva e viajou com seus pais e cinco irmãos.

O agricultor Afonso Toledo Camargo, de 41 anos, que há 22 anos trabalhava na região, confessava-se um dos mais surpresos pela reação dos índios: "Eu me dava bem com eles, arrumava emprego para eles na época da colheita e disse isto quando eles vieram armados de facas, revólveres e pedaços de pau lá em casa. Não adiantou, empurraram a mim e a minha mulher e entraram na casa. Só consegui salvar uns bichos que deixei na casa da minha sogra, fora da Reserva, e a colheita ficou toda no local: 150 sacos de milho, 8 sacos de feijão e mandioca".

seiros de outros municípios da região, que não chegaram ainda a ser expulsos pelos índios, o que pode ocorrer futuramente.

### REFORMA AGRÁRIA

Ao se referir aos conflitos entre índios e colonos nas reservas de Nonoai e Caciقة Doble, Gelindo Ferri, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, recomendou: "Está na hora de fazer a reforma agrária".

Centenas de posseiros já foram expulsos daquelas reservas e o problema agora é saber quem pagará pelas colheitas, insumos e máquinas abandonados pelos agricultores. Esta é a preocupação de Gelindo Ferri, presidente da Fetag, que visitou a área de conflito, onde verificou que existem várias questões a serem esclarecidas.

"Como eles poderão saldar seus compromissos bancá-

PT 1025C.12

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

160

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>1911</i> <b>"Funai desconhece futuras mudanças"</b> <i>10/11/54 de São Paulo 24/10/54</i></p> <p>"Está se preparando um pacote para o Índio, e isso é uma preocupação para nós da Funai, porque o ministro do Interior, está elaborando em seu gabinete, com seus assessores, mudanças no Estatuto do Índio, e não comunicou ainda à Funai quais serão essas modificações".</p> <p>A afirmação foi feita ontem, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, pelo indigenista Apoena Meirelles, que participava dos debates sobre "A Questão Indígena", ao lado das antropólogas Carmem Junqueira, da PUC, e Lux Vidal, da USP, além do professor Dalmo Dallari.</p> <p>O tema faz parte do "Ciclo da Terra", palestras que prosseguirão hoje, tratando da questão da reforma agrária.</p> <p>Logo no início dos debates de ontem foi lido um documento recentemente subscrito por 149 antropólogos e linguistas, em que é manifestado "o repúdio à tentativa do ministro do Interior de alterar por decreto o Estatuto do Índio, no sentido de permitir que por decisão unilateral do Estado, sejam emancipadas comunidades indígenas que não estão aptas para tanto, pois não existem critérios válidos para a suspensão da tutela que não partam da iniciativa dessas próprias comunidades".</p> <p>Referindo-se a essa questão da emancipação do Índio, tendo sido intenso debate, tanto no Brasil como indigenas propriamente dito, o professor Dalmo Dallari denunciou: "esta medida seja efetivada, pois de acordo com a legislação vigente a emancipação significa que os índios perderão a posse de suas terras, que embora sejam de propriedade da união, são inalienáveis, enquanto os índios permanecerem sob tutela, ou em outras palavras, relativamente capazes."</p> <p><i>Posta FUNAI</i></p>

PT 1025 C. 122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

161

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Funai nega omissão em conflitos</b> Da sucursal de BRASÍLIA</p> <p>Em nota oficial distribuída ontem à imprensa, a Funai esclarece "que em virtude de constantes notícias tendentes a responsabilizar o órgão federal pelos acontecimentos entre índios e posseiros no Sul do País, não lhe cabe a culpa de omissão pela presença de estranhos em áreas indígenas, uma vez que os intrusos ali se encontravam desde a época do extinto serviço de proteção aos índios — SPI — e só com a promulgação do Estatuto do Índio pôde a Fundação tomar as providências que agora vêm sendo adotadas, de acordo com a lei".</p> <p>Acrescenta a nota que, já antes de ser aprovada a lei 6.001 — Estatuto do Índio — em dezembro de 73, "a Funai vinha tentando, através de meios dissuasórios, a saída de posseiros de várias áreas indígenas, notadamente naquelas onde a presença de estranhos, com ânimo definitivo, como em Nonoi, já constituía ameaça ao bem-estar e à própria segurança dos grupos tribais".</p> <p>Salienta a Funai não ter, "em momento algum, instigado os índios a adotarem medidas de represália, chegando mesmo a evitar a consumação de atos de violência envolvendo silvícolas e posseiros".</p> <p>"Destaca a nota — toda a culpa cabe a quem peita o direito de terras habitadas e garantido pela Constituição e, mais recentemente, pelo Estatuto do Índio.</p>

*Para ter FUNAI*

PT 1025 C. 122



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

162

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Funai diz que não instigou índios no sul</i></p> <p>BRASÍLIA (Correio da Manhã) — A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo divulgou ontem uma reportagem oficial dirigida a imprensa com o objetivo de esclarecer a posição do órgão nos recentes conflitos eclodidos no sul do País entre índios e posseiros. A nota:</p> <p>“A Funai esclarece, em virtude de constantes notícias tendentes a responsabilizar o órgão federal pelos acontecimentos de omissão pela presença de estranhos em áreas indígenas, uma vez que os intrusos ali se encontravam desde à época do extinto Serviço de Proteção aos Índios SPI — e só com a promulgação do Estatuto do Índio, pode a Fundação tomar as providências que agora vêm sendo adotadas, de acordo com a lei (...). Em momento alguma Funai instigou os índios a adotar medidas de represália, chegando mesmo a evitar a consumação de atos de violência envolvendo silvícolas e posseiros.</p> <p><i>Posto FUNAI</i></p>

PT 10255.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

163

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA

### Posto indigena terá centro comunitário

O Estado do Paraná - 25/04/78

Do serviço local e do correspondente

A Funai e a Secretaria de Promoção Social assinaram ontem, na Capital, convênio destinado à construção de um centro comunitário no Posto Indígena de Araribá, localizado no município de Avaí, região de Bauru. A Secretaria doou Cr\$ 592 mil à Funai, que iniciará nos próximos 30 dias a execução da obra, cujo objetivo é proporcionar atividades de educação, trabalho, saúde, esportes e lazer. 300 índios terão acesso a uma área de 793 hectares doado pelo governo do Estado.

Após a assinatura do contrato, o secretário Mario Altenfelder, da Promoção Social, observou que o centro terá uma

de 350 metros de várias quadras e poderá estabelecer unidades em outros Estados. Segundo o presidente da Funai, general Ismarth Araujo de Oliveira, o objetivo maior é fixar o índio na área, principalmente durante os fins de semana, evitando que ele se dirija às cidades, onde adquire hábitos nocivos como o alcoolismo. "O centro — acrescentou — pode ser considerado um embrião de cooperativismo entre os indígenas, pois será um local de reunião, onde eles poderão discutir os seus problemas".

O delegado regional da Funai em Bauru, Alvaro Villas Boas, conta que a construção do centro é uma antiga reivindicação dos responsáveis pelo Posto de Araribá, onde os terenas e guaranis se dedicam principalmente à cultura de milho, feijão, amendoim e mandioca, mas não possuem um local adequado ao desenvolvimento de atividades comunitárias.

A reserva de Araribá, que se assemelha a uma grande fazenda, é habitada por índios em adiantado estágio de aculturação, entre os quais 43 são eleitores e alguns já estão prestando o serviço militar. Os casamentos entre guaranis e terenas geralmente são realizados de acordo com o rito católico ou protestante.

Embora a Companhia Paulista de Força e Luz esteja instalando energia elétrica no posto, as condições habitacionais não são satisfatórias, pois os índios vivem em pequenos casebres de madeira. Um dos mais antigos habitantes de Araribá é o terena Hipólito Lipu, com 83 anos de idade, que foi trazido de Mato Grosso em 1932 pelo marechal Cândido Rondon.

Ao visitar no ano passado a reserva de Araribá, o presidente da Funai manifestou sua preocupação pela presença de brancos entre a população indígena, em sua opinião, há o perigo de, futuramente, a reserva se tornar insuficiente para atender os guaranis e terenas, pois a população indígena está aumentando e a taxa de mortalidade infantil na reserva é muito baixa.

Posto FUNAI

PT 1025C.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

169

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Bispo mostra desacordo com a Funai</b></p> <p>GOIÂNIA (Correspondente) — O presidente do Conselho Indigenista Missionário — Cimi —, dom Tomás Balduino, criticou a Funai por não respeitar o direito do índio à autodeterminação.</p> <p>“Em tese, admito a Funai como organismo que procure preservar a cultura, a propriedade, enfim, o próprio índio como minoria étnica, mas a verdade é que o organismo estatal cumpre insatisfatoriamente esse objetivo, principalmente por pertencer a uma Pasta — o Ministério do Interior —, cujo interesse, eminentemente capitalista, incompatibiliza-se com aquele objetivo” — disse dom Tomás.</p> <p>Em conferência a universitários do Departamento Central de Estudantes de Goiânia, dom Tomás citou como exemplo da descaracterização da Funai uma declaração do ex-presidente daquela Fundação, general Bandeira de Melo, afirmando em 1972 que as reservas indígenas constituíam um empecilho à expansão econômica da comunidade brasileira.</p> <p>Dom Tomás defendeu a atuação do Cimi dizendo que ele não interfere nas assembleias indígenas. “Só queremos que o índio tenha liberdade para conhecer-se a si mesmo; do Evangelho só nos interessa que os princípios religiosos dele identifiquem-se com os nossos”.</p> <p><i>Problemas FUNAI</i></p>

PT 10250.122

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

591

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Fundi quer processar João Mineiro em Cuiabá</b></p> <p>BRASILIA — A Fundi entrará, esta semana, com pedido de desforçamento do governador do Mato Grosso, José Carlos de Moraes, e de outros membros do governo mineiro, em processo de cassação de mandato.</p> <p>O governador mineiro, José Carlos de Moraes, foi o primeiro a ser cassado. O pedido de desforçamento foi apresentado ao Ministério Público Federal em Brasília por um advogado mineiro, João Mineiro, em julho de 1976, a pedido de seu pai, João Mineiro, então governador do Estado de Minas Gerais.</p> <p>O pedido de desforçamento foi apresentado ao Ministério Público Federal em Brasília por um advogado mineiro, João Mineiro, em julho de 1976, a pedido de seu pai, João Mineiro, então governador do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Depois da ocorrência de lições, o governador mineiro, José Carlos de Moraes, foi o primeiro a ser cassado. O pedido de desforçamento foi apresentado ao Ministério Público Federal em Brasília por um advogado mineiro, João Mineiro, em julho de 1976, a pedido de seu pai, João Mineiro, então governador do Estado de Minas Gerais.</p> <p>O governador mineiro, José Carlos de Moraes, foi o primeiro a ser cassado. O pedido de desforçamento foi apresentado ao Ministério Público Federal em Brasília por um advogado mineiro, João Mineiro, em julho de 1976, a pedido de seu pai, João Mineiro, então governador do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Depois da ocorrência de lições, o governador mineiro, José Carlos de Moraes, foi o primeiro a ser cassado. O pedido de desforçamento foi apresentado ao Ministério Público Federal em Brasília por um advogado mineiro, João Mineiro, em julho de 1976, a pedido de seu pai, João Mineiro, então governador do Estado de Minas Gerais.</p> <p>O governador mineiro, José Carlos de Moraes, foi o primeiro a ser cassado. O pedido de desforçamento foi apresentado ao Ministério Público Federal em Brasília por um advogado mineiro, João Mineiro, em julho de 1976, a pedido de seu pai, João Mineiro, então governador do Estado de Minas Gerais.</p>

Carta FUNAI

PT 10250.122

NOME: .....  
 FILIAÇÃO: .....  
 RESIDÊNCIA: .....

ÍNDIOS

## Sôs e manietados

Até o final da semana passada, já tinham sido presas e identificadas doze pessoas envolvidas no assassinio do padre Rudolf Georg Lukenbein, chefe da missão católica de Merure, dos índios bororo, no município de Barra do Garças, em Goiás. Para assegurar a defesa imediata dos índios, atacados no dia 15 passado por um grupo de 72 fazendeiros e pistoleiros da região, foram destacados agentes da Polícia Federal que passaram a acompanhar os trabalhos de demarcação da reserva indígena, interrompidos com a morte do padre Lukenbein. Além disso, soldados da Polícia Militar continuavam perseguindo o autor do crime, o fazendeiro João Marques de Oliveira, conhecido como "João Mineiro".

"Que o padre Lukenbein sirva de exemplo, ele morreu por uma causa", comentou em Brasília o general Ismarth de Araújo, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), encarregado de desempenhar uma tarefa quase tão indigesta quanto a do missionário. O incidente de Merure, na verdade, serviu para que a Funai, mais uma vez, reconhecesse sua impotência diante do problema indígena, por falta de suficiente autonomia de fato, e não apenas de direito.

"É um mundo de jogo de interesses", desabafou o general Ismarth a Máreio Varella, de VEJA. "Principalmente agora que o preço da terra alcançou um alto valor, a do índio passou a ser muito cobiçada." Manietada pelo problema social que implica salvaguardar as terras indígenas expulsando centenas de famílias de colonos, ao mesmo tempo que procura se defender dos interesses dos grandes fazendeiros, a Funai acabou reduzindo seus planos a programas de longo prazo e de discutível eficiência.

**Ações individuais** — Assim, em colaboração com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), deverá iniciar um projeto de colonização das áreas periféricas às reservas indígenas. O assentamento de colonos nestas áreas, a ser feito pelo INCRA, não só ajudará a evitar a invasão das reservas, como permitirá à Funai um controle mais fácil dos índios sob sua responsabilidade. Será, evidentemente, um trabalho demorado, como a expulsão dos invasores que ocupam terras indígenas há muito tempo, alguns há quarenta anos, como ocorre no Paraná. "Estamos com várias ações na Justiça", explicou o presidente da Funai, "mas são ações individuais. Não há figura do despejo coletivo." Assim, se há 500 invasores numa determinada

área, é necessária uma ação judicial para cada um.

"Por enquanto, a Justiça não julgou nenhum caso", esclareceu ele, "em consequência de sua própria mecânica de funcionamento, que é morosa. A lei permite esta demora — ou é um interessado que não compareceu ao julgamento, ou um advogado que adoeceu." Até hoje, a Funai não conseguiu demarcar todas as áreas às quais os últimos 200 000 índios brasileiros têm direito. O prazo para isso, determinado pelo Estatuto do Índio, de 1973, é de cinco anos, mas quase sempre esbarra em problemas, como o do Parque Nacional do Xingu. "É inacreditável", afirmou o general Is-



LUIS HUMBERTO

**Ismarth: é um mundo de interesses**

marth, "mas o Xingu já está loteado por fazendeiros, donos de títulos fornecidos por um ex-governador de Mato Grosso."

Há uma explicação para isso. A criação do Parque foi anunciada em 1958, mas sua efetivação só aconteceu em 1961. Neste período, os fazendeiros conseguiram os títulos, durante o governo de João Ponce de Arruda, do antigo PSD. "Os fazendeiros nem mesmo ocuparam as terras do Parque", denunciou o presidente da Funai. "Apenas esperaram que elas valorizassem para agora pedir uma indenização que considero sem nenhum fundamento." São problemas deste tipo que impedem à Funai o exercício ostensivamente policial de proteção do índio. E com isso a situação se agrava. Merure foi um caso típico. Estão sendo demarcadas terras férteis que pertenciam aos bororo mas que foram sendo tomadas progressivamente. Os índios acabaram acuados em "areíões" imprestáveis até mesmo para a sobrevivência.

4/2

Paster FUNAI

PT 10250.122



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

168

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Xavantes em pé de guerra</b></p> <p><i>Boa Vista, 17 de São Paulo</i></p> <p>BRASÍLIA (Sucursal) — Os xavantes da reserva Sangradouro, em Mato Grosso, declararam-se em "estado de guerra" devido à invasão de suas terras, no final de semana, por vários jagunços armados, a mando de três fazendeiros da região. A Funai deslocou três técnicos para a região, ao mesmo tempo em que pedia o apoio da Polícia Federal, mas as últimas notícias procedentes da área dão conta de que é eminente um choque armado entre os xavantes e os jagunços.</p> <p>Tudo começou, segundo a Funai, quando o dono da fazenda Mortandade, que faz limite com a reserva indígena, tentou colocar mil cabeças de gado nos domínios dos xavantes. A partir daí, um outro fazendeiro, conhecido como Coronel Raimundo, levou a reserva de Sangradouro com 20 homens armados. Além disso, um terceiro fazendeiro, ainda não identificado pela Funai, invadiu a reserva, dizendo que havia comprado a terra de um posseiro desaparecido. Até ontem, apenas o dono da fazenda da "Mortandade" havia sido detido pela Polícia Federal.</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta FUNAI</i></p>

PT 10250.122

NOME: .....  
 FILIAÇÃO: .....  
 RESIDÊNCIA: .....

Print. N.º

# Sequestro de índio provoca tensão no interior do PR

*O Estado de São Paulo*

DATA	PROC

## Criticado o decreto de emancipação

Da sucursal de BRASÍLIA

O padre Antonio Iasi, que se afastou recentemente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), por discordar de sua vinculação à CNBB, declarou ontem que a decisão do governo de assinar um decreto facilitando a emancipação de grupos indígenas contraria as afirmações do presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, de que o Estatuto do Índio não sofreria alterações. "Esse decreto, disse, deixa claro que o general Ismarth mentiu ao dar essa garantia aos antropólogos e indigenistas que participaram, no ano passado, de uma mesa-redonda realizada pelo Estado para discutir a questão da emancipação do índio".

O cacique xavante Mário Juruna, na entrevista que teve com o presidente da Funai, também defendeu posição contrária a inovações no Estatuto do Índio, que permitiriam um processo de emancipação mais simples para os índios considerados em adiantado grau de aculturação. "Sou contra a emancipação, disse Juruna, apesar de não entender direito o que ela significa, a não ser que o índio não terá mais a assistência da Funai. Prefiro do jeito que está, pois assim o índio não pode ser preso e não estará posto de lado como os caboclos brasileiros".

A grande preocupação do cacique Mário Juruna é com o destino das terras indígenas depois da emancipação. "Esse negócio da terra continuar pertencendo à União não nos dá qualquer garantia", observou.

Segundo o presidente da Funai, a redação final do projeto, que está em mãos do ministro do Interior, Rangel Reis, contou com a colaboração de antropólogos, juristas e técnicos "do mais alto nível", preocupados em estabelecer os parâmetros a serem levados em conta para considerar o índio individualmente, ou uma comunidade, como opta para ser emancipada e não regulada por legislação especial, como acontece hoje e, assim, gozar de todos os direitos. Para Ismarth o projeto garantirá aos índios a posse de suas terras.

Da sucursal de CURITIBA

Jerônimo da Silva, o guarani sequestrado por posseiros no posto do rio Das Cobras — em Laranjeiras do Sul, a 400 quilômetros de Curitiba — está correndo risco de vida. Sequestrado na quinta-feira passada por três pessoas, ele só reapareceu na segunda-feira de carnaval. Nesse período, os índios prenderam um posseiro e ameaçaram matá-lo se Jerônimo não fosse solto.

As informações só chegaram ontem em Curitiba, e foram abafadas pela delegacia da Funai, que acompanhou o caso desde o início e providenciou o exame de corpo de delito do índio na segunda-feira. Segundo os moradores da região, Jerônimo foi espancado por mais de doze horas seguidas e teve de caminhar, por três dias sem alimentação, os 140 quilômetros entre Laranjeiras do Sul e Cascável.

Ainda ontem à tarde, a delegacia da Funai em Curitiba negava a gravidade da saúde do índio, informando apenas que "ele está se recuperando e passa bem". O padre Francisco Sassi, entretanto, classificou o sequestro de "mais uma provocação perigosa", acrescentando que os 1.400 guaranis e kaigans do posto estão fortemente armados com facões, foices, espingardas

e flechas envenenadas, para qualquer eventualidade.

Foi na reserva do rio Das Cobras, há 20 dias, depois de vários atritos com posseiros, que os índios iniciaram um processo de expulsão das famílias que ocupam mais de 60 por cento de suas terras. Até o início da semana, eles já haviam conseguido afastar 150 famílias, restando ainda cerca de 500 outras; segundo o padre da diocese da região, Francisco Sassi, à medida em que os posseiros iam sendo expulsos, suas casas foram imediatamente ocupadas por famílias indígenas. Muitas delas haviam-se transferido para outras reservas do Paraná — por falta de terras para cultivo, no rio Das Cobras — e voltaram há pouco tempo para ajudar no trabalho iniciado pelas duas tribos do posto de Curitiba.

Enquanto a Funai está procurando meios legais para promover a desocupação da reserva, a tensão vem aumentando gradativamente no posto indígena. Além do sequestro de Jerônimo da Silva, na semana passada, o próprio padre Francisco Sassi continua recebendo ameaças de morte, feitas pelos posseiros inconformados, que o acusam de proteger os indígenas. O caso atinge tal gravidade, que o padre está inclusive impedido de visitar uma área da reserva pertencente à sua paróquia e ocupada por colonos brancos.

## Invasão é denunciada

Do correspondente de CUIABÁ

O ex-secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário, padre Antonio Iasi Júnior, reafirmou ontem, em Cuiabá, denúncia feita há alguns dias pelo bispo de Diamantino, Dom Henrique Froelich, de que o Grupo Itamarati, de São Paulo, invadirá há algum tempo uma grande área da reserva indígena dos nhanbikwaras. O delegado na Funai, entretanto, informou que o grupo já se dispôs a abandonar a área.

O padre Iasi Júnior denunciou ainda a Prefeitura de Aripuanan, que vem fazendo constantes ameaças de invadir a reserva dos índios rikitbatsa — canoeiros de Mato Grosso — com uma estrada que ligaria Fontanillas, futura sede do município, com Porto dos Gaúchos e o resto do Estado. Sebastião Otoni, prefeito de Aripuanan, já pediu pessoalmente ao ministro Rangel

Reis, do Interior, autorização para a construção daquela estrada, o que lhe foi negado. José Paraná, prefeito de Porto dos Gaúchos, foi apontado pelo missionário como invasor da reserva dos índios caiabis. Paraná pensa em construir uma hidrelétrica dentro daquela reserva.

Após percorrer durante 45 dias, diversas tribos do norte matogrossense, padre Iasi disse que o Grupo Junqueira-Vilela, de Cuiabá, estaria tramando a invasão da reserva dos rikitbatsa.

Após estranhar que a empresa Plantel, de Goiânia, "não seja uma firma especializada em topografia, mas, sim, em planejamento rural, padre Iasi comentou o fato de ela vir ganhando, sistematicamente, todas as concorrências para demarcação de terras das reservas indígenas". Ele levantou a suspeita de que a empresa poderia, inclusive, estar negociando com pretensos proprietários de áreas incluídas nas reservas.



Nº

003832



**ESTADO DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES



**DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:**

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

773.212

2

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL



Curitiba, 31 de dezembro de 1966.-

ASSUNTO: Relatório do Agente Antonio Cardoso ao Dr. Delegado da D.O.P.S.

Senhor Delegado:

Cumprindo a ordem de serviço, papeleta número 17, e que as investigações recaem no Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Chefe da 7ª I.R., do Serviço de Proteção aos Índios.

As investigações feitas por mim não puderam ser concluídas pelo fator do mesmo residir em Guarapuava. Soube por intermédio do meu informante que o Sr. Dival José de Souza, pertenceu ao Partido Trabalhista Brasileiro antes da Revolução, e que atualmente deixou de políticas e não gosta nem que falem em Leonel Brizola e Carlos Lacerda, por que acha que esses dois eis políticos foram causador da situação da política atual.

No mais encerro essa aguardando suas instruções.

  
ANTONIO CARDOSO

Fazer radiograma a Guarapuava solicitando informações sobre Dival José de Souza, funcionário da 7ª I.R.

Em 17 Fev 67

ERLHEKE

Feito Radiograma nº 12/67 conforme escrita ao lado.

Em 22/2/67.

  
Lec.



ESTADO DO PARANÁ

# Secretaria de Segurança Pública

SSP-19

DELEGACIA DE Ordem Política e Social

PAPELETA DE SERVIÇO N.º 17

À Superintendência
Em 9 / 12 / 66
<i>[Signature]</i>
Delegado <i>[Signature]</i>

Fato ocorrido à \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Local: Curitiba

VITIMAS SOBRE: DIVAL JOSÉ DE SOUZA

Residência: *Elano Pereira, 269*

### HISTÓRICO

Solicito de V.S. a necessária determinação no sentido de ser verificado o que abaixo se especifica, com base no seguinte informe:

"Consta que Dival José de Souza, Chefe da 7ª I. R. do Serviço de Proteção aos Índios, participa do Grupo Leonel Brizola e Chefia uma corrente anti-revolucionária nos três Estados sulinos."

- verificar a veracidade do informe;
- antecedentes políticos e ideológicos de DIVAL JOSÉ DE SOUZA.

Em 09 Dez 66

*[Signature]*

- Chefe SI -

Ao Ilmo. Sr.

Dr. OZIAS ALGAUER

DD. Delegado da DOPS

N/EDIFÍCIO





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
Agência de Curitiba

CONFIDENCIAL

Ofício nº 935

Curitiba, 9 de novembro de 1966.

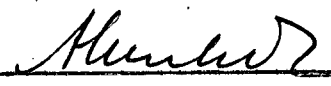
Do Chefe da Agência de Curitiba

Ao Ilmo. Sr. Delegado de Ordem Política e Social do Estado do Paraná.

Assunto: Pedido de Busca (envia)

1. Tenho a honra de encaminhar a V.Sª., em anexo, o Pedido de Busca nº 177/SNI/ACT/66 desta Agência.

2. Agradecendo a decisiva e constante cooperação que essa digna Delegacia vem prestando aos trabalhos desta Agência, valho-me da oportunidade para renovar-lhe, Sr. Delegado, o meu elevado apreço e distinta consideração.

  
LEVY RIBEIRO BITTENCOURT

*para* CEL R/1 CH SNI/ACT



CONFIDENCIAL

1- Feita papuleta de serviço

nº 19

Em 9-3-66

Elkeke

Recebida a Papuleta, com  
a informações: O referido Sr.  
reside em Guarapuava.

Feito rd. 12/67.

Em 22/3/67

*[Signature]*

Feito of. 337/67 complementan-  
do o pedido anterior

Em 10/8/67

*[Signature]*



DATA: 08 NOV 66 **CONFIDENCIAL**

ASSUNTO: DIVAL JOSÉ DE SOUZA

REFERÊNCIA: Protocolo nº 128-0 / 03 11 66

\*\*\*\*\*

1. DADOS RECEBIDOS /

Consta que DIVAL JOSÉ DE SCUZA, Chefe da 7a I.R. do Serviço de Proteção aos Índios, participa do Grupo LEONEL BRIZÓIA e Chefia uma corrente anti-revolucionária nos três Estados sulinos.

2. DADOS SOLICITADOS /

- 2.1 - Veracidade do Informe.
- 2.2 - Antecedentes ideológicos e políticos de DIVAL JOSÉ DE SCUZA.
- 2.3 - Outros dados julgados úteis e esclarecedores.

\*\*\*\*\*

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**CONFIDENCIAL**



# FEDERAIS DEVASSARÃO EXTINTO SP

A Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal vai instaurar inquérito para apurar a responsabilidade criminal de funcionários do extinto Serviço de Proteção aos Índios, SPI, lotados na 7.ª Inspeção Regional. A informação é do coronel Waldemar Osvaldo Bianco, delegado regional que recebeu ontem os autos do inquérito administrativo realizado pelo Ministério do Interior. Nas próximas horas, deverá designar um Inspetor Federal para presidir o inquérito e proceder às investigações necessárias, nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

## Campelo

O Delegado da Polícia Federal não adiantou o número de funcionários indiciados nem quando se iniciará o interrogatório dos culpados, que deverão ser processados e julgados pela Justiça comum. Informou, ainda, que o coronel Florimar Campelo, diretor geral do Departamento de Polícia Federal, passará o cargo ao general José Bretas Cupertino no próximo dia 6. Antes, o Diretor Geral, exonerado há poucos dias pelo presidente da República, virá a Curitiba, retornando a Brasília para passar o cargo ao ex-comandante da ID/5 e atual Chefe da Diretoria de Armamento e Munições do Exército.

## Devassa mostra o que SPI faz as indígenas

BRASILIA (AIB) — O ES-TADO) — No inquérito aberto para apurar irregularidades que teriam sido cometidas no Serviço de Proteção aos Índios, SPI, realizado em andamento como peça fundamental o rádiograma em que o sr. Nilo Veloso, chefe da Sassi, comunicou ao diretor do órgão, Cel. Hamilton de Oliveira, — "a, onde de, crimes que vêm tendo como autores não mais garimpeiros, seringueiros ou fazendeiros, mas sim servidores do SPI, que envergouham e desonram os cargos que exercem".

O Delegado Carlos Grobmann, do Departamento Federal de Segurança Pública, seguirá hoje para a Ilha do Bananal, designado pelo Dele-gado Hilton Brandão, a fim de apurar "Farras", realizadas por servidores do SPI em companhia de indígenas e a prostituição de índias menores de 18 anos.

### A RAZÃO DA CRISE

A crise interna no serviço de proteção aos índios, segundo fontes do próprio órgão, decorre principalmente das atividades do sr. Boanerges Fagundes de Oliveira na Ilha do Bananal.

Assessor do Cel. Hamilton de Oliveira, acusado por alguns de ser o seu protetor, o sr. Boanerges não foi, até agora punido, apesar de relatório encaminhado pelo sr. Nilo Veloso e acusando-o de irregularidades. Há, no entanto, inquérito no Ministério da Agricultura a este respeito.

Em 29 de agosto o sr. Nilo Veloso, chefe da Seção de Proteção e Assistência ao Índio, passou o seguinte relatório ao Cel. Hamilton de Oliveira:

"Alerto-vos contra ondas de crimes que vêm tendo como autores não mais garimpeiros, seringueiros ou fazendeiros,

mas sim servidores do SPI, que envergouham e desonram os cargos que exercem. Sr. Chefe dessa agência, este Serviço foi fundado por Rondon e tem deveres a cumprir. Conto com vossa apoio e dedicação para fiscalizar todos os atos que impliquem em defesa da honra e da família do Índio. Saudações — Nilo Veloso".

### PREJUDICOU SPI

O sr. Boanerges Fagundes foi designado pela direção do Serviço de Proteção aos Índios para apurar irregularidades que teriam ocorrido na venda de gado pertencente ao patrimônio indígena.

Conforme informações já em poder das autoridades do SPI, confirmadas por relatório reservado do sr. Nilo Veloso, a situação do sr. Boanerges Fagundes na Ilha do Bananal foi inteiramente prejudicial ao SPI.

Por ter encontrado sua esposa, Kixixara, em flagrante de infidelidade conjugal com o servidor Boanerges, o índio Bobooy abandonou-a para não ser ridicularizado pela tribo, prejudicando seus filhos. Há, também, informações de que o sr. Boanerges Fagundes havia mantido relações com outras índias e compreendido, em companhia de indígenas, aos prostratos de Maria Catarina, em São Félix.

A existência de várias índias nesse prostrato será investigada pelo Delegado Grobmann, pois suspeita-se de uma rede de exploração das indígenas.

Pontes ligadas ao Ministério da Agricultura desmentiram ontem que o Cel. Hamilton de Oliveira tenha comprado um telefone particular com o dinheiro do SPI. A denúncia, que ainda não foi oficialmente tratada, no entanto, ligue-

*Estadão - 10 Dez 66*





Estado do Paraná

30/11/66

## Inquerito diz o que é irregular no SPI

BRASILIA — (AJB—O ESTADO) — O inquérito instaurado no Serviço de Proteção aos Índios para apurar possíveis irregularidades cometidas pelo ex-diretor administrativo do órgão, sr. Benedito Pimentel, constatou aplicações irregulares de verbas orçamentárias, venda de materiais pertencente aos índios, e chantagem com os servidores recém-contratados, entre outros fatos.

Por sua vez, o diretor demitido, no seu depoimento e quando estava no gabinete Militar da Presidência da República, há alguns dias, acusou o diretor-geral do SPI, cel. Hamilton de Oliveira Castro, de ter comprado um aparelho telefônico, para uso particular, com dinheiro do órgão, e de proteger o funcionário Boanerges de Oliveira, acusado de corromper moralmente nativas da Ilha do Bananal, induzindo-as à prostituição.

### NO PARANA'

No depoimento prestado por outro diretor do órgão, sr. Luiz Bastos, foi declarado que o ex-diretor geral do SPI,

major Luis Vinhas Neves, aconselhou o depoente a não denunciar irregularidades de outro servidor, sr. Fernando Cruz, da Inspetoria Regional do Paraná, por ser este «um homem perigoso». O sr. Fernando Cruz é acusado de ter vendido 120 toras de cedro, do Posto Indígena Gonçalves Dias; e, pelo sr. Luis Santos, de ter lhe pedido um empréstimo de Cr\$ 2 milhões, em troca de facilidades na sua nomeação (parte deste empréstimo teria sido pago com o dinheiro apurado na venda das madeiras indígenas).

O sr. Benedito Pimentel, ao que se apurou, é acusado, entre outras coisas, de ter se apoderado de Cr\$ 2 milhões, pertencente ao Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (disse o acusado que ainda está ultimando a prestação de conta correspondente); e de haver vendido um jipe, propriedade do Posto Indígena «Nizia Brasileira», por Cr\$ 400 mil, gastando, segundo contas prestadas, Cr\$ 250 mil na viagem a Brasília, entregando o restante a outro funcionário, sr. Cavalcanti Albuquerque.



# Governo vê corrupção no SPI e ordena a devassa

**RIO — (AJB-O ESTADO).** O ministro do Interior, general Albuquerque Lima, assinou portaria, designando comissão de sindicância para, no prazo de trinta dias, «à base dos indícios e elementos probatórios colhidos», fazer uma intervenção enérgica no Serviço de Proteção aos Índios, determinar a prisão administrativa de funcionários implicados em atos irregulares, restaurar a autoridade daquele órgão e punir, com demissão sumária, os responsáveis por prejuízos acarretados à administração pública.

A comissão de sindicância, que funcionará em Brasília, será presidida pelo bacharel Pedro Carlos Machado Peixoto e integrada por João Batista Cavalcanti de Melo e Edna Mattias todos funcionários do Ministério do Interior.

## PROIBIÇÕES

Também pelo ministro Albuquerque Lima foi proibida ao Serviço de Proteção aos Índios toda e qualquer transação que envolva aquisição ou alienação de materiais ou bens, inclusive venda de madeiras, mate, castanha-do-Pará e, principalmente, de gado e minérios, assim como o arrendamento de pastagens.

Determinou, ainda, o ministro que sejam colocados em segurança todos os papéis do arquivo da repartição e levantados os débitos assumi-

dos e os possíveis créditos.

O ministro está certo de que houve dilapidação de bens patrimoniais numa escala esbarreadora e que estariam implicados, nessas irregularidades, todos os elementos de chefia do Serviço de Proteção aos Índios. Seu gabinete informou, ainda ontem, que o gen. Albuquerque Lima tomou medidas para intervenção enérgica e rápida, através do procurador Jader de Figueredo Correas, que presidiu recentemente comissão de inquérito administrativo no SPI, depois do incêndio que destruiu as instalações do Serviço, no edifício do Ministério da Agricultura, em Brasília.

## EXODO

Em do próprio ministro a informação de que, ultimamente, índios, em número crescente, chegam a Brasília, procurando assistência, uma vez que nos postos do SPI a miséria e o desemprego são totais.

O Ministério do Interior já pôde comprovar, no Serviço de Proteção aos Índios, a alienação irregular de bens patrimoniais; descaminho de recursos; emprego irregular de verbas; favoritismo no arrendamento de terras e pastagens; desídia e incuria administrativa; omissão; deterioração de autoridade; e falta de disciplina.

## REFORMA

O SPI foi transferido pa-

ra o âmbito do Ministério do Interior, pela reforma administrativa. A Assessoria Jurídica do Ministério já está elaborando projeto, para a transformação do SPI, do Conselho de Proteção aos Índios e do Parque Nacional do Xingu em uma fundação, que reformulará todas as atividades, tendo em vista «a missão de alto sentido humano e social».

Ainda ontem, o ministro Albuquerque Lima reiterou o Ministério da Fazenda a liberação de recursos para o SPI, «que não recebeu numerário do corrente exercício».

## ORÇAMENTO

O ministro do Interior disse ontem na comissão de orçamento da Câmara, que, essencialmente, é contrário aos dispositivos da nova Constituição, que vedam vinculação da renda tributária da União à formação de recursos para os programas regionais de desenvolvimento, «principalmente aqueles que interessam às áreas críticas nacionais do Norte e do Nordeste».

Acrescentou o ministro Albuquerque Lima que é favorável à garantia de níveis mínimos crescentes para os investimentos públicos na região Norte-Nordeste. Acha conveniente a inscrição na lei orçamentária de dispositivos que impedissem o corte de dotações destinadas a planos de desenvolvimento regional daquelas áreas críticas.



Nº

00905



**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

**DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:**

*CONSELHO INSIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI*

PT343.40

DOPS/PR

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
III EXÉRCITO  
COMANDO DA 5ª RM/DE  
ESTADO-MAIOR

CURITIBA, PR, 1º ABR 77



2.ª Seção

INFORMAÇÃO N.º 501-E/2-77

- 1. Assunto: UMA IGREJA NO CORAÇÃO DO MUNDO - REFLEXOS SOBRE A MISSÃO SOCIAL DA IGREJA NO RS - III ASSEMBLÉIA REGIONAL SUL DO CIMI.
- 2. Origem: 5ª RM/DE.
- 3. Difusão: CIE - III EX - ACT/SNI - DFE/PR - DOPS/PR.
- 4. Difusão Anterior:
- 5. Referência:
- 6. Anexo: Cópia xerox de documentos.

1. Esta AI remete o documento anexo, que foi distribuído aos convencionais da III ASSEMBLÉIA REGIONAL SUL DO CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO) realizada na 3ª semana do mês de março, tendo como local a Casa de Retiros do Mossunguê, CURITIBA/PR.

2. O documento em pauta, em sua introdução, refere-se a seus autores como sendo um grupo de jesuítas que se reuniram por quatro dias em FLORIANÓPOLIS/SC, em janeiro de 1974.

3. Trata-se de um documento altamente subversivo, chegando ao ponto de ultrajar e denegrir as Forças Armadas quando inserem à folha 3 o seguinte trecho:

"Tudo isto nos faz desconfiar de que os próprios detentores do poder político (no caso, as Forças Armadas) têm interesses econômicos nesta situação, e, para os satisfazer, nem sempre resistem a aliança e conluios corruptos com o grande poder econômico e financeiro nacional ou estrangeiro."

4. O aludido documento se compõe do seguinte:

a. Introdução

Nela se afirma o objetivo a que se propõem em descobrir a missão social da Igreja face ao transcorrer de 10 anos de "Revolução" (sic) responsável por apresentar socialmente um povo "em que uma grande maioria vai muito mal e mui-

Continua...

D. O. P. S.  
PROCOLO  
567/ff  
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

PT 343.40

Arquivos

Posta: CEMI

Em 29-4-77

ff

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 501-E/2-77, de 1º ABR 77, da 5ª RM/DE fl 2)

tos cada vez pior e em que uma pequena minoria vai muito bem e cada vez melhor".

b. I Parte - A SITUAÇÃO

Apresenta a situação política vigente no País como se resume:

- Um sistema tecnocrático e oligárquico que conseguiu se instalar sozinho no poder, e proclamando-se a si mesmo de legítimo, eliminou ou desvirtuou os controles democráticos. Propõe-se tão somente tal regime ao enriquecimento de minorias privilegiadas.

- Para defender o regime acima, montou-se um sistema de segurança, a partir de 1968, especialista em prisões, torturas e mortes a aqueles que têm coragem de enfrentá-lo.

- A situação da Igreja, como todas as outras instâncias de crítica, é dominada e controlada pelo Estado. Essa como qualquer outra instituição, que se oponha ao regime, só é tolerada na medida em que não se opuser a filosofia, objetivos e métodos do governo. Aos religiosos contestadores se aplica o homicídio, a tortura, a prisão, ou a expulsão do País.

- Essa Igreja perseguida, mantém-se profundamente desunida e, em grandes áreas do território, ausente politicamente, como no caso do RIO GRANDE DO SUL (local de pastoral dos elaboradores do documento), chegando a ponto de alguns unirem-se aos opressores.

- "Também aqui religiosos e jovens foram presos injustamente e torturados, e as autoridades da Igreja permanecem demasiadamente silenciosas e rezando missas de ação de graças pelos aniversários da Revolução!" (fl 5).

c. II Parte - JULGO TEOLÓGICO

Segundo o documento, os objetivos pastorais deverão visar, além dos anseios da vida eterna, as realidades econômicas, políticas e sociais.

"A ação da igreja, não pode ser resignatória diante dos injustiçados, dos oprimidos e dos explorados pelos que se fizeram os "donos" do mundo" (fl 8).

Continua...

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 501-E/2-77, de 1º ABR 77, da 5ª RM/DE

fl 3 )

Ao final, conclama os religiosos ao martírio:

"Nas outras Regionais do BRASIL e em outras Províncias Jesuíticas tem havido perseguições. O que significa a ausência delas aqui no Sul?" (fl 9).

"Diante da ideologia e dos esquemas amorais e morais do Regime Brasileiro, só não há repressão onde não há pressão e engajamento pela justiça e pela libertação dos oprimidos! Onde estão os mártires de nossa Igreja?" (fl 9).

"Por que não há ódio e perseguição à Igreja aqui no Sul? Fizemos as pazes com o mundo?" (fl 9)

#### d. III Parte -- PERSPECTIVAS PARA UMA PASTORAL SOCIAL

De acordo com trecho inserido, esta III Parte visa discernir com exatidão e tranquilidade as verdadeiras e justas soluções para com os grandes problemas humanos. Procuram descobrir alguns caminhos, "para ir ao encontro do nosso irmão espoliado e deixado semi-morto ao longo da estrada" (fl 10).

Para a concretização do objetivo acima, estabelecem normas de ação a serem satisfeitas por aqueles que participam desta Pastoral:

##### 1) Conhecer a verdade

Não só atentar a imprensa favorável ao governo e que falseia a realidade, porém procurar ler trabalhos sérios que apresentam a face real e completa da situação.

Não limitar os estudos ao acanhamento regional, porém estendê-lo ao mundial.

Para o caso provincial (Jesuítas do RS) solicita que esses estudos se façam em ligação com o CAS (COMISSÃO DE AÇÃO SOCIAL) que dispõem de meios para a doutrinação e que os põe a disposição das diversas comunidades.

##### 2) Clamar a verdade

Entende-se por denunciar o mal. Mostrar "a injusta concentração de renda nacional, o escandaloso esbanjamento de dinheiro seja por parte de indivíduos ou famílias (demon-

Continua...

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 501-E/2-77, de 1º ABR 77, da 5ª FM/DE 3ª SEÇÃO nº 4)

tração de luxo) seja por parte do Governo" (fl 11).

Anunciar as exigências positivas do Evangelho, isto é, promoção humana, distribuição justa de renda, salário compatível, participação de todos nos destinos de todos.

"É isso que eu quero e não missas, Te-deuns ou romarias" (fl 12).

Propugnan, baseados nessa idéia, "clamar a verdade". "Sejam mais corajosos e autênticos, negando participações em missas políticas solicitadas pelas forças opressoras."

Visualizam a campanha da fraternidade como uma ocasião ótima para a pregação dessas idéias pelo BRASIL afora.

### 3) Conversão Pessoal

"Será necessário fazer a verdade em primeiro lugar em nós mesmos, em nossas pessoas, em nossas comunidades religiosas e em nossa Igreja" (fl 13).

"Nossa estrutura interna, nosso arranjo espiritual é psicológico, deve ser solidário, participativo, e não elitista, classista, dominador, seguro das próprias soluções e que dispensa uma profunda confiança nos outros e um autêntico diálogo e busca com eles" (fl 13).

Baseado nessas idéias pregam a união acima de tudo para que não se caia no opórbio da delação - "Sabemos dos tristes fatos acontecidos entre nós: irmãos acusando irmãos e delatando-os às forças policiais" (fl 14).

### 4) Ação positiva pela justiça

Indicam a ação: "É preciso agir." "Principalmente na tarefa - "CONSCIENTIZAÇÃO DO POVO" - ajudando-o a descobrir seus direitos e deveres e a superar uma consciência ingênua, fatalista e mágica, a fim de se tornar crítico observador e avaliador da situação histórica (sic) que vive" (fl 15).

"Para essa conscientização deverão ser manejados os grupos, as associações de bairro e as comunidades de base; e no caso do RS uma série de organismos já trabalhados como "os sindicatos, círculos operários, centros de formação da juventude, etc" (fl 15).

Continua...

CONFIDENCIAL



4

CONFIDENCIAL

(Continuação da INFO Nº 501-E/2-77, de 1º ABR 77, da 5ª RM/DE

fl 5 )

O princípio a servir de guia será: "quanto mais for negado aos membros de nossas comunidades eclesiais o gozo dos Direitos Humanos como membros da sociedade civil, tanto mais se lhes deveria garantir o exercício de todos os seus direitos como membros da comunidade eclesial, sendo, desta maneira, a paróquia, o colégio, a comunidade de base, etc, o verdadeiro campo de treino e exercício para que se conserve viva a chama da liberdade, da dignidade humana e da participação a serem conquistadas também na vida civil" (fl 15).

e. Conclusão

Citam as profecias e vaticínios bíblicos de paz e fraternidade que se cumpriram e declaram-se homens inúteis, caso na Regional Sul/3 não se pregue a FORÇA LIBERTADORA DO EVANGELHO - anunciando-o ao homem do RIO GRANDE DO SUL - "povo que caminha nas trevas e cambaleia à sombra da morte." "Povo saqueado e assassinado" (fl 17).

5. No documento aqui analisado transparece nitidamente seu caráter subversivo e esquerdista. Nele prega-se abertamente a contestação à Revolução de 1964 e orienta-se a que se use dos meios sociais à disposição da Igreja para agitar e combater o regime vigente.

O slogan que pregam - "CONSCIENTIZAÇÃO DO POVO" - feito através da ação da Igreja, lembra de muito os métodos de ação do MPL (MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO).

Fica evidenciado que a Província Jesuítica da Regional Sul/3, sita no Estado do RIO GRANDE DO SUL, é um foco de subversão, contando até com um organismo - CAS (COMISSÃO DE AÇÃO SOCIAL) - apto a apoiar material e humanamente à propagação de sua doutrina contestatória.

X-X-X-X-X



CONFIDENCIAL

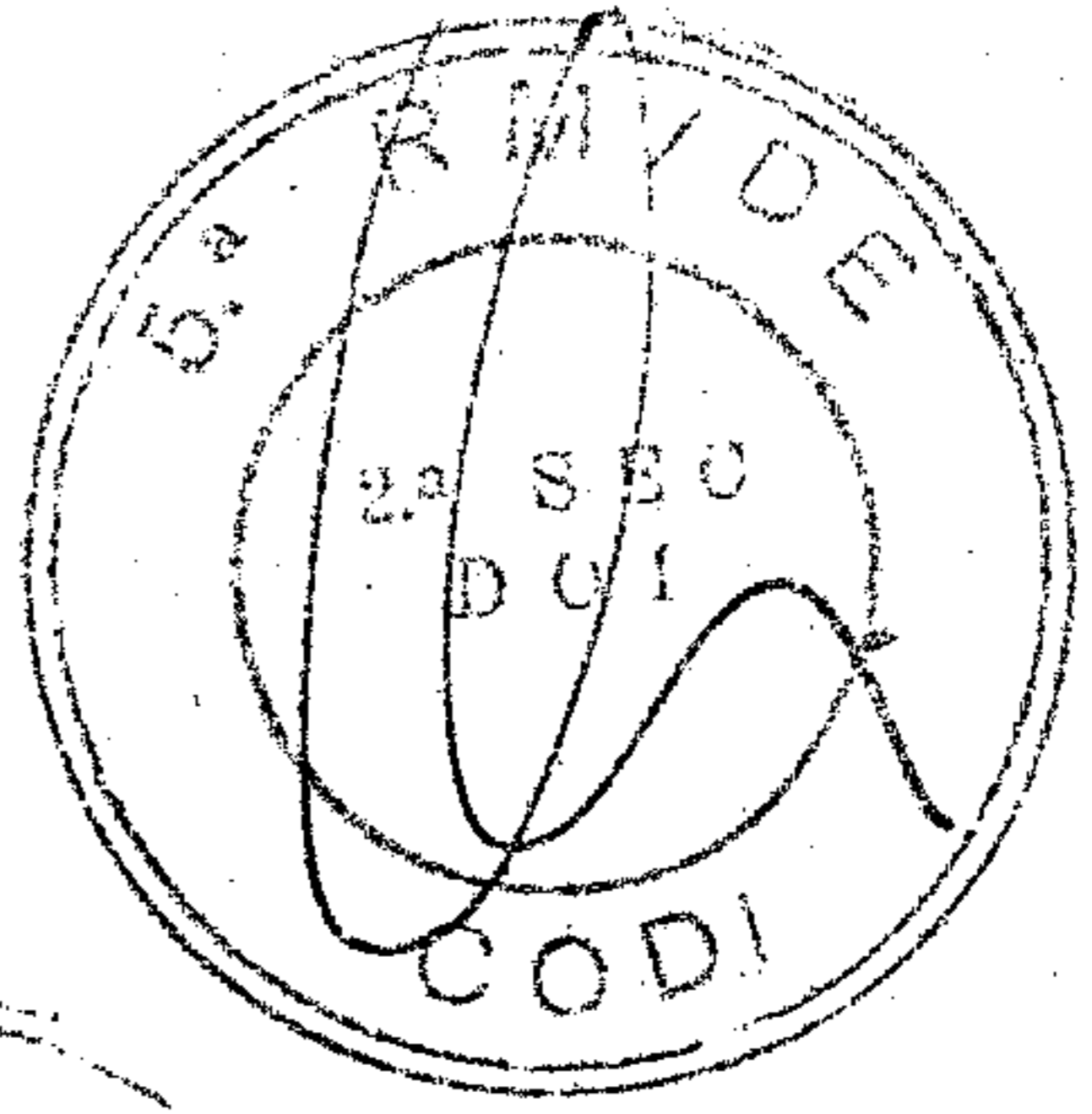
" III ASSEMBLEIA REGIONAL SUL CIMI "

"UMA IGREJA NO CORAÇÃO DO MUNDO"

REFLEXÕES SOBRE A MISSÃO SOCIAL

DA IGREJA NO RIO GRANDE DO SUL

CONFIDENCIAL



7

UMA IGREJA NO  
CORAÇÃO DO MUNDO

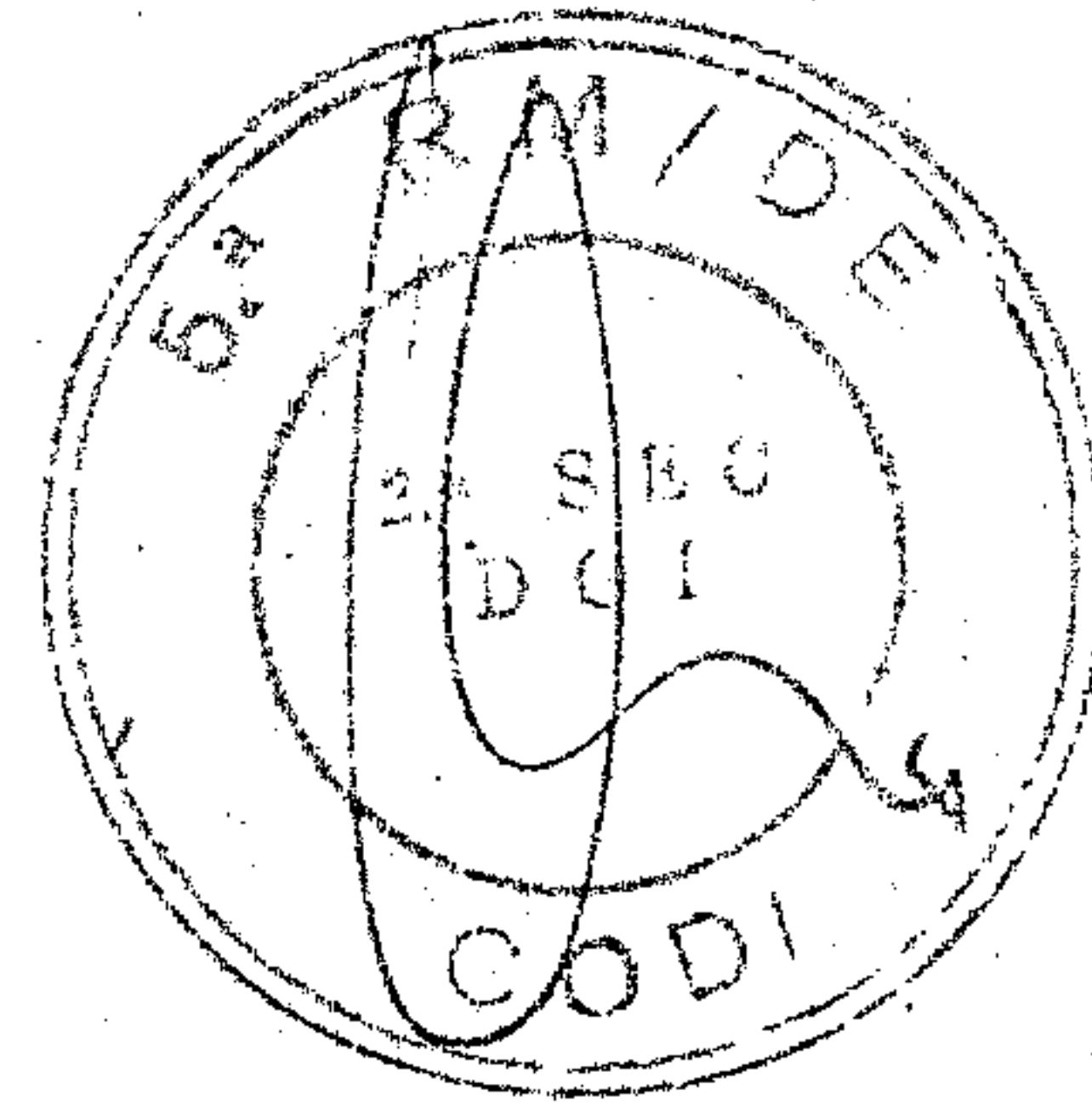
REFLEXÕES SOBRE A MISSÃO SOCIAL  
DA IGREJA NO RIO GRANDE DO SUL



CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

UMA IGREJA NO  
CORACÃO DO MUNDO

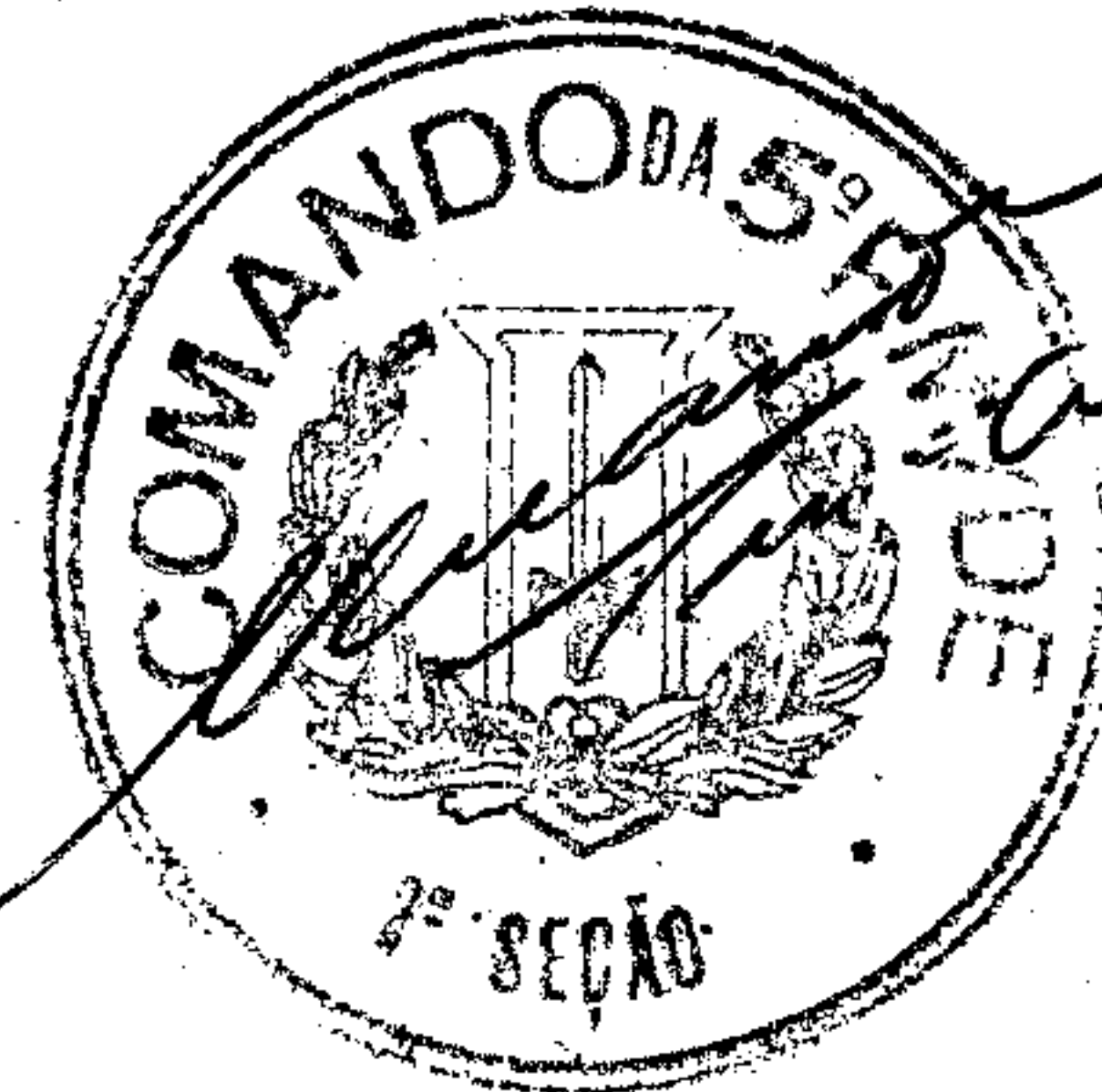


A palavra do Senhor foi-me dirigida nestes termos: Filho do homem, profetiza contra os profetas israelitas que profetizam de sua própria cabeça: Eis o que diz o Senhor Javé: Ai dos profetas insensatos que seguem a sua própria inspiração sem terem tido visão alguma... Porquanto abusam do meu povo, dizendo: "Tudo vai bem" quando tudo vai mal! Quando o meu povo constrói um muro, ei-los a cobrirem-no de gesso. Dize àqueles que põem esse gesso: Esse muro vai cair. Vai haver um aguaceiro, vai cair saraiya grossa, vai desencadear-se uma tempestade, e o muro vai rachar! Então se vos dirá: Onde está o reboco que amassastes? Pois bem! Eis o que diz o Senhor Javé: Abateroi o muro que emboçastes, pô-lo-ei abaixo, desnudá-lo-ei até às suas fundações: Ele desmoronará e perecereis no meio dos escombros.. Então se dirá: Desapareceu o muro e desapareceram aqueles que o rebocaram, a saber: esses profetas israelitas que profetizavam sobre Jerusalém e tinham a respeito dela visões de bem-estar quando tudo ia mal! - Oráculo do Senhor Javé.

(Ezequiel, 13, 1-16)

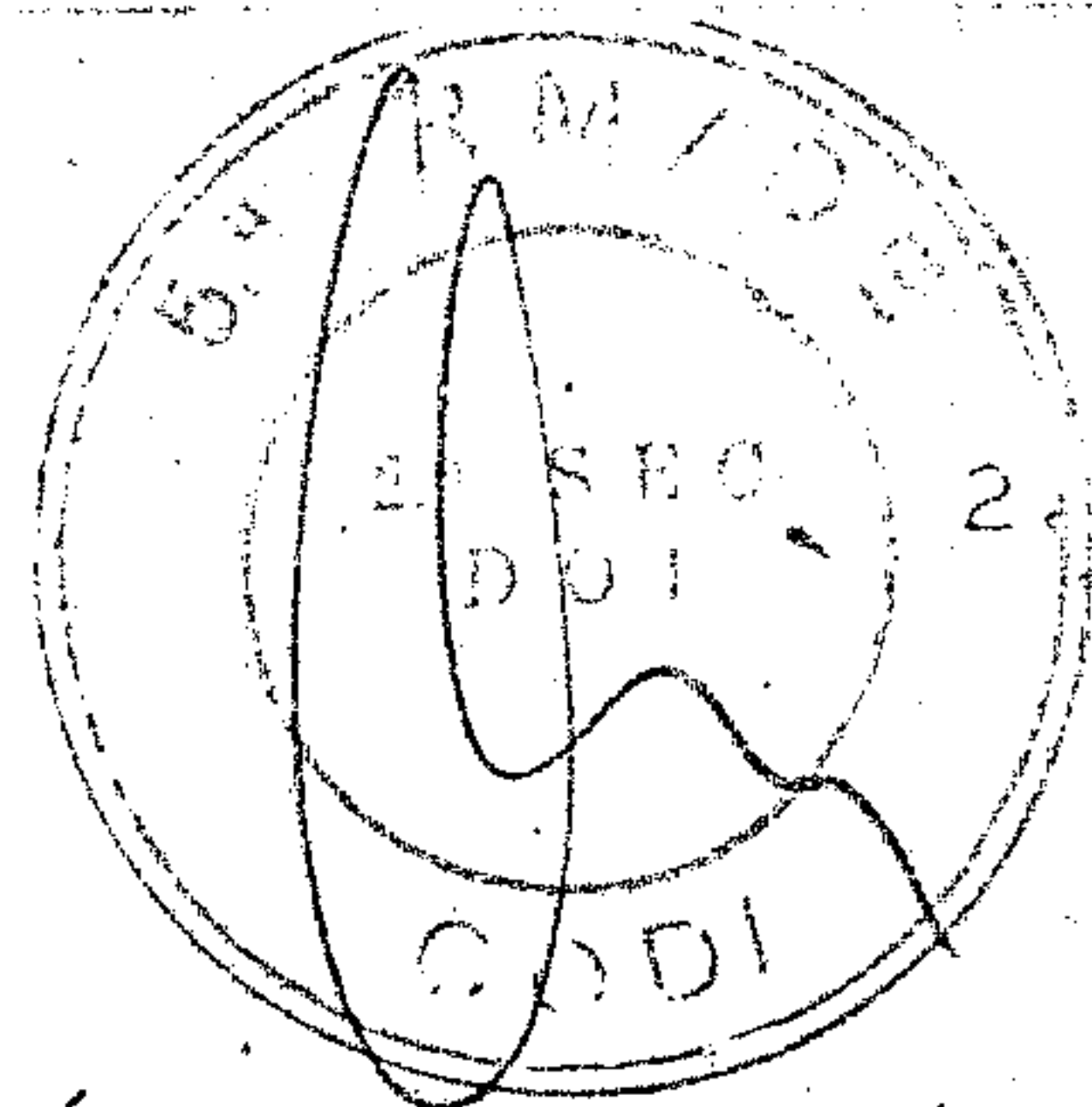
"Ao ouvirmos o clamor daqueles que sofrem a violência e se vêem oprimidos pelos sistemas e mecanismos injustos..., chegamos à unanimidade de consciência sobre a vocação da Igreja para estar presente NO CORACÃO DO MUNDO!"

(Sínodo dos Bispos, 1971, sobre: "A Justiça no Mundo", n. 5)



CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



## Introdução.

Depois de dez anos de "revolução", em que muitos de nós, talvez um tanto ingênua e apressadamente, tínhamos colocado grandes esperanças, estamos diante do comprometedor fato de sermos um país paradoxal em que uma pequena minoria vai muito bem e cada vez melhor, e uma grande maioria vai muito mal e muitos cada vez pior.

A maior parte das pessoas da Igreja continua a apoiar com euforia esse poder que "sanou o país" e está produzindo um "milagre de desenvolvimento econômico". Muitos outros, porém, talvez mais capazes de olhar a realidade global por dentro, estão cada vez mais preocupados e se interrogam quanto ao valor da resposta da Igreja aos problemas do homem e da presença da Igreja "no coração do mundo", como diz o documento do Sínodo dos Bispos, isto é, em nosso caso, no coração do nosso país.

Nesta tarefa de descobrir a missão social da Igreja precisamos todos contribuir, cada um dando aquela contribuição que puder. Assim poderemos discernir "o que o Espírito diz às nossas Igrejas" (cf. Apoc 2,7).

Nesta nossa tentativa de dar uma contribuição, iremos olhar, em primeiro lugar, para a situação da nossa realidade brasileira, procurando compreender suas forças internas bem como as atitudes da Igreja frente a essa situação. Em seguida, lendo a Palavra de Deus, nos deixaremos julgar por ela. E finalmente, procuraremos descobrir pistas de atuação, de presença transformadora em nossa realidade.

As reflexões que vamos apresentar são o resultado de quatro dias de estudo feito por um grupo de jesuítas em Florianópolis em janeiro de 1974. Muitas vezes aqui estão simplesmente expostas as conclusões daquele encontro; outras vezes há ampliações.

## IA PARTE: A SITUAÇÃO



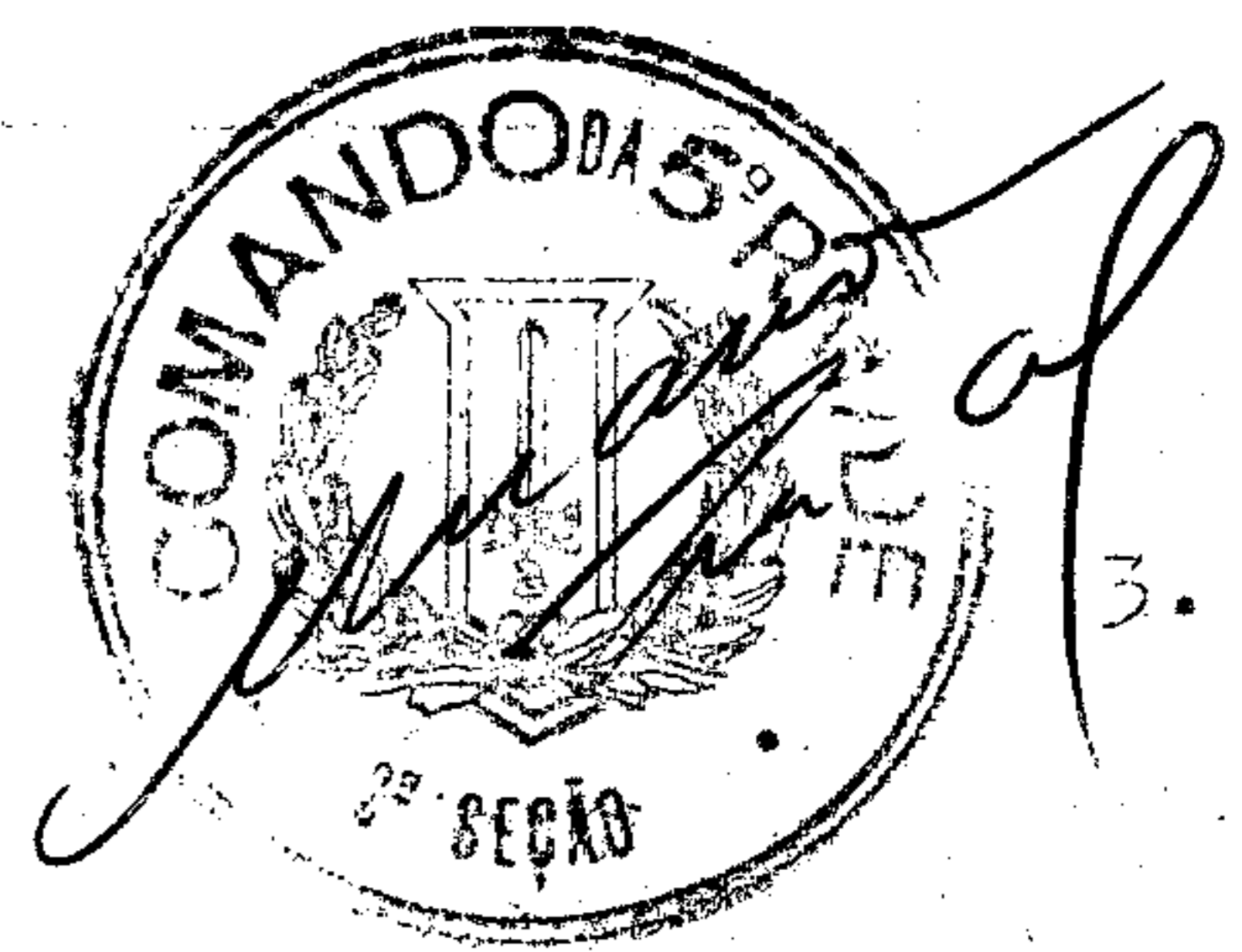
### 1. Um olhar sobre a realidade.

a) Há hoje no Brasil um política oficial que procura euforizar o povo com o "jamais visto desenvolvimento do Brasil", com o "milagre econômico brasileiro, fruto da Revolução de 64". Essa política é implantada no país, de maneira aberta ou subliminar, mas em todo o caso sistemática, através de todos os veículos de comunicação.

Não obstante isso, nenhum brasileiro deixa de observar que existem e persistem no Brasil - como aliás em todo o mundo - flagrantes contrastes: de um lado, gritantes situações de pobreza, de outro lado, grandes riquezas; de um lado luta desesperada pela sobrevivência, de outro, esbanjadora ostentação de luxo; de um lado, muitos têm pouco, de outro lado, poucos têm muito. No Brasil o salário mínimo real diminuiu 20% desde 1964. Os gêneros de primeira necessidade, indispensáveis para a simples sobrevivência, encarecem num "rush" estonteante e implacável. Em Porto Alegre, o feijão - base da alimentação de inúmeras famílias brasileiras - subiu 283% em 1973. O Correio do Povo (edição de Domingo, 25 de novembro de 1973, p. 11) publicava que enquanto a população global de Porto Alegre, nos últimos 20 anos, cresceu numa média de 5,7% ao ano, a população favelada da mesma capital cresceu numa média anual de 26%.

E a tudo isso acresce mais um mal típico da nossa civilização: apesar do pequeno poder aquisitivo de tantos milhões de homens, nem por isso a propaganda comercial os deixa em paz, mas, com as mais estudadas técnicas de

CONFIDENCIAL



envolvimento, a persegue sem cessar, criando em todos mil necessidades ir-raais e insaciáveis aspirações de consumo, muitas vezes com a simples fina-lidade de ostentação. Uma vez que a maior parte dessas necessidades não po-de ser satisfeita, constitui-se isso em permanente fonte geradora de frus-trações.

b) Praticamente se tornou impossível sair dessa situação. O poder de deci-são no Brasil não está mais ao alcance das mãos do povo. Um sistema tecnocrático e oligárquico conseguiu se instalar sozinho na cabine de co-mando. E a esse sistema interessa um Estado forte, um país que seja uma po-tência econômica. Segundo alguns (sonho de ingênuos otimistas?), a distri-buição da riqueza foi recuada para um porvir ainda não determinado, mas cer-to. A política econômico-financeira do Brasil atual de fato favorece os gru-pos fortes e, voluntariamente ou não, cria pólipos cada vez mais monstruosa-mente absorventes. A grande massa não participante são concedidos relativos progressos que, por lhe darem aquilo que nunca possuira, a tranquilizam e, inclusive, a tornam feliz e agradecida. Na verdade, certos "projetos-impac-to" têm efeitos simplesmente paliativos, sedativos e entorpecentes ou, ao menos, corretivos, e podem - como tem acontecido - não passar de serem "frios". Neste caso, não passam de criminosa demagogia.

Tentativas de análise crítica desta realidade ou voelidades de contestação são, ainda em embrião, reprimidas policialmente. (Fala-se de que no Brasil foram formados 270.000 agentes de segurança com os quais se montou um es-queema de vigilância e controle quase perfeito).

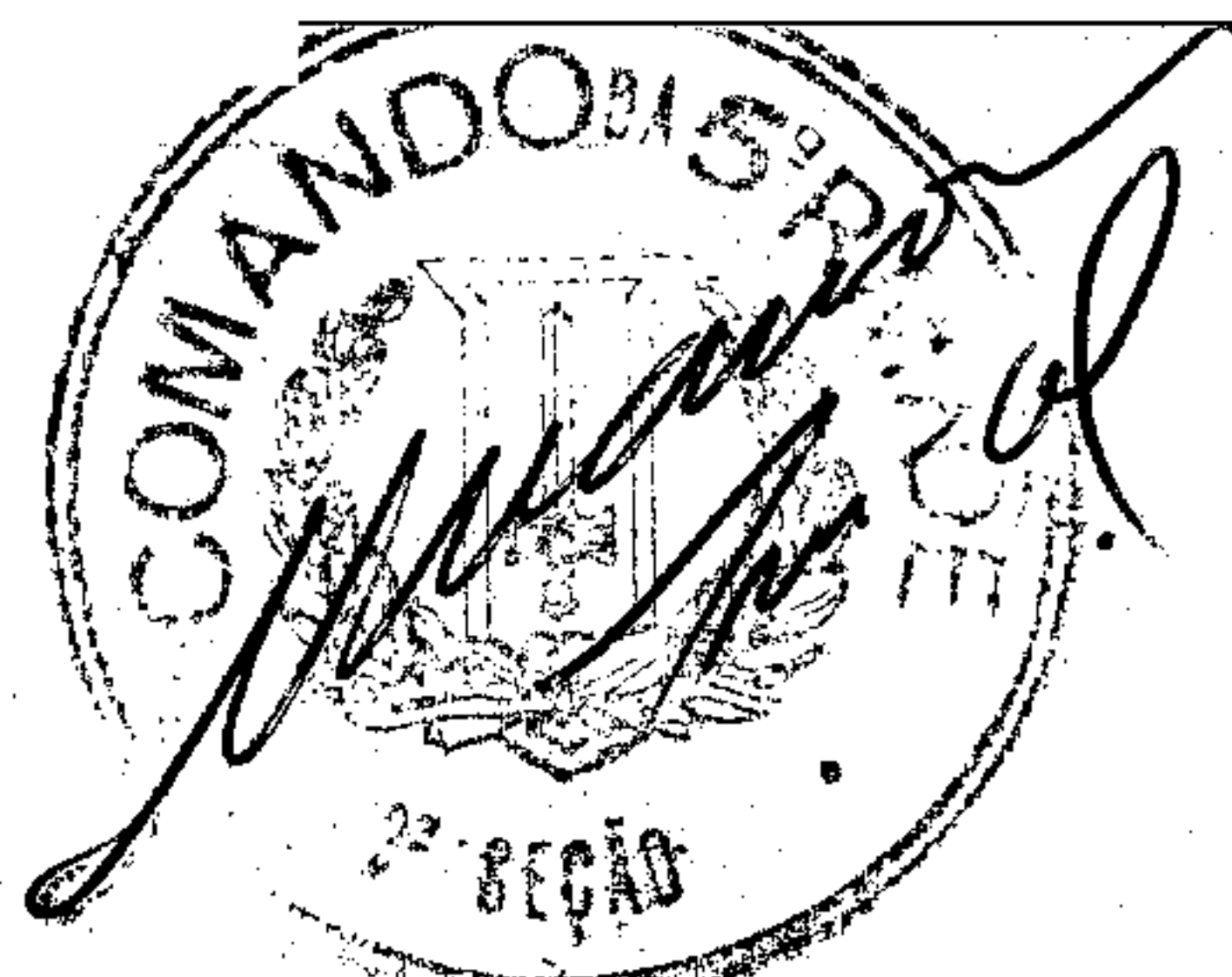
Tudo isto nos faz desconfiar de que os próprios detentores do poder políti-co (no caso, as Forças Armadas) têm interesses econômicos nesta situação, e, para os satisfazer, nem sempre resistem a alianças e conluíos corruptos com o grande poder econômico e financeiro nacional ou estrangeiro.

## 2. Uma tentativa de análise desta realidade.

Procurando olhar mais profunda e analiticamente esta situação, percebemos que ela é o efeito de um sistema econômico de dimensões mundiais. Assim co-mo há minoria privilegiada, grupos privilegiados e regiões privilegiadas dentro do país, que se constroem a expensas de uma maioria que é aliçada da participação de bens e de decisões, assim há países privilegiados que se enriquecem a expensas de outros, explorados e dominados. Os países ricos concentram em si os poderes de decisão sobre a marcha da história. Temos, portanto, os países pobres, subdesenvolvidos, e os países ricos, subdesen-volventes. Estes, por sua vez, se subdividem em blocos competitivos que competem entre si para conseguirem, cada qual, ou juntos, o maior campo possível de exploração e controle sobre os países pobres. Exemplo típico de superuniões entre eles para favorecer seus interesses: os Estados Unidos venderam trigo para a União Soviética por 70 dólares a tonelada e para a Índia por 130 dólares (Correio do Povo, 28-8-73).

Tudo isto é o resultado do sistema capitalista, que leva em seu bojo uma insaciável fome de ter sempre mais. A história do capitalismo mostra-o co-mo um sistema que inevitavelmente leva ao imperialismo dominador e ao colo-nialismo explorador, em outras palavras: à competição com relação aos i-guais e à dominação com relação aos menores. Todo este sistema produz, por-tanto, para os países subdesenvolvidos não somente uma situação de pobreza, mas uma espiral de empobrecimento. É porisso que os países ricos não devem apenas ser considerados como desenvolvidos, mas como subdesenvolventes.

O próprio Brasil, ainda que visceralmente dependente do poder econômico es-trangeiro, principalmente do norte-americano, já começa a se sentir como maior entre os pequenos e iniciou uma política de sub-imperialismo e sub-colonialismo sobre certos vizinhos e já alonga as vistas exploratórias a países da África.



Nosso mundo ocidental, chamado "cristão e democrático", é um mundo desumano. Estruturalmente desumano. Diz-se, com razão, que o homem é o gerador das estruturas, e que, por isso, a mudança destas estruturas deve começar com a conversão dos indivíduos. Da mesma forma, no entanto, se pode mostrar também que os indivíduos são frutos de uma estrutura e que a conversão de um povo não passará de veleidade ilusória enquanto não forem transformadas também as estruturas. Esta dupla e recíproca dependência entre indivíduo e estrutura nos faz compreender que existe entre elas uma relação dialética, e que ambas terão que ser mudadas, através de um processo global de educação das pessoas e de transformação do sistema econômico, político social e cultural.

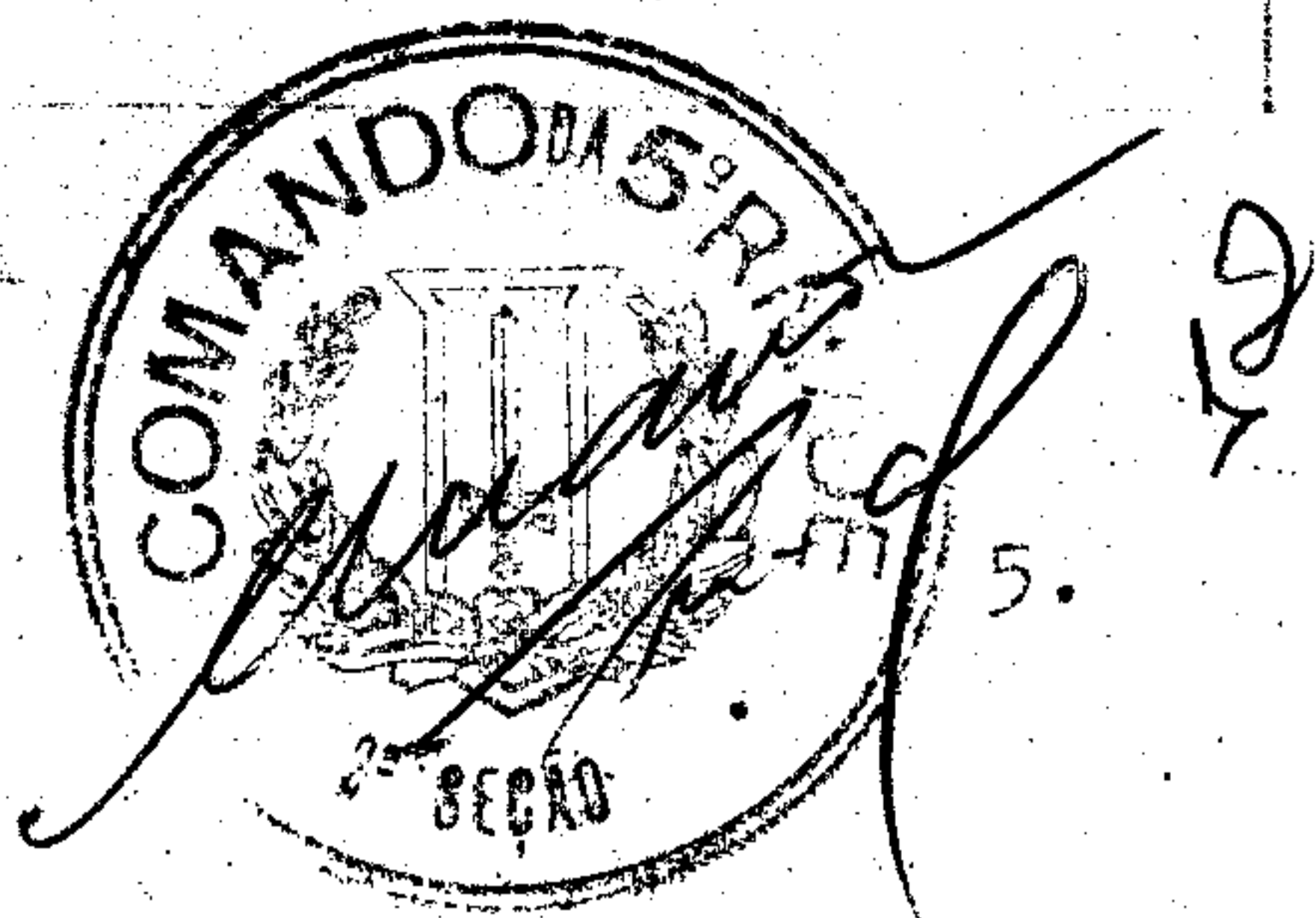
Por outro lado, a análise política mostra que cabe uma certa preeminência ao poder político sobre os demais poderes de um Estado. Suas decisões são as que prioritariamente determinam a manutenção global de um sistema ou provocam sua transformação. Que podemos esperar de um regime que se proclamou a si mesmo de legítimo, que eliminou ou desvirtualizou os controles democráticos (pense-se na subserviência forçada do Legislativo e do Judiciário, na farsa das eleições), e cujas minorias privilegiadas se enriquecem com a expansão econômica interna e para o exterior?

De tudo isto podemos concluir, com a Octogésima Adveniêns, que o "liberalismo filosófico (origem primeira do capitalismo) é, nas suas próprias raízes, uma afirmação errônea da autonomia do indivíduo" (OA 35). Em outras palavras, ele, o capitalismo, é também intrinsecamente mau, porque anti-humano, egoísta, marginalizador, explorador e opressor.

### 3. As respostas que a Igreja está dando.

Diante da situação distorcida que temos visão sumariamente, situação que solicita "com dramática urgência" (Medellín, Introd., n. 3) uma ação eficaz, qual é a reação por parte da Igreja no Brasil e, especificamente, das Igrejas do Regional Sul 3 e por parte da nossa Província? Qual o grau e a qualidade da nossa resposta ao "surdo clamor que brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores a libertação" (Medellín, XIV, 2)?

a) Constatamos, em primeiro lugar, que a Igreja, como todas as outras possíveis instâncias de crítica, é controlada e cada vez mais dominada pelo Estado. O Ato Institucional n. 5 dá ao Executivo o direito de ser o único juiz de si mesmo. Dá ao Presidente da República todos os poderes de demitir, cassar e silenciar os contestadores. (Ainda o último Presidente, no dia de sua "eleição", prometeu usar esse "direito": naquela ocasião o General Ernesto Geisel prometeu: "Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva... resguardará, assim a creio, o ambiente de tranquilidade, de estabilidade social e de ordem pública"). O Regime, portanto, se legitima por si mesmo. E a repressão se mostrou, principalmente a partir de 1968, tão forte (serviço de informação, prisões, torturas e mortes) sempre menos são aqueles que têm coragem ou capacidade de enfrentar esse poderoso esquema repressivo. O próprio partido de oposição não passa da fachada enganadora, ainda que aparatesa, pois só é tolerado dentro de limites minuciosamente estudados, estabelecidos e controlados. Na mesma situação procurou-se manter a Igreja. Pessoas isoladas da Igreja não têm hoje, praticamente, nenhuma possibilidade de contestação ou crítica em defesa dos direitos da pessoa humana. Um exemplo dessa repressão à voz denunciatória da Igreja foi o fechamento da Rádio 9 de Julho, de São Paulo, da Rádio Palmares, de Bació, e da Rádio 13 de Maio, de Goiás, bem como a veto presidencial a certos artigos do Decreto sobre a FUNAI e as Missões Religiosas, em dezembro de 1973. Talvez desde os tempos da Questão Religiosa, há exatamente 100 anos, não tenha havido tão sistemático controle e dominação policial sobre a Igreja no Brasil. Bispos foram envolvidos em



processos. Padres, religiosos e leigos engajados foram presos, torturados, mortos ou expulsos do país. A Igreja, como qualquer outra potencial instância de contestação ou de conscientização, só é tolerada na medida em que não se opuser à filosofia, aos objetivos e métodos do Governo, por este fixados soberanamente. Uma arma especialmente empregada contra a Igreja é a difamação: padres e bispos são chamados de "comunistas", que "sujam o nome do Brasil no exterior". O Sistema reconhece o "poder psico-social" como um dos elementos integrantes e constitutivos da sociedade. E desse poder psico-social faz parte a Religião, mas esta "não deve ser confundida com a Igreja e o clero" (Trata-se, evidentemente, de uma advertência política!)

b) Sem dúvida, é difícil ver com clareza qual a atitude a assumir em semelhante situação. E, em meio à confusão, constatamos que, no Brasil de hoje, a Igreja, perseguida, está profundamente desunida e, em grandes áreas, ausente. Enquanto algumas Igrejas diocesanas ou alguns grupos cristãos procuram exercer sua missão profética de denúncia dos vícios do Regime, outros o apoiam. Particularmente em certos Estados, dentre eles no nosso, a Igreja se caracterizou por um silêncio oficial quase total nessa denúncia. Bispos e padres se apresentam ao lado dos poderes públicos nos palanques oficiais, celebram missas oficiais programadas por esses poderes nas datas cívicas, inclusive nas comemorações tão profundamente ambíguas da Revolução de 64.

Já se dáisse que, hoje, o Governo tem a Igreja na mão, a domina, e não mais a precisa temer no futuro, sendo ela a última resistência quebrada, após as organizações estudantis e sindicais, já há muito eficientemente "absorvidas".

Entretanto, está surgindo em nosso Estado, especialmente após o chamado "Raio X" (1º Encontro para análise prospectiva da Igreja do Regional Sul 3 da CNBB, comemorando seus dez anos de existência - agosto de 1973) e a Assembleia Regional de Pastoral, de outubro do mesmo ano, uma reação cada vez mais insistente. Diante do engajamento e do sofrimento de outros Regionais (Nordeste, Amazônia, São Paulo) e do absentismo do Regional Sul 3 (e 4) começa a suscitar inquietações, interrogações e sentimentos de culpa. Também no Rio Grande do Sul há um povo injustiçado a defender e a desmarginalizar. Também aqui houve repressões contra cristãos que, encorajados pelos bispos do Continente, reunidos em Medellín, "se voltaram para o homem" (Medellín, Introd., n. 1). Também aqui religiosos e jovens foram presos injustamente e torturados, e as autoridades da Igreja permaneceram demasiadamente silenciosas e rezando missas de ação de graças pelos aniversários da Revolução! Cientes de tudo isso, os assessores de Regional, os coordenadores diocesanos e setoriais de pastoral, em reunião de 29 de novembro de 1973, constataram e acusaram, junto com os bispos da Comissão Episcopal de Pastoral do Sul 3, os seguintes defeitos da Igreja em nosso Estado no campo da defesa dos direitos humanos:

"Demasiado prudencialismo e linguagem indireta e falsificante da verdade para defender e reivindicar direitos inalienáveis da pessoa";

"Ilusão de vantagens de uma convivência pacífica e de um trabalho com os opressores e donos da situação";

"Medo de elementos que incomoem, porque conscientizam, e alegria de alguns quando estes elementos são transferidos ou presos";

"Não conhecimento de estruturas opressoras geradoras de classes opostas, que são uma contradição à Igreja. Exemplo: Capitalismo e comunismo ateu, futebol e loteria esportiva (anestesiamento da consciência popular)".

E os coordenadores de pastoral com os bispos da CEP lançavam estes questionamentos:

"Por que em outros Regionais surgem celebrações questionadoras de pontos da realidade, e no nosso não saem?";

"Podem-se justificar as atitudes com demasiado prudencialismo como: 'tenha cuidado', 'calma', 'deixa disso', porque é perigoso tratar





desse assunto social?";

"Estratégia de ação: é certa a teoria de se trabalhar com e não contra os opressores?";

"Se o Evangelho dá preferência pastoral aos pobres e marginalizados, como justificar celebrações ou outras atitudes que demonstram ligação e apoio com os opressores e suas opressões?";

E acusavam, fazendo a revisão da Assembléia Regional de Pastoral que, com a presença de todos os bispos do Regional, dos Provinciais, Coordenadores diocesanos e de Setores, representantes das Comissões de presbíteros, de religiosos, diáconos e leigos e com todos os mais assessores do Regional, acabava de se realizar alguns dias antes com a finalidade de planejar as grandes linhas da ação pastoral da Igreja no Estado para os próximos dois anos, tentando, ssim, cumprir sua missão de responder às necessidades do homem, numa fidelidade ao Evangelho e aos sinais dos tempos:

"A Assembléia não encarou esses problemas, embora os temas devessem levar a isso. Refletimos como burgueses."

(Cf. Relatório do Encontro. Publicação do Regional Sul 3 da CNBB).

c) Mais. A Igreja em nosso Estado não somente se omite na denúncia das opressões e no anúncio profético da dimensão social da Palavra de Deus, mas ela, mesma dá freqüentemente contratestemunho. Ainda há pompas e tratamentos majestáticos; ainda há construções (de igrejas, residências, salões e colégios) de estilo grandioso e tão contrastante com a penúria de habitações populares quanto o são certas construções da classe mais rica da sociedade. Alguns exemplos, tanto de nosso Estado como de outros, são citados com decepção e às vezes com revolta em certos círculos de cristãos: a nova catedral do Rio de Janeiro tem necessidade de ser construída quando na "cidade", i. é, no centro do Rio, há ao menos uma dezena de igrejas, algumas delas praticamente não usadas porque supérfluas? A construção de uma igreja de Creciúma, em Santa Catarina, fez um engenheiro dizer que os dois anestésicos que o Governo tem na mão são a Igreja e o futebol! A respeito dos mosaicos da fachada da catedral de Porto Alegre, importados da Itália, e cujo valor foi de R\$ 450.000, foram feitos comentários revoltados e piadas.

d) E agora nos perguntamos também nós, jesuítas: qual é a resposta que a nossa Província dá às urgentes necessidades de libertação e promoção do homem com o qual trabalhamos? Diz o Padre Geral que, no campo das realizações da justiça, temos muito a fazer; que há distância entre os documentos da Companhia e a sua ação; que há uma reação apenas lenta e pouca coerência com nossa missão; que há pouca conscientização de nós mesmos e que tudo isso diminui a credibilidade e a eficácia apostólicas da Companhia. "A parte mais numerosa da humanidade encontra-se em estado de subdesenvolvimento econômico-cultural e é objeto de flagrante injustiça por parte das estruturas egoístas do nosso mundo... Observando o mapa da distribuição da Companhia, há razão para nos perguntarmos se ela está suficientemente orientada para o "terceiro mundo" ou se não está, antes, demasiadamente enclausurada no mundo ocidental" (P. Pedro Arrupe, A Identidade do Jesuíta, Rio 1973, p. 10).

Quanto à nossa Província Sul-brasileira, em concreto, constatamos que ela anda mais ou menos no mesmo ritmo da Igreja do Sul. No encontro de Florianópolis, em janeiro deste ano, o Padre Provincial fez os seguintes questionamentos:

- "Há muito anti-comunismo em nossa mentalidade, e talvez não, em primeiro lugar, - como deveria ser - preocupação pelo homem, pela justiça, pela promoção dos marginalizados e oprimidos.
- Há em alguns espontânea identificação com o Governo, com regimes fortes e com a classe privilegiada.

7. 34
- Buscamos sempre mais levantar o nosso status nas casas, residências e instrumentos de trabalho.
  - Temos tendência a estar do lado do mais forte.
  - Temos tendência a desfazer, a classificar como subversivos ou imprudentes os que são presos ou expulsos do país.
  - Estamos divididos entre nós em questão social, e, o que é pior, radicalizamos nossas divisões".

Cheganos, assim, ao fim da primeira parte de nosso estudo. Não se tratava de entrar na descrição minuciosa, exata e completa da realidade econômica, social e política do Brasil, nem no levantamento completo das atitudes tomadas pela Igreja. Basta-nos ter tocado de alguma maneira em toda esta problemática que, mais ou menos globalmente, todos conhecemos. A seguir, queremos refletir sobre a missão social da Igreja. Também esta segunda parte não será exaustiva. Tentemos escutar, breve mas sinceramente, "o que o Espírito diz à nossa Igreja".

### III PARTE: JUÍZO TEOLÓGICO



#### 1. A Igreja enviada aos homens.

"A ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho" (Sínodo dos Bispos, 1971, A Justiça no Mundo, Introd., n. 6).

"Na plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho para que, feito Carne, libertasse todos os homens de todas as escravidões a que foram submetidos pelo pecado: a fome, a miséria, a opressão e a ignorância, numa palavra, a injustiça e o ódio que têm sua origem no egoísmo humano" (Medellín, Justiça, n. 3).

"O amor, lei fundamental da perfeição humana e, portanto, da transformação do mundo (GS 32), não é apenas o mandamento supremo do Senhor; é também o dinamismo que deve mover os cristãos a realizarem a justiça no mundo, tendo como fundamento a verdade e como sinal a liberdade" (Medellín, Justiça, n. 4).

Idéia central no Novo Testamento é a idéia de COMUNHÃO = koinonia. Somos chamados a viver uma comunhão profunda entre nós homens, comunhão esta baseada em nossa comunhão com Jesus Cristo (cf. 1 Jo 1,3). O desígnio salvífico de Deus é a realização plena do homem. E o homem só se realiza plenamente como filho de Deus no Filho e como irmão na comunidade humana (cf. Ef 1,5-10; GS 22 e 25). A glória de Deus é o homem realizado em todas as suas dimensões de vida: "Gloria Dei vivens homo et vita hominis visio Dei" (S. Ireneu). As aspirações mais profundas do homem se fundamentam neste desígnio de Deus.

"Não confundimos progresso temporal e Reino de Deus... Certamente, para a Igreja, a plenitude e a perfeição da vocação humana serão obtidas com a inserção definitiva de cada homem na Páscoa e no Triunfo de Cristo (que só serão definitivos na escatologia). Porém, a esperança de tal realização definitiva não faz adormecer, antes, deve intensificar a preocupação de



aperfeiçoar esta terra" (Medellin, Justiça, n. 5).

As primeiras páginas da Sagrada Escritura nos descrevem um impressionante plano do Criador a respeito do homem: o homem é o centro e o ponto culminante de todas as coisas da terra (cf. GS 12). Portanto, conclui o Vaticano II, "a pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais" (GS 25), bem como o "autor, centro e fim de toda a vida econômico-social" (GS 63). E o Novo Testamento, mostrando-nos a vontade do Filho de que nós "sejamos um como ele e o Pai são um" (cf. Jo 17,22), nos manifesta que o homem é "a única criatura na terra que Deus quis por si mesma" (GS 24).

A intencionalidade primeira da missão humana não se localiza diretamente na vida eterna. Nossa missão é transformar a atual História e esta terra em Reino messiânico de justiça, paz, fraternidade, santidade, comunhão e amor. Não devemos trabalhar primariamente para a outra vida, mas para esta. O céu nos será dado "em acréscimo". Marx lançou, no século passado - um século em que o mundo sofreu o tremendo impacto da desorganização e do desequilíbrio provindos da industrialização - a acusação à Igreja de que ela estava "alienando" o povo, isto é, de que ela, com a visão do céu, o estava desinteressando da terra. É certo que esta tentação ronda continuamente o homem e, no dia da ascensão de Cristo ao céu, os anjos advertiram os Apóstolos: "Homens da Galiléia, por que ficais aí olhando para o céu?" (At 1,11). As promessas messiânicas do lobo como hóspede do cordeiro, da pantera se deitando ao pé do cabrito, da vaca e do urso confraternizando, do leão comendo o feno junto com o boi (cf. Is 11,6-7), devem se tornar realidade já neste mundo. Nunca passarão de realidade incompleta, incoativa, mas devem ser realizadas por nós na plenitude em que o conseguirmos. Se não, os nossos protestos de amor a Deus serão mentira (cf. 1 Jo 4,20). "Hoje se devem cumprir as Escrituras" (cf. Lc 4,21)!

Traímos, portanto, o Evangelho, traímos o homem e traímos o sangue de Cristo, se as esperanças e anseios da vida eterna nos alienam das realidades econômicas, políticas e sociais. A ação da Igreja não pode ser resignatória diante dos injustiçados, dos oprimidos e dos explorados pelos que se fizeram os "donos" do mundo. Mentalidade puritanista levou muitos cristãos a uma pastoral absentista que não quer "sujar as mãos" com o político. No já citado Encontro de coordenadores de pastoral com a CEP do Rio Grande do Sul, foi indigitada, como causa de absentismo da Igreja em nosso Estado, a "visão de Igreja Regional ainda muito espiritualista-monofisista e sem a dimensão abrangente do temporal em seus aspectos econômico e social, a serem transformados segundo a justiça e a verdadeira caridade."

Uma visão de fé inclui esperança. Sabemos, pela Revelação, que Deus não deixa que os pobres e os fracos sejam para sempre oprimidos: "Vi a aflição do meu povo, ouvi o seu clamor, conheço as dores que seus dominadores lhe infligem. Por isso desci para libertá-lo" (Ex 3,7-8). Deus está, portanto, conosco na obra da promoção, da justiça e da libertação. Se ele conta conosco, nós também podemos contar com ele: "nosso Deus é um Deus Libertador" (Sl 67,1).

## 2. O "martírio".

Ninguém de nós hoje deixa de prever repressão e perseguições e, possivelmente, o sacrifício da liberdade e talvez da vida, se, séria e corajosamente, nos decidirmos à nossa missão social. Já vimos que o Regime Militar-tecnocrático que se instalou no Brasil reserva exclusivamente a si o julgamento de sua política, que marginaliza social e politicamente o povo e propicia ao grande explorador internacional e seu aliado nacional garantia, segurança e tranquilidade para investir em nosso país. O atual Regime não tolera contestação. Não tolera obra de conscientização junto aos oprimidos. "Os fatos aqui ocorridos (São Félix do Araguaia) revelam-nos não

16

apenas uma crise momentânea e localizada nesta Igreja, mas uma tentativa de amordaçamento e de desarticulação da Igreja que se volta para a defesa do fraco e do oprimido" (Carta de 19 bispos e representantes de bispos, presentes em São Félix a 19 de agosto de 1973. Cf. Boletim "Alvorada" da Prelazia de São Félix).

A Igreja do Brasil já tem sofrido, na carne de seus filhos e filhas, a dura realidade das prisões, das torturas e da morte. Todos sabemos disso. Sabemos que "quem não está com o forte é sacrificado". Porém, o exemplo de Jesus Cristo nos interpela: é proibido no Cristianismo ser sacrificado?... No outros Regionais do Brasil e em outras Províncias jesuíticas tem havido perseguições. O que significa a ausência delas aqui no Sul? É esta uma das inquietações de um numero sempre maior de pessoas. Será verdadeira prudência, verdadeira sabedoria cristã, discernida no Espírito, ou será - como disseram os coordenadores de pastoral e os bispos da CEP - "demasiado prudencialismo e linguagem indireta e falsificante da verdade para defender e reivindicar direitos inalienáveis da pessoa"? Será prudência e sabedoria cristã ou será "convivência pacífica com os opressores"? Será "anúncio do Evangelho aos pobres" (cf. Lc 7,22), ou será - sempre segundo os coordenadores de pastoral e bispos da CEP - "ligação e apoio com os opressores e suas opressões"?...

Diante da ideologia e dos esquemas amorais e imorais do Regime brasileiro, só não há repressão onde não há pressão e angustamento pela justiça e pela libertação dos oprimidos! "Onde estão os mártires da nossa Igreja?", perguntou alguém no Encontro de Florianópolis a que nos referimos acima. E outro parafraseou: "E onde estão os mártires da nossa Companhia e da nossa Província?"... "Se fordes do mundo, o mundo vos amará como sendo seus. Se, porém, não fordes do mundo, ele vos odiará. Se me perseguiram a mim, também vos hão de perseguir a vós" (Jo 15,19-20). Por que não há ódio e perseguição à Igreja aqui no Sul? Fizemos as pazes com o mundo?...

### 3. "Especialista em humanidade".

É certo que a Igreja como tal, melhor: "enquanto comunidade religiosa e hierárquica, não compete de per si apresentar soluções concretas no campo social, econômico e político" (Sínodo dos Bispos, A Justiça no Mundo, n. 37). Mas, certamente, tem a missão, e deve ter a capacidade, de ajudar a descobrir pistas para a salvaguarda da dignidade, da liberdade e da promoção humanas. E sempre que a pessoa fôr degradada, a Igreja de se engajar na sua defesa, pois ela, mais do que qualquer outra instância humana, deve ter condições de dizer - olhando para o Cristo, o "homem perfeito" (GS 22) - em que consiste o autenticamente humano. Ela será a "profissional em humanidade", como disse Paulo VI na ONU. Suas intervenções não devem ser apenas denunciatórias ou proclamatórias, mas, como instância pedagógica, ela deve ser também formadora da consciência crítica da humanidade. Como um sismógrafo, registrará, com a máxima perfeição, qualquer abalo contra a humanidade, por mais oculto e subterrâneo que seja, e incentivará sempre seus membros - filósofos, economistas, sociólogos, teólogos e cientistas de todos os ramos - a acharem, com os outros homens de boa vontade, as soluções técnicas para os problemas da cidade dos homens.



IIIª PARTE: PERSPECTIVAS PARA UMA PASTORAL SOCIAL

Tendo consciência da situação dramática em que se encontra o homem no Brasil e também em nosso Estado; conscientes também das distorções internas existentes no "modelo brasileiro" de desenvolvimento econômico e social, bem como do perturbador silêncio e inclusive das atitudes de apoio não raro acríicas a esse modelo por parte de membros da Igreja; e, finalmente, ouvindo a interpelação insistente da palavra de Deus que nos julga: "Onde está teu irmão?", - procuraremos, a seguir, descobrir alguns caminhos por onde nos parece que deveríamos andar, para ir ao encontro do nosso irmão expoliado e deixado semi-morto ao longo da estrada.

Ninguém ignora a dificuldade de discernir com exatidão e tranquilidade as verdadeiras e justas soluções que, com toda a humanidade, a Igreja deve procurar para os grandes problemas humanos. Por isso mesmo se nos impõe a tarefa da reflexão comum, apelando, de modo particular, aos especialistas nas questões sociais: "A Igreja precisa do seu auxílio... para conhecer melhor sua missão e adaptá-la de modo mais feliz aos nossos tempos" (GS 44).

1. Conhecer a verdade.

Antes de qualquer ação, devemos fazer tudo o que pudermos para adquirir o ótimo em formação e informação. Não podemos permitir que, como homens de Igreja, com importantes responsabilidades na evangelização, tenhamos talvez apenas um pouco mais do que uma consciência ingênua e acríica em relação à situação social, política e econômica do nosso mundo.

Devemos ler com espírito crítico aquilo que o Governo escreve e divulga sobre o progresso econômico e social do Brasil, porque sabemos que essas divulgações são feitas com o fim de justificar e fortalecer o Estado. Devemos procurar conhecer o que está por detrás desse Brasil assim embelezado. O Regime procura desviar os olhos do povo daquele "outro Brasil", daquele que fica fora das fotografias, que fica à margem das novas rodovias asfaltadas, das pontes, dos estádios e dos modernos centros urbanos. Além desse cuidado crítico para ler as divulgações do Governo, é necessário que procuremos ler trabalhos sérios que apresentam a face real e completa da situação, também com o lado oculto da realidade. A título de exemplo, citamos apenas alguns, como os livros publicados, tanto na UNISINOS quanto pelas Edições Loyola, sobre Realidade Brasileira, os Cadernos do CEAS, etc. Deveriam estar sobre nossas mesas de jornais não só o Correio do Povo, Zero Hora, O Globo, Manchete, O Cruzeiro, Fatos & Fotos, etc., mas também jornais mais críticos como Opinião, Política, O São Paulo, etc., sem falar de Documentos da Igreja, da CNBB, de episcopados de outros Regionais e países da América Latina.

Em nossos estudos pessoais e em nossas reflexões comunitárias, em nossos círculos bíblicos, etc., descubramos sempre mais as exigências evangélicas de justiça e liberdade, as dimensões da caridade evangélica e do amor cristão em suas ressonâncias concretas para dentro da vida social, econômica e política.

Não bastará um conhecimento sobre a micro-realidade (problemas de nossa cidade, paróquia ou Estado), mas também sobre a macro-realidade nacional e mundial, pois esta condiciona e determina em muitos aspectos aquela. Da maneira especial, devemos refletir muito sobre os direitos do homem à participação, pois a ausência dela, a marginalização, não só do econômico mas também do político, a não-participação, não só dos bens mas também das decisões, são as grandes falhas estruturais do nosso país.





Um conhecimento das causas da marginalização nos fará compreender que muita pobreza, muita vida de favela, muita perambulância mendicante ou vagabunda pelas ruas não é sempre preguiça, nem "pé-rachadismo" - como alguém qualificou essa pobreza - mas o efeito fatal de um sistema econômico capitalista baseado na procura do lucro pessoal, no egoísmo e na exploração dos mais desfavorecidos, que não têm chance de participar do desenvolvimento mas dele são discriminariamente desalojados.

Com respeito a nossa Província, a Comissão de Ação Social se deve colocar à disposição das diversas comunidades e casas. Ela tem bom planejamento (cf. Plano Trienal da Província). Aceita convites para encontros e cursos, bem como pedidos de informações, dados, bibliografias. Além de encontros diretos ou outras informações ocasionais às comunidades, pede-se que a CAS se faça mais presente nos meios de comunicação que a Província possui (p. ex. o Informativo).

## 2. Clamar a verdade.

Trata-se do nosso importante ministério profético que na pastoral sempre deve ter importância de primeira ordem e, inclusive, prioridade (cf. LG 25, PO 4). Cristo foi, acima de tudo, o anunciador da Palavra. Ele mesmo é a Palavra de Deus. Foi um apaixonado da comunicação verbal com os homens, falando a todos, oportuna e importunamente, a verdade que liberta" (Jo 8, 32), a "palavra da vida" (Fil 2,16). É do seu ministério profético que nós participamos. Ele foi silenciado. Foi morto por causa de suas palavras (cf. Mc 14,64). Agora nós lhe devemos ser a voz, que anuncia a justiça, a fraternidade e o amor, e que denuncia o egoísmo, a opressão e o pecado.

Para podermos pregar a verdade, nós mesmos devemos conservar a liberdade de falar. Muitos têm interesse em comprar nosso silêncio com favores, ou em nos intimidar ao silêncio com ameaças. São Paulo podia dizer ao seu discípulo Timóteo: "Pelo Evangelho eu sofro até às cadeias. Como um malfeitor. Mas a palavra de Deus não se deixa acorrentar" (2 Tim 2,9). O Cardeal Pellegrino, arcebispo de Turim, por sua vez, escreveu: "O silêncio e a linguagem diplomática são o preço que se paga quando a Igreja não sabe escolher a liberdade" (Informations Catholiques Internationales, 15 de out. de 1973, p. 32). Finalmente, o Concílio diz: "É justo que (a Igreja) SEMPRE E EM TODA A PARTE, possa pregar a fé com liberdade verdadeira, ensinar a sua doutrina social e ainda emitir juízo moral, também sobre as realidades que dizem respeito à ordem política, quando o exigem os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas" (GS 76). "Que se procure a independência financeira e política, para garantir a plena liberdade dos pronunciamentos" (XIII Assembléia Geral da CNBB, proposição 13).

a) Em nosso ministério profético devemos denunciar o mal, tal como o fez Cristo e os profetas de todos os tempos, isto é, mostrar os males da ganância, do orgulho e do individualismo dominador e opressor. Os males de desenfreada fome de dinheiro. A injusta concentração da renda nacional, o escandaloso esbanjamento de dinheiro, seja por parte de indivíduos ou famílias (demonstração de luxo), seja por parte do Governo. Poderíamos dizer com Antônio Vieira: Se os palácios luxuosos, os festejos militares, os campeonatos de futebol, os grandes estádios, e tantas outras coisas, talvez financiadas pelo próprio Governo, se esprecessen, haveriam de verter o sangue dos operários, dos camponeses, dos pobres biscateiros, dos favelados sub-empregados e de tantas outras vítimas de um sistema cheio de distorções e injustiças. O profeta de hoje deve denunciar não só os desastrosos efeitos do comunismo que oprime as pessoas, mas também do capitalismo que as explora. Deve denunciar a tendência dos que têm o poder, principalmente quando nele se sentem fracos, de manter, com a força, um "status quo" desordenado e injusto.

Cabem aqui umas diretrizes importantes da CNBB:

- "Que os testemunhos sejam sempre de cunho evangélico e pastoral, sem demagogia.
- Que sejam sempre baseados num conhecimento de causa, evitando-se declarações não devidamente fundamentadas.
- Que os testemunhos denunciatórios sejam feitos após esgotar outros meios de solução, como o diálogo com as autoridades...
- Que esses testemunhos sejam acompanhados de apoio às vítimas daquilo que se denuncia, mesmo com prejuízo próprio.
- Que os testemunhos não se refiram apenas a aspectos negativos, mas reconheçam também os aspectos positivos do que se vem fazendo para a promoção dos Direitos Humanos" (Proposições aprovadas na XIII Assembleia Geral da CNBB. Proposição 11).

b) Além de denunciar o mal, devemos também anunciar as exigências positivas do Evangelho. E não apenas as dimensões pessoais e individuais da vivência cristã, como: a honestidade e o respeito para consigo mesmo, mas, especialmente hoje, as dimensões sociais, políticas, econômicas da verdadeira moral cristã. A palavra da Bíblia: "Quero a misericórdia e não os sacrifícios", pode significar concretamente para os cristãos de hoje: quero a promoção humana, quero a distribuição justa da renda, salário digno, participação de todos nos destinos de todos; é isso que eu quero e não missas, te-deums ou romarias!

Essas exigências evangélicas e essa dimensão social da fé devemos pregá-las em toda a parte: nas homilias, na confissão, na catequese, nos artigos que escrevemos, nas aulas de cultura religiosa ou de Educação Moral e Cívica. Uma ocasião especialmente oportuna para que toda a Igreja, em todo o Brasil pregue esse Evangelho da justiça e da libertação, será a Campanha da Fraternidade. Se a aproveitássemos com inteligência, séria preparação e coragem, seria uma extraordinária chance de conscientização nacional.

Dentro desse "clamar a verdade" deveríamos também ser mais corajosos e autênticos em negar, quanto fosse possível, a ambígua celebração de missas políticas. De fato, elas podem ser um grave escândalo para aqueles que as interpretam como "atitudes de compromisso e apoio aos opressores e suas opressões", e como "casamento entre a Igreja oficial e realidades opressoras", como alertaram os coordenadores de pastoral e a CEP do Regional Sul 3 (cf. Encontro citado). Dom Clemente Isnard, responsável pelo Setor Liturgia na CNBB, advertiu aos padres de sua diocese: "Não podemos desconhecer o questionamento que hoje se faz das chamadas "missas oficiais" dentro de uma sociedade religiosamente pluralista, onde os que se achem presentes, pela ausência de fé comum, não formam comunidades no sentido eclesial. Recomendamos, ainda, aos vigários que se abstenham, por ocasião das celebrações oficiais, de pronunciar sermões de cunho político partidário, ou de cunho laudatório dos governantes do momento, a fim de não ofender os opositores que vierem participar da Eucaristia do Senhor, e não dar a impressão de que a Igreja bajula os poderosos... A natureza própria da homilia deverá ser sempre respeitada" (Notícias. Boletim Semanal da CNBB, n. 211, de 12 de abril de 1974, pg. 3-4).

Ainda nessa mesma linha de autenticidade talvez devêssemos denunciar com mais vigor e inclusive negar a participação na Ceia de Cristo àqueles que exploram os outros. So assim "nossas assembleias não serão para a condenação" (cf. 1 Cor 11,34).





3. Fazer a verdade.

"Meus filhos, não amemos apenas com palavras nem com a língua. Nosso amor deve ser amor de verdade, que se mostre por ações" (1 Jo 3,18).

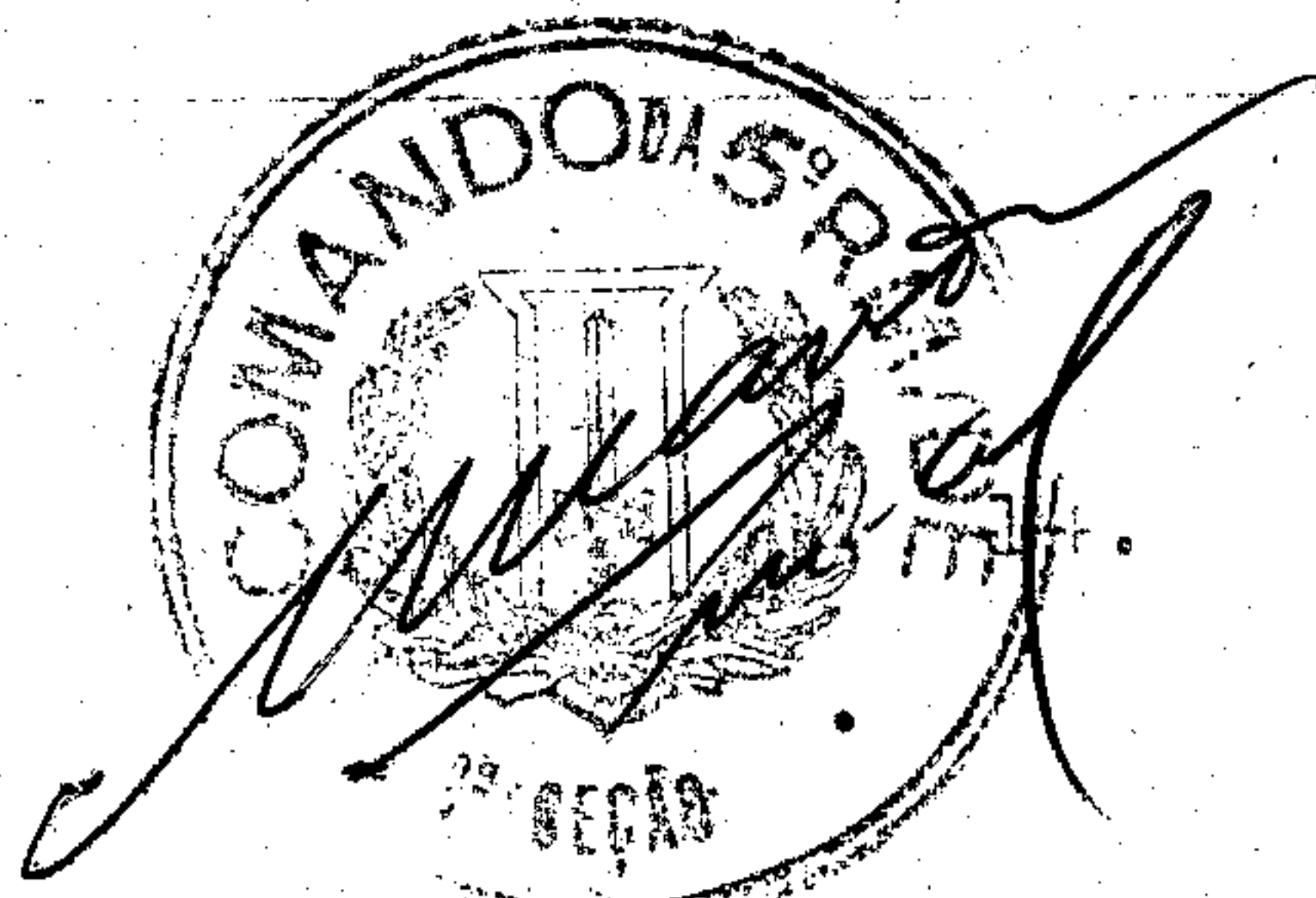
a) Conversão pessoal. Será necessário fazer a verdade em primeiro lugar em nos mesmos, em nossas pessoas, em nossas comunidades religiosas e em nossa Igreja. Para fazer participar os outros como sujeitos, agentes e artífices da história, é mister nós mesmos termos mentalidade de participação. Pouco poderemos fazer no mundo, se formos individualistas e capitalistas em nosso mundo interior. "Do coração é que saem os maus pensamentos, os homicídios, os furtos..." (Mt 15,19). "Para nossa verdadeira libertação, necessitamos todos de uma profunda conversão para que chegue o reino de justiça, de amor e de paz. A origem de todo o menosprezo pelo homem, de toda injustiça, deve ser buscada no desequilíbrio interior da liberdade humana que necessitará sempre, na história, de um permanente trabalho de retificação. A originalidade da mensagem cristã não consiste diretamente na afirmação da necessidade de mudanças estruturais, mas na insistência que devemos pôr na conversão do homem, que exige imediatamente esta mudança. Não teremos um Continente novo, sem novas e renovadas estruturas, e sobretudo não haverá Continente novo sem homens novos que, à luz do Evangelho, saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis" (Medellín, Justiça, n. 3). Nossa estrutura interna, nosso arranjo espiritual e psicológico, deve ser solidário, participativo, e não elitista, classista, dominador, seguro das próprias soluções e que dispense uma profunda confiança nos outros e um autêntico diálogo e busca com eles. "Sabeis que entre os pagãos as autoridades dominam... ENTRE VÓS NÃO SERÁ ASSIM!" (Mt 20,25-26). Sempre nos ronda a tentação de dominar. Muitas vezes se trata de uma dominação muito camuflada, muito sutil e subliminar. Por exemplo, sobre as consciências morais na direção espiritual ou no confessionário, ou sobre os nossos alunos na aula. Isto vale para todos, desde os nossos bispos e padres, até os catequistas ou comentaristas na liturgia...

Cabe aqui novamente uma advertência da CNBB: "O Episcopado brasileiro deve se empenhar em eliminar todas as formas de discriminação que existem dentro da Igreja...: discriminação em favor de sacerdotes cultos, em prejuízo dos destinados a trabalhos mais humildes; discriminação pastoral em favor do povo da cidade, em prejuízo do povo do campo; discriminação entre ricos e pobres, quanto à celebração do casamento; discriminação contra teólogos que lançam novas idéias; discriminação contra os padres que deixam o ministério, não os convocando para funções que se confiam a leigos e relegando-os a uma condição humilhante, vítimas do desprezo da própria Igreja; desrespeito aos Direitos Humanos das religiosas" (VIII Assembleia Geral da CNBB, Proposição 8).

Examinemos nossas amizades: são com quem? Com os poderosos, talvez com exploradores de nossos paroquianos? É deles que pedimos ou aceitamos dinheiro para nossas obras, dinheiro talvez manchado de injustiças e sofrimentos? São sempre atuais as palavras de Padre Antônio Vieira: "Se se expressassem as pedras de vossos edifícios (igrejas, colégios, etc.), talvez escorressem o sangue de escravos!"

A nós, jesuítas, o Padre Geral tem feito nos últimos anos questionamentos muito vigorosos com relação a nossa vivência e apostolado social. Ele não deixou de falar e escrever sobre esse assunto em muitas ocasiões. "A Companhia sofre em nossos dias de uma ferida: está ferida a nossa pobreza". No encontro dos superiores de toda a Companhia do Brasil, realizado na Gávea, Rio, em agosto de 1973, disse: "Existem casos em que alguns, querendo ser verdadeiramente pobres, devem ir contra a corrente de sua comunidade! Há coisas na Companhia que são escândalo, escândalo. Santo Inácio concebeu a espiritualidade da pobreza diante de Cristo pobre. E trata-se de uma pobreza real de Cristo. Nesse falar sobre a pobreza pode parecer





às vezes um grupo empresarial defendendo o valor de suas ações. E o pior é que são gente boa e parecem ter razão, e não têm! Para entendermos a pobreza é necessário que todos tenham feito a experiência de pobreza real, e que dentro das nossas comunidades alguns a vivam de maneira profética. O que seria Santo Inácio hoje? Qual seria hoje sua pobreza? Seria uma pobreza social: opor-se-ia em absoluto à sociedade de consumo. Na atual sociedade ele seria um ANTICONSUMISTA! Aqui está uma grande batalha para a nossa próxima Congregação Geral. Não podemos de novo continuar racionalizando!" Vemos que o Padre Geral nos abre as perspectivas de uma conversão pessoal e comunitária muito séria. Citamos-lhe ainda as seguintes palavras: "Jesus, sendo Deus, não quis apresentar-se como Deus, mas aniquilou-se, fazendo-se servo. Tornando-se um homem como todos, humilhou-se até a morte de cruz. Assim pôde remir-nos, compartilhando conosco as estruturas do mal em que vivíamos. O jesuíta só fará honra ao nome que ostenta quando souber renunciar a privilégios que não sejam estritamente necessários para a sua missão e trabalho, e compartilhando a sorte da maioria da humanidade que quer salvar. Num mundo composto ainda em sua maioria de pobres, esta é, além de todas as outras, uma razão decisiva para ser pobre" (A Identidade do Jesuíta, pg. 20).

Finalmente, no campo da união devemos também nos converter ainda profundamente. Já vimos acima que uma das grandes fraquezas da Igreja no Brasil e da Companhia em nossa Província, é a desunião. Sabemos perfeitamente que todos os que têm interesse na permanência de um "status quo" desejam enfraquecer, desunindo-as, todas as possíveis forças de oposição e contestação. Desunir o inimigo é vencê-lo. Sem tirarmos a nenhuma sociedade o direito à riqueza da diversidade, esta só se valoriza e autentica numa união profunda. União e diversidade são realidades que se vivenciam numa grande dialeticidade, onde muitas vezes só o amor conseguirá abrir e não fechar as fronteiras, de maneira a superar a necessidade de um "no man's land" de convivência assegurada pelo patrulhamento de um terceiro. O problema da desunião, com o perigo de uma separação e confronto cada vez mais radical e a previsão de rachaduras cada vez mais intransponíveis, é um problema que deve ser encarado com muito mais seriedade, a nosso ver, do que até hoje foi feito. Há separações, dentro da Igreja do Brasil, que vão se tornando cada vez mais radicalizadas, e não parece que haja consciência disso, por parte de todos. Sabemos que há uma política planejada de desunir a Igreja. Por exemplo, sabe-se que um grande jornal do país recebeu ordens de cima para publicar os artigos de um escritor que quase não faz senão dividir a Igreja no Brasil. Sabemos dos tristes fatos acontecidos entre nós: irmãos acusando irmãos e delatando-os às forças policiais. São Paulo não tolerou semelhante coisa entre os cristãos do seu tempo: "irmão litigando contra irmão, e isso na frente dos infiéis!" (1 Cor 6,6). Resumindo, torna-se evidente entre nós a urgência da união, do perdão, da reconciliação, do esforço por conservar "acima de tudo a caridade" (Col 3,14), e viver, assim, o espírito da bem-aventurança: "Felizes os que fazem a paz, os que constroem a paz. Eles serão chamados filhos de Deus" (cf. Mt 5,9).

b) Ação positiva pela justiça. "Certamente não basta refletir, conseguir mais clareza e falar. É preciso agir. Não deixa de ser esta a hora da palavra, mas chegou, com dramática urgência, a hora da ação. É o momento de descobrir, com imaginação criadora, a ação a ser realizada, que deverá ser levada a cabo com a audácia do Espírito e o equilíbrio de Deus. Somos convidados a tomar decisões e estabelecer projetos, mas somente se estivermos dispostos a executá-los como compromisso pessoal nosso, ainda que a custo de muito sacrifício" (Medellín, Introd., n. 3).

É certo que, pela complexidade que a problemática da realidade apresenta, e pela conseqüente impossibilidade de identificar com perfeição as soluções justas e exatas, toda a nossa ação para sermos agentes de transformação da história será necessariamente imperfeita e de caráter indefinitivo, portanto condenada a ser provisória e exigindo contínua revisão.



Como tarefa mais indicada pelos participantes do Encontro de Florianópolis, em janeiro de 1974, está o trabalho de conscientização do povo, ajudando-o a descobrir seus direitos e deveres e a superar uma consciência ingênua, fatalista e mágica, a fim de se tornar crítico observador e avaliador da situação histórica que vive. Os grupos humanos que se conservam acriticamente a margem são vítimas fáceis de domesticações e mistificações por parte de todos os interessados na manutenção do "status quo" e no atual modelo de desenvolvimento.

Nossa obra de conscientização deverá ser prudente, inteligente e principalmente global, isto é, ajudando as pessoas a crescer com capacidade de julgamento crítico frente a toda a vida, a todos os aspectos da sociedade, a todos os acontecimentos existenciais, tanto as atitudes próprias, como os fatos nacionais e mundiais, e também em todos os níveis: o econômico, o cultural, o religioso, o político, etc. Nossos alunos de colégios e de universidades devem ser ajudados a não "consumirem" ingênua e infantilmente a cultura; nossos agricultores, a não se considerarem como fatalmente condenados a serem os "minus habentes" em termos de bem-estar econômico e cultural; nossos paroquianos a oferecerem a Deus um "culto racional" (Rom 12,1), a viverem uma fé adulta e responsável, na qual saibam "examinar tudo, retendo o que é bom" (cf. 1 Tess 5,21); e assim por diante.

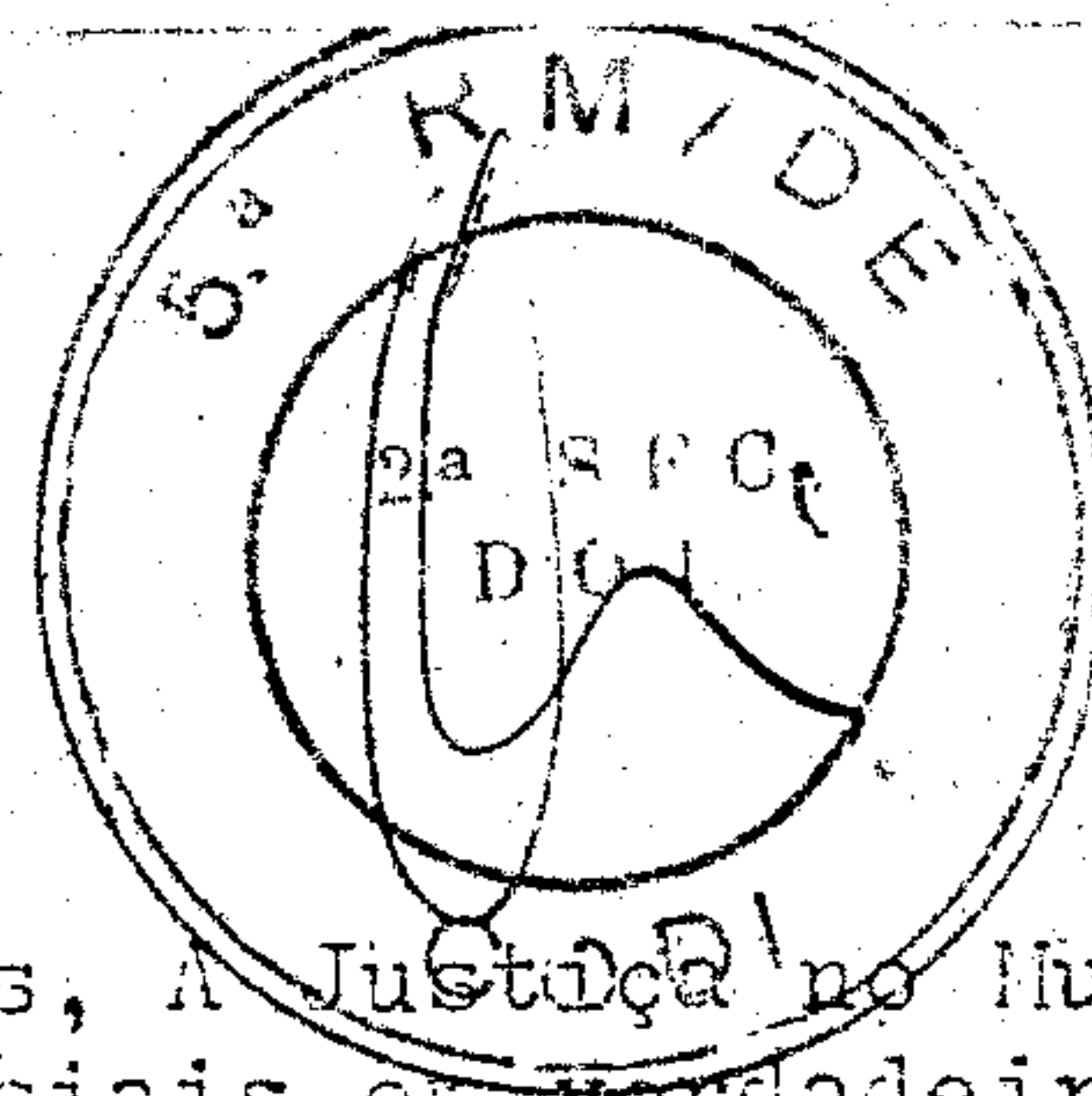
Um meio de conscientização, como também de solidariedade e compromisso com os outros, certamente são os grupos, as associações de bairro, as Comunidades de Base: "Devem ser criados, a escala de rua, de bairro ou de aglomerados ainda maiores, centros de interesses... em que o homem possa satisfazer as necessidades de sua personalidade, em que cada um possa sair do isolamento e tornar a criar relações fraternas. Construir a cidade, lugar de existência dos homens, e das comunidades ampliadas, criar novos modos de vizinhança e de relações, descortinar uma aplicação original da justiça social, assumir, enfim, o encargo deste futuro coletivo que se prenuncia difícil, é uma tarefa em que os cristãos devem participar" (Octogésima Adveniêns, nn. 11 e 12).

Em nossas comunidades religiosas, a experiência tem mostrado os ótimos efeitos de grupos de vida, onde o discernimento comunitário é um grande meio de participação e de crescimento.

Além das Comunidades Eclesiais de Base, a Igreja do Rio Grande do Sul tem diante de si, como instrumentos de promoção do homem, uma série de organismos já montados, como os sindicatos, círculos operários, centros de formação da juventude, etc., através dos quais pode ser presença não apenas conscientizadora, mas de inserção no mundo do trabalho e de estudos para promover a justiça, para reivindicar direitos e para preparar agentes de transformação das estruturas da sociedade.

No que concerne às nossas paróquias e capelanias, temos igualmente um campo sempre mais aberto para fazer participar os outros, principalmente os leigos. Nelas temos oportunidade de deixarmos concretamente de ser aquele tipo de Igreja "que sabe, que tem e que decide", e junto à qual o povo - "que não sabe nem tem" - vai buscar e receber o que precisa (cf. C.A. de Medina e Pedro A.R. de Oliveira: Autoridade e Participação, CERIS-Vozes, 1973, pg. 42). Talvez devesse nos guiar o seguinte princípio: quanto mais for negado aos membros de nossas comunidades eclesiais o gozo dos Direitos Humanos como membros da sociedade civil, tanto mais se lhes deveria garantir o exercício de todos os seus direitos como membros da comunidade eclesial, sendo, desta maneira, a paróquia, o colégio, a comunidade de base, etc., o verdadeiro campo de treino e exercício para que se conserve viva a chama da liberdade, da dignidade humana e da participação a serem conquistadas também na vida civil. É dentro das nossas fronteiras que devem ser eliminadas "todas as formas de discriminação que existem" ainda (XIII Assembleia Geral do CNBB, Proposição 8). Assim, em vez de cairmos na tentação de sermos também nos opressores, de favorecermos a alienação e o desengajamento dos cristãos, de construirmos burguesas "ilhas de bem-

CONFIDENCIAL

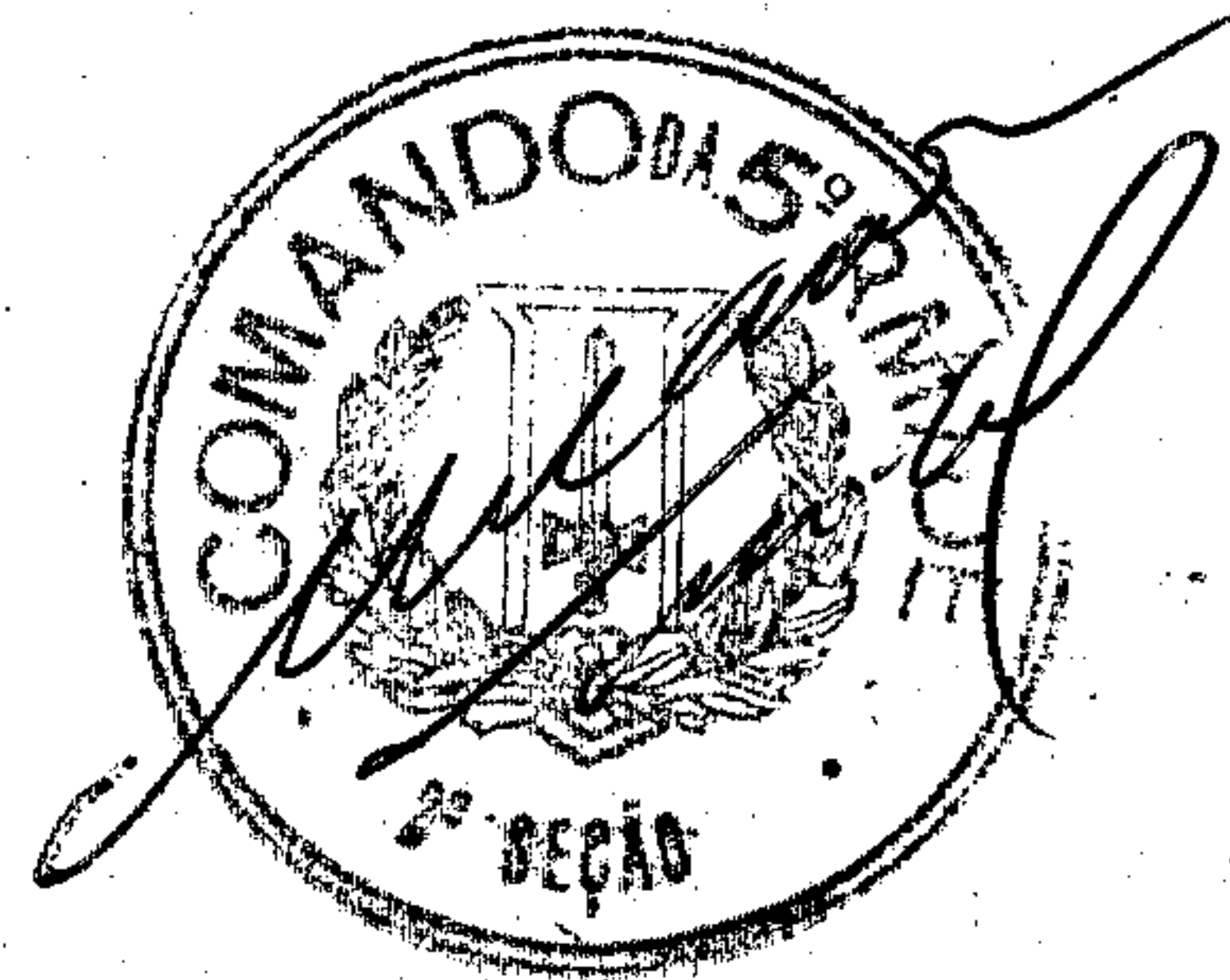


16.

estar num contexto de pobreza" (Sínodo dos Bispos, A Justiça no Mundo, n. 48), podemos transformar nessas comunidades eclesiais em verdadeiras "matrizes", isto é, em núcleos geradores de comprometimento dos cristãos com a justiça e a promoção dos Direitos Humanos.

Para tudo isso, é evidente que é necessário acreditar no povo, não somente nos inteligentes, nos bem formados, mas no povo enquanto povo. Muitas vezes é intenso e vivíssimo nele o senso da justiça, o senso de verdadeira humanidade, o senso da fraternidade e dos caminhos que levam a ela, bem como os caminhos que dela desviam. E podemos também dizer que o povo tem muitas vezes uma afinada percepção dos apelos de Deus dentro da realidade. Cristo nos deu um exemplo de fé profunda no povo e sentiu alegria constatando a profundidade e a limpidez da sabedoria popular: "Sentiu-se inundado de alegria no Espírito Santo e exclamou: Pai, eu te agradeço. Tu revelaste muitas coisas aos pequenos, coisas que aos sábios e prudentes ficaram ocultas" (cf. Lc 10,21).

#### CONCLUSÃO



Os Profetas do Antigo Testamento anunciaram, em páginas antológicas, a incomparável beleza e felicidade dos tempos messiânicos. Em suas visões parecem-nos estar expressos os sonhos de toda uma faminta e sedenta humanidade que "caminhava nas trevas e cambaleava na região escura da morte" (Is 9,1). Mas um dia, - prometiam os Profetas de Israel - tudo será bom: "Então haverá justiça para os fracos e os pobres da terra... Então o lobo será hóspede do cordeiro... O touro e o leão comerão juntos... A vaca e o urso confraternizarão... Não se fará mais mal em todo o meu santo monte!" (Is 11,4-9). "O próprio deserto ficará cheio de flores e de alegria" (Is 35,1-2). Um após outro, durante séculos, todos os Profetas repetem ao povo essas promessas dos tempos messiânicos, e continuam alimentando assim a fé e a esperança da humanidade. Enquanto isso, entre os povos pagãos os mesmos sonhos são expressos nas estrofas dos poetas. "Nascerá uma criança que inaugurará uma idade de ouro. Todos olharão com admiração para ela. Ela trará a paz ao mundo. A natureza se transformará. Seu berço estará cercado das mais belas flores. Os prados exalarão os mais deliciosos perfumes. Os bois, em manadas, não terão nada a temer dos leões. Desaparecerão todas as serpentes e todas as plantas venenosas. A felicidade será completa sobre a terra. Todo o mundo se alegrará com esses tempos que se aproximam, e o poeta também espera vê-los" (Virgílio, Quarta Écloga). Semelhantes esperanças as encontramos expressas em poemas persas, egípcios, hindus, germanos. Entre nossos índios aqui no Brasil era comum a esperança numa "Terra sem Males". Temos a impressão de que Deus, através de profetas, adivinhos, sacerdotes, pagés, conservava viva e alimentava a chama da esperança por uma futura era de paz e de fraternidade. A última página do Antigo Testamento parece resumir todas as promessas nestas palavras: "Sobre vós que temeis o meu nome levantar-se-á o sol da justiça que traz em seus raios a salvação. E então saireis e saltareis como os bezerras do sairem do estábulo!" (Mal 4,2).

Será possível que venham esses tempos? Será possível que tão maravilhosos sonhos um dia sejam realidade? Será que já algum dia se realizaram?... O evangelista São Lucas garante que sim: que num grupo de homens e mulheres, convictos de que com Jesus a era messiânica fora inaugurada, as profecias e vaticínios se realizaram de maneira impressionante: "Viviam UNIDOS. E"

CONFIDENCIAL

PT343.40

CONFIDENCIAL



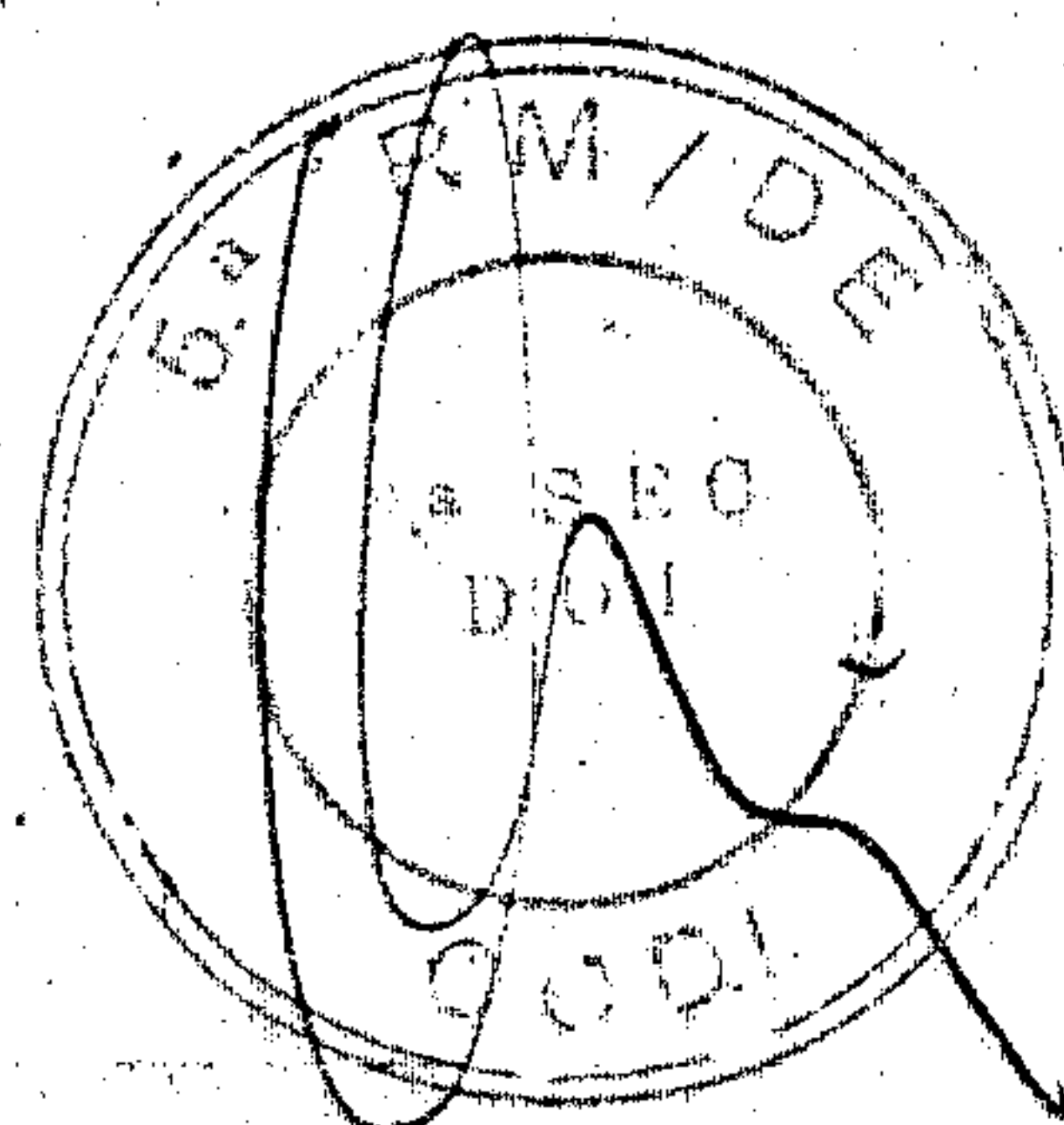
dos eram UM SÓ CORAÇÃO E UM SÓ ALMA. Entre eles TUDO ERA COMUM. NÃO HAVIA NECESSITADOS, pois repartia-se tudo conforme as precisões de cada um" (Atos 2 e 4).

É evidente que os profetas idealizaram a felicidade dos tempos messiânicos e não se trata de tomar suas descrições ao pé da letra. E também é evidente que a comunidade dos primeiros cristãos, descrita por Lucas - e todas as demais comunidades messiânicas que surgiram na história (p.ex. São Francisco de Assis e seus frades, Santo Inácio de Loyola e seus companheiros) - era composta de homens e mulheres que continuavam imperfeitos, necessitados de constante conversão e crescimento. Tudo isso não tira, porém, que essas comunidades, em que se vivia um esforço muito autêntico de viver a justiça, a fraternidade, a COMUNHÃO, continuam sendo um constante desafio para nós. Hoje, milhões de brasileiros e de gaúchos continuam sendo um povo que "caminha nas trevas e cambaleia à senora da morte", continuam sendo "um povo saqueado e assassinado" (Carta de 300 sacerdotes em agosto de 1968). Em pleno ano de 1973 bispos e provinciais do Nordeste constatavam que "a realidade nordestina conserva hoje os ingredientes que deram notoriedade internacional à Região - opressão, miséria e injustiça - alguns agravados e sem que as perspectivas do momento deixem entrever... a transformação dessa realidade" (Eu ouvi os clamores do meu povo, pg. 4). E os bispos do Centro-Oeste: "A história do nosso povo, a nossa história, é uma história de marginalização" (Marginalização de um povo, pg. 36).

Há um evidente perigo de que sejamos demagógicos, imprudentes, generalizadores em semelhantes denúncias, e também há uma evidente tentação de que nossas denúncias sejam feitas antes de "esgotarmos todos os outros meios de solução". Contra tudo isso nos advertia, como vimos, a XIII Assembleia Geral da CNBB. Mas há também um evidente perigo - e, como vimos, é isso que parece estar acontecendo na Igreja do nosso Regional - de dizer que "tudo vai bem", quando não é bem assim, quando, segundo as palavras de então Presidente Médici no Passo Real em 1971, "dois terços do povo vão mal". Portanto, apesar do progresso econômico constatável no Brasil, e especificamente no Rio Grande do Sul, continua a haver uma maioria do povo que não vai bem. E há especialistas em desenvolvimento que dizem que essa maioria vai por causa do tipo de desenvolvimento que se implantou, e se assim é, quem nos garante que essa maioria não continuará indo mal? Parece que diante disso o Senhor nos manda: "Clama, não deixes de clamar em altos brados! Faze soar tua voz como a corneta. Denuncia à meu povo seus pecados!" (Is 58,1).

Dizer que a missão da Igreja é espiritual e não temporal pode ser uma blasfêmia contra a encarnação e a morte do Filho de Deus. "Depois que Cristo morreu pelos homens, não é mais possível à Igreja não levar a sério os problemas, as dores, as esperanças dos homens. Trata-se do homem concreto, situado numa determinada estrutura social" (Fernando B. de Ávila, em: Missão da Igreja no Brasil, Ed. Loyola 1972, pg. 152). O Apóstolo Tiago ensinava a seus fiéis: "A verdadeira religião é: visitar os órfãos e as viúvas em suas aflições, e conservar-se puro da corrupção deste mundo" (Tg 1,27). De nada, pois, servirão todas as nossas reformas litúrgicas, ou pastorais, nossas festas, nossas romarias, nossos programas de rádio ou TV, se não "tivermos dado algo de comer aos que têm fome, se não tivermos vestido os nus, se não tivermos acolhido os sem-teto, se não tivermos visitado os doentes e os presos". Se não tivermos feito isso, então nos teremos omitido de o fazer ao próprio Cristo (Cf. Mt 25,35-45). Se pelo ministério da Igreja do Regional Sul 3, da qual nossa Província faz parte, não for anunciada ao homem do Rio Grande do Sul, HOJE, na atual conjuntura sócio-econômica e política, a FORÇA LIBERTADORA DO EVANGELHO, então em nossas pregações estamos anunciando o quê? em nossas litúrgias estamos celebrando o quê? a nossa fé serve para quê?

CONFIDENCIAL



PT343.40

DESTINATÁRIO E RESPONSÁVEL  
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA  
DOCUMENTO (Art. 62 - Dec. n.º 60.417/67  
Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

**CONFIDENCIAL**

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Agência Curitiba



PEDIDO DE BUSCA N.º 0291 / 300 ACT/77

DATA : 02 de Março de 1977  
ASSUNTO : REUNIÃO DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO -CIMI.  
REFERÊNCIA : --.  
DIFUSÃO : 5a RM/DE - SR/DPF/PR -CI/SESP/PR - DOPS/PR e SDSI/RFFSA.  
ANEXO : --.

**DADOS CONHECIDOS**

- a.-Segundo a imprensa será realizada, em Curitiba/PR, no período 14/17/MAR 77, na casa do Mossungue, no Km 2 da rodovia do café, a 1ª reunião do CIMI depois que, na Assembléia de ITAICI/SP, o Episcopado // Brasileiro resolveu anexá-lo juridicamente ao CNBB.
- b.-O encontro deverá reunir representantes dos Estados do Sul do País, que discutirão a problemática do índio que habita esta região, visando estabelecer um plano de ação pastoral para o corrente ano.
- c.-Consta que DOM THOMAZ BALDUINO, Presidente Nacional do CIMI, deverá comparecer a reunião.

**DADOS SOLICITADOS**

- a.-Acompanhamento da referida reunião informando a esta ACT/SNI: os participantes, temas abordados e conclusões chegadas.
- b.-Outros dados julgados úteis.
- c.-Resposta até o dia 22 MAR 77.

\*\*\*\*\*

**CONFIDENCIAL**

D. O. P. S.  
PROTOCOLO  
N.º 336 174  
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Feito Of. nº 312/77-S.I., encami-  
nhando cópia dos manifestos DECLARAÇÃO  
DE MOSSUNGUE e DECISÕES DOS ÍNDIOS.

Em 22/03/77

*Arquivar*

*Pasta: CIMI*

*Em 14-4-77*

*[Signature]*

## DECLARAÇÃO DE MOSSUNGUE

Reunidos em nossa III Assembléia de Pastoral Indigenista, nós, membros do CIMI/SUL, sentimos o dever de informar à opinião pública sobre a dramática situação em que vive o Índio Brasileiro nestas regiões e sobre o nosso compromisso, mais uma vez assumido, de continuarmos a desenvolver junto a ele um trabalho de Igreja.

### CIMI-CNEBB:

Manifestamos nossa profunda satisfação pelo apoio da COFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL manifestado, de forma tão explícita, em sua XVa. Assembléia Geral, há pouco realizada em Itaici, ao trabalho que o CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO desenvolve junto aos POVOS INDÍGENAS do Brasil. Entendemos que com isso a Igreja mostra mais uma vez sua unidade e seu compromisso de anunciar o Evangelho aos Pobres.

### CIMI-INDIOS:

Grande parte desta nossa Assembléia foi dedicada aos relatórios e à análise da situação em que vivem os povos indígenas em nível regional, nacional e continental. Esta situação é dramática. Destaca-se nesse drama a depredação das terras dos índios por intrusos e até pelo Órgão oficial de proteção ao patrimônio indígena, o desrespeito às tradições sociais dos índios, o menos preso a sua cultura e à negação de seus mais elementares direitos de auto-determinação. Destaca-se ainda a discriminação racial e a marginalização do índio explorado do ponto de vista comercial e como mão-de-obra barata. Nada melhor para descrever a angústia desses povos, do que uma carta enviada a nossa Assembléia por um índio Kaingang: "Nós, índios do Brasil, estamos numa situação horrível... acho eu que isto é em todo o Brasil. Então nós índios, temos que nos unir e trabalhar para ver se melhoramos nossas vivências, porque eu acho que deve ter algum cristão por nós..."

Sendo que esta Assembléia se realiza no Paraná, manifestamos em particular nosso irrestrito apoio à Comunidade Indígena de Mangueirinha em sua reivindicação para que sua área de 8 976ha., com 170 000 pinheiros, que lhes foram tirados em 12 de maio de 1949, retornem a ela.

### CIMI-EVANGELIZAÇÃO:

Entendemos que a missão evangelizadora da Igreja acontece na libertação total do homem. Isso implica não apenas no anúncio de uma Salvação espiritual em Jesus Cristo ou numa conversão apenas interior e pessoal ou na mera vivência religiosa, e sim na realização do milagre evangélico que o próprio Jesus apresentou aos enviados de João Batista como critério e sinal da vinda do Reino Messiânico: "Os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são curados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, e aos pobres é anunciada a Boa Nova" (Lc. 7, 22). Diante destas palavras de Cristo, mais uma vez assumimos nossa ação missionária como uma obra ao mesmo tempo de Evangelização e de Promoção Humana, pois "A Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem" (Paulo VI - Evangelii Nuntiandi, n. 34). hipotecamos total solidariedade a todos aqueles que, assim, entendendo sua missão junto às populações marginalizadas e exploradas sofreram e estão sofrendo as mais diversas represálias e difamações.

### CIMI-FUNAI:

O CIMI não tem a pretensão de ser o único responsável pela solução dos problemas indígenas. Pelo contrário crê que o próprio índio salvará seus irmãos. Nesta salvação, o CIMI quer apenas colaborar e para isso tem procurado somar seus esforços aos de outras Igrejas Cristãs, de cientistas (antropólogos, sertanistas, linguístas, teólogos, etc), da Imprensa, bem como dos Órgãos Governamentais. E declara que sempre permanecerá aberto ao diálogo e a essa cooperação. No entanto, em nome do Evangelho, reserva-se o direito de denunciar tudo aquilo que ele entende ser contrário às autênticas aspirações do índio. Assim, manifestamos nossa preocupação e nossa desaprovação às barreiras interpostas pelo Orçamento da Funai aos índios que desejaram participar desta Assembléia como também à falta de solidariedade aos chefes indígenas de Roraima, reunidos em sua Assembléia que foi dissolvida, em janeiro último, em flagrante violação do direito do índio.

26

SINAIS DE ESPERANÇA:

EM todo continente americano, o índio proclama, cada vez mais vigorosamente, que ele mesmo quer ser o dono de sua história e o construtor de seus caminhos. Na medida em que esta luta encontrar eco, solidariedade e positiva cooperação do povo de Deus em nossa pátria, cremos que as dificuldades do presente não impedirão de vislumbrar o amanhã do salmista que dizia: "Quando o Senhor reconduzia os deportados de Sião, parecíamos estar sonhando. Nossa boca encheu-se então de riso e nossos lábios de canções. E entre os povos se dizia: O Senhor operou entre eles coisas maravilhosas." (Sl. 125)

Curitiba, 17 de março de 1977

nessa  
ção oficial  
bem nossa  
Surumu, cu  
desrespeito



## DECISÕES DOS INDIOS

8 indios

27

Pelos representantes dos  
Bororos, Guarany e Kaingang.

Em Mossunguê, 17 de Março de 1977

### 1. A UNIÃO

Nós temos que se esforçar por si mesmos. Não podemos mais esperar pela Funai. Prá mim só basta os missionários que não estão ganhando pra nos ajudar. Quem está ganhando é a Funai, que ganha pro nosso desenvolvimento. Devemos ser unidos. Prá fazer um serviço de progresso, devemos todos irmãos serem unidos. Qualquer trabalho tem que ser unidos. Vamos todar por nossa própria conta. Se esperamos pela Funai não se vê nada. Nunca vamos deixar de pedir pra eles mas também não esperamos muito.

A Funai devia vir para orientar o Indio para o trabalho. O negócio de serrarias eu acho que deveria ser serrado e consumido no mesmo lugar. Mas acontece que eles serram e levam fóra. Quantos pinheiros já foram serrados assim? A gente pede um trator e eles não dão.

### OS CHEFES DE POSTOS E FUNAI

Alguns chefes de posts, uns 5% pelo menos interessam al indio. Mas quando eles procuram ajudar o indio, os superiores deles já acham um jeito de tirar fóra o chefe do posto. Eles tem algum plano direto que eles pensam só prá eles. O planejamento que ele tinha feito em beneficio nosso fica tudo calçado. Eles só deixam ficar no posto, o chefe que não ajuda o indio.

A minha queixa é que o indio devia ser consultado antes de mudar o chefe de posto. Outra coisa é que eles acham que existe alguém planejando o indio. Quem tá planejando os indios são eles me mos. Sabemos tudo por meio dos jornais, não é pelos outros indios ou outros brancos. É por meio da prática da Funai, que eles é que estão ensinando a gente como eles são.

Eles pensam que o indio não tem idéia. Que somos criancinhas. No nosso posto, quando nós planejamos tomar aggranja de soja, eles disseram logo que foi o chefe do posto. Ninguém confia no Indio. O maior sacrificio que o indio passa é isso: não tem valor de parte nenhuma. Os chefes dos postos não podem tomar o lugar dos caciques. Ele não tem direito de eleger caciques por capricho deles. Quem tem de eleger o cacique é o próprio Indio.

Quando tem reunião, eles não fazem nada. Mesmo quando veem o Indio falando. Porque eles não querem que os Indios se encontrem? O Indio sendo livre, porque? Estamos aqui dentro de Brasil como muitos presos, dentro de um campo de concentração. Não temos liberdade. No Estatuto do Indio fala que somos livres. Mas não deixa nós visitarmos nossos patricios. Não vamos visitar os brancos. O indio assim está sendo um intruso dentro de sua própria terra.

Se a Funai quer o nosso progresso, nosso desenvolvimento, eles que devia ajudar a pagar pra nós termos esses encontros, que antigamente eram livres pra fazer. Os indios sempre tinham seus encontros. Invés de proibir nossas reuniões, eles deveriam ajudar. Devemos ter introzamento trocas de idéias para atingir esse desenvolvimento. Mas eles não querem que o indio desenvolva mas não ajudam. Não querem nosso progresso, querem que acabe o indio, pra poder tomar suas terras e vender pro brancos.

Essa dificuldade é mais aqui no sul. Lá na nossa terra tá tudo unido. A dificuldade é mais no sul e no Amazonas. Os índios de nossa terra apelamos muito para a união e estamos todos unidos, Xavantes, Tapirapés, Parecis, tudo.

### 3. A EDUCAÇÃO E CULTURA INDÍGENA

Os monitores como índios, eles tem que estudar não só pra algum projeto lá deles, mas para aculturar a própria faixa de geração do índio. As danças, a vida assim dos antigos, a gente não fica sabendo. Os professores podem dar tudo que é de estudo de interesse mas também podem ensinar aos índios sobre seus parentes. Os monitores não se interessam de involver as comunidades. Eles não ajudam a gente nesse serviço.

Gostaríamos que nossos filhos não perdessem nossa própria língua. Então nessa parte, quando o Rangel Reis falou que o estudo da língua do índio era um tempo perdido, nós não concordamos. Nós achamos que devemos ter o estudo geral mas não devemos perder nossa própria língua.

A parte de casamento da índia com o civilizado, através disso é que vem a invasão. O intruso branco casa com a índia só por causa da terra. Depois ele não vive com ela. Nós não estamos aceitando mais isso. Quando um índio casa com uma branca, então a gente perde a cultura. A mulher fala só o português com seus filhos, e então deixam de ser índios. Perdem sua própria língua.

### 4. O ALCOOLISMO

Não é bom. Não devemos deixar o álcool nos dominar. Em nossa terra não é proibido beber, mas contanto que a pessoa saiba controlar. Antes disso o índio já tinha sua própria bebida. Eles deviam tirar os alambiques que existem dentro de algumas de nossas áreas. O intruso vende pinga pros índios. O índio bebe, briga e dá confusão. Os próprios índios deviam cuidar pra que o índio não perca o controle. O índio não deve se jogar assim fora da área dominado pelo vício. Conforme a exploração do branco, depende o álcool. Todos gostam do álcool mas eles só reparam o índio. As partes que andam pior que os índios não são tão criticadas. A crítica maior do branco é pelo álcool, que os índios não trabalham e só vivem bebendo. A crítica vem da redondeza da área, usam o álcool para malhar o índio. O índio é quem se prejudica mais com o álcool. Estamos lutando pra ver se nós encurtamos essa coisa. Devagarinho pra ver se evitamos isso.

### 5. OS MISSIONARIOS

Achamos muito bom a ajuda que eles estão fazendo pra nós. Nunca tivemos uma mão dessas. Deles ajudarem a fazer reuniões e ter essa vivência para melhorar. Nós os índios estamos descobrindo a exploração do branco para o índio. Entre essas reuniões é que se encontram os fatos. Nos encontros entre os índios. É a parte mais necessitada de ajuda. Outra parte que necessita ajuda é o missionário se envolver em nossas comunidades, na lavoura com o índio.

Para nós parece que a Funai não está de acordo que os missionários tenham contato com os índios. Mas no entanto eu sempre tive esse dizer que o Cristo falou: "A árvore se conhece pelos frutos. A árvore boa não pode dar maus frutos; e a árvore ruim não pode dar bons frutos." Assim se conhece o Homem.

Eu da minha parte gostaria que os missionários tomassem esse cargo porque eu abho que eles trabalham pro bem da Humanidade, não é somente pro bem do índio. Eu notei isso nos missionários. Muita gente fala que os padres são espiões. Eu não acho isso. Acho que eles trabalham com honestidade perante os homens e perante Deus. E eles não são órgãos do governo, mas trabalham e tem interesse pra toda a coletividade.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

JORNAL *Estado São Paulo*  
*Posto Cimi*  
Data *05/06/79* Estado *SP*

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Cimi reconhece abertura,  
mas ainda teme pelo índio**

Da sucursal de  
BRASÍLIA

Embora reconhecendo uma maior abertura do governo em relação às atividades do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — os seus integrantes, reunidos em Brasília nos últimos três dias, chamaram a atenção para a situação real dos índios brasileiros, “que não se modificou nos últimos anos”. Para o Cimi, a questão indígena não será resolvida enquanto o governo não reconhecer que os índios devem participar da busca da solução.

“Constatamos que algumas modificações ocorreram no comportamento da cúpula da Funai em relação ao Cimi” — afirmam os missionários em documento aprovado na reunião. “Foram suspensas as proibições ao acesso de missionários em áreas indígenas e, além disso, o próprio presidente da Funai tomou a iniciativa de convidar o presidente do Cimi, dom Thomas Balduino, para um diálogo, superando o clima de guerra aberta que foi a tônica da gestão anterior, sob a presidência do general Ismarth de Araújo Oliveira.”

Os missionários discutiram também a situação dos índios parakanã, do Pará. “Podemos afirmar sem qualquer retórica — dizem os missionários — que o grupo parakanã está entre as mais indefesas vítimas do chamado ‘milagre brasileiro’. Foi tão violento o contato com a sociedade branca que, um ano depois da rodovia Transamazônica ter avançado sobre as suas terras, dos 150 índios encontrados restavam 92. Tinham morrido 68 e outros foram vitimados por doenças venéreas, o que causou o nascimento de crianças cegas.”

O Cimi pede a urgente demarcação das terras dos parakanãs, agora ameaçados com a construção da hidrelétrica de Tucuruí, que inundará parte das terras ocupadas pelo grupo. “A situação dos parakanãs não é a única que exige medidas de urgência” — prosseguem os missionários. “No próprio Estado do Pará, os índios gaviões enfrentam as pretensões da Eletronorte de atravessar sua área com linhas de transmissão, enquanto, em Rondônia, os suruí do Posto 7 de Setembro são acossados pelos colonos do Incra e pelas grandes mineradoras.”

## MISSIONÁRIOS denunciam caso indigenista

"As novas táticas da política indigenista oficial brasileira" foram denunciadas pelos missionários indigenistas do Regional Sul do Cimi, durante a VI Assembleia realizada entre os dias primeiro e quatro deste mês, em São José dos Pinhais. Segundo eles, hoje se verificam, na prática, ações concretas da Funai no sentido de passar aos governos estaduais a sua responsabilidade pela tutela e assistência dos povos indígenas. "Denunciamos que essas ações são parte de um plano mais antigo, e que visa a extinção desses povos em nosso País. Como ontem se falava em emancipação, hoje se fala em regionalização da política de proteção ao índio".

Proseguindo, eles afirmam que "com esses planos o que se quer é a espoliação do que resta das terras e riquezas dos povos indígenas, atendendo aos mais mesquinhos interesses regionais e seus aliados nos governos estaduais. O que os índios poderiam esperar de governos como o do Estado do Paraná que lhes roubou mais de 150 mil hectares de suas terras, demarcadas por estes mesmos governos?" Os missionários questionam o que os povos indígenas do Brasil podem esperar de governos estaduais subservientes ao governo federal e totalmente comprometidos com os latifundiários e o capital estrangeiro.



30

**Secretaria de Segurança Pública**  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

PROFISSÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

HISTÓRICO

**Áreas indígenas  
liberadas ao Cimi**

*O Bispo Leo Paulo*

Da sucursal e do correspondente

A Fundação Nacional do Índio — Funai — revogou a portaria que proibia religiosos e agentes do Conselho Indigenista Missionário de visitar áreas indígenas. Diante da revogação, o bispo de Roraima, d. Aldo Mongiano, enviou comunicação ao coordenador do Cimi no Amazonas, padre Paulo Suess, assinalando que isso foi conseguido “diante da força da opinião pública, mobilizada através do meios de comunicação e das paróquias”.

O Cimi, por sua vez, entende que a proibição foi determinada sem nenhuma razão, “porque não houve abuso nem intromissão dos missionários no trabalho da Funai”. Por isso, a portaria foi tachada de arbitrária e mesquinha pela Cimi, tendo a forma como foi imposta motivado protestos gerais entre religiosos e políticos, especialmente da Amazônia.

A proibição motivou, inclusive, a leitura de uma carta-denúncia do bispo prelado de Roraima em todas as paróquias da região. Nesta carta, além de fixar

*04/04/79*  
as diretrizes do Cimi junto à comunidades indígenas, o bispo d. Aldo Mongiano acusou a Funai de estar “ao lado dos fazendeiros”.

**ATUAÇÃO DIRETA**

Para o padre Paulo Suess, a revogação da portaria da Funai permitirá, novamente, aos religiosos uma atuação mais direta e objetiva do Conselho Indigenista Missionário junto aos índios, “pois estes, a cada dia, ante a omissão da Funai, se tornam presas fáceis dos interesses dos latifundiários”.

O padre acha também que a proibição foi revogada “não porque fosse absurda”. Ela foi revogada — afirmou o padre — diante do gesto de solidariedade à Igreja e da força da opinião pública, “que respondeu de forma organizada e imediata ao ato prepotente das autoridades”. Tudo isso, para o padre, faz com que se perceba mais uma vez “a teia de mentiras, intrigas e incompetências, além da desorganização, nos altos escalões da Funai”. Assim, ele entende que nada resta senão perguntar mais uma vez: “como podem os povos indígenas confiar em semelhante tutor?”

*Padre Cimi*

## CIMI responde acusações sobre subversão rural

BRASILIA - A direção do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que está reunida em Brasília, respondeu ontem as acusações feitas pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura Flávio Brito, que apontou a igreja como responsável pela subversão no meio rural. Esta provocação - disse o vice presidente do CIMI, Dom Thomás Balduino - está sendo conduzida pelos latifundiários que se estão organizando e usando a bruxa comunista para justificar os problemas que ocorrem no campo, que só terão uma solução quando o governo e demais setores que atuam a serviço do povo passarem acreditar nele e em seu futuro, associando-se ao camponês para derrubar a impostura que aí está como desordem estabelecida.

Para o CIMI as acusações do presidente da CNA e demais dirigentes das federações, apenas revela o acerto de posições da Igreja. Dom Thomás explicou que a Igreja continuará defendendo que a solução para o problema do lavrador e do índio está neles mesmos e que toda tentativa de se colocar no lugar deles é uma atitude neocolonialista que precisa ser combatida.

Os latifundiários de toda a espécie praticaram um roubo não só de terras, mas roubaram do povo o direito de falar, decidir, de ter lugar, voz e vez, e é este roubo que a igreja, ultimamente não só procura denunciar, mas tenta sanar pela raiz, fazendo ouvir a voz desse povo da forma mais pura possível e suas propostas de solução para seus problemas.

O assassinato de dois índios gua-

jajaras na Fazenda Xope, em Barra do Corda, Maranhão, no mês passado, um dos temas que está sendo discutido pela direção do CIMI, em Brasília, na opinião dos missionários precisa ser investigado em toda a sua extensão. Segundo relatórios examinados na reunião, a polícia militar do Maranhão foi realmente co-autora do crime, pois os índios foram assassinados friamente na presença de policiais.

Após o crime executado - afirma o CIMI - a polícia ao invés de lavar o flagrante do crime, prendendo o criminoso, omitiu-se, permitindo que existisse a tentativa de ocultação dos cadáveres. A mesma polícia dificultou as investigações para apurar o desaparecimento dos índios Mateus e Moreira, comprometendo-se seriamente com o delito.

O CIMI denuncia ainda que o inquérito policial instaurado em Barra do Corda está sendo conduzido com parcialidade estando a cargo da própria polícia militar, que tem coberto os depoimentos dentro do quartel, intimidando os depoentes. O CIMI defende que o inquérito precisaria ser conduzido por um órgão idôneo, não comprometido no caso, para que não se repita com os guajajaras, o ocorrido em outras áreas indígenas, onde os assassinos de índios continuam soltos, como ocorreu em Mangueirinha, na morte do Cacique Angelo Kretan, com o chefe pakararu, Angelo, na Bahia, e mesmo o assassinato de tribos inteiras como ocorreu em Rondonia, quando toda uma comunidade cinta-larga foi assassinada em 1968, com arsênico misturado no açúcar.



Secretaria de Segurança Pública  
**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL**

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....



Foto Antonio Vargas - Telefoto Estado

*O Estado de São Paulo 25/11/78*  
D. Tomás acompanhou os Kaingangos num passeio pelo centro de Porto Alegre

**D. Tomás:  
índio deve  
ser ouvido**

**Da sucursal de  
PORTO ALEGRE**

O presidente do CIMI, dom Tomás Balduino, e o bispo de São Felix do Araguaia, dom Pedro Casaldaglia, condenaram, ontem, em Porto Alegre, o projeto de emancipação do índio. E, a propósito da possibilidade de serem feitas modificações no texto original do projeto, referida quarta-feira pelo próprio ministro Rangel Reis, os bispos fizeram sugestões ao Ministério e à Funai.

Para dom Tomás Balduino, "se é para modificar o projeto, lembro a sugestão feita pelo índio Daniel Cabixi, do grupo paraci, que junto às ruínas de São Miguel, aqui no Rio Grande do Sul, havia dito que a emanci-

*Porto Alegre  
CIMI*

30

O presidente do CIMI, dom Tomás Balduino, e o bispo de São Felix do Araguaia, dom Pedro Casaldagla, condenaram, ontem, em Porto Alegre, o projeto de emancipação do índio. E, a propósito da possibilidade de serem feitas modificações no texto original do projeto, referida quarta-feira pelo próprio ministro Rangel Reis, os bispos fizeram sugestões ao Ministério e à Funai.

PT 5413.10

Para dom Tomás Balduino, "se é para modificar o projeto, lembro a sugestão feita pelo índio Daniel Cabixi, do grupo pareci, que junto às ruínas de São Miguel, aqui no Rio Grande do Sul, já havia dito que a emancipação que os indígenas querem é a emancipação que procede dos próprios índios, que é esta que eles estão criando, estão vivendo, estão lutando por ela. Eu acho — acrescentou o bispo missionário — que isso completaria muito bem a Lei 6001, que fala de uma emancipação a partir do órgão governamental".

Analisando o projeto de emancipação proposto, dom Tomás Balduino explicou que "o medo que se alastrou em todo mundo em função deste projeto é que ele é oficial e surgiu de um grupo restrito. De um grupo que nunca deu provas — acentuou — de acreditar no índio e que não tem autoridade moral para promover a emancipação do índio porque inclusive castrou as lideranças indígenas; impediu o encontro de índio com índio, que é caminho para o índio se emancipar, saber o que está acontecendo com seus irmãos".

Já o bispo de São Félix do Araguaia referiu-se à própria etimologia da palavra emancipação, que quer dizer "libertação", para acrescentar que esta "só tem sentido se o diálogo entre os indígenas e a sociedade envolvente existir de igual para igual, o que não se tem verificado até agora".

Os dois bispos estão no Rio Grande do Sul para palestras na Semana Missionária e participar da missa indígena que será oficiada amanhã junto às ruínas de São Miguel, antiga redução jesuítica, que servirá como encerramento do "Ano dos Mártires". Estavam acompanhados, ontem, por três Kaingang da reserva indígena de Nonoai, a 461 quilômetros da capital, onde os índios conseguiram expulsar, desde maio último, mais de mil famílias de intrusos brancos. Participando da entrevista coletiva antes de um passeio pela rua da praia, a mais movimentada da cidade, Xetá, Penggú e Kooen revelaram que foram eles próprios que decidiram pela expulsão dos colonos e que não tiveram ajuda de ninguém.





Secretaria de Segurança Pública  
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NO  
FILI  
PRC  
RES

# Cimi considera genocídio a emancipação dos índios

*fora do Brasil 25/11/71*

Porto Alegre — "É profundamente lamentável que, justamente no ano em que expira o prazo dado pelo próprio Governo para a demarcação de terras indígenas, seja criado um decreto genocida como o anteprojeto da emancipação", afirmou ontem o presidente do Cimi — Conselho Indigenista Missionário — Bispo D Tomaz Balduino.

Em palestra no Congresso Missionário Missionário, o religioso afirmou que "o único gesto honesto seria esquecer o projeto e enterrá-lo", com o que concordaram os representantes da tribo dos caingangues, do Norte no Rio Grande do Sul, segundo os quais o "índio não foi feito para viver como colono".

## Imoralidade

A decisão de emancipar os índios foi definida pelo presidente do Cimi como "uma imoralidade do Ministério do Interior". Acrescentou que não há outra razão para que o Governo tome esta atitude em relação aos indígenas do país, a não ser os lucros pela comercialização das terras, que, por direito, pertencem às comunidades primitivas e que, certamente, serão entregues a investidores internacionais". Ele considera que uma medida deste teor somente seria válida se houvesse equilíbrio de forças e de interesses, mas "esta decisão foi tomada unilateralmente", sem que os principais envolvidos com a questão — os índios — fossem consultados.

"Se não há igualdade de diálogo e de direitos, como normalmente ocorre nos contatos entre nossos governantes e os indígenas, é impossível acreditar em boa fé. Este decreto para mim, cheira a Lei de Segurança Nacional: querem sufocar uma população que já está agonizante", ressaltou o Bispo.

Outro fato que Tomaz Balduino caracteriza como "uma arbitrariedade no processo da emancipação" é que somente seis técnicos da Funai foram encarregados da elaboração do projeto. Explicou, que, quando a idéia começou a ser formalizada, vários antropólogos foram consultados mas, "como todos deram um parecer desfavorável, foram simplesmente afastados do plano".

O Bispo D Pedro Casaldáliga, também presente ao Congresso promovido pelo Cimi-Sul e ANAI — Associação Nacional de Apoio ao Índio — revoltado com as perspectivas de desintegração social e moral decorrentes da aplicação do projeto de emancipação, afirmou que

não chegou a ficar surpreso com a proposta do Ministro do Interior. Porém, admitiu que o Ministro Rangel Reis "traiu as comunidades indígenas, pois prometera lhes dar terras e, em vez disso, propõe a aceleração da injustiça".

Para ele, a política do atual presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, definida em seu discurso de posse, e a principal causa para o atual estado de coisas. O presidente da Funai teria declarado: "Não questionarei se os métodos de assistência aos índios estão certos ou errados, pois a Funai existe para servir ao Governo".

Este posicionamento, segundo o Bispo, demonstra que, acima das verdadeiras atribuições da entidade, estão outros interesses na distribuição de terras da União e não a defesa de direitos: "As populações minoritárias não são levadas em conta, não merecem respeito e, sempre que o Ministro ou o presidente da Funai falam sobre isso, adotam um tom bastante sarcástico".

As dificuldades criadas pela Funai quanto aos métodos progressistas adotados pelo Cimi na aculturação das comunidades aborígenes são consideradas "normais" pelo Bispo, revelando que mantém um relacionamento de "inimigos cordiais". Comentou ainda que, se o General Ismarth de Oliveira fosse "menos amigável, certamente, beneficiaria muito mais as tribos brasileiras, pois, com sua simpatia aparente, enganou-os, mais do que seus séculos antecessores". O grupo de autoridades que se encarregou de propor a emancipação "não tem condições morais para isso", na opinião de D Pedro Casaldáliga.

Koen, um dos representantes do grupo de caingangues do toldo de Nonoi, a 416 km desta Capital, que participou dos conflitos que resultaram na expulsão dos posseiros da reserva, não acredita que a emancipação frutifique no Brasil: "Os índios não estão preparados nem interessados em emancipação. Nossa vida é muito diferente da dos brancos e, nos anos de contato que tivemos, descobrimos que o regime dos civilizados é muito complicado: queremos viver à nossa maneira".

Koen não culpa os colonos pelo levante de Nonoi, mas acha que seria importante que "eles tivessem mais apoio do Governo deles, porque estão sofrendo tanto quanto nós". Apesar de lamentar a sorte de seus eventuais inimigos, afirmou que "se a gente não mostra força, vira boneco".

*Porto Alegre Cimi*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

34

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Mais críticas à emancipação</b> <i>O Estado de São Paulo, 07/07/48</i></p> <p>"A minuta do sr. ministro conseguiu a proeza de fazer uma reforma agrária às avessas: retira das mãos do índio o último chão que lhe resta — última garantia de sobrevivência como povo — e entrega-o de mão beijada aos grandes proprietários". A afirmação faz parte de um documento que o Cimi — Conselho Indigenista Missionário — distribuiu à imprensa ontem, em Goiânia, após uma reunião de seu secretariado nacional, coordenada por dom Tomás Balduino, presidente da entidade. Ele se refere à minuta do decreto sobre a emancipação dos índios brasileiros que o ministro do Interior, Rangel Reis, está encaminhando à presidência da República.</p> <p>O documento do Cimi acusa os "idealizadores do projeto" de "deixar à mostra sua ideologia racista", afirmando ainda que "os legisladores da África do Sul estão fazendo escola". Segundo o documento, "os propositores do projeto de emancipação pretendem distinguir os brasileiros índios dos nãoíndios, o que não deixa de ser novidade, pelo menos no campo das leis, neste País que se orgulha de ser a mais harmônica democracia racial do mundo".</p> <p><i>Pasta CIMI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

35

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;"><i>Estado de São Paulo</i> <i>29/06/78</i></p> <h3 style="text-align: center;">Cimi protesta contra mudança de colonos</h3> <p><b>Da sucursal de PORTO ALEGRE</b></p> <p>O Cimi — Conselho Indigenista Missionário —, por meio do seu Secretariado Nacional e Regional Sul, protestou ontem contra a transferência dos colonos expulsos da reserva indígena de Nonoai para o Mato Grosso. O Cimi qualificou de "deportação" a mudança dos colonos para o "inferno verde" de Mato Grosso.</p> <p>Também em apoio aos colonos será realizada hoje uma manifestação pública na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, promovida pelos DCEs da Puc e UFRGS, diretórios acadêmicos de várias faculdades e pelos setores jovem e trabalhista do MDB gaúcho, pedindo a permanência dos colonos de Nonoai no Estado. O Cimi, além de dar apoio aos colonos e defender os índios de Nonoai, em uma nota divulgada ontem, também criticou o cardeal-arcebispo de Porto Alegre, d. Vicente Scherer. O cardeal pronunciou-se contra os índios que expulsaram os colonos, mas, para o Cimi, as acusações de d. Vicente Scherer são "infundadas".</p> <p>Tomando posição contra a transferência, as entidades promotoras do ato público, a ser realizado na Assembléia, distribuíram igualmente uma nota, na qual pedem "terra para quem trabalha".</p> <p>"A solução encontrada pelo governo — diz a nota — foi reprimir, e todas as formas de coação são usadas para obrigar esses colonos a se entregarem nas mãos de um feitor de escravos, dirigente de uma cooperativa em Mato Grosso". E acrescenta que, "para defender os latifúndios improdutivos ou suas próprias terras, que nada produzem, o governo procura uma solução contrária aos interesses dos colonos, assim como havia anteriormente arrendado terras dos índios para eles".</p> <p style="text-align: center;"><b>CRÍTICAS</b></p> <p>Por sua vez, o Cimi faz um histórico sobre as interferências nas terras dos kaingangues, por meio de grilagens, arrendamentos autorizados pelo governo; derrubada de pinheiros, incentivada pelo SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e Funai; e início de uma reforma agrária entre 1960 e 1964 que, "na prática, só atingiu áreas indígenas".</p> <p>No Parque Estadual de Esteio, embora dez crianças, filhos de colonos estejam hospitalizadas, com pneumonia, 53 famílias que concordaram com a mudança para Mato Grosso prepararam-se para a viagem de 3.400 quilômetros, a ser iniciada depois de amanhã. Os médicos que atendem os colonos garantiram, porém, que as crianças poderão viajar. Para os colonos que preferem ficar no Rio Grande do Sul ainda não há solução.</p> <p>Os colonos que aceitaram a transferência estão recebendo instruções de assistentes sociais, sobre a mudança, e sendo submetidos a novos exames médicos. Cada família poderá carregar 50 quilos de bagagem nos ônibus que farão o transporte a Mato Grosso, e os que possuem equipamentos agrícolas deverão transportá-los em caminhões que acompanharão a caravana.</p> <p>Após a partida das 53 famílias, serão abertas novamente as inscrições para os que resolveram mudar-se para Mato Grosso. Embora muitos colonos tenham declarado que preferem ficar no Rio Grande do Sul, o governador Sival Guazzelli disse em Brasília que não há terras disponíveis no Estado.</p> <p style="text-align: center;"><i>Pasta CIMI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

36

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Iasi critica TFR Folha de São Paulo 08/10/78</i></p> <p>CUIABÁ (Do Correspondente) — O padre Antonio Iasi Júnior, ex-secretário geral do Conselho Indigenista Missionário — CIMI —, criticou a recente decisão do Tribunal Federal de Recursos que, ao julgar processo movido pela Funai contra Silas Menezes, arrendatário de uma área de 52 hectares na reserva indígena Nonai, no Rio Grande do Sul, decidiu, firmando jurisprudência, que cabe à Justiça estadual tal julgamento.</p> <p>Para o missionário, tal decisão é "altamente lesiva aos direitos dos índios quanto à posse e uso exclusivo de suas terras".</p> <p><i>Posta CIMI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

37

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

### Cimi quer defesa do índio latino-americano

*Alfaro de São Paulo 19/04/78*

DATA	PROCEDÊNCIA

ITAICI — “Esperamos que o encontro de Puebla prossiga a caminhada aberta em Medellin, há dez anos, e se volte cada vez mais para os problemas reais do povo e, em particular, desperte para a tragédia dos povos indígenas do Continente, conferindo-lhes a importância devida, nos debates. Mais ainda, se torne ao final do encontro, uma voz a mais na luta desses povos, os mais marginalizados de nossa América.”

A reivindicação é do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e, veiculada em documento destinado a subsidiar a Assembléia Geral da CNBB, sustenta a necessidade de a Igreja estudar e definir posições, na 3.ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em favor de uma pastoral que defenda o índio enquanto minoria étnica ameaçada de extinção.

#### MASSACRE

Diz o documento que “a história dos povos indígenas deste continente, a partir do final do século XV e início do século XVI, é a longa história de um massacre. Nestes quase cinco séculos de colonização e exploração, os conquistadores espanhóis e portugueses (e seus descendentes) vitimaram milhões de pessoas, destruíram culturas e escravizaram nações inteiras.”

No caso brasileiro, o Cimi lembra que “os portugueses encontraram uma população indígena de aproximadamente 7 milhões de indivíduos em 1500. Hoje, esta população está reduzida a 180, talvez 200 mil índios, isto é, umas 35 vezes menor”. Adverte que “infelizmente este processo de extinção continua ainda.”

O Cimi reconhece que “a Igreja desempenhou um decisivo papel na história da conquista da América.

A Igreja foi instrumento mais eficaz na dominação ideológica com que a colonização portuguesa e espanhola pôde contar” — diz o documento.

Ressalta o documento que, a partir de Medellin, os missionários tomaram consciência da situação de marginalização do índio e da necessidade de resgatá-lo.

A Igreja missionária tem-se colocado a serviço da promoção do indígena, sofrendo até mesmo baixas, como foi o caso do padre Rodolfo Lunkenbein na aldeia de Meruri, Mato Grosso, em julho de 1976, ao lado do bororó Simão, “sacrificados pelo braço do novo colonizador”. Para o Cimi, há, inclusive, “um profundo significado neste fato”.

“O missionário morto está morto ao lado do índio, ao lado do oprimido. E vítima da mesma violência que atingiu o índio durante estes cinco séculos. A morte de Meruri é como a morte de um profeta. Daquele que abre caminhos. De que vê o futuro para onde caminha a história dos homens. A morte de Meruri é sinal do nascimento de uma nova missão.”

O texto alinha os pontos mais significativos do trabalho missionário. Começa pela defesa da terra do índio, que “constitui elemento integrante da própria evangelização e fundamento de credibilidade. Sem suas terras, não podem os povos indígenas sobreviver nem, tampouco, ser evangelizados.

“O grande e imperdoável equívoco é que, mesmo nós, costumamos ver a terra com olhos capitalistas, na perspectiva da produção e do lucro” — enfatiza o texto.

O Cimi alude às dificuldades e aos reveses impostos como consequência dessa posição, e diz que “não são lisonjeiras as perspectivas em relação ao próximo governo. O candidato já sacramentado à sucessão aponta a produção agrícola como uma prioridade de seu programa. É fácil deduzir o que poderá isto significar para a terra dos índios. O problema da terra se torna agudo e oferece uma inevitável área de atrito diante do rolo compressor do desenvolvimento esquizofrênico no modelo econômico vigente, constituindo a dificuldade mais compacta e profunda para a obra missionária.”

O outro ponto é o respeito à cultura indígena. A evangelização não deve ser de mero proselitismo e os missionários devem preocupar-se, como já ocorre hoje, em fazer com que o índio “recupere a memória do seu passado e reconquiste a própria identidade muitas vezes soterrada (mas não extinta).

*P. Costa Cimi*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

38

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;">19/09/78</p> <p style="text-align: right;">O ESTADO DE S. PAULO — 15</p> <h3 style="text-align: center;"><i>Cimi repudia a intenção do governo de emancipar índio</i></h3> <p><b>Da sucursal de PORTO ALEGRE</b></p> <p>Os participantes da 4ª Assembleia da Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — realizada em Chapecó (SC), divulgaram ontem — na véspera do Dia Nacional do Índio — um documento repudiando a intenção do governo de promover a emancipação de grupos indígenas, classificando-a de "nociva e capciosa". De acordo com os missionários, antropólogos, estudiosos da questão indígena e integrantes da Associação Nacional de Apoio ao Índio que estiveram em Chapecó, "os povos indígenas da região sul estão sujeitos a uma dominação física e cultural.</p> <p>De acordo com o documento, neste ano em que se esgota o prazo legal para demarcação de suas terras, é prioritária a retirada de "todos os intrusos e arrendatários, a preservação do patrimônio e a paralisação das atividades exploratórias da Funai". A dominação física, como decorrência da expansão capitalista nas regiões do interior do País, tem favorecido a usurpação das terras indígenas e a dilapidação de florestas e demais re-</p> <p>ursos naturais, segundo os participantes do encontro.</p> <p>Depois de fazer críticas generalizadas à atuação dos órgãos estatais, o documento enumera seis itens contendo reivindicações que considera prioritárias para a solução do problema indígena. Os participantes da assembleia também se comprometeram a continuar respeitando os índios como representantes de culturas legítimas e autônomas.</p> <p>A retirada de todos os "intrusos e arrendatários" das terras indígenas existentes na região Sul, assim como a proibição de que sejam utilizadas em projetos de interesses econômicos dos departamentos da Funai ("intrusos oficiais") são as duas primeiras exigências estabelecidas pelo documento. Os participantes do encontro, no segundo item, pedem que sejam resguardados o patrimônio florestal, a fauna e as riquezas minerais existentes nas terras indígenas.</p> <p>No terceiro item o documento afirma ser necessário paralisar todas as "atividades espoliatórias" da Funai sobre as reservas e interromper imediatamente a destruição sistemática das matas, promovidas pelo Departamento Geral do Patrimônio In-</p> <p>dígena nas reservas de Chapecó, Mangueirinha, Guarita e Guarapuava.</p> <p>Regularizar o direito histórico de diversos pequenos grupos indígenas sobre áreas de terras que ocupam há vários anos na região Sul, "as quais vêm sendo progressivamente tomadas por elementos da nossa sociedade", é outra reivindicação constante do documento do Cimi. No mesmo item os missionários afirmam ser necessário definir áreas para a localização de diversas famílias indígenas.</p> <p>Finalmente, o documento pede que sejam reorientados os programas educativos promovidos pela Funai na região Sul e denuncia como "extremamente nociva e capciosa" a intenção do governo de promover a emancipação de grupos indígenas.</p> <p>Ontem, em Brasília, ao falar sobre o Dia do Índio (que se comemora hoje), o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, disse que "a tarefa de lidar com culturas primitivas é muito difícil, sobretudo quando se sabe que seus usos e costumes, crenças, direitos e deveres são diferentes daqueles adotados pelo restante da sociedade".</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta CIMI</i></p>

PT343.40

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

57

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

### Cimi critica documento de Puebla por apresentar a visão da Igreja como poder

*Brasil - 12/04/78*  
**Brasília** — A posição que será defendida pelo Conselho Indigenista Missionário na assembleia-geral da CNBB, em Itaici — que debaterá a preparação da Conferência de Puebla — será a de que o documento "representa um retrocesso em relação ao de Medellin, um processo de alianças e uma pastoral de elites que apresenta a visão da Igreja como poder".

Para o presidente do Cimi, Dom Tomás Balduino, o documento de consulta do Celam representa uma posição de cúpula que será confrontada com a realidade latino-americana em Puebla. O Cimi deverá defender, também, a inclusão da Pastoral Indigenista na pauta a ser discutida na 3.ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, devido às suas características missionárias.

#### DENÚNCIA

A Comissão Pastoral da Terra, órgão oficial da CNBB, apresentará a defesa de três pontos básicos que considera indispensáveis ao documento de Puebla: 1) Os bispos devem ter presentes e analisar os mecanismos de exploração do trabalho no campo e nas cidades; 2) — Devem denunciar o domínio dos países ricos no mecanismo da exploração, alertando para o fato de que os países da América Latina estão subsidiando o lucro deles; e 3) Devem basear o trabalho de pastoral na valorização do trabalho, exigindo reformas de salários e colocando os mecanismos de trabalho da Igreja a serviço dos lavradores, para que eles concretizem suas organizações (sindicatos).

Depois de reunir-se, na última semana, para estudar o documento de consulta do Celam que será debatido em Itaici, a Comissão Pastoral da Terra deverá apresentar subsídios para a parte que traça um diagnóstico da situação latino-americana. Nesses subsídios, serão denunciados o êxodo rural, a concentração de terras (0,8% dos proprietários concentram 42% dos títulos), os salários da população rural, o crescimento do trabalho no campo. *em Goiás, em cinco anos, criou 90% de desemprego dos adultos.*

A Comissão Pastoral da Terra deverá pôr em discussão, também, o equívoco da Igreja em querer organizar os trabalhadores rurais

em nome de uma fé, em vez de estimular sua livre organização em sindicatos.

#### FALHO

O Arcebispo de Campos, Estado do Rio, Dom Antônio de Castro Meyer, enviou a seguinte nota aos jornais:

"Julgo o documento preparado pelo Celam, para ser examinado na Assembleia do Episcopado Latino-Americano, em Puebla, falho em muitos pontos.

O documento é frequentemente vago. Quando critica as atuais estruturas econômico-sociais, que julga injustas, não apresenta argumentos em que fundamente essa apreciação negativa. O mesmo se diga, quando aceita a possibilidade de um socialismo que se ajustasse ao catolicismo.

Deveria o documento explicitar em que consistiria esse socialismo, uma vez que Pio XI declarou todo socialismo, mesmo o que mais se aproximasse dos postulados sociais católicos, opostos à Doutrina Revelada. De minha parte, não conheço nenhum socialismo que não pleiteie uma sociedade sem classes e não se baseie numa filosofia materialista, dois pontos incompatíveis com a doutrina da Igreja.

"Não obstante, o documento de Puebla evidencia uma intenção de trilhar um caminho que evite radicalizações extremas. Indique ele de modo claro, como entende a nova civilização que apregoa, a nova cultura, o novo Cristianismo e será possível um diálogo fecundo".

*Pastor CIMI*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

40

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Cimi acha emancipação leviana</b></p> <p><i>Journal do Brasil - 21/02/78</i></p> <p>Brasília — Em nota oficial distribuída ontem, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), D Tomás Balduino, afirmou que "emancipar grupos indígenas nas atuais condições em que vive o índio brasileiro é leviandade", coloca as terras indígenas à disposição do latifúndio e converte o índio em mão-de-obra subasalariada.</p> <p>Como alternativa, voltou a defender a autodeterminação dos indígenas, entendida como a supressão da lei de tutela sem prejuízo das atividades assistenciais. Para ele, "o índio sempre teve e tem condições de agir por conta própria, por isso pode dispensar a tutela, mas precisa ser defendido e assistido face à sociedade que o envolve".</p> <p style="text-align: center;"><b>Destribalização</b></p> <p>Criticando a inexistência de dados concretos sobre o projeto de emancipação a ser enviado ao Presidente Geisel, o presidente do Cimi alertou para o fato de que os índios apontados como pas-</p> <p>síveis de emancipação — Terenas e Tupiniquins — são grupos que perderam todo e qualquer traço cultural. Destacou que, se são esses os modelos de integração harmoniosa na vida nacional, "só poderemos entender a política do Governo como um conjunto de medidas tendo como finalidade a destribalização dos indígenas brasileiros, ou seja, a sua destruição".</p> <p>Acusou ainda a proposta de emancipação de significar a "emancipação das terras indígenas", afirmando que até que o projeto seja divulgado, "teremos que contar apenas com o Estatuto do Índio, que simplesmente silencia sobre o destino das terras após a emancipação, e com as intenções do Sr Ministro do Interior de dividir as terras em lotes". Para D Tomás Balduino, toda a divisão das terras dos índios, contrária ao espírito grupal que assegura a vida comunitária com base da cultura indígena, é uma agressão a esta cultura e "um flagrante desrespeito à lei".</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta CIMI</i></p>



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Cimi revela na abertura do ano dos mártires que índios continuam a ser dizimados</b></p> <p><i>Porto Alegre - Jornal do Brasil - 08/02/78</i></p> <p>Os povos indígenas continuam a ser perseguidos e mortos, a causa dos índios é a causa dos agricultores, posseiros, proletários, operários e dos marginalizados; é uma causa que continua viva e deve ser a nossa causa, da Igreja e de todos nós".</p> <p>Esta afirmação foi feita pelo presidente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), D Tomás Balduino, ao presidir ontem a Via Sacra Missionária, seguida de procissão, cerimônia que abriu em São Gabriel (a 321 quilômetros da Capital), o ano dos mártires.</p> <p><b>O LAMENTO</b></p> <p>A cerimônia durou duas horas e à frente estava o cacique Yacan (Angelo), da tribo caingangue, de Nonoai (RS), que representou os indígenas e chorou bastante durante a ladainha penitencial, na qual mais de 1 mil pessoas pediram perdão a Deus pelos 400 anos de matança aos índios.</p> <p>O cacique caingangue, ao falar na homília da missa que encerrou a cerimônia, disse estar triste por não ter visto índio algum no local, além dele próprio e dos jovens Kauan, de 18 anos, e Klakan, de 19 anos, que o acompanhavam. "Antes aqui era tudo dos índios" — afirmou choroso.</p> <p>A solenidade foi realizada na localidade de Caibate (22,5 quilômetros de São Gabriel, onde foram mortos, há 222 anos, 1 mil 500 índios guaranis e seu líder Sepe Tiaraju, em cuja memória foi rezada a missa.</p> <p>Além de D Tomás Balduino, estavam presentes ao ato D José Gomes, Bispo de Chapecó (SC); Pe. Antônio Caruto, coordenador geral da celebração e vigário geral da prelazia de São Félix do Araguaia (MT), cargo que passou a ocupar desde a expulsão do Brasil do padre francês Francisco Jantel, em 1975; Pe. Egon Heck, coordenador do Cimi Região-Sul Pe. Paulo Aripe, representante de D Ivo Lorscheister, Secretário-Geral da CNBB), o vice-presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), Caio Lustosa; e representantes de Goiás, Mato Grosso, Paraná e vários municípios gaúchos.</p> <p><i>Porto Cimi</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

49

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: .....

N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

### Cimi quer defesa da cultura indígena

*foi para de Manaus  
04/02/78*

DATA	PROCEDÊNCIA	
		<p>— CNBB divulgou em Brasília, as conclusões do curso de indigenismo do CIMI, realizado em Manaus, que ressaltam a necessidade de uma urgente participação dos bispos responsáveis por prelazias onde vivem comunidades indígenas no trabalho de evangelização dos indígenas e na defesa intransigente de suas terras, garantida pelo Estatuto do Índio. Os missionários, defenderam, também a posição de que as prelazias e congregações que dispõem de terras em áreas indígenas devem transferir estas poses para os índios, atitude adotada até agora por coucas missões.</p> <p>“Qualquer trabalho de evangelização — afirma o documento — deve garantir uma atenta escuta do índio em sua cultura para que ela não seja desrespeitada. Os grupos indígenas têm o direito a auto-determinação e seus membros devem ser reconhecidos como pessoas responsáveis. Por este motivo deve também, ser reconhecida a autoridade dos chefes indígenas, padres e outros líderes religiosos”.</p> <p>Ainda sobre a auto-determinação, o CIMI prega a necessidade de que as missões sejam as primeiras a romper, na prática, com o regime de tutela a que sujeitaram o índio brasileiro, considerado como incapaz pelo Estatuto do Índio. Os missionários defendem, ainda, a necessidade de elaboração de uma pastoral indígena urbana, tendo em vista os índios que migraram para as cidades, e enfrentam um grave problema de marginalização.</p> <p>Sobre a questão de terras, o CIMI voltou a afirmar a sua disposição de lutar para que se reconheça que as comunidades indígenas têm direito à terra, “pois nela vive muito antes de toda sociedade nacional, daí a necessidade de respeitá-la como propriedade coletiva, continua inalienável”.</p>

*Pasta  
CIMI*

# Secretaria de Segurança Pública

13

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>JORNAL DO BRASIL</b> [ ] ..... 3/2/77 [ ] ..... Caderno</p> <h3 style="text-align: center;">Cimi contesta as acusações de que aproveita o índio para contestação do regime</h3> <p><i>Porto Alegre</i> — O secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário, Padre Egydio Schwade, contestou ontem as acusações do fundador e ex-presidente do Cimi, Padre José Vicente César, de que a atual direção do órgão usa o problema do índio para contestar o regime.</p> <p>"São afirmações gratuitas do Padre José Vicente César, e este tipo de colaboração interessa aos setores que desejam que a situação do indígena e do posseiro oprimidos continue sempre estagnada, sem modificações. Todas as posições do Cimi são assumidas sempre em cima de fatos, e nunca fizemos segredo delas", acentuou o Padre Egydio Schwade.</p> <p><b>ACESSO PROIBIDO</b></p> <p>O ex-presidente do Cimi, Padre José Vicente César, disse, em carta ao Conselho Indigenista Missionário, ter percebido nas reuniões da entidade que se atacava muito o atual sistema de Governo, sob a alegação de que se este não fosse modificado, não se resolveria o problema do índio.</p> <p>Para o atual secretário-geral do Cimi, as acusações são "gratuitas, inclusive na tentativa de esconder a real situação do índio, do povo. Fazemos relatos fiéis em cima de fatos e entregamos relatórios às autoridades; se mais não fazemos, é porque a Funai impede o acesso às reservas indígenas".</p> <p style="text-align: right;"><i>Porto CIMI</i></p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

14

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

*Faltou de São Paulo 03/02/78*  
**Cimi condena o regime de**

### tutela ao índio

#### Da sucursal de BRASÍLIA e das agências

A CNBB divulgou ontem em Brasília as conclusões do 4º Curso de Indigenismo do CIMI, realizado em Manaus, que defendem a necessidade de que as missões sejam as primeiras a romper, na prática, o regime de tutela a que sujeitaram o índio brasileiro, considerado incapaz pelo próprio Estatuto do Índio.

As conclusões ressaltam ainda a necessidade de uma urgente participação dos bispos responsáveis por prelazias onde vivem comunidades indígenas no trabalho de evangelização dos índios e na defesa intransigente de suas terras, garantida pelo Estatuto do Índio. Os missionários defenderam, também, a posição de que as prelazias e congregações que dispõem de terras em áreas indígenas devem transferir essas propriedades para os índios, atitude até agora tomada por poucas missões.

“Qualquer trabalho de evangelização—afirma o documento do CIMI— deve garantir uma atenta escuta do índio em sua cultura, para que ela não seja desrespeitada. Os grupos indígenas têm direito à autodeterminação, e seus membros devem ser reconhecidos como pessoas responsáveis.

#### CONFERÊNCIA

O papa Paulo VI designou ontem os cardeais Sebastiano Baggio, da Itália, Aloisio Lorscheider, do Brasil, e o arcebispo Ernesto Corripio Ahumada, do México, para presidirem a 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano a ser realizada de 12 a 28 de outubro, na cidade mexicana de Puebla de Los Angeles. O secretário-geral do Celam, monsenhor Alfonso Lopez Trujillo, da Colômbia, foi nomeado secretário da conferência.

Em Fortaleza, dom Aloisio Lorscheider, cardeal-arcebispo da cidade, presidente da CNBB e do Celam, disse que sua nomeação não era surpresa, pois o papa geralmente designa quem estiver na presidência do Conselho Episcopal Latino-americano para essa missão.

*Posto Cimi*

DATA	PROCEDÊNCIA	

# Secretaria de Segurança Pública

45

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Cimi aprovou o Ano dos Mártires</b></p> <p><i>O Estado do Paraná - 10/02/78</i></p> <p>PORTO ALEGRE (AE - O ESTADO) — O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Ivo Lorscheiter, apoiou ontem a iniciativa dos religiosos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que proclamaram 1978 como o "ano dos mártires" em homenagem aos jesuítas Roque Gonzales, Afonso Rodriguez e Joa de Castilho, trucidados pelos índios do Sul do País no século XVIII, e ao índio Sepe Tiaraju, massacrado com outros companheiros pelas tropas portuguesas e espanholas que destruíram a civilização missioneira. Falando no seu programa radiofônico semanal em Santa Maria, o bispo pediu que outros também, se associem às comemorações e procurem tirar das lições do passado os adequados ensinamentos para o presente".</p> <p>"O martírio dos missionários jesuítas - disse com Ivo Lorscheiter - - deverá dar novo alento ao nosso espírito missionário que nos levará a uma doação sempre maior à causa da evangelização de ambientes e territórios ainda não penetrados pelo Evangelho de Cristo e a coragem emocionante de Sepé Riaraju nos recordará o abandono e as injustiças sofridas ainda hoje por nossos irmãos índios e por outros irmãos marginalizados. A história é a mestra da vida. A história do Rio Grande do Sul também, através dos insígnos vultos lembrados neste "ano dos mártires" exige de nós uma reflexão seria e uma atitude coerente com o heroísmo dos mesmos".</p> <p>Dom Ivo Lorscheiter lembrou que os três religiosos foram mortos há 350 anos. Roque Gonzales, o mais celebre dos três, foi morto a 15 de novembro de 1628, em Caaró. "Filho de nobre família de Assunção, no Paraguai - disse dom Ivo - regou ele nosso solo com seu suor e depois com seu sangue, merecendo com seus dois companheiros ser beatificados pelo Papa Pio XI a 28 de janeiro de 1934".</p> <p>Sepé Tiaraju foi morto há 222 anos "quando defendia a terra dos índios com a famosa frase "esta terra tem dono". O "ano dos mártires" será aberto oficialmente no dia 7 com cerimônia religiosa junto ao monumento de Caiboaté próximo à cidade de São Gabriel, onde tomaram Sepé Tiaraju e seus companheiros índios. Em abril, durante a Semana do Índio, nas ruínas de São Miguel, haverá diversas reuniões, e em novembro, celebrações religiosas em Santo Angelo e concluindo no terceiro domingo de novembro com romaria ao local do martírio do padre Roque Gonzales.</p>

*Paraná  
CIMI*

# Secretaria de Segurança Pública

clb

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

# Índio lutará pela terra

O Estado do Paraná - 19/01/78

"A qualquer momento poderá haver uma luta armada no Posto Indígena Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, caso suas terras griladas não lhes sejam restituídas imediatamente, pois os índios estão cansados de promessas, e conscientes de seus direitos". Este alerta foi feito ontem pelo Coordenador do Conselho Indigenista Missionário Cimi, e assessor regional Sul II da CNBB, padre Natalício José Weschenfelder.

Segundo ele, os mil e 200 índios Caingangues e Guaranis que residem no local, na última terça-feira "lutaram contra posseiros e os funcionários da Madeireira Marochi. Existe mais de dois mil brancos na área, fazendo lavouras, granjas e derrubando imensos pinheirais que pertencem aos índios. Se durante 25 anos eles foram banidos de suas terras, perderam as riquezas também minerais que nelas existiam, hoje o índio está consciente de seus direitos, sabe que suas terras são patrimônio nacional, e não permitirá que os continuem enganando".

A Funai, ainda na terça-feira, enviou uma equipe de funcionários com o intuito de acalmar os índios. Para ele a solução "está em devolver aos índios a metade de suas terras, que foram tomadas nestes últimos 25 anos, pois ele não esperará mais por outras soluções". Segundo o padre Natalício, também a Polícia Federal foi mobilizada, e está no momento naquela região.

### MANGUEIRINHA

Declarou também que não é apenas no Posto de Rio das Cobras que os problemas existem, "pois na região de Mangueirinha, onde vivem cerca de 600

índios Caingangues e Guaranis, uma madeireira não se retirou do local, mesmo diante dos protestos".

Assinalou ainda que caso o Supremo Tribunal Federal dê causa ganha à madeireira, "o Conselho Indigenista Missionário moverá uma ação popular contra a indústria, contando com o apoio de sete países (Estados Unidos, França, Bélgica, Suíça, Áustria e Alemanha) que se mostraram favoráveis a esta causa, depois que a Organização das Nações Unidas as defendeu".

Os motivos que levaram esses países a se interessarem com o fato de que as terras sejam restituídas aos índios, bem como suas riquezas naturais sejam repostas, estaria no fato de que essas nações estão "preocupadas com a ecologia mundial, e sabem que as usinas de Salto Osório, Santiago, Foz do Areia, Itaipu, e Salto Segredo, que está sendo construída, destruirão a ecologia daquela região, caso não sejam preservados os pinheiros que formam a maior reserva de araucárias do mundo".

A questão com a firma, segundo o padre Natalício, nasceu em 12 de maio de 1949, "quando o então governador Moisés Lupion, utilizando-se do Estado, tomou conta da metade das terras indígenas daquela região. Na época, a área era de 16.375 hectares e hoje está reduzida a 8.804. Esta área foi vendida então à firma Forte e Curi, que posteriormente vendeu à madeireira, de posse até hoje. Com a área foram vendidos cerca de 120 mil pinheiros e mais 70 mil árvores brancas que pertenciam aos índios".

Explicou também que em primeiro de outubro de 1976 a Funai moveu ação contra a firma mas per-

deu a causa. Recorreu então no dia três de novembro de 1976 ao Supremo Tribunal Federal, através de seu advogado Kiyossi Kanayama, e aguarda a sentença".

### PALMAS

O Posto Indígena de Palmas, que era considerado o mais pacífico da região, enfrenta sérios problemas no momento, segundo o assessor regional Sul II da CNBB, "tanto assim que no dia dez de dezembro do ano passado, diversos índios enviaram uma carta ao presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, denunciando que em 1948 o então chefe do Posto, Birmar Costa Lima, vendera ilegalmente, para o fazendeiro Loureiro, 135 hectares de terra, com 10 mil pinheiros".

"Este, vendeu as terras para outros cinco fazendeiros, sendo que agora a Madeireira Pigato, de União da Vitória está de posse. Esta madeireira iniciou no final do ano passado uma derrubada de pinheiros de dimensões incalculáveis".

A carta, assinada por vários índios, foi escrita durante a última reunião dos chefes de postos indígenas com o delegado da Funai e representantes de Brasília. "Os índios desta região pretendem reaver suas terras pacificamente, embora estejam inflexíveis nesta questão".

Para este ano, o padre Aparício José Weschenfelder diz que o Conselho Indigenista Missionário continuará conscientizando os índios, reivindicando as terras deles griladas, e ainda, tentando sua profissionalização, "para que ele não se tranforme em mais um bóia-fria".

Pasta CIMI

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

97

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Estado de São Paulo - 06/12/77</i></p> <h2>Secretário-geral do Cimi deixa o cargo</h2> <p><i>Pasta Cimi</i></p> <p><b>Do correspondente em CUIABÁ</b></p> <p>Tido como o mais duro contestador da política indigenista oficial e, inclusive, apontado por diversas vezes como o responsável direto por alguns atritos entre a Igreja e certas áreas do governo, devido às críticas contundentes que sempre fez à Funai e ao Ministério do Interior, o padre Antônio Iasi Júnior demitiu-se na semana passada do cargo de secretário geral do Conselho Indigenista Missionário-Cimi, por não concordar com o caráter oficial que o órgão terá a partir de agora, subordinado diretamente à CNBB.</p> <p>Combatido até mesmo por alguns elementos do próprio Cimi, por suas posições sempre radicais, contrárias à política indigenista adotada pelo Governo, o missionário diz que a partir</p> <p>de agora, com o "oficialismo", que caracterizará seu comportamento, o órgão não mais terá a isenção que sempre teve em suas denúncias, "pois terá que respeitar o relacionamento oficial Igreja - Governo que, de qualquer modo, tem que existir".</p> <p>Dizendo que procurou dar o máximo de discrição ao seu afastamento do Cimi - "eu quero que eles continuem vivendo sua vida, cumprindo seu papel, enquanto eu cumpro a minha parte como missionário que sempre fui" - o padre Antônio Iasi Júnior passou no fim da semana por Cuiabá, com destino às selvas do norte de Mato Grosso, onde pretende ficar pelo menos três meses junto aos índios Salomas, contatados há menos de quatro anos pelo seu companheiro da missão jesuíta Thomás de Aquino Lisboa.</p> <p>Para o padre Iasi, o Cimi não deveria ter a personalidade jurídica que tem, "pois o conselho deveria ser simplesmente um conselho, um grupo de pessoas preocupadas com o problema indigenista e com as ambíguas posições do governo para com os nossos índios". Ele afirma que prefere aguardar para ver o comportamento do Cimi daqui para a frente, sob a orientação direta da CNBB, mas diz que não se furtará ao direito de continuar fazendo as denúncias que sempre fez, "não mais como membro do Cimi, mas como missionário". Depois de permanecer por três meses junto aos índios salomas, o missionário pretende percorrer todas as tribos de Mato Grosso para um levantamento de suas situações. Iasi, aliás, foi, com o também jesuíta e antropólogo Adalberto Pereira Holanda, responsável pela pacificação dos índios conoeiros.</p>

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

98

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Missionário desliga-se do Cimi</b></p> <p><i>Journal do Brasil 06/12/77</i></p> <p>Cuiabá — Inconformado com a transformação do Cimi — Conselho Indigenista Missionário — agora diretamente subordinado à CNBB, o Padre Iasi Júnior, conhecido por sua radical política de defesa ao índio, demitiu-se do cargo de secretário-geral do órgão. Ele acha que o Cimi perderá a isenção que sempre o caracterizou por ter que respeitar o relacionamento oficial Igreja-Estado.</p> <p>O missionário, que já criou diversos atritos entre a Igreja e o Governo, por não poupar a Funai e o Ministério do Interior, internou-se ontem nas selvas de Mato Grosso, para fazer um levantamento da atual situação dos indígenas do Estado. Disse que apesar de desligar-se do Cimi, "não posso me furtar ao direito e ao dever de continuar denunciando o que houver de errado contra o índio."</p> <p><i>Pastor Cimi</i></p>





# Secretaria de Segurança Pública

50

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="858 885 1716 1129"><h3>Presidente do Cimi apóia novo estatuto</h3><p><i>O Estado de São Paulo 29/11/72</i></p></div> <div data-bbox="981 1144 1195 1236"><p><b>Da sucursal de BRASÍLIA</b></p></div> <div data-bbox="899 1236 1318 1785"><p>O presidente do Conselho Indigenista Missionário, dom Tomás Balduino, afirmou, ontem, que o órgão não terá a sua autonomia prejudicada com a sua vinculação, agora sacramentada, à CNBB. Segundo o bispo, esta ligação, por certo, será muito explorada por elementos do episcopado que não concordam com a linha adotada pelo Conselho, voltada para a autodeterminação dos índios, pois ela "conflita com a política seguida por aqueles que enxergam mais os interesses de grupos e da política dominante".</p></div> <div data-bbox="899 1785 1318 2334"><p>Desde sua criação, o Cimi atuou de forma autônoma embora seguindo as diretrizes da linha pastoral ditada pela CNBB. Sua ligação oficial com o órgão de representação do episcopado passou a ser defendida após sucessivos atritos dos missionários com a Funai, o Ministério do Interior e mesmo alguns setores militares. Embora o presidente do Cimi afirme que o estatuto aprovado na assembleia representativa, que terminou ontem em Brasília, não irá alterar a sua estrutura, o artigo 23 deixa bastante clara a nova posição do Conselho.</p></div> <div data-bbox="899 2334 1318 2762"><p>De acordo com o texto aprovado, o relacionamento do Cimi com a CNBB se efetivará por meio dos seguintes mecanismos: pelo entrosamento das suas atividades nas diretrizes gerais para a ação pastoral no Brasil elaboradas pela CNBB; pela participação efetiva no Cimi dos bispos e prelados responsáveis pela pastoral indigenista nas respectivas áreas; pela presença de um representante da linha missionária do Conselho</p></div> <div data-bbox="1318 1083 1737 1449"><p>Iho Episcopal de Pastoral (CEP) nas assembleias gerais e de diretoria do Cimi; pelas presenças do presidente do Cimi nas assembleias gerais da CNBB e de um membro da direção do Cimi nas reuniões da CEP. Um último item, passa a exigir a comunicação imediata das resoluções tomadas pelo Cimi à presidência da CNBB.</p></div> <div data-bbox="1318 1449 1737 1815"><p>O bispo de Goiás Velho acha que se transformando em órgão anexo da CNBB, o Cimi levará ao episcopado uma preocupação maior com a causa indigenista, o que não ocorria até agora. Ele acredita, no entanto, que a nível de governo e mesmo dentro do episcopado continuarão existindo os que não concordam com o trabalho desenvolvido pelo conselho.</p></div> <div data-bbox="1379 1815 1716 1938"><h4>Índio: MDB vai propor comissão</h4></div> <div data-bbox="1349 1938 1778 2395"><p>Depois da visita que três deputados do MDB fizeram aos postos indígenas Pimentel Barbosa e Areiões, habitados por mais de 400 xavantes e localizados no Sudoeste de Mato Grosso, o partido está preparando um relatório — que será apresentado amanhã, no encerramento dos trabalhos da CPI do índio — pedindo a criação de uma comissão permanente do índio, a exemplo do que acontece, atualmente, em relação à comissão da Amazônia.</p></div> <div data-bbox="1349 2395 1778 2762"><p>* Os três deputados Israel Dias Novaes, Airton Soares e Santilli Sobrinho — fazem parte da CPI. Nenhum deputado da Arena os acompanhou nesta viagem durante a qual encontraram, segundo disseram, um grupo de índios inseguros, desprotegidos pela Funai, assustados com a permanente ameaça de invasão de suas terras.</p></div>

*Pasta CIMI*

NOME: .....  
 FILIAÇÃO: .....  
 RESIDÊNCIA: .....

PASTA: Cimi  
**Cimi faz críticas**  
**O Estado de S. Paulo**  
**aos depoimentos**  
**sobre os índios** <sup>6</sup>/<sub>10</sub>  
 72

DATA	PROCEDÊNCIA

**Da sucursal e das agências**

O secretário do Conselho Indigenista Missionário, padre Antonio Iasi, criticou ontem os depoimentos que vêm sendo prestados na CPI do índio, "ameaçada de se transformar em sessão de deleite narcisista ou de cientificismo simplista". Segundo o padre Iasi, "se continuarmos a ouvir depoimentos que só falam das maiores conquistas do meu tempo", podemos estar certos de que a CPI terminará com fogos de artifício e os índios continuarão a ser as vítimas dos fogos reais do conquistador".

O padre fez referência especial ao depoimento do ex-presidente da Funai, general Bandeira de Mello, dizendo "que é profundamente lamentável presenciar o general assumir o compromisso de dizer a verdade e, logo em seguida, não ser fiel na interpretação dos atos que praticou quando à frente da Funai e de suas atividades, após deixar o cargo.

"Negar, por exemplo" — disse o padre Iasi — "que tenha tido dificuldades com a imprensa, especialmente com O Estado de S. Paulo, que ele qualificou de "imprensa marrom", é algo que foge um pouco à verdade. Além disso negar que o grupo de mineração ao qual pertencia não tenha realizado pesquisas na área dos índios urubu kaapor, na região do Gurupi, mediante certidão negativa da Funai, não corresponde aos fatos". Em seguida, o padre afirmou que "tudo isso está nos indicando que a CPI do Índio, para não passar à história como mais uma das farsas que se cometem neste País, precisa convocar pessoas que possam dizer a verdade, como o médico Amaury Sadock, que pediu demissão da Funai e denunciou, na ocasião, sérias irregularidades na administração Bandeira de Mello".

Padre Iasi considera importante, também, a convocação do presidente do grupo Emasa, Argemiro Bustamante Dias, responsável pelo convênio com a Mineradora Itapiranga, à qual pertencia o general Bandeira de Mello.

**XINGU**

O presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, já está apurando a denúncia de que turistas alemães e um nobre iraniano teriam promovido uma festa no posto indígena Leonardo, no Parque Nacional do

Xingu, com amplo consumo de bebidas alcoólicas, proibidas nas áreas indígenas. O general mostrou-se surpreso com a notícia e afirmou que entrará em contacto com o diretor do Parque, Olímpio Serra, a fim de verificar a veracidade da informação.

**Irmãos Villas Boas**  
**candidatos ao Nobel**

Os irmãos Orlando e Cláudio Villas Boas, conhecidos por seus trabalhos de defesa das minorias indígenas, figuram, em Oslo, entre os candidatos deste ano ao Premio Nobel da Paz.

O nome do comediante norte-americano Jerry Lewis também foi proposto, em razão de suas campanhas de arrecadação de fundos em favor da cura da distrofia muscular.

Na verdade, mais de 54 nomes foram indicados para o premio Nobel, e estão sendo examinados pelo Comitê do Parlamento Norueguês, que deverá anunciar sua decisão final até o próximo dia 10.

As especulações sobre os possíveis ganhadores giram em torno dos nomes dados a conhecer pelas pessoas que os indicaram, e entre os outros candidatos deste ano, figura a Anistia Internacional, indicada pelo Parlamento de Luxemburgo em função de seu trabalho em favor dos presos políticos de todo o mundo. Segundo alguns observadores, Betty Willians e Miread Corrigan, fundadoras do Movimento Feminino pela Paz no Ulster, são sérias concorrentes ao Nobel deste ano.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

O ESTADO DE SÃO PAULO

Posto CIMI

14 DE SETEMBRO DE 1977 — QUARTA-FEIRA

DATA	PROCEDÊNC

### CNBB oficializa o apoio ao diálogo para as reformas

Das sucursais do RIO e BRASÍLIA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, divulgou ontem, no Rio, nota oficial do seu secretário-geral, D. Ivo Lorscheiter, favorável ao diálogo político anunciado pelo senador Petrónio Portella, classificando a iniciativa como resultante de "um consenso nacional". "A Igreja pode e deve falar sobre o que lhe compete, sem todavia apontar modelos políticos, jurídicos e administrativos", disse D. Ivo.

A nota, ditada por telefone por D. Ivo, que se encontra em Santa Maria, Rio Grande do Sul, acentua que "a Igreja sempre insistiu sobre a necessidade de diálogo. Quer ser coerente e, por isso, se alegra diante do consenso nacional em busca desse diálogo. Ela pode e quer falar sobre o que lhe compete, a saber, os postulados sociais de uma ordem política autenticamente humana".

Por sua vez, o presidente do Congresso, Petrónio Portella, durante três horas, passou em revista, ontem à tarde, com o chefe do gabinete Civil da Presidência da República, ministro Golbery do Couto e Silva, a situação em que se encontra o diálogo que vem mantendo, visando a reforma política.

Após a reunião, realizada no gabinete do ministro Couto e Silva, Portella declarou apenas ter conversado sobre questões de interesse do Legislativo e do Executivo, naturalmente também sobre assuntos políticos. Considerou ainda positivos os resultados até agora alcançados pelo diálogo, e indagado se já considera encerrada a primeira fase do diálogo, das quatro anunciadas por Francisco Pereira, disse preferir não falar "em fases", pois não

gosta de ser "muito esquemático".

Portella não manifestou temor de que os resultados da convenção do MDB possam prejudicar o diálogo e os entendimentos políticos que vem mantendo. Para ele, a tese da Constituinte "é um dos caminhos para a reforma política que se almeja, mas esse não é o nosso caminho. Nada impede que se continue a conversar".

Já o senador Dinarte Mariz (Arena-RN), ao cumprimentar, anteontem, Portella pela passagem de seu aniversário, fez o seguinte comentário: "Deus queira que você realize o impossível", numa clara alusão ao entendimento para o diálogo pretendido pelo presidente do Congresso.

A frase de Mariz, que também reclama a institucionalização da Revolução, reflete não apenas o sentimento dos radicais do Congresso mas de grande parte de parlamentares moderados da Arena e do MDB, que não mais crêem no êxito da nova missão Portella.

Eles são ainda de opinião que o anúncio de Portella de alargar a área de suas pesquisas quanto ao novo projeto político brasileiro, ouvindo empresários, trabalhadores, estudantes, fora da área partidária, objetiva manter o assunto ocupando a cena política mesmo que o MDB, em sua convenção, rejeite o chamado convite ao diálogo.

Por outro lado, o presidente da Arena paulista, Cláudio Lembo, manteve encontro de cerca de uma hora, ontem à tarde, com o general João Baptista Figueiredo, durante o qual, declarou depois à imprensa, falaram sobre macropolítica. Lembo, da convenção, declarou que não se esclareceu se pedira a audiência ou se fora chamado pelo chefe do SNI.

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

Nota: Parte: Cimi

DATA

14-9-79

ESTADO DE S. PAULO

# Cimi critica Funai, a FAB e militares

Da sucursal de BRASÍLIA

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), padre Antônio Iasi, ao depor ontem na CPI do índio, criticou não só a Funai que comparou ao Esquadrão da Morte, como também a presença de militares na direção do órgão desde 1970 e a atuação da FAB nos parques indígenas do Xingu e do Araguaia, afirmando que todos trabalham contra os índios.

Comparando o Esquadrão da Morte à Funai, o padre acentuou que a diferença entre os dois está apenas na premeditação dos atos, sendo os efeitos exatamente os mesmos. "Enquanto o esquadrão tira os presos das cadeias para matá-los ao longo das estradas, a Funai atrai os índios arredios e os deixa morrer junto às estradas, cuja construção ela mesma possibilitou". Como exemplo, o secretário do Cimi citou a rodovia Cuiabá-Santarém que causou o desaparecimento quase total da comunidade Krenhacarore, reduzida de 350 para 72 índios.

Mostrando-se cético quanto aos resultados positivos que se possa obter a partir do trabalho da CPI, Iasi disse que as investigações que se tentam fazer sobre o índio têm muito a ver com as investigações sobre o Esquadrão da Morte. "Estas, como aquelas, jamais chegarão ao término, porque há muita gente importante envolvida no assunto." Segundo o padre, um funcionário da Funai lhe disse que se fosse chamado a depor não sobriam nem governadores, nem senadores, nem deputados e nem sequer as missões, pois todos cometeram graves irregularidades contra os índios.

O padre fez críticas também à influência dos tecnocratas dentro da Funai, afirmando não ser possível que os rumos da política indigenista brasileira fiquem ao arbítrio de um técnico de governo colocado eventualmente "à frente do Ministério do Interior onde, pessimamente se encontra a Funai". Segundo ele, as dificuldades criadas pelo ministro Rangel Reis à Funai foram de tal ordem que chegaram a criar uma dupla administração dentro do órgão, "mediante a imposição de elementos despreparados e já anteriormente afastados da fundação".

Iasi lamentou que a direção da Funai esteja entregue aos militares desde 1970. "A história da assistência oficial ao índio aponta os militares, excetuando a gestão de Rondon e seus seguidores, como os piores administradores. No entanto, diversos generais e até um falso almi-

rante são os homens que vão trabalhar contra o índio, dentro do próprio órgão criado para defendê-lo, com um zelo que faz inveja aos mamelucos."

"A Funai, como muitas outras coisas neste País — afirmou Iasi — vem sofrendo as consequências de uma distorção óptica daqueles que, tendo sido levados pelo povo a destituir um governo que já não oferecia suficientes garantias democráticas, uma vez donos da situação consideram-se os únicos capazes de dirigir os negócios públicos".

O representante do Cimi, mesmo enaltecendo a atuação da FAB em algumas áreas indígenas, disse que no Parque Nacional do Xingu e no Parque Indígena do Araguaia as bases ali instaladas estão causando grandes prejuízos para os índios e funcionários. "Na Ilha do Bananal, o serjanista Sidney Possuelo foi afastado da direção do parque indígena por não se prestar às pretensões expansionistas da FAB e por não colocar à disposição de turistas da mesma FAB a lancha que está a serviço dos índios, como lhe era mandado por Brasília".

Iasi informou que no Parque Xingu um índio chegou a ser baleado numa das caçadas promovidas pela FAB e diversos problemas entre os índios e os cabos da Aeronáutica têm sido registrados.

Na mesma CPI, o ex-presidente e fundador do Cimi, padre Ângelo Venturelli, afirmou que a orientação seguida atualmente pelo conselho, que critica sempre a ação do governo, fere inteiramente os objetivos estabelecidos em sua criação em 1972. "Sou da ala pacificadora da Igreja e acho que devemos trabalhar em sintonia com a orientação do órgão oficial de proteção ao índio".



Telefoto Sucursal de Brasília  
Para Iasi, CPI é inútil

Arquivo

5-12-79  
A.R.

# Secretaria de Segurança Pública

55

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Domingo, 4 de setembro de 1977</p> <p style="text-align: center;">FOFIA DE S. PAULO</p> <p style="text-align: center; font-size: 2em; font-weight: bold;">PASTA: CIMI</p> <p style="text-align: center;">NACIONAL</p> <p style="text-align: center;"><b>Cimi vai controlar missões evangelizadoras</b></p> <p><b>JOSÉ ROBERTO FECURY</b> Enviado Especial</p> <p>Dourados — Até o final deste ano, todas as missões católicas evangelizadoras passarão ao Conselho Indigenista Missionário — Cimi. Esta decisão foi tomada ontem no encerramento do II Encontro Pastoral Indigenista, após dois dias de discussão entre as facções conservadoras — que pretendia manter o boicote à atual direção do Cimi composta de padres liberais — e o grupo progressista, que pregou o retorno das missões</p> <p>católicas para o Conselho. O entendimento da maioria foi que com a vinculação oficial do Cimi à CNBR, a junção teria de ocorrer em breve mesmo à revelia da ala conservadora.</p> <p>A resolução consistiu dos "compromissos" assumidos pelos promotores do encontro. Foram manifestadas paralelamente idênticas promessas formuladas pelos índios e pela Funai, na tentativa de solucionar problemas da área indi-</p> <p>genista. Ela veio em forma de metáfora: "procurar o ecumenismo" que segundo explicou um porta-voz da ala progressista, significa o fim do cisma indigenista missionário. Apenas um índio, no final dos trabalhos, manifestou sua descrença nas promessas feitas pela Funai. O órgão indigenista oficial comprometeu-se, formalmente, a atender todas as reivindicações feitas na noite anterior pro 9 grupos indígenas de MT</p> <p>Aos 20 problemas leva treze eram católicos. Funai não deu resposta assegurar que ao diálogo.</p> <p>Os entendimentos e nários católicos, foram cia do padre antropólogo ao implorar pela não i</p>

PT343.40

Domingo, 4 de setembro de 1977

FOLHA DE S. PAULO

PASTA: CIMI

NACIONAL — 1.º caderno — 11

## Cimi vai controlar missões evangelizadoras

JOSÉ ROBERTO FECURY

Enviado Especial

Dourados — Até o final deste ano, todas as missões católicas evangelizadoras passarão ao Conselho Indigenista Missionário — Cimi. Esta decisão foi tomada ontem no encerramento do II Encontro Pastoral Indigenista, após dois dias de discussão entre as facções conservadoras — que pretendia manter o boicote à atual direção do Cimi composta de padres liberais — e o grupo progressista, que pregou o retorno das missões

católicas para o Conselho. O entendimento da maioria foi que com a vinculação oficial do Cimi à CNBB, a junção teria de ocorrer em breve mesmo à revelia da ala conservadora. A resolução consistiu dos "compromissos" assumidos pelos promotores do encontro. Foram manifestadas, paralelamente idênticas promessas formuladas pelos índios e pela Funai, na tentativa de solucionar problemas da área indi-

genista. Ela veio em forma de metáfora: "procurar o ecumenismo" que segundo explicou um porta-voz da ala progressista, significa o fim do cisma indigenista missionário. Apenas um índio, no final dos trabalhos, manifestou sua descrença nas promessas feitas pela Funai. O órgão indigenista oficial comprometeu-se, formalmente, a atender todas as reivindicações feitas na noite anterior pro 9 grupos indígenas de MT

Aos 20 problemas levantados pelos religiosos — treze eram católicos e sete protestantes — a Funai não deu respostas específicas, limitando-se a assegurar que manterá "as portas abertas ao diálogo". Os entendimentos entre grupos de missionários católicos, foram causados pela conferência do padre antropólogo Casemiro Beksta, que ao implorar pela não interferência na religião.

PT343 40

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

PASTA: CIMI

29-8-77

FOLHA DE S. PAULO

NACIONAL — 7

## Cimi deseja modificações no Estatuto do Índio

Para estudar a melhor aplicação da legislação existente sobre o índio e propor ao Poder Legislativo modificações em alguns tópicos, o Conselho Indigenista Missionário — CIMI — reuniu-se neste fim de semana em São Paulo com juristas, entre eles o professor Dalmo Dallari, da Comissão de Justiça e Paz. Participaram ainda do encontro dom Cândido Padin, bispo de Bauru, que está ligado às Jornadas Internacionais pela Superação das Dominações e representantes da Associação Nacional de Apoio ao Índio — ANAI —, com sede em Porto Alegre.

“Esta consulta é apenas o primeiro passo”, disse ontem dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho e presidente do CIMI. Segundo dom Balduino, o CIMI se sentiu no dever de acionar a consciência nacional sobre o problema.

O ponto chave das discussões foi em torno da tutela que a atual legislação impõe ao índio, na tentativa de protegê-lo, já que nesta condição não tem capacidade jurídica de alienar suas terras.

Mas segundo Caio Lustosa, vice-presidente da ANAI, isto não acontece na prática:

“De acordo com a Constituição, as terras dos índios pertencem à União, e eles têm usufruto. A tutela é uma categoria jurídica muito ambígua pois ao mesmo tempo que tentaria proteger em relação às terras, acaba, cerceando qualquer manifestação de desacordo que parte da própria comunidade indígena.” O órgão tutelador é a Funai.

Segundo o representante gaúcho, os juristas que elaboraram o Código Civil, instrumento que determina a condição de tutelado ao índio, agiram de acordo com valores ocidentais. Dissé ainda que os próprios interessados na questão — os índios — não foram consultados:

“Quem diz que o índio é incapaz, somos nós, os brancos.”

Dom Cândido Padin, que não participou da entrevista coletiva, propôs em seus estudos que seja criada uma tutela especial, que não cerceie o índio de fazer valer o seu direito.

Para Antônio Cechim, membro da ANAI, o Estatuto do Índio, aprovado em 1973, parte do pressuposto errado, de que o índio deve ser integrado à sociedade:

“O índio emancipado não é mais índio; esta filosofia é a que pretendemos checar e o atual Estatuto do Índio é a grande negação do reconhecimento de seus direitos, cultura e escala de valores.”

### ASSEMBLÉIAS INDIGENAS

Para não cair nos mesmos erros dos legisladores que prepararam um Estatuto do Índio sem consultar os grandes interessados, estes estudos estão partindo do conteúdo das diversas assembleias indígenas que foram realizadas nos últimos três anos (o CIMI surgiu em 74 e de lá para cá foram realizadas 10 assembleias, reunindo os chefes das tribos; a última foi de 5 a 8 de agosto, reunindo a tribo Tapirapé).

O presidente do CIMI, dom Tomás Balduino, informou que promoverá, de 28 de novembro a 2 de dezembro, em São Paulo, um simpósio reunindo professores da Unicamp, no qual serão descritos e discutidos os relatórios das diversas assembleias indígenas, inclusive a realizada em Roraima, que foi proibida pela Funai.

### MISSÕES

A defesa das missões religiosas de acordo com as leis que existem também foi um assunto abordado durante a reunião. Para tanto, um dos padres do CIMI ficou encarregado de reunir todas as leis que de uma forma ou de outra tratam do assunto. O artigo nono da Constituição Federal, por exemplo, estabelece que é vedado à União, aos Estados e municípios embarçar o exercício de cultos religiosos e de igrejas. No entender dos juristas encarregados de elaborar o estudo, as missões estão incluídas neste item.

“Na prática — ressaltou dom Tomás Balduino — vem ocorrendo uma certa opressão sobre as missões que têm realmente se dedicado aos índios é às minorias.”

Para o secretário executivo do CIMI, padre Antônio Iasi, o governo Médici, para aprovar “a toque de caixa” o Estatuto do Índio, cancelou parágrafos e artigos onde se falava do trabalho missionário:

“Este Estatuto do Índio não diz nada a respeito das missões”, afirmou.



56

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

FOLHA DA MANHA - 22-8-77

# Bispo responde críticas do cardeal: "CIMI fala pelos que não têm voz"

Com a certeza de que "o Conselho Indigenista Missionário fala em nome de quem não tem vez nem voz", o bispo de Chapecó (Santa Catarina), dom José Gomes, respondeu ontem as críticas feitas à atuação do CIMI pelo cardeal dom Vicente Scherer. "O CIMI nunca teve pretensões de falar em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ou da hierarquia da Igreja. Mas quando fala, o faz em nome de um povo que não tem vez, e este povo também é igreja".

Dom José participou da II Assembléia Regional do CIMI-Sul, em Curitiba, onde foram discutidas as críticas do cardeal, além da análise da situação do índio brasileiro. "Não pretendo polemizar com Sua Eminência, porque a polémica não é frutuosa e não traz benefícios à causa na qual estamos empenhados".

— Mas os fatos são mais eloquentes do que a polémica. Por exemplo: temos uma carta de um índio que recebemos durante a assembléia. É um apelo dramático para que se faça alguma coisa em favor desse povo e foi enviada por um índio de um posto em que o chefe proibiu aos indígenas qualquer participação nesta assembléia.

Na carta, o índio diz: "Nós, índios do Brasil, estamos numa situação horrível. Acho que isto é em todo o Brasil. Então nós índios temos que nos unir e trabalhar para ver se melhoramos nossas vivências, porque eu acho que deve ter algum cristão lutando por nós". Para Dom José, "meditar e responder a esse apelo vale mais do que perder tempo em polémicas".

## ESPERANDO MORRER

Os seis índios que participaram da assembléia do CIMI — lembra o bispo — estavam preocupados em elaborar um documento para expressar toda a situação em que vivem nos postos da Funai, chamados por eles de "campos de concentração". Pronto o documento, os índios o assinaram e levaram aos bispos, que acharam melhor que não levasse nenhuma assinatura para evitar represálias.

Entretanto, o índio que entregou o documento foi firme: o documento seria assinado,



Dom José: "Ganância e omissão"

"porque o índio quando fala fala mesmo". Queixando-se de que não podem mais esperar pela Funai e, assim, "devemos nos unir por nossa própria conta", os índios apontam o desinteresse dos chefes de postos. "Tem uns 5 por cento desses chefes que se interessam pelo índio. Mas quando eles procuram ajudar, os superiores já acham um jeito de tirar eles do posto".

— Não temos liberdade. No Estatuto do Índio fala que somos livres, mas não podemos visitar nossos patrícios. O índio é um intruso na sua própria terra. A Funai devia ajudar nossos encontros e não proibir. Devemos ter entrosamento, troca de idéias para o nosso desenvolvimento. Mas querem que o índio morra para tomar suas terras e vender para os brancos.

E é em nome desse povo oprimido, diz Dom José, que o CIMI se interessa em falar. "Este povo, em vias de extinção total, pela ganância de uns e omissão pecaminosa de outros, é também povo de Deus, é essencialmente Igreja".

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

Pasta CIMI

O ESTADO DE S. Paulo 3-7-77

# Cimi apóia protesto de índios bolivianos

Da sucursal de  
BRASILIA

O Conselho Indigenista Missionário divulgou nota, em Brasília, apoiando o documento da associação indígena boliviana Mink'a, denunciando a ameaça de ocupação de terras indígenas, naquele país, por 150 mil técnicos agrícolas de ascendência inglesa e alemã procedentes da África meridional. Ao endossar as preocupações da entidade boliviana, os missionários assinalam que milhões de lavradores e índios brasileiros também enfrentam a invasão de suas terras e são pressionados pela desumana concentração da propriedade.

"Esta multidão de brasileiros — diz a nota do Cimi — está se tornando um povo de estrangeiros em sua própria terra que, pouco a pouco, transforma-se em propriedade exclusiva de reduzidos e poderosos grupos econômicos nacionais e multinacionais".

A associação Mink'a, criada em 1969, é orientada para a unificação de critérios e esforços com pleno respeito à cultura milenar do índio, dirigida por um conselho de amautas, representantes dos índios de Collasuyo.

O documento da Mink'a alerta as autoridades para o perigo da fixação dos brancos africanos na Bolívia, o que, segundo o órgão representará "transplantar o apartheid e a intolerância racista para o continente moreno".

"A nova remetida dos herdeiros do ódio contra o índio nos obriga a levar o nosso protesto à

opinião de todos os povos livres do mundo, dos organismos internacionais que cuidam dos direitos humanos, para que julguem esta nova invasão. A natureza dispôs que cada etnia tivesse a sua terra. A América pertence ao índio, a África ao negro, a Ásia ao mongol e a Europa ao branco".

"Hoje em dia — continua — os povos mongólicos e os povos africanos estão conseguindo libertar-se dos opressores brancos, no entanto muito diferente tem sido a sorte das populações indígenas da América. Temos vivido entre a parede e a espada. Alguns foram remetidos para as reservas índias, outros assimilados pela minoria branca. Ao lado disso, tem aumentado o extermínio físico do nosso povo e a destruição dos nossos monumentos".

Os índios afirmam que se diz, na Bolívia, que o país está atrasado porque o índio é indolente. E contestam a afirmação argumentando que ele continua sendo explorado como mão-de-obra barata. "Eles ignoram que os aymares e os quechuas foram os construtores de grandes impérios baseados na filosofia de igualdade. Ignoram que outros grupos como os mit'ayos, yanacunas e obrajeros conseguiram riquezas para a Espanha, e depois para a República. Hoje em dia, os índios estão sumidos nas minas, perdidos em extensas plantações de algodão explorados no período das safras, confundidos nas fábricas, segregados nas cidades e confinados em regiões fronteiriças inóspitas".

Ainda voltando-se contra a

presença dos agricultores que deverão chegar à Bolívia, os índios afirmam que eles não deverão acrescentar "uma gota de sangue ao capital humano do país, porque são etnicamente fanáticos racistas".

A associação indígena acha que, antes de pensar na importação de técnicos estrangeiros altamente especializados em agricultura, o governo boliviano deveria promover o retorno de milhares de famílias que emigraram para países vizinhos por falta de terras de cultivo e outras fontes de trabalho.

## Bel-F solução



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

58

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>CIMI recrimina</b> <i>Gazeta do Povo</i> <b>a discriminação</b></p> <p>BRASILIA (AG/GP) - O Conselho Indigenista Missionário - CIMI - divulgou ontem uma nota de apoio ao manifesto dos índios bolivianos contra o programa de melhoria da raça a ser adotado por aquele governo através autorização para a imigração de 150 mil famílias anglo-germânicas da África do Sul. A denúncia foi feita pela Associação Indígena Boliviana "Mink'a", organização criada em 1969 para a "unificação de critérios e esforços com pleno respeito à cultura milenar do índio".</p> <p>Ao fazer sua preocupação da "Mink'a", o CIMI afirma não poder deixar de recordar a situação em que vivem "milhões de lavradores e milhares de índios brasileiros, pressionados pela desumana concentração da propriedade da terra que se desenvolve no Brasil". Segundo o CIMI, "esta multidão de brasileiros está se tornando um povo estrangeiro em sua própria terra, que, pouco a pouco, transforma-se em propriedade exclusiva de reduzidos e para os grupos econômicos nacionais e multinacionais".</p> <p>Segundo o documento "Colasuyo: não há invasão racista", (Colasuyo significa Bolívia) da Associação Mink'a o governo boliviano europeizante "para salvar a seus irmãos de raça, atolados no inferno africano por causa de sua intolerância racista, querem transplantar o "apartheid" para o coração mesmo deste continente moreno, prejudicando mais ainda nossa amarrotada situação sócio-econômica, jogando sobre nós os racistas mais recalcitrantes do mundo".</p> <p>O documento diz ainda: "Esta nova arremetida dos herdeiros do ódio contra o índio (camponês, mineiro e operário) obriga-nos a elevar nosso protesto à opinião dos povos livres do mundo dos organismos internacionais que velam pelos direitos humanos, das instituições cívico-patrióticas, dos estudantes e universitários deste País, para que julguem se não é esta uma solapada e nova invasão européia racista".</p> <p style="text-align: right;"><i>3/7/77</i> <i>Fonte CIMI</i></p>

PT343.40

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

58

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

# Cimi apóia denúncia

*O Estado do Paraná 03/07/77*

BRASÍLIA (AE/O ESTADO) — O Conselho Missionário divulgou nota, em 27 de maio, apoiando o documento da Associação Indígena Boliviana Mink'a, denunciando a ameaça de ocupação de terras indígenas, naquele país, por 150.000 técnicos agrícolas anglo-germânicos da África Meridional. Ao endossar as preocupações da entidade boliviana, os missionários assinalam que milhões de lavradores e índios brasileiros também enfrentam a invasão de suas terras e são pressionados pela desumana concentração da propriedade da terra que se desenvolve no país.

A multidão de brasileiros — afirmam — está tornando um povo de estrangeiros em sua própria terra, que, pouco a pouco, transforma-se em propriedade exclusiva de redutos e poderosos grupos econômicos nacionais e multinacionais".

A Associação Mink'a, criada em 1969, é uma organização orientada para a unificação de critérios e esforços com pleno respeito a cultura milenar do índio dirigida por um conselho de Amautas, representações dos índios,

de Collasuyo. Trata-se de uma entidade alinhada aos organismos nacionais e internacionais voltados para "à autonomia e a autodeterminação dos povos oprimidos".

O documento da Mink'a alerta as autoridades para o perigo da fixação dos brancos africanos na Bolívia o que, segundo o órgão representará "transplantar o Apartheid e a intolerância racista para o continente moreno".

"A nova remetida dos herdeiros do ódio contra o índio nos obriga a levar o nosso protesto a opinião de todos os povos livres do mundo, dos organismos internacionais que cuidam dos direitos humanos, para que julguem esta nova invasão — prossegue —. A natureza dispôs que cada etnia tivesse a sua terra. A América pertence ao índio, a África ao negro, a Ásia ao mongol e a Europa ao branco".

"Hoje em dia — continua — os povos mongólicos e os povos africanos estão conseguindo liberar-se dos opressores brancos. No

entanto muito diferente tem sido a sorte das populações indígenas das Américas. Temos vivido entre a parede e a espada. Alguns foram remetidos para as reservas índias, outros assimilados pela minoria branca. Ao lado disso, tem aumentado o extermínio físico do nosso povo e a destruição dos nossos monumentos".

Os índios afirmam que se diz, na Bolívia, que o país está atrasado porque o índio é indolente. Contestam a afirmação argumentando que ele continua sendo explorado como mão-de-obra barata". Eles afirmam que os "Aymóres" e os "Quechuas" foram os construtores de grandes impérios baseados na filosofia de igualdade — contestam —. Ignoram que outros grupos como os "Mit'a-yos", "Yanacunas" e "Obispos" conseguiram riquezas para a Espanha e para a República. Hoje em dia, os índios não sumidos nas minas, perdidos em enormes plantações de algodão, explorados no período das safras, confundidos nas fábricas, segregados nas cidades e confinados em regiões fronteiriças inóspitas".

*Pasta CIMI*

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

60

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>JORNAL do BRASIL</i> 21-3-77. JORNAL I</p> <p><b>Bispo acha que índio deve opinar</b></p> <p>Brasília — O Presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Bispo de Goiás Velho, D Tomás Balduino, disse que o erro fundamental da política do Governo é não levar em conta as opiniões e anseios dos índios: "Por tradição histórica que, lamentavelmente, vem valendo até nossos dias, o índio não participa da elaboração da política oficial destinada a ele próprio."</p> <p>"O importante, então, é que se dê voz ao índio, para que ele mesmo possa dizer o que pensa e o que quer, porque o índio, assim como qualquer outro povo ou comunidade, deve ser também o autor, e não apenas o sujeito do seu destino", acrescentou.</p> <p><b>PARTICIPAÇÃO</b></p> <p>D Tomás Balduino acha que a Funai deveria convidar os chefes indígenas mais capazes e mais representativos para participarem da elaboração da política indigenista oficial, sem o que "se continuará praticando o mesmo vício herdado do passado, ou seja, continuaremos, por nos acharmos uma civilização superior, tentando impingir ao índio modelos de vida que, em geral, nada têm a ver com a realidade indígena."</p> <p>O Cimi, segundo D Tomás Balduino, vem procurando incentivar os índios para que eles comecem a falar por si mesmos, e dois deles — um pareci e um xerente — já são membros do Conselho. Se a Funai fizesse o mesmo, acrescentou, admitindo a presença de índios em postos importantes de sua estrutura administrativa, estaria dando um passo significativo na busca de uma solução para a problemática indigenista.</p> <p><i>Vasta CIMI</i></p>

PT343.40

### A FUNAI

Ao analisar o papel da Funai, D Tomás Balduino disse que dentro do órgão existem desde pessoas idealistas até simplesmente burocráticas, que não nutrem maior dedicação à causa indigenista, mas apenas se preocupam com seus empregos: "Há todo tipo de gente dentro da Funai e por isso ela não consegue fazer mais pelo índio."

Quanto à intenção governamental de iniciar em breve o processo de emancipação das comunidades indígenas, disse que o projeto é "bastante ambíguo". Ela está sendo planejada para desincumbir o Governo, juridicamente, de qualquer responsabilidade. Então, o que parece, acrescentou, é que o Governo não quer

Brasília — O Presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Bispo de Goiás Velho, D Tomás Balduino, disse que o erro fundamental da política do Governo é não levar em conta as opiniões e anseios dos índios: "Por tradição histórica que, lamentavelmente, vem valendo até nossos dias, o índio não participa da elaboração da política oficial destinada a ele próprio."

"O importante, então, é que se dê voz ao índio, para que ele mesmo possa dizer o que pensa e o que quer, porque o índio, assim como qualquer outro povo ou comunidade, deve ser também o autor, e não apenas o sujeito do seu destino", acrescentou.

#### PARTICIPAÇÃO

D Tomás Balduino acha que a Funai deveria convidar os chefes indígenas mais capazes e mais representativos para participarem da elaboração da política indigenista oficial, sem o que "se continuará praticando o mesmo vício herdado do passado, ou seja, continuaremos, por nos acharmos uma civilização superior, tentando impingir ao índio modelos de vida que, em geral, nada têm a ver com a realidade indígena."

O Cimi, segundo D Tomás Balduino, vem procurando incentivar os índios para que eles comecem a falar por si mesmos, e dois deles — um pareci e um xerente — já são membros do Conselho. Se a Funai fizesse o mesmo, acrescentou, admitindo a presença de índios em postos importantes de sua estrutura administrativa, estaria dando um passo significativo na busca de uma solução para a problemática indigenista.

#### A FUNAI

Ao analisar o papel da Funai, D Tomás Balduino disse que dentro do órgão existem desde pessoas idealistas até simplesmente burocráticas, que não nutrem maior dedicação à causa indigenista, mas apenas se preocupam com seus empregos: "Há todo tipo de gente dentro da Funai e por isso ela não consegue fazer mais pelo índio."

Quanto à intenção governamental de iniciar em breve o processo de emancipação das comunidades indígenas, disse que o projeto é "bastante ambíguo". Ela está sendo planejada para desincumbir o Governo, juridicamente, de qualquer responsabilidade. Então, o que parece, acrescentou, é que o Governo não quer mais ter trabalho com o índio, não quer mais dar proteção ou assistência às comunidades indígenas, para preocupar-se apenas com a colonização e o desenvolvimento econômico das regiões onde vivem essas comunidades.

Para o Bispo de Goiás Velho, esta não é a emancipação pretendida pelo Cimi, que prevê a continuação da assistência e da proteção governamental aos índios, inclusive quanto à garantia da posse das terras. A fórmula de tutela da Funai sobre o índio é que seria transformada, deixando de considerar o índio, em termos civis, como irresponsável, igual a uma criança.

Esse tipo de tutela seria extinto e o índio passaria a ser considerado um cidadão adulto, com os direitos e deveres de qualquer cidadão. E a Funai passaria a exercer uma tutela atenuada, com a qual se daria maior responsabilidade ao índio, sem o deixar exposto completamente ao homem branco.

*Passar  
CIMI*

PT343.4C

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

67

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Cimi: novas acusações</b></p> <p>PORTO ALEGRE (AE - O ESTADO) — O cardeal Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, respondeu ontem a Dom Thomas Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, que havia considerado “inopor- tunas” as críticas feitas segunda-feira pelo cardeal gaúcho às atividades do Cimi. Dom Vicente disse que “enquanto não se fizer e não se aprovar a alteração do estatuto e a comissão representativa da CNBB não fixar o modo como vai influir na direção do Cimi, este não tem autoridade, como não teve no passado, de falar em nome do Episcopado e da Igreja no Brasil. Espera-se que, reformado o estatuto, mude-se também o tipo de pronunciamento”.</p> <p>“Se isto não se verificar - continuou o arcebispo - outras medidas deverão ser tomadas. Convém observar que os 42 prelados, que compõem o Conselho Indigenista, quase todos desaprovam as atitudes que a diretoria tem tomado”.</p> <p>Dom Vicente Scherer havia criticado o Cimi em seu pronunciamento semanal de segunda-feira, quando analisou o documento do órgão sobre a situação dos índios no Sul do País. O cardeal disse que era um “documento panfletário”. Terça-feira, Dom Thomas Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, declarou que as críticas do cardeal gaúcho eram inoportunas, “especialmente após uma reunião como a de Itaici, onde a grande maioria do arcebispado reafirmou seu apoio ao Conselho”.</p> <p>“Em Itaici - disse Dom Vicente - a Assembléia do Episcopado brasileiro primeiro declarou válida a existência do Conselho Missionário Indigenista; segundo, quase por unanimidade manifestou discordância da orientação que vinha seguindo o grupo que atualmente o dirige. São estas duas coisas bem diferentes. A confusão já fora feita em notícia à imprensa, há 15 dias. Para assegurar a alteração estabelecida de rumos da entidade e prevenir pronunciamentos com os quais não está de acordo o Episcopado, determinou a Assembléia de Itaici que se reforme o estatuto do Conselho”.</p> <p>Dom Vicente Scherer lembrou ainda uma publicação do último boletim noticioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sobre o assunto. A informação diz que “a comissão representativa em sua próxima reunião ordinária apreciará o projeto de reforma do estatuto do Cimi para definir sua ligação e autonomia em relação a CNBB”.</p> <p style="text-align: right;">EST. PR- 18-3-77.</p>

PR 343 40

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

18-3-77  
O ESTADO DE S. PAULO

# Índios denunciam falta de liberdade

## Ismarth admite conflito

Da sucursal de BRASÍLIA

A Funai teria sido consultada por outros organismos governamentais, como determina a lei, quando se tratou da abertura de estradas em regiões onde havia índios, na Amazônia? Em resposta a essa questão, formulada pelo deputado Jerônimo Santana, o general Ismarth de Araújo Oliveira, depondo ontem perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o problema fundiário no país, afirmou que os traçados dessas rodovias já estavam planejados muito antes da criação da Funai, mas reconheceu que há falta de entrosamento entre os órgãos que atuam na região. Garantiu, porém, que em sua administração nenhuma nova estrada cortou áreas indígenas, e que as que estavam planejadas tiveram sua construção embargada.

O depoimento do presidente da Funai foi considerado por alguns como decepcionante, pois ele procurou não responder abertamente às perguntas mais delicadas feitas pelos deputados, como sobre as divergências entre a política defendida pelo órgão que ele dirige e a preconizada pelo ministro Rangel Reis, do Interior. Embora as discordâncias tenham sido amplamente noticiadas pela im-

Da sucursal de CURITIBA

"Estamos aqui dentro do Brasil como muitos presos dentro de um campo de concentração". Assim os representantes dos bororós, guaranis e kaingangues na II Assembléia Pastoral Indigenista do Cimi-Sul protestam contra a decisão da Funai de impedir a participação dos grupos das reservas paranaenses nesse encontro, encerrado ontem em Curitiba.

Num documento intitulado "Decisões dos Índios", eles expressam — num português peculiar — seu descontentamento com a situação a que estão submetidos, enquanto na "Declaração de Mossungue" os promotores da assembléia manifestam "estranheza e desaprovação" às barreiras impostas pela Funai para a reunião de índios com missionários, lembrando a dissolução do encontro que se realizava em janeiro em Surumu, Roraima.

"Não temos liberdade. No Estatuto do Índio fala que somos livres. Mas não deixa nós visitarmos nossos patrícios. Não vamos visitar os brancos. O índio assim está sendo um intruso dentro de sua própria terra" — prosseguem os índios, para concluir: "Nós temos que se esforçar por si mesmos. Não podemos mais esperar pela Funai".

Depois de ressaltar essa necessidade de união e de manifestar confiança apenas nos missionários — "que não estão ganhando nada para nos ajudar" — o documento prossegue nas críticas aos chefes de postos da Funai, afirmando que são poucos os que se interessam pelos índios. "Mas quando eles procuram ajudar o índio, os superiores deles já acham um jeito de tirar para fora o chefe do posto. O índio devia ser consultado antes de mudar o chefe do posto."

Também o ministro Rangel Reis, do Interior, é alvo das críticas dos índios: "Quando ele falou que o estudo da língua do índio era tempo perdido — nós não concordamos". Mas o documento, que faz algumas considerações sobre o problema do alcoolismo, defende a ação dos missionários do Cimi: "Muita gente fala que os padres são espíões.

Eu não acho isso. Acho que eles trabalham com honestidade perante os homens e perante Deus. E eles não são órgãos do governo, mas trabalham e têm interesse por toda a coletividade". Os signatários não são identificados pelos nomes, mas apenas pelas tribos.

Já a "Declaração de Mossungue", divulgada pela Regional Sul do Cimi, propõe-se a informar "a opinião pública sobre a dramática situação em que vive o índio brasileiro nestas regiões e sobre o compromisso, mais uma vez assumido, de continuarmos a desenvolver junto a ele um trabalho de Igreja".

Depois de manifestar profunda satisfação pelo apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o documento do Cimi explica que a reunião de Curitiba foi dedicada aos relatórios e análise de situação em que vivem os povos indígenas em nível regional, nacional e continental.

"A situação é dramática. Destaca-se nesse drama a depredação das terras dos índios por intrusos e até pelo órgão oficial de proteção ao patrimônio indígena, o desrespeito às tradições sociais dos índios, o menosprezo à sua cultura e a negação de seus mais elementares direitos de autodeterminação." O documento destaca ainda a marginalização do índio, "explorado do ponto de vista comercial e como mão-de-obra barata".

A "Declaração de Mossungue" manifesta "irrestrito apoio" à comunidade indígena de Manguelirinha em sua reivindicação de reassumir a posse de uma área de 8.976 hectares, com 170.000 pinheiros.

Há ainda uma parte do documento dedicada especificamente ao trabalho de evangelização desenvolvido pelo Cimi: "Mais uma vez assumimos nossa ação missionária como uma obra ao mesmo tempo de evangelização e de promoção humana, pois a Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem. Hipotecamos total solidariedade a todos aqueles que, assim entendendo sua missão junto às populações marginalizadas e exploradas, sofreram e estão sofrendo as mais diversas represálias e difamações."

## Scherer afirma que o Cimi não fala pela Igreja

Da sucursal de PORTO ALEGRE

O cardeal Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, respondeu ontem a D. Thomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que havia considerado "infortunadas" as críticas feitas segunda-feira pelo cardeal gaúcho às atividades do órgão. D. Vicente disse que, "enquanto não se fizer e não se aprovar a alteração do Estatuto e a Comissão Representativa da CNBB não fixar o modo como vai influir na direção do Cimi, este não tem autoridade, como não teve no passado, de falar em nome do episcopado e da igreja no Brasil. Espera-se que, reformado o Estatuto, se mude também o tipo de pronunciamentos".

"Se isto não se verificar — continuou o arcebispo — outras medidas deverão ser tomadas. Convém observar que, dos 42 prelados, que compõem o Conselho Indigenista, quase todos desaprovam as atitudes que a diretoria tem tomado."

Scherer havia criticado o Cimi em seu pronunciamento radiofônico, semanal, segunda-feira, quando analisou o documento de origem sobre a situação dos índios no sul do País. O cardeal disse que se trata de um "documento panfletário

existência do Conselho Missionário Indigenista; segundo, quase por unanimidade, manifestou discordância da orientação que vinha seguindo o grupo que atualmente o dirige. São estas duas coisas bem diferentes. A confusão já fora feita em notícia à imprensa, há 15 dias. Para assegurar a alteração estabelecida de rumos da entidade e prevenir pronunciamentos com os quais não está de acordo, o episcopado determinou à assembléia de Itaipó que se reforme o estatuto do Conselho."

D. Vicente Scherer lembrou, ainda, uma publicação do último boletim noticioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sobre o assunto. A informação diz que "a Comissão Representativa, em sua próxima reunião ordinária, apreciará o projeto de reforma do estatuto do Cimi para definir sua ligação e autonomia em relação à CNBB".

Desta forma, conclui o cardeal, enquanto não for feita tal reforma, o Cimi "não tem autoridade de falar em nome de episcopado e da igreja no Brasil".

## IBDF desloca técnico para ver se Funai violou a lei

Da sucursal de

por exemplo, acredita que... do DGPI, João Crisós-



dessas rodovias já estavam planejadas muito antes da criação da Funai, mas reconheceu que há falta de entrosamento entre os órgãos que atuam na região. Garantiu, porém, que em sua administração nenhuma nova estrada cortou áreas indígenas, e que as que estavam planejadas tiveram sua construção embargada.

O depoimento do presidente da Funai foi considerado por alguns como decepcionante, pois ele procurou não responder abertamente às perguntas mais delicadas feitas pelos deputados, como sobre as divergências entre a política defendida pelo órgão que ele dirige e a preconizada pelo ministro Rangel Reis, do Interior. Embora as discordâncias tenham sido amplamente noticiadas pela imprensa no final do ano passado, Ismarth preferiu dizer que "não houve qualquer incidente" e que o ministro "é um homem sensível ao problema do índio".

O deputado Jerônimo Santana perguntou ao presidente da Funai se a Funai chegou a ser ouvida pelos organismos governamentais encarregados da abertura de estradas na Amazônia. Muitas delas cortaram indiscriminadamente áreas indígenas, como a Manaus-Paracarai, a Cuiabá-Santarém e a Brasília-Manaus. Ismarth disse que os traçados dessas rodovias já estavam planejados muito antes da criação da Funai, mas reconheceu que há falta de entrosamento entre os órgãos que atuam na Amazônia Legal. Ele garantiu que pelo menos na sua administração nenhuma nova estrada cortou áreas indígenas e as que estavam planejadas tiveram sua construção embargada.

#### MISSÕES

Os deputados mostraram-se interessados, particularmente, no relacionamento da Funai com as missões religiosas. Ismarth deixou claro que diferencia bem essas missões do seu órgão representativo, o Conselho Indígenista Missionário. "Tenho defendido constantemente as missões dos ataques que sofrem, especialmente por parte dos interessados em explorar as terras dos índios. Estas missões têm realmente procurado defender o índio, mas o Cimi continua deturpando os fatos quando acusa, e suas críticas de modo algum beneficiam os índios".

O deputado Mario Frota (MDB-CE) manifestou-se

Depois de ressaltar essa necessidade de união e de manifestar confiança apenas nos missionários — "que não estão ganhando nada para nos ajudar" — o documento prossegue nas críticas aos chefes de postos da Funai, afirmando que são poucos os que se interessam pelos índios. "Mas quando eles procuram ajudar o índio, os superiores deles já acham um jeito de tirar para fora o chefe do posto. O índio devia ser consultado antes de mudar o chefe do posto."

Também o ministro Rangel Reis, do Interior, é alvo das críticas dos índios: "Quando ele falou que o estudo da língua do índio era tempo perdido — nós não concordamos". Mas o documento, que faz algumas considerações sobre o problema do alcoolismo, defende a ação dos missionários do Cimi: "Muita gente fala que os padres são espíões.

## IBDF desloca técnico para ver se Funai violou a lei

### Da sucursal de CURITIBA

Se o técnico enviado pelo IBDF ao posto indígena de Mangueirinha, no oeste paranaense, a 400 quilômetros de Curitiba, confirmar a denúncia formulada pelo chefe Kaigang Ângelo dos Santos Souza — Kretã —, a Funai poderá ser condenada a pagar multa de 100 mil cruzeiros. Segundo Kretã, a serraria instalada na área pela Funai já derrubou cerca de mil árvores, entre pinheiros e imbuías, de agosto do ano passado até fevereiro, quando, por estar funcionando sem que o IBDF tivesse liberado seu registro, foi obrigada a paralisar as atividades.

Confirmada a denúncia, estará caracterizado o corte ilegal de madeira, o que, segundo o delegado regional do IBDF, Humberto José Jussi, "obrigará a Funai, além do pagamento da multa, à reposição daquilo que derrubou". A reposição é prevista por lei em 4 árvores por metro cúbico de madeira cerrada, o que significa, segundo Jussi, aproximadamente 24 árvores por pinheiro derrubado, de 60 a 80 centímetros de diâmetro.

Há certo consenso de que a serraria instalada pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI) da Funai fixou um limite muito estreito para a sobrevivência dos 130 mil pinheiros que fazem dos 14 mil alqueires do posto de Mangueirinha uma das maiores reservas de pinheiro do mundo. O cacique Kretã,

por exemplo, acredita que "a serraria vai acabar com a floresta em três anos, se mantiver seu projeto de serrar 1.500 dúzias por mês". Opinião idêntica têm o delegado Jussi e o deputado da região, o emedebista Nilso Sguarezi, para quem "a serraria destruirá a reserva florestal de Mangueirinha em 10 anos, ou até menos, uma vez que mesmo a reposição prevista em lei é insuficiente para reflorestar um tipo de árvore que demora mais de 20 anos para se tornar adulta".

Jussi concordou também com o deputado Sguarezi quando este sugeriu a transformação da reserva de Mangueirinha em parque nacional, nos moldes do Xingu, como a única forma de preservar a floresta e manter as condições de sobrevivência para os quase 500 índios, entre Kaigang e guarani, que ali vivem.

#### AGRICULTURA

No pedido de registro de sua serraria protocolado no IBDF, a Funai anunciou, exclusivamente, o corte de madeira desvitalizada, o que prometeu também aos índios, em julho do ano passado, quando o então dire-

A "Declaração de Mossungue" manifesta "irrestrito apoio" à comunidade indígena de Mangueirinha em sua reivindicação de reassumir a posse de uma área de 8.976 hectares, com 170.000 pinheiros.

Há ainda uma parte do documento dedicada especificamente ao trabalho de evangelização desenvolvido pelo Cimi: "Mas uma vez assumimos nossa ação missionária como uma obra ao mesmo tempo de evangelização e de promoção humana, pois a Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem. Proporçamos total solidariedade a todos aqueles que, assim entendendo sua missão junto às populações marginalizadas e exploradas, sofreram e estão sofrendo as mais diversas represálias e difamações."

tor do DGPI, João Crisóstomo, foi a Mangueirinha para avisar sobre a instalação da serraria. "Mas ele não cumpriu a promessa", acusa Kretã, revelando que, "de agosto do ano passado até fim de fevereiro, quando a serraria foi paralizada pelo IBDF, eles cortaram no máximo 20 árvores desvitalizadas, e cerca de 1.000 outras árvores boas".

"Nós vivemos bem sem a serraria", acrescenta o cacique Ângelo Kretã, adiantando alguns dados sobre a agricultura praticada pelos índios, como as 6 mil sacas de milho ou as 1.500 sacas de arroz que colherão em 1977, quando também chegarão a ter 300 porcos no mangueirão. Esta produção — que segundo Kretã já "dá para viver muito bem" — poderá ser aumentada. Assim, na áspera entrevista que manteve com o presidente da Funai, em Brasília, no fim do mês passado, Kretã pediu 15 novilhas, uma junta de bois, um caminhão, um trator equipado e a construção de um armazém graneleiro, com o que prevê o aumento da área plantada de 70 para 150 alqueires e o crescimento da produção para 15 mil sacas de milho e 10 mil sacas de arroz.

fixar o modo como vai influir na direção do Cimi, este não tem autoridade, como não teve no passado, de falar em nome do episcopado e da igreja no Brasil. Espera-se que, reformado o Estatuto, se mude também o tipo de pronunciamentos".

"Se isto não se verificar — continuou o arcebispo — outras medidas deverão ser tomadas. Convém observar que, dos 42 prelados, que compõem o Conselho Indígenista, quase todos desaprovam as atitudes que a diretoria tem tomado."

Scherer havia criticado o Cimi em seu pronunciamento radiofônico, semanal, segunda-feira, quando analisou o documento de órgão sobre a situação dos índios no sul do País. O cardeal disse que se tratava de um "documento panfletário". Terça-feira, d. Tomás Balduino declarou que as críticas do cardeal gaúcho eram inoportunas, "especialmente após uma reunião como a de Itaici, onde a grande maioria do arcebispo reafirmou seu apoio ao Conselho".

"Em Itaici — disse ontem d. Vicente — a assembléia do episcopado brasileiro primeiro declarou 'válida a

D. Vicente Scherer lembrou ainda uma publicação do último boletim noticioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sobre o assunto. A informação diz que "a Comissão Representativa, em sua próxima reunião ordinária, apreciará o projeto de reforma do estatuto do Cimi para definir sua ligação e autonomia em relação à CNBB".

Desta forma, conclui o cardeal, enquanto não for feita tal reforma, o Cimi "não tem autoridade de falar em nome de episcopado e da igreja no Brasil".

chegou a ser ouvida pelos organismos governamentais encarregados da abertura de estradas na Amazônia. Muitas delas cortaram indiscriminadamente áreas indígenas, como a Manaus-Caracará, a Cuiabá-Santarém e a Brasília-Manaus. Ismarth disse que os traçados dessas rodovias já estavam planejados muito antes da criação da Funai, mas reconheceu que há falta de entrosamento entre os órgãos que atuam na Amazônia Legal. Ele garantiu que pelo menos na sua administração nenhuma nova estrada cortou áreas indígenas e as que estavam planejadas tiveram a sua construção embargada.

### MISSÕES

Os deputados mostraram-se interessados, particularmente, no relacionamento da Funai com as missões religiosas. Ismarth deixou claro que diferencia bem essas missões do seu órgão representativo, o Conselho Indigenista Missionário. "Tenho defendido constantemente as missões dos ataques que sofrem, especialmente por parte dos interessados em explorar as terras dos índios. Estas missões têm realmente procurado defender o índio, mas o Cimi continua deturpando os fatos quando acusa, e suas críticas de modo algum beneficiam os índios."

O deputado Mario Frota (MDB-CE) manifestou-se contra as afirmações de Ismarth de que as restrições feitas pela Igreja ao trabalho da Funai, em geral, são superficiais e exageradas. "Não há exagero por parte da Igreja. Talvez haja exagero por parte do general ao fazer essas afirmações."

A situação dos posseiros que têm sido retirados das áreas indígenas que invadiram foi abordada pelo deputado Jerônimo Santana. "Nunca mandei que posseiros invadissem terras indígenas em Rondônia, como já foi levantado — ele disse —, mas sou totalmente contra os métodos arbitrários que estão sendo utilizados para desalojar estas famílias que se fixaram especialmente no projeto JI-Paraná e outros em Rondônia, onde vivem os índios Suruí. Porque essas terras não foram delimitadas antes pela Funai? Agora que já estão ocupadas, o órgão decide proteger o índio e os posseiros são tratados como subversivos, sofrendo toda a sorte de pressões."

nada a pagar multa de 100 mil cruzeiros. Segundo Kretã, a serraria instalada na área pela Funai já derrubou cerca de mil árvores, entre pinheiros e imbuías, de agosto do ano passado até fevereiro, quando, por estar funcionando sem que o IBDF tivesse liberado seu registro, foi obrigada a paralisar as atividades.

Confirmada a denúncia, estará caracterizado o corte ilegal de madeira, o que, segundo o delegado regional do IBDF, Humberto José Jussi, "obrigará a Funai, além do pagamento da multa, à reposição daquilo que derrubou". A reposição é prevista por lei em 4 árvores por metro cúbico de madeira cerrada, o que significa, segundo Jussi, aproximadamente 24 árvores por pinheiro derrubado, de 60 a 80 centímetros de diâmetro.

Há certo consenso de que a serraria instalada pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI) da Funai fixou um limite muito estreito para a sobrevivência dos 130 mil pinheiros que fazem dos 14 mil alqueires do posto de Mangueirinha uma das maiores reservas de pinheiro do mundo. O cacique Kretã,

uma vez que mesmo a reposição prevista em lei é insuficiente para reflorestar um tipo de árvore que demora mais de 20 anos para se tornar adulta".

Jussi concordou também com o deputado Sguarezi quando este sugeriu a transformação da reserva de Mangueirinha em parque nacional, nos moldes do Xingu, como a única forma de preservar a floresta e manter as condições de sobrevivência para os quase 500 índios, entre Kaingang e guarani, que ali vivem.

### AGRICULTURA

No pedido de registro de sua serraria protocolado no IBDF, a Funai anunciou, exclusivamente, o corte de madeira desvitalizada, o que prometeu também aos índios, em julho do ano passado, quando o então dire-

tras árvores boas.

"Nós vivemos bem sem a serraria", acrescenta o cacique Ângelo Kretã, adiantando alguns dados sobre a agricultura praticada pelos índios, como as 6 mil sacas de milho ou as 1.500 sacas de arroz que colherão em 1977, quando também chegarão a ter 300 porcos no mangueirão. Esta produção — que segundo Kretã já "dá para viver muito bem" — poderá ser aumentada. Assim, na áspera entrevista que manteve com o presidente da Funai, em Brasília, no fim do mês passado, Kretã pediu 15 novilhas, uma junta de bois, um caminhão, um trator equipado e a construção de um armazém graneleiro, com o que prevê o aumento da área plantada de 70 para 150 alqueires e o crescimento da produção para 15 mil sacas de milho e 10 mil sacas de arroz.

d. Vicente — a assembleia do episcopado brasileiro primeiro declarou 'válida' a

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

63

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;">DIÁRIO PARANÁ 18-3-77</p> <h3>ÍNDIOS</h3> <h2>Declaração do Mossunguê encerra reunião da Cimi</h2> <p>Foi encerrada ontem, no meio dia, a III Assembléia de Pastoral Indigenista, no Seminário do Mossunguê, que contou com a participação de 44 pessoas, entre bispos, padres, índios e elementos diretamente ligados ao problema indigenista. Depois de dois dias e meio de deliberações, os participantes do encontro publicaram a "Declaração de Mossunguê".</p> <p>Afirma o documento que "nós, membros do CIMI/SUL, sentimos o dever de informar a opinião pública sobre a dramática situação em que vive o Índio brasileiro nestas regiões, e sobre o nosso compromisso, mais uma vez assumido, de continuarmos a desenvolver junto a ele um trabalho de Igreja". Em seguida diz a declaração que "manifestamos nossa profunda satisfação pelo apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, manifestado de forma tão explícita, em sua 15ª Assembléia Geral, há pouco realizada em Itaici, ao trabalho que o Conselho Indigenista Misionário desenvolve junto aos povos indígenas do Brasil. Entendemos que, com isso, a Igreja mostra mais uma vez sua unidade e seu compromisso de anunciar o Evangelho aos pobres".</p> <h4>CIMI-ÍNDIOS</h4> <p>Em outro tópico, afirma o documento que "grande parte desta nossa Assembléia foi dedicada aos relatórios e à análise da situação em que vivem os povos indígenas, em nível regional nacional e continental. Esta situação é dramática. Destaca-se neste drama a depredação de terras dos índios por intrusos, o desrespeito às tradições sociais dos índios, o menos prezo à sua cultura e a negação de seus mais elementares direitos de auto-determinação. Destaca-se ainda a discriminação racial e a marginalização do Índio, explorado do ponto de vista comercial e como mão-de-obra barata. Nada melhor para descrever a angústia desses povos, do que uma carta enviada à nossa assembléia por um Índio Kaingang: "Nós, índios do Brasil, estamos numa situação horrível... acho eu que isto é em todo o Brasil. Então nós, índios, temos que nos unir e trabalhar para ver se melhoramos nossas vivências, porque eu acho que deve ter algum cristão por nós...".</p> <p>Na sequência afirmam os congressistas que "sendo que esta Assembléia se realiza no Paraná, manifestamos em particular nosso irrestrito apoio à comunidade indígena de Mangueirinha, em sua reivindicação para que sua área de 8.976 hectares, com 170 mil pinheiros, que lhes foram tirados a 12 de maio de 1949, retornem a ela".</p> <h4>EVANGELIZAÇÃO</h4> <p>Em outro tópico a Declaração de Mossunguê aborda o tema evangelização. "Entendemos que a missão evangelizadora da Igreja acontece na libertação total do homem. Isso implica não apenas no anúncio de uma salvação espiritual em Jesus Cristo, ou numa conversão apenas interior e pessoal, ou na mera vivência religiosa, e sim na realização do milagre evangélico que o próprio Jesus apresentou aos enviados de João Batista como critério e sinal da vinda do Reino Messiânico: "Os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são curados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, e aos pobres é anunciada a boa nova".</p> <p>Baseado nestas afirmações de Cristo, os congressistas afirmam no documento que "a Igreja não admite circunscrever sua missão apenas no campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem. Hipotecamos total solidariedade a todos aqueles que, assim entendendo sua missão junto às populações marginalizadas e exploradas, sofrem e estão sofrendo as mais diversas represálias e difamações".</p> <h4>CIMI-FUNAI</h4> <p>Neste tópico a Declaração de Mossunguê destaca que "o CIMI não tem a pretensão de ser o único responsável pela solução dos problemas indígenas. Pelo contrário, crê que o próprio Índio salvará seus irmãos. Nesta salvação, o CIMI quer apenas colaborar, e para isso tem procurado somar seus esforços aos de outras Igrejas Cristãs, de cientistas, da imprensa, bem como dos órgãos governamentais. E declara que sempre continuará aberto ao diálogo e a essa cooperação. No entanto, em nome do Evangelho, reserva-se ao direito de denunciar tudo aquilo que ele entende ir contra as autênticas aspirações do Índio.</p> <p>Finalmente a Declaração de Mossunguê afirma que "em todo o continente americano, o Índio proclama, cada vez mais vigorosamente, que ele mesmo quer ser dono de sua história e o construtor de seus caminhos. Na medida em que esta luta encontrar eco, solidariedade e positiva colaboração do povo de Deus em nossa pátria, cremos que as dificuldades do presente não impedirão de vislumbrar o amanhã".</p> <h4>ÍNDIOS</h4> <p>No final da III Assembléia Pastoral Indigenista, oito índios, representando os Bororós, Guaranis e Kaingangues, fizeram também a sua declaração, destacando inicialmente a união com as seguintes palavras: "nós temos que nos esforçar por nós mesmos. Para nós, só bastam os missionários que não estão ganhando para nos ajudar. Devemos ser unidos. Para fazer um serviço de progresso, devemos todos os irmãos sermos unidos. Vamos tocar por nossa conta".</p>

PT343.40

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

EST. PR. 18-3-77

## Documentos da Cimi e índios pedem maior compreensão

No encerramento da 3.<sup>a</sup> Assembléia Regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi-Sul), realizado ao meio-dia de ontem na Casa de Retiro do Mossunguê, tanto os representantes da entidade e os sete índios que tomaram parte das reuniões iniciadas domingo, divulgaram, documentos relacionados com as decisões tomadas durante o encontro. Os missionários afirmaram que se sentiam no "dever de informar à opinião pública sobre a dramática situação em que vive o índio brasileiro nestas regiões". A nota traz ainda considerações em torno das novas ligações entre o Cimi e a CNBB, Funai, o problema

do índio, a evangelização e fala ainda de "sinais de esperança".

Mais extenso, o documento do índio traz a palavra dos representantes dos Bororós, Guaranis e Caingangues, nativos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso. Sobre a sentida falta de participação dos índios paranaenses, originada possivelmente de uma ordem da Funai não permitindo sua saída das reservas nos últimos dias, pouco foi falado ontem na Casa de Retiro. Mas muitos consideravam o fato "lamentável".

### Cimi: Ainda há sinal de esperança

Reunidos em nossa III Assembléia de Pastoral Indigenista, nós membros do Cimi/Sul, sentimos o dever de informar à opinião pública sobre a dramática situação em que vive o índio brasileiro nestas regiões e sobre o nosso compromisso, mas uma vez assumido, de continuarmos a desenvolver junto a ele um trabalho de igreja.

CIMI/CNBB — Manifestamos nossa profunda satisfação pelo apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, manifestado de forma tão explícita, em sua XV<sup>a</sup> Assembléia Geral, há pouco realizada em Itaici, ao trabalho que o Conselho Indigenista Missionário desenvolve junto aos povos indígenas do Brasil. Entendemos que com isso a Igreja mostra mais uma vez sua unidade e seu compromisso de anunciar o Evangelho aos Pobres.

CIMI/ÍNDIOS — Grande parte desta nossa Assembléia foi dedicada aos relatórios e a análise da situação em que vivem os povos indígenas em nível regional, nacional e continental. Esta situação é dramática. Destaca-se nesse drama a depredação das terras dos índios por intrusos e até pelo órgão oficial de proteção ao patrimônio indígena, o desrespeito às tradições sociais dos índios, o menosprezo à sua cultura e à negação de seus mais elementares direitos e autodeterminação. Destaca-se ainda a discriminação racial e a marginalização do índio explorado do ponto de vista comercial e como mão-de-obra barata. Nada melhor para descrever a angústia desses povos, do que a carta enviada à nossa Assembléia por um índio Caingangue: "Nós, índios do Brasil, estamos numa situação horrível... acho que isto é em

todo o Brasil. Então nós índios temos que nos unir e trabalhar para ver se melhoramos nossas vivências, porque eu acho que deve ter algum cristão por nós..." Sendo que esta Assembléia se realiza no Paraná, manifestamos em particular nosso irrestrito apoio à Comunidade Indígena de Mangueirinha em sua reivindicação para que sua área de 8.976 hectares, com 170 mil pinheiros, que lhes foram tirados a 12 de maio de 1949, retorne a ela.

CIMI/EVANGELIZAÇÃO — Entendemos que a missão evangelizadora da Igreja acontece na libertação total do homem. Isso implica não apenas no anúncio de uma Salvação Espiritual em Jesus Cristo ou numa conversão apenas interior e pessoal ou na mera vivência religiosa, e sim na realização do milagre evangélico que o próprio Jesus apresentou aos enviados de João Batista como critério e sinal da vinda do Reino Messiânico: "Os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são curados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, e aos pobres é anunciada a Boa Nova" (Lcs. 7,22). Diante destas palavras de Cristo, mais uma vez assumimos nossa ação missionária como uma obra ao mesmo tempo de Evangelização e de Promoção Humana, pois "A Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem (Paulo VI- Evangeli Nuntiandi, n. 34). Hipotecamos total solidariedade a todos aqueles que, assim entendendo a sua missão junto às populações marginalizadas e exploradas, sofreram e estão sofrendo as mais diversas represálias e difamações.

CIMI/FUNAI — O Cimi não tem a pretensão de ser o único responsável pela solução dos problemas indígenas. Pelo contrário, crê que o próprio índio salvará seus irmãos. Nesta salvação, o Cimi quer apenas colaborar e para isso tem procurado somar seus esforços aos de outras Igrejas Cristãs, de cientistas (antropólogos, sertanistas, linguistas, teólogos etc), da imprensa, bem como dos órgãos governamentais. E declara que sempre continuará aberto ao diálogo e a essa cooperação. No entanto, em nome do Evangelho, reserve-se o direito de denunciar tudo aquilo que ele entende ir contra as autênticas aspirações do índio. Assim, manifestamos nossa estranheza e nossa desaprovação às barreiras interpostas pelo órgão oficial a índios que desejarem participar desta assembléia, como também nossa solidariedade aos chefes indígenas de Roraima, reunidos em Surumu, cuja Assembléia foi dissolvida, em janeiro último, em flagrante desrespeito ao índio.

SINAIS DE ESPERANÇA — Em todo continente americano, o índio proclama, cada vez mais e vigorosamente, que ele mesmo quer ser o dono de sua história e o construtor de seus caminhos. Na medida em que esta luta encontrar eco, solidariedade e positiva cooperação do povo de Deus em nossa pátria, cremos que as dificuldades do presente impedirão de vislumbrar o amanhã do salmista que dizia: "Quando o Senhor reconduzia os deportados de Sião, parecíamos estar sonhando. Nossa boca encheu-se então de riso e nossos lábios de canções. E entre os povos se dizia: O Senhor operou entre eles coisas maravilhosas". (Sl. 125)

## Índios: não podemos esperar

1. A UNIÃO  
Nós temos que se esforçar por si mesmos. Não podemos mais esperar pela Funai. Prá mim só basta os missionários que não estão ganhando pra nos ajudar. Quem está ganhando é a Funai, que ganha pro nosso desenvolvimento. Devemos ser unidos. Prá fazer um serviço de progresso, devemos todos irmãos serem unidos. Qualquer trabalho tem que ser unidos. Vamos tocar por nossa própria conta. Se esperamos pela Funai não se vê nada. Nunca vamos deixar de pedir pra eles — mas também não esperamos muito.

A Funai devia vir para orientar o índio para o trabalho. O negócio de serrarias eu acho que deveria ser serrado e consumido no mesmo lugar. Mas acontece que eles serram e levam fora. Quantos

Eles pensam que o índio não tem idéia. Que somos crianças. No nosso posto, quando nós planejamos tomar aggranja de soja, eles disseram logo que foi o chefe do posto. Ninguém confia no índio. O maior sacrifício que o índio passa é isso: não tem valor de parte nenhuma. Os chefes dos postos não podem tomar o lugar dos caciques. Ele não tem direito de eleger caciques por capricho deles. Quem tem de eleger o cacique é o próprio índio.

Quando tem reunião, eles não fazem nada. Mesmo quando vêm o índio falando. Porque eles não querem que os índios se encontrem? O índio sendo livre, porque? Estamos aqui dentro do Brasil como muitos presos, dentro de um campo de concentração. Não temos liberdade. No Estatuto do Índio fala que somos livres. Mas não deixa nós visitar-

3. A EDUCAÇÃO E CULTURA INDÍGENA  
Os monitores como índios, eles tem que estudar não só pra algum projeto lá deles, mas para aculturar a própria faixa de geração do índio. As danças, a vida assim dos antigos, a gente não fica sabendo. Os professores podem dar tudo que é de estudo de interesse mas também podem ensinar aos índios sobre seus parentes. Os monitores não se interessam de involar as comunidades. Eles não ajudam a gente nesse serviço.

Gostariamos que nossos filhos não perdessem nossa própria língua. Então nessa parte, quando o Rangel Reis falou que o estudo da língua do índio era um tempo perdido, nós não concordamos. Nos achamos que devemos ter o estudo geral mas não devemos perder nossa própria língua.

A parte de casamento da india

gostam do álcool mas eles só reparam o índio. As partes que andam pior que os índios não são tão criticadas. A crítica maior do branco é pelo álcool, que os índios não trabalham e só vivem bebendo. A crítica vem da redondeza da área, usam o álcool para malhar o índio. O índio é quem se prejudica mais com o álcool. Estamos lutando pra ver se nós encurtamos essa coisa. Devagariinho pra ver se evitamos isso.

5. OS MISSIONÁRIOS  
Achamos muito bom a ajuda que eles estão fazendo pra nós. Nunca tivemos uma mão dessas. Deles ajudarem a fazer reuniões e ter essa vivência para melhorar. Nós os índios estamos descobrindo a exploração do branco para o índio. Entre essas reuniões é que se encontram os fatos. Nos encontramos entre os índios. É a parte mais necessitada de ajuda.

PT 343 40

Reunidos em nossa III Assembléia de Pastoral Indigenista, nós membros do Cimi/Sul, sentimos o dever de informar à opinião pública sobre a dramática situação em que vive o índio brasileiro nestas regiões e sobre o nosso compromisso, mas uma vez assumido, de continuarmos a desenvolver junto a ele um trabalho de igreja.

**CIMI/CNBB** — Manifestamos nossa profunda satisfação pelo apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, manifestado de forma tão explícita, em sua XVª Assembléia Geral, há pouco realizada em Itaici, ao trabalho que o Conselho Indigenista Missionário desenvolve junto aos povos indígenas do Brasil. Entendemos que com isso a Igreja mostra mais uma vez sua unidade e seu compromisso de anunciar o Evangelho aos Pobres.

**CIMI/ÍNDIOS** — Grande parte desta nossa Assembléia foi dedicada aos relatórios e a análise da situação em que vivem os povos indígenas em nível regional, nacional e continental. Esta situação é dramática. Destaca-se nesse drama a depredação das terras dos índios por intrusos e até pelo órgão oficial de proteção ao patrimônio indígena, o desrespeito às tradições sociais dos índios, o menosprezo à sua cultura e à negação de seus mais elementares direitos e autodestruição. Destaca-se ainda a discriminação racial e a marginalização do índio explorado do ponto de vista comercial e como mão-de-obra barata. Nada melhor para descrever a angústia desses povos, do que a carta enviada à nossa Assembléia por um índio Caingangue: "Nós, índios do Brasil, estamos numa situação horrível... acho que isto é em

todo o Brasil. Então nós índios temos que nos unir e trabalhar para ver se melhoramos nossas vivências, porque eu acho que deve ter algum cristão por nós..." Sendo que esta Assembléia se realiza no Paraná, manifestamos em particular nosso irrestrito apoio à Comunidade Indígena de Mangueirinha em sua reivindicação para que sua área de 8.976 hectares, com 170 mil pinheiros, que lhes foram tirados a 12 de maio de 1949, retorne a ela.

**CIMI/EVANGELIZAÇÃO** — Entendemos que a missão evangelizadora da Igreja acontece na libertação total do homem. Isso implica não apenas no anúncio de uma Salvação Espiritual em Jesus Cristo ou numa conversão apenas interior e pessoal ou na mera vivência religiosa, e sim na realização do milagre evangélico que o próprio Jesus apresentou aos enviados de João Batista como critério e sinal da vinda do Reino Messiânico: "Os cegos vêm, os coxos andam, os leprosos são curados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, e aos pobres é anunciada a Boa Nova" (Lcs. 7,22). Diante destas palavras de Cristo, mais uma vez assumimos nossa ação missionária como uma obra ao mesmo tempo de Evangelização e de Promoção Humana, pois "A Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem (Paulo VI- Evangelii Nuntiandi, n. 34). Hipotecamos total solidariedade a todos aqueles que, assim entendendo a sua missão junto às populações marginalizadas e exploradas, sofreram e estão sofrendo as mais diversas represálias e difamações.

**CIMI/FUNAI** — O Cimi não tem a pretensão de ser o único responsável pela solução dos problemas indígenas. Pelo contrário, crê que o próprio índio salvará seus irmãos. Nesta salvação, o Cimi quer apenas colaborar e para isso tem procurado somar seus esforços aos de outras Igrejas Cristãs, de cientistas (antropólogos, sertanistas, linguistas, teólogos etc), da imprensa, bem como dos órgãos governamentais. E declara que sempre continuará aberto ao diálogo e a essa cooperação. No entanto, em nome do Evangelho, reservasse o direito de denunciar tudo aquilo que ele entende ir contra as autênticas aspirações do índio. Assim, manifestamos nossa estranheza e nossa desaprovação às barreiras interpostas pelo órgão oficial a índios que desejarem participar desta assembléia, como também nossa solidariedade aos chefes indígenas de Roraima, reunidos em Surumu, cuja Assembléia foi dissolvida, em janeiro último, em flagrante desrespeito ao índio.

**SINAIS DE ESPERANÇA** — Em todo continente americano, o índio proclama, cada vez mais e vigorosamente, que ele mesmo quer ser o dono de sua história e o construtor de seus caminhos. Na medida em que esta luta encontrar eco, solidariedade e positiva cooperação do povo de Deus em nossa pátria, cremos que as dificuldades do presente impedirão de vislumbrar o amanhã do salmista que dizia: "Quando o Senhor reconduzia os deportados de Sião, parecíamos estar sonhando. Nossa boca encheu-se então de riso e nossos lábios de canções. E entre os povos se dizia: O Senhor operou entre eles coisas maravilhosas". (Sl. 125)

## Índios: não podemos esperar

### 1. A UNIÃO

Nós temos que se esforçar por si mesmos. Não podemos mais esperar pela Funai. Prá mim só basta os missionários que não estão ganhando pra nos ajudar. Quem está ganhando é a Funai, que ganha pro nosso desenvolvimento. Devemos ser unidos. Prá fazer um serviço de progresso, devemos todos irmãos serem unidos. Qualquer trabalho tem que ser unidos. Vamos tocar por nossa própria conta. Se esperamos pela Funai não se vê nada. Nunca vamos deixar de pedir pra eles — mas também não esperamos muito.

A Funai devia vir para orientar o índio para o trabalho. O negócio de serrarias eu acho que deveria ser serrado e consumido no mesmo lugar. Mas acontece que eles serram e levam fora. Quantos pinheiros já foram serrados assim? A gente pede um trator e eles não dão.

### 2. OS CHEFES DE POSTOS E FUNAI

Alguns chefes de postos, uns 5% pelo menos interessam al índio. Mas quando eles procuram ajudar o índio, os superiores deles já acham um jeito de tirar fora o chefe do posto. Eles tem algum plano direto que eles pensam só prá eles. O planejamento que ele tinha feito em benefício nosso fica tudo calçado. Eles só deixam ficar no posto, o chefe que não ajuda o índio.

A minha queixa é que o índio devia ser consultado antes de mudar o chefe de posto. Outra coisa é que eles acham que existe alguém planejando o índio. Quem tá planejando os índios são eles mesmos. Sabemos tudo por meio dos jornais, não é pelos outros índios ou outros brancos. E por meio da prática da Funai, que eles é que estão ensinando a gente como eles são.

Eles pensam que o índio não tem idéia. Que somos crianças. No nosso posto, quando nós planejamos tomar aggranja de soja, eles disseram logo que foi o chefe do posto. Ninguém confia no índio. O maior sacrifício que o índio passa é isso: não tem valor de parte nenhuma. Os chefes dos postos não podem tomar o lugar dos caciques. Ele não tem direito de eleger caciques por capricho deles. Quem tem de eleger o cacique é o próprio índio.

Quando tem reunião, eles não fazem nada. Mesmo quando vêm o índio falando. Porque eles não querem que os índios se encontrem? O índio sendo livre, porque? Estamos aqui dentro do Brasil como muitos presos, dentro de um campo de concentração. Não temos liberdade. No Estatuto do Índio fala que somos livres. Mas não deixa nós visitarmos nossos patrícios. Não vamos visitar os brancos. O índio assim está sendo um intruso dentro de sua própria terra.

Se a Funai quer o nosso progresso, nosso desenvolvimento, eles que deviam ajudar a pagar pra nós termos esses encontros, que antigamente eram livres pra fazer. Os índios sempre tinham seus encontros. Invé de proibir nossas reuniões, eles deveriam ajudar. Devemos ter introzamento trocas de idéias para atingir esse desenvolvimento. Mas eles não querem.

Querem que o índio desenvolva mas não ajudam. Não querem nosso progresso, querem que acabe o índio, pra poder tomar suas terras e vender pros brancos.

Essa dificuldade é mais aqui no sul. Lá na nossa terra tá tudo unido. A dificuldade é mais no sul e no Amazonas. Os índios de nossa terra apelamos muito para a união e estamos todos unidos, Xavantes, Tapirapés, Parecis, tudo.

### 3. A EDUCAÇÃO E CULTURA INDÍGENA

Os monitores como índios, eles tem que estudar não só pra algum projeto lá deles, mas para aculturar a própria faixa de geração do índio. As danças, a vida assim dos antigos, a gente não fica sabendo. Os professores podem dar tudo que é de estudo de interesse mas também podem ensinar aos índios sobre seus parentes. Os monitores não se interessam de involver as comunidades. Eles não ajudam a gente nesse serviço.

Gostariamos que nossos filhos não perdessem nossa própria língua. Então nessa parte, quando o Rangel Reis falou que o estudo da língua do índio era um tempo perdido, nós não concordamos. Nos achemos que devemos ter o estudo geral mas não devemos perder nossa própria língua.

A parte de casamento da índia com o civilizado, através disso é que vem a invasão. O intruso branco casa com a índia só por causa da terra. Depois ele não vive com ela. Nós não estamos aceitando mais isso. Quando um índio casa com uma branca, então a gente perde a cultura. A mulher fala só o português com seus filhos, e então deixam de ser índios perdem sua própria língua.

### 4. O ALCOOLISMO

Não é bom. Não devemos deixar o álcool nos dominar. Em nossa terra não é proibido beber, mas contanto que a pessoa saiba controlar. Antes disso o índio já tinha sua própria bebida. Eles deviam tirar os alambiques que existem dentro de algumas de nossas áreas. O intruso vende pinga pros índios. O índio bebe, briga e dá confusão. Os próprios índios deviam cuidar pra que o índio não perca o controle. O índio não deve se jogar assim fora da área dominado pelo vício. Conforme a exploração do branco, depende o álcool. Todos

gostam do álcool mas eles só reparam o índio. As partes que andam pior que os índios não são tão criticadas. A crítica maior do branco é pelo álcool, que os índios não trabalham e só vivem bebendo. A crítica vem da redondeza da área, usam o álcool para malhar o índio. O índio é quem se prejudica mais com o álcool. Estamos lutando prá ver se nós encurtamos essa coisa. Devagariinho pra ver se evitamos isso.

### 5. OS MISSIONÁRIOS

Achamos muito bom a ajuda que eles estão fazendo pra nós. Nunca tivemos uma mão dessas. Deles ajudarem a fazer reuniões e ter essa vivência para melhorar. Nós os índios estamos descobrindo a exploração do branco para o índio. Entre essas reuniões é que se encontram os fatos. Nos encontros entre os índios. É a parte mais necessitada de ajuda. Outra parte que necessita ajuda é o missionário se envolver em nossas comunidades, na lavoura com o índio.

Para nós parece que a Funai não está de acordo que os missionários tenham contato com os índios. Mas no entanto eu sempre tive esse dizer que o Cristo falou: "A árvore se conhece pelos frutos. A árvore boa não pode dar maus frutos; e a árvore ruim não pode dar bons frutos". Assim se conhece o Homem.

Eu da minha parte gostaria que os missionários tomassem esse cargo porque eu acho que eles trabalham pro bem da Humanidade, não é somente pro bem do índio. Eu notei isso nos missionários. Muita gente fala que os padres são espíões. Eu não acho isso. Acho que eles trabalham com honestidade perante os homens e perante Deus. E eles não são órgãos do governo, mas trabalham e tem interesse pra toda a coletividade.

## Bispo quer escola; Funai cala

O bispo de Guarapuava, Dom Frederico Helmer, informou ontem, quando de sua chegada a Curitiba para tratar de assuntos diretamente ligados à civilização dos índios naquela região, que está preocupado em formar uma escola nos mesmos moldes da existente no Rio Grande do Sul, apoiada pelos luteranos. "Nosso propósito será educar aproximadamente 300 índios que vivem nas proximidades de Guarapuava e que são descendentes dos caingangues. Os índios que concluíram o quarto ano primário estão sem escola para continuar os estudos", comentou o bispo em sua rápida entrevista ontem pela manhã na Funai, quando a reportagem de O

ESTADO procurava informações sobre as denúncias dos índios de Mangueirinha - PR.

O delegado Francisco Neves Brasileiro, informou, através de sua secretária que somente com ordens de Brasília poderá fornecer elementos que precisem ser esclarecidos ao público. Entre os diversos assuntos tratados durante a Assembléia Regional do Conselho Indigenista, na casa do retiro do Mossunguê, abordou-se a questão de uma área de terras no município de Mangueirinha, que foi tomada dos índios no governo de Moysés Lupion. Em 1949 o Ministério da Agricultura e o governador da época titularam 16.376 hectares de terras naquele local,

ficando 3.300 para os guaranis, 4.100 para os caingangues e 8.976 hectares para a empresa Forte Cimi. Segundo os índios essa parte lhes pertencia legalmente sendo somente agora levantado o problema. Na Funai, nenhuma declaração a respeito. "Só com ordens de Brasília",

O bispo de Guarapuava, no entanto, comentou rapidamente que a igreja está vendo o problema dos índios de maneira diferente do governo. "Da nossa parte queremos preservar o indígena para não serem esmagados em sua cultura, como aconteceu nos Estados Unidos". "Queremos a integração nacional", concluiu.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

5

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>..... requerimento foi aprovado. cargo</p> <p><b>Cimi tem dia movimentado</b></p> <p>Foi dos mais movimentados e tensos o terceiro dia da 3ª Assembléia Regional do Conselho Missionário da Região Sul, que está sendo realizada na Casa de Retiro do Mossunguê. Dom Thomaz Balduino, presidente do Cimi, além de comentários com relação às ligações entre o Conselho-CNBB e Conselho-Funai ("que o Cimi não faça pacto de silêncio por razões de Estado e nem abdique de seus direitos"), em entrevista à TRIBUNA disse das pressões sofridas pelo Cimi por parte de alas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para que sua entidade passasse a se integrar estatutariamente à CNBB.</p> <p>O tema da Assembléia ontem resumiu-se no assunto Evangelização que, devido à sua abrangência, teve calorosos debates. Durante a reunião, da qual participaram também sete índios de tribos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, dom Thomaz fez uma "classificação" dos sistemas de evangelização que estão sendo utilizados no Brasil - apontando alguns erros. Disse, porém, que os atuais métodos utilizados pelo Cimi estão se adaptando bem aos desejos dos indígenas, "sem imposições", de acordo com a pastoral elaborada em Goiânia na última Assembléia Nacional do Cimi. Na reunião ontem, ainda, foi filtrada a informação de que chegou uma mensagem da Funai, em Brasília, dirigida à 4ª Delegacia do órgão em Curitiba, para que os índios paranaenses não obtivessem liberação para saírem de suas reservas, com objetivo de impedi-los de participar da Assembléia. Sobre o assunto, bastante ventilado entre os participantes do encontro, dom Thomaz disse que, "desconheço tal medida".</p> <p><b>EVANGELIZAÇÃO</b></p> <p>A presença da Igreja no meio indígena através da Evangelização, considerado assunto "complexo" pelos participantes do encontro, teve sua melhor definição nas palavras de dom Thomaz Balduino. Segundo ele, dentro das sistemáticas existentes para a catequização, "alguns querem reduzi-la ao mero ensino de uma verdade dogmática". Outros, no entanto, consideram-na apenas como a administração de sacramento. E a terceira seria a tese defendida pela Cimi, englobando as duas primeiras, mas no entanto, colocando a evangelização como uma influência sobre a problemática do homem - definido aí como um "todo", com seus problemas sociais, econômicos.</p> <p>Para dom Thomaz, há correntes da Igreja que se apegam à evangelização apenas como ensino da verdade dogmática e a administração do sacramento. Considera ainda, que, no tema referente a evangelização, só existem duas alternativas no sistema brasileiro: ou há uma integração, ou então a extinção continuará progressivamente. Mas, "para integrar", segundo dom Thomaz, "a solução é deixar o índio decidir e não impor decisões a ele".</p>

PT 343.40

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

66

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>CIMI</b></p> <h3>D. Tomás afirma que tudo está em paz com a Funai</h3> <p>O problema do Índio no Paraná e em toda a região sul-brasileira, continua sendo um dos principais propósitos da reunião do CIMI - Conselho Indigenista Missionário - que se encerra hoje ao meio-dia no Mossunguê, quilômetro 2 da rodovia do Café. Os trabalhos de ontem foram presididos por Dom Tomás Balduino, presidente do CIMI, uma das pessoas mais importantes dentro do esquema de evangelização proposto pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.</p> <p>Ao contrário das oportunidades anteriores, Dom Tomás Balduino, mostrou-se tolerante, analisando os problemas que envolvem a aculturação do indígena de forma ponderada e otimista.</p> <p><b>INDIOS</b></p> <p>Quarenta e quatro pessoas, entre religiosos, índios e elementos ligados ao problema, estão participando do conclave, e nos intervalos, dos trabalhos recebem lanches preparados pelas freiras do Mossunguê.</p> <p>Seis índios, representando os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, continuam participando do Congresso. A presença de Dom Tomás Balduino, presidente do CIMI, serviu para esclarecer determinados pontos de vista relativos à pastoral indígena. Disse o prelado que realmente aconteceram casos de opressão por parte da Funai - Fundação Nacional do Índio - em épocas anteriores, mas que agora todas as situações litigiosas estão resolvidas.</p> <p>Entretanto, devido ao assédio de imprensa, Dom Tomás Balduino resolveu falar das tensões com o órgão oficial, a Funai, afirmando que estas tensões, noticiadas pelos jornais já não mais existem. Foi apenas um breve período que deixou de se repetir, porque as linhas se ajustaram entre o CIMI e a Funai.</p> <p>Reconheceu que o CIMI tem polarizado boa parte das dificuldades encontradas no exercício da ação missionária. Mas elas são normais, e estão sendo diminuídas gradativamente. O momento é de paz e amor, e as dificuldades terão que ser enfrentadas por todos, de comum acordo. Voltou a esclarecer que essas dificuldades não são só do CIMI, são dos índios e de todas as missões religiosas de que muitas vezes o próprio CIMI se tornou defensor diante da opinião pública.</p> <p><b>TERRA</b></p> <p>A ocupação das terras pertencentes aos índios continuou dominando os debates de ontem. A posição continua sendo a mesma, isto é, a de defender perante as autoridades constituídas o direito que cabe aos silvícolas que é garantido pela Constituição. Já que nos últimos anos o problema da terra se agravou, há a necessidade urgente de uma política de defesa do patrimônio indígena, que se não pode ser coordenado, pelo menos deverá ser orientado pelas missões religiosas.</p> <p><b>PERSPECTIVAS</b></p> <p>Afirmações colhidas durante a reunião, dizem que todos os integrantes do CIMI esperam poder continuar servindo à causa missionária indígena, na forma de um organismo representativo dos missionários, com suficiente autonomia para agir com flexibilidade e eficácia, mas ligado à CNBB, e por ela apoiado, em comunhão com toda a Igreja. Espera continuar a desenvolver todas aquelas atividades que vem realizando, com resultados positivos para os índios e missionários, além de despertar uma nova consciência do problema na mente do povo brasileiro.</p> <p>Dizem os missionários que esta é uma maneira de a Igreja Missionária responder aos apelos dos povos indígenas do Brasil, a partir das novas exigências do Magistério, formulado pelo concílio, e explícito por outros vários documentos religiosos.</p> <p>O texto votado na mesma comissão representativa, foi uma resposta clara a estas atividades missionárias que estão completando cinco anos de organização. O parecer da comissão tornou-se um marco altamente significativo da posição do nosso episcopado, assumindo, em sintonia com os bispos de outros países da América Latina, a nova pastoral indígena que vem fazendo seu caminho após Medellín.</p>

PT343.40

DIÁRIO PR- 17-3-77

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

## Dom Thomaz pede mais liberdade e muita paz

O Conselho Indigenista Missionário entende que para "integrar", a solução é deixar o índio decidir e não impor decisões a ele: pede maior liberdade e não aceita o "pacto de silêncio, por razões de Estado".

Foi dos mais movimentados e tensos o terceiro dia da 3ª Assembléia Regional do Conselho Indigenista Missionário da Região Sul, que está sendo realizada na Casa de Retiro do Mossunguê. Dom Thomaz Balduino, presidente do Cimi, além de comentário com relação às ligações entre o Conselho-CNBB e Conselho-Funai ("que o Cimi não faça pacto de silêncio por razões de Estado e nem abdique de seus direitos"), em entrevista a O ESTADO, disse das pressões sofridas pelo Cimi por parte das alas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para que sua entidade passasse a se integrar estatutariamente à CNBB.

O tema da Assembléia ontem resumiu-se no assunto Evangelização, que devido à sua abrangência, teve calorosos debates. Durante a reunião, da qual participaram também sete índios de tribos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, dom Thomaz fez uma "classificação" dos sistemas de evangelização que estão sendo utilizados no Brasil — apontando alguns erros. Para O ESTADO, disse porém, que os atuais métodos utilizados pelo Cimi estão se adaptando bem aos desejos dos indígenas, "sem imposições", de acordo com a pastoral elaborada em Goiânia na última Assembléia Nacional do Cimi. Na reunião ontem, ainda, foi filtrada a informação de que chegou uma mensagem da Funai, em Brasília dirigida à 4ª Delegacia do órgão em Curitiba, pra que os índios paranaenses não obtivessem liberação para saírem de suas reservas, com objetivo de impedi-los de participar da Assembléia. Sobre o assunto, bastante ventilado entre os participantes do encontro, dom Thomaz disse a O ESTADO que "desconheço tal medida".

### EVANGELIZAÇÃO

A presença da Igreja no meio indígena através do Evangelho, considerado assunto "complexo" pelos participantes do encontro, teve sua melhor definição nas palavras de dom Thomaz Balduino. Segundo ele, dentro das sistemáticas existentes para a catequização, "alguns querem reduzi-la ao mero ensino de uma verdade dogmática". Outros, no entanto, consideram-na apenas como a administração de sacramento. E a terceira seria a tese defendida pelo Cimi, englobando as duas primeiras, mas no entanto colocando a evangelização como uma influência sobre a problemática do homem — definido aí como um "todo", com seus problemas sociais, econômicos.

Para dom Thomaz, há correntes da Igreja que se apegam à evangelização apenas como ensino da verdade dogmática e a administração do sacramento. Considera ainda, que, no tema referente a evangelização, só existem duas alternativas no sistema brasileiro: ou há uma integração, ou então a extinção contiguará progressivamente. Mas, "para integrar", segundo dom Thomaz, "a solução é deixar o índio decidir e não impor decisões a ele".

### CNBB E FUNAI

Sobre as novas ligações com a CNBB, que anteriormente existiam, mas não de maneira formal, dom Thomaz garantiu aos participantes da Assembléia que uma comissão, com integrantes das duas instituições, está estudando a melhor forma de caracterizar estatutariamente a união entre Cimi/CNBB. Mas, anunciou que existem divergências bilaterais. Da parte da Conferência, se pede uma "comunhão pastoral de toda Igreja", o que poderia significar uma dependência maior do Conselho, inclusive opinativa. Por outro lado, o Cimi exige que haja por parte da CNBB um "entrosamento e um comprometimento maior com o trabalho realizado pelo Conselho Indigenista Missionário", através de um apoio logístico (material humano) e que se assumam realmente a causa do índio.

"De forma ou de outra teremos de nos relacionar com a Funai", disse dom Thomaz, dando a entender que este contato é imprescindível, principalmente quando se esta lidando com o mesmo ele-

mento humano. "As tensões havidas causaram um certo mal-estar", comentou ele e foi nesse momento que pediu para que a "liberdade do Cimi" fosse garantida. E que não se fizesse "pacto de silêncio por razões de Estado" ou que o Cimi abdicasse de "seus objetivos". Porém, dentro desta conceituação, "é necessário um relacionamento".

### FINAL

Em entrevista a O ESTADO, no final da reunião, dom Thomaz Balduino disse que serão retiradas das conclusões finais da Assembléia, "sugestões para serem apresentadas em Goiânia no próximo encontro nacional, possivelmente em final de outubro ou princípio de novembro". A Assembléia no Mossunguê termina hoje por volta do meio-dia. Estas sugestões deverão ser principalmente ligadas ao assunto tratado ontem — evangelização. "Não se pode considerar que vão haver modificações. Estamos procurando encontrar a melhor maneira de adaptação ao índio, abandonando o método europeu, que nos traz bons conhecimentos e é básico, mas que precisa de ajustes. A primeira pastoral de Goiânia trouxe bons resultados".

Ainda sobre a ligação Cimi/CNBB, dom Thomaz confessou que houve uma "pressão por parte de bispos", que gostariam "talvez que essa nossa união viesse a descaracterizar o Cimi. Do outro lado, outra corrente nos pressionou, visando apoiar o Conselho Missionário e também compromissar definitivamente o Cimi à CNBB, para que a Conferência aderisse de todas as formas ao nosso trabalho".

### SCHERER

Outra posição oficial tomada pelo Cimi ontem foi com relação às severas críticas que o Conselho recebeu por parte do arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, que criticou a forma de atuação do órgão. Diz Thomaz Balduino que o objetivo é não criar polêmica em torno do assunto e que o "trabalho do Cimi será a melhor forma de dar uma resposta". Segundo ele, a polêmica viria prejudicar o trabalho que vem sendo feito em favor do índio.

Porém, em sua edição de ontem, o jornal "O Estado de São Paulo" traz um pronunciamento de dom Thomaz respondendo às críticas de dom Vicente Scherer, sobre o qual o presidente do Cimi comentou que a finalidade não era a de dar continuidade à polêmica, mas apenas uma forma de defesa. No artigo do "Estado", dom Thomaz Balduino diz inclusive que o Cimi de modo algum "está adotando uma linha de ação panfletária", mas sim de lealdade. Afirma ainda que "ficou surpreso" com as declarações de Scherer e que não participou da elaboração do documento da Regional Sul do Cimi, que despertou as críticas do arcebispo, "mas o endosso, plenamente, porque sei que ele tentou sobretudo ser o porta-voz do índio".



Dom Thomaz Balduino, presidente do Cimi.

EST. PR. 17-3-77.

343.40



# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

68

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><b>Cimi quer evitar polêmica</b></p> <p><b>Curitiba</b> — "A posição oficial do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) é não fazer crescer a polêmica. Não estamos a fim de guerrear entre nós mesmos. O nosso próprio trabalho é a resposta". As declarações são do presidente do Cimi, Dom Tomás Balduino, feitas durante a terceira assembléia regional do órgão, nesta Capital que ontem teve seu segundo dia de trabalho. Na pauta os membros do Cimi discutiram a evangelização e presença da Igreja no meio indígena.</p> <p>Apenas sete índios estavam presentes até ontem nos trabalhos do Cimi. Dois são do Mato Grosso, quatro do Rio Grande do Sul e um de Santa Catarina. A ausência dos índios paranaenses foi explicada pelo Padre Natalício Wessensfelder, "terça-feira à tarde a sede regional da Funai, recebeu telegrama da direção nacional proibindo a saída dos índios do Estado para este encontro", informou ele, acrescentando que "mesmo os que vieram dos outros Estados estão aqui por conta própria e não pediram autorização da Funai para sair das suas reservas".</p> <p style="text-align: center;"><b>Resposta</b></p> <p>— Com o Cimi assumido pela CNBB, ele próprio em sua caminhada vai ser uma resposta às críticas que se levantam aqui e acolá. Em vez de procurarmos responder ponto por ponto todas as acusações contra nós, que o Cimi seja, na sua própria vivência, a própria resposta", afirmou Dom Tomás Balduino. Ele acrescentou também que "neste nosso princípio de dar vez, damos uma voz aos índios, caberia a eles responder a quaisquer críticas que sejam feitas contra nós". Para o religioso "Dom Vicente Scherer voltou a criticar o Cimi na forma que ele estava sendo visto antes da assembléia. O documento de Ijuí levanta duas coisas: o problema das terras e a situação aflitiva dos índios. Em segundo lugar houve uma autocritica que a Igreja sempre faz e que Dom Vicente chama de anticlerical mas não é, apesar de ser contundente". Para ele uma discussão em torno do assunto "enfraquece a causa indígena".</p> <p style="text-align: center;"><b>Anexação</b></p> <p>Com a vinculação do Cimi à CNBB, tornando-o um órgão oficial Dom Thomaz revela que "existem exigências bilaterais. A CNBB quer uma comunhão das atividades com a pastoral. O Cimi quer um compromisso com a CNBB. Um apoio logístico de assumir e se comprometer. O Cimi tem que conceder e a CNBB tem que conceder. Vamos trabalhar juntos para descobrir esta filosofia. Esta pastoral indígena".</p> <p>Ele reconhece que existem setores na Igreja que discordam das atividades do Cimi e revela que para enfrentar a resistência que existe hoje "só mesmo com uma corrente, um trabalho de fermentação que começa nas bases, nos missionários, que nunca vêm para o Cimi sob pressão, mas por sua própria vontade".</p> <p>Já Dom José Gomes, Bispo de Chapecó, Santa Catarina, com uma reserva indígena na sua área de atuação afirma que "as críticas não estão nos assustando. Isso não nos preocupa e nem nos deixa magoados" e cita o exemplo do religioso francês Lefebvre dizendo que "ainda existe gente que é contra as determinações do Concílio".</p> <p style="text-align: center;"><b>Relacionamento</b></p> <p>Dom Tomás Balduino comentou também o relacionamento entre o órgão oficial do Governo, a Funai e o Cimi. "Eu acho que na caminhada do Cimi tem que haver o diálogo de uma forma ou outra. As tensões havidas levaram a um certo mal-estar. A gente gostaria que esta liberdade de criticar fosse sempre garantida. Não vamos fazer um pacto de silêncio por motivos de estado. Agora, dentro disso, a gente acha importante continuar o relacionamento e vamos continuar com a generosa liberdade de apontar as falhas, estudá-las, pois a Funai não é um todo. Ela é um meio cujo fim é o índio. Vamos continuar a ser o porta-voz oficial das reclamações indígenas", concluiu Dom Tomás Balduino.</p>

JORNAL DO BRASIL - 17-3-72

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

69

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><b>Pastoral</b> <i>de São Paulo</i> <b>denúncia</b> <i>16/03/38</i> <b>violência</b></p> <p><b>Da sucursal de CUIABÁ</b></p> <p>Apesar das repetidas denúncias da Comissão Pastoral da Terra e de membros do Conselho Indigenista Missionário-Cimi —, os problemas agrários vêm-se agravando em Mato Grosso. E a situação de desrespeito aos direitos humanos é grave, com a expulsão pura e simples do homem do campo, assassinio, queima de casas, destruição de lavouras, tráfico de homens e escravidão branca.</p> <p>Essa é a conclusão a que chegaram membros da própria Comissão Pastoral da Terra — CPT — que participaram no fim de semana de um encontro regional na cidade de Rondonópolis, a 200 quilômetros de Cuiabá. Realizado em sigilo, o encontro reuniu mais de trinta membros da CPT, e somente ontem uma nota oficial com as conclusões foi entregue à imprensa de Cuiabá.</p> <p>Ao denunciar a série de irregularidades que estariam sendo cometidas em todo o território mato-grossense contra os colonos e praticadas por patrões, fazendeiros ou grileiros, a nota da CPT denuncia a “inoperância e completa omissão” da Funai, do Inca e da própria Federação dos Trabalhadores na Agricultura — Fetagri.</p> <p>Depois de afirmar que os relatos de peões que conseguem escapar com vida das glebas “confirmam o desespero de centenas de outros que continuam escravizados”, a nota da Comissão Pastoral da Terra denuncia a fazenda Iberê, localizada na Amazônia Mato-grossense, de onde o peão que tenta fugir é alcançado por cães treinados, que o prendem pelo calcanhar, até que cheguem os capangas”.</p> <p><i>Pastor CPT</i></p>

7343.40

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

# Missionários e indígenas vêm problemas das tribos

Na 3.ª Assembléia do Conselho Indigenista Missionário da Região Sul, que se realiza em Curitiba, estão sendo amplamente debatidos os problemas que se registram nos 25 postos indígenas. Menção especial para as terras.

EST. PR-16-3-77

Com uma avaliação sobre a realidade do índio no Sul, no Brasil e na América Latina, teve continuidade ontem, na Casa de Retiro do Mossungue, a 3ª Assembléia Regional do Conselho Indigenista Missionário da Região Sul — Cimi, em que foram abordados principalmente os problemas existentes nos 25 postos e áreas onde habitam os onze mil índios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Participaram 45 pessoas, entre elas dom Tomaz Balduino, presidente, e padre Egidio Schwade, secretário-geral do Cimi, além de seis índios, que fizeram um relato da atual situação de suas tribos.

Entre eles estava Nelson Jacinto, 32 anos, que entre os tonais — indígenas que habitam uma área próxima da cidade de Planalto, no Rio Grande do Sul, é chamado de Xangrê (grande peixe). Entrevistado por O ESTADO, ele disse que veio representando

seu cacique, Alcino, que teve de ficar em sua terra para uma tomada de posição com relação à substituição do chefe do posto da Funai em sua região. Outro problema tratado ontem pelos missionários foi de uma área de terras, em Mangueirinha, no Paraná, que foi tomada pelos índios no governo Moisés Lupion e que agora os nativos querem de volta.

## DOCUMENTO E RELATOS

Segundo os porta-vozes do Cimi, amanhã deverá ser divulgado um documento, relatando as decisões da Assembléia, coincidindo com o encerramento do encontro. Além da avaliação da situação dos 25 postos e áreas do Sul e o levantamento dos problemas dos índios no Brasil e na América Latina, pretendem os missionários um replanejamento para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul de uma pasto-

ral "integral", na qual possam ser abordados de uma maneira nova os temas à evangelização dos índios da região, além de outros, relacionados à sua atual situação, "de maneira a não tentar impor a nossa vontade, mas sim coisas que se adaptem aos desejos dos índios", segundo foi informado.

Um dos relatos feitos durante a reunião de ontem foi sobre o problema de Mangueirinha. Segundo ele, no dia 12 de maio de 1949, o governo, através do Ministério da Agricultura e do governador da época, Moisés Lupion, titulou 16.376 hectares de terras na área daquele município, ficando 3.300 para os guaranis; 4.100 para os caingangues; e 8.976 hectares com a empresa Forte Cimi, sendo que esta última continha 170 mil pinheiros. Hoje, os índios descobriram que a terra entregue a particulares lhes pertencia e através dos missionários foi feito um levantamento da situação judicial da terra. Os índios se revoltaram bastante com a descoberta e durante a Assembléia deverá ser delineadas algumas medidas para tentar reaver a propriedade.

## XANGRÊ

Sandália havaiana nos pés, calça rancheira e uma camisa fina cobrindo o corpo, o índio Nelson Jacinto foi cercado ontem por jornalistas de todo Brasil que queriam saber o que ele havia relatado aos missionários sobre a situação dos tonais. "Primeiro tinha bastante terra para nós. Depois foram tirando, tirando e agora os padres fizeram um levantamento dizendo que nós temos cinco mil hectares". Mas, Xangrê não sabe quanto equivalem estas medidas: "Antes, para atravessar nossa terra, tinha de andar uns nove ou dez quilômetros. Cada quilômetro tem mil metros, não é mesmo?", pergunta ele. Porém, segundo Xangrê, "de cumprimento tinha mais de 30 quilômetros e agora sobrou só uma tripinha pequena".

Os tonais sobrevivem cultivando a terra — mas no entanto seus maiores problemas residem justamente nas suas relações que poderiam

ser chamadas de "comerciais" com a Funai. Para 1977, eles pretendem uma colheita de 12.000 sacos de soja, cultivados com a colaboração dos homens da Funai. Houve uma divergência entre o cacique Alcino e o coordenador da Funai sobre o número de sacas que deveriam ficar em poder dos índios para que eles pudessem realizar a comercialização. Lutando, Alcino conseguiu cinco mil, que segundo Nelson, "virão trazer muito benefício ao índio depois de vendidos". Mas eles não sabem ainda quem vai adquirir sua soja. Sobre o problema de mudança de chefe do posto, Xangrê, apesar de desconhecer o que se passa em sua terra, disse que Alcino está novamente lutando, pois os índios não acreditam mais nas ordens emanadas dos chefes. "A gente obedecia eles, mas a tribo não ganhava nada com isso. Por isso, o cacique resolveu mandar ele mesmo".

## DOCUMENTO

A imprensa recebeu ontem dos missionários o documento preparado pelo Cimi após o encerramento da XV Assembléia Geral da CNBB, relatando principalmente suas novas relações com a Conferência Nacional dos Bispos — as duas entidades agora estão ligadas estatutariamente. Na íntegra, é este o documento:

Reunido pela primeira vez após o encerramento da XV Assembléia Geral da CNBB, em que foi longamente estudado o problema das Regiões Missionárias no Brasil, o CIMI reafirma sua disposição de continuar sendo um instrumento eficaz de serviço à Igreja, particularmente às Missões e à causa do índio brasileiro, para cuja sobrevivência com dignidade, é preciso, mais do que nunca, somarem-se todas as forças vivas da Nação.

Em Itaici, os Pastores da nossa Igreja reconheceram o crescimento do CIMI e a importância de seu trabalho. Vemos com alegria que a CNBB decide assumir, como um compromisso de toda a Igreja do Brasil, o problema da pastoral indigenista,

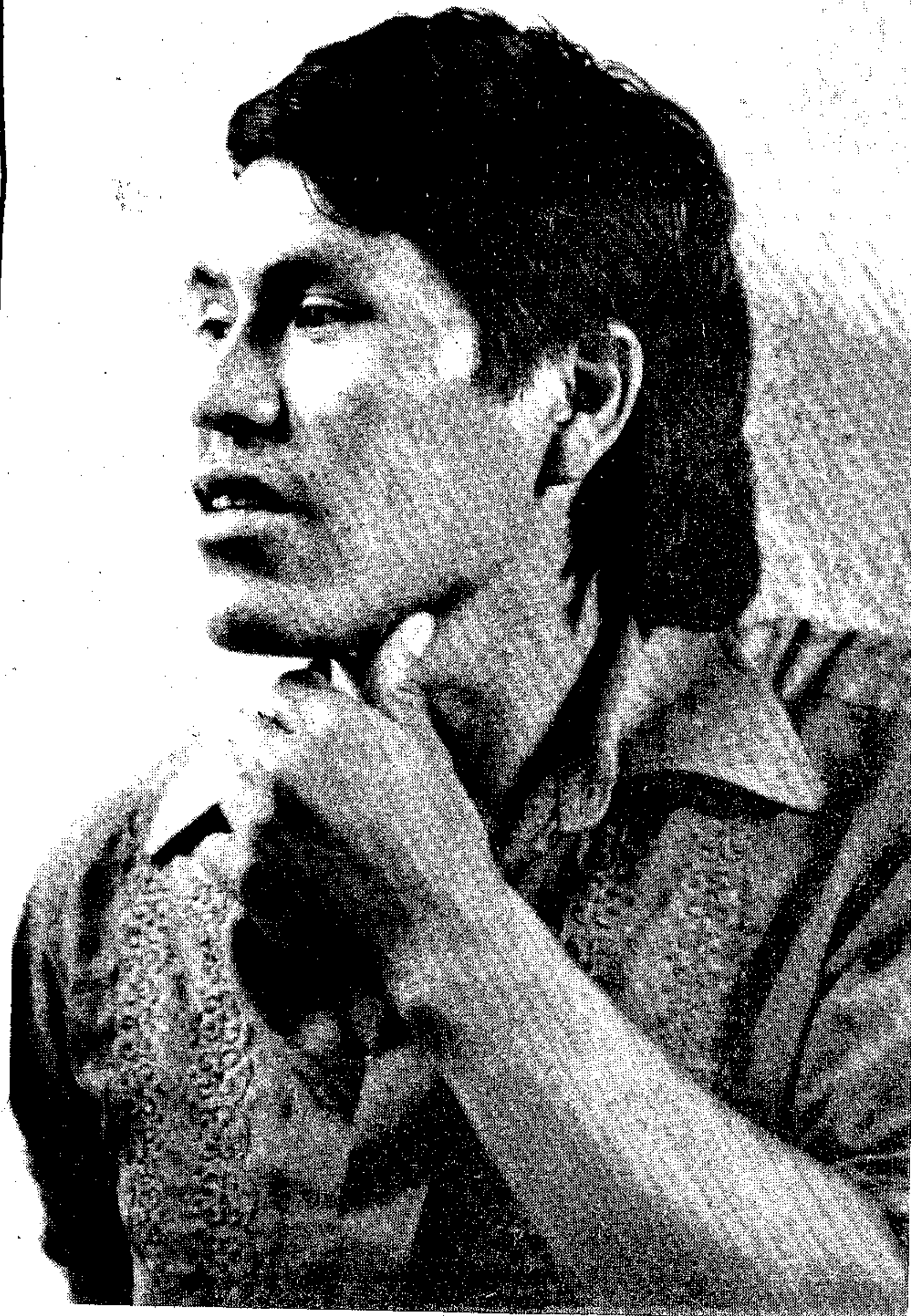
dotando o CIMI da necessária cobertura para dinamizar e ampliar sua ação.

Esse apoio vai se manifestar, de modo concreto, na ligação estatutária do Conselho Indigenista Missionário com a CNBB, que deverá ser definida em reunião do CIMI com a Comissão Episcopal de Pastoral e cinco Prelados de regionais missionários, e aprovada pela Comissão Representativa da CNBB, a 15 de novembro próximo, em Brasília.

Ainda que persistam, em um reduzido setor da própria Igreja, algumas reservas quanto à atuação do CIMI — nascidas, quase sempre, do desconhecimento da grave realidade indígena — o reconhecimento maciço, por parte do Episcopado, da validade do nosso trabalho nos confirma na certeza de que a Pastoral Indigenista, hoje, é um processo libertador, inspirado no Evangelho de Jesus Cristo, que não pode recuar diante da incompreensão de uns poucos. Para participar deste processo, o CIMI convida todas as bases missionárias, as Prelazias e os Regionais da CNBB a se unirem no desempenho de nossos programas para este ano.

Queremos lembrar que, em seu relacionamento com o órgão oficial encarregado da assistência ao índio, o CIMI espera encontrar uma política aberta e sincera, sem restrições à secular atividade missionária da Igreja, e aceitando-se a colaboração que oferecemos, mesmo que ela venha em forma de crítica a erros que não podem deixar de ser sanados.

A questão indígena não interessa apenas à Igreja e à Funai, mas a todas as pessoas e instituições conscientes e competentes. Ela é um problema nacional e continental, para cujo encaminhamento é indispensável, antes de tudo, a participação do próprio índio. Para isso, o CIMI continuará apoiando o encontro das lideranças tribais que, melhor do que ninguém, saberão indicar os caminhos corretos para o trabalho daqueles que se propõem estar a serviço do índio brasileiro.



Xangrê: Os civilizados estão tomando nossas terras.

PT 243.40

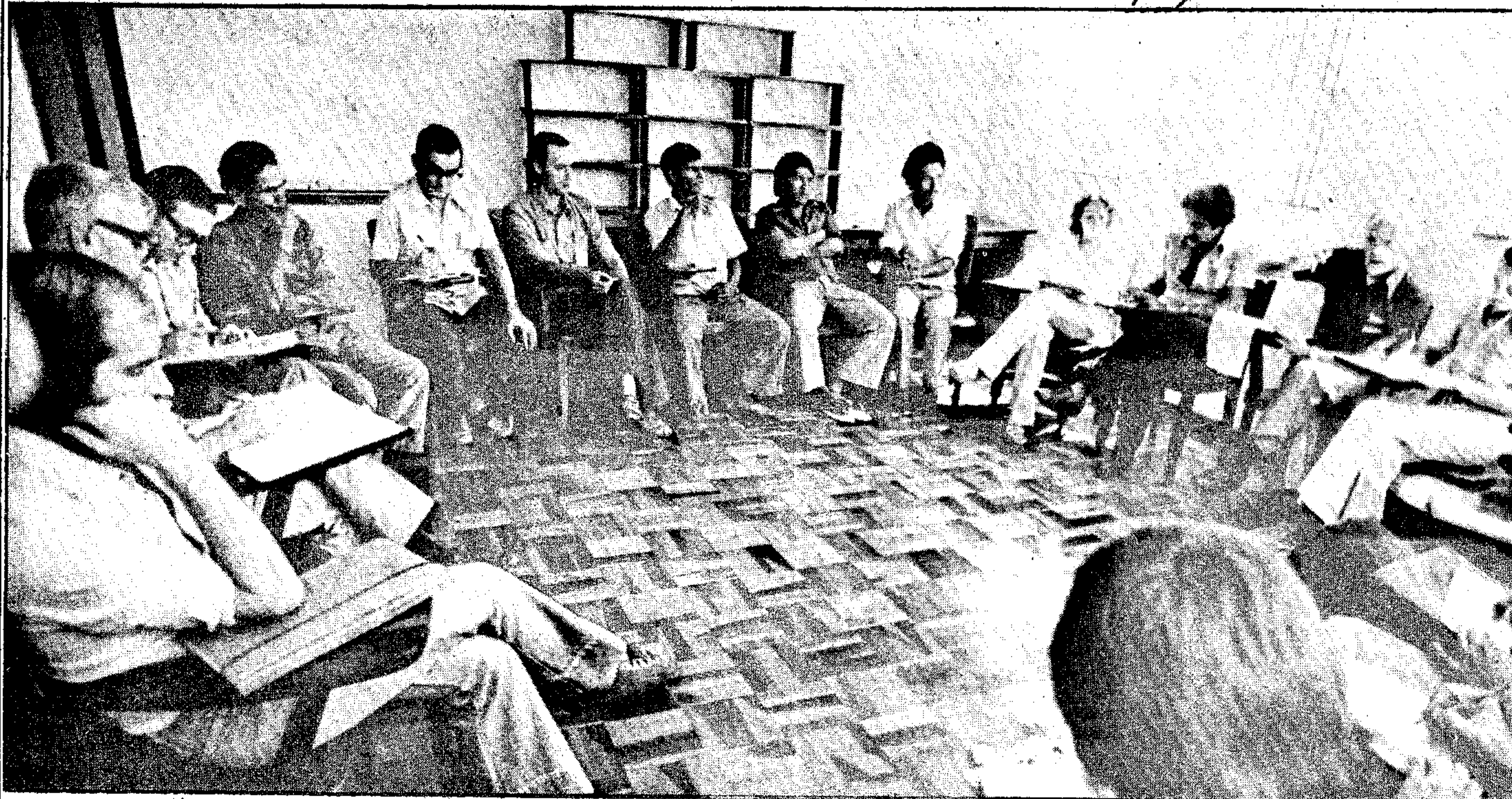
NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

*DIÁRIO DO PAPANÁ - 16-3-77*



Em busca de uma solução para o Índio.

Foto de Edson Jansen

**CIMI**

# Índio conta a realidade e a igreja sua pastoral

Teve início na Casa de Retiro do Mossunguê, quilômetro 2 da Rodovia do Café, uma reunião do CIMI - Conselho Indigenista Missionário - para o estudo, análise e debates sobre todos os problemas que envolvem as comunidades indígenas da região Sul-brasileira. A abertura do conclave contou com a participação de Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano, que falou sobre a Pastoral Indígena que atualmente se desenvolve sob a coordenação do CIMI.

A coordenação do encontro está a cargo do padre Natalício, da diocese de Palmas, e participam ainda Dom José Gomes, bispo de Chapecó; padre Egon Heek, do CIMI-Sul; padre Hélio

Luiz Walter, da diocese de Frederico Westphalen (RS), e mais 44 pessoas, entre eles índios de várias comunidades.

## 1ª PARTE

Durante a manhã de ontem o assunto foi a Pastoral Indígena. Os índios, em número de quatro, falaram sobre a realidade de suas comunidades, mostrando problemas, resultados das atividades que desenvolvem, e reivindicando melhor situação em termos sociais e de aproveitamento de sua capacidade. Em seguida os participantes do conclave fizeram a complementação a nível regional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Depois foi abordado o problema em amplitude maior,

destacando os problemas comuns das comunidades indígenas americanas, e o encerramento deverá ser uma reflexão sobre todas as causas da situação.

O tema evangelização deverá ocupar grande parte das atividades de hoje. Amanhã, dia de encerramento do Conselho, deverá ser elaborado um trabalho contendo o planejamento de trabalho da Regional Sul-2 do CIMI, com todas as diretrizes que deverão ser seguidas na continuação do esforço integrado em favor da melhoria de condições das comunidades indígenas. Deverá estar presente o bispo Dom Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário.

## Grileiros, ameaça constante

Um dos problemas mais graves que se verificam nas 25 comunidades indígenas da região Sul, é a posse da terra pelo Índio. Na opinião do pe. Egon Heek, coordenador da Pastoral Indígena, o Índio está sendo reduzido a nada, porque suas terras, demarcadas pela Funai - Fundação Nacional do Índio - estão sendo invadidas por "grileiros", que geralmente se apoderam das melhores terras, deixando para os nativos pouco ou quase nada que se possa aproveitar.

A FUNAI e o DGPI instalaram e coordenam serrarias na maioria dos postos indígenas. Apesar da exploração da madeira, e da determinação do Instituto Nacional de Defesa Florestal, de reflorestar, esse trabalho geralmente não é feito. E por este motivo, o IBDF está fechando várias serrarias da FUNAI, reduzindo ainda mais a capacidade de trabalho dos Índios.

O padre Natalício esclareceu que a ocupação da terra pelo Índio está baseada em três fatores principais: 1) - relação com madeira. O aproveitamento se

em lutar para dar melhores condições de vida às suas famílias. Para eles, não existe individualismo. O sentido de suas conquistas está no bem-estar de toda a sua gente. Armando Erguero, que tem o nome original de "Kakrê", considera que pelo menos os seus filhos possam ter chances melhores do que eles, "porque um dia o mato acaba, a terra fica ruim, e se eles não estiverem preparados como é que poderão viver na cidade grande".

Kakrê vive na comunidade de Nonoái, é um dos auxiliares do cacique, tem 32 anos de idade, é casado e tem 4 filhos.

Nestas condições, o Índio vira um "bóia-fria", porque tem que trabalhar

Teve início na Casa de Retiro do Mossunguê, quilômetro 2 da Rodovia do Café, uma reunião do CIMI - Conselho Indigenista Missionário - para o estudo, análise e debates sobre todos os problemas que envolvem as comunidades indígenas da região Sul-brasileira. A abertura do conclave contou com a participação de Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano, que falou sobre a Pastoral Indígena que atualmente se desenvolve sob a coordenação do CIMI.

A coordenação do encontro está a cargo do padre Natalício, da diocese de Palmas, e participam ainda Dom José Gomes, bispo de Chapecó; padre Egon Heek, do CIMI-Sul; padre Hélio

Luiz Walter, da diocese de Frederico Westphalen (RS), e mais 44 pessoas, entre eles índios de várias comunidades.

## 1ª PARTE

Durante a manhã de ontem o assunto foi a Pastoral Indígena. Os índios, em número de quatro, falaram sobre a realidade de suas comunidades, mostrando problemas, resultados das atividades que desenvolvem, e reivindicando melhor situação em termos sociais e de aproveitamento de sua capacidade. Em seguida os participantes do conclave fizeram a complementação a nível regional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Depois foi abordado o problema em amplitude maior,

destacando os problemas comuns das comunidades indígenas americanas, e o encerramento deverá ser uma reflexão sobre todas as causas da situação.

O tema evangelização deverá ocupar grande parte das atividades de hoje. Amanhã, dia de encerramento do Conselho, deverá ser elaborado um trabalho contendo o planejamento de trabalho da Regional Sul-2 do CIMI, com todas as diretrizes que deverão ser seguidas na continuação do esforço integrado em favor da melhoria de condições das comunidades indígenas. Deverá estar presente o bispo Dom Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário.

## Grileiros, ameaça constante

Um dos problemas mais graves que se verificam nas 25 comunidades indígenas da região Sul, é a posse da terra pelo índio. Na opinião do pe. Egon Heek, coordenador da Pastoral Indígena, o índio está sendo reduzido a nada, porque suas terras, demarcadas pela Funai - Fundação Nacional do Índio - estão sendo invadidas por "grileiros", que geralmente se apoderam das melhores terras, deixando para os nativos pouco ou quase nada que se possa aproveitar.

Nestas condições, o índio vira um "bóia-fria", porque tem que trabalhar para os intrusos, a troco de um salário baixo, sem garantias legais, o que contribui decisivamente para a depreciação do baixo índice sócio-econômico das comunidades indígenas em todo o Brasil. Os índios têm suas reservas garantidas por lei, e uma das maiores preocupações do trabalho missionário é alertar as autoridades competentes para essa realidade.

### CONTRATOS

Durante a atuação do Serviço de Proteção ao Índio - SPI - foram feitos contratos de arrendamento das terras destinadas aos índios com colonizadores brancos, mas sem nenhum resultado positivo. Com a criação do Estatuto do Índio esses contratos foram cancelados, mas os intrusos permaneceram nas terras, e muitos deles ficaram ricos com os frutos do trabalho de corte indiscriminado de madeiras e uso da terra.

Segundo os missionários católicos presentes à reunião do Mossunguê, um dos exemplos mais flagrantes desse abuso se verifica em Laranjeiras do Sul (PR), onde vivem 1.200 índios e cerca de 1.400 intrusos. Em Nonoai (RS), a proporção é de 1.200 índios contra mil brancos invasores, que se apropriaram de 14.810 hectares da melhor terra.

O índio João Carlos Alves de Oliveira, que tem o nome original de "Maiê", vive no Posto de Nonoai, muitos de sua comunidade são forçados a trabalhar para os próprios invasores pelo salário diário que varia entre Cr\$ 30,00 e Cr\$ 35,00. Quando trabalham sob a coordenação do D.G.P.I. - Departamento Geral do Patrimônio Indígena - recebem por dia uma base de Cr\$ 40,00. O D.G.P.I. é um órgão autônomo, vinculado diretamente ao Ministério do Interior, em Brasília, que atua junto às comunidades indígenas no setor de uso e aproveitamento do patrimônio das reservas.

A FUNAI e o DGPI instalaram e coordenam serrarias na maioria dos postos indígenas. Apesar da exploração da madeira, e da determinação do Instituto Nacional de Defesa Florestal, de reforestar, esse trabalho geralmente não é feito. E por este motivo, o IBDF está fechando várias serrarias da FUNAI, reduzindo ainda mais a capacidade de trabalho dos índios.

O padre Natalício esclareceu que a ocupação da terra pelo índio está baseada em três fatores principais: 1) - região com madeira. O aproveitamento se faz com instalações de serrarias; 2) - região sem madeira. O aproveitamento se faz através do plantio de soja e outras culturas tradicionais; 3) - regiões desertas. O índio vira "bóia-fria" e acaba deixando de ter sua personalidade como integrante de uma comunidade indígena, perdendo conseqüentemente sua memória cultural, costumes e tradições. Esclareceu que a maior reivindicação que se faz no momento é a criação do Parque Nacional, que seria capaz de pôr fim a todos os problemas que estão enterrando o acultramento dos índios e sua integração à vida nacional, sem desrespeitar a sua condição humana.

### PROBLEMAS

Os problemas começaram aqui no Paraná no dia 12 de maio de 1949, quando o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, e o então governador do Estado, Moysés Lupion, resolveram invocar dubiamente a Constituição Federal, e com o pretexto de reestruturar as reservas, tiraram dos índios as glebas "A", com 1.400 hectares dos guaranis, e a "C", com 4.100 hectares dos kaingangues, com 180 mil pinheiros e outras árvores de grande valor, e as passaram para o Governo do Estado. Em seguida, essas terras foram vendidas à Companhia Forte e Cury, que por sua vez, negociou as glebas com a firma Slaviero.

Os índios ficaram apenas com o que sobrou e mais 1.404 hectares, sem pinheiros, doados pelo madeireiro da região de Mangueirinha, Reinoldo Weiss, num total de 8.804 hectares. Perderam um total de 8.976 hectares, com 180 mil pinheiros que foram explorados por terceiros.

Atualmente os onze mil índios entre guaranis e kaingangues que vivem no Paraná, conservam a pureza e simplicidade de seus antepassados, e só pensam

em lutar para dar melhores condições de vida às suas famílias. Para eles, não existe individualismo. O sentido de suas conquistas está no bem-estar de toda a sua gente. Armando Erguero, que tem o nome original de "Kakrê", considera que pelo menos os seus filhos possam ter chances melhores do que eles, "porque um dia o mato acaba, a terra fica ruim, e se eles não estiverem preparados como é que poderão viver na cidade grande".

Kakrê vive na comunidade de Nonoai, é um dos auxiliares do cacique, tem 32 anos de idade, é casado e tem 4 filhos. Aprendeu a profissão de tratorista, mas quando não encontra serviço é obrigado a voitar para a lavoura e muitas vezes trabalhar na condição do chamado "bóia-fria".

### NONOAI

Até 1910 a área indígena Nonoai possuía 34 mil e 900 hectares. Hoje, seu território está reduzido a apenas 5 mil e 100 hectares, onde vivem 1.200 índios, enquanto cerca de 8 mil intrusos ocupam a área de 19 mil e 970 hectares. Os restantes 19 mil e 970 hectares foram transformados em reserva florestal. Os índios reclamam que a eles não é permitido vender a madeira que cortam. Mas os intrusos e o próprio DGPI exploram a reserva sem maiores problemas.

Nelson Xangrê que também vive em Nonoai, tem 32 anos, é casado e tem 6 filhos. Seu trabalho é na lavoura. Para ele, os índios já estão conscientes de seus direitos, pois possuem propostas de ação, que imaginam, possibilitarão soluções para a atual situação. Para eles, é importante que o próprio índio assuma e participe das resoluções tomadas em seu nome, pois ao contrário de outros do Norte e Nordeste do Brasil, já estão há mais tempo em contato com a civilização, mas continuam sentindo problemas de integração à sociedade brasileira.

O índio lotan, que tem o nome civilizado de Pedro Afonso, tem cerca de 60 anos de idade, é viúvo, tem três filhos e oito netos que estão sob sua dependência. Disse que não teve a oportunidade de estudar, mas quer que seus descendentes o façam, porque a vida no futuro não vai ser brincadeira. Reside em Xapecozinho e vive da lavoura. Veio participar do Conselho Indigenista, porque sendo um dos mais velhos de sua comunidade tem o direito, o dever e a obrigação de defender os interesses de sua gente.

## Índio quer terra de volta

Os missionários da Igreja Católica que participam do CIMI - Conselho Indigenista Missionário - encontram sérias dificuldades para realizar seu trabalho. Em recentes encontros tiveram a oportunidade de enumerar seus problemas comuns que resumiram no seguinte: 1) O isolamento dos missionários, em razão das grandes distâncias e da falta de meios de comunicação; 2) A atenção dos preladados voltada prioritariamente para os não índios, embora se beneficiando do fato de terem índios em suas paróquias; 3) O peso da organização das paróquias, com a divisão de atribuições entre o bispo e o superior religioso, com a dependência econômica cada vez maior, tanto do estrangeiro como do Governo, com os hábitos e níveis de vida distanciado os agentes de pastoral dos índios e até do povo sertanejo; 4) A desatualização dos missionários com relação à pastoral indígena, por falta de melhores conhecimentos de antropologia, teologia, lingüística e outros; 5) A inconsciência dos católicos em geral, com referência aos índios e às missões indígenas, vistas ainda sob o

aspecto romântico; 6) A nova política do País, de desenvolvimento e segurança, fazendo sentir seus primeiros efeitos na Amazônia dos índios, com a implantação dos grandes projetos agropecuários.

### DIVERSÕES

Os missionários participantes da reunião do Mossunguê, também fizeram questão de ressaltar as tensões do CIMI com o órgão oficial que é a Fundação Nacional do Índio. Afirmaram que são sobejamente conhecidas as tensões, na área missionária indigenista, com relação à FUNAI. À primeira vista, baseando-nos apenas em noticiários de jornais, estas tensões convergiam exclusivamente sobre o CIMI, de modo especial sobre o secretariado deste. É bem verdade que no exercício da ação missionária. Mas na realidade, estas dificuldades não são do CIMI. São dos índios e de todas as missões religiosas de que muitas vezes o CIMI se tornou defensor diante da opinião pública, é 90 por cento destas dificuldades que se referem à terra dos índios. Nestes últimos anos o problema da terra

atingiu um ponto crucial, tornando-se, com incrível aceleração, o problema de todas as áreas a nível crítico. E estas tensões vêm alcançando todas as missões há bastante tempo.

### PROTESTO

Recentemente o Cardeal-Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, fez severas críticas à atividade missionária do CIMI, afirmando, entre outras coisas, que o órgão deixou de se preocupar com a "evangelização" dos índios, para se deter em problemas de cunho social, material, de ordem econômica e outros.

Ao ser interpelado sobre o assunto, o bispo de Palmas, Dom José Gomes, respondeu que o pronunciamento de Dom Vicente foi extemporâneo e sem nenhuma razão de ser. Disse que depois da realização do Congresso de Itaipó, em São Paulo, no mês passado, as arestas ainda pendentes entre a atividade do CIMI e a CNBB foram acertadas. Acontece - disse - que o CIMI tem seu estatuto próprio, e o pronunciamento do Cardeal-Arcebispo de Porto Alegre ficou fora de lugar.

# Secretaria de Segurança Pública

## Delegacia de Ordem Política e Social

72

NOME: ..... Pront. N.º .....

FILIAÇÃO: .....

RESIDÊNCIA: .....

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
	<p><i>GAZETA DO Povo - 16-3-77</i></p>	<h3 data-bbox="701 670 1734 931">Índios relatam drama para a sobrevivência</h3> <p data-bbox="638 937 1220 1451">A III Assembléia da Regional Sul-2 da CNB-B-CIMI que está se realizando no Mossunguê, em Curitiba (km. 2 da rodovia Curitiba-Ponta Grossa), desde o dia 14 deste mês, teve ontem seu ponto culminante quando diversos índios fizeram uma apresentação relatando a realidade atual da situação das populações indígenas do sul. A apresentação, segundo os assistentes e missionários, membros do Conselho Indigenista Missionário ou não, foi bastante realista, mostrando as condições geoeconômicas dos índios, as ameaças que eles sofrem e o seu estágio atual de desenvolvimento, também considerado como suficientemente desenvolvido, mas como primário em relação a algumas tribos de outras partes do país.</p> <h4 data-bbox="646 1451 785 1484">A IGREJA</h4> <p data-bbox="646 1478 1226 1706">A apresentação dos índios tomou quase toda a manhã prolongando-se até às 12 horas. Depois do almoço os bispos e padres do Conselho Indigenista Missionário puderam assistir a uma palestra seguida de debates, coordenada pelo missionário Thomás de Aquino Lisboa, que mostrou a Igreja nos dias de hoje, o seu papel, preponderante, segundo ele, no desenvolvimento das comunidades e a sua preocupação pelas populações pobres e marginalizadas.</p> <p data-bbox="1251 923 1827 1056">A Igreja de hoje, segundo Thomás Lisboa deve penetrar em todas as camadas sociais, atendendo desta forma todas as necessidades do homem, sem se preocupar com determinadas particularidades. O encontro do Mossunguê que prossegue amanhã com um estudo sobre a atuação missionária no sul e em todo o Brasil e que se encerra na sexta-feira às 12 horas com um planejamento sobre a atuação do Conselho Indigenista Missionário, tem o objetivo de estudar mais profundamente a problemática do índio do Sul, tão ameaçado, tentando-se confrontar as experiências realizadas com os últimos documentos, como por exemplo "O índio Deve Viver". O encontro do Mossunguê baseia-se no documento de Ijuí que entende que a causa do índio deve ser assumida com coragem por todos os setores "mais amplos das Igreja, que se devem tornar cada vez mais sensíveis.</p> <p data-bbox="1178 1822 1360 1941"><i>Porta CIMI</i></p> <div data-bbox="1031 2021 1619 2303" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p data-bbox="1052 2041 1619 2303">O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que está reunido no retiro do Mossunguê, em Curitiba, recebeu críticas do cardeal Vicente Scherer, em Porto Alegre. O cardeal considerou "infeliz" o relatório do CIMI sobre a situação do índio no Rio Grande do Sul. <i>DIARIO PR - 15-3-77</i></p></div>

NOME: \_\_\_\_\_

PASTA: CIMI

15 - O ESTADO DE S. PAULO

# Cimi defende nova legislação indígena

## Ismarth volta do Amapá otimista

Do correspondente em MACAPÁ

Após uma visita de seis dias às 10 aldeias das tribos galibi, caripuna e palikur, que habitam a região do Oiapoque, junto à fronteira com a Guiana Francesa, o presidente da Fundação Nacional do Índio, Ismarth Araujo de Oliveira, retornou, ontem, a Brasília. Juntamente com sete diretores de diversos departamentos da Funai e o índio Juruna, Ismarth visitou pela primeira vez as tribos do Norte do País.

Ismarth, que considerou a situação dos índios do Amapá "melhor do que esperava encontrar, ressaltou que o Governo, por meio da prefeitura municipal de Oiapoque, presta contínua assistência às tribos, nos setores de saúde e educação. "Esta é a primeira vez que encontro um governo local preocupado em dar todo apoio ao índio", afirmou.

O cacique Mário Juruna, porém, não ficou tão entusiasmado quanto o presidente da Funai com o que viu nas tribos.

"Estão muito misturados, não são mais tribos puras, pois houve a intervenção dos franceses e brasileiros das cidades". Ismarth explicou a presença do índio brasileiro no território francês como um fato comum que ocorre em vários pontos e assegurou que a Funai está analisando as tendências dessas tribos para elaborar um projeto que proporcionará assistência ao índio, evitando assim que ele ultrapasse a fronteira.

A visita dos técnicos da Funai não se estendeu a todas as tribos do Amapá, pois mesmo na região do Oiapoque as tribos oiarana e emerenhões não foram visitadas, assim como as duas tribos localizadas na Serra Lombardi e na região do Jari. Ismarth anunciou que o órgão fará um protocolo de intenções para definir parcelas de responsabilidade do governo local e da Funai, com vistas a prestar uma melhor assistência ao índio do Amapá. "Esses esforços", explicou o presidente da Funai, "propiciarão um maior desenvolvimento para a futura integração e servirão de exemplo a outros Estados".

## Pouco resta da cultura original

ELSON MARTINS DA SILVEIRA  
Enviado especial

A reserva do Auçá, no município de Oiapoque, no território do Amapá, visitada pelo presidente da Funai e seus assessores pela primeira vez na última semana, é uma região belíssima onde se agrupam cerca de dois mil índios dos grupos palikur, galiby e karipuna. A coluna vertebral desse vale, situado na parte litorânea e sob a influência do Atlântico, é o rio Uaçá com seus 150 quilômetros de extensão.

Nesse rio e nos seus afluentes Curipi e Urucauá estendem-se os aldeamentos indígenas. Do Oiapoque até essa região gastam-se horas e horas em barco a motor. Oiapoque, por sua vez, é a cidade mais isolada do território, distando da capital cerca de três horas de avião pequeno ou quatro dias em barco, pelo Atlântico. Não obstante, o presidente da Funai encontrou povos indígenas sofrendo o impacto da civilização branca envolvente.

O grupo palikur se distribui em duas aldeias no rio Urucauá, num total de 600 índios que falam um dialeto, sendo que as mulheres não compreendem nada de português. Seu líder é um índio que se transformou em pastor protestante, adotando os ensinamentos de missões americanas que violentam os princípios originais de seu povo. Alguns descentendimentos na al-

ram no próprio rio Uaçá, na vila Kumaruman que está sob a fiscalização de um posto indígena, localizado na aldeia. Os índios dormem em esteiras trançadas, protegidos por grandes mosquiteiros que cobrem grupos de 4 a 5 pessoas. Muitos deles já usam redes adquiridas em Oiapoque e conhecem bem o português, embora o idioma mais falado seja o "patois".

Os karipuna, 600 a 700 índios, estão situados no rio Curipy, nas vilas do Espírito Santo, Açail e Santa Isabel, esta considerada a mais importante e onde o governo do território instalou um serviço de rádio e um motor de luz. O chefe karipuna em Santa Isabel, Manoel Primo dos Santos, já foi inclusive vereador em Oiapoque e se largou o cargo porque achava penoso deslocar-se da aldeia para participar das sessões na Câmara.

Todas as comunidades indígenas do Vale do Uaçá convergem para Oiapoque, cidade de pouco mais de mil habitantes, que influencia bem negativamente os índios que já comparem suas canoas a remo com as velozes lanchas que cortam o vale e sonham com roupas caras. Procurando imitar o branco da região, alguns jovens índios vão para a Guiana Francesa, onde trabalham meses como empregados braçais para conseguir dinheiro que gastam em roupas, bebidas e aparelhos elétricos. Ao voltarem para suas aldeias, m r is os costumes e

O Conselho Indigenista Missionário — Cimi, reuniu-se este fim de semana em São Paulo com juristas, historiadores e antropólogos, dando início a um movimento cujo objetivo é a elaboração de um Direito especial para o índio. Ao mesmo tempo, em Petrópolis, realizou-se outra reunião para debater exclusivamente os aspectos ligados à catequese.

Para d. Tomás Balduino, presidente da entidade, o índio em si não precisa de Direito. "Essa necessidade surge em razão da sociedade envolvente e conflitante. Mas o que temos agora é um Direito da branquitude, feito do branco para o branco; o índio continua sendo o elemento mais marginalizado da sociedade nacional."

Um dos integrantes do movimento agora iniciado é d. Cândido Padim, que defende a reformulação do conceito de tutela como base de uma nova ordenação jurídica. Desde o Código Civil de 1916, o índio é igualado ao menor e, portanto, considerado incapaz. Daí surgiu a figura da tutela, exercida pelo governo federal.

"Todavia, o índio não se julga incapaz, de acordo com seus padrões culturais — observou d. Tomás. Com a tutela pretendem-se, principalmente, protegê-lo, das ameaças externas e ela implica a defesa do tutelado em todas as situações. Com relação ao índio, entretanto, tem ocorrido justamente o contrário."

"A legislação atual é manipuladora do índio. Ele é submetido aos interesses econômicos, desenvolvimentistas etc. As leis foram criadas segundo uma mentalidade colonialista escravagista. A tutela — explicou Balduino — ao mesmo tempo que protege cerceia o índio: ele é sempre impedido de fazer valer suas perspectivas. Tudo que lhe diz respeito foi imposto por uma cultura diferente".

O Estatuto do Índio, por sua vez, é considerado um documento que parte da negação fundamental do direito dos índios ao ter a integração por objetivo. "É negado ao índio, portanto, o direito de permanecer dentro de sua própria cultura".

Para se chegar a um Direito do Índio, como pretende o Cimi, será preciso um trabalho de conscientização dos legisladores e da própria sociedade, para que as leis correspondam à necessidade dos indígenas. "Hoje — afirmou d. Tomás — o índio está muito mais consciente de sua identidade, de sua força e importância no Brasil e na América Latina e o tem demonstrado em suas assembleias".

Os resultados dos encontros de chefes indígenas, inclusive da assembleia de Roraima dissolvida pela Funai, serão amplamente estudados em nova reunião, de 28 de novembro a 2 de dezembro, e servirão como orientação básica aos especialistas que estudam o problema, entre eles o professor Dalmo Dallari, da USP, e o jesuíta Jesus Hortal. E o Cimi pretende intensificar a realização desses encontros. O próximo será promovido pelos Xavantes da reserva de São Marcos, em Mato Gr. O. fim d -

## A Funai reduzirá atração

O general Ismarth de Araújo Oliveira disse ontem, em Belém, que a Funai restringirá a atração das frentes de atração apenas às áreas indígenas que serão atravessadas por estradas ou que se caracterizem como pontos de pressão no avanço das frentes pioneiras. Ele considera o primeiro contato com os grupos ainda arredios o início do longo processo de dependência que se seguirá em suas relações com a sociedade nacional. Dessa maneira, algumas frentes cuja criação estava prevista serão desativadas — como a que sairia para a região do Rio Erepecuru, na região da rodovia Perimetral Norte, que teve sua construção paralisada — enquanto outras serão reforçadas.

Por esse novo critério, a Funai atenderá o pedido de reforço feito pelo sertanista Afonso Horvath, que solicitou mais 10 homens para prosseguir o trabalho de atração dos índios araras, na área da Transamazônica. Afonso foi atacado pelos índios, que lhe atraram cocos de babaçu, e obrigado a recuar com os 10 homens que atualmente integram a equipe.

A pressa da Funai deve-se ao fato de os araras (na realidade, ainda não ficou comprovado de que se tratava verdadeiramente de índios desse grupo) perambularem próximo aos lotes onde se encontram os colonos assentados pelo Incra na Transamazônica. Nos próximos anos, toda a área habitada por eles atualmente será ocupada por um grande projeto de colonização da Cooperativa Tricolor de Ijuí (Cotrijuí), que transferirá para a Transamazônica 3 mil famílias de agricultores gaúchos. A Funai está mantendo contatos com o Incra, assegurando que o projeto somente será iniciado após a solução do problema indígena.

Ismarth adiantou também que a área atual da reserva dos waimiris-atroaris será ampliada, em virtude de terem sido localizadas novas aldeias, em regiões situadas fora da reserva. Uma vistoria de avião realizada pela Funai constatou que existem 23 aldeias do grupo Waimiri-atroari, mas esse número poderá ainda aumentar, na medida em que a vistoria prosseguir. Essa será a segunda ampliação da área pertencente a esses índios.

O presidente da Funai disse, ainda, que o embargo da demarcação de 800 quilômetros quadrados que estava sendo feita na área dos índios suruí, no Pará, ainda é um fato "muito confuso".

# Cimi defende nova legislação indígena

## Ismarth volta do Amapá otimista

Do correspondente em MACAPÁ

Após uma visita de seis dias às 10 aldeias das tribos galibi, caripuna e palikur, que habitam a região do Oiapoque, junto à fronteira com a Guiana Francesa, o presidente da Fundação Nacional do Índio, Ismarth Araujo de Oliveira, retornou, ontem, a Brasília. Juntamente com sete diretores de diversos departamentos da Funai e o índio Juruna, Ismarth visitou pela primeira vez as tribos do Norte do País.

Ismarth, que considerou a situação dos índios do Amapá "melhor do que esperava encontrar, ressaltou que o Governo, por meio da prefeitura municipal de Oiapoque, presta contínua assistência às tribos, nos setores de saúde e educação. "Esta é a primeira vez que encontro um governo local preocupado em dar todo apoio ao índio", afirmou.

O cacique Mário Juruna, porém, não ficou tão entusiasmado quanto o presidente da Funai com o que viu nas tribos.

"Estão muito misturados, não são mais tribos puras, pois houve a intervenção dos franceses e brasileiros das cidades". Ismarth explicou a presença do índio brasileiro no território francês como um fato comum que ocorre em vários pontos e assegurou que a Funai está analisando as tendências dessas tribos para elaborar um projeto que proporcionará assistência ao índio, evitando assim que ele ultrapasse a fronteira.

A visita dos técnicos da Funai não se estendeu a todas as tribos do Amapá, pois mesmo na região do Oiapoque as tribos olampi e emerênhões não foram visitadas, assim como as duas tribos localizadas na Serra Lombard e na região do Jari. Ismarth anunciou que o órgão fará um protocolo de intenções para definir parcelas de responsabilidade do governo local e da Funai, com vistas a prestar uma melhor assistência ao índio do Amapá. "Esses esforços", explicou o presidente da Funai, "propiciarão um maior desenvolvimento para a futura integração e servirão de exemplo a outros Estados".

## Pouco resta da cultura original

ELSON MARTINS DA SILVEIRA  
Enviado especial

A reserva do Auçá, no município de Oiapoque, no território do Amapá, visitada pelo presidente da Funai e seus assessores pela primeira vez na última semana, é uma região belíssima onde se agrupam cerca de dois mil índios dos grupos palikur, galiby e karipuna. A coluna vertebral desse vale, situado na parte litorânea e sob a influência do Atlântico, é o rio Uaçá com seus 150 quilômetros de extensão.

Nesse rio e nos seus afluentes Curipi e Urucaú estendem-se os aldeamentos indígenas. Do Oiapoque até essa região gasta-se horas e horas em barco a motor. Oiapoque, por sua vez, é a cidade mais isolada do território, distando da capital cerca de três horas de avião pequeno ou quatro dias em barco, pelo Atlântico. Não obstante, o presidente da Funai encontrou povos indígenas sofrendo o impacto da civilização branca envolvente.

O grupo palikur se distribui em duas aldeias no rio Urucaú, num total de 600 índios que falam um dialeto, sendo que as mulheres não compreendem nada de português. Seu líder é um índio que se transformou em pastor protestante, adotando os ensinamentos de missões americanas que violentam os princípios originais de seu povo. Alguns desentendimentos na aldeia são provocados pela formação rigorosamente religiosa desse líder, chamado Orlando, que introduziu, ou insiste em introduzir, a idéia de pecado, o que tem provocado a revolta dos mais jovens. Cerca de 20 casas com paredes e cobertura de palha, uma igreja protestante e um incipiente comércio, que o próprio líder organizou em sua casa, formam a aldeia palikur.

Os índios do grupo galiby, 800 aproximadamente, se instala-

ram no próprio rio Uaçá, na vila Kumaruman que está sob a fiscalização de um posto indígena, localizado na aldeia. Os índios dormem em esteiras trançadas, protegidos por grandes mosquiteiros que cobrem grupos de 4 a 5 pessoas. Muitos deles já usam redes adquiridas em Oiapoque e conhecem bem o português, embora o idioma mais falado seja o "patois".

Os karipuna, 600 a 700 índios, estão situados no rio Curipi, nas vilas do Espírito Santo, Açaizal e Santa Isabel, esta considerada a mais importante e onde o governo do território instalou um serviço de rádio e um motor de luz. O chefe karipuna em Santa Isabel, Manoel Primo dos Santos, já foi inclusive vereador em Oiapoque e se largou o cargo porque achava penoso deslocar-se da aldeia para participar das sessões na Câmara.

Todas as comunidades indígenas do Vale do Uaçá convergem para Oiapoque, cidade de pouco mais de mil habitantes, que influencia bem negativamente os índios que já comparem suas canoas a remo com as velozes lanchas que cortam o vale e sonham com roupas caras. Procurando imitar o branco da região, alguns jovens índios vão para a Guiana Francesa, onde trabalham meses como empregados braçais para conseguir dinheiro que gastam em roupas, bebidas e aparelhos elétricos. Ao voltarem para suas aldeias, não aceitam mais os costumes e se recusam a trabalhar nas roças ou a participar dos festejos tradicionais. Outras tribos, como os emerênhões, alokotoh e oayampi, que habitavam o lado brasileiro, passaram para a Guiana, onde numa localidade chamada Camopi recebem assistência médica, têm campo de pouso e, segundo comentários na região, são pagos pelo Governo francês para que ali permaneçam.

O Conselho Indigenista Missionário — Cimi, reuniu-se este fim de semana em São Paulo com juristas, historiadores e antropólogos, dando início a um movimento cujo objetivo é a elaboração de um Direito especial para o índio. Ao mesmo tempo, em Petrópolis, realizou-se outra reunião para debater exclusivamente os aspectos ligados à catequese.

Para d. Tomás Balduino, presidente da entidade, o índio em si não precisa de Direito. "Essa necessidade surge em razão da sociedade envolvente e conflitante. Mas o que temos agora é um Direito da branquitude, feito do branco para o branco; o índio continua sendo o elemento mais marginalizado da sociedade nacional."

Um dos integrantes do movimento agora iniciado é d. Cândido Padim, que defende a reformulação do conceito de tutela como base de uma nova ordenação jurídica. Desde o Código Civil de 1916, o índio é igualado ao menor e, portanto, considerado incapaz. Daí surgiu a figura da tutela, exercida pelo governo federal.

"Todavia, o índio não se julga incapaz, de acordo com seus padrões culturais — observou d. Tomás. Com a tutela pretende-se, principalmente, protegê-lo, das ameaças externas e ela implica a defesa do tutelado em todas as situações. Com relação ao índio, entretanto, tem ocorrido justamente o contrário".

"A legislação atual é manipuladora do índio. Ele é submetido aos interesses econômicos, desenvolvimentistas etc. As leis foram criadas segundo uma mentalidade colonialista escravagista. A tutela — explicou Balduino — ao mesmo tempo que protege cerceia o índio: ele é sempre impedido de fazer valer suas perspectivas. Tudo que lhe diz respeito foi imposto por uma cultura diferente".

O Estatuto do Índio, por sua vez, é considerado um documento que parte da negação fundamental do direito dos índios ao ter a integração por objetivo. "É negado ao índio, portanto, o direito de permanecer dentro de sua própria cultura".

Para se chegar a um Direito do Índio, como pretende o Cimi, será preciso um trabalho de conscientização dos legisladores e da própria sociedade, para que as leis correspondam à necessidade dos indígenas. "Hoje — afirmou d. Tomás — o índio está muito mais consciente de sua identidade, de sua força e importância no Brasil e na América Latina e o tem demonstrado em suas assembleias".

Os resultados dos encontros de chefes indígenas, inclusive da assembleia de Roraima dissolvida pela Funai, serão amplamente estudados em nova reunião, de 28 de novembro a 2 de dezembro, e servirão como orientação básica aos especialistas que estudam o problema, entre eles o professor Dalmo Dallari, da USP, e o jesuíta Jesus Hortal. E o Cimi pretende intensificar a realização desses encontros. O próximo será promovido pelos Xavantes da reserva de São Marcos, em Mato Grosso.

Na reunião deste fim-de-semana foi analisada também a violação aos direitos das missões. Todavia, os integrantes do Cimi não julgam necessária uma legislação especial a respeito e citam o artigo 9º da Constituição (que impede a interferência mútua entre Estado e Igreja) e uma lei de 1928 que facultava a catequese religiosa aos índios, sem prejuízo da fiscalização do órgão tutelar.

## A Funai reduzirá atração

O general Ismarth de Araújo Oliveira disse ontem, em Belém, que a Funai restringirá a atuação das frentes de atração apenas às áreas indígenas que serão atravessadas por estradas ou que se caracterizem como pontos de pressão no avanço das frentes pioneiras. Ele considera o primeiro contato com os grupos ainda arredios o início do longo processo de dependência que se seguirá em suas relações com a sociedade nacional. Dessa maneira, algumas frentes cuja criação estava prevista serão desativadas — como a que sairia para a região do Rio Erepecuru, na região da rodovia Perimetral Norte, que teve sua construção paralisada — enquanto outras serão reforçadas.

Por esse novo critério, a Funai atenderá ao pedido de reforço feito pelo sertanista Afonso Alves, que solicitou mais 10 homens para prosseguir o trabalho de atração dos índios araras, na área da Transamazônica. Afonso foi atacado pelos índios, que lhe atiraram cocos de babaçu, e obrigado a recuar com os 10 homens que atualmente integram a equipe.

A pressa da Funai deve-se ao fato de os assentados na realidade, ainda não ficarem comprovados de que se tratava verdadeiramente de índios desse grupo) perambularem próximo aos lotes onde se encontram os colonos assentados pelo Incra na Transamazônica. Nos próximos anos, toda a área habitada por eles atualmente será ocupada por um grande projeto de colonização da Cooperativa Tritícola de Ijuí (Cotrijuí), que transferirá para a Transamazônica 2 mil famílias de agricultores gaúchos. A Funai está mantendo contatos com o Incra, assegurando que o projeto somente será iniciado após a solução do problema indígena.

Ismarth adiantou também que a área atual da reserva dos waimiris-atroaris será ampliada, em virtude de terem sido localizadas novas aldeias, em regiões situadas fora da reserva. Uma vistoria de avião realizada pela Funai constatou que existem 23 aldeias do grupo Waimiri-atroari, mas esse número poderá ainda aumentar, na medida em que a vistoria prosseguir. Essa será a segunda ampliação da área pertencente a esses índios.

O presidente da Funai disse, ainda, que o embargo da demarcação de 800 quilômetros quadrados que estava sendo feita na área dos índios suruí, no Pará, ainda é um fato "muito confuso".